

Maria Isabel da Conceição João

MEMÓRIA E IMPÉRIO
COMEMORAÇÕES EM PORTUGAL (1880-1960)

I VOLUME

Dissertação de Doutoramento
em História

UNIVERSIDADE ABERTA

LISBOA

1999

Maria Isabel da Conceição João

MEMÓRIA E IMPÉRIO
COMEMORAÇÕES EM PORTUGAL (1880-1960)

I VOLUME

Dissertação de Doutoramento
em História Contemporânea

Orientadores: Prof. Doutor Joaquim Romero Magalhães
Prof. Doutora Maria Beatriz Rocha-Trindade

UNIVERSIDADE ABERTA

LISBOA

1999

I VOLUME

ÍNDICE	5
NOTA PRÉVIA	8
INTRODUÇÃO	9
PERSPECTIVAS E CONTEXTOS	33
Revolução e tradição	35
Celebrações do regime monárquico	45
A voga dos centenários	54
Continuidade e rupturas	84
A lógica ditatorial	105
O 10 de Junho	147
Comemorações regionais	165
ORGANIZAÇÃO E PROTAGONISTAS	186
O modelo liberal	189
O modelo autoritário	218
Perfil dos comissários	230
Impacto e difusão	252

PRÁTICAS E RITOS	294
Os programas	296
Sessões públicas	319
Publicações e inscrições	336
Monumentos e lembranças	364
Cortejos, romagens e desfiles	373
Festividades	404
Exposições	423
Obras e diplomacia	447
Cerimónias religiosas	456
A ICONOGRAFIA	467
Monumentos e estatuária	469
Pintura, ilustração e emblemas	529
Moedas, medalhas e selos	569

II VOLUME

OS DISCURSOS	594
Os heróis	605
<i>Evolução da ideia de herói</i>	605
<i>O símbolo da nacionalidade</i>	627
<i>Fundadores e Restauradores</i>	646
<i>Descobridores e Conquistadores</i>	701
<i>Heróis da ocupação</i>	732

Nós e os Outros	755
<i>O povo e a grandeza da nação</i>	756
<i>A cruzada e a missão civilizadora</i>	771
<i>O luso-tropicalismo</i>	787
<i>Discursos regionais</i>	795
<i>Visões do Outro</i>	801
Memória e identidade	813
CONCLUSÃO	833
BIBLIOGRAFIA E FONTES	848
ANEXO I – ORGANIZADORES DOS CENTENÁRIOS	967
Nota prévia	969
Quadro geral dos organizadores dos centenários (1880-1960)	972
Quadros I a IV	1010
ANEXO II – ICONOGRAFIA DOS CENTENÁRIOS	1018
Nota prévia	1020
Monumentos e estatúária	Fig. 1-33
Pintura, ilustração e emblemas	Fig. 34-95
Moedas, medalhas e selos	Fig. 96-113
Índice das figuras	1045

NOTA PRÉVIA

No final deste longo trabalho, não posso esquecer aqueles que me ajudaram a levar o barco ao porto.

As minhas primeiras palavras são para o Professor Vitorino Magalhães Godinho a quem fico a dever o impulso inicial que permitiu concretizar este projecto e a generosidade com que partilha as suas ideias e o seu saber.

Desejo agradecer aos orientadores: Professor Joaquim Romero Magalhães, pela disponibilidade e a forma aberta e vigilante, do ponto de vista científico e crítico, como exerceu tão difícil tarefa; Professora Maria Beatriz Rocha-Trindade, pelo interesse que sempre manifestou pelo projecto e o constante estímulo, bem como por todas as sugestões feitas que contribuíram para enriquecer o resultado final.

O meu reconhecimento engloba a Universidade Aberta, instituição onde tenho exercido funções como docente requisitada do ensino secundário. Quando precisei de me desligar do serviço docente e de concorrer à equiparação a bolseira, os responsáveis da Universidade souberam compreender a minha opção. Não posso também deixar de estender estas palavras ao próprio Ministério da Educação, cujo sistema de concursos para equiparação a bolseiro tem permitido a muitos professores dos ensinos básico e secundário realizar mestrados e doutoramentos.

A minha gratidão vai, ainda, para os colegas e amigos que tiveram a paciência de ler capítulos do texto e com as suas observações e críticas contribuíram para melhorá-lo, em especial o José Vitorino Guerra, o Paulo Ramos e o Sérgio Campos Matos. Ao Miguel Contreiras devo uma ajuda preciosa na paginação final do texto. Estou reconhecida à minha irmã, Maria Odete João, aos meus pais e ao meu filho, Daniel, pelo apoio, carinho e infinita compreensão que me deram o ânimo necessário nos momentos mais difíceis. Ao Carlos Enes, companheiro de todas as horas, meu leitor e crítico sempre atento, dedico este trabalho.

INTRODUÇÃO

O último quartel do século XX caracteriza-se por uma verdadeira explosão do fenómeno comemorativo no mundo e, em especial, nos países ocidentais. Pierre Nora designou mesmo esta época como a “era da comemoração”, decerto a pensar no seu próprio país que possui um serviço estatal para incentivar a realização de celebrações nacionais¹. Desde 1986 publica um anuário que fornece a indicação dos lugares e das datas onde vão ocorrer manifestações comemorativas. Em oito anos, de 1986 a 1993, anunciou o extraordinário número de 305 aniversários celebrados em França². Estes reportam-se a factos muito diversos, fruto do pluralismo e da proliferação das comemorações actuais. Mas o fenómeno não é exclusivamente francês. Ele é comum a todas as sociedades contemporâneas que se vivem como históricas e que procuram na celebração dos grandes acontecimentos e figuras do passado a certeza de uma continuidade, a par dos consensos e da unidade necessária para enfrentar o futuro. Procuram, não quer dizer que alcancem. As comemorações não estão isentas de controvérsia, nem são imunes a propósitos mais imediatos dos quais se alimentam as “indústrias da cultura” das sociedades contemporâneas³.

¹ Thierry Gasnier, “La France commémorante” in *Le Débat*, Nº 78, Paris, Janvier-Février 1994, p. 89

² *Idem, ibid.* . Estes deram lugar a cerca de 4610 festividades, dispersas por todo o país. Algumas delas podem não se ter realizado e outras tiveram lugar em vários sítios, sem terem sido incluídas no anuário. O número não tem, por conseguinte, um valor absoluto, mas não deixa de ser significativo.

³ William M. Jonhston, *Post-modernisme et bimillénaire*, Paris, PUF, 1992, pp. 91-101

Múltiplas explicações têm sido avançadas pelas ciências sociais sobre este fenómeno. Umas radicam na observação da realidade imediata e outras nas origens históricas das comemorações, seja nas suas raízes mais profundas, que remontam à Antiguidade, ou nas mais recentes, ligadas à afirmação das sociedades burguesas. Vejamos algumas das explicações que têm uma base histórico-sociológica.

1. A rapidez das transformações e da mudança nas sociedades industriais e pós-industriais gera um sentimento de precaridade, de constante ruptura do tempo e a necessidade de reencontrar o sentido da continuidade e da repetição através das comemorações. A comemoração torna o passado presente e permite conceber o futuro como um prolongamento daquele. Não da totalidade do passado, é evidente, mas dos aspectos que foram conservados pela memória e que são recuperáveis pelos valores do presente. A memória não é estática e faz uma actualização constante dos seus principais referentes, em função de interesses, desejos, emoções e ideias dos grupos que são o seu principal sustentáculo social. O acto de comemorar tem, por conseguinte, uma dupla função: manter vivas e, simultaneamente, reelaborar as memórias. E possui uma dimensão eminentemente social de partilha das memórias que tornam possível a identificação dos grupos e das comunidades.
2. O progressivo desaparecimento dos camponeses como grupo social, que era o depositário da memória e da identidade colectiva nas sociedades tradicionais, e a rápida padronização dos comportamentos a um nível que transcende as fronteiras das regiões e das nações põem em causa as formas antigas de identificação das comunidades. Através de comemorações locais, regionais ou nacionais e do culto recente do património procura-se reconstruir identidades feridas, ou recriar outras em alternativa, e refazer solidariedades em torno de objectos do passado comum

que assumem um valor simbólico e se tornam, por isso, um lugar de encontro das pessoas. As comemorações diversificam-se, tornam-se mais plurais e democráticas, proliferam um pouco por todo o lado.

3. O facto da cultura não ser independente do processo mais geral que Braudel designou por “civilização material” e ter dado lugar a verdadeiras “indústrias” é fundamental para explicar a mania comemorativa que se apossou das sociedades contemporâneas. As comemorações colocam, geralmente, em acção um vasto conjunto de interesses e possibilitam um desenvolvimento dos negócios. Edições, exposições, espectáculos, roteiros turísticos, produção de artefactos e *souvenirs*, colecções diversas, mormente selos, moedas e medalhas, sustentam um vasto campo de actividades e de profissionais. Não se trata de uma questão exclusiva das “sociedades de consumo” mais recentes, porque se recuarmos à segunda metade do século XIX já era bem visível a importância do comércio e do turismo nas realizações dos centenários.
4. As “indústrias da cultura” tornaram-se, por sua vez, promotoras de comemorações, na medida em que dispõem de um vasto *staff* que faz da cultura o seu ganha pão, a sua forma de estar e de se prestigiar na sociedade. Bibliotecários, conservadores de museus, funcionários dos departamentos estatais de cultura e informação, editores, empresários do ramo dos espectáculos, programadores de instituições e associações de carácter cultural, jornalistas, professores - em especial os universitários por causa das oportunidades que surgem de colóquios, conferências, encomendas de publicações e subsídios de investigação - e políticos são os principais fomentadores das comemorações. A celebração de aniversários constitui um excelente motivo para cumprir objectivos que justificam a própria existência de muitos destes funcionários e organismos. É também um pretexto

para encontros, reuniões, viagens, cerimónias e festividades que funcionam como espaços de socialização e permitem reafirmar o estatuto social dos protagonistas destes eventos. Há, assim, uma dimensão mais restrita e outra mais alargada das comemorações: a primeira envolve todos os directamente interessados na sua realização e a segunda o público ao qual se destinam as iniciativas, que pode ir da seleccionada assistência a uma cerimónia, só franqueada a um número limitado de convidados ou participantes, às grandes multidões.

5. Na base das grandes comemorações nacionais está o próprio Estado e o intuito de afirmar a identidade e singularidade do país na cena internacional. De um ponto de vista interno, as comemorações procuram unir os cidadãos em torno de imagens, símbolos, referências e valores susceptíveis de contribuir para a unidade e coesão nacional. Em relação ao exterior, servem para projectar imagens que singularizam e identificam o país, que lhe conferem visibilidade e um estatuto de prestígio, aos quais não são alheios os propósitos do *marketing* económico e político. Assim, a imagem da França é indissociável da Revolução francesa e a comemoração dos seus centenários mobilizou fortemente a opinião pública interna e teve uma assinalável divulgação. A imagem da Itália está muito ligada à cultura e, sobretudo, às grandes figuras do Renascimento, que têm suscitado celebrações em todo o mundo culto ocidental. A Áustria, nação recente, procura afirmar-se através da música e o bicentenário de Mozart, em 1991, transformou-se num grande acontecimento mundial, que contribuiu para projectar o próprio país do compositor. A Alemanha, “nation à contrecœur”⁴, tem procurado celebrar o *génio* alemão como factor de identificação de todos os cidadãos e de afirmação de uma imagem positiva de grande nação da cultura, em contraposição à visão

⁴ Étienne François, «Nation retrouvée, “nation à contrecœur”. L’Allemagne des commémorations» in *Le Débat*, N° 78, Paris, Janvier-Février 1994, p. 62

prussiana e militarista do seu passado. A Grã-Bretanha tem investido especialmente em reinventar a tradição de uma monarquia que funciona como factor de unidade de um vasto complexo de povos e nações, além de ser uma imagem de marca que traz grandes dividendos ao Reino Unido. A Espanha, país composto por várias nacionalidades, tem buscado na celebração da *hispanidade* e da descoberta da América por Cristóvão Colombo, comemorada a 12 de Outubro, uma forma de afirmar uma identidade transnacional e um amplo espaço de intercâmbio económico, político e cultural. Fora da Europa, o exemplo mais fácil é os Estados Unidos, cuja imagem aparece fortemente vinculada à ideia da liberdade e do primeiro grito pela independência dos povos ou, ao seu corolário, o conjunto de lutas, sacrifícios e heroísmos de que foram protagonistas os pioneiros do Oeste Americano. No caso de Portugal, desde os grandes centenários do século XIX que se tem procurado afirmar a imagem de um país de nautas e descobridores, de um povo que abriu “novos mundos ao mundo”. Mas não tenhamos ilusões quanto à eficácia e difusão da mensagem que tem tido, inegavelmente, mais sucesso interno do que externo.

6. A febre das comemorações contemporâneas remonta ao processo de separação entre a Igreja e o Estado e de laicização das sociedades. A partir do momento em que estas passaram a ser concebidas como realidades fundadas pela liberdade dos homens e não regidas pela vontade divina, foi necessário criar um novo calendário, de certa forma contraposto ao cristão, que recordasse os momentos fundadores da comunidade, os grandes acontecimentos da trajectória comum e os grandes homens que contribuíram para a sua afirmação no decurso da história. Inventaram-se, assim, novos objectos de veneração e culto público. Mas a comemoração actual já está distante do modelo e dos propósitos da festa cívica da Revolução francesa e da fase de implantação dos regimes liberais, nos países que

viveram processos revolucionários. Em certos aspectos, está mais próxima das grandes *mise en scène* que foram características das comemorações burguesas, a partir da segunda metade do século XIX. Daí a conservação do interesse pelas grandes exposições internacionais ou universais, verdadeiras epifanias do progresso tecnológico, da indústria e do espírito mercantil, que estimulam os orgulhos nacionais e funcionam como jogo de espelhos entre os países concorrentes. A presença dos meios de comunicação social, em especial da televisão, fornece terreno propício para o grande espectáculo de massas, mas não exclui das práticas comemorativas actuais as cerimónias e festividades que são herdeiras de tradições de corte que remontam ao século XVIII⁵ – concertos, exposições, conferências, teatro, recepções e sessões dominadas por certa solenidade.

Contudo, a tradição da comemoração de aniversários e de determinados períodos fixos de tempo é bastante mais antiga. Os hebreus, por exemplo, celebravam o aniversário dos cinquenta anos como um jubileu – um tempo em que os direitos perdidos eram restaurados⁶. As civilizações clássicas atribuíram grande significado aos aniversários e os romanos chegaram a celebrar centenários. O poema de Horácio, *Carmen Saeculare*, foi escrito para uma dessas ocasiões e, em 1880, J. Leite de Vasconcelos dava o mesmo título a uma composição especialmente feita para ser recitada no teatro de S. João, no Porto, na festa académica do tricentenário de

⁵ William M. Jonhston, *op. cit.*, p. 103. Este autor defende que na emergência das comemorações dos aniversários se cruzam duas tradições políticas: por um lado, a herança da Revolução francesa e, por outro, as práticas cortesãs dos principados alemães do século XVIII e início do século XIX. “La tradition française du service publique et la tradition allemande des cours se mêlent pour donner forme aux attitudes européennes envers les commémorations”.

⁶ Roland Quinault, “The cult of the centenary, c. 1784-1914” in *Historical Research*, vol. 71, Nº 176, October 1998, p. 303. “Remissão de servidão, dívidas e culpas, entre os Hebreus de cinquenta anos” (António de Morais Silva, Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa, vol. III, Lisboa, 1981, p. 311)

Camões. A época contemporânea foi buscar uma boa parte da inspiração e dos instrumentos da comemoração à cultura clássica – discursos, récitas, lápides, arcos triunfais, monumentos. O culto pagão dos antepassados e dos mortos foi a base da associação entre a morte e a memória que encontramos no cristianismo⁷. Por esta via passou para os cultos laicos dos grandes homens que, tal como nos dípticos romanos e nos obituários cristãos, fazem parte do conjunto daqueles cuja memória a comunidade quer manter viva.

Apesar das raízes antigas, as comemorações dos centenários parecem ter sido raras até ao século XVIII. Por isso, reveste-se de especial interesse a comemoração do primeiro centenário da viagem de Vasco da Gama que permitiu abrir o caminho marítimo para o Oriente⁸. A celebração ocorreu em Goa e foi promovida pelo vice-rei, D. Francisco da Gama, quarto conde da Vidigueira e bisneto do primeiro. A forma de comemorar o feito baseou-se no modelo clássico: Diogo do Couto recitou o panegírico do homenageado e foi levantado o Arco dos Vice-Reis, onde se colocou uma estátua de Vasco da Gama. Na sala do Senado da Câmara de Goa foi descerrado um retrato do Almirante do Mar da Índia. Não há notícia de qualquer comemoração no Reino, mas há sonetos que atestam que a data não foi esquecida e um deles refere-se expressamente ao jubileu dos cem anos do feito do Gama⁹.

Todavia, foi a partir da segunda metade do século das Luzes que este tipo de celebrações começou a adquirir maior expressão e significado, o que está directamente relacionado com a invenção do conceito de século¹⁰. O primeiro centenário político da Grã-Bretanha foi celebrado em 1788 a propósito do aniversário

⁷ Jacques Le Goff, “Memória” in *Enciclopédia Einaudi*, vol. I, Lisboa, 1984, p. 27

⁸ João Marinho dos Santos e José Manuel de Azevedo, *Vasco da Gama. A Honra, o Proveito, a Fama e a Glória*, Porto, Editora Ausência, 1999, p. 137

⁹ *Idem*, pp. 144-145

¹⁰ Pierre Nora, “L’ère de la commémoration” in Pierre Nora, (dir.), *Les Lieux de la Mémoire*, Tomo III, Paris, Gallimard, 1992, p. 982

da Gloriosa Revolução de 1688¹¹. Mas foi somente a meados do século XIX que os centenários, em especial os dos grandes homens, se tornaram mais frequentes e públicos. Em 1849, o nascimento de Goethe deu lugar a várias celebrações na Alemanha; em 1856, o nascimento de Mozart foi celebrado com um monumental concerto em Viena, com mais de 500 executantes, que se saldou num fracasso, porque o maestro não conseguiu manter a afinação do conjunto; em 1859, a morte de Handel, o nascimento de Robert Burns e de Schiller foram assinalados com festivais promovidos pelo Crystal Palace, em Londres¹². A finalidade mercantil é já evidente nestes últimos centenários e tendiam a proliferar. Mas na Alemanha o centenário de Schiller inscreveu-se na aspiração de construir a unidade alemã, bem como a Wartburgfest com que os estudantes, em 1817, assinalaram os 300 anos das 95 Teses de Lutero¹³.

As celebrações de centenários expandiram-se, nas décadas seguintes, a bom ritmo. Sejam as grandes comemorações promovidas pelo Estado, com objectivos políticos e cívicos, ou as múltiplas celebrações realizadas pelas mais diversas entidades. Em 1876, o centenário da publicação da obra *The Wealth of Nations*, de Adam Smith, foi celebrado pelo Political Economy Club, em Londres, que incluía diversos líderes do partido Liberal¹⁴. Trata-se de um modelo mais restrito de comemoração que funciona como factor de reconhecimento e de afirmação ideológica de um grupo da elite política. Em 1878, celebrou-se o centenário da morte de Voltaire e Rousseau, em França, transformados pelo discurso oficial em Pais da

¹¹ Roland Quinault, *op. cit.*, p. 304

¹² *Idem*, pp. 307-308

¹³ William M. Jonhston, *Post-modernisme et bimillénaire*, Paris, PUF, 1992, p. 117. Os estudantes universitários, partidários da unidade alemão, fizeram uma romagem a Waterburg “et en allumant des feux de joie près de l’endroit où il avait traduit la Bible inventaient un nouveau mode de propagande”.

¹⁴ Roland Quinault, *op. cit.*, p.313

República, restaurada e legitimada¹⁵. Neste caso, já estamos perante o modelo político da comemoração, promovida pelas autoridades centrais e regionais e fortemente apoiada pelas organizações partidárias e cívicas, de feição maçónica.

As iniciativas não desmentem a inspiração clássica, por um lado, e a herança da festa revolucionária, por outro. Realizou-se uma imponente sessão solene, no teatro da Gaieté, onde discursou Victor Hugo, entre outros, perante o busto de Voltaire, colocado ao centro da cena, magnificamente drapejado. A erecção de uma estátua, um grande banquete, na sala do Grand Orient, e a venda de muitas medalhas comemorativas, durante todo o dia, marcaram ainda a comemoração do centenário de Voltaire, a 30 de Maio, em Paris¹⁶. O público foi mais espectador do que actor, mas não deixou de participar nas cerimónias em grande número. No local de inauguração da estátua, cerca de cinco mil pessoas arvoravam bandeiras tricolores ou maçónicas. Foi pela via francesa e na sequência dos ecos deste duplo centenário de 1878 que a ideia ganhou adeptos em Portugal e se veio a realizar o tricentenário da morte de Luís de Camões, em 1880.

A realização dos centenários tornou-se uma verdadeira moda e as últimas décadas do século XIX foram pródigas em eventos deste género. Mas três grandes centenários tiveram uma importância decisiva no ascendente que este tipo de celebração passou a ter no Ocidente: o centenário da declaração da independência americana (1876), o centenário da Revolução francesa (1889) e o centenário do próprio século (1900)¹⁷. Em geral, as comemorações não são independentes dos contextos culturais e políticos de cada época e traduzem diferentes realidades

¹⁵ Jean-Marie Goulement et Éric Walter, “Les centenaires de Voltaire e de Rousseau. Les deux lampions des Lumières” in Pierre Nora (dir.), *Les Lieux de la Mémoire*, Tomo I, Paris, Gallimard, 1984, p. 383

¹⁶ *Idem*, p. 395

¹⁷ Pierre Nora, “l’ère de la commémoration” in Pierre Nora, (dir.), *Les Lieux de la Mémoire*, Tomo III, Paris, Gallimard, 1992, p. 982

nacionais. Pode estabelecer-se uma nítida diferença entre o que se tem passado, neste domínio, nos Estados Unidos e em vários países europeus.

Nos Estados Unidos, a enorme quantidade e a periodicidade das múltiplas comemorações realizadas pela sociedade americana, o culto em torno dos Pais fundadores da nação e da Constituição assumem foros de uma autêntica “religião cívica”¹⁸. O objectivo consiste em promover um certo consenso nacional e patriótico, fortalecer a “fé republicana” dos cidadãos e conferir unidade a um país de formação recente, constituído por uma grande diversidade de povos emigrantes¹⁹. A “religião cívica” norte-americana assenta no optimismo e na crença na grandeza e no progresso da América. As comemorações americanas voltam-se pouco para o passado, o que se compreende bem. São fortemente determinadas pelas preocupações do presente, pelo *marketing* e o consumo. São também, na maioria, descentralizadas e muitas vezes assumidas por fundações e organismos privados, com um carácter mais local e restrito. Mas não deixa de haver comemorações de âmbito federal e grande projecção, mesmo à escala americana.

Na Europa, as comemorações são com frequência assumidas pelo Estado e centralizadas através de serviços e departamentos públicos. A França é o exemplo mais forte deste tipo de comemoração, muito centrada na preocupação de afirmar uma identidade nacional que se tem pretendido que seja republicana e laica. Daí o impacto das celebrações dos centenários da Revolução e das figuras que, paulatinamente, se vieram a impor como inspiradoras e fundadoras da ideia republicana. E acrescente-se ainda o facto do dia nacional ser celebrado a 14 de

¹⁸ O conceito foi definido do seguinte modo: “[...] le respect religieux ou quasi religieux de certaines valeurs et traditions civiques, qui apparaissent de façon récurrente dans l’histoire de l’Etat politique” – Robert Nisbet, “Civil Religion” in *Encyclopedia of Religion*, 3, 1987, p. 524, cit. William M. Jonhston, *op. cit.*, p. 81

¹⁹ Denis Lacorne, “Des Pères fondateurs à l’Holocauste. Deux siècles de commémorations américaines” in *Le Débat*, N° 78, Paris, Janvier-Février 1994, pp. 71-72

Julho, desde 1880²⁰. A França monárquica, católica e conservador não deixou de sustentar uma “contre-mémoire”, rebelde aos discursos oficiais²¹. Mas essas oposições e dualidades também fazem parte da identidade da França, como já foi assinalado²².

A Alemanha tende a descentralizar as comemorações e a privilegiar a celebração de carácter cultural, como a melhor forma de afirmar a identidade alemã²³. A unidade pode encontrar-se mais facilmente desse modo, porque as divisões políticas marcaram fortemente a sua história. Recentemente, tem procurado no fervor comemorativo, na voga das histórias da Alemanha e dos Museus de História uma forma de esconjurar os fantasmas do passado problemático e de construir a sua identidade²⁴. Na Alemanha, “la commémoration est là pour tenter tirer au clair mais aussi d’exorciser l’énigme de l’identité allemande”²⁵.

Na Grã-Bretanha, as comemorações cívicas nunca tiveram a importância da França ou da Alemanha. A continuidade da Monarquia britânica e o carácter relativamente moderado da revolução do século XVII, que permitiu implantar o Estado moderno, tornaram possível manter a tradição. Não houve rupturas violentas e a existência de uma religião de Estado – o anglicanismo – tornou menos premente a instauração de cultos cívicos em torno de acontecimentos ou figuras históricas. O

²⁰ Rosemonde Sanson, *Les 14 Juillet, fête et conscience nationale (1789-1975)*, Paris, Flammarion, 1976, p. 5

²¹ Ver sobre o assunto: Jean-Clément Martin, “La Vendée, région-mémioire” e Madeleine Rebérioux, “Le Mur des Fédérés” in Pierre Nora (dir.), *Les Lieux de la Mémoire*, Tomo I, Paris, Gallimard, 1984. No artigo já citado sobre os centenário de Voltaire e Rousseau, há forças do “contre-centenaire” que promovem manifestações religiosas e a deposição de flores aos pés da estátua de Jeanne d’Arc (Cf. pp. 395-396)

²² Mona Ozouf em entrevista a propósito da publicação do último tomo da obra *Les Lieux de la Mémoire* (*Magazine Littéraire*, N° 307, Février 1993, p. 24)

²³ Segundo William M. Jonhston, os lugares de memória arquetípicos da Alemanha são culturais. E, nesse aspecto, Wagner tem sido paradigmático (*Post-modernisme et bimillénaire*, Paris, PUF, 1992, p. 83).

²⁴ Étienne François, «Nation retrouvée, “nation à contrecœur”. L’Allemagne des commémorations» in *Le Débat*, N° 78, Paris, Janvier-Février 1994, pp. 62-70

grande objecto do culto cívico britânico tem sido o monarca e a sua família. Os rituais monárquicos foram, em larga medida, “inventados” nos últimos dois séculos, mas a eficácia da sua gestão permitiu criar a imagem reconfortante de estabilidade, tradição e continuidade²⁶.

Em Itália, apesar da tentativa fascista para criar um culto nacional em torno dos símbolos da Roma Antiga, muitos italianos sentem-se mais próximos da sua vila ou região do que do Estado-nação, unificado em 1860²⁷. A identidade local e nacional interliga-se com a religião católica e o aniversário dos santos. São Francisco, Santo António de Pádua e Santa Catarina de Siena, protectora da Itália, são heróis nacionais bastante populares. A Itália tem também uma forte tradição localista – o “campanilismo” – que se manifesta na celebração regular dos filhos ilustres da terra. Mas não deixaram de aderir à voga dos centenários e, logo no século XIX, tiveram considerável projecção as celebrações que recordaram o nascimento de Dante (1865) e a morte de Petrarca (1874).

A Espanha revê-se em poucos acontecimentos históricos e a descoberta da América é um deles, apesar da “lenda negra” que tem pesado sobre o processo da colonização. O quarto centenário do descobrimento da América foi preparado com antecedência, mas a comemoração ocorreu num momento de profunda crise económica e política que ensombrou as festas²⁸. Apesar da intensa polémica e das críticas, as iniciativas das comemorações prolongaram-se por vários meses e estenderam-se a muitas cidades e regiões da Espanha. Nem sequer em Cuba e nas Filipinas, escassos anos volvidos já independentes (1898), a administração colonial

²⁵ *Idem*, p. 68

²⁶ David Cannadine, “The context, performance and meaning of ritual: The British Monarchy and the “Invention of tradition”, c. 1820-1977” in, Eric Hobsbawm and Terence Ranger, *The Invention of Tradition*, Cambridge, University Press, 1993, p. 161

²⁷ William M. Jonhston, *op. cit.*, p. 86

deixou de assinalar o 12 de Outubro com cerimónias religiosas e diversas manifestações²⁹. O saldo cultural do centenário foi realmente importante, devido ao elevado número de congressos realizados, de exposições e de publicações, mormente no âmbito da historiografia³⁰.

Um século volvido, o centenário de 1992 pretendeu ser uma imponente manifestação da pujança de Espanha e dar um *élan* decisivo a uma comunidade ibero-americana das nações, que pudesse funcionar como um factor de integração de todos os países que a compõem, em pé de igualdade³¹. Desde 1987, a festa nacional é celebrada como o Dia da Hispanidade, precisamente no aniversário da chegada de Colombo à ilha de São Salvador. A procura dos consensos possíveis, no meio da polémica e dos movimentos contra a comemoração, explica que os termos tradicionais (conquista, descoberta) tenham cedido lugar a uma linguagem neutra, de que a expressão “encontro dos povos” é um exemplo³². Sinal dos tempos, a obra mais representativa da comemoração foi o monumento à tolerância, realizado por Eduardo Chillida, que ornamenta o cais da margem esquerda do Guadalquivir, em Sevilha³³. No mesmo ano, concentraram-se três grandes eventos: a Exposição Universal, em Sevilha; a Capital Europeia da Cultura, em Madrid; os Jogos Olímpicos, em Barcelona. Deste modo, se procurava manter o delicado equilíbrio interno, reforçado por outras iniciativas regionais e pela itinerância do monarca, como representante do Estado e figura emblemática da unidade.

²⁸ Salvador Bernabeu Albert, *1892: El IV Centenario del Descubrimiento de America en España: coyuntura e conmemoraciones*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1987, pp. 43-46

²⁹ *Idem*, p. 71

³⁰ *Idem*, pp. 73-106

³¹ Declarações de Javier Solana, então ministro do Negócios Estrangeiros, em Outubro de 1992. Cit. Bernard Vincent, “L’Espagne et les commémorations de 1492” in *Le Débat*, Nº 78, Paris, Janvier-Février 1994, p. 85

³² Parece que o termo foi proposto pela diplomacia mexicana, mas foi imediatamente objecto de polémica e mais tarde abandonado (*Idem*, p. 86)

O dia 12 de Outubro é celebrado nas cidades dos Estados Unidos com desfiles anuais, actualmente dominados pelos ítalo-americanos³⁴. O Dia de Colombo foi inventado no final do século XVIII por uma das mais antigas associações cívicas americanas, a “sociedade de Tammany ou ordem de Colombo”, fundada em New York em 1789, com o objectivo de criar laços fraternos entre os americanos para defender os direitos políticos da humanidade e a liberdade do país. A sociedade de Tammany (nome de um chefe índio fictício) organizou o terceiro centenário da descoberta da América, a 12 de Outubro de 1792, em New York. O acontecimento foi modesto, mas cumpriu os propósitos cívicos e patrióticos dos organizadores.

A comemoração do quarto centenário foi mais grandiosa: quatro dias de festividades em New York e a erecção de um arco de Colombo sobre a 5ª Avenida, em Outubro de 1892. Na sequência desta comemoração, teve lugar uma grande Exposição internacional em Chicago, em 1893. Dois monumentos dominaram a exposição: “un quadrigé représentant le “triomphe de Colomb” surmonté le péristyle d’un immense arc de triomphe; une grande “barque” installée sur un lac, près de la fontaine de Colomb, symbolise l’apothéose de la liberté: la déesse Columbia trône sur une colonne qu’entourent quatre rameurs: l’art, la science, l’industrie et l’agriculture”³⁵. Colombo tornou-se objecto de uma paixão nacional fortalecida pelas vagas da emigração italiana e, progressivamente, transformou-se num ídolo da comunidade ítalo-americana. Assumiu, deste modo, a categoria de um Pai fundador da América, com a vantagem de nada dever à tradição anglo-saxónica.

No quinto centenário do descobrimento da América, a revisão sistemática da história, recuperando e ampliando muitos dos elementos da “lenda negra”, transformou o herói num vilão. Colombo foi identificado com opressão, violação dos direitos dos indígenas, transmissão de doenças incuráveis, origem de um imenso

³³ *Idem*, p. 88

³⁴ Seguimos o relato de Denis Lacorne, *op. cit.*, p. 79

desastre ecológico e genocídio. Projectaram-se no navegador e no seu feito os problemas do mundo contemporâneo. Não se aprofundaram e desmistificaram as memórias. Criaram-se novos mitos que, tal como os anteriores, lançaram uma cortina de fumo sobre a história. Em nome de um multiculturalismo superficial, o que no fim de contas se revela é uma dificuldade de pensar a história na sua complexidade e temporalidade³⁶. E, simultaneamente, inventam-se novos obstáculos para a real compreensão do passado e das heranças que forjaram a mestiçagem étnica e cultural das sociedades contemporâneas.

Um dos grandes problemas da memória, que é também próprio da história, consiste no facto de estar sujeita a todo o tipo de manipulações. Não existe memória sem esquecimento e a forma como as sociedades têm construído e reconstruído as suas memórias reflecte dinâmicas culturais, clivagens e lutas pelo domínio do “poder simbólico”, segundo o conceito de Bourdieu. Definiu-o como o “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física e económica), graças ao efeito específico da mobilização [...]”³⁷. A apropriação do passado pelos diversos grupos sociais que é feita através das comemorações não escapa a este processo mais geral. As memórias não são neutras nem inócuas do

³⁵ *Idem, ibid.*

³⁶ Um exemplo de outro modo de pensar a história e aprofundar as memórias é o estudo do prof. Vitorino Magalhães Godinho, apresentado no colóquio internacional organizado pela Comissão Nationale Suisse pour l’Unesco, em 1992: *O papel de Portugal nos séculos XV e XVI. Que significa descobrir? Os novos mundos e um mundo novo*, Edição bilingue (português e francês), Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994

³⁷ Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, p. 14

ponto de vista político e ideológico. Compete ao historiador procurar compreender a forma como foram sendo construídas e os respectivos significados³⁸.

Os estudos sobre a memória entendida como fenómeno colectivo e social são recentes. Remontam aos trabalhos pioneiros de Maurice Halbwachs, cuja reflexão sobre as relações entre a memória e a sociedade se estenderam de 1922 a 1944³⁹. Mas o interesse dos historiadores por esta matéria só se expandiu depois da divulgação de duas obras fundamentais: *The Invention of Tradition*, publicada por Eric Hobsbawm e Terence Ranger, em 1983, e *Les Lieux de la Mémoire*, dirigido por Pierre Nora, cujo primeiro tomo surgiu em 1984. Em pouco mais de duas décadas, a bibliografia sobre o assunto cresceu de uma forma exponencial em diversos países.

Em Portugal, o Gabinete de Estudos de Simbologia realizou um colóquio sobre o tema *A Memória da Nação*, em 1987, organizado por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. No ano seguinte, Fernando Catroga apresentou, na Universidade de Coimbra, a sua dissertação de doutoramento sobre a *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal (1865-1911)*, onde abordava o problema da festa cívica, do culto cívico dos mortos e da comemoração, vista pelo autor como “liturgia cívica do passado”. Estes temas continuaram a ser trabalhados por Fernando Catroga em diversos textos entretanto publicados e têm sido um dos focos de interesse do Instituto de História e Teoria das Ideias, da Faculdade de Letras de Coimbra, e da sua revista. Assim, em 1996, surgiu a primeira síntese geral sobre a *História da História em Portugal (Sécs. XIX-XX)*, da colaboração frutuosa de três professores daquela Faculdade: Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga. A obra é constituída por duas partes: a primeira, apresenta a história da historiografia portuguesa, nestes dois séculos, e a segunda debruça-se

³⁸ Como refere Clifford Geertz, “el análisis de la cultura ha de ser [...] no una ciencia experimental en busca de leyes, sino una ciencia interpretativa en busca de significaciones”(*La Interpretation de las Culturas*, Barcelona, Gedosa, 1989)

³⁹ Gérard Namer, *Mémoire et Société*, Paris, Méridiens Klincksieck, 1987, p. 13

sobre a memória histórica tal como foi sendo construída pelo sistema de ensino, por múltiplas formas de divulgação da história e pelas comemorações.

O interesse por estes temas não escapou à Associação dos Professores de História que, logo em 1987, realizou um Encontro sobre *A Construção Social do Passado*⁴⁰. Já nos anos 90, Sérgio Campos Matos defendeu uma dissertação de doutoramento sobre *Memória e Nação: Historiografia portuguesa de divulgação e nacionalismo (1846-1898)*, na Faculdade de Letras de Lisboa⁴¹. Na *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, o tema da memória não foi ignorado, pelo menos em alguns volumes⁴². Mas no conjunto da obra estas novas problemáticas da historiografia ainda não têm um peso significativo e todo o projecto é, globalmente, dominado por uma visão económico-social e política da história nacional. Na *História da Expansão Portuguesa*, dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, procurou-se integrar o problema das práticas culturais e das identidades, logo das memórias, na estrutura geral da obra, como um elemento fundamental do quadro interpretativo de cada época. Nesta linha, o quarto volume dedica um capítulo específico à questão da “Organização da memória” – bibliotecas, arquivos, museus, produção historiográfica e divulgação através do sistema de ensino – e outro às

⁴⁰ *Actas do Encontro “A Construção Social do Passado”*, 27, 28 Nov. 1987, s.l., A.P.H., 1992

⁴¹ Já publicada com o título: *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX* (Lisboa, Edições Colibri, 1998). Um trabalho que vem na sequência da tese de mestrado, onde os problemas da memória já estavam em foco – *História, Mitologia, Imaginário Nacional, A História no curso dos liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990

⁴² No II volume sobre a época medieval, a questão da cultura é focada, mas não especificamente o problema da memória ou memórias. No III, há um capítulo sobre “Língua e Memória”, subscrito por Diogo Ramada Curto. No IV, o capítulo inicial sobre “A identidade portuguesa”, de Ana Cristina Nogueira da Silva e António Manuel Hespanha, que também coordena o volume, incorpora a questão das memórias sociais, sem as quais as identidades não seriam possíveis. No V, a questão da memória é afluada a propósito de “O culto do 1º de Dezembro” e da “Morte romântica e religiosidade cívica”, por Fernando Catroga. No sexto, Rui Ramos passa pelo tema das comemorações: o centenário do Infante D. Henrique, festejos e celebrações da I República. Mas o mais relevante da análise que procurou fazer do período entre 1890-1926, que designou como *A segunda fundação*, deve-se à interpretação da reinvenção da nação e das tradições feita no âmbito da I República. Nos últimos

“Comemorações e mitos da expansão”, da nossa autoria. O quinto volume termina, precisamente, com uma reflexão sobre “A memória da expansão”, feita por Francisco Bethencourt.

É significativo que a *História da Expansão Portuguesa*, publicada entre 1998-1999, num período em que a questão das comemorações tem estado muito presente na sociedade portuguesa, atribua uma importância considerável ao problema da memória. Portugal também tem vivido a sua “era da comemoração”, como é natural num país fortemente marcado pelos signos do passado. Entre as múltiplas celebrações de que os meios de comunicação social fazem eco quase todos os dias, destacam-se as prolongadas comemorações dos descobrimentos portugueses que remontam ao centenário da passagem do cabo da Boa Esperança, em 1987. O país tem seguido de perto, neste aspecto, a onda mais geral. Logo nas últimas décadas do século XIX, não deixou de adoptar a moda dos centenários e também nessa altura as realizações mais importantes estiveram ligadas às comemorações da expansão portuguesa, nomeadamente ao quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, em 1898⁴³.

As comemorações actuais suscitaram em nós um interesse retrospectivo pelo que tinha acontecido no passado. Por um lado, fomos tomando consciência da importância das memórias que moldam o imaginário de várias gerações de portugueses e do papel das comemorações; por outro lado, tínhamos presentes as palavras do Professor Vitorino Magalhães Godinho nos seminários de mestrado, quando nos incentivou a investigar como tinha decorrido o tricentenário de Camões nos Açores⁴⁴. A sua ideia de que só uma “sociologia histórica das comemorações,

volumes, sobre o Estado Novo e pós 25 de Abril, a questão da memória, bem como de uma história da cultura e das representações, está ausente.

⁴³ Ver sobre o assunto: *O “Centenário da Índia” e a memória da viagem de Vasco da Gama*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998

⁴⁴, Maria Isabel João, “A festa cívica. O tricentenário de Camões nos Açores (10 de Junho de 1880)”, Separata da “Revista de História Económica e Social”, Lisboa, 1987

uma análise da sua inserção nas maneiras de pensar, sentir e agir”⁴⁵ é susceptível de nos elucidar sobre o que representaram para a colectividade nacional serviu de inspiração para o projecto que queríamos desenvolver.

Mas um projecto está sujeito a reformulações e, neste caso, o plano inicial de estudar todas as comemorações de âmbito nacional teve de ser circunscrito. Foi a única forma de não naufragarmos no mar de informação e de dar um tratamento mais aprofundado aos principais problemas. Assim, optámos por delimitar a análise às comemorações dos centenários relacionados com os descobrimentos, a expansão e o império. Em mente tínhamos os acontecimentos e as figuras que se prendem com aqueles tópicos: o tricentenário de Camões, matriz inicial de todos estes eventos, e vários centenários do final do século XIX – o descobrimento da América, em que o país participou, o nascimento do Infante D. Henrique, realizado no Porto, o descobrimento do caminho marítimo para a Índia e o achamento do Brasil.

Na sequência destes impunham-se, já na I República, o duplo centenário da conquista de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque (1915), apesar de não ter sido possível concretizar grande parte do programa inicial, o centenário da morte de Fernão de Magalhães (1921), o do nascimento de Camões (1924) e da morte de Vasco da Gama (25 de Dezembro de 1524), comemorado um mês depois da data da efeméride. Entre estes ficava um evento de larga repercussão nacional, a primeira travessia aérea do Atlântico Sul que se integrou nas comemorações portuguesas do centenário da independência do Brasil (1922). O país colonizador a comemorar a independência da ex-colónia parecia ser o reverso da medalha, por isso importava analisar como tinha sido visto o problema na época.

No mesmo ano, a Madeira comemorou o centenário do descobrimento do arquipélago e, em 1932, foi a vez dos Açores não perderem idêntica oportunidade.

⁴⁵ Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar (Séculos XIII-XVIII)*, Lisboa, Difel, 1990, p. 25

Uma primeira sondagem pela documentação permitiu constatar que se tinha tratado de eventos de âmbito mais regional. Mas revelou também a forma como estas comemorações se inseriam na afirmação de identidades regionais, no contexto nacional. Era, afinal, outra dimensão do problema das malhas tecidas pelo processo da expansão portuguesa e para o compreender dispunhamos de elementos fornecidos pelos nossos trabalhos anteriores, nomeadamente sobre a história dos Açores⁴⁶. Mas foi preciso completá-los e confrontá-los, como é natural, com trabalhos de outros autores.

Já no Estado Novo, o número das comemorações dos centenários aumentava e foi preciso fazer opções. O centenário do cabo Bojador, em 1934, passou quase despercebido. Em causa estava a Exposição Colonial, no Porto, que absorveu todas as atenções. Três anos depois a Exposição Histórica da Ocupação traduzia a revalorização, feita pelo Estado Novo, das campanhas africanas do final do século XIX, vistas também como parte da “epopeia” dos portugueses. O Duplo Centenário, de 1940, tinha como temas a Fundação e a Restauração de Portugal, mas o que verdadeiramente estava em causa era a afirmação de uma ideia imperial da nação. Foi, além disso, o paradigma dos centenários do Estado Novo e a comemoração, por excelência, cuja memória continua a assombrar as realizações do género. Ainda nos anos 40, sobressaíam alguns centenários promovidos pelos governos das colónias: o centenário do descobrimento da Guiné (1946); o da Reconquista de Angola, por Salvador Correia de Sá, e o nascimento de António Enes (1948). O primeiro teve maior repercussão nacional do que os outros, mas de qualquer modo julgamos importante analisar estes exemplos da forma como os centenários foram projectados pelas administrações coloniais. Finalmente, tratamos ainda os centenários de dois

⁴⁶ Nomeadamente, a tese de mestrado (*Os Açores no século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Cosmos, 1991), que foi a base de outras reflexões posteriores em torno da economia, dos movimentos autonomistas e da identidade regional, dispersas em artigos publicados.

grandes mitos da memória da expansão e do império: o nascimento de Mouzinho de Albuquerque (1955) e a morte do Infante D. Henrique (1960).

Além dos centenários, a única comemoração regular analisada é o 10 de Junho, Dia de Portugal, pelo menos desde 1925. A forma como o centenário se transformou numa comemoração regular e as conotações de que se foi revestindo o feriado é uma história bem expressiva das apropriações ideológicas destes eventos. Camões é o maior símbolo de Portugal – do Portugal da expansão e da dispersão, repartido em pedaços pelo mundo – e a demonstração disso está na forma como a suposta data da sua morte foi transformada num lugar de memória⁴⁷ da nação, que tem resistido ao tempo e sofrido diversas metamorfoses⁴⁸.

O período cronológico abordado situa-se entre 1880 e 1960. A delimitação decorre do próprio objecto de análise: entre um ano e outro se situam os grandes centenários relacionados com os tópicos seleccionados. Depois de 1960, os centenários perderam o *élan* e tiveram uma projecção mais limitada, bem visível na comemoração do nascimento de Vasco da Gama (1969) e ainda mais no caso de Pedro Álvares Cabral (1968), cujas datas efectivas de nascimento e morte são desconhecidas. Mas mais importante ainda do que a questão dos centenários é a articulação que pode ser feita entre as duas datas no que se refere à edificação do Império Africano. Em 1880, este ainda dava os primeiros passos e, em 1960, estava a chegar ao irremediável princípio do fim. Por isso, entre um centenário e outro se situou o essencial da construção da memória e do imaginário nacionalista-imperialista do país, que foi aquilo que quisemos apreender através destas comemorações. Somente no caso da análise do 10 de Junho tivemos de ir além de 1960, porque com o

⁴⁷ O conceito de lugar de memória foi definido por Pierre Nora: “unité significative, d’ordre matériel ou idéal, dont la volonté des hommes ou le travail du temps a fait un élément symbolique d’une quelconque communauté” (Pierre Nora, (dir.), *Les Lieux de la Mémoire*, Tomo III, Paris, Gallimard, 1992, p. 1104)

⁴⁸ Sobre a mais recente, do pós 25 de Abril, ver: Maria Beatriz Rocha-Trindade, “O diálogo instituído” in *Nova Renascença*, Julho-Setembro de 1984, pp. 229-245

início das guerras coloniais o dia passou a ser dedicado à entrega de medalhas aos militares que se tinham distinguido na frente de combate. Este facto é essencial para se compreender as transformações do Dia de Portugal. Como é sabido, as balizas temporais nunca podem ser absolutamente rígidas.

Por fim, falta uma breve referência ao plano de desenvolvimento da dissertação. Não vamos apresentar uma narrativa linear sobre cada um dos centenários, mas uma análise transversal que procura ter sempre bem presente o factor temporal. Começamos, no primeiro capítulo, por situar os contextos em que ocorreram as comemorações e as perspectivas que as justificaram na época. Em seguida, caracterizamos as formas de organização e os protagonistas destes eventos do ponto de vista sociológico, com uma breve incursão pelo impacto e difusão dos vários centenários. Passamos, no terceiro capítulo, à análise das práticas e ritos das comemorações. Seguem-se a iconografia e, no quinto capítulo, os discursos através dos quais se pretendia configurar uma certa memória e identidade nacional.

A bibliografia e fontes vêm indicadas no final. Tivemos, sobretudo, em atenção as publicações que serviram para construir a análise. A maior parte foi referenciada nas notas. Em anexo, apresentamos o quadro geral com os membros das comissões organizadoras dos centenários e os quadros (I a IV) com o tratamento quantitativo dos dados. No último anexo, reunimos uma amostragem, ilustrativa da iconografia dos centenários.

PERSPECTIVAS E CONTEXTOS

Entre o tricentenário de Camões e o quinto da morte do Infante D. Henrique escoaram-se oito décadas. A sociedade portuguesa sofreu grandes transformações e mudaram os regimes políticos. À Monarquia sucedera a I República e o que restava de um ideal democrático, aplicado de forma mitigada, esboroara-se com a Ditadura. Mas, em especial, mudaram os valores e as concepções político-ideológicas que estiveram presentes na realização dos vários centenários.

Neste capítulo vamos analisar o contexto político e sociocultural em que foram realizadas as comemorações já antes indicadas e as razões que impulsionaram os seus proponentes e organizadores. Sentimos necessidade de recuar ao período vintista para situar a introdução da festa cívica em Portugal e assinalar as características deste género de manifestações. Igualmente, julgamos que a breve descrição das celebrações típicas do regime monárquico permite compreender melhor o quadro em que se vieram inserir as comemorações dos centenários dos grandes homens e acontecimentos mais marcantes da história nacional.

Revolução e Tradição

A celebração dos centenários entronca directamente na tradição das festas cívicas que foram preconizadas por Rousseau e postas em prática pela Revolução

francesa⁴⁹. O desenvolvimento do Estado no seu sentido contemporâneo, que implica a existência de um “*vínculo político único e geral*, ligando a *população* de um *território* a um *centro político*”⁵⁰, e o concomitante processo de afirmação de uma cultura política assente na afirmação dos valores da cidadania estiveram na base da necessidade de estabelecer este tipo de festas. Através delas, os cidadãos comemoravam os acontecimentos que tinham permitido implantar o novo regime liberal, reafirmavam a sua adesão aos valores revolucionários, a unidade e a identidade entre todos os membros da sociedade.

As festas cívicas foram oficialmente adoptadas pela Assembleia Constituinte francesa, no início de Setembro de 1791. O artigo da Constituição que decretava “l’établissement de fêtes, pour conserver le souvenir de la Révolution française, entretenir la fraternité entre les citoyens, les attacher à la patrie et aux lois” obteve a aprovação unânime dos constituintes⁵¹. O modelo era a comemoração da tomada da Bastilha que tinha mobilizado o entusiasmo dos cidadãos um ano antes. No Campo de Marte erguia-se o “altar da pátria” num espaço terraplanado. Milhares de federados provenientes das províncias confluíram para aquele local, onde tiveram lugar os discursos e o juramento solene do rei de cumprir a constituição. Apesar da chuva, a multidão manteve-se nas ruas numa atitude festiva, expressando a sua alegria através do canto, da música, da dança e dos jogos populares⁵². O povo foi o actor principal das celebrações que representaram um hino à Liberdade e à Fraternidade que devia unir todos os franceses.

⁴⁹ Jean Duvignaud, “La fête civique”, in Guy Dumur, (dir.), *Histoire des spectacles*, Paris, Gallimard, 1980, pp. 239-245

⁵⁰ António Manuel Hespanha, *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra, Almedina, 1982, p. 108

⁵¹ Cit. Jean Duvignaud, *op.cit.*, p. 243

⁵² Rosemond Sanson, *Les 14 Juillet, fête et conscience nationale (1789-1975)*, Paris, Flammarion, 1976, pp. 14-15

Em Portugal, os rituais cívicos foram introduzidos no período do Vintismo, no quadro do triunfo das ideias liberais, como forma de suscitar a adesão das populações aos novos valores⁵³. A iniciativa tanto podia competir às autoridades centrais como aos municípios ou aos particulares. As manifestações cívicas incluíam um número variado de acções, como o juramento das Bases e, em seguida, da própria Constituição, cortejos cívicos e alegóricos, paradas e desfiles militares, proclamações, discursos, representações teatrais, declamação de poesia e, nalguns casos, a plantação de uma Árvore da Liberdade. Contudo, a tradição religiosa manteve-se presente nestas comemorações que em muitos casos começavam pela celebração de uma missa solene, acompanhada do imprescindível *Te Deum Laudamus*. Em muitos sítios, os adros das igrejas continuavam a ser o local preferido para realizar os festejos.

A liturgia cívica na sua expressão festiva herdou, naturalmente, uma parte significativa da tradição mais geral do ritual da festa do Antigo Regime. Os cortejos vistosos e organizados de acordo com as hierarquias remetem-nos para a procissão religiosa e para as entradas régias nas cidades, apesar dos valores agora exaltados serem a Liberdade e a Regeneração da pátria. O som, a luz e a cor continuavam a ser elementos fundamentais da festa. Por isso, as alvoradas rompiam com salvas de artilharia e os momentos altos das celebrações eram assinalados com repiques de sinos ou disparos das armas. Os foguetes soltos ou em girândolas atroavam os ares e a música das bandas civis ou militares animava as ruas. Os hinos entoados em conjunto sublinhavam o sentido político das celebrações. A luz brilhava nas variadas iluminações que, como nos arraiais populares, tinham um lugar importante no programa festivo. Lanternas, balões venezianos, fogachos, vidros de cores, lustres e “tigelinhas” conjugavam-se, nas celebrações mais bem sucedidas, para encher de

⁵³ Ver sobre o assunto: Maria Cândida Proença, " 1820: A festa da regeneração: permanências e inovações" in *Revista de História das Ideias*, nº 10, Coimbra, 1988, pp. 375-384; Magda Pinheiro, "A memória das revoluções liberais através dos seus monumentos" in *Actas do Encontro "A Construção*

alegria as noites dos cidadãos. Numa época em que a luz artificial era um bem escasso e precioso, as iluminações festivas rompiam as trevas esconjurando o negrume, o mal e as forças tenebrosas que povoam a escuridão. A luz possui, além disso, um significado libertador, representando os valores positivos da vida. Através dela os seres humanos libertam-se da tristeza e da dor, que são negras, e das trevas da ignorância, ascendendo à claridade da razão. As luminárias eram, assim, um elemento indispensável das comemorações. A par da luz, as cores faziam parte da festa. O azul e branco da Monarquia Constitucional dominavam as decorações e associavam-se nas vestes dos participantes. Os tons da prata e do ouro, o verde das plantas decorativas e a explosão colorida dos festões de flores alegravam o ambiente com a promessa de prosperidade.

A arte efémera era outro aspecto central das práticas festivas. As ruas e os locais públicos apresentavam construções com carácter decorativo, cuja arquitectura tinha ressonâncias da Antiguidade e das festas dos príncipes renascentistas e do período barroco. Na descrição dos festejos realizados em Lisboa por ocasião do juramento da Carta Constitucional, em 1826, são referidos arcos de volta inteira ou ogivais, pórticos à romana e toscanos, colunatas, pilastras, pirâmides ou obeliscos, vasos em forma de pira e uma variedade de estilos — jónico, dórico, coríntio — que demonstram a persistência do gosto clássico⁵⁴. A escultura e a pintura também contribuíam para criar o espírito das celebrações liberais: estátuas dos reis e das personalidades festejadas, retratos e efígies, cenas alegóricas e dísticos pintados em largos painéis glorificavam perante o olhar do povo os novos símbolos e valores ideológicos. As representações mais comuns evocavam a nação portuguesa na figura

Social do Passado”, Lisboa, A.P.H., 1992; Isabel Nobre Vargues, *A Aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*, Coimbra, Minerva Editora, 1997

⁵⁴ Maria Isabel João, “Espaço urbano e festa cívica” in *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 285- 294

de Lísia e os valores burgueses que se pretendia impor aos cidadãos — a Liberdade, a Generosidade, o Amor da Pátria, a Segurança, a Justiça, a Fortaleza e a Abundância.

A tradição de distribuir bodos e esmolas aos pobres manteve-se na festa cívica. Esta prática remonta, por certo, a costumes ancestrais que associavam a festa a ritos de redistribuição da riqueza e continuou na festa política do Antigo Regime como uma forma de demonstrar o carácter magnânimo dos reis e dos senhores. Os valores da caridade cristã também estavam na base deste comportamento. A realeza e as elites oitocentistas mantiveram essa preocupação, assim como as múltiplas associações de carácter sócio-profissional que desempenhavam uma função de segurança social para os seus membros. Nas festas já referidas, os catraeiros algarvios do cais da Praça dos Remolares e o corpo de Voluntarios Reaes do Commercio, reputados liberais, participaram desta forma nos festejos que decorreram em Lisboa, nos dias 31 de Julho, 1 e 2 de Agosto de 1826. As vereações municipais também incluíam, com frequência, os bodos no programa das festas realizadas pelos concelhos e os membros da família real mantiveram a prática de oferecer quantias significativas a instituições de benemerência.

A festa é um momento privilegiado de socialização e de convívio. Os banquetes, os “jantares constitucionais” e os bailes continuaram a ser muito populares e concorridos por todos os grupos sociais, em especial por aqueles que procuravam ascender na sociedade da época. Apesar das mudanças políticas, o sentido da continuidade e da ordem dominava as celebrações liberais dos anos Vinte. A festa não era espontânea, irreverente e transgressora. Pelo contrário, como também assinalou Mona Ozouf a propósito das comemorações revolucionárias francesas, “la finalité de la fête est purement conservatrice: il ne s’agit que de maintenir, de perpétuer, de garder”⁵⁵. Naquele caso, tratava-se de conservar o regime monárquico e constitucional, as liberdades dos cidadãos, a igualdade perante a lei, um sistema

⁵⁵ Mona Ozouf, *La fête révolutionnaire 1789-1799*, Paris, Gallimard, 1976, p. 200

meritocrático, a segurança e a propriedade, isto é, as grandes conquistas e os valores que as celebrações evocavam para a formação cívica das populações. O objectivo explícito dessa pedagogia e da criação, através da festa, de uma autêntica empatia com os princípios liberais consistia em assegurar a manutenção do regime político e do modelo social implantado pela revolução. Deste modo, a sociedade reentrava nos quadros da normalidade e o presente reproduzir-se-ia no futuro.

O calendário das celebrações vintistas incluía os seguintes “dias de festividade nacional” e de grande gala na Corte: o 26 de Janeiro (data da instalação das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes); o 26 de Fevereiro (juramento das Bases da futura Constituição por D. João VI, no Brasil); o 24 de Agosto e o 15 de Setembro (dias dos pronunciamentos militares no Porto e em Lisboa); o 1º de Outubro (dia da entrada da Junta do Porto na capital e do juramento da Constituição pelo rei nas Cortes, dois anos mais tarde); o 4 de Julho (data da chegada de D. João VI)⁵⁶. O decreto de 18 de Junho de 1823 tratou de revogá-las, em consequência da Vila-Francada.

O espírito destas celebrações foi retomado pelos cidadãos liberais que, em Lisboa e no Porto, festejaram o juramento da Carta Constitucional pela Infanta Regente, D. Isabel Maria. A outorga da Carta por D. Pedro a 29 de Abril de 1826, apenas cinco dias depois de ter recebido a notícia da morte de seu pai, no Brasil, foi uma solução de compromisso entre as posições mais conservadoras e as dos constitucionais e uma forma de salvaguardar a iniciativa régia no quadro da sociedade portuguesa da época. Era uma alternativa bastante moderada que atribuía ao rei um importante papel ao nível político. O soberano além de ser o único detentor do poder moderador, era o chefe do poder executivo que exercia através dos seus ministros⁵⁷. A Constituição de 1822 estabelecera que a soberania residia em a nação e só podia

⁵⁶ Isabel Nobre Vargues, *op.cit.*, p. 275

ser exercida pelos seus representantes legalmente eleitos. Na Carta, o rei aparecia como o representante da nação por direito próprio e original, tendo mesmo o poder de sanção sobre as deliberações das Cortes. Além disso, a pessoa do rei era “inviolável e sagrada” e, nos termos do artigo 72º, não podia ser sujeita a responsabilidade alguma. O regime instituído era definido como “monárquico, hereditário e representativo”, mas a Câmara dos Pares composta por membros vitalícios e hereditários, designados pelo rei, iria deter um poder efectivamente superior à Câmara dos Deputados, eleita de forma indirecta e temporária.

A Carta Constitucional reafirmava o papel da Religião Católica Apostólica e Romana como religião do oficial do reino (artigo 6º). No último título enumerava os direitos fundamentais dos cidadãos: liberdade, segurança individual e propriedade. Além destes direitos originais e básicos, eram ainda consignados outros relativos à instrução, ao socorro público, à defesa e igualdade dos cidadãos perante a lei. Contudo, de forma contraditória com este princípio, também garantia o direito à “nobreza hereditária e suas regalias” (artigo 145, 31º). A moderação do texto constitucional não anulou as resistências das autoridades que reinavam na capital do país e o general Saldanha, então governador interino das armas no Porto, dirigiu uma representação à Regente para que o texto fundamental fosse jurado⁵⁸. O que veio a acontecer a 31 de Julho de 1826, no meio de grandes manifestações de regozijo público. Numa das muitas quadras que circularam na altura, considerava-se mesmo que a Carta outorgada por D. Pedro, geralmente confundida com uma Constituição, era a mais valiosa das riquezas provenientes do Brasil⁵⁹:

⁵⁷ Mário Soares, “Carta Constitucional” in Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., p. 496

⁵⁸ *Idem*, p. 494

⁵⁹ *Relação dos festejos que tiveram lugar em Lisboa nos memoráveis dias 31 de Julho, 1 e 2 de Agosto por ocasião do juramento prestado á Carta Constitucional decretada e dada á Nação Portuguesa pelo seu legítimo Rei o Senhor D. Pedro IV Imperador do Brazil*, por hum cidadão constitucional, Lisboa, Typ. de J.F.M. de Campos, 1826, p. 39

Do Brasil, tantas riquezas

Não vierão, nem virão

Vale mais que suas Minas

Liberal Constituição

O programa oficial das solenidades do juramento Carta Constitucional estipulava que os dias 31 de Julho, 1 e 2 de Agosto fossem de grande gala. O primeiro foi feriado para as repartições públicas. Os dois momentos altos previstos eram o acto solene de juramento, no grande salão do palácio da Ajuda, e o *Te Deum* cantado na Sé Catedral de Lisboa com a presença de toda a Corte e das principais autoridades civis, militares e religiosas. O juramento foi feito pela Infanta Regente, colocando a mão direita sobre um missal e pronunciando as seguintes palavras:

*Juro cumprir, e fazer cumprir, e guardar a Carta Constitucional decretada e dada por Meu Augusto irmão e Rei, o Senhor D. Pedro IV, em 29 de Abril de 1826, para os Reinos de Portugal e Algarves, e seus Dominios, tão inteira e fielmente como nella se contem*⁶⁰.

A fórmula usada para expressar o juramento era laica, mas a religião estava presente através do missal que o sacralizava e, assim, tornava absolutamente vinculativo o acto. O juramento devia ser repetido pelos representantes do governo e por todas as autoridades civis, militares e eclesiásticas do país e das colónias. São notórias já algumas diferenças em relação à repetição do juramento das Bases da Constituição feito pelo rei D. João VI quando chegou a Portugal. O acto solene decorreu nas Cortes e o rei pronunciou as palavras do juramento sobre o livro dos

⁶⁰ *Gazeta de Lisboa*, 24 de Julho de 1826

Evangelhos. Declarou-se rei “pela graça de Deus e da Constituição” e jurou manter a religião católica, observar e fazer observar o texto constitucional e ser fiel à Nação⁶¹. O juramento desempenhou um papel importante na cultura política vintista, retomando uma tradição que vinha da Antiguidade⁶².

Nas festas realizadas para celebrar o juramento da Carta Constitucional, a preocupação do espectáculo foi a regra e a vontade explícita de manter as manifestações públicas dentro da lei e da ordem. Os cidadãos eram, deste modo, convidados a um estado de exaltação passiva e de deslumbramento perante a grandeza e a benevolência régias. O objectivo visado era a consagração da Monarquia e do poder instituído, o que ficou patente na utilização corrente de símbolos como a Coroa Real e as Armas da Monarquia portuguesa, nas decorações dos espaços públicos. A realza exibiu-se nas suas melhores galas perante o olhar do público:

*S.S.A.A. vestidas em grande Galla, conduzidas em coche rico, puchado a seis urcos ricamente ajaezados, os criados em grande fardamento, a Guarda de Honra de S.A., Coches de Estado, e grande numero de cavaleiros a cavallo, fazendo voluntariamente o cortejo de S.S.A.A., tal o espectáculo que se apresentava no meio do numeroso concurso que permanecia junto ás illuminações*⁶³.

Seja na revista às tropas em parada, no solene *Te Deum* na Sé Catedral ou na noite de gala no teatro São Carlos, a Infanta Regente e os outros membros da família real apareciam em grande estilo, acompanhados pelas autoridades e pela Corte.

⁶¹ Cit. Isabel Nobre Vargues, *op. cit.*, p. 153

⁶² Ver sobre o assunto Isabel Nobre Vargues, *op. cit.*, pp. 139-159

⁶³ *Relação dos festejos que tiveram lugar em Lisboa nos memoraveis dias 31 de julho, 1 e 2 de Agosto por ocasião do juramento prestado á Carta Constitucional decretada e dada á Nação Portuguesa pelo seu legitimo Rei o Senhor D. Pedro IV Imperador do Brazil*, por hum cidadão constitucional, Lisboa, Typ. de J.F.M. de Campos, 1826, p. 139

Os temas dos inúmeros poemas e quadras, assim como as representações dramáticas centravam-se, de modo geral, na exaltação do Monarca, da “Constituição” e da Liberdade, deixando antever um futuro de prosperidade e felicidade para os portugueses. Em contrapartida, opunham-se ao despotismo e ao fanatismo erigidos em fonte de todos os males, do sofrimento e da decadência da Nação. D. Pedro IV e a Carta eram invocados, pela voz de poetas e artistas, como autênticos redentores da sociedade portuguesa. A pessoa do rei e a lei fundamental revestiam-se, assim, duma carga de sacralidade que visava torná-los objectos de veneração pública. Como reza o Hino do Imperador⁶⁴:

Hum Deus providente

Protege a Lusa Nação

Inspirando a Grande Pedro

Divinal Constituição

As cerimónias religiosas eram parte integrante da festa cívica, de cariz liberal e secular. Estas estiveram presentes nos festejos realizados entre 1820 e 1823 e continuaram a desempenhar um papel importante nas comemorações posteriores. As missas de acção de graças pela concessão da Carta Constitucional sucederam-se por todo o país. Numa delas, um frade arrábido teve a preocupação de assinalar a “conformidade dos sãos principios constitucionaes com as verdadeiras e não adulteras maximas da Santa Religião que professamos”⁶⁵. A presença da Igreja representava uma continuidade com a tradição e uma forma de tornar credíveis os novos valores à luz das crenças mais arraigadas das populações.

⁶⁴ *Idem*, p. 120

⁶⁵ *Idem*, p. 135

A revolução de 1820 afirmou-se através da construção de uma cultura e práticas políticas e sociais inovadoras. Contudo, no que diz respeito à festa é notória a continuidade de tradições ancestrais e, em particular, de formas de cerimonial e de espectáculo que remontavam, pelo menos, às celebrações do poder do Antigo Regime. Numa sociedade onde a consciência da cidadania tardou em desenvolver-se e a ruptura com algumas instituições do passado foi um processo moroso e conturbado, compreende-se que os exemplos que vinham do estrangeiro, nomeadamente da França revolucionária, fossem seguidos de forma mitigada devido à forte presença dos poderes tradicionais. Apesar da participação popular ser numerosa e entusiástica nos festejos realizados por ocasião do juramento da Carta Constitucional, o povo era mais espectador do que actor das celebrações. E, assim, continuou a ser nas festividades e comemorações promovidas pela Monarquia Constitucional.

Celebrações do regime monárquico

A curta duração do período revolucionário, logo subvertido pela recuperação da iniciativa por parte da ala reaccionária, os traumas da guerra civil e a estabilização política sob a forma de uma Monarquia Constitucional, moderada e conservadora, não foram propícios ao enraizamento de cultos e festas cívicas. Os setembristas ainda quiseram instituir um Panteão Nacional, mas os seus esforços malograram-se por causa da oposição dos sectores mais conservadores que viam nisso uma inspiração do jacobinismo⁶⁶. A reposição em vigor da Constituição de 1822, na sequência da revolução de Setembro de 1836, foi acompanhada pela restauração dos dias de grande

⁶⁶ Fernando Catroga, “O culto cívico de D. Pedro IV e a construção da memória liberal” in *Revista de História das Ideias*, vol. 12, Coimbra, 1990

gala e das festividades cívicas vintistas, nomeadamente, o 26 de Janeiro, o 26 de Fevereiro, o 24 de Agosto e o 15 de Setembro⁶⁷. Mas estas datas da tradição revolucionária não se mantiveram no período da Regeneração.

O regime monárquico constitucional acabou por consolidar-se em torno da memória dos principais acontecimentos ligados à guerra civil, nomeadamente as datas do desembarque no Mindelo e das entradas do exército liberal nas várias cidades do país, bem como as da outorga e juramento da Carta Constitucional, assinaladas pelos feriados de 29 de Abril e 31 de Julho. Estas datas deviam relembrar aos cidadãos os sacrifícios que tinham sido necessários para implantar o regime liberal e constituir um momento privilegiado para reafirmar a paz e a unidade da Nação, sob o alto patrocínio da dinastia de Bragança e da Carta.

Algumas cidades e vilas do país mantiveram com orgulho a lembrança dos episódios relacionados com a implantação do liberalismo. O Porto, Coimbra ou Lisboa serviram, naturalmente, de exemplo, mas as ilhas açorianas de São Miguel e Terceira não deixaram de cultivar a memória do contributo que tinham dado para a vitória do regime constitucional. As autoridades locais estabeleceram os seguintes “dias de grande gala”: 12 de Janeiro (aniversário da atribuição do nome de Angra do Heroísmo e do título de nobreza e lealdade à cidade pelo seu protagonismo); 3 de Março (data do desembarque de D. Pedro IV na cidade de Angra); 22 de Junho (em memória da proclamação dos direitos de D. Pedro IV e da Carta Constitucional na ilha Terceira); 31 de Julho (aniversário do combate da Ladeira Velha, na ilha de São Miguel); 2 de Agosto (data da entrada das forças constitucionais na mesma ilha); 11 de Agosto (dia da batalha na vila da Praia, posteriormente designada da Vitória)⁶⁸.

⁶⁷ Isabel Nobre Vargues, *op.cit.*, p. 276

⁶⁸ Maria Isabel João, “Memória e construção da identidade regional - o caso dos Açores” in *Portugal e as regiões: perspectivas históricas*, XVI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Faculdade de Economia de Coimbra, 1996

Até ao Estado Novo, o município de Angra do Heroísmo celebrou o feriado local a 22 de Junho e a Praia da Vitória o dia 11 de Agosto.

Contudo, não vale a pena alimentarmos grandes ilusões quanto ao impacto popular das celebrações do regime monárquico. O republicano João Chagas referia, em 1905, que o dia 24 de Julho, data da entrada do exército liberal em Lisboa, tinha sido festejado até aos últimos dias do reinado de D. Luís. “Depois – nas suas palavras – essa unica, sobrevivente manifestação de solidariedade com a historia, cessou de todo. Alguns renques de mortiças luminarias annunciam ainda que qualquer anniversario passa, mas raros perguntam já qual seja”⁶⁹. A falta de entusiasmo não era só do povo, atingia também os grupos sociais dominantes e os órgãos do poder.

A seguir ao falecimento de D. Pedro IV procurou-se instituir o seu culto cívico, como forma de mobilizar a afectividade e as emoções das populações em torno da figura do rei que era o símbolo do regime cartista e da vitória sobre o absolutismo. O 24 de Setembro, dia da sua morte, passou a ser feriado nas repartições públicas e foram inaugurados dois monumentos em sua honra, no Porto (1866) e em Lisboa (1870). Antes desta homenagem pública, já os terceirenses tinham lançado a primeira pedra do monumento em sua memória, em 1845, concluído uma década mais tarde⁷⁰. O nome de D. Pedro ficou inscrito na toponímia urbana, mas cedo começaram a evidenciar-se os sinais de apagamento da sua memória. Como refere Fernando Catroga, “a sua vivificação ficou confinada aos seus descendentes e aos antigos companheiros de armas (Caçadores 5, Batalhão da Rainha), cada vez mais raros e desgostosos, e, sobretudo, à Irmandade da Lapa, depositária do seu coração e gestora da celebração anual das exéquias no aniversário do seu falecimento”⁷¹.

⁶⁹ João Chagas, *Homens e factos*, Coimbra, 1905, p. 212

⁷⁰ Agradeço esta informação a Carlos Enes, constante de um texto inédito sobre “A memória liberal terceirense”.

⁷¹ Fernando Catroga, *op. cit.*, p. 466

Um dos feriados históricos de maior significado era o 1º de Dezembro. A Associação 1º de Dezembro constituiu-se, em 1861, por iniciativa de um grupo de “obscuros” cidadãos⁷² que teve a ideia de eleger um conjunto de personalidades da sociedade da época para tomar posse dos seus lugares e dar a devida projecção à iniciativa. O historiador Alexandre Herculano, o futuro chefe do partido progressista Anselmo José Braamcamp, o excepcional orador José Estevão Coelho de Magalhães e o poeta e diplomata José da Silva Mendes Leal contavam-se nesse grupo inicial. Os historiadores liberais estiveram bem representados no decurso da actividade da associação: além de Herculano foram intervenientes figuras de prestígio como Rebelo da Silva, Inocêncio Francisco da Silva e Brito Aranha. A agremiação surgiu para se opor activamente ao iberismo, como pode constatar-se no manifesto que apresentou ao país:

*“Nenhuma razão política, moral ou economica, em beneficio commum da Europa, exige que Hespanha e Portugal formem um só estado; e o direito publico europeu, reconhecendo n’estes ultimos tempos, para todas as annexações e transacções politicas, como condição indispensavel, a vontade manifesta dos povos, não permite que constranja uma nação, por mais pequena que seja, a abdicar o seu nome, o seu passado e a sua autonomia”*⁷³.

Ao mesmo tempo, a Associação pretendia repor, na memória nacional, o aniversário da restauração da independência com a devida solenidade. Na sua primeira circular, decidia atribuir a máxima “gravidade e sisudeza” à comemoração dessa data, propondo-se dar continuidade ao *Te Deum* instituído pelos restauradores,

⁷² Visconde de Sanches de Baena, “A Comissão Central Primeiro de Dezembro” in L. A. Palmeirim (dir.), *A Restauração de Portugal, Opusculo Historico*, Lisboa, Empresa do Occidente, 1885, p. 33

⁷³ *Idem, Fastos Historicos da Comissão Central 1º de Dezembro de 1640 ou o Monumento aos Restauradores de Portugal*, Lisboa, Typ. Matos Moreira, 1885, p. 32

que todos os anos se devia celebrar na Sé de Lisboa. Desejava também levantar um padrão em memória dos conspiradores, em frente do palácio dos condes de Almada, e publicar um compêndio de história sobre “tão patriótica e legítima revolução”, para ser distribuído gratuitamente pelas escolas públicas e pela população⁷⁴. Posteriormente, a denominação da Associação foi alterada para Comissão Central Primeiro de Dezembro.

As cerimónias religiosas e cívicas do 1º de Dezembro não tinham cunho nem adesão popular. Em 1871, começou a tomar corpo a ideia de um monumento comemorativo da restauração que só foi possível concretizar com o apoio da colónia portuguesa do Brasil e de uma subscrição nacional em que se empenhou o marquês de Sá da Bandeira⁷⁵. No dia 1 de Dezembro de 1875 lançou-se a primeira pedra do monumento que viria a ser erguido na Avenida da Liberdade. Onze anos mais tarde, procedeu-se à sua inauguração na presença do estadista Fontes Pereira de Melo, então presidente da Comissão Primeiro de Dezembro, que leu o discurso inaugural. O rei D. Luís e o príncipe D. Carlos descerraram as estátuas do monumento ao som do hino da Restauração. Em seguida, foi assinado o auto da inauguração, do qual tinham sido lavradas três cópias: uma para ficar na Torre do Tombo, a segunda na Câmara Municipal e terceira na posse da Comissão promotora da iniciativa⁷⁶. A guarda de honra foi feita pelo Regimento de Caçadores 5. Salvas de artilharia e foguetes saudaram o descerramento das estátuas. À noite, a festa continuou nos locais iluminados da cidade e no espectáculo do teatro D. Maria II que, muito a propósito, exibiu a peça *Os Portugueses de 1640*, de Miguel Osório Cabral, um autor hoje esquecido. Este evento teve maior eco e participação do que era habitual nas celebrações promovidas todos os anos. Para a maioria da população, a data

⁷⁴ *Idem*, pp. 33-34

⁷⁵ Visconde de Sanches de Baena, “A Comissão Central Primeiro de Dezembro” in L. A. Palmeirim (dir.), *op.cit.*, p. 33

⁷⁶ *Portugal, Madeira e Açores*, Lisboa, 5 de Maio de 1886

significava um mero feriado, uma “festa de repartição”, nas palavras de João Chagas⁷⁷.

Nas vésperas da inauguração do Monumento aos Restauradores foi publicado um opúsculo histórico, sob o patrocínio da Comissão Central Primeiro de Dezembro de 1640⁷⁸. Não podemos garantir que se trate da obra prometida logo de início pela associação. Dirigida por L. A. Palmeirim, reuniu um vasto leque de colaboradores literários, destacando-se entre eles Alberto Pimentel, Brito Aranha, Brito Rebelo, José Silvestre Ribeiro, Luciano Cordeiro, Ramos Coelho e Bulhão Pato. As ilustrações ficaram a cargo de Caetano Alberto e Manuel de Macedo. A publicação apresenta textos muito variados, apesar da maior parte ser dedicada à evocação dos episódios e figuras ligados com a história da Restauração.

A Monarquia dava uma importância especial às datas dos aniversários dos membros mais eminentes da família real, nomeadamente do rei e do príncipe herdeiro. Falecimentos, casamentos e baptizados também eram assinalados como dias especiais, traduzindo-se em períodos de luto nacional ou de galas públicas. O programa das cerimónias e festejos que foram realizados pelo casamento do rei D. Pedro V com D. Estefânia em Lisboa, em 1858, é deveras impressionante e expressivo dos ritos que impunham a veneração pública da Monarquia⁷⁹. O casamento com a princesa alemã tinha sido realizado por procuração em Berlim, mas foi ratificado quando ela chegou à capital do reino. As festividades do consórcio foram assinaladas por cinco dias de “grande gala” na corte e pela suspensão da actividade nos serviços do Estado.

⁷⁷ João Chagas, *op. cit.*, Coimbra, 1905, p. 211.

⁷⁸ L. A. Palmeirim (dir.), *A Restauração de Portugal, Opusculo Historico*, Lisboa, Empresa do Occidente, 1885

⁷⁹ *Descrição dos festejos reaes por ocasião do feliz consorcio de Sua Magestade El-Rei o Senhor Dom Pedro V com a Augusta Rainha a Senhora Dona Estephania*, s.l., s.d.

Quando o navio deu entrada no estuário do Tejo, as fortalezas e os vasos de guerra deram salvas em saudação. Todas as embarcações estavam engalanadas para a recepção da família real que foi visitar a bordo D. Estefânia. Só no dia seguinte teve lugar a cerimónia de desembarque e de entrada solene na cidade, cujo ponto alto, em termos simbólicos, consistia na entrega das chaves ao soberano. A cerimónia decorreu num pavilhão especialmente erguido na Praça do Comércio. No final deste acto, o cortejo seguiu para a igreja do convento de São Domingos, onde foi ratificado o régio consórcio e o casal recebeu as benções nupciais.

Nos dias seguintes, os nubentes receberam as felicitações da corte, do corpo diplomático e de todas as corporações e pessoas que podiam ser admitidas na presença real. O rei D. Pedro V mandou declarar que na cerimónia de apresentação de cumprimentos as pessoas ficavam dispensadas do tradicional “beija-mão”⁸⁰. O ritual mantinha, assim, o significado simbólico de manifestação de submissão aos monarcas, mas ficava expurgado de um gesto menos adequado ao regime constitucional. Posteriormente, a própria expressão caiu em desuso. Os teatros São Carlos e D. Maria II apresentaram espectáculos de gala e nos outros houve representações gratuitas para a população. Uma grande parada militar no Campo Pequeno e uma revista real às tropas completaram, no último dia, o leque das cerimónias públicas.

Um dos números de maior impacto popular foi o desfile do imponente cortejo real, minuciosamente regulamentado no programa oficial. Nele tomaram parte dez coches do Estado, as carruagens da Corte, dos tribunais e das corporações, dos funcionários superiores e demais pessoas que, na ordem civil, militar e eclesiástica costumavam assistir às funções reais. As praças e ruas por onde passou o cortejo estavam decoradas a preceito e com as habituais construções efémeras, destacando-se alguns arcos triunfais de belo efeito cénico. As iluminações e o fogo de

⁸⁰ *Idem*, artº 2, p. 6

artifício sobre o Tejo eram também parte obrigatória das festividades. O poeta Mendes Leal fez a letra do hino dedicado à rainha D. Estefânia e ao consórcio real⁸¹

É interessante registar o conjunto de especialistas que era necessário para assegurar o correcto cumprimento do cerimonial e o brilho das celebrações, a saber: três duques, mordomo-mór, estribeiro-mór e o comandante geral da guarda real, dois marqueses, o mestre-sala e o reposteiro-mór, o conde porteiro-mór, os oficiais-mores de serviço, a camareira-mór, que tinha de sustentar a cauda do manto da rainha, e o governador civil, que tinha de zelar pela boa ordem nas ruas⁸². As suas funções estavam discriminadas no programa das festividades assinado pelo marquês de Loulé, na qualidade de chefe do governo.

Quase trinta anos mais tarde, o casamento de D. Carlos com a princesa D. Maria Amélia d'Orleans, em 1886, não teve menor significado para a coroa e os seus súbditos. Foram decretados quatro dias de gala e os cerimoniais e festividades mantiveram-se idênticos⁸³. O enlace matrimonial foi realizado na mesma igreja, dando azo a um grande cortejo pelas ruas da capital, desde os palácios da Ajuda e Belém donde saíram os noivos. Decorações e iluminações, fogos-de-artifício, recepções, uma parada e desfile militar, espectáculos nos teatros, jantares e um grande baile da corte, corridas de cavalos e uma tourada à antiga portuguesa sublinharam a alegria daquele momento da vida privada e pública dos monarcas. Na altura da troca dos anéis houve girândolas de foguetes, repiques de sinos e salvas de artilharia nas fortalezas e nos navios do Estado. Os propósitos políticos destas celebrações são óbvios e a sua popularidade imensa, a avaliar por aquilo que ainda se

⁸¹ O coro do hino rezava assim: “Fortuna e gloria aos novos esposos!/ O genio da patria, com mão tutelar,/ Lhes doire a ventura, fadando-os ditosos,/ No thalamo um throno, no throno um altar”.

⁸² *Idem*, artº 21, p. 7

⁸³ *Programa de todos os Pomposos Festejos que se realizarão em Lisboa para solemnizar o casamento de S.A.R. o Principe D. Carlos Duque de Bragança com a Princesa D. Maria Amelia d'Orleans*, Lisboa, Typ. Elzeviriana, 1886. Até a tradicional esmola aos pobres continuava a ser concedida pelo

passa hoje nas monarquias vigentes e pela atenção que a imprensa sempre deu a semelhantes eventos.

Outro momento privilegiado das celebrações políticas da Monarquia era a aclamação do novo rei. Na descrição das solenidades e dos festejos que tiveram lugar em Lisboa por ocasião da aclamação de D. Pedro V, em 1855, reencontramos o mesmo tipo de cerimoniais de corte⁸⁴. Foram decretados três dias de gala e o jovem monarca fez, no palácio das Cortes, o juramento consignado pela Carta Constitucional. Depois desta cerimónia, o rei foi aclamado pela tropa e pelo povo que ocupavam o largo das Cortes e uma salva de cento e um tiros anunciou o acto de posse do trono. O *Te Deum* na catedral e a entrega das chaves da cidade, no Terreiro do Paço, seguido por um desfile dos militares em continência, completaram o conjunto das cerimónias do primeiro dia. Nos outros dias, realizou-se o habitual “beija-mão”, que viria a ser extinguido por altura do seu casamento, os jantares e as recepções, o espectáculo de gala no teatro D. Maria II - “que se abriu quasi feito de novo inteiramente” - e os festejos mais populares, sem esquecer um jantar aos pobres do asilo de mendicidade e aos presos das galés do Arsenal da Marinha.

As celebrações do regime monárquico compunham-se de ritos que aliavam o espectáculo do poder e as festividades de carácter mais popular. Mas nas últimas décadas do século XIX já tinham perdido bastante da grandeza e do fausto doutras épocas. A aclamação do rei D. Carlos, em 1889, foi relativamente discreta⁸⁵. A realeza portuguesa não acompanhou de forma eficaz a tendência das monarquias europeias para a pompa e a gestão de uma política de relações públicas que as impunham ao respeito e veneração dos súbditos.

rei, que deu ao governador civil 1000\$000 réis para serem distribuídos pelos pobres da capital, no dia 24 de Maio (*Portugal, Madeira e Açores*, 5 de Junho de 1886).

⁸⁴ *Descrição da Solemnidade da Acclamação de Sua Magestade El-Rei de Portugal o Senhor D. Pedro V e dos Festejos Publicos que tiveram lugar em Lisboa, por essa ocasião, nos dias 16, 17 e 18 de Setembro de 1855*, s.l., s.d.

⁸⁵ Rui Ramos, *op. cit.*, pp. 95-96

Os dias consagrados aos feriados históricos e as inaugurações dos monumentos também passavam quase despercebidos. Foi o caso da cerimónia de lançamento da primeira pedra do monumento a Camões e da sua inauguração em 1867. O dia foi declarado de “grande gala” e o rei D. Luís, ladeado pelos membros da família real e pelos dignitários da corte, presidiu ao acto simbólico, do qual lavraram um auto para ser depositado no arquivo da Câmara. Além da tribuna real do lado Norte do Largo de Camões, erigiram-se outras para o corpo diplomático, os membros das câmaras legislativas, a Câmara Municipal de Lisboa, os representantes da Universidade de Coimbra, da Academia das Ciências, do Conselho Geral de Instrução Pública, das escolas superiores e demais corporações científicas, dos tribunais e das autoridades eclesiásticas, civis e militares que deviam assistir ao evento.

O monumento foi descerrado pelo rei D. Luís e por seu pai, D. Fernando. Foi tocada a marcha dedicada a Camões e houve discursos oficiais. Por fim, o escultor Vítor Bastos foi condecorado com o grau de oficial da Ordem de Santiago. Uma cerimónia “breve, solene e escassa”, como notou Jorge Borges de Macedo, em que o rei rodeado dos cortesãos e das autoridades enalteceu, publicamente, a memória do épico⁸⁶. O carácter estritamente oficial e a solenidade destas manifestações não suscitavam qualquer onda de simpatia ou de identificação dos cidadãos com as figuras ou acontecimentos celebrados.

A voga dos centenários

Na segunda metade do século XIX, desenvolveu-se o culto dos *grandes homens* através da celebração dos centenários do nascimento e, sobretudo, da morte.

⁸⁶ Jorge Borges de Macedo, “Camões - símbolo e mito no século XIX português: da erecção da estátua ao Tricentenário (1867-1880)” in Medina, João (dir), *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol. IX, Lisboa, Ediclube, 1993, p. 326

A influência da tradição religiosa do culto dos santos e o gosto romântico associavam-se ao enaltecimento do mérito e à força do exemplo que se pretendia transmitir aos cidadãos com essas solenidades festivas.

O positivismo teve uma importância decisiva no desencadear da moda dos centenários. Augusto Comte preconizava, no âmbito da sua “filosofia positiva”, um calendário dedicado às grandes figuras da história da humanidade que serviria como quadro concreto para a preparação dos homens⁸⁷. No oitavo mês, votado a Dante e à epopeia moderna, Camões seria lembrado no dia 16. Numa perspectiva evolucionista das sociedades, o filósofo francês considerava que a cooperação contínua das gerações era um elemento fundamental do *progresso social* que devia ser preservado pela veneração regular dos antepassados e do passado.

Numa carta a Clotilde Vaux, escrevia que seria uma prática socialmente útil “célébrer périodiquement la mémoire de nos dignes prédécesseurs, et aussi de prescrire solennellement à chacun de nous l’imitation continue de l’un d’entre eux”⁸⁸. Deste modo, os indivíduos cultivariam a solidariedade e uma nova ordem social, capaz de superar os estados “teológico” e “metafísico” das fases anteriores de desenvolvimento da humanidade. No “estado positivo”, o espírito especulativo, o sentimental e o activo combinar-se-iam, dando a máxima expressão às três grandes criações humanas: a filosofia, a poesia e a política, entendida esta como uma “arte social” regida pela moral. O objectivo prosseguido seria o contínuo aperfeiçoamento dos indivíduos e da espécie humana, num sentido universal.

As teses comtianas exerceram uma grande influência nos meios intelectuais portugueses. Mas a versão dominante era tributária da divulgação feita por Emílio Littré e distanciava-se da última fase do pensamento do filósofo em que tinha

⁸⁷ Auguste Comte, *Catéchisme Positiviste ou Sommaire Exposition de la Religion Universelle*, Paris, Garnier Frères, 1909

⁸⁸ Auguste Comte, *Système de Politique Positive ou Traité de Sociologie Instituant la Religion de l’Humanité*, Tomo I, Paris, 1851, p. XXXV

defendido a instituição de uma Religião da Humanidade, com um Grande Pontífice, dogmas e rituais perfeitamente regulamentados. Teixeira Bastos esclarecia em artigo inserto no jornal *A Vanguarda*:

*“Estamos longe de negar em absoluto o mérito da concepção religiosa de Augusto Comte; aceitamo-la mesmo como um veio fecundo de inspiração; modificada e reformada incessantemente com os progressos sucessivos das ciências há-de ser no futuro o ponto de partida para todas as obras de arte; é a parte do sentimento. O que condenamos não é o culto da humanidade exercido na sua simplicidade espontânea; esse tende a radicar-se nas festas cívicas, nas comemorações dos grandes vultos, nos actos principais da vida civil, nos discursos à beira da campá; o que condenamos é o misticismo absurdo que mostra tendências para copiar a hierarquia sacerdotal da Igreja católica...”*⁸⁹

Era a imitação da Igreja Católica que Comte tinha em mente quando escreveu, na carta já referida, que “ce nouveau régime universel s’approprie naturellement tout ce que les autres états de l’humanité offriront de noble ou de salubre”⁹⁰. As formas extremas e bizarras da Sociolatria comtiana não se coadunavam, na opinião dos discípulos mais moderados e críticos, com os progressos científicos e a mudança de atitudes e valores que eram fundamentais na democracia. Mas não desdenhavam o estabelecimento de um culto regular dos grandes homens ou dos grandes acontecimentos que consideravam decisivos no processo de evolução da humanidade.

Assim pensava Teófilo Braga que percebia a necessidade humana de estabelecer uma estreita articulação entre o domínio racional e o afectivo, entre as

⁸⁹ Cit. por Amadeu Carvalho Homem, *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Minerva, 1989, p. 195

ideias e os sentimentos para dar corpo a uma nova concepção do mundo. Admitia, claramente, que as sociedades contemporâneas teriam de substituir os sistemas de valores e de crenças tradicionais por outros mais adequados a uma ordem social igualitária, democrática e livre. A Ciência, a Indústria e o Merecimento eram os pilares da nova ordem, de acordo com as concepções do cientismo e positivistas. Os progressos da Ciência seriam patenteados nos Congressos, os da Indústria nas múltiplas Exposições e o Merecimento estaria presente nos Centenários dos grandes homens. Os congressos e as exposições eram, nas suas palavras, “os concílios e os jubileus da inteligência e da actividade humana”⁹¹. Os centenários, por sua vez, representavam a oportunidade dos cidadãos se reverem no espelho da história comum e dos vultos ilustres que contribuíram com o seu talento e acções para manter o rumo da trajectória colectiva na direcção do “progresso”. Neste sentido, defendia que “os centenários dos grandes homens são as festas das consagrações nacionais”⁹².

Teófilo Braga partilhou de forma intensa a ilusão generalizada em quase todo o século XIX do valor absoluto da ciência e da capacidade desta para libertar os homens da ignorância e das peias sociais e políticas do passado. Como observou Amadeu Carvalho Homem, “o positivismo teofiliano irá aparecer-nos como o pórtico de uma catedral a que se acolhem os devotos da Ciência”⁹³. Os valores científicos, da criação cultural e da democracia deviam ser o objecto principal dos novos cultos cívicos, destinados a formar as consciências segundo as concepções ideológicas das *classes médias* da sociedade industrial. Nos termos do eminente propagandista republicano, os centenários são “a expressão clara de um espírito novo que dirige as sociedades - a *Sciencia* que nos emancipa dos dogmas atrasados, e a *Democracia*, que

⁹⁰ Auguste Comte, *op. cit.*, p. XXXIX

⁹¹ Teófilo Braga, *Os centenários como síntese afectiva nas sociedades modernas*, Porto, Tip. A. T. da Silva Teixeira, 1884, p. 4

⁹² *Idem*, p.4

nos liberta dos privilegios pessoais, de uma autoridade tradicional, que degrada”⁹⁴. As sociedades deveriam, por conseguinte, venerar as figuras que sintetizam de alguma maneira os esforços da espécie humana para a sua elevação moral, política e económica. Do estrangeiro, como o próprio reconhecia, vinham os exemplos dos centenários de Petrarca (1874), na Itália, e de Voltaire e Rousseau (1878), na França.

A divulgação do positivismo ao longo da década de setenta, em especial a partir de algumas instituições de ensino superior do Porto, Coimbra e Lisboa, esteve associada ao arranque das comemorações dos centenários no país. Num plano ainda mais geral e de contornos ideológicos menos circunscritos, este tipo de festas cívicas foi apadrinhado, inicialmente, por todos os sectores que se reviam nos valores do progresso, da ciência, da democracia e da laicização das sociedades. Mas não deixou de suscitar a desconfiança dos conservadores e o cepticismo de homens como Oliveira Martins que escrevia em plena euforia camoniana⁹⁵:

“Não se vive de passadas glórias, existe-se por via de forças actuais. Arremeter com foguetes, no 1º de Dezembro de cada ano, parece caricato quando em toda a gente há a consciência da nossa fraqueza militar. Solenizar em navios de papelão doirado as esquadras passadas, de uma nação que deixou de ter marinha não será burlesco? Não levará a reduzir o patriotismo a um sentimento de teatro, e a vida nacional a uma ópera? Oxalá não leve; oxalá que as luminárias e as salvas se tornem em positivos actos de força no momento da crise; oxalá que se engane quem não vê nos actos fáceis de agora mais do que fútil pretexto de divertimentos, a

⁹³ Amadeu Carvalho Homem, *A ideia republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Minerva, 1989, p. 131

⁹⁴ Teófilo Braga, *op. cit.*, p. 85

⁹⁵ Oliveira Martins, “A História de Portugal e os criticos” in *História de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988, p. 225

preocupação de jovens literatos, o interesse de fêrvidos agitadores, - a sincera ilusão de boas pessoas indolentes que acham bom que isto por cá seja excelente!”

Concluía o seu raciocínio alertando para o perigo de todas as ilusões: “imaginarmo-nos o Portugal de outrora é justificarmos a indolência geral de uma gente que necessita mais de pão do que de festas, de cruéis lições educadoras do que de hinos e apoteoses”. A frechada pretendia atingir as doutrinas dos “*jeune-Portugal*” que mesclavam o jacobinismo e o positivismo, isto é, de forma muito directa um dos principais críticos da *História de Portugal*, o republicano Teófilo Braga. Noutro texto anterior sobre Rubens, já Oliveira Martins defendia que o culto dos grandes homens era uma “religião burocrática” e as festas decretadas pelas autoridades “uma especie de missa de secretaria”, pelas quais não mostrava particular apreço⁹⁶. Não acreditava no valor nem na eficácia dessas manifestações para educar as populações e muito menos na possibilidade de satisfazerem as necessidades religiosas dos espíritos.

Apesar das vozes cépticas, as comemorações dos centenários ganharam bastantes adeptos. A ideia de comemorar o tricentenário da morte de Camões foi apresentada, pela primeira vez, por Joaquim de Vasconcelos numa reunião da Sociedade de Geografia, a 17 de Maio de 1879⁹⁷. Contudo, não foram tomadas quaisquer resoluções práticas. Pela mesma época, Teófilo Braga publicou, na revista *O Positivismo* que dirigia em conjunto com Júlio de Matos, uma série de artigos defendendo a realização do centenário. Em Janeiro de 1880, divulgou-os num meio de comunicação com maior audiência, o *Commercio de Portugal*, de feição republicana.

⁹⁶ Oliveira Martins, “P. Paulo Rubens” in *Os Dois Mundos*, Ilustração para Portugal e Brazil, vol. I, nº 2, Paris, 30 de Setembro de 1877

⁹⁷ *Primeiros documentos para a historia do jubileu nacional de 1880*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887

No primeiro artigo, afirmava que cada povo tinha de escolher “o genio que é a synthese do seu character nacional, aquelle que melhor exprimiu essas tendencias, ou o que mais serviu essa individualidade ethnica”. O poeta impunha-se como o melhor representante da nacionalidade portuguesa por causa de ter cantado o facto histórico através do qual o país mais contribuiu para o progresso humano - o descobrimento do caminho marítimo para o Oriente. A epopeia camoniana tornou-se um obra universal pela importância do tema que evoca nas suas páginas, pela sublimidade dos versos e pelo reconhecimento internacional que mereceu. Mas, ao mesmo tempo, era também uma obra profundamente nacional, porque aquele foi um feito dos portugueses e tanto a morte do poeta como a sua evocação tinham estado associadas aos momentos mais graves de crise da nação. A leitura d’*Os Lusíadas* serviu de refrigério, na opinião de Teófilo Braga, para aqueles que lamentavam a perda da independência nacional e de alento para recuperá-la, em 1640. Do mesmo modo, considerava que a comemoração do centenário podia ter o significado de uma “revivescencia nacional”⁹⁸.

Nos dois artigos de fundo seguintes, continuou a defender em termos veementes a importância do centenário. Os seus argumentos tinham um cunho fortemente ideológico e propagandístico. Verberava a apatia do país e dos governos que eram capazes de dar dinheiro para “estultas paradas militares”, mas recuavam diante da responsabilidade de promover uma grande festa da nacionalidade portuguesa. Aliava o nome de Camões a “todos os factos em que a liberdade truncada pelo despotismo procurou affirmar-se” e apresentava-o como “o poeta da Europa moderna, da Europa mercantil e cosmopolita, pacifica e scientifica”⁹⁹. Camões era, portanto, o poeta do espírito do Renascimento, das forças progressivas e o símbolo de uma nova civilização, contra todas as formas de obscurantismo e de arbitrariedade despótica dos poderes tradicionais.

⁹⁸ Teófilo Braga, “O centenario de Camões em 1880” in *Commercio de Portugal*, Lisboa, 8 de Janeiro de 1880

Por fim, ligava a responsabilidade de comemorar o vulto de Camões ao projecto de uma futura federação ibérica, tal como era preconizada por Félix Henriques Nogueira e por Pi Y Margall. Nessa federação dos estados peninsulares, Camões serviria de divisa da individualidade nacional a par de um grande vulto da cultura espanhola, Cervantes. Os centenários de ambos seriam, na perspectiva de Teófilo Braga, “as festas da aliança autonómica dos povos irmãos”¹⁰⁰. Tais teses não favoreciam a adesão dos espíritos mais conservadores e timoratos à ideia do centenário e suscitavam justificadas reservas nos meios governamentais e na corte.

Acabou por ser Luciano Cordeiro, secretário perpétuo da Sociedade de Geografia e jornalista do *Commercio de Lisboa*, quem tomou a iniciativa de convocar uma grande reunião da imprensa da capital para estabelecer um acordo quanto à forma de comemorar o tricentenário de Camões. A cerca de três meses da data do evento, realizou-se o primeiro encontro dos representantes dos jornais diários e dos periódicos, a que só deixaram de comparecer três ou quatro folhas diárias¹⁰¹. Foi a imprensa que assumiu a responsabilidade da comemoração, elegendo-se uma comissão para tratar da organização da efeméride.

Os poderes instituídos continuavam a mostrar-se hesitantes em relação aos festejos, mas acabaram por associar-se ao projecto logo que a Câmara dos Deputados votou o decreto que estabelecia o dia 10 de Junho de 1880 como feriado e festa nacional. Além disso, estipulou-se que o governo auxiliasse, segundo a disponibilidade do erário público, os trabalhos de iniciativa particular tendentes a celebrar aquele acontecimento. A proposta parlamentar foi apresentada pelo deputado

⁹⁹ *Idem, ibid.*, 9 de Janeiro de 1880

¹⁰⁰ *Idem, ibid.*, 10 de Janeiro de 1880

¹⁰¹ Brito Aranha, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e Brazil, continuados e ampliados por ..., Tomo XV (Oitavo Suplemento), Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, p. 24

da maioria, o progressista Simões Dias, e coadjuvada pelos pareceres das comissões da Instrução Superior e da Fazenda.

Os termos do parecer da comissão que apreciou a proposta do deputado demonstram que Camões era uma figura consensual na sociedade portuguesa, reconhecido como um génio e um símbolo da nacionalidade. Na visão monárquica e conservadora, o poeta deu expressão aos três elementos fundamentais que caracterizavam uma nacionalidade: a *tradição*, que é a base da “unidade moral” de um povo, a *língua* e o *território*, que foi descrito e glorificado pela sua pena¹⁰². É evidente que o território a que se refere o documento dos deputados é o do Império, o palco das “nossas façanhas” na África e na Índia. Não se esqueceram também de frisar que Camões ofereceu o seu poema ao rei, pedindo-lhe para não permitir que “Allemaes, gallos, italos e inglezes / Possam dizer que são para mandados / Mais que para mandar os portuguezes”. O recado era bastante explícito e, por isso, o Estado não podia alhear-se das comemorações.

Como frisou o deputado Simões Dias no discurso de defesa da festa nacional, “relembrar os mortos é estimular os vivos; recordar os *Lusiadas* é reviver a melhor epocha da nacionalidade portugueza, e acordar um mundo onde Portugal foi senhor, foi grande, foi onnipotente”¹⁰³. Os republicanos, por seu turno, estavam interessados em evocar esse passado mitificado como forma de vincar as agruras de um presente de “apagada e vil tristeza”, nas palavras bastante repetidas do poeta, e de estimular os ânimos para as mudanças políticas. Os monárquicos não podiam, contudo, alienar-se das celebrações de uma figura que era um símbolo da epopeia da nação e alguns viam na iniciativa uma oportunidade para recordar os tempos áureos da Monarquia. Deste modo, podia-se fazer renascer o “velho espirito”, o mesmo que tinha feito a

¹⁰² *Idem*, p. 31

¹⁰³ *Idem*, p. 21

“cavallaria patriotica e redemptora, [que] civilisou a Africa, a Asia e a America”¹⁰⁴, no dizer do deputado progressista. Apesar de opostos em termos ideológicos e na política imediata, republicanos e monárquicos confluíam no propósito de enaltecer o vulto que simbolizava o passado grandioso de Portugal. No plano deste grande mito da identidade nacional todos, afinal, se reviam.

Depois dos festejos camonianos, sucederam-se outras comemorações: o centenário do marquês de Pombal (1882), a recordação de D. Afonso Henriques no aniversário da sua morte (1885), a participação nacional nas festas do descobrimento colombino da América (1892), as celebrações henriquinas (1894), no Porto, o centenário de Santo António (1895), as festas do descobrimento do caminho marítimo para a Índia (1897-98), a evocação da morte do padre António Vieira (1897) e da data da instituição das Misericórdias pela rainha D. Leonor (1898), a ida de uma delegação oficial às comemorações do descobrimento do Brasil e as cerimónias que lembraram o feito de Pedro Álvares Cabral no país (1900), os centenários de escritores como Almeida Garrett (1899), António Feliciano de Castilho (1900), Gil Vicente (1902) e Alexandre Herculano (1910) e as prolongadas celebrações do heroísmo militar das “guerras peninsulares” (1908-14)¹⁰⁵ A sociedade portuguesa seguia, assim, de perto a voga dos centenários que também agitava outros países europeus¹⁰⁶. Mas as particularidades da situação nacional condicionaram, naturalmente, as práticas comemorativas portuguesas no período da Monarquia Constitucional. Vejamos, então, em breve síntese os contextos em que decorreram os centenários do final do século XIX.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 22

¹⁰⁵ As comemorações foram planeadas para decorrerem entre Junho de 1908 e 10 de Abril de 1914 (batalha de Toulouse) com a finalidade de recordar “o levantamento nacional para o restabelecimento da nossa independência”. Fernando Catroga, *op. cit.*, p. 645

¹⁰⁶ O termo centenário foi pela primeira vez registado num suplemento do Dicionário de Littré, em 1877, na acepção de festa celebrada pelos cem anos (Cf. Pierre Nora (dir.), *Les Lieux de la Mémoire*, Tomo III, Paris, Gallimard, p. 982)

O período de estabilidade que se firmou a partir de 1851, tornou possível a consolidação do regime monárquico e o desenvolvimento geral da economia e da sociedade portuguesas. A Carta Constitucional, outorgada por D. Pedro IV, vigorou de forma ininterrupta de 1842 a 1910, sendo até hoje o texto fundamental de mais longa vigência. Os Actos Adicionais de 1852 e 1885 introduziram alterações favoráveis a uma maior democratização do sistema político e somente em 1896 o governo regenerador de Hintze Ribeiro, numa conjuntura política ditatorial, inverteu essa tendência. Os “aditamentos” então feitos foram no sentido de uma “contra-reforma”¹⁰⁷ e punham em evidência a resposta dos sectores monárquicos mais conservadores à crise política e ao avanço das oposições, nomeadamente dos republicanos.

Nessa altura já a época de relativa paz e de incremento dos melhoramentos materiais, conhecida pela designação de *Regeneração*, tinha cedido o passo a uma situação de crise do regime que se agravou no final do século. Os grandes investimentos feitos pelos governos de Fontes Pereira de Melo em obras públicas, as transformações que tinham ocorrido nos campos, em particular ao nível do sistema da propriedade e do desenvolvimento de uma agricultura mercantilizada, o progresso da indústria e da circulação dos homens e das mercadorias não eram, contudo, suficientes para dar ao país uma face moderna e de acordo com os modelos europeus mais desenvolvidos.

O crescimento económico do país estava “muito mais próximo das economias de Antigo Regime - de avanços e recuos - do que das economias capitalistas contemporâneas”¹⁰⁸. No conjunto dos sete países europeus, cujas taxas de crescimento anual médio do produto nacional bruto por habitante foram comparadas,

¹⁰⁷ J. Joaquim Gomes Canotilho, “As Constituições” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 165

¹⁰⁸ David Justino, *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, vol. II, Lisboa, Vega, 1989, p. 103

Portugal é o que apresenta a taxa mais baixa em termos reais. Este resultado ficou a dever-se ao fraco crescimento verificado entre 1850-1870 e 1890-1910. O fontismo não parece, assim, ter determinado o efectivo desenvolvimento do país e acarretou um significativo endividamento público. A situação financeira do Estado português tornou-se cada vez mais grave, em parte devido ao relativo insucesso do modelo económico regenerador¹⁰⁹. Essa situação tinha repercussões negativas nos programas sociais dos governos, nomeadamente nas áreas da educação, da saúde e da assistência social onde as carências eram gritantes. Mas também ao nível da segurança e da defesa militar havia consciência da grande debilidade da nação, acentuada a partir dos anos setenta pela competição das potências europeias interessadas na partilha de África.

O país atrasava-se em relação aos outros Estados europeus que eram vistos como modelos de desenvolvimento. A ideologia oficial continuava a colocar a tónica no “progresso”, mas as comunicações cada vez mais fáceis com o exterior, em consequência do desenvolvimento dos caminhos-de-ferro, acentuavam a consciência do atraso de Portugal. A chamada “geração de Setenta” despertou para esta realidade a partir do seu interesse pelo que se passava na Europa, cujos acontecimentos políticos e culturais seguiam de forma apaixonada¹¹⁰. Nos comboios chegavam os pacotes de livros que alimentavam o espírito dos jovens universitários com as novas ideias. O positivismo de Augusto Comte, cuja influência sobre Teófilo Braga só foi decisiva depois de 1872, as concepções socialistas, em particular as ideias de Proudhon, o evolucionismo de Darwin, o empirismo britânico e a filosofia alemã

¹⁰⁹ António Martins da Silva, “As finanças públicas” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 390-91

¹¹⁰ António José Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, s.d., p. 837. Eugénio Mata e Nuno Valério também referem que “o crescimento económico mostrou-se incapaz de fazer crescer as receitas públicas tanto quanto seria necessário para equilibrar as contas públicas e para pagar os encargos da dívida pública em que se incorrera para realizar as obras públicas” (*História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*, Lisboa, Editorial Presença, 1993, p. 165)

tinham eco nos meios intelectuais portugueses. Os seus membros mais destacados surgiram entre os estudantes da universidade de Coimbra (Antero de Quental, Teófilo Braga e Eça de Queirós) e também fora dela (Oliveira Martins, Batalha Reis, Adolfo Coelho).

O primeiro sinal da mudança foi a polémica coimbrã do *Bom Senso e Bom Gosto*, a meados de sessenta. Em 1871, o projecto das Conferências Democráticas no Casino Lisbonense tinha como objectivo colocar a sociedade portuguesa a par das “grandes questões da Filosofia e da Ciência moderna” e abrir um espaço de reflexão que conduzisse a uma reforma geral do país¹¹¹. A sua proibição pelo governo provocou um coro de protestos a que se associou Alexandre Herculano.

Antero de Quental na conferência sobre *As Causas da Decadência dos Povos Peninsulares* (1871), Oliveira Martins no *Portugal Contemporâneo* (1881), Eça de Queirós no romance *O crime do padre Amaro* (1ª ed. na *Revista Ocidental*, em 1875; 2ª ed., 1876; 3ª ed., 1880), com o sugestivo sub-título “Cenas da vida devota”, mostram cada um à sua maneira a imagem de um país arcaico, ainda fortemente dominado pelo clero e pela religião católica, conservador e incapaz de acompanhar o tão almejado “progresso”.

Foi neste contexto, sucintamente esboçado, que se impôs o projecto de comemorar o tricentenário de Camões. O culto do épico remontava à primeira etapa do romantismo e já tinha dado origem ao tributo público prestado com a inauguração do monumento, em Lisboa. Mas alguns acreditavam que a evocação do poeta no centenário da sua morte podia despertar a sociedade portuguesa para as transformações necessárias, tendo como exemplo a “época gloriosa” da história nacional. As celebrações camonianas representavam, assim, de certa forma um voto de confiança no futuro.

¹¹¹ Ver as intenções das conferências citadas por António José Saraiva e Óscar Lopes, *op. cit.*, p. 843

A situação imediata apresentava-se bastante difícil para o país. No plano interno, a conjuntura era dominada pelas dificuldades da governação da maioria progressista e por escândalos financeiros que tinham levado à solicitação de um inquérito ao Banco Nacional Ultramarino. Os rescaldos da crise financeira e agrícola de 1876 ainda continuavam presentes. Os republicanos tinham conseguido eleger o primeiro deputado pelo Porto (Rodrigues de Freitas) e obtido uma considerável votação em Lisboa, nas eleições de 1878. No plano externo, a questão colonial assumia uma importância cada vez maior e Portugal mantinha conflitos latentes por causa da definição das fronteiras das colónias africanas. Em 1879, a assinatura do tratado de Lourenço Marques tinha provocado alguma efervescência em Lisboa por se considerar que era demasiado favorável aos interesses britânicos¹¹². Este contexto difícil contribuiu, afinal, para dar maior fervor à evocação de Camões e da “grandeza” da época dos descobrimentos.

Nos anos noventa, manteve-se o mesmo propósito de recuperar as tradições e o exemplo do passado como forma de provocar um *renascimento* de Portugal. Mas, entretanto, tinham-se produzido mudanças sensíveis na sociedade portuguesa e acontecimentos que deixaram marcas indeléveis. Como consequência do desenvolvimento geral da indústria e da economia capitalista, tinha havido um considerável fluxo demográfico para as grandes cidades onde aumentaram os sectores operários e a pequena-burguesia dos serviços. A conjuntura de baixa generalizada dos preços que se verificou nos anos oitenta possibilitou uma relativa melhoria das condições de vida das populações, mas as dificuldades estruturais da economia portuguesa depressa foram postas em evidência. Uma crise agrícola sobreveio no final da década em consequência da baixa da maior parte dos preços e da quebra das exportações nalguns sectores tradicionais, como o gado e o vinho, devido à fraca

¹¹² Maria Manuel Lucas, “A Organização do Império” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 308

competetividade dos produtos portugueses¹¹³. A emigração continuava como um autêntico flagelo nacional por causa das dificuldades sócio-económicas das populações, abeirando-se dos trinta mil emigrantes em 1889, de acordo com as cifras oficiais sempre aquém da realidade¹¹⁴.

O modelo político do rotativismo do poder entre progressistas e regeneradores mostrava-se incapaz de resolver os problemas nacionais. D. Carlos iniciou o seu reinado em circunstâncias que, a breve trecho, se iam revelar especialmente complexas e difíceis. Além disso, não era uma figura muito popular e que fosse capaz de concitar o necessário apoio ao regime monárquico. Neste contexto, os republicanos e os socialistas ganhavam maior expressão social e política, contribuindo para uma crescente agitação urbana.

O ultimato britânico, em Janeiro de 1890, provocou uma autêntica onda de choque na sociedade portuguesa¹¹⁵, porque representava uma tremenda humilhação que abalava os sonhos imperialistas mais delirantes de alguns sectores políticos e, sobretudo, mostrava a debilidade da posição do país na cena internacional. Por causa dele, o governo progressista de José Luciano de Castro demitiu-se depois de ceder aos termos do repto inglês, que obrigava o país a renunciar ao sonho de exercer a sua soberania sobre os vastos territórios que ligavam Angola a Moçambique.

Os regeneradores também não se aguentaram no poder depois de terem negociado o tratado de 20 de Agosto, que foi rejeitado pelo parlamento e provocou nova vaga de protestos. O sistema rotativo foi suspenso e sucederam-se vários governos, chefiados por independentes como o general João Crisóstomo e o economista José Dias Ferreira, que tiveram de apaziguar os ânimos exaltados e

¹¹³ David Justino, *op. cit.*, vol. II, p. 92

¹¹⁴ A.H. de Oliveira Marques (coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 28

¹¹⁵ Ver sobre o assunto: Nuno Severiano Teixeira, *O Ultimatum Inglês. Política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa, 1990

enfrentar a grave crise financeira que, entretanto, sobreveio em 1891-92. É claro que, analisando a situação retrospectivamente, se percebe que houve muita demagogia e um considerável aproveitamento político do problema diplomático pelos sectores mais radicais da época. Este episódio servia bem para demonstrar a tese da incapacidade do regime monárquico para fazer valer os interesses coloniais portugueses e a subserviência dos governos face ao poderoso aliado britânico. Os partidos monárquicos contribuíram com as acusações mútuas e as hesitações políticas para criar uma imagem negativa da Monarquia¹¹⁶. Foi neste contexto que eclodiu a primeira revolta republicana (31 de Janeiro), no Porto.

A acalmia da situação social e política permitiu o retorno da alternância do poder entre os partidos monárquicos até 1906: os regeneradores, chefiados por Hintze Ribeiro, estiveram no governo em 1893-97, 1900-04 e 1906; os progressistas, liderados por José Luciano de Castro, ocuparam-no em 1897-1900 e 1904-06. Mas os efeitos negativos do ultimato, da crise económica e da instabilidade política do início da década minaram a confiança dos sectores mais politizados nos governos e na própria Monarquia, em especial nos meios urbanos, e criaram um ambiente de grande pessimismo.

A política expansionista das potências europeias da época continuava a ameaçar os interesses portugueses na África e na Ásia. A Inglaterra e a Alemanha chegaram a prever a possibilidade de uma partilha das colónias portuguesas (Angola, Moçambique e Timor), no caso do país ter de hipotecar os respectivos rendimentos alfandegários por causa da grave situação financeira nacional¹¹⁷. Os governos tinham

¹¹⁶ Nas anotações ao célebre e virulento poema a *Pátria* (1ª ed., 1896), Guerra Junqueiro escreveu: “Dois partidos monárquicos, sem ideias, sem planos, sem convicções, incapazes, na hora do desastre, de sacrificar à monarquia ou meia libra ou uma gota de sangue, vivendo ambos do mesmo utilitarismo céptico e pervertido, análogos nas palavras, idênticos nos actos, e não se amalgamando e fundindo, apesar disso, pela razão que alguém deu no parlamento, - de não caberem todos numa vez na mesma sala de jantar.” (*Pátria*, Porto, Lello & Irmão - Editores, s.d., p. 187)

¹¹⁷ A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Palas Editores, 1986, pp. 212-13

de defrontar também a natural resistência das populações autóctones à política de ocupação efectiva dos territórios e de dominação colonial que vinha a ser aplicada desde a Conferência de Berlim. Os anos noventa ficaram especialmente marcados pelas campanhas militares contra o Império Vátua, no Sul de Moçambique. As vitórias conseguidas pelas tropas portuguesas e a prisão de Gungunhana provocaram um clima de exaltação nacionalista que esteve na origem do mito de Mouzinho de Albuquerque. Essas vitórias eram um tónico de esperança na capacidade do país para manter as colónias e uma posição de relevo no concerto das nações europeias e na história, segundo as convicções dominantes na época.

O surto do imperialismo europeu, do final do século XIX, encontrou o apoio da opinião pública dos diversos países. Esta tinha-se mantido indiferente ou mesmo refractária à questão colonial, mas desenvolveu-se então consciência da importância política e económica dos territórios ultramarinos e estimulou-se o orgulho nacional pela dimensão de certos impérios. O sentimento imperialista expandiu-se entre as populações. Afirmava-se a ideia de que todo o território sobre o qual tivesse flutuado, num determinado momento, a bandeira nacional passava a fazer parte integrante do território nacional. Assim sendo, já não se suportavam “nem concessões nem amputações”¹¹⁸. As colónias começaram a ser consideradas parte do património e não podiam ser alienadas. Qualquer ameaça sobre esses territórios desencadeava reacções fortemente emotivas. O desenvolvimento de um quadro ideológico nacionalista e imperialista não era, por conseguinte, específico da situação portuguesa.

Foi neste contexto que Oliveira Martins se voltou para a história dos heróis da “idade de ouro” da nação: *Os Filhos de D. João I* (1891), *Camões*, *Os Lusíadas e a Renascença em Portugal* (ensaio anterior que foi refeito e publicado no mesmo ano), *A Vida de Nun’Álvares* (1892) e o *Príncipe Perfeito*, que deixou inacabado. Eça de

¹¹⁸ René Rémond, *Introdução à história do nosso tempo, do Antigo Regime aos nossos dias*, Lisboa, Gradiva, 1994, p. 265

Queirós contou a história da ilustre casa dos Ramires e nas contradições do seu herdeiro, Gonçalo Mendes, personificou o país¹¹⁹. Este personagem, depois de um inverno mundano na capital, decidiu hipotecar a sua quinta histórica e embarcar para Moçambique, para explorar um vasto prazo na Zambézia. Dessa experiência nos sertões africanos regressou revigorado, finalmente identificado com o sangue dos antepassados.

Não foi por acaso que, no início do romance, o escritor colocou o personagem a escrever uma novela histórica sobre um avoengo para uma revista declaradamente patriótica. O objectivo principal da publicação imaginada consistiria em “revelar Portugal, vulgarizar Portugal” aos olhos dos próprios portugueses¹²⁰. O fino observador da realidade social que foi Eça de Queirós captou, assim, o ambiente nacionalista e de procura da tradição que se vivia. O gosto romântico pela ficção histórica ganhou um segundo fôlego na transição do século. Podemos destacar autores como Henrique Lopes de Mendonça, Marcelino Mesquita, D. João da Câmara ou, entre os mais novos, Júlio Dantas, Carlos Malheiro Dias e Jaime Cortesão que, antes de evidenciar-se como historiador, escreveu dois dramas históricos em verso como era costume na época - *O Infante de Sagres* (1916) e *Egas Moniz* (1919).

Contudo, um dos documentos mais interessantes dos anos noventa é o panfletário, virulento e desencantado poema de Guerra Junqueiro intitulado *Pátria* (1896), cuja primeira edição esgotou em cinco dias e teve um enorme impacto. Esta é representada por um Doido que expira depois de longa agonia, com “as nações armadas” à sua roda, como os lobos à volta da presa, e abandonada por Deus. A história mítica da pátria, que “teve o mundo nas mãos”, é resumida em três momentos fortes: uma “idade de ouro”, de “harmonia virgiliana”, caracterizada pela beleza, simplicidade e rectidão do viver de um “povo rude”; uma “idade heróica”, em que o

¹¹⁹ Eça de Queirós, *Obras I, A Ilustre casa de Ramires*, Porto, Lello & Irmão Editores, s.d. (1ªed., 1900), p. 1429

“visionário” foi cumprir seu fadário sobre “as águas de Deus”; a decadência, em que o “herói frugal” se corrompe com a glória e troca os sãos costumes antigos pelas “molezas do Oriente e as orgias faustosas”¹²¹. A pátria – simbolizada pelo Doido – ainda tem um último assomo de brios guerreiros, de funestas quimeras e é derrotada em Alcácer Quibir. Segue-se o cativo durante meio século e, novamente, a liberdade. Mas, então, foi envenenada por “homens do mesmo sangue”, numa clara alusão à dinastia de Bragança e todos os seus émulo. Por isso, vagueia com um livro gasto na mão, que “escreveu com sangue e hoje rega com pranto” – *Os Lusíadas*.

A visão mítica do passado, o quadro decadente do presente e o misticismo que perpassa todo o poema são os seus aspectos mais sugestivos. A poderosa imagem da nau, embandeirada de negro, que leva no porão a “pátria assassinada”, o espectro de Nun’Álvares, figura trágica de Galaaz que não cumpriu os seus votos de castidade e deu origem à nefasta prole, “guerreiro e monge” que também já foi Portugal, a “Dor, a eterna Dor”, temida e idolatrada, dor da loucura e do gozo, como se a pátria se comprazesse na própria impotência e sofrimento, são construções poéticas de forte simbolismo. O panfletário republicano emerge quando traça o retrato grosseiro e cruel do rei – “uma bóia de enxúndia; um zero folgazão” – e dos antepassados que são convocados para o aconselharem a assinar o tratado com a Inglaterra. Do palácio real e do trono já só restam, no final, as ruínas; do povo sobra apenas um velho “senil e vagabundo”, com um netinho nos braços, que encontra o montante de Nun’Álvares, abandonado no chão. Simbolicamente, a manhã que desponta, a criança e a espada do Condestável, que poderá ser empunhada por esta um dia, auguram um futuro para a pátria. Mas permanece o mistério, isto é, falta saber se esta será capaz de recuperar as antigas virtudes dos tempos viris e heróicos de Aljubarrota e construir um futuro à altura do seu passado de glória.

¹²⁰ *Idem*, p. 1185

¹²¹ Guerra Junqueiro, *Pátria*, Porto, Lello & Irmão Editores, s.d., pp. 55-59

O poema de Junqueiro causou uma impressão duradoura e forte. Fernando Pessoa considerou-o, em 1914, “não só a maior obra dos últimos trinta anos, mas a obra capital do que há até agora de nossa literatura”¹²². Não se coíbiu de emparceirá-lo com o *Fausto*, de Goethe, e o *Prometeu Libertado*, de Shelley, com os quais formaria “a trilogia de grandeza da poesia superlítica moderna”. A visão decadentista da *Pátria*, de Guerra Junqueiro, reflecte o pessimismo dos anos noventa, mas a sua interpretação mítica da história de Portugal, o misticismo dos espectros do passado que a povoam e do mistério que paira em relação ao futuro conferiram-lhe uma certa perenidade. A pátria junqueiriana tem, sobretudo, passado e é nele que deve procurar os símbolos e as forças para recuperar a antiga grandeza e valor. Neste sentido, o poema é um excelente testemunho do ambiente intelectual em que decorreram as comemorações daquela década.

Depois de perdido o *élan* revolucionário dos festejos camonianos que depararam com sérias resistências nos meios dos poderes instituídos, as comemorações seguintes estiveram mais próximas destes e compraziam-se na exaltação das glórias do passado. Uma forma, afinal, de mitigar as dificuldades reais e prementes do presente e de incutir alguma esperança no futuro. E, no caso específico das celebrações dos descobrimentos e da expansão, uma maneira de chamar a atenção interna e externa para os feitos históricos dos portugueses, justificando os direitos que o país reivindicava na partilha colonial. Como veremos com mais detalhe no capítulo sobre o discurso comemorativo, as celebrações eram o pretexto para reafirmar mitos como o da “herança sagrada” e da absoluta necessidade de manter o Império, considerado a condição da própria independência nacional.

¹²² Cit. “Nota editorial” in Guerra Junqueiro, *Pátria*, Porto, Lello Editores, 1996

Desde 1888 que a Espanha estava a preparar o centenário do descobrimento da América por Cristóvão Colombo¹²³. O ano de 1892 inseriu-se numa conjuntura de crise económica e política que contribuiu para acentuar o pessimismo, tal como acontecia em Portugal. O centenário era o tónico desejado para estimular o orgulho nacional e desencadear os sentimentos nacionalistas dos espanhóis. Pretendia-se transformá-lo num acontecimento grandioso, com repercussão em toda a Península Ibérica e no continente americano. Em contraposição à perspectiva italiana e norte-americana que valorizavam o feito singular do genovês Colombo, a Espanha pretendia vincar bem a associação deste com o movimento ibérico da expansão que remontava, na opinião de uns, à obra do Infante D. Henrique e, na de outros, à primeira ocupação das ilhas Canárias¹²⁴. Deste modo, o objectivo do centenário era a exaltação do *espírito ibérico* e a designação adoptada oficialmente foi “Centenario del Descubrimiento del Nuevo Mundo”¹²⁵. Em consonância com esta orientação, o historiador português Pinheiro Chagas escrevia na revista *El Centenario*: “La fiesta del centenario de Cólón que va a celebrarse en España no es exclusivamente una fiesta española; es una *fiesta peninsular*, una fiesta que no puede dejar de despertar las más vivas simpatías en alma portuguesa”¹²⁶.

A comissão organizadora das celebrações espanholas convidou as autoridades portuguesas para estarem representadas ao mais alto nível. A família real portuguesa deslocou-se a Espanha para participar nos momentos mais importantes das festas. Oliveira Martins também esteve por um curto período em Madrid, onde gozava de grande prestígio nos meios intelectuais e políticos. A sua estada foi assinalada por uma série ininterrupta de obséquios e homenagens, tendo recebido a grã-cruz do

¹²³ Salvador Bernabeu Albert, *1892: El IV Centenario del Descubrimiento de America en España: coyuntura e conmemoraciones*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1987, p. 34

¹²⁴ *Idem*, p. 22

¹²⁵ *Idem*, p. 21

¹²⁶ *Idem*, p. 22

mérito naval e a categoria de sócio honorário da Academia de História¹²⁷. Houve também um contacto directo com a Sociedade de Geografia de Lisboa para colaborar nas celebrações, nomeadamente no congresso ibero-americano. A primeira preocupação da direcção da agremiação portuguesa consistiu em propor a mudança da designação, por considerar que expressões como povos ibero-americanos “têm o grave inconveniente de definirem uma ideia de identificação histórica, étnica e política, que pelo que importa á nacionalidade portuguesa não podemos e não devemos aceitar”¹²⁸. É manifesta a preocupação de afirmar a individualidade histórica da nação portuguesa, propondo-se que a definição adoptada para designar o congresso mencione, expressamente, os povos espanhol, português e americano. O que veio acontecer e, por isso, vários congressos foram oficialmente designados como “Hispano-Português-Americano”.

A direcção da Sociedade de Geografia de Lisboa considerou também indispensável que o governo nomeasse uma comissão oficial portuguesa para poder representar o país. O governo, presidido pelo independente José Dias Ferreira, decidiu indigitar a Academia Real das Ciências como entidade responsável por preparar a participação portuguesa nas comemorações colombinas, em especial na grande exposição que estava projectada. A colaboração portuguesa foi muito activa, em particular na exposição e nos múltiplos congressos realizados. Deste modo, pretendia-se corresponder ao honroso convite da Espanha e, ao mesmo tempo, “afirmar a parte gloriosa que tiveram os nossos maiores na descoberta do novo mundo”¹²⁹. Os propósitos nacionalistas animavam a participação portuguesa, que pretendia mostrar a prioridade nacional no arranque dos descobrimentos e o papel

¹²⁷ *Idem*, p. 22, nota (13)

¹²⁸ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 11ª série, nº 5, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 311

¹²⁹ *Centenário do Descobrimento da América. Memórias da Comissão Portuguesa*, Lisboa, Tip. da Academia Real das Ciências, 1892, p. 5

fundamental das navegações e técnicas dos portugueses em todo o processo que conduziu ao achamento da América. O iberismo não estava nos objectivos da comissão nem do governo português, apesar das especulações que surgiram na época, sobretudo do lado espanhol.

Em 1894, comemorou-se o quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique, no Porto. A figura emblemática do filho de D. João I, com projecção internacional, representava a oportunidade para recordar o pioneirismo dos descobrimentos portugueses. No plano interno, apesar do insucesso da sedição republicana de 31 de Janeiro de 1891 na capital nortenha, seriam bem-vindas todas as manifestações que servissem para repor o abalado prestígio da Monarquia. Ora celebrar um príncipe de sangue real tão profundamente ligado ao mito da época áurea da nação podia dar novo alento ao regime monárquico vigente e aos sonhos imperiais dos portugueses. Por isso, as comemorações organizadas pela Câmara Municipal do Porto contaram com o empenho do governo e da casa real.

Os festejos concentraram-se na Cidade Invicta, tendo como pretexto o facto do Infante D. Henrique ter nascido naquela cidade. Deste modo, o Porto mostrava que era capaz de organizar centenários e a sua fidelidade ao regime monárquico, projectando-se como uma cidade dinâmica e capaz de respeitar as tradições e o passado histórico nacional. Segundo Fernando de Sousa, o escândalo financeiro da “Salamancada”, com consequências económicas desastrosas sobre a praça portuense, e a revolta do 31 de Janeiro representaram o fim de um ciclo da história da cidade, em que deixou de “ter qualquer capacidade de diálogo ou de réplica a Lisboa, a uma capital que se transforma, em definitivo, no único pólo de decisão nacional”¹³⁰. Contudo, podia ainda aparecer como centro de festas cívicas e patrióticas que tinham como palco habitual a capital do país.

¹³⁰ Cit. David Justino, *op. cit.*, vol. II, p. 218

Desde a colocação de uma lápide em homenagem ao Infante D. Henrique na fortaleza de Sagres, em 1836, que tinham surgido vários projectos para laurear o governador da Ordem de Cristo. O governo chegou a nomear uma comissão para estudar o projecto de erguer uma estátua em sua memória, mas esta não chegou a ter resultados por falta de meios para concretizar os planos. Na década de oitenta, tanto a Sociedade de Geografia de Lisboa quanto a Sociedade de Instrução do Porto tinham projectos para monumentos em honra do Navegador. Mas a capital do Norte acabou por adiantar-se mercê do dinamismo da vereação progressista da Câmara, liderada pelo conselheiro António Ribeiro da Costa e Almeida. A organização do centenário e a construção da estátua proporcionavam--lhe duas vitórias políticas importantes: a do Porto sobre Lisboa e a dos progressistas em relação aos regeneradores que estavam, então, no governo. Contudo, houve o tacto necessário para não se perder de vista o carácter nacional das celebrações.

A dimensão nacional e oficiosa do evento foi sublinhada pela deslocação da família real ao Norte e de uma delegação da mais alta hierarquia do Estado, que incluiu o presidente do Conselho de Ministros, Hintze Ribeiro, e três ministros. A comemoração do Infante D. Henrique era, deste modo, a resposta monárquica aos centenários de Camões e do Marquês de Pombal. A família real esteve cinco dias no Porto, tendo-se desdobrado para estar presente nas mais variadas iniciativas. As cerimónias nas ruas da cidade, as sessões solenes e os espectáculos de gala, os bailes e os jantares, as inaugurações e as provas desportivas, a festa da Associação do Bombeiros Voluntários e a distribuição do bode aos pobres foram abrilhantadas pela presença régia. No próprio dia da partida ainda estiveram num banquete oferecido pela Câmara do Porto aos representantes dos outros municípios do país e não se

esqueceram de entregar uma avultada quantia ao governador civil para distribuir pelos indigentes e pelos estabelecimentos de beneficência¹³¹.

Quando decorreu a comemoração do Infante D. Henrique já havia uma proposta para ser celebrado o quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia. A ideia foi apresentada por um sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, o engenheiro João Veríssimo Mendes Guerreiro, numa sessão da direcção realizada a 23 de Maio de 1889¹³². A proposta obteve, de imediato, a adesão calorosa dos outros membros daquela associação e a da Câmara Municipal de Lisboa, alguns dias mais tarde. Mais do que qualquer outro facto da história nacional, a viagem de Vasco da Gama fixou-se na memória colectiva como um momento de suprema glória e um símbolo da gesta heróica dos portugueses. Logo na sua época, foi um acontecimento celebrado pelo rei D. Manuel que mandou erguer o Mosteiro dos Jerónimos e a igreja de Santa Maria de Belém em acção de graças pelo notável feito. Os poetas enalteceram-no e ao seu obreiro, o aclamado Almirante do Mar da Índia, em múltiplas e variadas composições. Camões imortalizou-o nos cantos d'*Os Lusíadas*, onde a viagem do Gama e dos seus companheiros desempenha o lugar central da trama do poema e da própria história mítica da nação.

Não era inédita a comemoração da viagem que tinha permitido estabelecer a comunicação entre o Ocidente e o Oriente por via marítima, visto que já se tinha assinalado o primeiro centenário, em Goa. No contexto do final do século XIX, esta impunha-se pelas razões invocadas em relação aos centenários anteriores e conjugava-se com a prevista inauguração das obras do porto de Lisboa, que deveriam estar concluídas em 1897. Por isso, a data escolhida para as celebrações foi a da partida da armada de Vasco da Gama para a Índia, que se veio a apurar ter sido a 8 de

¹³¹ Firmino Pereira,, *O Centenario do Infante D. Henrique*, Porto, Editor Magalhães & Moniz, 1894, p. 98

¹³² *Annaes da Comissão Central Executiva*, Quarto centenario da Descoberta da India, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, p. 11

Julho de 1497, depois de cuidadosa investigação¹³³. A Sociedade de Geografia nomeou uma comissão preparatória para dar seguimento ao projecto logo em Junho de 1889. Esta era chefiada pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa e tinha como vice-presidente o autor da proposta das celebrações, o engenheiro Mendes Guerreiro. Foi enviada, de imediato, uma mensagem ao governo a dar conta da iniciativa em curso, onde se afirmava que a festa poderia ser “o jubileu da gloria portugueza” e o “annuncio e pregão de novos serviços á civilisação universal”¹³⁴.

O programa esboçado sistematizava de forma magistral o que se entendia deverem ser as comemorações dos centenários, apostando forte em três tipos de iniciativas: as grandes obras públicas que, a par da inauguração do porto de Lisboa, permitiriam renovar a zona ocidental da cidade; as exposições e os congressos de carácter nacional e internacional que, neste caso, deveriam ser subordinados aos temas coloniais e marítimos; as manifestações cívicas e festivas de âmbito mais alargado, em que a componente literária e artística era um factor importante. Um plano tão grandioso só poderia ser concretizado se o Estado assumisse, decididamente, a iniciativa e a direcção da comemoração. O governo teria de garantir os meios financeiros e humanos necessários e a coordenação política indispensável nas várias frentes para a execução do programa. A nível diplomático, teria de ser feito um considerável esforço para trazer a Portugal as delegações estrangeiras que dariam ao evento uma projecção internacional.

Os proponentes tinham consciência de que o grandioso projecto da exposição universal de Paris, então em marcha, podia dificultar a concretização dos intentos portugueses, nomeadamente o de uma grande exposição internacional junto do rio Tejo. Mas o recuo de três anos em relação à grande exposição do início do milénio parecia-lhes ser uma distância suficiente para assegurar a participação dos outros

¹³³ Cf. relatório do vogal da S.G.L., Renato Baptista. *Idem*, vol. II, pp. 10-24

¹³⁴ *Idem*, vol. I, p. 21

países no evento e para garantir a respectiva visibilidade no exterior. Além disso, tinha a vantagem de coincidir com a data prevista da inauguração do novo porto de Lisboa. Na verdade, seria mais natural que se comemorasse a data da concretização do feito, ou seja, a chegada dos navegadores portugueses a Calecute ou a do seu regresso à pátria, em vez da data da partida. Apesar de todas as justificações e da insistência dos defensores da importância histórica e política do centenário, os governos não mostraram disponibilidade para assumir o projecto apresentado pela Sociedade de Geografia.

Numa primeira fase, os ministérios remeteram-se ao silêncio, depois divagaram e foram adiando as decisões mais urgentes. Só a 15 de Maio de 1894, na sequência do sucesso do centenário henriquino, o governo regenerador decidiu aprovar o decreto que estabelecia a composição da comissão central que devia preparar, organizar e dirigir as celebrações. Manuel Pinheiro Chagas, historiador, publicista, político e conhecida figura pública, foi nomeado presidente da comissão. A Imprensa Nacional ficava encarregada de todos os trabalhos impressos e o produto da venda das publicações reverteria para um fundo destinado a financiar as celebrações, ao qual juntar-se-iam outras receitas que viessem a ser criadas para o mesmo fim. A questão do financiamento ficava adiada para mais tarde, quando fosse aprovado o programa definitivo das comemorações. Este foi elaborado e enviado ao governo para aprovação num curto espaço de tempo, mas ficou pendente à espera de decisões que tardavam.

Entretanto, em Abril de 1895, faleceu Pinheiro Chagas e era necessário nomear o seu substituto. O conselheiro Ferreira do Amaral, oficial da Marinha e presidente da Sociedade de Geografia, foi encarregado de substituir o malogrado presidente somente um ano depois da sua morte¹³⁵. Nessa altura, foi também aprovado o programa das comemorações muito amputado pelas reduzidas verbas que

¹³⁵ *Idem*, vol. IX, p. 71

tinham sido disponibilizadas pelo parlamento para o centenário (Carta de Lei de 21 de Maio de 1896). Ia proceder-se a uma emissão monetária de 500 contos de réis, contra os 1000 inicialmente previstos. Enquanto não havia receitas decorrentes da realização do programa das comemorações, o governo só podia adiantar uma verba que rapidamente se revelou insuficiente para cobrir as despesas. A gravidade da situação do erário público aconselhava o governo a manter-se inflexível na contenção dos gastos e a comissão organizadora via a sua acção limitada pela falta de dinheiro. A tentativa que foi feita para obter um empréstimo junto do Banco de Portugal revelou-se infrutífera, porque o governo não deu as garantias requeridas pela instituição credora¹³⁶. O governo também não se considerou autorizado a isentar de direitos alfandegários as mercadorias importadas para as celebrações.

Nesta situação de penúria e somente a um ano da data prevista, a comissão decidiu propor ao governo o adiamento das comemorações. A nova data recaiu, naturalmente, no aniversário da chegada de Vasco da Gama à Índia, 20 de Maio de 1898. Não só foram adiadas as celebrações, mas também o plano inicial estava ultrapassado pela falta de meios financeiros. O governo progressista de José Luciano de Castro, que tinha tomado posse entretanto, não mostrou maior empenho que o seu antecessor na realização do centenário. Comprometia-se, unicamente, a fornecer os meios votados pelo parlamento para a comemoração e não queria nenhuma responsabilidade directa na organização do evento¹³⁷, que ficava a cargo da comissão nomeada e da Sociedade de Geografia. Assim, as obras públicas que iriam renovar a zona ocidental de Lisboa só foram, em grande parte, concretizadas no âmbito das comemorações de 1940 e a exposição internacional teve de esperar mais um século para ser realizada, no quadro do quinto centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia e da recuperação urbana da parte oriental da cidade.

¹³⁶ *Idem*, vol. IX, p. 73

¹³⁷ *Idem*, vol. IX, p. 15

O quarto centenário do descobrimento oficial do Brasil por Pedro Álvares Cabral, em 1900, passou quase despercebido entre nós. O assunto foi colocado numa sessão ordinária da Sociedade de Geografia de Lisboa, em Novembro de 1899. A Comissão Americana ficou incumbida de elaborar um projecto para assinalar a efeméride, que foi apresentado e aprovado num prazo de três meses¹³⁸. Nele, previa-se a realização de conferências sobre os descobrimentos portugueses, a edição de um número especial do *Boletim*, a trasladação das ossadas de Pedro Álvares Cabral para os Jerónimos, “com a maior pompa”, uma sessão solene na sala de Portugal da Sociedade de Geografia e a ideia de serem envidados esforços no sentido de erguer-se uma estátua ao navegador. Houve logo quem discordasse da transferência dos restos mortais, por não existir nos “Jeronymos lugar condigno para elles” e quem se opusesse à construção do monumento em honra de Cabral sem antes se ter erguido o de Vasco da Gama. Ainda se aventou o projecto de um cortejo cívico que foi, imediatamente, posto de lado pelo próprio proponente. Outro sócio da Sociedade, mais pragmático, propôs que a agremiação desenvolvesse um movimento a favor de um tratado de comércio entre as duas nações, como forma de comemorar o centenário. A ideia de fundar uma escola colonial voltou a ser defendida, comprometendo-se a direcção a continuar a pugnar por ela “até onde lhe for possível”¹³⁹.

A maior parte das propostas não chegou a concretizar-se por falta de condições, nomeadamente a trasladação e o monumento. As comemorações limitaram-se a uma evocação de Pedro Álvares Cabral e do seu feito numa sessão solene na Sociedade de Geografia, a 5 de Maio. Em Lisboa, ainda registámos a realização de conferências de Teófilo Braga e Faustino da Fonseca, no Ateneu Comercial, de Henrique Lopes de Mendonça, na Associação dos Jornalistas, e um

¹³⁸ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 19ª serie, nº 1-2, Janeiro e Fevereiro de 1901, Lisboa, 1901, pp. 25-32

concerto da Real Academia dos Amadores de Música, nas instalações da Sociedade de Geografia. Tudo isto ficou muito aquém dos programas das anteriores comemorações e com um impacto público muito reduzido. As dificuldades que o país vivia a nível político e financeiro não eram propícias para festejos. Além disso, é de admitir que a experiência recente do difícil relacionamento da Sociedade de Geografia com os governos, por causa da realização do “centenário da Índia”, tivesse desmotivado também os principais promotores deste tipo de iniciativas.

O Brasil, pelo contrário, promoveu importantes celebrações e festas. O Estado português enviou ao Rio de Janeiro o conselheiro Francisco Maria da Cunha, figura grada da hierarquia militar e política do regime, e uma delegação para o representar nas cerimónias. A comitiva oficial deslocou-se no cruzador D. Carlos e chegou com alguns dias de atraso, por causa de um caso de varíola declarado a bordo, que obrigou a prosseguir viagem em velocidade reduzida, a fim de evitar o período de quarentena regulamentar antes do desembarque¹⁴⁰. A delegação foi recebida, na baía da Guanabara, por muitas embarcações e por uma autêntica multidão no cais, além das autoridades brasileiras¹⁴¹. A representação portuguesa foi alvo de “inexcedíveis provas de distinção” por parte do presidente da República do Brasil, do governo, da comissão do centenário e do povo, de acordo com o telegrama que o general remeteu ao ministro dos Negócios Estrangeiros¹⁴². De facto, os membros da delegação portuguesa estiveram presentes nas principais cerimónias e o seu chefe, em conjunto com o presidente Campos Salles, descerrou o monumento de homenagem a Pedro Álvares Cabral, que foi inaugurado no Rio de Janeiro.

¹³⁹ *Idem*, p. 32

¹⁴⁰ *Portugal, Madeira e Açores*, Lisboa, 5 de Maio de 1900

¹⁴¹ *Brasil-Portugal*, 2º anno, Fev. 1900 a Fev. 1901, Lisboa, 1901, p. 139

¹⁴² *Portugal, Madeira e Açores*, Lisboa, 13 de Maio de 1900

Continuidade e rupturas

O ciclo dos centenários dos descobrimentos e da expansão da última década do século representou a estruturação de um modelo comemorativo que vamos reencontrar no período da I República e no Estado Novo. Aqui, tal como em França, os republicanos tiveram um papel fundamental na reinvenção das tradições e na tentativa de criação de uma “religião cívica” susceptível de substituir o sistema de valores e de crenças da antiga sociedade. A maior parte dos símbolos e das instituições que identificam a nação surgiu, precisamente, entre 1880 e 1930: a bandeira, o hino, o Dia de Portugal, associado ao culto de Camões, a forma republicana do Estado, a glorificação dos descobrimentos portugueses em grandes comemorações nacionais, os painéis atribuídos a Nuno Gonçalves, os monumentos nacionais, assim classificados entre 1907 e 1910, e até a primeira reforma ortográfica¹⁴³. Mas não será demais sublinhar que o processo não foi, exclusivamente, republicano e se inseriu num contexto mais geral de afirmação do Estado-Nação e do nacionalismo que atravessou as várias ideologias políticas daquele período.

Do ponto de vista social, o fenómeno do nacionalismo prendeu-se com a expansão e progressiva ascensão da burguesia e das classes médias nas sociedades europeias, como resultado da industrialização e, em especial, do desenvolvimento dos sistemas educativos. E veio a traduzir-se numa ideologia de exaltação da terra, do folclore e modos de vida tradicionais, de um passado mitificado e de tudo aquilo que pudesse ser identificado com os valores históricos e culturais da nação. Nos anos vinte, tais ideias já não eram somente uma moda literária e reflectiam-se na maneira de viver de vários sectores da sociedade. Consistiam em “representar Gil Vicente,

¹⁴³ Rui Ramos, *A segunda fundação (1890-1926)*, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Editorial Estampa, s.d., p. 565

escrever romances regionalistas, exaltar o estilo manuelino, construir “casas portuguesas” com alpendres e azulejos, mobilar as salas em estilo D. João V e pendurar nas paredes tapetes de Arraiolos e quadros de José Malhoa com cenas populares”¹⁴⁴. E em todo um movimento intelectual que tinha como lema a necessidade de “reaportuguesar” o país.

É evidente que não se tratava de algo radicalmente novo. A primeira geração liberal e romântica tinha dado uma atenção especial às raízes culturais da nação, nomeadamente através do estudo do cancioneiro popular, e valorizara a terra e as suas gentes nas obras literárias da época. Posteriormente, as investigações etnográficas e o gosto pela observação das paisagens e modos de vida das populações, em particular das comunidades rurais e de pescadores, traduziram-se em publicações que pretendiam dar a conhecer Portugal. O interesse pela história e por disciplinas auxiliares, como a heráldica, a numismática e a arqueologia, manteve-se também como uma constante e alargou-se o âmbito e a profundidade dos antigos estudos corográficos do país, com o desenvolvimento da geografia moderna. A ideia da nação foi, assim, sendo forjada em resultado do avanço dos conhecimentos próprios das várias ciências sociais e divulgada de acordo com as concepções ideológicas e estéticas dominantes em cada conjuntura política e cultural. Desde o início, o objectivo dessa vasta literatura sobre a realidade nacional consistia em tornar o país inteligível para os próprios portugueses. Ao mesmo tempo, contribuía para desenvolver a consciência e a identidade nacionais.

Contudo, foi o contexto específico da última década do século passado que permitiu a uma geração, criada sob o impacto do ultimato britânico, revalorizar as tradições e as memórias, numa perspectiva nacionalista. Paulatinamente, estas passaram a constituir um conjunto articulado de referências culturais susceptíveis de identificar o país e os seus cidadãos. Tanto umas como outras foram “inventadas”

¹⁴⁴ *Idem, ibid.*, p. 570

pelas elites e traduziram-se numa estética revivalista e num conjunto de práticas ritualizadas que pretendiam estabelecer a continuidade com o passado nacional¹⁴⁵. Entre nós, a corrente neomanuelina e a voga dos centenários inseriram-se nesse processo que veio a ter continuidade no século XX. Do ponto de vista da artístico, procurou-se criar uma forma de expressão estética nacional, inspirada nos artefactos e construções populares ou nos celebrados painéis da igreja de São Vicente de Fora, que José de Figueiredo tinha considerado representativos dos “primitivos portugueses”.

A continuidade estabeleceu-se, assim, em torno dos grandes temas susceptíveis de identificar a nação, definindo-lhe um rosto próprio e um espaço no plano internacional. Mas, simultaneamente, a implantação do regime republicano implicou opções de ruptura com a situação anterior e levou à adopção de símbolos que permitiam marcar a diferença, como a bandeira e o hino. Este foi escrito por H. Lopes de Mendonça e musicado por A. Keil no calor da exaltação contra o ultimato britânico, com um acento belicista e heróico, que pretendia estimular o orgulho nacional. O tom forte e másculo era adequado aos propósitos revolucionários e aos valores da mentalidade republicana que prezava a virilidade¹⁴⁶. O poeta não se esqueceu, sequer, de colocar a devida nota feminina nesse quadro de virtudes masculinas, referindo os “beijos de mãe / Que nos guardam, nos sustêm, / Contra as injúrias da sorte.” Além disso, prometia um “ridente porvir” aos portugueses, um objectivo que os republicanos julgavam poder cumprir.

Por sua vez, a escolha da bandeira motivou acesas polémicas entre uma opção que representava uma longa tradição – o azul e branco – e a deliberada ruptura com a coloração que estava ligada ao regime da Monarquia Constitucional. A adopção da bandeira verde-rubra consagrou, ao nível simbólico, o corte com as cores da

¹⁴⁵ Cf. Eric Hobsbawm, “Introduction: Inventing traditions” in Eric Hobsbawm and Terence Ranger, *The Invention of Tradition*, Cambridge, University Press, 1993, pp. 1-14

Monarquia e a identificação com as cores da revolução: o vermelho e o verde da bandeira do 31 de Janeiro; o vermelho dos movimentos revolucionários e o verde destinado por A. Comte aos pavilhões das nações positivas do futuro¹⁴⁷. O escudo das quinas e a esfera armilar estabeleciam a ponte com o “glorioso” passado nacional, evocando a fundação do Estado independente e a expansão marítima. Bandeira e hino, “tradições inventadas”¹⁴⁸, acabaram por impor-se como símbolos da nação.

A I República não teve oportunidade para realizar muitos centenários. As condições de grande instabilidade política e social, a participação portuguesa na Grande Guerra e as expedições africanas mobilizaram as energias dos líderes republicanos e não tornaram os tempos propícios para grandes comemorações. Apesar disso, não deixou de ser notável o esforço que foi feito em torno das celebrações do regime, nomeadamente no 5 de Outubro¹⁴⁹, e do heroísmo militar que teria caracterizado o comportamento das tropas portuguesas no conflito mundial¹⁵⁰. Nas primeiras, pretendia-se unir em torno da República a dividida sociedade portuguesa, com a promessa de cumprir, finalmente, a desejada regeneração de Portugal. Nas segundas, tal como aconteceu noutros países europeus, o principal objectivo consistia em sarar as feridas da memória da guerra e desenvolver o culto do sacrifício pela pátria. Outra forma, afinal, de procurar criar a unidade nacional que o novo regime político ainda não tinha logrado. Num caso e noutro, as circunstâncias

¹⁴⁶ Rui Ramos, *op. cit.*, p. 402

¹⁴⁷ Nuno Severiano Teixeira, “Do azul e branco ao verde-rubro. A simbólica da bandeira nacional” in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (org. de), *A Memória da Nação*, Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, 7-9 de Outubro 1987, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991, p. 335

¹⁴⁸ “*Invented tradition* is taken to mean a set of practices, normally governed by overtly ou tacitly accepted rules and of a ritual or symbolic nature, which seek to inculcate certain values and norms of behaviour by repetition, which automatically implies continuity with the past. In fact, where possible, they normally attempt to establish continuity with a suitable historic past” (Eric Hobsbawm, *op. cit.*, p. 1)

¹⁴⁹ Fernando Catroga, “Ritualizações da História” in *História da História em Portugal sécs. XIX e XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 632-34

políticas são determinantes para explicar a importância que estas manifestações assumiram no conjunto dos rituais republicanos. De tal modo que se mantiveram na Ditadura e no Estado Novo: o feriado do 5 de Outubro, visto que o regime não abdicou da organização republicana, e a comemoração dos Mortos da Grande Guerra, um vez que convinha educar as novas gerações nos valores da dádiva da vida pela defesa e segurança da nação. Assim, compreende-se que muitos monumentos tenham sido inaugurados depois de 1926, nomeadamente o que foi erguido em La Coutoure, da autoria de Texeira Lopes (1928), o de Lisboa (1931) ou o de Abrantes (1940)¹⁵¹. Mas na medida em que a evocação dos mortos e, sobretudo, da batalha de La Lys (9 de Abril) ou do armistício (11 de Novembro) serviam como pretexto para a velha guarda republicana tocar a reunir em romagens de saudade, o regime ditatorial punha-se de sobreaviso e não deixava de exercer vigilância e de reprimir eventuais manifestações de oposição.

No plano das comemorações regulares, os republicanos tiveram o cuidado imediato de laicizar os feriados nacionais. Deste modo, o decreto de 13 de Outubro de 1910 manteve os feriados religiosos, mas atribuindo-lhes outra conotação: o 1 de Janeiro simbolizava a relação do indivíduo com a humanidade, dentro do espírito da fraternidade universal tão cara aos ideais republicanos; o 25 de Dezembro era o dia indicado para evocar os valores familiares. Introduziu os feriados políticos do 31 de Janeiro, que recordava os precursores da República, e o 5 de Outubro, visto como o dia da liberdade. Manteve o feriado histórico de 1 de Dezembro, o dia da restauração da independência e da Pátria, e acrescentou o 3 de Maio, então considerado a data do descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral. Era a forma de incluir uma data ligada à epopeia dos descobrimentos que somente tinha sido evocada até ao momento

¹⁵⁰ *Idem*, p. 647

¹⁵¹ Joaquim Saial refere que, entre 1926 e 1940, contabilizou a “inacreditável soma de cerca de meia centena de monumentos aos mortos da Grande Guerra, neste período concluídos, começados e

em esporádicos centenários. A escolha do Brasil não era fortuita: a importância da comunidade portuguesa ali radicada por causa da emigração e a preocupação de estreitar relações económicas e políticas com o gigante da América Latina, o sonho acalentado por alguns de formar uma grande aliança atlântica que unisse Portugal e Brasil aliavam-se ao facto deste país ser sempre apresentado como o exemplo da capacidade dos portugueses como colonizadores. Desde Sá da Bandeira que se sonhava com a criação de novos “brasis em África”.

Em 1915, passavam quinhentos anos sobre a conquista de Ceuta e quatrocentos sobre a morte de Afonso de Albuquerque. A vigilante Sociedade de Geografia de Lisboa, sempre atenta, solicitou ao governo, com três anos de antecedência, a realização de um duplo centenário que assinalasse com a devida ênfase a passagem de datas tão solenes¹⁵². A primeira, relativa à conquista da praça do Norte de África, seria a 21 de Agosto e a segunda, do falecimento do governador da Índia em Goa, a 16 de Dezembro. O governo então presidido por Duarte Leite, matemático e futuro historiador interessado nos temas da expansão portuguesa¹⁵³, corroborou a iniciativa promulgando um decreto onde eram designadas as corporações e associações que deviam integrar a comissão organizadora do evento. Anselmo Braamcamp Freire foi, então, nomeado presidente da referida comissão. No final de Julho de 1913, já esta tinha pronto e aprovado o programa detalhado das

terminados ou em início de construção” (*Estatuária Portuguesa dos anos 30, 1926-40*, Lisboa, Bertrand Editora, 1991, p. 20)

¹⁵² *Centenário de Ceuta e de Afonso de Albuquerque*. Sessão solene da Academia das Sciencias de Lisboa em 16 de Dezembro de 1915. Quarto centenário da morte de Afonso de Albuquerque, Lisboa, Academia das Sciencias, 1916, p. 25

¹⁵³ Os primeiros trabalhos históricos de Duarte Leite datam do início dos anos Vinte, quando era embaixador no Brasil, e colaborou na obra colectiva dirigida por Carlos Malheiro Dias, *História da Colonização do Brasil*. Cf. Vitorino Magalhães Godinho, “Leite, Duarte (1864-1950)” in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Iniciativas Editoriais, s.d., p. 473

comemorações¹⁵⁴. Uma delegação da comissão executiva foi apresentá-lo ao presidente do ministério em exercício, que solicitou a elaboração de um projecto-lei que devia ser sancionado pelo parlamento.

O governo de Afonso Costa não tomou qualquer resolução sobre o assunto. Entretanto, em Fevereiro de 1914 constituiu-se novo ministério, chefiado por Bernardino Machado. A comissão renovou o pedido para serem tomadas decisões sobre o projecto do centenário, cerca de um mês depois da instalação do novo governo. Ainda voltou a insitir mais duas vezes sem qualquer resultado e sem receber sequer uma resposta aos seus ofícios¹⁵⁵. A I Guerra Mundial tinha começado e, aliando-se aos problemas internos da República, criou uma conjuntura de todo desfavorável para a realização de cerimónias e festejos comemorativos. Os organizadores entenderam, por isso, que a grande comissão estava dissolvida e que as celebrações não poderiam ter o “carácter de uma verdadeira festa nacional”¹⁵⁶. No relato de Braamcamp Freire nota-se a mágoa pela “indiferença” dos governos e Ernesto Vasconcelos, no relatório sobre as actividades da Sociedade de Geografia, deixou o seguinte registo:

“Quizemos, apesar de tudo, levantar o espirito publico por meio de uma celebração nacional, comemorando dois acontecimentos mundiais: o Centenario da Tomada de Ceuta, como inicio das descobertas portuguesas, e o da Morte de Affonso de Albuquerque, marcando ao apogeu das nossas grandezas; mas, não fomos atendidos, antes se votou verba para uma despesa no estrangeiro - a Exposição Panamá-Pacífico, que, em coisa alguma, trará a

¹⁵⁴ *Centenário de Ceuta e de Afonso de Albuquerque*. Sessão solene da Academia das Sciencias de Lisboa em 16 de Dezembro de 1915. Quarto centenário da morte de Afonso de Albuquerque, Lisboa, Academia das Sciencias, 1916, p. 28

¹⁵⁵ *Idem*, p. 29

¹⁵⁶ *Idem*, p. 30

*animação e a vida ao nosso comércio, que seria regado com o ouro que os estrangeiros aqui viriam deixar, se a iniciativa desta Sociedade fosse levada à prática*¹⁵⁷.

Era bastante duvidoso que a afluência de estrangeiros tivesse o significado que o secretário perpétuo da Sociedade lhe quis atribuir, mas as suas palavras demonstram bem um certo ressentimento pelo descaso dos governos em relação à proposta das comemorações. Aliás, no relatório citado ficou patente que as relações entre a instituição e o poder vigente tinham mudado, considerando-se que os grandes serviços prestados ao país e às colónias não eram devidamente apreciados pelos governos¹⁵⁸. Apesar disso, o relator não deixou de afirmar que os trabalhos e as conclusões do Congresso Colonial Nacional tinham sido aproveitadas pelo Estado no que se referia à autonomia administrativa e financeira das colónias, entretanto convertida em lei, à regulamentação do trabalho indígena e a outras questões votadas pelos participantes.

As efemérides acabaram por ser assinaladas por duas sessões solenes. A Sociedade de Geografia celebrou a tomada de Ceuta, a 21 de Agosto, e inaugurou uma exposição de produtos da indústria nacional nas suas salas. A Academia das Ciências realizou uma sessão de homenagem a Afonso de Albuquerque, a 16 de Dezembro, e patrocinou um conjunto notável de publicações que ficaram como a marca mais importante destes centenários. As autoridades republicanas estiveram representadas ao mais alto nível nessas sessões que contaram também, como era tradicional, com a presença de membros do corpo diplomático. Os poderes instituídos associavam-se, deste modo, às celebrações, apesar de terem recusado comprometer-se

¹⁵⁷ *Boletim Comemorativo do V Centenário da Tomada de Ceuta*, 21 de Agosto de 1915, Sociedade de Geographia de Lisboa, Lisboa, 1915, p. 121

¹⁵⁸ *Idem*, p. 120

na realização de um programa mais vasto e “grandioso” com o argumento da falta de recursos públicos¹⁵⁹.

Em 1920, o Instituto de Coimbra propôs a celebração do quarto centenário da morte de Fernão de Magalhães. O governo reconheceu a iniciativa e encarregou-o oficialmente de organizar a comemoração¹⁶⁰, apesar de se tratar de um herói polémico que sempre causou uma certa incomodidade pelo facto de ter oferecido os seus serviços ao rei de Castela. Mas a importância do feito, que inscreveu na geografia universal o nome de um português – o Estreito de Magalhães –, foi considerado motivo suficiente para evocar a sua memória e prestar-lhe homenagem. Na cidade do Mondego, realizou-se uma sessão solene na sala dos Capelos da Universidade a 27 de Abril de 1921, que contou com a presença de representantes do governo, os ministros da Marinha e dos Negócios Estrangeiros, do corpo diplomático, das Academias das Ciências, da Sociedade de Geografia, das universidades, da Câmaras de Lisboa e do Porto, e das autoridades civis, militares e eclesiásticas de Coimbra¹⁶¹. À noite, houve um banquete na sala do Senado em atenção aos convidados que se tinham deslocado para participar na celebração.

Na capital, a Academia das Ciências de Portugal, de que tinha sido um dos fundadores Teófilo Braga, promoveu também uma sessão solene no salão nobre dos Paços do Concelho, onde compareceu o presidente da República, António José de Almeida¹⁶². Pelo seu lado, a antiga Academia das Ciências de Lisboa não quis deixar-se ultrapassar e seguiu o mesmo caminho alguns dias mais tarde. O chefe de Estado, mais uma vez, honrou a sessão com a sua presença¹⁶³.

¹⁵⁹ Discurso do Sr. Anselmo Braamcamp Freire in *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 33ª serie, nº 7 e 8 - Julho e Agosto 1915, Lisboa, Sociedade de Geographia de Lisboa, s.d., p. 241

¹⁶⁰ *O Instituto*, Nº comemorativo do 4º centenário de Fernão de Magalhães, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1921

¹⁶¹ *Idem*, p. 280

¹⁶² *O Século*, Lisboa, 25 de Abril de 1921

¹⁶³ *Idem*, 28 de Abril de 1921

Circunscrito a sessões solenes de carácter oficioso, o centenário de Fernão de Magalhães passou despercebido do grande público. As atenções da imprensa estiveram mobilizadas, entre 6 e 10 de Abril daquele ano, pelas homenagens prestadas aos Soldados Desconhecidos. Imponentes cortejos, uma sessão solene no Congresso, exéquias na basílica da Estrela e cerimónias cívicas e religiosas na Batalha, onde iriam repousar os restos mortais de soldados mortos em combate na frente em África e na Flandres, consagraram os heróis anónimos e o sacrifício da vida pela Pátria.

No ano seguinte, ocorria o centenário da independência do Brasil, a 7 de Setembro. O Estado português decidiu associar-se às comemorações e respondeu positivamente ao convite endereçado pela República do Brasil para o presidente António José de Almeida participar nas celebrações oficiais¹⁶⁴. Depois de obtida a competente autorização parlamentar (Lei nº 1 309, de 11 de Agosto de 1922), a comitiva portuguesa ficou constituída pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Barbosa de Magalhães, os antigos ministros António Luís Gomes e Francisco António Correia, respectivamente, o reitor da Universidade de Coimbra e o director do Instituto Superior do Comércio de Lisboa, João de Barros e Jaime Cortesão, director da Biblioteca Nacional de Lisboa, ambos figuras prestigiadas das letras e membros da Academia das Ciências¹⁶⁵. Acompanharam também o presidente dois oficiais-generais, um do Exército e outro da Armada, uma força de marinheiros para fazer a guarda de honra e a charanga do Corpo de Marinheiros com o seu regente. O secretário geral e chefe de protocolo da presidência integraram-se na comitiva, como competia, e os enviados especiais dos principais jornais – *Diário de Notícias*, *O Século*, *O Mundo* e o *Diário de Lisboa*. A contenção orçamental foi responsável por

¹⁶⁴ *Portugal, Madeira e Açores*, Lisboa, 20 de Maio de 1921

¹⁶⁵ António José de Almeida, *Quarenta anos de vida literária e política*, vol. IV, Lisboa, J. Rodrigues & C^a, 1934, p. 216

tão escassa comitiva, sobretudo no que diz respeito às personalidades da sociedade portuguesa que poderiam ter acompanhado o presidente da República.

A viagem ficou manchada pelos problemas com o vapor “Porto” que devia transportar a comitiva portuguesa. O navio datava de 1894 e estava em más condições para navegar, tornando-se necessárias grandes reparos que demorariam cerca de dois meses¹⁶⁶. Ora parece que as hesitações do governo atrasaram o início dos trabalhos que ainda foram prejudicados por uma greve do pessoal metalúrgico. No dia apazado para o embarque, os técnicos ainda não tinham concluído as reparações e, sobretudo, não tinham sido feitos os testes necessários para averiguar as condições do navio. Mesmo assim, decidiu-se embarcar o presidente e a comitiva a 26 de Agosto, como estava previsto. Logo que o navio se pôs em marcha, falharam as juntas de duas caldeiras laterais e foi preciso consertá-las, o que demorou dois dias.

Neste espaço de tempo, as pessoas mantiveram-se a bordo e o presidente recebeu o director do *Diário de Notícias*, Augusto de Castro, que num artigo apresentou o incidente como expressão da inveterada desordem administrativa portuguesa¹⁶⁷. O atraso “causou funda impressão em todo o paiz, pelo que tem de desairoso para o brio nacional”¹⁶⁸ e deu azo a variadas especulações políticas.

Entretanto, tinha rebentado mais uma crise ministerial motivada pelo pedido de demissão do ministro das Finanças, Portugal Durão, que não tinha conseguido obter o consenso da maioria parlamentar para a sua proposta de reformas. A crise financeira foi um dos principais problemas com que a República se debateu depois da

¹⁶⁶ *Em defesa da Marinha Mercante. O caso político do vapor Porto*, Lisboa, Editor: Afonso Vieira Dionísio, capitão da Marinha Mercante, s.d. Neste folheto o capitão Afonso Vieira Dionísio, o capitão João Borges do Canto e o primeiro maquinista Augusto de Faria narram a sua versão dos acontecimentos e solicitam uma sindicância independente sobre o caso.

¹⁶⁷ António José de Almeida, *op. cit.*, p. 217

¹⁶⁸ *Portugal, Madeira e Açores*, Lisboa, 5 de Setembro de 1922

Grande Guerra e o referido ministro tinha sido responsável pela reforma fiscal de fundo que se impunha levar a cabo, mas a sua aplicação foi lenta e gradual¹⁶⁹.

Depois de um começo tão pouco auspicioso, a viagem continuou recheada de peripécias. O vapor teve de arribar às Canárias por causa de uma avaria nos frigoríficos que obrigou a proceder a um reabastecimento de géneros. A marcha do navio era incerta e lenta e especulou-se sobre a qualidade do carvão que tinha sido comprado para abastecer a embarcação. Num clima de suspeição e intriga, muitas outras questões foram ventiladas pela imprensa e o caso assumiu foros de escândalo nacional, com a questão do combustível e do preço das mercadorias, que tinham servido para abastecer o navio, a serem discutidos na Câmara dos Deputados¹⁷⁰. Ainda se procurou transferir a comitiva para um navio da carreira inglesa sem sucesso, mas o regresso teve de ser feito a bordo do Arlanza, da Mala Real Britânica.

A acidentada viagem demorou cerca do dobro do tempo normal e o presidente só chegou ao Rio de Janeiro a 17 de Setembro, dez dias depois da data do aniversário da independência do Brasil e do momento culminante das festividades¹⁷¹. À chegada, foi cumprimentado a bordo pelo presidente Epitácio Pessoa, que estava acompanhado pelo ministro da Marinha e das Relações Exteriores, além do embaixador de Portugal no Brasil, o ex-primeiro ministro Duarte Leite. A recepção brasileira foi deveras amistosa e a representação portuguesa viu-se cumulada de atenções e homenagens públicas que tiveram eco na imprensa dos dois países. O recente sucesso da travessia aérea do Atlântico Sul, a importância política da delegação portuguesa, chefiada pelo próprio presidente da República, e a adesão manifestada pela antiga potência às celebrações da independência da ex-colónia explicam o ambiente de simpatia que se estabeleceu em torno da comitiva portuguesa

¹⁶⁹ António José Telo, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, p. 94

¹⁷⁰ *Portugal, Madeira e Açores*, Lisboa, 20 de Setembro de 1922

¹⁷¹ António José de Almeida, *op. cit.*, p. 219

Em termos práticos, o esforço diplomático que foi feito pelas chancelarias dos dois países saldou-se na assinatura de três tratados. O primeiro sobre a reciprocidade em matéria de propriedade literária e artística, o segundo sobre a isenção do serviço militar nos casos de dupla nacionalidade e o último sobre a protecção do trabalho dos emigrantes. Qualquer deles abrangia assuntos de importância relevante para as relações entre ambos os países, mas não se conseguiu o almejado tratado comercial que facilitaria a colocação dos produtos nacionais no mercado brasileiro. De qualquer modo, só o primeiro dos três logrou a aprovação do Congresso da República portuguesa, um ano depois (Lei nº 1 485, de 1 de Novembro de 1923)¹⁷².

Os resultados obtidos pela delegação portuguesa foram além das expectativas de alguns observadores. O capitalista brasileiro, Cândido Sotto Mayor, numa entrevista ao *Diário de Lisboa*, referia que o momento não era favorável para grandes acordos, visto que o mandato do presidente brasileiro estava no final e em período de festas não se tratam de negócios¹⁷³. Na sua opinião, já seria muito se o chefe de Estado e o ministro dos Negócios Estrangeiros colhessem “alguns elementos para orientação dos nossos governos, no estudo dos problemas luso-brasileiros”. Torna-se, por isso, evidente a dificuldade da empresa que os negociadores nacionais tiveram pela frente e o mérito do seu esforço diplomático.

O país participou na exposição internacional do Rio de Janeiro, a mais importante iniciativa do programa das comemorações brasileiras, com dois pavilhões: o Pavilhão de Honra e o Pavilhão das Indústrias. No primeiro, expunha-se uma mostra bastante significativa das artes e do artesanato nacionais, através de pinturas, esculturas, peças de ourivesaria, rendas, tapetes de Arraiolos e azulejaria. No segundo, evocava-se a história nacional em painéis de azulejos e apresentavam-se as principais indústrias e produções de Portugal e das colónias. A iniciativa de Leal da

¹⁷² *Idem*, p. 259

¹⁷³ Transcrito no *Portugal, Madeira e Açores*, Lisboa, 20 de Setembro de 1922

Câmara de levar um cofre, em forma de coração, com terra de Guimarães e de Sagres, colocado numa espécie de altar da pátria num dos pavilhões, teve enorme sucesso junto da comunidade portuguesa.

A traça dos pavilhões foi encomendada aos irmãos Rebelo de Andrade e pretendia evocar o estilo da época de D. João V, estabelecendo uma associação com a arquitectura colonial brasileira. A estrutura metálica foi transportada para o Brasil e ali foram montados os pavilhões com um considerável atraso. Em torno da construção dos pavilhões e dos gastos do comissariado português choveram as acusações de incompetência e corrupção, tornando-se necessário instaurar um inquérito que veio a comprovar a má gestão financeira¹⁷⁴. As obras de edificação dos pavilhões ainda ficaram, tristemente, marcadas pelo desabamento de uma das partes, o que provocou um grave acidente. Estes episódios, largamente noticiados pela imprensa, deixaram na opinião pública portuguesa uma sensação de escândalo em torno da participação nacional na exposição do Rio de Janeiro.

Neste contexto pouco honroso, o feito de Gago Coutinho e Sacadura Cabral ganhava a dimensão duma proeza épica, capaz de relegar para plano secundário as agruras e desaires de um presente marcado pela cruel realidade de uma grave crise política e financeira. A travessia aérea serviu de pretexto para evocar os tempos heróicos das grandes navegações portuguesas e suscitou uma enorme comoção em Portugal e no Brasil. Numa mensagem subscrita por milhares de pessoas e entregue pela comissão das festas do Estado de São Paulo, os aviadores eram tratados por “irmãos, heróis, amigos e companheiros” e enaltecia-se “a coragem suprema de devassar novamente o Mar Tenebroso, traçando a rota segura que há de unir o velho Mundo ao Mundo novo, nas idades futuras”¹⁷⁵. A mesma analogia foi feita em Portugal e Júlio Dantas afirmou, alguns anos mais tarde, na homenagem a um dos

¹⁷⁴ *Portugal, Madeira e Açores*, Lisboa, 20 de Janeiro de 1923

¹⁷⁵ Pinheiro Corrêa, *Sacadura Cabral, Homem e Aviador*, Lisboa, Edição do Autor, 1964, p. XLIX

navegadores aéreos: “Gago Coutinho foi o último Herói, o nauta sobrevivente dos Descobrimentos e navegações que o génio henriquino inspirou”¹⁷⁶.

De tal modo as emoções foram fortes que todos se desdobraram em manifestações de alegria e em homenagens aos aviadores. Sacadura Cabral com a sua habitual frontalidade comentou a propósito: “A única prova de heroísmo, que a meu ver manifestámos na travessia aérea Lisboa-Rio de Janeiro, foi a de termos sabido conservar o sentido das proporções e não termos desnortado com a avalanche de honras e de elogios que todos, sem excepção, nos têm dirigido. Tantas foram, tantas têm sido que, confesso-o francamente, eu mesmo me admiro de ainda conservar o juízo todo”¹⁷⁷.

Na mesma ordem de ideias, Gago Coutinho, nas declarações que prestou na sessão de agradecimento da Academia da Ciências, referia que “não deve ser considerada a navegação que fizemos um progresso da ciência moderna”, visto que se tinham servido de princípios elementares da Geometria, da Física e da Astronomia¹⁷⁸. Teve a preocupação de salientar sempre que a iniciativa e a organização da expedição tinham sido da responsabilidade de Sacadura Cabral. Contudo, a sua colaboração foi decisiva para o sucesso da empresa e consistiu na adaptação à navegação aérea dos processos usados nas embarcações, tornando-os mais rápidos e seguros, e nas necessárias transformações do sextante¹⁷⁹. Do ponto de vista técnico, o valor essencial da proeza residiu na orientação da nave no rumo certo durante a travessia do Oceano, em especial durante o longo voo nocturno. O sextante adaptado por Gago Coutinho, com um horizonte artificial, e os rápidos cálculos que efectuava para estimar e corrigir a sua posição foram fundamentais para levar o hidroavião às costas brasileiras.

¹⁷⁶ *Idem, Gago Coutinho, Percurso da navegação aérea*, Lisboa, Edição do Autor, 1965

¹⁷⁷ *Idem*, p. 199

¹⁷⁸ *Idem, Gago Coutinho, Percurso da navegação aérea*, Lisboa, Edição do Autor, 1965, p. 33

¹⁷⁹ *Idem*, p. 156

A ideia da expedição surgiu na sequência da travessia do Atlântico Norte por aviadores norte-americanos e consolidou-se na altura da passagem por Lisboa do presidente brasileiro, Eptácio Pessoa. Em 1919, Sacadura Cabral apresentou o projecto ao ministro da Marinha que foi bem recebido. O estreitamento das relações com a República do Brasil era uma das motivações para a viagem que, na sua opinião, deveria ser levada a cabo por dois aviões, um de cada nacionalidade, e apoiada pela Marinha de Guerra de ambos os países. Uma parceria que não era inédita nos anais da aviação moderna, uma vez que os norte-americanos e os ingleses assim tinham ligado a Terra Nova à Irlanda. Mas os brasileiros não deram seguimento à proposta e só dois anos mais tarde o aviador renovou as suas diligências junto das autoridades portuguesas para associar o projecto às comemorações do centenário da independência do Brasil¹⁸⁰. No documento que remeteu ao ministro da Marinha, Sacadura Cabral referia que a ideia andava a ser discutida noutros países, nomeadamente na França, na Itália e na Espanha. Portugal não podia deixar os seus créditos em mãos alheias em matéria de navegação aérea, numa época em que as atenções do público estavam viradas para as proezas dos ares. Os argumentos colheram adeptos e o governo português dispôs-se a financiar o empreendimento. Foram necessários meses de estudos e de trabalho para preparar a viagem. O sucesso ficou a dever-se ao entusiasmo e determinação de Sacadura Cabral, coadjuvado pela competência técnica de Gago Coutinho na orientação da aeronave.

A 30 de Março de 1922, o frágil hidroavião levantava voo do estuário do Tejo para uma viagem acidentada que se prolongaria por mais de dois meses. O percurso foi feito em várias etapas: Las Palmas, São Vicente, São Tiago, o penedo São Pedro, a ilha de Fernando Noronha, o Recife, na costa brasileira. Perderam-se dois hidroaviões e somente se conseguiu atingir a costa do Brasil no terceiro aparelho. No total, os aviadores percorreram 4 527 milhas em 62^h e 26^m e estiveram 36^h 44^m sem

¹⁸⁰ *Idem, Sacadura Cabral, Homem e Aviador*, Lisboa, Edição do Autor, 1964, p. 176

avistar terra¹⁸¹. O resto do tempo foi gasto nas paragens e na espera pela substituição dos aparelhos. Para as horas difíceis e de desânimo, os aviadores tinham levado consigo um exemplar d' *Os Lusíadas* e não podiam ignorar a grande expectativa que havia no país em relação ao sucesso da empresa. Como frisou Sacadura Cabral, “chegámos para provar que a nossa raça ainda tem as energias de outrora e para demonstrar que se podia fazer o milagre”¹⁸². A ligação aérea Lisboa-Rio de Janeiro tinha-se tornado uma questão de brio nacional.

Do ponto de vista político, talvez mais do que a deslocação do presidente António José de Almeida, esta viagem contribuiu para gerar uma onda de simpatia em relação a Portugal que ficou registada nos versos que então correram no Rio de Janeiro¹⁸³:

Srs. Gago Coutinho e Sacadura Cabral

Que vindes de Portugal

Dentro desse passarinho

Ao morro do Corcovado,

Fica o mundo embasbacado

Pelo heroísmo português.

Acabou-se o nativismo

Eu sou irmão de vocês.

As campanhas nativistas remontavam ao século XVIII e rejeitavam todos aqueles que não tinham nascido no continente americano, por razões que se prendiam com sentimentos patrióticos e com a concorrência económica em relação a certos grupos de residentes estrangeiros, em especial os comerciantes portugueses. Eram um

¹⁸¹ *Revista Aeronautica. Órgão do Aero Club de Portugal (F. A. I.)*, Numero especial, Relatório da Viagem Aérea Lisboa- Rio de Janeiro, Lisboa, 1922, p. 61

¹⁸² *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 40ª série, nº 10-12, Out.-Dez. de 1922, p. 423

¹⁸³ Pinheiro Corrêa, *Sacadura Cabral, Homem e Aviador*, Lisboa, Edição do Autor, 1964, p. 212

dos factores mais importantes de hostilidade em relação à comunidade lusa. Acrescia ainda o facto de as correntes modernistas identificarem Portugal com o passado e com tudo o que era retrógrado e contribuírem, na época do centenário da independência do Brasil, para o ambiente desfavorável que os portugueses tinham de enfrentar no Brasil.

O feito dos aviadores portugueses vinha demonstrar que o país não era, afinal, tão atrasado como se pensava e deu nova ênfase à memória da viagem de Pedro Álvares Cabral. A colonização portuguesa do Brasil foi valorizada numa obra escrita por historiadores e investigadores dos dois países que ficou como um marco fundamental da participação portuguesa no centenário – *A História da Colonização Portuguesa do Brasil*, dirigida pelo monárquico Carlos Malheiro Dias. Deste modo, se procurava melhorar também as relações luso-brasileiras.

O Estado português não perdia de vista o facto de ambos os regimes serem republicanos e as relações poderem ser facilitadas pelas afinidades políticas. Por isso, comemorou-se o “Dia do Brasil” a 15 de Novembro, data da implantação da respectiva República¹⁸⁴. Fora decretado feriado nacional e um grande cortejo cívico percorreu as ruas de Lisboa, com os heróis do momento na dianteira, Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Em frente da embaixada do Brasil, na rua António Maria Cardoso, Gago Coutinho leu uma mensagem e o embaixador brasileiro proferiu um discurso. O presidente António José de Almeida também esteve presente nessa homenagem portuguesa à República do Brasil. À noite, houve uma récita de gala no Teatro Nacional, onde foi representada uma peça de Marcelino Mesquita e lidos poemas do escritor brasileiro Olav Bilac. Na mesma sessão, Júlio Dantas, Sacadura Cabral e o embaixador brasileiro discursaram para uma assembleia essencialmente constituída por elementos oficiais.

Noutras cidades do país, também ocorreram manifestações em honra do Brasil, no dia 7 de Setembro e a 15 de Novembro. O dia da independência do Brasil

¹⁸⁴ Cf. *Diário de Lisboa*, 15 e 16 de Novembro de 1922 e *O Século*, Lisboa, 14 e 18 de Novembro de 1922

já tinha sido assinalado em Lisboa por espectáculos especiais nos teatros e a Câmara dos Deputados dedicara parte da sessão da manhã à evocação da data¹⁸⁵. O ano de 1922 ficava, assim, como um marco na história da aviação nacional e das relações luso-brasileiras.

No período da I República ainda ocorreram mais dois centenários: o do nascimento de Luís de Camões que foi celebrado em 1924, no dia da morte, a 10 de Junho, por se ignorar a outra data, e o da morte de Vasco da Gama, ocorrida de 24 para 25 de Dezembro de 1524, em Cochim¹⁸⁶. Sobre o primeiro falaremos adiante a propósito das comemorações do 10 de Junho. Quanto ao segundo, o governo nomeou o coronel Francisco de Sales Ramos da Costa, senador da República, para presidir à comissão que devia organizar as celebrações. Mas, nas vésperas do centenário, foi necessário reunir no Ministério do Interior uma equipe composta pelo presidente da comissão executiva da Câmara Municipal de Lisboa, pelos chefes de gabinete de vários ministros – Interior, Finanças, Guerra, Marinha, Negócios Estrangeiros, Instrução e Trabalho – e da Presidência do Ministério, pelo administrador geral da Imprensa Nacional, Luís Derouet, por um profissional da imprensa, Acúrsio Pereira, e pelo director da Agência Havas, Pedro Bordalo Pinheiro, para tratar da organização das festas do centenário¹⁸⁷. Vicente de Almeida d'Eça, presidente da Sociedade de Geografia, e Afonso de Dornelas, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, ambos da comissão que tinha sido nomeada pelo governo, também estiveram presentes. Apesar do agravamento da crise política e financeira do Estado português, pretendia-se dar alguma projecção ao centenário do grande herói nacional.

A grave situação interna e as dificuldades externas, motivadas pela má imagem do sistema colonial português assente num regime de trabalho forçado dos

¹⁸⁵ *O Século*, Lisboa, 7 de Setembro 1922

¹⁸⁶ Henrique Lopes de Mendonça, *Vasco da Gama na História Universal*, Lisboa, Portugal-Brasil, s.d., p. 16

¹⁸⁷ *Diário de Lisboa*, 23 de Janeiro de 1925

indígenas¹⁸⁸, forneciam o pretexto para relembrar as glórias do passado e reafirmar a tradição colonial do país. Afastado o perigo de uma partilha das colónias portuguesas entre a Inglaterra e a Alemanha, com a derrota desta última na Grande Guerra, o receio advinha da alteração da conjuntura política internacional que conduziu ao questionar das teorias aceites sobre os impérios. Surgiram na Europa várias associações destinadas a defender os direitos dos povos africanos, nomeadamente no campo da educação e da melhoria das condições de vida.

Embora fossem raras as vozes que defendiam a independência das colónias, a comunidade internacional abandonou a teoria da “ocupação efectiva” que vigorava desde a Conferência de Berlim e passou a encarar a situação dos territórios colonizados como um estado transitório. As potências que os dominavam tinham a “obrigação de promover o desenvolvimento e a educação das populações, tendo em vista o acesso a uma progressiva autonomia, tutelada e orientada pela metrópole”¹⁸⁹. O governo ia, assim, aproveitar a oportunidade do centenário para exercer a diplomacia e melhorar a imagem externa do país.

A data das comemorações foi adiada um mês, para não coincidir com a quadra natalícia, o que suscitou alguns comentários acerbos na imprensa: “Salvo o devido respeito consideramos infeliz a ideia, porquanto um centenário é alguma coisa de solene e respeitável que tem a sua data determinada e que se torna pouco justificável adiar, por qualquer imprevisto, como qualquer espectáculo banal ou simples festa sertaneja”¹⁹⁰.

O programa das comemorações teve um carácter governamental e deslocaram-se a Lisboa embaixadas especiais de duas dúzias de países, para

¹⁸⁸ O relatório de Phelps-Stokes (1924) e o de Ross (1925) apontam a continuação do trabalho forçado angariado pelo Estado em larga escala, apesar da legislação em contrário que tinha sido proposta por Norton de Matos em Angola. António José Telo, *op. cit.*, p. 225 e 238

¹⁸⁹ António José Telo, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, p. 225

¹⁹⁰ *Portugal, Madeira e Açores*, Lisboa, 20 de Dezembro de 1924

participar nas cerimónias¹⁹¹. Os diplomatas foram recebidos pelo presidente Teixeira Gomes e pelo chefe do governo, José Domingues dos Santos. Na mesma altura, entraram na barra do Tejo navios de guerra de vários países europeus que vieram participar na parada naval em honra do Almirante do Mar da Índia. Oficiais e marinheiros holandeses, ingleses, franceses, espanhóis e italianos juntaram-se aos portugueses nas paradas e desfiles militares que tiveram lugar a 25 de Janeiro. Por isso, na recepção no Palácio das Necessidades, o ministro João de Barros, “*doublé* de diplomata e homem de letras”, segundo a expressão do jornalista do *Diário de Lisboa*, aproveitou a oportunidade para frisar que as representações estrangeiras presentes no centenário traduziam o prestígio do país e constituíam um “triunfo indiscutível” para a República¹⁹².

O programa oficial decorreu de 25 a 29 de Janeiro¹⁹³. O ponto alto das celebrações foi a cerimónia de lançamento da primeira pedra do monumento que se pretendia erigir defronte do Mosteiro dos Jerónimos. No rio Tejo, estavam fundeados os navios de guerra e uma grande quantidade de embarcações que realizaram um cortejo fluvial. Em terra, as tropas estavam formadas para a revista militar e o desfile dos marinheiros, que teve lugar em seguida. No ar, aviões da Marinha, da base da Amadora, faziam evoluções e contribuía para a grandiosidade do espectáculo que atraiu bastante público.

Naqueles dias, duas sessões solenes evocaram a memória de Vasco da Gama e as consequências para a humanidade do descobrimento do caminho marítimo para a Índia: uma, de abertura das celebrações, na sala “Portugal” da Sociedade de

¹⁹¹ Na recepção no palácio de Belém estiveram presentes, por ordem de precedência: o embaixador da Santa Sé, Monsenhor Tedeschini, os embaixadores do Brasil, de Inglaterra, da Bélgica, da Alemanha, da China, da Itália, da França, ministros dos Países Baixos, da Venezuela, da Suíça, da Argentina, da América, da Suécia, de Cuba, do Sião, do Uruguai, da Noruega, da Roménia, do Japão, do Chile, da Grécia, do Peru e da Checoslováquia. *Diário de Lisboa*, 24 de Janeiro de 1925, p. 8

¹⁹² *Idem*, 28 de Janeiro de 1925, p. 8

Geografia e outra, de encerramento, no salão nobre da Câmara Municipal de Lisboa. Os festejos populares decorreram na Praça do Comércio, onde a animação ficou a cargo de bandas militares e civis.

As celebrações tiveram, deste modo, um cunho marcadamente político. Não se realizou o habitual cortejo cívico, que foi substituído pelas paradas e desfiles militares. O programa cultural foi relativamente pobre: uma exposição bibliográfica na Imprensa Nacional e outra de heráldica, no Museu do Carmo, escassas publicações e nenhum estudo de fundo sobre a figura do homenageado. O último centenário sob a vigência da I República, apesar de ter sido realizado por um governo da esquerda republicana¹⁹⁴, anunciava já o fim do modelo que remontava ao tricentenário de Camões. A partir dele, o Estado e os governos passaram a centralizar a comemoração dos grandes centenários que deveriam ter um impacto político mais forte na sociedade portuguesa e no estrangeiro, pelo menos daqueles que se prendem com o nosso objecto de análise.

A lógica ditatorial

O apodrecimento da situação política e social conduziu ao isolamento dos republicanos no poder. Por isso, quando o general Gomes da Costa, um dos mais prestigiados heróis da guerra, decidiu marchar de Braga para Lisboa não encontrou, praticamente, resistência. Em entrevista ao *Diário de Lisboa* afirmou que o movimento militar preconizava um “ressurgimento nacional”¹⁹⁵. No imediato, propunha o estabelecimento de um governo militar, a dissolução do parlamento e a “reforma” do presidente Bernardino Machado. Mas em relação ao futuro as suas

¹⁹³ *O Século*, Lisboa, 25 de Janeiro de 1925

¹⁹⁴ Governo presidido por José Domingues dos Santos, de 22-XI-1924 a 15-II-1925 (A.H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. III, 3ª ed., Lisboa, Palas Editores, 1986, p. 612)

ideias eram muito vagas, colocando a tónica na necessidade de legislar de acordo com o “interesse geral da Nação” e de acabar com os escândalos administrativos que se vinham registando há alguns anos, em total impunidade.

Apesar do seu prestígio, o velho general não tinha o perfil necessário para liderar o novo regime político e, a breve trecho, foi afastado do poder. Os mentores do movimento, nomeadamente o general Sinel de Cordes, foram buscar para a presidência o general Óscar Carmona, um homem reservado, prudente, conciliador e capaz de estabelecer o consenso no meio das Forças Armadas¹⁹⁵. O golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 implantou uma “ditadura sem ditador” e com um programa suficientemente impreciso para nele caber um leque variado de tendências da oposição conservadora à situação política vigente.

A Ditadura foi um período de transição que vigorou entre o golpe militar de 1926 e o estabelecimento do Estado Novo, em 1933-34. Nesse lapso de tempo, o país assistiu à liquidação do liberalismo, que tinha sido implantado no século XIX à custa de uma guerra civil, e ao parto de um regime autoritário, antiparlamentar, antiliberal, antidemocrático e anticomunista que iria durar mais de quarenta anos. O processo foi complexo e bastante duro. Por um lado, foi necessário eliminar o republicanismo liberal e decapitar os movimentos dos trabalhadores através de uma repressão violenta. Por outro lado, no terreno dos conservadores e dos apoiantes da Ditadura, teve de ser feita uma clarificação política que passou pela derrota de certas facções, nomeadamente dos fascistas liderados por Rolão Preto e dos militares republicanos e conservadores ainda comprometidos com a ideia de um retorno à “normalidade

¹⁹⁵ Cit. A.H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. III, 3ª ed., Lisboa, Palas Editores, 1986, p. 258-59

¹⁹⁶ Yves Léonard, *Salazarismo e Fascismo*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1998, p. 39

constitucional”, logo que tivesse sido reposta a “ordem nas ruas e na administração”¹⁹⁷.

A condução da trajectória política, que haveria de desembocar num regime profundamente conservador e numa ditadura do chefe do governo, ficou a cargo de António de Oliveira Salazar, o ministro das Finanças nomeado em 1928. O salazarismo utilizou como instrumentos de manutenção do poder o controlo policial e administrativo sobre as liberdades de expressão e de associação e o controlo social sobre as classes subalternas através de um corporativismo parcial e misto¹⁹⁸. Na prática, o presidente do Conselho de Ministros não respeitava os limites do poder definidos juridicamente pela Constituição que tinha feito aprovar e exerceu uma ditadura pessoal através dos aparelhos repressivos e corporativos da administração central¹⁹⁹.

A caracterização do regime salazarista tem dado azo a polémicas entre os historiadores e os politólogos que não vale a pena expor no âmbito deste estudo. Contudo, do ponto de vista da contextualização política e ideológica do ambiente em que decorreram as comemorações deste período importa reter alguns elementos que são fundamentais para podermos compreendê-las e situar as clivagens em relação à herança do republicanismo liberal e democrático.

Em primeiro lugar, o regime fez da exaltação do passado e da tradição dita nacional uma fonte de legitimação do poder e a base da sua ideologia reaccionária, no sentido literal do termo. É evidente que se trata de um passado mitificado e de uma

¹⁹⁷ Fernando Rosas, *História de Portugal. O Estado Novo*, vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 166

¹⁹⁸ Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 254

¹⁹⁹ Segundo Braga da Cruz, “Salazar foi antes ditador *quoad exercitium*, por que exerceu de facto um poder, cujos limites existiam definidos juridicamente na Constituição, mas não seriam respeitados na prática governativa”. Nesse sentido, fala de *ditadura de governo* ou, pelo papel que tiveram nela os aparelhos da administração centralizada, de uma ditadura *administrativa* ou *burocrática* (*Idem*, p. 255).

tradição reinterpretada de acordo com os valores que interessava veicular junto das populações. A fórmula “Deus, Pátria, Autoridade, Família e Trabalho” que resume o discurso de Salazar, proferido em Braga no décimo aniversário do 28 de Maio, é bem a expressão dos princípios que nortearam o salazarismo.

Em segundo lugar, a afirmação de um nacionalismo marcadamente autoritário e integracionista em que Nação se confundia com o Estado e com o próprio regime, de tal modo que os opositores podiam ser apontados como anti-portugueses. E, nessa ordem de ideias, a defesa da herança colonial e do Império como algo de intrínseco da identidade nacional e a sua sacralização. Ao contrário da tradição liberal e evolucionista que considerava um facto natural a futura emancipação das colónias, apesar de longínqua, o salazarismo escudou-se na ideia da nação pluricontinental e multiracial para negar o direito da autodeterminação dos povos colonizados.

Em terceiro lugar, o autoritarismo e o carácter ditatorial do poder, centralizado pelo chefe do governo, mudaram a forma de organização das comemorações e as suas intenções. A iniciativa dos cidadãos ou das associações culturais e cívicas foi substituída por projectos de carácter oficial, impostos de cima para baixo. Os objectivos pedagógicos e cívicos desenvolvidos de forma aberta e difusa, com espaço para a controvérsia sobre todos os aspectos, foram anulados pela uniformização ideológica imposta pela propaganda do regime salazarista.

Deste modo, a maior ruptura não se deu com a transição da Monarquia Constitucional para a I República, mas com a implantação do Estado Novo e a consequente negação da experiência liberal que tinha presidido aos anteriores regimes políticos. O salazarismo pode ser caracterizado como um conjunto político-ideológico híbrido que bebeu nos valores da contra-revolução típica do século XIX, inimiga tradicional do liberalismo, e nas experiências dos fascismos, em particular do italiano.

Como aquela, era a favor da preservação das sociedades rurais e das tradições mais arreigadas, da religião e de uma ordem assente na imutabilidade de um viver que se queria conforme com o habitual. Não tinha a veleidade de pretender substituir os princípios e as crenças mais antigas por quaisquer cultos inventados. Como referiu Salazar, “não vamos criar por nossas mãos de entre as coisas contingentes e efêmeras o que existe fora e acima de nós, nem desviar para o Estado a função de decretar o culto e definir os princípios da moral”²⁰⁰. Rejeitava o individualismo e uma organização atomizada da sociedade, negava os conflitos de classes e pretendeu integrar os indivíduos numa orgânica corporativa e hierarquizada, capaz de enquadrá-los socialmente. Defendia o princípio da autoridade que via como “um alto dom da Providência, porque sem ela nem seria possível a vida social nem a civilização humana [...]”²⁰¹. Apesar da separação jurídica que o regime manteve entre a Igreja e o Estado, o catolicismo foi sempre a religião oficiosa e a invocação das crenças servia para consolidar e legitimar o poder.

Como os fascismos não descurou o culto do chefe e do salvador da pátria, embora de forma mais discreta, e não escondia os objectivos políticos de carácter totalizante, na forma como procurou arregimentar as populações, em especial a juventude, e veicular as suas concepções e valores morais. Por isso, importou certas formas de organização e dispensou um cuidado especial às encenações do poder e à propaganda. Não ignorou também as preocupações sociais dentro de uma lógica de contenção do liberalismo económico e da conflitualidade social. Ao extremismo característico dos fascismos noutros países europeus opôs uma certa moderação que, aliada à conhecida dependência das classes dominantes portuguesas do Estado, permitiu manter as alianças e as cumplicidades necessárias para o regime poder durar tanto tempo.

²⁰⁰ Cit. Yves Léonard, *Salazarismo e Fascismo*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1998, p. 61

²⁰¹ *Idem*, p. 62

Foi, pois, neste contexto político-ideológico que se inseriu o comemorativismo do Estado Novo. Caracterizou-se globalmente por grandes encenações para consumo de um público de espectadores passivos e reverentes perante o passado, a tradição e a autoridade. A memória tornou-se um objectivo e um instrumento fundamental da conservação do poder, à semelhança do que aconteceu noutros países europeus²⁰².

Quanto às comemorações regulares, verificaram-se algumas alterações dos dias feriados, no decreto de 1952. Os feriados religiosos foram plenamente assumidos como tal no diploma legislativo e, em relação à I República e ao decreto da Ditadura, de 1 de Agosto de 1929, o seu número aumentou de dois para seis. Os dias santificados pela Igreja católica foram respeitados: Circuncisão de Jesus (1 de Janeiro), Corpo de Deus (feriado móvel), a Assunção (15 de Agosto), Todos-os-Santos (1 de Novembro), Imaculada Conceição (8 de Dezembro) e Natal (25 de Dezembro)²⁰³. Apesar disso, a lei referia expressamente, no seu articulado, que o Estado não era obrigado pela letra da Concordata a decretar a equiparação dos dias santos a feriados, tendo prevalecido o respeito pelas “tradições seculares” e a vontade de assinalar os dias santos mais presentes nos usos e costumes do país.

Quanto aos feriados históricos, manteve-se o 10 de Junho, “Dia de Portugal”, consagrado à Festa Nacional, o 5 de Outubro, comemorativo da implantação da República, e o 1º de Dezembro, em memória da “Restauração da Independência”. O 31 de Janeiro e o 3 de Maio deixaram de ser feriados nesta altura. O 28 de Maio não chegou a ser declarado feriado oficial, apesar do regime ter festejado a data. Deste modo, o salazarismo acabou por dar maior ênfase aos feriados religiosos do que aos históricos, bem de acordo com a sua orientação de defensor da religião e moral católicas.

²⁰² A comemoração do passado atingiu o auge na Alemanha nazi e na Itália fascista (Jacques Le Goff, "Memória" in *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 38).

O interregno da Ditadura foi muito marcado por sucessivas tentativas de golpes e de revoluções, que culminaram com as revoltas do início dos anos trinta e o endurecimento da repressão. Em 1932, Salazar assumiu a chefia do governo e a nova Constituição ficou pronta para ser plebiscitada no ano seguinte. O voto era obrigatório e os absentistas contavam como votos favoráveis desde que não provassem qualquer impedimento legal²⁰⁴. Nesse mesmo ano, procedeu-se à reorganização da censura prévia, à criação da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, à feitura da legislação básica da organização corporativa e à criação do Secretariado de Propaganda Nacional. O Estado Novo emergia como sistema político e ideológico estruturado. O primeiro simulacro de eleições legislativas para a Assembleia Nacional teve lugar em 1934 e as novas instituições entraram em funcionamento normal. Naquele ano, o governo promovia a grande Exposição Colonial do Porto.

Esta exposição culminou um conjunto de medidas destinadas a definir a política colonial do país, de acordo com as exigências da reorganização financeira e com os interesses exclusivos do desenvolvimento da metrópole. Em 1930, quando Salazar assumiu interinamente a pasta das Colónias, foi publicado o Acto Colonial. O diploma designava por “Império Colonial” o conjunto dos territórios colonizados e proclamava para o país uma “função histórica e essencial de possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos” (Dec. nº 18570, de 8 de Julho de 1930). A orientação global definida era nacionalista, centralizadora e integracionista. Por um lado, entrava-se numa via de nacionalização da economia das colónias e de estabelecimento de uma “comunidade e solidariedade natural” nas relações com a metrópole. Por outro lado, os poderes dos governadores das colónias eram drasticamente reduzidos e acabava a autonomia financeira. A Carta Orgânica do

²⁰³ Decreto nº 38596, de 4 de Janeiro de 1952

²⁰⁴ Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 206

Império Colonial Português e a Reforma Administrativa Ultramarina, ambos de 1933, completaram a obra legislativa do governo nesta área.

Nos anos trinta, os governos desenvolveram uma grande campanha de propaganda em torno do império. Pretendia-se que todos os portugueses tivessem plena consciência da dimensão e da importância dessa “herança histórica inalienável”. A Sociedade de Geografia contribuiu para a divulgação da “Ideia Colonial” com a organização da Semana das Colónias, especialmente dirigida aos soldados e aos jovens estudantes. A proposta remontava a 1927 e tinha sido reafirmado o seu valor no âmbito dos votos emitidos no Congresso Colonial Nacional, realizado em 1930. Em 1933 foi celebrada, pela primeira vez, em todos os liceus do país e teve eco noutros estabelecimentos de ensino secundário, nalguns institutos particulares de educação e em colectividade de natureza social²⁰⁵. Os *slogans* então utilizados eram bastante elucidativos dos propósitos da campanha que decorreu entre 5 e 12 de Junho²⁰⁶. Basicamente, reafirmavam que o património do império era “riquíssimo” e que se devia conservar a sua unidade e indivisibilidade. Também apelavam para os portugueses o conhecerem e para trabalharem em prol do seu desenvolvimento e integral aproveitamento.

Através de discursos feitos por “coloniais ilustres”, por todo o país, fazia-se um forte apelo aos jovens para trabalharem, estudarem, terem força de vontade, inteligência e fé na “missão colonizadora e civilizadora” da Pátria. A par das

²⁰⁵ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 51ª série, nº 5-10, Maio-Outubro de 1933, p. 39

²⁰⁶ “O património do Império é riquíssimo. Trabalha no seu integral aproveitamento para o mereceres”;
- O Império dos portugueses é uno e indivisível. Defende-o e valoriza-o com o teu trabalho e o teu estudo”;
- “As grandes nações da terra não são as mais populosas nem as de maior riqueza material. São as de maior energia e riqueza espirituais. Trabalha com inteligência, serenidade e método para que a tua Pátria seja considerada sempre uma grande nação”;
- “Conhecer para estimar o Império”;
- “A Nação Portuguesa, grande Império Colonial, precisa de viver una e forte”;
- “Produtores: os nossos mercados coloniais precisam dos vossos produtos” (*Idem*)

conferências realizou-se, naquele ano, uma exposição de trabalhos científicos levados a cabo pela Marinha de Guerra nas colónias e outra de recordações dos “heróis da exploração científica e da ocupação militar dos nossos territórios coloniais, nos últimos 50 anos”, na sede da Sociedade de Geografia²⁰⁷. As emissões radiofónicas e as semanas cinematográficas com documentários sobre as colónias, promovidas pela Agência Geral das Colónias, contribuíram para dar maior projecção à “Semana das Colónias” e ampliar o impacto da propaganda.

No feriado de 3 de Maio, que ainda não tinha sido abolido em 1933, realizou-se uma romagem ao túmulo de Pedro Álvares Cabral, em Santarém. A cidade vestiu as suas melhores galas para receber o representante do governo, o ministro da Marinha, as direcções da Sociedade de Propaganda de Portugal e do Club Brasileiro, os enviados da Embaixada do Brasil, da Sociedade de Geografia e dos Emigrados Brasileiros. Depois da sessão solene na Câmara Municipal seguiu-se em cortejo para a igreja da Graça, onde teve lugar uma cerimónia de homenagem ao descobridor oficial do Brasil. Por fim, foi servido um “Extremadura de Honra” na sede da Junta Geral do Distrito, acompanhado por mais algumas intervenções. O objectivo deste cerimonial continuava a ser o de portugueses e brasileiros poderem “firmar e jurar o Pacto inviolável da nossa Raça, da nossa Língua e da nossa Fé”²⁰⁸.

O país tinha uma longa tradição de participação em exposições internacionais e as colónias integravam, geralmente, a representação nacional. Objectivos propagandísticos e comerciais cruzavam-se nessa exibição do património e das riquezas das colónias. A primeira vez que os domínios ultramarinos portugueses tiveram representação no estrangeiro foi na Exposição Internacional Industrial e Agrícola realizada em Paris, em 1855²⁰⁹. O duque de Ávila, que foi o responsável pela organização da representação nacional, incluiu uma *Secção Ultramarina*

²⁰⁷ *Idem*, p. 41

²⁰⁸ *Idem*, p. 47

composta, na sua maioria, por objectos e produtos fornecidos pelo Conselho das Colónias, em Lisboa. Depois disso continuaram a ser apresentados mostruários de produtos das colónias nas várias exposições internacionais ou universais²¹⁰.

Não admira que em 1931 o governo tenha conferido destaque à sua participação na Exposição Colonial Internacional, que ocorreu em Vincennes, nos arredores de Paris. Foram construídos cinco pavilhões, de acordo com a traça de carácter nacional e tradicionalista definida pelo arquitecto Raul Lino²¹¹. A evocação do passado ocupava um lugar central nesta exibição do país como potência colonial. Estava presente na arquitectura dos pavilhões, onde abundavam as referências históricas aos estilos das construções dos séculos XV e XVI, destacando-se a grande torre encimada pela cruz de Cristo. Além disso, dois pavilhões narravam aos visitantes a história da expansão e da colonização portuguesa. O terceiro era dedicado a Angola e Moçambique e o quarto ao conjunto das outras colónias de menor dimensão. Um pavilhão mais pequeno destinava-se a receber os visitantes mais ilustres e servia para a *dégustation* de vinhos generosos portugueses, de café e chá das colónias.

O discurso que o ministro das Colónias, Armindo Monteiro, fez na Union Coloniale Française, subordinado ao título “O país dos quatro impérios”, resume bem os pontos fundamentais da imagem que o governo pretendia veicular sobre a história e a política colonial portuguesa²¹². Destaca-se a ênfase que continuava a ser colocada na história e na longa tradição colonizadora do país. O registo da narrativa sobre o passado era mitificado e o do presente, claramente, mistificador da realidade. O início

²⁰⁹ *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano 7º, nº 78, Lisboa, Dezembro de 1931, p. 274

²¹⁰ Podemos destacar a representação que tiveram na Exposição Universal de Paris, em 1878, instalada num pavilhão específico, na exposição realizada em Anvers, em 1885, a cargo da Sociedade de Geografia de Lisboa, novamente em Paris, em 1900, nas exibições que decorreram em Espanha, em 1929; e, mais uma vez, na Bélgica, na Exposição Colonial e Marítima, em 1930 (*Idem*, pp. 274-77).

²¹¹ Cf. Raul Lino, “Os pavilhões portugueses na Exposição Colonial Internacional de Paris, em 1931” in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano 7º, nº 78, Lisboa, Dezembro de 1931, pp. 27-37

do século XV era apresentado como a “aurora” da nação e uma época em que se vivia uma “atmosfera espiritual de glória, ascetismo e abnegação”²¹³. Nun’Álvares Pereira era o símbolo desse período e o “herói perfeito, milagre de patriotismo e de pureza”, que contribuía para firmar a independência nacional. Um exemplo para um escol de homens cuja única ambição de glória consistia em combater os “inimigos da Fé” e em dar largas ao sonho das grandes navegações. Assim sendo, a colonização portuguesa foi apresentada como uma obra “eminentemente civilizadora”, expurgada dos intuitos materialistas e da violência, cujo objectivo principal sempre teria consistido em “reproduzir Portugal em todas as latitudes”²¹⁴. Por fim, o ministro destacou a grande dimensão do Império português, onde o Portugal da Europa caberia 23 vezes, as grandes obras construídas pelos governos, a protecção e a educação concedidas aos indígenas e, como nota da suprema bondade da colonização portuguesa, o orgulho de ter “não só o respeito mas também o amor das populações negras que nos estão sujeitas”²¹⁵.

A I Exposição Colonial Portuguesa foi o culminar natural do conjunto das iniciativas que estavam a ser desenvolvidas com vista a forjar uma consciência nacional da importância histórica e do valor político-económico do império e a obter uma identificação das populações com a política colonial do governo salazarista. Para presidente da comissão executiva foi nomeado o Agente Geral das Colónias, o tenente-coronel Júlio Garcez de Lencastre. O tenente Henrique Galvão destacou-se no desempenho do cargo de director técnico da exposição que foi preparada em menos de um ano. Funcionou de 16 de Junho a 30 de Setembro, no Porto, tendo sido visitada por cerca de 1.300.000 pessoas de todas as camadas sociais e regiões do país,

²¹² *Idem*, pp. 7-26

²¹³ *Idem*, p. 7

²¹⁴ *Idem*, p. 11

²¹⁵ *Idem*, p. 25

segundo as estatísticas oficiais²¹⁶. A escolha da Cidade Invicta decorreu do facto de ser uma ideia antiga que já constava do programa do Movimento Pró-Colónias ali fundado²¹⁷. Certamente que a concentração de interesses comerciais e industriais voltados para o mercado das colónias também não foi alheia à selecção do local.

Além da exposição, um vasto programa de animação e atracções, como o Luna Parque e o recinto das feras, contribuíram para a popularidade do certame. Os organizadores não descuraram a importância ideológica das diversas “manifestações de exaltação do espírito colonial” que foram realizadas durante o período da exposição: nas cerimónias de inauguração e de encerramento, no Cortejo Colonial de 30 de Setembro, na comemoração da tomada de Ceuta, realizada perante o monumento do Infante D. Henrique, nas múltiplas sessões de homenagem e de exaltação patriótica, que decorreram junto do Monumento ao Esforço Colonizador Português, na comemoração do aniversário da batalha de Macontene, etc²¹⁸. E, apesar da exposição ter sido feita “para mostrar aos Portugueses o que é e o que vale o seu Império”²¹⁹, não foi arredada a oportunidade da propaganda no estrangeiro.

Em 1934, ocorria o quinto centenário da passagem do Cabo Bojador por Gil Eanes. Na linha da tradição anterior, a Sociedade de Geografia propôs que se realizasse a comemoração deste acontecimento logo no início do ano. O seu programa era muito sóbrio²²⁰, mas não foi aceite pelo governo que preferiu concentrar os esforços na realização da exposição do Porto. Por isso, as celebrações limitaram-se às tradicionais sessões solenes, em Lisboa e em Lagos (22 e 23 de Dezembro), donde era natural o navegador, e às manifestações festivas mais comuns:

²¹⁶ Henrique Galvão, *Album Comemorativo da I Exposição Colonial Portuguesa*, Porto, Litografia Nacional, 1934, p. 26

²¹⁷ *Civilização*, 6º ano, Porto, Março de 1934, p. 59

²¹⁸ Henrique Galvão, *op. cit.*, p. 24

²¹⁹ *Ultramar*, Porto, 15 de Março de 1934

²²⁰ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 52ª série, nº 11 e 12, Lisboa, Nov-Dez de 1934, pp. 439-440

o embandeiramento dos edifícios públicos, as iluminações e os concertos pelas bandas militares. Várias conferências e alguns artigos na imprensa nacional e estrangeira contribuíram para assinalar a efeméride que, apesar disso, passou quase despercebida do grande público.

António Cabreira, conde de Lagos e descendente de Gil Eanes Vila Lobos, foi o responsável pela proposta de celebrar o centenário²²¹. Os objectivos da comemoração deviam ser assinalados em conferências integradas no Congresso da Colonização que iria decorrer no Porto, no âmbito da Exposição Colonial. Não eram diferentes daqueles que tinham norteado as celebrações desde o século XIX:

“ Um ou outro conferente se encarregasse de expor o alto significado da passagem do Cabo Bojador sob o ponto de vista da sua importância na difusão da civilização europeia e da fé cristã por mundos até então desconhecidos e cuja descoberta a passagem do Cabo Bojador facilitou; e expor a importância que tal feito teve no alargamento das fronteiras de Portugal por êsses mares fora; pelas conquistas que fizemos na África, na Ásia, na América e na Oceania, conquistas de que ainda conservamos e conservaremos um extenso Império Colonial, sentindo-nos dispostos a defendê-lo de todas as ambições; porque ele faz parte integrante da pátria portuguesa, é o nosso orgulho; e garante para Portugal uma situação de alto relêvo no conceito das nações”²²².

Em 1936, o governo decidiu realizar outra exposição sobre temática colonial, desta feita para mostrar que “o esforço português para a ocupação dos nossos domínios ultramarinos constitui uma epopeia” (Decreto nº 27269, de 24 de Novembro de 1936). A Exposição Histórica da Ocupação foi inaugurada a 19 de

²²¹ *Idem*, p. 449

²²² *Idem*, p. 447

Junho de 1937, no Palácio das Exposições do Parque Eduardo VII. Tratou-se de uma exposição de carácter iconográfico, militar e bibliográfico que fez uma retrospectiva histórica geral sobre a colonização portuguesa, com um particular enfoque na segunda metade do século XIX e nas campanhas de ocupação do território. Mas é evidente que não foi descurada a propaganda da acção dos governos presididos por Oliveira Salazar.

O Agente Geral das Colónias, Júlio Cayolla, era o presidente da comissão executiva, coadjuvado pelo director do Arquivo Histórico Colonial, Manuel Múrias, pelo capitão Dimas Lopes de Aguiar e por vários adjuntos. Na comissão orientadora estavam figuras de reconhecido mérito científico, como o almirante Gago Coutinho e o professor David Lopes. Não deixa de ser contraditório com alguns enunciados ideológicos do regime esta valorização da acção colonial do período da Monarquia Constitucional, uma época geralmente vista em termos muito negativos. A questão foi resolvida pela agência de propaganda do governo dando particular destaque à actuação dos “chefes do Ultramar que não tinham a pear-lhes a acção a máquina política metropolitana”²²³. Tratou-se, nesta óptica, de um esforço feito por indivíduos com visão e poder de comando, que souberam interpretar os interesses nacionais e realizar uma obra notável num “período de decadência”. A ilação para o presente era simples: imagine-se o que será possível fazer “com o chefe com que Deus dotou Portugal”²²⁴. A história era, pois, revista de acordo com os objectivos da propaganda e do regime. Servia para justificar até um culto da autoridade do chefe de laivos messiânicos e providencialistas.

Paralelamente, realizou-se o I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo. O responsável pela sua organização, Manuel Múrias, sintetizou os objectivos político-ideológicos do empreendimento:

²²³ *Idem*, Ano XIII, nº139, Janeiro de 1937, p. 12

²²⁴ *Idem*, p. 12

*“Este Congresso será na hora ardente que passa, inquieta, por todo o Mundo, uma lição e um incentivo, - lição aos ignorantes, incentivo aos tíbios, - por que de novo, se prolonga na terra a ressonância da gesta portuguesa, e Portugal toma na linha rítmica da missão histórica, que a Providência lhe concedeu por sua vontade, a sua tarefa ingente e secular de criador de Povos e defensor da Fé”*²²⁵.

Depois de uma sessão solene de carácter inaugural no Teatro Nacional, os trabalhos decorreram na Escola Superior Colonial de 26 de Julho a 4 Agosto. O encerramento teve lugar na Sociedade de Geografia de Lisboa. Foram apresentadas noventa e quatro comunicações, entre as quais vinte e duas de investigadores estrangeiros. Os temas versados estavam divididos por secções, segundo a ordem seguinte: *Descobrimientos; Os Portugueses em África; Os Portugueses no Oriente; Os Portugueses no Brasil; Estudos Gerais*.

No final, os congressistas fizeram votos para que a organização e divulgação da memória da expansão portuguesa fosse mais eficaz e propuseram, inclusive, a criação de um instituto ou centro de estudos, de um museu colonial, a publicação de fontes e inventários gerais, a edição de uma revista que reunisse a colaboração de investigadores nacionais e estrangeiros, em especial dos brasileiros, e a realização de levantamentos e monografias sobre os monumentos civis, militares e religiosos esparsos pelas colónias portuguesas²²⁶.

As comemorações de 1940 foram o culminar natural do processo de estabilização do regime e de afirmação dos seus princípios ideológicos. A máquina de propaganda que tinha sido montada e a administração tiveram a oportunidade de pôr

²²⁵ *Idem*, Ano XIII, nº 150, Dezembro de 1937, p. 220

à prova a sua capacidade organizativa e a eficácia da sua actuação junto das populações. De certo modo, o Duplo Centenário foi um teste e uma forma de mostrar que se tinha conseguido realizar a prometida regeneração ou renascimento de Portugal. Por isso, Júlio Dantas baptizou-o de Ano Áureo²²⁷, uma designação que se tornou vulgar porque exprimia bem o que sentiam os protagonistas do acontecimento.

A proposta inicial para se realizar a dupla comemoração da Independência e da Restauração do Estado português foi feita pelo embaixador Alberto de Oliveira, numa carta publicada pelo *Diário de Notícias*, em 1929²²⁸. Sob o título *1140-1640-1940*, o escritor Agostinho de Campos apoiava esta ideia e dava-lhe a devida projecção num artigo de fundo do prestigiado diário da capital. Contudo, somente nove anos mais tarde o projecto foi retomado pelo presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, numa *Nota Oficial* de 26 de Março de 1938. As condições políticas internas estavam maduras para uma grande celebração nacional. Nem mesmo o início da guerra no ano seguinte motivou a desistência do projecto que já estava em plena marcha nessa altura. Os festejos e as cerimónias visavam, sobretudo, o público português.

A nota oficial da Presidência do Conselho delineou, em traços largos, os objectivos e o programa do Duplo Centenário. O seu pretexto consistia em assinalar a passagem dos oitocentos anos sobre a data em que D. Afonso Henriques tinha proclamado a independência do reino e o terceiro centenário da Restauração. Solenemente, pretendia-se comemorar oito séculos de existência como Estado independente e o contributo português para o património colectivo da humanidade que foi a razão de ser da sua existência: “[Portugal] durou precisamente porque viveu

²²⁶ Cf. relatório do secretário geral do congresso (*Idem*, Ano XIII, nº 150, Dezembro de 1937, pp. 232-33)

²²⁷ *Revista dos Centenários*, nº 5, Lisboa, Comissão Nacional dos Centenários, 31 de Maio de 1939, p. 7

²²⁸ *Idem*, Nº 1, 31 de Janeiro de 1939

- a vida intensa do soldado, do trabalhador da terra, do explorador do mar, do descobridor, do missionário, do portador duma doutrina e duma civilização”²²⁹.

A celebração dos centenários devia funcionar, ainda, “como um tónico de alegria e de confiança” do povo português em si próprio e como um acelerador do ritmo da actividade dos serviços públicos e dos particulares, de modo a demonstrar capacidade realizadora dos portugueses e a continuidade da sua acção como “Nação civilizadora”²³⁰. Os objectivos nacionalistas aliavam-se ao propósito de vincar bem, na linha das anteriores iniciativas, a dimensão imperial do Estado português e “a sua alta missão no Mundo”.

A nota subscrita pelo ditador já indicava as principais realizações que eram esperadas pelo governo. Referia, expressamente: uma parada naval em Sagres, que só foi possível realizar no âmbito das comemorações henriquinas de 1960; o estreitamento das relações diplomáticas com o Brasil, que se desejava ter como colaborador privilegiado nas celebrações nacionais; o desenvolvimento do turismo; a recuperação dos castelos, nomeadamente do castelo de São Jorge; o restauro do paço dos duques de Bragança, em Vila Viçosa, e do palácio de Queluz; a inauguração de uma estátua de D. João IV, no terreiro em frente do paço ducal; um leque variado de obras públicas; a realização de exposições, congressos e grandes manifestações cívicas e patrióticas. Com a sua habitual minúcia, o chefe do governo traçou as linhas essenciais do que deviam ser as comemorações do Duplo Centenário. Delas se depreende que o objectivo principal consistia em realizar uma grande celebração de Portugal, numa visão em que a história, a etnografia e a ideologia do regime se cruzavam para criar a imagem de um país idealizado, onde a modernidade e a tradição se casavam perfeitamente.

²²⁹ *Idem*, “Independência de Portugal (Nota Oficiosa da Presidência do Conselho)”, p. 2

²³⁰ *Idem*, pp. 2-3

Quinze dias depois desta nota, o governo nomeava a comissão nacional que devia elaborar o programa das comemorações, presidida pelo embaixador Alberto de Oliveira. A 5 de Novembro de 1938, Júlio Dantas substituiu o primeiro presidente, impossibilitado de continuar a exercer o cargo por motivos de saúde²³¹. Mercê de um conjunto de personalidades de um dinamismo notável, com destaque para o ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, as comemorações marcaram um ponto alto na história das realizações do regime salazarista. Como era inevitável, o programa definitivo seguiu de perto as instruções do presidente do Conselho de Ministros e ampliou-as de forma a criar o maior impacto possível no território nacional e ultramarino.

As iniciativas desdobraram-se em várias etapas comemorativas, de 2 de Junho a 2 de Dezembro de 1940, e estenderam-se a todas as regiões do país e às colónias. A rádio desempenhou um papel fundamental na divulgação do programa comemorativo e no acompanhamento das principais cerimónias que eram transmitidas em directo. O país parecia alienar-se do mundo na auto-contemplação do seu passado, das suas aldeias de postal ilustrado, da grandeza do seu império e da obra do regime salazarista.

Assim, o director do Secretariado da Propaganda Nacional e secretário da comissão executiva dos centenários, António Ferro, podia declarar sem medo de cair no ridículo que “Portugal é um oásis de paz”, “Portugal é o farol da Europa, o rochedo seguro no fragor da tempestade”²³². E, no balanço final, concluía que “a celebração dos centenários tinha sido o espelho da nossa ressurreição, a prova do nosso ressurgimento”²³³. A propaganda mistificava a realidade, mas esta impunha-se

²³¹ *Idem*, nº 2-3, Fevereiro-Março de 1939

²³² *Idem*, nº 14, Fevereiro de 1940. Publicado primeiro no *Diário de Notícias*, de 8 de Fevereiro de 1940, sob o título “Faltam 4 meses”.

²³³ António Ferro, *Panorama dos Centenários*, Lisboa, Edições SNI, 1949, p. 32

quando, por exemplo, Salazar mandava exercer “maior vigilância na repressão da mendicidade”, para impressionar melhor os estrangeiros que visitassem o país²³⁴.

O exemplo do Duplo Centenário estimulou a realização doutras comemorações, ainda na década de quarenta, sobre temática colonial. Em 1946, celebrou-se o quinto centenário do descobrimento da Guiné e, dois anos mais tarde, o terceiro centenário da Restauração de Angola e o primeiro do nascimento de António Enes. Qualquer um destes eventos teve maior expressão nas respectivas colónias do que na metrópole. Aqui, o destaque foi para a comemoração do oitavo centenário da tomada de Lisboa aos mouros, em 1947. Apesar do tema, as celebrações não perderam de vista a exaltação de Lisboa como capital do império, o que ficou bem patente no cortejo histórico realizado pelo cineasta Leitão de Barros. O desfile foi o ponto alto dos festejos e procurou mostrar em vários quadros a história da cidade. A projecção e grandeza da capital do império mereceram um tratamento destacado em diversas cenas de forte impacto visual²³⁵.

Na conjuntura do pós-guerra, agora já sob os efeitos da primeira crise séria do regime, os festejos comemorativos continuavam a exercer o efeito tranquilizador de assegurar a continuidade da Nação e do Império, sob a batuta do salazarismo. O governo português tinha conseguido manter a neutralidade durante a II Guerra Mundial. Primeiro, uma neutralidade mais efectiva e nos últimos anos da guerra, devido à pressão inglesa, uma “neutralidade colaborante” com os aliados, nomeadamente devido ao estabelecimento da base militar anglo-americana nos Açores e ao encerramento geral das minas de volfrâmio, com o embargo da sua exportação para todos os destinos²³⁶. As contrapartidas dessa política foram a manutenção do regime e a salvaguarda das colónias portuguesas, a par de uma

²³⁴ *Revista dos Centenários*, nº 1, 31 Janeiro de 1939, p. 4

²³⁵ *Cortejo Histórico de Lisboa. VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros*, 1947

²³⁶ Fernando Rosas, *op. cit.*, pp. 314-320

acumulação excepcional de ouro e divisas que garantiram os meios para o fomento económico e o controlo das tensões sociais.

Apesar disso, o Estado Novo enfrentou uma crise grave motivada pelo recrudescimento da agitação social, nos meios operários e nos campos, e pela reorganização das oposições estimulada pela derrota dos fascismos. Mas as expectativas democráticas goraram-se devido a uma conjugação de factores, onde avultaram a repressão sistemática e violenta dos movimentos sociais e dos opositores, o apoio britânico e norte-americano ao regime e a unidade que Salazar conseguiu manter nas suas hostes, ao contrário do que se passava nas forças oposicionistas. Os simulacros de eleições para a presidência da República e para a Assembleia Nacional, realizadas em 1949, confirmaram a situação política vigente e saldaram-se por um longo período de refluxo das oposições.

No pós-guerra estabeleceu-se uma nova ordem política internacional dominada pela bipolarização entre os Estados Unidos e a União Soviética e por uma crescente preponderância dos primeiros. As potências europeias e, em particular a Grã-Bretanha, passaram a desempenhar um papel de segundo plano e procuraram numa política de alianças supranacionais prevenir-se contra futuros conflitos. Os impérios começaram a desmoronar-se em face das vagas dos movimentos nacionalistas que atingiram, primeiro, o continente asiático, de seguida o Médio Oriente e o mundo árabe e, por último, os países africanos.

O regime salazarista teve dificuldade em adaptar-se ao novo sistema mundial e resistiu quanto pôde às mudanças. A nível interno, apesar da vitória dos aliados se ter traduzido num surto das democracias, manteve a ditadura e a repressão sobre os opositores. No plano externo, assentou a sua política na defesa intransigente da soberania nacional e do domínio colonial. Por isso, a hipótese de aderir ao movimento de unidade europeia estava posta de lado e as relações bilaterais com os Estados Unidos foram estabelecidas de forma cautelosa, com receio das posições

americanas em relação à autonomia das colónias²³⁷. Contudo, em 1949, Portugal assinou o Tratado do Atlântico Norte e tornou-se membro fundador da NATO, “menos por convicção do que por necessidade”²³⁸.

O império tornou-se a principal questão da política externa portuguesa e a fonte de um discurso ideológico cada vez mais enquistado em torno de ideias que, afinal, não eram novas. Em primeiro lugar, a percepção de que a única forma de superar a fraqueza do país consistia em manter um espaço alargado de soberania portuguesa, com a manutenção do domínio colonial a qualquer preço. Em segundo lugar, uma perspectiva integracionista que se traduziu, no plano jurídico e formal, pela substituição dos termos “colónias” e “império” por “províncias ultramarinas” e “ultramar”, na revisão constitucional de 1951. Em terceiro lugar, a defesa da ideia de Portugal como um baluarte da civilização cristã e ocidental que cumpria uma elevada missão histórica, malgrado a incompreensão do resto do mundo.

Em consequência desta orientação ideológica, a posição do regime era clara e irredutível: os territórios ultramarinos eram parte de Portugal e não podia admitir-se nenhum tipo de autonomia²³⁹. Pelo contrário, os governos procuraram reforçar os laços das colónias com a metrópole, através da canalização de investimentos para o fomento da sua economia, inclusive de ajudas obtidas no âmbito do plano Marshall para a Europa²⁴⁰, da intensificação das relações comerciais e do estabelecimento de colonos portugueses. A ficção da “Nação pluricontinental” tornou-se um dogma como resposta de defesa aos movimentos independentistas das colónias.

²³⁷ António José Telo, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, p. 246

²³⁸ Nuno Severiano Teixeira, “Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO)” in, *Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996

²³⁹ *Idem*, p. 247

As comemorações do descobrimento da Guiné, em 1946, foram uma iniciativa do governo local, na altura dirigido pelo comandante Sarmento Rodrigues. Contou com o entusiasmo de uma equipe dinâmica que apostava no desenvolvimento da colónia, nomeadamente de Avelino Teixeira da Mota, então 2º tenente e responsável pelo *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. A data escolhida para o centenário estava de acordo com a tradição que atribuía ao navegador Nuno Tristão a proeza de ter sido o primeiro a atingir as terras da antiga colónia portuguesa.

Segundo o relato de Zurara, na *Crónica dos feitos de Guiné*, Tristão e muitos dos seus companheiros perderam a vida na foz de um rio, descrito de forma vaga, por causa das setas envenenadas dos indígenas. Pensou-se que seria o rio Nuno ou, de acordo com as informações de João de Barros, o rio Geba, ambos situados no território da Guiné-Bissau. Contudo, na época do centenário, já alguns historiadores tinham posto em dúvida esta ideia e procuraram demonstrar que, afinal, Nuno Tristão não teria passado do rio Gâmbia. Foram os estudos de Teixeira da Mota que indicaram o local provável da morte dos exploradores portugueses: o Niumi, uma região entre o Gâmbia e o Jumbas, mais provavelmente no que é hoje denominado Jumbas (rio do Lago)²⁴¹. Deste modo, aquele especialista defendia que a única conclusão segura que se podia tirar era a de que a descoberta tivera lugar entre 1446 e 1456. No entanto, havia alguma probabilidade de ter ocorrido no primeiro ano indicado, pelo facto de Álvaro Fernandes ter andado então pelas imediações do cabo Roxo, no limite setentrional da Guiné-Bissau²⁴².

A polémica historiográfica animou as comemorações do centenário, em particular algumas sessões do congresso que foi organizado pela Sociedade de

²⁴⁰ Maria Fernanda Rollo, *Portugal e o Plano Marshall. Da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana (1947-1952)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 267 e pp. 286-7

²⁴¹ “Guiné, Descobrimento da” in Luís Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, Lisboa, Caminho, 1994, p.479

²⁴² Avelino Teixeira da Mota, “A Descoberta da Guiné” in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, nº1, Janeiro de 1946, p. 11-68

Geografia. Mas o que estava em causa não era, em boa verdade, a data do descobrimento da Guiné e a homenagem ao navegador que a teria atingido pela primeira vez. A data da comemoração era, afinal, um pretexto apropriado para desenvolver todo um vasto conjunto de iniciativas que tinham como objectivo chamar a atenção do poder central para os problemas da colónia e galvanizar as populações locais e a administração para colaborarem nos empreendimentos necessários ao seu desenvolvimento.

Por isso, foram feitas diligências no sentido dos festejos contarem com a presença de um alto representante do Estado português que pudesse inteirar-se *in loco* das dificuldades e constatar os esforços da administração para dotar a colónia das infra-estruturas mínimas indispensáveis. Só foi possível obter a presença do subsecretário de Estado das Colónias, engenheiro Rui de Sá Carneiro, de 27 de Janeiro a 24 de Fevereiro de 1947²⁴³. O enviado do governo percorreu o território da colónia e foi objecto das tradicionais recepções e cerimónias, o que lhe permitiu declarar aos microfones da Emissora Nacional, na altura da sua chegada a Lisboa, que tinha constatado “o nacionalismo vibrante das populações do território”²⁴⁴.

O governador delineou o programa de forma bastante detalhada, apesar de o ter apresentado como simples directrizes que deviam ser desenvolvidas pela “comissão central das comemorações”²⁴⁵. O enfoque das celebrações seria sobre a história passada e recente na perspectiva do colonizador. O ponto de partida era, naturalmente, o descobrimento. Destacavam-se também as campanhas de ocupação militar, que tinham permitido estabelecer a efectiva soberania portuguesa, e os esforços mais recentes para desenvolver a colónia. Não deveriam ser ignorados

²⁴³ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, nº especial da Comemoração do V Centenário do Descobrimento da Guiné, Outubro de 1947

²⁴⁴ Eng. Rui de Sá Carneiro, Subsecretário de Estado das Colónias, *Comemorações do Centenário da Guiné. Discursos e Alocuções*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1947, p. 85

²⁴⁵ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, nº 1, Janeiro de 1946, pp. 163-173

sequer os projectos futuros. A preocupação de cobrir uma grande parte do território com obras de beneficiação, desde as mais simples às de maior envergadura, demonstra quanto era precária a colonização portuguesa e a preocupação da administração de Sarmiento Rodrigues de marcar uma presença mais forte na sociedade guineense²⁴⁶.

O ministro das Colónias delegou na Sociedade de Geografia de Lisboa a responsabilidade de organizar as comemorações do descobrimento da Guiné na metrópole. A 16 de Maio teve lugar a inevitável sessão solene na sala “Portugal” que foi presidida pelo chefe de Estado, ladeado pelo ministro da Marinha e pelos subsecretários de Estado da Guerra, das Colónias e da Educação. Alguns dias depois teve início o congresso, que decorreu de 19 a 25 de Maio de 1946. Não se tratou de um congresso exclusivamente dedicado à história. Os temas abordados foram muito variados, com destaque para a questão do desenvolvimento da colónia. Os votos finais traduzem bem esse espírito e apontam um vasto rol de necessidades: estudos e investigações científicas nas mais diversas áreas, da geosedia às espécies vegetais; elaboração de planos de fomento; reorganização dos serviços públicos e da administração, providências de carácter sanitário para permitir a instalação de colonos europeus; desenvolvimento das comunicações fluviais, marítimas e aéreas; equilibrar as relações comerciais com a metrópole; revisão do regime pautal para evitar a invasão de produtos estrangeiros, dada a permeabilidade das fronteiras; abastecimento de água nas cidades e instalação de esgotos, etc²⁴⁷.

Uma extensa lista de carências que a tese apresentada pela Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné corroborou com a indicação das medidas que considerava indispensáveis do ponto de vista económico. São dez pontos, dos quais quatro se referem à “nacionalização” das populações autóctones e à sua

²⁴⁶ *Idem*, pp. 165-171 e o mapa com o itinerário da viagem do Subsecretário de Estado das Colónias, inserido no nº especial de Outubro de 1947

preparação para se inserirem no sistema de produção colonial. Destacam-se em seguida a fixação de colonos, oriundos da metrópole ou de Cabo Verde, a organização racional do comércio da colónia, desde a compra dos produtos aos indígenas até à exportação, a protecção às indústrias, a organização dos serviços de fomento e construção civil, de modo a facilitar o estabelecimento de profissionais deste ramo, o estabelecimento de um intercâmbio das actividades da Guiné e de Cabo Verde e, por fim, a regulamentação da importação e da exportação²⁴⁸.

Em Lagos, realizou-se a comemoração do quinto centenário da partida da frota de Lançarote de Freitas que marcou o início das carreiras comerciais em grande escala para a Guiné, a 10 de Agosto de 1946²⁴⁹. O programa abriu com uma regata das embarcações de pesca. Pouco depois realizou-se uma cerimónia com a presença do governador civil, junto das ruínas do castelo. Foi descerrada uma placa no cunhal do antigo castelo dos governadores assinalando o evento. Uma artéria da cidade, recentemente conquistada ao mar, recebeu o nome de “Avenida da Guiné”. O “centenário da Guiné”, como então foi designado, restringiu-se a cerimónias de reduzido impacto público na metrópole, mas não deixou de ser assinalado pelas autoridades.

O terceiro centenário da Restauração de Angola decorreu de 12 a 22 de Agosto de 1948. Foi também uma iniciativa do governo local, dirigido pelo capitão Silva Carvalho. O evento teve como palco principal a cidade de Luanda, onde se realizaram as cerimónias mais significativas. Mas estendeu-se a outras cidades e vilas de Angola e na metrópole realizou-se uma sessão solene na Sociedade de Geografia,

²⁴⁷ *Idem*, vol. I, nº 4, 1946, pp. 883-890

²⁴⁸ Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné (Câmara de Comércio), *Congresso do V Centenário da Descoberta da Guiné, promovido pela Sociedade de Geografia de Lisboa, Tese apresentada pela ...*, 19 a 25 de Maio de 1946

²⁴⁹ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. I, nº 4, 1946, p. 890

que contou com a presença do presidente da República²⁵⁰. Foram oradores o professor Lopes de Almeida, da Universidade de Coimbra, e o visconde de Asseca, descendente de Salvador Correia de Sá, o herói da reconquista de Angola aos holandeses. Na altura, inaugurou-se também uma exposição com quadros de temática angolana, da autoria de um antigo professor de Belas Artes alemão, Reinhold M. Kuntze. O ministro das Colónias promoveu um banquete de confraternização com altos funcionários e elementos das forças vivas de Angola.

O subsecretário de Estado das Colónias, engenheiro Rui de Sá Carneiro, enunciou os motivos da importância de Angola para o Estado português: por um lado, formava “o bloco mais vasto e porventura mais robusto do Império”, assegurando em conjunto com Moçambique o domínio português sobre 40% da faixa marítima ao Sul do Equador e, por outro lado, desempenhava um papel destacado na economia nacional, como fornecedor de matérias-primas e como mercado das indústrias metropolitanas, além de ser um “campo de acção aberto à nossa gente”²⁵¹. A maior proximidade desta colónia em relação à metrópole e as suas imensas potencialidades económicas motivavam um acrescido interesse pelo seu futuro.

Apesar disso, a delegação oficial que se deslocou para participar nas comemorações não incluía membros do governo. Estiveram altos representantes do Exército e da Armada e o visconde de Asseca, convidado pelo governo da colónia. O centenário constituiu uma réplica das comemorações do início da década na metrópole, agora aplicadas à situação da colónia. Pretendia-se consagrar os heróis que tinham reconquistado Angola aos holandeses e reafirmar os princípios ideológicos do colonialismo português.

²⁵⁰ *O Século*, Número Especial Dedicado ao Império, Lisboa, 16 de Outubro de 1948, p. 191

²⁵¹ *Idem, ibid.*

O discurso do governador na sessão solene de abertura das celebrações foi, nesse aspecto, bastante elucidativo²⁵². Salientou que Angola era “parte integrante de Portugal”, tal como Trás-os-Montes ou o Algarve, e o carácter “missionário e civilizador” da colonização portuguesa, movida por “altos sentimentos de amor e protecção dos indígenas”. No final, fez um apelo ao prosseguimento da obra económica, política e civilizadora dos portugueses em Angola. Em termos ainda mais veementes, na cerimónia de encerramento frisou que sendo os portugueses, naturais da metrópole ou de Angola, “herdeiros de uma obra grande, só tornando-a maior seríamos dignos dela”²⁵³. O mote das comemorações consistia em evocar o passado para melhor servir as políticas do presente.

Além disso, as comemorações proporcionavam um excelente pretexto para a administração fazer propaganda da obra feita e para a sociedade local exhibir o seu sucesso. As pequenas vaidades são, geralmente, uma fonte de motivação para todos os eventos sociais e, neste caso, há a considerar também a emulação com a sociedade metropolitana, paradigma e exemplo para a local. Assim, o jornal *A Província de Angola*, referindo-se à *garden-party* que teve lugar no Palácio do Governador - um verdadeiro acontecimento mundano em Luanda -, afirmou que foi uma “selecta e distinta reunião”, que nada ficou a dever às congéneres realizadas em Queluz (sic)²⁵⁴.

As comemorações nas colónias serviam para reafirmar o mito da “Nação pluricontinental” e da unidade de todos os portugueses, do Minho a Timor. Proporcionavam o ensejo para manifestações “patrióticas” por parte das populações autóctones, decerto preparadas pelas autoridades para corroborar a propaganda. O presidente da comissão executiva do tricentenário da “reintegração de Angola na

²⁵² *Boletim Geral das Colónias*, Ano 24, Nº 278-79, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Agosto-Setembro de 1948, pp. 134-38

²⁵³ *Idem*, p. 202

²⁵⁴ *Idem*, p. 203

Comunidade Portuguesa”, como também foi sugestivamente designado, expressou nos seguintes termos a ideia da unidade de todos os povos do império:

*“Somos uma nação com territórios espalhados pelo mundo e em cada um destes territórios há a consciência de sermos um povo sem dissidências fundamentais, porque os povos mestiços ou pretos têm os mesmos e vibrantes sentimentos patrióticos dos demais portugueses decididos a todos os sacrifícios”*²⁵⁵

Fazia-se o possível por “nacionalizar” os africanos e criar laços com a metrópole. Entre outras iniciativas movidas por este propósito, naquele ano a imagem de Nossa Senhora de Fátima fazia um périplo pelo império, onde era recebida com manifestações de devoção²⁵⁶.

A 14 de Agosto de 1948 passava um século sobre o nascimento de António Enes. Figura emblemática do colonialismo português do final do século XIX, a comemoração da data impunha-se pelo facto de estar associado aos eventos militares e políticos que permitiram afirmar a soberania portuguesa em Moçambique. O Estado Novo valorizou as campanhas de ocupação das colónias como se de uma nova “epopeia” se tratasse, numa linha de interpretação dos acontecimentos que também encontrámos na época deles. Recordar aqueles episódios da colonização portuguesa era sempre uma forma de evocar a “herança sagrada” dos antepassados e os tremendos sacrifícios que tinham sido necessários para conservá-la intacta. A ilação para o presente era óbvia e devia servir de lição para os jovens portugueses.

Nesta ordem de ideias, o governador geral, comandante Gabriel Teixeira, afirmou em jeito de conclusão das próprias celebrações que “a melhor homenagem

²⁵⁵ *Diário de Luanda*, 23 de Agosto de 1948, p. 3

²⁵⁶ *Boletim Geral das Colónias*, Ano 24, nº 281, Novembro de 1948

que podemos prestar à memória de António Enes - homem de Fé, homem de acção, realizador - será prosseguirmos na sua obra!”²⁵⁷. O centenário foi comemorado na metrópole e em Moçambique.

Na Sociedade de Geografia decorreu o ritual da sessão solene, consagrada à memória de António Enes. A presidência foi ocupada pelo subsecretário de Estado das Colónias, engenheiro Rui de Sá Carneiro, em representação do presidente da República. O orador foi o professor Marcello Caetano que fez uma retrospectiva histórica da acção do homenageado e das suas qualidades intelectuais e dirigentes, salientando o nacionalismo e o empenho na defesa das colónias. Dentro deste espírito, considerou que as últimas páginas do livro do Comissário Régio de Moçambique sobre *A Guerra de África* “são um apelo ao País para que tenha fé nas colónias e faça do seu engrandecimento um ideal colectivo”²⁵⁸.

Neste sentido, o regime considerava-se legítimo herdeiro da tradição inaugurada por estes homens do final da monarquia. Ainda em Lisboa, a Câmara Municipal assinalou a efeméride colocando uma lápide na fachada da casa, à rua da Madalena, que foi berço do escritor e político²⁵⁹. Na cerimónia usaram da palavra o vice-presidente do município, Luís Pastor de Macedo, e o investigador Francisco de Oliveira Martins que tinha publicado, no ano anterior, um livro sobre *O Ultimatum - visto por António Enes*. A placa foi descerrada pela filha do antigo jornalista e homem de letras, Luísa Enes.

Em Moçambique, os festejos tiveram maior amplitude e estiveram associados às Festas da Cidade em Lourenço Marques, promovidas pela Câmara Municipal. Os festejos prolongaram-se de 24 de Julho a 15 de Agosto de 1948. A primeira data pretendia comemorar o aniversário da sentença do marechal Mac-Mahon, presidente da França, que reconheceu, em 1875, “os direitos de Portugal aos territórios de

²⁵⁷ *Idem*, p. 124

²⁵⁸ *Idem*, p. 128

Tembe, de Maputo, à península da Inhaca e às ilhas da Inhaca e dos Elefantes”²⁶⁰. As festas iniciaram-se com a cerimónia oficial do hastear da bandeira no edifício da Câmara Municipal, na presença das autoridades e de uma guarda de honra, e prosseguiram com provas desportivas e campeonatos, recitais e concertos nos teatros, concurso de montras, bailes, exposições artísticas e bibliográficas, uma exposição pecuária e um Festival Regionalista, no jardim Vasco da Gama, no centro da cidade.

Segundo o relato da imprensa, o festival foi “uma sentida e emocionante evocação de Portugal continental e das suas províncias, dos seus descantes e dos seus arraiais”²⁶¹. As casas regionais representadas em Moçambique participaram nesta exibição que foi animada, à noite, por ranchos folclóricos. O Festival parece ser um momento dedicado aos colonos portugueses, se bem que haja referência nos jornais a um pavilhão dos indianos e à exibição de danças chinesas, por jovens residentes em Lourenço Marques. Os africanos foram marginalizados, o que estava de acordo com a prática quotidiana. Os africanos não podiam circular livremente e ficavam confinados aos bairros pobres da periferia, excepto os poucos que possuíam o estatuto de “assimilados”.

Contudo, as autoridades não deixaram passar a oportunidade para uma manifestação de apoio à política colonial portuguesa, por parte dos régulos e de representantes das populações indígenas do distrito de Lourenço Marques e da província ao Sul do Save²⁶². As autoridades indígenas do resto da colónia não puderam estar presentes devido às dificuldades de transporte, mas alguém foi incumbido de justificar a sua ausência e de ler uma mensagem em seu nome.

A comemoração do centenário de António Enes circunscreveu-se a uma sessão solene na Câmara Municipal de Lourenço Marques, presidida pelo governador

²⁵⁹ *O Século*, Número Especial Dedicado ao Império, Lisboa, 16 de Outubro de 1948, p. 191

²⁶⁰ *Notícias*, Lourenço Marques, 24 de Julho de 1948

²⁶¹ *O Século*, Número Especial Dedicado ao Império, Lisboa, 16 de Outubro de 1948, p. 191

²⁶² *Boletim Geral das Colónias*, Ano 24, nº 281, Novembro de 1948, p. 130

geral da colónia. Assistiram as autoridades municipais, a mais elevada hierarquia do Exército e da Marinha, o cardeal D. Teodósio Gouveia, o funcionalismo público e o corpo consular. O neto de António Enes, seu homónimo, assistiu às celebrações a convite do governador, comandante Gabriel Teixeira. Realizou-se também uma conferência sobre António Enes, onde o orador salientou as qualidades que eram necessárias para governar a colónia e concluiu, na linha do antigo Comissário Régio, que “em Moçambique é que se há de governar Moçambique”²⁶³.

A mesma ideia destacava-se em alguns artigos da edição do jornal *Notícias*, de Lourenço Marques, que foi dedicada ao centenário. A exposição das ideias de António Enes serviu, subtilmente, de pretexto para tecer críticas à situação da colónia. Felisberto Ferreirinha, no artigo sobre “António Enes e o seu pensamento colonial”, colocou o dedo nalgumas feridas. No terreno da economia, criticou a forma de “intercâmbio” entre a metrópole e a colónia que “só produz interesses unilaterais, matando todo o desenvolvimento das Colónias”. A exploração desenfreada dos recursos naturais por colonos que só estavam interessados no ganho imediato e a necessidade de desenvolver as manufacturas nas regiões produtoras de matérias-primas também foram salientadas pelo articulista. Em relação à situação social das populações africanas vale a pena citar directamente o texto:

*“ Só compreendemos um processo de civilização que possa ser desfrutado pelo homem de todas as raças e latitudes, não admitindo diferenciações raciais sob qualquer forma ou disfarce. Mas dá-se o caso da civilização, no Continente Africano, ser privilégio do branco, sendo praticamente vedada ao indígena, seu principal contribuinte ”*²⁶⁴.

²⁶³ *Idem*, p. 125

²⁶⁴ *Notícias*, Lourenço Marques, 15 de Agosto de 1948, p. 21

Considerou que era através da obrigação do trabalho que os africanos poderiam ser civilizados, mas recebendo como contrapartida uma “paga justa”. Quanto à educação subscreveu a ideia de António Enes sobre a falência dos processos utilizados pelos missionários, porque não preparavam os “corpos para o trabalho”, como convinha à economia colonial. Por fim, a delicada questão da forma de administração da colónia que, na opinião de Felisberto Ferreirinha, devia ter por base a proposta do antigo Comissário Régio de uma ampla autonomia - “muita liberdade e muita responsabilidade”. A metrópole não devia ditar “as medidas da governação colonial”, visto que ignora as necessidades mais elementares e os reais problemas da vida sua orgânica²⁶⁵.

Noutro artigo, J. Santa Rita defendia que era necessária a “emigração” de capitais para o investimento em Moçambique e não de homens desprovidos de meios que só iam em busca de dinheiro para levar para a metrópole. Uma questão já levantada por António Enes que se mantinha válida, segundo o referido articulista.

Na mesma página, num artigo sobre “António Enes e as finanças ultramarinas”, criticava-se o facto de serem inscritos no orçamento das colónias muitos encargos que diziam respeito a serviços estabelecidos na metrópole. Na lista referente ao orçamento de 1948 constata-se que a colónia custeava despesas como o Conselho do Império, o Instituto de Medicina Tropical, o Hospital Colonial, o Jardim e Museu Agrícola Colonial, a Agência Geral das Colónias, a Junta das Missões Geográficas, a Casa dos Estudantes do Império, a Sociedade de Geografia e o Jardim Zoológico de Lisboa. Mas o grosso das participações financeiras destinava-se ao Fundo de Defesa, 62% do total da verba. No texto admitia-se que a metrópole não poderia incluir nos seus orçamentos esses encargos sem prejuízo do seu equilíbrio financeiro, dado o montante elevado que já estava em jogo. No entanto, defendia-se

²⁶⁵ *Idem*, p. 24

que tais despesas fossem regulamentadas num único diploma e imposto um limite razoável para as mesmas, visto que pesavam no orçamento das colónias.

Apesar da censura, ainda foi possível a alguns sectores coloniais, estabelecidos em Moçambique e com interesses próprios distintos dos metropolitanos, passar a mensagem do seu descontentamento face ao centralismo e às imposições do governo de Lisboa que asfixiavam as perspectivas de desenvolvimento daquela vasta região. Deste modo, aproveitava-se a oportunidade aberta pelo centenário para contestar certos aspectos da política colonial, com base nos próprios textos de António Enes.

Noutro registo, o da propaganda da ideologia e da política colonial do governo salazarista, distinguiu-se o jornal *O Século*, com um número especial dedicado ao império a propósito das referidas comemorações. O diário pretendia celebrar os dois centenários e, sobretudo, consagrar a obra “exemplar” de colonização realizada nos últimos vinte anos. Por isso, a par dos artigos de evocação do “passado de glórias e sacrifícios”, onde foram lembrados Salvador Correia de Sá, António Enes e Mouzinho de Albuquerque, a maior parte do extenso número do jornal era dedicado à divulgação da ideologia colonial do regime e da acção dos governos em prol do desenvolvimento das “províncias ultramarinas”.

Nesse aspecto, os títulos e sub-títulos destacados eram bastante expressivos. Uns referiam-se à unidade, grandeza e continuidade do Império Português. Outros destacavam a política assimiladora e a suposta igualdade entre todas as raças dentro dele. As colónias eram apresentadas de forma a salientar a ligação afectiva e a respectiva importância - “Angola coração do Império”, Macau era uma “bandeira de Portugal no Extremo Oriente” e Cabo Verde uma “sentinela portuguesa no Atlântico”. A longínqua colónia de Timor, ocupada pelos japoneses durante a II Guerra Mundial e retomada pelos portugueses, era o “legítimo orgulho do Estado Novo”. De forma paternal, a metrópole velava por todas as parcelas do território onde

se exercia a soberania portuguesa, segundo a ideia consagrada pela propaganda. E até o Brasil continuava a aparecer como a “melhor prova da capacidade colonizadora e civilizadora dos portugueses”²⁶⁶.

A bondade da colonização portuguesa era uma ideia central da propaganda que impunha o esquecimento ou a mistificação de tudo aquilo que pudesse manchá-la, nomeadamente a escravatura e as várias formas de violência e de opressão. Em termos opostos ao diário moçambicano que citámos nos parágrafos anteriores, defendia-se a colonização em massa de Moçambique, porque o colono ocupa e serve com o seu trabalho e exemplo a colónia²⁶⁷. Não devia, por isso, misturar-se com os povos autóctones nem perder as características individualizadoras para poder levar a cabo a “missão colonizadora e civilizadora”. O objectivo da colonização portuguesa não era criar sociedades mestiças, mas fazer das colónias “províncias fundamentalmente portuguesas”. Daí a necessidade de uma colonização maciça por casais portugueses que se fixassem, reproduzissem e servissem de modelo para os africanos. Esta orientação levou os governos salazaristas a promover o embarque de colonos para África e a apoiar a sua instalação no terreno. A afirmação da “unidade e indestrutibilidade do império” e da “eternidade do mundo lusíada” repetia-se como um estribilho. Naturalmente, Salazar aparecia como o mentor e o obreiro da política e das realizações do colonialismo que o jornal *O Século* celebrava nas suas páginas.

Mais importante ainda do que António Enes foi o culto a Mouzinho de Albuquerque, o herói por excelência das campanhas de África e o mito contemporâneo de maior relevo no imaginário nacional sobre o império. Como veremos noutro capítulo, os contornos do mito começaram logo a ser desenhados na época dos acontecimentos pelos companheiros de armas do capitão de Cavalaria e pelas autoridades que enalteceram os seus feitos. A campanha militar desencadeada

²⁶⁶ *O Século*, Número Especial Dedicado ao Império, 16 de Outubro de 1948, p. 6

no rescaldo do ultimato, numa conjuntura em que as forças nacionalistas estavam sedentas de vitórias que afirmassem a capacidade dos portugueses para manter o domínio colonial, teve o efeito de provocar uma grande onda de euforia nacional, que se traduziu em impressionantes homenagens ao herói de Chaimite.

De tal modo que, entre 1893 e 1909, foram publicadas 29 obras sobre Mouzinho de Albuquerque²⁶⁸. No período da I República a produção diminuiu de forma significativa, somente 8 títulos, para ser retomada em força pela ditadura, 118 obras de 1926 a 1974²⁶⁹. Os escritos de Mouzinho de Albuquerque, por sua vez, também foram objecto de sucessivas publicações, em especial a carta que dirigiu ao príncipe herdeiro, considerada como um exemplo moral e patriótico para a juventude.

A Agência Geral das Colónias celebrava desde 1933, ano charneira da consolidação do regime ditatorial, o aniversário de Chaimite com iniciativas variadas²⁷⁰. Em 1935, assinalou-se o quadragésimo aniversário com um programa mais elaborado que incluiu uma sessão solene na Sociedade de Geografia, uma exposição, conferências destinadas às escolas e a deposição de uma palma de bronze pelo ministro das Colónias na campa do cemitério dos Prazeres²⁷¹. No ano seguinte, a Mocidade Portuguesa promoveu uma romagem ao túmulo do herói. Na Exposição Histórica da Ocupação e na Exposição do Mundo Português também se evocou a memória de Mouzinho de Albuquerque. Em 1937, a Câmara Municipal da Batalha decidiu associar às celebrações da batalha de Aljubarrota, realizadas a 14 de Agosto, uma homenagem ao herói das campanhas moçambicanas, que nasceu numa quinta do

²⁶⁷ Rodrigues Júnior, “Colonização. Partimos de Portugal continental com o desejo de continuar a Pátria e cumprir a nossa missão histórica” - *Idem*, p. 105

²⁶⁸ Jorge Seabra, “O Império e as Memórias do Estado Novo. Os Heróis de Chaimite” in *Revista de História das Ideias*, vol. 17 Coimbra, 1995, p. 53

²⁶⁹ *Idem*, *ibid.*

²⁷⁰ *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXI, nº 246, Lisboa, Dezembro de 1945, p. 171

²⁷¹ Amadeu Cunha, *Mouzinho. A sua obra e a sua época*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944, p. 430

concelho e foi baptizado no Mosteiro da vila. Foi descerrada uma lápide na casa onde tinha visto a luz do dia e atribuiu-se o seu nome à principal praça da vila²⁷².

Em 1945, foi comemorado o 50º aniversário de Chaimite com uma sessão no Palácio da Independência, na noite de 28 de Dezembro, presidida pelo ministro das Colónias, Marcello Caetano. Estiveram presentes autoridades civis, militares e religiosas e membros da família. Na altura, foram entregues as insígnias da Ordem do Império Colonial a dois dos sete sobreviventes de Chaimite e, mais tarde, homenagearam-se os restantes²⁷³. Em Elvas e Moçambique também foi celebrada a data. No ano seguinte, assinalou-se o 49º aniversário do combate de Macontene, travado no território de Gaza, e a cavalaria da Guarda Nacional Republicana prestou homenagem a Mouzinho de Albuquerque, na Praça do Império²⁷⁴. A cerimónia contou com a presença do chefe do Estado e uma larga representação das autoridades civis e militares, onde não faltaram antigos combatentes de África. Realizou-se uma missa e foram proferidas alocações patrióticas e discursos. O regimento de cavalaria desfilou em continência perante a espada de Mouzinho, que se tinha tornado um símbolo da “epopeia” imperial²⁷⁵.

A comemoração de Mouzinho de Albuquerque e dos seus feitos foi, especialmente, incentivada pelas hierarquias militares e pela Agência Geral das Colónias. As homenagens e celebrações tinham, em geral, uma componente militar, o que estava de acordo com a figura e os feitos que eram evocados. Além das publicações e das múltiplas evocações da sua memória, o herói de Chaimite já tinha sido imortalizado na tela pelo cineasta Jorge Brum do Canto e numa estátua erigida em Lourenço Marques, em 1940. A comemoração do centenário do seu nascimento,

²⁷² *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIII, nº 146-147, Lisboa, Agosto-Setembro de 1937, pp. 136-137

²⁷³ *Idem*, Ano XXI, nº 246, Lisboa, Dez. de 1945, p. 173

²⁷⁴ *Idem*, Ano XXII, nº 254-255, Lisboa, Agosto-Setembro 1946, pp. 125.126

em 1955, surgiu na sequência natural do culto que lhe vinha sendo prestado pelo regime.

Segundo o presidente da comissão nacional do centenário, general Carvalho Viegas, a iniciativa teria pertencido ao próprio ministro do Ultramar e ao seu antecessor, o comandante Sarmento Rodrigues²⁷⁶. Uma portaria do ministro do Ultramar, nomeou a comissão oficial para a organização das comemorações que iriam decorrer de 12 de Novembro a 12 de Dezembro desse ano. A primeira data correspondia ao aniversário do nascimento de Mouzinho de Albuquerque e a segunda ao baptismo no Mosteiro da Batalha. As celebrações abriram com a tradicional sessão solene na Sociedade de Geografia e encerraram com uma missa de *requiem* na Igreja de Santa Maria da Vitória. Lisboa, Elvas, Leiria e Batalha foram os lugares privilegiados pelo programa oficial do centenário que se estendeu a outras regiões do país e às “províncias ultramarinas”, com particular destaque para Moçambique. O desfile militar na Avenida da Liberdade foi um dos momentos de maior impacto público das comemorações que primaram por várias sessões especiais promovidas pelas Forças Armadas.

A 1 de Julho de 1954 era oficialmente decretada a futura comemoração do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique, sob a orientação da Academia Portuguesa de História, e lançadas as bases de um concurso público para erguer um monumento no promontório de Sagres. Era o terceiro concurso que o regime promovia para o mesmo efeito, mas nenhum projecto chegou a ser concretizado²⁷⁷. Desde pelo menos a segunda metade do século XIX que a memória do Infante D. Henrique tinha ganho projecção nacional e internacional, mercê do interesse da

²⁷⁵ Segundo os versos do hino intitulado *A Espada de Mouzinho*, da autoria de Mécia Mouzinho de Albuquerque: Albuquerque e Mouzinho de Albuquerque / Netos os dois de um Rei de Portugal / Aquele na Índia, este em Moçambique / Brilham os dois numa epopeia igual! (Coro)

²⁷⁶ *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque, 1855-1955*, Lisboa, Casa Portuguesa e Sucessores, Lda., s.d., p. 35

²⁷⁷ Sobre a questão veja-se Joaquim Saial, *op. cit.*, pp. 87-96

historiografia pelo processo dos descobrimentos e da expansão portugueses e, em especial, devido ao relevo que lhe foi dado por alguns historiadores ingleses. Apesar das polémicas que a sua figura e actuação suscitaram entre os eruditos, o culto do Infante D. Henrique estabilizou em torno da ideia do papel central que teve no arranque da expansão portuguesa e como fundador do império.

A conjuntura política dos anos cinquenta veio a dar maior acuidade e importância à sua evocação, no quadro ideológico do regime. Em 1950, a União Indiana apresentou ao governo português uma proposta de negociação dos termos em que os territórios sob a soberania portuguesa deviam ser integrados no novo Estado independente. A proposta foi liminarmente recusada pelo Estado Novo. A autonomia da Indonésia e a guerra civil da China tinham provocado receios sobre a futura situação de Timor e Macau. No continente africano, o processo das independências avançou rapidamente e, de 1956 a 1960, surgiram 22 novos Estados. A independência do Senegal, do Congo Belga e do Tanganica colocou nas fronteiras das colónias portuguesas países hostis ao colonialismo que podiam constituir um apoio e uma retaguarda segura para os movimentos nacionalistas.

Os equilíbrios políticos internacionais do pós-guerra estavam a alterar-se, em consequência da emergência de potências de segunda ordem, de blocos regionais e de um peso crescente dos novos países independentes na cena internacional. Na Organização das Nações Unidas, a corrente anticolonialista aumentou com a admissão dos novos Estados e as antigas potências coloniais inflectiram a sua orientação política e passaram a preferir as autonomias negociadas a guerras desgastantes que contribuíam para extremar posições e lançar os movimentos independentistas na esfera de influência do bloco comunista. O Estado Novo deixava de poder contar com a aliança britânica para defender o império. Os Estados Unidos, por sua vez, retomaram a política de apoio ao direito de autodeterminação dos povos, sob a administração de Eisenhower.

Neste contexto, o governo português empreendeu um grande esforço diplomático para conquistar aliados para a sua política colonial e evitar o crescente isolamento político. O ano de 1960 foi fundamental na encruzilhada da história nacional: os partidos autonomistas angolanos, a União Popular de Angola e o

Movimento Popular de Libertação de Angola, e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, liderado por Amílcar Cabral, propuseram negociações para uma solução pacífica do problema colonial. Numa conferência realizada em Londres, os principais dirigentes dos “movimentos de libertação” renovaram o apelo ao governo de Salazar e declararam que estavam dispostos a enveredar pela luta armada se não obtivessem uma resposta positiva. A Assembleia Geral da ONU aprovou, no final daquele ano, três resoluções que condenavam a política colonial do Estado Novo.

Perante esta situação, o governo salazarista manteve-se intransigente. Para a opinião pública interna continuaram a explorar-se as teses que vinham do final do século passado: a ideia de que a “grandeza” e a própria sobrevivência de Portugal dependiam da conservação do império, tornando-se necessário cerrar as fileiras nacionais face às ambições dos outros países. Havia a consciência da debilidade do capitalismo português para enfrentar a perda do domínio que exercia sobre as matérias-primas e os mercados das colónias, bem como da sua incapacidade para enfrentar a concorrência estrangeira. Considerava-se que grandes interesses estrangeiros cobiçavam as riquezas das colónias portuguesas, o que servia para fundamentar a tese da conspiração internacional em curso para acabar com a soberania nacional nas Províncias Ultramarinas. A evocação do passado e da memória do Infante D. Henrique servia, neste contexto, para sustentar as posições imobilistas do regime contra todos os “ventos da história”.

Como se referia no decreto de 9 de Fevereiro de 1960, a finalidade das comemorações consistia em “evocar a figura, a vida e obra do Navegador, através dessa evocação lembrar os grandes passos da gesta dos Descobrimentos e da acção civilizadora dos Portugueses”²⁷⁸. Esperava-se que dos principais actos

²⁷⁸ Decreto-lei nº 42 837 de 9 de Fevereiro de 1960 in *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, I vol., Lisboa, 1961, p. 43

comemorativos resultassem “lições plenamente actuais, geradoras de confiança no esforço criador e na capacidade de acção do povo português”, em especial para poder enfrentar os problemas da hora presente. No discurso de abertura das comemorações na Assembleia Nacional, o presidente da comissão nacional, José Caeiro da Mata, referiu a conjuntura mundial em termos que não deixam dúvidas quanto à perplexidade e dificuldade dos homens do regime de se adaptarem às circunstâncias.

Para o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros e presidente da Academia Portuguesa de História, vivia-se numa época de “liquidação de uma civilização”, sem que os países europeus fossem capazes de se unir e lutar pela preservação dos seus valores e do domínio que tinham exercido no mundo²⁷⁹. Na sua opinião, o mundo ocidental tinha de enfrentar as “ondas de inundação soviética”, a falsa doutrina da “coexistência pacífica” e a “crise da descolonização” para poder salvar um modelo de sociedade e de vida que era sinónimo de Civilização, por excelência. A sua ruína conduziria, inevitavelmente, à barbárie e ao caos. Caeiro da Mata reafirmou, então, os pilares tradicionais da política externa portuguesa: os laços fraternos com o Brasil, a estreita amizade com a Espanha e a secular aliança com a Grã-Bretanha. Eram estes os países com que os governantes portugueses mais de perto contavam para apoiar a sua política colonial e, assim, contribuir para salvar um modelo civilizacional que viam como uma “herança do Infante D. Henrique”.

Manteve-se o mesmo registo em todos os discursos. No encerramento do ciclo comemorativo a 13 de Novembro, o presidente da comissão nacional ainda radicalizou mais o teor da sua mensagem. Falou, expressamente, dos “agentes da conspiração anti-ocidental” que queriam minar a “unidade nacional” e impedir Portugal de cumprir a sua “missão” colonizadora. Nas suas palavras, “o Ultramar português foi sempre para nós mais do que um património: foi e será sempre uma

²⁷⁹ *Idem*, vol. II, Lisboa, 1962, p. 28

verdadeira missão”²⁸⁰. Deste modo, não ficava margem para qualquer outra atitude que não fosse a defesa intransigente da soberania portuguesa nas colónias.

A situação interna também era delicada por causa da divisão entre as forças apoiantes do regime, numa ala mais conservadora e noutra mais liberal e modernizadora, e do crescimento das forças políticas da oposição. Em 1958, Humberto Delgado conquistou um grande apoio popular e somente as enormes limitações impostas à expressão democrática e as fraudes eleitorais asseguraram a vitória do candidato do regime, o almirante Américo Tomás.

O mal-estar aumentou na sociedade portuguesa e cada vez mais sectores manifestavam o seu descontentamento com a política dos governos. Sectores da Igreja, estudantes universitários, vários grupos sócio-profissionais e muitos milhares de cidadãos demonstravam, das mais variadas formas, que eram necessárias mudanças políticas. Mas a atitude de Salazar e dos seus colaboradores consistiu em reforçar as medidas repressivas e para evitar o risco da repetição de uma campanha presidencial oposicionista fizeram aprovar a alteração da Constituição, acabando com as eleições directas para a Presidência da República.

A oposição via-se compelida a reconhecer que era impossível derrubar o regime pela via democrática. Logo a seguir às eleições, uma conspiração liderada pelo general Humberto Delgado foi desmantelada e, em Março do ano seguinte, mais uma vez o governo conseguiu prender muitos dos envolvidos numa tentativa de sublevação militar que ficou conhecida como “golpe da Sé”.

O Estado Novo já estava longe dos tempos áureos do início dos anos quarenta. Deste modo, as celebrações da morte do Infante D. Henrique não foram uma apoteose do regime nem tão pouco a consagração de um modelo sociopolítico e económico que estava ultrapassado pelas transformações do pós-guerra, mas mais um episódio na estratégia defensiva do salazarismo. A evocação do príncipe de Avis e das glórias

²⁸⁰ *Idem*, vol. III, Lisboa, 1963, p. 343

do passado deviam ter um efeito apaziguador na sociedade portuguesa e fornecer ao poder vigente uma certa legitimidade histórica para a sua actuação, sobretudo no plano externo.

A multiplicidade dos eventos que marcaram mais este ciclo comemorativo e a sua projecção nas várias regiões do país mais directamente relacionadas com a vida do Infante D. Henrique e nas colónias não podiam esconder que o império, tal como o regime, tinham atingido um ponto de viragem. No ano seguinte, ocorreram os levantamentos armados em Angola e a União Indiana estendeu a sua soberania aos territórios de Goa, Damão e Diu. Um antigo colaborador do Estado Novo, o capitão Henrique Galvão, com a concordância do “General sem medo”, lançou uma operação para chamar a atenção da comunidade internacional para o carácter antidemocrático do regime que resultou no assalto ao paquete Santa Maria. Nova tentativa de revolta militar que deveria ser desencadeada a partir do Regimento de Infantaria 3, de Beja, conduzida pelo general Humberto Delgado e pelos seus apoiantes, saldou-se por outro fracasso. Mas a oposição continuava a alastrar aos mais variados sectores da sociedade portuguesa.

No Brasil, o general Humberto Delgado tinha defendido, pela primeira vez de forma explícita, a necessidade do país abandonar a posição colonialista e o direito à autodeterminação dos povos africanos, ao mesmo tempo que apoiava a convocação do Conselho de Segurança da ONU para debater a situação de Angola e a integração dos territórios sob a soberania portuguesa no Estado indiano²⁸¹. A oposição mais moderada demonstrava, assim, reconhecer a inevitabilidade do país seguir o curso dos acontecimentos mundiais. Contudo, o regime aferrava-se ao passado e lançava-se nas guerras coloniais como se fossem uma nova cruzada de Portugal contra os infiéis.

As grandes comemorações nacionais dos centenários iniciaram-se sob a égide de Camões. Um símbolo complexo e plurifacetado da nação portuguesa que não deixou de estar associado a uma nota de rebeldia e inconformismo. Nele todos os

²⁸¹ A.A.V.V., *História de Portugal em datas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 361

sectores ideológicos e sensibilidades se podiam rever. Significativamente, a última grande celebração nacional sob o signo do império teve como objecto a figura polémica do Infante D. Henrique, associada pelo Estado Novo aos valores conservadores do regime. O governador da Ordem de Cristo representava a perenidade do Império Português e a necessidade de manter por todos os meios, mesmo pela guerra, os domínios coloniais.

A tese historiográfica da cruzada contra os muçulmanos como principal factor do arranque da expansão portuguesa e a feição monástica e guerreira de D. Henrique ganhavam um sentido político actualizado pelas circunstâncias e serviam como exemplo moralizador para as populações. Em 1880, o Terceiro Império estava ainda nos primórdios. Em 1960, aproximava-se do fim de forma dolorosa e sem glória. Aquilo que parecia, no final do século XIX, uma nova epopeia dos portugueses, era somente o estertor, passados oitenta anos, do sistema sócio-económico de um país periférico que se recusava a viver sem colónias.

O 10 de Junho

O 10 de Junho, dia de Camões e de Portugal, é o exemplo de um centenário que por várias circunstâncias se tornou um feriado regular e nacional. Pelo profundo significado que o poeta assume na memória e no imaginário nacionais e, sobretudo, pela ligação que o seu mito sempre teve com a ideia do Império, pensamos que vale a pena traçar uma retrospectiva breve da origem e evolução das comemorações camonianas.

A data do falecimento de Camões foi estabelecida pelo visconde de Juromenha, na sequência das aprofundadas investigações que realizou sobre a vida do “Príncipe dos Poetas”. No Arquivo Nacional da Torre do Tombo encontrou um documento em que era mencionada a quantia paga à mãe do poeta, D. Ana de Sá, relativa à pensão a que este tinha direito²⁸². Nele se indicava o dia 10 de Junho de 1580 como a data da sua morte.

²⁸² Cit. Jordão de Freitas, “Morte e enterramento de Camões” in 4º *Centenário do Nascimento de Camões*, 1524-1924, s.l., s.d., p. 14: “bj bij rs [6:755rs] - no thzº [thezoureiro] da chrª [chancelaria] da casa do civel a Ana de Sá may de luis de camoes q deos aja por outros q ao dito seu fº [filho] erão devidos do primrº de janrº do ano de blxxx [1580] até dez de junho delle em q faleceo, a razão de xb

O tricentenário da morte de Camões foi celebrado naquele dia, como já referimos. A data passou, deste modo, a fazer parte da memória colectiva e, em particular, foi muito valorizada pelos republicanos. Na perspectiva destes, não era somente o dia de Camões e da nacionalidade portuguesa que estava em causa, mas também um momento especialmente importante no processo de afirmação do ideário das forças republicanas e da sua organização.

Numa entrevista ao jornal *O Século*, no primeiro ano da República, Magalhães Lima afirmou que “o tricentenário de Camões foi o primeiro capítulo da gloriosa jornada que teve o seu desfecho em 5 de Outubro”²⁸³. Relembra, então, que os festejos camonianos promoveram a conjugação das “forças democráticas” e contribuíram, decisivamente, para a divulgação da propaganda republicana.

Por isso, não admira que a vereação da Câmara Municipal de Lisboa tenha decidido, logo em 1911, celebrar o dia 10 de Junho como feriado municipal, integrado nas festas da capital. Nos termos da proposta aprovada pela vereação camarária, os festejos deviam decorrer de 10 a 14 de Junho e compreender iniciativas variadas que serviriam para animar a cidade. Além do tradicional cortejo cívico que terminava com a deposição de flores no soco da estátua de Camões, preconizavam-se concursos literários, musicais e desportivos, um concurso de ornamentação das ruas e dos edifícios, exposições de flores, uma exposição regional agrícola e industrial, récitas populares gratuitas nos teatros, exercícios dos bombeiros, iluminações e fogos-de-artifício²⁸⁴.

De facto, naquele ano os festejos decorreram de acordo com o previsto, beneficiando do clima de entusiasmo pela implantação recente da República. Junto do monumento falaram Anselmo Braamcamp Freire, presidente do município de Lisboa

rs [15:000 reaes] por anno de tença em Lx^a a xiiij de nov^o [13 de novembro] de iblxxxij [1582] per dr.^{te} de castebr.^{co}.”

²⁸³ *O Século*, Lisboa, 10 de Junho de 1911

²⁸⁴ *Idem*, 9 de Junho de 1911

e da comissão organizadora das festas, Bernardino Machado na qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros e Sebastião Magalhães Lima como veterano destas lides comemorativas e representante da maçonaria portuguesa. Uma nota de esperança esteve patente em todos os discursos e vibrou nas palavras de Magalhães Lima: “Invocar o seu nome [de Camões] é ressuscitar a nossa passada grandeza, continuar a nossa história, reatar a nossa tradição, glorificar a nossa raça, celebrar o nosso povo, afirmar a consciencia nacional, viver enfim para o progresso e para a prosperidade da nação”²⁸⁵. E concluía que o futuro do país seria “digno de um poeta como Camões e de uma epopeia como *Os Lusíadas*”.

Num artigo com o título sugestivo de “Camões: o novo santo de Lisboa”, a *Ilustração Portuguesa* criticou a iniciativa camarária por não ter conseguido evitar a confusão com as tradicionais festas dos santos populares. Escreveu a propósito: “A tres dias de distancia do Santo António, milagreiro lisboeta, que o povo festeja com fogueiras e descantes, com fogos de artificio e bailes de roda, este anniversario da morte de Camões teve celebração quase idêntica. Não houve maneira de evitar a confusão incrível”²⁸⁶. O jornalista referiu ainda que em todos os bairros se ergueram coretos que recordavam os dos anos anteriores em honra dos santos populares e se organizou a vulgar “festa patusca”.

As conferências tinham sido pouco concorridas e ao cortejo teria faltado “a imponencia requerida” para celebrar o épico. O que faltara em empenhamento cívico da população lisboeta sobrou em animação, à noite, nas ruas pejudadas de gente. Ranchos com guitarras, violas, soprando em cornetas de barro, em assobios e em gaitas, cantares e bailaricos, que contaram com a abertura dos mercados da Praça da Figueira e do Aterro para o efeito, eram os divertimentos mais comuns. O articulista, decerto identificado com uma parte da elite intelectual da época, não considerava este

²⁸⁵ *Idem*, 11 de Junho de 1911

²⁸⁶ *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 2ª serie, vol XI, 1911, pp. 780-81

tipo de festejos populares uma forma digna de celebrar a morte “d’uma tão alta glória” e, em alternativa, propunha o esclarecimento e a formação das populações para aprenderem a respeitar Camões e a cantar a sua poesia.

A comemoração continuou a realizar-se todos os anos, num misto de festa cívica e de arraial popular. O ponto alto da evocação do poeta da nacionalidade era o desfile do cortejo do Terreiro do Paço à praça de Camões, passando pelo largo do Município. As autoridades republicanas incorporavam-se nele, os funcionários públicos, os múltiplos clubes e associações republicanas, uma delegação da maçonaria portuguesa e muitas crianças das escolas. Geralmente, o presidente da República assistia à passagem do cortejo das varandas do edifício da Câmara, na praça do Município. Mas como a comemoração camoniana estava integrada nas festas da cidade, o que avultava aos olhos do público eram iniciativas como as provas desportivas, o certame das bandas regimentais, o festival da aviação, a “batalha das flores”, que consistia num desfile de vários tipos de carros engalanados com flores, os cantares e as danças regionais, entre outras manifestações igualmente atractivas. O São Carlos e o Teatro Nacional associavam-se aos festejos com espectáculos apropriados para o evento. As conferências e os saraus, uma ou outra exposição para relembrar a vida e a obra do poeta tinham muito menor audiência.

Em 1913, acontecimentos trágicos ensombraram as festas e mancharam o cortejo cívico. No momento em que o desfile passava na rua do Carmo, um grupo de operários com uma bandeira negra, onde se lia “Pão e Trabalho”, tentou integrar-se no cortejo²⁸⁷. A polícia e alguns populares procuraram impedi-los e o indivíduo que transportava o estandarte foi preso. Na mesma altura, rebentou um petardo que lançou o pânico e a confusão entre a multidão. Um homem morreu de imediato e muitas pessoas ficaram feridas. Seguiram-se perseguições aos sindicalistas e libertários e fizeram-se muitas prisões, efectuadas com pouco critério pelas forças policiais e até

²⁸⁷ *Idem*, 2ª série, vol XV, 1913, pp. 817-18

pelos alunos da Escola de Guerra. As habituais correrias e desacatos culminaram com a destruição de um quiosque, onde costumava juntar-se gente dos sindicatos, no Rossio. Apesar disso, os *clichés* do famoso Benoliel, publicados pela *Ilustração Portuguesa*, mostram que o programa não deixou de ser cumprido: pode ver-se uma parte importante do cortejo a caminho da praça Luís de Camões e o monumento repleto de coroas de flores²⁸⁸.

O programa das festas daquele ano era imponente e, decerto, celebrava também a hegemonia dos democráticos no governo, liderado por Afonso Costa. Mas ficou ainda marcado por um desastre durante o concurso de aviação, no qual morreu um piloto italiano²⁸⁹. Talvez por isso, e seguramente por causa da instabilidade política interna e do ambiente europeu cada vez mais ensombrado pela aproximação da guerra, as festas camonianas foram bastante modestas no ano seguinte²⁹⁰. O cortejo foi substituído pelas romagens particulares ao túmulo ou à estátua, com destaque para as agremiações republicanas e os estudantes da Academia de Lisboa.

Somente em 1916 o desfile voltou a realizar-se com grande aparato, promovido por uma Junta Nacional de Propaganda Patriótica²⁹¹. Mais uma vez o país evocava o épico numa conjuntura difícil, marcada pela declaração de guerra da Alemanha a Portugal e a proximidade do envio das tropas portuguesas para a frente de batalha, no Norte da Europa. Entre os habituais carros alegóricos já figurava um carro de homenagem às nações aliadas²⁹². No fim do desfile, dois carros transportavam o chefe do governo da altura, que ficou conhecido pela “União Sagrada”, António José de Almeida, e o presidente da República, Bernardino Machado. O momento era de unidade e de grande mobilização nacional e patriótica.

²⁸⁸ *Idem*, p. 842

²⁸⁹ *Idem*, p. 848

²⁹⁰ *O Século*, Lisboa, 10 e 11 de Junho de 1914

²⁹¹ *Idem*, 10 de Junho de 1916

²⁹² *Idem*, 11 de Junho de 1916

Em 1917, o 10 de Junho foi celebrado como o *Dia dos Aliados*, pela República Portuguesa²⁹³. O tema da guerra dominou as sessões realizadas nas escolas e nos centros republicanos. Nos anos seguintes, as celebrações do poeta limitaram-se a iniciativas pontuais, com os governos mobilizados pelos problemas decorrentes da guerra e da grave crise interna do país. Em 1920, o jornal *O Século* sentiu-se na obrigação de relembrar, em editorial, o significado da data²⁹⁴. Ao mesmo tempo, noticiava que não se realizavam cerimónias oficiais por causa da morte do coronel António Maria Baptista, presidente do governo que tinha falecido em pleno Conselho de Ministros, a 6 de Junho²⁹⁵. Mas o diário da capital referia o dia como *feriado nacional*, o que parece indiciar uma prática que se tinha, naturalmente, institucionalizado.

Em 1921, a manifestação de maior importância política foi a sessão solene, realizada no Ateneu Comercial, que contou com a presença do presidente da República, António José de Almeida²⁹⁶. Em 1922, o jornal *O Século* lançou a ideia de uma semana de festas de Lisboa, com o apoio entusiástico da Associação dos Lojistas. Nos próprios termos usados pelo diário, “uma semana de festas, S. Camões e Santo António, o sacro e o profano, o aristocrata e o popular...”²⁹⁷. A “incrível confusão”, para retomarmos a expressão usada pela *Ilustração Portuguesa*, em 1911, tinha-se instalado na mente das pessoas. O programa das festas foi, por isso, dominado pelos intuitos comerciais e pelas iniciativas mais populares, como o festival que decorreu no jardim da Estrela. Num cartaz do concurso de montras não faltou o apontamento humorístico e até o épico descia do monumento para passear-se

²⁹³ *Idem*, 10 de Junho de 1917

²⁹⁴ *Idem*, 10 de Junho de 1920

²⁹⁵ *História de Portugal em datas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 293

²⁹⁶ *O Século*, Lisboa, 11 de Junho de 1921

²⁹⁷ *Idem*, 25 de Maio de 1922

pela cidade a ver as vitrinas²⁹⁸. A inauguração do Museu da Cidade, em instalações provisórias no Museu Arqueológico, e a realização do Congresso Municipalista deram a nota mais cultural e política ao evento.

No ano seguinte, retomou-se a tradição de maior solenidade cívica e a comissão organizadora foi presidida por Magalhães Lima, contando com a figura respeitada de Teófilo Braga como presidente de honra²⁹⁹. Uma sessão solene no Teatro Nacional e um cortejo cívico muito concorrido desfilou pelas ruas da cidade. Junto do monumento discursou Sebastião Magalhães Lima e foi lida uma carta de Teófilo Braga. As crianças das escolas juncaram de flores o pedestal da estátua de Camões³⁰⁰. Num momento crítico do ponto de vista social e político, os republicanos uniam-se para convocar a energia positiva do seu santo laico, sob a égide de duas personalidades históricas do republicanismo que tinham sido responsáveis pelas comemorações do glorioso 10 de Junho de 1880. O diário oficioso, *O Século*, comentava a propósito das cerimónias do feriado que “foram uma bela afirmação de fé no ressurgimento rácico”³⁰¹.

Em 1924, ocorria o quarto centenário do nascimento de Luís de Camões. Desconhecendo-se o dia do acontecimento, decidiu-se realizar a comemoração da efeméride a 10 de Junho. A Câmara Municipal de Lisboa responsabilizou-se pela organização dos festejos e o seu presidente, Sebastião da Costa Santos, ficou a chefiar a “grande comissão nacional”³⁰². A comissão executiva foi presidida por Sebastião Magalhães Lima, que contou com a colaboração indispensável do secretário, Alexandre Ferreira, e de vogais destacados como o escritor João de Barros e o jornalista Joaquim Manso.

²⁹⁸ *Idem*, 4 de Junho de 1922

²⁹⁹ *Idem*, 11 de Junho de 1923

³⁰⁰ Cliché Salgado in *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 2ª serie, I vol., 1923, p. 751

³⁰¹ *O Século*, Lisboa, 11 de Junho de 1923

³⁰² *4º Centenário do Nascimento de Camões 1524-1924*, s.l., s.d., p. 31

Os festejos prolongaram-se por seis dias na capital e tiveram repercussão noutras regiões do país e no estrangeiro, em especial na Espanha. Abriram com uma sessão solene na Câmara de Lisboa, com a assistência do chefe de Estado, do governo, do corpo diplomático e mais entidades oficiais. Foram oradores o presidente do município, o vice-presidente da Academia de Ciências de Lisboa, o erudito camoniano e membro da comissão executiva, José Maria Rodrigues, o historiador e director da Biblioteca Nacional, Jaime Cortesão, e o presidente da Federação Académica, Alberto Zagalo Fernandes, que também fazia parte da comissão organizadora das celebrações. As celebrações culminaram, no último dia, com o cortejo cívico que seguiu o percurso tradicional e encerraram com um récita de gala no Teatro Nacional. Nos outros dias decorreram os festejos habituais, entre outras iniciativas especiais para o momento.

É inegável que, apesar da situação crítica e difícil que a República vivia, procurou-se dar às comemorações camonianas um certo *élan* que continha reminiscências de 1880. No apelo que fez à nação, a comissão organizadora do centenário exclamou: “Que a sombra de Camões se erga e nos inspire!”³⁰³. Essa sombra confundia-se com a própria Pátria Portuguesa, que era vista como a terra dos heróis que tinham desbravado os mares, explorado regiões ignotas e fundado “o mais vasto imperio colonial que jamais existiu”. Deste modo, se as celebrações da morte do épico tinham marcado um período de “revivescência nacional”, a comemoração do seu nascimento iria assinalar a “continuação da nossa tradição, do nosso esforço, da nossa história” e demonstrar aos cépticos e derrotistas que Portugal possuía confiança no futuro. Para tanto seria necessário manter “piedosamente o culto do passado” e abraçar um “ideal de futuro” que estivesse de acordo com os valores da democracia e com a prática da justiça social. E o apelo da comissão do centenário fazia votos para que os poderes públicos e os cidadãos se empenhassem no desenvolvimento do

³⁰³ *Idem*, p. 3

ensino, da educação moral e da assistência pública, colaborando com as outras nações na “obra comum de solidariedade científica e civilisadora”.

Os ideais democráticos norteavam a organização do centenário. Contudo, o ambiente ideológico dos anos vinte também era permeado pelas concepções mais conservadoras e pelas teorias nacionalistas de carácter étnico, o que levou a designar o centenário camoniano como a “Festa da Raça”. No discurso que proferiu na sessão solene, o presidente da Câmara de Lisboa apresentou Camões como o “expoente maximo da raça” e *Os Lusíadas* como o repositório das suas tradições³⁰⁴. Defendeu a intensificação do culto de Camões, nos novos templos modernos que eram os estabelecimentos de instrução do país, pelos seus sacerdotes, ou seja, os professores. Os termos utilizados revestem-se de grande significado: a aprendizagem da obra do poeta é tratada como uma religião, cujo objectivo consistia em subtrair as novas gerações ao “egoismo imperante”. Celebrar o épico era, além disso, uma forma de manter viva a “memoria do nosso passado glorioso e heroico”³⁰⁵. Divulgá-lo no estrangeiro seria um passo importante para tornar Portugal admirado e respeitado, quando andava, por vezes, “esquecido e vilipendiado”. Acreditava-se que a glória do Príncipe dos Poetas se projectaria na própria imagem do país.

Somente em 1925, foi publicado o decreto-lei que institucionalizou o 10 de Junho como feriado nacional, sob a designação de Festa de Portugal³⁰⁶. A organização das celebrações devia ficar a cargo de uma comissão nomeada anualmente pelo governo. Naquele ano, as crianças das escolas desfilaram em frente do monumento, onde colocaram flores. No Teatro Nacional, Jaime Cortesão proferiu uma conferência que foi seguida pela leitura de poemas camonianos. Um portaria estipulou que em todos os estabelecimentos dependentes do Ministério da Instrução

³⁰⁴ *4º Centenário do Nascimento de Camões 1524-1924*, s.l., s.d., p. 17

³⁰⁵ *Diário de Lisboa*, 28 de Maio de 1924. O título do artigo é sugestivo: “A festa da raça”.

³⁰⁶ *Diário do Governo*, I serie, nº 114, 25 de Maio de 1925 (Lei nº 1783)

decorressem conferências e homenagens a Camões³⁰⁷. Com esta medida procurava-se concretizar o projecto antigo de divulgar a vida e a obra do poeta, junto das gerações mais jovens.

O golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 e o estabelecimento da Ditadura não introduziram alterações significativas nesta tradição. Em 1929, no decreto que fixou os feriados gerais da República Portuguesa, o 10 de Junho manteve-se como a Festa de Portugal³⁰⁸. Nos anos imediatos ao golpe militar, o feriado continuou a ser assinalado das formas habituais: salvas e embandeiramento dos edifícios públicos, iluminação dos estabelecimentos do Estado e dos navios de guerra, desfile e deposição de flores junto da estátua, conferências públicas e, por vezes, saraus nos teatros, bem como os tradicionais bodos aos pobres e a sessão solene com a presença dos representantes do poder, que passou a ser realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa.

As cerimónias e festejos não tinham todos os anos a mesma amplitude, nem contavam sempre com um empenho igual das autoridades oficiais. Podemos destacar, em 1927, a inauguração do monumento ao Adamastor, no jardim de Santa Catarina³⁰⁹ e as celebrações realizadas dois anos mais tarde. O ministro do Interior nomeou uma comissão organizadora, presidida pelo governador civil de Lisboa e composta por um representante da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, da comissão administrativa do município de Lisboa e dos ministérios da Guerra e da Instrução Pública, para promover os festejos³¹⁰.

Entre os números programadas para assinalar o feriado, salientaram-se uma grande parada de educação física dos pupilos dos estabelecimentos dependentes da Direcção Geral de Assistência, o tradicional desfile perante o monumento e a sessão

³⁰⁷ *O Século*, Lisboa, 5 de Junho de 1925

³⁰⁸ *Diário do Governo*, I serie, nº 174, 1 de Agosto de 1929 (Decreto nº 17171)

³⁰⁹ *O Século*, Lisboa, 11 de Junho de 1927

³¹⁰ *Idem*, 11 de Junho de 1929

solene na Sociedade de Geografia, com a presença do chefe de Estado, Óscar Carmona. Discursaram, na ocasião, Pedro José da Cunha, antigo reitor da Universidade de Lisboa e representante da Sociedade Histórica da Independência Nacional, António Baião, pela Academia das Ciências, e António Ferrão. Entre as escolas, associações e colectividades que costumavam desfilar junto do monumento, sobressaiu uma força de 400 ex-combatentes da Grande Guerra que marchou ao som de tambores e de dois ternos de corneteiros. Nas escolas públicas, nos quartéis e navios de guerra realizaram-se prelecções cívicas e conferências a cargo dos professores e dos oficiais das Forças Armadas³¹¹.

Com o Estado Novo manteve-se o 10 de Junho, oficialmente denominado “Dia de Portugal” e consagrado à Festa Nacional, nos termos do decreto de 1952 que fez a revisão dos feriados nacionais³¹². Mas durante várias décadas o regime não atribuiu grande relevo político à celebração da data que estava demasiado ligada às tradições e à memória do republicanismo demoliberal. O feriado continuava também a ser prejudicado pela proximidade das festas dos santos populares e pela realização de eventos de cariz mais popular.

Em 1932, realizaram-se pela primeira vez as Marchas Populares, com a participação de poucos bairros lisboetas. Dois anos mais tarde, uma comissão presidida por Luís Pastor de Macedo promoveu um conjunto de festejos notáveis, entre o dia 8 e 13 de Junho. O vate das letras portuguesas não deixou de ser recordado numa conferência de Hernâni Cidade e numa exposição camoniana que decorreram nos Paços do Concelho³¹³. A Câmara Municipal de Lisboa, que se considerava herdeira da tradição do 10 de Junho, continuou a promover desfiles ou romagens ao monumento, no Largo de Camões, para depositar flores. O presidente do município,

³¹¹ *Idem*, 10 de Junho de 1929

³¹² *Diário do Governo*, I série, n.º 1, de 4 de Janeiro de 1952 (Decreto n.º 38 596)

³¹³ Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, p. 163

acompanhado pelo resto da vereação, costumava marcar presença nesta homenagem, ao lado dos alunos das escolas da capital, dos representantes das associações e centros cívicos, dos membros do Ateneu Comercial e até do grupo onomástico dos Luíses.

Em 1937, a imprensa noticiou que não se havia realizado o cortejo cívico, apesar da concentração de pessoas junto do monumento e nas ruas adjacentes, porque a comissão organizadora não tinha solicitado autorização ao governo civil³¹⁴. Mas, apesar das intermitências, a tradição das autoridades municipais assinalarem o dia de Camões daquele modo singelo, mas de grande significado simbólico, mantinha-se ainda nos anos sessenta.

Em 1940, o Dia de Portugal foi assinalado no âmbito das comemorações do duplo centenário com uma significativa sessão solene na Academia das Ciências, subordinada ao tema da “glorificação da língua portuguesa”³¹⁵. Na ocasião discursaram duas personalidades portuguesas e duas brasileiras, dividindo entre si as honras da língua comum. O escritor Júlio Dantas, segundo o relato jornalístico, “ergueu um hino à beleza da língua portuguesa”, e o professor Rebelo Gonçalves falou sobre a respectiva expansão no mundo. O discurso do escritor brasileiro Afrânio Peixoto foi lido pelo professor Cordeiro Ramos, seguindo-se a intervenção do poeta Olegário Mariano³¹⁶.

A 14 de Julho, o encerramento do ciclo imperial das comemorações foi celebrado com uma festa d’*Os Lusíadas*, no Pavilhão de Honra³¹⁷. A empresa de Amélia Rey Colaço e Robles Monteiro foi responsável pelo arranjo cénico e pela parte literária, que constava da declamação de um trecho do poema épico e de sonetos de Camões por artistas do teatro. Foi tocada a sinfonia *A Pátria*, de José Viana da Mota, pela orquestra sinfónica da Emissora Nacional, sob a regência do maestro

³¹⁴ *O Século*, Lisboa, 11 de Junho de 1937

³¹⁵ *Comemorações Centenárias. Programa Oficial 1940*, Lisboa, 1940

³¹⁶ *O Século*, Lisboa, 11 de Junho de 1940

³¹⁷ *Comissão Executiva dos Centenários 1140-1940*, Lisboa, Domingo, 14 de Julho de 1940

Pedro de Freitas Branco. O professor Hernâni Cidade pronunciou um discurso sobre *Os Lusíadas*. Estudantes das Universidades, das Escolas Superiores, da Escola de Belas Artes, dos Liceus, dos Conservatórios, dos Magistérios Primários e da Mocidade Portuguesa realizaram uma romagem à “Sala dos Lusíadas”, da Exposição do Mundo Português, e ao túmulo de Camões, nos Jerónimos. O Estado Novo valorizou, naturalmente, a faceta imperial do mito camoniano. Por isso, a evocação do poema épico da nação surgia a rematar o conjunto das iniciativas destinadas a celebrar “o esforço de Portugal no Mundo” e a sua projecção universal³¹⁸.

A partir dos anos cinquenta, a sessão solene na Sociedade de Geografia de Lisboa destinava-se a homenagear os professores primários e a reconhecer o mérito do seu trabalho. Esta associação entre o Dia de Camões e a instrução pública não era inédita, como referimos a propósito das comemorações dos períodos anteriores. Em 1950, o presidente Óscar Carmona condecorou dois professores do ensino primário³¹⁹, mas em anos posteriores o número dos educadores que iam receber as insígnias da ordem da Instrução Pública já ascendia a quatro dezenas. A sessão foi transferida para outras instalações mais espaçosas, nomeadamente para o Instituto Superior Técnico e outros locais.

Em 1958, a apresentação de cumprimentos ao presidente da República, que costumava realizar-se no dia de Ano Novo, foi transferida para o Dia de Portugal³²⁰. Este ritual, realizado no Palácio de Belém, reiterava aos olhos da opinião pública o carácter do regime, a ordem hierárquica do Estado e a solidariedade entre todos os órgãos do poder e instituições públicas. O presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, os membros do governo e os subsecretários de Estado eram os primeiros a prestar homenagem ao presidente da República. Seguia-se um elevado número de oficiais-generais, comandantes e oficiais das unidades militares do

³¹⁸ *Comemorações Centenárias. Programa Oficial 1940*, Lisboa, 1940

³¹⁹ *O Século*, Lisboa, 10 de Junho de 1950

Exército, da Marinha e da Força Aérea, os magistrados, os funcionários superiores do Estado e os dirigentes dos organismos corporativos e de diversas instituições. Naquele ano, não chegou a efectuar-se a cerimónia da recepção que foi substituída pela inscrição das numerosas entidades civis e militares no livro de cumprimentos ao chefe do Estado.

Em 1960, a recepção no Palácio de Belém, que foi o fulcro das comemorações do Dia de Portugal promovidas pelo Estado, decorreu num “ambiente de grande elevação” e esteve muito concorrida³²¹. Tal facto ficou, decerto, a dever-se ao cinquentenário da implantação da República e às celebrações henriquinas que mobilizaram fortemente o regime. No programa das comemorações do Navegador, estava ainda previsto que deviam realizar-se “solenidades nas Embaixadas, Legações e Consulados de Portugal e no seio das colónias portuguesas em países estrangeiros, *dedicadas à memória do Infante*” (itálico nosso)³²².

No final daquele ano crucial para o futuro do país, o ministro da Educação, engenheiro Francisco de Paula Leite Pinto, apresentou “A lição de Camões à juventude de hoje”, no aniversário da criação do Liceu Camões, em Lisboa³²³. Começou por referir-se a *Os Lusíadas* como “o livro sagrado do Patriotismo”, que a sua geração tinha aprendido a recitar de cor no ensino secundário. O essencial da conferência foi sobre a questão colonial, o problema candente naquele momento. Na sua perspectiva, a colonização era um fenómeno universal de carácter positivo que tinha permitido “arrotear terras, cultivar, domesticar os bichos e cultivar as gentes que se encontram tão maninhas como os baldios”³²⁴. Todos os povos do planeta foram colonizados e continuariam a sê-lo enquanto houvesse gente na Terra. O território de

³²⁰ *Idem*, 12 de Junho de 1958

³²¹ *Idem*, 12 de Junho de 1960

³²² *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. I, Lisboa, 1961, p. 216

³²³ Prof. Eng. Francisco de Paula Leite Pinto, *A lição de Camões à juventude de hoje*, Lisboa, M.E.N., 1960

Portugal também fora sujeito a várias colonizações e, por isso, o povo português é fruto de um caldeamento de culturas. Mas, por sua vez, era também um povo de colonizadores que estava a contribuir para “civilizar” e “portugalizar” várias regiões domundo³²⁵. A bondade e o carácter cristão da colonização portuguesa, uma autêntica “cruzada” que permitira “lusitanizar” outros povos e, assim, criar “amorosamente novos Portugais” constituíam , na opinião do ministro, a principal lição de Camões para os jovens³²⁶. Deste modo, o poeta era apresentado como uma fonte de inspiração do império e o arauto de princípios ideológicos coincidentes com os do regime.

Além das cerimónias de condecoração dos professores primários e da recepção de cumprimentos no Palácio de Belém, o chefe de Estado e os membros do governo também se deslocaram ao Estádio Nacional para assistir ao Festival da Juventude, organizado pela Mocidade Portuguesa. O ponto alto do programa consistia numa série de exposições de provas de educação física que atestavam, perante o olhar dos governantes e da população, a preparação dos jovens portugueses. O interesse pela exibição da juventude em provas físicas por parte e a realização deste tipo de espectáculos no âmbito das comemorações de datas históricas também não eram novidade. Só que agora uma organização de características paramilitares, subordinada ao poder vigente, coordenava todo o programa e capitalizava em termos político-ideológicos os resultados da reunião dos milhares de jovens que participavam no festival.

Com o início das guerras coloniais, o feriado adquiriu uma grande importância e significado político para o regime. A partir de 1963 tornou-se o dia da atribuição de condecorações aos militares que se tinham distinguido em combate em África³²⁷. O dia em que a nação, representada pelos seus chefes supremos, reconhecia o heroísmo

³²⁴ *Idem*, p. 11

³²⁵ *Idem*, p. 19

³²⁶ *Idem*, p. 29

³²⁷ *O Século*, 10 de Junho de 1963

dos seus soldados e no qual se fazia o apelo à unidade dos portugueses e à continuação da luta e do sacrifício pela conservação do império. O dia em que se reafirmava que Portugal, mesmo desacompanhado, iria continuar “o caminho da resistência, recusando-se a ceder às actividades calculadas a que pretende dar-se a aparência de forças evolutivas inevitáveis da história”, nas palavras do general Corte Real, chefe do Estado-Maior da Força Aérea³²⁸. As Forças Armadas tinham uma “missão” para cumprir com “vontade firme e viril”: “a defesa legítima contra a agressão nascida e fomentada externamente”, segundo o mesmo orador. A tese da grande conspiração contra a integridade de Portugal ou do conluio das forças adversas, movidas pelos mais “baixos interesses”, que pretendiam apropriar-se das Províncias Ultramarinas servia os propósitos da mobilização interna contra os inimigos externos e era um dos principais tópicos dos discursos para a mentalização das tropas.

A extensa lista dos militares condecorados era publicitada pela imprensa, nos dias que antecediam as cerimónias. No dia 10 de Junho, várias unidades militares reuniam-se em parada no Terreiro do Paço, onde eram erguidas tribunas para os presidentes da República e do Conselho poderem participar no evento, acompanhados pelos principais dirigentes do país. Todo o cerimonial decorria de acordo com um rigoroso protocolo, destinado a conferir a maior solenidade ao acontecimento e um carácter marcial. Mas o propósito que reunia, naquele local, as autoridades e a numerosa assistência criava uma ambiente fortemente emocional, que fazia vibrar em unísono a multidão, como relata um jornal da capital em 1965:

“Seguiram-se outros minutos de particular significado e elevação: a da homenagem aos mortos. Com as tropas na posição de sentido, a fanfarra de

³²⁸ Discurso do general Corte Real, chefe do Estado-Maior da Força Aérea, no Dia de Portugal. *O Século*, Lisboa, 12 de Junho de 1965, p. 6

*Cavalaria 7 fez os toques de silêncio e, depois, de militares mortos em combate. Comovidamente, todos os ouviram. Impressionante. Parecia que a tristeza e a saudade tinham, com as forças em parada e com os que se aglomeravam para assistir à cerimónia, entrado na Praça do Comércio.*³²⁹

De seguida, quatro mil homens desfilaram em continência perante o chefe de Estado, Américo Tomás. Não faltavam sequer as companhias de alunos do Colégio Militar, dos Pupilos do Exército, da Escola Naval e da Academia Militar. As forças militares cruzaram a Praça do Comércio e subiram a rua Augusta em direcção ao Rossio. Nas ruas engalanadas, os populares acotovelavam-se para saudar o desfile e das janelas choviam nuvens de papelinhos com as cores da bandeira nacional.

O ritual continuou a repetir-se nos anos seguintes e estendeu-se a outras cidades do país e das colónias. As autoridades das várias regiões militares também promoviam cerimónias de homenagem aos mortos em combate ou aos oficiais e soldados que se tinham destacado por actos de heroísmo.

A partir de 1966, o presidente da República passou a agraciar também individualidades civis que se tinham destacado na sociedade portuguesa, no Dia de Portugal. As insígnias das várias ordens eram impostas a diversas personalidades pelas mais variadas razões, numa cerimónia realizada no Palácio Nacional de Belém. A Ordem Militar de Cristo, a Ordem Militar de Santiago e Espada, a Ordem do Império, a Ordem do Infante D. Henrique, a Ordem de Benemerência, a Ordem da Instrução Pública e a Ordem do Mérito Agrícola e Industrial eram, geralmente, atribuídas³³⁰.

Deste modo, o dia 10 de Junho transformou-se no momento em que a nação consagrava as suas figuras de maior prestígio e enaltecia os valores militares,

³²⁹ *Idem*, 12 de Junho de 1965, p. 8

³³⁰ *Idem*, Lisboa, 12 de Junho de 1967 e 12 de Junho de 1968

premiando com o reconhecimento os actos de bravura e heroísmo. O carácter estritamente político e militar deste cerimonial era o que mais se coadunava com os propósitos da propaganda do regime. Para a Câmara Municipal de Lisboa sobrava a manutenção de uma tradição cívica que continuava a reunir os populares e a vereação junto do monumento do poeta para colocar ramos e coroas de flores³³¹.

Luís de Camões manteve-se, através de todas as vicissitudes da sociedade portuguesa, como símbolo de uma nacionalidade que tinha empreendido a sua expansão pelo mundo. A sua memória não deixou de ser, especialmente, evocada em momentos de crise nacional e de ameaça à integridade do império. Foi assim quando o país viveu o choque do ultimato britânico e alguns populares envolveram a sua estátua em crepes.

A I República procurou na memória de Camões e na recordação do tricentenário forças para enfrentar os problemas internos e construir a unidade. Por isso, em vésperas da entrada de Portugal na guerra celebrou-se o dia de Camões com grande ênfase e, na última fase do regime parlamentar, vemos associadas nas comissões organizadoras figuras de primeiro plano do republicanismo, como Teófilo Braga e Sebastião Magalhães Lima, para conferir maior fulgor às comemorações do épico.

Após várias décadas de quase esquecimento, o Estado Novo associava o dia 10 de Junho à tragédia das guerras coloniais. E, no discurso político, reafirmavam-se ideias que tinham raízes em épocas anteriores:

“Sem as grandes províncias do Ultramar, a estreita faixa da costa atlântica, a que no conjunto nacional se poderá chamar a província Lusitana, não seria mais, dentro em breve, do que uma pequena província da Hispânia e da

³³¹ *Idem*, 12 de Junho de 1967, p. 9. Fotografia que mostra o presidente da C.M.L., general França Borges, a depor flores no monumento a Camões.

*Europa. Com as províncias africanas, Portugal será, dentro em breve, ao lado do Brasil, uma das grandes nações do mundo, formando com ele o imenso espaço lusíada*³³²

A convicção de que a independência nacional seria muito difícil, senão impossível, sem as colónias e o sonho imperial de um grande espaço lusitano encontravam no passado e na gesta d' *Os Lusíadas* a sua justificação ideológica.

Comemorações regionais

No conjunto das comemorações da expansão portuguesa, destacaram-se os centenários do descobrimento da Madeira e dos Açores pela polémica que suscitaram quanto à data da realização e por terem assumido um carácter marcadamente regional. Nenhum dos centenários se realizou nas datas hoje consideradas pelos historiadores como as mais prováveis do descobrimento ou reconhecimento dos arquipélagos: o da Madeira foi em 1922-23 e o dos Açores em 1932. Os anos actualmente aceites são, respectivamente, 1919 para o reconhecimento oficial da Madeira que, tudo indica, já seria conhecida desde o século XIV³³³, e 1427 para o caso dos Açores³³⁴. As ilhas das Flores e Corvo só foram descobertas em 1452 por Diogo de Teive.

A ideia da realização do centenário do descobrimento da Madeira começou a ser ventilada pela imprensa em 1918, como uma forma de promover a região do ponto de vista turístico e de atrair forasteiros. O dia 2 de Julho de 1919, considerado por alguns a data do centenário, foi feriado no Funchal e algumas iniciativas pontuais

³³² Discurso do prof. Miranda Barbosa, vice-reitor da Universidade de Coimbra. *O Século*, Lisboa, 12 de Junho de 1967, p. 8

³³³ “Madeira, Arquipélago da” in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimientos*, vol. II, Lisboa, Caminho, 1994, p. 637

assinalaram o evento³³⁵. Contudo, somente em 1922 foi criada uma comissão preparatória do centenário, com o objectivo de elaborar um programa detalhado das festas que deveriam ter lugar no final daquele ano³³⁶.

A data do descobrimento do arquipélago era objecto de polémica entre os estudiosos. As opiniões variavam entre os anos de 1419 e 1420, adoptados como os mais prováveis, e uma tese recente de um advogado e jornalista madeirense, Manuel Gregório Pestana Júnior, que o situava no período decorrido de 1421 a 1425³³⁷. A incerteza quanto à data e as balizas temporais que alguns investigadores estabeleciam para o acontecimento justificavam aos olhos dos promotores do centenário a sua realização no momento indicado. Na falta de rigor histórico, prevaleceu o sentido de oportunidade dos interesses locais que queriam aproveitar as comemorações para promover o turismo e a ideia da autonomia político-administrativa.

As festas madeirenses decorreram entre 29 de Dezembro de 1922 e 4 de Janeiro de 1923. Contaram somente com os recursos locais, mas como referia o governador civil do Funchal, numa entrevista ao jornal *O Século*, a ilha tinha gente suficientemente endinheirada para ser fácil obter o financiamento necessário através de subscrição pública³³⁸. Os homens de negócios e as forças vivas da terra estavam interessados em aproveitar a oportunidade para divulgar as belezas naturais da Madeira, que já era apresentada na imprensa como “a pérola do Atlântico”. O desenvolvimento do turismo era considerado a grande aposta da economia madeirense, no futuro imediato. Por isso, a deslocação de uma delegação de

³³⁴ “Açores”, *Idem, ibid.*, vol. I, p. 12

³³⁵ *Diário da Madeira*, Funchal, 1 e 2 de Julho de 1919. Alguns consideravam que a data correcta seria 1 de Julho - cf. *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Julho de 1919, artigo sobre “A descoberta da Madeira”.

³³⁶ *Diário da Madeira*, Funchal, 1 de Agosto de 1922

³³⁷ “Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira” in *Elucidário Madeirense*, vol. I, Funchal, 1921, p. 353

³³⁸ *O Século*, Lisboa, 30 de Dezembro de 1922

canarinos, que participaram activamente nas festas, e a presença de muitos ingleses foi muito valorizada pela imprensa regional.

O impacto no continente ficou muito aquém do desejo dos promotores do centenário. O governo não se associou à iniciativa e os ecos na imprensa do continente foram escassos, com excepção do diário *O Século* que deu largo espaço às notícias sobre a Madeira³³⁹. Os dinamizadores dos festejos e as autoridades locais procuraram que o governo desse carácter oficial ao evento e projecção nacional, além de assumir uma quota parte da responsabilidade financeira. Mas os governos Democráticos, presididos por António Maria da Silva³⁴⁰, não chegaram a concretizar o seu apoio à iniciativa dos madeirenses.

Em 1922, o poder central estava empenhado na participação nas comemorações do centenário da independência do Brasil, como já referimos. O facto do presidente António José de Almeida ter escalado o Funchal, na viagem de regresso do Brasil, e as diligências que os representantes da Madeira desenvolveram na capital não foram suficientes para obter a adesão dos órgãos de poder nacionais ao projecto. A coincidência com o centenário brasileiro e as dificuldades político-financeiras que marcavam a época não foram, certamente, estranhas ao alheamento dos governos, apesar da momentânea acalmia da sociedade portuguesa. Além disso, as listas dos republicanos Democráticos não ganharam as eleições, entretanto realizadas, para os corpos administrativos do Funchal, o que podia ter pesado no desinteresse manifestado pelo centenário madeirense³⁴¹.

A crise em que o país vivia mergulhado e a debilidade do poder central, motivada pela curta duração dos governos e as sucessivas remodelações dos

³³⁹ Cf. *O Século*, Lisboa, 29 e 30 de 1922; 6, 12 e 21 de Janeiro de 1923

³⁴⁰ António Maria da Silva presidiu a três governos: 6-II-1922 a 30-XI-1922; 30-XI-1922 a 7-XII-1922; 7-XII-1922 a 15-XI-1923 in A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Palas Editores, 1986, p. 611-12

³⁴¹ *Diário da Madeira*, Funchal, 28 de Novembro de 1922

ministérios, estiveram na origem do desencadeamento de movimentos regionais e locais de contornos políticos pouco definidos. Entre a tradição municipalista e a criação de unidades político-administrativas regionais, com poderes mais ou menos amplos, havia um leque diversificado de posições que mobilizavam alguns sectores da sociedade portuguesa, nomeadamente nas províncias. Precisamente, em 1922 realizou-se um Congresso Municipalista em Lisboa e no ano anterior tinha surgido o Partido Regionalista das Beiras. Mas foi nos Açores e na Madeira que a campanha em prol da autonomia político-administrativa das ilhas adquiriu uma expressão política mais forte e organizada, por causa da especificidade da sua situação.

A descontinuidade geográfica e a distância tinham justificado, durante séculos, a existência de um sistema de administração diferenciado e até da moeda insular. A progressiva centralização do Estado provocou a natural resistência das elites insulares que viam os seus poderes cerceados. O debate foi, particularmente, vivo ao longo do século XIX, mas o centralismo acabou por impor-se na legislação e na prática política do Estado português. Contudo, um movimento autonomista que teve como epicentro a ilha de São Miguel, nos Açores, levou o governo de Hintze Ribeiro a conceder ao distrito de Ponta Delgada um estatuto administrativo especial mais descentralizado, em 1895³⁴². O distrito de Angra do Heroísmo requereu a aplicação do mesmo estatuto em 1898 e o Funchal tomou idêntica atitude em 1901.

Os distritos insulares possuíam um regime administrativo diferente daquele que vigorava no continente, excepto o distrito da Horta por falta de meios financeiros. Uma tradição que se irá manter ao longo da I República, se bem que a limitada margem de autonomia administrativa de que dispunham as Juntas Gerais e a falta de recursos financeiros para realizar as obras públicas necessárias, para dotar as ilhas de

³⁴² Ver sobre o assunto: Maria Isabel João, *Os Açores no século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Cosmos, 1991

infra-estruturas, continuassem a justificar o descontentamento das autoridades locais e a pressão no sentido do aumento de ambos.

Os republicanos não tinham chegado a proceder a uma ampla reforma da administração e estava em vigor uma amálgama de legislação confusa e contraditória que dificultava bastante a vida dos corpos administrativos, segundo as conclusões do Congresso Municipalista. A reorganização da administração pública impunha-se como uma necessidade premente.

Nos arquipélagos atlânticos, o movimento em prol da autonomia recomeçou na ilha de São Miguel, na sequência da crise que sobreveio com fim da guerra e do estabelecimento da base naval americana em Ponta Delgada³⁴³. Um conjunto de personalidades destacadas da sociedade micalense encetou um movimento “regionalista” que, apesar da designação, não chegou a congregar todas as ilhas açorianas sob a sua bandeira. A divisão interna do arquipélago e a tradicional rivalidade entre as três capitais dos distritos não possibilitou o estabelecimento da unidade e de um programa comum. Além disso, no movimento pontificavam figuras de conhecidos monárquicos locais e alguns dos promotores das reivindicações autonomistas do final do século XIX. Nas eleições realizadas em 1921, os autonomistas micalenses conseguiram eleger dois candidatos: o monárquico Hintze Ribeiro, como deputado, e o republicano Francisco Machado de Faria e Maia, como senador.

A Madeira, por sua vez, também acordara para as reivindicações autonomistas pela mesma época. Em 1921, o *Diário de Notícias* do Funchal afirmava que o arquipélago devia ter como única ambição política a sua “completa e absoluta

³⁴³ Cf. Luís Manuel Machado Menezes, *As Eleições Legislativas de 1921 e 1925 no Arquipélago dos Açores*, s.l., SREC-DRAC, 1992, pp. 68-74; Maria Isabel João, “Identidade e Autonomia” in *Ler História*, 31, 1996, pp. 103-131; Carlos Enes, “Luís Ribeiro e a sua época” in Luís da Silva Ribeiro, *Obras IV, Escritos Político-Administrativos*, Angra do Heroísmo, IHIT-SREC, 1996, p. 63 em diante.

autonomia, devendo a bandeira ser a única ligação com a Mãe-Pátria”³⁴⁴. Os motivos de descontentamento em relação ao poder central eram múltiplos e prendiam-se, de modo geral, com a carga tributária, a falta de soluções para os problemas económicos que afligiam os madeirenses e a escassez das verbas destinadas às obras públicas. As precárias condições do porto da Madeira, que tinha de competir com o de Santa Cruz de Tenerife e o de Las Palmas, era um dos problemas mais sentidos pelos empresários e comerciantes funchalenses. O turismo aparecia como a melhor alternativa para o desenvolvimento da ilha, mas as grandes obras e os investimentos necessários tinham de ser feitos com a comparticipação do Estado através dos corpos administrativos locais. Por isso, a autonomia surgia aos olhos das elites locais como a solução mais adequada para garantir que os impostos cobrados na Madeira seriam aplicados nos melhoramentos públicos necessários para o seu desenvolvimento.

Os propósitos das autoridades madeirenses foram anunciados, de forma pública e solene, na recepção de boas-vindas ao presidente da República, que escalou a ilha na viagem de regresso do Brasil, em Outubro de 1922. O presidente da comissão executiva da Junta Geral, Fernando Tolentino da Costa, foi muito expressivo no seu discurso:

“Não creia V. Ex.^a nunca nas vozes que acusam o propósito de nos separarmos da metrópole. Orgulhamo-nos de ser portugueses e portugueses queremos continuar. Mas ambicionamos paralelamente - e havemos de consegui-lo - que nos dêem mais largos recursos e mais ampla autonomia, porque só assim poderemos sair deste atraso, que nos confrange e nos prejudica, e porque só por este processo, também a obra dos homens se

³⁴⁴ *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Novembro de 1921 cit. Nelson Veríssimo, *O Alargamento da Autonomia dos Distritos Insulares. O Debate na Madeira (1922-1923)*, Separata das Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira, Região Autónoma da Madeira, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1989, p. 494

*harmonizará com a prodigalidade da natureza elevando a Madeira àquele apogeu que representando para todos nós legítimo e compensador proveito, será título justo do desvanecimento para Portugal, que apontará o nosso arquipélago como padrão da alta glória do passado e como modelo de inteligente progresso no presente.*³⁴⁵

Autonomistas madeirenses e açorianos encetaram diligências no sentido de uma aproximação de ambos os movimentos, com o objectivo de trocar experiências e de concertar uma frente comum para as reivindicações insulares.

O *Correio dos Açores*, de Ponta Delgada, tinha lançado o repto aos madeirenses num artigo intitulado “Se a Madeira quisesse”. O *Diário da Madeira*, do Funchal, respondeu: “Queremos, sim senhor”. O presidente da Junta Geral do distrito do Funchal, Vasco Gonçalves Marques, remeteu um ofício às suas congéneres de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo no sentido de unirem esforços em prol da autonomia³⁴⁶. No final do ano, José Bruno Carreiro, director do *Correio dos Açores*, e Luís Bettencourt, delegado do Partido Regionalista de São Miguel, deslocaram-se ao Funchal para negociações com os madeirenses. A Junta Geral do distrito de Angra do Heroísmo, pelo seu lado, enviou Frederico A. Lopes da Silva como observador. A recepção foi calorosa e os autonomistas açorianos assistiram aos festejos do centenário do descobrimento da Madeira. A 5 de Janeiro de 1923 realizou-se uma festa de homenagem e fraternidade insular que se converteu numa jornada em prol da autonomia de ambos os arquipélagos.

Contudo, a aproximação entre os açorianos e os madeirenses estava longe de significar uma identidade de pontos de vista em relação ao tipo de reorganização administrativa que cada um dos distritos desejava possuir. Os enviados micaelenses,

³⁴⁵ *Diário de Notícias*, Funchal, 11 de Outubro 1922 cit. Nelson Veríssimo, *op. cit.*, p. 496

³⁴⁶ *Diário da Madeira*, Funchal, 8 de Novembro de 1922

depositários de uma tradição mais enraizada de defesa da autonomia e de uma reflexão mais aprofundada sobre o tema, notaram a “desorientação de aspirações e modos de ver” que reinava na Madeira e a falta de um programa³⁴⁷.

Na verdade, a 16 de Dezembro de 1922 realizou-se a primeira reunião alargada de madeirenses para debater a questão da autonomia, convocada pela Junta Geral. A mesa da assembleia foi presidida por Nuno Jardim, jurista madeirense, e secretariada por Ciríaco de Brito Nóbrega, na qualidade de decano da imprensa, e José Quirino de Castro, vice-presidente da Associação Comercial do Funchal³⁴⁸. Os oradores mais destacados foram Vasco Marques, presidente da Junta Geral, o capitão Carlos Sardinha, antigo governador civil do Funchal, e o advogado Manuel Pestana Reis, colaborador assíduo da imprensa regional. Coube a este apresentar as bases de um projecto para a reforma da administração da Madeira que, apesar de ser o mais elaborado, não passava de um esboço muito genérico e até contraditório.

Sob o título “Regionalismo - A Autonomia da Madeira”, a proposta de M. Pestana Reis foi inserida na publicação comemorativa do centenário³⁴⁹. O artigo começa por afirmar que os madeirenses não pretendiam a separação. Nas suas próprias palavras: “Os madeirenses não podem renegar a Patria pela razão natural de não poderem negar a Raça”. Na acepção do termo que então era corrente, a raça confundia-se com o conjunto dos portugueses que tinham sido os responsáveis pelo povoamento do arquipélago. A definição do regime político-administrativo que pretendia ver implantado na Madeira confunde os conceitos de autonomia, descentralização e desconcentração: “Autonomia, quer dizer descentralização ou melhor, desconcentração política e administrativa, apenas. Isto significa que á sombra

³⁴⁷ *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 14 de Janeiro de 1923

³⁴⁸ *Diário da Madeira*, Funchal, 17 de Dezembro de 1922

³⁴⁹ *Quinto Centenario do Descobrimento da Madeira*, s.l., Comissão de Propaganda e Publicidade do Centenario, Dezembro de 1922, pp. 36-38

da bandeira de todos os portugueses se levantará a bandeira regional, particular dos madeirenses, com seu escudo e braço d'armas”³⁵⁰.

Parece que Pestana Reis pretendia, apesar das contradições teóricas, uma ampla autonomia político-administrativa que desse à Madeira um governo próprio, com funções legislativas e executivas asseguradas por um *Conselho Legislativo* e um *Conselho Executivo*. O sistema de eleição preconizado era o indirecto e teve o cuidado de excluir das competências legislativas regionais o que dizia respeito às funções de Soberania (formas de governo, exército e relações exteriores), judiciais e relativas à instrução secundária e superior. O ensino primário ficava, nos termos da sua proposta, a cargo das câmaras municipais. O Estado devia ser representado por um governador civil e tinha direito a receber uma percentagem fixa sobre o produto bruto das receitas criadas e arrecadas no arquipélago.

A reorganização político-administrativa contemplava ainda a educação, o sistema judicial e as polícias. Preconizava a protecção às “escolas livres” e a atribuição de prémios às melhores, o estabelecimento de escolas industriais e profissionais e de museus regionais de arte e de história natural. A reforma do sistema judicial visava uma melhor distribuição dos magistrados no terreno e a satisfação das necessidades da população, propondo-se a possível criação de um tribunal de 2ª instância no Funchal. Quanto às polícias defendia a sua multiplicação com vista a assegurar de forma mais eficaz a ordem pública: Guarda Fiscal, Guarda Civil, polícia rural e polícia florestal. Preconizava que a organização administrativa e social devia fundar-se na família (com a restrição do divórcio e a criação do *homestead*, segundo os termos do documento), na paróquia, no município e nas associações de classe. Estabelecia também que a religião católica devia ser “reconhecida e protegida como sendo a tradicional e a única capaz de produzir a unidade moral do agregado

³⁵⁰ *Quinto Centenario do Descobrimento da Madeira*, s.l., Comissão de Propaganda e Publicidade do Centenario, Dezembro de 1922, p. 37

regional”³⁵¹. Apesar disso, continuava a defender a liberdade de culto, de ensino e de assistência religiosos.

O debate a favor da autonomia madeirense saldou-se, assim, num projecto político vago e inconsistente. A breve trecho, o movimento esmoreceu e a Comissão Autonomista da Madeira suspendeu os seus trabalhos com o argumento de “não ter sido devolvido o projecto de estatuto autonómico que foi mandado para os Açores”³⁵².

Os dois arquipélagos não tinham conseguido estabelecer nenhuma base comum para as reivindicações autonomistas. Do mesmo modo, ao nível interno, as divisões político-partidárias e regionais eram muito fortes. Monárquicos e republicanos, democráticos e conservadores tinham projectos de autonomia diferentes. Além disso, nos Açores prevalecia a divisão administrativa distrital. Na Madeira, Fernando Tolentino da Costa, o homem que tinha sido porta-voz das reivindicações autonomistas junto do presidente da República, excluía a possibilidade de um regime político-administrativo comum para os dois arquipélagos: “Trabalhemos paralelamente congraçados no fito unico de engrossarmos a nossa voz fazendo-a ouvir lá fora. Mas nada de fusões que nos prejudicariam. Nós não nos identificamos”³⁵³. A sua opinião era, decerto, partilhada por muitos outros autonomistas madeirenses e açorianos.

Entre o fim do ano de 1922 e o início de 1923, as festas do centenário animaram durante vários dias a cidade do Funchal. Cerimónias religiosas, competições desportivas, iluminações e espectáculos, bailes, serenatas e descantes, fogo-de-artifício, e o tradicional cortejo fizeram parte do programa³⁵⁴. A presença dos canarinos conferiu maior entusiasmo aos festejos. O clube de futebol de Tenerife

³⁵¹ *Idem*, p. 38

³⁵² *Jornal da Madeira*, 24 de Novembro de 1923, cit. Nelson Veríssimo, *op. cit.*, p. 505

³⁵³ *Idem*, 19 de Dezembro de 1923, cit. Nelson Veríssimo, *op. cit.*, p. 505

³⁵⁴ *Diário da Madeira*, Funchal, 24 de Dezembro de 1922

jogou com os clubes locais partidas bastante disputadas e os excursionistas fizeram espectáculos de teatro. Houve ainda uma conferência sobre o turismo na ilha de Tenerife, integrada no programa das comemorações. A alusão directa ao acontecimento celebrado foi feita na romagem ao túmulo de João Gonçalves Zarco, em Santa Clara, e no lançamento da primeira pedra do monumento ao suposto descobridor da Madeira. No cortejo também não faltou o apontamento histórico no carro alegórico da “descoberta” e na evocação do Infante D. Henrique. Mas a principal lição extraída do centenário foi a característica acentuadamente regional dos festejos que resultaram, em exclusivo, do esforço dos madeirenses³⁵⁵. Daí se concluía que os madeirenses podiam muito bem governar-se com autonomia.

A realização do quinto centenário do descobrimento da Madeira chamou a atenção dos açorianos para a necessidade de não perderem idêntica oportunidade. Mas também no caso dos Açores não havia a certeza sobre a data do descobrimento e o nome do provável descobridor. As opiniões dividiam-se e a polémica foi intensa. Prevaleceu a data indicada por Gaspar Frutuoso para a chegada de Gonçalo Velho Cabral à ilha de Santa Maria, 15 de Agosto de 1432. O parecer da Secção de História da Sociedade de Geografia e o almirante Gago Coutinho defenderam essa posição e a legitimidade da realização do centenário. Nas palavras do último, “Gonçalo Velho é aquele companheiro do Infante que mais razões tem a seu favor para lhe ficar pertencendo esta façanha”³⁵⁶. Ainda houve quem defendesse que em vez de centenário do descobrimento se falasse do povoamento dos Açores, visto que era essa a única certeza que podia inferir-se da crónica de Frutuoso³⁵⁷. Mas a ideia não colheu muitos adeptos e os organizadores preferiram continuar a referir-se ao descobrimento.

³⁵⁵ *Idem*, 31 de Dezembro de 1922

³⁵⁶ Cit. *Comemoração do Descobrimento dos Açores*, Parecer da Secção de História da Sociedade de Geografia de Lisboa, Separata do Boletim, Lisboa, s.d., p. 10

³⁵⁷ *Diário da Manhã*, Lisboa, 15 de Agosto de 1932, p. 9

Gervásio Lima, escritor terceirense e colaborador assíduo da imprensa regional, defendeu a realização do centenário logo em 1924³⁵⁸. Propunha que se erigisse uma estátua de Frei Gonçalo Velho na primeira ilha desvendada, Santa Maria. A ideia da comemoração foi retomada mais tarde por outras figuras públicas, nomeadamente pelo marechal Gomes da Costa que estava deportado na ilha de São Miguel³⁵⁹. Na capital, o Grémio dos Açores associou-se à iniciativa, vendo nela uma boa oportunidade para chamar a atenção do governo para os problemas insulares e para dar publicidade ao arquipélago. Em 1929, constituiu-se uma grande comissão para preparar as comemorações do centenário, na ilha de São Miguel, sob a presidência do governador civil. Uma larga representação das autoridades locais e de muitas personalidades da vida micaelense demonstrava o interesse pela organização do evento³⁶⁰.

Os organizadores contavam que o poder central se viesse a associar aos festejos e, por isso, a comissão reuniu com o Delegado Especial do Governo nos Açores, o coronel Silva Leal. Este era açoriano e mostrou-se muito receptivo ao projecto³⁶¹. Comprometeu-se a tratar com o ministro das Finanças a questão do financiamento do centenário e com os outros distritos açorianos a articulação dos respectivos programas. Além disso, já tinha convidado o presidente da República a visitar as ilhas açorianas por altura das comemorações, previstas para meados de Agosto de 1932.

A deslocação do chefe de Estado era uma das grandes apostas dos promotores do centenário que viam nela uma excelente oportunidade para sensibilizar o poder central para as dificuldades do arquipélago. Por isso, o convite do coronel Silva Leal

³⁵⁸ *Portugal, Madeira e Açores*, Lisboa, 22 de Setembro de 1924. Cita artigo de Gervásio Lima publicado no *Correio dos Açores*, de Ponta Delgada.

³⁵⁹ *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 17 de Julho de 1929

³⁶⁰ *Idem*, 3 de Dezembro de 1929

³⁶¹ *Idem*, 11 de Dezembro de 1929

foi reafirmado com a deslocação dos representantes dos três distritos açorianos ao palácio de Belém para o mesmo efeito, em Maio de 1932. O general Carmona manifestou, então, o seu desejo de visitar as ilhas açorianas, mas esta deslocação teria de ser rápida porque a situação política não lhe permitia ausentar-se durante muito tempo da capital³⁶². Idêntico convite já tinha sido feito, previamente, ao governo e as autoridades locais manifestaram interesse que os ministros da Marinha, Agricultura e Comércio integrassem a comitiva presidencial. Em princípio, os convites dos governadores civis dos distritos açorianos tinham sido aceites. Mas a evolução da situação política inviabilizou a deslocação prevista e uma conjunção de factores adversos reduziu muito o alcance das comemorações³⁶³.

Vale a pena recuarmos um pouco para compreendermos a situação das Ilhas e os seus motivos de agravo contra os governos. Depois do movimento autonomista que congregou também a Madeira, a ilha de São Miguel manteve acesa a chama das reivindicações político-administrativas em relação ao poder central. Em 1925, as eleições foram disputadas por um Partido Regionalista que contava com o apoio dos sectores mais conservadores: Centro Católico, Causa Monárquica, Partido Radical, comissão política do Partido Nacionalista e vários independentes³⁶⁴. Uma campanha bastante radical e de nítida oposição ao regime político vigente conseguiu mobilizar importantes sectores da população micalense e eleger dois deputados – Filomeno da Câmara e Herculano Amorim Ferreira.

³⁶² *Portugal, Madeira e Açores*, Lisboa, 8 de Junho de 1932

³⁶³ Em Julho, uns versos publicados pela imprensa local diziam com ar de chacota:

*Festinhas do centenário
(em tão pobres condições)
quem vos metesse no armário
das não-realizações!...*

O Telegrafo, Horta, 9 de Julho de 1932, transcrito do *Correio dos Açores*.

³⁶⁴ Carlos Enes, “Luís Ribeiro e a sua época” in Luís da Silva Ribeiro, *Obras IV, Escritos Político-Administrativos*, Angra do Heroísmo, IHIT-SREC, 1996, p. 74

Nos outros distritos açorianos não se verificou a mesma mobilização em prol da autonomia. Em Angra do Heroísmo as eleições decorreram dentro dos padrões habituais. Na Horta, o Partido Nacionalista metamorfoseou-se em Partido Regionalista e apresentou a candidatura do seu líder local, Manuel Francisco Neves Jr. Mas as eleições foram ganhas por um independente apoiado pelos Democráticos. São Miguel continuava a ser o epicentro das reivindicações autonómicas do arquipélago.

Com o estabelecimento da Ditadura foi possível obter uma revisão do estatuto administrativo dos distritos insulares que vinha ao encontro das reivindicações mais moderadas³⁶⁵. Contudo, a situação do erário público e a política de saneamento financeiro levada a cabo por Salazar inviabilizaram a aplicação desta lei. A breve trecho, os membros das Juntas Gerais constataram que a sua margem de autonomia estava cerceada pela falta de verbas. Em 1929, a comissão administrativa da Junta Geral de Angra do Heroísmo demitiu-se por considerar que não tinha condições para realizar as obras e os serviços necessários para o desenvolvimento do distrito e, no final de 1931, o presidente da Junta Geral de Ponta Delgada, Luís Bettencourt, tomou idêntica atitude³⁶⁶.

No início da década de trinta, a situação social e económica das ilhas era muito difícil. O desemprego e a miséria das populações causavam preocupação às autoridades locais. O encerramento da emigração no pós-guerra e os cortes orçamentais, que obrigaram a paralisar muitas obras públicas, deixaram elevado número de famílias sem qualquer alternativa de subsistência. Alguns sectores da economia tinham de enfrentar dificuldades para o escoamento dos produtos, devido à

³⁶⁵ O decreto 15035, de 16 de Fevereiro de 1928 alargou as competências e as fontes de receitas das Juntas Gerais, mas a subida ao poder de Salazar reduziu a margem de manobra financeira destes organismos, no quadro da política geral de contenção dos gastos públicos (dec. 15805, de 31 de Julho de 1928). Ver sobre o assunto: Carlos Enes, “Luís Ribeiro e a sua época” in Luís da Silva Ribeiro, *Obras IV*, Angra do Heroísmo, 1996, pp. 77-80

³⁶⁶ *Idem*, p. 81

retracção dos mercados provocada pela crise, à baixa dos preços e à aplicação das políticas financeiras e monopolistas dos governos.

Em 1931, o caso do “monopólio das farinhas” esteve na base da revolta dos madeirenses e do apoio popular ao levantamento militar promovido pelos deportados³⁶⁷. O movimento estendeu-se aos Açores, onde também viviam muitos opositores que tinham sido desterrados pela Ditadura. Apesar da agitação, a revolta dos deportados não teve a adesão das populações que se verificou na Madeira. Como é conhecido, o movimento não logrou vingar no continente e foi, rapidamente, esmagado pelo governo nas ilhas.

No ano do centenário do descobrimento dos Açores duas questões de fundo estavam em causa: a unificação da moeda e o projecto de desenvolvimento do turismo. A moeda insulana ou fraca possuía um valor 25% inferior à que circulava no continente. Desde o final do século passado que havia o projecto de unificar a moeda, mas esbarrava na resistência das populações em pagarem os impostos mais altos, isto é, de acordo com o valor da moeda forte. Mas a diferença de valor causava transtornos nas relações comerciais com o continente, devido às constantes oscilações dos câmbios, e havia sectores da sociedade açoriana interessados na resolução definitiva do problema. Por isso, o decreto de 2 de Maio de 1932 que unificou a moeda acabou por ser imposto por Salazar, apesar da conjuntura económica desfavorável para a maior parte dos contribuintes.

O desenvolvimento do turismo era uma velha aspiração dos açorianos. Na ilha de São Miguel, o exemplo da Madeira era seguido com atenção pelos empresários e as autoridades locais que viam nesta nova indústria uma alternativa para a economia insular. Precisamente, no mês da publicação do decreto que unificou a moeda foi nomeada uma comissão para estudar o problema e propor as medidas necessárias para

o aproveitamento daquela ilha como centro turístico³⁶⁸. O relatório procurou enquadrar o turismo no âmbito das competências das Juntas Gerais Autónomas e reavivar a questão das atribuições de verbas destinadas aos corpos administrativos dos distritos insulares. Nos termos da proposta, competiria à Junta Geral mobilizar os meios financeiros para lançar as infra-estruturas necessárias ao arranque do turismo, inclusive através da construção ou adaptação de edifícios com essa finalidade. As receitas públicas serviriam, assim, para dinamizar os investimentos necessários ao desenvolvimento da actividade turística, substituindo-se à iniciativa privada que temia o elevado risco financeiro do projecto. Mais tarde, no caso de haver empresas interessadas, os edifícios adaptados ou construídos passariam para a gestão privada, a troco de uma indemnização para a Junta³⁶⁹. Em torno da questão do turismo desencadeou-se uma campanha que mobilizou a população da cidade de Ponta Delgada.

O ambiente estava bastante tenso naquele ano. Ao nível nacional, a crescente supremacia política do ministro das Finanças levou o presidente do Ministério, general Domingos de Oliveira, a pedir a demissão a 24 de Junho. O governo que o substituiu já era presidido por António de Oliveira Salazar, o primeiro civil a ocupar o cargo desde o golpe militar. Nestas circunstâncias, o presidente da República decidiu cancelar a sua visita aos Açores. Os governadores civis de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo foram substituídos na sequência das mudanças políticas³⁷⁰. A organização das comemorações parecia, deste modo, estar comprometida pela falta de interesse do poder central que não tinha disponibilizado verbas para o efeito, pelo

³⁶⁷ Ver sobre o assunto: Célia Reis, *A revolta da Madeira e Açores*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990; Carlos Enes, “A revolta dos deportados” in *Teatro Popular na Ilha Terceira - As danças do Entrudo*, s.l., Editorial Ilhas, 1980, pp. 29-38

³⁶⁸ Carlos Enes, *Ponta Delgada: o movimento de contestação à política do Estado Novo, em 1932-33*, Angra do Heroísmo, Separata do Boletim do IHIT, 1993, p. 516

³⁶⁹ *Comércio dos Açores*, Ponta Delgada, 16 de Julho de 1932 cit. Carlos Enes, *op. cit.*, p. 518

³⁷⁰ *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 29 de Julho de 1932

cancelamento da visita presidencial e pela desmotivação das forças vivas locais que viam reduzir-se o alcance da sua iniciativa.

A 5 de Agosto, um abalo de terra afectou a ilha de São Miguel, provocando a derrocada de casas e alguns feridos. O concelho da Povoação foi o mais atingido pelo sinistro. Este acontecimento veio ensombrar ainda mais as comemorações. Contudo, as autoridades não quiseram deixar de assinalar a efeméride. Com a modéstia imposta pelas limitações financeiras e sem o carácter festivo, por causa do recente sismo, as celebrações do centenário tiveram lugar em várias ilhas, na segunda quinzena de Agosto. O governo enviou o cruzador “Vasco da Gama”, comandado pelo capitão de mar-e-guerra António da Câmara Velho de Melo Cabral, de origem açoriana e ainda descendente de Gonçalo Velho, para o representar nos eventos.

As comemorações iniciaram-se em Santa Maria, a 15 de Agosto. Estenderam-se, em seguida, às três capitais de distrito do arquipélago e culminaram em Vila Franca do Campo com a inauguração de uma estátua dedicada ao Infante D. Henrique, do escultor Simões de Almeida. Foram pautadas pelas cerimónias solenes promovidas pelas autoridades locais. As tradicionais sessões solenes, a inauguração de padrões, uma lápide, uma exposição, cerimónias religiosas e algumas manifestações mais populares, como provas desportivas, iluminações e concertos de bandas de música, assinalaram o quinto centenário do descobrimento dos Açores. Em Vila Franca do Campo organizou-se um cortejo cívico e histórico, onde desfilaram as escolas do concelho, representantes das várias classes sócio-profissionais, das associações e das autoridades, os oficiais do cruzador “Vasco da Gama” e um batalhão de infantaria³⁷¹. No fim do desfile seguiam a comissão do centenário e as chefias da Câmara Municipal.

³⁷¹ *Idem*, 30 de Agosto de 1932

A nota regionalista esteve presente de várias formas no decurso das comemorações³⁷². As autoridades locais não se coibiram de chamar a atenção do representante do governo para a necessidade de promover os necessários melhoramentos públicos e para as “justíssimas aspirações” dos açorianos que tinham visto reduzir a margem de autonomia efectiva das Juntas Gerais³⁷³. O governador civil da Horta pediu, de forma directa, ao comandante António Cabral: “ide dizer-lhe, senhor, que encontre nove ilhas que necessitam do amparo da Pátria, que algumas ainda estão como há 500 anos sem uma estrada, que as suas crianças não têm escolas onde melhor aprendam a amar o País [...]”³⁷⁴. Referiu-se, de seguida, à necessidade de leis para a protecção da agricultura e de comunicações mais rápidas e eficientes.

Mas foi num artigo, publicado no número comemorativo do centenário do jornal *O Século*, que encontrámos expressa a reivindicação do distrito de Ponta Delgada para que, ao menos, fosse aplicado o decreto 15805, de 31 de Julho de 1928³⁷⁵. Essa lei da responsabilidade de Salazar transferira para as Juntas Gerais diversos serviços sem o aumento correspondente dos recursos. Na altura, suscitou reservas e críticas³⁷⁶, mas passados alguns anos já era melhor do que a situação, de facto, das Juntas Gerais. A terminar, o jornalista afirmava que o momento em que se comemorava o centenário seria o mais azado para o governo dar ao regime da autonomia administrativa os meios adequados para o progresso dos Açores.

³⁷² Como se dizia em versos então divulgados:

*Muito se vem falando em tais festejos
que uns querem de carácter nacional
mostrando outros, porém, grandes desejos
de lhes dar o cunho regional*

O Telegrafo, Horta, 11 de Junho de 1932, transcrito do *Correio dos Açores*.

³⁷³ *Idem*, 17 de Agosto de 1932

³⁷⁴ *O Telegrafo*, Horta, 27 de Agosto de 1932

³⁷⁵ *O Século*, Nº dedicado ao 5º Centenário do Descobrimento dos Açores, 23 de Agosto de 1932

³⁷⁶ Carlos Enes, “Luís Ribeiro e a sua época” in Luís da Silva Ribeiro, *Obras IV, Escritos Político-Administrativos*, Angra do Heroísmo, IHIT-SREC, 1996, p. 79

No continente, comemorou-se o “Dia dos Corte Reais” no mês de Julho de 1932, por iniciativa da Sociedade de Geografia de Lisboa³⁷⁷. O consul português em Providence foi um dos que acarinhou a ideia de chamar a atenção para as navegações dos Corte Reais. Gilberto Marques tinha conhecido o professor Edmond Delabarre³⁷⁸ no exercício das suas funções diplomáticas e era um defensor da tese da prioridade portuguesa na descoberta da América, baseada na interpretação feita pelo professor americano das inscrições da Pedra de Dighton.

O coronel Roma Machado, António Cabreira e o próprio Gilberto Marques foram os oradores da sessão realizada na Sociedade de Geografia. Num talhão da Avenida da Liberdade, inaugurou-se uma placa com uma inscrição alusiva aos feitos atribuídos a João Vaz Corte Real e a seus filhos, Gaspar e Miguel, que contou com a presença do presidente da República e uma guarda de honra composta por uma companhia da Marinha e a banda de Caçadores 7³⁷⁹. A Casa do Algarve e o Grémio dos Açores também promoveram sessões solenes, seguidas de bailes. A primeira orgulhava-se dos Corte Reais serem oriundos daquela província e o segundo da ligação que tinham estabelecido com os Açores na sequência da atribuição das capitanias de Angra e de São Jorge.

A Sociedade de Geografia, o Club Militar Naval e o Grémio dos Açores comemoraram o descobrimento do arquipélago açoriano com sessões solenes, no ano seguinte. O facto do centenário ocorrer numa quadra de vilegiatura foi a razão invocada para o adiamento das sessões solenes realizadas na capital³⁸⁰. A primeira

³⁷⁷ *Portugal, Madeira e Açores*, Lisboa, 8 de Julho de 1932

³⁷⁸ Edmond Delabarre, professor da Brown University, interessou-se por decifrar as inscrições encontradas num rochedo das margens do rio Tauton, entre as cidades de Fall River e de Tauton. Estas suscitaram ao longo do tempo as mais variadas e contraditórias interpretações. O investigador americano escreveu vários artigos sobre o assunto e, em 1928, saiu uma obra onde expunha a sua interpretação das inscrições: *The Dighton Rock. A Study of the Written Rocks of New England*, Nova Iorque, 1928

³⁷⁹ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 50ª série, 1932, pp. 389-90

³⁸⁰ *Portugal, Madeira e Açores*, Lisboa, 23 de Março 1933

teve como oradores destacados o ministro da Instrução, que defendeu a tese do descobrimento pré-colombino da América, e o almirante Gago Coutinho. O presidente da Sociedade, na qualidade de anfitrião, e o tenente coronel Linhares de Lima, vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa, natural dos Açores, também usaram da palavra na sessão realizada a 5 de Fevereiro de 1933³⁸¹.

O Grémio só veio a realizar a sua sessão a 20 de Maio do mesmo ano, aproveitando o ensejo de chegar a Lisboa o primeiro navio da nova esquadra portuguesa a que foi dado o nome de “Gonçalo Velho”. Presidiu ao evento o comandante geral da Armada, em representação do ministro da Marinha. O governador civil de Ponta Delgada, Jaime do Couto, e o presidente da direcção do Grémio dos Açores, Félix Machado, acompanharam-no na mesa da sessão. O comandante e a oficialidade do navio de guerra também estiveram presentes. A noite terminou com um baile de gala que se prolongou pela madrugada³⁸².

Apesar das polémicas e do desinteresse do poder central, as comemorações açorianas tiveram maior expressão em termos nacionais do que as madeirenses. As sessões promovidas por várias entidades juntaram-se às múltiplas edições especiais dos periódicos da capital dedicados ao centenário³⁸³. Os tempos eram outros e, apesar da mudança de governo, bem mais calmos do que na década anterior. Além disso, a evocação do descobrimento dos Açores apoiava-se numa data que foi maioritariamente aceite, enquanto que a comemoração madeirense se desenrolou num momento sem qualquer significado específico. Ambos os eventos foram prejudicados pela época do ano em que decorreram, o mês de Agosto e o final do ano. O primeiro

³⁸¹ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 51ª série, nº 1-4, Janeiro-Abril de 1933, pp. 49-51

³⁸² *Portugal, Madeira e Açores*, 23 de Maio de 1933

³⁸³ Alguns dos periódicos que fizeram uma evocação especial do centenário no mês de Agosto foram o *Diário de Notícias*, *O Século*, *Diário da Manhã*, *Diário de Lisboa*, *A Voz*, *Novidades* e o *Portugal, Madeira e Açores*, que noticiou regularmente os acontecimentos.

teve ainda contra si a proximidade de outros eventos que tiveram larga projecção nacional, nomeadamente a travessia aérea do Atlântico Sul.

No clima nacionalista dos anos vinte, o radicalismo de algumas posições dos regionalistas das ilhas também provocavam grande desconfiança nos meios políticos e jornalísticos da capital. Como referimos, a tónica regionalista esteve muito presente nas comemorações madeirenses, mercê da própria conjuntura política em que tiveram lugar. Já no caso das açorianas o tom e o conteúdo das reivindicações foi mais moderado, por causa das condições impostas pelo regime da Ditadura. A nota regionalista, contudo, não deixou de estar presente em ambos os centenários, pondo em evidência a especificidade da condição insular forjada pela história e pela geografia dos arquipélagos atlânticos. É esse aspecto que torna os centenários da Madeira e dos Açores um caso especial no conjunto daqueles que tiveram como objecto a expansão e os descobrimentos portugueses.

ORGANIZAÇÃO E PROTAGONISTAS

A preservação da memória, através da realização de centenários ou de feriados regulares, requer uma organização própria e a existência de grupos sociais interessados na sua manutenção. A forma como surge a proposta da comemoração, como se organizam as comissões e subcomissões, que elaboram o programa e vão levar a cabo as iniciativas previstas, e as articulações entre a sociedade civil e o Estado são fundamentais para compreender as dinâmicas sociais que estão na base deste tipo de eventos.

De igual modo, parece-nos essencial situar do ponto de vista sociológico os protagonistas destes acontecimentos e, em particular, daqueles que desempenharam as funções de maior relevo na organização, como presidentes, vice-presidentes, secretários ou meros vogais das comissões que elaboraram e puseram em prática os programas. Nem sempre o relevo do cargo corresponde ao valor dos desempenhos na organização dos centenários e nalguns casos foi possível recolher elementos para compreender a importância dos vários contributos individuais.

As relações sociais e político-partidárias que podem estabelecer-se entre os protagonistas é outro aspecto que vamos ter em conta para caracterizar o universo que sustenta as comemorações. As sociabilidades que se desenvolvem em torno de várias instituições cívicas e culturais, dos meios académicos e das actividades socioprofissionais dos organizadores são importantes para caracterizá-los como

grupo. Por isso, entendemos que traçar o perfil dos comissários consiste em enunciar, de forma sucinta, o percurso socioprofissional, cultural e político que os colocou em posição de fazerem parte das comissões organizadoras de cada centenário.

Por último, iremos esboçar o impacto e a difusão dos eventos no país e nas colónias, mas não foi possível fazer um levantamento exaustivo de informação, com vista a um tratamento detalhado do assunto. Por isso, a abordagem parte da forma de organização das comemorações, das notícias que recolhemos sobre as iniciativas descentralizadas que ocorreram em várias zonas do território nacional e da projecção que tiveram nos órgãos de comunicação social consultados. O objectivo principal desta análise não consiste em discriminar todos os locais onde foram realizadas manifestações comemorativas, mas em dar uma ideia tão precisa quanto possível da repercussão dos centenários e explicar os factores que contribuíram para tal resultado.

O modelo liberal

A organização do tricentenário de Camões foi o paradigma deste tipo de eventos e, por isso, vale a pena debruçarmo-nos sobre ele com um pouco mais de detalhe. Já referimos que a proposta inicial partiu de Joaquim de Vasconcelos, considerado o “verdadeiro fundador da historiografia da arte em Portugal”³⁸⁴. Foi feita numa reunião da Sociedade de Geografia que, contudo, não deu seguimento ao projecto. Coube a Luciano Cordeiro, em nome da redacção do *Commercio de Lisboa*, a iniciativa de reunir os órgãos da imprensa da capital com o objectivo de debater a melhor forma de realizar o centenário do épico. O “Grande Comité da Imprensa” conseguiu juntar cerca de meia centena de periódicos de todos os quadrantes ideológicos e versados nos mais variados assuntos: do legitimista *A Nação* ao

republicano *Commercio de Portugal*, dirigido por Sebastião Magalhães Lima; da *Revista Militar* à *Voz do Operário*, passando por gazetas médicas e farmacêuticas, sem faltar sequer o famoso periódico humorístico de Rafael Bordalo Pinheiro, o *Antonio Maria*, e revistas de entretenimento e lazer como a *Moda Ilustrada* e *Dois Mundos*, representados pelo editor David Corazzi³⁸⁵.

Nas instalações da Sociedade de Geografia reuniram-se os representantes da imprensa da capital, a 8 de Abril de 1880. Tinha havido uma reunião preparatória cinco dias antes, onde estiveram presentes muito menos periódicos³⁸⁶. Mas a ideia da comemoração tinha-se espalhado como um rastilho, por causa da unanimidade e da admiração que a figura de Camões suscitava e, decerto, também devido à defesa apaixonada que Teófilo Braga fizera da realização do centenário. As adesões já se estendiam aos jornais da província. A dirigir a mesa da assembleia encontravam-se J. C. Rodrigues da Costa, redactor da *Revolução de Setembro*, Sebastião Magalhães Lima, do *Commercio de Portugal*, e Eduardo Coelho, director do *Diário de Notícias*. A proposta desta mesa tinha sido apresentada por Luciano Cordeiro, com grande tacto diplomático: o primeiro ficava a presidir por ser o representante do periódico mais antigo e os outros dois pelo facto de pertencerem, respectivamente, à mais moderna e à mais divulgada entre todas as publicações presentes.

A assembleia elegeu, por escrutínio secreto, uma comissão executiva de nove membros. Contados os votos, foram eleitos: Eduardo Coelho (com 43 votos num total de 45), Teófilo Braga (42), Luciano Cordeiro (40), Ramalho Ortigão (37), Rodrigues da Costa (35), Magalhães Lima (35), Jaime Batalha Reis (20), Pinheiro Chagas (18), visconde de Juromenha (17). Esta votação traduz o prestígio destes homens entre os seus pares, com o fundador do *Diário de Notícias* à cabeça.

³⁸⁴ José Augusto França, “Vasconcelos, Joaquim de” in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI, Porto, Iniciativas Editoriais, s.d., p. 253

³⁸⁵ Brito Aranha, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo XV (VIII do Suplemento), Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, p. 27

³⁸⁶ *Idem*, p. 24 (Documento nº 7)

É importante referir que Pinheiro Chagas e o visconde de Juromenha foram eleitos apesar de não estarem presentes na reunião. O primeiro impunha-se como uma figura de homem de letras, de historiador, político e orador de reconhecido mérito. O segundo era um especialista camoniano e o seu mais importante biógrafo naquela época. Com as suas investigações tinha contribuído para estabelecer factos tão decisivos como a data da morte do poeta que ia ser celebrada. Na primeira reunião, os membros da comissão executiva decidiram nomeá-lo presidente³⁸⁷. A ideia já tinha sido apresentada por Cipriano Jardim nas sessões da Sociedade de Geografia em que o assunto tinha sido ventilado, pelas razões já invocadas³⁸⁸. Mas o visconde de Juromenha escusou-se do encargo e não aceitou, sequer, fazer parte da comissão executiva do centenário³⁸⁹. Foi substituído por Rodrigo Afonso Pequito que representou na assembleia da imprensa o *Boletim da Sociedade de Geographia* e colaborava na redacção do jornal dirigido por Luciano Cordeiro, o *Commercio de Lisboa*³⁹⁰.

A comissão executiva foi, assim, constituída de forma democrática e conseguiu agregar um leque de personalidades que representavam várias sensibilidades políticas. Geralmente, tem sido salientada a importância que os republicanos tiveram na organização do tricentenário por causa da visibilidade que as intervenções públicas de Teófilo Braga deram à sua participação e das reacções hostis, ou pelo menos pouco colaborantes, do governo e da corte. Ficou célebre o *cartoon* de Bordalo Pinheiro em que Camões, de barrete frígio na cabeça, agradecia

³⁸⁷ *Idem*, p. 30

³⁸⁸ *Idem*, p. 18 (Documento nº 2)

³⁸⁹ Numa carta de Ramalho Ortigão para Oliveira Martins este refere. “O Juromenha miguelista, cujo nome foi proposto por mim à assembleia de jornalistas, está fechado em casa a purificar-se pela penitência da mácula de se achar associado honorariamente a uma comissão em que se encontram homens que, como eu, se não confessam nem vão à missa”. Parece, assim, que foi por razões ideológicas que o visconde não colaborou na comissão executiva. Carta inédita publicada por F. A. d’Oliveira Martins in *Olisipo*, Ano XXXVII, nº 134-35, 1974-75, p. 73

³⁹⁰ *O Contemporaneo*, 2ª ed., 6º anno, nº 88

aos poderes instituídos terem-no feito republicano³⁹¹. E, de facto, na comissão executiva além de Tófilo Braga, destacavam-se ainda Magalhães Lima, Jaime Batalha Reis e Ramalho Ortigão que, nesta altura, navegava nas mesmas águas. Mas, em contrapartida, Pinheiro Chagas, Luciano Cordeiro e Rodrigo Pequito eram regeneradores. João Carlos Rodrigues da Costa manteve-se como presidente, na qualidade de representante do decano dos jornais lisboenses³⁹². Também esteve filiado no Partido Regenerador por amizade a Fontes Pereira de Melo³⁹³, apesar de ser um dos redactores principais do diário dirigido por Rodrigues Sampaio, da esquerda monárquica e demoliberal. A comissão executiva não era, por conseguinte, homogénea nem totalmente dominada pelos republicanos.

Os membros da comissão responsável pela organização dos festejos camonianos tinham em comum a colaboração nos meios de comunicação, como redactores de periódicos ou publicistas. O centenário foi da responsabilidade da imprensa, o que mostra bem a importância crescente que esta ia assumindo na vida da sociedade portuguesa. Apesar dos elevados índices de analfabetismo e dos níveis modestos de consumo, as publicações periódicas multiplicavam-se por todo o país. Em torno delas giravam polígrafos e publicistas que as utilizavam como tribunas para expor as suas ideias e como trampolim para as carreiras políticas. Formavam a incipiente opinião pública da época e tinham, inegavelmente, um papel importante na formação cultural e cívica das populações, em especial das camadas urbanas. Por isso, os representantes da imprensa tornaram-se obrigatórios na organização dos centenários. Geralmente, procuravam-se os jornais de maior audiência e respeitabilidade para serem porta-vozes das iniciativas que estavam em curso. Tinham uma dupla função: mobilizar os cidadãos para participar nos festejos e

³⁹¹ *O António Maria*, Lisboa, 17 de Julho de 1880

³⁹² *O Contemporâneo*, 2ª ed., 6º anno, nº 88

³⁹³ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXVI, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s.d. pp.20-21

veicular o discurso comemorativo oficioso. No tricentenário de Camões essa tarefa coube, por decisão da comissão executiva, ao *Diário de Notícias*³⁹⁴. Mas, tratando-se de uma iniciativa mais lata, decidiu-se convidar todos os jornais a abrirem uma secção denominada *Centenario de Camões* que relatasse, dia a dia, todos os alvites e factos relativos às projectadas festas, com o objectivo de preparar “o espirito publico para essa grande solemnidade nacional”³⁹⁵.

O conselheiro António Rodrigues Sampaio tinha sido convidado para ser o presidente da grande Comissão da Imprensa ³⁹⁶. Escritor, político e decano dos jornalistas, a sua escolha mostra bem o prestígio de que gozava o responsável por um dos periódicos mais importantes da esquerda liberal e democrática. Várias vezes preso e perseguido pelas suas convicções políticas, conciliou-se com a Regeneração e passou a desempenhar importantes cargos no seio do regime³⁹⁷. Em 1878, foi elevado ao pariato e veio a integrar a Câmara Alta. Já tinha sido por vários anos deputado e ministro responsável pela pasta do Reino. Não aceitou a incumbência por causa dos seus muitos encargos oficiais, o que levou a assembleia a votá-lo para presidente honorário da grande Comissão da Imprensa, por aclamação³⁹⁸.

De modo unânime pensava-se que o Estado devia assumir a responsabilidade pela organização do centenário. O próprio Teófilo Braga se tinha manifestado nesse sentido, declarando que num “paiz apathico como o nosso tudo morre se não receber o impulso da vida official”³⁹⁹. Por sua vez, a comissão nomeada pela Sociedade de Geografia para estudar a melhor forma de promover o centenário tinha-se manifestado favorável a uma ampla associação entre os “altos poderes do estado” e a sociedade civil, representada pela imprensa, pelos institutos e corporações científicas,

³⁹⁴ Brito Aranha, *op. cit.*, p. 30

³⁹⁵ *Idem*, p. 30 (Documento nº 9)

³⁹⁶ *Idem*, p. 27

³⁹⁷ José Tengarrinha, “Sampaio, António Rodrigues” in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Iniciativas Editoriais, s.d., p. 432-434

³⁹⁸ Brito Aranha, *op. cit.*, p. 27-28

literárias, artísticas, comerciais, industriais e políticas do país³⁹⁹. Mas ficou-se pelo parecer e não tomou a iniciativa de pôr em marcha a organização do centenário. Cerca de dois meses antes da reunião da imprensa da capital, já o deputado Simões Dias tinha apresentado no parlamento um projecto-lei no sentido de o 10 de Junho ser declarado um dia de “festa nacional”⁴⁰¹. O projecto, subscrito também por António Enes e António Cândido Ribeiro da Costa, autorizava o governo a auxiliar quaisquer trabalhos de iniciativa particular tendentes a comemorar aquela data, segundo a disponibilidade do erário público.

O governo progressista de Anselmo José Braamcamp acabou por dar apoio às festas do centenário e nomeou os seus representantes junto da comissão da imprensa: António Maria Amorim, director geral da Instrução Pública, António Enes e Emídio Navarro, ambos deputados da maioria e conceituados jornalistas. O último viria a ser, ainda naquela década, ministro das Obras Públicas. Os delegados oficiais estabeleceram os termos em que iam colaborar com a comissão da imprensa. O governo não adoptava *oficialmente* o programa da comissão, mas dispunha-se a colaborar no que podia sem perder de vista que a festa devia ser “verdadeiramente nacional e não exclusivamente oficial”⁴⁰². O ministério punha à disposição dos organizadores os objectos dos arsenais e dos museus que fossem necessários para o cortejo e propunha-se como interlocutor com as empresas teatrais para a oferta de espectáculos. Pedia à comissão para elaborar um orçamento das despesas previstas e para indicar o subsídio necessário. Duma forma habilidosa, o governo não se punha totalmente à margem das celebrações camonianas, mas também não se comprometia demasiado no projecto. Demonstrava, assim, a sua desconfiança em relação a uma iniciativa que era encabeçada por notórios republicanos e por regeneradores.

³⁹⁹ *Commercio de Portugal*, Lisboa, 9 de Janeiro de 1880

⁴⁰⁰ Brito Aranha, *op. cit.*, p. 19 (Documento nº 3)

⁴⁰¹ *Idem*, p. 24

⁴⁰² *Idem*, p. 61 (Documento nº 30)

O programa do centenário explicitou que as comemorações foram promovidas pela corporação da imprensa jornalística, auxiliada pela Câmara Municipal de Lisboa, pelo governo e pelos habitantes da cidade. De facto, múltiplas comissões organizadas por ruas ou por bairros colaboraram no engalanamento dos espaços públicos, nomeadamente nos locais por onde devia passar o cortejo cívico. A comissão executiva devia dividir-se em subcomissões, nos termos do programa aprovado: 1) para tratar com o governo das respectivas formas de apoio; 2) para realizar os festejos e celebrações previstos; 3) para coordenar os planos de associações e instituições que quisessem colaborar nas comemorações para evitar iniciativas desconexas.

Os membros da comissão executiva distribuíram-se pelas áreas que estava mais de acordo com a sua formação e sensibilidade, como é natural. Mas parece que nem todos se mobilizaram de igual modo para as tarefas que era necessário levar a cabo, pelo menos de acordo com o relato de Ramalho Ortigão numa carta a Oliveira Martins: “A comissão executiva tem em geral muito que fazer - para os seus próprios negócios pessoais. Eu acho-me quase só com o Eduardo Coelho e com o Luciano Cordeiro. O Batalha [Reis] não aparece. O Teófilo [Braga] conspira”⁴⁰³. Não refere os outros membros da comissão, mas parece que o esforço principal recaiu sobre os mencionados por Ramalho Ortigão. O próprio foi o maior entusiasta do que se chamou a *parte festival* do centenário, nomeadamente da realização da “procissão cívica”. Nesta carta solicitava a ajuda de Oliveira Martins para trazer a Lisboa uma delegação de poveiros para participar no desfile, referindo que ia endereçar idêntico pedido ao visconde de Vilar d’Allen para mandar “um carro puxado por vaquinhas minhotas” e a Carlos Relvas para se ocupar da vinda de um grupo de ribatejanos. Pretendia, assim, mobilizar as ajudas necessárias para concretizar a polémica iniciativa⁴⁰⁴.

⁴⁰³ Carta inédita publicada por F. A. d’Oliveira Martins in *Olisipo*, Ano XXXVII, nº 134-35, 1974-75, p. 73

⁴⁰⁴ *Idem*, p. 74

A organização do centenário de Camões acabou por servir de modelo aos projectos seguintes. De modo geral, cabia à sociedade civil um papel fundamental na realização das festas e celebrações, coadjuvada pelas Câmaras Municipais e pelos governos. No caso do centenário henriquino, o projecto foi assumido pela vereação progressista da Câmara do Porto que não deixou de associar à organização um conjunto de personalidades representativas da sociedade portuense. Ao contrário do que pensava Teófilo Braga, a dinâmica da sociedade civil foi suficiente para dar corpo a vários centenários, se bem que não seja de esquecer o apoio, em especial o financeiro, que obtiveram dos poderes públicos. Mas em nenhum dos projectos posteriores voltou a verificar-se uma mobilização idêntica à do tricentenário do épico, isto é, tão espontânea, abrangente e democrática. Apesar das hesitações e das diferenças ideológicas, a evocação da memória de Camões conseguiu reunir em torno de si a generalidade da sociedade da época.

Doze anos mais tarde, apesar do consenso que havia sobre a vantagem do país participar nas comemorações espanholas do descobrimento da América, verificou-se um conflito entre a Sociedade de Geografia e a Academia das Ciências a propósito da organização da comissão nacional. A primeira tinha sido contactada pela organização espanhola para participar nas celebrações, mas a segunda obteve do governo a incumbência de representar oficialmente Portugal. A Academia propôs, no intuito de constituir uma comissão representativa, que esta fosse presidida pelo ministro da Instrução Pública, por seis sócios da Sociedade de Geografia, dois representantes dos serviços da inspecção das bibliotecas e arquivos, e oito académicos. A Sociedade decidiu não integrar a comissão, considerando que toda a representação portuguesa tinha sido expressa e exclusivamente confiada à Academia das Ciências⁴⁰⁵. Colocou à disposição desta agremiação científica os “modestos” recursos da sua biblioteca e museu e, de imediato, comunicou aos espanhóis que dava por terminada toda a

⁴⁰⁵ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 11ª serie, nº 5, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 336

interferência no assunto. A Academia lamentou a decisão da direcção da Sociedade de Geografia que, em ofício assinado por Pinheiro Chagas, considerou prejudicial para o país⁴⁰⁶.

A Academia estava desde o final do ano anterior, por proposta de Oliveira Martins, a preparar a participação portuguesa no centenário colombino⁴⁰⁷. Com o objectivo de sistematizar os esforços e dar a devida projecção à representação nacional, o governo de José Dias Ferreira decidiu encarregar a Academia de nomear as comissões e subcomissões necessárias para elaborar o programa, que devia ser submetido à aprovação do governo, e para executar todos os trabalhos necessários. A “Comissão Portuguesa da Exposição Colombina” acabou por ficar composta por figuras ilustres de académicos. O professor da Escola Politécnica e botânico, Francisco Manuel de Melo Breyner, conde de Ficalho, foi nomeado presidente, tendo como secretários Manuel Pinheiro Chagas e Joaquim de Araújo. No total, a comissão era composta por vinte elementos e tinha delegados regionais, mas o núcleo central e executivo era composto somente por quatro elementos (Anexo I).

A comissão dividiu-se em secções especializadas, de acordo com os temas da participação nacional na exposição colombina: I) Marítima; II) Documental e bibliográfica; III) Etnografia americana; IV) Arte ornamental. O trabalho da comissão desdobrou-se em investigações e monografias originais, inventário de objectos artísticos e históricos, pesquisas e publicações que constituem um testemunho eloquente do empenho com que quiseram demonstrar a importância do papel de Portugal no arranque dos descobrimentos e o contributo que teve no sucesso das viagens de Cristóvão Colombo.

Muito antes das comemorações colombinas, já tinha sido apresentada a ideia de prestar uma homenagem ao Infante D. Henrique por um cidadão alemão, residente

⁴⁰⁶ *Idem*, p. 345

⁴⁰⁷ *Centenario do descobrimento da America. Memorias da Comissão Portuguesa*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1892, p. 3

no Porto e membro da respectiva Sociedade de Instrução, em 1882. O proponente, J. Eduard Von Hafe, considerava que, tal como se tinha decidido celebrar o centenário do pedagogo alemão Frederich Froebel, fundador dos Jardins de Infância, se devia honrar a memória do Navegador, através de várias realizações úteis: o estabelecimento de uma escola náutica na cidade; a inscrição do nome do Infante D. Henrique na toponímia urbana, numa das principais avenidas que iam dar à ponte D. Luís e ao futuro porto de abrigo; a construção de uma estátua na avenida que viesse a ter o seu nome⁴⁰⁸. A proposta previa a cooperação das agremiações científicas e, em especial, das Sociedades de Geografia do mundo inteiro para se reunirem os fundos necessários para a erecção do monumento.

No imediato, um deputado pelo Porto decidiu apresentar um projecto-lei na Câmara para o governo colaborar com o bronze necessário à construção da estátua e o resto da verba necessária seria obtida através de subscrição pública. A Comissão da Fazenda emitiu um parecer onde subscrevia integralmente o projecto apresentado e reafirmava a importância de se erigirem monumentos comemorativos: "testemunhos e padrões da justiça e gratidão dos povos; - lição e estímulo da honra e da glória comum; - afirmação solenne e publica da solidariedade histórica das gerações"⁴⁰⁹. Mas não deixava de referir que seria preferível uma instituição de ensino, no âmbito das artes náuticas ou dos estudos coloniais, ou um museu geográfico que desse, afinal, continuidade à obra do Infante descobridor. Esta ideia mais útil estava presente na proposta de Von Hafe e não teve seguimento no projecto-lei do deputado.

A Sociedade de Geografia de Lisboa não quis, por sua vez, perder a oportunidade de prestar uma homenagem condigna à emblemática figura da história nacional. Cerca de dois meses depois da iniciativa portuense, três sócios apresentaram uma proposta nesse sentido onde se defendiam as seguintes realizações:

⁴⁰⁸ Firmino Pereira, *O Centenário do Infante D. Henrique*, Porto, Magalhães & Moniz-Editores, 1894, p.8.

⁴⁰⁹ *Idem*, p. 11.

o levantamento de uma estátua na praça do Restelo, ou noutro local mais adequado; a publicação de documentos existentes nos arquivos nacionais relativos ao Infante D. Henrique e às suas expedições; a instituição de um curso de Geografia pela própria Sociedade; a nomeação de uma comissão para definir as manifestações patrióticas que deveriam ter lugar na altura da inauguração do monumento e os meios para realizá-las⁴¹⁰. O projecto foi debatido e deu origem a outros que apontavam o promontório de Sagres como a melhor localização da estátua em honra do promotor das navegações portuguesas.

Os projectos da Sociedade de Instrução do Porto e da Sociedade de Geografia de Lisboa não chegaram a concretizar-se, apesar de terem dado origem a acerbo despique "bairrista". O secretário-geral da benemérita associação portuense respondia ao *Diário de Notícias* nos seguintes termos: "Lisboa teve Camões; deixem-nos o Infante. Não queremos dizer que o Porto possa fazer-lhe as honras da historia com maior esplendor do que Lisboa, mas pode fazer-lhas com mais coração, porque o Infante é seu filho"⁴¹¹. De facto, a capital do Douro persistiu na ideia de erguer o monumento, mas sem resultados práticos devido às próprias vicissitudes por que ia passando a entidade promotora, a Sociedade de Instrução do Porto. Em 1889, a associação organizou um sarau em honra do Infante D. Henrique, no Palácio de Cristal, e o deputado António Cândido relembrou o projecto da estátua, que seria na sua opinião "um bello acto edificante de patriotismo e dignidade"⁴¹². A comissão que tratava de preparar a homenagem chegou a ter o bronze necessário, uma concessão do governo, e o mármore oferecido por um cidadão inglês residente no Porto que possuía uma pedreira. Depois do *Ultimatum*, houve quem levasse o zelo anti-britânico ao ponto de achar necessário recusar tão generosa oferta. Mas a dissolução da Sociedade

⁴¹⁰ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 13ª série, nº 3, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, pp. 117-118.

⁴¹¹ Firmino Pereira, *op. cit.*, p. 16.

⁴¹² António Cândido, *Discursos e Conferencias*, Porto, Empresa Litteraria e Typographica - Editora, s.d., p. 255.

de Instrução do Porto e da referida comissão acabou com o dilema e o projecto foi novamente esquecido.

Em Novembro de 1891, o rei D. Carlos visitou o Porto e o jornalista e sócio da extinta Sociedade de Instrução, Eduardo de Sequeira, voltou a defender a realização da sempre adiada homenagem à memória do Infante D. Henrique, na data do quinto centenário do nascimento que já estava próxima. No ano seguinte foi apresentado um requerimento à Câmara Municipal do Porto para se encarregar dos festejos. Os signatários eram o já mencionado Eduardo de Sequeira, o padre Francisco José Patrício e o capitão de cavalaria Fernando da Costa Maia. Todos eles vieram, posteriormente, a integrar a comissão organizadora do centenário.

A vereação progressista da Câmara Municipal, entretanto eleita, decidiu assumir a direcção das festas por unanimidade, a cerca de um ano de distância do evento. O presidente era o conselheiro António Ribeiro da Costa e Almeida. Uma figura muito respeitada na sociedade portuense que o relator do centenário, o jornalista Firmino Pereira, definiu como um "espírito eminentemente democrático"⁴¹³. Sob a sua coordenação foi constituída uma comissão organizadora das comemorações que contava com um conjunto de personalidades de vulto do Porto. Além dos três proponentes dos festejos já referidos, incluíam-se o presidente da Sociedade do Palácio de Cristal, o conde de Samodães, o jornalista e co-proprietário do *Commercio do Porto*, Bento de Sousa Carqueja, o professor do Liceu e poeta, Augusto Luso da Silva, e o comerciante mais ilustrado da praça do Porto, Henrique Kendall. O presidente era, naturalmente, o chefe do município e o cargo de secretário coube ao padre Francisco José Patrício. Os outros estavam na qualidade de vogais. Numa comissão de feição monárquica, os dois encargos mais importantes dividiram-se entre um progressista e um regenerador que já tinha sido deputado pelo Porto.

⁴¹³ Firmino Pereira, *op. cit.*, p. 263, nota (1).

O centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia beneficiou da experiência já acumulada neste tipo de celebrações. O modelo organizativo foi de certo modo exemplar do que se considerava adequado para a gestão destes eventos. A proposta da celebração mais uma vez partiu de um particular, o engenheiro João Veríssimo Mendes Guerreiro, e foi apadrinhada pela Sociedade de Geografia. A Câmara Municipal de Lisboa aderiu poucos dias depois ao projecto. Mas continuava a considerar-se que era indispensável o empenhamento oficial do governo, porque se pretendia dar um carácter realmente nacional às celebrações e uma grande envergadura aos festejos e realizações do centenário. Depois de um autêntico braço-de-ferro com o ministério de Hintze Ribeiro, conseguiu-se que fosse publicado o decreto que nomeava a comissão organizadora do centenário.

O decreto real de 15 de Maio de 1894 estipulava a criação duma comissão central, presidida pelo conselheiro Manuel Pinheiro Chagas e composta pela direcção da Sociedade de Geografia e pelos presidentes das suas secções e comissões permanentes, assim como por três delegados de cada uma das seguintes corporações: Academia Real das Ciências, Real Academia das Belas Artes, Sociedade das Ciências Médicas, Associação dos Engenheiros, Associação dos Advogados, Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses, Sociedade Farmacêutica Lusitana, Club Militar Naval, Grémio Artístico, Real Associação Naval, Real Associação da Agricultura, elementos da comissão executiva da Câmara Municipal de Lisboa e, por fim, mais três representantes da imprensa, eleitos pelos directores dos diários da capital⁴¹⁴. O governo ainda se reservava o direito de agregar à comissão quaisquer indivíduos ou representantes de corporações do país que julgasse necessário⁴¹⁵. Além do presidente, o poder político somente indicava os organismos que deviam estar

⁴¹⁴ Quarto Centenário da Descoberta da Índia, *Annaes da Comissão Central Executiva - I*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, pp. 50-51

⁴¹⁵ *Idem*, I, pp. 50-51

representados na organização, com a clara preocupação de torná-la abrangente e representativa das principais agremiações culturais e socioprofissionais da época.

De acordo com a lei, a comissão central do centenário veio a ser constituída por setenta e sete membros, onde avultava a representação da Sociedade de Geografia que era formada pelos quinze elementos da direcção e pelos vinte e oito presidentes das suas secções e comissões permanentes⁴¹⁶. Detinham mais de metade dos lugares da comissão central do centenário, encabeçados pelo presidente da Sociedade, o conselheiro Francisco Joaquim Ferreira do Amaral. Os restantes delegados representavam as principais agremiações científicas e profissionais da capital e entre eles destacavam-se nomes sonantes da cultura e do jornalismo. Pretendia-se, deste modo, dar um cunho apartidário e nacional às celebrações, o que foi reforçado pela proclamação do Soberano para presidente de honra desta comissão alargada⁴¹⁷.

Na primeira sessão da comissão central, entretanto formada, procedeu-se à eleição da mesa da assembleia e da comissão executiva, por escrutínio secreto. A votação foi bastante significativa, sendo escolhidos para constituir a mesa da assembleia: o presidente da Sociedade de Geografia, conselheiro Ferreira do Amaral, quase obteve a unanimidade para o cargo de vice-presidente, seguido de perto pelo conde do Restelo, da Câmara de Lisboa, por Teófilo Braga, delegado da Academia Real das Ciências, e o conselheiro Pedro Victor da Costa Sequeira, da Associação dos Engenheiros⁴¹⁸. Para o cargo de secretários foram eleitos o oficial da Marinha Vicente Almeida d'Eça, representante do Club Militar Naval, Alexandre Albert Girard, da Academia das Ciências, o jornalista Brito Aranha, do *Diário de Notícias*, e Angelo Sarrea de Sousa Prado, da Sociedade de Geografia. O presidente era, obviamente, o mesmo da comissão central, o conselheiro Pinheiro Chagas.

⁴¹⁶ *Idem*, I, pp. 66-69

⁴¹⁷ *Idem*, II, p. 6

⁴¹⁸ *Idem*, II, p. 7

A comissão executiva ficou composta por catorze vogais expressamente eleitos para esse fim. A assembleia elegeu nove membros da Sociedade de Geografia: Luciano Cordeiro, secretário perpétuo, obteve o maior número de votos (49 em 54 votos, encontrando-se dois brancos e três inutilizados), logo seguido pelo presidente e um dos vice-presidentes da instituição, Ferreira do Amaral e Júlio A. de Oliveira Pires (47), por Sousa Martins, da secção médica (46), Ernesto de Vasconcelos, secretário anual (45), Mendes Guerreiro, da secção agrícola (45), e os vogais da direcção, Palermo de Faria (45), Gabriel Pereira (45) e J. C. Rodrigues da Costa (44). Os outros eleitos, por ordem do número de votos, foram José Martinho da Silva Guimarães (46), da comissão executiva do município, o conselheiro F. A. da Veiga Beirão (45), da Associação dos Advogados, D. Luís de Castro (43), da Associação de Agricultura, o arquitecto José Luís Monteiro (43), da Academia de Belas Artes, e Sebastião Magalhães Lima (41), de *O Século*⁴¹⁹. A comissão executiva não deixava de representar várias tendências ideológicas e sensibilidades.

O conde de Restelo colocou um problema bastante pertinente, na sequência desta votação. Tendo sido nomeado para a comissão central do centenário na sua qualidade de presidente da Câmara de Lisboa, não sabia se uma vez terminado o mandato seria legítimo continuar a estar presente na respectiva organização⁴²⁰. Uma questão que afectava outros elementos que eram membros da direcção dos organismos que representavam na comissão, sujeitos a alteração antes do fim do centenário. Ficou decidido que as pessoas eleitas ficassem, para todos os efeitos, membros permanentes da comissão, com o objectivo de evitar a instabilidade. Nos termos do decreto governamental, estava ressalvada a possibilidade de agregar outros indivíduos que viessem a ser considerados necessários.

⁴¹⁹ *Idem*, II, p.8

⁴²⁰ *Idem*, II, p. 9

A comissão alargada e a executiva ficaram estabelecidas por meados do ano de 1894, a três anos de distância da data inicialmente prevista para a realização do centenário. Mas as demoras e hesitações do poder político, as sucessivas alterações que os planos iniciais tiveram de sofrer por falta de verbas e de interesse por parte do governo e o adiamento da celebração por um ano desmobilizaram os membros destas comissões. É preciso não esquecer que se tratava de cargos não remunerados, desempenhados em acumulação com as outras funções profissionais e cívicas a que estes homens estavam ligados. O presidente nomeado pelo governo, o escritor e político Pinheiro Chagas, faleceu no ano seguinte. Foi substituído pelo conselheiro Ferreira do Amaral, oficial da Marinha com experiência na governação das colónias e, conforme vimos, bastante envolvido na organização do centenário, na qualidade de presidente da Sociedade de Geografia.

O núcleo duro da organização das comemorações foi, sem dúvida, constituído pelos membros daquela instituição. Quando o presidente distribuiu, em concreto, as tarefas pelos membros da comissão executiva já só restavam nove membros⁴²¹. Luciano Cordeiro ficou com a organização da sessão solene, as edições e a parte burocrática. Palermo de Faria tinha a seu cargo os espectáculos e provas desportivas. Rodrigues da Costa responsabilizava-se pela parada e o cortejo cívico, decerto por causa da experiência do tricentenário camoniano. José Luís Monteiro encarregou-se das iluminações e ornamentação das ruas. Ernesto de Vasconcelos fixava a sua atenção na parte naval do festejos e na realização do fogo de artifício, no Tejo. Martinho Guimarães concentrava-se na organização da exposição, das cerimónias religiosas e também nas provas desportivas. Sebastião de Magalhães Lima dedicava-se à propaganda na imprensa e nas associações populares. Acabou por ser um dos organizadores do Congresso Internacional da Imprensa que teve lugar em Setembro de 1898. Sousa Martins dedicava-se aos congressos científicos. A sua morte em

⁴²¹ *Idem*, X, p. 58

Agosto de 1897 ainda veio desfalcar mais a comissão executiva. Contudo, apesar de não estar incluído nesta distribuição de pelouros, D. Luís de Castro foi o responsável pela organização da exposição e do concurso das alfaias agrícolas. Por isso, em conjunto com os anteriores, manteve-se como um dos executivos do centenário.

Em relação aos outros elementos que não são referidos, só sabemos que o engenheiro João Veríssimo Mendes Guerreiro se escusou das funções por considerar que não havia condições para realizar o projecto pelo qual se tinha batido logo de início⁴²². Mas é natural que os múltiplos afazeres e a evolução dos acontecimentos tenham desmobilizado os restantes membros da comissão executiva. Quanto à grande comissão também parece que acabou por ter pouca ou nenhuma intervenção no resultado final das comemorações. Como se pode constatar pelos anais publicados, a chamada “Comissão Central Executiva” encarregou-se de tudo. De qualquer modo, não deixa de ser significativo que tenha havido a preocupação de constituir uma ampla frente unitária no arranque das comemorações, com o objectivo de mobilizar a sociedade civil em torno do centenário.

O Estado limitou-se a fornecer as condições financeiras mínimas necessárias, pondo à disposição da comissão um “fundo do centenário”. A emissão dos selos e das moedas comemorativas deveriam custear as despesas. A Imprensa Nacional dispôs-se a editar as publicações do centenário e os organismos públicos foram convidados a cooperar com os organizadores no que fosse necessário, em particular os correios para o despacho da correspondência livre da franquia. Contudo, a iniciativa da comemoração, o programa, os múltiplos serviços e trabalhos necessários para a realização do evento ficaram a cargo da boa vontade dos membros da comissão e de todos os cidadãos que quisessem dar o seu contributo desinteressado ou até cotizar-se para as despesas das celebrações. A Câmara Municipal de Lisboa não deixou de prestar alguns serviços, dentro das suas competências. Mas o centenário ficou a

⁴²² *Idem*, IV, p. 22

dever-se à iniciativa cívica da Sociedade de Geografia e daqueles que, efectivamente, cooperaram para a sua realização.

Em 1900, o quarto centenário do descobrimento oficial do Brasil por Pedro Álvares Cabral foi somente recordado por uma sessão solene na Sociedade de Geografia e algumas iniciativas dispersas. Mais uma vez esta instituição mostrava o seu empenho na preservação da memória da expansão e dos descobrimentos portugueses. Mas a difícil situação política que se vivia e, decerto, um certo cansaço dos principais dinamizadores destes eventos, depois da dura luta que tinham travado para concretizar o projecto do “Centenário da Índia”, reduziu muito o alcance desta comemoração. Não se chegou, sequer, a ser constituída uma comissão oficial para a organização do centenário.

A herança da última fase da Monarquia Constitucional estendeu-se ao período da I República. Quando se pensou na comemoração do duplo centenário da conquista de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque, a forma de organização proposta foi idêntica. A iniciativa partiu da Sociedade de Geografia que remeteu um ofício ao governo lembrando a conveniência de serem solenizadas aquelas datas históricas. O ministério de Duarte Leite atendeu ao projecto e designou as corporações e associações que deviam constituir uma grande comissão encarregada de preparar, organizar e dirigir as celebrações nacionais. A grande comissão ficou com poderes para eleger uma comissão executiva e o historiador Anselmo Braamcamp Freire foi nomeado o respectivo presidente. Numa reunião realizada a 13 de Fevereiro de 1913, constituiu-se a grande comissão do duplo centenário. Além da Sociedade de Geografia, da Câmara Municipal de Lisboa e do Senado Universitário, vinte e uma organizações de carácter cívico, cultural e socioprofissional estavam representadas, com três delegados cada uma, na grande comissão⁴²³.

⁴²³ *Centenario de Ceuta e de Afonso de Albuquerque*, Lisboa, Academia das Ciencias de Lisboa, 1916, pp. 33-36

Estabelecendo a comparação com a comissão central do “Centenário da Índia”, constatamos que o número das associações representadas era superior ao dobro daquelas. A diversidade e a proliferação de associações com finalidades idênticas são indicadores da expansão do fenómeno associativo, no quadro da I República. A Academia Real das Ciências passou a designar-se Academia das Ciências de Lisboa e tinha uma concorrente na Academia de Ciências de Portugal, fundada por António Cabreira e Teófilo Braga em 1907. Da área da história, encontravam-se presentes o Conselho de Arte e Arqueologia, a antiga Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses e uma Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, cujos delegados eram António Aurélio da Costa Ferreira, Edgar Prestage e Fidelino de Figueiredo. As artes estavam representadas pela Sociedade Nacional de Belas Artes. A Marinha e a náutica tinham três associações: a Liga Naval Portuguesa, a Associação Naval de Lisboa, o Club Militar Naval, do qual era um dos delegados o almirante Ferreira do Amaral. Entre as associações representativas das várias actividades estavam presentes a Sociedade de Ciências Médicas, a Associação dos Engenheiros Civis, dos advogados, dos arquitectos e arqueólogos, dos lojistas de Lisboa, da agricultura, do comércio e da indústria. A imprensa destacava-se com três associações: a Associação da Imprensa Portuguesa, a Associação dos Escritores e Jornalistas e a dos Trabalhadores da Imprensa. Por fim, havia ainda duas associações dedicadas à propaganda: a Sociedade de Propaganda de Portugal e a União Colonial Portuguesa.

A comissão executiva foi eleita e ficou composta pelos seguintes delegados: Alberto Bramão, da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses; Angelo de Sarrea de Sousa Prado, da Associação dos Engenheiros Civis; Eduardo Coelho, filho do fundador do *Diário de Notícias*, dos Trabalhadores da Imprensa; Francisco Barreto, da Associação Comercial de Lisboa; Francisco de Oliveira Feijão, da Associação de Agricultura Portuguesa; Henrique Lopes de Mendonça, da Academia das Ciências; José Maria Cordeiro de Sousa, filho de Luciano Cordeiro, do Conselho

de Arte e Arqueologia; Manuel Roldan, da Sociedade de Propaganda de Portugal; Pedro Massano de Amorim, da União Colonial; Vicente de Almeida d'Eça, Ernesto de Vasconcelos, Alfredo da Cunha e Francisco da Silva Teles, pela Sociedade de Geografia⁴²⁴. Como presidente manteve-se o da grande comissão, o fundador do *Archivo Historico Portuguez*, Anselmo Braamcamp Freire.

Na composição destas comissões importa salientar o equilíbrio da representação e a persistência de nomes que já tinham estado associados aos centenários do período monárquico. Nalguns casos, vemos agora os filhos a continuar a herança paterna, nomeadamente Eduardo Coelho e José Maria Cordeiro de Sousa. A Sociedade de Geografia continuou a ter a primazia nestes acontecimentos. Mas a Academia das Ciências não deixou os seus créditos por mãos alheias e, por proposta do presidente Henrique Lopes de Mendonça, ficou encarregada dos trabalhos históricos e literários relativos às comemorações. Por isso, foi criada uma comissão presidida pelo proponente, cujo secretário era António Baião⁴²⁵. Pelo relatório apresentado por este académico aos seus pares, pode constatar-se que foi notável o número e a qualidade das publicações feitas, nomeadamente no domínio das edições de fontes⁴²⁶.

Em 1921, o Instituto de Coimbra reivindicou a iniciativa do quarto centenário da morte de Fernão de Magalhães e foi oficialmente reconhecido como entidade promotora da comemoração⁴²⁷. Mas, na capital, a mais recente Academia das Ciências de Portugal e a secular Academia das Ciências de Lisboa não quiseram deixar de assinalar a data. Deste modo, as três instituições promoveram sessões solenes, mas as duas últimas beneficiaram do facto de estarem sediadas em Lisboa e foram distinguidas com a presença do chefe de Estado, António José de Almeida⁴²⁸. Este

⁴²⁴ *Idem*, pp. 27-8

⁴²⁵ *Idem*, pp. 11-12

⁴²⁶ *Idem*, pp. 11-21

⁴²⁷ *O Instituto*, N.º comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães, Coimbra, 1921. Aqui se refere que o governo corroborou oficialmente a iniciativa através de uma portaria, de 15 de Junho de 1920.

⁴²⁸ *O Século*, Lisboa, 25 e 28 de Abril de 1921

episódio é significativo, porque a instituição coimbrã apareceu pela primeira vez a tomar a iniciativa de uma celebração, e as duas Academias disputaram as atenções públicas, na capital. A Sociedade de Geografia perdeu o protagonismo anterior e limitou-se a marcar presença através das intervenções de Vicente de Almeida d'Eça, na sessão da Academia das Ciências de Lisboa, e de Ernesto de Vasconcelos, em Coimbra⁴²⁹. No ano seguinte, enviou uma representação às festas do “Centenário da Volta ao Mundo”, realizadas em S. Sebastian, e recebeu o “Comité Holandês Fernão de Magalhães” que veio entregar-lhe um vitral alegórico sobre a viagem de circumnavegação⁴³⁰.

A organização das celebrações de Magalhães ficaram, deste modo, a cargo dos académicos e da direcção do Instituto de Coimbra. Fundado em 1852, veio a afirmar-se como uma extensão da Universidade, devido à estreita colaboração que sempre existiu entre ambas as instituições. Os professores universitários foram o principal suporte da sua actividade cultural e científica, que não tinha descurado a edição de publicações comemorativas em vários centenários. A comissão organizadora ficou composta pelo proponente do centenário, o advogado e escritor José Manuel de Noronha, secretário do Instituto de Coimbra durante vários anos, pelo respectivo presidente, o professor de Matemática e astrónomo, Francisco Miranda da Costa Lobo, e pelo professor da Faculdade de Letras, Anselmo Ferraz de Carvalho. Completavam-na oito vogais, onde podemos destacar, pela sua actividade como historiadores, o professor de Direito Manuel Paulo Mereia e o docente liceal Fortunato de Almeida.

O carácter elitista das comemorações do herói da circumnavegação do globo terrestre decorreu, assim, da forma como foram organizadas e do público ao qual se

⁴²⁹ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 39ª série, nº 5-6, Maio-Junho de 1921, pp. 127-140 e 140-147

⁴³⁰ *Sociedade de Geografia de Lisboa, 75 Anos de Actividades ao Serviço da Ciência e da Nação*, Lisboa, 1950, p. 166

destinaram as sessões evocativas. O repórter de *O Século* referiu que, em Coimbra, foi notada a ausência dos estudantes na assistência à sessão solene que ficou circunscrita aos elementos oficiais e às representações das academias e sociedades científicas do país⁴³¹. Em Lisboa, a audiência também não foi mais alargada.

Em 1922, o centenário da independência do Brasil teve a participação nacional, mas não temos notícia da constituição de uma comissão específica para organizar as manifestações que decorreram em Portugal, nomeadamente na data da implantação da República brasileira. O oficial do Exército e ex-ministro do governo de Bernardino Machado, em 1914, Alfredo Augusto Lisboa de Lima foi o comissário português na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, coadjuvado por José Malheiro Reimão⁴³². O último tinha sido um político activo no período monárquico e fez parte do ministério de João Franco, em 1906. A actuação de ambos foi objecto de uma sindicância e ficou manchada por graves acusações de dolo dos interesses públicos⁴³³. Os trabalhos necessários para a participação portuguesa na Exposição sofreram diversas vicissitudes e, por fim, as obras de construção do Pavilhão das Indústrias ficaram a cargo do arquitecto Ricardo Severo, radicado em São Paulo e figura respeitada da comunidade portuguesa⁴³⁴. Por causa dos problemas que se verificaram com a edificação dos pavilhões, o governo português teve de recorrer aos serviços de um técnico competente para levar a bom termo a representação nacional. Mas Portugal acabou por ser o último país a abrir ao público as suas exposições.

Na transição de 1922 para 1923, realizou-se o centenário do descobrimento da Madeira. A sua forma de organização foi um exemplo da aplicação do modelo liberal a nível regional. A proposta das comemorações depois de ter sido agitada por várias pessoas, acabou por ser apadrinhada pelo major João dos Reis Gomes, director do

⁴³¹ *O Século*, Lisboa, 28 de Abril de 1921

⁴³² *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVI, pp. 22-23

⁴³³ *Portugal, Madeira e Açores*, Lisboa, 20 de Janeiro de 1924

⁴³⁴ *Livro de Ouro Comemorativo do Centenario da Independencia e da Exposição Internacional*, Rio de Janeiro, Edição do Anuario do Brazil, 1923, p.313

Diário da Madeira, literato e publicista com grande prestígio na sociedade funchalense. O seu empenho foi de tal ordem que foi considerado “a alma dessas comemorações festivas”⁴³⁵. Constituiu-se uma comissão de honra, presidida pelo governador civil, que integrava as principais autoridades políticas, religiosas e militares madeirenses. Criou-se uma multiplicidade de comissões com funções específicas: a comissão executiva, com sete elementos, a comissão técnica e directiva, a angariadora de fundos, a de propaganda e publicidade, a das obras, a do grande cortejo histórico, a das solenidades religiosas, a teatral, a do baile, a das ornamentações públicas, a do turismo e recepção de forasteiros, a dos concertos e festas musicais, a da exposição industrial e da feira, a da exposição bibliográfica e de produtos da Escola Industrial, a dos festejos desportivos, a das festas náuticas e a dos jogos hípicas e cavalhadas. O número de pessoas, deste modo, envolvidas na organização das festas era superior a cem, se bem que vários elementos se desdobrassem pelas várias comissões. As forças vivas locais associaram-se para realizar o programa das comemorações.

Na comissão executiva ficaram o director da Alfândega e presidente da Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal, o comendador Adolfo João Sarmiento de Figueiredo, o padre Fernando Augusto da Silva, que foi o responsável pela propaganda e publicidade, o major João dos Reis Gomes, Alberto Artur Sampaio, Ciríaco de Brito Nóbrega, Fernando Tolentino da Costa e Leandro António do Rego. Não faziam parte desta comissão os professores da Escola Industrial Cândido Pereira e Emanuel Ribeiro que, contudo, prestaram grandes serviços na preparação das festas⁴³⁶. Assim, as autoridades locais e diversos membros das camadas médias e letradas da sociedade funchalense uniram-se para realizar o centenário. As suas motivações prendiam-se com a afirmação da imagem da Madeira, o desenvolvimento

⁴³⁵ *Elucidário Madeirense*, vol. II, Funchal, 1922, p. 353

⁴³⁶ *Idem*, p. 353

do turismo e o objectivo de obter uma maior autonomia administrativa para as Juntas Gerais. O facto do poder central se ter dissociado das comemorações transformou-as num acontecimento de dimensão meramente regional⁴³⁷.

Em 1924, a organização do quarto centenário do nascimento de Camões inseriu-se no espírito que, tradicionalmente, tinha presidido à organização destes eventos. A proposta foi apresentada por Alexandre Ferreira, na sessão da Câmara Municipal de Lisboa, e aprovada por unanimidade. Decidiu-se proceder às necessárias *démarches* junto do governo, “de maneira a tornar nacional esta consagração extraordinária”⁴³⁸. Uma portaria do ministro da Instrução Pública determinou que a celebração tivesse lugar a 10 de Junho e indicou a composição da grande comissão nacional. Nela reencontramos dois dos organizadores do tricentenário, Sebastião Magalhães Lima e Jaime Batalha Reis, e um vasto leque de personalidades representativas da sociedade da época, nomeadamente membros dos órgãos de poder locais, intelectuais e artistas, delegados das mais variadas associações e, caso inédito nestas comissões centrais, um representante das organizações estudantis⁴³⁹. No conjunto, vale a pena destacar a importância que foi dada à participação dos escritores e poetas nesta grande comissão do centenário camoniano, onde sobressaem nomes como Raul Brandão, Jaime Cortesão, Afonso Lopes Vieira, António Correia de Oliveira, João de Barros e Teixeira de Pascoais.

O governo não nomeou o presidente ou comissário nacional das comemorações. Na primeira sessão da grande comissão do centenário foi eleito para presidente Sebastião da Costa Santos, atendendo à circunstância de ser presidente da Câmara Municipal de Lisboa, para vice-presidente o professor Pedro José da Cunha,

⁴³⁷ Parece que houve uma atitude deliberada por parte das autoridades nacionais de não participar nestes festejos. O governador civil foi chamado a Lisboa na altura em que decorriam as festas e, por isso, não esteve presente. O navio de guerra português “Guadiana”, que estava ancorado no porto do Funchal, não embandeirou em arco durante os festejos, ao contrário de um vaso espanhol que também ali se encontrava naquele momento. (Cf. *Elucidario Madeirense*, vol. II, Funchal, 1922, p. 357)

⁴³⁸ *4º Centenário do Nascimento de Camões 1524-1924*, s.l., s.d., p.2

responsável máximo da Academia das Ciências de Lisboa, e para secretário o poeta Augusto Gil⁴⁴⁰. A comissão executiva ficou a cargo de Sebastião Magalhães Lima, na qualidade de presidente, e de oito vogais: o conceituado especialista camoniano e professor universitário, José Maria Rodrigues; o membro da vereação camarária, Alexandre Ferreira; o director da Escola Militar, general Abel Hipólito; o vice-presidente da comissão executiva da Câmara, Alfredo Guisado; o presidente da Federação Académica, Alberto Zagalo Fernandes; o professor e publicista, Moses Bensabat Amzalak; o escritor, pedagogo e poeta, João de Barros; o jornalista, Joaquim Manso.

Logo nessa reunião, o vogal Alexandre Ferreira lembrava a necessidade de agregar à grande comissão representantes da Associação dos Trabalhadores da Imprensa e dos Teatros que não estavam indicadas na portaria governamental. Este propagandista da instrução e da assistência à infância, criador da Universidade Livre e vereador da Câmara de Lisboa, foi um dos maiores entusiastas daquela comemoração. De tal modo que o governo, na portaria em que louvou publicamente a comissão das festas camonianas e a Câmara Municipal pela iniciativa, destacou o seu nome como um dos que mais contribuiu para “o brilho e devoção patriótica” do centenário⁴⁴¹. No final do livro que relata os festejos, Alexandre Ferreira escreveu um curto epílogo, na sua qualidade de secretário geral, onde citou Teófilo Braga para relembrar o objectivo das comemorações. Aliás, a escolha de Sebastião Magalhães Lima e a presença de Batalha Reis mostram que a lição do tricentenário continuava viva.

Não conseguimos apurar a quem coube exactamente a iniciativa da comemoração do quarto centenário da morte de Vasco da Gama, em 1924, mas foi evidente que o governo assumiu a responsabilidade pela organização do evento.

⁴³⁹ *Idem*, p. 2

⁴⁴⁰ *Idem*, p. 31

⁴⁴¹ *Idem*, p. 48

Como referimos no capítulo anterior, uma *task force* dos mais altos executivos governamentais assumiu, nas vésperas, o comando das operações, com o objectivo de causar a melhor impressão nas embaixadas especiais que tinham vindo a Lisboa⁴⁴². A comissão nacional que tinha sido nomeada pela portaria de 9 de Outubro foi de certo modo ultrapassada à última hora, se bem que dois dos seus elementos estivessem presentes na reunião que coordenou a última fase da organização das celebrações. De qualquer modo, todo o arranque inicial do projecto foi da sua responsabilidade, inclusive o programa do centenário. O presidente era o coronel Francisco de Sales Ramos da Costa, senador da República. O cargo de secretário foi assumido por Afonso de Dornelas, da Associação dos Arqueólogos. Só havia mais quatro vogais: o oficial da Marinha Vicente de Almeida d'Eça, da Sociedade de Geografia; o capitão de mar e guerra e polígrafo Henrique Lopes de Mendonça; o representante da família do primeiro conde de Vidigueira, D. José Teles da Gama; por fim, Alberto Beça, na qualidade de representante da imprensa.

Uma comissão bastante reduzida se tivermos em conta o padrão anterior das grandes comissões representativas das forças sociais, donde saíam por sistema de eleição os executivos dos centenários. Talvez o modelo se tivesse vindo a revelar muito pesado e pouco funcional, uma vez que a organização acabava por recair sobre um pequeno número de pessoas. Para além das razões práticas, este modelo afigurava-se já expressivo da intervenção mais directa do Estado e dos governos na gestão do fenómeno comemorativo, com fins mais estritamente políticos e imediatos. Contudo, não podemos deixar de notar que a Sociedade de Geografia, a Academia das Ciências de Lisboa e a Imprensa continuavam a ser convocadas para organizar os centenários. A presença da Associação dos Arqueólogos também não era novidade. Neste caso, acrescia o facto de ser representada por um indivíduo que tinha prestado relevantes

⁴⁴² *O Diário de Lisboa* e *O Século*, Lisboa, 23 de Janeiro de 1925

serviços à República e era autor de múltiplas publicações no domínio da história, Afonso de Dornelas.

Na organização da quase totalidade dos centenários analisados, sobressaiu a presença da Sociedade de Geografia e da Academia das Ciências de Lisboa. Torna-se, por isso, imprescindível referir, abreviadamente, a história de ambas as agremiações, para se compreender melhor o seu papel nos centenários.

A Sociedade de Geografia de Lisboa foi fundada, em 1875, por um grupo de individualidades onde se destacava Luciano Cordeiro. Aparecia com um considerável atraso em relação a algumas congéneres europeias, mas os fundadores mostravam-se empenhados em contribuir para o avanço das investigações e estudos geográficos tão necessários para fundamentar as posições portuguesas nas batalhas diplomáticas internacionais em torno da delimitação das fronteiras das colónias. A associação acabou por desempenhar um papel muito importante na propaganda e na consolidação do colonialismo português⁴⁴³. Do ponto de vista científico, a geografia, a história, a antropologia, entre outras áreas do conhecimento, foram uma fonte de reflexões permanentes e de trabalhos dos sócios, dando origem a um importante acervo documental que alimentava o debate sobre o futuro das colónias portuguesas. Ao nível mais prático, a intervenção da Sociedade impulsionou as explorações científicas dos territórios africanos e traduziu-se num apoio inestimável aos governos para fazerem vingar as pretensões coloniais portuguesas.

Não foi por mero acaso que as propostas dos centenários partiram do seio desta agremiação. Luciano Cordeiro referindo-se, alguns anos mais tarde, às razões que o tinham levado a dinamizar a realização do tricentenário de Camões, invocou a necessidade de dar corpo à ideia que tinha presidido à fundação da Sociedade de Geografia:

*“[...] procurar numa espécie de renascimento e de reivindicação das nossas melhores tradições, numa como que retrospecção, que, por dever ser inteligente e crítica, não terá necessariamente de deixar de ser piedosa e popular, do nosso lugar e da nossa acção, dos nossos feitos e da nossa individualidade, como raça, como nação e como estado, na civilização geral, o estímulo, o avigoramento, muitas vezes a lição e outras tantas o esforço, não poucas também a disciplina do espírito e da vontade nacional que de há tanto tempo se nos afrouxa e nos falece.”*⁴⁴⁴

As comemorações integravam-se num plano mais geral para repensar Portugal e o papel que lhe cabia no mundo, tendo em conta o que tinha sido noutras épocas da sua história. Compreende-se, deste modo, o interesse que a evocação da expansão e dos descobrimentos portugueses despertava nos sócios e na direcção da Sociedade de Geografia.

A Academia das Ciências era a outra entidade que tinha um papel de relevo nestes processos. Fundada em 1720, a instituição já não era tão representativa da cultura nacional e dinâmica como nos primeiros tempos da sua existência. Contudo, ainda gozava de um capital de prestígio suficiente para congregar personalidades muito diversas e independentes. O seu interesse pelas comemorações prendia-se, sobretudo, com a possibilidade de desenvolver investigações e estudos que contribuíssem para enriquecer os conhecimentos históricos. Ficou a dever-se à iniciativa da Academia um conjunto importante de publicações, nomeadamente na área da história da expansão e dos descobrimentos portugueses. No quadro da instituição, outro tipo de actividade comum era a realização de sessões solenes, no que rivalizava com a Sociedade de Geografia. A trasladação dos restos mortais

⁴⁴³ Ver sobre o assunto: Ângela Guimarães, *Uma corrente do colonialismo português*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984

⁴⁴⁴ Cit. Ângela Guimarães, *op. cit.*, pp. 57-8

atribuídos a Camões e a Vasco da Gama para o Mosteiro dos Jerónimos foi o contributo de maior significado que deu ao culto dos grandes homens, com características diferentes da sua intervenção habitual.

O modelo liberal da organização dos centenários pode, assim, caracterizar-se pelo papel fundamental que cabia à iniciativa dos cidadãos e das agremiações de carácter cívico e cultural em todo o processo. Ao Estado ficava reservada uma função reguladora e de financiador principal das comemorações. A primeira era exercida através da indicação das entidades que deviam estar representadas na grande comissão, dando liberdade para estas indicarem os delegados e para estes elegerem o presidente ou, no mínimo, a respectiva comissão executiva. Mas é evidente que os modelos não traduzem, de forma exacta, as práticas. Há uma certa elasticidade na aplicação do modelo que passa pela maior ou menor margem de autonomia dos cidadãos na direcção e organização destes eventos. Claramente, o centenário de Camões e o último que referimos, dedicado a Vasco da Gama, são exemplos extremos: um pela total autonomia de que gozou a comissão da imprensa e o outro pela interferência directa que o governo teve no acontecimento. Os centenários que resultaram da iniciativa municipal, nomeadamente o henriquino e o camoniano, em 1924, também não contrariam o modelo, visto que se tratava de um poder autárquico e descentralizado, mais próximo dos cidadãos. E, tanto num caso como noutro, as Câmaras tiveram o cuidado de dar um carácter plural às comissões e de congregar a participação de figuras proeminentes da sociedade civil.

O modelo autoritário

O advento da Ditadura implicou uma alteração significativa da forma de organização dos centenários, com uma intervenção mais directa dos governos e o controlo político da orientação dos programas. Logo em 1929, o governo nomeou uma comissão nacional com a missão de organizar as celebrações do 10 de Junho. A comissão era presidida pelo governador civil de Lisboa e integrava dois representantes dos ministérios da Guerra e da Instrução Pública, o tenente-coronel Filipe Cayola, da comissão administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, e o coronel Miguel Garcia, da Sociedade Histórica da Independência Nacional⁴⁴⁵. Nesta fase, antes da consolidação do Estado Novo, os militares dominavam a organização de muitas destas iniciativas, visto que o poder também estava nas suas mãos. Por exemplo, o comissariado português da Exposição de Vincennes, em 1931, era composto quase na totalidade por oficiais das Forças Armadas, sob a presidência do coronel Silveira e Castro⁴⁴⁶. Esta realidade foi, posteriormente, alterada e tornou-se maior o equilíbrio entre elementos civis e militares.

A organização da Exposição Colonial do Porto, em 1934, procurou agregar representantes de um conjunto de associações e organismos, com destaque para a participação da Agência Geral das Colónias em todo o processo. O tenente-coronel Júlio Garcez de Lencastre, agente geral das colónias, assumiu a presidência da comissão executiva. O então tenente Henrique Galvão, responsável pelas Feiras de Amostras Coloniais, ocupou o cargo de director técnico e João Mimoso Moreira, chefe da Divisão de Propaganda da Agência Geral das Colónias, ficou como director adjunto⁴⁴⁷. O secretário geral era António Domingues de Freitas, presidente do Centro Comercial do Porto, e o tesoureiro Ricardo Spratley, do Movimento “Pró-Colónias” que reivindicou a iniciativa da proposta para a realização do evento. Os outros elementos da comissão geral, nomeada pelo governo, representavam as associações

⁴⁴⁵ *O Século*, Lisboa, 10 de Junho de 1929

⁴⁴⁶ *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano 7º, nº 78, Dezembro de 1931, p. 6

⁴⁴⁷ *O Império Português na I Exposição Colonial Portuguesa - Album Catálogo Oficial*, Porto, 1934, p. 31

Comercial e Industrial portuenses, a Liga Agrária do Norte, a Associação dos Comerciantes, e a “Sociedade Anónima da Exposição Colonial Nacional”⁴⁴⁸.

A comissão orientadora da Exposição Histórica da Ocupação e do I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo reuniu um conjunto de figuras desta área: o almirante Gago Coutinho, o general Teixeira Botelho, o padre Serafim Leite e os professores David Lopes e Gastão Sousa Dias⁴⁴⁹. Mas a comissão executiva mais uma vez ficou a cargo do agente geral das colónias, na altura Júlio Cayola. Os vogais eram o director do Arquivo Histórico Colonial, Manuel Múrias, e o capitão Dimas Lopes de Aguiar que desempenhou a função de secretário geral da exposição. Foram ainda nomeados três adjuntos e um chefe de secretaria.

A importância da Agência Geral das Colónias prendia-se com os objectivos que tinham estado na base da sua criação. Foi constituída em 1924 com funções de procuradoria dos governos coloniais e de propaganda do colonialismo português, na dependência do Ministério das Colónias⁴⁵⁰. Deste modo, esta agência governamental sobrepunha-se a um dos papéis mais importantes que tinham cabido à Sociedade de Geografia de Lisboa, de uma forma cívica e com relativa independência. Esta subalternização não impediu a Sociedade de desenvolver campanhas de propaganda que seguiam a orientação política do regime, nomeadamente a Semana das Colónias que proporcionou ao longo dos anos a realização de milhares de conferências, exposições, trabalhos escolares e manifestações diversas, destinadas a dar a conhecer as colónias portuguesas, a ideologia e as políticas coloniais dos governos. Contudo, a Agência Geral das Colónias acabou por desempenhar o papel mais importante na área da propaganda, por causa dos meios financeiros e humanos de que pôde dispor como organismo estatal. Por isso, coube-lhe a organização da maior parte das exposições coloniais do regime.

⁴⁴⁸ *Idem*, p. 30

⁴⁴⁹ *Diário do Governo*, II série, nº 306, 30 de Dezembro de 1936

⁴⁵⁰ Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, p. 23

Em 1934, a Sociedade de Geografia cumpriu o seu tradicional desiderato de recordar ao governo que ocorria naquele ano mais uma data para ser comemorada: o quinto centenário da passagem do cabo Bojador. Por causa do desinteresse do governo, a instituição constituiu uma comissão executiva interna para organizar a celebração, dirigida pelo presidente das comissões Africana e da Colonização, o coronel António Augusto Lisboa de Lima. O autor do projecto da comemoração, António Cabreira, foi o principal responsável pelo programa do centenário, na qualidade de vogal da comissão executiva⁴⁵¹. É significativo que, pela primeira vez no conjunto dos centenários analisados, tenha sido criada uma comissão de honra presidida pelo ministro da Marinha. A direcção da Sociedade de Geografia, a Comissão Africana e a Secção do Ensino Geográfico ocupavam a maioria dos lugares, cabendo os outros aos representantes dos descendentes de Gil Eanes, à Casa do Algarve, ao Instituto Português de Arqueologia, ao Museu Dr. José Leite de Vasconcelos e à Câmara Municipal de Lagos. Uma comissão menos representativa do ponto de vista social do que outras anteriores, mas que correspondia à relativa modéstia do programa aprovado pela direcção.

As comemorações do Duplo Centenário, em 1940, representaram um ponto alto do regime sob vários pontos de vista, inclusive no campo da gestão e organização de todo o projecto. A comissão nacional foi nomeada por portaria da Presidência do Conselho, de 11 de Abril de 1938⁴⁵². Compunha-se de vinte e cinco elementos devidamente seleccionados em função dos cargos que ocupavam na direcção de várias instituições culturais, em organismos públicos e nas Câmaras Municipais de Lisboa e Porto, ou pelos respectivos currículos profissionais e fidelidade ao regime vigente. Assim, as academias de História, de Ciências e de Belas Artes tinham representantes nomeados pelo governo na comissão. O mesmo sucedia com os

⁴⁵¹ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 52ª série, nº 11-12, Novembro-Dezembro de 1934, p. 437

⁴⁵² *Revista dos Centenários*, Lisboa, Janeiro de 1939, p. 25

museus de Arte Contemporânea, de Arte Antiga e a direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a Sociedade Histórica da Independência de Portugal e a de Geografia de Lisboa, o Arquivo Colonial, o Sindicato Nacional dos Arquitectos ou o Grupo dos “Amigos de Lisboa”. Pela primeira vez fazia parte da organização deste tipo de projectos, um responsável pelo sector da construção de estradas e pelo turismo nacional. Os meios de comunicação estavam agora presentes através do director da Emissora Nacional, o que demonstra a importância que a rádio tinha adquirido. A área da propaganda governamental era representada pelos responsáveis de dois organismos: o director do Secretariado de Propaganda Nacional e o agente geral, interino, das colónias. Significativamente, o encargo de presidente foi atribuído ao embaixador Alberto de Oliveira, que tinha sido o primeiro defensor do projecto dos Centenários, o de vice-presidente ao conde de Penha Garcia, da direcção da Sociedade de Geografia, e o de secretário a António Ferro, do Secretariado da Propaganda Nacional.

O decreto nº 29 087, de 28 de Outubro de 1938, estruturou a organização de forma a torná-la mais eficaz e adaptada ao programa que tinha de ser executado⁴⁵³. Manteve a comissão nacional com o objectivo de fixar o programa definitivo das comemorações e com funções consultivas e de direcção superior. O respectivo presidente tinha como obrigações “assegurar a unidade do pensamento cultural e político das comemorações”, representar o governo em todos os actos e solenidades oficiais e propor os nomes dos directores das várias secções em que ia dividir-se a comissão nacional: a) Exposição do Mundo Português; b) Exposição de Arte; c) Congressos; d) Festas e Espectáculos; e) Manifestações Cívicas, Históricas e Religiosas; f) Turismo; g) Propaganda e Recepção. Note-se que a primeira tarefa do presidente era de ordem ideológica, cumprindo-lhe manter o coro afinado pelo mesmo diapasão. A secção de “Propaganda e recepção” ia funcionar na sede do órgão

⁴⁵³ *Idem*, pp. 26-28

governamental que tinha essa missão oficial, sob a superintendência do respectivo director, em colaboração com a Agência Geral das Colónias e a Emissora Nacional de Radiodifusão. Este sector bastante sensível para o regime ficava, assim, organicamente acautelado por funcionários do governo.

O carácter autoritário do modelo organizador estendia-se à própria comissão executiva. Segundo o decreto, faziam parte dela todos os directores das secções e o comissário geral da Exposição do Mundo Português. Estes só podiam escolher o vice-presidente da comissão, visto que o presidente era nomeado pelo governo. O cargo de secretário geral mantinha-se nas mãos do director do Secretariado de Propaganda que, em caso de necessidade, podia delegá-lo em funcionários desse organismo. O cuidado posto na gestão ideológica do acontecimento era extensivo ao sector financeiro que ficou a cargo de funcionários das Direcções Gerais da Contabilidade e da Fazenda Pública. Como medida de motivação, os executivos destacados para essas funções tinham direito a uma gratificação mensal, acumulável com os respectivos vencimentos. A comissão executiva gozava de autonomia administrativa e financeira para gerir as verbas atribuídas pelo governo para a realização do programa das comemorações. Dispunha de uma secretaria, uma tesouraria e uma repartição de contabilidade e ficava dispensada de formalidades legais para contratar pessoal e adquirir material, de modo a poder realizar todos os trabalhos necessários no escasso tempo disponível. Toda a estrutura do Estado português tinha a obrigação de fornecer apoio e os elementos que fossem solicitados pela comissão para o bom desempenho das suas tarefas.

A envergadura da Exposição do Mundo Português justificou a nomeação, pela Presidência do Conselho, de um comissariado específico, constituído por um comissário geral, o diplomata e escritor Augusto de Castro, um adjunto, o engenheiro Sá e Melo e um arquitecto-chefe, Cottinelli Telmo. As Exposições de Arte ficaram a cargo do presidente da Academia Nacional de Belas Artes, professor Reinaldo dos

Santos, em colaboração com os directores do Museu Nacional de Arte Antiga e do Museu de Arte Contemporânea. No final, a presidência da comissão executiva dos Centenários ficou composta por Júlio Dantas e pelo coronel Henrique Linhares de Lima, que substituíram o presidente e o vice-presidente anteriores, entretanto incapacitados por motivos de saúde, e por António Ferro, que manteve o cargo de secretário geral. Todos os membros da comissão nacional tiveram funções executivas nas várias secções e foi necessário acumular diversos pelouros (Anexo I). A estrutura montada caracterizava-se por uma certa leveza e flexibilidade. Exigiu, decerto, bastante trabalho e energia dos responsáveis e colaboradores de todas as secções, dada a envergadura do projecto que lhes foi cometido.

Algumas comemorações ficaram a cargo das autoridades locais ou dos governos das colónias. No caso do centenário do descobrimento dos Açores foram os governadores civis, em colaboração com as Juntas Gerais Autónomas e as Câmaras Municipais, que assumiram as responsabilidades executivas, depois de terem existido comissões mais alargadas de notáveis locais que se desinteressaram do projecto por causa da falta de apoio do poder central. Na Guiné e em Angola, as comemorações ficaram a cargo de comissões nomeadas pelos respectivos governos coloniais. Os militares em comissão de serviço e os quadros técnicos e administrativos da colónia compunham o essencial do pessoal destas comissões. Em ambos os casos estiveram sacerdotes para assegurar as cerimónias religiosas. Na comissão angolana, é importante destacar a presença dos directores de dois jornais, o *Diário de Angola* e o *Província de Angola*, e do presidente da Associação Comercial de Luanda, cujos nomes não foram especificados no despacho oficial⁴⁵⁴.

No caso da Guiné, foi nomeada uma comissão central mais alargada, sob a presidência do Prefeito Apostólico, D. José Ribeiro de Magalhães. O vice-presidente era o juiz de Direito da Comarca, Honório José de Barbosa, e como secretário ficou o

⁴⁵⁴ *Boletim Oficial da Colónia de Angola*, II série, nº 32, 11 de Agosto de 1948

delegado do Procurador da República, interino, e vogal do Conselho do Governo, Severino Gomes de Pina. Além deles, havia mais vinte e três elementos onde estava, largamente, representado o Conselho do Governo, os vários serviços civis e militares da colónia, a Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné e, inclusive, um delegado da Liga dos Combatentes da Grande Guerra⁴⁵⁵. As comissões central e executiva foram nomeadas por portaria do governo da colónia, publicada em 23 de Julho de 1945⁴⁵⁶. As competências foram, claramente definidas, cabendo à comissão central estabelecer as linhas gerais do programa e fixá-lo de acordo com as propostas da comissão executiva e funcionar como órgão consultivo quando esta solicitasse a sua colaboração. A segunda dividia-se em secções para maior funcionalidade e eficiência⁴⁵⁷.

A forma como o governo pormenorizou a organização das comemorações mostra o empenho e o cuidado que foi posto na realização de todo o projecto. Não se

⁴⁵⁵ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. I, nº 1, Janeiro de 1946, pp. 151-52

⁴⁵⁶ *Idem*, pp. 150-51. Portaria publicada no *Boletim Oficial*, nº 30, de 23 de Julho de 1945

⁴⁵⁷ a) Homenagens e recompensas - à qual competia elaborar as listas dos “heróis e notáveis” que iam receber honrarias, condecorações e recompensas no decorrer das comemorações e tratar de tudo o que dizia respeito aos monumentos; b) De estudos e obras - tinha de elaborar memórias descritivas e apreciativas das obras que iam ficar ligadas às realizações do centenário, assim como o estudo e resolução de problemas que lhe fossem apresentados pelas outras secções; c) De festividades - tratava das cerimónias religiosas, das celebrações militares e navais, dos desportos e das “festas indígenas”, competindo-lhe ainda cuidar dos ornamentos e decorações; d) De benemerência - tinha de amparar as instituições de assistência, de estimular a criação de outras e de distribuir donativos aos necessitados, “civilizados ou indígenas”, nos termos do documento oficial, aproveitando para o efeito as verbas do Estado e as particulares, recolhidas em festas de caridade e subscrições públicas; e) Das exposições - ficava encarregada de realizar feiras de amostras de produtos e de gado nas cidades e nas povoações, escolhendo as épocas mais adequadas para as vendas; competia-lhe estimular a produção industrial local através de prémios para as melhores produções; f) De publicações - incumbia-lhe fazer a reedição de obras antigas e promover a elaboração de trabalhos históricos, científicos e literários para publicação; a propaganda não era descurada e, por isso, uma parte importante das suas tarefas consistia em editar “folhetos históricos para os indígenas”, roteiros turísticos, álbuns de fotografias, monografias sobre diversos serviços, programas e cartazes referentes às comemorações e à Guiné; g) De propaganda - tinha o encargo específico de promover a propaganda da colónia na imprensa, no cinema, pela rádio e por outros meios julgados convenientes; h) De coordenação de transportes - tanto terrestres como marítimos e aéreos para a deslocação das comitivas e execução de várias partes do programa, incluindo a organização de excursões; i) De

tratava de um mero acto de evocação da memória, mas de toda uma movimentação das autoridades e das forças vivas da colónia que tinha como objectivo dinamizar a actividade económica e a sociedade guineense. O obreiro deste plano foi o próprio governador da Guiné, o capitão-tenente M. M. Sarmiento Rodrigues. Já se tinha destacado antes em vários cargos públicos e, sendo um dos representantes da tendência conservadora-liberal e maçónica que apoiou o Estado Novo⁴⁵⁸, foi proposto por Marcello Caetano para governador da Guiné, onde esteve de 1945 a 1949. Um passo decisivo numa carreira política que o conduziu ao cargo de ministro das Colónias de 1950 a 1955, numa conjuntura difícil e de reforço da orientação política integracionista do regime.

Um facto que merece reparo, na distribuição dos pelouros da organização das comemorações guineenses, é a situação inédita de aparecer uma mulher a dirigir a secção de benemerência - Maria do Carmo Vieira Pinto Barbosa. Claro que se tratava de uma área que, de acordo com os valores dominantes na época, era apropriada aos desempenhos femininos, mas foi o único caso que encontrámos de atribuição de um cargo a uma mulher. Os homens dominavam o universo da organização das comemorações, aliás como acontecia noutros sectores da vida social e política do país.

A organização das comemorações angolanas esteve a cargo de uma comissão dominada pelos representantes da administração da colónia. Decorreram sob o comando político do capitão José Agapito da Silva Carvalho, que esteve de 1947 a 1955 à frente da governação de Angola. No caso de Moçambique, não encontrámos referência na imprensa ou no *Boletim Oficial* a uma comissão específica para o efeito. Como as celebrações se integraram nas Festas da Cidade de Lourenço

recepção e alojamento - ficava com a responsabilidade de receber os visitantes e de distribuir as instalações disponíveis.

⁴⁵⁸ Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, p. 851

Marques é possível que tenham ficado a cargo da respectiva Câmara Municipal, com o apoio do governo da colónia. Na altura, a colónia da costa oriental de África era governada pelo comandante Gabriel Maurício Teixeira, que desempenhou o cargo de 1946 a 1958. Em ambos os casos, os centenários tiveram lugar sob administrações coloniais estabilizadas, cujos responsáveis máximos se mantiveram por períodos relativamente longos.

O centenário do nascimento de Mouzinho de Albuquerque surgiu como uma iniciativa do poder político, nomeadamente do próprio responsável pela pasta do Ultramar. Justificava-se na sequência do culto que lhe vinha sendo prestado pelas hierarquias militares e pelos governos salazaristas, através da Agência Geral das Colónias, entretanto rebaptizada do Ultramar. O ministro do Ultramar nomeou uma comissão nacional para as comemorações a 20 de Outubro de 1955, menos de um mês antes do início das celebrações. O presidente era o general Luís António de Carvalho Viegas e estavam representadas na comissão várias instituições e organismos. Em primeiro lugar, é de destacar a representação do ministério do Exército, a cargo do director da Arma de Cavalaria, a mesma a que tinha pertencido Mouzinho de Albuquerque. Em seguida, evidencia-se a preponderância dos organismos políticos de carácter oficial: a Agência Geral do Ultramar, representada pelo respectivo bibliotecário; o Secretariado Nacional de Informação, pelo inspector-geral dos Espectáculos; os ministérios das Finanças, do Interior, da Marinha e da Educação Nacional e do ministério do Ultramar, de que era mandatário o presidente da comissão. Além destes organismos, regista-se a representação da imprensa, pelo presidente do Grémio da Imprensa Diária, da Sociedade de Geografia de Lisboa, da família e dos companheiros de armas de Mouzinho de Albuquerque. Para secretário geral foi nomeado Filipe Gastão de Moura Coutinho de Almeida d'Eça, do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. No total, a maioria dos lugares (61,5%) estava ocupada por indivíduos seleccionados por órgãos executivos do Estado e quase

metade eram militares. Tratou-se, por conseguinte, de uma organização de cariz marcadamente político-militar.

A comemoração do centenário henriquino, em 1960, mobilizou um grande número de pessoas para a organização, ao nível central e regional. A Presidência do Conselho nomeou uma comissão nacional com uma antecedência de seis anos em relação à data do centenário⁴⁵⁹. O presidente escolhido foi José Caeiro da Mata que, apesar de não se ter salientado como historiador, ocupou a presidência da Academia Portuguesa de História durante quase duas décadas (1945 a 1963).

A Academia Portuguesa de História assumia, deste modo, um papel importante na organização do centenário. Fundada em 1936, considerava-se herdeira da antiga Academia Real da História Portuguesa, criada por D. João V, que se tinha extinguido no século XVIII. A novel Academia foi integrada no Ministério da Educação Nacional e passou mais tarde à tutela da Secretaria de Estado da Cultura⁴⁶⁰. Os seus objectivos prendiam-se com a investigação e a divulgação dos estudos históricos, competindo-lhe promover a publicação de fontes documentais e de obras, em língua portuguesa ou em línguas estrangeiras, que contribuíssem para o conhecimento dos factos relacionados com a presença civilizadora de Portugal no mundo. Segundo os Estatutos, devia também desempenhar uma função de coordenadora e orientadora da produção histórica nacional e cooperar na inventariação do património histórico e documental da Nação, emitindo pareceres sobre a matéria sempre que fossem solicitados pelas autoridades. Compreende-se, assim, o recrutamento do seu presidente para comissário geral das comemorações.

A comissão nacional reuniu vinte elementos, escolhidos por causa das funções que desempenhavam ou por razões de ordem individual. Faziam parte dela: o director do Arquivo Histórico Militar, o presidente da Sociedade de Geografia, o director do

⁴⁵⁹ *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. I, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, p. 71-72

⁴⁶⁰ Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *op. cit.*, vol. I, p. 11

Museu de Arte Contemporânea, o presidente do Instituto de Alta Cultura, o director-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o director do Museu Nacional de Arte Antiga, o secretário da Academia das Ciências, o secretário nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo e o director-geral dos Serviços de Urbanização. Tínhamos ainda figuras como o antigo comissário da Exposição do Mundo Português, Augusto de Castro, os investigadores da história da náutica, da cartografia e dos descobrimentos portugueses, Avelino Teixeira da Mota e Gago Coutinho, os historiadores e professores da Faculdade de Letras de Coimbra, Damião Peres e Manuel Lopes de Almeida, o publicista e historiógrafo, Idalino F. da Costa Brochado, o jornalista e escritor Joaquim Manso, dois engenheiros civis e o arquitecto e professor da Escola de Belas Artes de Lisboa, Luís Cristino da Silva. A par dos organismos estatais com funções no terreno da cultura, do património, das obras públicas e do turismo continuavam a estar presentes a Sociedade de Geografia e a Academia das Ciências. Foram as únicas instituições que atravessaram os três regimes políticos, mantendo-se como uma referência incontornável quando se tratava de organizar as comemorações.

Um ano mais tarde foi nomeada uma comissão executiva de sete membros. O presidente era o mesmo da comissão nacional e o secretário indigitado foi o licenciado Diogo de Castelbranco Brandão, secretário da Presidência do Conselho. Um delegado da Direcção Geral da Contabilidade Pública e três vogais - dois engenheiros da direcção dos Serviços de Urbanização e o secretário da Assembleia Nacional, Costa Brochado⁴⁶¹ - completavam o elenco que era, assim, constituído por um número reduzido de indivíduos da estrita confiança do governo. A comissão executiva foi apoiada pelos serviços de uma secretaria, formada por dois técnicos superiores e três segundos oficiais⁴⁶².

⁴⁶¹ *Idem*, p. 105

⁴⁶² *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. I, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, p. 85

Foi criada uma comissão ultramarina para promover as comemorações em todas as colónias portuguesas, composta por oito elementos⁴⁶³. O presidente era o comodoro Sarmento Rodrigues que já tinha estado antes ligado a comemorações e possuía um relevante currículo como político e publicista de assuntos coloniais. O cargo de vice-presidente foi assumido pelo professor A. A. Mendes Correia, que também era membro da comissão nacional, na sua qualidade de presidente da Sociedade Geografia. Comissões especializadas ficaram encarregadas de organizar o Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, o V Colóquio Internacional sobre a História do Navio e da Economia Marítima, os *Monumenta Henricina*, a *Bibliografia Henriquina*, os *Portugaliae Monumenta Cartographica* e a Exposição Henriquina⁴⁶⁴. Havia ainda uma comissão da Marinha com dez elementos, presidida pelos contra-almirantes Nuno de Brion e Henrique Tenreiro⁴⁶⁵.

A mobilização estendeu-se ao nível regional, com a criação de onze delegações: Lisboa, Porto, Coimbra, Algarve, Batalha, Tomar, Viseu, Funchal, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta. A maior e mais representativa era a primeira, composta por um leque de vinte pessoas ligadas a organismos públicos, associações recreativas, culturais e socioprofissionais, grémios e ao Sindicato Nacional dos Jornalistas. As outras delegações regionais oscilaram entre sete e doze elementos, provenientes do aparelho político e administrativo ou representativos das forças vivas que apoiavam o regime nas várias regiões. Deste modo, verificou-se uma significativa mobilização de quadros públicos e de individualidades em torno da organização do centenário henriquino.

O modelo autoritário veio a traduzir o carácter ditatorial e corporativo do regime. Nas grandes comemorações nacionais, a orientação geral de todo o processo foi centralizada pela própria Presidência do Conselho, através da nomeação de

⁴⁶³ *Idem*, p. 75

⁴⁶⁴ *Idem*, pp. 77, 81 e 83

⁴⁶⁵ *Idem*, p. 79

comissões nacionais e executivas da sua confiança política. Nas outras, esse papel coube às instâncias da hierarquia do Estado mais directamente relacionadas com o evento. O poder político coordenava, assim, de forma estreita a organização das comemorações. Os responsáveis nomeados recebiam directrizes bastante concretas e ficavam incumbidos de exercer um controlo sobre todos os outros intervenientes. Tudo tinha de ser planeado e executado de acordo com o que era definido, como se tratasse de uma orquestra bem concertada. Por isso, os quadros do aparelho político e administrativo e as forças apoiantes do regime eram mobilizados para a organização e para as cerimónias de maior impacto público. Sobrava uma reduzida margem de manobra para as figuras independentes, escolhidas pela sua competência profissional e presentes na retaguarda da organização ou nas iniciativas de cariz mais académico. O objectivo principal do modelo consistia em assegurar a veiculação da ideologia e da propaganda do regime de forma tão uniforme quanto possível e sem perder de vista os fins políticos mais imediatos das comemorações.

Perfil dos comissários

A caracterização sociológica das comissões organizadoras dos centenários permite apreender o universo social que esteve na base das comemorações. Simultaneamente, tornam-se evidentes as linhas de continuidade e as diferenças entre o modelo liberal e o autoritário. A nossa análise vai ter especialmente em conta os elementos que tiveram funções de carácter executivo, de acordo com a lista que foi possível compilar dos organizadores dos centenários (Anexo I).

Entre 1880 e 1925, foi bastante significativo o peso dos indivíduos que tinham ligações com a imprensa, seja na qualidade de jornalistas efectivos ou na de colaboradores regulares dos periódicos (Quadro I). O mote para esta tendência foi

dado pelo centenário camoniano, organizado precisamente por uma grande comissão da imprensa. Nas comemorações de 1894 e 1898, quase todos os comissários com funções executivas escreviam nos periódicos da época. Nas comissões do duplo centenário, de 1915, e do nascimento de Camões, em 1924, o número de jornalistas e de colaboradores da imprensa era superior a metade do total dos membros das respectivas comissões executivas. Nas comemorações madeirenses a iniciativa coube ao director de um jornal local, o major João dos Reis Gomes do *Diário da Madeira*, e um dos principais dinamizadores foi o padre Fernando Augusto da Silva que era um colaborador assíduo dos jornais insulares. A comissão do Instituto de Coimbra, em 1921, era menos representativa nesse aspecto, mas um dos principais promotores escrevia regularmente na imprensa, o advogado José de Noronha. No centenário de Vasco da Gama, manteve-se a tradição de nomear um representante da imprensa: o encargo coube ao jornalista e escritor Alberto Beça, director do *Jornal do Comércio e das Colónias*. O próprio presidente da comissão, o coronel Francisco de Sales Ramos da Costa, foi colaborador do *Diário de Notícias*, do *Século* e da *Revista de Artilharia*, da qual chegou a ser director.

O desempenho como publicistas articulava-se, geralmente, com a actividade literária ou de divulgação no campo da história e das ciências. Um número elevado de comissários (62%) que integraram as comissões executivas, entre 1880 e 1925, possuía trabalhos publicados, com destaque para a área da história, da ficção e da poesia. É natural que a organização dos centenários atraísse um leque diversificado de homens de letras, com destaque para aqueles que dedicavam um interesse especial à história nacional. Em todas as comissões sobressaíram figuras desta área que, em geral, desempenharam um papel decisivo nos eventos. Na comissão do tricentenário de Camões estavam Teófilo Braga, Luciano Cordeiro e Pinheiro Chagas. A comissão académica que foi encarregada da participação portuguesa nas comemorações espanholas, em 1892, agregou um lote notável de investigadores e estudiosos da

história⁴⁶⁶. Pelo contrário, os membros da comissão henriquina não se destacaram nesse terreno, se bem que vários elementos tenham publicado alguns trabalhos avulsos, nomeadamente o padre Francisco José Patrício no domínio da arte religiosa e da arqueologia. Na comissão do “Centenário da Índia” destacavam-se Luciano Cordeiro, que inclusive publicou vários trabalhos no âmbito das comemorações, e Ernesto de Vasconcelos, que era na altura responsável pela *Revista Colonial e Marítima*.

Na organização dos centenários da I República, esta tendência continuou e, no duplo centenário de 1915, o resultado mais visível foi a publicação de um número considerável de fontes e de estudos mercê do trabalho dos investigadores mobilizados pela efeméride. Na comissão do centenário de Fernão de Magalhães estiveram dois historiadores de certa projecção, Manuel Paulo Mereia e Fortunato de Almeida, mas o próprio José de Noronha cultivou a divulgação da história. Ligados às comemorações de Vasco da Gama estiveram Afonso de Dornelas, Vicente de Almeida d’Eça e Henrique Lopes de Mendonça que possuíam diversos trabalhos publicados, nomeadamente no domínio da história da expansão e dos descobrimentos portugueses. Em 1924, no leque dos intelectuais presentes nas duas comissões do centenário camoniano destacavam-se vários autores com publicações de carácter historiográfico: Jaime Cortesão, Luciano Pereira da Silva, José de Figueiredo, Moses Amzalak, na história do pensamento económico, e José Maria Rodrigues.

Outra ocupação frequente dos organizadores das comemorações, neste período, era o ensino (47%). Metade dos que se dedicaram a esta actividade, exerceu a docência a nível superior e os restantes foram professores do ensino médio e secundário (Quadro I). Geralmente, o desempenho desta função andava associado à actividade como escritores e publicistas. A par destas ocupações, destaca-se também

⁴⁶⁶ Podemos destacar Oliveira Martins, Henrique Lopes de Mendonça, José Ramos Coelho, Prospero Peragallo, João Braz de Oliveira, Gabriel Pereira e Sousa Viterbo

o exercício de cargos políticos, ao nível dos órgãos do poder central e local. Assim, registámos a presença de conselheiros de Estado, ministros, pares do reino ou, no período da I República, senadores, deputados, governadores das colónias, governadores civis e membros das Câmaras Municipais. Naturalmente, a maior percentagem era constituída por indivíduos que estiveram ligados ao parlamento, em especial deputados (30%). Não deixa de ser também importante o número daqueles que, ao longo do seu percurso, vieram a desempenhar o cargo de ministros (16%).

Os militares também se destacaram na organização dos centenários. Três comissões foram mesmo presididas por oficiais das Forças Armadas e estiveram representados em todas aquelas que registámos desde 1880 a 1925, com excepção do centenário de Fernão de Magalhães. Por ordem decrescente de importância, assinala-se ainda a presença de funcionários da administração pública (11), advogados (8), proprietários e empresários (8), engenheiros (7), médicos (4) e membros do clero (4). Entre as ocupações menos frequentes é de registar o facto de haver um único arquitecto, mas que teve um papel importante naquele período.

Trata-se do conceituado arquitecto José Luís Monteiro que, durante mais de meio século, pertenceu a todas as comissões de arquitectura de monumentos que se realizaram em Lisboa e foi responsável por múltiplas obras emblemáticas das tendências da época. Esteve na comissão do “Centenário da Índia”, depois de ter desenhado o pavilhão que o município ergueu por ocasião do tricentenário de Camões e o carro da imprensa para o cortejo cívico. Também participou na orientação das obras da nova sede da Sociedade de Geografia e delineou a sala Portugal e a sala Algarve, onde se realizaram muitas cerimónias.

A maioria dos comissários possuía um nível de formação superior, obtido por meios académicos ou como autodidactas, e tinha em comum o empenho nas causas cívicas. Um número muito significativo foi sócio da Sociedade de Geografia (55%) e esteve ligado à Academia das Ciências (44%), na qualidade de correspondentes ou

efectivos. No Porto, depois da extinção da Sociedade de Instrução, não surgiu uma instituição que congregasse os intelectuais nortenhos, mas em Coimbra havia o respectivo Instituto que reunia também um considerável leque de associados. Na capital, o círculo das relações sociais dos principais organizadores dos centenários englobava as redacções dos periódicos, os políticos no activo, os intelectuais e os artistas. Faziam parte, maioritariamente, das camadas médias ou médias-altas ilustradas que, através da escrita ou de funções com algum prestígio, tinham conseguido afirmar-se do ponto de vista sociocultural e político. Por isso, estiveram integrados nas comissões organizadoras dos centenários.

Um quadro sensivelmente diferente decorre da análise da composição das comissões nomeadas durante o período do Estado Novo. No conjunto, os quadros técnicos e políticos da administração pública e os militares tiveram um papel dominante na organização dos centenários. Os primeiros representam mais de metade do total dos comissários oficialmente nomeados (Quadro II) e englobam um variado leque de funcionários superiores: o director do Secretariado de Propaganda Nacional, posteriormente designado Serviço Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo; o director geral do Ensino Técnico; o director da Emissora Nacional; o responsável da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; os directores do Museu de Arte Contemporânea e do Museu Nacional de Arte Antiga; o director do Arquivo Colonial; o Agente Geral das Colónias; o presidente da Junta Autónoma das Estradas e do Conselho Nacional de Turismo; chefes de repartição da Direcção Geral de Contabilidade Pública, dos Serviços de Urbanização e do Ministério das Obras Públicas, ou mesmo da Direcção Geral da Administração Política e Civil, do Ministério do Interior.

Os militares estavam presentes em menor número, mas sem deixar de ter um peso muito significativo (24%) e um papel importante no conjunto dos centenários analisados. Nas comemorações do Duplo Centenário, o cargo de vice-presidente foi

desempenhado pelo coronel Henrique Linhares de Lima e havia ainda mais quatro oficiais na comissão nacional nomeada por Oliveira Salazar: o oficial do Exército e presidente substituto da Câmara Municipal de Lisboa, Eduardo Rodrigues de Carvalho; o capitão de infantaria e director da Emissora Nacional, Henrique Galvão; o oficial da Marinha e investigador de arqueologia naval, Henrique Quirino da Fonseca, que foi substituído pelo comandante Fontoura da Costa depois do seu falecimento; o brigadeiro Manuel Silveira e Castro, presidente da Junta Autónoma das Estradas e do Conselho Nacional de Turismo. Nas comemorações realizadas nas colónias, os militares em serviço e os funcionários da administração dominavam, naturalmente, as comissões organizadoras. Em 1955, como já referimos, a comissão nomeada tinha um cariz político-militar, visto que seis dos treze comissários eram militares e havia representantes de quatro ministérios e do Secretariado Nacional de Informação. No conjunto, os elementos militares e oficiais dominaram a organização do centenário de Mouzinho de Albuquerque.

Finalmente, em 1960, continua a verificar-se a mesma preponderância dos quadros superiores do funcionalismo e dos militares. Na comissão nacional estava o coronel Alberto Faria de Moraes, director do Arquivo Histórico Militar, o primeiro-tenente Avelino Teixeira da Mota e o vice-almirante Gago Coutinho, que faleceu antes da realização do centenário. Os dois últimos foram investigadores destacados no campo da história da náutica, dos descobrimentos e da cartografia. A comissão ultramarina foi presidida pelo comodoro Sarmento Rodrigues, que também dirigiu a subcomissão do V Colóquio de História do Navio e da Economia Marítima. Havia ainda uma comissão da Marinha composta por dez elementos. A comissão executiva, composta somente por seis elementos, foi dominada pelos funcionários do aparelho do Estado e homens da confiança política do governo. Além do presidente José Caeiro da Mata, ex-ministro e diplomata, é de salientar o facto do secretário da comissão executiva, Diogo de Castelbranco Brandão, desempenhar idêntica função

na Presidência do Conselho e de um dos vogais ser o secretário da Assembleia Nacional, Idalino da Costa Brochado. Este foi também durante vários anos vogal da comissão executiva da União Nacional⁴⁶⁷.

Globalmente, registre-se que o leque das ocupações dos comissários não é muito diverso do anterior. Contudo, a importância de certas actividades diminuiu, em consequência do ascendente que ganharam os sectores já mencionados. Os professores passaram a ser em número inferior (23%) e, na esmagadora maioria, eram do ensino superior, em especial das áreas de Letras, Direito e Belas Artes. Um número considerável de comissários ainda era autor de diversos tipos de publicações (24%), mas no cômputo total o seu número decresceu muito. Somente nas comissões dos grandes centenários nacionais de 40 e de 60, cujos membros foram recrutados entre as elites culturais e políticas, os escritores tiveram uma importância mais destacada.

Entre as ocupações registadas a que perdeu importância de forma ainda mais notória foi o jornalismo. O número daqueles que se dedicaram à actividade jornalística é claramente inferior (12%), mas em contrapartida alguns ex-jornalistas assumiram funções importantes na organização dos centenários e a sua experiência não deixou de ser tida em conta no exercício das novas funções. Foi o caso do comissário geral da Exposição do Mundo Português, Augusto de Castro, do secretário da comissão nacional de 1940 e director do Secretariado de Propaganda Nacional, António Ferro, e do vogal da comissão executiva do centenário do Infante D. Henrique, Costa Brochado. A questão da propaganda era o que estava realmente em causa. Daí a presença do director da Emissora Nacional, em 1940, de dois directores de jornais, no centenário da Restauração de Angola, do presidente do Grémio da Imprensa Diária, em 1955, e dos representantes do organismo estatal que tinha essa missão específica.

⁴⁶⁷ Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito (dir. de), *op. cit.*, vol. I, p. 105

O grupo dos arquitectos, artistas e, sobretudo, engenheiros ganhou maior expressão, devido à importância que os programas de obras públicas tiveram em diversos centenários e, em especial, no ano da realização da Exposição do Mundo Português. Mas o número de membros do clero manteve-se reduzido nestas comissões centrais, apesar do relevo que a Igreja passou a ter no desenrolar das cerimónias comemorativas durante o Estado Novo. Só a comissão central do centenário da Guiné era presidida pelo Prefeito Apostólico. Em cada uma das outras comissões registámos a presença de elementos isolados: o sacerdote, lente de Coimbra e sócio benemérito do Centro Académico da Democracia Cristã, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, integrou a comissão do Duplo Centenário na qualidade de presidente da Academia Portuguesa de História; nas comemorações guineenses havia um padre encarregado das cerimónias religiosas e nas de Angola também aparecia um cônego entre os membros da respectiva comissão. No centenário henriquino não constava qualquer figura do clero nas comissões nacional e executiva, mas tiveram uma expressão significativa em subcomissões, nomeadamente naquela que efectuou o trabalho de pesquisa necessário para a publicação dos *Monumenta Henricina*, e em múltiplas cerimónias e intervenções públicas.

Difícil se torna estabelecer comparação quanto ao desempenho de cargos políticos, visto que não conseguimos recolher elementos para os membros das comissões da Guiné e de Angola. Em relação aos restantes comissários, note-se que o exercício de cargos políticos se tornou menos frequente (Quadro II). Contudo, este facto não significa um menor cunho político das comissões do período do Estado Novo, visto que é compensado pela forte presença dos quadros superiores com funções nitidamente políticas dentro do regime. Nos centenários de 40 e de 60, os presidentes das comissões eram individualidades com um importante currículo político e havia um número considerável de elementos com actuação neste campo, o que demonstra bem a importância que foi atribuída pelos governos à sua organização.

Não foi possível apurar o número de comissários que eram filiados da União Nacional, mas tratando-se de pessoal da confiança dos governos não podemos deixar de admitir que um sector considerável fosse membro do partido único do regime⁴⁶⁸.

No conjunto, o número de membros da Academia das Ciências diminuiu e não foi compensado por aqueles que faziam parte da Academia Portuguesa de História. Em termos absolutos e relativos, havia menos académicos do que na totalidade das comissões de 1880 a 1925 (Quadro II), visto que alguns eram membros das duas instituições. O decréscimo do número de sócios da Sociedade de Geografia ainda é mais significativo, apesar de admitirmos que possa haver algumas falhas pontuais na recolha que foi possível fazer dos associados⁴⁶⁹. Apesar disso, continuou a estar representada nas principais comissões dos centenários e ainda desempenhou papel importante na organização de vários programas comemorativos. Em termos gerais, o carácter plural e diversificado da composição das comissões não se manteve e só pontualmente algumas associações estiveram representadas, como foi o caso da Sociedade Histórica da Independência e do grupo dos “Amigos de Lisboa”.

Por último, vejamos o perfil social dos comissários gerais e dos seus mais destacados colaboradores, com o objectivo de avaliar as razões que teriam justificado a sua escolha.

Em 1880, já referimos que João Carlos Rodrigues da Costa⁴⁷⁰ foi eleito, por proposta de Luciano Cordeiro, por ser o representante do decano dos jornais presentes na grande comissão da imprensa da capital. Na altura capitão de Artilharia,

⁴⁶⁸ Em 1932, Salazar declarava o seguinte: “os que aceitem a sua nomeação ou eleição para cargos e funções dirigentes não podem mais dizer que não estão ou não ficam ligados à UN e ao seu programa. Isso mesmo lhes é imposto pela sua dignidade moral” (Cit. Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Presença. 1988, p. 181). Contudo, na prática este princípio nem sempre era respeitado.

⁴⁶⁹ A identificação dos sócios da Sociedade de Geografia foi obtida a partir das indicações constantes dos decretos que criam as comissões, das biografias e das relações de sócios que foram publicadas, em 1898, 1900 e 1925. Depois da última data, há o registo anual publicado no Boletim.

⁴⁷⁰ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXVI, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s.d., pp. 20-21

era professor de Ciências Naturais, Física e Química, no Colégio Militar, e redactor da *Revolução de Setembro*, em conjunto com Rodrigues Sampaio, Cunha Belém e Morais Sarmento. Filiado no partido Regenerador, veio a ser deputado nas legislaturas de 1882 e 1892. Segundo o testemunho do *Contemporaneo*, dirigiu as sessões de trabalho com “imparcialidade” e “esclarecendo muitas vezes as diversas interpretações com a urbanidade e delicadeza de quem assume com dignidade uma posição tão honrosa”⁴⁷¹. Por causa desses traços de personalidade e do seu currículo como oficial e jornalista, integrou também a comissão executiva do “Centenário da Índia” e foi o presidente da comissão do Exército nomeada, em 1908, para dirigir as comemorações do centenário das Guerras Peninsulares.

A comissão da Academia Real das Ciências para a participação nacional no centenário da descoberta da América foi presidida por Francisco Manuel de Melo Breyner⁴⁷², conde de Ficalho. Distinguiu-se como botânico, tendo exercido o magistério na Escola Politécnica de Lisboa, e deu um grande impulso ao Jardim Botânico e aos museus daquela instituição. Dotado de vasta cultura, relacionou-se com os maiores escritores e artistas do seu tempo e foi um dos membros do grupo dos “Vencidos da Vida”. Em 1881, passou a ser par do reino. A sua nomeação para presidente da comissão académica não foi, decerto, alheia ao seu interesse pela história dos descobrimentos, nomeadamente pela influência destes no conhecimento das plantas. Na altura, já tinha publicado a *Flora dos Lusíadas* (1880), a *Memória sobre a malagueta* (1883), *Garcia de Orta e o seu tempo* (1886) e o primeiro volume da edição dos *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia* (1891), do médico quinhentista.

⁴⁷¹ *O Contemporaneo*, 2ª ed., Lisboa, 6º anno, nº 88

⁴⁷² *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XI, p. 260 Luís de Albuquerque, “Ficalho, 3º conde de” in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Iniciativas Editoriais, s.d., p.8

Perfil muito diferente possuía o presidente da comissão do centenário henriquino, António Ribeiro da Costa e Almeida⁴⁷³. Não era um erudito e aristocrata, mas um indivíduo da classe média portuense que se tinha licenciado em Direito, em Coimbra. Advogado, professor e reitor do Liceu Central do Porto, dedicou-se também à actividade política. Presidiu, durante muitos anos, ao Centro Progressista do Porto e foi deputado de 1868 a 1870. Colaborador de periódicos regionais e autor de compêndios para estudantes, era presidente da Câmara Municipal do Porto, a entidade responsável pela comemoração do centenário.

O primeiro presidente nomeado pelo governo para a comissão central do “Quarto Centenario da Descoberta da India” foi o conselheiro Manuel Joaquim Pinheiro Chagas⁴⁷⁴. Já tinha integrado a comissão executiva do centenário camoniano e desempenhado de forma distinta o encargo de primeiro secretário da comissão académica de 1892. A sua nomeação ficou a dever-se ao seu perfil de político regenerador, de professor do Curso Superior de Letras, de publicista e escritor que tinha adquirido grande prestígio na sociedade da época. Foi sócio da Academia Real das Ciências e seu secretário depois do falecimento de Latino Coelho. Desempenhou ainda os cargos de deputado e ministro da Marinha, tendo sido durante a sua gerência que se realizou a grande travessia de Angola à contracosta por Brito Capelo e Roberto Ivens. Seguidor da escola ultra-romântica de Castilho, foi poeta, novelista, dramaturgo e historiador. O romance histórico e o drama romântico, de que foi exemplo a peça de grande êxito *A Morgadinha de Valflor* (1869), contribuíram para a sua popularidade. Destacou-se também no campo historiográfico, especialmente na área da divulgação.

⁴⁷³ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. II, p. 37

⁴⁷⁴ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXI, pp. 751-54; Armando Nobre de Gusmão, “Chagas, Manuel Joaquim Pinheiro” in Joel Serrão (dir.), *op. cit.*, vol. II, pp.48-9

O seu falecimento a 8 de Abril de 1895 determinou a substituição pelo conselheiro Francisco Joaquim Ferreira do Amaral ⁴⁷⁵, presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa. Exerceu o cargo de 1894 a 1908 e tornou-se, posteriormente, presidente honorário da instituição. Destacado oficial da Marinha e colonialista, prestou serviço em várias regiões do Ultramar, tendo-se distinguido como governador de Angola na conjuntura difícil provocada pela Conferência de Berlim e pelas pretensões do Congo e da Alemanha em relação ao leste e ao Sul daquela colónia portuguesa, respectivamente. Foi deputado regenerador em várias legislaturas e ministro da Marinha no governo de José Dias Ferreira, em 1892. No ano do “Centenário da Índia” veio a ser nomeado par do reino. Ao contrário do antecessor na presidência da comissão, o seu destaque era, sobretudo, de foro político.

A par dele não podemos esquecer a acção de Luciano Baptista Cordeiro de Sousa⁴⁷⁶ que foi o mais persistente impulsionador das comemorações. Já tinha desempenhado papel idêntico no tricentenário de Camões, de acordo com o que defendia ser um dos objectivos prioritários da Sociedade de Geografia. Formou-se no Curso Superior de Letras, depois de uma tentativa mal sucedida de seguir a carreira da Marinha, por motivos de falta de robustez física. Funcionário superior da administração pública, destacou-se como publicista pela colaboração regular na imprensa e como fundador e proprietário do *Commercio de Lisboa*. Com Rodrigo Afonso Pequito também foi fundador da *Revista de Portugal e Brazil* e da Sociedade de Geografia, herdeira da Comissão Central de Geografia de que tinha feito parte. Foi deputado pelo partido Regenerador e um defensor intransigente das posições coloniais portuguesas. O seu interesse pela história ficou documentado em múltiplos

⁴⁷⁵ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XI, pp. 195-96; David Ferreira, “Amaral, Joaquim Ferreira do” in Joel Serrão (dir.), *op. cit.*, vol. I, pp. 125-26

⁴⁷⁶ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VII, pp. 667-69; Armando Nobre de Gusmão, “Cordeiro de Sousa, Luciano Baptista ” in Joel Serrão (dir.), *op. cit.*, vol. II, p. 185

trabalhos publicados, com particular incidência nos temas da expansão e dos descobrimentos portugueses.

Em 1900, não chegou a constituir-se uma comissão para o centenário do descobrimento oficial do Brasil, mas o conselheiro Francisco Maria da Cunha⁴⁷⁷ foi enviado como embaixador extraordinário às comemorações brasileiras. Oficial do Exército, director do Colégio Militar, comandante da Escola do Exército e da 1ª Divisão Militar e presidente da Comissão Superior da Guerra era uma figura destacada dos meios militares portugueses. Foi ajudante de campo honorário de D. Luís e de D. Carlos e chefe da casa militar do último. No ultramar tinha sido governador geral de Moçambique e da Índia. Na metrópole, foi deputado progressista, par do reino e ministro da Guerra. Acrescia ainda ao seu currículo a presidência da Sociedade de Geografia de Lisboa, entre 1888 e 1890. Portugal enviou, por conseguinte, ao Brasil um homem representativo do regime e do poder vigente.

O duplo centenário de 1915 teve como presidente, indigitado pelo governo, Anselmo Braamcamp Freire⁴⁷⁸. De origem fidalga, foi nomeado par do reino, em 1887. Mas aderiu ao ideário republicano em protesto contra a ditadura franquista, em 1907. No ano seguinte, foi eleito na lista republicana para a Câmara Municipal de Lisboa, passando a desempenhar o cargo de presidente do município. Com a implantação da República continuou a actividade política à frente dos destinos do concelho, como presidente da Assembleia Nacional Constituinte e, mais tarde, como presidente do Senado. A sua paixão pela história traduziu-se na fundação, em conjunto com D. José Pessanha, do *Arquivo Historico Portuguez* (1903-1909) e num importante e variado leque de estudos dedicados a temas de arqueologia, heráldica,

⁴⁷⁷ Sociedade de Geografia de Lisboa, *75 anos de Actividades ao Serviço da Ciência e da Nação*, Lisboa, 1950, p. 128

⁴⁷⁸ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. IV, pp. 101-102; David Ferreira, “Freire, Anselmo Braamcamp” Joel Serrão (dir.), *op. cit.*, vol. III, pp. 76-7

genealogia e história da expansão e da cultura. Empregou também uma parte da sua fortuna pessoal para financiar a edição de livros e revistas de história. Foi presidente da Academia das Ciências de Lisboa alguns anos mais tarde (1919) e da Sociedade de Geografia (1913 a 1921). O prestígio que granjeou através da acção política somava-se ao perfil de um cultivador da história portuguesa.

Francisco Miranda Costa Lobo⁴⁷⁹ era o presidente do Instituto de Coimbra e, por isso, presidiu também a comissão do centenário de Fernão de Magalhães. Professor de matemática e astrónomo, publicou um considerável número de trabalhos da sua área de estudo e alguns textos sobre temas históricos, económicos e políticos. Foi deputado e governador civil de Coimbra. Entre os múltiplos cargos públicos e cívicos que desempenhou, merece destaque o de presidente da Cruzada Nun'Álvares, constando da sua bibliografia publicações sobre a vida do beato⁴⁸⁰.

Ao seu lado esteve o secretário do Instituto, José Manuel de Noronha⁴⁸¹. Formado em Direito e colaborador de vários jornais, dirigiu o periódico *O Universo*. Cultivou o interesse pela história e é extenso o conjunto das suas publicações sobre esta matéria. Foi o principal impulsionador da comemoração, sendo responsável, inclusive, por um artigo sobre a naturalidade e a família de Fernão de Magalhães⁴⁸².

Nas comemorações madeirenses de 1922-23, o governador civil foi o presidente da comissão de honra por razões de ordem institucional e políticas. Mas os verdadeiros promotores foram o major João dos Reis Gomes e o padre Fernando Augusto da Silva⁴⁸³. Ambos eram figuras representativas dos sectores ilustrados da sociedade funchalense que exerceram a docência, escreveram regularmente na

⁴⁷⁹ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VII, pp. 904-905

⁴⁸⁰ *D. Nuno Álvares Pereira, Condestável de Portugal, Beato Nuno de Santa Maria (1431-1931) e Nun'Álvares, sábio, herói e santo*

⁴⁸¹ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVIII, pp. 893-94

⁴⁸² “Algumas observações sobre a naturalidade e a família de Fernão de Magalhães” in *O Instituto*, v. 68, nº 3, Coimbra, 1921

imprensa local e dedicaram parte da sua vida às actividades literárias e, no caso do segundo, ao conhecimento da história regional. O primeiro era o autor do drama histórico *Guimar Teixeira*, que foi representado durante o centenário, e o segundo preparou, em colaboração com Carlos Azevedo de Meneses, o *Elucidário Madeirense*, uma iniciativa editorial importante que se integrou no programa das comemorações. Reis Gomes não se interessou pela actividade política, mas o padre Fernando da Silva foi presidente da Câmara Municipal do Funchal por duas vezes e responsável pela administração da Santa Casa da Misericórdia.

O centenário camoniano, em 1924, teve como presidente da comissão executiva Sebastião Magalhães Lima⁴⁸⁴, na altura uma figura respeitada do republicanismo que estivera, desde o início, associado às celebrações do épico. Formado em Direito, exerceu a advocacia durante algum tempo. Mas veio a destacar-se como jornalista e propagandista do ideário republicano, de cariz democrático e socializante. Como referia nos episódios da sua vida, “[...] eu fui sempre não só um socialista como também um feminista, não só republicano como também livre-pensador, são coisas que se completam e logicamente se concatenam”⁴⁸⁵. Atravessou todo o período conturbado da I República “sem nunca se ter imiscuído nas lutas dos partidos republicanos, para cuja boa convivência empregou constantes esforços”⁴⁸⁶. Foi grão-mestre da Maçonaria Portuguesa, deputado à Assembleia Constituinte, senador da República e ministro da Instrução Pública pelo escasso período de um mês. Muitas vezes foi sugerido o seu nome para a presidência da República, particularmente em 1923. E, apesar das grandes inimizades que as suas ideias

⁴⁸³ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXIV, pp. 901-902 e vol. XL (Apêndice), p. 438; *Idem*, vol. XXVIII, p. 783; Luiz Peter Clode, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses, sécs. XIX e XX*, Funchal, s.d., pp. 400-401 e pp. 443-444

⁴⁸⁴ David Ferreira, “Lima, Sebastião de Magalhães” in Joel Serrão (dir.), *op. cit.*, vol. III, pp.524-25

⁴⁸⁵ Sebastião Magalhães Lima, *Episódios da minha vida*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Universal, s.d., p.256. Uma análise do pensamento desta figura do republicanismo foi feita por Maria Rita Robles Monteiro Lino Granel, *O Pensamento de Sebastião Magalhães Lima*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1997

⁴⁸⁶ David Ferreira, *op. cit.*, p. 524-25

políticas lhe granjearam nos sectores conservadores, manteve uma aura de respeito e simpatia que o indicavam para comissário das comemorações do poeta que era o símbolo da nacionalidade⁴⁸⁷.

Junto de si teve o empenho do vereador Alexandre Ferreira⁴⁸⁸ na organização do centenário que foi decisivo para o sucesso da iniciativa. Este técnico de Seguros foi deputado e vereador municipal durante vários anos, tendo-se destacado por uma notável actividade cívica e em prol da instrução, nomeadamente na benemérita obra dos Inválidos do Comércio. Também pertenceu à maçonaria⁴⁸⁹.

A comissão do centenário de Vasco da Gama, em 1925, teve como presidente o coronel Francisco de Sales Ramos da Costa⁴⁹⁰, que se destacou em comissões de serviço como a remodelação da fábrica de material de guerra de Braço de Prata. Foi deputado por Setúbal na Assembleia Constituinte de 1911 e, posteriormente, senador da República. Dirigiu a *Revista de Artilharia* e foi membro da maçonaria⁴⁹¹. Mas em todo o processo o contributo do secretário da comissão, Afonso de Dornelas⁴⁹², revelou-se fundamental. Dedicou parte importante da sua vida aos estudos históricos, com especial incidência na arqueologia, heráldica e genealogia. Foi o fundador do Instituto Português de Heráldica, do Conselho Nobiliárquico de Portugal e presidente da secção de heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Sócio

⁴⁸⁷ *O Contemporaneo* referia-se a Magalhães Lima, em 1881, como “o democrata sincero, o caracter honradissimo, o talento provadissimo que fazem d’elle um dos mais sympathicos escriptores do jornalismo portuguez e um dos mais bellos espiritos da moderna geração” (6º anno, nº 88). Em 1898, era a vez do *Diário Ilustrado* dizer dele, a propósito da sua colaboração no “Centenário da Índia”, que era “sobretudo socialista por inspiração sentimental”. E continua: “Já em 80 foi do centenário de Camões, e bem escolhido então como hoje, porque é das individualidades mais puras do jornalismo portuguez, embora seja, não o parecendo, da ala esquerda dos extremos da política” (Nº Extraordinario Comemorativo da Centenario da Índia, 1898). Dele disse Teófilo Braga que “a divisa que iluminará o seu nome terá a frase lapidar: *Il a hautement pensé. Et noblement agi.*” cit. Maria Rita Robles Monteiro Lino Granel, *op. cit.*, p. 44

⁴⁸⁸ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XI, p. 158 e vol. XXXIX (Apêndice), p. 603

⁴⁸⁹ A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Editorial Delta, 1980, p. 569

⁴⁹⁰ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXIV, p. 359

⁴⁹¹ A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 424

⁴⁹² *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. IX, pp. 262-263 e vol. XXXIX (Apêndice), p. 491

correspondente da Academia das Ciências e do Instituto de Coimbra, será mais tarde um dos fundadores da Academia Portuguesa de História. Além da actividade intelectual destacou-se como voluntário da Cruz Vermelha Portuguesa, tendo prestado valioso serviço no exercício dessas funções que lhe valeram ser agraciado com várias medalhas, nomeadamente a de ouro da Generosidade, Filantropia e Mérito, em 1919. Em 1940, fez parte da comissão nacional e foi o coordenador do Pavilhão dos Portugueses no Mundo, entre outras tarefas.

A escolha dos comissários gerais dos centenários continuou, no Estado Novo, a obedecer aos critérios anteriores. Normalmente, eram indivíduos da confiança dos governos que se tinham destacado como intelectuais e políticos ou na carreira militar e na administração. O facto de serem representantes de uma instituição cultural prestigiada era um factor adicional a favor da sua nomeação.

Em 1934, o presidente da comissão do centenário da passagem do cabo Bojador foi o coronel Alfredo Augusto Lisboa de Lima⁴⁹³, pelo facto de ser presidente da Comissão Africana da Sociedade de Geografia, a entidade que realizou a comemoração. O seu currículo reunia a experiência e o interesse pelos problemas coloniais com a formação no campo da engenharia. Foi professor da Escola Superior Colonial e tinha sido presidente da Associação dos Engenheiros Civis. No seu passado, decerto já esquecido na altura, constava a polémica actuação como comissário da representação portuguesa na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, em 1922.

O promotor desta comemoração foi António Cabreira⁴⁹⁴, representante de um dos ramos da descendência de Gil Eanes. Matemático e escritor, foi redactor efectivo do jornal *A Nação* e colaborou noutros periódicos. Sócio de variadas associações científicas nacionais e estrangeiras, esteve também ligado à Sociedade de Geografia e

⁴⁹³ *Idem*, vol. XV, pp. 299-300

⁴⁹⁴ *Idem*, vol. V, pp. 314-315

foi sócio correspondente da Academia das Ciências, o que não o impediu de ser um dos fundadores da Academia de Ciências de Portugal.

O Duplo Centenário começou por ter como presidente o embaixador Alberto de Oliveira⁴⁹⁵, responsável pela primeira proposta das comemorações. Formado em Direito por Coimbra, seguiu a carreira diplomática. Poeta e escritor, publicou várias obras e colaborou na imprensa. Em Dezembro de 1920, tinha sido enviado como embaixador com a missão especial de representar Portugal nas festas do quarto centenário do descobrimento do Estreito de Magalhães, promovidas pelo governo do Chile. As condições de saúde não lhe permitiram assumir o encargo de comissário geral e acabou por falecer a 23 de Abril de 1940, sem poder ver realizado o projecto que tinha desencadeado.

Foi substituído por Júlio Dantas⁴⁹⁶, médico do Exército, escritor, diplomata e político que tinha atingido grande nomeada e projecção pública. Pouco exerceu as funções de clínico e foi como poeta, romancista e dramaturgo que conseguiu grande popularidade. Professor e director da secção dramática do Conservatório, desempenhou também vários cargos públicos e políticos, nomeadamente como parlamentar e ministro da Instrução Pública (1920) e dos Negócios Estrangeiros (1921 e 1923). Ligado aos sectores da direita republicana, viria a integrar-se no Estado Novo e, em 1936, tornou-se membro da Câmara Corporativa e do respectivo Conselho da Presidência. Foi eleito presidente da classe de Letras da Academia das Ciências, em 1921. No ano seguinte, tornou-se presidente desta instituição, cargo que viria a exercer por várias vezes. Foi, aliás, na qualidade de escritor e figura destacada da Academia que foi nomeado para comissário geral dos Centenários.

O vice-presidente indigitado em primeiro lugar também não pôde cumprir o seu mandato. José Capelo Franco Frazão⁴⁹⁷, conde de Penha Garcia, era formado em

⁴⁹⁵ *Idem*, vol. XIX, p. 348

⁴⁹⁶ *Idem*, vol. VIII, pp. 384-85 e Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, *op. cit.*, vol. I, p. 251-52

⁴⁹⁷ Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, *op. cit.*, vol. I, p. 372

Direito por Coimbra e fazia parte do grupo de políticos monárquicos que se exilou na sequência da implantação da República. As suas posições em matéria colonial granjearam-lhe alguma notoriedade e viria a ser presidente da Sociedade de Geografia entre 1928 e 1940. A par dessa actividade cívica, exerceu o cargo de director da Escola Superior Colonial. Foi, deste modo, sob a sua direcção que a S.G.L. se aproximou da política colonial dos governos salazaristas e se tornou um instrumento de propaganda dos valores imperiais do regime. A posição destacada para a qual viria a ser nomeado nas comemorações foi, por conseguinte, o corolário normal dessa actuação.

Pelas mesmas razões do embaixador Alberto de Oliveira foi substituído pelo coronel Henrique Linhares de Lima⁴⁹⁸, que já fazia parte da comissão nomeada pela Presidência do Conselho. A sua carreira política iniciou-se no período da Ditadura, quando assumiu a pasta da Agricultura e, interinamente, a das Colónias, em 1929. Depois foi presidente da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola, da comissão administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, deputado e ministro do Interior no ano das primeiras eleições legislativas, em 1934. A sua nomeação para vice-presidente da comissão executiva dos Centenários decorreu, por isso, do seu perfil como militar e político do regime.

No quadro dirigente das comemorações de 40, há pelo menos mais duas figuras que têm de ser realçadas: o secretário-geral, António Ferro⁴⁹⁹, e o comissário geral da Exposição do Mundo Português, Augusto de Castro⁵⁰⁰. Ambos tinham em comum a actividade jornalística e literária, além da sua ligação política ao regime salazarista. O primeiro foi nomeado, em 1933, director do Secretariado de Propaganda Nacional, onde procurou desenvolver uma “política do espírito”, nos seus próprios termos, em colaboração com antigos companheiros, intelectuais e artistas do

⁴⁹⁸ *Idem*, pp. 520-21

⁴⁹⁹ *Idem*, pp. 355-357

⁵⁰⁰ *Idem*, vol. II, pp. 815-16

movimento modernista, como Almada Negreiros. Foi no quadro dessa função política que recebeu a incumbência de secretariar a comissão dos Centenários e de ocupar-se do Pavilhão do Portugal de Hoje e do Centro Regional, da Exposição do Mundo Português. O segundo tinha enveredado pela carreira diplomática, nos últimos anos da I República. Esteve como ministro plenipotenciário em Londres e, sucessivamente, no Vaticano, onde participou nas negociações sobre o Padroado Português do Oriente, em 1928, em Bruxelas (1929), em Roma (1931) e de novo na capital belga (1935). Em Dezembro de 1938 regressou a Lisboa para encarregar-se da mais importante realização do programa centenarial.

Nos centenários da Guiné e de Angola, as comissões executivas foram presididas, respectivamente, pelo comandante militar, o major Pedro da Cunha Meneses Pinto Cardoso, e pelo director dos Serviços de Administração Civil, Manuel Pereira Figueira. A sua nomeação decorreu, decerto, do lugar que ocupavam na governação da colónia. Sobre estas figuras não conseguimos recolher quaisquer outros elementos biográficos. De igual modo, os responsáveis directos pelas comemorações açorianas foram os governadores civis dos distritos e sobre eles as informações também são escassas (Anexo I).

A presidência da comissão da comemoração de Mouzinho de Albuquerque coube ao general Luís António de Carvalho Viegas⁵⁰¹, da arma de Cavalaria a que tinha pertencido o homenageado. Combatente na I Guerra Mundial, exerceu cargos na administração colonial, nomeadamente o de governador da Guiné. Foi deputado da Assembleia Nacional eleito em 1945. Na altura da nomeação, era presidente do Conselho Superior de Disciplina do Exército. Foi coadjuvado pelo general Abílio Pais de Ramos⁵⁰², director da Arma de Cavalaria. Oficiais do Exército e um

⁵⁰¹ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VI, pp. 92-93; vol. XXXIX (Apêndice), p. 272; vol. III, Actualização, p. 30

⁵⁰² *Idem*, vol. XIX, p. 999; vol. XL (Apêndice), p. 261

funcionário superior, Filipe de Almeida d'Eça, na qualidade de secretário-geral, asseguraram a direcção executiva destas celebrações.

Diferente foi a escolha efectuada pela Presidência do Conselho para comissário geral do centenário henriquino: o jurista e professor universitário José Caeiro da Mata⁵⁰³. Professor de Direito, primeiro em Coimbra e depois em Lisboa, viria a destacar-se na carreira diplomática e política, tendo sido ministro dos Negócios Estrangeiros e da Educação Nacional. A segunda vez que deteve a pasta dos Estrangeiros foi, precisamente, nos anos de intensa actividade política externa do pós-guerra, em que teve de desenvolver negociações de grande importância para o futuro do país. Nomeadamente, coube-lhe assinar a adesão de Portugal ao Tratado do Atlântico Norte, a 4 de Abril de 1949. Além de ministro, desempenhou outros elevados cargos políticos e o seu nome chegou a ser apontado como um eventual candidato à presidência da República. A sua nomeação deveu-se à estrita fidelidade política ao regime e, em particular, a Salazar a quem era “devotadíssimo”, de acordo com o testemunho de Marcello Caetano⁵⁰⁴.

De modo geral, os presidentes das comissões organizadoras e os seus colaboradores mais importantes eram homens que tinham atingido uma posição de destaque na sociedade. Jaime Resende do Couto, governador civil de Ponta Delgada, era o mais novo (32) e Caeiro da Mata o mais idoso (77), na data da realização dos centenários. A maioria já dobrara o meio século de existência e atingido uma fase da vida em que tinham sido dadas provas de competência profissional, de qualidades

⁵⁰³ Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito (dir.), *op. cit.*, vol. II, p. 551-52

⁵⁰⁴ Marcello Caetano, *As minhas memórias de Salazar*, 3ª ed., Lisboa, Verbo, 1985, p. 433. O mesmo testemunho ainda acrescenta alguns traços importantes da personalidade de Caeiro da Mata. «[...] não era homem para intransigências. Bondoso, gostando apaixonadamente do Poder e das galas e trabalhos da vida diplomática, o meu querido e saudoso mestre e amigo pecava por demasiada condescendência, sempre pronto a anuir ao que lhe pediam, feliz por satisfazer os outros, e sofrendo quando tinha de formular alguma recusa. Por isso as más-línguas o acusavam de “senhor sim-sim”». Muito diferente é a sua opinião sobre Júlio Dantas, “o homem das contumélias e galanteios”, que era, afinal, um “polemista inclemente” quando se tratava de defender os direitos dos autores, como fundador da Sociedade Portuguesa de Autores e Compositores Teatrais (*Idem*, p. 350).

intelectuais e de empenhamento em causas cívicas e políticas (Quadro IV). O maior grupo etário situava-se entre os 61-70 anos de idade (32%). Todos deixaram o seu nome registado em enciclopédias e dicionários de história, excepto os presidentes das comissões dos centenários dos Açores e das colónias já referidos. A maior parte possuía uma formação superior, com um claro predomínio das áreas das Letras e do Direito. O número de oficiais das Forças Armadas (32%) constitui um indicador da importância política e cultural deste grupo social, que esteve sempre associado à memória da expansão portuguesa e, naturalmente, ao colonialismo (Quadro III).

As actividades profissionais eram diversificadas, mas a docência no nível do ensino superior ou médio/secundário foi praticada por um conjunto importante de presidentes e organizadores mais destacados dos centenários (32%). Igualmente, era frequente a colaboração na imprensa entre estas figuras de proa (39%), de forma mais ou menos regular. Um número significativo (61%) foi autor de publicações muito diversas, mas importa salientar que a produção historiográfica e literária predominou entre os responsáveis pela organização de comemorações. A maioria desempenhou cargos políticos, nomeadamente como parlamentares, governadores civis e das colónias, membros dos executivos e vereações camarárias e até ministros (Quadro III). Também estiveram ligados a associações de carácter cívico e cultural de diversa índole, com destaque para a Sociedade de Geografia de Lisboa (43%) e a Academia das Ciências (32%). Em vários casos, o facto de terem sido presidentes das comissões organizadoras dos centenários resultou de serem presidentes de uma instituição científica e cultural prestigiada na época: a Sociedade de Geografia, a Academia das Ciências de Lisboa ou, depois da sua fundação, a Academia Portuguesa de História e, inclusive, o Instituto de Coimbra.

Impacto e difusão

O facto do tricentenário de Camões ter sido organizado por uma grande comissão da imprensa da capital suscitou um movimento de solidariedade e adesão dos jornais de todo o país. Aliás, a comissão executiva não deixou de remeter uma circular convidando os colegas da província a associar-se às comemorações, visto que se tratava de uma autêntica “festa da nação” e não da “festa de um partido, de uma escola, de uma comunhão parcial”⁵⁰⁵. De forma generalizada, os jornais e as revistas publicaram números especiais ou, no mínimo, dedicaram algumas páginas para evocar a memória do épico e prestar-lhe homenagem. Os festejos da capital e os locais também foram, amplamente, noticiados pela imprensa. Na síntese que Brito Aranha elaborou são indicadas 309 publicações periódicas portuguesas, incluindo as colónias, e 180 estrangeiras, repartidas do seguinte modo: americanas, especialmente brasileiras (88), espanholas (27), francesas (29), italianas (6), inglesas (17), alemães (11) e polacas (2)⁵⁰⁶. Mas se tivermos em conta não somente os títulos, mas a quantidade de números dos jornais que se referiram às celebrações, esses totais elevam-se a 560 portugueses e 278 estrangeiros, respectivamente.

Os festejos na província, normalmente nas capitais dos distritos e nas sedes dos concelhos, tiveram o patrocínio das autoridades locais e de comissões de cidadãos ilustrados que faziam parte do pequeno número daqueles que escreviam na imprensa, publicavam obras ou simples opúsculos sobre temática muito variada e eram sócios de associações cívicas, culturais e de instrução e recreio. Geralmente, estes indivíduos leccionavam nos colégios e escolas públicas das províncias, desempenhavam profissões liberais, como advogados ou médicos, e eram quadros da

⁵⁰⁵ Brito Aranha, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo XV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, p. 57

administração e do poder local. As iniciativas comemorativas multiplicaram-se por todo o país, destacando-se a imprensa regional e local, as associações e empresas com fins culturais e as escolas neste amplo movimento destinado a homenagear Camões.

Vejamos alguns exemplos. No Porto, constituiu-se uma “comissão literária”, presidida pelo conde de Samodães, que realizou vários espectáculos culturais e uma Exposição Camoneana, no Palácio de Cristal. Foi também responsável pela publicação de uma *Homenagem dos Poetas* ao épico, do catálogo da exposição e dos discursos pronunciados na ocasião pelo conde de Samodães e pelo conselheiro Tomás Ribeiro. Por iniciativa de Joaquim de Vasconcelos decidiu-se fundar uma Sociedade Nacional Camoneana, cujo objectivo principal consistiria em dar continuidade ao culto de Luís de Camões, ao estudo e divulgação da sua obra literária⁵⁰⁷. Além desta homenagem, os dias 10, 11 e 12 foram dias de festa nas ruas da Cidade Invicta que atraíram muito gente dos arredores e criaram “um tom saliente de alegria e movimento”⁵⁰⁸. Segundo a revista *O Positivismo*, “todas as casas de instrução celebraram as suas festas, todos os clubs de recreio fizeram saraus ou matinées de litteratura”.

Em Coimbra, uma comissão de estudantes promoveu uma serenata, a inauguração do retrato de Camões no Gabinete de Leitura do Clube Académico, um sarau académico⁵⁰⁹ e uma romagem à fonte dos Amores, na quinta das Lágrimas⁵¹⁰. O Instituto de Coimbra realizou uma sessão literária, na sala dos Capelos, onde oraram vários professores. À tarde foi lançada a pedra fundamental do monumento que ia ser erigido em honra de Camões. Em 1881, os festejos continuaram nos dias 5, 6, 7 e 8 de Maio, culminando com a inauguração do monumento na Alameda da

⁵⁰⁶ *Idem*, p. 401

⁵⁰⁷ Sociedade Nacional Camonena, *Anuario*, 1º anno, Porto, 1881, p. 5

⁵⁰⁸ *O Positivismo, Revista de Philosophie*, Porto, Livraria Universal, 1879-1880, p. 401

⁵⁰⁹ Neste sarau foi orador destacado o estudante de medicina Eduardo Abreu, “um rapaz das ilhas”, angrense, “d’aquelle torrão que falla de independencia e vive com americanos” (*Correspondência de Coimbra*, 15 de Junho de 1880)

Universidade, rebaptizada de Camões⁵¹¹. Entre passeios fluviais, saraus literários, concertos e “estudentinas”, merece destaque o “Prestito da Instrução” que ia distribuir a edição da Academia dos *Lusíadas* pelas escolas de instrução primária e pelos asilos. A cerimónia de descerramento do monumento coincidiu com a comemoração do dia da libertação da cidade pelo exército liberal, por isso a associação “8 de Maio” esteve presente e a data não deixou de ser evocada.

Em Aveiro, por proposta de um funcionário da Fazenda, a Câmara Municipal decidiu inaugurar uma escola para os dois sexos, com toda a solenidade⁵¹². Por seu lado, um grupo de estudantes do Liceu, mais permeável à propaganda republicana, associou-se às celebrações camonianas com a oferta de uma refeição especial aos presos da cadeia e uma sessão solene no salão da biblioteca que contou com a colaboração do reitor e de vários professores.

As comemorações estenderam-se às Ilhas Adjacentes. Em Ponta Delgada realizaram-se festejos promovidos pela Associação Popular, que acrescentou Camões ao seu nome, pelo Teatro Micaelense, pela Sociedade Amizade, Recreio e Instrução e pelos estudantes do Liceu Nacional⁵¹³. Em Angra do Heroísmo constituiu-se uma comissão da imprensa local que fez uma reunião preparatória na Sociedade Instrução e Recreio e foi responsável pelas celebrações. Na Horta a iniciativa coube ao Grémio Literário Faialense e teve o concurso da loja maçónica local, segundo o boletim do Grande Oriente Lusitano⁵¹⁴. Uma cerimónia religiosa na Igreja Matriz, um jantar aos asilados, o baptizado de um exposto da Santa Casa da Misericórdia com o nome de Luís de Camões, um sarau literário e uma representação dramática no teatro local

⁵¹⁰ Brito Aranha, *op. cit.*, pp. 104-105

⁵¹¹ *Programma dos festejos academicos para a inauguração do Monumento a Luiz de Camões*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1881

⁵¹² Eduardo Cerqueira, “Comemorações aveirenses do III centenário do nascimento de Camões (1880)”, in *Aveiro e o seu Distrito*, Aveiro, 1975, pp. 51-61

⁵¹³ Maria Isabel João, “A festa cívica. O Tricentenário de Camões nos Açores (10 de Junho de 1880)” Separata da *Revista de História Económica e Social*, 1987

foram as iniciativas que contaram com o apoio dos “irmãos” faialenses, aos quais também se devia a fundação da sociedade que tinha promovido a celebração.

É possível que noutros locais do país a colaboração da maçonaria tenha sido igualmente importante, mas não foi possível reunir elementos comprovativos. Na capital, o Grande Oriente Lusitano associou-se às comemorações com vários projectos, sendo de destacar o objectivo de reunir os meios necessários para “a catequese civil - civilização e educação - dos povos das nossas colónias”, fundando escolas nas províncias ultramarinas⁵¹⁴. De forma simbólica, decidiram dar o primeiro passo nessa direcção, adoptando uma criança de cor para ser educada no asilo de S. João.

Houve uma grande variedade de iniciativas para assinalar a efeméride. As tradicionais cerimónias religiosas, iluminações, embandeiramento de edifícios, salvas e fogo de artifício, bodos e sessões solenes foram comuns. Mas, dentro do espírito de desenvolver a instrução e o civismo do povo, verificaram-se muitos saraus literários e representações dramáticas, conferências em escolas e associações, inaugurações de salas de leitura ou de bibliotecas (Azambuja, Barcelos, Elvas, Odemira, Santarém, Viseu), descerramento de bustos de Camões, inscrição do seu nome na toponímia local e “procissões cívicas”. Os melhores estudantes receberam prémios em várias regiões. Múltiplas e variadas publicações procuraram divulgar a vida e a obra do poeta. No meio de tantas manifestações, a Câmara da Guarda lembrou-se de acender grandes fochos nos castelos derrocados da fronteira, “como no tempo em que aquelas sentinelas da Independencia soltavam o alardo da defesa e da vigilancia da patria portugueza”⁵¹⁶.

⁵¹⁴ *Boletim Official do Grande Oriente Lusitano Unido*, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, 3ª serie, nº 4, Lisboa, Julho de 1880

⁵¹⁵ *Idem*, nº 2, Maio de 1880, pp. 51-52

⁵¹⁶ Luciano Cordeiro, *O Centenario de Camões*, Lisboa, 1880, p.22

Lisboa esteve no centro dos acontecimentos, mas foi secundada pelo resto do país e pelas colónias. No dia do cortejo cívico, a imprensa referiu a presença de uma multidão de 200.000 pessoas⁵¹⁷. Muitas delegações vieram incorporar-se no desfile, nomeadamente os representantes de 48 Câmaras Municipais, segundo o registo de Brito Aranha⁵¹⁸. As colónias também não parecem ter ficado indiferentes e temos notícia de festejos realizados na ilha de S. Vicente, na cidade do Mindelo, onde foi colocada a primeira pedra do hospital e inaugurada uma escola municipal⁵¹⁹. Em Macau a data também foi assinalada e a comunidade portuguesa residente em Hong-Kong reuniu-se, no Club Lusitano, para celebrar o Príncipe dos Poetas nacionais⁵²⁰.

Noutras regiões do mundo onde viviam portugueses a memória de Camões não deixou de ser evocada, especialmente nos Estados Unidos. No Brasil, ainda se fizeram ouvir “dissidências de particularismo da bandeira”, mas prevaleceu a ideia de que a identidade histórica e linguística devia dar lugar a uma celebração conjunta do poeta, de acordo com a posição defendida pelos positivistas brasileiros⁵²¹. Assim, “os poderes publicos do Imperio, o parlamento brasileiro, o ministerio e o proprio imperador comprehenderam o alcance do Centenario de Camões para a confraternidade dos dois povos”⁵²².

A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro fez uma exposição camoniana que apresentou ao público 480 produções, entre edições da obra do poeta, traduções, estudos críticos e trabalhos artísticos raros. O Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro assentou a primeira pedra do seu novo edifício, no dia 10 de Junho⁵²³. À noite realizou-se um festival no Theatro de D. Pedro II, onde estiveram mais de três mil pessoas. O busto de Camões, feito pelo escultor Simões de Almeida, presidiu ao

⁵¹⁷ *O Occidente*, vol. III, nº 61, Lisboa, 1 de Julho de 1880, p. 110

⁵¹⁸ Brito Aranha, *op. cit.*, pp. 91-92

⁵¹⁹ *Homenagens a Camões. 1880. XX*. Secção de Reservados, Biblioteca Nacional de Lisboa

⁵²⁰ *Idem*

⁵²¹ *O Positivismo, Revista de Philosophie*, vol. II, Porto, 1880, p. 513

⁵²² *Idem, ibid.*

sarau literário e artístico que teve, como pontos altos, a oratória do escritor e deputado brasileiro Joaquim Nabuco e a apresentação da peça dramática *Tu, só tu, puro amor*, do poeta Machado Assis, sobre os amores de Camões e D. Catarina de Ataíde, escrita expressamente para aquela homenagem.

Noutras salas de espectáculos da capital brasileira e em sedes de associações realizaram-se diversas sessões culturais bastante concorridas pela comunidade portuguesa e pelos brasileiros. Nas ruas os estudantes fizeram uma *marcha aux flambeaux* e na baía do Botafogo decorreu uma disputada regata, que culminou com um fogo de vistas pelas 10 horas da noite. Em Pernambuco, na Bahia, no Rio Grande do Sul também foi comemorado o tricentenário camoniano. A iniciativa partiu, geralmente, dos elementos mais dinâmicos entre os portugueses ali radicados⁵²⁴. A imprensa brasileira atribuiu uma importância significativa ao evento, como se pode ver pela listagem inserta no *Dicionario Bibliographico Portuguez*.

A adesão ao centenário e o clima de euforia que se viveu naqueles dias festivos motivou a publicação de uma circular da comissão executiva, dirigida ao povo português. Nela congratulavam o povo por se ter mostrado “digno da sua historia e digno do seu cantor”, porque “longe das influencias officiaes, e talvez mesmo apesar dessas influencias, fizemos da homenagem a Camões a mais nobre, a mais grandiosa, a mais significativa das grandes festas nacionaes”⁵²⁵. Ainda iam mais longe na exultação, afirmando que “tem epopéas tambem o seculo XIX e a festa do centenario foi uma d’ellas: foi a epopéa do trabalho, da sciencia e da fraternidade”. Os açorianos mereceram um agradecimento específico “pela parte notabilissima, entusiastica, e altamente patrotica que os Açores tomaram nas grandes festas nacionaes”⁵²⁶.

⁵²³ *Idem*, p. 517

⁵²⁴ *Idem*, p. 520

⁵²⁵ *Ao Povo Portuguez*, 16 de Junho de 1880 in “Homenagens a Camões. 1880. XX”, Secção de Reservados, Biblioteca Nacional de Lisboa

⁵²⁶ Brito Aranha, *op. cit.*, pp. 119-120

Em 1924, mais uma vez o centro das festas foi Lisboa, mas a adesão nacional não foi tão expressiva como no tricentenário da morte do poeta. O livro, que pretendeu ser um “repositório tanto quanto possível completo das festas do quarto centenário do nascimento de Luís de Camões”, registou sessões comemorativas somente em oito lugares do país⁵²⁷. Geralmente, tratou-se de eventos de carácter cultural realizados em estabelecimentos de ensino, destacando-se os de Coimbra e do Porto.

O centenário foi assinalado pela imprensa estrangeira e em sessões universitárias ou de agremiações culturais, nomeadamente na França, no Brasil, na Argentina e no Chile. Em Madrid, as celebrações camonianas tiveram maior expressão e desdobraram-se em iniciativas variadas: colocação da primeira pedra do monumento a Camões, exposições camonianas no Palácio das Bibliotecas e na Biblioteca Nacional, sessão solene na Real Sociedade de Geografia de Madrid, na Union Ibero-Americana e no Ayuntamiento, récita de gala no Teatro Espanhol e no Teatro Real, além de passeios e recepções destinados a acolher a delegação portuguesa que foi convidada para participar nas comemorações. Estiveram na capital espanhola o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, um representante do governo, o professor da Universidade do Porto e filósofo Leonardo Coimbra, delegados de periódicos e de várias instituições culturais, nomeadamente Raul Proença, pela Biblioteca Nacional, António Baião, pela Academia das Ciências, e António Ferrão, pela Sociedade de Geografia de Lisboa⁵²⁸. A semana camoniana reuniu os órgãos de poder locais das duas capitais ibéricas, mas contou também com a presença de Afonso XIII e da família real nas cerimónias e espectáculos mais importantes.

⁵²⁷ *4º Centenário do Nascimento de Camões, 1525-1924*, s.l., s.d., p. 41-42 e p. 48

⁵²⁸ *Idem*, p. 42; *O Século*, 10 de Dezembro de 1924

Em 1894, o Porto foi o palco dos festejos henriquinos. A presença da família real e de uma delegação governamental ao mais alto nível, assim como de muitas individualidades e figuras da vida pública do país, dirigiram as atenções para a capital nortenha. Em Lisboa não tiveram lugar quaisquer iniciativas destinadas a homenagear o Infante D. Henrique e no resto do território nacional também foram escassas. Cerca de quatro centenas de estudantes de Coimbra deslocaram-se, num comboio engalanado para a ocasião, até Leiria e dali marcharam para a Batalha, onde depuseram uma coroa de flores no túmulo⁵²⁹. A recepção na cidade do Lis foi entusiástica e os estudantes do Liceu juntaram-se ao grupo dos universitários.

Em Vila Real e em Lagos, cidade muito ligada às navegações do período henriquino, o centenário foi assinalado com uma cerimónia religiosa, música, foguetes e iluminações. Em Sagres, o comandante militar da fortaleza mandou fardar de grande gala o pequeno destacamento, arvorar a bandeira nacional e celebrar uma missa em memória do Infante⁵³⁰. O mesmo aconteceu em todas as igrejas paroquiais da ilha da Madeira e na Sé Catedral, por decisão do bispo do Funchal. Nos Açores, o centenário passou quase despercebido em Ponta Delgada, em plena campanha em prol da autonomia dos corpos administrativos do distrito, enquanto que em Angra do Heroísmo a data foi recordada através de um misto de cerimónias religiosas e cívicas que mobilizaram a população local⁵³¹. O acontecimento mais destacado foi o cortejo cívico pelas ruas da cidade, que reuniu um elevado número de participantes e quatro carros alegóricos sobre a instrução, as artes, as actividades económicas e, por fim, uma caravela a evocar os descobrimentos⁵³².

⁵²⁹ *Diário de Notícias*, Lisboa, 5 de Março de 1894

⁵³⁰ *O Centenario do Infante em Sagres*. Sessão da Sociedade de Geographia de Lisboa em 12 de Março de 1894, s.l., s.d., p. 5

⁵³¹ Firmino Pereira, *op. cit.*, pp. 315-318

⁵³² Teotónio Paim de Bruges referiu-se ao cortejo como uma “manifestação imponente”, que reuniu mais de 6000 pessoas (Cf. *Os descobrimentos e os Açores. Importância nacional do arquipélago*, Angra do Heroísmo, 1932, pp. 139-140). Mais de metade da população da cidade que era de 11 012 habitantes em 1890.

A comissão organizadora do centenário promoveu conferências em Lamego, Moncorvo, Viana do Castelo, Valença e Braga para dar a conhecer a figura do Infante D. Henrique, no âmbito da preparação dos festejos. Naqueles dias, largos milhares de cidadãos confluíram para a cidade do Porto, tendo sido vendidos 56 870 bilhetes de comboio com esse destino⁵³³. As Câmaras Municipais enviaram delegações ou simples representantes para integrarem o cortejo cívico⁵³⁴. O seu número elevou-se a 65 municípios de todo o país, dos quais 43 transportavam os respectivos estandartes. Registou-se, assim, um significativo movimento de solidariedade com a Câmara Municipal do Porto, na qualidade de promotora das celebrações.

A imprensa referiu-se, de modo geral, ao centenário e publicou números de homenagem ao Infante D. Henrique. O jornalista Firmino Pereira fez um levantamento de 200 títulos de todo o país que dedicaram um ou vários números ao assunto, incluindo um jornal de Margão, na Índia. No estrangeiro, a imprensa também evocou pontualmente a data do centenário do Navegador e as Sociedades de Geografia recordaram o iniciador das grandes navegações europeias que abriram as portas à Idade Moderna. Em Londres, a sessão solene decorreu com grande solenidade e teve a presença do duque de York, herdeiro do trono britânico. Discursaram vários indivíduos e, inclusive, o historiador Raymond Beazley, autor de uma notável biografia de D. Henrique. Os ingleses não deixaram de recordar o sangue britânico que corria nas veias do príncipe português, como referia o jornal *The Daily Telegraph* na sua crónica do centenário:

“O bom sangue do sul, misturado em grande parte com o vigoroso sangue do norte, girava nas veias d’esse perfeito e magnanimo principe, a quem, mais do que a qualquer outra personagem da idade media - mais do que a Colombo,

⁵³³ Firmino Pereira, *op. cit.*, p. 247

⁵³⁴ *Idem*, pp. 80-83

*Vasco da Gama ou aos nossos marinheiros de Isabel - se deve a abertura d'esses caminhos marítimos, que estão sendo constantemente atravessados*⁵³⁵.

Também há notícia de celebrações no Brasil, concretamente no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Nos Estados Unidos, a memória do Infante D. Henrique foi objecto de evocação em Boston, onde residia uma importante comunidade portuguesa. No conjunto, a repercussão do centenário no estrangeiro ficou circunscrita ao público letrado e culto que circulava em torno das Sociedades de Geografia e de algumas associações de carácter instrutivo.

Muito diferente foi o contexto e a organização das comemorações henriquinas em 1960. No plano nacional, foram criadas delegações regionais para promover as celebrações e festejos nas cidades e vilas do país mais directamente relacionadas com a vida do Infante D. Henrique. Assim, um programa concertado estendeu-se do Norte ao Sul do país e às Ilhas Adjacentes, entre 4 de Março e 13 de Novembro daquele ano. A inauguração do ciclo comemorativo teve lugar no Mosteiro dos Jerónimos, num solene *Te Deum* que reuniu a mais alta hierarquia do Estado e da Igreja, e continuou numa sessão solene na Assembleia Nacional⁵³⁶. O exemplo da capital devia ser seguido por todas as Sés, Igrejas Matriz e Câmaras Municipais do país e do ultramar, onde o programa oficial admitia que as sessões evocativas do nascimento do Infante D. Henrique pudessem ocorrer somente nas capitais das províncias, nas sedes dos distritos e em algumas sedes de concelho. As estruturas do poder civil e religioso mobilizaram-se para dar projecção aos actos inaugurais do centenário. Por sua vez, os sectores militares promoveram a comemoração do Dia da Marinha no mesmo dia, no mosteiro da Batalha. Naturalmente, a imprensa, a rádio e a televisão

⁵³⁵ *Idem*, p. 321

⁵³⁶ Ver sobre a “Inauguração das Comemorações”, *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. II, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1962, p. 13 e sgs.

faziam a cobertura jornalística dos eventos e procuravam criar uma atmosfera de elegia colectiva da Nação em memória do fundador do Império.

A mobilização tinha sido preparada através de um conjunto de comunicações à imprensa, rádio e televisão, feitas pela comissão executiva nos anos que precederam o centenário. A 13 de Novembro de 1959 já Caeiro da Mata anunciava as linhas gerais do programa que iria realizar-se no ano seguinte, na sede do Secretariado Nacional de Informação⁵³⁷. Os grandes acontecimentos previstos, as realizações locais e a participação do Ultramar, a colaboração da juventude, os concursos literários e artísticos, as publicações, a vinda do presidente do Brasil e de embaixadas extraordinárias dos países estrangeiros foram apresentados à comunicação social, de modo a esta preparar o espírito público para as comemorações.

A Igreja também contribuiu, decisivamente, para essa mobilização emitindo provisões, exortações, notas oficiais ou circulares a solicitar a colaboração dos sacerdotes de todas as paróquias do país e dos católicos nas cerimónias⁵³⁸. O exemplo foi dado pela provisão da vigararia geral do Patriarcado de Lisboa e seguido pelo Primaz de Braga, o Arcebispo de Évora, o Bispo do Algarve, a Vigararia Geral de Angra do Heroísmo, o Bispo de Aveiro, a diocese de Beja, o Bispo de Bragança e Miranda, o Bispo de Coimbra, a diocese do Funchal, o Administrador Apostólico do Porto, o Bispo de Vila Real e a cúria diocesana de Viseu.

Nos meses seguintes, as iniciativas multiplicaram-se nos locais relacionados com a vida do Infante. Parte delas estava integrada no programa directamente patrocinado pela comissão executiva e outras tiveram um carácter local, se bem que a presença de membros do governo lhes conferisse também uma dimensão nacional. Porto, Coimbra, Viseu, Tomar, Batalha, Lisboa, o Algarve e os distritos insulares foram palco de diversos eventos. As comemorações algarvias estenderam-se a Faro,

⁵³⁷ *Idem*, vol. I, Lisboa, 1961, pp. 205-211

⁵³⁸ *Idem*, vol. II, Lisboa, 1962, p. 101 em diante

Silves, Tavira, Lagos, Sagres, Castro Marim e Vila do Bispo. Nas ilhas também não se circunscreveram somente às capitais de distrito, alargando-se à ilha do Porto Santo, no arquipélago da Madeira, e a Vila do Porto, Vila Franca do Campo, Povoação e Ponta Delgada, no respectivo distrito. Na ilha Terceira, tiveram lugar em Angra do Heroísmo e na Vila da Praia da Vitória, enquanto que no Faial ficaram circunscritas à Horta.

A visita do presidente Kubitschek de Oliveira constituiu o ensejo para um périplo pelo país que reuniu a mais alta hierarquia do Estado e as autoridades locais em diversas cerimónias de grande impacto do programa comemorativo⁵³⁹. Depois da recepção em Lisboa, a comitiva partiu para o barlavento algarvio, onde decorreu o impressionante desfile naval dos navios-escola à vela e das Marinhas de Guerra. Seguiu-se o regresso a Lisboa e a deslocação ao Norte do país, com passagem por Coimbra e pelo Porto. Por fim, na capital procedeu-se à inauguração do Monumento dos Descobrimentos e no último dia ainda teve lugar uma parada das Marinhas de Guerra que tomaram parte no desfile de Sagres, na Avenida da Liberdade. A estada oficial do presidente brasileiro durou cinco dias, de 6 a 10 de Agosto.

As cerimónias de encerramento foram realizadas no cenário onde repousam os restos mortais da família de D. João I e D. Filipa de Lencastre. Uma missa solene no Mosteiro da Batalha e um acto cívico na Capela do Fundador marcaram o final do ciclo comemorativo. O centro deslocou-se, por conseguinte, da capital para um local simbólico da memória da nação. Esta deambulação do presidente da República, dos ministros e das respectivas comitivas oficiais pelo território nacional, que já se tinha verificado em 1940, servia para reafirmar a ideia da unidade da nação em torno dos heróis e dos valores do seu passado e, de forma mais imediata, para demonstrar a identificação entre o poder e os cidadãos. A orgânica centralizada e hierárquica das comemorações não excluía a participação das províncias, pelo contrário procurava

⁵³⁹ *Idem*, vol. III, Lisboa, 1963, pp. 174-177

integrá-las na programação num esforço de mobilização realmente nacional ou, melhor dizendo, imperial.

A Presidência do Conselho nomeou também uma comissão ultramarina que elaborou um programa geral para as colónias portuguesas, aprovado por despacho do ministro do Ultramar de 12 de Abril de 1959. Os dois marcos fundamentais do ciclo comemorativo tinham de ser assinalados nas “Províncias Ultramarinas”: o dia 4 de Março pelo hastear da Bandeira Nacional, por cerimónias religiosas e sessões solenes, nas sedes das várias circunscrições político-administrativas; o 13 de Novembro através de missas solenes por alma do Infante D. Henrique, dos descobridores e colonizadores, seguidas de sessões de encerramento nas cidades e outras povoações onde fosse possível realizá-las⁵⁴⁰. Além disso, a comissão enunciava também um conjunto de iniciativas que poderiam ocorrer noutras datas, nomeadamente festas náuticas, palestras de história, exposições, cortejos históricos, inauguração de padrões e monumentos, representações teatrais, concursos literários e jornalísticos, criação de museus, inauguração de melhoramentos públicos, inscrição do nome do Infante na toponímia urbana, comemorações de datas históricas de carácter local, paradas militares e desfiles da mocidade, publicação de obras de história. As autoridades coloniais promoveram, de acordo com as instruções recebidas, cerimónias e festejos destinados a evocar o passado e, sobretudo, a reafirmar a unidade de todas as partes do império.

A cobertura que a imprensa fez dos acontecimentos foi bastante exaustiva e contribuiu, decerto, para firmar alguns dos mitos fundamentais da memória e do imaginário dos portugueses. A *Bibliografia Henriquina* mostra bem a proliferação de artigos dedicados ao Infante D. Henrique e ao centenário, pelos jornais e revistas de todo o país e das colónias. A rádio teve mais uma vez um papel essencial na divulgação dos eventos e, pela primeira vez, a televisão levou a casa dos portugueses

⁵⁴⁰ *Idem*, vol. IV, Lisboa, 1963, pp. 155-156

as imagens dos principais actos das comemorações. A importância dos meios audiovisuais ficou demonstrada através de várias produções⁵⁴¹.

As comemorações henriquinas coincidiram com um grande investimento na área da diplomacia para fazer valer as teses do governo português em relação às colónias. Naquele ano visitaram Portugal o presidente da Indonésia, Ahmed Soekarno, o dos Estados Unidos, general Dwight Eisenhower, os reis do Nepal, o presidente do Brasil e, por fim, os soberanos da Tailândia. Como referimos, a visita do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira representou o ponto alto do programa do centenário. Simultaneamente, realizaram-se oito congressos e reuniões de carácter internacional que trouxeram a Portugal um número considerável de estrangeiros, sem esquecermos os milhares de marinheiros que participaram no desfile naval de Sagres e tiveram a oportunidade de visitar o país.

Em relação à projecção do centenário no estrangeiro, a crónica do centenário publicada pela comissão executiva refere cerca de duas dezenas de países onde ocorreram iniciativas diversas⁵⁴². No Brasil, o governo nomeou uma comissão nacional, presidida pelo ministro da Educação e Cultura. Salvador (Bahia), Belo Horizonte, Manaus, Pará, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Santos assinalaram a efeméride com sessões solenes, ciclos de conferências e palestras, concertos, regatas, concursos literários, atribuição do nome do Infante a artérias das cidades e cerimónias religiosas. A inauguração da exposição henriquina, no Museu Histórico do Rio de Janeiro, contou com a presença do presidente brasileiro, assim como a cerimónia de descerramento da estátua do Infante D. Henrique, em Brasília.

Também a Inglaterra, como mandava a tradição, evocou a memória do filho de D. Filipa de Lencastre através de múltiplas iniciativas. Merece destaque a realização de três exposições móveis que circularam por todo o Reino Unido, a publicação de

⁵⁴¹ *Idem*, pp. 224-226

⁵⁴² *Idem*, p. 273 em diante

uma obra dirigida ao público escolar britânico - *Portugal and the Age of Discoveries* - e uma exposição fotográfica, inaugurada na Casa de Portugal em Londres, de Michael Teague - *A Rota do Império*.

Nos Estados Unidos, França, Espanha, Itália, Bélgica e outros países decorreram as habituais actividades culturais de carácter evocativo e de divulgação da história. No Quénia, ainda sob administração britânica, foi dado relevo ao centenário que culminou com a visita oficial do ministro da Presidência de Portugal, Pedro Teotónio Pereira. Este procedeu à inauguração do monumento a Vasco da Gama, em Melinde, e à abertura de um museu no Forte de Jesus, em Mombaça, entretanto restaurado. Em 1960, o país ainda contava com a solidariedade dos aliados ocidentais e de potências asiáticas como a Indonésia. O isolamento internacional e a política do “orgulhosamente sós” virá mais tarde, na sequência do arrastamento das guerras coloniais.

As comemorações do “Centenário da Índia”, em 1898, tiveram um eco significativo em todo o país. No plano geral previa-se a constituição de comissões especiais no Reino, nas Ilhas Adjacentes, no Ultramar e nas comunidades portuguesas residentes no estrangeiro, com o objectivo de organizar os festejos nessas zonas⁵⁴³. No programa definitivo manteve-se essa disposição, assim como a solicitação a todas as associações ou corpos colectivos, legalmente constituídos, que quisessem cooperar com a comissão executiva na realização de celebrações descentralizadas⁵⁴⁴. Esta reservava para si um papel de coordenadora para evitar a dispersão de esforços e manter a harmonia do conjunto das solenidades.

⁵⁴³ *Plano Geral da Celebração Nacional em 1897 do Quarto Centenario da partida de Vasco da Gama para o Descobrimento da Índia, formulado em virtude do decreto de 5 de Maio de 1894 e aprovado pelo governo*, s.l., Imprensa Nacional, 1896 (artº 10)

⁵⁴⁴ *Programme Général dressé suivant l'arrêté ministériel du 2 Avril 1897 et approuvé par le gouvernement portugais, Célébration Nationale en 1898 du Quatrième Centenaire de la Découverte du Chemin Maritime des Indes*, Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1897, artº 11 e 12

Além disso, com a legitimidade que resultava do programa ter sido aprovado pelo governo, ficou determinado que nos “dias de gala” e solenidade seria arvorada a bandeira, nas fortalezas, navios de guerra e edifícios públicos, haveria salvas de artilharia ao alvorecer e seriam lançadas girândolas de foguetes, junto dos paços dos concelhos, os sinos das igrejas repicariam e bandas de música deviam percorrer as localidades tocando o hino triunfal do centenário. Nos termos do artigo 15 do programa oficial, os edifícios públicos das municipalidades e das paróquias seriam ornamentados, as Igrejas Matriz deviam celebrar missas de “acção de graças” e as autoridades, os corpos administrativos e os *comités* locais ficavam encarregados de organizar iluminações, arraiais, romarias, bailes, cantos e jogos populares. As disposições programáticas tinham sido, atempadamente, reforçadas por circulares da comissão executiva dirigidas às câmaras municipais, associações, sociedades, escolas, etc.⁵⁴⁵

De facto, as iniciativas multiplicaram-se por todo o país e nas colónias. Segundo um testemunho da época, “rara foi a sede de concelho onde não houve manifestação de regosijo”⁵⁴⁶. Em regra, os festejos promovidos na província seguiram de perto as instruções da comissão executiva⁵⁴⁷, mas deixavam de lado a parte mais popular sugerida pelo programa oficial - arraiais, romarias, bailes, cantos e jogos. Mais vulgares eram os tradicionais bodos aos pobres, motivados pelas grandes carências da sociedade portuguesa e pelo sentido de partilha associado à própria ideia da festa. Pontualmente, realizaram-se outro tipo de iniciativas de carácter mais cultural, como sessões solenes, espectáculos de declamação, representação dramática e música, provas desportivas variadas e cortejos cívicos.

⁵⁴⁵ *Annaes da Comissão Central Executiva - III*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, pp. 46-47

⁵⁴⁶ *Correio da Europa*, Lisboa, 30 de Maio de 1898

⁵⁴⁷ Elisa Neves Travessa, “O comemorativismo nas regiões de província” in *O “Centenário da Índia e a viagem de Vasco da Gama*, Lisboa, CNCDP, 1998, p. 104

As Ilhas Adjacentes não foram excepção e em todas a efeméride foi assinalada pelas autoridades e por grupos de cidadãos. No Funchal, todos os dias houve iluminação e música em várias praças da cidade e no jardim, em alternância. Na Sé Catedral foi celebrado *Te Deum* e, no mesmo dia, os bombeiros voluntários fizeram um exercício geral num prédio, houve regata e fogo-de-artifício no cais da cidade⁵⁴⁸. O Club dos Estrangeiros fez donativos a várias instituições de assistência social para assinalar o centenário. Mas foi em Angra do Heroísmo que as comemorações tiveram maior expressão, por estar ali sepultado Paulo da Gama, o irmão do Almirante dos Mares da Índia que morreu no regresso da histórica viagem. Cerimónias religiosas na igreja de S. Francisco, onde foi sepultado, e na Sé, distribuição de esmolas, corrida de touros e um cortejo cívico que incluiu vários carros alegóricos, além de todas as outras demonstrações habituais, constituíram motivo para uma importante mobilização dos terceirenses⁵⁴⁹.

No continente, algumas cidades e vilas destacaram-se pela envergadura ou originalidade das iniciativas. Foi o caso de Sines pelo facto de estar ligada à história da família Gama. Ali, entre outras cerimónias e festejos, teve lugar um importante cortejo cívico que reuniu largos milhares de pessoas e foi descerrada uma lápide na casa onde tinha nascido Vasco da Gama⁵⁵⁰. Em Vila Franca de Xira cumpriu-se o projecto inicial da comissão executiva de realizar uma “romaria” à quinta do Paraíso, em Alhandra, onde se pensava que tinha nascido Afonso de Albuquerque, para colocar um padrão comemorativo⁵⁵¹. Em todo o país, os governadores civis, as autoridades municipais e as eclesiásticas procuraram assinalar os quatro “dias de gala”, de acordo com o que era estipulado pelo programa nacional das comemorações.

⁵⁴⁸ *Portugal, Madeira e Açores*, Lisboa, 12 de Junho de 1898

⁵⁴⁹ *Idem, ibid.*

⁵⁵⁰ *O Seculo*, Lisboa, 21 de Maio de 1898

⁵⁵¹ Cf. *Plano Geral da Celebração Nacional em 1897*, de 10 de Junho de 1896 e Elisa Neves Travessa, *op. cit.*, p. 101

A mobilização contou com um empenho maior dos elementos oficiais do que tinha acontecido no tricentenário de Camões que, de modo geral, foi dinamizado pela imprensa e por associações culturais. E, desta vez, a estrutura da Igreja Católica apoiou fortemente o centenário. Alguns bispos enviaram provisões ou circulares determinando que as paróquias colaborassem nas celebrações. Por isso, as igrejas das dioceses iluminaram as fachadas, os repiques dos sinos juntaram-se às salvas de tiros nas alvoradas e as cerimónias religiosas multiplicaram-se por todo o território nacional. O Vaticano também se associou às celebrações, através de uma Benção Apostólica especial do Papa dirigida aos Portugueses⁵⁵².

Em Lisboa juntaram-se largos milhares de pessoas para assistir às festas. A imprensa falou de 250.000 a 300.000 indivíduos no dia do cortejo cívico, uma aglomeração absolutamente excepcional⁵⁵³. O número de Câmaras que enviaram representações para participar no cortejo cívico rondou os cento e oitenta. Vieram, inclusive, dos arquipélagos dos Açores e da Madeira⁵⁵⁴. Também foi impressionante a quantidade de associações com os mais variados fins que estiveram presentes, provenientes do distrito de Lisboa e de outras regiões do país. As corporações dos Bombeiros Voluntários vieram de Lisboa e dos arredores, mas também de outros sítios - Porto, Viseu, Chaves, Arruda dos Vinhos, Coimbra, Lamego, Viana do Castelo e Santarém⁵⁵⁵. Naturalmente, a imprensa não deixou de noticiar os acontecimentos em todo o país e de evocar os históricos feitos dos navegadores portugueses⁵⁵⁶.

⁵⁵² *Diario de Noticias*, Lisboa, 19 de Maio de 1898

⁵⁵³ *O Correio da Noite*, Lisboa, 20 de Maio de 1898

⁵⁵⁴ Cf. mapa de Elisa Neves Travessa, *op. cit.*, p. 115

⁵⁵⁵ *O Correio da Noite*, Lisboa, 20 de Maio de 1898

⁵⁵⁶ Elisa Neves Travessa pôde comprová-lo através do levantamento de cerca sete dezenas de periódicos de todo o país. Cf. artigo citado, nota 3, p. 91.

Nas colónias temos notícia de celebrações mais significativas nas ilhas de Cabo Verde⁵⁵⁷, na Guiné⁵⁵⁸, na Índia⁵⁵⁹ e em Macau⁵⁶⁰, onde se projectava erguer um monumento a Vasco da Gama, na avenida do mesmo nome que foi construída em terrenos resultantes do saneamento de uma várzea, no nordeste da cidade. A propósito do centenário, as autoridades portuguesas do pequeno enclave também pretendiam erguer um obelisco, no montículo em frente do passeio da Bela Vista, em memória de João Maria Ferreira do Amaral e Vicente Nicolau de Mesquita que tomou a fortaleza do Passaleão⁵⁶¹. As autoridades coloniais seguiram de perto as instruções recebidas e constituíram comissões oficiais para promover os festejos.

Vale a pena referir, especificamente, as celebrações que foram promovidas pelas autoridades coloniais do Estado da Índia. O distrito de Diu esteve em festa durante os quatro dias. Entre os festejos, podemos destacar: lançamento da primeira pedra da avenida que se projectava construir com o nome de Vasco da Gama; várias provas desportivas - regatas a remos e vela, tiro e natação; bailes no palácio do governo e nos paços do concelho; sessão solene e a ideia original de iluminar os promontórios da costa marítima daquela região⁵⁶².

Em Nova Goa, as celebrações tiveram o concurso das principais autoridades da colónia indiana. Um cortejo cívico de homenagem a Vasco da Gama formou-se junto da capela de Santa Catarina, padroeira da cidade, passou pelo Arco dos Vice-Reis, em frente da estátua do Almirante, e terminou junto do convento de S. Caetano. Foram distribuídos prémios escolares “Vasco da Gama” e “Afonso de Albuquerque” no

⁵⁵⁷ *Diário de Notícias*, 18 de Abril de 1898

⁵⁵⁸ *Boletim Oficial da Guiné Portuguesa*, Suplemento ao nº 19, 12 de Maio de 1898

⁵⁵⁹ *Boletim Oficial do Governo Geral do Estado da Índia*, nº 34 e 35, de 6 e 10 de Maio de 1898

⁵⁶⁰ *Jornal Unico*, Celebração do 4º Centenario do Descobrimento do Caminho Maritimo para a India por Vasco da Gama, Macau

⁵⁶¹ *Celebração Nacional em Macau do Quarto Centenário do Descobrimento do Caminho Maritimo para a India. Programa geral formulado pela comissão executiva de 2 de Fevereiro de 1898*, s.l., s.d.

⁵⁶² *Idem*, nº 35, 10 de Maio 1898, p. 553

Liceu nacional e foi lançada a primeira pedra do monumento ao conde da Vidigueira, no jardim D. Luís, depois de benzida pelo Patriarca das Índias.

Os concelhos de Salsete, Bardez, Perném, Sanquelim, Pondá, Sanguém, Quepém e Canácona elaboraram os seus programas que contemplavam salvas de tiros e foguetes, decorações, luminárias, música, “brincos e folias populares”, récitas hindus, nalguns casos, bodos aos pobres, sessões solenes, saraus literários ou espectáculos de gala, marchas *aux flambeaux* e cerimónias religiosas. Nota-se uma atenção particular em relação à participação da população hindu, referindo-se que as “mazanias” seriam convidadas a adornar e iluminar os “pagodes” e a promover manifestações festivas. Em algumas sessões, os discursos deviam ser pronunciados em português e marata. O centenário foi, assim, devidamente comemorado na Índia Portuguesa.

Desde o início, os promotores das celebrações quiseram apostar na divulgação do centenário no estrangeiro e na participação de outros países nas comemorações portuguesas. Foram enviadas circulares ao corpo diplomático para promover iniciativas que assinalassem a efeméride e para obter a cooperação dos governos na concentração naval prevista no estuário do Tejo⁵⁶³. Mas não foram as únicas. A correspondência, publicada nos *Annaes da Comissão Central Executiva*, tem vários exemplos da intensa actividade promocional do centenário que ficou, sobretudo, a dever-se a Luciano Cordeiro. Regista, inclusive, as respostas enviadas por várias instituições estrangeiras a acusarem a recepção dos ofícios e a solidarizarem-se com o centenário, nomeadamente de Universidades e Sociedades de Geografia. Com o objectivo de obter maior divulgação fora do país, o programa foi publicado em inglês, francês, alemão⁵⁶⁴ e até em chinês⁵⁶⁵.

⁵⁶³ *Annaes da Comissão Central Executiva* - IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, pp. 26-27

⁵⁶⁴ *Idem* - VIII, 1897, p. 28

⁵⁶⁵ A tradução foi feita por um funcionário da administração de Macau e foram remetidos 500 exemplares para a metrópole. *Idem, ibid.*, p. 102

Magalhães Lima relata na suas memórias que foi duas vezes ao estrangeiro para publicitar o centenário e promover a vinda das esquadras estrangeiras ao nosso país, bem como a realização de conferências e de publicações variadas alusivas ao descobrimento do caminho marítimo para a Índia e a todas as suas múltiplas implicações⁵⁶⁶. O momento mais significativo dessa campanha de propaganda, feita em nome da comissão executiva e de forma oficiosa, aconteceu quando se dirigiu à Conferência Interparlamentar da Paz, que estava reunida em Bruxelas, para convidar todas as nações presentes a estarem representadas nas comemorações, em Lisboa⁵⁶⁷. Pelo menos na Suécia, Holanda, Bélgica, Inglaterra, França e Espanha os seus esforços encontraram eco. Vários representantes diplomáticos portugueses apoiaram-no e as congéneres da Sociedade de Geografia de Lisboa mostraram-se solidárias com a iniciativa da comemoração.

O conselheiro Ferreira do Amaral também esteve no congresso internacional das ciências geográficas, que se realizou em Londres, para manifestar o desejo de que se associassem às celebrações “todos os povos amigos, todos os espíritos e corações generosos que commungam no culto da justiça e da civilização moderna”⁵⁶⁸. O resultado desses esforços traduziu-se na presença de representações de países estrangeiros e de navios de guerra nas comemorações. Estiveram na sessão solene na Sociedade de Geografia o Núncio Papal, os ministros e enviados extraordinários da Alemanha, Áustria-Hungria, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália, Rússia, Suécia, Noruega e o encarregado de negócios do Brasil⁵⁶⁹. Fizeram intervenções, na ocasião, os representantes das comissões executivas da Holanda e da França, da Sociedade de Geografia de Viena, de Roma, de Londres, do Rio de Janeiro e dos Institutos Historicos Geographicos de São Paulo e da Bahia, da Sociedade Húngara

⁵⁶⁶ Sebastião Magalhães Lima, *Episódios da minha vida*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Universal, s.d., p. 196

⁵⁶⁷ *Idem*, p. 200

⁵⁶⁸ *Annaes da Comissão Central Executiva - IV*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, p. 26

⁵⁶⁹ *Actas das Sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa*, vol. XVIII - Anno de 1898, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900

de Geografia, da Sociedade de Geografia de Paris, da Bélgica e de Manchester⁵⁷⁰. A solidariedade internacional com a Sociedade de Geografia de Lisboa foi bem visível nesta reunião.

Notou-se a ausência da Espanha, assoberbada por uma grave crise interna e pela guerra em Cuba e nas Filipinas. Também não pôde enviar um vaso de guerra ao porto de Lisboa, mas participaram nos festejos navios da Grã-Bretanha, Alemanha, França, Suécia, Áustria, Dinamarca, Rússia e Holanda⁵⁷¹. A iluminação das embarcações surtas no estuário do Tejo foi um dos espectáculos mais apreciados naqueles dias.

A comissão do centenário tinha manifestado ao embaixador do Brasil o desejo de que este país estivesse “especialmente e intimamente associado à celebração que fazia a família portuguesa”, por causa dos laços históricos que uniam os dois povos. Esta vontade apareceu expressa no programa definitivo (art.º17), já com a indicação positiva do governo da República brasileira nesse sentido. O dia 20 de Maio foi considerado “dia de gala” e o governo federal autorizou os navios de guerra a embandeirar e a salvar para assinalar a data⁵⁷². A comunidade portuguesa não deixou de festejar o centenário com as habituais sessões solenes, récitas de gala, concertos de bandas de música e cerimónias religiosas. Desta vez, constituíram também uma grande comissão patriótica que promoveu uma subscrição para angariar fundos para oferecer um vaso de guerra ao governo português⁵⁷³..

A imprensa estrangeira não deixou de referir-se à histórica viagem, a Vasco da Gama e a Portugal. Disso mesmo temos ecos em revistas portuguesas e pelas compilações de recortes de jornais existentes na Sociedade de Geografia⁵⁷⁴. As

⁵⁷⁰ *Idem*, pp. 82-95

⁵⁷¹ *Portugal, Madeira e Açores*, Lisboa, 20 de Maio de 1898

⁵⁷² *O Centenario da Índia pela Colonia Portuguesa da Bahia*, Bahia, Officinas dos Dois Mundos, 1898, p. 29

⁵⁷³ *Idem*, p. 193

⁵⁷⁴ *Portugal em Africa*, nº 53, 54, 57 e 59, Lisboa, Maio, Junho, Setembro e Novembro de 1898. Apresenta excertos de publicações inglesas, da Índia (Deli e Bombaim, onde se referiam festejos naquela cidade, em Meliapor, Pona e Mazagão), e de um dos jornais russos de maior importância publica mesmo o *fac-simile* da página dedicada a Vasco da Gama.

Sociedades de Geografia, Universidades e outras instituições científicas assinalaram a efeméride em várias regiões do mundo, nomeadamente em países europeus, na América do Norte, na África do Sul e na Índia. Em França, foi publicado um *Album Commémoratif* com o patrocínio da rainha D. Maria Amélia e, em Itália, saiu do prelo um opúsculo de homenagem que incluía uma poesia latina escrita pelo papa Leão XIII⁵⁷⁵. Um número apreciável de publicações contribuiu para a difusão do centenário no estrangeiro⁵⁷⁶, distinguindo-se algumas pelo carácter apologético e mitificador da história⁵⁷⁷.

Entre todas as iniciativas destinadas a projectar o país no estrangeiro destacou-se a realização em Lisboa do 5º Congresso Internacional da Imprensa, que só veio a concretizar-se depois de passadas as festas do centenário, no final de Setembro daquele ano⁵⁷⁸. Tinha sido uma ideia acarinhada por Sebastião Magalhães Lima que era o delegado do *Bureau* central das associações de imprensa. Estavam inscritos no congresso largas dezenas de jornalistas de dezoito países que estiveram nove dias em Portugal. O programa organizado pela comissão executiva portuguesa, presidida pelo jornalista António Enes, foi intenso. Os congressistas tiveram a oportunidade de conhecer Lisboa e os arredores (Sintra e Cascais), de visitar Tomar e de deslocar-se ao Porto, donde partiram para uma excursão pela região vinícola do Alto Douro.

Muito menor foi o impacto do quarto centenário da morte de Vasco da Gama. Vários factores se conjugaram nesse sentido: a nomeação tardia da comissão encarregada de organizar as comemorações, somente a escassos três meses da data da

⁵⁷⁵ *Album Commémoratif publié sous le patronage de sa majesté la reine Marie Amelie de Portugal. A Vasco da Gama 1498--1898. Hommage de la pensée française. Recueilli par madame Juliette Adam*, Paris, 1898; *Centenario da Índia*, Padova, Stamp di Fratelli Gallina, 1898. O responsável por esta publicação foi Angelo Gandolfo, vice-consul de Portugal.

⁵⁷⁶ Ester Margarida Nunes, “A memória do descobrimento do caminho marítimo para a Índia nas culturas europeias (Espanha, França, Itália e Alemanha)” in *O “Centenário da Índia e a viagem de Vasco da Gama*, Lisboa, CNCDP, 1998, p. 252

⁵⁷⁷ Ver, por ex.: José Carlos de Faria e Castro, *L’Epopée Maritime des Portugais. Vasco da Gama et Camoens*, Bruxelles, 1898

⁵⁷⁸ *O Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro*, vol. XXI, Lisboa, 1898, pp. 227-230

efeméride (portarias de 9 e 13 de Outubro de 1924) e a coincidência com as festas natalícias, que obrigou o governo a adiar por um mês a data das celebrações. Apesar disso, a comissão dirigiu-se aos portugueses para solicitar o “curso entusiástico de todas as agremiações do país” e a “colaboração individual de todos os patriotas” com o objectivo de tornar a celebração “digna do grande Herói”⁵⁷⁹. O governo resolveu que o centenário devia ser celebrado “com o esplendor possível em todo o território português, tanto no continente como nas colónias”⁵⁸⁰. Para dar cumprimento a este objectivo, o gabinete do ministro das Colónias remeteu instruções aos governos ultramarinos estipulando que deviam ser elaborados programas das celebrações a realizar nos dias 23, 24 e 25 de Dezembro. Adiantava, logo, como partes componentes desses programas:

a) a publicação de artigos circunstanciados pela imprensa local sobre a vida e os feitos de Vasco da Gama e as consequências do descobrimento do caminho marítimo para a Índia;

b) prelecções especiais sobre estes temas nos estabelecimentos de ensino;

c) sessões solenes, com a assistência de todas as classes sociais, sem esquecer os funcionários consulares;

d) festejos públicos, de índole popular, conforme as condições de cada localidade;

e) os navios de guerra surtos nos portos deviam associar-se ao ambiente festivo com “demonstrações de regozijo correspondentes ao elevado feito do Almirante do Mar da Índia”⁵⁸¹

Na Índia estas directivas tiveram forte eco, porque o governo geral já estava a preparar a comemoração. Pelo menos a avaliar pelos programas insertos no *Boletim*

⁵⁷⁹ “Comissão do centenário Vasco da Gama” in *Boletim Oficial do Governo Geral do Estado da Índia*, nº96, 28 de Novembro de 1924

⁵⁸⁰ *Idem*, p. 1194

⁵⁸¹ *Idem, ibid.*

Oficial, o centenário ainda teve maior envergadura e repercussão do que em 1898. Um extenso número de funcionários da administração da colónia, de militares em serviço e de cidadãos constituíram as várias subcomissões executivas encarregadas das diversas partes do programa comemorativo que teria lugar em Nova Goa⁵⁸². Os festejos previstos estendiam-se por uma semana, de 21 a 28 de Dezembro, e incluíam todas as manifestações habituais. Ia ser lançada a primeira pedra da estátua de Vasco da Gama, na cidade do mesmo nome, junto do rio Zuari. Em Pangim já existia um monumento ao Almirante da Índia, no Jardim Municipal, onde ia realizar-se a cerimónia do içar da bandeira, com a assistência dos alunos das escolas e uma guarda de honra. Nas escolas de Pangim e em todas as do Estado deviam ser feitas sessões para celebrar a cultura portuguesa, “que abrindo uma nova época histórica, introduziu na corrente tradicional da civilização a ciência das coisas e dos factos e a directriz política do espírito moderno”⁵⁸³. Camões também foi recordado, porque o seu centenário tinha sido naquele ano. As sessões escolares ainda deviam incluir números de canto coral, recitação, ginástica rítmica, jogos educativos e a visualização de um filme alusivo às navegações e de um documentário sobre Portugal. Naqueles dias seriam permitidos “brincos populares e queima de fogos de artifício”, desde que tivessem obtido o respectivo salvo-conduto nas administrações dos concelhos.

As celebrações estenderam-se a todo o território da colónia. Os distritos de Damão e Diu, quase todos os concelhos e até as freguesias elaboraram programas para as comemorações⁵⁸⁴. O içar da bandeira era uma componente indispensável dos festejos e múltiplas cerimónias envolviam os alunos das escolas primárias e secundárias da colónia. As festas escolares multiplicaram-se de acordo com as instruções das autoridades e as palestras feitas pelos professores. As marchas *aux flambeaux* eram muito populares e em diversas sessões mencionou-se,

⁵⁸² *Idem*, n.º 99, Suplemento de 9 de Dezembro de 1924

⁵⁸³ *Idem*, p. 3

⁵⁸⁴ *Idem*, n.º 102, 22 de Dezembro de 1924 e n.º 14, 19 de Fevereiro de 1924, pp. 4-6

expressamente, que o hino nacional, *A Portuguesa*, seria tocado e cantado pelos presentes. De resto, os festejos e cerimónias seguiam de perto a tradição do século passado, com algumas componentes tipicamente republicanas.

Merecem especial destaque duas iniciativas do governo geral: a reconstituição do Instituto Vasco da Gama, que tinha sido criado em 1871, e a atribuição de subsídios às escolas de “hindustani” de Pondá e de Nova Goa⁵⁸⁵. Pretendia-se que o Instituto fosse o “centro da alta cultura portuguesa no Oriente”, por isso tinha carácter oficial e ia dispor de biblioteca, gabinete de leitura e Boletim trimestral⁵⁸⁶. Em Janeiro, ainda se decidiu emitir um selo comemorativo de 1 tanga e de 6 réis para circular no Estado da Índia⁵⁸⁷. O governador geral louvou o presidente da comissão do centenário, o bacharel Francisco Maria Peixoto Vieira, secretário geral do governo da colónia, e todos os membros da mesma pela forma como decorreram as celebrações⁵⁸⁸.

Apesar das congratulações oficiais, a comemoração do centenário tinha suscitado a oposição de certos sectores hindus que vieram a público nos jornais *Bharat*, de Quepém, e *Hindú*, de Margão⁵⁸⁹. Pelo contrário, uma instituição hindu de Pangim, que reclamava a fidelidade da “classe Bhandari” aos governos, desde o tempo dos maratas até ao presente, instou os seus associados e todos os hindus a participar nas comemorações. Na opinião dos sócios presentes na reunião, o regime republicano tinha sido “muito benéfico” para os grupos sociais indianos mais desfavorecidos, o que era um factor adicional para participarem nas celebrações. Por isso, as actas das sessões em que tomaram estas decisões foram publicadas no *Boletim Oficial* e ali se lê que foi lavrado um “veemente protesto em nome das

⁵⁸⁵ *Idem*, nº 103, Suplemento de 28 de Dezembro de 1924

⁵⁸⁶ *Idem*, nº 14, Suplemento de 19 de Fevereiro de 1925. Publicou os estatutos do Instituto Vasco da Gama.

⁵⁸⁷ *Ibid.*, p. 3. Diploma legislativo nº 130, de 21 de Janeiro de 1925.

⁵⁸⁸ *Ibid.*, p. 3. Diploma nº 839, de 31 de Dezembro de 1924.

⁵⁸⁹ *Ibid.*, p. 7. *O Diário da Noite* também referiu que havia campanha contra as comemorações, sem especificar os argumentos (Nova Goa, 23 de Dezembro de 1924)

classes atrasadas hindús, de que é composta esta associação, contra aquela nefasta propaganda dos ditos jornais”⁵⁹⁰. Apesar de não serem discriminadas as objecções que foram levantadas contra o centenário, é um facto que a memória não pode ser a mesma para colonizados e colonizadores. Aqueles não esquecem todas as violências e atrocidades cometidas contra pessoas e bens no processo da ocupação. Em 1924, não seria também alheio aos protestos a influência do desabrochar dos movimentos autonomistas das colónias.

Em Macau, constituiu-se uma comissão oficial para promover as celebrações que tiveram “imponencia e brilho”⁵⁹¹. Realizou-se um cortejo cívico, uma sessão solene nos Paços do Concelho, uma missa campal, na Avenida Vasco da Gama, um sarau de gala no Teatro D. Pedro V, “autos chinas”, músicas, iluminações e fogos de artifício que envolveram muitos cidadãos macaenses e estrangeiros. Em Moçambique, Angola e Cabo Verde também há notícia de celebrações⁵⁹². Na colónia do Índico, os festejos de Lourenço Marques contaram com a presença de uma representação do governo da União Sul Africana e as comemorações estenderam-se a várias sedes de distrito. As administrações coloniais procuraram cumprir as instruções que tinham recebido do poder central.

Na capital, os festejos atraíram muitos cidadãos e, em especial, duas dúzias de embaixadas extraordinárias de países muito diversos, que vieram participar nas celebrações. Estiveram presentes o Núncio de Sua Santidade em Madrid, doze países europeus, notando-se a ausência da Espanha na lista publicada na imprensa, sete países da América Latina, com o Brasil à cabeça, os Estados Unidos da América, e três países asiáticos, o Sião (actual Tailândia), a China e o Japão⁵⁹³. Cinco países europeus enviaram navios de guerra para a parada naval de homenagem ao Almirante

⁵⁹⁰ *Idem, ibid.*

⁵⁹¹ *Boletim Oficial do Govêno da Província de Macau*, Nº 2, 10 de Janeiro de 1925

⁵⁹² *O Século*, Lisboa, 15 de Janeiro de 1925

⁵⁹³ *Diário de Lisboa*, 24 de Janeiro de 1925, p. 8

da Índia: os ingleses trouxeram dois “dreadnoughts”, sendo um deles considerado o maior vaso de guerra do mundo; os espanhóis apresentaram-se com um couraçado e um “destroyer”; os franceses, os holandeses e os italianos fundearam mais três grandes embarcações militares no estuário do Tejo. Deste modo, estiveram na cidade largas centenas de marinheiros estrangeiros.

Em várias regiões do país, o centenário foi assinalado em escolas, organismos culturais e pelas autoridades locais. O maior destaque coube à Vidigueira, onde um conjunto variado de cerimónias e festejos culminou com o descerramento de uma lápide na igreja das Carmelitas que contou com a assistência da comissão central do centenário⁵⁹⁴. A Universidade de Coimbra promoveu uma exposição bibliográfica e em várias escolas fizeram-se palestras evocativas da memória do Almirante da Índia⁵⁹⁵.

Os centenários de Camões, do Infante D. Henrique e do feito de Vasco da Gama foram os que tiveram maior impacto e difusão na sociedade portuguesa e no estrangeiro. O facto de terem sido comemorados por duas vezes no período analisado e por regimes políticos diferentes contribuiu, decisivamente, para assumirem uma importância cimeira na memória e no imaginário da nação. Mas a projecção da obra e dos feitos que os distinguiram tornou-os também figuras de dimensão internacional, cujos centenários encontraram um significativo eco noutras regiões do mundo. Naturalmente, foi mais visível nos meios universitários e eruditos que se interessam pela história da cultura e da expansão europeia. Excepto no caso do tricentenário camoniano, cujo impacto se ficou a dever especialmente ao efeito conjugado da novidade e do papel da imprensa, o empenho das autoridades civis e religiosas revelou-se fundamental para as comemorações terem maior projecção no país e nas colónias.

⁵⁹⁴ *O Século*, Lisboa, 28 de Janeiro de 1925

⁵⁹⁵ *Idem*, 25 de Janeiro de 1925 a 2 de Fevereiro de 1925

Por razões diversas, a maior parte dos outros centenários analisados tiveram muito menor projecção. A comemoração do descobrimento da América circunscreveu-se a um projecto político e erudito, do governo e da Academia das Ciências, de aproveitar a oportunidade para vincar a prioridade e a importância das navegações dos portugueses. A imprensa nacional, sobretudo da capital, noticiou os acontecimentos em Espanha e a viagem da família real portuguesa para participar nos festejos.

O quarto centenário do descobrimento do Brasil foi prejudicado pelas dificuldades políticas e financeiras da época e, decerto, também pelo facto dos principais promotores daquele tipo de iniciativas ainda terem bem presentes os obstáculos que tiveram de vencer para realizar o centenário de 1898. De qualquer modo, o governo decretou feriado a 5 de Maio, com as solenidades ordinárias dos “dias de grande gala”, nomeadamente bandeiras içadas, salvas do estilo e luminárias nos edifícios públicos⁵⁹⁶. Na capital, a Sociedade de Geografia não deixou de assinalar a data e o Ateneu Comercial promoveu um ciclo de conferências, onde intervieram Faustino da Fonseca e Teófilo Braga, entre outros. Na província, algumas Câmaras Municipais promoveram manifestações de regozijo, nomeadamente em Braga, Cascais, Elvas, Santarém e Lagos⁵⁹⁷. No Porto, realizou-se uma “festa brilhantíssima” no respectivo Ateneu Comercial⁵⁹⁸ e as ruas principais foram iluminadas a balões e a electricidade. Nas colónias, há notícia de o “dia de grande gala” ter sido assinalado pelo menos em Cabo Verde, onde os edifícios públicos estiveram embandeirados e houve luminárias e bandas de música a tocar nas ruas. A limitada expressão do centenário só pode ser atribuída ao facto de não ter havido uma comissão oficial que se encarregasse da organização do evento.

⁵⁹⁶ *Portugal, Madeira, e Açores*, Lisboa, 13 de Maio de 1900

⁵⁹⁷ *O Século*, Lisboa, de 29 de Abril a 20 de Maio de 1900

⁵⁹⁸ *Portugal, Madeira e Açores*, Lisboa, 13 de Maio de 1900

No período da I República, o duplo centenário da conquista de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque e o de Fernão de Magalhães não passaram do círculo restrito dos públicos das academias e sociedades científicas, com algumas excepções pontuais⁵⁹⁹, pelas razões que já referimos no capítulo anterior. O centenário do descobrimento da Madeira teve uma expressão meramente regional, entre outros factores já enunciados por causa da polémica data adoptada para a comemoração. Um grande impacto nacional teve a proeza de Gago Coutinho e Sacadura Cabral que foi, exaustivamente, noticiada pela imprensa. A recepção aos aviadores foi entusiástica⁶⁰⁰ e o seu feito até ficou registado em quadras populares⁶⁰¹. Mas a celebração da viagem deixou na sombra o centenário que esta pretendia assinalar. A comemoração da independência do Brasil ficou limitada a iniciativas de carácter mais político e oficial, com reduzida projecção na sociedade portuguesa.

Os centenários dos Açores, de Angola e de Moçambique tiveram uma expressão mais regionalizada, tendo em conta que o objecto da celebração dizia respeito a cada uma destas “províncias”. O primeiro estendeu-se à maioria das ilhas açorianas e encontrou eco na capital, junto de entidades como a Sociedade de Geografia, o Club Militar Naval e o Grémio dos Açores. O centenário da Restauração de Angola foi, especialmente, assinalado em Luanda e noutras localidades da colónia: no enclave de Cabinda, no Alto Cuanza, no Bié, no concelho de Andulo, no Moxico, em Benguela, na Vila Salazar, no Lobito⁶⁰², em Sá da Bandeira e em Moçâmedes⁶⁰³.

⁵⁹⁹ *O Século* noticiou que em Alverca do Ribatejo a comemoração constou de uma alvorada tocada pela filarmónica e, à noite, houve foguetes, iluminações e música nas ruas (18 de Dezembro de 1915).

⁶⁰⁰ Em Portugal e, inclusive, na América do Norte entre a comunidade portuguesa residente em New Bedford, Fall River, Providence e Boston realizaram-se festas “deslumbrantes e imponentes”. Cf. *Os Açores*, nº 2, Agosto de 1922

⁶⁰¹ Fernando de Castro Pires de Lima, *Gago Coutinho e Sacadura Cabral na poesia popular*, Separata da Revista de Etnografia, nº 31, Museu de Etnografia e História, Junta Distrital do Porto. As quadras bastante ingénuas glosam a ideia que voaram “nas asas dum passarinho” ou “d’um pardal”, consoante tem de rimar com Coutinho ou com Cabral.

⁶⁰² *Revista do Tricentenário da Restauração de Angola*. Salvador Correia de Sá e Benevides. 15 de Agosto de 1648. 15 de Agosto de 1948. Organizada por Virgílio Saraiva, Narciso do Espírito Santo e Luís Lopes

Em Nova Lisboa, as celebrações do tricentenário da "Reconquista" coincidiram com o 36º aniversário da fundação da cidade⁶⁰⁴. Igualmente, a comemoração de António Enes teve maior expressão em Lourenço Marques, apesar de haver indicação de festejos em Inhambane, Manica, Sofala, Beira, Quelimane, na província do Niassa e na cidade de Moçambique⁶⁰⁵.

Os centenários da Restauração de Angola e de António Enes também foram assinalados em Lisboa. O primeiro através duma sessão solene na Sociedade de Geografia que contou com a presença do marechal Carmona, do subsecretário de Estado das Colónias e do visconde da Asseca, descendente de Salvador Correia de Sá. A conferência de fundo sobre a Reconquista de Angola coube ao professor Manuel Lopes de Almeida, da Universidade de Coimbra, e realizou-se ainda uma exposição de pintura de temática angolana e um banquete que foi "uma bela festa de confraternização de altos funcionários e de elementos das forças vivas da Colónia e um verdadeiro acontecimento patriótico e de fé nos destinos daquela nossa possessão ultramarina", segundo o relato encomiástico de *O Século*⁶⁰⁶.

Uma significativa homenagem a António Enes já tinha sido feita pela Academia das Ciências de Lisboa, a 4 de Novembro de 1946, para assinalar a passagem do cinquentenário do seu governo em Moçambique⁶⁰⁷. As intervenções ficaram a cargo de personalidades que referiram vários aspectos da vida e da acção do Comissário Régio: o general Teixeira Botelho, o professor Ruy Ulrich, Júlio Dantas, na qualidade de presidente da Academia, e Marcello Caetano. Em 1948, a Sociedade de Geografia e a Câmara Municipal de Lisboa comemoraram o nascimento do jornalista, escritor e

Roseira, a publicação parece ser do Lobito, apesar de não ter indicação do lugar. Contém o programa das comemorações feitas pela Câmara Municipal do Lobito, nos dias 14 e 15 de Agosto de 1948.

⁶⁰³ *Boletim Geral das Colónias*, Ano 24, nº 280, Outubro de 1948, pp. 217-219

⁶⁰⁴ *Idem*, p. 205

⁶⁰⁵ *Idem*, Ano 24, nº 281, Novembro de 1948, p. 130

⁶⁰⁶ *O Século*, Número Especial Dedicado ao Império, Lisboa, 16 de Outubro de 1948, p. 191

⁶⁰⁷ *Boletim geral das Colónias*, Ano 22, nº 257, Novembro de 1946, pp. 120-121

político⁶⁰⁸. A publicação do número especial do jornal *O Século* dedicado às colónias, com quase 200 páginas, foi uma das principais iniciativas propagandísticas que ficou a assinalar os dois centenários. As revistas de propaganda colonial referiram-se também, com algum detalhe, às comemorações, caso do *Boletim Geral das Colónias* e do *Mundo Português*.

O Brasil inaugurou, no Arquivo Nacional, uma exposição de documentos históricos relativos à acção da frota capitaneada por Salvador Correia de Sá e Benevides que partiu do Rio de Janeiro⁶⁰⁹. O Instituto Brasileiro da Universidade de Nashville, no Tennessee, assinalou o evento com uma conferência de Charles Boxer, sobre *A Restauração de Angola por Salvador Correia de Sá*. O centenário da Restauração de Angola conseguiu, apesar da modéstia das iniciativas, mais projecção do que o de António Enes.

O centenário do descobrimento da Guiné teve uma considerável projecção nacional por causa do conjunto de acções que decorreram na metrópole. A Semana das Colónias daquele ano foi dedicada a esta “Província Ultramarina”. No seu âmbito, fizeram-se inúmeras palestras por todo o país sobre a história da ocupação portuguesa e as realizações do regime colonial⁶¹⁰. A imprensa fez eco destas iniciativas e o *Diário da Manhã* defendia que era preciso ir “por esse País fora colaborar na consoladora tarefa de revelar Portugal aos portugueses”⁶¹¹.

Em Lisboa, o centenário foi especialmente celebrado pela Sociedade de Geografia, destacando-se a realização do congresso e uma exposição que esteve

⁶⁰⁸ Cf. *Boletim Geral das Colónias*, Ano 24, nº 281, Novembro de 1948, pp. 127-28 e *O Século*, Número Especial Dedicado ao Império, Lisboa, 16 de Outubro de 1948, p. 191

⁶⁰⁹ *Idem*, Ano 24, nº 280, Outubro de 1948, p. 220

⁶¹⁰ *O Século*, Lisboa, 1 de Junho de 1946, p. 2 Os locais referidos: Lamego, Covilhã, Peniche, Viana do Castelo, Lagos Águeda, Vila Real, Abrantes, Montijo. Acrescente-se ainda as sessões em escolas, nomeadamente em Braga, Porto, Lisboa e Olhão (*Idem*, 26 de Maio de 1946, p. 2)

⁶¹¹ “A propósito do V Centenário do Descobrimento da Guiné” (*Diário da Manhã*, Lisboa), transcrito no *Boletim Geral das Colónias*, Ano 22, nº 252, Junho de 1946

patente ao público no Palácio da Independência⁶¹². A Câmara Municipal do Porto decidiu atribuir o nome da Guiné a uma das suas ruas e o de Nuno Tristão a outra⁶¹³. Lagos comemorou o centenário da partida da frota de Lançarote de Freitas que marcou o início das carreiras comerciais em grande escala para a Guiné⁶¹⁴. Mas foi no território da colónia que as comemorações atingiram uma expressão realmente importante e se desdobraram num vasto conjunto de iniciativas que também foram dirigidas à população africana. Esse impacto local das celebrações foi reforçado pela visita do subsecretário de Estado e pelas múltiplas inaugurações de melhoramentos públicos que então tiveram lugar⁶¹⁵.

As comemorações de Mouzinho de Albuquerque estenderam-se aos locais relacionados com a vida do homenageado. Além da capital, houve celebrações em Elvas, local donde partiu para integrar as forças expedicionárias de Moçambique, em Coimbra, onde foi descerrada uma lápide numa das casas onde viveu, enquanto ali estudou, em Leiria e na Batalha, o concelho onde nasceu⁶¹⁶. As cerimónias de encerramento do ciclo comemorativo tiveram lugar nesta última vila e foi celebrada missa de *Requiem* na igreja de Santa Maria da Vitória. O Porto não deixou de associar-se com a realização de uma exposição histórico-militar no edifício do quartel de Infantaria 6, na Praça da República.

Múltiplas iniciativas assinalaram a data em aquartelamentos e estabelecimentos militares, núcleos da Legião Portuguesa, centros da Formação Nacional para a Alegria no Trabalho, formações da Mocidade Portuguesa, organismos económicos, grémios, sindicatos, municípios, juntas de freguesia, Casas do Povo, sociedades de

⁶¹² Sobre a exposição ver: *Panorama*, Lisboa, Ano V, nº 30, 1946

⁶¹³ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. I, nº 3, 1946, p. 606

⁶¹⁴ *Idem*, vol. I, nº 4, 1946, p. 890

⁶¹⁵ Cf. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, nº especial, Outubro de 1947, Mapa: Visita ministerial - Obras do centenário

⁶¹⁶ Cf. "Programa Oficial das Comemorações" in *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*, 1855-1955, Lisboa, s.d.

recreio, associações desportivas e culturais, casas regionais, etc.⁶¹⁷ A imprensa e a rádio deram larga cobertura ao evento. A Emissora Nacional emitiu um folheto radiofónico em que fez ressurgir a vida e a personalidade de Mouzinho de Albuquerque. Na “Voz do Império”, o programa da Agência Geral do Ultramar, foram difundidas entrevistas a propósito do centenário.

Em Moçambique, constituiu-se uma comissão oficial para organizar a comemoração, presidida pelo director dos serviços de Administração Civil da colónia, José Osório de Melo Gouveia⁶¹⁸. Os principais eventos ocorreram, naturalmente, em Lourenço Marques, num misto de cerimónias políticas e militares que tiveram como centro a estátua de Mouzinho de Albuquerque, existente na cidade. Mas noutros locais também se realizaram celebrações, nomeadamente na Vila João Belo, Inhambane, cidade da Beira, Tete, Quelimane, Nampula, cidade de Moçambique, Porto Amélia, Vila Cabral e noutras localidades⁶¹⁹. O governo tinha dado instruções para serem realizadas sessões solenes em todas as sedes de concelho, de circunscrição e nos postos administrativos. Houve também uma romagem a Chaimite, local da histórica prisão de Gungunhana⁶²⁰.

Nas outras colónias, as comemorações desdobraram-se em sessões solenes, paradas da Mocidade Portuguesa e das tropas, palestras e conferências nas escolas e unidades militares, cerimónias religiosas, festivais desportivos, “veladas de armas” e, pontualmente, exposições, inscrição do nome do laureado na toponímia urbana e a projecção do filme *Chaimite*, de Jorge Brum do Canto⁶²¹. O centenário teve repercussão no país e nas colónias por determinação expressa das autoridades governamentais, contando com o empenho da hierarquia militar, da Mocidade Portuguesa e doutros organismos do aparelho do regime.

⁶¹⁷ *Idem*, p. 117

⁶¹⁸ *Idem*, p. 129 (Decreto-Lei nº 40 329, de 18 de Outubro de 1955)

⁶¹⁹ *Idem*, pp. 129-132

⁶²⁰ *Idem*, p. 133

O Duplo Centenário foi organizado para ser uma grande celebração de “Portugal imperial”. O programa oficial das comemorações previa que os principais momentos fossem sublinhados por acções que se estendessem a todo o território da metrópole e das colónias. Assim, a inauguração oficial do ciclo comemorativo decorreu na capital, mas as cerimónias deviam ter a sua réplica em todo o país e no ultramar. O objectivo explícito consistia em unir todos os portugueses dispersos pelo mundo no mesmo sentimento de comunhão patriótica⁶²².

O programa geral prosseguiu com uma autêntica deambulação do chefe do Estado e das principais autoridades pelo país, de Norte para Sul. Teve início em Guimarães e estendeu-se a todos os lugares de alguma forma relacionados com os principais acontecimentos da história nacional então comemorados, a Fundação e a Restauração de Portugal. A capital foi o epicentro das comemorações, donde irradiaram em movimentos sucessivos para os outros lugares inscritos na geografia da memória da nação. A Igreja associou-se aos centenários e uma pastoral colectiva do episcopado português apelou a todos os católicos para se juntarem às celebrações⁶²³. Os bispos recomendaram também aos párocos para colaborarem nas iniciativas locais.

Além do roteiro comemorativo que devia ser seguido pela autoridades centrais, o programa previa as chamadas festas provinciais que foram inauguradas de acordo com um calendário pré-estabelecido: 9 de Junho, festa provincial do Ribatejo, em Santarém; 12 de Junho, de Trás-os-Montes e Alto Douro; 14 de Junho, do Algarve; 24 de Junho, do Minho, em Braga, e do Alto Alentejo, em Évora; 7 de Julho, da Beira Litoral; 10 de Agosto, do Baixo Alentejo, em Beja; 15 a 24 de Agosto, actos comemorativos nos arquipélagos da Madeira e dos Açores; 16 de

⁶²¹ *Idem*, pp. 129-171

⁶²² *Programa oficial 1940. Comemorações Centenárias*, Lisboa, 1940

⁶²³ *Boletim Geral das Colónias*, Ano 17, nº 187, Janeiro de 1941, p. 89; *Pastoral Colectiva do Episcopado Português sobre as Comemorações Centenárias da Fundação e Restauração de Portugal*, Lisboa, 1940

Setembro, da Beira Alta, em Viseu; 4 de Outubro, da Beira Baixa, em Castelo Branco. Apesar de não estar indicado no programa oficial, a Estremadura também realizou a sua festa provincial, nas Caldas da Rainha e em Óbidos, de 11 de Agosto a 15 de Setembro⁶²⁴.

As Juntas de Província eram as entidades responsáveis pela organização dos festejos e tinham recebido dotação orçamental para esse efeito. A comissão nacional procurou coordenar todas as iniciativas e reuniu, por isso, com os representantes das províncias, com mais de um ano de antecedência em relação ao início das comemorações⁶²⁵. As exposições agro-pecuárias e etnográficas, os cortejos folclóricos e do trabalho, as provas desportivas, os arraiais e folguedos populares, os espectáculos mais variados, as inaugurações de obras públicas, de monumentos e de lápides, as conferências e os ciclos de palestras, as sessões solenes, recepções e banquetes, com os membros do poder central e local reunidos, multiplicaram-se por todo o país. Tanto mais que as autoridades distritais e concelhias, por sua vez, não quiseram deixar de assinalar também com iniciativas próprias os centenários⁶²⁶. Muitas terras redescobriram os heróis e os acontecimentos que as ligavam à história da Fundação e Restauração de Portugal.

As instruções da Presidência do Conselho foram extensivas às colónias, onde as autoridades administrativas tinham a obrigação de acompanhar as comemorações dos centenários de Portugal. A portaria nº 9 509 determinou, especificamente, que no dia 4 de Junho fossem hasteadas as bandeiras da Fundação e a nacional em todos os territórios sob a soberania portuguesa, depois de ouvido o sinal emitido pela Emissora Nacional⁶²⁷. A primeira bandeira consistia num quadrado de pano branco com uma cruz azul, de acordo com o modelo oficialmente estabelecido pelo governo. Uma

⁶²⁴ *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, Lisboa, 1940, pp. 53-54

⁶²⁵ *Boletim da Junta de Província do Ribatejo*, nº 1, Lisboa, 1940, p. 825

⁶²⁶ Ver, por exemplo, o programa detalhado das comemorações centenárias no distrito de Setúbal e noutros concelhos estremenhos, no *Boletim da Junta de Província da Estremadura* já citado, pp. 63-74.

⁶²⁷ *Boletim Oficial da Colónia da Guiné*, nº 20, 13 de Maio de 1940

nova portaria, feita para esclarecer as dúvidas suscitadas pela primeira, indicava que a cerimónia devia decorrer junto de castelos relacionados com a história da Fundação e da Conquista, nas localidades em que existissem⁶²⁸. Todos os estabelecimentos públicos do império deveriam observar as solenidades previstas no programa oficial das comemorações, em coincidência horária com o “acto medieval” de Guimarães, onde foi evocada a fundação de Portugal. O objectivo consistia em “unir no mesmo sentimento de continuidade histórica e de justo orgulho nacional todos os portugueses espalhados pelo mundo”⁶²⁹.

Em Macau, onde se ouvia mal a emissora portuguesa, foi acesa uma luz no edifício dos Correios e Telégrafos, às 19 horas locais, a forma combinada para indicar que tinha sido recebido o sinal radiodifundido. Na Fortaleza do Monte, salvaram as respectivas peças de artilharia e foi hasteada a bandeira da Fundação, lenta e solenemente, até ao topo do mastro. “Simultâneamente, troaram as peças dos barcos de guerra surtos no pôrto, repicaram os sinos de tôdas as Igrejas, apitaram as buzinas e sereias, nos quartéis tocaram os clarins e as cornetas e, no alto dos edifícios públicos, desfraldou-se a gloriosa bandeira da Fundação. Momento inesquecível de intensa comoção e de máxima religiosidade”, segundo o relato enviado pela comissão executiva macaense⁶³⁰. Em Timor, onde era impraticável sincronizar as cerimónias com Guimarães, o governador hasteou a bandeira da Fundação na Câmara Municipal, ao som do hino nacional, cantado por um orfeão de 120 vozes, e de salvas da artilharia⁶³¹.

Deste modo, reproduziram-se em todas as colónias, de Cabo Verde a Timor, os principais actos realizados na metrópole, assinalando as várias etapas do programa dos centenários. As celebrações e os festejos tiveram, naturalmente, em conta as

⁶²⁸ *Idem*, nº 25, 17 de Junho de 1940. Portaria nº 9519, de 10 de Maio de 1940

⁶²⁹ *Idem*, nº 20, 13 de Maio de 1940. Portaria nº 9509, de 19 de Abril de 1940

⁶³⁰ *O Mundo Português*, vol. VIII, nº 92-93, Agosto-Setembro de 1941, p. 377

⁶³¹ *Boletim Geral das Colónias*, vol. XVII, nº 187, Janeiro de 1941, p. 288

condições especiais de cada “Província Ultramarina”, mas foi impressionante o conjunto de iniciativas realizado pelas autoridades coloniais, para as várias etapas do ciclo comemorativo e para tornar extensivas a todo o território as comemorações⁶³². Um vasto número de melhoramentos foram inaugurados ou iniciados por esta altura, à semelhança do que se passou na metrópole. Escolas, hospitais e postos sanitários, mercados, estradas e avenidas, pontes, urbanizações, sedes administrativas e residências dos funcionários, troços dos caminhos-de-ferro, linhas telegráficas e aeródromos são exemplo do tipo variado de obras mencionadas. Uma grande mobilização de energias destinada a mostrar ao “Mundo como o Estado Novo pôde levantar, num esforço magnífico, tôdas as fôrças da Nação e mostrar as suas possibilidades de continuar a desempenhar a sua função histórica, de possuir e colonizar terras e de levar a civilização cristã às populações do seu vasto Império”, nas palavras do major Amadeu Gomes de Figueiredo, governador de Cabo Verde⁶³³.

A repercussão no estrangeiro foi prejudicada pela Guerra Mundial. Apesar disso, trinta e cinco Estados enviaram embaixadas extraordinárias ou missões especiais às festas dos Centenários: Bélgica, Brasil, Chile, China, Colômbia, Cuba, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Inglaterra, Itália, Japão, México, Noruega, Paraguai, Peru, Polónia, Roménia, Santa Sé, S. Salvador, Suécia, Suíça, Turquia, União Sul Africana, Uruguai, Venezuela, Jugoslávia⁶³⁴. O Brasil foi o único que esteve presente na Exposição do Mundo

⁶³² Cf. *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, nº 187, Janeiro de 1941, pp. 254-256, 257-286 e 288; *O Mundo Português*, vol. VIII, nº 87, Março de 1941, pp. 117-122; nº 92-93, Agosto-Setembro de 1941, pp. 351-354 e pp. 373-381; nº 94, Outubro de 1941, pp. 435-441; *Programa Oficial das Comemorações dos centenários Nacionais em Moçambique*, 2 de Junho-2 de Dezembro de 1940, Lourenço Marques, Comissão Organizadora dos Centenários, 1940; *Programa Oficial das Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal*, S. Tomé, Imprensa Nacional, 1940; *O Século*, Nº Extraordinário Comemorativo do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração, Lisboa, Junho de 1940 (Suplemento dedicado ao Império Colonial Português e às comemorações nas Províncias Ultramarinas, pp. 61-64)

⁶³³ *O Mundo Português*, vol. VIII, nº 94, Outubro de 1941, p. 437

⁶³⁴ *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, nº 187, Janeiro de 1941, pp. 291-302

Português. Um edifício imponente, situado num lugar central, apresentou uma retrospectiva da história do Brasil colónia e independente⁶³⁵.

Os congressos trouxeram a Portugal muitos especialistas e investigadores estrangeiros. Júlio Dantas esteve em Genebra, Paris, Bruxelas e Haia para fazer a propaganda destas iniciativas e António Ferro deslocou-se a Nova York, Londres e também a Paris, onde tratou de aspectos da preparação do Congresso da Imprensa Latina que ia realizar-se em Lisboa⁶³⁶. Nos nove Congressos do Mundo Português e no Congresso Nacional das Ciências da População, 356 congressistas apresentaram comunicações, dos quais 34,8% eram estrangeiros⁶³⁷. As doze nacionalidades representadas dividiam-se do seguinte modo: brasileiros (33), franceses (26), espanhóis (19), alemães (13), italianos (12), ingleses (7), sul-africanos (3), belgas, suíços, romenos e norte-americanos (2 de cada) e um holandês. Um número considerável de lusófilos convidados pela comissão organizadora dos congressos teve de desistir da viagem por causa das dificuldades decorrentes da guerra⁶³⁸. Apesar disso, foi importante o número de individualidades estrangeiras presente. Universidades e academias científicas de vários países enviaram mensagens que foram lidas na sessão inaugural, de 1 de Julho de 1940. O Congresso Internacional da Mocidade, que deveria reunir um número elevado de delegações de vários países, foi cancelado por despacho de 12 de Outubro de 1939⁶³⁹.

Naturalmente, os meios de comunicação social fizeram uma cobertura bastante exaustiva das comemorações. A Emissora Nacional foi um instrumento fundamental de propaganda radiofónica e difundiu para a Europa, África, Brasil e

⁶³⁵ Gustavo Barroso (Director do Museu Histórico Nacional), *Pavilhão do Mundo Português e Pavilhão do Brasil Independente*, Catálogo descritivo e comentado, Rio de Janeiro, 1940

⁶³⁶ *Revista dos Centenários*, nº 8, 31 de Agosto de 1939

⁶³⁷ Congresso do Mundo Português. *Programa, Discursos e Mensagens*, vol. XIX, Lisboa, 1940, p. 321-340

⁶³⁸ *Idem*, p. 24

⁶³⁹ *Idem, ibid.*

América do Norte programas de música e de divulgação turística de Portugal⁶⁴⁰. Desempenhou também um papel fundamental no decorrer das principais realizações, emitindo os discursos oficiais e reportagens dos acontecimentos para todo o país e para as colónias. A imprensa nacional noticiou, amplamente, todos os eventos e serviu de caixa de ressonância da propaganda oficial. O número extraordinário do jornal *O Século* e o suplemento do mesmo jornal dedicado ao império são um bom exemplo da propaganda veiculada através dos periódicos⁶⁴¹.

Desta retrospectiva resulta claro que a organização e a mobilização das autoridades e dos meios de comunicação social foram factores decisivos para a difusão das comemorações. Para que estas pudessem repercutir por todo o país e fora dele, era necessário uma boa organização que mobilizasse sectores representativos das elites culturais e do poder, tanto ao nível nacional como local. As comemorações de carácter histórico e político não são espontâneas e o seu êxito depende de um esforço considerável para suscitar a participação dos cidadãos. É evidente que há comemorações mais populares do que outras e as conjunturas em que acontecem também têm influência na mobilização das populações. Mas é notório o peso do factor organizativo e da intervenção da estrutura hierarquizada do Estado nos centenários que tiveram maior repercussão pública. E, nesse aspecto, o Estado Novo superou todas as experiências anteriores com a sua máquina bem oleada, onde não faltavam as organizações da propaganda e um conjunto de corporações para criar o efeito multiplicador das iniciativas. Pôde dispor de meios de comunicação social mais poderosos e censurados, onde a controvérsia e as críticas não eram admitidas.

É possível, assim, formar uma ideia relativamente precisa da repercussão das sucessivas comemorações, nos aspectos da organização, da proliferação das iniciativas e da projecção nos meios de comunicação social. Mais difícil se torna,

⁶⁴⁰ *Revista dos Centenários*, nº 10, Lisboa, Outubro de 1939

⁶⁴¹ *O Século*, Nº Extraordinário Comemorativo do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal, Lisboa, Junho de 1940

senão impossível, avaliar o efectivo impacto na maioria da população e a forma como as mensagens eram apreendidas pelos vários grupos sociais. Os testemunhos de que dispomos são, evidentemente, subjectivos, pontuais e, por vezes, contraditórios. Não permitem extrair quaisquer conclusões gerais válidas sobre o assunto.

Contudo, a título de exemplo vamos referir a forma como o autor de um romance de costumes viu as reacções da pequena burguesia lisboeta perante o cortejo histórico e a grande exposição, em 1940⁶⁴². O chefe de família, caso típico de indivíduo feliz e acomodativo, ficou “contente como um menino a ver “bonecos” de cores” e atribuiu ao sol ardente “a baralhada das figuras históricas e o ter-se perdido no programa”⁶⁴³. A esposa indignou-se com a “pouca vergonha” do trajo das negras. Na exposição, as filhas achavam os homens daquele tempo muito feios e queriam tomar refrescos, enquanto o pai tentava ler “uma grandiosíssima página de prosa, uma parede de 10 metros”⁶⁴⁴. Rapidamente, concluiu que não podia ler todos os textos da exposição, tanto mais que as multidões em movimento impediam a paragem e a concentração. Uma senhora da província comentava que tinha gostado “imensíssimo dos pretos, das aldeias, dos comboios...”⁶⁴⁵. Em suma, impressões esparsas em que o impacto principal resultava do espectáculo, do inusitado das situações e do exótico. Mas o conjunto deveras impressionante das realizações não deixou, por isso, de transmitir a ideia fundamental de um país com um passado grandioso e em mudança para o futuro, mercê do esforço dos governantes e da sua obra construtiva, como concluía outro personagem do romance ao avaliar as transformações que encontrou na cidade de Lisboa após vários anos de ausência⁶⁴⁶.

Aquele ano deixou, efectivamente, um registo forte na memória dos protagonistas dos acontecimentos: “1940! Como recorde o ambiente vibrante desse

⁶⁴² Armando Ferreira, *A Barata Loira*, 3ª ed., Lisboa, s.d.

⁶⁴³ *Idem*, p. 191

⁶⁴⁴ *Idem*, p. 195

⁶⁴⁵ *Idem*, p. 198

ano em que fazendo contraste com as angústias e aflições com que se debatia toda a Europa, por Portugal inteiro tremulavam jubilosamente as bandeiras evocativas da sua Fundação e Restauração, a afirmar o direito da sua existência no Mundo e da sua independência na História!”⁶⁴⁷. Mas o Duplo Centenário foi um caso excepcional pelo conjunto das circunstâncias reunidas: o ambiente de ameaça externa e de precaridade criado pela guerra, a consolidação da liderança de Salazar e do Estado Novo e o grande investimento em termos organizativos e ideológicos forjaram o contexto necessário para um impacto mais forte destas comemorações na sociedade portuguesa.

⁶⁴⁶ *Idem*, p. 215

⁶⁴⁷ Marcello Caetano, *op. cit.*, p. 66

PRÁTICAS E RITOS

O conjunto das manifestações de carácter cerimonial e festivo que permitem a uma sociedade quebrar a rotina dos dias e recordar colectivamente acontecimentos passados é muito variado. Os ritos que se destinam, de forma específica, a evocar e perpetuar a memória entrecruzam-se com um leque diversificado de iniciativas destinadas a mostrar a capacidade de realização de uma comunidade, a reforçar os laços de solidariedade, a relembrar as hierarquias e a ordem vigente, a frisar os valores e a ideologia dominante. A comemoração é, assim, um facto social complexo e plurifacetado que não pode ser reduzido a esquemas demasiado simplificadores.

O conceito de ritual tem recebido muitas e variadas definições, mas a proposta por S. Lukes é bastante genérica e adequada ao nosso objecto de análise. Sugere que o termo seja utilizado para designar “a actividade orientada por normas, com carácter simbólico, que chama a atenção dos seus participantes para objectos de pensamento e de sentimento que estes pensam ter um significado especial”⁶⁴⁸. Os ritos têm um carácter formal e a sua plasticidade é muito limitada, visto que tendem a ser regulados por práticas e comportamentos estereotipados e repetitivos. Através deles, de forma estilizada, os indivíduos e os grupos podem revelar ideias, sentimentos e valores, dando-lhes expressão em gestos, palavras e imagens que remetem para significados abstractos e intemporais. O orgulho do passado, a veneração dos antepassados ilustres e da herança histórica, a aspiração de um futuro melhor, o amor

⁶⁴⁸ Cit. Paul Connerton, *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993, p.52

da pátria, o respeito pela tradição, o desejo de segurança colectiva e continuidade são alguns dos significados presentes nas manifestações comemorativas relacionadas com a história de uma comunidade.

A diversidade das actividades que compõem os programas comemorativos não encaixa, de forma linear, na definição de rito ou ritual e muitos deles também não parecem ter uma relação estrita com os actos destinados a manter viva a memória dos grupos ou a reinventá-la. É evidente a forma ritualizada que reveste uma sessão solene, um cortejo cívico ou a inauguração de um monumento e a sua relação com a comemoração, mas o mesmo não acontece com variados espectáculos e actividades sociais integrados nos programas. Contudo, a compreensão do fenómeno comemorativo passa por apreender o conjunto das manifestações através das quais as sociedades celebram.

Os programas

O programa define, pela sua estrutura e pelo conjunto de actividades que propõe realizar, a ideia que os promotores têm do que deve ser a comemoração. Nesse aspecto, os debates e as propostas que foram feitas em relação ao programa do tricentenário de Camões são ainda hoje muito actuais. A proposta inicial de Joaquim de Vasconcelos, apresentada à Sociedade de Geografia, contemplava o seguinte: uma grande exposição camoniana e a publicação de uma bibliografia geral sobre o épico; a execução da missa de *Requiem*, de Domingos Bomtempo; a criação de uma medalha do centenário, destinada a premiar os trabalhos literários, nacionais e estrangeiros, sobre Camões, incluindo as traduções, as obras de arte originais relativas ao tema e as

produções tipográficas do centenário⁶⁴⁹. Propunha também que fossem condecorados um escritor nacional e um estrangeiro que se tivessem distinguido como estudiosos da obra e da vida de Camões, contribuindo eficazmente para a sua divulgação.

O projecto de Teófilo Braga seguia a mesma linha artístico-literária. Propunha três dias de “férias públicas”, no decorrer dos quais seriam realizadas conferências sobre a vida de Camões e sobre o seu século, a exposição de uma *biblioteca camoniana* e a publicação de uma bibliografia. A exibição das grandes obras românticas de homenagem ao épico ocupava o segundo dia, nomeadamente a apresentação da pintura de Domingos Sequeira, *A morte de Camões*, a leitura recitada do poema de Almeida Garrett e a execução de trechos do *Requiem*, de Bomtempo. No último dia, seria apresentada ao público uma edição monumental d’*Os Lusíadas* e uma medalha comemorativa, fundando-se uma Sociedade Camoniana para proceder à revisão das obras do poeta e à sua correcta interpretação filológica e histórica. As celebrações culminariam com a representação de um drama sobre Camões ou uma ópera, ao qual se juntaria a recitação teatral dos principais episódios d’*Os Lusíadas*⁶⁵⁰. O programa proposto por Teófilo Braga reflectia bem as preocupações científicas e educativas que animavam o escritor. Comemorar era, nesta perspectiva, evocar a obra e a vida de Camões, dando-a a conhecer aos portugueses com o objectivo de formar a sua consciência cívica e cultural.

Outras propostas avulsas foram apresentadas nos meses que antecederam as comemorações. Num folheto então publicado, defendia-se que o povo precisava de Instrução e Pão, por isso se propunha a fundação de uma Escola Camões e a distribuição do dinheiro do foguetório por viúvas e órfãos⁶⁵¹. “Não é só o mármore, o bronze e o livro que eternizam os grandes feitos: as acções caritativas e generosas

⁶⁴⁹ *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo XV, (Oitavo do suplemento), Lisboa, 1888, pp. 17-18

⁶⁵⁰ *Commercio de Portugal*, Lisboa, 10 de Janeiro de 1880, p. 2

⁶⁵¹ Carvalho & C^a, *A proposito do centenario*, Lisboa, 1880

também são livro, bronze e mármore”⁶⁵². Nesta ordem de ideias, comemorar seria a forma de uma comunidade colocar em acção valores altruístas e de solidariedade.

O programa aprovado pela grande comissão da imprensa estipulava, nos seus considerandos iniciais, que o centenário tinha como objectivo estabelecer a convergência de todos os indivíduos em torno da Pátria de que Camões seria o símbolo⁶⁵³. Neste sentido, o programa compunha-se de duas partes bem diferenciadas: uma parte designada “comemorativa” e outra “festival”, cuja realização estava prevista para os dias 8, 9 e 10 de Junho. Três dias de celebrações que deviam culminar com o feriado oficial.

Na primeira parte, incluíam-se todos os actos destinados a divulgar a vida e a obra de Camões e um vasto conjunto de iniciativas destinadas a desenvolver a educação, a cultura e a assistência social, em particular às crianças, a cargo da Câmara de Lisboa, da Junta Geral do Distrito e de várias associações socioprofissionais. Os promotores mostravam, assim, o seu desejo de construir uma sociedade mais justa e fraterna, onde a capacidade de realizar projectos, como um “bairro Camões”, se ligava com o desenvolvimento do espírito associativo, demonstrado pelo exemplo da criação da Associação dos Escritores e Jornalistas e pela reunião, a 10 de Junho, do congresso de todas as associações em Lisboa. Pretendia-se também incentivar a criação artística e literária através da instituição de vários prémios e, curiosamente, promover a educação feminina com o estabelecimento de uma recompensa pecuniária para o melhor aluno do sexo feminino que frequentasse o curso da Escola Médico-Cirúrgica. A dimensão da solidariedade esteve presente na distribuição de géneros aos pobres da capital e na ementa especial das prisões no dia de Camões, promovida pelo município de Lisboa.

⁶⁵² *Idem*, p. 7

⁶⁵³ *Programma do 3º centenario de Luiz de Camões, commemoração promovida pela corporação da Imprensa Jornalística, auxiliada pela Câmara Municipal, pelo Governo e pelos Habitantes da Cidade, 1580-1880*, Lisboa, Typ. Universal, 1880

Várias associações locais também distribuíram “socorros”. Múltiplas exposições exibiram aspectos da vida e obra de Camões ou os estudos a elas dedicados e outras temáticas relacionadas com as actividades económicas, a arqueologia e as artes. Nesta parte do programa, incluía-se ainda a cunhagem de uma medalha comemorativa do centenário promovida por todas as associações de Lisboa reunidas, a publicação de obras musicais escritas em homenagem a Camões e uma saudação especial pelo telégrafo a todos os escritores estrangeiros que contribuíram para divulgar a obra camoniana.

Na “parte festival”, integravam-se os espectáculos nos teatros, o grande cortejo cívico, as iluminações e decorações, os fogos de artifício e as festas de inauguração do “bairro Camões”. O cortejo ocupou um lugar central neste programa e foi uma das iniciativas mais polémicas na época, que parece ter ficado a dever-se a Ramalho Ortigão⁶⁵⁴. O mesmo referiu nas *Farpas* que, quando o programa do centenário foi divulgado pela imprensa, a cidade inteira riu e toda a gente perguntava se iam assistir à “serração da velha ou ao enterro do bacalhau”⁶⁵⁵. Segundo o testemunho irónico de Gervásio Lobato, Lisboa quando queria mostrar entusiasmo ou solenizar uma data punha “o sr. deão da Sé a resmungar o seu latim fanhoso” e o “sr. infante D. Augusto, vestido de general, à roda do Rocio”⁶⁵⁶, mas desta vez não faziam parte do programa o habitual *Te Deum* e a parada militar. Em alternativa, de acordo com os valores da mentalidade laica, positiva e democrática, inaugurava-se um conjunto de ritos que punha a tónica nos valores da cultura e da educação, do associativismo e da manifestação cívica das populações.

O programa do tricentenário deu o mote para os centenários seguintes. Em 1894, a vereação municipal do Porto promoveu um conjunto variado de iniciativas

⁶⁵⁴ Carta inédita publicada por F. A. d’Oliveira Martins in *Olisipo*, Ano XXXVII, nº 134-35, 1974-75, p. 73

⁶⁵⁵ Cit. Luiz de Montalvor, *Historia do Regimen Republicano*, II vol., Lisboa, 1932, p. 292

⁶⁵⁶ *Almanach Camões para 1881*, Lisboa, 1880, p. 36

que teve como principal atracção a visita da família real e conciliou a parte festiva e os espectáculos, as actividades sociais e o desporto, os desfiles e as exposições com o acto simbólico do lançamento da primeira pedra do monumento ao Infante D. Henrique⁶⁵⁷. Cinco dias de festejos animaram o burgo duriense, de 1 a 5 de Março. O cortejo cívico pelas ruas da Cidade Invicta foi o ponto alto das celebrações, como tinha acontecido nas camonianas. Mas o programa portuense recuperava aspectos fundamentais da tradição da festa do regime monárquico, nomeadamente as cerimónias religiosas, a revista militar, as recepções e os banquetes oficiais, o baile de gala e a tourada. Mantinham-se como elemento imprescindível as decorações e iluminações, os bodos aos pobres e as festas de beneficência, os espectáculos teatrais, musicais e as récitas. Se a erecção de um monumento era uma forma ancestral de perpetuar a memória, a edição dos selos postais foi um novidade. O cunho mais cultural e educativo esteve presente nas conferências, sessões solenes e literárias, nas publicações de divulgação e no concurso que premiou o melhor trabalho apresentado sobre o Infante D. Henrique.

A comparação com o tricentenário esteve sempre presente nos espíritos quando se procurou avaliar o êxito das celebrações henriquinas. De modo geral, os republicanos não aderiram aos festejos e mantiveram uma atitude entre a hostilidade e a indiferença. Parte da Academia do Porto preferiu colocar uma coroa de bronze no túmulo do Infante D. Henrique, no mosteiro da Batalha. A coroa foi modelada pelo escultor Teixeira Lopes sob a forma de carvalho, hera e flores. Numa das fitas, uma legenda dava público testemunho da homenagem dos estudantes portugueses ao Infante e na outra os versos de Camões recordavam, significativamente, “a austera, apagada e vil tristeza” em que jazia a Pátria⁶⁵⁸.

⁶⁵⁷ Tristão Moreno, *O Infante D. Henrique. Traços biográficos do inclito “Navegador” precedidos do retrato do Infante e seguido do programma dos festejos que se hão de effectuar no Porto para commemorar o seu 5º centenario*, Porto, Imprensa Commercial, 1894

⁶⁵⁸ Firmino Pereira, *op. cit.*, p. 222

Os legitimistas e ultramontanos também não estavam satisfeitos com o programa das comemorações. Na sua opinião, os festejos pecavam por excesso de secularismo e não faziam justiça à memória do Infante que era “um genio christão, um missionario e um homem enviado por Deus”⁶⁵⁹. As celebrações para serem condignas em relação a essa memória deveriam ter um cunho católico: pastorais e cerimónias religiosas em todas as igrejas e capelas do país⁶⁶⁰. O próprio Estado ficaria subordinado à Igreja, apagando-se como promotor das comemorações.

Outras ideias soltas foram ventiladas pela imprensa e em folhetos. Um indivíduo propunha que o dinheiro dos festejos fosse aplicado na construção da estátua e de um asilo público⁶⁶¹. Outro mais belicista defendia a aquisição de vasos de guerra e *O Século* instou o governo a apresentar ao parlamento um plano para restaurar a marinha nacional e para aproveitar as possessões ultramarinas⁶⁶². Se a proposta do prestigiado diário de Lisboa era uma forma de honrar a memória do fundador do Império de largo alcance político e futuro, a ideia de fundar uma Escola Colonial, proveniente da Sociedade de Geografia, também tinha grande utilidade.

Por sua vez, o escritor Sousa Viterbo propôs um programa de investigação e editorial capaz de deixar “um rasto mais luminoso que o das illuminações publicas, um echo mais prolongado que o dos concertos e hymnos da ocasião”⁶⁶³: uma colecção de viagens onde se reunisse tudo o que os portugueses produziram nessa área; a publicação de um atlas, semelhante ao editado pelo visconde de Santarém, com todas as cartas portuguesas; a elaboração de uma completa bibliografia ultramarina; um dicionário biográfico dos nossos navegantes, pilotos, cosmógrafos e

⁶⁵⁹ “Nota deploravel do centenario do grande Infante e o seu remedio” in *A Nação*, Jornal Religioso e Politico, Lisboa, 13 de Fevereiro de 1894

⁶⁶⁰ *Idem*, 4 de Março de 1894

⁶⁶¹ *Sagres*, Numero unico. Commemorações do 5º Centenario do Infante D. Henrique, Porto, 4 de Março de 1894

⁶⁶² Cit. *Correio Nacional*, Lisboa, 24 de Fevereiro 1894

⁶⁶³ Sousa Viterbo, *Trabalhos nauticos dos portugueses nos seculos XVI e XVII*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894, p. 7

construtores de instrumentos náuticos; um museu onde estivessem representadas as embarcações e os instrumentos de orientação e náuticos utilizados pelos marinheiros portugueses.

O breve estudo sobre os trabalhos náuticos dos portugueses era o primeiro contributo do autor para o cumprimento do programa científico que tinha proposto. As ideias de Sousa Viterbo foram ignoradas pelos contemporâneos e algumas das suas propostas ainda hoje continuam por realizar. Este tipo de projectos não conseguiu reunir o consenso necessário para constituir o programa oficial dos centenários que, de modo geral, apostou mais no efeito imediato e espectacular das iniciativas.

O programa do “centenário da Índia” traduziu bem, nos seus contornos gerais, o entendimento que havia sobre o conjunto dos actos destinados a comemorar um evento. No artigo 1º, definia-se que o quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia era um grande jubileu nacional, destinado a homenagear a memória dos navegadores portugueses que foram os primeiros a descobrir as terras e os mares da África, da Ásia, da América e Oceânia⁶⁶⁴. O país evocava, deste modo, uma plêiade de heróis que tinham abarcado o mundo e que se confundiam com a grandeza pretérita da Nação. Procurou-se mobilizar todas as regiões do Reino e das Colónias para as celebrações que se estenderam por quatro dias consecutivos, de 17 a 20 de Maio de 1898.

Em termos gerais, o programa oficial contemplava os seguintes itens: a) emissões de moedas, selos, medalhas, selos e postais; b) a publicação d’ *Os Lusíadas* e de trabalhos científicos e literários sobre factos e personagens da história nacional; c) a apresentação de obras de carácter musical, literário e artístico; d) um projecto completo de habitação económica e de mobiliário português, com o respectivo

⁶⁶⁴ *Programme Général dressé suivant l’arrêté ministériel du 2 de Avril 1897 et approuvé par le gouvernement portugais*, Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1897

modelo; e) exposições diversas realizadas por várias instituições públicas e uma grande exposição internacional *Vasco da Gama*; e) uma grande reunião de forças navais no Tejo; f) a inauguração de um aquário marítimo e fluvial; g) cerimónias religiosas, cívicas e político-militares; h) provas desportivas e espectáculos, além das tradicionais decorações e iluminações, alvoradas, recepções, banquetes e um grande baile dedicado aos municípios.

O programa oficial não foi cumprido na totalidade, nomeadamente não há notícia de ter sido feito o projecto da habitação económica e do mobiliário português e a exposição internacional ficou limitada a uma Feira Franca, nos terrenos da Rotunda sobranceiros à Avenida da Liberdade. Para trás tinha ficado um vasto plano projectado pelo engenheiro João Veríssimo Mendes Guerreiro e pela comissão executiva do centenário que pretendia associar as celebrações à inauguração das obras do porto de Lisboa e à projectada renovação urbana da zona ocidental da cidade. Na opinião dos proponentes das comemorações, devia ser construída a avenida projectada para os terrenos conquistados ao Tejo pelos aterros. Uma avenida principal, com 25 metros de largura e 3 600 metros de extensão, que continuasse a antiga rua Vinte e Quatro de Julho desde o velho caneiro de Alcântara até ao Bom Sucesso, e dezasseis arruamentos transversais. Propunham o nome de Avenida dos Navegadores para a mesma e os nomes dos descobridores portugueses para as ruas, indicados em padrões com a forma dos utilizados por Diogo Cão⁶⁶⁵. A futura avenida seria o cenário indicado para a realização do cortejo cívico e toda a zona marginal do rio a localização ideal para as exposições internacionais previstas. Impunha-se, por isso, aprontar os grandes armazéns das docas e restaurar diversos edifícios públicos, nomeadamente o Mosteiro dos Jerónimos e a Cordoaria. O primeiro andava em obras de restauro há várias décadas sem que se vissem os resultados dos trabalhos e dos

⁶⁶⁵ *Annaes da Comissão Central Executiva*, IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, pp. 38-39

investimentos públicos⁶⁶⁶. O significado histórico do monumento tornava indispensável a conclusão das obras para a data do centenário.

O ministro das Obras Públicas negou o pedido de construção da avenida e dos arruamentos, alegando que seriam muito dispendiosos e não havia mão-de-obra operária disponível para o efeito⁶⁶⁷. A insistência do conselheiro Ferreira do Amaral não moveu o governo⁶⁶⁸. Do mesmo modo, foi necessário abandonar o projecto de construção do grande parque no alto da Avenida da Liberdade e do estabelecimento nele dum jardim zoológico. O “edificio-monumento de estylo portuguez”, no género dos “palacios de crystal” ou “palacios de industria”, que deveria albergar a exposição colonial e etnográfica da Sociedade de Geografia e servir para a realização das sessões solenes, congressos ou conferências internacionais, exposições e diversas cerimónias públicas também não foi construído por falta de verbas. Em alternativa, a Sociedade de Geografia só logrou arrendar à empresa do Coliseu dos Recreios uma parte do edifício da rua das Portas de Santo Antão que, depois das necessárias obras de remodelação, foi inaugurado como sua nova sede, na data do centenário da partida de Vasco da Gama para a Índia. Ali ficou sediada a comissão executiva do centenário e foram realizadas as sessões e as principais conferências. Uma estação telegráfica e postal e um escritório de informações deviam assegurar os serviços de apoio indispensáveis.

As dificuldades da comissão foram de tal ordem que houve episódios caricatos como o do pedido para a instalação duma linha de amarrações no estuário do Tejo e das respectivas bóias de sinalização, que foi indeferido pelo ministro da Marinha. A comissão previa que cerca de quarenta navios de guerra afluíssem às celebrações e estivessem presentes na programada revista naval, por isso precisava de

⁶⁶⁶ Cf. Luciano Cordeiro, *As obras dos Jeronymos. Parecer apresentado à Comissão dos Monumentos Nacionais*, Lisboa, 1895 e Comissão Nacional de Monumentos, *A conclusão do edificio dos Jeronymos*, Lisboa, Imprensa nacional, 1897

⁶⁶⁷ *Annaes da Comissão Central Executiva*, V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, pp. 44-45

garantir as condições para a sua recepção. O governo escusou-se com a elevada despesa necessária e com a falta de material adequado no arsenal para esse serviço⁶⁶⁹. A resposta do conselheiro Ferreira do Amaral, ele próprio capitão de mar-e-guerra e conhecedor das condições dos outros portos internacionais, não podia ser mais incisiva. Na sua abalizada opinião, a instalação duma linha regular de amarrações não era uma despesa inútil, mas um investimento necessário se o governo quisesse garantir a segurança e a frequência do porto (caso contrário, os navios iam para Vigo ou Cádiz). Aliás, para o porto ter as condições requeridas precisava de amarrações, de bóias, de polícia marítima e duma embarcação para fornecer aguada aos navios. Qualquer destas despesas tinha de ser feita para atrair a navegação ao porto de Lisboa e equipará-lo aos seus concorrentes directos⁶⁷⁰.

Deste modo, os aspectos mais sugestivos e inovadores contidos nas propostas da Sociedade de Geografia não encontraram condições políticas e financeiras para serem concretizados. A reestruturação daquela zona da capital teve de esperar pelas comemorações do Duplo Centenário, as obras do Mosteiro dos Jerónimos continuaram a arrastar-se e os outros monumentos emblemáticos daquela área a precisar da intervenção dos poderes públicos para serem recuperados, nomeadamente a Torre de Belém e a Cordoaria. O projecto do grande parque no alto da Avenida também teve de esperar, bem como o edifício para albergar com dignidade exposições, congressos, sessões solenes e cerimónias públicas de maior envergadura. Só o reduzido afluxo de navios ao estuário do Tejo evitou que ficassem patentes as deficientes condições existentes para receber a navegação estrangeira.

O modelo orgânico das comemorações ficou definido com o programa de 1898. Um misto de cerimónias especificamente comemorativas, isto é, dominadas

⁶⁶⁸ Cf. ofício de 4 de Julho de 1896 in *Annaes...*VI, p. 18

⁶⁶⁹ Cf. ofício de 10 de Agosto de 1896 in *Annaes...*VII, p. 101

⁶⁷⁰ Cf. ofício de 19 de Agosto de 1896 in *Annaes...*VIII, pp. 43-45

pelo objectivo de “faire-mémoire”⁶⁷¹, e das mais variadas manifestações destinadas a reforçar a coesão e a identidade colectiva. O espectáculo e a festa, o convívio e a partilha, o trabalho e a criação cruzam-se para assegurar a uma comunidade que o seu passado é parte do presente e do futuro que deseja para si. A diversidade das actividades ligadas às comemorações decorre do facto destas serem uma das formas privilegiadas das sociedades se imaginarem como colectivo e conceberem o seu destino. Como vimos no capítulo anterior, desta tarefa estão incumbidos os grupos sociais detentores de cultura e de poder, aos quais compete também definir as formas da comemoração. A estabilidade dessas formas, ao longo dos últimos cem anos, e a persistência de práticas ancestrais, como as inscrições epigráficas e os monumentos, são factos dignos de registo.

Em 1900, a comemoração do quarto centenário do descobrimento do Brasil não deu lugar a um programa, segundo a informação disponível. Somente para o duplo centenário da conquista de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque, em 1915, foi elaborado um projecto de programa geral detalhado que, contudo, não chegou a ser aprovado pelo governo nem realizado⁶⁷². O interesse deste projecto reside na similitude com os programas comemorativos do período monárquico, pondo em evidência a continuação de um modelo que bebeu nas concepções positivistas e demoliberais as suas ideias fundamentais. O objectivo enunciado consistia em “promover a homenagem do povo português aos seus valorosos antepassados e aos feitos que tanto brilham na sua história pátria”.

A primeira proposta retomava a ideia de realizar uma Exposição Internacional Colonial, patrocinada pelo Ministério do Fomento. A parte científica, literária e artística tinha um espaço considerável neste projecto, prevendo-se uma série de

⁶⁷¹ Jean Davallon, Philippe Dujardin e Gerard Sabatier, *Politique de la mémoire*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1993, p. 13

concursos destinados a seleccionar os melhores trabalhos e, inclusive, a *maquette* para um monumento ao Infante D. Henrique. Vários congressos internacionais e nacionais sobre temáticas diversas e exposições em bibliotecas, arquivos e museus do Estado completavam o elenco das propostas culturais. O desporto ocupava também um lugar muito importante, destacando-se as tradicionais regatas de vela e corridas com meios de locomoção mecânicos que eram ainda uma novidade e motivo de especial atracção, como a aviação e os “barcos automóveis”. Mas, curiosamente, não foi esquecida a nota da festa castiça com duas tardes reservadas para as touradas à antiga portuguesa.

No meio dos concursos das bandas regimentais e das filarmónicas, ornamentações das ruas e fogos de artifício, iluminações e récitas nos teatros e cinematógrafos, sobressai a proposta para realizar cavalcadas, o Jogo da Rosa e uma parada agrícola no Ribatejo. O gosto pela etnografia já tinha sido responsável pela inclusão nos cortejos cívicos de populares de várias regiões do país, ostentando os seus trajos típicos e os instrumentos de trabalho ou outros acessórios próprios das actividades tradicionais. O inevitável projecto de um cortejo cívico fazia parte do programa geral elaborado para as celebrações de 1915. Pretendia-se que fosse uma “imponente manifestação de respeito” a Afonso de Albuquerque, onde a história, as actividades socioprofissionais e a etnografia estivessem presentes através dos carros alegóricos e dos vários grupos que deveriam integrar o desfile. O Estado Novo levou às últimas consequências estas ideias nos cortejos em que encenou a história e a imagem do povo português.

Além do projecto para um monumento ao Infante D. Henrique, o programa inconcluso formulado pela comissão nomeada pelo governo de Duarte Leite ainda previa a inauguração de um monumento a Vasco da Gama e a trasladação dos restos

⁶⁷² *Centenário de Ceuta e de Afonso de Albuquerque*. Sessão solene da Academia das Ciências de Lisboa, em 16 de Dezembro de 1915. Quarto centenário da morte de Afonso de Albuquerque, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1916, pp. 37-41

mortais de Afonso de Albuquerque da igreja da Graça para o Mosteiro dos Jerónimos. Continuava de pé o projecto da construção de um edifício condigno para receber grandes manifestações culturais, cívicas e políticas, designado “palácio das associações coloniais” no programa oficial, onde se incluía a Sociedade de Geografia de Lisboa. Não faltava a grande parada das forças militares, mas as cerimónias religiosas eram ignoradas neste projecto comemorativo exclusivamente laico. A ideia da romagem traduziu-se no projecto de uma excursão a Ceuta e às antigas praças marroquinas, num vapor nacional fretado para o efeito. A emissão de moedas e de estampilhas devia prover as despesas das comemorações. Como referimos no primeiro capítulo, a conjuntura impediu a execução deste plano que cristalizava, nas suas linhas gerais, um certo modelo de comemoração.

Os programas das comemorações madeirenses, dos centenários de Camões e de Vasco da Gama seguiram, de perto, a tradição estabelecida, se bem que de forma relativamente modesta e com algumas adaptações às circunstâncias em que decorreu cada uma das celebrações. As festividades populares e o desporto dominaram as comemorações do Funchal, com os jogos de *foot-ball* com a equipa canarina a atrair as atenções da população. A solenidade esteve presente no *Te Deum* na Sé Catedral, na romagem ao túmulo de João Gonçalves Zarco, em Santa Clara, e no lançamento da primeira pedra do monumento ao descobrimento da Madeira. O cortejo cívico com os carros alegóricos alusivos à descoberta e ao Infante D. Henrique marcou um momento alto nas celebrações, que se prolongaram de 29 de Dezembro de 1922 a 4 de Janeiro de 1923.

Os festejos camonianos abriram com uma sessão solene na Câmara Municipal de Lisboa e continuaram, de 4 a 10 de Junho de 1924, com um programa composto por espectáculos nos teatros, acompanhados por conferências sobre Camões e a sua obra, uma exposição, na Biblioteca Nacional, provas desportivas, um concurso de montras e janelas, uma tradição já instalada nas festas citadinas, e o grande cortejo

cívico. Os desfiles tinham-se tornado um hábito no dia 10 de Junho e terminavam, geralmente, com a deposição de coroas de flores e discursos junto da estátua do poeta, como já referimos antes.

Em contrapartida, o programa das comemorações do quarto centenário da morte de Vasco da Gama teve um enfoque mais político-militar e decorreu de 25 a 29 de Janeiro de 1925. O lançamento da primeira pedra do monumento a Vasco da Gama, em frente dos Jerónimos, foi o momento de maior impacto das celebrações. A tarde desse dia iniciou-se com um cortejo fluvial, aproveitando a presença de vasos de guerra estrangeiros no estuário do Tejo, e culminou com um desfile das tropas em frente do palácio de Belém. Sessões solenes, recepções oficiais às delegações extraordinárias, exposições de carácter bibliográfico e de heráldica, récita de gala no S. Carlos e festas populares nas principais praças da cidade assinalaram a efeméride.

Em relação aos centenários do período do Estado Novo, nalguns casos só temos conhecimento das iniciativas realizadas através da imprensa e não encontrámos programas. Foi o caso das comemorações do descobrimento dos Açores que ficaram circunscritas a um pequeno número de solenidades nas principais ilhas do arquipélago, com a presença do enviado especial do governo. As sessões solenes com os elementos oficiais, o descerramento de padrões e lápides e a cerimónia de inauguração da estátua ao Infante D. Henrique, em Vila Franca, foram os momentos de maior significado naquelas celebrações. Igualmente, as comemorações moçambicanas de 1948 integraram-se nos festejos da cidade de Lourenço Marques e foram muito escassas as cerimónias em memória de António Enes. A evocação do comissário régio foi feita, sobretudo, em múltiplas sessões solenes realizadas pelas autoridades nas principais cidades e vilas da colónia, no dia 15 de Agosto⁶⁷³.

O programa oficial das celebrações do Duplo Centenário, em 1940, ficou como um marco pela sua estrutura, articulação e significado simbólico de todos os

⁶⁷³ *Notícias*, Lourenço Marques, 24 de Julho de 1948

actos previstos. As comemorações prolongaram-se de 2 de Junho a 2 de Dezembro, compondo-se de vários ciclos dedicados às épocas históricas celebradas: a “época medieval”, de 2 a 15 de Junho; a “época imperial”, de 23 de Junho a 14 de Julho; o período intercalar correspondente às férias, de 10 de Agosto a 30 de Outubro; e, por fim, a “época brigantina”, de 10 de Novembro a 2 de Dezembro⁶⁷⁴. Em cada um destes ciclos comemorativos programou-se um conjunto de iniciativas que pretendiam recordar os principais acontecimentos e figuras históricas daquela época, com a particularidade de serem realizadas no cenário próprio.

Assim, a abertura das comemorações teve como centro a capital do Império, mas estendeu-se a todos os territórios e locais onde se exercia a soberania portuguesa. Um *Te Deum* na Sé patriarcal de Lisboa e em todas as Sés, colegiadas e velhas igrejas matrizes do país e das colónias e uma sessão solene em todas as Câmaras Municipais, Embaixadas, Legações e Consulados marcou o início das celebrações. Na capital, os principais órgãos do poder reuniram-se, à noite, numa sessão solene na Assembleia Nacional. A sede do município e o parlamento foram, por conseguinte, os locais escolhidos para as autoridades inaugurarem os Centenários.

No dia 4 de Junho, a comemoração da Fundação de Portugal teve lugar em Guimarães. Uma missa campal e a cerimónia de hasteamento da bandeira atribuída a D. Afonso Henriques, no chamada castelo de Mumadona, constituíram o ponto alto das solenidades que repercutiram em todo o país e nas colónias. As autoridades locais deviam içar também a bandeira em todos os castelos que desempenharam um papel importante no processo da Fundação e Conquista, onde os houvesse. Os sinos repicariam em todas as igrejas e salvas de artilharia das guarnições militares e navios de guerra assinalariam o momento em que a fundação de Portugal era simbolicamente recordada.

⁶⁷⁴ *Comemorações Centenárias. Programa Oficial. 1940*, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940

O ciclo dedicado ao período medieval prosseguiu com a deambulação do presidente da República e dos representantes do governo de Norte para Sul do país, seguindo de certo modo o percurso das conquistas que configuraram o território nacional. Um misto de cerimónias cívicas e religiosas foi relembrando alguns acontecimentos fundadores de maior importância: a concessão do foral ao Porto e a criação da primeira bolsa comercial por D. Dinis; as cortes de Coimbra (1211), a fundação da Universidade em Lisboa (1290) e a sua transferência para a cidade do Mondego (1308); a tomada de Faro e o quarto centenário da sua elevação a cidade. Os festejos culminaram no preito de homenagem ao Infante D. Henrique e aos navegadores que foram os “precursores do Império”, no rochedo de Sagres.

O conjunto de actos solenes que evocaram a construção de Portugal tiveram como mote os factos mais emblemáticos conservados pela memória colectiva e como cenário privilegiado monumentos e locais carregados de significado histórico, nomeadamente o antigo paço arquiépiscopal de Braga, o lugar do recontro de Arcos de Valdevez, a Sé do Porto, a igreja de Santa Cruz de Coimbra e a sala dos Capelos da Universidade, a Sé e o castelo de S. Jorge, em Lisboa, o local tradicional da batalha de Ourique e, por fim, o mítico Sacro Promontório. A celebração do dia 10 de Junho ficou integrada neste primeiro ciclo, bem como os festejos dedicados a Santo António.

O ciclo seguinte abriu com a inauguração da Exposição do Mundo Português, a 23 de Junho. Prosseguiu com as festas populares tradicionais do mês de S. João, associadas pelas autoridades locais aos Centenários. A 24 de Junho tiveram lugar as marchas populares dos bairros de Lisboa e dois dias depois a exposição de montras, promovida pelo Secretariado da Propaganda Nacional. Mas os principais actos que assinalaram a comemoração da “época imperial” prenderam-se com as cerimónias que evocaram a expansão marítima e a presença de Portugal no Mundo. Nomeadamente, destacaram-se a inauguração da estátua de Pedro Álvares Cabral, em

Lisboa, a homenagem ao Brasil, a missa de pontifical e o “acto imperial” que decorreu na igreja do Mosteiro dos Jerónimos, onde se exaltou “o esforço civilizador de Portugal no Mundo”, o cortejo histórico e os congressos do Mundo Português. Ainda houve espaço, neste período, para várias iniciativas que tiveram como palco o Porto, a cidade de Coimbra, o Buçaco, onde foram visitados os monumentos da guerra peninsular, e para uma romagem aos lugares históricos do centro do país - Leiria, Batalha, Tomar, Alcobaça, Caldas da Rainha, Óbidos e Santarém. O ciclo terminou, no dia 14 de Julho, com a festa d’*Os Lusíadas*, na Exposição do Mundo Português.

No período intercalar, as “festas provinciais” estenderam-se a todas as regiões do país e decorreram os actos comemorativos nos arquipélagos da Madeira e dos Açores. A 14 de Agosto, dia de Nun’Álvares, celebrou-se o esforço militar português através dos tempos. A 8 de Setembro foi inaugurado o Estádio Nacional e abriu a semana das festas desportivas. A 30 de Outubro evocou-se o concurso de Portugal para a defesa da Espanha cristã, com a comemoração da batalha do Salado, na Sé de Évora.

A terceira época recordou os principais episódios e vultos históricos da Restauração. Iniciou-se a 10 de Novembro com uma “peregrinação popular” aos lugares históricos do movimento “restauracionista” de 1640, em Lisboa. Prosseguiu com uma homenagem ao padre António Vieira, na igreja de S. Roque, e uma visita a Évora e aos locais onde decorreram as principais batalhas pela independência do Reino. Em Vila Viçosa, decorreram as cerimónias evocadoras da estirpe ducal de Bragança e foram lançados os fundamentos da estátua equestre de D. João IV. A 24 de Novembro realizou-se a escritura pública da doação do palácio dos condes de Almada ao Estado pela comunidade portuguesa do Brasil. A Mocidade Portuguesa e a Sociedade Histórica da Independência tomaram posse do edifício por decisão governamental. No Museu de Artilharia teve lugar uma sessão solene comemorativa

dos “grandes chefes militares seiscentistas”. Na Biblioteca Nacional foi inaugurada uma exposição bibliográfica sobre o tema e na Academia das Ciências comemorou-se a obra dos diplomatas e jurisconsultos no processo da Restauração. A 1 de Dezembro realizou-se um *Te Deum* na Sé de Lisboa e houve um desfile das bandeiras da Restauração e dos estandartes dos municípios, das corporações, da Legião e da Mocidade Portuguesa perante o monumento dos Restauradores. O encerramento das festividades nacionais decorreu da mesma forma como tinha começado, com sessões solenes em todas as Câmaras Municipais, Embaixadas, Legações e Consulados portugueses. À noite, o programa oficial preconizava a representação gratuita para o povo da ópera “1640”, depois de ter sido estreada num espectáculo de gala, na reabertura do teatro S. Carlos.

Pela primeira vez o programa das comemorações estendia-se por um largo período de seis meses e contemplava um vasto número de cerimónias oficiais, com a presença do presidente da República e de representantes dos órgãos de governo, em várias regiões do país. Nos centenários anteriores, os festejos não iam além de uma semana, quedando-se a maioria nos quatro ou cinco dias. Somente no projecto das comemorações de 1915 se propunha um período mais lato, de Agosto a Dezembro. De modo geral, as celebrações decorreram na capital, com uma maior ou menor repercussão nas províncias e nas colónias. Só o quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique fugiu à regra e teve como palco a cidade do Porto. As comemorações de 1940 não só evocaram um vasto período da história de Portugal, mas também corroboraram o sinuoso trajecto pelos escaninhos da memória com a deambulação das autoridades pelo território nacional, num conjunto de cerimónias e festejos que se prolongaram por metade do ano.

O aspecto inovador do programa dos Centenários não residiu nos actos comemorativos, mas na forma como foi articulado todo o conjunto e na sua justificação. Júlio Dantas referiu, na introdução da publicação oficial do mesmo, que

naquele ano se comemoravam três factos dominantes: “a fundação da nacionalidade (1140); o fastígio do Império (1540); a restauração da independência depois do colapso de sessenta anos representado pela monarquia dualista (1640)”. A arbitrariedade das duas primeiras datas não foi obstáculo para o regime concentrar naquele ano as celebrações. Os propósitos nacionalistas e imperiais são evidentes na formulação dos termos programáticos e o papel central que coube às diversas instâncias do poder, em particular aos órgãos nacionais, demonstra que se tratou, sobretudo, de uma celebração do próprio regime.

A lição do Duplo Centenário foi seguida nas directrizes gerais definidas pelo governador da Guiné para as comemorações do respectivo descobrimento, em 1946. Tal como naquelas também se tratou de evocar o passado para melhor salientar o esforço desenvolvido pelas gerações do presente e os projectos para o futuro. Nas palavras do comandante Sarmiento Rodrigues, “primeiro que tudo deve atender-se à descoberta, ocupação e pacificação; depois dar-se-á o devido relêvo ao esforço das gerações contemporâneas; finalmente não serão esquecidos os projectos do futuro”⁶⁷⁵. As comemorações deveriam decorrer pelo ano adiante e previa-se a visita de elementos do poder central, de altas personalidades e de simples excursionistas, especialmente no mês em que tivessem lugar as grandes cerimónias, que poderiam ficar alojados a bordo dos paquetes. Na verdade, foram visitados por uma força naval e pelo subsecretário de Estado das Colónias, engenheiro Rui de Sá Carneiro. As cerimónias iniciaram-se a 1 de Janeiro de 1946 e prosseguiram até 16 de Fevereiro de 1947, quando foram oficialmente encerradas no decorrer da visita do membro do governo. Mais de um ano em que se desenrolaram múltiplas iniciativas que se estenderam às várias partes do território da colónia.

As linhas programáticas apresentadas pelo governador estipulavam que fossem consagradas as maiores figuras da história da colónia guineense e galardoados

⁶⁷⁵ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. I, Nº 1, Janeiro de 1946, p. 163

aqueles que se tinham destacado em vários ramos de actividade. Os festejos militares, religiosos, cívicos, desportivos, sociais e gentílicos deviam estimular o sentimento patriótico das populações e as acções de assistência social e benemerência serviam para minorar as “situações aflitivas que se deparam quer entre civilizados, quer no meio indígena”⁶⁷⁶. Exposições e feiras iriam contribuir para fomentar as indústrias e as artes guineenses e constituir um estímulo para a economia da colónia. Uma exaustiva lista de obras públicas e de fomento pretendia colmatar as graves carências da Guiné nos mais variados sectores, nomeadamente no campo da saúde pública, do saneamento básico, das vias de comunicação, da iluminação eléctrica, das canalizações de água, das escolas e dos edifícios públicos. Também estava previsto o início da investigação das missões científicas que deviam estudar a hidrografia, a antropologia e a doença do sono, assim como a continuação dos trabalhos geográficos e zoológicos. No domínio da actividade cultural, definiu os principais vectores de um programa ambicioso que iria dotar a colónia de um centro de estudos e de uma revista cultural, de um museu de história e etnografia, de um arquivo e de bibliotecas, de um anuário, de iniciativas destinadas a incentivar a criação literária e os estudos históricos e, por fim, de espectáculos teatrais e musicais. As orientações do comandante Sarmiento Rodrigues estavam mais próximas de um programa de governo do que de um mero projecto para assinalar o centenário do descobrimento da Guiné. Constituíam um vasto plano destinado a mobilizar as populações, a lançar algumas das infra-estruturas elementares de que a colónia necessitava, a estimular a vida económica e cultural da Guiné.

O terceiro centenário da Restauração de Angola tinha como objectivos, nas palavras do presidente da comissão executiva das comemorações, exaltar “os feitos dos heróis que permitiram a Angola ser definitivamente parte integrante de Portugal”

⁶⁷⁶ *Idem*, p. 165

e revelar o “progresso material e espiritual” da colónia⁶⁷⁷. O programa estendeu-se de 8 a 22 de Agosto, com um prolongamento das actividades lúdicas e desportivas até ao dia 5 de Setembro, nomeadamente da Feira Popular, das regatas, das provas de natação e atletismo, do *hokey* em patins e dos desafios de futebol da taça do Tricentenário. As cerimónias oficiais culminaram no dia 15 de Agosto com a evocação dos episódios da reconquista de Angola na fortaleza de S. Miguel, na presença do governador geral da colónia. Durante a manhã houve a “chamada dos mortos”, o izar solene das bandeiras nacional e da Restauração, missa campal, procissão da igreja do Carmo para a Sé Arquiepiscopal e um cortejo de homenagem a Salvador Correia de Sá e Benevides. De tarde, as celebrações prosseguiram com um festival militar no Estádio Municipal, uma exposição de montras do concurso promovido pelo *Diário de Luanda* e, por último, o fogo de artifício. Além das sessões solenes de abertura e encerramento, merecem destaque as exposições de Arte e Etnografia, no Liceu Nacional de Luanda, de Arte Portuguesa Metropolitana, das colecções do Museu de Angola e o documentário estatístico das actividades angolanas e das obras públicas realizadas pelos governos, o descerramento da estátua de Paulo Dias de Novais e o lançamento da primeira pedra do monumento a Diogo Cão, as romagens das autoridades a locais históricos e das crianças das escolas primárias da cidade ao monumento de Salvador Correia de Sá, e a inauguração de parte da Avenida Marginal. Não faltaram as conferências sobre a história, os espectáculos para os vários níveis sociais e um sarau comemorativo no Rádio Clube de Angola. As comemorações mobilizaram, por conseguinte, os elementos oficiais e as populações mercê de um conjunto de iniciativas variadas que pretenderam estabelecer a ponte entre o passado e o presente da colónia.

As comemorações do centenário de Mouzinho de Albuquerque obedeceram a um plano diferente que colocou a tónica nas sessões especiais, promovidas pelos

⁶⁷⁷ *Diário de Luanda*, 23 de Agosto de 1948, p. 3

vários ramos das Forças Armadas e pela Mocidade Portuguesa, nas cerimónias religiosas e militares⁶⁷⁸. Do programa oficial constou uma romagem ao túmulo de Mouzinho no cemitério dos Prazeres, em que participaram todos os membros da comissão nacional das comemorações, a Liga dos Combatentes da Grande Guerra, todos os antigos combatentes do Ultramar que desejassem incorporar-se na manifestação e uma delegação da Mocidade Portuguesa de Moçambique. As celebrações culminaram, no dia 12 de Dezembro, com as cerimónias que, no Mosteiro da Batalha, evocaram o primeiro centenário do baptismo de Mouzinho de Albuquerque. Terminavam um mês depois de terem sido iniciadas com uma sessão solene, na Sociedade de Geografia, a que assistiu o presidente da República. O programa deixou ao critério dos responsáveis das unidades militares e navais, dos núcleos da Legião e da Mocidade Portuguesa, dos estabelecimentos do ensino superior, secundário e primário, dos municípios, organismos económicos, grémios, sindicatos, casas regionais, sociedades de recreio e desportivas, entre outras entidades, a escolha das iniciativas com as quais podiam assinalar a efeméride.

Em 1960, o programa geral das celebrações henriquinas prolongou-se de 4 de Março a 13 de Novembro, respectivamente as datas do nascimento e do falecimento do Infante⁶⁷⁹. Tratando-se de uma grande comemoração nacional que contou com o empenhamento da Presidência do Conselho, a programação procurou contemplar um vasto leque de iniciativas capazes de mobilizar os mais variados sectores da sociedade portuguesa: os membros do poder central e local, a Igreja, os militares, em especial a Marinha de Guerra, as instituições do ensino público, as agremiações culturais e científicas, a comunidade académica, a juventude e as populações das várias regiões do país onde tiveram lugar as homenagens ao Infante D. Henrique.

⁶⁷⁸ “Programa Oficial das Comemorações” in *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque 1855-1955*, Lisboa, s.d.

⁶⁷⁹ “Programa geral” in *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. I, Lisboa, 1961, pp. 215-223

Como se tinha feito em 1940, as comemorações foram inauguradas com um solene *Te Deum* na igreja dos Jerónimos, seguido em todas as Sés Diocesanas e nas principais Igrejas Matrizes do país e das colónias. No mesmo dia, pelas 18 horas, uma sessão solene na Assembleia Nacional fazia o contraponto político da cerimónia religiosa. Todas as Câmaras Municipais do continente, das ilhas e do ultramar deviam organizar também sessões comemorativas, na mesma data.

As comemorações prosseguiram com os actos e solenidades já consagrados pela prática comemorativa: sessões nas Universidades e Academias, exposições, inauguração de padrões e de monumentos, actividades desportivas, espectáculos e festivais populares, o desfile naval de Sagres, os congressos e um importante conjunto de publicações, de obras e melhoramentos públicos. Uma medalha, moeda de prata e selos comemorativos completaram o elenco das iniciativas que assinalaram o quinto centenário da morte do Infante D. Henrique. A visita do presidente Kubitschek de Oliveira, acompanhado pela família, de 6 a 10 de Agosto, coincidiu com os números mais espectaculares do programa comemorativo e foi o pretexto para um périplo que levou a comitiva oficial ao Barlavento algarvio, a Coimbra e ao Porto. O encerramento decorreu no Mosteiro da Batalha, prevendo-se que fosse acompanhado por actos religiosos e cívicos nas sedes dos distritos. Apesar da envergadura notável das comemorações, ficaram aquém da apoteose do Duplo Centenário de 1940.

Um olhar retrospectivo sobre os programas das comemorações de 1880 a 1960 permite constatar a persistência de certos ritos e manifestações. Cerimónias cívicas e políticas, congressos, conferências e edições de diversa índole, emissões de medalhas e selos, exposições, desfiles e romagens, monumentos e inscrições, espectáculos variados foram os elementos mais constantes das celebrações. Comemorar tinha, por conseguinte, várias dimensões: a cívica e cultural, através da qual se afirmavam valores da cidadania e consciência histórica das populações; a

política que serviu, em geral, para consagrar o poder e o regime vigente, associando-os às tradições e ao devir histórico da comunidade; a religiosa, no sentido mais lato do termo, que contribuía para reforçar os laços de coesão da sociedade e as crenças, em particular as do foro secular; a festiva que decorria da quebra da rotina e do trabalho, de um corte no tempo e do estabelecimento de um interregno, no qual a comunidade podia relembrar ou, melhor dizendo, reinventar a sua trajectória colectiva e entregar-se a actividades festivas e de celebração, em que o carácter lúdico, o prazer e o gozo conviviam com o cerimonial e a solenidade própria dos grandes actos.

Sessões públicas

O carácter específico das manifestações comemorativas reside no conjunto das cerimónias destinado a evocar o passado e a perpetuá-lo na memória colectiva. O primeiro termo, proveniente do latim *evocare*, prende-se com a ideia de chamar os mortos ou as suas almas e mantém uma estreita relação com invocar, isto é, solicitar o auxílio divino ou sobrenatural. Mesmo de forma remota e inconsciente, quando uma sociedade evoca os seus antepassados e os seus feitos está a colocar-se sob a sua protecção e a solicitar a benevolência de forças que não controla em relação ao seu destino. Evocar é uma forma de manter vivo o passado, preservando-o na memória dos povos. Por isso, tem como corolário natural a ideia de perpetuar, isto é, de dar fama duradoura, de imortalizar os homens e os acontecimentos que marcaram o percurso colectivo e, assim, contribuir para a comunidade afirmar a sua unidade, coesão e identidade.

A primeira cerimónia que se destaca no conjunto dos ritos comemorativos pela persistência e a importância que, geralmente, assume nos programas é a sessão solene. Trata-se de uma reunião ou encontro onde estão presentes os elementos do poder, normalmente ao mais alto nível, e as forças sociais mais representativas para,

solenemente e em nome de toda a comunidade, recordar o passado, enaltecê-lo e contribuir para a sua divulgação. A sua estrutura manteve-se idêntica no lapso de tempo analisado. Em regra, nas sessões de carácter nacional, a primeira figura do Estado presidia à cerimónia que reunia as mais altas personagens da hierarquia política e militar, os representantes do corpo diplomático e das organizações da sociedade civil expressamente convidadas para o efeito. No Estado Novo, tornou-se obrigatória a presença do representante da mais elevada hierarquia da Igreja. O poder político, militar e religioso emparceiravam nestes actos em que, de algum modo, a própria ordem vigente e a hierarquia social apareciam representadas na forma como se distribuíam os lugares nas salas e nas regras que definiam a movimentação dos participantes.

A Sociedade de Geografia foi o local preferido pelos organizadores para realizar a maior parte das sessões solenes dos centenários dos descobrimentos e da expansão. Logo em 1880, fizeram-se duas sessões de homenagem a Camões: uma na Sociedade de Geografia e a outra na Academia Real das Ciências, que também esteve associada a várias celebrações. As sedes dos municípios foram os outros locais privilegiados para este tipo de eventos, em Lisboa e nas províncias. As comemorações do dia 10 de Junho, durante a I República, e as cerimónias de abertura e encerramento do Duplo Centenário deram lugar a sessões realizadas no salão nobre dos Paços do Concelho, na capital. Em Coimbra, era comum realizarem-se na sala dos Capelos da Universidade. No Estado Novo, a Assembleia Nacional tornou-se também um espaço de celebração. O acto solene inaugural dos congressos do Mundo Português e, posteriormente, sessões evocativas de Mouzinho de Albuquerque e do Infante D. Henrique decorreram no local onde reunia o poder legislativo. A opção por um lugar mais marcadamente político e ligado ao poder central compreende-se no contexto do modelo comemorativo do regime salazarista.

Vejamos como exemplo a sessão solene, realizada a 16 de Maio de 1898, na Sociedade de Geografia⁶⁸⁰. Mais de cinco mil pessoas, segundo a fonte, reuniram-se para celebrar o descobrimento do caminho marítimo para a Índia, numa cerimónia que foi presidida pelo rei D. Carlos e contou com a presença das rainhas D. Amélia e de D. Maria Pia, do príncipe herdeiro D. Afonso e de uma delegação governamental chefiada pelo próprio presidente do Conselho de Ministros e ministro do Reino. Na rua, em frente da sede, uma força do corpo de marinheiros fazia a guarda de honra. Dentro do edifício, corpos de alunos da Escola Naval e da Escola do Exército estavam postados em guarda de honra, na sala Portugal, e a banda das guardas municipais estacionava na sala contígua, do Algarve.

Na sala Portugal, Suas Majestades ocuparam as poltronas que lhes estavam destinadas no estrado presidencial e, de cada um dos lados, distribuíram-se os ministros e secretários de Estado, o Núncio de Sua Santidade, os ministros e enviados extraordinários dos vários países que se fizeram representar nas comemorações, com as senhoras e suas famílias, os ministros honorários, os conselheiros de Estado, os presidentes dos corpos legislativos, os ministros e enviados extraordinários de Portugal em Londres e em Viena, pares do Reino, deputados, secretários e adidos militares das legações e demais dignitários do Estado e da corte presentes. Atrás do estrado, estava a direcção da Sociedade de Geografia, os seus sócios honorários e a comissão central executiva do centenário. Em frente, ao centro da sala, destacavam-se os oficiais gerais de terra e mar, os comandantes e oficiais dos navios estrangeiros enviados pelos respectivos governos para participar nas celebrações, os oficiais do Exército e da Armada, e os delegados *ad hoc* dos governos e institutos estrangeiros. À direita, ficaram os cônsules dos países estrangeiros, os presidentes e representantes dos municípios que tinham vindo a Lisboa, as direcções e deputações das escolas e

⁶⁸⁰ *Actas das Sessões da Sociedade de Geographia de Lisboa*, vol. XVIII-Anno de 1898, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900, pp. 77-98

das associações científicas, artísticas, comerciais, industriais e socioprofissionais, os representantes da imprensa periódica nacional e estrangeira, e outros convidados e sócios. À esquerda, encontravam-se “socios de todas as classes” e, nas galerias, distribuíam-se as senhoras das famílias dos associados e os convidados.

O rei D. Carlos declarou aberta a sessão e concedeu, sucessivamente, a palavra aos diversos oradores inscritos. Primeiro, falou o presidente da Sociedade de Geografia e da comissão central do centenário, o conselheiro Ferreira do Amaral. Em seguida, cerca de uma dezena de representantes de países e instituições estrangeiras fizeram as suas intervenções. Por fim, o monarca encerrou a cerimónia com um curto discurso que, sugestivamente, terminou soltando um “Viva a Pátria”. Seguiu-se uma “acclamação unanime, estrondosa, prolongada” e o presidente da Sociedade de Geografia lançou vivas ao rei e à família real, que foram correspondidos por toda a assembleia. Depois destas manifestações, o monarca declarou encerrada a sessão. No início, tinha-se ouvido o Hino Nacional e, no fecho, coube a vez ao Hino do Centenário, tocados pela banda das guardas municipais. Em cerca de duas horas o ritual foi cumprido.

Em 1960, a estrutura da cerimónia mantinha-se, no essencial, a mesma. Contudo, na sessão solene de abertura das comemorações na Assembleia Nacional, predominaram os elementos oficiais, representativos da mais elevada hierarquia do Estado e não faltou o Cardeal Patriarca de Lisboa. As honras militares à chegada do presidente da República foram prestadas por um batalhão da Guarda Nacional Republicana, com banda música e bandeira. As intervenções ficaram a cargo do presidente da comissão nacional das comemorações, José Caeiro da Mata, do professor catedrático da Universidade de Coimbra, Manuel Lopes de Almeida, do embaixador Paulo Carneiro, enviado especial do governo brasileiro às comemorações henriquinas, e do chefe de Estado, que encerrou a sessão. O Hino Nacional foi ouvido no princípio e no fim da cerimónia.

Esta não foi a única sessão do programa das comemorações. No Dia da Marinha, realizou-se uma sessão solene na Sociedade de Geografia, presidida pelo almirante Américo Tomás, onde o principal orador foi o escritor Vitorino Nemésio. A Academia das Ciências também evocou a figura do Infante D. Henrique e a Assembleia Nacional realizou uma sessão de homenagem, onde intervieram vários deputados e o respectivo presidente. Na sala dos Capelos, houve uma sessão magna e nas universidades de Lisboa e do Porto também se realizaram actos solenes integrados no centenário. Além disso, as sessões comemorativas deviam ser extensivas, nos termos do programa oficial, a todas as Câmaras Municipais do Continente, das Ilhas e do Ultramar. A cerimónia adquiriu, por conseguinte, uma importância considerável nos rituais comemorativos do Estado Novo. O número de sessões aumentou e difundiram-se pelo facto de ser uma forma simples e bastante expressiva das autoridades solenizarem uma data.

É óbvio que, além das sessões solenes de carácter oficial, múltiplas associações e organismos públicos realizavam cerimónias evocativas e de homenagem integradas nas comemorações. Essas iniciativas podiam revestir a forma tradicional da sessão solene ou assumir características mais artístico-literárias, com música e récitas de poesia. Em 1924, por altura do centenário do nascimento de Camões, o Conservatório Nacional de Música realizou uma “sessão solene literário-musical” que ilustra muito bem este tipo de cerimónias⁶⁸¹. Na presença do ministro da Instrução Pública, tenente-coronel Helder Ribeiro, dos secretários de Estado, do corpo docente e discente, além de muito público estranho à escola, a sessão iniciou-se com uma conferência do professor Manuel dos Santos Gil, que tratou a vida e a obra de Camões como um exemplo para a juventude. Seguiu-se um “florilégio camoneano, em que entraram vilancetes, epigramas, sonetos e excertos d’*Os Lusíadas*, recitados por alunas e alunos dos cursos de português”. O director do Conservatório, o

⁶⁸¹ 4º Centenário do Nascimento de Camões, 1524-1924, s.l., s.d., pp. 28-31

compositor Viana da Motta, tocou no piano a *Balada sobre duas melodias populares portuguesas* da sua autoria e foi vibrantemente aplaudido pela assistência. Uma ex-aluna cantou dois sonetos de Camões, musicados pelo maestro Freitas Branco que a acompanhou ao piano. Artur Trindade dirigiu a execução da canção escolar de Tomás Borba, intitulada *Camões*. O professor de composição, Hermínio do Nascimento, recebeu da comissão do centenário o encargo de musicar os versos de João de Barros dedicados ao poeta, que ficaram como o “hino que todos os portugueses devem cantar no dia da festa da Raça Portuguesa”⁶⁸². A apresentação pública dessa peça para orquestra e coros, dirigida pelo próprio compositor, colheu fortes aplausos do público. Por fim, os alunos de canto coral entoaram o Hino Nacional.

Nas sessões solenes e nas suas variantes mais artísticas, a narrativa dos conferencistas, as récitas e, nalguns casos, as representações dramáticas eram os meios utilizados para fazer a evocação. Os cenários sublinhavam o sentido da homenagem e o carácter festivo da cerimónia, nomeadamente através das flores, dos painéis pintados ou dos bustos dos homenageados descerrados em palco. De qualquer modo, a palavra era o elemento chave deste tipo de cerimoniais.

O mesmo acontece nas conferências e congressos que, geralmente, faziam parte dos programas das comemorações. O exemplo foi dado pelo tricentenário de Camões que teve um extenso número de conferências, destinadas a preparar o público para o significado do evento. A listagem de Brito Aranha registou o nome de cerca de quarenta conferencistas e o título das respectivas prelecções que estiveram integradas nos preliminares das celebrações⁶⁸³. De modo geral, foram proferidas por conhecidos escritores e investigadores das áreas da Literatura, da História e das Humanidades, como Teófilo Braga, Pinheiro Chagas, Ramalho Ortigão, Adolfo Coelho, Brito Aranha ou Latino Coelho. Alguns são menos famosos ou mesmo desconhecidos,

⁶⁸² *Idem*, p. 15

⁶⁸³ *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo XV (Oitavo do Supplemento), Lisboa, 1888, pp. 104-105

destacando-se na lista o nome de duas mulheres: a activista republicana Angelina Vidal, que proferiu uma conferência sobre *Camões e a sociedade portuguesa*, na sala de uma associação popular, e uma figura hoje desconhecida, Margarida Victor, que falou sobre *Camões e as mulheres portuguesas*, na Sociedade de Geografia. Além destas conferências principais, houve também um número indeterminado de palestras realizadas pelos professores nas escolas, nomeadamente na Escola do Exército, no Instituto Agrícola de Lisboa e em vários colégios e liceus de Lisboa e doutras cidades do país.

Em regra, a conferência tinha objectivos de divulgação e pedagógicos. Deste modo, o público privilegiado eram os alunos das escolas, os sócios das múltiplas associações e organismos com intuítos educativos e culturais. Nos centenários de maior projecção nacional foi, naturalmente, maior o número de conferências proferidas pelo país. Neste aspecto, vale a pena destacar a ênfase que foi dada, nas comemorações henriquinas de 1960, aos ciclos de conferências sobre o Infante e a sua época. As Universidades portuguesas promoveram ciclos de conferências e lições sobre assuntos henriquinos e ultramarinos. O Centro de Estudos Humanísticos, do Porto, a Sociedade Histórica da Independência de Portugal e o Centro de Estudos Históricos Ultramarinos fizeram outro tanto, assim como diversas Câmaras Municipais que mobilizaram os investigadores e estudiosos locais⁶⁸⁴. As conferências da tradicional Semana do Ultramar inseriram-se no ciclo comemorativo. É impossível fazer um cômputo geral de todo este esforço destinado a construir a memória e a informar os parâmetros ideológicos da visão que os portugueses tinham da história nacional. Contudo, é certo que o último grande centenário nacional patrocinado pelo Estado Novo se distinguiu neste domínio.

Ao contrário da maioria das conferências, os congressos destinavam-se a um público especializado, em grande parte constituído por investigadores e docentes

⁶⁸⁴ Cf. *Comemorações do V Centenário do Infante D. Henrique*, vol. II, Lisboa, 1962, p. 227 em diante

universitários. Os congressos que nos interessam, particularmente, são os que tinham como temática a história das personagens, dos acontecimentos e das épocas sobre as quais incidiam as comemorações. Isto é, as magnas reuniões em que os estudiosos faziam o ponto da situação das investigações historiográficas sobre os temas e apresentavam os novos contributos para a construção da história e da memória da nação. Mas, contra o que seria esperado, os centenários que decorreram entre 1880 e 1925 não chegaram a realizar nenhum encontro desse tipo.

No tricentenário camoniano chegou a estar prevista a realização da terceira edição do Congresso Literário Internacional em Lisboa, de 1 a 10 de Junho, prevendo-se uma sessão de homenagem dos escritores estrangeiros a Camões⁶⁸⁵. Contudo, teve de ser transferido para Setembro por razões que desconhecemos. Foi realizado, isso sim, o congresso anual das associações e a grande reunião dos escritores e jornalistas que deu origem à respectiva associação, coincidindo com a data das celebrações em Lisboa. Esta última tinha sido uma proposta do jornalista do *Diário de Notícias*, Eduardo Coelho, que obteve a adesão unânime da comissão da imprensa⁶⁸⁶.

Em 1894, não parece ter havido qualquer preocupação no sentido de promover encontros de carácter científico, apesar de dois anos antes o *V Centenario del Descubrimiento de America* ter dado o exemplo de um programa notável na área cultural que se traduziu na realização de onze congressos (Americanista, Pedagógico, Geográfico, Jurídico, Mercantil, Militar, Literário, Africanista, Livre-pensador, Espiritualista e Católico)⁶⁸⁷. Muitos deles tiveram uma intensa participação portuguesa. Em 1898, mercê das dificuldades que rodearam a execução dos projectos da Sociedade de Geografia, também não foi possível ir além de um Congresso

⁶⁸⁵ Teófilo Braga, “As festas do centenário de Camões” in *O Positivismo. Revista de Filosofia*, Porto, 1879-1880, p. 319

⁶⁸⁶ *Idem*, p. 318

Nacional de Medicina, entre 11 e 16 de Maio⁶⁸⁸, e do Congresso Internacional da Imprensa alguns meses depois das festas do centenário⁶⁸⁹.

Em 1915, havia grandes projectos para a realização de cinco congressos internacionais (Colonial, Luso-Brasileiro, das Raças, do Turismo e Histórico Luso-Hispano-Brasileiro), além de dois nacionais sobre Medicina e Agricultura, depois de consultadas as respectivas associações⁶⁹⁰. Nenhum chegou a realizar-se por causa do cancelamento das comemorações oficiais. Nos outros centenários do período da I República não temos notícia de congressos. É evidente que as circunstâncias difíceis em que decorreram muitas destas celebrações, com o alcance das suas iniciativas limitado por falta de meios financeiros e de condições logísticas para pôr em marcha organizações mais complexas, pode explicar, pelo menos em parte, a pobreza do programa científico, cultural e até de reflexão político-ideológica que caracterizou os centenários da Monarquia Constitucional e da República que analisámos. Mas a outra causa reside na debilidade dos meios científicos e culturais portugueses, patente nos fracos níveis de educação, especialmente nos graus superiores, e no relativo atraso da investigação e da produção científica em Portugal. Escasseava a *massa crítica* e, por conseguinte, a dinâmica cultural necessária para dar expressão a este género de iniciativas.

Só nos centenários do Estado Novo se inverteu essa situação e, sobretudo, nas comemorações do Duplo Centenário e nas henriquinas apostou-se fortemente na realização de congressos. No centenário do descobrimento da Guiné, a Sociedade de Geografia também promoveu um importante congresso, mas nos outros não temos informação de nada de semelhante. No caso das comemorações açorianas de 1932,

⁶⁸⁷ Salvador Bernabeu Albert, *V Centenario del Descubrimiento de America en España*, Madrid, 1987, p. 76

⁶⁸⁸ *O Correio da Noite*, Lisboa, 9 de Maio de 1898, p. 3

⁶⁸⁹ *O Occidente*, vol. XXI, Lisboa, 1898, pp. 227-230

⁶⁹⁰ *Centenário de Ceuta e de Afonso de Albuquerque*, Lisboa, Academia das Ciencias de Lisboa, 1916, p. 38

ainda se pensou na realização de um Congresso Açoreano sobre temas variados para divulgar a história, a cultura e os problemas económicos e político-administrativos do arquipélago. Contudo, o projecto foi adiado e só viria a concretizar-se em 1938, com o objectivo de dar a conhecer os problemas insulares e reclamar soluções aos poderes públicos⁶⁹¹.

Em 1938, na nota oficiosa, Salazar referia, expressamente, que devia ser aproveitada a oportunidade para promover alguns congressos, destacando um Congresso do Mundo Português onde estivesse em foco a história de Portugal e se tratasse, numa das secções, de política indígena e de colonização. Por isso, foi constituída uma comissão específica para elaborar o programa geral dos congressos e proceder à sua organização. Júlio Dantas coordenou um equipa de dez elementos, onde se incluíram Joaquim Leitão, na qualidade de director adjunto, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, o conde de Penha Garcia (substituído pelo general José Justino Teixeira Botelho, depois do seu falecimento), o engenheiro Francisco Nobre Guedes, secretário geral do Ministério da Educação Nacional e comissário nacional da Mocidade Portuguesa, José Maria de Queiroz Veloso, António Augusto Esteves Mendes Correia, João da Providência e Costa, Afonso de Dornelas, o comandante Quirino da Fonseca (que também foi substituído pelo comandante Fontoura da Costa, pela mesma razão, o qual acabou por falecer, igualmente, no ano dos Centenários), e Manuel Múrias, secretário da secção dos congressos⁶⁹². Esta subcomissão ainda se desdobrou noutras especiais para cada congresso, agregando mais pessoas à organização. Só assim foi possível levar a cabo um número tão elevado de congressos que mobilizaram consideráveis meios logísticos e financeiros.

O conjunto orgânico designado por Congresso do Mundo Português, por sugestão do presidente do Conselho, foi sistematizado em nove congressos: I -

⁶⁹¹ Carlos Enes, *A Casa dos Açores em Lisboa*, Lisboa, Edição da Casa dos Açores, 1996, p. 135

⁶⁹² *Congresso do Mundo Português. Programas, Discursos e Mensagens*, vol. XIX, Lisboa, 1940, p. 15

Congresso de pré e proto-história; II - Congresso de história medieval; III - Congresso de história dos descobrimentos e colonização; IV - Congresso de história da monarquia dualista e da Restauração; V - Congresso de história de Portugal, da Restauração ao Constitucionalismo; VI - Congresso de história de Portugal, do Constitucionalismo à Grande Guerra; VII - Congresso luso-brasileiro de história; VIII - Congresso de história da actividade científica portuguesa; IX - Congresso Colonial. O primeiro teve a sede na Universidade do Porto, o segundo em Coimbra e os restantes em Lisboa. Com excepção do congresso luso-brasileiro, a todos os outros foi atribuído o carácter nacional, mas procurou-se obter a cooperação de entidades estrangeiras, a título colectivo ou individual.

Cada um destes congressos teve o seu presidente oficialmente nomeado, presidentes das secções e secretários. Assim, podemos referir que António Augusto Esteves Mendes Correia, professor da Universidade do Porto, foi o presidente do primeiro, António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, da Universidade de Coimbra, do segundo, o comandante Fontoura da Costa do terceiro, o professor José Maria de Queiroz Veloso do quarto, o político e jurista José Caeiro da Mata do quinto, o embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do sexto, Celso Vieira, presidente da Academia Brasileira, do sétimo, o professor Joaquim de Carvalho do oitavo e, finalmente, o general José Justino Teixeira Botelho presidiu ao nono⁶⁹³.

No exercício dessa função foram apoiados por um conjunto de personalidades da vida académica e cultural da época. O congresso luso-brasileiro viu alterada a presidência já nomeada, pelo facto de não haver condições de segurança para a deslocação a Lisboa dos membros indicados pelo governo brasileiro. Acabaram por assumir o encargo o comandante Eugénio de Castro, presidente da delegação do Brasil que já se encontrava entre nós, e como assessor pela parte portuguesa o

⁶⁹³ *Idem*, pp. 20-22

professor José Maria de Queiroz Veloso⁶⁹⁴. Carlos Malheiro Dias foi proclamado presidente honorário desta iniciativa por ter sido o responsável pela obra sobre a *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, publicada no âmbito do centenário da independência daquela nação.

Além destes congressos principais, ainda se realizou um Congresso de Ciências da População, presidido pelo professor António Augusto Esteves Mendes Correia. O projectado Congresso Internacional da Mocidade teve de ser cancelado por causa do início da guerra e muitos dos convidados dos outros congressos realizados viram-se impossibilitados de participar nos trabalhos que decorreram em Lisboa. Apesar disso, foi elevado o número de comunicações recebidas pela organização: quinhentas e quinze no total, das quais cento e quarenta e sete estrangeiras⁶⁹⁵.

A importância que foi atribuída pelo governo aos congressos ficou evidente no facto da sessão inaugural ter decorrido na Assembleia Nacional, sob a presidência do Chefe de Estado e com a presença do Cardeal Patriarca, do Governo, da embaixada especial do Brasil, dos representantes das Universidades, Academias e Institutos de alta cultura nacionais e estrangeiros. As intervenções de fundo ficaram a cargo de Júlio Dantas, na dupla qualidade de presidente da comissão executiva e do conjunto dos congressos do Mundo Português, e de José Caeiro da Mata, na altura reitor da Universidade de Lisboa. Seguiu-se a leitura das mensagens oficiais dirigidas ao Congresso do Mundo Português pelos delegados estrangeiros, por ordem alfabética dos respectivos países. O secretário geral, Manuel Múrias, deu conta do plano geral dos trabalhos dos seis primeiros congressos e das adesões das instituições estrangeiras que não puderam enviar delegados em virtude das circunstâncias internacionais.

⁶⁹⁴ *Idem*, p. 30

⁶⁹⁵ *Idem*, p. 24

Importa referir que foi constituída uma Comissão de Honra do mais alto nível, encabeçada pelos presidentes da República Portuguesa e dos Estados Unidos do Brasil e pelo Cardeal Patriarca de Lisboa e o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro⁶⁹⁶. Seguem-se, por ordem hierárquica, os presidentes do Conselho de Ministros, da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, os ministros portugueses, o ministro das Relações Exteriores do Brasil e o da Educação e Saúde, o subsecretário de Estado das Corporações, o presidente da Junta Nacional de Educação, os reitores das Universidades portuguesas e o da Universidade do Rio de Janeiro, os presidentes das Academias portuguesas e brasileiras e, por último, os da Sociedade de Geografia de Lisboa e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Esta comissão é demonstrativa do alto patrocínio que os congressos receberam dos poderes instituídos e da importância que lhes foi atribuída pelas autoridades.

Os congressos mais participados foram o luso-brasileiro (92 comunicações e memórias), o das Ciências da População (81) e o de História dos Descobrimentos e Colonização (74). Em média, os congressos receberam meia centena de comunicações, na esmagadora maioria de investigadores e autores nacionais. Contudo, não deixou de ser importante a participação dos estrangeiros naqueles que tinham temáticas de interesse mais geral, como foi o caso dos três que referimos antes. O conjunto dos trabalhos desenvolvidos deu origem a uma série monumental de dezanove volumes, com quase 12 000 páginas no total. O encargo da publicação dessa obra, que reuniu todas as comunicações, memórias, discursos, mensagens, conferências, pareceres, actas e documentos dos congressos, foi cometido à Academia das Ciências, presidida por Júlio Dantas, no ano seguinte das comemorações. Um acervo documental de valor muito desigual que representou uma “vasta e intensiva mobilização dos valores intelectuais portugueses, em todos, ou quási todos, os

⁶⁹⁶ *Idem*, p. 39

sectores da cultura”, segundo o presidente da secção dos congressos⁶⁹⁷. Uma grande celebração, afinal, dos recursos e possibilidades dos valores mentais da nação.

As comemorações da Guiné foram o pretexto para se reunir em Bissau a II Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais que contou com a participação de trinta e três congressistas⁶⁹⁸. As nacionalidades representadas foram a Espanha, França, Inglaterra e Portugal. Na metrópole, as atenções concentraram-se no Congresso Comemorativo do V Centenário do Descobrimento da Guiné, organizado pela Sociedade de Geografia. O presidente desta instituição foi investido do mesmo cargo na comissão organizadora do congresso, coadjuvado por dezanove vice presidentes onde estavam quatro elementos da Sociedade de Geografia, nove antigos governadores da Guiné, o presidente da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, o director geral do Ensino Colonial, o director do Instituto de Medicina Tropical, da Escola Superior Colonial, do Arquivo Histórico Colonial e o agente geral das colónias. O secretário perpétuo da Sociedade de Geografia na época era o secretário do congresso, apoiado por mais três secretários e um tesoureiro. A comissão tinha ainda dezanove vogais, uma comissão de redacção dos votos e delegados de vários organismos ligados à vida económica da colónia. A comissão executiva era composta por sete pessoas e presidida por um dos vice presidentes da Sociedade de Geografia, o coronel António Nogueira Mimoso Guerra. Os presidentes honorários do congresso foram o ministro das Colónias, Marcelo Caetano, e o ministro da Educação Nacional, José Caeiro da Mata. Um leque alargado de personalidades e bastante representativo do ponto de vista político constituiu, por conseguinte, a organização do congresso, com o intuito de dar-lhe a maior projecção possível.

⁶⁹⁷ *Idem*, p. 34

⁶⁹⁸ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, N° especial, Comemorativo do V Centenário do Descobrimento da Guiné, Outubro de 1947, p. 503

A sessão inaugural decorreu na sala “Portugal” e foi presidida pelo ministro das Colónias⁶⁹⁹. O presidente da Sociedade de Geografia, o professor Manuel António Moreira Júnior, abriu a sessão e seguiram-se as intervenções do vice-presidente, Rui Enes Ulrich, do secretário perpétuo, coronel João Alexandre Lopes Galvão, e do próprio ministro, professor Marcelo Caetano. Como referiu o coronel Lopes Galvão, “a ideia da realização do Congresso surgiu da necessidade de tornar mais conhecida a Colónia e de pôr em foco os seus problemas vitais para se lhes encontrar conveniente solução”⁷⁰⁰. Os assuntos versados foram agrupados em três secções: História, Fomento e Política Social que funcionaram em sessões plenárias, diurnas e nocturnas, para que todos os congressistas pudessem acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos. Os temas da actualidade e do futuro da colónia ocuparam um espaço importante no conjunto das comunicações apresentadas e dominaram as teses e os votos finais.

O outro centenário em que se apostou nos congressos foi o do Infante D. Henrique, em 1960. No programa oficial constaram dois congressos: o Congresso Internacional de História dos Descobrimentos e o Colóquio Internacional de História do Navio e da Economia Marítima, mas realizaram-se vários congressos e reuniões internacionais naquele ano em Portugal, no quadro do esforço desenvolvido para dar projecção ao país e assinalar o centenário do fundador do Império⁷⁰¹. A comissão organizadora do primeiro tinha como presidente o comissário geral, José Caeiro da Mata, e como vice-presidente, o professor Damião Peres. Um secretário geral, um secretário adjunto e seis vogais completavam o elenco dos organizadores, onde se incluíram Manuel Lopes de Almeida, Vitorino Nemésio e Costa Brochado.

⁶⁹⁹ *Idem*, nº 3, Julho de 1946, p. 563

⁷⁰⁰ *Congresso Comemorativo do Quinto Centenário do Descobrimento da Guiné*, vol. I, Lisboa, 1946, p. 23

⁷⁰¹ Reunião do Conselho Executivo Provisório da União Latina, IV Reunião Plenária da Associação para o Estudo Taxonómico da Flora Africana Tropical, Jornadas Luso-brasileiras de Engenharia

A sessão inaugural decorreu no palácio de S. Bento e realizaram-se três sessões plenárias. Significativamente, a abertura coube ao sociólogo brasileiro Gilberto Freyre com uma conferência sobre a “Integração de raças autóctones e de culturas diferentes da europeia, na comunidade Luso-Tropical: aspectos gerais de um processo”. Na segunda, Damião Peres versou a acção do Infante D. Henrique no desenvolvimento da ciência e, na última, Adriano Moreira relacionou o pensamento do Infante D. Henrique com a política ultramarina do governo na época. A conotação político-ideológica que se pretendeu dar ao evento ficou, assim, bem patente nestas conferências, o que não anulou o facto de ter sido um congresso de grande envergadura que reuniu 800 investigadores e estudiosos de 85 países⁷⁰². As sessões de trabalho tiveram tradução simultânea do português, francês e inglês. O programa centrou-se nos temas da história da expansão portuguesa e europeia, na época moderna, se bem que incluísse uma subsecção sobre “A acção civilizadora nos séculos XIX e XX”, onde foram abordados tópicos sobre a acção missionária, particular e do Estado, o desenvolvimento económico e a política ultramarina. Foram publicadas as actas do congresso e um volume com os resumos das comunicações.

O segundo colóquio do programa teve como tema geral: “Os aspectos internacionais das descobertas oceânicas nos séculos XV e XVI”. O contra-almirante Sarmento Rodrigues presidiu a comissão organizadora e foi assistido pela professora Virgínia Rau, pelos comandantes Teixeira da Mota e Serra Brandão, e pelo professor Moreira de Sá. Conseguiram reunir em Lisboa uma assembleia com especialistas de história marítima de mais de doze nacionalidades, do Extremo Oriente à América do Sul. Por isso, foi aproveitada a oportunidade para oficializar a criação da Comissão Internacional de História Marítima⁷⁰³. Na sessão de abertura foi prestada homenagem

Civil, I Congresso Luso-Brasileiro de Educação Física (*Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. IV, Lisboa, 1963, p. 317)

⁷⁰² *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. III, Lisboa, 1963, p. 281

⁷⁰³ *Idem*, vol. III, p. 295

ao historiador Jaime Cortesão, recentemente falecido. A síntese das conclusões do congresso, apresentada pelo professor Michel Mollat na sessão de encerramento, dá conta do nível especializado e erudito dos trabalhos desenvolvidos e dos resultados que foram alcançados⁷⁰⁴.

Um programa específico para a juventude contemplou todos os níveis de ensino, mobilizando os professores e os alunos em torno de actividades escolares subordinadas à temática do centenário⁷⁰⁵. Muitas foram, decerto, as conferências e sessões evocativas do Infante D. Henrique e da sua época promovidas nas escolas de todo o país. O Colégio Militar promoveu um Colóquio Henriquino que reuniu os jovens portugueses e brasileiros, da escola congénere do Rio de Janeiro, e galardoou os melhores trabalhos apresentados pelos alunos dos dois países⁷⁰⁶. Um colóquio universitário sobre o mesmo tema decorreu na Academia Militar e também foram premiados os melhores estudos⁷⁰⁷. Os cadetes das Academias Militares de Portugal e da Espanha debruçaram-se, igualmente, sobre a figura e a obra do Infante D. Henrique, num encontro realizado em Lisboa⁷⁰⁸. Pretendia-se que a juventude formasse, assim, a sua consciência histórica e ideológica.

As conferências, colóquios e congressos são um elemento importante dos programas comemorativos, apesar dos últimos não serem indispensáveis. Não temos notícia deste tipo de reuniões científicas nos centenários do descobrimento dos Açores, da Restauração de Angola, de António Enes e de Mouzinho de Albuquerque, nem em alguns centenários anteriores. Nos congressos realizados, a história teve, naturalmente, um peso considerável no conjunto das temáticas abordadas, mas não exclusivo. A antropologia e a etnografia tiveram uma importância assinalável no conjunto dos Congressos do Mundo Português e os temas políticos e económicos

⁷⁰⁴ *Idem*, vol. III, pp. 295-297

⁷⁰⁵ *Idem*, vol. IV, p. 170

⁷⁰⁶ *Idem*, vol. IV, pp. 173-175

⁷⁰⁷ *Idem*, vol. IV, p. 178-180

dominaram o *forum* sobre a Guiné, promovido pela Sociedade de Geografia. Neste aspecto, o Congresso Colonial de 1940 traduziu bem a linha de preocupações que o presente impunha aos organizadores e os temas abordados foram o papel da investigação científica na política colonial portuguesa, a colonização e o povoamento em Angola e Moçambique, e os problemas económicos mais candentes⁷⁰⁹. Este encontro foi mais uma vez realizado na Sociedade de Geografia e, na linha dos anteriores, debruçou-se sobre as questões que interessavam para o ajustamento das políticas coloniais às realidades africanas. Os congressos não tiveram somente uma função evocativa, articulada com a história e a memória, apesar de no conjunto este aspecto ser bastante valorizado.

Publicações e inscrições

Se a palavra é o veículo essencial da comemoração nas actividades referidas anteriormente, a escrita sempre foi, e continua a ser, a forma privilegiada das sociedades perpetuarem a memória. Por isso, as publicações e todo o género de inscrições ocupam um lugar destacado no conjunto das práticas comemorativas. No campo das edições podemos distinguir as de carácter mais efémero e circunstancial, como os números especiais dos jornais e revistas, os albuns de homenagem e os múltiplos folhetos, brochuras e opúsculos que incidem sobre as comemorações, e as obras de divulgação ou eruditas que são representativas de determinadas visões da história e do avanço dos conhecimentos sobre certos períodos e acontecimentos. De acordo com o objecto da comemoração, o género das publicações pode incidir nas edições ou reedições das obras das figuras homenageadas, como aconteceu nos

⁷⁰⁸ *Idem*, vol. IV, pp. 180-185

centenários camoneanos, nos textos historiográficos e edições de fontes, nas obras de carácter literário - poesia, drama, ficção histórica, teatro ou romance - destinadas a associar-se à celebração em causa. Contudo, no leque variado das publicações que foi possível recensear nem sempre a relação com a comemoração é directa e óbvia, surgindo obras patrocinadas pelas comissões organizadoras, com a chancela do centenário, sobre temas muito diversos.

Os centenários com maior impacto foram pródigos nas mais variadas edições e, sobretudo, nas de carácter mais circunstancial, o que se pode constatar folheando as bibliografias disponíveis sobre o tricentenário de Camões, o “centenário da Índia”, o Duplo Centenário, de 1940, e os centenários henriquinos de 1894 e 1960⁷¹⁰. Em relação aos outros centenários de que não existem compilações bibliográficas, o centenário do descobrimento da Guiné e o de Mouzinho de Albuquerque destacaram-se ao nível da produção editorial. Em termos muito genéricos, pode afirmar-se que as edições reflectem o estado de desenvolvimento da investigação e da produção intelectual do país e, por isso, não é razoável esperar que os centenários possam dar origem a um elevado nível de publicações científicas ou literárias quando o quadro geral não é conforme com essa situação. Além disso, o aproveitamento da oportunidade aberta pelas comemorações para os autores, editores e livreiros é uma faca de dois gumes: por um lado, estimula a produção e suscita o aparecimento de um número, por vezes, impressionante de publicações e, por outro lado, a quantidade tende a sobrepor-se à qualidade, de tal modo que o resultado global pode ser decepcionante.

⁷⁰⁹ *Congresso do Mundo Português*, vol. XIX, Lisboa, 1940, p. 57-60

⁷¹⁰ *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo XV (Oitavo do splemento), p. 143 em diante; Luciano Cordeiro, “Bibliographia do Centenario da India” in *Boletim da Sociedade de Geografia*, 18ª serie, Nº 12, Dezembro de 1900, Lisboa, 1902, p. 693 e sgs.; Carlos Alberto Galvão Simões, *Exposição das Publicações Comemorativas do Ano Áureo*, Lisboa, 1940; Firmino Pereira, *op. cit.*, p. 293-309; *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. IV, Lisboa, 1963, p. 393 e sgs.

O tricentenário de Camões, em 1880, motivou o aparecimento de um vasto número de publicações. Desde logo, o destaque principal coube às edições da obra do poeta, em particular da sua obra magna - *Os Lusíadas*. Estes tiveram cinco edições naquele ano e quatro no seguinte, ainda sob o impulso das comemorações⁷¹¹. No Porto, foram publicadas duas edições: uma pela Imprensa Portuguesa e a outra da responsabilidade do editor Emilio Biel foi executada na Alemanha. A última publicação destacou-se pelo carácter monumental que o aspecto gráfico e o aparato iconográfico lhe conferiram, apesar dos estudos introdutórios de José Gomes Monteiro e Mendes Leal não constituírem qualquer avanço significativo na *camonologia*. O Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro também promoveu uma edição comemorativa do poema, com revisão do texto e observações filológicas por Adolfo Coelho. O prefácio coube a Ramalho Ortigão e incluiu ainda uma notícia sobre a história daquela instituição portuguesa no Brasil. O editor David Corazzi associou-se ao centenário com a sua própria edição, introduzida por um “juízo crítico” de José Maria Latino Coelho. Mas a edição que teve maior divulgação foi a do *Diário de Notícias*, baseada na reprodução crítica da segunda edição de 1572, feita por Adolfo Coelho. Tratou-se de uma publicação popular e gratuita, da qual foram distribuídos largos milhares de exemplares. No ano seguinte, os estudantes da Universidade de Coimbra reeditaram a obra para ser oferecida como brinde à infância das escolas da cidade, no âmbito das celebrações para inaugurar o monumento dedicado ao poeta pela academia. Em Lisboa, saiu dos prelos uma edição revista e prefaciada por Teófilo Braga. Só em 1883 foi publicada a grande edição manuscrita d’*Os Lusíadas* pelos “contemporâneos ilustres” de Portugal e do Brasil, dirigida por Teófilo Braga, Santos Valente, Jaime Victor, Francisco de Almeida e Salvador Marques, com um prefácio de Manuel Pinheiro Chagas.

⁷¹¹ *Os Lusíadas. 1572-1972. Catálogo da Exposição Bibliográfica, Iconográfica e Medalhística de Camões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972, pp. 15-16

No século XIX, multiplicaram-se as edições do poema épico nacional e as comemorações deram um contributo importante nesse sentido. Só o centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, em 1897-98, forneceu o pretexto para mais quatro edições⁷¹². A grande edição autográfica do programa oficial, dirigida por Fernandes Costa, com prefácio de D. António Mendes Belo, bispo do Algarve, e Manuel Pinheiro Chagas, foi publicada em Lisboa. A Parceria António Maria Pereira fez uma nova edição revista e conforme com as de 1572, com uma biografia do poeta por Inocêncio Francisco da Silva e um dicionário dos nomes próprios, históricos, geográficos e mitológicos, que se encontram no poema. Teófilo Braga prefaciou a edição em *fac-simile* daquela que é tida pela crítica como a segunda feita em 1572, considerada por este como a autêntica e impressa sob as vistas de Camões. As sucessivas edições do poema camoniano mostram até que ponto se tinha tornado um lugar fundamental da memória e do imaginário nacional.

Em 1900, ano da comemoração do descobrimento oficial do Brasil, apareceram mais duas edições: uma de Mendes dos Remédios para as escolas e outra, mais imponente, de Sousa Viterbo, com ilustrações de Roque Gameiro e Manuel de Macedo, que representam “uma última irradiação estética do romantismo popularizante”⁷¹³. O quarto centenário do nascimento de Camões não parece ter motivado qualquer edição comemorativa do poema, mas o da morte de Vasco da Gama deu azo a mais duas publicações pela Imprensa Nacional de Lisboa e de Luanda, entre 1924 e 1925⁷¹⁴. Em 1940, mais duas edições: uma dos mais belos trechos, apresentados em inserção num resumo do poema por António Sérgio, publicada na colecção dos Clássicos da Sá da Costa, e a outra para comemorar o terceiro centenário da Restauração da Independência Portugal, com introdução de Hernâni Cidade e iluminuras e desenhos de Joaquim Lopes, de fraca qualidade

⁷¹² *Idem*, p. 18

⁷¹³ *Idem*, p. 19

⁷¹⁴ *Idem*, p. 421

estética. Finalmente, importa destacar que, em 1960, o Ministério da Marinha editou a obra, no âmbito das comemorações henriquinas. A introdução pertence ao contra-almirante Sarmiento Rodrigues e o prefácio ao historiador Reinaldo dos Santos, com notas do E. H. Serra Brandão. O mapa da viagem de Vasco da Gama, inserto na obra, foi feito por A. Teixeira da Mota, segundo a rota traçada pelo almirante Gago Coutinho.

Não é, decerto, abusivo concluir que a edição d' *Os Lusíadas* se tornou um rito comemorativo importante associado a vários dos centenários que evocaram, entre 1880 e 1960, a expansão e os descobrimentos dos portugueses. Menor expressão em termos comemorativos tiveram, como é natural, as edições das outras obras de Camões. No tricentenário pode destacar-se os *Excerptos das Obras de Luiz de Camões*, publicados por subscrição promovida pela Classe Académica de Lisboa, a edição das poesias líricas, com uma introdução sobre a história da recensão do texto lírico por Teófilo Braga, as *Comedias*, numa edição popular comemorativa, e os *Sonetos*, especialmente editados pelo Gabinete Português de Leitura de Pernambuco para comemorar o Terceiro Centenário do Grande Épico⁷¹⁵. Coincidindo com o quarto centenário do nascimento do poeta, foi publicada uma antologia pela editora Bertrand, *Camões lírico* (4 vols, 1923-25), e os *Sonetos* tiveram uma terceira edição revista e aumentada.

As publicações do tricentenário podem agrupar-se nos seguintes grupos: 1) repositórios bibliográficos e catálogos que acompanharam várias exposições camonianas; 2) as sínteses e notas biográficas; 3) os estudos parcelares sobre aspectos da vida e da obra do poeta, de que é exemplo a *Flora d'Os Lusíadas*, do conde de Ficalho⁷¹⁶; 4) as homenagens a Camões, com destaque para o álbum *Portugal a Camões*, publicado no Porto; 5) as obras literárias, sobretudo poesia e dramas,

⁷¹⁵ *Idem*, p. 59 e p. 65

⁷¹⁶ Conde de Ficalho, *Flora dos Lusíadas*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1880

inspirados na vida ou nas obras de Camões; 6) os discursos e conferências impressos que versam sobre Camões e a sua época ou sobre os objectivos do centenário.

Teófilo Braga publicou uma apressada e incompleta *Bibiographia Camoneana* e fizeram-se quatro catálogos: o da colecção camoniana de José do Canto, exposta na Biblioteca Pública de Ponta Delgada, o da Biblioteca Municipal do Porto e da Biblioteca Nacional de Lisboa, que ficou incompleto, e uma bibliografia que serviu de catálogo oficial da exposição organizada pela comissão literária das festas do Porto. Publicou-se ainda a *Descrição da Camoneana que pertenceu ao falecido senhor José Gomes Monteiro*, no Porto. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro também organizou uma exposição e um catálogo da sua camoniana.

Sobre a vida de Camões muitos se pronunciaram, mas a síntese mais extensa e completa foi apresentada por Latino Coelho, na “Galeria dos Varões Ilustres de Portugal”, editada por David Corazzi. As intervenções de Teófilo Braga foram resumidas na curta biografia que publicou, em 1881, no *Plutarco Portuguez*, na sequência de um trabalho anterior sobre a *História de Camões* (Porto, 1873). As *Notas Biográficas* de Camilo Castelo Branco, no prefácio à sétima edição do poema de Almeida Garrett, sobressaem entre os vários textos introdutórios, nomeadamente os das edições já referidas d’*Os Lusíadas*. Almeida d’Eça publicou um interessante trabalho sobre *Luiz de Camões marinheiro*, onde procurou surpreender os conhecimentos e a sensibilidade do poeta em relação aos mais variados aspectos da vida no mar. Por fim, entre os folhetos e opúsculos de divulgação salienta-se uma curiosa folha litografada que narra a *Vida de Camões* em banda-desenhada

No campo literário, o drama histórico *Camões*, de Cipriano Jardim, foi premiado no concurso promovido pela empresa do teatro D. Maria II e representado nas festas do centenário. O autor procurou informar-se sobre a vida de Camões, lendo os documentos compilados pelo visconde de Juromenha e os escritos de Teófilo Braga, que escreveu o prefácio da obra. Nele esclareceu que o seu contributo para a

peça consistiu nos trabalhos que já tinha publicados sobre Camões, nos conselhos que deu ao autor para que “abandonasse os typos convencionaes e procurasse recompôr a realidade” e na revisão final do texto antes da sua publicação⁷¹⁷. O júri que galardoou a obra de Jardim não deixou de notar-lhe as insuficiências na construção e encadeamento da narrativa dramática. Actos desconexos entre si, o carácter de alguns personagens mal desenhado e a prolixidade minuciosa dos discursos dos interlocutores foram os aspectos mais negativos apontados⁷¹⁸. Mas concluiu que, apesar dos defeitos, a peça respeitava a tradição histórica, possuía cenas bem engendradas e de bom efeito dramático, além de ser a de “mais elevada significação moral” entre todas as que foram avaliadas pelo júri. O drama foi representado pela primeira vez no âmbito das festas do tricentenário, no teatro D. Maria II. O desempenho dos actores foi considerado “irregular” ao ponto de inutilizar o trabalho de Cipriano Jardim⁷¹⁹, mas continuou a ser representado e recebeu “enthusiastico acolhimento” do público⁷²⁰.

Os textos apologeticos e ideologicos tiveram uma considerável projecção no centenário camoniano, por causa da polémica que o envolveu e do papel dos republicanos no desenrolar das comemorações. Como veremos noutro capítulo, Camões foi transformado num herói contemporâneo, identificado com valores e concepções que não poderiam ter sido os dele, no século XVI. Mas um dos empreendimentos mais lamentáveis consistiu na tentativa feita por um professor jubilado do Liceu Nacional de Lisboa de reescrever o poema camoniano, transformando-o em *Os Lusíadas do século XIX*⁷²¹. Na introdução, fazendo eco das posições de Castilho, explicou que queria remir o poema do espartilho da rima que

⁷¹⁷ Teófilo Braga, “Sobre o drama” in Cypriano Jardim, *Camões*, Porto, Imprensa Portuguesa-Editora, 1880, p. X

⁷¹⁸ *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo XV (Oitavo do Suplemento), Lisboa, 1888, p. 142

⁷¹⁹ *Commercio de Portugal*, Lisboa, 10 de Junho de 1880, p. 2

⁷²⁰ *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo XV (Oitavo do Suplemento), Lisboa, 1888, p. 142

⁷²¹ João Félix Pereira, *Os Lusíadas do século XIX*, Lisboa, 1880

obrigou Camões a “alterar a verdadeira phisionomia das palavras, a empregar dicções menos adequadas e a ser menos correcto na metrificação”⁷²². O intento estava condenado ao fracasso e o ambiente do centenário era mais conforme com a consagração que foi feita por Latino Coelho, no panegírico lido na Academia Real das Ciências: “*Os Lusíadas* são a estátua da nação, cinzelada pelo escopro do maior engenho português”⁷²³.

As comemorações camonianas de 1924 não foram tão prolixas. Contudo, foram publicados alguns trabalhos com interesse naqueles anos. A Imprensa Nacional de Lisboa editou um catálogo da camoniana da sua biblioteca, em 1925. Afonso de Dornelas analisou a *Iconographia de Camões (Séculos XVI e XVII)*. Mendes dos Remédios editou duas conferências proferidas na ocasião: *Camões e o ideal da sua obra* e *Camões - Poeta da Fé*, tendo sido a última feita na Universidade de Coimbra e acompanhada pela leitura das poesias camonianas de carácter religioso. Saíram dos prelos da Imprensa da Universidade de Coimbra *Os Estudos Camonianos II*, de Carolina Michaelis de Vasconcelos. Em língua francesa, foi publicado um texto de Chagas Franco e Paul Méléar sobre *Virgile, Dante, Camoens e l’expansion du génie latin* (Paris, 1924) e a conferência proferida por Eugénio de Castro na Sorbonne, *Les Sonnets de Camoens* (Coimbra, 1925). No Brasil surgiram vários trabalhos no ano do centenário, sendo de destacar os que foram editados pela Sociedade de Estudos Camonianos da responsabilidade do especialista brasileiro, Afrânio Peixoto⁷²⁴. Em 1925, veio a lume a lição inaugural da cadeira de Estudos Camonianos, entretanto

⁷²² *Idem*, p. VI

⁷²³ J. M. Latino Coelho, *Panegirico de Luiz de Camões lido na sessão solemne da Academia Real das Sciencias em 9 de Junho de 1880 pelo secretario-geral...*, Lisboa, 1880, p. 20

⁷²⁴ Afrânio Peixoto e Pedro A. Pinto, *Dicionário d’Os Lusíadas de Luís de Camões*, Rio de Janeiro, Sociedade de Estudos Camonianos, 1924; Afrânio Peixoto, *A camonologia ou os estudos camonianos*, Rio de Janeiro, Sociedade de Estudos Camonianos, 1924

criada na Universidade de Coimbra, da qual foi titular o professor José Maria Rodrigues⁷²⁵.

A obra que ficou como “a homenagem singela e despretenciosa” da comissão organizadora do centenário ao poeta reuniu os documentos relativos às celebrações e alguns artigos sobre temática camoniana⁷²⁶. Nomeadamente, importa salientar a colaboração de José Maria Rodrigues, em torno da interpretação d’*Os Lusíadas* e da relação entre *Camões e a Pátria*, de Jordão de Freitas, sobre o problema da morte e do local onde foi enterrado o poeta, e de António Sérgio, sobre as ideias políticas de Camões. Destaque-se ainda o hino do centenário com letra de João de Barros e música de Hermínio do Nascimento. A publicação constitui, assim, um testemunho importante do que foi o centenário e do discurso comemorativo sobre o “maior cantor da Raça”, nos termos de um dos mais destacados membros da organização, o vereador Alexandre Ferreira⁷²⁷.

A emulação dos portugueses em relação ao centenário colombino foi benéfica para a historiografia, visto que foram publicadas várias obras que enriqueceram os conhecimentos sobre os descobrimentos. Em primeiro lugar, refira-se a obra da Comissão Portuguesa da Exposição Colombina que reuniu trabalhos de Augusto C. Teixeira de Aragão, de Henrique Lopes de Mendonça, de Agostinho de Ornelas, de João Brás de Oliveira, de A. A. Baldaque da Silva e de Prospero Peragallo. Os assuntos abordados foram o descobrimento da América e do Brasil, a história dos navios, a estada de Cristóvão Colombo na ilha da Madeira e uma carta enviada por D. Manuel ao rei castelhano. Teófilo Braga escreveu sobre o *Centenario da Descoberta da America*. Manuel Pinheiro Chagas publicou *Os descobrimentos portugueses e os de Colombo* e Luciano Cordeiro apresentou várias memórias no

⁷²⁵ José Maria Rodrigues, *Lição Inaugural da Cadeira de Estudos Camonianos. Importância e dificuldade destes estudos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925

⁷²⁶ 4º Centenário do Nascimento de Camões. 1524-1924, s.l., s.d.

⁷²⁷ *Idem*, p. 48

Congresso Internacional dos Orientalistas, editadas logo de seguida⁷²⁸. José Ramos Coelho trouxe a lume *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo àcerca das Navegações e Conquistas Portuguezas* (1415 a 1528), isto é, desde a tomada de Ceuta até ao tratado das Molucas. A Inspeção dos Arquivos e Bibliotecas Públicas deu à estampa pela primeira vez, em 1892, o manuscrito de Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo De Situ Orbis*, numa edição preparada por Rafael Eduardo de Azevedo Basto, conservador do Arquivo da Torre do Tombo⁷²⁹.

Nada de equivalente ocorreu no quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique, onde predominaram as publicações de circunstância: brochuras, folhetos, opúsculos com notícias sobre a vida do *Navegador* destinadas ao povo, os discursos e conferências, as edições de homenagem e os números especiais dos jornais e das revistas. O júri do concurso, realizado pela comissão do centenário para galardoar uma memória histórica sobre o Infante D. Henrique, atribuiu o primeiro prémio a um texto de nula valia histórica, que preenchia o requisito de centrar-se sobre a vida do homenageado e de dirigir-se ao grande público⁷³⁰: a obra romaneada de Alfredo Alves que foi rapidamente esquecida. Teve mais sucesso o segundo premiado, o jovem Fortunato de Almeida, com um trabalho que era mais uma história geral dos descobrimentos do que uma biografia de D. Henrique⁷³¹. Merecem destaque o estudo de Sousa Viterbo sobre os *Trabalhos Náuticos dos Portuguezes nos Séculos*

⁷²⁸ “Diogo Cão”, “Diogo de Azambuja” e “De como e quando foi feito conde Vasco da Gama” in Luciano Cordeiro, *Questões Histórico-Coloniais*, vol. II, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1935

⁷²⁹ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo De Situ Orbis*, Reprodução anastática da edição crítica anotada por Augusto Epifânio da Silva Dias, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1905, p. 6

⁷³⁰ Alfredo Alves, *Dom Henrique, O Infante - Memoria historica*, Porto, Typ. do “Commercio do Porto, 1894

⁷³¹ Fortunato de Almeida, *O Infante de Sagres*, Porto, Livraria Portuense de Lopes & C^a, Sucessores de Clavel & C^a, 1894

XVI e XVII, editado pela Imprensa da Universidade de Coimbra, e os artigos de Brito Rebelo, publicados na revista *O Instituto* e em *O Occidente*⁷³².

O programa de edições da comissão do quinto centenário da morte de D. Henrique foi notável. Os *Portugaliae Monumenta Cartographica* (1959-60), preparados por Armando Cortesão e pelo comandante Teixeira da Mota, são uma obra de grande valor. Os *Monumenta Henricina* (1960-65), especialmente devidos ao labor paciente do padre Dias Dinis, colocou à disposição dos estudiosos um acervo documental importante. A “Colecção Henriquina” reuniu um conjunto de sínteses historiográficas de qualidade desigual, onde se destacam a *História dos Descobrimentos Portugueses*, de Damião Peres, e *A Vida e Obra do Infante D. Henrique*, de Vitorino Nemésio⁷³³. A *Bibliografia Henriquina* compilou as mais variadas publicações subordinadas a esta temática, sem qualquer critério selectivo ou de organização da obra. Finalmente, a *Iconografia Henriquina*, de Luís Reis Santos, analisou o problema da efígie verdadeira daquela figura histórica.

A bibliografia inserta no último volume da obra sobre as comemorações dá conta da enorme quantidade de textos publicados por altura do centenário. Regista, no total, 1509 entradas de artigos de jornais e revistas, de brochuras e obras de envergadura muito distinta. A maior parte é constituída por artigos da imprensa de carácter marcadamente ideológico. A comissão executiva publicou, além das

⁷³² J. I. de Brito Rebelo, “Alguns traços da vida do Infante D. Henrique” in *O Instituto*, vol. XLI, Julho de 1893 a Dezembro de 1894, Coimbra, 1894; *Idem*, “Villa do Infante” in *O Occidente*, vol. XVII, Lisboa, 1894

⁷³³ As obras da “Colecção Henriquina”: Visconde de Santarém, *Prioridade dos descobrimentos portugueses* (reedição, 1958); P^{re} António Brásio, *A acção missionária no período henriquino*; Quirino da Fonseca, *Os navios do Infante D. Henrique* (reedição, 1958); Fontoura da Costa, *A ciência náutica dos portugueses na época dos descobrimentos* (reedição, 1958); Damião Peres, *História dos descobrimentos portugueses* (1959); Vitorino Nemésio, *Vida e Obra do Infante D. Henrique* (1959); Costa Brochado, *Descobrimento do Atlântico* (1959); Costa Brochado, *Historiôgrafos dos descobrimentos* (1960); Jaime Cortesão, *A política de sigilo nos descobrimentos* (1960); Armando Cortesão, *A cartografia portuguesa* (1960); Artur Moreira de Sá, *O Infante D. Henrique e a Universidade* (1960); Amaro D. Guerreiro, *Panorama económico dos descobrimentos henriquinos* (1961)

anteriores, duas obras nucleares para o entendimento da orientação político-ideológica que se quis imprimir às comemorações: *A Cruzada do Infante D. Henrique*, de Joaquim Bensaúde, foi reeditada e, significativamente, apareceu como a primeira edição comemorativa do centenário⁷³⁴ e *O Luso e o Trópico*, de Gilberto Freyre, com um prefácio de José Caeiro da Mata, foi publicado em várias línguas e teve uma ampla divulgação. Além das publicações oficiais, aqueles anos foram férteis em edições sobre a história dos descobrimentos e, em particular, sobre a acção do Infante. Podemos referir *A Introdução à História dos Descobrimentos*, de Luís de Albuquerque, os trabalhos do padre António Joaquim Dias Dinis, nomeadamente o primeiro volume dos *Estudos Henriquinos* (1960), *A economia dos descobrimentos henriquinos* (1962), de Vitorino Magalhães Godinho, um estudo encomendado para constar da “Coleção Henriquina” que foi vítima da censura ideológica do regime, e a edição da obra fundamental de Duarte Leite que se encontrava dispersa (1º vol., 1959; 2º vol., 1962). Também surgiram várias biografias do Infante D. Henrique ou reedições de outras anteriores, sobretudo daquelas que tinham fins de divulgação⁷³⁵. No campo do teatro, refira-se a quarta edição do drama épico escrito por Jaime Cortesão, sob o título *O Infante de Sagres* (1ª ed., 1916)⁷³⁶.

O “centenário da Índia”, em 1898, também deu azo a um número considerável de publicações sobre temáticas muito diversas e de qualidade variável. Num apanhado muito incompleto, que já não teve tempo para terminar, Luciano Cordeiro

⁷³⁴ *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. IV, Lisboa, 1963, p. 402

⁷³⁵ Carlos Selvagem, *Infante Dom Anrique, Cavaleiro de Cristo*, Lisboa, 1960; A.A.V.V., *Infante D. Henrique*, dir. artística de Frederico Marjay, Lisboa, 1960 (Edição subsidiada pela Comissão Executiva que reuniu a colaboração de Costa Brochado, Vitorino Nemésio, P^e Maurício S.J., Joaquim Bensaúde, Damião Peres, Teixeira da Mota e Frederico Marjay, com um prefácio do ministro da Marinha, almirante Fernando de Quintanilha e Mendonça Dias); Francisco Fernandes Lopes, *A figura e a obra do infante D. Henrique*, Lisboa, Portugália Editora, 1960; Peter E. Russel, *Prince Henry, The Navigator*, London, 1960; J. Estevão Pinto, *Infante D. Henrique*, Lisboa, Comp^a Nacional Editora, 1960 (1ª ed., 1947 - nº 7 da colecção “Grandes Portugueses”, do Secretariado Nacional de Informação. Em 1960, teve duas reedições - 65000 exs.)

⁷³⁶ Jaime Cortesão, *O Infante de Sagres*, Drama épico em IV actos, com música de Óscar Silva e desenhos de Manuel Lapa, Lisboa, 1960

registou 122 publicações, onde se incluem “poemetos”, dramas, romances históricos, discursos e conferências, ensaios e sínteses sobre a época, o Vasco da Gama e a viagem emblemática dos descobrimentos portugueses⁷³⁷. O gosto romântico pelos dramas históricos suscitou a realização de um concurso, promovido pela comissão executiva do centenário, ao qual concorreram onze peças. O júri, constituído por António Enes, Ramalho Ortigão, conde de Ficalho, Fernandes Costa e Luciano Cordeiro, atribuiu os seguintes prémios:

-1º José de Sousa Monteiro, *O Auto dos Esquecidos*, dedicado a todos os personagens anónimos, ignorados que participaram na viagem de Vasco da Gama e morreram sem voltar a ver a pátria. Num tom lamuriento, desenrola-se a partida e a chegada à Índia do marinheiro Fernando, luz dos olhos duma jovem apaixonada e duma avó, sem nada que o recomende além de ter ido na viagem e morrido a bordo da nau S. Rafael, em Calecute. O terceiro acto explora o sentimentalismo, com as figuras femininas a chorarem o falecido depois de receberem a triste notícia. A trama, o conteúdo e o estilo da obra não a abonam para um prémio. Apesar disso, o autor recebeu grandes encómios na imprensa⁷³⁸.

- 2º Marcelino Mesquita, *O sonho da Índia*, passa-se entre o reinado de D. João II e D. Manuel e narra, em três actos e nove quadros, as viagens e as expectativas em relação à abertura do caminho marítimo para o Oriente, finalmente concretizada por Vasco da Gama. Termina com a representação dum trecho do *Auto da Fama*, de Gil Vicente, num serão da corte. Não há acção nem verdadeira trama, mas uma sucessão de monólogos das personagens, por vezes extensos e bastante monótonos. O Almirante da Índia é retratado como um herói que não hesitou, num lance de audácia, em prender os mestres e pilotos que não queriam prosseguir a viagem e em atirar

⁷³⁷ Luciano Cordeiro, “Bibliographia do Centenario da India” in *Boletim da Sociedade de Geographia*, 18ª serie, nº 12, Dezembro de 1900, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902, pp. 693-724

⁷³⁸ Cf. artigo de Maria Amália Vaz de Carvalho in *Correio da Noite*, 12 de Maio de 1898

todos os instrumentos náuticos ao mar. Depois desse acto de coragem e ousadia, continuaram a aventura entregues à graça divina.

- 3º Artur Lobo d'Ávila, *A descoberta da Índia ou o reinado de D. Manuel*, é uma peça muito extensa, composta por cinco actos e catorze quadros, além do inevitável prólogo, que as anteriores também possuíam. Parte do testamento de D. João II, passa pela primeira viagem de Vasco da Gama e pela acção de Afonso de Albuquerque e redime D. Manuel I das acusações de injustiça em relação a estes seus servidores. Os intriguistas da corte são apresentados como os verdadeiros responsáveis pelas decisões régias que desfavoreceram o conde da Vidigueira e o governador da Índia. As insuficiências das outras duas peças avolumam-se nesta na razão directa da sua dimensão e do pretensiosismo das longas narrativas históricas em que os personagens se espraíam.

Estas peças foram publicadas e são representativas de um estilo que teve bastantes cultores no século passado. Henrique Lopes de Mendonça destacou-se entre aqueles e chegou a ser convidado pela comissão do centenário para escrever um drama, mas não houve o acordo necessário para o efeito⁷³⁹. Deste modo, o drama em verso sobre *Afonso de Albuquerque*, que então escreveu, foi publicado por sua iniciativa. A par dos dramas, os poemas eram outra das formas privilegiadas pelos literatos para celebrar o passado. Exemplo desse género literário é o *Hymno do Centenario da India* da autoria de Fernandes Costa e o “poemeto” de José Bénoliel, com prelúdios de Xavier da Cunha, sobre *Vasco da Gama*, publicado com a chancela do “Quarto Centenario do Descobrimento da India”. Um leque variado do estilo encontra-se na *Homenagem aos Herois da India* que reuniu os versos recitados na *matinée* artística-literária, realizada no teatro D. Maria II. Teófilo Braga também

⁷³⁹ *Annaes da Comissão Central Executiva*, VI e VII, Quarto centenário da Descoberta da India, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, p. 32-33, 40 e 27

publicou, na ocasião, um poema sobre *O Velho do Restelo*, com o subtítulo de “Rapsodias da epopeia portuguesa”.

A Imprensa Nacional encarregou-se da edição dos trabalhos que a comissão nacional, nos termos do plano científico das celebrações, seleccionava para serem publicados. Ficou, expressamente, determinado que os “trabalhos de controversia e propaganda doutrinaria, religiosa e politica” não seriam admitidos⁷⁴⁰. Os autores recebiam 100 exemplares da obra impressa e a primeira edição, com uma tiragem de um milhar, era propriedade do Estado, revertendo a receita para o “fundo do centenário”. Os estudos históricos e as edições de fontes destacaram-se entre as diversas publicações, nomeadamente a terceira edição revista e aumentada do trabalho de Teixeira de Aragão sobre *Vasco da Gama e a Vidigueira*, os vários pequenos estudos feitos por Luciano Cordeiro e, sobretudo, o notável conjunto de fontes publicadas por Esteves Pereira, David Lopes e Gabriel Pereira⁷⁴¹. Mas nesta colecção saíram ainda textos doutro tipo, como seja o primeiro volume das *Religiões da Lusitânia*, de J. Leite de Vasconcelos, ou um ensaio do escritor Wenceslau de Moraes sobre o Japão - *Dai Nippon*.

Sem a chancela oficial, mas não menos importante, podemos referir *As viagens de Pedro da Covilhan*, pelo conde de Ficalho, a biografia de Vasco da Gama, de Brito Rebelo, publicada nas páginas da revista *O Occidente*, o ensaio biográfico e os documentos inéditos sobre Damião de Góis, editados por Joaquim de Vasconcelos,

⁷⁴⁰ *Idem*, IV, p. 41

⁷⁴¹ Miguel Castanhoso, *Dos feitos de D. Christovão da Gama em Ethiopia*, Tratado composto por..., publicado por F. M. Esteves Pereira, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898; *Chronica dos Reis de Bisnaga*, Manuscrito inedito do seculo XVI, publicado por David Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897; *Historia dos martyres de Nagran: versão ehiopica*, publicada por F. M. Esteves Pereira, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899; *Roteiros Portuguezes da Viagem de Lisboa à India nos seculos XVI e XVII*, publicados por Gabriel Pereira, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898; *Textos de Aljamia Portuguesa: documentos para a historia do dominio português em Safim extrahidos dos originaes da Torre do Tombo*, publicados por David Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897; *Vida do Abba Daniel do Mosteiro de Sceté*, publicada por Lazarus Goldschmidt e F. M. Esteves Pereira, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897; Zinadim, *Historia dos Portugueses no Malabar*. Manuscrito arabe dos seculo XVI, publicado e traduzido por David Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898

e a resenha histórica e documental sobre as *Viagens da Índia a Portugal por terra e vice-versa*, da responsabilidade de Sousa Viterbo⁷⁴². Este centenário foi bastante representativo em termos editoriais, pela quantidade e diversidade das publicações. Fizeram-se múltiplas edições de cariz literário e os indispensáveis albuns comemorativos, mas não faltaram as publicações do âmbito da história.

Muito aquém deste ficou o quarto centenário da morte de Vasco da Gama no aspecto editorial. A publicação oficial para apresentar o herói foi um opúsculo de Henrique Lopes de Mendonça sobre a vida de Vasco da Gama, traduzido em várias línguas e amplamente divulgado⁷⁴³. A Imprensa Nacional de Lisboa editou o catálogo sistemático da exposição bibliográfica comemorativa do centenário, realizada na sala da sua biblioteca, de 27 de Janeiro a 2 de Fevereiro. A mostra integrou também cartas geográficas, estampas e uma secção de numismática. Ernesto Donato fez a listagem das obras sobre Vasco da Gama existentes na Biblioteca da Universidade de Coimbra⁷⁴⁴. Algumas revistas elaboraram números especiais ou inseriram artigos sobre temática gâmica, como a *Gazeta das Colónias* e *O Instituto*, de Coimbra. Na primeira colaboraram, entre outros, António Sérgio, Jaime Cortesão e Fidelino de Figueiredo. O presidente da Sociedade de Geografia, Almeida d'Eça publicou, no respectivo *Boletim*, o texto da sua conferência na sessão de homenagem⁷⁴⁵. Luciano Pereira da Silva deu à estampa um trabalho sobre *O "roteiro" da primeira viagem do*

⁷⁴² Conde de Ficalho, *Viagens de Pedro da Covilhan*, Lisboa, Livraria Antonio Maria Pereira, 1898 (Reprodução em fac-símile em 1988 pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda); Brito Rebelo, "Vasco da Gama" in *O Occidente*, 21.º Anno, XXI vol., Nº 697 e sgs., Lisboa, 1898; Joaquim de Vasconcelos, *Damião de Goes*, No Quarto Centenario da India Portuguesa, Porto, 1897; Sousa Viterbo, *Viagens da Índia a Portugal por terra e vice-versa: resenha historica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1898

⁷⁴³ Henrique Lopes de Mendonça, *Vasco da Gama*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1924. No ano seguinte, foi publicado *Vasco da Gama na História Universal* (Lisboa, Sociedade de Geografia, 1925)

⁷⁴⁴ Ernesto Donato, "Vasco da Gama na Biblioteca da Universidade de Coimbra" in *Biblos*, 1925, pp. 58-62

⁷⁴⁵ Vicente Almeida d'Eça, "Vasco da Gama, Embaixador" in *Boletim da Sociedade de Geografia*, 44ª serie, Nº 7-9, Julho-Setembro de 1926, pp. 106-116

Gama e a suposta conjuração que se evidencia no contexto historiográfico globalmente pobre do centenário.

Outros centenários que também não se destacaram em termos editoriais foram o do descobrimento do Brasil (1900), da Madeira (1922) e dos Açores (1932). No primeiro, temos notícia de referências à efeméride na imprensa. A revista ilustrada *Brasil-Portugal* publicou um número comemorativo notável, com mais de cem páginas e colaboradores de nomeada⁷⁴⁶, e outras inseriram artigos sobre o centenário. Fizeram-se algumas edições populares e de divulgação, como a narrativa de um marinheiro sobre o descobrimento do Brasil, fundada no relato de Pêro Vaz de Caminha, profusamente ilustrada, e publicada pela empresa do *Occidente*⁷⁴⁷. Faustino da Fonseca, a propósito da viagem de Pedro Álvares Cabral, apresentou uma sintética visão geral dos descobrimentos portugueses, ilustrada por Roque Gameiro⁷⁴⁸. Alberto Pimentel reeditou a novela sobre *O descobrimento do Brasil* (1ª ed., 1895), inspirada pela carta de Caminha e “essa espontanea e sugestiva sympathia do primeiro momento” que germinou como uma “semente de confraternidade, sem que as tempestades que depois se levantaram a pudessem destruir e inutilizar”⁷⁴⁹. Em vésperas do centenário, Henrique Lopes de Mendonça tinha publicado o romance ilustrado sobre os primeiros contactos entre os portugueses e os indígenas brasileiros, intitulado *Terra de Santa Cruz* (1899).

Quanto ao centenário do descobrimento da Madeira, há a registar a edição do *Elucidário Madeirense*, um repositório de assuntos variados, apresentados por ordem alfabética em dois volumes, e a publicação comemorativa, editada pela “Comissão de

⁷⁴⁶ *Brasil-Portugal*, Revista Quinzenal Ilustrada, Nº Extraordinário, IV Centenário do Descobrimento do Brasil, Lisboa, Typ. Comp.^a Nacional Editora, [1900]. Colaboração de Henrique Lopes de Mendonça, Júlio Mardel, Teófilo Braga, Cândido Figueiredo, Bento Carqueja, Adolpho Coelho, Alberto Pimentel, Carlos Malheiro Dias, entre outros.

⁷⁴⁷ *O Descobrimento do Brasil. Narrativa de um marinheiro*. Edição comemorativa do 4º centenário do Descobrimento do Brasil, Lisboa, Occidente, 1900

⁷⁴⁸ Faustino da Fonseca, *A descoberta do Brasil*, Lisboa, Bibliotheca Illustrada “O Século”, 1900

⁷⁴⁹ Alberto Pimentel, *O descobrimento do Brasil*, 2ª ed., Lisboa, 1900, p. VIII do prólogo

Propaganda e Publicidade do Centenário”. Já no caso dos Açores fizeram-se números especiais de alguns periódicos com larga referência ao arquipélago, sobretudo com o objectivo de divulgar a sua situação no continente. A Sociedade de Geografia publicou o parecer da “Secção de História” sobre o problema do descobrimento daquelas ilhas, do qual foi relator João de Freitas Ribeiro. Em torno da polémica historiográfica sobre o descobrimento dos Açores refiram-se ainda os artigos de Gago Coutinho e de António Ferreira de Serpa⁷⁵⁰. Vários autores locais publicaram trabalhos diversos no âmbito das comemorações, nomeadamente o marquês de Jácome Correia, Teotónio Paim de Bruges, Armando Narciso e Gervásio Lima⁷⁵¹. Manuel Monteiro Velho Arruda editou a *Colecção de Documentos relativos ao Descobrimento e Povoamento dos Açores*, precedida de um ensaio crítico.

O centenário de Fernão de Magalhães, em 1921, proporcionou a reedição da biografia feita por J. M. Latino Coelho e artigos com interesse do ponto vista historiográfico de autores diversos, publicados pela revista do Instituto de Coimbra. Vicente de Almeida d’Eça e António Ferrão deram à estampa as respectivas conferências⁷⁵² e, no ano seguinte, Quirino da Fonseca publicou um trabalho sobre *A arquitectura naval da época de Fernão de Magalhães*. Contudo, a produção nacional

⁷⁵⁰ Gago Coutinho, “A Descoberta dos Açores” in *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, nova série, vol.II, 1930; *Idem*, “Significação náutica do centenário da descoberta dos Açores” in *Seara Nova*, nº 287, 1932, pp. 359-363; António Ferreira de Serpa, “Frei Gonçalo Velho e o Fantástico Quinto Centenário dos Açores em 1932” in *Portucale*, nº 11, Porto, pp. 335-344; *Idem*, *O Descobrimento do Arquipélago do arquipélago dos Açores*, Porto, Civilização, 1925

⁷⁵¹ Marquês de Jácome Correia, *No V centenário do descobrimento dos Açores*, S. Miguel-Açores, 1932; Theotónio Paim de Bruges, *Os descobrimentos e os Açores. Importância nacional do arquipélago*, Angra, 1932; Armando Narciso, *Terra Açoreana. Monografia Romântica*, Lisboa, 1932; Gervásio Lima, *A Patria Açoreana*, Angra do Heroísmo, 1928 [O autor dedicou o livro “aos heroes anónimos, precursores das grandes viagens, martires obscuros e ignorados, operarios que traçaram na virgindade das aguas os rumos seguros que conduziram á grande odisseia das descobertas gloriosas”]; *Idem*, *Frei Gonçalo Velho. O centenário dos Açores*. Angra do Heroísmo, 1926; *Idem*, *Terceira: a ilha de Jesus*, Angra do Heroísmo, 1932

⁷⁵² Vicente de Almeida d’Eça, “O feito de Fernão de Magalhães” in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 1921, pp. 129-140; António Ferrão, *Fernão de Magalhães e a Viagem de Circum-Navegação*, Cernache do Bonjardim, 1921

foi muito incipiente quando comparado com as edições que, em língua castelhana, homenagearam a memória do navegador português.

Pelo contrário, o centenário da conquista de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque foi bem sucedido no campo das publicações. Uma comissão da Academia das Ciências, presidida por Henrique Lopes de Mendonça, desenvolveu um importante trabalho para colmatar as deficiências existentes, sobretudo ao nível da edição das fontes para a história do domínio português em Marrocos. O relatório apresentado por António Baião deu conta desse esforço que se traduziu em uma dezena de publicações, feitas sob a responsabilidade de eruditos académicos⁷⁵³. A título de exemplo refiram-se os *Anais de Arzila*, editados sob a direcção de David Lopes, os *Documentos das Chancelarias Reaes anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, publicados por Pedro de Azevedo, a *Chronica da tomada de Ceuta* composta por Zurara, dada à estampa por F. M. Esteves Pereira, e os *Documentos do Corpo Chronologico relativos a Marrocos*, impressos sob a orientação de António Baião, secretário da referida comissão. No rescaldo do debate suscitado pelo centenário em torno das causas da conquista de Ceuta, António Sérgio publicou o ensaio sobre o tema que teve uma importância decisiva na reflexão historiográfica posterior⁷⁵⁴. Sobre Afonso de Albuquerque estava em curso a publicação das cartas, seguidas de documentos que as elucidavam, inicialmente sob a responsabilidade de Bulhão Pato e, em seguida, de Henrique Lopes de Mendonça⁷⁵⁵. Preparou-se, ainda, a quarta edição dos *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque* (1923), sob a direcção de António Baião. O mesmo historiador publicou uma memória sobre o

⁷⁵³ *Centenário de Ceuta e de Afonso de Albuquerque*, Lisboa, Academia das Ciencias de Lisboa, 1916, pp. 11-21

⁷⁵⁴ António Sérgio, “A Conquista de Ceuta” in *Ensaio*, vol. I, 3ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1980, pp. 253-273 (1ª ed., 1920)

⁷⁵⁵ *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidem*, ed. por R. A. de Bulhão Pato e H. Lopes de Mendonça, Lisboa, 7 vols., 1884-1915

governador da Índia, integrada no conjunto editado por ordem da Academia das Ciências para comemorar a efeméride⁷⁵⁶.

O Duplo Centenário, em 1940, foi o pretexto para um conjunto realmente impressionante de publicações. A bibliografia, elaborada por Eduardo Brazão, procura apresentar um quadro sintético das principais edições, integradas na programação de várias entidades públicas⁷⁵⁷. A Academia Portuguesa de História destacou-se, no panorama geral, com um vasto programa de edições de fontes e historiográficas que englobou mais de quatro dezenas de títulos. Neste conjunto, a temática da Restauração mereceu um destaque especial, mas não foi exclusiva. Saliente-se, por exemplo, as *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, editadas e prefaciadas pelo académico P. M. Laranjo Coelho, e a publicação do manuscrito de Valentim Fernandes, por António Baião. A Academia das Ciências de Lisboa publicou o *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*, dirigido pelo professor Rebelo Gonçalves, e imprimiu vinte e quatro folhas do seu *Dicionário Etimológico e Histórico da Língua Portuguesa*, que nunca chegara a ser concluído. Tinha ainda outros projectos para o ano seguinte, como a *Gramática Portuguesa*, uma bibliografia geral e primeiro tomo da edição crítica das obras de Pedro Nunes. A Academia Nacional de Belas Artes publicou o catálogo da exposição sobre *Os primitivos portugueses (1450-1550)*, com uma introdução de Reinaldo dos Santos.

A Agência Geral das Colónias apresentou um extenso programa de edições, distribuídas por várias etapas: o “ciclo das navegações e descobrimentos” com dezasseis títulos, onde se destacavam vários estudos e fontes editadas pelo comandante Fontoura da Costa; o “ciclo da Restauração” com onze títulos, em que

⁷⁵⁶ António Baião, *Alguns descendentes de Afonso de Albuquerque e do seu filho à luz de documentos inéditos: questão da sepultura do governador da Índia: memória*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915

sobressaem a edição da *História Geral das Guerras Angolanas*, de António Oliveira Cadornega, a antologia dos textos do padre António Vieira, com selecção, ordenação, prefácio e notas de Hernâni Cidade, e os estudos militares sobre as guerras da Restauração do vice-almirante A. Botelho de Sousa; o “ciclo da ocupação”, sobre a era colonial, só com três títulos, onde se incluíram os cinco álbuns sobre a viagem presidencial recente às colónias africanas; o “ciclo da propagação da fé” com quatro títulos, salientando-se o esboço histórico do padre António da Silva Rêgo sobre *O Padroado Português do Oriente*⁷⁵⁷. Por fim, incluíam-se ainda seis títulos, agrupados em “Vária”, que contemplavam obras tão diversas como a *Mensagem* de Fernando Pessoa, o romance histórico de Gustavo Barroso, *A Senhora de Pangim*, ou os *Comentários do grande capitão Rui Freire de Andrada*, com prefácio e notas de Gervásio Leite.

O Secretariado de Propaganda Nacional também publicou várias obras no âmbito dos Centenários, subordinadas a objectivos de divulgação turística e política: um álbum folclórico e etnográfico, *Vida e Arte do Povo Português*, outro sobre *Paisagens e Monumentos de Portugal*, um itinerário histórico do país, feito por Virgínia de Castro e Almeida, editado em francês, e o catálogo do pavilhão sobre as realizações do Estado Novo, *Portugal - 1940*. Em conjunto com a Agência Geral das Colónias, ainda editou uma obra colectiva sobre *A Restauração e o Império Colonial Português*, onde colaboraram Manuel Múrias, Damião Peres, o general Ferreira Martins e Gastão de Melo de Matos, entre outros autores.

A Sociedade de Geografia, o Instituto de Coimbra, a Biblioteca Nacional de Lisboa, a Assembleia Nacional e diversos organismos culturais, com sede em Portugal, publicaram obras integradas no ciclo comemorativo. Os autores e editores também deram à estampa muitos trabalhos avulsos, sobre temas variados, dedicados

⁷⁵⁷ Eduardo Brazão, “Bibliografia das Comemorações Centenárias” in *Revista dos Centenários*, Fasc. 24, Dezembro de 1940, pp. 44-56

⁷⁵⁸ *Boletim Geral das Colónias*; Ano XVII, nº 189, Março de 1941, pp. 4-7

aos Centenários⁷⁵⁹. No terreno da dramaturgia, que tinha tido uma importância considerável em períodos anteriores, podemos mencionar uma alegoria dramática em verso sobre D. Afonso Henriques, em um acto e três quadros, escrita por Gustavo de Matos Sequeira para ser representada no castelo de S. Jorge, em Lisboa, na noite de 9 de Julho de 1940.

A secção da propaganda, dirigida por António Ferro, publicou a *Revista dos Centenários*, em 24 fascículos, nos anos de 1939 e 1940. A publicação constitui um repositório da legislação e dos principais acontecimentos das comemorações, além de reunir um conjunto significativo de artigos de divulgação sobre história e património, nomeadamente os textos do capitão Jorge Larcher sobre os castelos de Portugal. Mas outras publicações periódicas fizeram números comemorativos especiais e inseriram nas suas páginas textos, especificamente, relacionados com os Centenários, como a *Brotéria* e a *Revista de Guimarães*. A grande mobilização nacional repercutiu-se, naturalmente, na actividade dos prelos e dos órgãos de comunicação da época.

Em Outubro de 1947, o número especial do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* podia anunciar um leque razoável de publicações já editadas ou no prelo, integradas nas respectivas comemorações⁷⁶⁰. No ano anterior, tinha sido criado o Centro Cultural da Guiné e iniciou-se a edição regular do *Boletim* e do *Anuário da Guiné Portuguesa*, além doutras publicações de carácter estatístico com interesse para a colónia. O governo local já tinha editado sete obras sobre temas jurídicos, históricos e etnográficos, nomeadamente trabalhos de António Carreira sobre os mandingas e os manjacas e um de A. J. Santos Lima sobre os bijagós. No prelo, estavam mais três obras: os *Fulas de Gabú*, de Mendes Moreira, um trabalho de vários autores sobre a

⁷⁵⁹ Cf. Eduardo Brazão, artigo citado, e o catálogo feito por Carlos Alberto Galvão Simões. Podemos referir de Jaime Cortesão, *A Teoria Geral dos Descobrimentos*, que tinha sido apresentada no Congresso do Mundo Português, de Carl Erdman, *A Ideia de Cruzada em Portugal*, de A. Amorim Girão, *Atlas de Portugal*, entre muitas outras.

⁷⁶⁰ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, N° especial Comemorativo do V Centenário da Descoberta da Guiné, Outubro de 1947, pp. 501-502

habitação indígena na Guiné Portuguesa e uma gramática de língua fula, de Correia Lopes e António Carreira. A Junta de Investigações Coloniais tinha publicado um volume com estudos referentes à Guiné. Luís Silveira deu à estampa o *Tratado Breve dos Rios da Guiné*, de André de Almada, e a *Peregrinação de André Faro à Terra dos Gentios*.

A Sociedade de Geografia, além das actas do congresso, publicou um opúsculo de Fernando Rogado Quintino, *Eis a Guiné! - Breve notícia da sua terra e da sua gente*, para ser distribuído pelas escolas no âmbito da Semana das Colónias daquele ano. Nele traçou um quadro geral muito sucinto sobre a história, a geografia, as actividades económicas, a organização político-administrativa e as comunicações, mas o relato que fez da viagem de Nuno Tristão pecou por não estar conforme com os elementos fornecidos pelas fontes históricas⁷⁶¹. Entre outras publicações com propósitos comemorativos, importa ainda referir *O V Centenário do Descobrimento da Guiné Portuguesa à luz da crítica histórica*, do padre A. J. Dias Dinis, que ganhou o primeiro prémio do concurso promovido pela comissão executiva, por intermédio da Agência Geral das Colónias⁷⁶². Apesar disso, as teses que defendeu estavam longe de reunir o consenso dos historiadores e, inclusive, de todos os membros do júri⁷⁶³. Muitos artigos sobre o centenário e a Guiné foram publicados pela imprensa e por revistas, nomeadamente pelas publicações das Forças Armadas e dos organismos oficiais voltados para a propaganda colonial. Mas nenhum dos artigos apresentados a concurso foi premiado por não ter, na opinião dos jurados, suficiente valor⁷⁶⁴. Por último, em 1947 a Agência Geral das Colónias publicou os discursos e alocuções do

⁷⁶¹ *Idem*, vol. I, Nº 3, Julho de 1946, p. 629. A crítica foi feita por Avelino Teixeira da Mota, redactor da publicação.

⁷⁶² *Idem*, Nº 5, Janeiro de 1947, p. 251

⁷⁶³ No trabalho que, então, publicou nas páginas do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Avelino Teixeira da Mota chegou a conclusões diversas das apresentadas por A. J. Dias Dinis e mais conformes com as de Duarte Leite, Damião Peres e Vitorino Magalhães Godinho.

⁷⁶⁴ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Nº 5, Janeiro de 1947, p. 251

subsecretário de Estado das Colónias, engenheiro Rui de Sá Carneiro, na sua visita à colónia integrada no programa das comemorações⁷⁶⁵.

O saldo dos centenários, realizados em 1948, para celebrar a Restauração de Angola e o nascimento de António Enes foi insignificante em termos editoriais: artigos na imprensa e algumas edições especiais de jornais de Luanda e de Lourenço Marques, a propósito das respectivas celebrações. Na capital, saiu um número especial do diário *O Século* dedicado ao Império, com o objectivo de comemorar as duas efemérides. O Museu de Angola publicou o catálogo da exposição que realizou no âmbito das celebrações. Temos notícia de uma *Revista Comemorativa do Tricentenário da Restauração de Angola* que se refere às comemorações do concelho do Lobito, em Angola. A Agência Geral das Colónias editou um trabalho do padre António da Silva Rego sobre os sete anos do domínio holandês em Angola, em que os portugueses mantiveram Muxima, Massangano, Cambambe e Ambaca⁷⁶⁶. Mas não encontramos qualquer referência a estudos sobre António Enes publicados no ano do centenário do nascimento. Dois anos antes tinha-se comemorado o cinquentenário do seu governo e a Academia das Ciências publicara os discursos proferidos na altura⁷⁶⁷. A Agência Geral das Colónias dera à estampa a terceira edição do relatório, apresentado ao governo pelo Comissário Régio de Moçambique, e F. A. Oliveira Martins um estudo biográfico⁷⁶⁸.

Pelo contrário, o centenário do nascimento de Mouzinho de Albuquerque aumentou a respectiva bibliografia, já extensa, com novos títulos⁷⁶⁹. O destaque cabe,

⁷⁶⁵ Engº Rui de Sá Carneiro, Subsecretário de Estado das Colónias, *Comemoração do Centenário da Guiné. Discursos e Alocuções*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1947

⁷⁶⁶ A. da Silva Rego, *A Dupla Restauração de Angola, 1641-1648*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1948

⁷⁶⁷ António Enes, Academia das Ciências de Lisboa. Sessão Solene no cinquentenário do seu governo colonial 14 de Novembro de 1946, Lisboa, 1947

⁷⁶⁸ António Enes, *Moçambique: relatório apresentado ao governo*, 3ª ed., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946; F. A. Oliveira Martins, *António Enes: estudo biográfico*, Lisboa, 1946

⁷⁶⁹ Jorge Seabra, "O Império e as Memórias do Estado Novo. Os heróis de Chaimite" in *Revista de História das Ideias*, vol. 17, 1995, p. 55

naturalmente, ao *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque* que reuniu uma selecção de textos em homenagem ao herói de Chaimite. O tom geral é apologético e, sem acrescentar nada de realmente novo, contribuiu para engrandecer o mito. Saliente-se o texto de Artur Águedo de Oliveira, *Joaquim Mouzinho - o “homem grande” de Moçambique*, os depoimentos e evocações de onze personalidades - desde o “grande amigo” do oficial de Cavalaria, o conde de Arnoso, a Marcello Caetano, num discurso feito em 1940 para os jovens da Mocidade Portuguesa - e, por fim, os apontamentos biográficos.

A *Revista de Cavalaria* enalteceu a memória do oficial mais célebre desta arma numa edição especial⁷⁷⁰. Ali se destacam títulos diversos: “Onde estava e faltou a espada de Mouzinho”, do general Júlio Botelho Moniz; “Joaquim Mouzinho de Albuquerque, o Chefe”, do general Afonso Botelho; e “A Escola de Mouzinho”, do general Buceta Martins, expressamente dirigido aos jovens oficiais de Cavalaria, para “lerem e meditem”. O próprio presidente da comissão nacional do centenário, general Carvalho Viegas, colaborou nesta publicação, onde ainda há reflexões sobre as campanhas militares de Moçambique, a acção política e administrativa, as cartas e outros escritos de Mouzinho.

Entre outros trabalhos, podemos mencionar as curtas biografias elaboradas por Luís F. de Oliveira e Castro e pelo coronel José Lúcio Nunes⁷⁷¹. Filipe G. de Almeida d’Eça, secretário geral da comissão nacional, publicou uma bibliografia de Mouzinho, inserta no *Livro do Centenário*. Caetano Montez prefaciou e anotou uma compilação de documentos do Arquivo Histórico de Moçambique, relativos ao

⁷⁷⁰ *Revista de Cavalaria*, Centenário de Mouzinho de Albuquerque 1855-1955, 16º ano, nº 5-6, Outubro a Dezembro de 1955

⁷⁷¹ Luís F. de Oliveira e Castro, *Mouzinho- A sua vida e a sua morte*, Separata do “Guião”, nº 47, Novembro 1955; José Lúcio de Sousa Gonçalves Nunes, *Mouzinho de Albuquerque, Herói de África* (Achegas para uma biografia completa), Lisboa, Álvaro Pinto, 1955

período em que o capitão foi governador de Lourenço Marques⁷⁷². O Museu de Angola publicou o catálogo da exposição bibliográfica e iconográfica que apresentou sobre Mouzinho no 40º aniversário da tomada de Chaimite⁷⁷³. O brigadeiro Nunes da Ponte deu à estampa o discurso proferido no encerramento da Exposição Histórico-Militar em homenagem a Mouzinho de Albuquerque no 1º centenário do seu nascimento”, em 1956⁷⁷⁴.

No rescaldo do centenário, ainda se publicaram os *Ecos do Centenário de Mouzinho*, uma colectânea de textos, editados com a chancela da comissão nacional do centenário, que reforça a imagem do “chevalier sans peur et sans reproche”⁷⁷⁵. No campo literário, António Viana editou o poema dramático *O Acto e o Destino*, que foi representado pela primeira vez no espectáculo promovido pela Mocidade Portuguesa no 1º de Dezembro de 1955, no teatro D. Maria II. Quanto aos escritos de Mouzinho de Albuquerque, importa referir as múltiplas edições da carta endereçada ao príncipe D. Luís Filipe de Bragança, a publicação das cartas dirigidas ao conde de Arnoso⁷⁷⁶ e uma antologia feita com o objectivo de servir de cartilha aos filiados da Mocidade Portuguesa⁷⁷⁷.

A breve retrospectiva sobre as publicações dos centenários mostra que esta é uma prática fundamental dos rituais comemorativos, por ser através da palavra impressa que as sociedades modernas fixam para a posteridade a história e as lendas

⁷⁷² Caetano Montês, *Mouzinho de Albuquerque, Governador de Lourenço Marques*, 26 de Setembro de 1890 a 4 de Janeiro de 1892, Compilação de documentos oficiais do Arquivo Histórico de Moçambique, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1956

⁷⁷³ *Mouzinho - Bibliografia e Iconografia*. Luanda, Imprensa Nacional de Luanda, 1955

⁷⁷⁴ Brigadeiro Nunes da Ponte, *Mouzinho de Albuquerque e a cidade do Porto*, Porto, 1957. Separta dos Documentos e Memórias para a História do Porto, vol. XXVIII

⁷⁷⁵ *Ecos do Centenário de Mouzinho*, recolhidos por Filipe Gastão de Almeida d'Eça (Secretário-Geral da Comissão Nacional), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário de Mouzinho de Albuquerque, 1958

⁷⁷⁶ Mouzinho de Albuquerque, *Cartas ao Conde de Arnoso*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário de Mouzinho de Albuquerque, 1958

⁷⁷⁷ *Pensamento e Acção de Mouzinho em Moçambique*. Antologia, Separata do “Esmeraldo”, nº 8-9, 1956. Prefácio do ex-ministro Sarmento Rodrigues

sobre o seu passado. É evidente que as edições de fontes e estudos historiográficos tiveram, globalmente, uma importância considerável, que se foi acentuando à medida que a investigação universitária se expandiu e a organização dos centenários permitiu uma maior atenção a este aspecto mais duradouro das respectivas realizações. Contudo, no cômputo geral, as publicações de divulgação histórica, os textos poéticos e dramáticos, os discursos e conferências, as evocações e homenagens de circunstância constituem a parte mais numerosa dos textos impressos que foi possível recensear. São estas publicações de ocasião que, afinal, traduzem o sentido mais geral da memória.

Além da imprensa, só nas comemorações de 40 e de 60 os registos audiovisuais tiveram algum significado. Nas primeiras não serviram para evocar o passado, mas para divulgar e conservar para a posteridade as cenas mais importantes das próprias Comemorações Centenárias, nos documentários de António Lopes Ribeiro. Nas segundas, o programa oficial contemplou documentários sobre as comemorações e um filme evocativo da vida e da obra do Infante D. Henrique. A comissão executiva encarregou J. Leitão de Barros do documentário intitulado *Portugal Comemora o V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, cujo objectivo consistia em informar o público “sobre a personalidade do Infante, sobre as relíquias arquitectónicas que possuímos da época dos descobrimentos e ainda sobre o significado da contribuição portuguesa para a formação do mundo moderno”⁷⁷⁸. O quinzenário de actualidades *Imagens de Portugal* registou os principais momentos das comemorações, em filme a cores. O filme *D. Henrique, O Navegador* foi produzido por Filipe Solms e realizado por João Mendes, com o objectivo de ser exibido em várias línguas, no auditório construído em Sagres. Não era uma produção cinematográfica para o circuito comercial, mas de carácter didáctico com a finalidade de elucidar o público que visitasse o Promontório.

⁷⁷⁸ *Comemorações da Morte de V Centenário do Infante D. Henrique*, vol. IV, Lisboa, 1963, p. 224

Ao contrário do audiovisual, as inscrições são uma forma ancestral de comemorar um acontecimento. Nos centenários manteve-se essa prática e foi relativamente comum o descerramento de lápides, a gravação dos nomes dos homenageados na toponímia urbana e os registos nos monumentos que ficaram como marcos das efemérides. As inscrições em placas tanto podem reportar-se ao passado como assinalar o momento da comemoração. De qualquer modo, elas inscrevem no presente factos e personagens que pertencem à história das comunidades e intentam, assim, torná-los perenes como a pedra que lhes serve de suporte material. São marcos da memória que estabelecem, afinal, o sentido da continuidade do tempo.

Monumentos e lembranças

A necessidade humana de tornar o tempo menos contingente e efémero materializa-se, por excelência, nos monumentos. Na origem latina, *monumentum* significa tudo aquilo que recorda alguém ou alguma coisa e tanto pode ser uma construção com carácter comemorativo, um túmulo, os testemunhos do passado (*monumenta rerum gestarum*) ou os documentos escritos (*monumenta hujus ordinis* - os decretos do Senado segundo a expressão usada por Cícero)⁷⁷⁹. Em termos etimológicos, o monumento é aquilo que serve para evocar e manter a lembrança do passado. Contudo, o sentido da palavra tendeu a especializar-se desde a Antiguidade romana em dois sentidos: uma obra comemorativa de arquitectura ou de escultura e o monumento funerário⁷⁸⁰. O que não impediu os historiadores de designar por *monumenta* as grandes compilações de documentos que servem para elucidar o conhecimento da história de um povo. Em Portugal, temos o exemplo disso nos *Portugaliae Monumenta Historica*, dirigidos por Alexandre Herculano, e nas grandes edições documentais que referimos a propósito das comemorações do século XX.

O monumento é um testemunho, um sinal intencional do passado. A sua edificação permite, simultaneamente, evocar/perpetuar e celebrar os vultos e os feitos que se querem conservar na memória. O monumento não pode ser um objecto banal, mas algo revestido de um sentido elevado, grandioso e solene. Por isso, as sociedades pedem aos seus artistas para conceberem os monumentos comemorativos e, em especial, aos arquitectos e aos escultores. As estátuas e os padrões foram os monumentos mais comuns dos programas dos centenários, apesar das dificuldades orçamentais nem sempre terem permitido a sua concretização.

⁷⁷⁹ António Gomes Ferreira, *Dicionário de Latim Português*, Porto, Porto Editora Lda., s.d., p. 726

⁷⁸⁰ Jacques Le Goff, “Documento/Monumento” in *Enciclopédia Einaudi*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 95

Entre 1880 e 1960, do conjunto dos centenários analisados só dez deram lugar a edificações com esta categoria, a saber, por ordem cronológica: o tricentenário de Camões, o centenário do nascimento do Infante D. Henrique, do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, da Madeira, da morte de Vasco da Gama, dos Açores, da Fundação e Restauração de Portugal, da Guiné, da Reconquista de Angola e, por fim, da morte do cognominado *Navegador*⁷⁸¹. Só o “centenário da Índia” fugiu à regra e ergueu um edifício como monumento permanente da celebração - o Aquário Vasco da Gama⁷⁸². Mas nem só a pedra e o bronze servem o propósito monumental: uma edição d’*Os Lusíadas* como a realizada pelo editor Emílio Biel, em 1898, foi considerada um monumento ou a obra *Portugaliae Monumenta Cartographica*. O que distingue, afinal, o monumento é o seu valor cultural e o significado simbólico que lhe é atribuído pela sociedade.

Com significado idêntico às inscrições e monumentos, distinguem-se as medalhas especialmente feitas com objectivos comemorativos. A sua origem remonta à Antiguidade e manteve-se como uma prática importante nos centenários. É uma chapa metálica, geralmente redonda, que apresenta no anverso a efígie de alguma personagem que se quer comemorar ou a perspectiva de um monumento, obra de arte, representação simbólica alusiva ao objecto da celebração, à qual se juntam inscrições em ambas as faces alusivas ao assunto e, por vezes, uma imagem e dedicatória da entidade que mandou fazer a medalha. É uma peça que não tem uma finalidade económica como a moeda. A sua principal função consiste em celebrar uma figura ou um facto, inscrevendo na memória uma imagem, um nome e uma data. Isto é, a imagem figurativa ou alegórica do que se pretende comemorar, o nome da figura ou do feito que se enaltece e as respectivas datas, a do acontecimento e da própria celebração. A maior parte dos centenários teve as suas medalhas comemorativas, por

⁷⁸¹ No capítulo sobre a iconografia das comemorações analisaremos os monumentos.

⁷⁸² *Programme Général dressé suivant l’arrêté ministériel du 2 Avril 1897 et approuvé par le gouvernement portugais*, Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1897, article 8, § unique

iniciativa da organização oficial, de entidades associadas às celebrações ou de particulares interessados no negócio⁷⁸³.

As comemorações podem ser também o pretexto para distinguir o mérito de personalidades e figuras socialmente relevantes, com a imposição de uma medalha. Nesse aspecto, recorde-se a importância que tiveram as cerimónias de atribuição de medalhas no dia 10 de Junho: primeiro para os professores, verdadeiros *heróis* da instrução pública, alargou-se depois a personalidades diversas da vida nacional e, com a eclosão das guerras coloniais, passaram a ser distinguidos os militares que se tinham destacado nas frentes africanas. As medalhas, neste caso, reconhecem o valor individual, premeiam actuações ou obras que servem os interesses do Estado e também comemoram os feitos daqueles que ganharam o direito a ser distinguidos pela sociedade.

Assim, no âmbito do centenário da Guiné foi criada, por iniciativa do governo local, uma medalha de Dedicção e Mérito para distinguir os indígenas pela sua colaboração com as autoridades coloniais⁷⁸⁴. Em 1960, o ministério da Marinha criou a medalha naval comemorativa do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique para distinguir militares ou civis, nacionais ou estrangeiros, que contribuísem de maneira destacada para as celebrações em causa⁷⁸⁵. Além disso, foi instituída a Ordem Infante D. Henrique para ser atribuída a indivíduos ou instituições, nacionais e estrangeiros, para premiar serviços de assinalável mérito, de preferência ligados a actividades ou estudos histórico-marítimos ou ao conhecimento e divulgação da expansão portuguesa no mundo (decreto-lei nº 43 001, de 2 de Junho de 1960)⁷⁸⁶. No início do ano seguinte, foi a vez do presidente da comissão nacional, José Caeiro da

⁷⁸³ Veremos com mais detalhe a questão das medalhas no capítulo sobre a iconografia das comemorações.

⁷⁸⁴ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, N° especial, Outubro 1947. Apêndice I - longa lista de guineenses condecorados no âmbito das festas do centenário e da visita ministerial.

⁷⁸⁵ *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. I, Lisboa, 1961, p. 63-64

⁷⁸⁶ *Idem*, p. 53

Mata, receber a grã-cruz da Ordem. A respectiva medalha tem no anverso a efígie do Infante D. Henrique e no reverso o seu lema a circundar uma cruz. O presidente Kubitschek de Oliveira foi o primeiro a receber o grande colar da Ordem Infante D. Henrique, no banquete de recepção com que foi agraciado no palácio da Ajuda⁷⁸⁷. O carácter político deste tipo de cerimónias, geralmente protagonizadas pelo presidente da República ou pelos membros do governo, é evidente e constituem uma forma de associar a exaltação dos valores do presente aos do passado comemorado.

Mais recente é a prática da emissão dos selos comemorativos, mas tornou-se quase obrigatória nos programas dos centenários quando se percebeu a sua utilidade como meio de financiamento e o interesse que despertava junto dos filatelistas. O uso do selo foi introduzido em Portugal com a reforma postal de 1852 e a primeira emissão comemorativa integrou-se nos festejos henriquinos, de 1894. A ideia foi apresentada pelo jornalista Eduardo Sequeira, um dos membros da comissão organizadora, que teve conhecimento do sucesso das estampilhas que tinham sido postas em circulação no âmbito das festas colombinas, nos Estados Unidos. A Câmara Municipal do Porto dirigiu uma representação ao governo e o projecto foi objecto de debate no parlamento. Acabou por obter o aval do Estado que encarregou a Casa da Moeda de concretizar a iniciativa, mas esta escusou-se da responsabilidade devido à “estreiteza de tempo e falta de pessoal e material”⁷⁸⁸. Os selos postais acabaram por ser feitos na Alemanha, sob a supervisão do director daquela instituição portuguesa. Os desenhos alusivos à vida e feitos do Infante D. Henrique foram realizados pelo pintor Veloso Salgado, obtendo-se três séries com qualidade e interesse do ponto de vista gráfico. Foi usado um carimbo postal feito expressamente para esta emissão, com o ano do nascimento do Infante D. Henrique e do centenário. Mas os resultados financeiros da operação foram considerados um “verdadeiro

⁷⁸⁷ *Idem*, vol. III, Lisboa, 1963, p. 197

⁷⁸⁸ Firmino Pereira, *op. cit.*, p. 47

desastre”, pelo facto do prazo de validade ter sido muito curto e a circulação das estampilhas insuficiente⁷⁸⁹. Acabou por sobrar um número elevado de selos postais e o saldo da operação foi negativo.

O desaire da primeira experiência não impediu que nos centenários seguintes se continuassem a fazer emissões de selos dos correios⁷⁹⁰. Contudo, não temos notícia sobre estampilhas do correio em vários centenários: descobrimento do Brasil (1900), duplo centenário de Ceuta e Albuquerque (1915), Fernão de Magalhães (1921), descobrimento da Madeira (1922) e dos Açores (1932), passagem do Cabo Bojador (1934). O centenário da independência do Brasil não deu origem a selos, mas a travessia aérea do Atlântico motivou uma emissão comemorativa, em 1923.

A emissão de bilhetes-postais também passou a ser uma prática comemorativa utilizada nalguns centenários. Parece que os primeiros foram emitidos por ocasião do cinquentenário do primeiro selo de correio de Zurique, em 1893⁷⁹¹. Logo no ano seguinte, foi posto em circulação o primeiro bilhete-postal comemorativo do quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique, no dia 4 de Março. O desenho e gravura coube ao gravador espanhol Francisco Pastor, radicado em Lisboa. Quatro anos mais tarde, saiu uma colecção de doze bilhetes-postais para comemorar o quarto centenário da viagem de Vasco da Gama, quase toda dedicada aos monumentos nacionais. Nos centenários seguintes continuou esta prática, devendo distinguir-se entre as colecções de inteiros postais, da responsabilidade dos Correios, com o respectivo valor selado incorporado, e os bilhetes-postais publicados por entidades particulares com fins comerciais ou, nalguns casos, de angariação de fundos. Se é fácil o levantamento dos primeiros, por serem feitos por uma organização pública e oficial, já em relação aos segundos se torna muito difícil, senão impossível, ter um

⁷⁸⁹ *Idem*, p. 365

⁷⁹⁰ A análise das colecções filatélicas, a nível iconográfico, será feita no capítulo seguinte.

⁷⁹¹ José Cunha Lamas, *Bilhetes-postais de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Lisboa, CTT, 1952, p. 132

rastreio completo. Contudo, no capítulo seguinte sobre a iconografia abordaremos a questão.

A emissão de numerário, em moedas ou em notas, com uma finalidade comemorativa foi menos vulgar. Contudo, logo em 1898 foram emitidas moedas no âmbito do “centenário da Índia” que tinham, simultaneamente, o objectivo de constituir uma fonte de receita para financiar o programa das celebrações. Só em 1946 e em 1960 voltaram a ser emitidas moedas comemorativas, como veremos adiante. O espólio relativo a notas ainda é mais escasso, visto que só em 1948 o Governo Geral de Angola procedeu à emissão de duas com o objectivo expresso de comemorar o terceiro centenário da Restauração⁷⁹². Contudo, se observarmos a evolução deste tipo de numerário, constatamos que, escassos anos volvidos sobre o facto do Banco de Portugal ter passado a centralizar as emissões, se começou a imprimir nas faces das notas a efígie de figuras históricas e composições alusivas a acontecimentos mais relevantes da memória nacional.

Assim, as temáticas relacionadas com a história dos descobrimentos e da expansão apareceram logo, no início do século XX, gravadas nas faces das notas em circulação, emolduradas por frisos de recorte “manuelino”⁷⁹³. Nas colónias, os heróis relacionados com o respectivo descobrimento e colonização foram comuns: Diogo Cão, Paulo Dias de Novais, Salvador Correia de Sá, Manuel Cerveira Pereira e Sousa Coutinho, em Angola; Nuno Tristão, Honório Barreto e, sobretudo, João Teixeira Pinto, na Guiné; Afonso de Albuquerque, na Índia; António Enes, Eduardo Costa,

⁷⁹² Cf. F. Ferreira da Silva, *Catálogo de moedas e notas de Portugal e ex-colónias*, 11^a ed., Porto, 1999; *Numismática e notafilia*, 5^a ed, Portugal, AFINSA, 1999; Javier Sáez Salgado, *O papel moeda das antigas colónias portuguesas*, Fundação Dr. Cupertino de Miranda

⁷⁹³ Veja-se no catálogo da AFINSA citado as notas nº 12 (20/6/1909), com a efígie de Afonso de Albuquerque, nº 26 (29/11/1902), uma evocação de Camões, do infante D. Henrique e dos descobrimentos, nº 39 (30/12/1909), com os bustos de Vasco da Gama e de Camões, nº 42 (29/1/1904), com as figuras de D. João II, Bartolomeu Dias, Pêro de Alenquer e Diogo Cão, além duma alusão às navegações, nº 43 (30/9/1910), a cena da recepção de Vasco da Gama pelo Samorim da Calecute, nº 45 (2275/1908), a partida de Pedro Álvares Cabral, em 1500.

Aires de Ornelas, Caldas Xavier e Mouzinho de Albuquerque⁷⁹⁴, em Moçambique; João de Santarém, em S. Tomé e Príncipe; José Celestino da Silva e o régulo D. Aleixo, em Timor. Em Cabo Verde, circulou a efígie de Bartolomeu Dias, do Infante D. Henrique e de Serpa Pinto e, em Macau, deu-se primazia a figuras da cultura com ligações ao Oriente, como Luís de Camões, o bispo D. Belchior Carneiro e, recentemente, Camilo Pessanha e Venceslau de Moraes. As notas serviam como instrumentos de preservação da memória colonial e marco identificador da soberania portuguesa.

Os *souvenirs* que inundavam o mercado, por altura dos centenários de maior impacto e divulgação, são um produto típico da sociedade industrial. Logo em 1880, surgiram à venda alfinetes de peito, carteiras, gravatas, lenços de algodão e de seda, pratos de vária qualidade com motivos alusivos à efeméride, normalmente o busto de Camões e a reprodução do monumento, a figura de Vasco da Gama, também associada ao épico, e as decorações de efeito “manuelino”⁷⁹⁵. O jornalista Guilherme de Azevedo escreveu a propósito disso com humor: “A estatura do grande epico não diminue na immortalidade pela circunstancia dos confeiteiros a porem em ovos nas vitrines, ou pelo facto de, gravada em lenço, nos servir para as constipações depois de nos servir para a gloria”⁷⁹⁶.

Nas comemorações henriquinas, em 1894, a indústria e o comércio deram largas à imaginação e uma vasta gama de artefactos apareceu nas lojas: a bandeira do centenário, os lenços estampados com a pouco simpática face do laureado, broches e alfinetes de gravata com o seu busto, as bengalas de nós com idêntica figura aberta no castão, as carteiras de pele para homem e senhora, com a efígie do homenageado, os

⁷⁹⁴ Curiosamente, ao contrário da projecção mítica das figuras, António Enes esteve muito mais representado do que Mouzinho de Albuquerque nas notas em circulação, só aparece numa nota de 1000 escudos emitida em 31/7/1953 (*Idem*, p. 332-334)

⁷⁹⁵ Carlos Cyrillo da Silva Vieira, *Catalogo do Repositorio Camoneano*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1882

⁷⁹⁶ *O Occidente*, Lisboa, vol. III, 15 de Junho de 1880, p. 102

pratos de faiança fina ou mais grosseiros decorados com motivos alusivos ao Infante e às navegações. A *maquette* do monumento premiado no concurso, do escultor Tomás Costa, também serviu para as decorações de alguns objectos.

As empresas aproveitaram o momento para inserir alusões ao centenário na publicidade e nas embalagens dos produtos. Assim, foram comercializados “sabonetes henriquinos”, dentro de um envólucro com o retrato do Infante e uma alegoria marítima, vinhos e *champagne*, biscoitos e bolachas, que tinham numa das faces D. Henrique com cara de quem parecia “contrariado por ser comido com chá”⁷⁹⁷. As bolachas especiais do centenário vinham embaladas numa caixa de folha decorada com a efígie do Infante, um “varinel” com as velas enfunadas e uma esfera armilar, com uma dedicatória - “Homenagem ao Infante D. Henrique 4 de Março de 1394 - 4 de Março de 1894”. Não faltaram sequer as “móbilias henriquinas”, expostas no Palácio de Cristal, e os chapéus de *soirée* que eram, afinal, de modelo idêntico aos tirolezes e tiveram pouco sucesso por serem moles⁷⁹⁸. Ninguém parece ter-se atrevido a reproduzir o chapeirão ostentado pela figura vulgarizada depois do conhecimento da iluminura do manuscrito de Paris da *Crónica dos Feitos de Guiné*, de Zurara. Mas houve abundância de chapéus baratos de todas as cores com o retrato do Infante para usar naqueles dias festivos.

Em 1898, também proliferaram as recordações e os artefactos do centenário. Nos armazéns expunham-se copos de cristal, pratos de porcelana, bandejas de alumínio, leques e ventarolas, lenços de várias qualidades e preços, jarras, cinzeiros e outros objectos decorados com o busto de Vasco da Gama e de Camões ou com motivos alusivos à efeméride. Nas ourivesarias apareceram colecções de medalhas, broches, alfinetes, berloques e os relógios do centenário, com o busto de Vasco da Gama ao centro e uma cercadura com decoração vagamente “manuelina”. Um artesão

⁷⁹⁷ Firmino Pereira, *op. cit.*, p. 242

⁷⁹⁸ *Idem*, pp. 242-43

mais aprimorado fez uma bengala com um castão de ouro, ricamente lavrado, que ostentava as figurinhas do Infante D. Henrique, Afonso de Albuquerque, D. Manuel, Camões, Vasco da Gama e D. Sebastião, esculpidas com delicadeza⁷⁹⁹. Não foram esquecidos os charutos e os chapéus Vasco da Gama, as garrafinhas de vinho generoso do Douro, um “licor indiano” de fabrico nacional, as bolachas, os sabonetes e variadas gravuras com publicidade das festas⁸⁰⁰. Contudo, um homem viajado e de gosto mais requintado, o escritor Eça de Queirós achou os *souvenirs* do centenário de uma “desoladora falta de gosto”⁸⁰¹.

No século XX, o desenvolvimento das técnicas e da sociedade de consumo permitiu um maior apuro e diversidade dos objectos e das formas de divulgar as comemorações. Mas a dispersão destes materiais torna difícil uma abordagem mais detalhada do assunto pelos investigadores, excepto no caso do centenário henriquino, mercê da colecção reunida pelo Museu de Marinha, em Lisboa. Em 1960, o calendário, editado pela Sacor, abria com o retrato consagrado do Infante D. Henrique e, em cenas imaginadas e pintadas por António Lino, contava a sua história aos portugueses, mês após mês⁸⁰². As colecções de cromos também se tinham tornado muito populares e o Banco de Portugal decidiu colocar o rosto do Infante nos cartões de Boas Festas, naquele ano. A cerâmica continuou a ser muito utilizada para produzir recordações modestas ou sofisticadas. Os jarros, as canecas e, sobretudo, os pratos das mais variadas dimensões e qualidades tinham mercado, nomeadamente os mais requintados em porcelana da fábrica Vista Alegre. Copos de vidro com a figura pintada do Infante, cinzeiros de barro, vidro ou metal, finas colheres em alpaca esmaltada, abre-garrafas juntavam-se à evocação do fundador do Império. As

⁷⁹⁹ *Diário de Notícias*, Lisboa, 13 de Maio de 1898

⁸⁰⁰ *O “Centenário da Índia” e a memória da viagem de Vasco da Gama*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1898, pp. 50 a 53

⁸⁰¹ Eça de Queirós, *Obras*, vol. III, Porto, Lello & Irmão - Editores, s.d., p. 1643 (carta para a mulher, escrita, em Lisboa, a 20 de Maio de 1898)

estatuetas do busto ou do corpo inteiro proliferaram e os materiais mais usados foram o barro, o pó de pedra e o gesso, por vezes patinado a imitar o bronze. Os *souvenirs* contribuem para dar às comemorações uma dimensão mais popular. O carácter prosaico e o gosto duvidoso de muitos destes objectos, que são ditados pelo espírito mercantil das sociedades modernas, não lhes retira a importância como elementos que ajudam a construir o imaginário colectivo.

Cortejos, romagens e desfiles

O elemento central do programa do tricentenário de Camões foi o cortejo cívico que, no dia 10 de Junho, percorreu as ruas de Lisboa. Trata-se de um ritual com profundas raízes históricas, reelaborado no seu significado e objectivos. As próprias designações então correntes denotam a sua origem e a relação com práticas ancestrais. A “procissão cívica” recorda a ligação deste rito com a procissão religiosa, na qual a comunidade dos crentes exhibe a sua fé. A “romaria cívica”, expressão que foi utilizada no programa do “centenário da Índia”, estabelece a relação com uma tradição popular que é um misto de festa profana e religiosa, em que os devotos fazem uma jornada em direcção a um lugar sagrado e de culto. A conotação religiosa desta prática é, por conseguinte, evidente. Estamos perante um acto de fé, de crença que, agora, não se reporta às forças divinas e sobrenaturais, mas ao conjunto dos cidadãos enquanto força colectiva e aos valores que devem nortear a vida da comunidade.

O cortejo foi, minuciosamente, organizado pela comissão executiva do centenário. Os cidadãos reuniram-se na Praça do Comércio, porta de entrada da

⁸⁰² *O Rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos

capital do país, onde as figuras régias costumavam receber as chaves da cidade das mãos dos representantes do poder municipal⁸⁰³. Um lugar com uma grande tradição histórica que albergou o velho paço real e as casas dos vários tratos ultramarinos, simultaneamente centro do poder e da riqueza. Um espaço geométrico, quadrangular e aberto para o estuário do rio, onde os edifícios públicos se distribuem em rigorosa simetria, com a estátua do monarca ao centro e o Arco Triunfal, por onde se entra na cidade, no topo da praça. Isto é, um espaço racionalizado pela intervenção urbanística do século das Luzes com um significado simbólico muito forte que, por isso, foi o ponto de reunião tradicional para as exibições cívicas e do poder⁸⁰⁴.

A planta da disposição geral do “prestito cívico e triumphal” mostra-nos uma praça dividida em duas metades: no lado Norte, ergueu-se o pavilhão onde ficou a família real e os dignitários da corte, ladeados pelos membros do município e pelos representantes dos poderes públicos; no lado sul, distribuía-se de frente para aqueles, ao centro, as escolas e associações científicas e culturais, as forças e escolas militares, a imprensa e os escritores, tendo a cercá-los um vasto número de associações económicas, socioprofissionais, de socorros, de propaganda, etc. Na estrada, junto ao Arco da Rua Augusta, colocou-se a guarda a cavalo e as bandas regimentais que iam acompanhar o préstito e, num dos lados e a sul, estacionaram os carros alegóricos e os das coroas de flores. Dos lados, junto dos edifícios, foram colocadas bancadas para o público.

O pavilhão para a família real e as altas corporações públicas foi construído pela Câmara Municipal, de acordo com o projecto traçado por um conceituado

Portugueses, 1994, p. 196

⁸⁰³ Veja-se, por ex., no primeiro capítulo a recepção às princesas estrangeiras nos casamentos reais.

⁸⁰⁴ Como referiu José-Augusto França, a própria luz “iluminando as cantarias e o ocre dos rebocos, empresta uma animação original à praça e faz dela um dos mais belos palcos do mundo” (*Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, 2ª ed., Lisboa, Bertrand, 1977, p. 121)

arquitecto, José Luís Monteiro⁸⁰⁵. A edificação foi levantada a boa altura do solo, de modo a ficar sobranceira à praça e poder dominar o recinto. A parte central, de forma circular, prolongava-se em duas galerias curvilíneas que formavam uma curva reentrante em frente da estátua de D. José. O pavilhão central tinha uma cúpula sustentada por dezasseis colunas, que formavam quatro arcos ornados com sanefas azuis. A cúpula terminava com um troféu ornamentado de quatro liras e, nos seus tímpanos, podiam ler-se versos de Camões. Os toldos e os mastros com os pendões contribuíam para o aspecto festivo desta construção efémera, destinada a receber os mais altos poderes e os representantes do município.

À hora indicada no programa oficial, foi içado no Arco da Rua Augusta um estandarte com as cores da monarquia constitucional e as palavras de saudação: “A Camões, a patria agradecida”, o sinal combinado para se iniciar o desfile que iria percorrer, durante várias horas, o centro da cidade. A ordem do cortejo, rigorosamente definida pela comissão executiva da imprensa e publicitada nos jornais, reflectia uma concepção republicana e democrática da sociedade. A abrir a passagem do cortejo e, de certo modo, a anunciá-lo junto do público, um piquete de cavalaria da guarda municipal e as bandas regimentais que tocavam a marcha triunfal do centenário. À cabeça, a Câmara Municipal de Lisboa com o seu estandarte desfraldado, simbolizando “a tradição e a continuidade da *liberdade e da autonomia do povo portuguez*”⁸⁰⁶. Os representantes dos municípios do país, que quiseram integrar-se nesta homenagem ao poeta, foram convidados a agregar-se à delegação da capital. A Câmara era acompanhada dos funcionários dos pelouros, das escolas e asilos municipais e dos bombeiros. A Comissão Central 1º de Dezembro devia incorporar-se neste primeiro núcleo do cortejo, na qualidade de representante das “tradições patrióticas” que estão associadas à sua designação.

⁸⁰⁵ *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo XV (Oitavo do Supplemento), Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, p. 90

⁸⁰⁶ Do programa publicitado pela imprensa - *Commercio de Portugal*, Lisboa, 10 de Junho de 1880

Um segundo grande conjunto era constituído pelas associações económicas, socioprofissionais, de socorros mútuos, de beneficência, de propaganda, etc., representantes das actividades produtivas e símbolos do *Trabalho Nacional*. Em terceiro lugar, marcharam os representantes dos poderes públicos, a magistratura, os altos dignitários do país, o funcionalismo, isto é, o Estado. Os membros do corpo diplomático e consular, os estrangeiros e, significativamente, os naturais das colónias portuguesas foram convidados a incorporar-se nesta parte do cortejo. Em quarto, vinham as escolas, os institutos, as associações científicas e artísticas, correspondendo à *Instrução Nacional*. Seguia-se um quinto grupo formado pelas forças do Exército e da Armada, simbolizando a *Segurança Pública*. Por fim, os tipógrafos, os jornalistas, os quadros dirigentes da imprensa e os escritores formavam o importante núcleo que simbolizava a *Opinião*. Neste último grupo integraram-se os membros da comissão da imprensa que organizou as festas do centenário.

A intercalar os vários núcleos seguiam os carros alegóricos e os que transportavam as flores que iam ser depositadas na base da estátua do cantor das glórias nacionais. O primeiro “carro triumphal” representava um “galeão português” do século XVI, uma forma de evocar as navegações e os descobrimentos. Seguiam-se por esta ordem: o carro do “Commercio e Industria”, da “Agricultura”, das “Colonias”, da “Arte”, o “Militar” e o da “Imprensa”, correspondentes a cada um dos corpos principais do cortejo. O carro das colónias, desenhado por Columbano Bordalo Pinheiro, integrou-se no terceiro núcleo, onde iam os representantes do Estado, ladeado por cidadãos naturais daquelas regiões. O pintor optou pelo exotismo para simbolizar as terras do ultramar: o carro “era d’um risco elegante, perfeitamente bem caracterizado com a sua vistosa cobertura formada por uma colxa da India, os seus tropheus d’armas africanas e asiaticas, os seus idolos selvagens d’umas attitudes estranhas e extravagantes, d’um pitoresco picante e original”⁸⁰⁷.

⁸⁰⁷ *O Occidente*, 3º anno, nº 60, Lisboa, 15 de Junho de 1880, p. 102

Vários artistas colaboraram na concepção dos carros alegóricos, nomeadamente o escultor Simões de Almeida, o paisagista Silva Porto, o arquitecto José Luís Monteiro, o artista decorador José Maria Pereira e o pintor de marinhas Thomazini⁸⁰⁸. Os carros sublinhavam a ordem do cortejo e expressavam, de forma alegórica, cada uma das grandes ideias que presidiram à sua organização: a ideia da expansão e a da colonização, elementos nucleares da própria concepção da identidade e do destino de Portugal, representadas pelo “galeão” e o carro das colónias; o trabalho, presente nos carros que simbolizavam as actividades nucleares da nação - o comércio e a indústria mais a agricultura; a instrução, bem ilustrada num carro que evocava a época manuelina e as várias formas de expressão artística e cultural; a segurança pública, sob a forma de um bastião de guerra com ameias, onde se destacavam as cruzes das ordens militares portuguesas, e as armaduras antigas, as armas e os troféus militares que fizeram a história da milícia nacional; a imprensa, que veicula a opinião, simbolizada por um antigo prelo de madeira e a estátua do seu inventor, Gutenberg.

O significado do cortejo foi bem captado pelos observadores mais atentos. Segundo o relato do *Occidente*, a “procissão não levava as basílicas da Sé, não levava capellães cantores, não marchava entre alas de soldados: era uma procissão em que o idolo era o povo glorificado pelo proprio povo”⁸⁰⁹. A imprensa republicana sublinhou que o rei, o governo, os titulares, os generais não se integraram no préstito. E o monarca esteve na Praça do Comércio com “o retrahimento forçado que vem do receio”⁸¹⁰, o que não admira se pensarmos que ferveram os boatos mais alarmistas e o governo tinha posto de prevenção os quartéis. Contudo, a família real não faltou ao acontecimento e a rainha D. Amélia também trouxe um ramo de flores de

⁸⁰⁸ *Idem*, N° 63, 1 de Agosto de 1880, p. 126

⁸⁰⁹ *Idem, ibid.*

⁸¹⁰ *Commercio de Portugal*, Lisboa, 12 de Junho de 1880, p. 2

homenagem ao poeta, rematado por uma larga fita azul e branca⁸¹¹. O auto do cortejo cívico deixou bem claro que o rei se dignou associar-se à “manifestação do sentimento nacional”, figurando as assinaturas reais no documento.

O longo percurso do cortejo foi significativo: partiu da Praça do Comércio, subiu a rua Augusta e contornou o Praça de D. Pedro, descendo pela rua Áurea e virando à direita, no fim da rua, foi passar no Largo do Pelourinho, bem em frente da sede do município, donde subiu a rua Nova do Almada, dirigindo-se pela rua do Chiado à Praça Luís de Camões, onde foram colocadas as coroas de flores no monumento, finalmente desceu a rua do Alecrim e dispersou no Cais do Sodré. Um extenso trajecto, feito entre alas compactas de povo, que soltava vivas e aplausos entusiásticos, sobretudo quando passavam os carros alegóricos⁸¹².

Um aspecto curioso dos debates que precederam a realização do cortejo foi a intenção, expressa pelos organizadores, dos soldados desfilarem com ramos de louro e de carvalho na ponta das espingardas. Pretendia-se, assim, homenagear o poeta e dar um significado pacifista à marcha da milícia. Mas os generais acharam um despropósito tal ideia e não foi autorizado, esconjurando-se “o germen da indisciplina que a comissão da Imprensa intentava lançar nas fileiras por intermédio da verdura”⁸¹³. O cortejo camoniano ficou como um modelo que se procurou imitar nos outros centenários, se bem que de forma um tanto livre.

Em 1881, a comissão académica do tricentenário realizou um cortejo em Coimbra, integrado nas festas da inauguração do monumento erigido em memória de Luís de Camões. O préstito da instrução percorreu as ruas da cidade e foi desembocar no largo da Feira, onde se procedeu à distribuição de exemplares d’*Os Lusíadas* aos alunos da instrução primária das escolas de Coimbra e aos asilados menores de

⁸¹¹ *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo XV (Oitavo do Supplemento), Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, p. 91

⁸¹² *Idem*, p. 95

⁸¹³ *O Occidente*, Lisboa, 3º anno, Nº 60, 15 de Junho de 1880, p. 102

ambos os sexos⁸¹⁴. Abriam o cortejo dois ou quatro académicos montados em cavalos ricamente ajaezados e trajados à moda antiga. Os cavaleiros ladeavam um carro alusivo à Flora, onde eram transportados ramos de camélias e de violetas para serem oferecidas às senhoras por jovens escudeiros. Em cada ramo ia presa uma fita azul e branca com um cartão com o conhecido soneto de Camões: “Alma minha gentil que te partiste...”. A seguir iam os vários grupos que integravam o cortejo, intercalados por filarmónicas que tocavam o hino académico, o da Restauração, o de Sua Majestade a Rainha e uma banda regimental que executava o hino da Carta. A charamela da Universidade também seguia à frente dos funcionários e dos professores. A guarda dos arceiros acompanhou o préstito que incorporou as crianças das escolas primárias e dos asilos, os estudantes da instrução secundária e da universidade, os respectivos professores e os funcionários, a comissão de imprensa do tricentenário, que se deslocou de Lisboa, e, por último, a Câmara Municipal de Coimbra com o seu estandarte, os representantes de outros municípios, as autoridades militares, judiciárias e administrativas, a imprensa local, os representantes do comércio, da indústria e da agricultura, a associação dos artistas. Fechava o cortejo a associação liberal Oito de Maio e os veteranos da liberdade residentes em Coimbra. Uma delegação dirigiu-se ao Paço Episcopal para convidar o bispo a assistir à cerimónia em lugar de honra. O cortejo e a solenidade académica de distribuição d’*Os Lusíadas* significou, simultâneamente, um acto de fé e louvor da instrução, uma homenagem ao épico e uma aposta na juventude como continuadora da tradição patriótica.

Os cortejos cívicos continuaram a ser o ritual de maior impacto e projecção pública das comemorações. Em 1894, um extenso préstito desfilou pelas ruas do Porto, descrevendo um sinuoso e vasto itinerário que começou no jardim da

⁸¹⁴ *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo XV (Oitavo do Supplemento), Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, p. 132

Cordoaria e terminou no Campo da Regeneração⁸¹⁵. Arautos do final da época medieval a cavalo abriam o cortejo, trajados a rigor e ostentando ao peito as armas nacionais. A Câmara Municipal do Porto e a comissão do centenário seguiam à cabeça do cortejo, onde estiveram representados os municípios, as autoridades constitucionais e os organismos públicos, a Igreja portuense, através do deão, um cônego e vários párocos da cidade, as forças militares, as escolas e a universidade, as associações científicas e culturais, a imprensa, os vários sectores da actividade económica, as sociedades de socorros e beneficência, os desportos e as artes. Fechava o cortejo o corpo de salvação pública com a sua banda de música.

Doze carros alegóricos representavam as entidades e corporações presentes, nomeadamente a cidade do Porto, a Câmara Municipal, a Associação Comercial, os empregados do telégrafo, o Ateneu Comercial, a Real Associação dos Bombeiros Voluntários, a Associação Industrial do Porto, a Sociedade Alexandre Herculano, o Palácio de Cristal, a Academia das Belas Artes, o Ginásio Lauret e o município de Vila Nova de Gaia. Evocou-se o Infante D. Henrique e as navegações, simbolizadas pelas embarcações e por uma profusão de velas, cordames, lemes, remos e mastros utilizados como motivos ornamentais. Múltiplas bandeiras e estandartes, armas e brasões pintados identificavam as entidades comemoradas - a dinastia de Avis, o Infante, a Nação - e aquelas que prestavam a homenagem. As referências mitológicas clássicas alternavam com símbolos femininos modernos do Comércio, da Indústria e da Electricidade. O último de grande efeito visual representava uma mulher a dominar um feixe de raios, onde se prendiam fios que iam ligar-se aos quatro postes do carro dos Correios e Telégrafos. Glória, Fama, Caridade e Victória figuravam entre as alegorias do cortejo. Além dos bustos do Infante D. Henrique, o carro da Sociedade Alexandre Herculano exibia um busto do historiador e os principais títulos

⁸¹⁵ Firmino Pereira, *op. cit.*, p. 80 e sgs.

da sua obra. Ao longo do percurso, muitas casas particulares ostentavam bandeiras e colgaduras, algumas de grande valor e antiguidade.

O desfile passou junto da casa reedificada no local onde segundo a tradição nasceu D. Henrique e o rei D. Carlos descerrou uma lápide comemorativa. Depois o monarca e a comitiva dirigiram-se para o Campo da Regeneração, onde foi executado o hino do centenário por várias bandas de música e coros reunidos. No centro do campo erguia-se um obelisco com 20 metros de altura, encimado por uma esfera armilar e com o busto do Infante na frente. O cortejo contornou-o e foi postar-se em boa ordem num dos lados do campo, enquanto a família real assistiu da varanda do edifício do quartel de Infantaria 18. A multidão apinhou-se nos palanques e bancadas que foram construídos, desafiando todas as regras da segurança e do bom senso. Os lugares foram alugados e o produto reverteu para os pobres da cidade. Girândolas de foguetes foram lançadas no ar.

Contudo, apesar da grande mobilização conseguida, do esforço dos artistas e das corporações presentes no desfile, o cortejo não suscitou as demonstrações de entusiasmo que tinham ocorrido no tricentenário de Camões. O povo nortenho manteve-se reservado e frio. As aclamações e os aplausos ficaram aquém de algumas expectativas, de tal modo que o cronista do centenário afirmou desconsolado que “mais parecia assistir a um sahimento funebre do que a uma triunphante apotheose”⁸¹⁶. Acanhamento, falta de hábito de assistir a este tipo de solenidades e de educação nos valores cívicos foram as explicações bastante plausíveis que adiantou. Mas é preciso acrescentar que o Infante, figura soturna e distante, não tinha a popularidade de Camões e Lisboa viveu um clima de exaltação quase insurreccional a propósito do seu centenário. Os ânimos estiveram bastante exaltados e o resultado foi uma grande comoção quando se viu nas ruas aquela imensa mole de gente desfilando em honra do poeta e do povo que ele cantou em versos heróicos.

⁸¹⁶ *Idem*, p. 78

Em 1898, a “romaria cívica” promovida para comemorar o descobrimento do caminho marítimo para a Índia e os heróis das navegações portuguesas seguiu o figurino já consagrado e constituiu, segundo a observação feliz de um repórter do acontecimento, “uma original revista das forças vivas da nação”⁸¹⁷. Foi mais imponente, mais extenso, mais representativo da sociedade portuguesa e do país. A imprensa calculou que 250 a 300 000 pessoas estiveram na ruas de Lisboa. O cortejo chegou a atingir o comprimento de dois quilómetros e meio e desfilou durante seis horas, percorrendo um longuíssimo e sinuoso trajecto. O ponto de partida e de chegada foram os mesmos do cortejo do tricentenário, mas este subiu a Avenida e foi à rua Alexandre Herculano. Voltou, em seguida, a descê-la e dirigiu-se pelo largo da Anunciada e a rua das Portas de Santo Antão, onde ficou instalada a nova sede da Sociedade de Geografia, para o Rossio. Subiu a rua do Carmo e a Garrett, em direcção à Praça Luís de Camões, onde prestou homenagem ao épico, e dispersou no Cais do Sodré.

As representações presentes foram mais numerosas e variadas. Basta referir que contámos 13 associações científicas e artísticas, 34 de educação e recreio, 42 de assistência e mutualidade, 60 de classe, representativas dos diversos ramos de actividade e de várias regiões do país, e cerca de 180 delegações das Câmaras Municipais⁸¹⁸. O primeiro grupo do desfile era formado por uma vasta representação das escolas primárias, secundárias, das academias e instituições dedicadas à instrução pública. Esta era uma forma de afirmar a confiança no futuro do país e a crença liberal no valor da educação. Os cidadãos das colónias estiveram representados no cortejo por um grupo de africanos de Cabo Verde, da Guiné e de Inhambane que atraíram a atenção do público pelos “seus singulares trajes, ornatos e instrumentos”,

⁸¹⁷ *Correio da Noite*, Lisboa, 20 de Maio de 1898

⁸¹⁸ Cf. a fonte indicada na nota anterior.

cantos e danças exóticos⁸¹⁹. Não faltou, naturalmente, uma luzida delegação dos sócios do Grémio Lusitano, isto é, da maçonaria.

Vinte e três carros alegóricos recordavam as navegações e os descobrimentos, as colónias e os exploradores dos sertões africanos, as actividades económicas, o valor da instrução e da imprensa: o carro da Academia Instrução Popular, da Academia João de Deus, mostrando ambos uma grande *Cartilha Maternal* do poeta, da Sociedade de Geografia, dos Atiradores Civis, dos Armazéns Grandella, da Associação dos Cortadores, da filarmónica União Sintrense, dos estucadores e decoradores, das empresas Luzitana e Libertadora, dos manipuladores de massas e farinhas, dos manipuladores de tabacos, dos construtores civis, dos tipógrafos, dos jardineiros, das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade, do comércio e indústria, do Ateneu Comercial, da fábrica de louça da Viúva Lamego, da agricultura, do Club Naval, da redacção de *O Século* e da imprensa, apresentado pela Associação dos Jornalistas⁸²⁰. Vale a pena destacar o carro da Sociedade de Geografia: seis cavalos, montados por soldados de artilharia, puxavam a pôpa de um “galeão do século XV” sobre um paralelepípedo de lona, decorado com as armas de Portugal e da cidade de Lisboa, uma esfera armilar, cruzes de Cristo e bandeiras com os nomes de vários africanistas, entre outros ornamentos, evocavam a expansão portuguesa e a colonização da África, o que era reforçado pela presença das delegações de africanos que ladeavam o carro.

O cortejo impressionou pela grandiosidade do espectáculo, mas não desencadeou grande emoção. Eça de Queirós fez o seguinte relato do que observou, da janela do quarto andar de um prédio no Rossio, numa carta à mulher:

⁸¹⁹ *O Occidente*, Lisboa, 20 de Junho de 1898, p. 138

⁸²⁰ *Idem*, pp. 138-139

“À volta encontrei Lisboa em pleno Centenário: Imensas multidões - dizem que vieram da província mais de cem mil pessoas. Ainda apanhei o cortejo cívico, que não tinha civismo nenhum, e onde apenas ofereciam interesse, um bando de pretos de Moçambique, e, atrás do carro da Agricultura (perfeitamente ridículo), um grande esquadrão de campinos do Ribatejo de incomparável beleza. Entusiasmo nenhum. — O povo ainda não percebeu quem era este Vasco da Gama.

Aqui, no Rossio, o cortejo passou num silêncio glacial, quase sombrio, um silêncio de 30 mil pessoas.”⁸²¹

O escritor teve direito à sua “pequena ovação”, como referiu na missiva. Outras figuras públicas foram saudadas pela multidão e houve muitos vivas à Pátria, à comissão executiva do centenário, à Marinha, ao Exército, à imprensa e até às damas⁸²². Mas parece que os heróis do passado deixavam frios os portugueses. O cortejo era, antes de mais, uma forma da sociedade da época se rever e celebrar a si própria. Os símbolos do passado estavam lá para recordar os feitos gloriosos e mostrar a continuidade das tradições que configuram a identidade colectiva. E desfilavam também as mensagens que podiam abrir as portas do futuro: a Instrução, o Trabalho, a Segurança, a Imprensa, símbolo do debate de ideias e da liberdade de opinião, e a Associação dos cidadãos com os mais variados fins, isto é, um conjunto de valores caros da ideologia demoliberal.

A I República manteve a tradição dos cortejos cívicos, destacando-se os que se realizavam no dia 10 de Junho. Por isso, no centenário do nascimento de Camões o ponto alto das festividades foi o desfile, em Lisboa. Partiu do Terreiro do Paço, como era habitual, e foi passar defronte da Câmara Municipal, onde se encontrava o

⁸²¹ Eça de Queirós, *Obras*, vol. III, Porto, Lello & Irmão - Editores, 1979, p. 1642

⁸²² *A Nação*, Lisboa, 21 de Maio de 1898

presidente da República, Teixeira Gomes. Depois da tradicional deposição de flores no monumento, dispersou na rua do Alecrim. A composição era idêntica aos cortejos do século anterior. A nota mais interessante foi dada pelo grande número de crianças das escolas públicas e dos asilos, que levavam ramos de flores e cantavam o hino em honra de Camões⁸²³. Um carro alegórico dos internados do asilo de Xabregas mostrava uma criança a soletrar os primeiros versos d' *Os Lusíadas* e esta era, afinal, a principal mensagem do préstito. O governo esteve representado junto do povo pelos ministros do Interior e da Instrução, que iam ao lado do governador civil do distrito de Lisboa. A Cavalaria da Guarda abria e fechava o cortejo, que incluía ainda um grupo de escuteiros e vários centros republicanos com os seus estandartes. Carros alegóricos completavam o efeito visual do conjunto, nomeadamente o carro do Exército, da Marinha, do *Sport*, alusivo às actividades desportivas, dos Bombeiros Voluntários, etc. Os carros-macas da Cruz Vermelha, uma organização que ganhara nomeada com a sua actuação durante a Grande Guerra, também desfilaram com os respectivos maqueiros. Deste modo, diversas organizações públicas e associações, com destaque para os estudantes e os filiados republicanos, em aliança com os representantes do poder central e local, juntavam-se nas ruas para prestar homenagem ao épico.

O centenário do descobrimento da Madeira também teve o seu cortejo cívico e histórico. Um misto de mostra da sociedade madeirense, com carros alegóricos alusivos às principais actividades, e de evocação da época em que as caravelas tinham reconhecido o arquipélago⁸²⁴. A réplica de uma caravela e o carro do Infante, onde se destacavam o busto de D. Henrique, medalhões em relevo com efígie de João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira e as alegorias da História e da Navegação, recordavam aquele momento fundador. O carro das Nações, oferecido pelo corpo

⁸²³ *Diário de Lisboa*, 10 de Junho de 1924

⁸²⁴ *Diário da Madeira*, Funchal, 5 de Janeiro de 1923

consular, o carro das Indústrias, representando as actividades tradicionais, e o carro dos Desportos chamavam a atenção para o presente.

O Estado Novo passou a organizar cortejos meramente alegóricos. O primeiro que vamos mencionar foi realizado na altura do encerramento da Exposição Colonial do Porto, em 1934. O *Cortejo do Império* pretendeu ser uma exibição retrospectiva da história e da actualidade das colónias portuguesas e da metrópole. Estava organizado em quatro secções: a histórica, a política, a económica e a espiritual⁸²⁵. Em cada uma delas, carros alegóricos e dezenas de figurantes construía uma narrativa visual sobre a colonização portuguesa e fixavam estereótipos identificadores das várias regiões e dos seus povos. Assim, o cortejo abria com arautos da época medieval e um Infante D. Henrique, “sombrio e impressionante”. Seguiam-no figuras e símbolos da expansão portuguesa através da história e do início da colonização do interior, com os *funantes*, *aviados* e *pombeiros* que se internaram nos sertões por interesse mercantil. Na segunda secção, desfilavam os carros das colónias, de Cabo Verde a Timor. Em cada um se procurou destacar um aspecto mais marcante que identificasse a colónia. Por exemplo: no carro de Moçambique, um Mouzinho a cavalo subjugava um guerreiro vátua; no de Macau, um pagode chinês e um Buda, “sisudo e de bojo enorme”, *gongs* a vibrar e dragões. O mito do herói da ocupação colonial e o *cliché* folclórico serviam para transmitir imagens fortes, capazes de mobilizar a atenção do público e deixar impressões mais duradouras.

Na terceira secção do desfile, mostraram-se os transportes e as actividades económicas, constituindo especial atracção vários animais - búfalos, uma palanca, bois da Guiné, pacaças, um camelo - e um grande carro *boer* puxado por dezassete juntas de bois que transportava mercadorias do tráfico sertanejo. Estiveram presentes os transportes mais rudimentares e os carros da marca *Ford* que viajaram pelas estradas africanas. Seguiam-se os carros alegóricos da Indústria e do Comércio, logo

⁸²⁵ *Civilização*, Porto, nº 71, Outono de 1934, p. 20

secundados por representações de todas as províncias portuguesas com os trajes característicos. “Pincelada forte da vida rural”, segundo um observador⁸²⁶. Por último, o panegírico da obra missionária com o carro das Missões, os alunos dos colégios missionários e os frades franciscanos do Varatojo, de corda à cinta, burel e sandálias. Rematavam o cortejo, em frisos seguidos, as bandeiras portuguesas que a história consagrou e o desfile dos militares, com uma delegação “solene, garbosa, admirável, da tropa de África”⁸²⁷. Era uma vasta encenação ideológica do passado e do presente de Portugal como país colonial: os povos das colónias e da metrópole “etnografados” nos seus trajes e actividades tradicionais; o progresso da economia e dos transportes; a civilização como sinónimo de cristianização. O “selvagem” domesticado, marchando ordeiro e pacífico. O estranho, o exótico colocado lado a lado com os campinos do Ribatejo e os pauliteiros de Miranda. Uma amálgama de gentes muito diversas unidas pelos fios da história, marchando em comum sob a mesma batuta — o Império.

O cortejo de 1934 inaugurou um novo modelo em que os figurantes substituíram as representações dos organismos e associações de todo o país. As figuras históricas mais importantes eram mesmo representadas por actores, como foi o caso de Raul de Carvalho que deu corpo à personagem do Infante D. Henrique ou de João Villaret transformado num majestoso D. João de Castro, caminhando sob um pódio sustentado por seis vereadores fictícios da antiga Câmara de Goa. A dimensão cívica anulava-se face à político-ideológica que se traduzia na encenação de uma grande alegoria da história e do presente do país. Neste contexto, a presença dos grupos das colónias, dos antigos combatentes das campanhas africanas, nomeadamente de dois sobreviventes de Chaimite, dos educandos do Seminário das Missões e doutras instituições de acolhimento de jovens, dos populares com os trajes

⁸²⁶ *Idem*, p. 24

⁸²⁷ *Idem*, p. 25

típicos de várias regiões do país, dos missionários e das tropas metropolitanas e indígenas funcionava como elementos do mundo idealizado que, ali, era exibido perante o olhar dos portugueses.

Em 1940, o Cortejo do Mundo Português foi uma peça fundamental do programa das comemorações. Preparado com um ano de antecedência, mobilizou um historiador, Franco Machado, um pintor, Manuel Lapa, uma desenhadora de figurinos, uma chefe de confecção, uma encarregada de *atelier*, um mestre de corte e uma vasta equipa de artesãos especializados e operários para fazer os fatos e os adereços necessários, além dos carros alegóricos. O concurso da cavalaria da Guarda Nacional Republicana também foi indispensável e contribuiu para a imponência de toda a encenação. O que se pretendia, nas palavras de Henrique Galvão, era um “desfile grandioso das glórias do Passado, dos objectivos imperiais do Presente e também da graça, do encanto, do colorido pitoresco do povo português de vinte e uma províncias do Império”⁸²⁸. Um álbum de imagens de uma história de oito séculos e dos povos que compunham o “Portugal multiracial, do Minho a Timor”.

O cortejo estava organizado por núcleos temáticos de apresentação da história de Portugal, segundo a ordem cronológica. Assim, o primeiro referia-se à Fundação e nele pontificava a figura do rei D. Afonso Henriques, rodeado pelo seu exército. O segundo reportava-se à época da “consolidação da Independência” e era encabeçado pelo Condestável Nun’Álvares, seguido por D. João I e D. Filipa de Lencastre, fidalgos e D. Leonor, a rainha das Misericórdias, entre figuras representativas da sociedade daquele tempo. O Infante D. Henrique introduzia a época da expansão, os mareantes e os conquistadores, o rei D. Afonso V e o príncipe D. João, com as suas armaduras de guerra, entre a comitiva dos cavaleiros — “figuras recortadas dos

⁸²⁸ Henrique Galvão, *Portugal 1940. Album Comemorativo. Fundação: Festas de Guimarães, Cortejo do Mundo Português, Secção Colonial da Exposição do Mundo Português*, Porto, Litografia Nacional do Porto, s.d., p. 27

painéis de Nuno Gonçalves⁸²⁹. Desfilava, então, o Império sob a figura dos grandes capitães do ultramar protegidos por sombreiros — Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Duarte Pacheco, Pedro Álvares Cabral, D. João de Castro e D. Francisco de Almeida —, o velho canhão de Diu tirado por seis parelhas e um excerto da embaixada de D. Manuel ao Papa, símbolo do “esplendor imperial”. Logo de seguida, o carro alegórico da Renascença e o rei D. João III, tendo a seus pés um guerreiro, um missionário, um colono e um sábio, “os heróis ignorados da obra colonizadora de Portugal nos quatro cantos do Mundo”⁸³⁰. Dá-se um salto para a Restauração, esquecendo o desaire de Álcacer Quibir e o período filipino, e para o magnífico reinado de D. João V: um excerto da embaixada que enviou ao Papa Clemente XI e a memória d’“as naus dos quintos que, do Brasil / Chegam peçadas de ouro e diamantes”⁸³¹. E atinge-se a última etapa: a ocupação da África, o terceiro Império português. Oito pagens em linha, com os pendões erguidos, anunciam a parte etnográfica do cortejo: gente das “vinte e uma províncias de Portugal” a desfilar com os seus trajes típicos, os instrumentos de trabalho e as canções.

O cortejo aparecia aos olhos do público como um livro de história que se folheava, onde cada página aberta correspondia a um novo quadro. Uma ronda de heróis e de glórias com um destino: construir um grande Portugal. Por isso, o primeiro carro alegórico do cortejo evocava *Os Lusíadas*, a epopeia da nação que ia ser folheada perante a vista dos portugueses. Fundação, conquista, expansão e colonização são os tópicos condutores da narrativa que desemboca no Império — “Portugal de vale em monte, / monte em serra, serra em onda / — sem fronteira que se aponte, pois se perdem no horizonte!”⁸³². Uma história nacionalista e imperial que

⁸²⁹ *Idem*, p. 29

⁸³⁰ *Idem, ibid.*

⁸³¹ Versos do poema de Silva Tavares, “Ronda da Glória”, que foi escrito, expressamente, para o Cortejo do Mundo Português

⁸³² *Idem*

passou em imagens efêmeras, mas capazes de “comover corações orgulhosos da sua estirpe”⁸³³.

No Porto decorreu o Cortejo do Trabalho, a 5 de Julho de 1940⁸³⁴. Não foi, decerto, por acaso. Lisboa teve a Exposição e o Cortejo do Mundo Português. A Cidade Invicta, “verdadeira capital do trabalho nacional”⁸³⁵, nas palavras do presidente da Câmara Municipal, queria fazer jus ao velho ditado: “Lisboa diverte-se, Coimbra estuda, Braga reza e o Porto trabalha”. Grande alegoria da vida económica da nação, o desfile abria com o carro do Trabalho Nacional. Nele exibiam-se duas figuras de trabalhadores de troncos nus: um lavrava a terra empunhando um arado primitivo e o outro trabalhava a pedra com uma picareta, enquanto a Pátria coroava o esforço de ambos. Um friso de jovens com os trajos tradicionais de todas as províncias conduziam oferendas para o presidente da República. O Trabalho Nacional aparecia, assim, simbolizado por duas actividades primitivas, que evocavam a agricultura e o esforço que foi feito para desbravar as terras. Num total de trinta e oito carros alegóricos, quinze eram dedicados à agricultura. A estátua da deusa Ceres e trabalhadores rurais de todas as províncias portuguesas introduziam os carros seguintes, onde eram exibidas as produções tradicionais: o pão, o vinho, o azeite, a cortiça, as frutas, o mel e a cera. O trigo e o pão estavam representados em cinco carros e, significativamente, o primeiro era o do “Pão Nosso”. Sobre um bloco de terra em que se desenhavam, levemente, as fainas agrícolas relativas à cultura dos cereais, erguia-se um altar atoalhado com o cálice da eucaristia. De um dado e de outro, em volutas iguais, foram colocadas espigas de trigo e de milho e, numa grande cruz de madeira, a figura de Jesus Cristo. A sacralização do pão e da cerealicultura, bem de acordo com os valores ancestrais de uma sociedade que sentira, duramente, a carência deste género essencial. O vinho que foi tão valorizado pelo regime esteve

⁸³³ Henrique Galvão, *op. cit.*, p. 27

⁸³⁴ *O Porto nos Centenários*, Publicação da Câmara Municipal do Porto, s.d.

⁸³⁵ *Memória e Descrição do Grande Cortejo do Trabalho, 1140-1640-1940*, Porto, 5 de Julho de 1940

presente em três carros: o vinho do Porto, a Junta Nacional do Vinho e o vinho verde. Os restantes carros mostravam cada um dos produtos referidos e um era dedicado à agricultura colonial.

O sector pecuário foi representado pelo desfile de animais de várias raças e regiões do país, acompanhados pelos seus pastores e tratadores. Não faltaram, neste núcleo do cortejo, os pastores da serra da Estrela, um grupo de leiteiras, uma delegação dos Sindicatos Nacionais dos Operários das Carnes Verdes e um grupo de campinos do Ribatejo. Seguia-se a Indústria Nacional: sobre um soco de aço erguia-se uma bigorna entre rodas dentadas, que serviam de pedestal à figura da Indústria; na frente do carro, entre duas rodas, o Escudo Nacional. Acompanhavam-no operários condecorados pelos altos poderes da Nação. Primeiro, iam os carros das indústrias extractivas tradicionais, as pescas e a sua sucedânea, as conservas de peixe, as minas e as resinosas, intercalados pelas indústrias artesanais e fabris mais comuns: os bordados da Madeira, os fósforos, a tecelagem de algodão, a cerâmica, os curtumes, as malhas, as sedas, a metalurgia, o papel, as manufacturas de madeira e os vidros. Um conjunto de dezassete carros eram dedicados às indústrias e respectivas associações patronais. Os restantes representavam a Sacor, o Grémio das Mercenárias, o dos Industriais de Transportes em Automóveis, os Correios e Telégrafos e os Caminhos-de-Ferro, ou seja, o sector dos serviços.

As actividades produtivas formavam o grosso do cortejo e, dentro delas, as ocupações tradicionais tinham a primazia. Tal representação não só traduzia a realidade socioeconómica mais geral do país naquela época, mas também a ideologia ruralista e conservadora do regime. Veiculava-se, assim, a imagem de um país dominado pelas actividades agrícolas e as indústrias tradicionais, com o seu cortejo de figuras, instrumentos e alfaias próprios de um museu etnográfico. Os trabalhadores e o povo marchavam agrupados por organismos corporativos, casas do povo, empresas e unidades produtivas, ou em ranchos e grupos folclóricos. Uma visão

idealizada da sociedade, dominada pela ordem corporativa e a tradição, onde não faltaram os grupos desportivos dos operários e os bombeiros voluntários, a fechar o cortejo. Uma vasta equipa trabalhou para a realização do cortejo, incluindo um número considerável de artistas. José Luís Brandão de Carvalho, pintor e decorador, foi nomeado coordenador dos trabalhos e foi o responsável pela concepção de muitos dos carros alegóricos.

Em 1948, Luanda assistiu ao cortejo alegórico integrado no programa das comemorações. Os filiados da Mocidade Portuguesa abriam o desfile, com clarins, tambores e estandartes⁸³⁶. Os primeiros carros evocavam a história da colonização: o carro do descobrimento por Diogo Cão; o carro da Restauração de Angola por Salvador Correia de Sá, com uma miniatura da fortaleza de S. Miguel e as caravelas da Armada libertadora; o carro da colonização, da ocupação militar e o da evangelização em que um missionário apontava a dois garotos africanos a cruz postada ao alto. Os seguintes referiam-se às várias actividades da sociedade: o Desporto, a Instrução, a Economia, com carros alusivos à cultura do milho, das oleaginosas e do sisal, à pesca, à cinegética, às artes indígenas, aos transportes e, por fim, o carro da Diamang. Uma figura feminina empunhava, na mão direita, um diamante e, na esquerda, as armas da Província de Angola. Servia de moldura à mulher uma roda dentada cravejada de diamantes. Duas pontes de lavaria tinham escrito, nos respectivos tapetes rolantes, o nome da empresa. Completavam a alegoria dois negros gigantes, simbolizando o esforço dos nativos no trabalho de extracção dos diamantes⁸³⁷. Rodeando o carro, iam 150 indígenas, uma banda de música, um grupo de bailarinas balubas, um grupo folclórico, sobas e as suas mulheres, seguidos por um grupo de trabalhadores das minas. A propósito do centenário da Reconquista,

⁸³⁶ *Boletim Geral das Colónias*, nº 281, Lisboa, Agência Geral das Colónias, Novembro de 1948, p. 190

⁸³⁷ *Idem*, p. 191. Cf. fotografias p. 207 e sgs.

evocava-se toda a história colonial e transmitia-se a ideia da riqueza e produtividade de Angola.

Noutro dia teve lugar uma “manifestação patriótica dos indígenas”, decerto preparada pelas autoridades para parecer espontânea. Num domingo à tarde, de todos os “muçiques” de Luanda convergiram grupos para o recinto da Feira Popular, situada nos terrenos em frente da Central Eléctrica, com bandeiras e distintivos, levando os instrumentos musicais. Dali seguiram para o Largo do Palácio, onde se erguia a estátua de Salvador Correia de Sá que foram homenagear. Os sobas da Lunda aguardavam o cortejo com bandeiras nacionais e da Restauração, naquele local. A cabeça do cortejo era constituída por uma disciplinada formação de trabalhadores da Diamang e desfilou em continência perante o monumento, onde os sobas já tinham colocado bandeiras. Ouviu-se o Hino Nacional, em respeitoso silêncio. E, em seguida, o cortejo desfilou pelas ruas da cidade, “uma massa compacta de gente negra” em que foi notado o garbo do pessoal da Diamang e a marcha dançada, como num batuque, dos indígenas de Luanda⁸³⁸. O objectivo desta encenação consistia em demonstrar o patriotismo dos “africanos portugueses”.

A romagem é uma forma de peregrinação que se realiza a um lugar digno de veneração ou próprio para evocações de carácter afectivo e simbólico. Nas comemorações camonianas foi comum a romagem ao monumento para depor flores no soco da estátua. Eduardo Coelho tinha proposto, em 1880, que fosse realizada uma grande romagem cívica até à frente da casa da calçada de Sant’ Ana e à igreja do convento onde estava sepultado Camões para depor, em nome do povo português, “côroas de louros e saudades no lugar onde estão depositados os restos do immortal epico”⁸³⁹. Não chegou a realizar-se porque foi feita a trasladação dos restos mortais atribuídos a Camões para a igreja de Santa Maria de Belém. O mesmo destino

⁸³⁸ *Idem*, p. 114. Relato transcrito de *A Província de Angola*, de Luanda.

⁸³⁹ *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo XV (oitavo do Suplemento), Lisboa, 1888, p. 29

tiveram os de Vasco da Gama, o que inaugurou um novo lugar de peregrinação. Os estudantes da academia de Lisboa, em 1898, foram colocar a bandeira nacional no monumento de Camões e uma coroa no túmulo de Vasco da Gama, em animado périplo cívico pela cidade⁸⁴⁰.

Em 1894, os estudantes do Porto preferiram deslocar-se em romagem ao túmulo do Infante D. Henrique, na Batalha. A coroa foi modelada por Teixeira Lopes sob a forma de carvalho, heras e flores. Numa das fitas continha uma legenda de homenagem dos estudantes portugueses ao Navegador e, na outra, os versos de Camões mais recordados pelos descontentes do regime monárquico, os que referiam a “a apagada e vil tristeza” em que jazia a Pátria⁸⁴¹. O Mosteiro de Santa Maria da Vitória tornou-se, já no Estado Novo, um dos lugares emblemáticos das grandes cerimónias comemorativas.

Em 1898, realizou-se uma romagem à quinta do Paraíso, em Alhandra, onde nasceu Afonso de Albuquerque⁸⁴². Pedro Álvares Cabral foi outro herói celebrado, no âmbito de várias comemorações, com romagens ao local onde foi sepultado, a igreja da Graça, em Santarém. Em 1922, na Madeira houve romagem ao túmulo de João Gonçalves Zarco, na igreja de Santa Clara. Mas foi nas comemorações do Duplo Centenário, em 1940, que a ideia foi levada às últimas consequências, visto que todo o programa foi concebido como uma grande romagem das autoridades e do povo através do tempo e dos lugares da nação que estavam associados aos principais momentos comemorados.

As celebrações desenrolaram-se segundo um itinerário que pretendia recriar, simbolicamente, a trajectória de Portugal, desde a fundação da nacionalidade, ligada ao castelo de Guimarães, até ao processo da expansão, evocada no mítico promontório de Sagres. Além disso, foram anunciadas, expressamente, no programa

⁸⁴⁰ *Diário de Notícias*, Lisboa, 19 de Maio de 1898

⁸⁴¹ Firmino Pereira, *op. cit.*, p. 222

⁸⁴² *Programme Général...*, artº 8, § 8º

várias romagens específicas: a romagem do povo de Lisboa à Sé e ao castelo de S. Jorge, a 9 de Junho; e, alguns dias mais tarde, deslocação ao lugar onde, segundo a tradição, teve lugar a batalha de Ourique; romagens da comitiva oficial aos locais históricos do centro do país, no regresso das cerimónias no Norte – Leiria, Batalha, Tomar, Alcobaça, Caldas da Rainha, Óbidos, Santarém; peregrinação popular aos lugares históricos da Restauração, em Lisboa, a 10 de Novembro; visita à igreja da Graça, em Santarém, onde foram lidos trechos da carta de Pêro Vaz de Caminha, junto da campa de Pedro Álvares Cabral; romagem aos sítios históricos do Alentejo para realizar um “preito aos mortos da Independência, ante o padrão das grandes batalhas”.

As comemorações do centenário da Guiné também deram origem a uma autêntica deambulação das autoridades por todo o território, uma forma de afirmar a presença colonial em toda a província e de deixar inscritos na paisagem marcos da história da colonização. Foram vários os monumentos inaugurados e os padrões comemorativos implantados em diversos pontos da colónia. Em 1948, as autoridades coloniais de Angola também incluíram no programa das comemorações romagens aos lugares históricos, ligados à memória da Restauração do domínio português. Nomeadamente, as fortalezas da Muxima e de Massangano, símbolos da resistência à ocupação holandesa e da reconquista da colónia portuguesa, foram alvo de peregrinação e de várias cerimónias evocativas⁸⁴³. A estátua de Salvador Correia de Sá também motivou a realização de uma romagem, depois das cerimónias principais que decorreram na fortaleza de S. Miguel: o governador geral depôs um ramo de flores e os quadros militares desfilaram em frente do monumento⁸⁴⁴. O centenário de António Enes deu azo a uma deslocação das autoridades camarárias e populares à rua da Madalena, onde nasceu o comissário régio de Moçambique⁸⁴⁵.

⁸⁴³ *Boletim Geral das Colónias*, Ano 24, N° 280, Lisboa, 1948, pp. 178-181

⁸⁴⁴ *Diário de Luanda*, 16 de Agosto de 1948

⁸⁴⁵ *O Século*, Lisboa, Número especial dedicado ao Império, 16 de Outubro de 1948, p. 191

Em 1955, fez parte do programa oficial uma romagem ao túmulo de Mouzinho no cemitério dos Prazeres, em que participaram os membros da comissão nacional do centenário, a Liga dos Combatentes da Grande Guerra, todos os antigos combatentes do ultramar que desejaram incorporar-se na manifestação e uma delegação da Mocidade Portuguesa de Moçambique. No centenário henriquino, mais uma vez foi concebido um itinerário das comemorações que contemplava todos os locais do país mais directamente relacionados com a memória do Infante: Porto, Lisboa, Tomar, Viseu, Algarve, Ilhas Adjacentes e a Batalha, onde decorreram as cerimónias de encerramento. Mas, especificamente, realizaram-se várias romagens a Sagres, eleito local de peregrinação dos jovens: a Academia de Coimbra, representada por uma deputação de estudantes do Centro Universitário da Mocidade Portuguesa e de todas as Faculdades, foi descerrar uma lápide de homenagem ao Navegador no promontório⁸⁴⁶; os alunos do Colégio Militar de Lisboa e do Rio de Janeiro, que estiveram reunidos num colóquio, também rumaram a Sagres e os cadetes da Escola Naval que ali montaram uma guarda à Fortaleza e realizaram uma velada de armas⁸⁴⁷. A Mocidade Portuguesa organizou uma peregrinação de Lisboa a Sagres a pé — “Marcha da Camaradagem Infante de Sagres” — e a delegação algarvia das comemorações decidiu promover uma romagem de toda a província ao local, no encerramento das comemorações⁸⁴⁸.

Além do cortejo e da romagem, o desfile naval foi um número bastante popular nos centenários que recordavam a gesta dos descobrimentos. Em 1880, houve desfile no estuário do Tejo por causa do transporte dos restos mortais atribuídos a Camões e a Vasco da Gama para a igreja de Santa Maria de Belém. Um observador descreveu-o nos seguintes termos: “N” aquella grande multidão accumulada á

⁸⁴⁶ *Boletim Geral do Ultramar*, Lisboa, Abril/Maio de 1960, p. 163

⁸⁴⁷ *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. IV, Lisboa, 1963, pp. 172 e 185

⁸⁴⁸ *Diário Ilustrado*, Lisboa, 13 de Novembro de 1960, p. 8

margem do Tejo, a passagem d'aquella immensa esquadilha evocava, de certo, nos espiritos a memoria das nossas antigas grandezas, a recordação dos nossos extraordinarios feitos maritimos e o povo recebia o baptismo de ideal de que tanto necessitava”⁸⁴⁹. Captou, afinal, muito bem o seu significado simbólico.

Em 1894, o Porto assistiu a um cortejo fluvial que reuniu um número considerável de embarcações todas engalanadas, incluindo um cruzador inglês que tinha vindo para as festas⁸⁵⁰. As margens do Douro estavam decoradas com bandeiras colocadas em intervalos regulares, da Foz até à ponte de D. Luís. Um navio de guerra transportou, do Sacro Promontório, a pedra fundamental que ia ser colocada nas fundações do monumento ao Infante D. Henrique. No dia 4 de Março, ao início da tarde esta foi transferida para uma embarcação que cumpria a função de representar uma caravela. Girândolas de foguetes e salvas de tiros anunciaram a transferência e o início do cortejo que iria acompanhar a pedra fundamental até ao cais, onde se procedeu ao desembarque e ao transporte em direcção à praça Infante D. Henrique. A “caravela” levava a bordo uma tripulação vestida com trajos do final da época medieval, de elmos e bacinetes luzentes, e o pendão de Cristo arvorado nos mastros, mas foi rebocada por um barco a vapor. A família real encontrava-se a bordo da corveta Sagres e foi saudada pelas tripulações dos navios de guerra em continência e pelos vivas das pessoas que seguiam nas outras embarcações. Os barcos dos particulares foram amarrados em linha a seis rebocadores, decerto para manter a boa ordem do desfile e evitar atropelos ou acidentes. Não faltou sequer um barco com um grupo de homens e mulheres de Gondomar que tocaram e cantaram o Hino do centenário, além da banda de música da corporação dos pilotos da barra. A enorme multidão que se aglomerou nas margens e o movimento das embarcações tornou esta parte do programa uma das “mais apparatusas e interessantes”⁸⁵¹.

⁸⁴⁹ *O Occidente*, Lisboa, 3º anno, Nº 60, 15 de Junho de 1880, p. 102

⁸⁵⁰ Firmino Pereira, *op. cit.*, p. 113 e sgs.

⁸⁵¹ *O Occidente*, vol. XVII, Lisboa, 1894, p. 91

O programa do centenário da viagem de Vasco da Gama contemplou uma parada e revista naval aos vasos de guerra nacionais e estrangeiros, fundeados no estuário do Tejo. Em 1925, no centenário da morte do Almirante do Mar da Índia realizou-se um cortejo fluvial no estuário do Tejo que mobilizou mais de cem embarcações, todas embandeiradas em arco. O desfile foi sobrevoado por quatro aviões militares, o que constituía um motivo de atracção suplementar. O cortejo desfilou em frente dos navios de guerra estrangeiros que tinham afluído às comemorações e dos milhares de espectadores que coalharam as margens do rio de gente.

O desfile naval do centenário henriquino, a 7 de Agosto de 1960, ao largo da ponta de Sagres ficou como um marco grandioso deste tipo de ritual comemorativo dos descobrimentos e navegações dos portugueses. O desfile iniciou-se com o navio-escola Sagres que, ao passar na direcção da tribuna presidencial, salvou com 21 tiros⁸⁵². A seguir, alinhavam os grandes veleiros, por ordem alfabética dos países, com as tripulações perfiladas no convés e bandeiras e galhardetes flutuando nos mastros. Passaram, lado a lado, o aviso português “Bartolomeu Dias” e o cruzador brasileiro “Almirante Barroso” que, igualmente, salvaram em honra dos dois chefes de Estado. Seguiram-se os restantes navios ordenança e à passagem do último vaso de guerra, a bateria da Atalaia salvou, encerrando-se o desfile.

Encontravam-se, pairando ao largo, muitos barcos de recreio, iates, vedetas e arrastões que não quiseram perder o magnífico espectáculo. Milhares de pessoas assistiram ao desfile, colocadas em pontos estratégicos em todo o promontório. Além dos veleiros, participaram no desfile 32 navios de guerra de países estrangeiros — Argentina, Brasil, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Reino Unido, Suécia, República Federal da Alemanha e União da África do Sul

⁸⁵² *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. IV, Lisboa, 1963, pp. 190-191. Ver também o *Diário Ilustrado*, Lisboa, 7 de Agosto de 1960, p. 8, cujo repórter classificou de “invulgar e majestoso espectáculo” o acontecimento.

— e 12 unidades da Armada portuguesa, que se concentraram previamente na baía de Lagos. Enquanto decorreu o desfile marítimo, cruzaram os ares esquadrilhas de aviões, de várias nacionalidades, vindas das bases da Ota, Montijo, Monte Real, Gibraltar, Badajoz e Madrid. Depois de terminado, os dois presidentes e as comitivas embarcaram no “Vera Cruz” com destino a Lisboa. Durante algum tempo, o paquete navegou ladeado pelos vasos de guerra da frota internacional que, formados em alas, também se dirigiam para Norte. As tripulações, de fardamento branco e formadas, saudaram em continência e prestaram as honras da ordenança. Em seguida, a esquadra dispersou e os navios vieram fundear na baía de Cascais, para entrarem no Tejo no dia seguinte e ancorarem em frente do Padrão dos Descobrimentos, em Belém.

O desfile naval de Sagres pretendeu evocar as navegações portuguesas e reafirmar a “vocaçāo marítima e atlântica” de Portugal, tendo como palco um lugar mítico da memória nacional. O sítio onde, na visão romântica, o Infante teria sonhado com terras desconhecidas e mares ignotos. Ali, o imenso Oceano parece estender-se aos pés de Portugal. A África está próxima e a América fica do outro lado do mar. Por isso, Sagres é o lugar mágico onde se desenhou o destino imperial do país. O agreste Promontório consagrou-se como símbolo da epopeia nacional.

Por último, importa referir as paradas e desfiles militares. Já mencionámos a polémica do tricentenário de Camões sobre a participação dos militares no cortejo cívico. Afinal, acabaram por estar representados por um carro alegórico, uma corporação da Armada e outra do Exército e os alunos das escolas militares. Nos cortejos cívicos dos centenários seguintes, as Forças Armadas também estiveram presentes. Apareciam como mais um elemento da vasta montra da sociedade portuguesa que os cortejos pretendiam ser. No programa do “centenário da Índia” também havia uma revista às tropas, que foi realizada pelo rei D. Carlos com a habitual pompa militar. A comissão executiva do centenário, em 1924, integrou as

forças militares e policiais na cabeça do cortejo camoniano, logo atrás do piquete de Cavalaria e dos escuteiros⁸⁵³. Não temos notícia de parada ou desfile militar, além desta participação das tropas no cortejo cívico de homenagem ao épico.

Muito diferente foi o programa do centenário de Vasco da Gama, pontuado por diversas cerimónias militares. No Terreiro do Paço formaram vários batalhões e companhias, além dos corpos montados da guarnição de Lisboa e da Guarda Republicana⁸⁵⁴. Os destacamentos dos navios de guerra estrangeiros surtos no Tejo também se integraram na cerimónia e os alunos das escolas militares. O presidente da República, os membros do governo, o corpo diplomático e os convidados assistiram à parada das janelas do ministério do Trabalho. Pelas quinze horas foi içado no mastro existente no Arco da Rua Augusta, por detrás da estátua de Vasco da Gama, o pavilhão com a insígnia igual à usada pela nau capitania — a cruz de Cristo. De imediato, todas as forças fizeram continência e a banda do corpo de marinheiros tocou os primeiros compassos d’*A Portuguesa*. A bateria da Marinha salvou com os tiros da praxe, sendo correspondida por todos os vasos de guerra surtos no estuário. Terminada a salva, foram soltos, no terraço do Arco da Rua Augusta, todos os pombos militares disponíveis. Em seguida, os alunos das escolas entoaram o Hino Nacional e a banda da Marinha executou uma peça heróica. No final, as forças militares desfilaram por nacionalidades e as portuguesas retiraram para os respectivos quartéis. No dia seguinte, as tropas desfilaram em frente do palácio de Belém “com imponência e garbosidade, deixando uma óptima impressão”⁸⁵⁵.

Símbolo do poder e da soberania nacional, as forças militares sempre tiveram um papel destacado nas principais solenidades. Mas no Estado Novo passaram, efectivamente, a ser um elemento fundamental das práticas e ritos comemorativos, tornando-se a sua presença e a das organizações paramilitares uma componente de

⁸⁵³ *4º Centenário do Nascimento de Camões, 1524-1924*, s.l., s.d., p. 47

⁸⁵⁴ *Diário de Lisboa*, 23 de Janeiro de 1924, p. 4

⁸⁵⁵ *Idem*, 26 de Janeiro de 1925, p. 8

muitas cerimónias. Além das tradicionais paradas e desfiles militares, faziam a guarda de honra nas sessões solenes, em inaugurações ou cerimónias afins, nas solenidades religiosas e em múltiplos ritos evocativos que tinham subjacente a exaltação do sacrifício pela Pátria, a abnegação e o heroísmo, seja para defender a independência nacional ou a integridade do Império.

Nas comemorações do Duplo Centenário deu-se um relevo considerável à evocação das múltiplas batalhas ligadas à construção do Estado português e, a 26 de Novembro, os grandes chefes militares seiscentistas foram recordados numa sessão solene, no Museu de Artilharia. Nas colónias, o aparato militar tinha uma grande importância nas cerimónias públicas, como símbolo da ocupação e do poder. O centenário de Mouzinho de Albuquerque teve, naturalmente, um peso militar muito grande que ficou bem patente nas diversas cerimónias oficiais e culminou num imponente desfile na Avenida da Liberdade, para encerrar as celebrações na capital. Em 1960, as Forças Armadas também estiveram omnipresentes e, em especial, a Marinha. No Dia da Marinha, as tropas da Armada desfilaram na capital. Em Lagos, voltaram a fazê-lo nas cerimónias da inauguração da Avenida Marginal e da estátua do Infante D. Henrique, de Leopoldo de Almeida. Por fim, estiveram no grande desfile internacional que reuniu as Marinhas de todos os países que tinham enviado vasos de guerra para participar nas comemorações.

Os contingentes concentraram-se no Parque Eduardo VII e desfilaram, de impecáveis uniformes brancos, pela Avenida da Liberdade em direcção à Praça do Comércio, onde destroçaram⁸⁵⁶. As autoridades civis e militares presenciaram o desfile em palanques instalados em frente do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, na Avenida da Liberdade. No passeio fronteiro à tribuna presidencial, formaram as juventudes. Primeiro, centenas de raparigas da Mocidade Portuguesa Feminina, com um friso de bandeiras e estandartes. No lado oposto ao monumento,

⁸⁵⁶ *Diário Ilustrado*, Lisboa, 10 de Agosto de 1960, p. 1 e 6

encontravam-se os jovens do I Acampamento Internacional Infante D. Henrique, todos com o uniforme de campanha da Mocidade Portuguesa. Também esteve presente uma delegação da Frente de Juventudes espanhola, que desfilou cantando o hino “Cara ao Sol”. Não faltaram os Escuteiros de Portugal e o Corpo Nacional de Escutas, tendo a seu lado as delegações dos escuteiros estrangeiros que vieram participar nos acampamentos dos jovens. Completavam a representação juvenil, os membros da Marcha da Camaradagem Infante de Sagres, da Mocidade Portuguesa, que iam em romagem a Sagres. Entre a mancha colorida, destacava-se o grupo dos régulos da Guiné, com os seus trajos brancos tradicionais, que tinham vindo à metrópole e, como refere a imprensa, não quiseram deixar de “marcar a presença da África Portuguesa” na cerimónia.

No Estado Novo foram comuns manifestações como as veladas de armas e “chamas da Pátria”, promovidas pelas organizações paramilitares, em especial pela Mocidade Portuguesa, e pelos alunos das escolas militares. Nas festas da Fundação, em Guimarães, acenderam-se doze fogueiras e durante toda a noite as sentinelas bradaram o seu grito de alerta⁸⁵⁷: *Sentinela alerta? Alerta está! Quem vive? Portugal! Portugal! Portugal!* Este grito ecoou por todo o país e nas colónias através da transmissão pela Emissora Nacional. A cerimónia repetiu-se em vários castelos e noutros momentos do ciclo comemorativo daquele ano.

Em 1960, foram várias as veladas que tiveram lugar no promontório de Sagres. Para além de serem rituais destinados a galvanizar as tropas e os jovens, inculcando-lhes um espírito de corpo e de vigilância em relação às hipotéticas ameaças à integridade de Portugal, chamavam também a atenção de toda a população para a necessidade de estar unida e vigilante para a defesa da segurança e continuidade histórica da comunidade nacional. A vigília durante a noite, a chama da Pátria que se

⁸⁵⁷ Henrique Galvão, *Album Comemorativo. Fundação: Festas de Guimarães, Cortejo do Mundo Português, Secção Colonial da Exposição do Mundo Português*, desenhos a lápis e capa por Eduardo Malta, figurinos por Manuel Lapa, Porto, Litografia Nacional do Porto, s.d.

mantinha acesa e os cortejos luminosos reafirmavam, de forma simbólica, que os portugueses estavam alerta e esconjuravam todas as ameaças que se escondiam nas trevas. Unidos e vigilantes venciam a escuridão, emergindo para a luz em alvoradas rasgadas pelo toque alegre dos clarins ou pelo som marcial das salvas da artilharia.

Significado diferente tinham os cortejos de flores. Vimos que nas comemorações camonianas se instituiu o rito da deposição de flores na estátua do poeta e muitas eram levadas pelas crianças das escolas e asilos que participavam nos desfiles. Noutras celebrações, as flores estavam também presentes nos cortejos, nas decorações e nas homenagens prestadas junto dos monumentos e dos túmulos das principais figuras evocadas. Símbolos de vida e de alegria, a sua inclusão nos ritos comemorativos introduzia a nota de esperança e festiva. Em Guimarães, o Cortejo das Flores marchou pelas ruas da cidade em direcção ao chamado castelo de Mumadona. Ali, o chefe de Estado, os membros do governo, da embaixada brasileira e demais elementos oficiais depuseram flores junto das muralhas e decorreu a Festa das Flores de Portugal⁸⁵⁸. Deste modo, festejava-se o nascimento de Portugal e o octocentésimo ano da sua existência. Em 1960, a administração da Transportadora Aérea Portuguesa teve a ideia de lançar uma nuvem de pétalas de flores sobre a zona de Belém e de Sagres para assinalar o dia do nascimento do Infante D. Henrique e o início das comemorações⁸⁵⁹.

Nos cortejos sempre se deu grande valor à exibição de bandeiras, pendões e insígnias que identificavam os objectos da celebração e os organismos que participavam nela. Nas manifestações cívicas oitocentistas, uma parte do impacto visual dos cortejos era devida ao colorido e profusão dos estandartes, nomeadamente das associações e das câmaras municipais. Esta prática manteve-se e assumiu uma grande importância nos desfiles do Estado Novo. A 1 de Dezembro de 1940 realizou-

⁸⁵⁸ *Festas Centenárias 1940, Guimarães: Programa Oficial*, s.l., s.d.

⁸⁵⁹ *Diário Ilustrado*, Lisboa, 5 de Março de 1960, p. 6

-se mesmo o desfile das bandeiras da Restauração e dos estandartes dos Municípios, das Corporações, da Legião e da Mocidade Portuguesa, perante o monumento dos Restauradores⁸⁶⁰. No desfile das Marinhas, em Lisboa, no âmbito das comemorações henriquinas havia um bloco com os estandartes de todas as unidades da Armada portuguesa que não puderam estar presentes⁸⁶¹.

Um olhar retrospectivo sobre as comemorações, de 1894 a 1960, permite-nos constatar que o estandarte mais utilizado ostentava a cruz de Cristo a vermelho sobre o fundo branco. Foi de tal forma comum que se impôs como símbolo da expansão portuguesa que, assim, se identificava com a ideia da cruzada. O Estado Novo limitou-se, por conseguinte, a levar às últimas consequências uma concepção que tinha raízes ideológicas mais profundas e antigas.

Festividades

O romper ruidoso das alvoradas é uma forma tradicional de despertar a população para uma jornada diferente da rotina diária do trabalho. No programa oficial do “Centenário da Índia”, determinava-se que no dia 17 de Maio, quando se iniciassem as comemorações, fosse arvorada a bandeira nacional em todas as fortalezas, quartéis, navios de guerra e edifícios públicos, a qual seria saudada por salvas de artilharia ou de fusil. Os sinos de todas as igrejas paroquiais repicariam em todo o país e as bandas de música percorreriam as ruas das localidades, tocando o hino nacional do centenário. É um exemplo do tipo de demonstrações que podiam ocorrer, se bem que não seja possível saber até que ponto o ritual foi cumprido em

⁸⁶⁰ *Comemorações Centenárias, Programa Oficial 1940*, Lisboa, 1940

⁸⁶¹ *Diário Ilustrado*, Lisboa, 10 de Agosto de 1960, p. 6

todo o país. O estrear dos foguetes era outra forma de assinalar o nascer de um dia de festa e celebração.

O ambiente festivo passava pela limpeza e decoração dos espaços e edifícios públicos, em especial nos locais onde iam ter lugar as cerimónias. No século XIX, era vulgar juntarem-se grupos de cidadãos que às suas próprias expensas decoravam algumas praças e ruas. Os serviços camarários asseguravam a edificação de construções efémeras — pavilhões, coretos, arcos triunfais, palanques, etc. — que eram necessárias para albergar as autoridades ou como cenários das cerimónias públicas. As iluminações completavam o quadro próprio para os festejos. Vejamos a título de exemplo o que aconteceu no centenário henriquino, no Porto.

Quinze dias antes das festas, a Invicta transmitia a imagem de uma cidade em obras: “Pintam-se as fachadas dos edifícios públicos, lavam-se as fontes monumentaes, calçam-se de paralelipedos as ruas, limpam-se os jardins, penteiam-se as árvores das praças e das squares. A azafama é geral, pois é preciso mostrar a cara lavada aos forasteiros que veem de fora”⁸⁶². Duas dezenas e meia de ruas, largos e praças da cidade foram ornamentados por comissões de moradores e pela Câmara Municipal, abrangendo um perímetro urbano importante para a época⁸⁶³. A nota mais saliente era dada pela arquitectura efémera que polvilhou a cidade de construções alusivas ao evento. Mais de uma dezena de coretos foram erguidos para tocarem as bandas regimentais e as filarmónicas. As suas formas evocavam vagamente o estilo gótico, fortalezas ou baluartes, embarcações antigas e um deles, mais espectacular, representava um cais com um farol, donde emanava um foco de luz eléctrica.

Uma multiplicidade de colunas, pedestais, mastros e plintos sustentavam uma grande variedade de ornamentos. Os motivos decorativos eram dominados pelos elementos vegetais, onde sobressaíam as clássicas coroas de louro, e pelos objectos

⁸⁶² *Novidades*, Lisboa, 1 de Março de 1894

⁸⁶³ Baseamo-nos na descrição feita por Firmino Pereira, *op. cit.*, pp. 103-113

representativos das navegações, como as âncoras, os mastros, as vergas, os cabos e o velame. As esferas simbolizavam o mundo e os descobrimentos. A cruz vermelha da Ordem de Cristo impunha-se por todo o lado, mas não foram esquecidos os brasões e as armas do Infante D. Henrique e do município portuense. Bandeiras, galhardetes, troféus e escudos distribuíam-se em grande profusão. Baldaquinos e painéis pintados apareceram na Rua de Santo António e no Largo dos Loios. No Campo da Regeneração erguia-se um obelisco com um grande foco de luz eléctrica, no topo, que era uma novidade naquela época. A construção exibia nas suas faces a cruz de Cristo, um medalhão com o busto do Infante D. Henrique, o brasão da cidade e inscrições alusivas às conquistas e descobertas do período henriquino. O Campo foi engalanado a toda a volta com serpentinas, bandeiras e dísticos alusivos à vida do Infante⁸⁶⁴.

Os espaços públicos ornamentados estavam, de modo geral, iluminados. O gás era ainda a principal fonte de energia utilizada, mas em vários locais os arcos voltaicos projectavam um luz intensa. Uma fonte luminosa, com um jacto de água que mudava de cor, constituiu motivo de atracção e um potente reflector, montado pelo fotógrafo Emílio Biel, que projectava o seu foco em várias direcções. As formas de iluminação tradicionais continuaram a ser usadas: as lanternas, as tigelinhas à moda do Minho e os balões venezianos⁸⁶⁵. Alguns edifícios também apareceram iluminados, destacando-se o palácio da Bolsa e os Paços do Concelho. O brilho das

⁸⁶⁴ Como relatava *O Charivari*, uma publicação satírica do Porto (8º anno, 1893-1894, p. 379):

- *Eram bandeiras de cruz / que oscillavam com o vento, / Obeliscos d'espavento / E mastros todos pimpões. / Eram coretos d'estalo, / Arcos, alli, na alturinha, / Aparelhos de marinha / E garbosos pavilhões. // Tudo ufano, airoso e bello / N' essas ruas se ostentava, / O burguez, quando passava, / Ficava mesmo pasmado. / Que muros a fingir pedra! / Que arcadas a fingir castros! / Que trancas a fingir mastros! / E tudo papel pintado!...*

⁸⁶⁵ Segundo a imprensa, no centenário camoniano empregou-se na decoração das ruas 3800 globos de vidro, 50 candelabros de 9 lumes, 230 estandartes de várias cores, 14 arcos de flores, bandeiras, centenas de bicos de gás, 4000 balões venezianos, 7000 lanternas de vidros de cores, 76 candelabros com 380 lumes, etc. Muitas casas particulares e edifícios públicos também iluminaram as suas fachadas. (*Homenagens a Camões. 1880. XX: Recortes de Jornais, Secção de Reservados, Biblioteca Nacional de Lisboa*) Em 1898, as iluminações e decorações ainda foram mais imponentes.

luzes só não foi maior porque a Companhia do Gás não pôde satisfazer todos os pedidos.

A decoração dos espaços onde decorriam as cerimónias abertas à população e dos locais que funcionavam como ponto de encontro e de convívio dos populares, como nos arraiais populares, fazia parte do clima de festa. No período da I República, no âmbito das festas da cidade de Lisboa, começou a promover-se concursos de montras, com o objectivo de estimular os comerciantes a melhorar a apresentação dos seus estabelecimentos e, assim, contribuir para embelezar o ambiente geral. O programa das celebrações camonianas estabelecia que, no dia 4 de Junho de 1924, fosse feita a inauguração do concurso de montras e janelas⁸⁶⁶. Esta prática continuou, posteriormente, no Estado Novo e foi apadrinhada por António Ferro, no âmbito das actividades do Secretariado de Propaganda Nacional destinadas a promover a imagem do país e o turismo. Assim, o programa do Duplo Centenário incluía uma exposição de montras, que foi realizada nas oito dezenas de estabelecimentos da rua Garrett e exigiu a colaboração de um número considerável de artistas⁸⁶⁷. Reencontrámos este género de iniciativa nas festas do Tricentenário da Restauração de Angola, promovida pelo *Diário de Luanda* com a finalidade de transmitir uma imagem melhorada da cidade naqueles dias.

Mais importante do que as simples decorações, foi o cuidado posto pelo Estado Novo na encenação das grandes solenidades. Tomemos como exemplo o programa das comemorações do Infante e dos navegadores do “ciclo henriquino”, realizado em Sagres a 15 de Junho de 1940⁸⁶⁸. O chefe de Estado encontrava-se no Algarve, onde tinham decorrido as cerimónias e festejos que faziam parte do programa provincial das Comemorações Centenárias, na capital do distrito. Na

⁸⁶⁶ 4º Centenário do Nascimento de Camões 1524-1924, s.l., s.d., p. 40

⁸⁶⁷ Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal. O país, o regime e as artes. “Restauração” e “Celebração”*, Dissertação de doutoramento policopiada, Lisboa, U.N.L., 1991, p. 195

véspera das solenidades no Promontório, chegaram as representações da Mocidade Portuguesa e da Legião. Na baía de Sagres, fundearam os vasos de guerra da Divisão Naval portuguesa e o navio-escola brasileiro “Almirante Saldanha”. À noite, realizou-se uma procissão das velas que saiu da capela de Nossa Senhora da Graça e fez o circuito completo da Fortaleza. Uma oração especial à Virgem foi elaborada para aquela cerimónia religiosa e radiodifundida através da Emissora Nacional para todo o “Mundo Português”. Nela se pedia a protecção da “Senhora de Sagres! Virgem fazedora de tantos milagres!” e a paz para as almas dos nautas que morreram para o bem da Pátria-Mãe, “para glória maior dos que venceram!” Finda a oração, iluminou-se uma monumental cruz de Cristo e, depois do toque de recolher, começou a velada de armas.

A alvorada do dia seguinte iniciou-se com as tropas em grande formatura e o hastear das bandeiras nacional e da cruz de Cristo nos mastros da Fortaleza. Após a chegada do presidente da República, organizou-se um “cortejo cívico-religioso” até ao local onde ia decorrer a missa solene campal. No desfile integraram-se os prelados das dioceses do país e das colónias, párocos, missionários e seminaristas, o presidente do Conselho e membros do governo, o presidente da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, as representações diplomáticas, com a brasileira em primeiro lugar, os comandos das Forças Armadas, da Legião e da Mocidade Portuguesa, o presidente da Comissão Central da União Nacional, da Liga Nacional 28 de Maio, o governador do distrito de Faro e da Junta de Província do Algarve, e as representações da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, dos Municípios algarvios, dos organismos corporativos, das colónias — “Velhos Colonos”, que tinham vindo em cruzeiro promovido pelas autoridades, e 48 indivíduos das regiões

⁸⁶⁸ *Glorificação do Infante e dos Navegadores do Ciclo Henriquino, em Sagres, no dia 15 de Junho de 1940. Programa, s.l., s.d.*

presentes na Exposição — , das escolas militares, das forças militares e paramilitares e do povo.

A música da missa solene foi escrita para a ocasião por Frederico Freitas e executada pela Orquestra Sinfónica Nacional e pela Sociedade Coral de Lisboa, acompanhada por solistas. Após o ofício religioso, celebrado pelo bispo do Algarve, o Cardeal Patriarca procedeu à benção ritual do Mar, do alto do Promontório Sagrado. No final do acto, trombeteiros medievais executaram a marcha guerreira da Fundação e os navios de guerra lançaram salvas de artilharia.

Seguiu-se a representação do auto dramático *Rosas de Santa Maria*, alusivo ao regresso de Gil Eanes do Cabo Bojador e ao reencontro com o Infante D. Henrique, a quem teria entregado um ramo de rosas. O poeta Cândido Guerreiro escreveu a peça, que foi musicada por Fernando Lopes. O ramo das “Rosas do Império” era, simbolicamente, constituído por rosas feitas de ouro, prata e outros metais extraídos do solo das colónias portuguesas e ia ser deposto na igreja de Nossa Senhora de Guadalupe, numa homenagem à Virgem, ao Infante e aos seus navegadores. Todos os actos desta grande encenação histórica, política e religiosa ao ar livre foram regulamentados ao pormenor no programa oficial. O ramo foi entregue ao presidente da República pelo filiado mais jovem da Mocidade Portuguesa, que o tomou das mãos da personagem do Infante no auto. O chefe de Estado, por sua vez, fez a entrega solene deste ao bispo do Algarve, que o ia colocar no altar da Virgem. Durante esta parte do cerimonial, os pescadores entoaram em coro a “Salvé Rainha”, na versão tradicional da costa algarvia. Cerca de quatro horas, uma longa manhã foi necessária para cumprir o ritual.

A deslocação da comitiva oficial de Faro para Sagres devia ser saudada por manifestações populares em todo o percurso, com a colaboração das crianças das escolas primárias de toda a região. Uma prática habitual da política de massas do regime que, naquele ano, atingiu o paroxismo, devido à grande deambulação das

autoridades pelo território nacional. O folheto com o programa das celebrações fazia um apelo à população para ir a Sagres, na noite de 14 de Junho, “rezar à Virgem pelo descanso das Almas dos que morreram no Mar para a maior glória de Portugal” e levar consigo a bandeira da cruz de Cristo. No caso de não puderem comparecer, deveriam desfraldar a bandeira na janela, no dia 15 de Junho. Estes avisos repetiram-se noutras alturas. Pretendia-se, assim, criar um clima de autêntica unção celebrativa em todo o país.

Contudo, a componente da festividade mais popular não foi ignorada no Duplo Centenário. As Exposições Regionais, organizadas pelas Juntas de Província, tiveram variados programas de animação que incluíram a exibição de ranchos folclóricos, os concertos pelas bandas de música, as competições desportivas e os “folguedos populares”, segundo a genérica designação adoptada nos folhetos. Vejamos o programa que foi levado a cabo na Estremadura⁸⁶⁹.

A Exposição Provincial ergueu-se nas Caldas da Rainha e foi visitada por 50.000 pessoas que puderam apreciar aspectos das actividades características da região, da sua etnografia e cultura popular, da história local e das obras do Estado Novo na província. No Museu Provincial de José Malhoa, então inaugurado, realizou-se uma exposição da pintura contemporânea portuguesa, além da exibição permanente das obras do pintor. A 11 de Agosto, a Exposição foi inaugurada pelo sub-secretário da Estado das Obras Públicas e Comunicações. No dia 15, realizou-se a festa religiosa a Santo Isidro Lavrador. Dois dias depois, houve um *rallye* automóvel. A 18, num serão medieval em Óbidos, reconstituiu-se a tomada do Castelo pelas tropas de D. Afonso Henriques, sob a direcção do capitão Henrique Galvão. A 25, realizou-se uma excursão à Exposição do Mundo Português, provas náuticas e batuque gentílico, com a presença dos reis do Congo. A 1 de Setembro, teve lugar o “cortejo da gente do mar” que reuniu oitocentas pessoas de todas as

⁸⁶⁹ *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, Lisboa, 1940, pp. 49-55

praias estremenhas, com o seus trajos e apetrechos típicos das fainas marítimas, e a exibição nocturna de ranchos folclóricos. A 8, decorreu a Festa do Vinho com a distribuição gratuita do apreciado líquido, o cortejo etnográfico e os Jogos Florais, aos quais concorreram mais de mil quadras alusivas ao vinho. A 15, foi encerrada a Exposição num ambiente de festa, em que se destacou o “fogo aquático”. Um programa aplaudido pela imprensa que se repetiu, com variantes, noutras regiões de Portugal. Se acrescentarmos as múltiplas iniciativas que ficaram a cargo dos concelhos, que seria fastidioso narrar, podemos ter uma noção do ambiente que se viveu na província da Estremadura⁸⁷⁰ e no resto do país.

Como já referimos, as Comemorações Centenários foram um caso de excepcional mobilização e de grande impacto público das festividades. Mas, de modo geral, o espectáculo fazia parte dos programas comemorativos. O espectáculo de rua era proporcionado pelas iluminações, concertos das bandas de música, ranchos folclóricos e, eventualmente, bailes populares. No período da I República costumavam abrir-se os principais mercados da capital durante a noite para os lisboetas dos bairros populares puderem dançar nas ocasiões festivas. Já no regime salazarista escasseiam as referências a bailes deste género. Nas salas de espectáculo, por iniciativa dos empresários teatrais e das comissões organizadoras dos centenários realizavam-se programas especiais alusivos às comemorações. Alguns desses espectáculos, em dias de grande gala e feriados, eram financiados pelos governos para serem gratuitos. As representações de peças dramáticas e autos eram os números mais comuns, mas os concertos, as declamações e, pontualmente, o bailado, também faziam parte dos programas daqueles dias.

Os espectáculos de gala nos principais teatros da capital eram momentos de grande destaque social. Em 1880, os artistas prestaram homenagem a Camões num espectáculo que decorreu no teatro D. Maria II. Os primeiros actores portugueses

⁸⁷⁰ *Idem*, pp. 62-74

representaram cenas das mais notáveis produções dramáticas de escritores nacionais e, por fim, coroaram o busto do poeta em palco⁸⁷¹. O drama de Cipriano Jardim sobre a vida de Camões também foi exibido no mesmo teatro. Em 1898, a noite de gala foi no S. Carlos, com a representação do drama de José de Sousa Monteiro que tinha ganho o concurso literário e da peça de Almeida Garrett, *Falar Verdade a Mentir*. Na abertura e no fecho do espectáculo, ouviu-se o hino e a marcha triunfal do centenário. Os intervalos foram abrilhantados com a audição de excertos de composições clássicas. No Porto, quatro anos antes, a récita de gala tinha tido lugar no teatro S. João, onde a companhia do S. Carlos cantou a *Hebrea* e foram recitadas poesias.

A récita de gala também fazia parte do programa oficial do centenário do nascimento de Vasco da Gama⁸⁷². Mas as Comemorações Centenárias excederam qualquer uma das outras pela quantidade e variedade dos espectáculos que ocorreram nas principais salas do país. O programa da comissão nacional previa a realização de vários espectáculos de gala. Um concerto de gala no teatro D. Maria II, integrado no “ciclo medieval” dos Centenários, onde seria executada uma peça sinfónica da Fundação, música religiosa extraída dos códices de Alcobaça e a reconstituição musical das poesias galaico-portuguesas dos séculos XII a XIV. No mesma sala, estava previsto um “serão manuelino”, no âmbito do “ciclo imperial”. No Pavilhão de Honra, foram executados os bailados portugueses, *Verde Gaio*. Um projecto acarinhado por António Ferro para criar um bailado nacional, onde combinou elementos da tradição cenográfica do teatro de revista com um certo pitoresco folclórico. Alguns dias mais tarde, realizou-se a *Festa d’Os Lusíadas*, onde discursou o professor Hernâni Cidade e artistas de nomeada, vestidos com trajes do século XVI, declamaram trechos desta obra e dos sonetos de Camões⁸⁷³. A Orquestra Sinfónica da

⁸⁷¹ *Commercio de Portugal*, Lisboa, 12 de Junho de 1880, p. 2

⁸⁷² *O Século*, Lisboa, 25 de Janeiro de 1925

⁸⁷³ Comissão Executiva dos Centenários, *Festa dos Lusíadas*, no Pavilhão de Honra da Exposição do Mundo, Domingo, 14 de Julho de 1940, Lisboa

Emissora Nacional interpretou a sinfonia *A Pátria*, inspirada na obra do poeta, de José Viana da Motta, sob a regência do maestro Pedro de Freitas Branco. No “ciclo bragantino”, novo concerto de gala iria ocorrer no Pavilhão de Honra, onde seriam executadas uma peça sinfónica inspirada na Restauração, composições musicais de D. João IV e dos contrapontistas portugueses do século XVII. Mais adiante, na reabertura do teatro S. Carlos restaurado, decorreu a primeira representação da ópera, encomendada a Ruy Coelho. Na noite do 1º de Dezembro, realizou-se novo espectáculo de gala no teatro D. Maria II.

As comemorações na Guiné, em Angola e Moçambique tiveram espectáculos distintos consoante o público. Os espectáculos mais selectos para a elite colonial, as exhibições folclóricas e os festejos mais populares para a massa dos colonos e os “festivais gentílicos” para as populações africanas. O programa do centenário de Mouzinho de Albuquerque não contemplou o aspecto festivo e o espectáculo era somente o das paradas e desfiles militares. A Mocidade Portuguesa encarregou-se de promover um espectáculo no teatro D. Maria II, onde foi representado o poema dramático *O Acto e o Destino*, da autoria de António Manuel Couto Viana. É uma peça exemplar em termos ideológicos em que se faz um apelo aos jovens no sentido do heroísmo e do sacrifício pela Pátria.

Igualmente, no centenário henriquino o número de festejos previsto no programa oficial era escasso: um festival popular nocturno no rio Douro, festejos em honra das tripulações que participaram no desfile naval, um “sarau de arte” no Convento de Cristo e um espectáculo folclórico na Estufa Fria, em Lisboa, integrado nas actividades paralelas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos⁸⁷⁴. O audiovisual foi contemplado com a realização de um filme evocativo da vida e obra do Infante D. Henrique e de um espectáculo de “Som e

⁸⁷⁴ *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. I, Lisboa, 1961, pp. 215-219

Luz”, promovido pelo Secretariado Nacional de Informação com o apoio da Comissão Executiva das Comemorações, nos Jerónimos. Este consistia num conjunto de cenas que passavam em retrospectiva a vida do Infante, acompanhadas de efeitos luminosos e estereofónicos. Na última cena, D. Henrique visiona o futuro: “a gloriosa universalização do nome português — fruto incomparável de mil e um esforços e sacrifícios — , recompensa legítima de tão grande empresa. Ao longe uma voz anuncia-lhe a Índia. Erguendo os olhos ao céu e louvando a Deus, o Infante como que escuta a voz do mar a dizer: Portugal!”⁸⁷⁵. O presidente da República, membros do governo e do corpo diplomáticos, altos funcionários civis e militares assistiram ao espectáculo inaugural.

Espectáculo habitual em todas as festividades, os fogos de artifício não podiam deixar de estar presentes nas comemorações. Momento alto das celebrações que reunia as mais elevadas autoridades e o povo para assistir ao festival pirotécnico. O que decorreu em 1960, no último dia da visita do presidente do Brasil, foi considerado um dos maiores alguma vez realizados no país⁸⁷⁶. O fogo começou a ser lançado precisamente à meia-noite, no estuário do Tejo, em frente do Terreiro do Paço. A abrir o festival foram queimadas 6000 peças aquáticas, a partir de trinta batelões fundeados no Cais das Colunas. Seguiu-se o fogo do ar, constituído por 21000 foguetes de fantasia e 12000 de “bouquet”, além de morteiros e peças de efeitos especiais. Os dois presidentes da República e os convidados de honra assistiram ao espectáculo do alto do castelo de S. Jorge, a convite da Câmara Municipal. Era o culminar de uma longa tradição que os meios técnicos e financeiros, colocados à disposição dos organizadores do centenário henriquino, puderam transformar num grandioso espectáculo. Mas não foi muito inferior o impacto dos realizados noutras comemorações, no contexto das suas épocas.

⁸⁷⁵ *Boletim Geral do Ultramar*, Ano 36º, nº 422-423, Agosto-Setembro de 1960, p. 202

⁸⁷⁶ *Diário Ilustrado*, Lisboa, 8 de Agosto de 1960, p. 8

Outro espectáculo que, de forma algo surpreendente, aparece ligado aos festejos de algumas comemorações é a tourada. Número indispensável das celebrações monárquicas do Antigo Regime e posteriores, muito ligado aos valores castiços, a sua inclusão no programa dos centenários é um sinal de identificação com a tradição. No centenário camoniano, em 1880, não temos notícia da realização de corridas de touros, um espectáculo pouco conforme com os valores que animaram os principais ideólogos daquela comemoração. Mas em 1894, no Porto, houve uma corrida de touros no Coliseu Portuense que contou com a presença dos príncipes. Mais imponente foi a tourada de gala que se realizou no âmbito das festas do “Centenário da Índia”. O programa do duplo centenário da conquista de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque, sob a égide dos republicanos, contemplava também duas corridas de touros à antiga portuguesa, se possível por amadores, em benefício do Instituto Ultramarino⁸⁷⁷. Mas, como já sabemos, não passou da fase do projecto. Nos outros centenários daquele período não temos notícia de iniciativas deste género. Em 1940, houve touradas integradas no programa das festividades de algumas províncias, nomeadamente no Ribatejo⁸⁷⁸. Em 1960, fez parte dos números da recepção ao presidente Kubitschek de Oliveira uma tourada de gala, na praça do Campo Pequeno⁸⁷⁹.

A dimensão social do convívio e da partilha dos bens é um elemento fundamental da festa. Por isso, encontramos todo um conjunto de iniciativas que cumprem esses objectivos: banquetes, recepções, bailes de gala, bodos aos pobres, distribuições de esmolas e jantares melhorados para os presos das cadeias. Mais recentemente, o léxico da convivialidade passou a contemplar o *cocktail*, *garden party* ou o nacional “Porto de Honra”. Normalmente, este tipo de cerimónias com carácter

⁸⁷⁷ *Centenário de Ceuta e de Afonso de Albuquerque*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1916, p. 40 (art. 10º, d) § único)

⁸⁷⁸ *Boletim da Junta de Província do Ribatejo*, Anos 1937-1940, Nº 1, Lisboa, 1940, p. 829

⁸⁷⁹ *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. III, Lisboa, 1963, p. 175

festivo reunia as elites sociais e tinha também funções de prestígio e ostentação. A parte social constituía, decerto, um grande atractivo para muita gente e os centenários realizados em 1894 e 1898 destacaram-se nesse aspecto, na sociedade da época. Na carta onde Eça de Queirós deu conta à mulher do ambiente que se vivia em Lisboa por altura das festas do “Centenário da Índia”, o escritor referiu-se à “tourada de fidalgos” e ao grande baile da Sociedade de Geografia como acontecimentos sociais. E, a propósito, dizia de uma pessoa da família: “tem ido a tudo, e *centenarizado* com ardor” (itálico nosso)⁸⁸⁰. Um neologismo bastante feliz que mostra a importância do centenário na animação da sociedade lisboeta naquele período. Menos festivos, neste sentido, eram os centenários republicanos que punham maior ênfase nas cerimónias cívicas e políticas. Apesar disso, o programa oficial do centenário de Vasco da Gama, em 1925, incluía um baile na Câmara Municipal de Lisboa para encerrar as comemorações, depois da sessão solene⁸⁸¹. O mesmo já não encontrámos no Estado Novo: um sinal dos tempos e das ideologias.

Os bodos aos pobres eram uma prática comum em períodos festivos, justificada pelas graves carências das populações e o elevado número de indigentes. Consistia, geralmente, na distribuição de alimentos básicos e de roupas, o que era feito pelas Câmaras, por associações, organismos de solidariedade social e grupos de cidadãos como forma de se associarem às comemorações. A família real costumava distribuir esmolas avultadas que eram canalizadas para diversas instituições e fê-lo também quando terminou a sua estada no Porto, nas celebrações henriquinas. Uma outra forma de solidariedade consistia em promover espectáculos, cujo produto revertia para o apoio social aos necessitados. Noutros casos, destinavam-se aos fundos das associações de socorros mútuos dos próprios artistas, dos jornalistas ou de outros profissionais. Há exemplos de iniciativas deste tipo no âmbito de vários

⁸⁸⁰ Eça de Queirós, *op. cit.*, p. 1642

⁸⁸¹ *O Século*, Lisboa, 25 de Janeiro de 1925

centenários, afinal uma forma de aproveitar a onda festiva para fins humanitários. Estas práticas mantiveram-se em comemorações posteriores e encontrámos, sobretudo nas colónias, menção a distribuição de esmolas e obras de beneficência com as quais as autoridades pretendiam assinalar as festividades. Ainda em 1960, uma pequena notícia revelava que a Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém ia distribuir um bodo a cem paroquianos, sobretudo inválidos, como forma de associar-se às comemorações henriquinas⁸⁸².

Em 1880, não estiveram ainda contempladas as competições desportivas no programa do centenário, privilegiando-se as iniciativas de carácter literário e artístico. Mas no centenário henriquino, no Porto, estas já desempenharam um papel importante no conjunto dos festejos previstos⁸⁸³. Uma novidade naquela época era o desafio de *foot ball*, como então se escrevia, que foi disputado entre uma equipa de Lisboa e uma do Porto. Diversão de origem britânica, somente pequenos grupos de jovens familiarizados com a colónia inglesa, residente em Portugal, começavam a praticar a modalidade. Por isso, nas equipas em competição havia muitos nomes estrangeiros. As corridas de velocípedes foram a outra atracção das festas, porque tinham começado a vulgarizar-se, precisamente, no início daquela década. Na capital duriense, havia dois clubes da modalidade: o Real Velo-Club do Porto e o Clube Velocipedista do Porto. O interesse por esta nova forma de locomoção traduziu-se também na publicação de um jornal - *O Velocipedista* - que ia no segundo ano. Realizou-se, ainda, um torneio de tiro no Club de Caçadores, onde o próprio rei D. Carlos disparou alguns chumbos nos pombos.

Em 1898, mantiveram-se as duas últimas modalidades, mas as regatas nacionais e internacionais apareciam como a forma mais sugestiva de comemorar as navegações. Contudo, os organizadores do centenário debateram-se com a fraca

⁸⁸² *Diário Ilustrado*, 2ª ed., Lisboa, 7 de Agosto de 1960, p. 8

⁸⁸³ Firmino Pereira, *op. cit.*, pp. 187 e sgs.

representatividade desta prática no país e a necessidade de atrair competidores estrangeiros. Em Cascais, a taça Vasco da Gama foi disputada somente por dois concorrentes: o rei D. Carlos e Lord Duraven, que ganhou com um *yacht* de grande categoria. Outras competições em embarcações à vela e a remos decorreram na baía daquela vila piscatória, em Paço d'Arcos e Lisboa, contando, sobretudo, com as participações nacionais. Os prémios compunham-se de medalhas de ouro, prata e cobre, quantias em dinheiro e livros⁸⁸⁴. Em centenários posteriores, há referências a “festas náuticas”⁸⁸⁵ e a regatas de remo e vela, mas estas modalidades não parecem ter grande expressão.

No centenário madeirense, o *foot ball* acirrou os ânimos, mercê dos desafios muito disputados entre uma equipa canarina e os clubes locais. As paradas de ginástica e exercícios físicos tornaram-se bastante populares, nos anos vinte, assim como as gincanas de automóveis e *side-cars*. A navegação aérea estava na moda e incluía-se entre os números mais aparatosos dos festejos públicos. As comemorações realizadas pelo Estado Novo contemplaram uma multiplicidade cada vez maior de provas desportivas. Nesse aspecto, temos de destacar o tricentenário da Restauração de Angola, cujo programa incluiu os desportos náuticos, regatas à vela e a remo, o atletismo, o futebol (Taça do Tricentenário), a natação, o ciclismo, o *hokey* em patins, a patinagem, o *basket*, o *voleybol* e várias tardes desportivas no Estádio Municipal de Luanda.

Em 1960, realizaram-se os primeiros Jogos Desportivos Luso- Brasileiros que deveriam ter uma periodicidade bienal⁸⁸⁶. Os jogos não tinham um carácter de competição, mas destinavam-se a estabelecer o convívio entre os jovens portugueses e brasileiros. Por isso, não estavam previstos prémios, mas somente medalhas comemorativas da participação. Naquele ano, iniciaram-se a 3 de Agosto no Porto e

⁸⁸⁴ Cf. programa *Régates Nationales et Internationales*, Lisbonne, Imprimerie National, 1897

⁸⁸⁵ *4º Centenário do Nascimento de Camões, 1524-1924*, s.d., s.l., p. 40

⁸⁸⁶ *Boletim Geral do Ultramar*, Ano 36º, Nº 422-423, Agosto-Setembro de 1960, pp. 191-192

estenderam-se a S. João da Madeira, Figueira da Foz, Aveiro, Peniche, Cascais, Sesimbra e Lisboa, onde foi o encerramento. As modalidades escolhidas foram a ginástica, atletismo, natação, remo, vela, basquetebol, voleibol, handebol, tiro, hóquei em patins, ciclismo e caça submarina. Paralelamente, decorreram várias actividades sociais e culturais, tendo-se realizado o I Congresso Luso-Brasileiro de Educação Física que se integrou, igualmente, no centenário henriquino. Forma de espectáculo, de divertimento, de demonstração das capacidades físicas, de convívio e de aproximação entre os povos, o desporto esteve, de modo geral, integrado nas comemorações.

A música religiosa ou profana tinha, naturalmente, alguma importância no conjunto das festividades, apesar da informação que foi possível respigar na imprensa e nos programas não permitir traçar um quadro geral completo. Contudo, parece evidente que determinados tipos de composições são mais adoptadas para tal efeito. Nos centenários em que havia cerimónias religiosas, cantava-se o *Te Deum Laudamus* nas Sés e Igrejas Matriz⁸⁸⁷. No Estado Novo, esta solenidade litúrgica passou a ser fundamental nos ritos de inauguração dos ciclos comemorativos. Em 1940, a cerimónia teve lugar na Sé patriarcal de Lisboa, local mais adequado para evocar a época medieval e a fundação da nacionalidade. Mas, em 1960, o solene *Te Deum* que deu início às comemorações henriquinas foi cantado na igreja dos

⁸⁸⁷ Em 1898, a comissão pensou em encomendar uma composição original portuguesa, para ser executada no templo dos Jerónimos. Um músico reputado, o padre Tomás Borba, ofereceu-se para compor uma partitura para grande orquestra, massas corais e vozes concertantes, comprometendo-se a apresentá-la perante um júri idóneo. Mas o projecto sossobrou nas dificuldades orçamentais da comissão, depois do padre Borba apresentar uma estimativa dos custos. Em alternativa, acabou por ser executado um *Te Deum*, composto por Casimiro Júnior, de acção de graças por D. Miguel ter recuperado duma perna partida, que não tinha chegado a ser apresentado em público. A opção por uma partitura já antiga e feita para uma ocasião sem o menor paralelo com o acontecimento que se pretendia celebrar suscitou críticas e comentários acerbos na imprensa: “Desgraçada terra a nossa em que nada ha grandioso, a que não se junte uma nota comica e ridicula” (*Portugal, Madeira e Açores*, 14 de Abril de 1898). A referida composição ficou conhecida pelo *Te Deum* da “perna quebrada”.

Jerónimos, pelo coro *Stella Vitae* e a *Schola Cantorum* do Seminário Maior do Cristo Rei, dos Olivais⁸⁸⁸.

Em relação à música profana, os hinos e as marchas triunfais eram os mais adoptados nas manifestações de massas. No cortejo camoniano foi tocada uma marcha triunfal de *Homenagem a Camões*, composta pelo regente da banda de Infantaria 16, José Fernandes Escazena. Parece que a marcha foi “bem imaginada para grandes massas” e impressionou o público que assistiu ao desfile⁸⁸⁹. Em 1894, preferiu-se executar o *Hino do Centenário do Infante D. Henrique*, com letra de Henrique Lopes de Mendonça e música de Alfredo Keil. No “Centenário da Índia” também foi composto um hino: a letra ficou a cargo de Fernandes Costa e a música de Augusto Machado. O resultado agradou à comissão executiva e foi, largamente, distribuído para ser executado durante as cerimónias. Uma marcha triunfal da autoria de Oscar da Silva também fez parte dos números imprescindíveis do centenário. Em 1924, o poeta João de Barros fez os versos do hino *Camões*, que foram musicados pelo professor do Conservatório Nacional de Música, maestro Hermínio Nascimento. Em 1955, foi adoptado o hino *A espada de Mouzinho*, no respectivo centenário, com versos de Mécia Mouzinho de Albuquerque e música de Arnaldo Martins de Brito.

Em 1880, as homenagens musicais a Camões deram origem a variadas composições e algumas serviram, decerto, para animar os serões das famílias. Entre as cerca de quarenta músicas do tricentenário, indicadas por Brito Aranha, uma parte foi editada em publicações como *La Grande Soirée* e o *Recreio Musical*. Por isso, eram comuns as músicas para piano e canto, mas também havia *polkas*, tangos, um fado, diversas marchas - marcha fúnebre, heróica, triunfal, elegíaca -, hinos, cantatas e cantos populares de homenagem a Camões, executados pelo Orfeão Académico de

⁸⁸⁸ *Diário Ilustrado*, Lisboa, 4 de Março de 1960

⁸⁸⁹ *Commercio de Portugal*, Lisboa, 12 de Junho de 1880

Coimbra, em 1881⁸⁹⁰. Em 1894, há notícia de uma *Valsa Henriquina*, para piano, de Júlio Moutinho. No centenário do nascimento de Camões, o maestro Hermínio Martinho musicou as primeiras estrofes d’*Os Lusíadas* que foram cantadas pelo Orfeão Académico de Lisboa, com grande sucesso⁸⁹¹. Por sua vez, o maestro Luís de Freitas Branco musicou dois sonetos de Camões para serem cantados nas festas do Conservatório Nacional de Música.

O programa das Comemorações Centenárias previa que fossem executadas duas peças sinfónicas, inspiradas na “Fundação” e na “Restauração” de Portugal. A primeira foi executada no concerto de gala no teatro D. Maria II, integrado no “ciclo medieval” das comemorações: *1140*, poema sinfónico de Wenceslau Pinto, tocado pela Orquestra Sinfónica Nacional⁸⁹². No “acto imperial”, na cerimónia religiosa que decorreu na igreja dos Jerónimos para exaltar o “esforço civilizador de Portugal no Mundo”, foi cantado o *Hino do Império Português*, com versos de Ramiro Guedes de Campos e música de Margarida Andresen da Costa Roma Machado⁸⁹³. A inauguração do restauro do teatro S. Carlos contou com a ópera *D. João IV* (título definitivo), cuja partitura e regência foram da responsabilidade do compositor Ruy Coelho. O libreto ficou a cargo do poeta nacionalista, Silva Tavares. Era, assim, finalmente concretizada a ideia de integrar este género musical no programa centenaral. Em vésperas do “Centenário da Índia”, Alfredo Keil tinha-se oferecido para compor uma ópera sobre o “descobrimento da Índia e o grande vulto de Vasco da Gama” que não chegou a realizar-se por causa das dificuldades financeiras, técnicas e humanas do

⁸⁹⁰ *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo XIV, pp. 398-401 e Tomo XV (Oitavo do Suplemento), pp. 298-303

⁸⁹¹ *4º Centenário do Nascimento de Camões 1524-1924*, s.l., s.d., p. 27

⁸⁹² *Comissão Executiva das Comemorações Centenárias 1140-1940*, Lisboa, Terça-feira, 11 de Junho de 1940

⁸⁹³ *O Século*, Nº Extraordinário Comemorativo do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal, Lisboa, Junho de 1940, p. 359

projecto⁸⁹⁴. Frederico de Freitas compôs a *Missa Solene* para solistas, coro e orquestra, estreada em Sagres, nas cerimónias que ali tiveram lugar. Finalmente, no quinto centenário da morte do Infante D. Henrique não encontramos referências a qualquer composição musical específica para as celebrações. O panorama musical dos centenários analisados parece ser, em termos globais, bastante fraco.

A dimensão festiva das comemorações foi, por conseguinte, entendida como uma quebra da rotina quotidiana, através dos feriados e de um variado conjunto de manifestações que tinham um sentido lúdico e de espectáculo. Mas é evidente que, na medida em que os “ciclos comemorativos” se foram alargando e as exigências da produtividade das economias aumentaram, os feriados só pontualmente eram concedidos pelos governos, como forma de assinalar uma efeméride importante ou com fins políticos. Situam-se neste âmbito as “tolerâncias de ponto” facultadas pelo Estado Novo no momento das grandes cerimónias nacionais ou, em 1960, nos dias em que a comitiva oficial que acompanhou a visita do presidente do Brasil passou nas principais cidades.

A demonstração de boa vontade e magnanimidade também se insere no ambiente geral de festa e o poder costumava mostrar esse espírito com a concessão de amnistias, indultos ou comutações de pena, pelo menos nas celebrações que tiveram maior impacto nacional. Nas comemorações guineenses e angolanas, as administrações coloniais também tomaram idêntica medida naqueles territórios.

⁸⁹⁴ Maria Isabel João, “As comemorações do “centenário da Índia”, in *O “Centenário da Índia” e a memória da viagem de Vasco da Gama*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1898, p. 41

Exposições

Uma das práticas mais comuns de todos os centenários consistiu na organização de exposições. Em 1880, realizaram-se várias exposições camonianas que tinham como objectivo apresentar mostras bibliográficas, onde se incluíam as edições das obras do poeta e os estudos publicados. A exposição feita, na altura, pela Sociedade de Geografia foi apreciada pelo público, exibindo-se ali um conjunto variado de obras, em edições luxuosas e aprimoradas, folhetos, medalhas, quadros, livros e bustos de Camões⁸⁹⁵. Em 1924, o centenário do nascimento do poeta foi o pretexto para uma exposição da camoniana da Biblioteca Nacional de Lisboa, que foi inaugurada pelo presidente da República⁸⁹⁶. António Sérgio proferiu, então, uma conferência.

No primeiro centenário henriquino, realizou-se a Exposição Insular e Colonial, no Palácio de Cristal, no Porto, e a Exposição Agrícola e Industrial, em Vila Nova de Gaia. Uma comissão, presidida pelo conde de Samodães, foi a responsável pela organização da exposição colonial, que contou com a colaboração das autoridades e da Sociedade de Geografia. A mostra estava estruturada em três grupos: 1) material de estudo e de conhecimento das potencialidades daqueles territórios - livros, cartas geográficas e topográficas, desenhos, pinturas, litografias, fotografias, projectos de melhoramentos, etc.; 2) matérias-primas, produtos agrícolas e industriais; 3) bens manufacturados destinados às colónias ou produzidos por estas e reexportados pela metrópole. Subdividia-se, ainda, em doze secções de acordo com as regiões representadas no certame. Realizou-se um concurso para seleccionar os melhores produtos, atribuindo-se uma medalha de ouro, duas de prata, três de cobre e menções honrosas. Devido à morosidade de resposta da administração das colónias e das comunicações, a exposição foi inaugurada ainda muito incompleta. Apesar disso,

⁸⁹⁵ *O Occidente*, 3º anno, nº 60, Lisboa, 15 de Junho de 1880, p. 102

a iniciativa teve um bom acolhimento ao nível da imprensa e do público. A exposição de Vila Nova de Gaia pretendia ser uma mostra das actividades do concelho. A nota da competição com o Porto esteve presente: “Já que não podemos levantar glorioso monumento que ateste o nosso passado, construíamos esse pequeno altar do trabalho, no qual cada um pode colocar um facho que nos guie a melhores dias”⁸⁹⁷. O certame apresentou um leque de produtos e objectos muito variados, da agricultura às artes.

Nos planos das comemorações do descobrimento da caminho marítimo para a Índia preconizava-se a realização de várias exposições internacionais, com especial incidência nos temas coloniais e marítimos, ou, como acabou por ficar registado no programa definitivo, de uma única denominada Exposição Vasco da Gama⁸⁹⁸. A exposição compunha-se de várias secções: 1) uma secção colonial com a exibição viva de vários tipos indígenas do ultramar português e das respectivas habitações; 2) uma secção industrial; 3) uma secção de pescarias que incluísse a apresentação de pescadores portugueses, nos seus trajes e embarcações peculiares; 4) uma secção de medicina e higiene; 5) uma secção de produtos agrícolas de exportação, que integrava a exibição de lavradores portugueses, com os seus trajes e alfaia típica. A exposição seria, assim, um misto de mostra etnográfica, científica e económica, para apresentar as características e potencialidades do país e das suas colónias.

A ideia da “exibição de toda a escala da espécie humana desde o selvagem africano até ao cidadão mais civilizado” já constava do contra-projecto apresentado pelo vogal J. V. Mendes Guerreiro, em 1894⁸⁹⁹. Nele referia-se, ainda, à reconstituição de antigas cidades ou fortalezas orientais e de povoações coloniais como um foco de interesse para os visitantes. Não esquecia a exposição dos *specimens* das embarcações que durante os quatro séculos tinham sulcado os mares.

⁸⁹⁶ 4º Centenário do Nascimento de Camões, 1524-1924, s.l., s.d., p. 40

⁸⁹⁷ Artigo do boletim da comissão promotora, citado por Firmino Pereira, *op. cit.*, p. 164

⁸⁹⁸ *Programme Général...*, artº 6

⁸⁹⁹ *Annaes da Comissão Central Executiva*, I, Lisboa, 1895, pp. 80-85

A sua proposta era, realmente, grandiosa, desdobrando-se em múltiplas e variadas exposições, cujo acesso seria pago. Previa facilidades para os visitantes, como meios de locomoção a vapor ou eléctricos dentro do recinto e um serviço de navegação fluvial. O caminho-de-ferro de Cascais seria construído e desviado, provisoriamente, de modo a ficar externo à vedação da exposição, desde Belém até ao Cais do Sodré. O plano de Mendes Guerreiro não foi aprovado pela comissão central, se bem que muitas propostas sejam coincidentes com as que foram oficialmente adoptadas.

O projecto duma exposição etnográfica nacional chegou a ser estudado por uma comissão presidida por Francisco Adolfo Coelho. Com bastante rigor, definiu os seus objectivos: 1) coleccionar elementos de estudo para os investigadores e eruditos; 2) aprofundar os conhecimentos sobre o povo português, de modo a elaborar um plano de reformas “que o tornem apto para o papel que deve representar em a nossa nacionalidade, se quisermos sair da vergonhosa estagnação em que nos achâmos”; 3) “despertar o interesse humano e patriótico pelas nossas classes populares” e “fomentar o sentimento de reverencia pela santidade da patria, da familia e do trabalho”⁹⁰⁰. Com a finalidade de estabelecer a necessária corrente de simpatia entre os visitantes citadinos e o meio rural propunha a reconstituição das casas populares das diferentes províncias, animando-as com a vida e o colorido próprio dos objectos tradicionais. A propósito, invocava os exemplos estrangeiros e, nomeadamente, o de uma exposição nacional suíça, realizada em Genebra. O programa da exposição elaborado por Adolfo Coelho, publicado pela comissão do centenário, é de facto um bom exemplo das concepções etnográficas vigentes na época e um autêntico plano dos estudos necessários nesse domínio, em Portugal⁹⁰¹. Infelizmente, não chegou a realizar-se a referida exposição e somente estiveram patentes ao público os objectos

⁹⁰⁰ *Idem*, VI, 1897, p. 59

⁹⁰¹ Coelho, F. Adolpho, *Exposição Ethnographica Portugueza, Portugal e as Ilhas Adjacentes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896

que integravam a colecção colonial e etnográfica da Sociedade de Geografia, nas suas novas instalações.

A projectada exposição internacional também acabou por gorar-se por falta de verbas e de instalações adequadas, apesar dos esforços da comissão executiva. Chegaram a ser propostas várias soluções aos governos: a realização duma lotaria, que não foi aceite por obrigar a introduzir alterações no regime legal do jogo, ou a adjudicação da empreitada a um consórcio internacional com experiência nesse tipo de realizações, que levantou um coro de protestos patrióticos contra os especuladores estrangeiros. Em seu lugar, surgiu uma Feira Franca, com uma exposição de indústrias e costumes tradicionais, nos terrenos situados no alto da Avenida, sobranceiros à cidade (actual Rotunda do Marquês de Pombal e alguns terrenos envolventes). A comissão executiva realizou algumas obras, mas a maior parte das instalações e da animação do local ficou a dever-se à iniciativa particular. As empresas montaram os seus *stands* com produtos industriais e os comerciantes instalaram as barracas dos jogos do “pim-pam-pum” e de comidas e bebidas. Ao centro erguia-se um castelo ou fortaleza, onde decorreram exposições de vistas de todo o país. Na entrada principal, um grande coreto em forma de esfera armilar lembrava os descobrimentos. Num pavilhão em forma de elefante exibiam-se objectos e usos indianos. Um empresário do ramo dos espectáculos trouxe bailarinas árabes para apresentarem a “dança do ventre” no Paradis de Mahomet, com grande sucesso junto do público. Havia também um pavilhão chinês, um teatro Dallot, novidades como o *Visiograph* e o *Audiophone*, um carroussel e um circo, mas os visitantes deliraram com um “teatro de pulgas - pulgas a jogar a espada! pulgas a puxar trens! pulgas a dançar n’um baile!”⁹⁰². Uma vacaria expunha animais de “boa

⁹⁰² *Correio da Noite*, Lisboa, 30 de Maio de 1898

estampa” no meio desta amálgama bem representativa da Lisboa provinciana, retratada pela mordaz crítica queirosiana⁹⁰³.

No lado Norte, ergueram-se “cubatas” onde era apresentado o grupo de africanos que tinha vindo, especialmente, para as festas do centenário. No ofício dirigido aos governos das colónias, afirma-se que a exibição dos tipos rácicos mais característicos e menos conhecidos, “na sua natural singelesa, com os seus costumes e exercendo os seus trabalhos e industrias tradicionaes, constituirá certamente um dos capitulos mais originaes e interessantes da celebração”⁹⁰⁴. Pretendia-se trazer a Lisboa naturais de todas as colónias portuguesas, reputando-se de excepcional importância a vinda de “vatuas ou landins, com os seus trajos de guerra”, por causa dos combates recentes que tinham levado à prisão de Gungunhana e do seu estado-maior, em Moçambique. Também queriam apresentar pequenas formações militares indígenas para completar o sugestivo quadro dos povos que o “genio e ousadia dos nossos descobridores” tinham conquistado “para a civilização e para a Corôa portugueza”. De facto, estiveram em Lisboa um grupo de cabo-verdianos, de guineenses, de moçambicanos e de indianos. Os últimos chegaram muito atrasados e não participaram no cortejo cívico, como os anteriores. A representação ficou, por conseguinte, muito aquém das pretensões da comissão organizadora, mas foi um grande motivo de atracção naqueles dias.

A Feira Franca foi inaugurada ainda bastante incompleta. Os trabalhos atrasaram-se para gáudio dos humoristas que não pouparam os chistes⁹⁰⁵. Mas a animação do local numa cidade, geralmente, sorumbática e sem grandes focos de interesse ou de divertimento agradou ao público e aos comerciantes que quiseram prolongar este passatempo das tardes e noites lisboetas. Uma comissão de feirantes

⁹⁰³ *Idem*, 20 de Maio de 1898

⁹⁰⁴ *Boletim Oficial do Governo Geral da Provincia de Cabo Verde*, Nº 48, 27 de Novembro de 1897, p. 345

⁹⁰⁵ Cf. *O Seculo Illustrado*, Lisboa, 19 de Maio de 1898, p. 6

reuniu-se para preparar um programa especial para os santos populares, durante o mês de Junho. Todas as noites havia música no coreto e várias iniciativas animaram a feira, concursos de filarmónicas, concursos de tiro, baile infantil, etc⁹⁰⁶. Não faltou, sequer, a venda de alcachofras e de manjericos para manter as tradições.

As outras exposições tiveram um carácter menos popular, mas foram um sucesso junto dum público mais exigente. Na Tapada da Ajuda, a Real Associação da Agricultura Portuguesa realizou a exposição e o concurso da alfaia agrícola, com a colaboração das empresas e dos representantes comerciais do ramo. Foram apresentados os mais modernos instrumentos e máquinas para os trabalhos da lavoura e para a transformação das matérias-primas, em particular no sector vinícola e oleícola. A aplicação dos motores eléctricos aos trabalhos rurais era, então, a principal novidade das últimas exposições internacionais e esteve presente em Lisboa. No concurso foram premiadas charruas e ceifeiras de invenção e fabrico estrangeiro, com as medalhas de ouro e prata⁹⁰⁷. Estiveram também no certame outros tipos de máquinas, como enfardadoras de palha e feno, escaroladores de milho, limpadores de grão e pulverizadores. Mostraram-se ainda inventos nacionais, mecânicos e manuais, um herbário, que exhibia as doenças que atacavam as plantas, e adubos químicos.

A Associação da Imprensa decidiu promover uma exposição da imprensa periódica portuguesa, no Ateneu Comercial. Uma comissão, composta por Alberto Bessa, redactor d' *O Século*, Andrade Neves, da *Folha do Povo*, Heliodoro Salgado, director da *Vanguarda*, Silva Leal, coleccionador e colaborador de vários jornais, Silva Pereira, redactor da revista *O Occidente* e de vários outros periódicos, e Ludgero Viana, jornalista de larga experiência profissional, foi a responsável pela organização da exposição⁹⁰⁸. Em várias salas apresentou-se uma mostra bastante

⁹⁰⁶ *Correio da Noite*, Lisboa, 30 de Maio de 1898

⁹⁰⁷ *O Occidente*, vol. XXI, Lisboa, 1898, pp. 196-197

⁹⁰⁸ *Idem*, p. 131).

completa da evolução da imprensa portuguesa, desde as suas origens até ao final do século, fotografias e gravuras dos jornalistas mais conceituados, autógrafos de escritores notáveis e uma exposição tipográfica. Estiveram presentes cento e noventa e sete expositores e cada um obteve um diploma por participar neste certame inédito em Portugal. Foram distribuídos, ainda, diplomas de honra e diplomas de mérito aos mais destacados. A exposição constituiu uma homenagem aos jornalistas e homens de letras portugueses, a par duma interessante retrospectiva histórica da imprensa nacional.

Outra exposição que alcançou um assinalável êxito foi organizada pelo Grémio Artístico e apresentou uma mostra da arte contemporânea portuguesa. Um júri composto por alguns dos principais artistas plásticos da época, presidido por José Malhoa, encarregou-se de admitir e classificar as obras para a exposição⁹⁰⁹. No conjunto foram expostas duzentas e quarenta e seis obras de artistas falecidos e vivos, espalhando-se a exibição pelos vários géneros artísticos. A pintura a óleo era, naturalmente, a que ocupava mais espaço, mas expunham-se também aguarelas, pastéis, desenhos, gravuras em madeira e em medalhas, arte aplicada em faianças e tapeçarias, esculturas e projectos de arquitectura. Na longa lista dos expositores destacavam-se Columbano, Roque Gameiro, José Malhoa, Carlos Reis, Veloso Salgado, Sousa Pinto, entre outros artistas ainda vivos na época. No sector dos artistas falecidos, evidenciavam-se os principais nomes da pintura e da escultura portuguesa daquele século.

Nos centenários do descobrimento da Madeira e dos Açores, da morte de Vasco da Gama e, já no Estado Novo, da Restauração de Angola houve as tradicionais exposições bibliográficas, organizadas por entidades ligadas à educação e cultura. Por vezes, estas mostras incluíam também objectos artísticos e históricos

⁹⁰⁹ Cf. *Exposição extraordinária comemorativa do 4º centenario do descobrimento do caminho marítimo da Índia. Catalogo illustrado*. Gremio Artistico, Lisboa, 1898

relacionados com a temática em causa. Não há notícia de exposição comemorativa do centenário de António Enes. Mas a Mocidade Portuguesa promoveu uma exposição itinerante no ano do Mouzinho de Albuquerque. A comemoração do descobrimento da Guiné deu azo a uma exposição no Palácio da Independência, sobre a história da colonização e os aspectos mais salientes da vida social e económica da colónia, em 1946⁹¹⁰. O plano foi delineada pelo jornalista Eduardo Freitas da Costa e a execução artística ficou a cargo dos pintores Manuel Lapa, Jorge Matos Chaves, Carlos Ribeiro, Eduardo Anahory, Manuel Rodrigues e o escultor Rocha Correia. A iniciativa ficou a dever-se ao Ministério das Colónias e à Sociedade de Geografia de Lisboa.

Em Bissau, realizou-se uma exposição que incidiu na história colonial, na geografia e etnografia da Guiné, nas actividades económicas e culturais dos seus povos e, naturalmente, na propaganda das realizações do governo. O Palácio do Governo, em construção na altura, foi adaptado para Pavilhão de Honra. No seu interior, podiam ver-se as seguintes salas: 1) Histórica - o descobrimento e ocupação da Guiné; 2) do Império - a constituição do império português e a abolição da escravatura; 3) dos Serviços de Saúde - a cobertura sanitária da colónia e os avanços naquela área; 4) dos Correios, Telégrafos e Telefones; 5) da Guiné - o território e as populações que o habitavam; 6) do Banco Nacional Ultramarino e da Imprensa Nacional; 7) das Missões Católicas; 8) de Arte - pinturas de artistas locais e artefactos de ourivesaria; 9) Galeria dos reis - D. João I, D. Afonso V, D. João II e, inclusive, o Infante D. Henrique; 10) dos Governadores - os homens que governaram a Guiné e, a meio da sala, ladeado por cruces de Cristo, o retrato do presidente da República, Óscar Carmona; 11) Militares - pequeno museu de variadas e curiosas armas, gráficos dos serviços de recrutamento e um grandioso painel sobre as “campanhas de ocupação e pacificação”, entre outros testemunhos da acção das tropas; 12) da

⁹¹⁰ *Panorama*, Revista Portuguesa de Arte e Turismo, Ano V, N° 30, Lisboa, 1946

Agricultura e Pecuária; 13) dos Serviços Aduaneiros e da Brigada de Moradias; 14) do Instituto de Medicina Tropical; 15) da Missão do Sono; 16) da Junta das Missões Coloniais - Zoológica e Geo-Hidrográfica; 17) das Realizações - as obras feitas ou em curso do governo da colónia⁹¹¹. Os dois pavilhões das Circunscrições Civis exibiam um variado mostruário das artes e artefactos dos povos da Guiné. Finalmente, no “aldeamento indígena” reconstituíram-se as habitações típicas das várias regiões de forma rigorosamente exacta. No decurso da exposição, o local foi animado por bailarinos, lutadores e tocadores de instrumentos. A banda militar efectuou concertos. Havia recinto de dança e serviço de refrescos. As firmas comerciais também tiveram espaço próprio para exibirem os seus bens e serviços. A exposição esteve aberta durante seis meses, do último dia de Dezembro de 1946 a Junho de 1947.

A exposição guineense seguiu, de perto, a lição das exposições anteriores, realizadas na metrópole. Em 1934, decorreu a Exposição Colonial do Porto que, afinal, já não era a primeira. Esta tinha antecedentes: a exposição de 1894 e vários projectos que não chegaram a ser concretizados, onde já se propunha uma exibição das riquezas materiais e da variedade humana das colónias. Mais próximo estava o exemplo da exposição de Vincennes, as feiras de Amostras de Luanda e de Lourenço Marques e as pequenas demonstrações que a Agência Geral das Colónias realizou em várias partes do país. Compunham-na três secções: a oficial, a particular e a área das “atrações e concessões”. Estavam todas distribuídas pelas instalações do Palácio das Colónias (antigo Palácio de Cristal), os respectivos jardins e a rua que ficava situada entre este e o quartel daquela zona.

Logo à entrada, erguia-se o Monumento ao Esforço Colonizador. Uma coluna erecta e alta em cujas paredes estavam inscritos os “nomes ilustres dos homens que maiores serviços prestaram à obra portuguesa da colonização nos últimos cinquenta

⁹¹¹ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Nº 5, Bissau, Janeiro de 1947, pp. 246-249

anos”⁹¹². Na sua base, elevavam-se as figuras rígidas e marciais dos símbolos dos colonizadores portugueses: a mulher, o militar, o missionário, o comerciante, o agricultor e o médico. Em volta, estendia-se uma área ajardinada onde estavam representados os territórios das oito colónias portuguesas. Integrado neste conjunto, sobressaía a reprodução de um fortim militar do tipo dos que foram construídos para a ocupação colonial e réplicas das pedras de Dighton e de Yelala. A parte mais importante da exposição do ponto de vista ideológico era a oficial, onde se apresentava uma retrospectiva histórica do processo da colonização e a propaganda da política colonial portuguesa. Os vários aspectos da administração e da actividade económica das colónias foi passado em revista. A arte e a etnografia das populações autóctones também figuraram na exposição. Nos jardins do palácio encontravam-se os pavilhões das colónias, uma capela, com oficina e escola para mostrar a organização de uma missão religiosa, as reconstituições das “aldeias indígenas” e vários monumentos - o Arco dos Vice-Reis, da velha cidade de Goa, o Monumento aos Mortos da Colonização, o Farol da Guia, de Macau, a gruta de Camões e a estátua de Afonso de Albuquerque. A exposição foi muito visitada e obteve considerável sucesso, de tal modo que o director técnico, o tenente Henrique Galvão, foi condecorado com o grande oficialato da Ordem de Cristo⁹¹³.

Três anos depois, a Agência Geral das Colónias decidiu organizar a Exposição Histórica da Ocupação. Nas palavras do ministro das Colónias, pretendia-se “mostrar o esforço ingente realizado pela Nação durante o século passado, do qual resultou a posse do nosso actual Império Colonial”⁹¹⁴. Mas, na verdade, acabou por traçar uma retrospectiva geral da história da expansão e colonização portuguesas, sem esquecer a propaganda da acção colonial do regime salazarista. A exposição organizava-se por

⁹¹² *O Império Português na 1ª Exposição Colonial Portuguesa*, Álbum- Catálogo Oficial, Porto, [1934], p. 397

⁹¹³ *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, Nº 109, Lisboa, Julho de 1934, p. 260. A exposição recebeu 1246000 visitantes em três meses e meio, 12000 pessoas, em média, por dia.

regiões e temáticas, com especial destaque para as questões militares, da missão e da política e administração colonial. De modo geral, perpassavam três mensagens fundamentais: a ideia da grandeza do sacrifício que tinha sido feito para construir o Império, a da bondade da colonização portuguesa e a necessidade de dar continuidade a essa obra “civilizadora”, seguindo a orientação política do governo. A primeira ideia estava bem ilustrada em múltiplas salas, destacando-se a do “drama militar”: “uma câmara, impressionante pela sugestão de sofrimento e de morte”, onde o visitante devia guardar um “piedoso recolhimento” e recordar o “sacrifício de tantas vidas tombadas pela Pátria, o drama intenso desse holocausto grandioso”⁹¹⁴. Nesta sala, o distinguiam-se o grupo escultural de Hein Semke sobre *O drama colonial*⁹¹⁵ e o tríptico do tenente-coronel José Joaquim Ramos, mostrando aspectos das campanhas militares de África. A segunda ideia estava patente na “sala da Fé”, dedicada às missões, nos trechos da exposição que exibiam os dados sobre a política médica e sanitária, a instrução, as obras realizadas em vários sectores, e numa secção onde se destacava a luta abolicionista, levada a cabo por governantes e figuras da sociedade portuguesa do século XIX. A terceira, encontrava uma expressão forte na “sala do Acto Colonial”, com a qual terminava a rota do visitante da exposição. Ali, erguia-se a estátua de Salazar com as vestes de professor catedrático, esculpida por Francisco Franco. Figura de sábio tutelar do Império e de criador de uma nova ordem que era ilustrada pelas tábuas onde estavam inscritos os princípios da legislação colonial que interessava destacar em termos propagandísticos: “Da unidade e integridade do Império” (Acto Colonial); “Respeito pelos usos e costumes gentílicos” (Reforma

⁹¹⁴ *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIII, Nº 150, Lisboa, Dezembro de 1937, p. 12

⁹¹⁵ *Idem*, p. 127

⁹¹⁶ “De um lado do bloco um oficial, empunhando a bandeira arremessa-se contra o inimigo, em distensão integral de toda a sua energia e dando-se inteiramente em holocausto ao seu dever militar; do outro lado um soldado indígena, já roubado ao barbarismo do sertão, derruba e pisa o gentio que se opõe ainda ao derramamento da civilização cristã. E um soldado europeu exala o último alento, procurando segurar ainda com uma das mãos uma bandeira e com a outra, já descaída, a coroa de

Administrativa); “Defesa e protecção dos indígenas e seus direitos” (Carta Orgânica do Império Colonial Português); “Respeito pela propriedade indígena” (Lei nº 1948)⁹¹⁷. Em epígrafe, podia ainda ler-se o *slogan*: “Solidariedade, unidade, nacionalismo, eis a trindade de princípios em que assenta a ideia imperial”.

Estas duas exposições serviram de preparação da Exposição do Mundo Português. Inicialmente, pensada por Salazar como um conjunto de exposições nacionais, que podiam incluir a colaboração de outros países, acabou por transformar-se numa única grande exibição que amalgamou a história, a etnografia e política do regime. Aliás, de acordo com as instruções do presidente do Conselho que propôs, na nota oficiosa, várias grandes exposições: uma de carácter histórico sobre o Mundo Português, uma etnográfica e uma sobre o Estado Novo. A exposição de arte portuguesa que deveria restringir-se aos primitivos, na parte relativa à pintura, foi a única que veio a realizar-se em espaço autónomo. A ideia inicial foi, por conseguinte, seguida de perto. A exposição acabou por ficar localizada na zona de Belém, tendo como cenário de fundo o Mosteiro dos Jerónimos e como enquadramentos laterais a Torre de Belém e a estátua de Afonso de Albuquerque, na praça do mesmo nome. A exposição estendia-se até à margem do estuário do Tejo - “Tejo dos navegantes, Tejo da aventura, Tejo das despedidas, Tejo dos “Lusíadas”, Tejo do Brasil, pórtico de Portugal sobre o Mundo”, nas palavras do comissário-geral, Augusto de Castro⁹¹⁸. Cenário ideal e carregado de significado simbólico que um plano de recuperação urbanística bem gizado e uma planta geral da exposição, habilmente delineada, souberam aproveitar de forma notável.

Um observador colocado no rio, via junto da margem, em posição central, erguendo a proa em direcção ao mar, a caravela estilizada concebida por Cottinelli

louros que a própria morte lhe conferiu” in *Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação*, I vol., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1937, p. 234

⁹¹⁷ *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIII, Nº 150, Lisboa, Dezembro de 1937, p. 147

Telmo, comandada pelo Infante D. Henrique. Do lado esquerdo, o Espelho de Água, um teatro e a secção de Etnografia Metropolitana. Do lado direito, a doca onde estava ancorada a Nau Portugal e pavilhões da secção histórica, destacando-se a grande Esfera dos Descobrimentos. Em frente do mosteiro, em traçado quadrangular, a Praça do Império ladeada pelos maiores pavilhões do certame: o Pavilhão de Honra e de Lisboa, do lado nascente, e o grande bloco dos Portugueses no Mundo, a poente. A grande massa de linhas geométricas destas construções, dominadas por duas torres esguias a rematá-las do lado da Avenida da Índia, servia de contraponto ao mosteiro que condicionou todo o arranjo deste vasto espaço fronteiro ao rio. Entre o primeiro pavilhão e a praça Afonso de Albuquerque, distribuíam-se pavilhões da secção histórica, o do Brasil e o Bairro Comercial. No lado oposto, nas traseiras do segundo pavilhão, erguiam-se as Aldeias Portuguesas. Na Avenida situavam-se as duas entradas principais: do lado da cidade, a Porta da Fundação e, no outro, na direcção do Estoril, a Porta da Restauração. Pontes suspensas sobre a linha do comboio e a avenida estabeleciam a ligação entre as duas áreas do certame.

No Jardim Agrícola-Colonial ergueu-se a secção dedicada às colónias que foi comissariada por Henrique Galvão. Ali, os arruamentos receberam os nomes das colónias e foram levantados pavilhões para divulgar as potencialidades naturais, económicas e artísticas das várias regiões. Além disso, tal como no Centro Regional dedicado às aldeias portuguesas, foram reconstituídos os ambientes próprios das vivências dos povos colonizados: as “aldeias indígenas”, a casa do rei do Congo, a casa do comerciante do mato, as casas do “estilo hindú-português”, a rua típica de Macau e a Missão Religiosa, com figurantes ao vivo. Finalmente, importa referir que a exposição tinha diversos serviços de apoio, parques infantis e um Parque de

⁹¹⁸ Augusto de Castro, *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade nacional*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1940, p. 65

Atracções que punham uma nota mais lúdica num quadro geral dominado por uma certa solenidade.

A inauguração da exposição estava prevista para Maio, mas veio a realizar-se a 23 de Junho de 1940. As dificuldades causadas pela guerra e um inverno muito rigoroso atrasaram os trabalhos que, apesar disso, foram desenvolvidos no tempo recorde de dezassete meses⁹¹⁹. Nos termos das declarações do comissário-geral Augusto de Castro, a exposição devia ser uma “síntese da civilização portuguesa e da sua projecção universal”⁹²⁰. Uma concepção nacionalista e imperial esteve na base de todo o projecto que pretendia veicular a ideia de uma “civilização de *expansão*”, de cariz universal, mas com sólidas raízes na sua terra e com uma maneira de “*sentir* nacional”. A história e a etnografia foram os recursos utilizados para ilustrar essa ideia, bem patente nos vários pavilhões que traçaram uma retrospectiva do percurso histórico da Nação e nas secções que recriaram o modo de vida das populações. Uma visão ideológica, inevitavelmente anacrónica e idealizada do passado: uma gesta heróica de um “povo de descobridores, de grandes capitães, de criadores de civilização”, mas também “povo de santos, de poetas, de lavrantes de pedra e de almas”⁹²¹. Um “livro colorido de glórias”, nas palavras de Augusto de Castro que enunciou os seus objectivos, no discurso inaugural: “em primeiro lugar, a projecção sobre o passado, como uma galeria de imagens heróicas da fundação e da existência nacionais, da função universal, cristã e evangelizadora da Raça, da glória marítima e colonial do Império; em segundo lugar, a afirmação das forças morais, políticas e criadoras do presente; em terceiro lugar, um acto de fé no futuro”⁹²². Lição de

⁹¹⁹ *Comemorações Centenárias. Exposição do Mundo Português. Roteiro dos Pavilhões (Descrição pormenorizada do seu conteúdo)*, Lisboa, Imprensa Africana, s.d. A exposição tinha 450 000 m² e nela trabalharam 5000 operários, 15 engenheiros, 17 arquitectos, 43 pintores-decoradores, 129 auxiliares, e mais de 1000 modeladores-estucadores, sob a direcção de 7 chefes.

⁹²⁰ *Revista dos Centenários*, Lisboa, Fevereiro/Março de 1939, p. 6

⁹²¹ *Ibidem*

⁹²² Augusto de Castro, *op. cit.*, p. 65

ideologia que pretendia ensinar a “saber ser português”, isto é, a respeitar a tradição, a partilhar e viver as glórias do passado e a ter confiança no futuro⁹²³.

Não se perdia de vista que as exposições são “instrumentos de propaganda e representam (essa é uma das suas funções) verdadeiras mobilizações das capacidades e do trabalho do povo”⁹²⁴. Lição de optimismo e de fé no Povo e nos seus Chefes: o hierático e vigoroso Infante D. Henrique, do escultor Leopoldo de Almeida, que comandava a nau dos descobrimentos tinha o seu contraponto nas figuras dos presidentes da República e do Conselho, modeladas por António da Costa e Francisco Franco, que pontificavam na secção “Portugal - 1940”. O espaço desta secção foi concebido por António Ferro como se fosse uma proa de um barco, com uma rampa que lhe dava acesso⁹²⁵. O visitante podia, uma vez chegado ao topo, abarcar todo o conjunto com o olhar. Ao centro, a alegoria do Império do escultor Barata Feio - “figura de um arcanjo de vitórias, enorme no tamanho e dominadora na concepção, que outras duas, do general Carmona e de Salazar, completam no sentido actual do Império a retomar o seu curso”⁹²⁶. O passado, ou o que dele se queria conservar na memória, o presente e o futuro como uma caminhada com uma única direcção e objectivo - o engrandecimento de Portugal.

As inaugurações dos pavilhões prolongaram-se pelo mês de Julho, o que proporcionava ao poder político uma constante mobilização da atenção da imprensa. A guerra e a grave situação que se vivia no mundo eram ecos distantes. Mas a adesão ao evento não foi imediata e massiva. Quando as “multidões” começaram a afluir depararam com a dificuldade de assimilar os conteúdos expostos⁹²⁷. Uma concepção

⁹²³ *Idem*, p. 222

⁹²⁴ *Idem*, p. 28

⁹²⁵ Margarida Acciaiuoli, *op. cit.*, p. 231

⁹²⁶ *Comércio Português*, Revista da Associação Comercial de Lisboa, nº 7, Novembro de 1940, p. 44

⁹²⁷ Organizaram-se excursões de várias partes do país para visitar a Exposição, nomeadamente do distrito de Setúbal vieram mais de 8000 pessoas, que atravessaram o Tejo em 13 grandes vapores embandeirados. Engº Carlos Manito Torres, *As Comemorações Centenárias no distrito de Setúbal. Relatório*, Dezembro de 1940

excessivamente literária do que deveria ser a exposição, bem patente nas palavras do comissário-geral, conduziu a uma sobrecarga de texto e de informação. A esta juntava-se a falta de uma forte expressão plástica ao nível de boa parte da pintura mural e da estatuária que se perdia, assim, na ilustração e decorativismo. O carácter didáctico da exposição ficava comprometido por um discurso que não tinha sabido encontrar a economia de meios e a força de expressão necessária para ser mais eficaz⁹²⁸. Uma arquitectura global bem engendrada, tendo em vista os propósitos da propaganda do regime, não alcançava plenamente os seus objectivos por falhas no processo de comunicação. Pelo menos, tinha-se conseguido algo caro à ordem vigente: uma atitude de grande compostura, comedida e respeitosa, quase religiosa perante as figuras e signos ali exibidos⁹²⁹.

A exposição dos *Primitivos Portugueses* era um projecto antigo que foi, finalmente, concretizado naquele ano, sob a direcção de Reinaldo dos Santos. Abrangendo um período de um século, de 1450 a 1550, o levantamento das obras revelou mais de 600, das quais foram seleccionadas 340 para serem exibidas nas salas do Museu das Janelas Verdes. Neste conjunto escolhido, 140 pertenciam ao acervo do próprio museu e 200 vieram de todos os pontos do país, de museus provinciais, igrejas, conventos e colecções particulares. Alguns dos núcleos mais importantes da pintura daquela época sofreram importantes obras de restauro, nomeadamente numerosos retábulos. A exposição pretendia ilustrar a tese nacionalista da existência de uma escola portuguesa de pintura, marcada pelas fortes individualidades de Vasco Fernandes, Francisco Henriques, Cristóvão de Figueiredo, Gregório Lopes e, acima de todos, Nuno Gonçalves, “que lhe conferem uma originalidade primacial dentro da arte peninsular e autonomia indiscutível na história geral da pintura medieval do

⁹²⁸ Veja-se as críticas de Jorge Macedo (“A História na Exposição de Belém” in *O Diabo*, 14 de Dezembro de 1940) e Adriano Gusmão (“A Arte na Exposição de Belém” in *O Diabo*, 9 de Novembro de 1940)

⁹²⁹ Cf. discurso de Augusto de Castro in *Diário de Notícias*, Lisboa, 3 de Julho de 1940

Ocidente⁹³⁰. A ideia não era consensual e já tinha dado lugar a acesas polémicas entre os especialistas. Contudo, nas páginas da *Brotéria* preconizava-se que aquela pintura servisse de modelo para a contemporânea, nestes termos: “À luz da espiritualidade daqueles pintores de antanho, cremos que a arte retomará o seu lugar de grande educadora no religioso e no profano”⁹³¹. De facto, os painéis de S. Vicente de Fora, atribuídos a Nuno Gonçalves, tornaram-se a fonte inspiradora de uma pintura historicista que esteve muito presente nas comemorações.

Mas estas não foram as únicas exposições do “Ano Áureo”. Em Lisboa, no âmbito do programa dos Congressos do Mundo Português, realizou-se uma *Exposição de Cartografia Portuguesa*, no Mosteiro dos Jerónimos. “Vasta ilustração e grandioso atlas do III Congresso, *História dos Descobrimentos e Colonização*”, nas palavras de Júlio Dantas, a exposição reuniu um conjunto notável de mapas, portulanos e cartas de marear portuguesas do final do século XV e dos séculos XVI e XVII, originais e reproduções, que se encontraram em bibliotecas e arquivos de Estado, museus e colecções privadas da Europa e da América⁹³². Coube ao comandante Fontoura da Costa a missão de reunir esse acervo e catalogá-lo de forma sistemática, em colaboração com Afonso de Dornelas e Manuel Múrias que também faziam parte da comissão nomeada para o efeito.

Ainda em Lisboa, a Câmara Municipal decidiu organizar, em colaboração com o Instituto de Agronomia, a *I Exposição Nacional de Floricultura*, que foi inaugurada pelo presidente da República⁹³³. No Porto, realizou-se a exposição da obra de Soares dos Reis, no palácio dos Carrancas, e uma exposição etnográfica do Douro Litoral. Em Coimbra, teve lugar uma *Exposição de Ourivesaria Portuguesa*, no Museu Machado de Castro, que reuniu um belo conjunto de 240 peças, na maior parte

⁹³⁰ Reinaldo dos Santos, *Os Primitivos Portugueses*, 3ª ed. corrigida e aumentada, Lisboa, 1958, p. 46

⁹³¹ J. da Costa Lima, “Grandeza e missão da arte” in *Brotéria*, vol. XXX, Lisboa, 1940, p. 579

⁹³² *Congresso do Mundo Português, Programas, Discursos e Mensagens*, XIX vol., Lisboa, 1940, p. 19

⁹³³ *Revista Municipal*, Ano I, nº 4, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1940

alfaias religiosas e objectos de culto⁹³⁴. No âmbito dos programas promovidos pelas Juntas Provinciais também se realizaram múltiplas exposições, em que a etnografia, as actividades económicas e a promoção turística estiveram associadas a objectivos lúdicos e de puro divertimento. Tratou-se de exposições-feira mais adequadas ao gosto popular do que a solenidade algo fria e distante da exposição de Belém. Mas o dinamismo e a iniciativa das autoridades distritais e concelhias proporcionou a realização de muitas exposições locais, umas de carácter económico, sobretudo agro-pecuárias e industriais, outras voltadas para temas históricos e culturais, nomeadamente sobre os vultos e fastos mais notáveis da região. Em Palmela, por exemplo, inaugurou-se uma *Exposição Histórico-Bibliográfica da Ordem de S. Tiago*, no recinto do Castelo⁹³⁵. A grande mobilização destes Centenários foi susceptível de desencadear uma notável dinâmica comemorativa em todo o país.

As comemorações de 1960 deram azo a várias exposições sobre temática henriquina e outras afins. A Exposição Henriquina, no Museu de Arte Popular, traçou uma retrospectiva histórica dos antecedentes dos descobrimentos, da vida e acção do Infante D. Henrique, e dos seus prolongamentos nos reinados de D. João II e D. Manuel⁹³⁶. Promovida pela comissão executiva das comemorações, foi a exposição oficial, cuja concepção ficou a cargo do arquitecto Frederico George. A empresa não foi fácil, dada a escassez de elementos susceptíveis de serem exibidos no quadro de uma exposição com a envergadura e o significado daquela. Assim, o arquitecto recorreu a um misto de objectos e documentos coevos, enquadrados por pinturas decorativas e estatuária.

⁹³⁴ *Comemorações Nacionais de 1940. Exposição de Ourivesaria Portuguesa dos séculos XII a XVII. Catálogo-Guia*, Coimbra, Julho de 1940

⁹³⁵ *Programa das Comemorações Centenárias. Distrito de Setúbal*, Comissão Distrital das Comemorações Centenárias, 1940

⁹³⁶ *Exposição Henriquina*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960

Logo no pórtico de entrada, o visitante deparava-se com uma pintura de Manuel Lapa, subordinada ao tema “O Génio Universalista do Povo Português e o Infante D. Henrique como seu Símbolo”. Uma pedra arrancada do promontório de Sagres exibia o lema do Infante gravado e entrava-se, de seguida, numa sala introdutória à vida e obra do Infante D. Henrique. Esta reunia poucos elementos, seleccionados pelo seu valor simbólico⁹³⁷. Basicamente, evocava-se o poder, a guerra, a nobreza, a cavalaria e a genealogia do Infante, utilizando para o efeito o conhecido retrato do rei D. João I, uma evocação da batalha de Aljubarrota e da tomada de Ceuta, uma espada da época, os brasões da nobreza portuguesa da altura e das principais casas estrangeiras ligadas à família de Avis, um pequeno grupo escultórico, da autoria de Lagoa Henriques, representando a cena em que o rei armou os filhos cavaleiros, um diorama para recordar o casamento dos pais de D. Henrique, documentos relativos ao baptismo e a árvore genealógica, num vitral concebido pelo professor Augusto Gomes.

A sala da iconografia pretendia revelar a figura do Infante D. Henrique em termos físicos e psicológicos, recorrendo à apresentação dos Painéis atribuídos a Nuno Gonçalves, da máscara mortuária e de diversos documentos, nomeadamente de um excerto do *Leal Conselheiro* que refere aspectos da vida familiar da casa de D. João I. Passava-se, de seguida, à sala do Mar Tenebroso, onde apenas se encontrava iluminada uma montagem que representava o conhecimento geográfico do mundo, na Europa do início do século XV, e as lendas que testemunhavam os medos dos homens. Efeitos sonoros e musicais, acompanhados pela récita de um poema de Fernando Pessoa, completavam o quadro de mistério e receio que o oceano infundia aos marinheiros do final da Idade Média.

Vinha depois a apresentação das “envolventes”, isto é, os factores que condicionaram a expansão portuguesa e o quadro do mundo antes das navegações dos

⁹³⁷ *Idem*, p. 20

portugueses, “constituído por compartimentos estanques ou quase estanques”⁹³⁸. Havia, por fim, uma “sala do Infante” e outra do Renascimento, onde se pretendia evocar a continuidade da obra do Infante D. Henrique. Nas condicionantes da expansão, a dilatação da fé cristã era o elemento central, bem simbolizada por uma grande cruz talhada em “plexiglas” do escultor Jorge Vieira. A visita à “sala do Infante” terminava com a apreciação de uma pintura de Fred Kradolfer que representava a viagem de volta da Guiné pelo mar alto, ou seja, a vitória sobre o oceano Atlântico. Na última sala, sobressaíam o mapa síntese dos descobrimentos portugueses, da autoria do pintor Le Mattre de Carvalho. Diversos objectos e peças de arte pretendiam recordar a interpenetração da cultura portuguesa com a doutras regiões do mundo. A exposição terminava com uma secção de cartografia, organizada pelo comandante A. Teixeira da Mota. Na altura já se encontravam publicados os quatro primeiros volumes dos *Portugaliae Monumenta Cartographica* e, por isso, optou-se por uma selecção criteriosa de originais e *fac-similes*, tão perfeitos quanto possível, para transmitir ao público a exacta noção da antiguidade e beleza das espécies cartográficas⁹³⁹.

O conjunto da exposição mereceu uma interessante nota crítica ao arquitecto Francisco Keil Amaral⁹⁴⁰. Começou por referir a dificuldade da empresa e a forma brilhante como foram resolvidos alguns dos problemas, destacando a concepção dos espaços decorativos e a sequência da visita que considera “imaginosa, variada e dinâmica”. Certos ambientes foram recriados com forte “poder sugestivo” e os pormenores bastante cuidados. A exibição de peças de grande valor histórico e artístico só por si merecia uma deslocação ao Museu de Arte Popular, nomeadamente da tapeçaria de Pastrana que representa a tomada de Arzila e o retábulo de prata

⁹³⁸ *Idem*, p. 21

⁹³⁹ *Idem*, p. 28

⁹⁴⁰ Francisco Keil Amaral, “Exposição Henriquina” in *Gazeta Musical de Todas as Artes*, vol. VI, 2ª série, nº 106 a 129, Lisboa, 1960-61, p. 144

dourada de Guimarães. Mas não deixou de mencionar os aspectos negativos que marcavam um certo gosto nacional, sobretudo nas manifestações oficiais: “Abusamos um tanto das sugestões históricas e dos efeitos espectaculares. Pendemos para a grandiloquência, para a teatralidade, quando a tendência corrente actual é para uma clara, discreta e imaginativa apresentação de objectos ou de ideias.” Apesar do caso em análise representar um passo em frente no caminho de uma actualização dos conceitos, não conseguiu libertar-se totalmente das velhas pechas. Deste modo, considerava que seriam dispensáveis os figurantes de várias raças e indumentárias, “um dos quais mascarado de navegador henriquino”; seria agradável uma menor teatralidade das vozes ouvidas pelos altifalantes; seria vantajoso que o dramatismo conseguido à custa de efeitos de luz e som se não sobrepusesse à valorização das peças essenciais, prejudicando a sua contemplação; seria excelente que uma parte considerável das poucas peças expostas não ficasse diminuída pela imponentia dos ambientes e se sentisse melhor a razão da sua presença e a sua conexão. Já estavam ultrapassados os pesados e cenográficos efeitos da Exposição do Mundo Português, mas ainda subsistiam ressaibos do estilo. O que, afinal, está em causa na crítica de Keil Amaral são diferentes concepções artísticas e do que deve ser uma exposição: o despojamento, o rigor conceptual e estético, em oposição a um discurso que ainda pende para o decorativismo e os efeitos dramáticos.

Além desta exposição promovida pela comissão executiva do centenário, tiveram lugar outras realizadas por diversas entidades e em várias regiões do país. A Administração-Geral do Porto de Lisboa decidiu realizar, na Torre de Belém, uma *Exposição Histórica*, focando a construção do Castelo de S. Vicente da Paz de Belém, o papel da Torre de Belém no sistema defensivo do porto de Lisboa, concebido no reinado de D. Manuel, e a conexão entre o porto e as regiões vizinhas⁹⁴¹. Ali, se podiam observar objectos, gravuras e documentos variados, como maquetas do porto

⁹⁴¹ *Boletim Geral da Ultramar*, 36º ano, Nº 422-423, Agosto-Setembro de 1960, p. 198

de Lisboa, fotografias de monumentos manuelinos, a carta de nomeação de Gaspar de Garcia, primeiro governador da Torre, e, entre outros materiais, uma fotomontagem do Tratado de Tordesilhas, cedida pelo Arquivo Geral das Índias, de Sevilha. O Museu Militar não quis deixar passar a ocasião para apresentar uma exposição bibliográfica sobre trabalhos de engenharia militar portuguesa. Foram reunidos cerca de 700 documentos, a maior parte dos quais referente ao século XVIII, provenientes de arquivos históricos, militares e de colecções particulares, com destaque para as das casas de Bragança, Cadaval, Palmela e Insua⁹⁴². Na sala principal da Biblioteca do Palácio da Ajuda foi feita uma exposição documental sobre a expansão portuguesa, que compreendia obras raras e de grande valor bibliográfico. Incluiu também uma secção cartográfica com mapas manuscritos e impressos que pertencem ao acervo daquele arquivo.

Fora da capital, podemos destacar as exposições que foram apresentadas pela Biblioteca Municipal do Porto e pelo Gabinete de História da Cidade⁹⁴³. A exposição de documentos, livros e cartas realizada no Museu da Quinta das Cruzes, na ilha da Madeira, para dar conta do valor dos fundos do respectivo Arquivo Distrital e dos trabalhos feitos sobre a história da expansão. Igualmente, ali se exibiram mais de 400 peças de louça da Companhia das Índias, de Setembro a Outubro daquele ano. Mais uma exposição bibliográfica e cartográfica, desta vez na Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo. Em Viseu, o director do Museu Grão Vasco organizou uma Exposição de Pergaminhos Henriquinos, nos paços do Concelho. Num edifício, recentemente adquirido pelo município para instalar a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, foi inaugurada uma exposição de pintura que reuniu cerca de 300 obras e mais de cem artistas, incluindo nomes consagrados da arte portuguesa. Em Évora, o Museu Regional realizou uma exibição da “Arquitectura Portuguesa da Época dos

⁹⁴² *Ibidem*, p. 210

⁹⁴³ *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. IV, Lisboa, 1963, pp. 15 e 16

Descobrimentos”⁹⁴⁴. Decerto, outras exposições se realizaram no país e nas colónias, integradas nos programas locais das comemorações. As exposições de trabalhos escolares dos alunos do ensino primário e secundário também foram previstas pela comissão executiva do centenário⁹⁴⁵.

Podemos, assim, distinguir vários tipos de exposições integradas nas comemorações que, por vezes, se entrecruzam: 1) a tradicional exposição bibliográfica e iconográfica, com carácter histórico e evocativo; 2) a exposição das artes; 3) a exposição das técnicas e das produções; 4) a exposição etnográfica, sobre os povos da metrópole e das colónias. “Jubileus do trabalho”, segundo Teófilo Braga, as exposições funcionam como mostruário das capacidades das sociedades que as realizam ao nível económico, técnico, científico e artístico. Não deixam de ser também instrumentos de propaganda que o poder político utiliza para mobilizar as populações, incutir a necessária dose de auto-confiança e optimismo, e para divulgar concepções e valores político-ideológicos, assim como uma determinada imagem do regime e do país.

É significativo o facto do projecto de uma grande exposição internacional, que remonta pelo menos ao “Centenário da Índia”, só ter sido concretizado em 1998, um século mais tarde. E mais relevante ainda é constatar que a primeira grande exposição, aliás a única com uma envergadura mais próxima dos eventos internacionais congéneres, só foi realizada em 1940. Quando teve lugar já não traduziu o primado dos valores da ciência e da técnica, da razão e do progresso, que tinham informado a ideologia liberal e “positiva” do século XIX, mas a ideia de uma sociedade bem escorada no passado e na tradição, onde o peso da história se sobrepunha às realizações do presente.

⁹⁴⁴ *A Arquitectura Portuguesa da Época dos Descobrimentos. Catálogo*, Évora, Museu Regional, 1960

⁹⁴⁵ *Ibidem*, p. 170

Assim se compreende o cuidado que Salazar teve em advertir o seu chefe da propaganda, António Ferro, para não exagerar quanto ao espaço concedido, no plano geral da exposição, às obras do Estado Novo. Teria dito então: “Acho demais. Temos de reduzir. Não vão supor que pretendemos comparar a obra da Junta Autónoma das Estradas, aliás notável, com o descobrimento do caminho marítimo para a Índia”⁹⁴⁶. Uma observação muito glosada pelos émulos como sinal da modéstia e comedimento que foram caras à imagem do presidente do Conselho e do regime, mas que mostra também a concepção que presidiu à organização do evento, dominado pelo peso das heranças, a histórica e a etnográfica. Talvez tal resultado não seja somente o produto da ideologia e traduza, afinal, a realidade sociocultural do país naquela época.

A exposição é também uma forma de espectáculo, na medida em que se destina a atrair a atenção do público. Espectáculo mais restrito e selecto, no caso das mostras bibliográficas, iconográficas e artísticas, ou espectáculo de massas, quando se trata das exposições-feira e das grandes exposições com fins de propaganda. Nestas a componente lúdica e festiva não pode ser ignorada pelos organizadores, sendo comuns os espaços com as atracções mais populares e os programas de animação. Olhando retrospectivamente o conjunto das exposições realizadas no âmbito dos centenários analisados, constatamos que o primeiro género esteve mais representado do que o segundo. É natural: os custos são menores sob o aspecto financeiro, organizativo e logístico. Por outro lado, há uma relação óbvia e directa com a ideia da comemoração nessas mostras de documentos históricos, de obras, de objectos e de gravuras que são testemunhos da memória. Um prolongamento desse propósito evocativo encontra-se na estatuária e pintura mural de carácter historicista das exposições do Estado Novo. Uma forma de recriar as cenas da história para um público menos letrado que foi justamente criticado por falta de rigor e por ser uma visão do passado com os olhos postos no presente.

⁹⁴⁶ António Ferro, *Panorama dos Centenários*, Lisboa, Edições SNI, 1949, p. 22

Obras e diplomacia

No capítulo anterior, já referimos o papel do Estado na organização dos centenários. Importa agora mostrar de que forma esteve presente nas práticas e ritos comemorativos. Se passarmos em revista o que apresentámos antes, constatamos que o Estado, através dos seus órgãos de poder e dos representantes dos vários níveis da hierarquia política, esteve sempre representado nos centenários que se prendem com a memória da nação. Pode não ter sido o dinamizador nem o organizador directo da comemoração, mas a sua presença é um elemento indispensável nestes eventos. Não só por razões de ordem financeira e logística, mais práticas e imediatas, mas também porque, na concepção moderna, o Estado e a Nação são como duas faces de uma mesma moeda e incluem-se entre as suas funções a preservação da memória e do património da comunidade nacional. Não é só por razões de ordem ideológica e conjunturais que os governos intervêm nas comemorações, se bem que estas tenham um peso importante, como mostrámos logo no início deste estudo. Trata-se, afinal, de preservar a memória e a identidade da comunidade que serve de sustentáculo ao próprio Estado, ou pelo menos de reafirmá-las à luz dos valores da época e do regime em causa, e de garantir uma estreita ligação entre os componentes do binómio. Por isso, a presença dos representantes do Estado-Nação faz-se sentir nas mais variadas manifestações comemorativas e de diversas formas.

De modo geral, os mais altos membros da hierarquia do Estado, o monarca ou o presidente da República, o chefe do governo e os ministros, são chamados para as cerimónias públicas mais solenes, onde importa demonstrar o respeito pelas “glórias” do passado ou a capacidade realizadora da comunidade. Recorde-se, por exemplo, as sessões solenes que são um misto de cerimónia de carácter evocativo, de manifestação de reverência perante determinados valores e um espelho da ordem social vigente, por causa do acesso reservado e da forma como se organizam os convidados no espaço. São cerimónias presididas pelos chefes de Estado ou pelos seus representantes mais directos, o que as transforma numa imagem simbólica da hierarquia da sociedade. O cerimonial que as rodeava e uma certa pompa, que se refinou no período do Estado Novo, fazem parte do espectáculo do poder que esteve também muito em foco nas inaugurações.

Em Roma, a inauguração era uma cerimónia onde o áugure interpretava os presságios antes de ser empreendido qualquer acto importante. Nas nossas sociedades, trata-se de uma cerimónia destinada a expor pela primeira vez, à vista e admiração do público, um monumento, edifício, instituição ou realização com um carácter mais efémero, como é o caso das exposições. Além disso, pode ter como objectivo a abertura ou início de determinados acontecimentos de maior envergadura do ponto de vista sociocultural e político, como sejam os congressos e os campeonatos desportivos. A presença dos representantes do poder político nos actos inaugurais confere prestígio e reconhecimento social, mas é também uma forma destes desfrutarem de maior notoriedade. E, de modo subtil, na cerimónia de inauguração ressoa o desejo de colocar sob os melhores auspícios, neste caso bem humanos e terrenos, o futuro de um determinado empreendimento.

Não vamos enunciar todas as inaugurações que tiveram lugar no âmbito dos centenários, mas importa referir que a quantidade deste género de cerimónias e o seu formalismo se tornou impressionante nas comemorações de 1940. Apostado em mostrar o ressurgimento nacional, o governo desdobrou-se em múltiplas cerimónias inaugurais. A Exposição do Mundo Português foi inaugurada na globalidade e, no decurso do mês, seguiu-se um percurso quase de pavilhão a pavilhão. Os congressos tiveram solenes sessões de abertura e a maior parte dos eventos que então ocorreram pelo país contaram com a benção das autoridades, nomeadamente as exposições. Um grandioso programa de edificação de monumentos, dos simples cruzeiros às estátuas, de restauro do património, em particular dos castelos, e de construção de obras públicas prolongaram, por mais de uma década, as inaugurações devidas aos Centenários.

O saldo dos centenários do final do século XIX e da I República foi parco em monumentos e obras públicas que são, afinal, a expressão mais palpável da capacidade de realização prática e material de uma sociedade e dos governos. O

centenário de Camões deixou um monumento, devido à iniciativa da Academia coimbrã, um bairro na capital com o nome do poeta, da responsabilidade de um capitalista da época, o conde de Burnay⁹⁴⁷, e várias bibliotecas públicas, gabinetes e salas de leitura, a cargo de municípios e associações cívicas. Do centenário henriquino ficou a estátua que foi inaugurada alguns anos mais tarde e o do descobrimento do caminho marítimo para a Índia limitou-se a inaugurar o Aquário Vasco da Gama, depois de terem sido abandonados os grandes planos iniciais por falta de condições políticas e financeiras. A I República lançou os fundamentos de um fruste monumento a Vasco da Gama, que não chegou a ser realizado, e deixou a estrutura de um pavilhão desmontável que tinha estado na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, o futuro Pavilhão dos Desportos, em Lisboa. Um resultado que não é alheio à forma como foram organizados os centenários, onde a iniciativa independente dos cidadãos e de certas instituições cívicas foi decisiva e o papel do Estado geralmente mais limitado.

O Estado Novo associou a realização de grandes obras públicas ao programa das maiores comemorações nacionais. Na sua nota oficiosa de 1938, Salazar tinha chamado a atenção para alguns projectos destinados a melhorar as condições do país para o turismo: o melhoramento das estações ferroviárias fronteiriças, uma estação marítima no porto de Lisboa, o aeródromo da Portela de Sacavém, o desenvolvimento da rede viária, nomeadamente das estradas de acesso à capital e daquelas que permitissem realizar passeios de maior beleza paisagística, melhoria e aperfeiçoamento do serviço de hotéis da capital e da província, o estabelecimento de pousadas em recantos provincianos, sem esquecer sequer de mencionar a limpeza das casas e das ruas, a vigilância e repressão da mendicidade, entre outras medidas. A questão da exploração turística deste tipo de eventos, que o presidente do Conselho de Ministros não desdenhava apesar de afirmar o contrário, não era uma novidade. Já

⁹⁴⁷ *O Occidente*, vol. III, N° 62, 15 de Julho de 1880, p. 119 e 124

nos centenários do século passado constituía uma forte motivação para o empenho das autoridades e um factor de peso para mobilizar o apoio da hotelaria e dos comerciantes.

Além das obras indicadas, ainda especificava mais de uma dezena de realizações que passavam por obras de restauro em palácios e monumentos nacionais, a construção da estrada marginal para Cascais e do Estádio Nacional, o arranjo urbanístico da zona de Belém, libertando a Torre da vizinhança de edificações impróprias para a dignidade do local, a resolução do problema do Parque Eduardo VII e a construção de um palácio de exposições, uma aspiração que já tinha feito parte das propostas apresentadas no “centenário da Índia”, o maior impulso possível ao parque florestal de Monsanto e a arborização da encosta marginal do Tejo desde o Estoril, a edificação de novos Hospitais-Ecolares e o lançamento de novos bairros económicos, “de modo que se possa fazer desaparecer os bairros miseráveis que cercam Lisboa”⁹⁴⁸. Mencionava também a ligação radiofónica de Portugal com o seu Império e não referiu, por exemplo, o plano de construção de escolas primárias que disseminou um grande número de edifícios idênticos por todo o país⁹⁴⁹. O dinamismo daqueles anos no campo das obras públicas ficou a dever-se ao ministro Duarte Pacheco, um engenheiro com uma capacidade de trabalho, de planeamento e uma visão estratégica realmente notável.

O exemplo do governo central foi seguido pelo comandante Sarmento Rodrigues nas comemorações do descobrimento da Guiné, em 1946. O plano que apresentou de obras públicas e fomento era, afinal, uma extensa listagem de projectos para colmatar necessidades básicas das povoações, da administração pública e do exercício do poder na colónia. Estendiam-se a todo o território da Guiné e

⁹⁴⁸ *VIII Centenário da Fundação de Portugal e III da Restauração da Independência*, Nota oficiosa da Presidência do Conselho de Ministros de Portugal, em 26-III- 1938, s.l., s.d., pp. 8-9

contemplavam obras de carácter sanitário, vias de comunicação, construção de edifícios públicos, urbanização e edificação de bairros habitacionais, restauro de fortalezas, farolização das costas, instalações militares, mercados, campos desportivos, igrejas e monumentos que ficaram a assinalar o centenário⁹⁵⁰. É significativo que, naquela longa lista de obras previstas, a instrução só mereça três referências: melhoramentos na escola de Farim, abertura de novas escolas missionárias e criação de escolas rudimentares de artes e ofícios nas unidades militares.

O mapa do itinerário da visita do subsecretário de Estado, realizada em 1947, mostra que um número importante de obras tinha sido concluído, estava em curso ou fora iniciado⁹⁵¹. Muitas delas visavam dotar as povoações de uma fonte, um posto sanitário, mesmo que fosse provisório, uma igreja ou capela e um posto administrativo. Mas fez-se também a sinalização completa das estradas, em chapas metálicas esmaltadas colocadas em postes de cimento, campos de aviação e cais, instalações de centrais para o fornecimento de energia eléctrica, entre outras obras que, pela primeira vez, levavam às terras da Guiné uma amostra da civilização do século XX.

Nada de comparável aconteceu nas comemorações de Angola e de Moçambique. Contudo, parte da Avenida Marginal de Luanda foi inaugurada em 1948, no decorrer das celebrações do centenário da Restauração de Angola⁹⁵². Na mesma altura, foi colocada a primeira pedra do monumento a Diogo Cão, na Praça do Império.

⁹⁴⁹ António Ferro, *op. cit.*, p. 33. Refere que o “Plano dos Centenários” previa a construção de 12000 escolas, no prazo de dez anos, que terminariam definitivamente com o pesadelo do analfabetismo em Portugal. Um sonho que ficou longe da concretização.

⁹⁵⁰ *Boletim Cutural da Guiné Portuguesa*, vol. I, Nº 1, Bissau, Janeiro de 1946, pp. 165-171

⁹⁵¹ *Idem*, Nº Especial Comemorativo do Centenário do Descobrimento da Guiné, Outubro de 1947, mapa extra-texto.

⁹⁵² *Boletim Geral das Colónias*, Ano 24, Nº 280, Lisboa, Outubro de 1948, p. 129

As comemorações henriquinas, em 1960, foram pretexto para a realização de um conjunto de obras relacionadas com o evento⁹⁵³. Em Lisboa, foi edificado o Padrão dos Descobrimentos que tinha sido erguido em estafe na Exposição do Mundo Português. No Porto, foi restaurada a casa da Rua da Alfândega Velha, onde nasceu o Infante D. Henrique, segundo reza a tradição local. Em Coimbra, foram feitas obras de conservação nos Paços da Universidade por causa das cerimónias que ali tiveram lugar. Em Tomar, realizaram-se no Convento de Cristo pelo mesmo motivo.

No Algarve, fizeram-se várias obras de restauro em igrejas e fortalezas, destacando-se a construção da Avenida Marginal de Lagos e a inauguração de uma estátua do Infante D. Henrique, do escultor Leopoldo de Almeida. A zona de Sagres foi alvo de particular atenção, sendo de referir os trabalhos de conservação, restauro e consolidação em igrejas e fortalezas da região. No Promontório, procedeu-se a um arranjo geral de modo a libertar o local de construções inestéticas e a valorizar o património existente, nomeadamente foi limpa a “rosa-dos-ventos” e protegida com uma vedação. Junto da Ponta da Atalaia foi edificada uma pousada de turismo, denominada “Pousada do Infante”. O projecto do arquitecto Jorge Segurado teve em conta a nota regional e a decoração contemplou as referências aos descobrimentos e ao Infante D. Henrique⁹⁵⁴.

A cerimónia de lançamento da primeira pedra constituía uma alternativa à inauguração e o ritual revestia-se de grande significado simbólico. Em 1894, a pedra fundamental do monumento ao Infante D. Henrique tinha sido trazida do Sacro Promontório, pela Marinha. No dia do cortejo fluvial, foi passada do navio para a “caravela”, no meio de girândolas de foguetes e salvas de tiros das fortalezas da Foz e da Serra do Pilar. Em seguida, a embarcação foi rebocada pelo rio, indo atracar no cais da Rainha. Ali, uma deputação da Câmara Municipal foi receber a pedra

⁹⁵³ *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. IV, Lisboa, 1963, p. 209 e segs.

⁹⁵⁴ *Ibidem*, p. 214

desembarcada para a conduzir ao local onde ia ser edificada a estátua. Um carro alegórico com a forma de um barco à vela transportou a grande pedra que ia servir de base ao monumento. Formou-se um cortejo, onde não faltou sequer uma banda marcial. A praça estava, profusamente, engalanada para a cerimónia de colocação da pedra, a que só tiveram acesso mais directo as autoridades e os convidados oficiais. A população foi mantida a alguma distância por uma vedação de arame. O cardeal D. Américo procedeu à benção da pedra no local, onde tinha sido erguido um altar. Numa salva de prata tinham sido colocados o martelo e a trolha do mesmo metal, pertencentes à Câmara Municipal, que costumavam ser usados neste tipo de cerimoniais. O rei D. Carlos recebeu das mãos do presidente do município a trolha e lançou a primeira colher de cal sobre a pedra, na qual bateu duas vezes com o martelo que, por sua vez, lhe foi apresentado pelo vice-presidente. Na altura, foi lavrado um auto para ser colocado no alicerce do monumento, depois das individualidades presentes o terem assinado. O documento foi colocado num cofre metálico que também continha moedas de ouro, prata e cobre daquele reinado⁹⁵⁵. Uma cópia do auto e a chave do cofre foram guardadas no arquivo dos Paços do Concelho. O acto simbólico foi sublinhado por girândolas de foguetes e salvas de tiros. Um coro entoou o Hino do Infante D. Henrique da autoria de Alfredo Keil, acompanhado pelas bandas militares.

Mais sóbria foi a cerimónia de colocação da primeira pedra do monumento a Vasco da Gama, no passeio fronteiro ao Mosteiro dos Jerónimos⁹⁵⁶. No local foram montadas três tribunas, entre as quais o coreto do praça foi vistosamente engalanado para receber o chefe de Estado, Teixeira Gomes. O traje era sobrecasa e o presidente da República ostentava ao peito a roseta da Grã-Cruz de Torre e Espada. Estiveram presentes quase todos os ministros e demais autoridades civis e militares, além dos

⁹⁵⁵ Firmino Pereira, *op. cit.* p. 124

⁹⁵⁶ Cf. *Diário de Lisboa*, 26 de Janeiro de 1925, p. 8

membros do corpo diplomático. Entre a multidão, distinguia-se a mancha negra dos estudantes das academias de Lisboa, Coimbra e Porto. A cerimónia foi, exclusivamente, laica. Foi lido o auto e assinado pelos presentes, de acordo com a hierarquia. Em seguida, foi colocado num cofre de prata, de estilo “manuelino”, onde também tinham sido postas moedas e um pequeno maço de notas do Banco de Portugal, como mandava uma antiga tradição. Os fundamentos do monumento já estavam abertos para o chefe de Estado estender o cimento com a trolha de prata, sobre o qual foi posta uma pedra de mármore que encerrou o cofre com os seus preciosos testemunhos. Quando a pedra assentou, bateu algumas pancadas com o martelo de prata e todos os presentes se descobriram, enquanto os militares faziam a continência e os navios de guerra surtos no Tejo disparavam as salvas da praxe. Os estudantes soltaram, então, os vivas numa grande efusão de entusiasmo.

Com maior ou menor formalismo, o ritual da colocação da primeira pedra manteve-se idêntico, apesar do Estado Novo não ter dispensado a benção da Igreja. O hábito de colocar o auto e as moedas nos fundamentos dos monumentos é uma forma, afinal, de perpetuar a memória das sociedades que os edificaram para o futuro. E, tal como nas inaugurações, o papel central desempenhado pelo chefe de Estado, ou pelos representantes mais elevados da hierarquia do poder, confere uma dimensão política a estes actos. O objectivo dos programas de inauguração e lançamento de obras públicas prende-se com a necessidade de mostrar a capacidade de realização dos governos e, sobretudo, de corroborar a ideia de “regeneração” ou “ressurgimento” que se pretendia associar às grandes celebrações nacionais.

Estes momentos especiais constituem um excelente pretexto para acções no campo diplomático que contribuam para aumentar a visibilidade do país no estrangeiro ou para reafirmar alianças políticas. A comemoração do passado nacional é, geralmente, uma iniciativa com objectivos internos e externos, em que se procura projectar uma determinada imagem do regime, do país, e do seu povo. Por isso,

desempenham um papel importante as cerimónias de recepção das embaixadas extraordinárias enviadas às festas ou as visitas de chefes de Estado e individualidades estrangeiras. O seu número e importância política serve para mostrar o prestígio do país e do seu governo e reforçar as relações internacionais. No caso específico das celebrações que se prenderam com a história da expansão portuguesa e dos seus heróis, era também uma forma de obter os apoios necessários para o colonialismo português.

Neste aspecto, os centenários de 1898, de 1925, de 1940 e de 1960 destacaram-se, no contexto das suas épocas, pelas adesões e o movimento diplomático que suscitaram. Já referimos, no primeiro caso, o número considerável de representantes de instituições científicas que se deslocou a Lisboa, num gesto de solidariedade com a Sociedade de Geografia de Lisboa e de reconhecimento do papel histórico das navegações dos portugueses. Em 1925, estiveram no centenário de Vasco da Gama embaixadas extraordinárias de vários países que foram recebidas com as honras devidas pelas autoridades portuguesas. Em 1940, apesar da guerra, as representações diplomáticas estrangeiras associaram-se às celebrações e houve as tradicionais congratulações dos países aliados. Em 1960, destacou-se a visita do presidente do Brasil, Kubitshek de Oliveira, que coincidiu com o momento mais alto do programa das comemorações. Além dele, estiveram em Portugal o presidente da Indonésia, Ahmed Sokarno, o dos Estados Unidos, D. Eisenhower, os reis do Nepal e os soberanos da Tailândia⁹⁵⁷.

O aliado preferencial nestas comemorações foi sempre o Brasil. Já em 1880, tinha havido um movimento de clara solidariedade dos positivistas e republicanos brasileiros em relação ao tricentenário de Camões, que teve uma grande receptividade do outro lado do Atlântico⁹⁵⁸. Em 1898, o governo brasileiro fez-se representar nas

⁹⁵⁷ *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. IV, Lisboa, 1963, p. 299

⁹⁵⁸ *O Positivismo*, Revista de Philosophia dirigida por Theophilo Braga e Julio de Mattos, Porto, 1879-1880, p. 513 e segs.

comemorações e, dois anos depois, foi a vez de Portugal se associar ao quarto centenário do descobrimento oficial do Brasil. A participação portuguesa no centenário da independência, em 1922, foi um momento de especial significado nas relações com a antiga colónia. O Estado Novo manteve o objectivo de estabelecimento de uma relação preferencial com o Brasil, por isso foi o único país estrangeiro representado na Exposição do Mundo Português e, em 1960, procurou-se reforçar esta aliança política contra os ventos autonomistas que sopravam das colónias.

Cerimónias religiosas

O regime político vigente e a orientação ideológica dos vários centenários foram determinantes no papel que a Igreja e as cerimónias religiosas desempenharam nas comemorações. O tricentenário de Camões e, de modo geral, as comemorações realizadas no período da I República foram de carácter laico. A Igreja não deixou, nalguns casos, de promover cerimónias religiosas paralelas às celebrações oficiais. Assim, em 1880, o clero lisbonense realizou solenes exéquias pelos “heroes do Oriente”, na Sé Catedral⁹⁵⁹, e o Cardeal Patriarca presidiu, em 1925, a uma solenidade religiosa, no Mosteiro dos Jerónimos, que contou com a presença de um representante do presidente da República e do ministro dos Negócios Estrangeiros⁹⁶⁰. O presidente do Centro Católico e o embaixador extraordinário da Santa Sé discursaram na cerimónia e Afonso Lopes Vieira leu as estâncias d’*Os Lusíadas* que se referem à partida para a Índia. Após a evocação, realizou-se uma missa solene.

O centenário do nascimento do Infante D. Henrique e do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, ainda no período da Monarquia Constitucional, tiveram o seu *Te Deum*, de acordo com a tradição. Mas foi no Estado Novo que as cerimónias religiosas e a Igreja passaram a desempenhar um papel fundamental nos programas comemorativos, seguindo a orientação paraconfessional do regime. A comemoração essencialmente cívica e laica, de feição demoliberal, cedeu o passo a um modelo mais político e religioso, susceptível de veicular com mais eficácia os valores ideológicos da ditadura.

Os centenários dos *grandes homens* têm, obviamente, uma relação com a tradição religiosa do culto dos mortos. Já na oração fúnebre que proferiu, em 1880, um prior recordava que “não é a Igreja que se inspira nas festas cívicas que ahi se

⁹⁵⁹ José Ferreira Garcia Diniz, *Oração funebre que nas solemnes exequias celebradas pelo clero lisbonense na Sé Catedral de Lisboa no dia 8 de Junho de 1880 pelos heroes do Oriente recitou o Dr.[..], prior da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação, Lisboa, 1880*

preparam, é a sociedade civil que aprende da Igreja a honrar dignamente os mais distintos e notáveis cidadãos”⁹⁶¹. E, por uma associação de ideias que não passou despercebida na época, houve quem chamasse ao centenário o *santanário* de Camões. É disso, afinal, que se trata: erigir em modelos idealizados e atemporais determinadas figuras históricas, susceptíveis de serem veneradas como paradigmas dos valores que se considera deverem nortear a sociedade. Deste modo, uma das práticas das sociedades contemporâneas consistiu na criação de um espaço privilegiado para a entronização e o culto dos homens que “se vão da lei da morte libertando”, nas palavras do poeta⁹⁶². Estamos a referir-nos, naturalmente, ao Panteão: lugar da memória e do culto cívico dos *grandes homens*, que ali repousam em túmulos ou são evocados em cenotáfios, para edificação dos vivos.

A Academia Real das Ciências decidiu promover a trasladação dos restos mortais de Camões e de Vasco da Gama para o Mosteiro dos Jerónimos, no âmbito das comemorações. Não era nova a ideia de “panteonizar” o escritor que se tinha tornado uma figura de culto do romantismo, por isso já tinha sido feita a busca das cinzas do poeta no convento de Sant’Ana, em Lisboa. A comissão encarregada apresentou um relatório ao governo, em 1855⁹⁶³, mas não se chegou a proceder à transferência para o local que, desde o início, foi apontado como o mais emblemático para o efeito. Em 1880, sentiu-se a urgência de realizar essa homenagem ao épico e de associá-la ao herói da histórica viagem que constitui a trama central do seu poema. A pesquisa das ossadas de ambos não foi tarefa fácil e, logo na época, os resultados

⁹⁶⁰ *O Século*, Lisboa, 26 de Janeiro de 1925

⁹⁶¹ José Ferreira Garcia Diniz, *op. cit.*, p. 10

⁹⁶² Ver sobre o assunto: Fernando Catroga, *A militância laica e a descristianização da morte*, Dissertação de doutoramento policopiada, 2 vols., Coimbra, 1988; João Medina, “O Poder e a Glória: o Panteão português desde o Liberalismo aos nossos dias” in *História de Portugal*, vol IX, Amadora, Clube Internacional do Livro, s.d., pp. 285-302

⁹⁶³ O relatório foi publicado por João Medina, na obra citada, páginas 314 a 319. A comissão responsável pela busca confessa que não encontrou a lousa que identificaria o túmulo de Camões, por isso seguiu a vaga indicação que possuía sobre a sua localização e decidiu “juntar os ossos que se achavam à entrada da igreja à mão esquerda”. Presumem que entre eles estejam os ossos do poeta.

suscitaram perplexidades e dúvidas. Contudo, optou-se por realizar a cerimónia da trasladação com a solenidade e pompa exigida pelo simbolismo do acto.

De acordo com o programa redigido pela Academia, os restos mortais foram exumados na presença de comissões especialmente constituídas, que assinaram os respectivos autos⁹⁶⁴. Na igreja que pertenceu ao convento das Carmelitas, na Vidigueira, e naquela em que repousava o poeta realizaram-se cerimónias religiosas e foram prestadas honras militares. Um préstito acompanhou as urnas que, no caso do Almirante do Mar das Índias, viajou numa carruagem-salão, armada em câmara ardente, de Cuba até ao Barreiro, onde embarcou numa corveta que fundeou em frente do Arsenal da Marinha. Ali, juntou-se ao cofre que continha os restos atribuídos a Camões, que tinham sido transportados num coche da casa real desde o convento de Sant’Ana. As urnas foram, depois, transferidas para duas galeotas reais puxadas a remos e seguiram, integradas num vistoso cortejo fluvial, para Belém. Durante o trânsito, os navios de guerra prestaram as honras da ordenança. No cais de Belém, foram desembarcadas para dois reparos de desembarque de artilharia naval e cobertas com a bandeira nacional. Entre alas de militares e civis foram conduzidas para a igreja de Santa Maria de Belém, onde já se encontrava a família real. No templo, as urnas foram abertas e lavrou-se o auto da entrega. Fechadas de novo, as chaves foram entregues ao ministro do Reino, para as mandar depositar no arquivo da Torre do Tombo. Realizaram-se, em seguida, as solenidades religiosas e as urnas, assim como a imagem do arcanjo S. Rafael que tinha acompanhado Vasco da Gama à Índia, foram depositadas na capela do cruzeiro do lado da epístola. No fim, as embarcações de guerra surtas no Tejo, as fortalezas, o regimento de Artilharia 1 e a Infantaria salvaram com “as tres descargas do estylo”.

⁹⁶⁴ *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo XV (Oitavo do Supplemento), Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, pp. 55-56

Assim se cumpriu o ritual que, simultaneamente, inaugurou o primeiro Panteão nacional. Neste cerimonial os poderes instituídos e as tradições acabaram por liderar todo o processo. Desde logo, a organização foi cometida à Academia Real das Ciências e toda a arquitectura do ritual contemplou os pilares tradicionais do poder: a Religião Católica e a Igreja, a Monarquia e as Forças Armadas. De certo modo, o cortejo cívico teve o seu reverso neste acontecimento. Só mais tarde, as urnas foram depositadas nos dois túmulos que agora ocupam, “pastiches” de Costa Mota (tio), mercê da dádiva do testamento de Luz Soriano⁹⁶⁵. O significado simbólico do monumento foi, assim, reforçado pela evocação dos vultos mais emblemáticos da epopeia nacional e tornou-se um lugar de romagem nas comemorações.

Em vésperas da realização do “centenário da Índia”, o autor do estudo histórico sobre Vasco da Gama e a Vidigueira, Teixeira de Aragão, veio defender publicamente que se procedesse a nova exumação das ossadas do Almirante do Mar das Índias, visto que tinha fortes razões para crer que as depositadas nos Jerónimos, em 1880, não eram dele. Na altura, foram exumadas as ossadas da sepultura cuja inscrição indicava ser a jazida do primeiro conde da Vidigueira, mas problemas de última hora obstaram ao estudo dos restos osteológicos encontrados, que vieram, sem mais exames, para a capital. Houve, contudo, tempo suficiente para observar que foram depositadas na urna várias “caveiras, femurs e tibias que pareciam correspondentes a quatro esqueletos”⁹⁶⁶. Não era, manifestamente, possível que todos aqueles ossos tivessem pertencido a Vasco da Gama e as deduções do investigador levaram-no a acreditar que a lápide tumular tinha sido mudada de sítio. Por isso, passou a defender que a campa de Vasco da Gama se situava noutro carneiro, do lado do Evangelho, como referia a crónica de Frei Álvaro da Fonseca. A abertura do

⁹⁶⁵ José-Augusto França, *A Arte em Portugal no século XIX*, II vol., 3ª ed., Lisboa, Bertrand Editora, 1990, p. 177

⁹⁶⁶ A. C. Teixeira de Aragão, *Vasco da Gama e a Vidigueira*, 3ª ed., revista e aumentada, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, p. 189

túmulo mostrou que só tinha as ossadas correspondentes a um esqueleto e Teixeira de Aragão convenceu-se que se tratava dos restos mortais do navegador.

As suas opiniões encontraram eco junto da comissão organizadora das comemorações e das autoridades. Uma delegação de alto nível, onde se incluía o ministro das Obras Públicas, o governador civil de Lisboa, deputados, altos funcionários e Luciano Cordeiro, como representante da Sociedade de Geografia, deslocou-se ao antigo convento carmelita da Vidigueira para proceder a nova exumação e trasladação das ossadas para Belém. Teixeira de Aragão, pela Academia das Ciências, e um lente da escola médica estiveram também presentes, além de vários jornalistas da imprensa da capital. Depois da travessia do Tejo, os restos mortais desembarcaram com solenidade em frente dos Jerónimos, onde a guarda de honra coube a uma força de marinheiros. Após o ofício religioso, a urna foi encerrada no sarcófago e lavrou-se um auto. Segundo os jornais da época, a segunda trasladação passou quase despercebida do público e “a concorrência era pequeníssima”⁹⁶⁷. Também é verdade que não foi dada grande publicidade ao acto, o qual não constava no programa oficial das celebrações e decorreu na semana anterior ao início dos festejos. Houve uma certa reserva em torno desta cerimónia de inegável valor simbólico, mas susceptível de ser ridicularizada pelo inusitado da situação⁹⁶⁸.

No âmbito dos centenários que analisámos, não se verificaram mais trasladações. Em 1900, ainda se chegou a pensar na transferência dos restos mortais de Pedro Álvares Cabral, que repousam no templo de Nossa Senhora da Graça, em Santarém, para um lugar condigno no templo dos Jerónimos, “com a maior

⁹⁶⁷ *Correio da Noite*, Lisboa, 9 de Maio de 1898

⁹⁶⁸ Cf. *O Século Ilustrado*, 12 de Maio de 1898, pp. 3 e 7 Num dos *cartoons* humorísticos, o penúltimo esqueleto de Vasco da Gama queixa-se ao governo que o vão pôr na rua depois de ter servido durante 18 anos!

pompa”⁹⁶⁹. O projecto não chegou a ser concretizado, tal como outros previstos para este centenário.

Cerimónia invulgar, no quadro dos ritos comemorativos, foi a solenidade realizada a 15 de Agosto de 1948, na fortaleza de S. Miguel, em Luanda. O governador geral de Angola, o capitão José Agapito da Silva Carvalho, depois de evocar os feitos de Paulo Dias de Novais e de Salvador Correia de Sá, proclamou a resolução de continuar “a erguer bem alto, na perenidade dos séculos, a civilização cristã e lusitana” nas terras angolanas⁹⁷⁰. Após reafirmar que a descoberta, conquista e posse de Angola foram uma obra de “humanidade e civilização”, mandou que fossem chamados os heróis que tombaram na escalada do morro para receberem a homenagem de gratidão de todos os presentes e, com ela, a certeza de continuarem a “erguer cada vez mais alto o nome de Portugal Eterno”. O presidente da Câmara Municipal de Luanda procedeu à “Chamada dos Mortos”, começando por Salvador Correia de Sá e Benevides e mais noventa dos seus companheiros de armas. O acto decorreu perante a assistência das autoridades coloniais, forças militares destacadas para o local, muitos estudantes e crianças das escolas que se mantiveram em sentido. Finda a evocação dos nomes, foram içadas a bandeira nacional e a da Restauração, enquanto as tropas apresentavam armas e a artilharia salvava com vários tiros⁹⁷¹. No fim, a banda militar presente executou o Hino Nacional.

Em suma, a religião não deixou de marcar os ritos comemorativos de várias maneiras. Desde logo, pela presença da Igreja e das autoridades eclesiásticas nas cerimónias dos centenários que, como vimos, não ignoraram as solenidades religiosas. Contudo, neste aspecto há uma distinção essencial a fazer entre os três

⁹⁶⁹ *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 19ª serie, Nº 1 e 2, Janeiro e Fevereiro de 1901, p. 26

⁹⁷⁰ “Proclamação do Chefe da Colónia proferida, em 15 de Agosto de 1948, na histórica fortaleza de S. Miguel, da cidade de Luanda” in *Diário de Luanda*, 1648-1948, Nº Comemorativo do Tricentenário da Restauração de Angola

⁹⁷¹ *Diário de Luanda*, 16 de Agosto de 1948

regimes nos quais ocorreram os centenários: a Monarquia Constitucional manteve-se fiel à tradição católica e, nomeadamente, ao hábito do *Te Deum Laudamus*; a I República colocou a ênfase em comemorações de carácter laico; o Estado Novo associou a Igreja aos cerimoniais seculares. Tradição conservada de forma leve, tentativa deliberada de ruptura com esta e recuperação militante do papel da Igreja e das cerimónias religiosas no programa das comemorações, são três atitudes reveladoras de quadros ideológicos bem distintos. Mas comum a todos eles é o facto dos ritos comemorativos se terem inspirado nas religiões tradicionais para recriarem, em termos contemporâneos, o culto dos antepassados ilustres e dos heróis, da pátria, do passado e da tradição. Um culto destinado a manter a coesão do corpo nacional e a reafirmar, ou reinventar, o sentido da sua existência como colectivo.

O carácter plural das práticas e ritos comemorativos é uma das suas características mais evidentes. Trata-se de um fenómeno social complexo, com implicações em vários campos da actividade humana e que se prende com a necessidade individual e colectiva de construir e partilhar memórias. Por isso, o núcleo duro dos programas dos centenários é constituído pelas cerimónias destinadas a evocar o passado e a mantê-lo vivo na memória dos grupos sociais e das nações. Não há comemoração sem uma sessão pública de evocação e, por vezes, restringe-se a esse acto. Comemorar é, por conseguinte, na sua forma mais singela, a acção de recordar em conjunto factos que interessam a um grupo mais ou menos alargado de cidadãos.

Uma acção que não se traduz somente em palavras, mas em gestos, imagens, objectos, encenações que obedecem ao propósito mais geral de inscrever a efeméride na memória e de mostrar a capacidade de realização colectiva, nos mais diversos

campos. O domínio cultural e artístico tem, como mostrámos, um papel fundamental, sendo chamadas as elites e, em particular, as figuras das letras e das artes para dar o mote e o conteúdo das comemorações. Assim, os eventos culturais com objectivos de cariz evocativo, pedagógico e, obviamente, ideológico dominam o panorama dos centenários. Mas a par deles desenrola-se um conjunto de manifestações diversas que permitem materializar as várias dimensões da comemoração e pôr em jogo interesses, necessidades e energias dos vários agentes sociais.

Um dos factos mais notáveis consiste na permanência e relativa estabilidade das formas da comemoração, desde o século XIX. É evidente que nalguns aspectos verificou-se a inevitável erosão do tempo e transformações que decorreram, sobretudo, da mudança das técnicas e dos comportamentos sociais, mas sem pôr realmente em causa as práticas e ritos fundamentais. As cerimónias comemorativas têm o formalismo e o carácter performativo em comum com outros tipos de rituais⁹⁷². A primeira característica remete para o aspecto repetitivo e estereotipado das formas que revestem essas cerimónias e o segundo para o conjunto dos enunciados verbais e das atitudes corporais que permitem representar aos olhos de todos os participantes aquilo que estão a celebrar colectivamente. Qualquer uma destas características da linguagem ritual contribui, decisivamente, para o efeito mnemónico, o qual é reforçado nas cerimónias comemorativas pela “*reencenação* ritual”⁹⁷³. O que, afinal, uma sociedade põe em cena na comemoração é parte da imagem que tem si e do seu futuro como colectivo.

Significativa é a forma como evoluiu a participação do Estado nos ritos comemorativos, acompanhando as alterações dos regimes políticos e das ideologias. Um dos exemplos mais paradigmáticos disso encontra-se nas cerimónias dos cortejos públicos. No século XIX, via-se o monarca, a corte e os altos dignitários do Estado

⁹⁷² Paul Connerton, *Como as sociedades recordam*, Lisboa, Oeiras, Celta editora, 1993, p. 74

⁹⁷³ *Idem*, p. 75

assistirem ao desfile em tribunas especialmente montadas para o efeito. Ao lado do povo caminhavam os presidentes e vereadores dos municípios e, eventualmente, os membros do parlamento, representantes eleitos pela nação. Já no período da I República, os mais elevados membros da hierarquia do Estado integravam os cortejos, desfilando pelas ruas com a multidão. Noutros momentos, alguns presidentes da República também costumavam assistir aos desfiles, realizados em Lisboa, na varanda dos Paços do Concelho. No Estado Novo, o poder mantinha-se de fora, como espectador, da grande representação alegórica dos cortejos. O desfile representava, de forma cenográfica, a História, o Povo, a Nação e o Império, sobre os quais os poderes instituídos velavam e, por isso, o lugar das chefias tinha de ser colocado num plano superior. Mas este distanciamento tinha como contrapartida uma intervenção mais estreita do que nunca na condução de todo o processo e nas múltiplas cerimónias públicas realizadas no âmbito das comemorações. Nelas, os poderes instituídos observavam estritas regras de protocolo e impunham a sua presença com grande solenidade.

A intervenção dos representantes do Estado nas cerimónias comemorativas manteve-se como uma tónica destes ritos, mas sofreu uma considerável mudança nos vários regimes. A Monarquia Constitucional teve dificuldade em adaptar-se às manifestações da sociedade de massas e manteve uma atitude discreta e conservadora em relação a este tipo de rituais, nos quais a família real participava a contragosto e de forma tradicional. Os dirigentes da I República, pelo contrário, atribuíram-lhes uma especial importância, apesar das condições não terem sido favoráveis para um número maior de celebrações da história. A participação dos representantes do regime republicano inseria-se numa preocupação muito acentuada com a pedagogia cívica e a coesão da sociedade portuguesa, numa época geralmente marcada por uma grande instabilidade política e social. Herdeiro dessa tradição contemporânea, o Estado Novo transformou-a num desiderato do poder no quadro da ideologia conservadora e

autoritária do regime, aproveitando a seu modo os exemplos que vinham doutros países europeus. Por isso, o cerimonial ganhou maior peso e solenidade, o enquadramento das massas tornou-se mais rigoroso e as organizações paramilitares conferiram um carácter mais rígido às manifestações públicas. O estreito controlo exercido pelo poder político sobre os programas estendia-se a toda a encenação que presidia à organização das cerimónias públicas, sobretudo naquelas que contavam com a participação dos mais elevados representantes da hierarquia estatal.

Apesar das festividades terem feito parte dos programas dos centenários, temos de reconhecer que o cerimonial e o espectáculo foram dominantes. A festa implica a participação, a fruição e o prazer, é mais solta e, por vezes, irreverente e transgressora. Tem uma dimensão libertadora e lúdica que não é compatível com rituais solenes e frios. Por isso, a propósito das comemorações dos centenários utiliza-se, com frequência, o termo festejos ou festividades quando há lugar para actividades de convívio e divertimento, apesar da maior parte delas consistir em assistir a espectáculos públicos. Num olhar retrospectivo, parece-nos evidente que não só a dimensão cívica, de participação espontânea e de certa forma autónoma dos cidadãos, mas também a festiva se foram reduzindo em consequência de transformações socioculturais mais amplas do que a mera alternância dos regimes políticos. Por isso, o Estado passou a assumir um papel central na organização das grandes celebrações nacionais e, paralelamente, o cerimonial e o espectáculo abafaram o que havia de mais espontâneo, participado e festivo.

A ICONOGRAFIA

Uma parte fundamental das práticas comemorativas traduz-se em representações figuradas dos personagens e dos acontecimentos celebrados, que podemos surpreender na estatuária, na pintura, nas ilustrações, nos *souvenirs*, nas moedas, nas medalhas e nos selos. A forma como foram idealizados os heróis e a própria história pelos artistas, de acordo com os cânones ideológicos e estéticos vigentes na época dos vários centenários, contribuiu para configurar o imaginário dos diversos grupos sociais em relação ao passado. A par das figurações de objectos reais há que ter em consideração todo um acervo importante de representações simbólicas que remetem para significados abstractos e permitem discernir os valores e concepções subjacentes. Mas mais importante do que a simples apreensão dos elementos constituintes é a compreensão do sentido global do discurso iconográfico que decorre da sua gramática própria e da interacção com os destinatários.

Monumentos e estatuária

Neste longo período que medeia entre 1880 e 1960 muitos monumentos foram edificados e um número significativo ficou a dever-se aos centenários. De modo

geral, foi a estatuária a forma privilegiada para inscrever nos espaços urbanos figuras e símbolos com fins comemorativos, mas não a única. Alguns dos monumentos revestiram outras formas, nomeadamente de edifícios, memórias e padrões, como veremos adiante. Começamos, então, pelo tricentenário de Camões, em 1880.

A representação de Camões, no século XIX, teve por base a gravura de A. Paulus, inserida na obra de Manuel Severim de Faria, impressa em Évora em 1624. Ali, se vê uma figura de meio corpo, vestida com armadura e gorjal de folhos, cego do olho direito, de barbas e coroa de louros na cabeça, que segura nas mãos uma pena e um livro. Este retrato esteve na base de toda a iconografia camoniana antes de ser conhecido o que foi executado por Fernão Gomes. O desenho feito pelo pintor espanhol Hernán Gómez, Fernando Gomez ou Fernão Gomes - conforme aparece referido na documentação da época - foi executado em Lisboa, entre 1573 e 1576, numa altura em que o artista aqui esteve, e é possível que se destinasse a ilustrar as primeiras edições d' *Os Lusíadas*⁹⁷⁴. Contudo, tanto o desenho original como a edição da obra não foram encontrados até hoje e o que se conhece é uma reprodução feita por José Luís Pereira de Resende, no segundo quartel do século XIX.

O retrato primitivo foi feito do natural, como se refere no documento, por um pintor profissional e de elevado mérito artístico e, por isso, é justamente considerado um testemunho precioso e fidedigno da fisionomia do poeta, mas o facto de só se conhecer uma cópia impõe alguma reserva⁹⁷⁵. A reprodução pertenceu ao duque de Lafões e transitou pelas mãos de vários proprietários⁹⁷⁶. Nela o poeta apresenta um rosto oblongo, de nariz aquilino, liso e magro, onde sobressaem a ampla testa, os olhos rasgados, com o direito vazado, e um lábio inferior cheio que se destaca no

⁹⁷⁴ Vítor Serrão, “Fernão Gomes, o pintor do retrato a vermelho” in *Fernão Gomes e o retrato de Camões*, Lisboa, Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, 1989, p. 17

⁹⁷⁵ Vasco Graça Moura, “O retrato pintado a vermelho” in *op. cit.*, p. 36

⁹⁷⁶ *Idem, ibid.* O retrato foi adquirido pelo Estado, em 1988, através da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

meio da barba. Veste um traje nobre com um gorjão de folhos. Esta imagem não era conhecida na época do tricentenário.

Outra representação antiga de Camões é o retrato pintado em Goa, realizado por um pintor de fraca valia a expensas de admiradores do poeta, em 1581. É uma iluminura sobre papel, de colorido vivo, sobre um fundo azul. Ao centro, destaca-se o busto de Camões com uma armadura vestida e o colarinho de folhos, exibindo uma coroa de louros na cabeça. Os outros elementos característicos da figura encontram-se também presentes, nomeadamente o olho direito fechado e a espessa barba. Segundo Afonso de Dornelas, que foi o primeiro a divulgá-lo nos anos Vinte, a gravura de A. Paulus inspirou-se nesta representação do poeta, da qual aproveitou a posição de semi-perfil e as linhas gerais⁹⁷⁷. Porém, ornamentou de forma diversa a armadura, que no retrato oriental apresenta vários sardões dourados, e colocou na mão direita do poeta uma pena e na esquerda um volumoso livro. Foi, por conseguinte, esta iluminura que, de forma indirecta, acabou por servir de base à iconografia camoniana do século XIX, mas a liberdade dos artistas e os cânones estéticos vigentes tiveram uma influência determinante nas múltiplas formas como foi representado o poeta, em particular em 1880.

O tricentenário de Camões foi o pretexto para a realização de dois trabalhos plásticos notáveis: o busto e a estátua do escultor José Simões de Almeida (1844-1926), dentro dos cânones naturalistas então dominantes. O primeiro foi encomendado para o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e estampado na Academia Real de Belas Artes de Lisboa, numa gravura aberta a buril por António José Nunes Júnior⁹⁷⁸. O poeta foi representado como um homem de idade madura, de feições correctas e ampla fronte, levemente franzida, expressão séria e concentrada de

⁹⁷⁷ Citado por B. Xavier Coutinho, *Camões e as Artes Plásticas. Subsídios para iconografia camoneana*, vol. I, Porto, 1946, p. 17

⁹⁷⁸ B. Xavier Coutinho, *Camões e as Artes Plásticas. Subsídios para iconografia camoneana*, vol. II, Porto, 1948, p. 250. A revista *O Occidente* também publicou uma gravura do mesmo busto aberta pelo gravador Alberto, segundo desenho de Manuel de Macedo (3º anno, suplem. ao nº 59, 10 de Junho de 1880).

pensador, cego do olho direito e com uma barba anelada. Veste a armadura, com o gorjal de amplos folhos em torno do pescoço, e ostenta uma coroa de louros na cabeça. O busto assenta sobre uma peanha de linhas clássicas e sóbrias.

Para o mesmo edifício, construído a expensas da comunidade portuguesa residente no Brasil, recebeu Simões de Almeida o encargo de fazer quatro estátuas para colocar na frontaria: Camões, Vasco da Gama, Infante D. Henrique e Pedro Álvares Cabral. O épico foi representado como uma figura alta e elegante, bem proporcionada, em trajos civis e numa pose serena e grave, com a perna direita levemente flectida e uma longa capa pendurada no braço esquerdo. Não ostenta a tradicional coroa de louros, mas isso não diminui a sua glória. Em 1885, a revista *O Occidente* considerava as obras feitas pelo escultor de uma grande correcção e possuidoras de “toda a nobreza e severidade que a arte aconselha na grande estatuaría que é a idealisação dos heroes que a historia registra nas suas paginas gloriosas, e que as gerações vão elevando em pedestaes de ouro, tanto mais levantados quantos mais seculos tenham volvido sobre a sua memoria”⁹⁷⁹. O porte elevado, a fisionomia grave e severa, a atitude pausada e nobre são alguns dos predicados que, na opinião do articulista, impõem o conjunto de figuras esculpido por Simões de Almeida ao respeito e veneração dos observadores.

No Porto, Francisco José Resende (1825-1893), mais conhecido como pintor, fez um busto, destinado à gruta de Camões no Palácio de Cristal, que foi inaugurado nas festas do centenário. A obra existente foi executada em gesso⁹⁸⁰ e representa um Camões vigoroso, em trajos civis e peito semi-descoberto, de rosto sério e cego do olho direito. As feições correctas, o cabelo e a barba anelados, o queixo levemente erguido numa atitude elevada e a mão direita que segura sobre o coração um pergaminho pretendem conferir ao poeta os traços de nobreza e genialidade que

⁹⁷⁹ Cit. B. Xavier Coutinho, *op. cit.*, p. 252

⁹⁸⁰ Segundo B. Xavier Coutinho, a obra corresponde a uma existente no Museu Soares dos Reis, no Porto (*Idem*, Gravura n.º 786, p. 255).

estavam de acordo com a sua idealização. Apesar disso, trata-se de uma obra considerada menor do ponto de vista artístico.

Outro busto do poeta feito na época, que teve larga divulgação, foi modelado pelo estatuário José Joaquim Teixeira Lopes para as festas do tricentenário, seguindo de perto a gravura de A. Paulus⁹⁸¹. O escultor António Soares dos Reis (1847-1889) também executou um busto de Camões, com a colaboração de Joaquim Augusto Marques Guimarães, que foi exposto na exposição camoniana realizada no Palácio de Cristal. Este trabalho de grande dimensão, quase um metro de altura, foi feito em curto espaço de tempo, expressamente para as festas do centenário.

Além da estatuária, o tricentenário deu origem a um monumento inaugurado pela Academia coimbrã, em 1881. Tratava-se de uma coluna de linhas direitas e simples, encimada por uma coroa de louros e tendo na base a figura de um leão, símbolo de força e nobreza⁹⁸². Foi concebido por António Augusto Gonçalves (1848-1932), criador da Escola Livre das Artes do Desenho na cidade do Mondego. Na data do tricentenário, foi lançada a primeira pedra de um monumento a Camões, em Viseu. Somente viria a ser concretizado muito anos mais tarde (1913), mercê do empenho do pintor e caricaturista viseense J. de Almeida e Silva que modelou o busto do poeta de acordo com a representação tradicional⁹⁸³. A estátua em bronze assenta sobre uma coluna de mármore que tinha servido de suporte a uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, no Seminário de Viseu. Aquela, por sua vez, ergue-se sobre um pedestal de granito de forma quadrangular. O modelo em gesso esteve no Liceu durante alguns anos e passou, em seguida, para a escadaria da Biblioteca Pública da cidade.

Monumento do tricentenário pode ser considerado o edifício do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, cuja primeira pedra foi lançada no dia 10 de

⁹⁸¹ *Idem*, p. 455. Gravura nº 1177

⁹⁸² *Idem*, nº 900, p. 321

⁹⁸³ *Idem*, nº 962, p. 357

Junho de 1880. A construção de uma sede ampla e digna para receber a biblioteca e as iniciativas culturais da comunidade portuguesa, radicada na capital brasileira, era uma ideia antiga que foi possível pôr em marcha no ambiente de entusiasmo gerado pelas comemorações⁹⁸⁴. O projecto foi delineado pelo arquitecto Rafael da Silva e Castro dentro do estilo neomanuelino que estava em voga na época. Os trabalhos não foram imediatamente iniciados e a inauguração oficial só veio a realizar-se a 22 de Dezembro de 1888. Em quatro baldaquinos na fachada foram colocadas as estátuas executadas por Simões de Almeida. Assim, o edifício era um genuíno padrão nacional e patriótico erguido em terra brasileira. Joaquim Nabuco, homem de letras, tribuno e paladino da abolição da escravatura, no discurso proferido na sessão inaugural, apresentou o edifício como o “santuário brasileiro da religião camoneana” que, simultaneamente, evocava a “missão histórica” da nacionalidade portuguesa e o domínio da língua de Camões no Brasil⁹⁸⁵.

A figuração do Infante D. Henrique, no quinto centenário do seu nascimento, foi tributária de duas imagens: o retrato da folha de pergaminho iluminada da *Crónica dos Feitos de Guiné*, descoberto na Biblioteca Nacional de Paris e editado pelo visconde de Santarém, em 1841, e a estátua do portal Sul do Mosteiro dos Jerónimos. Na primeira, foi representado um homem meia idade, de traços meridionais, com um corte de cabelo arredondo, largo chapeirão à moda da corte borgonhesa na cabeça e um bigode. O lema do Infante D. Henrique aparece por baixo do retrato, emoldurado a toda a volta por ramos de sobreiro (ou azinheira), com as respectivas folhas e bolotas. Na segunda, foi esculpida uma figura de tamanho natural, vestido com a cota de armas e uma espada na mão, de barbas e cabelos mais longos, de corte redondo,

⁹⁸⁴ *O neomanuelino ou a reinvenção da arquitectura dos descobrimentos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 250

⁹⁸⁵ Citado na obra referida na nota anterior, p. 254.

com a perna direita levemente flectida. Trata-se de um trabalho da oficina de João Castilho, executado por volta de 1518⁹⁸⁶.

A identificação da iluminura e da estátua como a *vera effigie* de D. Henrique tem sido fértil em polémicas entre os especialistas⁹⁸⁷, mas a primeira acabou por se impor na sequência da divulgação dos Painéis de São Vicente de Fora, descobertos em 1882. Só em 1895 Joaquim de Vasconcelos noticiou, no *Comércio do Porto*, o valioso achado, transmitindo as primeiras interpretações sobre as tábuas⁹⁸⁸. Uma das figuras do retábulo atribuído ao pintor Nuno Gonçalves foi, imediatamente, identificada com o retrato do códice de Paris. Contudo, em 1894, a pintura ainda estava longe de tornar-se a imagem consagrada da sociedade quatrocentista e do próprio Infante D. Henrique que viria a ser já em pleno Estado Novo. A estátua jacente do mosteiro da Batalha não deixou também de estar presente na iconografia henriquina. O príncipe jaz numa posição convencional, com a cabeça repousada sobre larga almofada e as mãos postas sobre o peito, ostentando um traje com fivela da Ordem da Jarreteira e a cota esmaltada com emblemas heráldicos. Esta representação inseria-se na linha da imagem do guerreiro medieval do portal dos Jerónimos e dava razão a uma longa tradição figurativa do Infante que ainda estava bem presente no século XIX.

Por isso, não admira que o escultor Simões de Almeida tenha tido em conta esta figura quando concebeu a sua estátua para a frontaria do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, em 1885. Representou uma personagem idêntica à do Mosteiro dos Jerónimos, mas da qual emana uma força superior que é o resultado da pose mais erecta e da cabeça bem erguida. Nesta escultura é a perna esquerda que

⁹⁸⁶ Pedro Dias, “O Infante-Herói: do portal dos Jerónimos ao jardim de S. Pedro de Alcântara” in *O Rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 33

⁹⁸⁷ Cf. Vítor Serrão, “Do túmulo do infante ao políptico de São Vicente”, e o artigo de Pedro Dias, citado na nota anterior.

está em descanso, o cabelo tem um corte mais curto e só apresenta um bigode. O Infante pousa a mão direita sobre uma esfera armilar que assenta numa coluna de linhas clássicas. O escultor dispensou a espada e preferiu agregar elementos que representam, simbolicamente, o papel desempenhado por D. Henrique nos descobrimentos portugueses. O conjunto da figura, de aspecto cuidadosamente natural, não descarta a preocupação de transmitir uma imagem idealizada do herói.

A comissão organizadora das festas do centenário decidiu abrir um concurso para erguer uma estátua de homenagem ao Infante D. Henrique, no Porto. A ideia do monumento remontava à primeira metade do século, quando foi colocada uma lápide em Sagres por iniciativa do marquês Sá da Bandeira que, então, geria a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar⁹⁸⁹. Alguns anos mais tarde, o abade António Dâmaso de Castro e Sousa solicitou ao governo a execução de uma réplica da estátua dos Jerónimos para colocar na Sala do Risco do Arsenal da Marinha, mas não foi atendido pelo poderes públicos⁹⁹⁰. No início dos anos 80, a questão voltou a ser colocada pela Sociedade de Instrução do Porto que chegou a ter o bronze necessário para a estátua, concedido pelo governo, e o mármore, oferecido por um cidadão britânico, residente em Portugal. A extinção da Sociedade suspendeu a execução do projecto que só foi retomado no âmbito das comemorações do centenário.

Por esta altura, a questão do monumento também tinha sido discutida na Sociedade de Geografia de Lisboa e chegou a propor-se a sua construção no cabo de S. Vicente⁹⁹¹. É importante registar que, no debate do parecer da comissão que estudou o projecto, alguns sócios da Sociedade de Geografia se mostraram demasiado

⁹⁸⁸ Os artigos foram publicados por Pedro Dias in *O Rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, pp. 45-53

⁹⁸⁹ *Diário do Governo*, nº 262, 4 de Novembro de 1840, pp. 1472-73

⁹⁹⁰ *Revista Universal Lisbonense*, Tomo VI, Lisboa, Imprensa da Gazeta dos Tribunais, 1847, p. 167

⁹⁹¹ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 13ª série, nº 3, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, pp. 117-118

zelosos do orgulho e das glórias nacionais para aceitar uma subscrição internacional ou mesmo um concurso que abrisse aos artistas estrangeiros a possibilidade de apresentar as suas propostas para o monumento. Contudo, na versão aprovada acabou por prevalecer a ideia de envolver a comunidade internacional na homenagem ao *Navegador*, por razões simultaneamente práticas e ideológicas. Assim, se poderia obter maior financiamento para o projecto e diversidade de propostas artísticas, a par da desejada projecção internacional da iniciativa. Outra questão surgida na discussão foi a polémica em torno da interpretação histórica da figura, defendendo um sócio a tese que seria mais correcto e patriótico erguer um monumento a todos aqueles que “partiram da ocidental praia lusitana e passaram além da Taprobana”. A citação do poeta servia para dar a devida ênfase à ideia do heroísmo colectivo que, assim, devia ser consagrada em pedra e bronze⁹⁹². Na proposta final aprovada pela assembleia, prevaleceu o projecto de erguer uma “estátua colossal” ao Infante D. Henrique no promontório e insistia-se, novamente, na criação de um Instituto Colonial que o teria como patrono. Mas, tal como o projecto da Sociedade de Instrução, não passou das intenções.

Apresentaram-se a concurso sete projectos, tendo sido excluídos dois por não estarem de acordo com as normas definidas no regulamento. Ficaram em competição o projecto *Invicta*, do escultor Tomás Costa, 1394-1894, do arquitecto Ventura Terra, *Lusitânia*, do arquitecto Marques da Silva, *Sagres*, dos escultores José Joaquim e António Teixeira Lopes, pai e filho, *Por mares nunca d’antes navegados*, uma proposta individual deste último escultor. O júri nomeado pela Câmara Municipal era composto pelo conde de Samodães, director da Academia de Belas Artes, Vitorino Teixeira Laranjeira, professor da Academia Politécnica, João Marques de Oliveira, professor da Academia de Belas Artes, João Carlos de Almeida Machado, engenheiro, e Joel da Silva Pereira, arquitecto. Decidiram atribuir o primeiro prémio

⁹⁹² *Ibidem*, p. 122

ao projecto de Tomás Costa, por maioria, e o segundo ao de Ventura Terra. Mas condicionaram a execução da obra a um conjunto de alterações que foram sugeridas ao escultor, nomeadamente quanto à orientação do monumento, a altura, os emblemas e a própria representação do príncipe que deviam estar mais de acordo com a história. A versão final acabou por incorporar algumas mudanças significativas.

Segundo a memória descritiva apresentada por Tomás Costa, a estátua representava o Infante D. Henrique de pé, arrancando com a mão direita o véu que encobria o conhecimento de grande parte da Terra e apontando, com a esquerda, a direcção da costa africana aos navegadores portugueses⁹⁹³. A fisionomia era inspirada pelo retrato da iluminura do códice parisino e o vestuário pela estátua dos Jerónimos, por considerar que o hábito militar estaria mais de acordo com o carácter nobre e guerreiro da personagem. O escultor pretendeu imprimir-lhe uma ideia de firmeza e determinação viril sem sucesso. Na crítica demolidora que fez à polémica estátua, Guerra Junqueiro refere-se-lhe como “meio pagem, meio arauto” e “um *bijou* d’Infante”, como costumava dizer-se nos salões⁹⁹⁴.

A estátua assentava sobre um pedestal em forma de pirâmide, com uma base quadrada mais larga. A meio, era cortado por proas de caravelas que emergiam dos lados de forma bastante inestética, o que foi eliminado na versão definitiva do monumento. Na base, a figura alegórica da Glória sustenta na mão direita a bandeira de Portugal e uma coroa para distinguir os navegadores. Em pose desenvolta, avança sobre o castelo da proa de uma embarcação puxada por cavalos-marinheiros, guiados por um Tritão e uma Nereida. Segundo o escultor, esta composição pretendia simbolizar o triunfo da navegação portuguesa. Na parte posterior, destaca-se a figura simbólica da Religião, representada por uma jovem que segura na mão direita a cruz cingida ao peito. As datas de nascimento e morte do homenageado, o escudo, o lema

⁹⁹³ Firmino Pereira, *op. cit.*, p. 63-65

⁹⁹⁴ Cit. Firmino Pereira, *op. cit.*, p. 60

do Infante, as cruzes e uma esfera colocada junto da figura, em vez do véu inicialmente previsto, constituem elementos identificadores. A estátua foi erguida na Praça Infante D. Henrique, mas a inauguração só se realizou a 21 de Outubro de 1900.

O conhecimento da decisão do júri fez estalar a polémica na imprensa portuense, nomeadamente nas páginas do jornal *Primeiro de Janeiro*. As opiniões dividiram-se entre apoiantes dos vários projectos em concurso e os que rejeitavam todos os concorrentes, por considerarem que nenhum era digno da memória do Infante D. Henrique. Sem contemplações, Guerra Junqueiro escreveu que não via “originalidade, criação, inspiração” em nenhum dos projectos, apesar do apresentado pelo correligionário António Teixeira Lopes ser o melhor⁹⁹⁵. Mas entenda-se que melhor não significava isento de crítica, considerando-o embrionário, de um simbolismo pobre e alegoria indigente. Nenhuma das propostas conseguiu, na sua opinião, expressar a epopeia e a tragédia que estiveram na génese dos descobrimentos, nem a dimensão colectiva da gesta dos portugueses. Por isso, Junqueiro aconselhava os artistas a inspirarem-se “na Batalha, nos Jeronymos, em Fernão Lopes, em Azurara, em Barros, em Couto, em Ruy de Pina e em Luiz de Camões, [onde] encontrariam, sangrando e vivendo, a velha alma portuguesa”.

Os projectos de Ventura Terra e de A. Teixeira Lopes obtiveram o favor da maior parte da crítica, apesar de algumas reservas. Por isso, o arquitecto e o escultor decidiram fundir os dois e oferecer a nova *maquette* à Câmara Municipal do Porto, depois de ter estado exposta na Exposição Agrícola e Industrial, de Vila Nova de Gaia. A figura do Infante apresenta-se de pé, envergando um saio até ao joelho e o chapéu tradicional, numa atitude meditativa, com uma das mãos encostada ao rosto e na outra um mapa. Por trás dele, ergue-se uma coluna, encimada por uma estrela, e uma vela semi-desfraldada com o cabo pendente. A base do monumento segue o

⁹⁹⁵ *Idem*, p. 60

projecto de Ventura Terra, destacando-se uma figura feminina que simbolizava a Civilização, ao centro. O pavimento tinha um desenho com pontas de estrelas e símbolos do zodíaco. Dois lanços laterais de escadas davam acesso à retaguarda do monumento, tendo sido suprimidas as estátuas e adornos vários que constavam do projecto individual do autor. As dimensões parecem ter sido também reduzidas para corresponder melhor ao espaço onde ia ser edificado o monumento. Contudo, a decisão do júri não foi revogada, apesar da contestação pública, e o projecto não foi executado. As razões de ordem prática parecem ter pesado na decisão do júri, nomeadamente o orçamento previsto e a adequação ao espaço onde ia ser inserida a estátua. Em termos estéticos, não havia substanciais diferenças entre os projectos. De modo geral, seguiam uma linha plástica de características literárias, um tanto rebuscada, com excesso de figuras e símbolos.

No centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, o Aquário Vasco da Gama devia ficar como o monumento erguido pela respectiva comissão para assinalar de forma permanente a efeméride⁹⁹⁶. No programa oficial previa-se que fosse colocada, na entrada principal, um padrão idêntico aos que eram implantados pelos navegadores portugueses nas terras descobertas. De linhas sóbrias e clássicas, o edifício foi construído tendo em vista a sua função de museu, com espécies vivas, e de centro de investigação. Não foi edificada qualquer estátua de Vasco da Gama devido à precária situação financeira do erário público e ao facto de haver uma no Arco da Rua Augusta. O escultor Vítor Bastos modelou para este Arco Triunfal, inaugurado em 1873, uma figura de homem ainda jovem, elegante, de rosto bem talhado e olhos baixos, apontando num mapa a Índia. A gorra na cabeça, as longas barbas e a cruz de Cristo ao peito tornar-se-ão comuns nas representações de Vasco da Gama. Na década seguinte, o escultor Simões de Almeida apresentou uma interpretação da figura bastante semelhante à anterior. Um herói sereno, de traje

⁹⁹⁶ *Programme Général...*, art.8 § único, p. 7

elegante, em cabelo e com uma medalha com a cruz de Cristo ao peito, a mão direita descansa no leme, colocado atrás de si, e a esquerda segura folhas enroladas. A expressão um pouco mais carregada revela um homem de idade madura, com poder de comando.

A base para a representação de Vasco da Gama era o retrato de um autor desconhecido do século XVI que se conservava no Museu de Belas Artes de Lisboa naquela época (actual Museu Nacional de Arte Antiga). Trata-se de uma pintura renascentista de qualidade que representa uma figura patriarcal, de traje rico de pele e longas barbas brancas, com um manuscrito e uns óculos nas mãos, gorra na cabeça e a cruz de Cristo ao peito. Os tons escuros dominam a composição onde, por isso, o rosto claro, as barbas embranquecidas e as mãos sobressaem, conferindo uma luminosidade serena à figura. O outro retrato de Vasco da Gama, oferecido pelo rei D. Carlos à Sociedade de Geografia de Lisboa, ainda era praticamente desconhecido do público.

Nas colónias, temos notícia de um monumento projectado para Macau: um simples pedestal, decorado com cenas da vida de Vasco da Gama, com o busto do Almirante do Mar da Índia, no topo⁹⁹⁷. Estava prevista a sua colocação na nova avenida com o nome do navegador, construída sobre terrenos ganhos pelo saneamento de uma várzea. Em Nova Goa, a comissão local decidiu lançar a primeira pedra do futuro monumento a Vasco da Gama. A cerimónia contou com o apoio do governo provincial e a presença do Patriarca das Índias Orientais, tendo sido depositado um cofre de metal, nos fundamentos do monumento, com moedas que circulavam na altura. No discurso proferido no momento, o presidente da Relação de Goa fazia votos para que o monumento ficasse, pelos séculos fora, a atestar que “foi um portuguez quem, n’um arranco extraordinario e sobrehumano de audacia, de bravura e de concepção, abriu atravez das ondas mysteriosas e ululantes esse novo

caminho para este continente, rasgando depois com a sua espada invencível e com o symbolo augusto da sua fé triunfante a escuridão temerosa em que jaziam envoltos milhões e milhões de homens”⁹⁹⁸. O monumento foi erguido na Praça D. Luís I, defronte dos Paços Municipais de Nova Goa. Era composto por uma alta coluna, apoiada sobre um grande corpo de cantaria, constituído por pedestal, soco e socalco. A coluna suportava o busto de Vasco da Gama, encomendado a um canteiro de Lisboa, e o socalco era cercado por uma balaustrada na qual se prendiam cadeias de bronze. Numa grande lápide de mármore lia-se a seguinte inscrição: “Padrão Commemorativo da Celebração do / 4º Centenario / do Descobrimento do Caminho Maritimo para a India / 1898”⁹⁹⁹.

Desde 1894 que os restos mortais atribuídos a Camões e a Vasco da Gama repousavam em túmulos de liós calcáreo na igreja de Santa Maria de Belém, um ao lado do outro, na capela que fica à direita do cruzeiro¹⁰⁰⁰. A obra tinha sido realizada mercê de um legado testamentário de Luz Soriano, falecido em 1891. O primitivo risco foi traçado pelo architecto Rafael da Silva Castro, mas o projecto que veio a ser executado pertencia ao escultor António Augusto da Costa Mota. A estátua jacente segue o modelo convencional, representando a figura de mãos postas com a cabeça sobre uma almofada. O sarcófago assenta sobre leões deitados e exhibe uma decoração que pretende evocar o “estilo manuelino”, assim como diversos emblemas e símbolos alusivos à época.

A nova sede da Sociedade de Geografia, na rua das Portas de Santo Antão, foi designada como a “casa do centenário” e um monumento que vinha enriquecer a capital. Ficou instalada numa parte do edifício do Coliseu dos Recreios que, para o

⁹⁹⁷ *Jornal Unico*, Celebração do 4º Centenario do Descobrimento do Caminho Maritimo para a India por Vasco da Gama, Macau

⁹⁹⁸ J. M. do Carmo Nazareth, “Outros monumentos a Vasco da Gama” in *O Oriente Portuguez*, vol. VII, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1910, p. 83-84

⁹⁹⁹ *Idem, ibid.*, p. 198

¹⁰⁰⁰ *O Occidente*, vol. XXI, Lisboa, 10 de Maio de 1898, p. 108

feito, sofreu importantes obras de adaptação, dirigidas pelo arquitecto José Luís Monteiro. Ficou dividida em numerosas salas, destacando-se a *sala Portugal*, a maior de Lisboa na época, destinada a receber as colecções do Museu e as grandes sessões. Rodeiam-na duas galerias sobrepostas, varandadas em ferro forjado, que comunicam nos topos entre si e com a sala por duas escadas. Adjacentes ao salão ficam duas grandes salas: a *sala Algarve*, destinada às assembleias ordinárias da Sociedade, e a *sala da Índia* ou de honra e visitas. Na primeira, tinham sido colocados três modelos em gesso das estátuas feitas pelo escultor Simões de Almeida para o Rio de Janeiro e outros trabalhos do mesmo artista e de Vítor Bastos representando diversas figuras históricas. A segunda, tinha nas paredes mapas originais portugueses do período moderno e, em dois grandes armários forrados de seda, estavam as bandeiras das últimas expedições africanas, nomeadamente a que foi transportada pela coluna do coronel Galhardo. Sob um singelo pedestal, entre dois enormes globos terrestres antigos, via-se a “pequena estátua de Vasco da Gama, modelada pelo finado professor e notável escultor Victor Bastos, que a ofereceu com outros modelos à Sociedade”¹⁰⁰¹. O mobiliário da sala era uma preciosidade pelo valor histórico e artístico, encontrando-se ali a “poltrona burocrática” do marquês de Pombal. Junto desta sala ficava outra mais pequena, onde eram guardadas relíquias como os restos de três padrões da descoberta de Diogo Cão e um de Bartolomeu Dias. A sede da Sociedade de Geografia, com seu importante acervo de peças museológicas, de livros e documentação, tornava-se também um “lugar da memória” nacional.

A revista *Branco e Negro* divulgou a estátua *A Infância de Vasco da Gama*, do escultor José Moreira Rato (1860-1937)¹⁰⁰². Uma angelical figura de criança, com expressão concentrada e séria, sentada a observar objectos que segura com uma das mãos, enquanto a outra repousa sobre o colo. É invulgar esta representação que

¹⁰⁰¹ *Branco e Negro*, Semanário Ilustrado, n.º 67, Lisboa, 11 de Julho de 1897

¹⁰⁰² *Idem*, p. 226. Apesar de algumas diligências não conseguimos descobrir o seu actual paradeiro.

transforma o Almirante dos Mares da Índia num vulnerável menino, igual a tantos outros que desfrutaram infâncias tranquilas.

Outro edifício erguido pela comunidade portuguesa, radicada no Brasil, ficou associado ao centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, à semelhança do que tinha acontecido com o de Camões: o Real Centro Português de Santos¹⁰⁰³. Instituição de solidariedade e união entre todos os portugueses residentes naquela cidade, a sua fundação foi a forma que os dinamizadores do projecto encontraram para comemorar o feito dos portugueses de outrora e, por isso, o estilo devia evocar a era das grandes conquistas da nação. Na pedra lavrada do edifício podem observar-se os motivos manuelinos que sobressaem nas janelas e portais, bem como na cimalha, onde o rendilhado assume uma forma mais elaborada. No interior, o salão nobre recebeu pinturas de carácter historicista, dentro do espírito romântico ainda bem presente na época em que foram feitas, por volta de 1909.

A comemoração do descobrimento do Brasil, em 1900, passou quase despercebida, como referimos. Por isso, desde 1898 até ao final da Monarquia Constitucional o único monumento importante edificado em Lisboa, ligado à memória da expansão portuguesa, foi a estátua de Afonso de Albuquerque, em Belém. Mercê do testamento do historiador Luz Soriano foi possível lançar o concurso para a edificação do monumento. Os vencedores foram o arquitecto Silva Pinto e o escultor A. A. Costa Mota com um projecto imbuído de referências ao “estilo manuelino” então em voga. A opção justificava-se pela proximidade do Mosteiro dos Jerónimos e, por isso, foi escolhida pela maioria dos concorrentes, mostrando-se somente um deles desfavorável por considerar que o orçamento era insuficiente e que se estava a abusar do género¹⁰⁰⁴.

¹⁰⁰³ *O Neomanuelino ou a reinvenção da arquitectura dos descobrimentos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 255

¹⁰⁰⁴ José-Augusto França, *op. cit.*, p. 206

O monumento apresenta um envasamento octogonal, assente sobre dois degraus, e é constituído por dois corpos: no inferior, quatro baixos-relevos mostram passagens célebres da vida de Afonso de Albuquerque, divididos entre si por pedestais ornamentados, sobre os quais foram colocadas quatro figuras aladas simbolizando o Valor Militar, a Pátria, a Política e a Justiça¹⁰⁰⁵. Dos pedestais em que assentam estas estátuas saem cabeças de elefantes. Os quadros da vida de Albuquerque representados são a entrega das chaves da cidade de Goa, a tomada de Malaca, a recepção do embaixador do rei de Bisnaga e o episódio em que responde, apresentando as armas: “É esta a moeda em que El-Rei paga os seus tributos”. Uma longa coluna, trabalhada no cordame alusivo ao estilo, serve de pedestal à estátua de Afonso de Albuquerque. Mas a construção da estátua teve de esperar quase uma década para ser concretizada com o apoio do Estado, que forneceu o bronze necessário, só tendo sido inaugurada em 1901.

Em Nova Goa existia um monumento a Afonso de Albuquerque, cuja pedra fundamental tinha sido lançada a 17 de Fevereiro de 1843¹⁰⁰⁶. Quatro anos depois foi inaugurado, na época do governador José Ferreira Pestana. A construção representava o templo da Glória e ainda hoje existe, apesar da estátua ter sido retirada do local. A cúpula é sustentada por oito pilares facetados e doze elegantes colunas cilíndricas, quatro das quais ornamentavam o pórtico da igreja da Misericórdia e as restantes foram trazidas das ruínas do Colégio de S. Tomás. Sob a cúpula erguia-se a estátua de Afonso de Albuquerque, “veneranda figura, atlética e serena, de longas barbas”, com uma formidável espada segura na mão esquerda. A estátua estava assente sobre uma peanha quadrangular. O monumento situava-se na antiga Praça das Sete Janelas, que passou a ser denominada Largo Afonso de Albuquerque. Na altura em que foi edificado, a subscrição não chegou para concluir a obra com o engradamento e a

¹⁰⁰⁵ *O Occidente*, N° 526, 1 de Agosto de 1893, p. 171

¹⁰⁰⁶ *O Herald*, Nova Goa, 15 de Dezembro de 1915

balaustrada que deviam embelezar e proteger o monumento. Somente em 1904 a Comissão de Arqueologia da Índia Portuguesa fez essas obras e o restauro de todo o conjunto.

Em Lisboa, só em 1925, no âmbito das comemorações do quarto centenário da morte de Vasco da Gama, viria a ser lançada a pedra fundamental de um monumento ao Almirante dos Mares da Índia, que ia ficar situado em frente do Mosteiro dos Jerónimos¹⁰⁰⁷. O projecto de Tomás Costa seguia de perto o modelo já utilizado pelo escultor no monumento ao Infante D. Henrique, inaugurado no início do século. Em entrevista publicada na imprensa, o escultor descreveu nos seguintes termos o seu projecto:

“Na frente do monumento duas figuras representam o Mar Tenebroso e o Oceano Índico. Entre estas duas figuras emerge a prôa duma nau, sobre a qual está Vasco da Gama, rodeado por um grupo de marinheiros, dirigindo-se à Índia. Sobrepujando o grupo, encontra-se a Fama. Ao alto do pedestal, como fundo das descobertas, três figuras, incarnando Ormuz, Goa e Malaca, sustentam o globo, no qual quis representar o grande império do Oriente. A parte posterior do monumento é ocupada pelo Adamastor, sobre o qual paira a tempestade, simbolizada pelas Fúrias que envolvem o pedestal. À frente, na base do pedestal, “mascaras” representam os três principais rios da Índia”¹⁰⁰⁸.

O monumento devia assentar num lago, onde cairiam jorros de água. Parece que o projecto remontava ao quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia e a *maquette* aguardou algum tempo, numa vitrine da Sociedade de Geografia, pela construção do monumento, mas este não chegou a ser

¹⁰⁰⁷ *O Século*, Lisboa, 27 de Janeiro de 1925

¹⁰⁰⁸ *Diário de Notícias*, Lisboa, 6 de Janeiro de 1925

edificado¹⁰⁰⁹. A obra projectada por Tomás Costa inseria-se num ciclo da estatuária dominado por cânones estéticos oitocentistas, ainda presentes nos monumentos que estavam a ser erguidos ao Marquês de Pombal, na Rotunda, e aos Heróis da Guerra Peninsular, em Entrecampos.

Na capital, Vasco da Gama continuou a estar representado somente pela estátua do escultor Vítor Bastos, no Arco da Rua Augusta. Em Sines, foi lançada a primeira pedra de um monumento a Vasco da Gama, no largo 5 de Outubro¹⁰¹⁰. Não foi possível apurar se a estátua hoje existente, junto do castelo de Sines, remonta a essa época, mas é mais provável que seja bastante posterior. Trata-se de uma representação de Vasco da Gama de corpo inteiro, de acordo com o retrato a óleo que tinha pertencido ao antigo Paço dos Vice-Reis e que também foi reproduzido, no primeiro centenário da viagem de 1497-98, na estátua colocada no Arco dos Vice-Reis, então inaugurado, na cidade de Goa¹⁰¹¹. Não é um trabalho notável do ponto de vista artístico e desconhecemos o seu autor. O plinto é idêntico ao da estátua colocada na Vidigueira que foi inaugurada em 1970, na sequência do quinto centenário do nascimento de Vasco da Gama.

Na Índia Portuguesa, foi lançada a pedra fundamental de outra estátua ao navegador na cidade de Vasco da Gama, situada no cruzamento, junto do rio Zuari, da Avenida Freitas Ribeiro com a Avenida de Cumbvela, que passou a designar-se também Avenida de Vasco da Gama¹⁰¹².

¹⁰⁰⁹ Joaquim Saial, *Estatuária Portuguesa dos anos 30*, s.l., Bertrand Editora, 1991, p. 75; José-Augusto França, *A arte em Portugal no século XIX*, vol. II, Venda Nova, Bertrand Editora, 1990, p. 331

¹⁰¹⁰ *O Século*, Lisboa, 28 de Dezembro de 1924

¹⁰¹¹ Possuem, inclusive, a mesma inscrição: “Dom Vasco da Gama / 1469-1524 / Descobridor e Almirante do Mar da Índia / 1º Conde da Vidigueira / Vice-Rei da Índia / “...Aquelle illustre Gama / que para si de Eneas toma a fama.” / Camões, Lus. I-12. A estátua da Vidigueira foi devida ao cinzel do escultor Helder Baptista e foi inaugurada em 1970. A de Sines não possui as mesmas características e talvez seja obra anterior. Seja como for, a sua colocação no local foi feita na sequência do centenário de 1969, segundo informação obtida junto da Câmara Municipal de Sines.

¹⁰¹² *Boletim Oficial do Governo Geral do Estado da Índia*, nº 99 Suplemento, 9 de Dezembro de 1924, p. 2

Foi no contexto dos debates em torno da comemoração do descobrimento da Madeira que surgiu a ideia de erguer uma estátua a João Gonçalves Zarco, primeiro donatário da capitania do Funchal. O escultor madeirense Francisco Franco executou um busto do descobridor oficial do arquipélago que foi exposto no Funchal, em 1919¹⁰¹³. Em 1922, foi lançada a primeira pedra do monumento a Gonçalves Zarco que veio a ser constituído pelo referido busto assente sobre um pedestal. Mas, talvez insatisfeito com tão parca homenagem, o escultor apresentou ao público na Avenida da Liberdade, em 1928, uma estátua de corpo inteiro do povoador da Madeira que ficou como um marco da estatuária portuguesa¹⁰¹⁴.

A opinião pública e os críticos acolheram com agrado a obra do artista madeirense. Nas páginas da *Seara Nova*, Manuel Mendes defendeu que Francisco Franco era um escultor eficiente, que não se perdia num “excesso de literatura” nem em velhos estilos ultrapassados¹⁰¹⁵. A figura que tinha modelado era “forte e sóbria, vincada e imperiosa”, sem artifícios conseguiu dar-lhe majestade e uma postura correcta e natural. O modelo foi, posteriormente, muito imitado na estatuária oficial do regime, especialmente na comemorativa. A pose serena e grave de um líder, de um homem forte e de comando, impregnado da severa espiritualidade que o regime reclamava para os antepassados quatrocentistas e da qual se considerava o natural herdeiro. Como sinal exterior mais notório, o largo capote que passou a ser um elemento comum da indumentária destes personagens históricos. Francisco Franco foi apelidado o “Nuno Gonçalves do cinzel” e o seu estilo clássico e austero marcou, definitivamente, uma época¹⁰¹⁶.

O arquitecto Cristino da Silva associou-se à realização do monumento que só foi inaugurado em fins de Maio de 1934. No largo pedestal que servia de suporte à

¹⁰¹³ *Diário da Madeira*, Funchal, 2 de Julho de 1919

¹⁰¹⁴ Joaquim Saial, *op. cit.*, p. 76

¹⁰¹⁵ Citado por Joaquim Saial, *op. cit.*, p. 66

¹⁰¹⁶ José-Augusto França, *A arte em Portugal no século XX*, Venda Nova, Bertrand, 1991, p. 261

estátua estavam previstos quatro baixos-relevos: na frente, a alegoria da Lusitânia e, lateralmente, da Força e da Ciência; na parte posterior, a figura do Infante D. Henrique, no tempo do qual tinha sido reconhecida e povoada a Madeira¹⁰¹⁷. Por baixo do baixo-relevo frontal, o brasão dos Zarco da Câmara que foi substituído pelo escudo nacional, na versão definitiva. De igual modo, as figuras também não chegaram a ser executadas, tendo dado lugar às alegorias da Colonização, da Conquista, da Cristianização e da Sabedoria. A primeira é representada por um homem a arar a terra, a segunda por um guerreiro com a armadura vestida, a terceira por um monge com um livro nas mãos e a quarta pela figura de um letrado observando um astrolábio. Temos assim um conjunto de figuras talhadas nos mesmos cânones plásticos da estátua que estavam mais de acordo com a visão da história do Estado Novo.

A comemoração do descobrimento do arquipélago dos Açores, em 1932, deu azo à inauguração de uma estátua do Infante D. Henrique, em Vila Franca do Campo. O escultor Simões de Almeida (Sobrinho) ofereceu a estátua à terra da esposa, depois de se ter chegado a pensar na sua colocação em Sagres¹⁰¹⁸. O Navegador está sentado sobre um rochedo em atitude meditativa, com o queixo apoiado na mão direita e o braço esquerdo estendido sobre a rocha, segurando nesta mão um conjunto de folhas um pouco enroladas. O traje que ostenta e o rosto foram inspirados pela representação entretanto consagrada dos Painéis de S. Vicente de Fora. O mestre Simões de Almeida procurou imprimir à figura a atitude de “saudade contemplativa com que dizem meditava no promontório de Sagres”¹⁰¹⁹. A semelhança com a pintura *O sonho do Infante*, executada por José Malhoa para o Museu Militar, é flagrante e,

¹⁰¹⁷ Joaquim Saial, *op. cit.*, p. 79. Não se sabe exactamente porque motivo foram substituídas estas figuras por outras.

¹⁰¹⁸ Joaquim Saial, *op. cit.*, p. 84

¹⁰¹⁹ *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 28 de Agosto de 1932

por conseguinte, este trabalho, bem realizado no aspecto formal, insere-se na linha do naturalismo de Oitocentos.

Depois de terem sido debatidos na imprensa vários projectos de padrões para assinalarem a efeméride¹⁰²⁰, acabaram por ser edificados pelo menos três em diferentes ilhas. Em Santa Maria, na Vila do Porto, o monumento foi delineado por António de Alcântara Mendonça Dias e compõe-se de um plinto de pedra de basalto, encimado pelo escudo nacional e a cruz de Cristo talhados em mármore branco¹⁰²¹. Contém uma única inscrição: o ano de 1432. Em S. Miguel, na vila da Povoação, foi construído um Padrão das Descobertas que somente ficou concluído, com o jardim onde está implantado, em Outubro de 1932, dois meses depois da celebração do centenário¹⁰²². Na ilha Terceira, no Pico das Cruzinhas, miradouro privilegiado da cidade de Angra do Heroísmo, foi inaugurada uma memória. É uma coluna cilíndrica de cerca de 15 metros de altura, no centro desse miradouro espaçoso, rodeada por uma varanda de bonito desenho¹⁰²³. A coluna é encimada por um bloco de quatro faces, onde se vêem as datas de 1432-1932, uma caravela e o brasão da cidade de Angra. Este bloco, por sua vez, sustenta um esfera e sobre ela a cruz de Cristo. Todo o conjunto é em cimento armado.

Em Maio de 1931, periódicos da capital faziam eco de projectos para a edificação de um monumento para comemorar o descobrimento dos Açores¹⁰²⁴. Um deles era do funcionário público e pintor Abraham Abohbot, residente na Terceira, e compunha-se de um penhasco, no cimo do qual pousava um açor. Um medalhão, colocado ao centro, continha uma inscrição alusiva à celebração e, junto da base, via-se um brasão. Curiosamente, o *Correio dos Açores* publicou um projecto de padrão de Eduardo Read Henriques Teixeira, aluno do liceu de Ponta Delgada, idêntico a

¹⁰²⁰ Cf. *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 3 e 10 de Janeiro, 24 de Março de 1932

¹⁰²¹ *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 17 de Agosto de 1932

¹⁰²² Guido de Monterey, *Santa Maria e São Miguel*, Porto, Edição do Autor, 1981, p. 230

¹⁰²³ *A União*, Angra do Heroísmo, 2 de Setembro de 1932

este, que devia ser executado em pedra basáltica das ilhas, distinguindo-se somente pelo facto de ter gravada uma cruz no local onde o anterior exibia o medalhão¹⁰²⁵. O outro projecto então divulgado, do construtor civil Manuel de Almeida Chaves, consistia numa gigantesca coluna (48 m.), com uma base mais larga (12,5 m.), encimada por um enorme globo terrestre, que tinha no interior uma sala, onde se podia chegar por escadas ou elevador. Um letreiro luminoso indicaria, no referido globo, a posição geográfica dos Açores. Tais projectos não chegaram a ser concretizados e se o primeiro parece enquadrar-se bem na paisagem das ilhas, aproveitando os elementos locais para erguer um padrão invulgar, o último constituiria uma grotesca aberração.

A ideia de erguer uma estátua a Gonçalo Velho Cabral, considerado na altura o descobridor dos Açores, já tinha sido por diversas vezes ventilada na imprensa regional, mas não foi ainda no ano do centenário que se concretizou o projecto. Somente em 1956 foi inaugurado, em Ponta Delgada, este monumento de homenagem ao primeiro capitão do donatário das ilhas de Santa Maria e S. Miguel. A figura esculpida por João Fragoso segue os cânones da estatuária oficial do regime salazarista.

Ainda relacionada com a comemoração das viagens dos portugueses para o Ocidente realizou-se, no final dos anos trinta, uma estátua do navegador João Rodrigues Cabrilho, que foi o primeiro explorador da costa da Califórnia. Nesta região era celebrado o *Cabrillo Day*, depois de uma sociedade científica ter fixado em 28 de Setembro de 1542 a data em que o navegador português teria descoberto aquela zona da América do Norte, ao serviço da Espanha¹⁰²⁶. A estátua foi executada por Álvaro de Brée (1903-1962) e destinou-se a S. Diego da Califórnia, mas esteve

¹⁰²⁴ Joaquim Saial, *op. cit.*, p. 76

¹⁰²⁵ *Correio dos Açores*, Ponta Delgada, 24 de Março de 1932

¹⁰²⁶ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 60ª série, Nº 1-12, Janeiro-Dezembro de 1942, p. 509

primeiro na Exposição Internacional de S. Francisco (1939)¹⁰²⁷. A figura erecta e rígida do navegador, de armadura e longa capa até aos pés, está encostada a um padrão dos descobrimentos portugueses, uma alta coluna encimada pela escudo nacional e a cruz de Cristo. A ideia original do padrão foi a forma encontrada pelo escultor para deixar bem patente, em terras americanas, a nacionalidade do homem que desbravou as costas californianas. O explorador ampara uma longa espada com a mão direita e com a outra segura um compasso náutico e um quadrante, dando conta da dupla qualidade de soldado e navegador.

As comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal, em 1940, foram o pretexto para a edificação de um elevado número de monumentos por todo o país e nas colónias. O que mais proliferou foram os Cruzeiros da Independência, ou da Soberania, como também foram designados, mercê da campanha lançada pelo padre Moreira das Neves, em Setembro de 1938, aos microfones da Emissora Nacional¹⁰²⁸. Para levantá-los não eram necessárias grandes formalidades burocráticas nem elevadas despesas, por isso qualquer freguesia podia erguer o seu cruzeiro de pedra com uma legenda que ficasse a lembrar as celebrações. As que mesmo assim não pudessem levantar um cruzeiro, podiam recuperar os antigos e colocar neles uma lápide com a seguinte inscrição: “VIII Centenário da Independência / IV da Restauração de Portugal / 1940 ”. Na opinião daquele prelado, expressa num artigo que ganhou o primeiro prémio do concurso dos artigos publicados pela imprensa portuguesa, “uma cruz basta para dizer, na História, quem é Portugal”. E o próprio explicou o significado simbólico que atribuía aos referidos cruzeiros: “Na haste da Cruz, que se afunda na terra e se lança para o infinito, fremente o nosso desejo de solidez e de altura. Nos braços que se abrem sobre o mundo resplende o sentido universalista do nosso génio”¹⁰²⁹. A cruz na qual Cristo se

¹⁰²⁷ Joaquim Saial, *op. cit.*, p. 82

¹⁰²⁸ *Revista dos Centenários*, Fevereiro de 1940, p. 11

¹⁰²⁹ *Ibid.*, p. 12

sacrificou pela humanidade, símbolo da fé que moveu os portugueses na conquista do mundo e “marca da nossa presença como povo missionário criador de civilizações”. A visão cruzadística da história nacional encontrava, assim, a sua expressão iconográfica nestes singelos monumentos que se queria erguer por todo o país, como sentinelas da consciência dos portugueses.

Não é possível saber quantos destes cruzeiros foram levantados em todo o território nacional. Na ilha Terceira, por exemplo, há notícia de dois inaugurados em Dezembro de 1940, na freguesia da Terra Chã e nos Altares, e de um terceiro bastante posterior levantado em São Sebastião¹⁰³⁰; na ilha do Pico, há um nas Lajes, descerrado na mesma época dos primeiros¹⁰³¹. Nas colónias, a revista de propaganda *O Mundo Português* relatou nestes termos a inauguração de dois cruzeiros nas ilhas cabo-verdianas:

*“Dois Cruzeiros da Soberania, um em S. Vicente, outro na Praia, dão, à entrada dos principais centros populacionais do arquipélago, o testemunho da devoção dos colonos e dos naturais à causa da Pátria e à memória dos seus heróis — rememorados em 1940 numa “eucaristia imortal da Pátria”, na qual Cabo Verde sentidamente comungou”*¹⁰³².

O outro tipo de monumento que teve larga expansão naquele período foi o padrão destinado a assinalar diversos acontecimentos comemorados. Assim, a 6 de Junho de 1940 foi inaugurado o padrão comemorativo do recontro de Arcos de Valdevez, antecâmara das tréguas que desembocaram na Conferência de Zamora e no reconhecimento do título de rei a D. Afonso Henriques. “Sem estatuária e sem valor

¹⁰³⁰ Guido de Monterey, *Terceira*, 2ª ed., Porto, Edição do Autor, 1982, p. 114

¹⁰³¹ *Idem*, *Ilha do Pico*, 3ª ed., Porto, Edição do Autor, 1980, p. 125

¹⁰³² *O Mundo Português*, vol. VIII, Nº 94, Outubro de 1941, p. 439

arquitectónico”¹⁰³³, esta peça foi o pretexto para mais uma evocação integrada no programa dos Centenários. Alguns dias depois, uma romagem dos elementos oficiais ao local tradicional da batalha de Ourique devia ser rematada pela inauguração de um padrão evocativo, no Cabeço do Rei. A conquista do Algarve aos mouros também foi celebrada em pedra, através de um “padrão elegante, de secção quadrangular, em cujo topo quatro espadas dão um original remate”, concebido pelo arquitecto Rafael Lopes, professor da Escola Industrial e Comercial Tomás Cabreira¹⁰³⁴. Mas não foram os únicos: por todo o lado surgiram padrões comemorativos que repetiam os símbolos consagrados para a identificação da Fé e do Império (a cruz de Cristo e a esfera armilar), para a afirmação da soberania e da identidade local (o escudo nacional e os brasões das localidades).

Nas colónias, temos notícia de cerimónias para inaugurar padrões em diversos locais. Em S. Tomé foi levantado um Padrão dos Descobridores, oficialmente descerrado a 23 de Agosto de 1940¹⁰³⁵. Em Angola, estava previsto colocar uma “pedra comemorativa” da aclamação da Restauração, que se efectuou na antiga igreja de Nossa Senhora da Conceição, e outra a evocar o desembarque de Salvador Correia de Sá, o “restaurador” daquela província ultramarina. Também iam ser levantados três padrões (marcos) à entrada dos planaltos de Huíla, Benguela e Malange, em locais bem visíveis, junto das linhas férreas de penetração, marcando os três principais centros de colonização¹⁰³⁶. Em Moçambique, foram inaugurados três padrões para comemorar as campanhas militares realizadas no século XIX: o padrão de Languene, base militar donde partiu Mouzinho para capturar Gungunhana, o monumento comemorativo dos combates de Macontene e outro do feito de

¹⁰³³ Joaquim Saial, *op. cit.*, p. 53

¹⁰³⁴ *Idem*, p. 52

¹⁰³⁵ *O Século*, Suplemento dedicado ao Império Colonial Português e às Comemorações nas Províncias Ultramarinas, dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, Lisboa, Junho de 1940, p. 62

¹⁰³⁵ *Ibid.*, p. 62

¹⁰³⁶ *Ibid.*, p. 63

Chaimite¹⁰³⁷. Eram todas estruturas bastantes simples, de valor meramente evocativo. Só o último tinha um baixo-relevo alusivo à vitória de Mouzinho sobre o chefe dos vátuas.

Além dos cruzeiros e dos padrões, muitas lápides foram descerradas, servindo como pretexto para a realização de cerimónias e como registo da memória, inscrito nos espaços públicos. Um número importante de estátuas foi também realizadas no âmbito do Duplo Centenário, apesar de algumas só terem sido inauguradas mais tarde. A mais notável é, sem dúvida, a estátua equestre de D. João IV que foi implantada em Vila Viçosa, em frente do Paço Ducal. A ideia tinha sido apresentada por Salazar, na nota oficiosa de 1938, e inseriu-se no processo de recuperação da imagem deste rei que foi feita a propósito das comemorações da Restauração de Portugal.

A concepção artística do monumento foi encomendada ao escultor Francisco Franco e ao arquitecto Pardal Monteiro. Delineada nos moldes de um “naturalismo clássico”¹⁰³⁸, a figura de D. João IV apresenta-se a cavalo, majestosa e forte, exibindo na mão direita o bastão do mando e com uma armadura vestida. Segundo um articulista da época, “toda a vida e toda a raça desta clara e forte gente de lareira e de mar, que, na frase de Lopes Vieira, descobriu o mundo e ficou pobre — está nessa bela expressão serena de Chefe que conduz, no seu passo altivo e nobre, o corcel, símbolo da apoteose e da força, sobre um solo, que é seu, na direcção dum destino, que ele sabe que não foge porque o forjou da sua própria alma”¹⁰³⁹. Os termos excessivos da propaganda frisam bem o propósito nacionalista do monumento que só foi inaugurado três anos depois da data prevista inicialmente, a 8 de Dezembro de 1943.

¹⁰³⁷ Joaquim Saial, *op. cit.*, p. 63-64

¹⁰³⁸ José Augusto França, *A arte em Portugal no século XX*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1991, p. 262

¹⁰³⁹ “Uma estátua nasceu” in *Diário de Notícias*, Lisboa, 6 de Janeiro 1941, p. 1, citado por Joaquim Saial, *op. cit.*, p. 180

O rei fundador da nacionalidade tinha uma estátua em Guimarães, do escultor Soares dos Reis (1887). Apesar disso, havia o projecto de erguer-lhe um monumento na capital e o próprio Salazar se tinha associado a essa ideia. O local mais indicado era, na opinião de Júlio Dantas, o morro do Castelo de S. Jorge, depois de serem demolidos edifícios do século XVIII subjacentes às muralhas e recuperadas as antigas ruínas¹⁰⁴⁰. Os problemas eram delicados de resolver e o projecto ficou suspenso. Só em 1947, no âmbito das comemorações da tomada de Lisboa aos mouros, viria a ser colocada naquele sítio uma réplica da conhecida estátua de D. Afonso Henriques.

Entretanto, a Liga Nacional Africana decidiu promover a edificação do monumento em Luanda, abrindo uma subscrição “unicamente entre os nativos”¹⁰⁴¹. É espantoso o argumento invocado pela propaganda do regime para tão aberrante desiderato:

*“Os negros angolanos, considerando-se portugueses não desde o século em que foram descobertos pelo navegador ao serviço de D. João II, mas sim desde o ano 40 do século XII, quando o rei “Conquistador” talhou Portugal a golpes de espada, quiseram desta forma preitear com os metropolitanos o seu primeiro rei”*¹⁰⁴².

A primeira pedra do monumento foi lançada pelo general Carmona, na sua primeira viagem a África, num largo da capital angolana que recebeu o nome de D. Afonso Henriques. Os autores do projecto, seleccionados num concurso, foram o escultor António Costa e os arquitectos Faria da Costa e Raul Tojal. “Nem o fraco pedestal decorado com baixos-relevos, nem a apática estátua de António Costa,

¹⁰⁴⁰ Joaquim Saial, *op. cit.*, p. 112

¹⁰⁴¹ *O Século*, Suplemento dedicado ao Império Colonial Português e às Comemorações nas Províncias Ultramarinas, dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, Lisboa, Junho de 1940, p. 62

¹⁰⁴² *Ibid.*, p. 62

revestida dos habituais adereços (capacete, capa e poderoso montante), conseguiram dar ao monumento qualidades dignas de nota”¹⁰⁴³.

Não foi a única estátua do primeiro rei naquele ano. A 8 de Junho de 1940 foi inaugurada, no “Portugal dos Pequenitos”, uma representação equestre do Conquistador, com cerca de um quarto do tamanho natural. A peça destinava-se a cumprir a finalidade pedagógica e lúdica que tinha o conjunto do parque, forjado para transmitir uma certa imagem de Portugal, dos portugueses e da sua história. Os outros reis evocados através de monumentos foram D. Sancho e D. Dinis. O primeiro foi uma obra do escultor Leopoldo de Almeida, colocada no terreiro do castelo de Silves após o restauro. O segundo, um trabalho de Francisco Franco, que só três anos depois das festas dos Centenários foi inaugurado em Coimbra¹⁰⁴⁴.

No Cais do Pico, na ilha do mesmo nome dos Açores, foi descerrada uma estátua do rei Lavrador, a 16 de Agosto de 1940, numa festa em que se reuniram picarotos e faialenses¹⁰⁴⁵. A estátua em bronze foi ali erigida mercê do empenho do coronel Henrique Linhares de Lima que era, simultaneamente, membro da comissão nacional dos Centenários e natural daquela vila. Tratava-se de uma estátua já retirada da capital e oferecida pela Câmara Municipal de Lisboa¹⁰⁴⁶.

Em Tomar, teve direito a inauguração oficial a estátua dedicada ao mestre da Ordem dos Templários, Gualdim Pais, a quem se atribui a fundação e posterior defesa do respectivo castelo. O projecto definitivo foi da responsabilidade de Macário Dinis que executou uma figura pesada e estática, sobre um robusto pilar contrafortado, mais próxima da estética oitocentista do que da modernidade¹⁰⁴⁷. O monumento ficou pronto dois anos antes da data em que viria a ser oficialmente inaugurado.

¹⁰⁴³ Joaquim Saial, *op. cit.*, p. 113

¹⁰⁴⁴ *Idem*, p. 238

¹⁰⁴⁵ Guido de Monterey, *Ilha do Pico*, 3ª ed., Porto, Ed. Do Autor, 1980, p. 121

¹⁰⁴⁶ E. Ávila, “Notas soltas. Estatuária” in *O Dever*, 1 de Fevereiro de 1996, p. 1, 5 e 6

¹⁰⁴⁷ Joaquim Saial, *op. cit.*, p. 70

Um herói fundamental dos sectores mais conservadores do nacionalismo português não foi homenageado com uma estátua naquele ano. Nuno Álvares Pereira tinha sido esculpido por Vítor Bastos para o Arco da Rua Augusta (1873), mas havia projectos para uma homenagem ao Condestável na capital há várias décadas. Contudo, não foi ainda em 1940 que veio a ser edificado o monumento. Só em 1966 foram executadas novas estátuas de Nun'Álvares, do escultor António Duarte para o Panteão Nacional e de Leopoldo de Almeida, finalmente colocada na Batalha.

Remontando aos mitos fundadores da Lusitânia, os viseenses quiseram erguer um monumento a Viriato, mediante a abertura de um concurso público entre os artistas nacionais. Mas o escultor espanhol Mariano Benlliure, casado com uma portuguesa natural de Viseu, decidiu oferecer a *maquette* do monumento, o que foi aprovado em sessão camarária. Não passou despercebido o simbolismo desta aliança ibérica para erguer uma estátua em memória do herói que enfrentou as hostes romanas¹⁰⁴⁸. A construção do monumento teve o apoio financeiro do governo, através do ministério gerido por Duarte Pacheco. O trabalho do artista espanhol não representou uma novidade em termos estéticos, mas “o conjunto revela dignidade, sendo de realçar o enorme suporte granítico de trinta toneladas, pouco comum, e o arranjo urbanístico do local, anexo à “Cava de Viriato”, bem integrados na paisagem”¹⁰⁴⁹.

Duma forma aleatória, várias cidades e vilas do país aproveitaram a maré dos Centenários para erguer monumentos que, nalguns casos, tardavam em ser concluídos. A cidade do Porto viu acabado o seu monumento aos Mortos da Grande Guerra, delineado pela equipe Marques da Silva e Alves de Sousa, mas concluído por Leopoldo de Almeida¹⁰⁵⁰. Também foi inaugurada, no início de Junho de 1940, uma

¹⁰⁴⁸ Alberto de Oliveira, “Viriato” in *Diário de Notícias*, Lisboa, 6 de Maio de 1939, p. 1

¹⁰⁴⁹ Joaquim Saial, *op. cit.*, p. 68

¹⁰⁵⁰ Margarida Acciaiuoli, *Os Anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes. “Restauração” e “Celebração”*, (policopiado), Lisboa, Universidade Nova, 1991, p. 696

estátua equestre do general Gomes da Costa, o chefe do golpe militar de 28 de Maio de 1926. O monumento foi, provisoriamente, construído em estafe e teve uma existência efémera, visto que alguns meses depois foi destruído por um ciclone¹⁰⁵¹. Em Faro, o bispo D. Francisco Gomes de Avelar foi homenageado com uma estátua da autoria de Raul Xavier. Cinfães fez outro tanto em relação a Serpa Pinto, que era natural do concelho, erguendo um monumento com o busto do africanista, do escultor Lima Machado Pereira. A vila de Monforte prestou homenagem a António Sardinha e a cidade de Aveiro a Homem Cristo (Filho)¹⁰⁵². Abrantes ergueu, finalmente, o monumento aos Mortos da Grande Guerra concebido pelo escultor Rui Gameiro, entretanto já falecido¹⁰⁵³. A Câmara Municipal de Oeiras inaugurou, a 8 de Dezembro de 1940, um busto do presidente da República, Óscar Carmona, de Maximiliano Alves.

É evidente que nesta explosão da estatuária comemorativa não poderiam faltar os heróis ligados aos descobrimentos e ao império. Em Lisboa, foi inaugurada uma réplica do monumento a Pedro Álvares Cabral que tinha sido realizado para assinalar as comemorações do quarto centenário do descobrimento do Brasil, no Rio de Janeiro. Da autoria do escultor Rudolfo Bernardelli, o monumento evoca também Pêro Vaz de Caminha e frei Henrique, que rezou a primeira missa nas novas terras. A composição parece encenar as reacções dos três personagens face ao território desconhecido. Cabral saúda a terra maravilhosa que se lhe depara, de braços levantados, com uma bandeira segura numa das mãos e na outra a sua gorra; Caminha exhibe uma pose própria de um orador que se dirige a um público; o frade ergue uma prece de olhos postos nos céus.

Dez anos depois foi inaugurada a réplica da estátua de Fernão de Magalhães, de Guilherme Córdoba, feita por ocasião do quarto centenário da descoberta do estreito e

¹⁰⁵¹ Joaquim Saial, *op. cit.*, p. 182

¹⁰⁵² Margarida Acciaiuoli, *op. cit.*, p. 696

¹⁰⁵³ Joaquim Saial, *op. cit.*, p. 31

oferecida pelo governo chileno a Portugal. O navegador de pé, à proa de uma embarcação, perscruta o horizonte, com a espada numa das mãos e na outra um provável mapa. A sensibilidade e o gosto oitocentista prolongaram-se, assim, nas ruas de Lisboa por toda a primeira metade do século XX.

À semelhança do que tinha acontecido no Cais do Pico, com a estátua de D. Dinis, também na Horta foi solenemente inaugurado um monumento ao Infante D. Henrique, no largo do mesmo nome, oferecido pelo município de Lisboa. Sujeita às intempéries, cedo teve de ser retirada. Em seu lugar foi descerrado um busto do Navegador, a 16 de Julho de 1960, por altura das comemorações do quinto centenário da sua morte.

Deste modo, as estátuas mais importantes acabaram por ser erigidas nas colónias. Para Nova Goa foi uma estátua de Afonso de Albuquerque, do escultor Maximiliano Alves. A figura exhibe os tradicionais gorro e casaca, as longas barbas e a espada também fazem parte da imagem consagrada do herói¹⁰⁵⁴. Esta estátua não acrescenta nada de novo à iconografia do personagem. Mas pretendia-se com ela consagrar a memória do governador da Índia, que já estava representada por um monumento “de acanhado valor e arte para tão grande figura, exemplo de virtudes cívicas, grandeza de alma e valor guerreiro”¹⁰⁵⁵.

Em Macau, foram inauguradas oficialmente as estátuas de Vicente Nicolau Mesquita, o homem que tomou o Forte de Passaleão, e a de Ferreira do Amaral, o governador que foi assassinado por um grupo de chineses. Ambas da responsabilidade do escultor Maximiliano Alves, os monumentos procuram fazer justiça à fama de heróis dos dois militares. Na primeira, Nicolau de Mesquita, torcendo o tronco, apresentava-se na atitude de quem ia puxar a espada, para dar a ordem de ataque¹⁰⁵⁶. Na segunda, Ferreira do Amaral é representado a cavalo, numa

¹⁰⁵⁴ *Idem*, p. 73

¹⁰⁵⁵ *O Mundo Português*, vol. VIII, nº 92-93, Agosto-Setembro de 1941, p. 353

¹⁰⁵⁶ *Idem*, p. 104. A estátua foi destruída na sequência das convulsões da Revolução Cultural.

composição plena de movimento, em que o animal e o homem se defendem das investidas de que estão a ser vítimas, com grande vigor. O governador ergue o bastão para repelir o ataque com uma expressão determinada, enquanto finca os pés nos estribos. Os críticos notaram algumas imperfeições na obra, mas isso não desmerecia o conjunto¹⁰⁵⁷. Em especial, não anulava o facto do escultor ter conseguido traduzir a ideia do heroísmo das duas figuras históricas que se pretendia consagrar nos monumentos. Eram dois símbolos, afinal, da presença e da soberania portuguesas em Macau, às portas da gigantesca China¹⁰⁵⁸.

Em Lourenço Marques, foi inaugurado o monumento a Mouzinho de Albuquerque, no final do ano. Erigido por iniciativa dos militares da Arma de Cavalaria e antigos companheiros de Mouzinho, que constituíram uma comissão para o efeito e promoveram uma subscrição pública para financiar, pelo menos em parte, a sua construção. O projecto foi delineado pela dupla Simões de Almeida (Sobrinho) e António do Couto e seleccionado em concurso público. A ideia, expressa pelo próprio regulamento do concurso, consistia em homenagear o herói de Chaimite, sem esquecer todos os oficiais que o acompanharam na prisão de Gungunhana. Mouzinho foi representado a cavalo, numa pose estática que não traduz bem a ideia do homem de acção que faz parte do seu mito.

No pedestal, dois baixos-relevos recordam os episódios mais marcantes da vida do herói. O escultor Simões de Almeida (Sobrinho) representou a carga de Macontene com vivacidade, desprendendo-se da composição um tropel de cavalos e um fragor de luta, com os africanos rebeldes a serem vencidos. Leopoldo de Almeida, por sua vez, foi o autor do baixo-relevo da prisão de Gungunhana, apostando numa

¹⁰⁵⁷ *Idem*, p. 170. O pedestal e o arranjo urbanístico do local, do arquitecto Carlos Rebelo de Andrade, também são dignos de nota pela forma como foi bem resolvido o problema da integração do monumento no espaço circundante, tornando-o um local apetecível para o lazer das populações, segundo Saial.

¹⁰⁵⁸ A estátua de Ferreira do Amaral foi transferida para Lisboa, em 1990, depois do governo chinês ter manifestado empenho em ver retirados de Macau “todos os símbolos do tempo colonial” (*Expresso*, Lisboa, 4/12/1999, p. 1)

cena de cuidado efeito dramático. Mouzinho, numa pose altiva, aponta com a espada o chão onde o chefe dos vátuas tinha de sentar-se, num gesto que traduz toda a humilhação da derrota. O poderoso Leão de Gaza está somente acompanhado por duas das suas mulheres, solitário e impotente perante os vencedores. Atrás dele, um soldado levanta um fuzil na sua direcção e os outros cercam-no, sem fuga possível. Despojado das insígnias do poder, com um simples pano preso na cintura, olhando o chão que lhe é apontado com alguma perplexidade, Gungunhana é bem o símbolo da derrota e da ocupação portuguesa. Ao naturalismo da cena representada no primeiro baixo-relevo contrapõe-se o forte simbolismo deste momento evocado por Leopoldo de Almeida, sem preocupação de rigor histórico. Na frente do pedestal que suportava a estátua equestre, sobre a base em que assentava todo o conjunto, erguia-se uma figura alegórica da colónia de Moçambique, uma mulher que, maternalmente, protegia uma criança africana. Assim, se fechava o círculo da ideologia colonial bem expressa neste monumento: a imposição pela força da soberania portuguesa para melhor defender os indígenas, a espada e o amor maternal.

Na Guiné, projectava-se erguer uma estátua ao presidente dos Estados Unidos, Ulisses Grant, que, em 1870, tinha proferido a sentença arbitral que reconhecia a soberania portuguesa sobre os territórios de Bolama, contra as pretensões britânicas¹⁰⁵⁹. Mas tal ideia não chegou a ser realizada e, em 1946, foi lançado concurso para a edificação de um monumento ao estadista americano que ficou novamente sem efeito, depois do júri decidir, por unanimidade, não atribuir os prémios¹⁰⁶⁰. Ainda temos notícia de projectos para erguer em Angola, na cidade de Sá da Bandeira, uma reprodução da estátua do político e militar do mesmo nome, existente na Sociedade de Geografia¹⁰⁶¹, e em Quelimane estava previsto o

¹⁰⁵⁹ Joaquim Saial, *op. cit.*, p. 158

¹⁰⁶⁰ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. I, nº 2, Abril de 1946, p. 372

¹⁰⁶¹ *O Século*, Suplemento dedicado ao Império Colonial Português e às Comemorações nas Províncias Ultramarinas, dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, Lisboa, Junho de 1940, p. 63

lançamento da primeira pedra do monumento ao “Esforço da Raça”¹⁰⁶². Não conseguimos apurar se os projectos se concretizaram, nem temos descrições ou imagens do monumento projectado para a capital da província da Zambézia.

Este último género tinha um antecedente no monumento ao “Esforço Colonizador”, concebido por Alberto Ponce de Castro e Sousa Caldas para a Exposição Colonial do Porto, em 1934. Esguio padrão, erguido sobre uma base mais larga e sólida, rodeado por seis figuras erectas e rígidas, de queixo levantado e braços esticados ao longo do corpo, na atitude dos mártires que se oferecem em sacrifício. Os corpos são colunas e, por isso, distingue-se somente o busto e os pés das seis figuras, que representam a Mulher, o Militar, o Missionário, o Comerciante, o Agricultor e o Médico¹⁰⁶³. No topo, o escudo nacional confere uma identidade ao monumento que simboliza, de forma plasticamente muito forte, a ideia do esforço da colonização. Toda a composição respira uma força máscula, erecta e possante, solidamente implantada na terra, mas elevando-se para o céu de forma equilibrada. Trata-se, efectivamente, de um conjunto notável do ponto de vista iconográfico pela forma como exprime, na sua aparente simplicidade, o cerne da ideologia colonial.

A panorâmica sobre os monumentos e a estatuária de 1940 não ficaria completa sem uma referência à Exposição do Mundo Português. Obra monumental efémera, a exposição constituiu uma síntese de uma certa visão do passado e de uma estética comemorativa, de forte pendor ideológico e historicista, que perdurou nas décadas seguintes. Como referiu Augusto de Castro no discurso de inauguração do evento, o estilo plástico da exposição constituía uma “fusão de motivos modernos e da hierática presença da tradição histórica e arquitectónica do Passado”¹⁰⁶⁴, com o objectivo explícito de mostrar que o “Portugal Novo” se encontrava reconciliado com

¹⁰⁶² *Programa Oficial das Comemorações dos Centenários Nacionais em Moçambique*, 2 de Junho – 2 de Dezembro de 1940, Lourenço Marques, p. 5

¹⁰⁶³ *Boletim Geral das Colónias*, Ano X, Nº 109, Julho de 1934, p. 97

¹⁰⁶⁴ *Ibid.*, Ano XVII, Nº 187, Janeiro de 1941, p. 168

o “Portugal Velho”. Os responsáveis pela realização da grande “cidade da História de Portugal”, na significativa expressão do comissário-geral, demarcaram-se das concepções mais retrógradas em termos estéticos e artísticos, como eram as do sector representado pelo caricaturista, coronel Arnaldo Ressano Garcia.

A orientação que foi seguida em termos estéticos encontrava-se claramente enunciada num artigo do arquitecto-chefe da exposição, Cottinelli Telmo, de 1934¹⁰⁶⁵. Nele teve presente o exemplo recente do polémico monumento ao Marquês de Pombal e uma longa tradição que resumiu afirmando que os monumentos comemorativos costumavam ser “um pedestal com uma figura em cima e várias estátuas alegóricas em baixo”. A figura assumia posições e atitudes convencionais, de acordo com as actividades em que se tinha distinguido em vida, e as alegorias superpovoavam o monumento de referências literárias, numa teatralidade parada de “museu de figuras de cera”. A arquitectura não era melhor, na sua opinião: “o volume geral é o de uma palmatória munida de vela. A palmatória pode afectar a forma circular ou poligonal, ter ou não ter degraus, etc.; a vela pode ser cilíndrica, prismática, etc.; todas as variantes são possíveis”. Concluiu o artigo indicando, em dez pontos, o que deveriam ser os monumentos comemorativos, apresentando como modelos a seguir a estátua de Gonçalves Zarco, de Francisco Franco, e o monumento aos Mortos da Grande Guerra, de Rui Roque Gameiro, que tinham sido expostos na Avenida da Liberdade.

Defendeu, então, que era preciso partir de uma *ideia* e dar-lhe a devida *forma*; uma forma compreensível, descritiva, que exprimisse tanto quanto possível a *ideia*, sem acessórios inúteis, de modo elevado e simples. Tanto a arquitectura como uma escultura deviam apresentar *estabilidade* e *serenidade*, “um *grito* apenas e não... uma *gritaria*”. E, finalmente, serem inovadoras, de tal modo “que se mantenha o respeito pelo passado, mas que se exija o respeito pelo presente, ou talvez mais: pelo futuro”.

Assim, estava dado o mote do que o arquitecto viria, mais tarde, a querer realizar na exposição de Belém. Para o efeito não poupou esforços e convidou, praticamente, toda a mão-de-obra disponível da classe. Doze arquitectos, dezanove escultores e quarenta e três pintores trabalharam na exposição. Todos os modernos, com rara excepções, estiveram presentes — sobretudo os pintores mais aptos para a decoração, como é natural, admitindo cerca de vinte por cento de académicos, dez por cento da “primeira geração” moderna e cinquenta por cento da “segunda”¹⁰⁶⁶. A percentagem é, aliás, semelhante entre os escultores, em proporções significativas da evolução da arte contemporânea. Assim, do ponto de vista artístico procurou-se conciliar as propostas estéticas do modernismo com os ditames ideológicos nacionalistas do regime, o presente com as referências do passado.

A parte histórica da exibição, que especialmente nos interessa nesta análise, não estava organizada em termos cronológicos, mas “na evocação, em grandes séries, das expressões culminantes da criação, do crescimento, da expansão civilizadora e heróica da Pátria — alma e casa dos Portugueses”¹⁰⁶⁷. De acordo com uma visão nacionalista da história seguia-se, por ordem, a “Fundação”, a “Ocupação e Conquista”, a “Independência”, os “Descobrimentos” e a “Colonização”, tratados em pavilhões subordinados a cada um dos temas. Os três primeiros foram projectados pelo arquitecto Raul Rodrigues de Lima, tendo ficado a coordenação dos conteúdos a cargo de Luís Pastor de Macedo. O “Pavilhão dos Descobrimentos” foi delineado pelo arquitecto Pardal Monteiro, sob a orientação histórica do comandante Quirino da Fonseca. O seu falecimento impôs a consulta de outros especialistas, nomeadamente do comandante Fontoura da Costa, Manuel Múrias, Gago Coutinho e Damião Peres. O próprio arquitecto-chefe, Cottinelli Telmo teve intervenção neste pavilhão, como

¹⁰⁶⁵ “O que costumam ser e o que poderiam ser os Monumentos Comemorativos” in *O Diabo*, Lisboa, 16 de Setembro de 1940, p. 8

¹⁰⁶⁶ José Augusto França, *A Arte em Portugal no século XX*, 3ª ed., Venda Nova, 1991, p. 224

“director e autor do plano geral das decorações”, segundo o *Guia* oficial da exposição. O “Pavilhão da Colonização” foi concebido pelo arquitecto Carlos Ramos e dirigido pelo agente geral das colónias, Júlio Cayola. Na “secção histórica”, relativamente pesada e monótona do ponto de vista arquitectónico, sobressaía a grande “Esfera dos Descobrimentos”, erigida no topo do edifício dedicado ao mesmo tema. No interior, um grande globo giratório mostrava a rota luminosa das navegações dos portugueses.

A história da capital do país era evocada no “Pavilhão de Honra e de Lisboa”, concebido pelo arquitecto Cristino da Silva, para ser a sala de visitas do certame e uma projecção da imagem futura da cidade que era a capital do Império. No “Pavilhão dos Portugueses no Mundo” recordava-se a respectiva presença nos vários continentes. Este enorme pavilhão, projectado pelo próprio Cottinelli Telmo e dirigido por Afonso de Dornelas, compunha-se de duas partes: uma, constituída por quinze salas e uma galeria, procurava ilustrar a ideia da “vocação universalista” dos portugueses, mostrando a projecção da sua acção na Europa, em Marrocos, na costa mediterrânea de África, Abissínia, Índia, China, Japão, Oceânia, nas Américas e, por fim, na “Sala Camões”, fazia-se uma síntese de toda a exposição: “os deuses dos “Lusíadas” por que Camões substituiu, ao jeito da época, o verdadeiro Deus – suportam o tecto da sala, o Mundo, onde se recorta Portugal”¹⁰⁶⁷; o corpo Sul do pavilhão era dedicado à propaganda do regime na exposição, coordenada por António Ferro, “Portugal 1940”, onde se esforçou por demonstrar de forma didáctica e visual a tese do “ressurgimento nacional”.

¹⁰⁶⁷ Discurso de Augusto de Castro na inauguração do Pavilhão da Colonização. *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, Nº 187, Janeiro de 1941, p. 226

¹⁰⁶⁸ *Guia da Exposição do Mundo Português*, Lisboa, 1940

Já foi feita uma análise detalhada da arquitectura e da escultura dos vários pavilhões¹⁰⁶⁹, por isso só vamos salientar alguns elementos que nos parecem ser mais expressivos das coordenadas ideológicas que presidiram ao certame. Em primeiro lugar, destaque-se a inserção numa zona com grande significado simbólico e histórico que foi recuperada do ponto de vista urbanístico. O espaço foi organizado de forma a estabelecer o diálogo com o rio Tejo, sob a presença tutelar do Mosteiro dos Jerónimos. As grandes massas de linhas geométricas dos pavilhões centrais faziam o contraponto com o Mosteiro e impunham-se de forma majestosa, de cada um dos lados da Praça do Império. Cristino da Silva recorreu a várias citações históricas no edifício que planeou: no corpo dianteiro, utilizou os motivos ornamentais da Casa dos Bicos; a janelaria, “de risco harmonioso e sóbrio, com sugestões venezianas, faz pensar na graça manuelina da Torre de Belém”; agulhas e ogivas de características góticas, a par de sugestivos recortes de pendor manuelino; o brasão de Lisboa; a esfera e a cruz que se retem na parte cimeira do corpo posterior do pavilhão¹⁰⁷⁰. Cottinelli Telmo optou por uma maior simplicidade, num edifício sóbrio e imponente, em que a história estava presente através do alinhamento dos brasões da nobreza portuguesa, na parte superior da fachada. Mais uma vez, numa simbologia que se repetiu *ad nauseum*, duas grandes esferas armilares encimadas por cruzeiros e, numa alta torre, um bloco com as quinas de Portugal nas quatro faces.

Estes dois edifícios ditaram, em boa medida, as regras da arquitectura dos restantes pavilhões. O da “Fundação”, de linhas pesadas e acasteladas, evocava o românico e a época medieval, enquanto os outros apostavam nas formas modernas, de estruturas bem definidas e sólidas, somente sublinhadas por elementos decorativos alusivos ao seus temas. Assim, o pavilhão da “Formação e Conquista” tinha na

¹⁰⁶⁹ Ver de Margarida Acciaiuoli a tese de doutoramento, defendida em 1991 na Universidade Nova de Lisboa, cuja parte dedicada às exposições foi, recentemente, publicada: *Exposições do Estado Novo, 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, pp. 107-192

¹⁰⁷⁰ Descrição da revista *Ocidente*, citada por Margarida Acciaiuoli na versão policopiada da tese (pp. 174-175).

fachada principal, em baixo-relevo, os castelos e a espada numa alusão simbólica à conquista do território aos mouros; o da “Independência” ostentava, nas suas paredes exteriores, as armas da dinastia de Avis, numa evocação das vitórias sobre os castelhanos; o dos “Descobrimentos” tinha associados, como sinais mais evidentes das navegações, âncoras e padrões; o da “Colonização” exibia, sobre as portas de acesso e de saída, dois baixos-relevos de Barata Feyo que representavam a Fé e o Império. Na mesma linha, os outros pavilhões da exposição apresentavam referências às regiões e aos conteúdos temáticos aos quais serviam, por assim dizer, de invólucro. O “Pavilhão do Brasil”, um projecto do arquitecto Raul Lino, distinguia-se pelas suas colunatas de formas invulgares. Entre todos os outros, vale a pena destacar o curioso “Pavilhão de Ourivesaria”, dos arquitectos Veloso Reis e João Simões, integrado na “Secção da Vida Popular”, espécie de torre cilíndrica reproduzindo os motivos das filigranas. A discussão entre o “moderno” e o “português”, entre formas estéticas mais universais e a preservação dos elementos capazes de conferir identidade às obras de arte, foi resolvida pelo recurso a um conjunto de referências históricas e etnográficas que tornavam visível a retórica nacionalista que presidiu a todo o empreendimento.

Um lugar de destaque coube à “Nau Portugal” que ficou ancorada numa zona próxima do “Pavilhão dos Descobrimentos” e da respectiva “Esfera”. “Reconstituição de um galeão português da carreira da Índia (século XVII-XVIII), de 1300 toneladas, construído de madeiras portuguesas e brasileiras”, segundo a descrição do *Guia* oficial da exposição. O projecto foi delineado pelo comandante Quirino da Fonseca e pelo professor Martins Barata e executado num estaleiro da Gafanha da Nazaré. Quando se lançou pela primeira vez à água, a embarcação adornou para estibordo e “deitou-se”, segundo a descrição do engenheiro encarregado de resolver o

problema¹⁰⁷¹. Parecia haver um defeito de construção que punha em causa a estabilidade do navio. A obra tinha sido entregue a um “empírico”, um homem que era um mestre na arte difícil da construção naval, mas que não possuía instrução e competência para realizar um trabalho que estava fora do âmbito da sua experiência. Era preciso, por conseguinte, resgatar o navio e conduzi-lo a Lisboa. A primeira parte da operação foi bem sucedida e descobriu-se, então, que o estado de assoreamento da ria de Aveiro e a própria barra não ofereciam condições para um navio daquele calado passar, mesmo sendo rebocado. Desencadeou-se, por isso, uma série de trabalhos para trazer a réplica do galeão até ao estuário do Tejo. Toda a ansiedade vivida pelo engenheiro que coordenou os trabalhos perpassa no seu relato, que termina perguntando: “Que teria sido de mim se a “Nau Portugal” tivesse naufragado na barra de Aveiro ou na sua viagem para Lisboa?” De facto, o simbolismo da imagem daquela nau afundando-se não deixaria de ser inquietante. A “Nau Portugal”, afinal, chegou a Lisboa e esteve na Exposição, devidamente decorada por esse magistral cenógrafo da história que foi Leitão de Barros, mas nunca pôde navegar...

O “Ano Áureo” da estatutária nacional teve o seu ponto alto no espaço do certame. De uma forma mais ou menos bem conseguida, de acordo com as circunstâncias e as capacidades artísticas de cada um dos muitos intervenientes, foram apresentadas dezenas de peças que representavam algumas das principais figuras e acontecimentos da história nacional. Naturalmente, privilegiaram-se os heróis relacionados com os acontecimentos comemorados e os da expansão. Do ponto de vista iconográfico não se registaram, de modo geral, novidades na apresentação dos personagens que seguiam os modelos consagrados, denotando a preocupação de um certo realismo na reconstituição das indumentárias e dos acessórios, nem sempre

¹⁰⁷¹ Eng. Salvador de Sá Nogueira (Administrador Geral do Porto de Lisboa), “*Nau Portugal*”, Conferência feita na sede da Ordem dos Engenheiros, em 23 de Dezembro de 1940. Separata do “Arquivo do Distrito de Aveiro”, vol. VII, 1941

bem conseguido, e a idealização dos heróis de acordo com os parâmetros ideológicos dominantes.

Deste modo, Maximiliano Alves executou uma estátua de D. Afonso Henriques que não acrescentava nada de novo, mas que pretendia transmitir uma imagem vigorosa e forte do primeiro rei. O paralelismo entre esta figura e os guerreiros medievais que Cottinelli Telmo delineou para a “Porta da Fundação” foi notado. Construía-se, assim, uma imagem austera, guerreira, viril dos primeiros tempos da nação, dominada pela cruz e pela espada que teriam moldado o destino de Portugal. A figura do arcebispo de Braga, D. João Peculiar, tinha o seu contraponto nas estátuas de Gonçalo Mendes da Maia, “O Lidador”, e de Geraldo, “O Sem Pavor”, sem esquecer Gualdim Pais, mestre da Ordem dos Templários.

No “Pavilhão da Independência” pontificavam as estátuas de D. João I e D. João IV, esculpidas por Barata Feyo e Numídico Bessone, respectivamente. Os reis das vitórias sobre os castelhanos, da afirmação da soberania nacional, estavam devidamente enquadrados pelas cenas das batalhas. Neste contexto, destacava-se a “Sala de Aljubarrota”, em círculo, com um baixo-relevo evocativo dessa batalha a vestir-lhe as paredes de ponta a ponta, de Raul Xavier. No átrio, um baixo-relevo consagrado a Nuno Álvares Pereira, como “símbolo do Génio da Independência”¹⁰⁷².

O triunfo dos descobrimentos encontrou a sua representação escultórica na composição executada por Canto da Maia, em que Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral oferecem, simbolicamente, ao rei D. Manuel os países que alcançaram. O rei apresenta-se num plano ligeiramente superior ao dos seus capitães, com um rosário enrolado numa das mãos e a esfera armilar segura na outra. Cabral, com um joelho em terra, levanta uma oferta de frutos e aves tropicais, na direcção do soberano. O Gama, de pé, no lado oposto, segura uma espécie de ícone oriental. Um conjunto sólido e bem modelado que recolheu os favores da crítica.

¹⁰⁷² *Guia da Exposição do Mundo Português*, Lisboa, 1940

As estátuas de D. João II, de Rui Gameiro, e de Camões, de Canto da Maia, destacaram-se ainda neste pavilhão, apesar do segundo não ter agradado¹⁰⁷³. A primeira constitui uma vigorosa evocação do Príncipe Perfeito sentado no trono, enquanto que o épico se apresenta de pé com a espada e o manuscrito nas mãos, numa pose naturalista. Atrás dele, umas inúteis ameias de castelo que lhe chegam à altura das pernas. O Infante D. Henrique e os homens da sua casa não foram esquecidos, mas considerou-se de pouca valia o trabalho de Irene Lapa, “pela sua rigidez, monotonia, pouca originalidade iconográfica e semelhança das expressões das personagens”¹⁰⁷⁴. Em contrapartida, o “Pavilhão da Colonização” não exibiu estátuas, mas somente alguns baixos-relevos que deixaram uma fraca impressão geral.

No campo das alegorias importa destacar a figura andrógina e imponente da “Soberania”, forte e musculosa, com um dos braços apoiado numa coluna com os nomes dos continentes e na mão uma esfera armilar. A estátua de Leopoldo de Almeida, situada junto do “Pavilhão dos Portugueses no Mundo”, era bem o símbolo de uma soberania imperial. Barata Feyo, por sua vez, representou o “Império” como uma figura alada, de traços modernistas, com a espada numa das mãos e uma esfera encimada pela cruz na outra.

Na “Secção Colonial”, encontravam-se o “Monumento à Expansão de Portugal no Mundo” e o “Monumento à Obra Portuguesa de Colonização”. O primeiro, um trabalho do arquitecto Gonçalo de Melo Breyner, do escultor Júlio Sousa e de Roberto Araújo foi descrito do seguinte modo no guia oficial da secção: “Emergindo das águas de um lago que recorda a vitória sobre o Mar, um bloco iluminado suporta a esfera armilar, envolvida em oito colunas representando as oito províncias do Império. Sobre cada coluna um relógio marca a hora de cada colónia em relação ao

¹⁰⁷³ Margarida Acciaiuoli, *op. cit.*, p. 203

¹⁰⁷⁴ Joaquim Saial, *op. cit.*, p. 234

meio dia de Lisboa. O sol nunca se põe no Império Português¹⁰⁷⁵. O segundo pretendia simbolizar “a Vitória da raça em oito séculos de História, voando para os seus altos destinos”¹⁰⁷⁶, por isso o escultor Manuel de Oliveira concebeu uma alta coluna, encimada por uma esfera com uma figura alada de braços erguidos a segurar o que parece ser a coroa da glória.

Entre figuras históricas e alegóricas, as estátuas de Carmona e de Salazar pontificavam na sala dedicada a “Portugal 1940”. A primeira, do escultor António da Costa, era acompanhada pela legenda: “Soldado, fui sempre escravo do dever e da honra”. A segunda, moldada por Francisco Franco, representava o presidente do Conselho togado, na pose de um sábio, tendo como lema a sua afirmação: “Estudar com dúvida e realizar com fé”.

Mas o monumento mais emblemático da Exposição do Mundo Português foi o “Padrão dos Descobrimentos”, concebido por Cottinelli Telmo e Leopoldo de Almeida. No dizer do *Guia Oficial*, o monumento “evoca a figura do Infante D. Henrique e da pleiade de navegadores, guerreiros, santos, poetas e de todos aqueles que ergueram alto o nome de Portugal. É o grito da Exposição, e uma síntese do nosso passado glorioso”. Um grito que, se bem recordamos as palavras de Cottinelli em 1934, faz uma clara transigência em relação a um certo gosto teatral, concebendo um conjunto superpovoado de figuras, inspiradas nos Painéis, entre a solenidade e o drama épico. O resultado final não foi alheio à colaboração de Leopoldo de Almeida, um escultor de “um academismo de definição clássica”¹⁰⁷⁷, e de Leitão de Barros que também parece ter participado na gestação da ideia¹⁰⁷⁸. O monumento efémero tornou-se definitivo no âmbito das comemorações do V

¹⁰⁷⁵ *Exposição do Mundo Português*. Secção Colonial. Guia Oficial., Lisboa, Neogravura Lda., 1940, p.

¹⁰⁷⁶ *Ibid.*, p. 285

¹⁰⁷⁷ José Augusto França, *op. cit.*, p. 265

¹⁰⁷⁸ *O Padrão dos Descobrimentos. Roteiro para uma visita de estudo*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 10

Centenário da Morte do Infante D. Henrique e, por isso, voltaremos a ele mais adiante.

As comemorações do quinto centenário do descobrimento da Guiné também foram pródigas em monumentos, destinados a povoar o respectivo território com os símbolos da colonização portuguesa. Em Bissau, foi erigida a estátua de Nuno Tristão, descobridor daquela região da África, em bronze com plinto de granito. O projecto de António Duarte foi seleccionado num concurso público com o voto unânime do júri, presidido pelo agente geral das colónias, Júlio Cayola, e composto por várias personalidades das artes, nomeadamente o escultor Diogo de Macedo¹⁰⁷⁹. O navegador foi representado de acordo com o modelo convencional, de saio e longa capa, com a espada segura na mão esquerda e um mapa desdobrado pendendo da direita. Na frente do plinto, em baixo-relevo, o escudo português da época do descobrimento e, na face oposta, o escudo da Guiné.

Outro herói dos descobrimentos a quem erigiram um monumento foi Diogo Gomes, moço da câmara do Infante D. Henrique e seu navegador que realizou duas viagens à Guiné e que, na companhia de Antonio da Noli, descobriu o arquipélago de Cabo Verde. O projecto oferecido pelo arquitecto Fernando Peres, uma simples coluna com inscrições, destinou-se a Porto Gole e foi executado em calcário por operários europeus da colónia¹⁰⁸⁰. Os “Heróis da Ocupação” foram celebrados em três monumentos, na Amura, em Bafatá e Cachungo. Os dois últimos, previstos para 1948, eram projectos do escultor António Duarte. O centenário também teve direito ao seu monumento comemorativo, em Mansôa, num projecto oferecido pelo arquitecto Fernando Peres, construído pela circunscrição em laterite, em 1946¹⁰⁸¹. A construção da barragem de Picle, na Ponta do Biombo (Bissau), também deu lugar a

¹⁰⁷⁹ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. I, nº 2, Abril de 1946, p. 372

¹⁰⁸⁰ *Ibid.*, N° Especial Comemorativo do V Centenário da Descoberta da Guiné, Outubro de 1947, p. 499

¹⁰⁸¹ *Ibid.*, p. 297 Fotografia do monumento: consiste num bloco, com uma parte arredondada e uma face lisa, onde é exibido o escudo nacional e uma inscrição alusiva ao centenário.

um monumento comemorativo, projectado pelo engenheiro Ventim Neves e erigido em pedra (laterite), com verbas das Comemorações do V Centenário.

Além disso, alguns heróis locais foram homenageados em monumentos, inaugurados no âmbito das festas do centenário. O monumento a Gomes Baleeiro, capitão-mor da ilha de Santiago e um dos primeiros que se estabeleceu no arquipélago dos Bijagós, erigido em Bubaque, segundo um projecto do arquitecto Fernando Peres, foi executado em granito por operários europeus da colónia. O túmulo do “Valente e leal Mamadu Sissé, herói das campanhas do Oio e de Mansôa, 1913-1917”, segundo a respectiva legenda, um fula que se colocou ao lado dos portugueses e foi enterrado na terra dos manjacos¹⁰⁸². E, finalmente, o monumento ao “primeiro felupe” em “Sa Butule”, local onde se julga ter ficado a primeira povoação dos felupes ou, nos termos da lenda, o primeiro homem¹⁰⁸³. Depreende-se do discurso do administrador da circunscrição que se tratou de uma iniciativa para conquistar a simpatia das populações desta zona da Guiné, consideradas “insubmissas”. Por isso, a cerimónia terminou com a condecoração de figuras da sociedade indígena, com a medalha de cobre de Dedicação e Mérito, nomeadamente de uma mulher bastante idosa que era uma personagem típica da região.

As comemorações deixaram, por conseguinte, na Guiné um conjunto significativo de monumentos, muitos dos quais não passavam de simples padrões com os quais se pretendia inscrever na paisagem guineense os marcos da presença colonial. Por isso, entre as múltiplas obras efectuadas se contava o restauro do monumento ao “Esforço da Raça” e da fortaleza da Amura, símbolo da ocupação militar do território¹⁰⁸⁴. O primeiro monumento, colocado no centro da Praça do Império, em Bissau, consistia numa coluna assente sobre uma base mais larga, com

¹⁰⁸² *Ibid.*, p. 318-319

¹⁰⁸³ *Ibid.*, p. 333

¹⁰⁸⁴ *Ibid.*, vol. I, Nº 1, Janeiro de 1946, p. 166

volutas laterais, sobre a qual se erguia uma figura alegórica de braços levantados, segurando uma coroa¹⁰⁸⁵.

Dois anos depois, no Tricentenário da Restauração de Angola, foi lançada a primeira pedra do monumento a Diogo Cão, o navegador que fez o reconhecimento daquela região da costa ocidental da África. Erigido em Luanda, por iniciativa do Clube Transmontano, o monumento era composto por duas estátuas, uma de Diogo Cão e outra de um mareante, para “melhor dar, pelo contraste entre as figuras, a sugestão de comando do valoroso Navegador”, segundo a descrição do escultor António Duarte¹⁰⁸⁶. Um astrolábio e cartas de navegar criam o ambiente náutico que, pela indumentária, se pretendia que fosse característico do último quartel do século XV. O principal elemento decorativo da base eram os quatro padrões colocados por Diogo Cão no decurso das suas viagens, com as respectivas inscrições e datas. Neles ver-se-iam, ainda, as armas de D. Afonso V e de D. João II. Na parte da frente da base, que sugeria a proa de uma caravela, apareciam as armas usadas por Diogo Cão e, logo abaixo, o nome do explorador, sem qualquer data, por se desconhecer a do seu nascimento e da sua morte. O escultor procurou dar a toda a base do monumento a maior simplicidade, aliada à melhor sugestão do que queria representar: “uma prôa avançada saindo do corpo formado pelos quatro Padrões, sem que, todavia, qualquer destes elementos dê a sugestão directa de prôa ou padrão”. Na face posterior do monumento, colocou-se o escudo da colónia angolana com a data de 1948. O granito cinzento para o pedestal, de seis metros, e o bronze para o grupo escultórico, de quatro, eram os materiais indicados pelo autor do projecto. Mais um monumento que vinha engrossar a vasta produção deste estatuariário, a quem coube, a par de Leopoldo de Almeida, o maior número de encomendas públicas¹⁰⁸⁷.

¹⁰⁸⁵ *Ibid.*, N° Especial Comemorativo do V Centenário da Descoberta da Guiné, Outubro de 1947, p. 165 (fotografia)

¹⁰⁸⁶ “Memória descritiva do monumento que vai ser erigido a Diogo Cão” in *Diário de Luanda*, 21 de Agosto de 1948

¹⁰⁸⁷ José Augusto França, *A arte em Portugal no século XX*, 3ª ed., Venda Nova, Bertrand, 1991, p. 277

Na mesma altura, ergueu-se também um monumento a Paulo Dias de Novais, o neto de Bartolomeu Dias que foi capitão e governador de Angola, vindo a fundar a vila de S. Paulo de Luanda. O modelo de Manuel de Oliveira seguiu os padrões convencionais deste tipo de estatuária e foi executado em pedra da região por artesãos locais¹⁰⁸⁸.

Nas comemorações do centenário de António Enes não temos notícia de nenhuma estátua. Contudo, em sessão solene de 4 de Novembro de 1946, no cinquentenário do respectivo governo em Moçambique, foi feita a entrega pelo ministro das Colónias de um busto de António Enes, executado pelo escultor Maximiliano Alves, à Academia das Ciências de Lisboa¹⁰⁸⁹. Na ocasião usaram da palavra vários oradores que se referiram à acção política do comissário-régio e às suas ideias, nomeadamente Marcello Caetano.

Entre todos os heróis da expansão portuguesa agigantou-se a figura do Infante D. Henrique. Por isso, deu azo a um número considerável de estátuas e de projectos que não chegaram a ser concluídos. O caso mais curioso foi a ideia do monumento em Sagres que remontava à primeira metade do século XIX, quando Sá da Bandeira decidiu colocar na muralha uma lápide evocativa do iniciador dos descobrimentos portugueses¹⁰⁹⁰. Na inscrição em latim pode ler-se uma síntese dos aspectos fundamentais da lenda do Infante, destacando-se o projecto de atingir as partes mais remotas do Oriente pela circum-navegação a África e a suposta fundação da “famosa escola de cosmografia, o observatório astronómico e as oficinas de construção naval”, naquela zona do Barlavento algarvio. O projecto voltou a ser falado noutros momentos, em especial por ocasião do quinto centenário do nascimento do príncipe, em 1894.

¹⁰⁸⁸ *Boletim Geral das Colónias*, N° 281, Novembro de 1948

¹⁰⁸⁹ *Boletim Geral das Colónias*, Ano 22°, N° 257, Novembro de 1946, pp. 120-121

¹⁰⁹⁰ *Diário do Governo*, N° 95, 22 de Abril de 1836

Já no século XX, a questão do monumento em Sagres foi agitada por várias vezes e, em 1933, Joaquim Manso retomou-a nas páginas do *Diário de Lisboa*¹⁰⁹¹. Várias personalidades saíram à liça a apoiar a proposta do jornalista, caso do poeta João de Barros, do almirante Gago Coutinho, de José de Figueiredo, presidente da Academia de Belas Artes, do historiador Rocha Martins e do pintor Almada Negreiros. Gerou-se, por isso, um movimento de opinião favorável ao projecto de erguer um monumento no Promontório que recordasse ao mundo o Infante D. Henrique e as navegações dos portugueses. Mas não era fácil resolver o problema do ponto de vista artístico e a entrevista de Almada deixa já entrever a dificuldade de conceber um monumento que correspondesse às expectativas. O artista afirmou, frontalmente, que era “contra as estátuas brutais de tamanho, que desumanizam as figuras”¹⁰⁹². Por isso, pensava que podia erguer-se um monumento grandioso, mas nunca uma estátua humana. A sua sugestão consistia em levantar a chamada rosa-dos-ventos que ali existe ainda hoje para lembrar que foi naquele local que começou a universalidade da Europa.

Em 16 de Junho de 1933, ficou constituída uma comissão encarregada de proceder ao estudo do projecto do monumento ao Infante D. Henrique em Sagres e à determinação das regras do respectivo concurso, numa portaria assinada pelo próprio presidente do Conselho. A comissão era presidida por Júlio Dantas e integrava várias personalidades das artes e da cultura¹⁰⁹³. Nos termos do regulamento do concurso, pretendia-se erigir um monumento de tal modo grandioso que fosse visível para a navegação e que conseguisse ser, simultaneamente, uma síntese do período histórico que evocava e um projecto criador que reflectisse o espírito da época em que ia ser

¹⁰⁹¹ *Diário de Lisboa*, 15 de Fevereiro de 1933. Nas palavras de Joaquim Manso: “Na Ponta de Sagres, falta a sua estátua colossal, ocupadora dos espaços ilimitados, , patente às navegações, testemunho egrégio da raça, lampejo imortal da chama dos *Lusíadas*. A dívida é de honra e incumbe à nação.” (p. 4)

¹⁰⁹² “Uma dívida que urge pagar. O monumento ao Infante D. Henrique devia ter por base a rosa dos ventos que está em Sagres. Fala Almada Negreiros” in *Diário de Lisboa*, 3 de Fevereiro de 1933

¹⁰⁹³ Joaquim Saial, *op. cit.*, p. 87

realizado. Isto é, os artistas teriam de apresentar uma proposta bem escorada numa visão do passado que estivesse de acordo com os parâmetros ideológicos dominantes, mas de linhas modernas, “não se limitando, portanto, a réplicas e estilizações de motivos que nobilitaram na arte outras gerações”¹⁰⁹⁴.

Apresentaram-se quinze projectos a concurso, entre os quais foram escolhidos cinco para a segunda prova. Os irmãos Rebelo de Andrade e Rui Gameiro foram os vencedores com uma peça que foi considerada pela generalidade da crítica como a melhor. Uma estrutura em plano inclinado, de forma quadrangular e elevando-se para os céus, com uma cruz de Cristo em baixo-relevo no topo, voltada para Sul, expressava de forma eloquente a ideia adoptada como divisa do projecto, “Dilatando a Fé, o Império”. Na base, as figuras de mareantes em baixo-relevo, esculpidas por Gameiro, inspiravam-se nos Painéis de S. Vicente de Fora.

Contudo, o acordo em torno da obra premiada não era unânime e havia quem pusesse em dúvida que fosse possível executar o monumento, em condições de estabilidade, segurança e resistência, dentro do orçamento previsto. Uma autodesignada “Representação 35” também se manifestou junto de Salazar contra o resultado do concurso, pedindo mesmo a sua anulação. Realmente, três anos depois nova portaria do presidente do Conselho avançava para outro concurso, cujo júri era formado por quase todas as personalidades que tinham constituído o anterior, com a excepção de dois artistas. As normas mantinham-se, basicamente, as mesmas, mas somente concorreram nove projectos.

O júri seleccionou cinco para a segunda prova e atribuiu o primeiro prémio a um projecto apresentado por uma vasta equipa, constituída pelo arquitecto Carlos Ramos, Almada Negreiros, Leopoldo de Almeida e os engenheiros Ricardo Amaral e Joaquim de Oliveira. Tratava-se da estilização de uma caravela, com a cruz de Cristo na vela e uma espécie de padrão a servir de mastro. A figura do Infante erguia-se na

¹⁰⁹⁴ Citado por Joaquim Saial, *op. cit.*, p. 88

proa, de face voltada par o mar. O complexo arquitectónico englobava ainda uma capela gótica, museu e terraços. O projecto glosava um tema muito batido e ressentia-se de uma certa falta de unidade, parecendo cada elemento autonomizar-se em relação aos restantes¹⁰⁹⁵. O segundo concurso não teve resultados práticos, tal como o primeiro.

Mais uma vez, em 1954, se voltou ao assunto, no âmbito da preparação do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique. O decreto-lei estipulava que o monumento “além de constituir particular homenagem ao Infante, represente a consagração do primeiro ciclo dos descobrimentos dos Portugueses e do movimento que abriu o mar à civilização do Ocidente”¹⁰⁹⁶. O júri, presidido por José Caeiro da Mata, era composto por vinte e oito personalidades das artes, da cultura e da Administração Pública. O orçamento tinha passado de nove mil contos, previstos em 1933, para trinta e cinco mil, mas o governo reservava-se o direito de não mandar executar o monumento.

O concurso foi internacional e apresentaram-se 49 projectos que foram sujeitos a sucessivas eliminatórias, de modo a apurar-se os que passariam para a segunda prova. Foram classificados e admitidos cinco projectos: “Caravela”, do arquitecto António Camelo, de Leopoldo de Almeida e dos engenheiros Jaime Pereira Gomes e António Feio; “Dilatando a Fé, o Império”, dos arquitectos Carlos e Guilherme Rebelo de Andrade, do escultor Rui Gameiro (falecido) e do engenheiro Edgar Cardoso; “Mar Novo”, do arquitecto João de Melo Breyner Andresen, do escultor Barata Feyo, do pintor Júlio Resende e dos engenheiros Júlio Borges e José Simões Coelho; “Nau” do arquitecto Filipe Nobre de Figueiredo, do escultor António Duarte e do engenheiro Manuel Gaspar; “Talent de Bien Faire”, do arquitecto Cassiano Branco, do escultor António dos Santos e dos engenheiros Joaquim Laginha Serafim,

¹⁰⁹⁵ Joaquim Saial, *op. cit.*, 92.

¹⁰⁹⁶ *Concurso de projectos para o monumento ao Infante D. Henrique em Sagres*, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1957, p. 7

José Teles de Meneses e António João Cunha Ferreira. Nos termos do regulamento, procedeu-se à divulgação dos nomes e foi fixado um prazo de seis meses para os artistas apresentarem as *maquettes*, numa escala de 1:100. As peças foram colocadas em salas do Mosteiro dos Jerónimos onde o júri reuniu para votar os vencedores, a 16 de Agosto de 1956. Ficaram classificados em 1º, 2º e 3º lugar, respectivamente, os projectos designados por “Mar Novo”, “Nau” e “Caravela”. O projecto dos irmãos Rebelo de Andrade, o mesmo com ligeiras modificações que já tinha ganho o primeiro concurso, foi remetido para o quarto lugar e no último classificou-se o arquitecto Cassiano Branco.

Entre todos os projectos, aquele que foi seleccionado destacou-se, efectivamente, pela beleza e pelo carácter inovador das suas linhas que rompiam com os habituais padrões e caravelas estilizados. A estátua do Infante D. Henrique, de Barata Feyo, que era “uma peça notável pelo dinamismo da imagem duramente talhada”¹⁰⁹⁷, uma singela cruz e o notável projecto de Andresen formavam um conjunto de grande elegância e majestade. Mas, no final de 1956, um despacho do presidente do Conselho comunicava a decisão governamental de não erigir o monumento e desistir do mesmo no promontório de Sagres, sem qualquer justificação¹⁰⁹⁸. O problema tinha sido ponderado em duas reuniões do Conselho de Ministros, a 30 de Outubro e a 9 de Novembro, arquivando-se de vez o antigo projecto do monumento no Sacro Promontório.

A estátua de Barata Feyo esteve no pavilhão nacional, na Feira de Bruxelas, em 1958. Dois anos depois, a obra foi fundida em bronze e oferecida pela comunidade portuguesa para ser colocada na nova capital brasileira, a cidade de Brasília¹⁰⁹⁹. A inauguração contou com a presença do presidente Kubitschek de Oliveira e do

¹⁰⁹⁷ José Augusto França, *op. cit.*, p. 271

¹⁰⁹⁸ *Concurso de projectos para o monumento ao Infante D. Henrique em Sagres*, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1957, p. 18

¹⁰⁹⁹ “As comemorações henriquinas no Brasil”, *Panorama*, III série, nº 21, Março de 1961

embaixador de Portugal, numa cerimónia solene que assinalou a data do falecimento do Infante D. Henrique.

Em alternativa ao monumento de Sagres, foi erigido o Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa. O projecto do arquitecto Cottinelli Telmo e do escultor Leopoldo de Almeida, apresentado na Exposição do Mundo Português, era uma estrutura leve de cimento e ferro, mas as estátuas tinham sido modeladas em estafe. A ideia de transformá-lo numa obra definitiva foi, imediatamente, sugerida por vários observadores, mas somente em Novembro de 1958 foi iniciada a sua construção, que ficou concluída em Janeiro de 1960. A anulação dos resultados do concurso de Sagres parece ter favorecido a decisão de erguer-se o monumento, em Lisboa. Além dos projectistas indicados, e em virtude do falecimento do arquitecto Cottinelli Telmo, colaboraram Pardal Monteiro, na parte arquitectónica do monumento, e Cristino da Silva, na urbanização da zona marginal. Os estudos de estabilidade e a fiscalização das obras ficaram a cargo do engenheiro Edgar Cardoso, coadjuvado por dois colaboradores¹¹⁰⁰. Vários estatuários estiveram envolvidos na execução das figuras concebidas pelo mestre Leopoldo de Almeida. O monumento ocupa uma área total de 695 m², com um comprimento máximo de 46 metros, uma largura de 20 metros e uma altura de 50 metros. As suas dimensões tornam-no, por conseguinte, bastante imponente.

O monumento representa uma caravela estilizada, carregada com trinta e três figuras idealizadas por Leopoldo de Almeida de acordo com os cânones estéticos da estátua de Gonçalves Zarco. A proa da caravela avança na direcção do Tejo, com a figura hierática e tradicional do Infante no comando. A estátua destaca-se das outras pela posição e pela altura que é dois metros superior (9 para 7 metros). O mito do *Navegador* é ilustrado pela miniatura da caravela que D. Henrique segura numa das

¹¹⁰⁰ Nuno Campos e Isabel Carneiro, *O Padrão dos Descobrimentos. Roteiro para uma visita de estudo*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 11

mãos e pelo mapa, meio desdobrado, que suspende na outra. Ao seu lado, o Infante D. Fernando, o mártir sacrificado ao projecto da expansão marroquina, e D. Afonso V, o rei das conquistas no Norte de África. O Infante D. Pedro, o príncipe derrotado em Alfarrobeira, aparece em último lugar, entre as figuras do lado poente. O que, deste modo, se valoriza é a visão territorial e guerreira da expansão que orientou a política régia do “Africano”, que teve no Infante D. Henrique um poderoso aliado.

Se analisarmos o conjunto das personagens que foram escolhidas pelos autores do projecto para integrar o Padrão dos Descobrimentos, constatamos que houve uma preocupação de torná-lo representativo dos vários sectores que, de alguma forma, estiveram ligados à epopeia nacional, dentro de um quadro marcadamente ideológico de interpretação do passado¹⁰¹. Assim, a única figura de mulher representada é a rainha D. Filipa de Lencastre, mãe da “Ínclita Geração” que lançou Portugal na senda dos mares e das conquistas. No terreno da cultura, temos Luís Vaz de Camões, o cantor da gesta da expansão, Nuno Gonçalves, o pintor da sociedade da época, Gomes Eanes de Zurara e João de Barros, os cronistas dos primeiros feitos africanos e das conquistas da Ásia, respectivamente, e Pedro Nunes, o sábio. A influência judaica está presente através de Jácome de Maiorca, o cartógrafo de origem que teria sido contratado por D. Henrique para ensinar esta arte. O protótipo do aventureiro errante é Fernão Mendes Pinto, o homem da *Peregrinação*. Pêro da Covilhã é o exemplo de um explorador que parte por terra em busca de informações. São bastantes os navegadores, capitães e pilotos de navios: Pêro de Escobar, Pêro de Alenquer, Gil Eanes, João Gonçalves Zarco, Afonso Gonçalves Baldaia, Fernão de Magalhães, Nicolau Coelho, Gaspar Corte Real, Bartolomeu Dias, Diogo Cão, António de Abreu, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral. Alguns deles tiveram outras funções, como colonizadores das terras descobertas, como governadores e comandantes de expedições militares. Outros dos representados destacaram-se em

funções político-militares, como Martim Afonso de Sousa, os irmãos Estevão e Cristóvão da Gama, filhos do Almirante do Mar das Índias, e o emblemático herói do Império Oriental, Afonso de Albuquerque. Por fim, não podiam ser esquecidos os missionários: frei Gonçalo de Carvalho, da Ordem dos Dominicanos, que morreu no Congo; frei Henrique de Coimbra, da ordem dos Franciscanos, que rezou a primeira missa no Brasil; Francisco Xavier, da Companhia de Jesus, que missionou no Oriente. Globalmente, trata-se de um painel da expansão portuguesa talhado em pedra, a representação cenográfica de um vasto conjunto de figuras que simbolizam a gesta lusíada.

A ideia da cruzada está representada de forma muito forte no monumento. A retaguarda, que está voltada para a terra e por onde os visitantes podem entrar para o interior do auditório, desenha uma cruz esguia sobre a qual se destaca uma espada. Estes são os símbolos mais utilizados em todo o conjunto: a cruz das ordens militares de Cristo e de Santiago, ou a cruz mais singela que aparece na bandeira atribuída a D. Afonso Henriques; a espada é usada por vários personagens, simultaneamente símbolo da condição da nobreza e da conquista. Diogo Cão e Bartolomeu Dias erguem um padrão, um “símbolo da prioridade da descoberta, marco de posse e sinal de integração das novas terras na cristandade”, segundo o almirante Teixeira da Mota¹¹⁰¹. A bandeira da dinastia de Avis também aparece em destaque no monumento. Vários objectos identificam a actividade dos personagens representados: o crucifixo e o rosário dos missionários, símbolos também da evangelização e dilatação da fé; o quadrante, o astrolábio, a esfera armilar, o “anel náutico”, a pena e o papel ou pergaminho, o pincel e a paleta das tintas. Um conjunto monumental pesado, muito marcado do ponto de vista ideológico e estético pelas concepções

¹¹⁰¹ A identificação das figuras segue, de perto, o trabalho de Nuno Campos e Isabel Carneiro citado na nota anterior.

¹¹⁰² “Padrões dos descobrimentos” in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos*, vol II, Lisboa, Caminho, 1994, p. 859

dominantes no regime salazarista, foi o que ficou como símbolo/padrão da expansão portuguesa.

No terreno fronteiro ao monumento foi colocada a rosa-dos-ventos oferecida pelo governo da União da África do Sul. No planisfério central estão assinalados os lugares atingidos pelos navegadores portugueses e, por isso, era mais um símbolo dos descobrimentos portugueses, que ficava associado ao Padrão. A elaboração, o trabalho e os materiais utilizados foram nacionais. Com uma superfície total de dois mil metros quadrados e cinquenta metros de diâmetro, utilizaram-se na sua execução os melhores mármore nacionais, coloridos e polidos¹¹⁰³.

As comemorações do centenário henriquino foram menos pródigas em monumentos do que as de 1940. Apesar disso, foram vários os inaugurados ou iniciados naquele ano. Em Lagos, na nova avenida marginal, foi inaugurada uma estátua do Infante, do escultor Leopoldo de Almeida. A figura com as vestes tradicionais está sentada, de tronco bem direito, numa pose determinada e segura, com um quadrante pousado no colo.

O mito romântico do sonhador, em poses naturais e distendidas, próprias de quem divaga sobre o futuro, que vemos na pintura de José Malhoa e na estátua de Simões de Almeida (Sobrinho), erguida na ilha de S. Miguel, foi substituído pela figura determinada, de pose aprumada e um tanto rígida, da iconografia do Estado Novo. O Infante D. Henrique do escultor Francisco Franco, de 1931, já era bem a expressão dessa tendência para representar um condutor de homens, um líder, de acordo com os valores da época. Na escultura de Salvador Barata Feyo, já referida, a mesma ideia é representada pela dureza do talhe das feições e pelo movimento das roupas que lhe empresta grande dinamismo.

Outra representação que teve larga difusão inspirou-se, directamente, na figura piedosa dos Painéis. Álvaro de Brée executou uma *maquette* para o concurso do

¹¹⁰³ “A rosa dos ventos oferecida pela África do Sul” in *Jornal do Comércio*, 13 de Agosto de 1960

monumento de Sagres que mostra um Infante a orar de mãos postas, com um joelho em terra e o montante encostado a si, ao alto, com uma fita enrolada onde se lê a sua divisa¹¹⁰⁴. Contudo, nos monumentos inaugurados não foi esta faceta da religiosidade, tão valorizada na época, que ficou mais em evidência, mas a visão laica de um homem determinado e empenhado nas navegações.

Em Viseu, foi inaugurada uma estátua de Martins Correia, que representa um Infante de corpo inteiro, com uma espada numa das mãos e na outra um globo, encimado por uma cruz de Cristo com as pontas ligadas¹¹⁰⁵. Em Tomar, o estatuário Henrique Moreira executou um Infante em atitude decidida, mas fazendo o gesto próprio de quem reflecte sobre qualquer assunto¹¹⁰⁶. Noutros pontos do país foram inaugurados bustos, nomeadamente em Angra do Heroísmo e na Horta, do escultor açoriano Numídico Bessone.

Nas colónias, foram oficialmente inauguradas as estátuas do Infante D. Henrique, na cidade de Vasco da Gama, e de Camões, em Velha Goa¹¹⁰⁷. Em Moçambique, projectava-se inaugurar um monumento ao Infante a 13 de Novembro de 1963¹¹⁰⁸. Em Cabo Verde, foi descerrado um busto de bronze do Infante, na vila da Assomada¹¹⁰⁹. Na Guiné, inaugurou-se uma estátua de corpo inteiro, talhada em granito metropolitano, “com legendas de versos clássicos abençoados pelo cruz de Cristo em bronze”, que ficou colocada na avenida marginal da capital da colónia¹¹¹⁰. Mas, como veremos adiante, bem mais frequentes foram as inaugurações de padrões.

Em Angra do Heroísmo, foi inaugurada uma estátua de Álvaro Martins Homem, primeiro capitão do donatário da ilha, do estatuário João Fragoso. Se não

¹¹⁰⁴ *O Rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 147

¹¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 176

¹¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 162

¹¹⁰⁷ *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. IV, Lisboa, 1963, p. 164

¹¹⁰⁸ *Boletim Geral do Ultramar*, nº 424-425, Outubro-Novembro de 1960, p. 124

¹¹⁰⁹ *Ibid.*, nº 426, Dezembro de 1960, p. 152

¹¹¹⁰ *Ibid.*, p. 152-153

fosse a espada que segura na mão direita, a figura estaria mais de acordo com um letrado do que com um capitão, encarregado de povoar e desbravar uma terra virgem. A sua inauguração realizou-se no âmbito das comemorações do centenário, em Julho de 1960.

A Cidade do Cabo recebeu uma estátua de Bartolomeu Dias, do escultor Barata Feyo¹¹¹¹. A figura de corpo inteiro, de roupagem enfunada, exhibe uma atitude determinada e heróica, que é sugerida pelo movimento do corpo e pelo queixo levantado a desafiar o desconhecido¹¹¹². A estátua em bronze, assente num pedestal granítico, ficou como um dos raros testemunhos de que, afinal, o homem que dobrou o Cabo da Boa Esperança não foi totalmente esquecido nas celebrações oficiais.

Em muitos outros sítios do país e nas colónias foram levantados padrões. Em Sagres, onde se tinha desistido de erigir um grandioso monumento, ergueu-se um modesto e simbólico padrão¹¹¹³. Temos notícia de outros padrões em Tavira, em Lisboa, na Avenida Infante D. Henrique, na ilha de Porto Santo, no Pico (Lajes), em S. Miguel (Lagoa), na Guiné (Bissau), em Moçambique, nas capitais de distrito¹¹¹⁴, em S. Tomé (Ribeira Afonso)¹¹¹⁵, na Índia, nas margens do rio Mandovi¹¹¹⁶. A lista não está, decerto, completa, visto que a edificação deste tipo de monumentos se tinha vulgarizado. De modo geral, trata-se de uma simples coluna, encimada por um cubo em cujas faces está inscrito o escudo nacional, com uma cruz no topo. No caso do Padrão das Descobertas, das Lajes do Pico, há a acrescentar uma esfera armilar, entre ambos. Na ilha do Porto Santo, o monumento evocativo dos Descobrimentos inaugurado era uma obra “em cantaria insular, trabalhada primorosamente, e

¹¹¹¹ *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. IV, Lisboa, 1963, p. 292

¹¹¹² José Augusto França, *op. cit.*, p. 269 (fotografia)

¹¹¹³ *Panorama*, III série, nº 19, Setembro de 1960 (Fotografia 15)

¹¹¹⁴ *Boletim Geral do Ultramar*, nº 424-425, Outubro-Novembro de 1960, p. 124

¹¹¹⁵ *Ibid.*, p. 126

¹¹¹⁶ *Ibid.*, nº 426, Dezembro de 1960, p. 151

apresentando motivos alusivos à nobreza, povo e clero e aos feitos dos navegadores”¹¹¹⁷.

No Porto, no sítio denominado do Ouro, próximo do largo António Calém, foi inaugurada uma memória de homenagem aos marítimos e homens de ofícios que construíram, deram provisões e tripularam navios da armada que foi conquistar Ceuta. Uma escultura em bronze, concebida por Lagoa Henriques, e a memória em honra da grei simbolizavam também o esforço despendido na conquista dos mares: “Uma quilha erguida para o céu; junto, um calafate, um magarefe esquartejando um boi e um vulto forte de mareante voltado para o oceano, personificam a tenacidade e a vontade de milhares de homens”¹¹¹⁸. A cidade do Porto contribuiu com grande número de embarcações, homens e mantimentos para a expedição organizada, no Norte, pelo Infante D. Henrique, o que justificou a inauguração do monumento e um espectáculo de evocação histórica, que teve como palco as águas do rio Douro¹¹¹⁹.

¹¹¹⁷ *Ibid.*, nº 424-425, Outubro-Novembro de 1960, p. 114

¹¹¹⁸ *Ibid.*, p. 111

¹¹¹⁹ *Ibid.*, p. 113

Noutros locais, onde não foram descerrados monumentos, aproveitou-se os já existentes para serem colocadas palmas, coroas ou placas de bronze, como forma de assinalar a data do centenário. Assim foi feito, pela Câmara Municipal de Lisboa, nos monumentos a Pedro Álvares Cabral e a Fernão de Magalhães, como forma de associar a memória destes heróis às celebrações henriquinas¹¹²⁰. Na ilha de Santa Maria, uma palma de bronze foi colocada na base do monumento comemorativo do V Centenário do Descobrimento dos Açores. Em Vila Franca, na ilha de S. Miguel, fez-se o mesmo na estátua do Infante D. Henrique; na vila da Povoação, colocou-se junto do padrão comemorativo do descobrimento do arquipélago e, em Ponta Delgada, junto da estátua de S. Miguel Arcanjo, o patrono da ilha. Em muitos outros sítios foram descerradas placas e lápides registando a efeméride para a posteridade.

Este longo período foi, por conseguinte, dominado por uma retórica nacionalista que impôs aos artistas modelos padronizados e óbvios limites à sua criação, sobretudo quando se tratava de edificações de carácter comemorativo e oficial. Numa primeira fase, que se prolongou pelo século XX, prevaleceu o gosto romântico, em monumentos povoados de figuras alegóricas e referências literárias. As concepções naturalistas conduziram, por sua vez, à representação de heróis que, sem deixarem de ser idealizados, se procurou surpreender na sua dimensão humana. Os revivalismos nacionais dominaram a arquitectura e as decorações nesta etapa, destacando-se o uso e abuso das alusões ao “estilo manuelino” nos monumentos comemorativos da expansão.

A ruptura com esta gramática artística e estética ficou patente no monumento de Gonçalves Zarco (1928) e foi claramente enunciada no artigo de Cottinelli Telmo (1934). Os monumentos comemorativos do Estado Novo não desprezaram as concepções modernistas (pelo menos os melhor conseguidos), mas contiveram-nas dentro dos limites aceitáveis por um quadro ideológico conservador e nacionalista.

¹¹²⁰ *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. IV, Lisboa, 1963, p. 29 e 53

Daí, a feição mais clássica e academizante do estilo vulgarizado, susceptível de combinar melhor com um gosto dominado pelo *nacional-historicismo*¹¹²¹. Os Painéis de S. Vicente de Fora constituíram a principal fonte de inspiração para uma estatuária que acabou por estiolar nos limites impostos pelas suas próprias convenções¹¹²².

Pintura, ilustração e emblemas

A representação mais comum de Camões, no tricentenário, seguiu de perto a gravura seiscentista de A. Paulus. Mas o engenho dos artistas e a qualidade das gravações foi determinante no resultado final das ilustrações que circularam nas publicações alusivas ao centenário. A revista *Os Dois Mundos*, para o Brasil e Portugal, publicou uma reprodução da referida gravura que se distingue desta pelo facto do retratado segurar o livro na mão direita, enquanto a esquerda descansa na cintura¹¹²³. Neste particular seguiu o célebre retrato feito pelo pintor François Gérard para a edição d' *Os Lusíadas*, publicada pelo Morgado de Mateus, D. José Maria de Sousa Botelho¹¹²⁴. O pintor Júlio Costa teve presente este trabalho do pintor francês quando desenhou o retrato que foi impresso pela fototipia da Casa Fritz, no Porto. Foi usado para ilustrar a edição comemorativa do *Instituto de Coimbra* e um opúsculo publicado pelos estudantes do Porto¹¹²⁵. Múltiplas publicações e gravuras avulsas reproduziram esta imagem de Camões, misto de soldado e escritor. Foi também a mais usada pela publicidade e nos *souvenirs* do centenário, nomeadamente na faiança

¹¹²¹ A definição é de Artur Portela (*Salazarismo e Artes Plásticas*, Lisboa, ICALP, 1987, p. 130).

¹¹²² Veja-se o conjunto de estátuas que, hoje, estão no átrio do Museu de Marinha (Lisboa), encomendadas pelo Ministério das Obras Públicas para enriquecer o arranjo urbanístico de Belém: Gil Eanes, Gonçalves Zarco e Nuno Tristão (Canto da Maia, 1948); Diogo Cão, Diogo Gomes e Pedro de Sintra (Álvaro de Brée, 1948) - todas elas seguem um modelo convencional que as torna, praticamente, iguais. E o debate que, no final dos anos 50, foi promovido pelo diário *República* (11, 16, 19 e 28/12/1957 e 15/1/1958) sobre a situação da escultura em Portugal.

e porcelana. Imprimiu-se até num cartão um retrato de corpo inteiro, a cores, para servir de calendário: imponente figura de laureado, vestida com a armadura, segura na mão direita um livro e na esquerda a espada¹¹²⁶.

Curiosa é a interpretação que o gravador espanhol F. Pastor fez do retrato de Camões. No *Diário Ilustrado* reproduziu a imagem clássica, colocando o retrato de meio corpo numa moldura oval que tem junto dela uma espada, uma lira, um livro e uma coroa de louros, entre ramos de folhagem ali postos com fins decorativos¹¹²⁷; mas na publicação *Portugal a Camões* apresentou um retrato idealizado do poeta, de rosto liso, ainda jovem e perfeito¹¹²⁸. Os dois olhos fixam o observador e não apresentam qualquer deficiência. Os cabelos anelados, sem a coroa de louros, a testa ampla e o desenho geral da fisionomia conferem-lhe inegável beleza. Gualdino Campos escreveu a propósito desta gravura que “os genios devem figurar-se assim sympathicos e integros na sua forma plastica”¹¹²⁹. Em legenda colocaram os versos do poeta alusivos à sua vida: “Para servir-vos, braço ás armas feito / Para cantar-vos, mente ás Musas dado”. O retrato foi divulgado numa gravura editada pelo *Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar*¹¹³⁰.

Em sentido oposto temos a gravura publicada pelo semanário popular *O Camões*, onde o poeta foi retratado por um desenhador anónimo como um tipo burguês, forte e de feições pesadas¹¹³¹. Não exhibe a coroa de louros e o traje civil, com uma estola em pele, a par do ar alentado da figura tornam-na pouco conforme com a ideia de um vate inspirado das letras. Em *O Dez de Março*, publicação do Porto,

¹¹²³ B. Xavier Coutinho, *Camões e as Artes Plásticas, Subsídios para a iconografia camoneana*, II vol., Porto, Livraria Figueirinhas, 1948, N° 476, p. 83

¹¹²⁴ *Idem*, I vol., 1946, N° 158, Extra-texto

¹¹²⁵ *Idem*, II vol., 1948, N° 834, p. 284

¹¹²⁶ *Idem*, N° 626, p. 163

¹¹²⁷ *Idem*, N° 760, p. 237

¹¹²⁸ *Idem*, N° 767, p. 239

¹¹²⁹ *Portugal a Camões*, Publicação Extraordinária do Jornal de Viagens Commemorando o Tricentenário do Cantor dos Lusíadas, Porto, 10 de Junho de 1880, p. 7

¹¹³⁰ B. Xavier Coutinho, *op. cit.*, p. 239

apareceu um Camões humanizado, de idade madura e traje civil, com um gorjal de folhos largos e soltos, sem a tradicional rigidez da figura seiscentista¹¹³². O olho direito cego, a expressão séria e concentrada, o cabelo com uma madeixa solta para a testa conferem-lhe um ar bastante terreno. Está assinado R.B.Pº, sendo provavelmente da pena de Rafael Bordalo Pinheiro¹¹³³.

O mesmo caricaturista criou, no *Album das Glórias*, uma representação do Trinca-Fortes: uma vigorosa figura de brigão, com a espada na mão direita, um amplo chapéu tombado para o lado, em jeito marialva, o traje civil, com amplo gorjal e uma capa traçada pelas costas e segura no braço esquerdo, cuja mão aponta o olho direito cego, recordando as mazelas da sua vida de combates. Em *O Antonio Maria*, Camões foi representado como um gigante simpático ao lado dos pigmeus da governação do país. No mais célebre *cartoon* do centenário, um Camões de pé e levemente inclinado, de barrete frígio na cabeça, “agradece aos altos poderes do estado não terem ido á sua procissão e terem-n’o feito republicano com o que muito ganhou a *idéa*”¹¹³⁴. Na “Chronica do Centenario”, o poeta agradece a todos os que participaram no cortejo, abraça mesmo o Zé Povinho pela forma como se comportou nos festejos e coloca a sua coroa de louros por instantes na cabeça da comissão executiva da imprensa¹¹³⁵. Dá com um gato preto nos “sovinas” da Companhia do Gás, deita a língua de fora às senhoras que não lhe lançaram flores e não manda sequer um bilhete de visitas aos “altos poderes”.

Alguns anos mais tarde, Bordalo Pinheiro desenhou uma fantasmática figura de Camões, sentado nos céus com um ar cansado e vencido, observando as ruínas da sua Pátria¹¹³⁶. O poeta tem a coroa de louros na cabeça que apoia na mão esquerda,

¹¹³¹ *Idem*, N° 464, p. 77

¹¹³² *Idem*, N° 690, p. 195

¹¹³³ *Idem*, p. 194

¹¹³⁴ *O Antonio Maria*, 17 de Junho de 1880, p. 197

¹¹³⁵ *Idem*, p. 200-201

¹¹³⁶ *Pontos nos ii*, 30 de Julho de 1885, pp. 100-101

num gesto de desalento, na direita segura *Os Lusíadas*. Por trás dele, distinguem-se os bustos de Vasco da Gama e do infante D. Henrique, símbolos das glórias do passado. A composição tem um título – “Finis Lusitaniae (ao epico do amor da patria)” – e foi dedicada ao poeta Diogo Souto, de quem são os versos que se transcreveram no canto inferior: “O sol do teu poema - astro fulgente, / que nem sec’ los empânão de neblinas! / encara absorto as gelidas ruínas / da Pompeia moral do Occidente ...” Nesta composição, que antecipou de certa forma o poema de Guerra Junqueiro – *Finis Patriae* (1891) – Bordalo Pinheiro traduziu bem o ambiente moral da época, dominado pela ideia da decadência de Portugal.

Na edição manuscrita d’*Os Lusíadas* que não chegou a ser concluída, publicada três anos depois das festas, Bordalo Pinheiro desenhou um vate inspirado a declamar os seus poemas, de cabeça erguida e braços abertos, numa pose própria para um salão elegante¹¹³⁷. Numa das mãos segura uma lira e, apesar de não ter na cabeça a coroa de louros, cerca-a uma auréola resplandecente que evoca o brilho próprio dos génios. Ao alto, os deuses estão reunidos no Olimpo, com Júpiter sentado no seu trono. Na parte inferior da composição, a obra épica de Camões repousa aberta sobre uma espada e ao longe vêem-se duas caravelas sulcando o mar. A harmonia do conjunto, sublinhado por um tronco de árvore com a sua folhagem, é de molde a transmitir uma imagem de beleza e glória, mais adequada para uma publicação destinada a homenagear a memória do poeta.

Aliás, merecem destaque especial os retratos que foram integrados nas várias edições do poema camoniano. O mais comum consistiu na reprodução da gravura seiscentista de Paulus. Podemos observá-lo nas sucessivas edições do poema, feitas pela Livraria de António Maria Pereira, num desenho de Almeida, gravado em madeira por J. Pedrozo. A reedição de 1898 foi dirigida por Inocêncio Francisco da Silva, que lhe acrescentou uma biografia do poeta da sua autoria. Com maior apuro

artístico e gráfico, o mesmo retrato também serviu de modelo para a edição de 1878, da Imprensa Nacional, e a de 1880, de Emílio Biel. Na primeira, Soares dos Reis enquadrou a representação tradicional do poeta numa moldura em forma de pórtico manuelino, evocativa do mosteiro dos Jerónimos. Duas figuras alegóricas femininas ladeiam o retrato de Camões e, em cima, dois anjos com a tuba da fama coroam a lira do poeta. O desenho foi gravado por J. Pedrozo. Na monumental edição comemorativa do tricentenário, o retrato apresenta-se numa moldura oval que tem, no cimo, uma lira. Os outros elementos da composição são duas figuras alegóricas, uma alusiva à fama do poeta, com a coroa de louros na mão, e outra ao ódio e malquerença, com uma coroa de espinhos, duas esferas armilares, a Torre de Belém, os Jerónimos e, na parte inferior ao centro, a figura de Lísia que representa a Nação portuguesa, sentada no trono, exibindo numa mão o cetro e na outra um escudo, com a cruz e os castelos. Aos seus pés, sustentando o trono, uma cabeça de homem de turbante e compridos bigodes, numa provável alusão ao império português do Oriente. Ramos entrelaçados emolduram toda a composição, de forma muito decorativa.

Vítor Bastos, o escultor do monumento inaugurado em 1867, também desenhou um retrato invulgar do poeta que foi inserido na edição d' *Os Lusíadas*, publicada por David Corazzi para comemorar o terceiro centenário. Luís de Camões é apresentado de perfil, com uma expressão pensativa, sublinhada pela ampla fronte e olhar fixo. Veste trajes civis, muito simples e sóbrios, sem o tradicional gorjal. É uma figura bem humana que podia ter vivido no século XIX. Depois da representação saudosista e romântica da estátua, erguida no antigo Largo do Loreto, “velho poeta, erecto e nobre, com seus largos ombros de cavaleiro forte, a epopeia sobre o coração, a espada firme, cercado dos cronistas e dos poetas heróicos da antiga pátria”, segundo

¹¹³⁷ *Idem*, N° 709, p. 207

Eça de Queirós¹¹³⁸, esta figura destaca-se pela sua naturalidade. Foi reproduzida na biografia de Camões, na colecção da “Galeria de Varões Ilustres de Portugal”, escrita por J. M. Latino Coelho e editada por David Corazzi, em 1880. Ainda foi estampada noutras publicações e num prato da fábrica de louça de Sacavém, que exhibe uma cercadura de entrançados a recordar o “estilo manuelino”¹¹³⁹.

O pintor Columbano fez um original e poderoso retrato de um Camões envelhecido para a edição d’*Os Lusíadas*, editada pelo Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro. Sobre um fundo negro, destaca-se a figura dramática do poeta, envolto numa capa, rosto marcado pela amargura, pesado e triste, cabelos soltos e um tanto revoltos, o olho direito vazio e as barbas cerradas. Um rolo que se adivinha ser um manuscrito, na mão direita, é a única referência ao mister de escritor nesta composição sóbria, dominada pelos tons escuros e sem decorativismos inúteis.

Vale a pena ainda mencionar o retrato inserto na edição autográfica preparada por Fernandes Costa, no âmbito do quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Esta obra é a concretização da iniciativa de uma edição manuscrita que tinha ficado inacabada. O retrato de Camões, assinado por A. Morais e gravado por Pires Marinho, é uma interpretação bastante livre e humanizada da figura original. O poeta está sentado com o braço direito encostado e a pena na mão. O rosto apresenta-se de perfil, escondendo a deficiência. A pose natural e o traje civil, de colarinho redondo e cinto, com uma ampla capa que se deixa entrever sobre as costas, as mangas tufadas e com cortes junto dos ombros, antecipam já a figura que o pintor Malhoa fez para o Museu Militar, em 1907¹¹⁴⁰.

Bem diversa é a composição que ilustrou o primeiro fascículo da obra dedicada ao tricentenário de Camões, que ficou incompleta. Lubin David desenhou uma figura, ricamente vestida à moda quinhentista, encostada a uma rocha, com a

¹¹³⁸ Eça de Queiroz, “O crime do padre Amaro” in *Obras*, vol. I, Porto, Lello & Irmão - Editores, p. 369

¹¹³⁹ B. Xavier Coutinho, *op. cit.*, vol. I, N° 367, p. 436-437 e vol. II, N° 687, p. 191

¹¹⁴⁰ *Idem*, vol. II, p. 384

perna esquerda flectida, segurando na mão direita uma pena e na esquerda um livro¹¹⁴¹. O poeta está a meditar ao ar livre, vendo-se em fundo uma paisagem de montes e arribas sobre o mar. Aos seus pés, no chão, a espada está coberta por um ramo de verdura, em sinal de paz. Junto dele, encontra-se uma lira. A figura alta, bem proporcionada e elegante, domina uma composição de forte pendor romântico.

Assim, o retrato de Camões oscilou entre a idealização romântica e as representações naturalistas que se aventuraram a recriar uma figura mais humanizada e consentânea com as várias interpretações da biografia do poeta. Bastante invulgar foi o retrato pintado por J. A. Nunes para o Clube Académico de Coimbra, inaugurado por ocasião das festas do centenário¹¹⁴². Mostra um Camões em ricos trajes aristocráticos, com punhos de renda e peliça ao pescoço, de feições muito correctas, fartas barbas e cabelos anelados. Encontra-se sentado, com a mão esquerda pousada sobre uma mesa onde estão folhas manuscritas. A espada está presa na cintura. É uma figura que não encaixa em nenhuma das imagens do poeta, simultaneamente anacrónica e inusitada pelo seu ar próspero.

A iconografia do centenário foi muito rica e variada, o que demonstra bem a plasticidade do mito camoniano. Os temas mais glosados da vida de Camões foram, naturalmente, os mais trágicos e a sua relação com as mulheres e as musas. A morte de Camões, a pobreza e o escravo Jau inspiraram o pintor romântico Domingos Sequeira e continuaram a ser um dos assuntos favoritos dos artistas. No “Salon” de 1880, José Vitorino Ribeiro expôs um quadro justamente intitulado *Camões e Jau*, que mostra o escravo a entregar as esmolas ao poeta sentado no seu leito¹¹⁴³. Mais dramática é a cena desenhada por Sebastião Sanhudo que representa o poeta num

¹¹⁴¹ *Idem*, N° 894, Extra-texto

¹¹⁴² *Idem*, p. 310 e fotografia extra-texto n° 884

¹¹⁴³ *Idem*, p. 115

catre miserável, moribundo, somente acompanhado pelo escravo, com a seguinte legenda: “Como elle morreu... para ser ditoso!!!”¹¹⁴⁴.

O naufrágio de Camões também suscitou várias composições, sendo de destacar a reprodução do quadro do pintor belga Ernest Slingeneyer, aberta em madeira por Caetano Alberto da Silva, segundo um desenho de Manuel de Macedo. Um Camões exangue descansa, encostado a uma rocha, com os olhos dirigidos para o céu e o rolo do manuscrito ao seu lado. Em fundo, vê-se o mar revolto e, aos pés do poeta, corpos dos naufragos. A gravura foi publicada no número comemorativo da revista *O Occidente*, com um comentário de Guilherme de Azevedo que considerava o quadro “magnifico”¹¹⁴⁵.

Mais amáveis são as composições com elementos femininos. A. M. Fonseca pintou um quadro para a Exposição Camoneana, no Palácio de Cristal, *Camões invocando as Tágides*¹¹⁴⁶. A composição mostra uma figura masculina alentada, em trajos civis, com folhas no colo e uma pena na mão direita, rodeada por três ninfas. O poeta ostenta a tradicional coroa de louros. Na obra de Alberto Pimentel, *A Varanda de Nathercia*, a ilustração da capa representa a varanda da amada do poeta, com uma figura feminina debruçada para falar com um homem envolvido por num amplo manto. Para ilustrar uma poesia do conde de Sabugosa sobre os amores de Camões, Columbano esboçou, em traços leves e rápidos, uma figura palaciana rodeada por damas e cortesãos, numa atitude declamatória¹¹⁴⁷.

No suplemento comemorativo da revista *O Occidente*, foi publicada uma gravura que mostra Camões lendo *Os Lusíadas* a D. Sebastião, na Penha Verde, em Sintra¹¹⁴⁸. Na legenda, indica-se que é uma composição original de Manuel de Macedo. O jovem rei encontra-se sentado sobre um tronco, rodeado pelos cortesãos

¹¹⁴⁴ *Idem*, N° 491, p. 90

¹¹⁴⁵ *O Occidente*, supl. ao n° 59, 10 de Junho de 1880, p. 91

¹¹⁴⁶ *Idem*, N° 793, Extra-texto

¹¹⁴⁷ *Portugal a Camões*, Porto, 10 de Junho de 1880, p. 13

que ouvem a leitura do poema, numa atitude entre o atento e o displicente. Camões ocupa o centro da composição e tem ao seu lado um pajem com uma travessa, onde se equilibram um jarro e um copo. Este desenho parece que segue de perto um quadro do pintor Metrass que foi apresentado pelo rei D. Fernando na exposição camoniana, do qual só se conhecem descrições¹¹⁴⁹.

Muito curiosa é a interpretação que a publicação humorística *O Sorvete* fez do centenário. Um Camões vestido à moda, de monóculo, charuto na mão e flor na lapela, num salão elegante, ilustrava o seguinte comentário: “Se vivesse hoje... seria um janota a julgar pelo ruído das festas”¹¹⁵⁰. A diversidade de retratos do poeta que então circularam e as próprias festas do centenário suscitaram também um apontamento sarcástico. Num dos desenhos, vê-se um homem alucinado com retratos, bustos, pratos, jornais, músicas, vinho ... e iscas à Camões!

Apesar dessa apropriação que o comércio e a sociedade da época fizeram das comemorações, o propósito dos organizadores aparece bem iconografado numa folha de homenagem a Camões editada pelo Centro Republicano Federal de Ponta Delgada¹¹⁵¹. Ao centro, o busto seiscentista do poeta, com a cabeça laureada envolta pelo resplendor próprio das figuras dos santos. Uma luminosidade que emana da figura, conferindo-lhe a aura característica daqueles que foram tocados pela graça divina. Neste caso, é um símbolo da genialidade do poeta que também já tínhamos visto na composição que Bordalo Pinheiro desenhou para ilustrar a edição manuscrita d’*Os Lusíadas*, publicada em 1883. Do lado direito, as estrofes do poema que se referem à vida amargurada do autor e, do esquerdo, as que denunciam as injustiças que afligem o “pobre povo”. Na parte inferior da folha, dois ramos cruzados onde se entrelaçam as palavras de “Homenagem a Camões”, acompanhadas pelas datas da

¹¹⁴⁸ *O Occidente*, supl. ao nº 59, 10 de Junho de 1880, p. 92

¹¹⁴⁹ B. Xavier Coutinho, *op. cit.*, vol. I, p. 410 e vol. II, p. 270

¹¹⁵⁰ *Idem*, vol. II, 1948, Nº 490, p. 92 [*O Sorvete*, 3º ano, nº 107, 10 de Junho de 1880]

¹¹⁵¹ *Idem*, Nº 632, p. 165

morte e do centenário, com o nome da organização responsável, em letras floreadas. Na sua modéstia, esta homenagem não deixa de ter um forte significado ideológico.

Dezoito sócios do Centro Artístico do Porto desenharam a carvão uma composição intitulada *Apotheose de Camões no seio da Sociedade portuguesa dos seculos XV e XVI*, que figurou na exposição realizada no Palácio de Cristal. Segundo a descrição dos iniciadores do projecto, o cartão de grandes dimensões representa uma fachada idealizada no “estilo manuelino”, cortada em três planos horizontais, intercalados por frisos¹¹⁵². No plano inferior, ao centro, ergue-se a figura de Camões de corpo inteiro, com a espada do lado direito e um livro na mão esquerda. De ambos os lados, duas vistas das cidades de Coimbra e de Lisboa, mais quatro figuras representativas da literatura nacional emparceiram com o poeta. Imediatamente acima, um friso de medalhões representa o “*humanismo* ou a cultura latina, que fecundou a cultura nacional”, e a infanta D. Maria e Luísa Sigêa, simbolizando o “genio feminino que inspirou o poeta e lhe marcou o destino”. Por cima destes medalhões, a Fama distribui as palmas e coroas da vitória e, de cada um dos lados, as figuras que representam “o pensamento e a acção dos *Lusiadas*”. O último friso de medalhões foi destinado às ciências, “ficando a *Astronomia* e a *Historia* no centro, como sendo as sciencias que presidem ás descobertas e as archivam; e do outro lado a *philosophia*, *archeologia*, *industria* e *commercio*”. Trinta figuras foram integradas nesta composição e, apesar de não terem sido identificadas na descrição referida, o simbolismo do quadro é evidente. Por um lado, a fachada “manuelina” representa a “idade de ouro” da nação, corroborada ainda pelos heróis da epopeia nacional; por outro lado, as grandes figuras da cultura e da ciência do Renascimento que se erguem ao lado de Camões colocam num plano elevado e universal o seu génio.

¹¹⁵² *O Occidente*, vol. III, N° 63, 1 de Agosto de 1880, p. 126 Fotografia em B. Xavier Coutinho, *op. cit.*, vol. II, 1948, N° 456, p. 63

Numa folha de grande formato, foi apresentada a *Vida de Camões* em sugestivos quadros desenhados por Casanova¹¹⁵³. Abre com a imagem seiscentista e a legenda situa o nascimento do poeta na época em que a “pátria sulcava o mar profundo”. Depois são representados os vários episódios da história lendária do poeta: estudante de leis em Coimbra; cortesão e “vate enamorado” que o rei desterrou; combatente no Norte de África, onde perdeu um olho; “valente” que “com a espada corria a varia gente”, no regresso à capital; prisioneiro a escrever o “primo canto”; viajante por terras do Oriente, “com saudades da amante e de Lisboa”; amigo do escravo Jau, escrevendo a epopeia na gruta de Macau; náufrago a lutar com as ondas para salvar o precioso manuscrito; o triste retorno ao lar, onde encontra a mãe na miséria, e o final da vida “desprezado”, “cheio de fome” e “abandonado”, vítima da “inveja feia e bruta”. No último quadro, vê-se o monumento erguido pela Pátria em sua homenagem. Esta publicação é, por conseguinte, uma síntese bastante expressiva das imagens do poeta, onde se apresenta como figura palaciana, soldado, “trinca-fortes”, viajante pelas rotas do Império, vítima das invejas e desgraçado com um triste fim.

O centenário do nascimento de Camões, em 1924, nada acrescentou de realmente novo à iconografia camoniana e foi relativamente pobre nesse domínio. A única excepção foi a colecção de selos desenhados por Alberto de Sousa que analisaremos noutro ponto deste capítulo. As representações de Camões continuaram durante largos anos a ser tributárias da gravura seiscentista, inserta na obra de Manuel Severim de Faria, e das imagens românticas e naturalistas do século XIX. Exemplo culminante desta última tendência é o Camões que José Malhoa pintou no Museu Militar - “de pé, vestido de negro contra o fundo cinza, desafiador e trinca-fortes”¹¹⁵⁴,

¹¹⁵³ A identificação do desenhador é feita por A. Xavier Pinheiro (*As Bellas Artes no Centenario de Camões*, Porto, 1882). Na folha não consta o nome do autor nem do artista, limitando-se a indicar que foi impresso na Lithographia Matta, em Lisboa. Reprodução feita por B. Xavier Coutinho, *op. cit.*, vol. II, 1948, N° 680, p. 187

¹¹⁵⁴ José-Augusto França, *A Arte em Portugal no século XIX*, II vol., Venda Nova, 1990, p. 288

arruivado como indicam os testemunhos coevos. Em 1911, a revista *Ilustração Portuguesa* colocou-o na primeira página de um artigo justamente intitulado “Camões, o novo santo de Lisboa”¹¹⁵⁵. Mais adiante, inseriu ainda o monumento do escultor Vítor Bastos, o retrato do frontispício da edição d’*Os Lusíadas*, de Emílio Biel, a estátua de Simões de Almeida e o túmulo dos Jerónimos. Imagens que se repetiam com frequência nas publicações ilustradas quando se referiam ao épico.

A publicação que a Câmara Municipal de Lisboa fez a propósito do centenário é modesta do ponto de vista gráfico e iconográfico. Na capa, uma figura alegórica feminina ergue uma lira a toda a altura dos braços, vendo-se em fundo o mar e caravelas com a cruz de Cristo. No interior, reproduz-se a gravura de A. Paulus e o retrato de Manuel de Faria e Sousa, do original existente na Biblioteca da Ajuda. A falta de originalidade estende-se aos carros alegóricos do cortejo que recordam os do tricentenário. Não fora o facto de alguns carros serem motorizados e teríamos parado no tempo. Basta observar a “caravela” engalanada que foi o Carro da Marinha¹¹⁵⁶.

A representação do infante D. Henrique, no centenário de 1894, ainda oscilou entre a figura do guerreiro medieval da estátua dos Jerónimos e o retrato da iluminura da *Crónica dos feitos de Guiné*, como referimos. Por isso, a revista de Bordalo Pinheiro apresentou um curioso apontamento onde se viam vários “Infantes Dons Henriques”, como foram compreendidos pela arte¹¹⁵⁷. Dos seis bustos desenhados, quatro seguem o retrato consagrado, com o tradicional chapeirão, um reproduz a figura dos Jerónimos e o outro, em primeiro plano, é uma imagem híbrida, em cabelo. Na realidade, o retrato do códice parísino foi dominante nas ilustrações que surgiram na imprensa da época. No número comemorativo do *Comércio do Porto*, podemos vê-lo de braços cruzados sobre o peito, numa atitude determinada, ao alto de uma

¹¹⁵⁵ *Ilustração Portuguesa*, 2ª série, vol. 11, 1911, p. 777 e sgs.

¹¹⁵⁶ *4º Centenário do Nascimento de Camões, 1524-1924*, p. 23

¹¹⁵⁷ *O Antonio Maria*, Lisboa, 14 de Março de 1894, p. 17

página profusamente ilustrada com figuras e símbolos erguidos em sua glória¹¹⁵⁸. Em primeiro plano, um guerreiro medieval levanta na sua direcção uma coroa de louros e, na outra mão, segura a extremidade de um longo pendão azul e branco. Ao lado, uma figura feminina de costas e torso nu ergue também o estandarte da monarquia e uma palma. Ao centro, uma figura andrógena levanta a toda a altura dos braços um dístico de “Glória ao Infante D. Henrique”. Um leão exhibe toda a sua força e advinha-se a proa de três embarcações: uma carrega um anjo com um facho erguido ao alto, a outra um com uma cruz e, ao centro, na proa de comando, o D. Henrique. Esta notável composição, de tons dourados e luminosos, foi realizada por Veloso Salgado.

O cartaz que anunciou as festas do centenário foi concebido por Roque Gameiro¹¹⁵⁹. Na parte superior, um friso de estilo gótico tem ao centro um medalhão com o busto do Infante, encimado por um escudo nacional com a respectiva coroa. Por baixo, pode ler-se a divisa de D. Henrique. Do lado direito do cartaz, uma figura feminina de anjo ergue uma palma por cima moldura do retrato e, com a outra mão, aponta as letras que referem a “Solemnização nacional do 5º centenario do nascimento do infante D. Henrique na cidade do Porto”. Na parte inferior, noutro friso abre-se uma janela alongada para um mar sulcado por caravelas que ostentam a cruz de Cristo nas velas. Ao lado, duas figuras de anjos infantis exibem um emblema, onde o dragão, a coroa, o escudo e as quinas estão presentes. Tal como na anterior, o gosto romântico domina esta composição que, apesar dos floreados, veicula de forma eficaz a sua mensagem.

O bilhete-postal ilustrado emitido pelos correios inspira-se na estátua dos Jerónimos¹¹⁶⁰. D. Henrique foi desenhado de pé, com a armadura vestida, em cabelo e de bigode, com uma longa espada segura na sua frente e um pergaminho na mão

¹¹⁵⁸ *O rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 98

¹¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 105

¹¹⁶⁰ José da Cunha Lamas e A. H. de Oliveira Marques, *Catálogo de inteiros-postais portugueses*, Lisboa, 1985, p. 19

esquerda. A divisa, o escudo, a coroa, uma esfera armilar e outros objectos alusivos às navegações são os outros elementos simbólicos da composição feita pelo gravador Francisco Pastor. Se o retrato do Infante oscilou entre várias imagens, os símbolos associados à sua representação mantiveram-se constantes.

Assim, na bandeira do centenário, feita pela Estamparia do Bulhão, os elementos adoptados foram um monograma com as iniciais I.D.H., a divisa do príncipe, a esfera armilar e a cruz de Cristo, que se apresentavam sobrepostas, tendo ao centro o escudo de D. Henrique¹¹⁶¹. Ramagem entrelaçada e as datas do nascimento e do centenário completavam a composição. A bandeira foi reproduzida para ser vendida por um preço ao alcance de todos e a receita devia reverter para a atribuição de um prémio anual ao aluno mais distinto da Escola Industrial Infante D. Henrique, situada no Porto. Para figurar no cortejo, uma bandeira foi pintada a óleo e outra, bordada em seda branca com haste de prata, foi oferecida ao rei D. Carlos.

A efígie de Vasco da Gama conhecida do público pertencia ao retrato quinhentista: “um homem velho, de longas barbas brancas, com uma especie de *boeña* na cabeça e a cruz de Christo ao peito”¹¹⁶². Esta foi a imagem dominante nas publicações e objectos do centenário do descobrimento do caminho para a Índia. Contudo, em artigo da revista *O Occidente*, levantaram-se objecções à identificação do retratado naquele quadro e defendeu-se, em alternativa, o retrato oferecido por D. Carlos à Sociedade de Geografia, por ter pertencido à família do conde da Vidigueira. O articulista considera que este “tem ares de familia e as linhas geraes do retrato dão um typo mais portuguez, que o velho de barbas brancas, mostrando um homem de 40 annos pouco mais ou menos”¹¹⁶³. Assim sendo, o retrato publicado pela revista inspirou-se neste modelo, se bem que tenha aproveitado o traje da figura da

¹¹⁶¹ Firmino Pereira, *op. cit.*, p. 239

¹¹⁶² *O Occidente*, vol. XXI, Lisboa, 10 de Maio de 1898, p. 98

¹¹⁶³ *Ibid.*, p. 99 A fotografia desta gravura foi publicada por José Augusto França (*Lisboa 1898*, Lisboa, Expo98, 1998, p. 48)

colecção dos retratos dos Vice-Reis da Índia. Na verdade, observando os dois retratos, nota-se que a gravura adoçou mais os traços do rosto do personagem, dando-lhe um ar menos feroz do que o original.

Também em *O Occidente*, apareceu uma gravura, com desenho original de Manuel Macedo, apresentando “Vasco da Gama a bordo da nau S. Gabriel”: uma figura vigorosa, de autêntico leão dos mares, vestida com trajes ricos e nobres, com gorra na cabeça e grossa cadeia ao pescoço com uma medalha¹¹⁶⁴. Mas noutras publicações e na publicidade a imagem comum foi a do retrato que pertence hoje ao Museu Nacional de Arte Antiga. Assim, o número comemorativo do *Diario Illustrado* exibiu uma agradável composição de F. Pastor, com o busto do Almirante ao centro, um friso com paisagens, na parte superior, e as imagens de um “selvagem” agarrado à sua lança, nos termos da época, do Mosteiro dos Jerónimos e de embarcações no mar, na parte inferior da página¹¹⁶⁵. Em *Os Pontos*, o retrato de Vasco da Gama apresenta-se numa moldura com recortes em folha de trevo e uma figura feminina alegórica sopra na tuba da fama, enquanto segura na outra mão uma bandeira branca com a cruz de Cristo¹¹⁶⁶. A seus pés, uma criança levanta uma palma e segura o brasão de Vasco da Gama, ao lado vêem-se caravelas singrando nos mares. *O Commercio do Porto* também apresentou, no seu número comemorativo, uma bela composição onde o retrato de Vasco da Gama se destaca numa moldura de azulejo, vendo-se somente as pontas da cruz de Cristo¹¹⁶⁷. No fundo, naus a navegar de velas desfraldadas, o escudo nacional com a coroa e cordas, ou melhor dizendo em linguagem náutica, cabos a sugerir as actividades marítimas.

O pintor Veloso Salgado venceu o concurso de pintura, realizado pela comissão do centenário, com uma obra que representa *Vasco da Gama na presença do*

¹¹⁶⁴ José Augusto França, *Lisboa 1898*, Lisboa, Expo98, 1998, p. 52

¹¹⁶⁵ “O “Centenário da Índia” e a memória da viagem de Vasco da Gama”, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 21

¹¹⁶⁶ *Ibid.*, p. 105

¹¹⁶⁷ *Ibid.*, p. 110

*Samorim*¹¹⁶⁸. Trata-se de um trabalho de um artista já consagrado que tinha recebido uma sólida formação nas Beaux-Arts, em Paris. A pintura histórica de Salgado, “correcta e fria, é um modelo do género, e o mais acertado que pincéis portugueses souberam pintar”, na opinião de José-Augusto França¹¹⁶⁹. Nesta pintura, a figura máscula de Vasco da Gama ocupa o centro do quadro, exibindo um traje luxuoso e uma pose de orador, com o gesto largo de quem procura convencer o auditório. Os presentes escutam-no entre o atento e o reverente, destacando-se a pose atenciosa do Samorim, sentado de pernas cruzadas num imponente cadeirão, em tronco nu, e envergando uma grande quantidade de jóias. Os dois homens parecem medir-se com o olhar e a postura descontraída do indiano, com o rosto levemente apoiado na mão direita, sugere que não teme a presença dos portugueses. Vasco da Gama faz-se acompanhar de uma pequena força e, com o joelho em terra, vêem-se marinheiros a apresentar as ofertas para o Samorim. É um momento expectante em que os indianos observam e os portugueses procuram captar a sua simpatia. O luxo do palácio e o exotismo criam a atmosfera própria dos ambientes imaginários do Oriente.

As representações sobre a vida do conde da Vidigueira davam preferência, naturalmente, aos episódios relacionados com a primeira viagem marítima à Índia e, em especial, aos que são relatados n’*Os Lusíadas*. No imaginário mítico nacional, Vasco da Gama é uma personagem da epopeia camoniana e, por isso, reveste-se de especial significado a ilustração da edição autográfica que fez parte do programa oficial das comemorações. Os desenhos são da responsabilidade de A. Morais e foram gravados por um importante fotografo da época, Pires Marinho. O retrato de Vasco da Gama parece inspirado pelo retrato da Sociedade de Geografia, se bem que o artista tenha preferido colocar-lhe um casaco com uma rica peliça e ostente um ar menos carrancudo. Os episódios da viagem ilustrados foram o do Adamastor, a

¹¹⁶⁸ José Augusto França, *Lisboa 1898*, Lisboa, Expo98, 1998, p. 62

¹¹⁶⁹ José Augusto França, *A Arte em Portugal no século XIX*, II vol., 3ª ed., Venda Nova, s.d., p. 235

recepção do Gama pelo Catual, Mercúrio a inspirar a Vasco da Gama a fuga de Calecute e Tétis a profetizar-lhe o futuro.

Noutras edições anteriores do poema, em especial nas importantes edições do Morgado Mateus (1817), da Imprensa Nacional (1878), de Emílio Biel (1880), temos sugestivas representações de cenas reais ou imaginárias da viagem: o momento da partida da armada, a cena do Velho do Restelo, a visita do rei de Melinde, o desembarque em Calecute, a recepção pelo Catual, a audiência do Samorim e de D. Manuel, no regresso da armada. Relatos fantásticos como a cena do Adamastor e da Ilha dos Amores ou jocosos, como a fuga de Fernão Veloso dos africanos, também despertaram a imaginação dos artistas. O desenho de Fragonard, na primeira edição, fixou a imagem do grande capitão enfrentando a fúria do Adamastor, entre outras cenas. Soares dos Reis desenhou a cena do Velho do Restelo mais reproduzida posteriormente: um ancião de longas barbas, apoiado num bordão, aponta as caravelas que se afastam de mão aberta, atrás dele uma mulher carrega no colo uma criança e há acenos de despedida da multidão, num quadro de drama e tristeza¹¹⁷⁰. Outro episódio ilustrado pelo escultor foi a fuga de Fernão Veloso, encosta abaixo em direcção ao batel, vendo-se em primeiro plano uns negros fisicamente bem desenvolvidos a persegui-lo com arco e flecha; um jaz por terra ferido pelos disparos dos portugueses. A edição Biel reproduziu várias ilustrações publicadas pela do Morgado Mateus, mas tem outras curiosas e menos frequentes: a cena da fuga dos mouros em Moçambique e o enterro das vítimas do escorbuto. Geralmente, os artistas preferiram ignorar os aspectos mais dramáticos da viagem e concentrar a sua atenção nas cenas mitológicas, fantásticas ou naquelas em que Vasco da Gama e os seus companheiros eram os felizes protagonistas.

A cena da partida de Vasco da Gama foi muito destacada no centenário, talvez pelo facto de pretender-se, inicialmente, comemorar essa data. Em leques, pratos,

¹¹⁷⁰ Ver, por exemplo, *Branco e Negro*, Semanario Illustrado, nº 67, Lisboa, 11 de Julho de 1897, p. 228

lenços e na imprensa apresentaram-se variadas interpretações desse momento. O quadro que José Malhoa esboçou sobre o tema da partida, para o concurso promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, foi reproduzido pela revista *Branco e Negro*, em 1897¹¹⁷¹. Anteriormente, o tema já tinha sido tratado por Miguel Ângelo Lupi numa obra que mostra o embarque de Vasco da Gama para a expedição, gravada nas páginas da revista *O Occidente* por Alberto¹¹⁷².

Na mesma publicação, foi reproduzido um desenho do falecido mestre Vítor Bastos alusivo ao descobrimento do cabo da Boa Esperança, que mostra os marinheiros a erguer o padrão de S. Filipe, na presença de Bartolomeu Dias¹¹⁷³. O homem que tinha aberto o caminho marítimo para a Índia não foi, totalmente, esquecido no centenário. Entre os quadros de temática histórica apresentados na Exposição d'Arte, em 1898, a revista publicou uma alegoria a Vasco da Gama, de Columbano, a Batalha Naval de Diu e a de Matapan, de João Dantas, e o quadro de Condeixa que representa o rei D. João II ante o corpo inanimado do filho. Sousa Pinto resumiu numa notável composição todo o sofrimento das mulheres que, ao longo dos séculos, se habituaram a esperar com os olhos fixos no mar a volta dos barcos¹¹⁷⁴.

A emissão de inteiros postais dos correios para comemorar o quarto centenário da partida de Vasco da Gama para a Índia foi autorizada por decreto de 30 de Julho de 1896. Decidiu-se que os bilhetes-postais seriam ilustrados com gravuras representativas dos monumentos históricos portugueses. Assim, Roque Gameiro desenhou a igreja de S. João, de Tomar, o Palácio da Pena, em Sintra, e a Torre de Belém; António Ramalho, a igreja e a porta lateral dos Jerónimos, além da efígie de Vasco da Gama; Carlos Reis, o Paço Real de Sintra e a Sé de Lisboa; Columbano, a

¹¹⁷¹ *Branco e Negro*, Semanario Illustrado, nº 67, Lisboa, 11 de Julho de 1897, p. 231

¹¹⁷² *O Occidente*, vol. XX, Lisboa, 1o de Julho de 1897, p. 148

¹¹⁷³ *Idem.*, vol. XXI, 1898, p. 93

¹¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 125. O quadro já tinha sido exibido em Paris, em 1891.

janela do Convento de Cristo de Tomar e um portal de igreja; Condeixa, a igreja da Conceição Vellha, em Lisboa; João Vaz, um monumento de estilo gótico. Os outros elementos contidos nos postais, além da indicação do valor e da identificação dos monumentos, são as datas celebradas, o escudo nacional e a efígie do rei D. Carlos, numa moldura oval. Com a prorrogação da data das comemorações, os bilhetes-postais passaram a ter curso legal, em Portugal e nas colónias, de 1 Abril até 31 de Dezembro de 1898¹¹⁷⁵.

Além desta edição oficial, circularam bilhetes-postais de iniciativa particular, nomeadamente do gravador Freire, de Lisboa¹¹⁷⁶. Um deles reproduz a estátua do Arco da Rua Augusta, como uma legenda indicando que se trata de “Vasco da Gama meditando na descoberta do caminho marítimo para a Índia”. Outros quatro postais do mesmo gravador exibem cenas da partida, da viagem e da recepção feita pelo rei D. Manuel, ao lado da figura de corpo inteiro do rei D. Carlos.

Dois bilhetes-postais assinados por José Pardal (não sabemos se desenhador ou gravador) divulgaram o retrato existente na Sociedade de Geografia que se apresenta numa moldura constituída por uma bóia onde se lê o nome do homenageado. Os outros elementos iconográficos do postal aparecem sobrepostos, com a referida efígie de Vasco da Gama em primeiro plano, e são um elefante, ramos de palma e louro, uma cruz de Cristo, com o escudo nacional no centro, uma esfera armilar e uma âncora. Ao lado direito, na parte superior do postal, vêem-se embarcações com as velas a todo o pano e, numa vinheta de estilo gótico, o cruzador Vasco da Gama, da Marinha portuguesa. O postal evoca a chegada a Calecute, transcrevendo os versos de Camões: “Disse o alegre piloto Melindano / Terra he de Calecut, se não me engano”. Deste postal conhecemos uma versão policroma e outra de tons azuis.

¹¹⁷⁵ José da Cunha Lamas, *Bilhetes-postais de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Lisboa, Ed. dos Serviços Culturais dos CTT, 1952, p. 143

¹¹⁷⁶ Os bilhetes-postais que vamos referir foram reeditados pela Ecosoluções, Lda. com o apoio do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, em 1998.

Outro postal que se vendia na Papelaria Progresso, uma “recordação do centenario da India”, mostrava imagens do Mosteiro dos Jerónimos e da Torre de Belém, com o estuário do Tejo ao fundo, no canto superior direito, e do lado esquerdo os habituais elementos simbólicos alusivos às navegações, à fé cristã e a Portugal. Noutro, do gravador P. Marinho, aparece o carro alegórico da fábrica da Viúva Lamego, uma vista da Feira Franca e, do lado direito, um pequeno espaço em branco para colocar uma fotografia pessoal.

As publicações oficiais podem ser identificadas por um emblema composto por uma cercadura, rematada por uma espécie de fivela, onde se lê “Quarto Centenario do Descobrimento da India”. No interior do círculo, foi desenhada uma paisagem marinha com o sol a pôr-se no horizonte e naus de velas enfunadas. Na parte superior, vêem-se sobrepostas a cruz de Cristo, a esfera armilar e o escudo nacional, com a coroa no topo. Nalgumas capas, além do emblema, aparece uma composição com a estátua do infante D. Henrique do Mosteiro dos Jerónimos e uma vista de Lisboa com o estuário do Tejo, pejado de embarcações, em primeiro plano. Deste modo, evocava-se o iniciador dos descobrimentos portugueses, o emblemático monumento nacional mandado construir por D. Manuel, a capital do Reino como ponto de partida das navegações, e os símbolos da Fé (a cruz), do Império (a esfera armilar), da Monarquia (a coroa) e da Nação (o escudo com as quinas e os castelos).

Estes três centenários foram, de facto, importantes pela dimensão e impacto das realizações que tiveram lugar e, naturalmente, por terem delineado o estilo, os temas e os símbolos que irão estar presentes na iconografia dos vários centenários analisados neste estudo. O estilo decorativo da maior parte das composições era dominado pelas referências ao “manuelino”, com os rendilhados, os arcos ogivais, os pináculos, os entrançados e os apontamentos de monumentos identificados com a época, em especial do Mosteiro dos Jerónimos e da Torre de Belém. Ainda em 1925, a capa do catálogo da exposição bibliográfica comemorativa do quarto centenário da

morte de Vasco da Gama, realizada pela Imprensa Nacional, apresentava uma composição desse género a emoldurar os títulos e subtítulos da obra.

Os temas representados prendiam-se com os acontecimentos reais ou imaginários mais marcantes da memória, relacionados com a vida das figuras homenageadas e com as vitórias alcançadas pelos portugueses. Os símbolos mais frequentes eram a cruz de Cristo, a esfera armilar, as armas dos reinados, nomeadamente de D. João I e de D. Manuel, os brasões particulares das figuras celebradas, associados à heráldica dos regimes políticos vigentes. As caravelas ou naus de velas enfunadas, com a cruz de Cristo destacando-se a vermelho sobre o fundo branco, tornaram-se também uma imagem recorrente da evocação das navegações. Deste modo, configurou-se um imaginário que tinha como referências fundamentais uma época da história nacional balizada pelos reinados emblemáticos de D. João I e de D. Manuel, dominada pelos avatares da arquitectura gótica em Portugal e expressa, no plano simbólico, sem preocupação de rigor cronológico, pela cruz, a coroa e a esfera armilar, que só tinha estado presente nas armas do rei Venturoso.

As representações dos heróis oscilaram entre a idealização romântica e o naturalismo que procuravam transmitir uma imagem mais humanizada das figuras, de acordo com os relatos das fontes da época e a imaginação dos artistas. Camões foi uma das figuras que deu origem a um número maior e mais diversificado de representações, devido à popularidade do seu mito. Mas a imagem que se impôs como a efígie verdadeira reproduzia a gravura seiscentista que vemos reaparecer na publicação do centenário do nascimento, editada pela Câmara Municipal de Lisboa.

Já no caso do infante D. Henrique as figurações dividiram-se entre a estátua do portal Sul do Mosteiro dos Jerónimos e o busto da iluminura do códice de Paris ou, posteriormente, dos Painéis de S. Vicente de Fora. Entre o guerreiro e a figura de aspecto eclesiástico acabou por prevalecer a última. A imagem do “fundador do

Império” associava-se, deste modo, de forma mais óbvia à ideia da expansão vista como uma cruzada nacional para difundir o cristianismo e a civilização ocidental, que já encontramos delineada no último quartel do século XIX. O Estado Novo transformou essa ideia em *slogan* ideológico do regime e explorou-a na propaganda, impondo como *vera efigie* do Infante a figura dos Painéis.

Em relação a Vasco da Gama a imagem mais divulgada foi, sem dúvida, o retrato existente no Museu Nacional de Arte Antiga. Simpática figura de um patriarca de longas barbas embranquecidas, com um certo ar de sábio que lhe advém da serenidade da pose, dos óculos e do manuscrito que segura nas mãos. Na maior parte das figurações, os últimos acessórios não aparecem e fica somente gravado o rosto, com uma espécie de boina na cabeça e a cruz de Cristo ao peito. No quarto centenário da morte, mais uma vez foi esta a figura mais comum, também presente numa nota emitida dois anos antes, em 1922, pelo Banco de Portugal¹¹⁷⁷.

Outros heróis celebrados tiveram um número limitado de representações, no âmbito dos centenários analisados. Em relação a Pedro Álvares Cabral não é conhecido um retrato coevo, por isso as figurações são puramente imaginárias. Na edição popular sobre *O Descobrimento da Brazil*, da empresa “O Occidente”, optou-se por colocar uma gravura de Alberto que reproduz a estátua feita por Simões de Almeida para o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro¹¹⁷⁸. Trata-se de uma figura representada segundo os cânones naturalistas, com a espada no lado esquerdo e um pergaminho enrolado na mão direita. Por trás dele, folhas largas que parecem ser de um tronco de bananeira, para evocar a sua relação com os Trópicos. Na obra de divulgação histórica sobre o mesmo tema de Faustino da Fonseca recorreu-se ao

¹¹⁷⁷ Ver, por exemplo, *O Século* (25 de Janeiro de 1925, 1ª página) e o *Portugal, Madeira e Açores* (20 de Dezembro de 1924); F. Ferreira da Silva, *Catálogo de Moedas, Notas de Portugal e Ex-Colónias*, 11ª ed., Porto, 1999, p. 311

¹¹⁷⁸ A mesma gravura foi publicada na revista *O Occidente* (Nº 236, de 11 de Julho de 1885, p. 156)

medalhão publicado nos *Retratos e Elogios dos Varões e Donas*¹¹⁷⁹, que tem como legenda o brasão e a seguinte identificação: “Pedro Alvares Cabral, Senhor de Belmonte, Alcaide Mór d’Azurara, Descobridor do Brazil”. Apresenta um rosto oblongo, de barbas e cabelo anelado pelas orelhas; veste uma armadura.

A iconografia de Afonso de Albuquerque é quase toda baseada na gravura com que Manuel de Faria e Sousa ilustrou a sua crónica sobre a *Ásia Portuguesa*, publicada em 1666¹¹⁸⁰. Por sua vez, esta xilogravura foi executada a partir de um desenho do retrato existente na sala do Senado de Goa. Segundo a descrição daquele autor seiscentista, o governador da Índia possuía uma estatura proporcionada, de rosto agradável e venerando, com uma barba muito comprida, que costumava prender para não o embaraçar; “enojado, tenia semblante algo terrible; alegre, gracia en los dichos, y agudeza”¹¹⁸¹. Na gravura, exhibe uma gorra e coifa negra na cabeça, guarnecida de ouro, e veste um gibão, mais uma ampla capa de mangas golpeadas. Uma versão desta figura pode observar-se numa nota emitida a 20 de Junho de 1909, que teve várias reedições, inclusive no período da I República (27/6/1919)¹¹⁸². Também circulou nos Açores, com a respectiva sobrecarga, como moeda insulana. A I República ainda evocou mais uma vez a figura de Albuquerque numa nota emitida a 21 de Outubro de 1919, que teve uma segunda tiragem cerca de um ano mais tarde¹¹⁸³. Mas as representações devidas ao centenário de 1915 foram muito escassas, dado que este passou quase despercebido.

O mesmo se pode dizer do centenário de Fernão de Magalhães, em 1921. Nem a publicação comemorativa do Instituto de Coimbra apresenta um retrato desta figura,

¹¹⁷⁹ *Retratos E Elogios Dos Varões E Donas Que Illustraram A Nação Portuguesa Em Virtudes, Letras, Armas, E Artes, Assim Nacionaes, Como Estranhos, Tanto Antigos, Como Modernos Offerecidos Aos Generosos Portuguezes*, Tomo I, Lisboa, 1817

¹¹⁸⁰ Ernesto Soares e Henrique de Campos Ferreira de Lima, *Dicionário de Iconografia Portuguesa*, I vol., Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1948, p. 59

¹¹⁸¹ “Albuquerque, Afonso” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, Iniciativas Editoriais, s.d., p. 75

¹¹⁸² F. Ferreira da Silva, *Catálogo de Moedas, Notas de Portugal e Ex-Colónias*, 11ª ed., Porto, 1999, p. 274

da qual também não conhecemos notas ou selos desta época. Só aparece representado na colecção dos selos dedicada aos “Navegadores Portugueses”, que começou a circular a 29 de Julho de 1945. Magalhães é representado com grandes bigodes e barba cerrada, com um chapéu redondo de abas pequenas na cabeça, de acordo com uma tradição que remonta ao quadro a óleo que pertenceu ao arquiduque Fernando, do Tirol, e a uma pintura de J. Chaves existente no *Archivo General de las Indias*, em Sevilha¹¹⁸⁴.

De igual modo, os centenários da Madeira, dos Açores e da passagem do Cabo Bojador não se distinguiram em termos iconográficos, no que se refere a pintura, ilustrações e emblemas. Algumas figuras da história insular só mais tarde foram homenageadas através da estatuária, como já referimos. Do quinto centenário da descoberta dos Açores, conhecemos um postal ilustrado que mostra o jardim público da Vila do Porto, de Santa Maria, com o padrão então inaugurado para celebrar o acontecimento¹¹⁸⁵.

Por sua vez, o centenário da passagem do cabo Bojador, em 1934, também passou quase despercebido. Gil Eanes foi incluído na colecção filatélica já mencionada e, em 1948, teve direito a uma estátua, executada por Canto da Maia, que se encontra actualmente no átrio do Museu de Marinha, em Lisboa.

A iconografia de carácter comemorativo é, de modo geral, etnocêntrica, visto que se trata de evocar as figuras e os acontecimentos que marcaram o percurso da nação. No caso dos descobrimentos e da expansão, os outros povos e lugares aparecem como objecto da história nacional e cenário exótico que engrandece a dimensão dos feitos dos portugueses. Temos um bom exemplo disso na pintura de Veloso Salgado, onde representou o exotismo oriental da corte do Samorim de

¹¹⁸³ *Idem*, p. 300

¹¹⁸⁴ Ernesto Soares e Henrique de Campos Ferreira de Lima, *op. cit.*, II vol., p. 307

¹¹⁸⁵ Seccção de Iconografia da Biblioteca Nacional de Lisboa (PI 8859 P)

Calecute e os indianos como espectadores atentos de um Vasco da Gama ricamente trajado, que ocupa o centro da composição.

Mas as circunstâncias especiais do primeiro encontro entre os portugueses e os índios brasileiros, minuciosamente relatadas por Pêro Vaz de Caminha, forneceram um pretexto magnífico para as ilustrações das publicações destinadas a comemorar o centenário do descobrimento do Brasil. Aquelas que ficaram a dever-se à pena privilegiada de Roque Gameiro retrataram de forma muito viva esse primeiro contacto¹¹⁸⁶. Os índios exibem uma pequena saia de folhas presas na cintura, tapando os sexos. Este pormenor pudibundo não estava conforme com o relato, mas tornava-se indispensável numa edição popular, destinada a circular no seio das famílias, em 1900. Noutra publicação da altura, optou-se por representar os índios todos nus. Na gravura assinada por Alberto, vêem-se dois homens, um sentado e o outro de pé, a apontar uma flecha com o seu arco, de tal modo colocados que não aparecem as partes do corpo que eram consideradas tabu pela moral então vigente¹¹⁸⁷.

A primeira missa no novo continente foi representada de acordo com um quadro de Condeixa. Em primeiro plano vê-se um grupo de índios, com saias de folhas, observando os portugueses com curiosidade. Frei Henrique eleva a hóstia, junto do altar improvisado, e todos estão ajoelhados numa atitude de recolhimento. Um dos marinheiros segura um pendão com uma bandeira branca com a cruz de Cristo, a qual ocupa um lugar destacado na composição, em conjunto com uma cruz de madeira levantada junto do altar. Ao fundo, pode ver-se um trecho do mar com as naus da armada de Pedro Álvares Cabral. Há ainda diversos esquifes varados na praia. Uma vegetação luxuriante transmite uma ideia do ambiente tropical. São composições onde transparece uma certa nostalgia do paraíso perdido que nunca deixou de excitar a imaginação dos europeus.

¹¹⁸⁶ Faustino da Fonseca, *A Descoberta do Brasil*, Lisboa, Edição de “O Século”, 1900

¹¹⁸⁷ *O Descobrimento do Brasil. Narrativa de um marinheiro*, Lisboa, Empresa “O Occidente”, s.d., p. 25

Muito sugestiva é a iconografia relacionada com a comemoração da travessia aérea do Atlântico Sul, em 1922. Fez-se a associação entre o feito de Gago Coutinho e Sacadura Cabral e a época dos descobrimentos, por isso nas ilustrações abundam as referências e os símbolos que temos vindo a enunciar. Assim, num dos postais mais significativos então editados pode observar-se, na parte superior, uma cruz de Cristo, ao centro, e dois medalhões ovais com o retrato dos aviadores. De cada um dos lados, duas figuras alegóricas, simbolizando a Fama e a Glória que alcançaram com a sua proeza. Um dístico ainda sublinha este aspecto: “Glória aos aviadores portugueses”. Na parte inferior do postal, uma composição reporta-se à partida de Pedro Álvares Cabral e a outra à sua chegada ao Brasil, vendo-se em primeiro plano um grupo de índios na praia. De um lado, o escudo nacional, com as quinas e os castelos e, do outro, a esfera com as estrelas e a fita com o lema da República brasileira – “Ordem e Progresso”. No centro do postal, a voar de Portugal para o Brasil, a aeronave que fez a travessia do Atlântico. A ligação entre o passado e o presente não poderia ter sido feita de forma mais expressiva.

Noutros postais, os retratos dos aviadores aparecem ao lado da figura imaginária de Pedro Álvares Cabral, com a legenda – “Ditosa Pátria que taes filhos tem”. Também se associou o feito ao regime político vigente, na pessoa do presidente da República, António José de Almeida, com a mesma inscrição na base do postal. Os entrançados do “estilo manuelino” reaparecem numa composição curiosa que mostra, no centro, uma figura de guerreiro vestido com armadura que observa quatro naus de velas enfundadas, com a cruz de Cristo identificadora, navegando... no ar¹¹⁸⁸.

A importância da viagem naquela época e na memória nacional pode avaliar-se pelo clima de euforia que se viveu no país e pelos múltiplos monumentos que foram inaugurados para celebrar o acontecimento¹¹⁸⁹. A cruz de Cristo, a esfera armilar, o

¹¹⁸⁸ Postal existente na secção de iconografia da Biblioteca Nacional de Lisboa (PI 3228 P)

¹¹⁸⁹ Joaquim Saial, *op. cit.*, p. 105-108

escudo nacional e uma águia foram os elementos mais comuns nestas evocações que, deste modo, associavam os símbolos da expansão portuguesa, da Nação e da aviação. Um quadro em baixo-relevo, existente no Museu de Marinha, em Lisboa, exhibe três medalhões com a efígie de Pedro Álvares Cabral, ladeada pela de Sacadura Cabral e Gago Coutinho, com o chapéu e os óculos de aviadores na cabeça. Na parte inferior da composição pode ver-se o oceano e a silhueta de caravelas dirigindo-se para o Brasil, representado pelos montes da baía de Guanabara. Do lado oposto, descortina-se ainda uma parte da Torre de Belém e, em baixo, a seguinte legenda: “AOS CAMPEÕES DA RAÇA LUSITANA PELAS VELHAS E REJUVENESCIDAS EPOPEAS GLORIAS DE PORTUGAL POR MARES E PELOS ARES NUNCA D’ANTES NAVEGADOS”. As datas do descobrimento e da viagem aérea, a par dos símbolos já referidos encontram-se todos neste trabalho, onde não falta sequer o louro para simbolizar a glória dos heróis portugueses.

Em 1940, recorreu-se a uma emblemática que colocou a tónica na ideia da Cruzada. A secção de “Propaganda e Recepção”, da Comissão Executiva dos Centenários, abriu um concurso público, entre os artistas nacionais, para a selecção do melhor trabalho destinado a ser o emblema das comemorações¹¹⁹⁰. O júri era constituído por Bernardo Marques, Emérico Nunes, Luiz de Montalvor e Raul Lino, sob a presidência de António Ferro. Decidiu atribuir o primeiro prémio a uma composição de forte impacto visual e evidente significado ideológico, da autoria de Eduardo Anahory, que associava as datas 1140 e 1940 à representação estilizada da cruz e da espada cruzadas, tendo sobre elas as quinas. Entendeu-se que se tratava de uma “tradução feliz da síntese: a Fé e o Império”¹¹⁹¹.

Mais problemático foi o concurso de cartazes, de âmbito internacional, ao qual concorreram cerca de duzentos trabalhos. O júri constituído por Cotinelli Telmo,

¹¹⁹⁰ *Revista dos Centenários*, Fevereiro/Março de 1939, p. 33

¹¹⁹¹ *Ibid.*, p. 34

Leitão de Barros, Raul Lino e Reinaldo dos Santos, novamente presidido por António Ferro, não atribuiu os dois primeiros prémios, para o cartaz nacional e internacional. Para os segundos lugares seleccionou dois trabalhos que eram da autoria de Felicien Garcia, de Paris, e de Roberto Araújo, de Lisboa. O primeiro apresenta uma figura de navegador à roda do leme, com a cruz de Cristo ao peito, e envolto numa fita, em que se aliam as cores azul e branca da “Fundação” ao verde e encarnado da bandeira nacional. O cartaz destinava-se a ser afixado no estrangeiro. O segundo representava uma caravela sustentada por um padrão, em cujas faces se divisavam os escudos atribuídos à Fundação e à Restauração¹¹⁹². Em ambos se destacava a data dos centenários, a alusão às festas e a Portugal, com um tipo de letras visualmente eficaz.

O terceiro prémio foi atribuído a dois trabalhos apresentados em conjunto pelo arquitecto Keil do Amaral e pela mulher, Maria Pires Keil do Amaral. No primeiro, distinguia-se um cruzado a cavalo segurando uma comprida bandeira da “Fundação” e, no segundo, a silhueta de um castelo com a bandeira de Portugal hasteada e, do lado esquerdo, os escudos da “Fundação” e da “Restauração” com a coroa, símbolo da Monarquia. Gostaríamos ainda de destacar dois cartazes que circularam naquele ano, onde a temática da expansão nacional esteve em foco. Num deles pode observar-se um busto identificável como Vasco da Gama e uma nau a navegar a todo o pano. Noutro, mais carregado do ponto de vista ideológico, uma figura andrógina de anjo de Portugal segura, nas mãos postas, uma espada levantada e, sobre o peito, um livro aberto com os escudos da “Fundação” e da “Restauração”; atrás dele, vê-se parte de uma embarcação, com um mastro com uma bandeira desfraldada.

O *Guia Oficial* da Exposição do Mundo Português tinha, na capa, uma figura de guerreiro medieval a cavalo, erguendo ao alto um pendão onde, sobre um pano desfraldado, se desenham a cruz azul da bandeira atribuída a D. Afonso Henriques e a cruz de Cristo; em fundo, o vermelho e verde da bandeira nacional. O *Programa*

¹¹⁹² *Ibid.*, p. 35

Oficial das comemorações foi apresentada numa edição com uma capa muito sóbria, da autoria de Fred Kradolfer¹¹⁹³, que continha um único símbolo: a esfera armilar. No interior, quadros estilizados alusivos às época celebradas introduziam os “ciclos comemorativos” e a última página fechava com uma composição onde se reuniam bandeiras, o escudo nacional, a esfera armilar e a cruz de Cristo.

A simbologia e as estilizações, mais ou menos bem conseguidas, dos motivos históricos repetiram-se nas publicações regionais, de que é exemplo uma obra editada pela Câmara Municipal do Porto¹¹⁹⁴. Nos cartazes destinados a anunciar eventos como a Feira das Colheitas e a Exposição Etnográfica do Douro-Litoral recorria-se a elementos decorativos extraídos do artesanato popular e a figuras com os trajes regionais. O Cortejo do Trabalho deu azo a uma notável composição, expressiva dos cânones estéticos da propaganda da época, onde os símbolos nacionais (as quinas e os castelos) se associam aos do trabalho (silhuetas masculinas a segurar pás; a espiga de trigo, da agricultura, e a roda dentada, da indústria).

O jornal *O Século* publicou um número extraordinário comemorativo do Duplo Centenário e um suplemento dedicado ao Império Colonial Português e às comemorações nas Províncias Ultramarinas. Trata-se de publicações de texto denso, em três colunas, profusamente ilustradas e com títulos bem destacados que correspondem aos *slogans* ideológicos do regime. Na capa do primeiro, repetem-se os elementos simbólicos alusivos à Fé (cruz de Cristo), ao Império (esfera armilar) e às épocas da “Fundação” e da “Restauração” (armas régias), enquadrados por uma fita verde e outra vermelha. Na página de abertura, o retrato seiscentista de Camões, emoldurado por uma iluminura onde se destacam brasões reais e cruces de Cristo, além de várias estrofes d’*Os Lusíadas*. Os artigos dedicados à história são ilustrados com composições naturalistas da autoria de Rocha Vieira ou pela reprodução de

¹¹⁹³ Fernando Catroga, “Ritualizações da História” in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal* (Sécs. XIX-XX), Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 588

¹¹⁹⁴ *O Porto nos Centenários*, Publicação da Câmara Municipal do Porto, s.d.

trabalhos de pintores. Pode ver-se, por exemplo, “A batalha de Aljubarrota”, do pintor Veloso Salgado, “A batalha de Montes Claros”, uma aguarela de Roque Gameiro da obra *Quadros da História de Portugal*¹¹⁹⁵, ou “A segunda missa no Brasil”, do brasileiro Victor Meireles. O gosto oitocentista continuava, por conseguinte, a ter uma expressão significativa na ilustração dos textos de divulgação histórica.

O suplemento dedicado às colónias apresenta uma capa, desenhada por Emérico Nunes, onde um padrão projecta a sua sombra sobre o globo terrestre, envolvido por uma fita onde lê: “E se mais mundo houvera lá chegara”. A mesma ideia de um país e um povo expandindo-se pelo mundo é explorada através da propaganda cartográfica. Um mapa mostra as rotas das viagens dos navegadores portugueses e um planisfério representa as supostas dimensões do território sob a soberania portuguesa, com a seguinte legenda: “O Império português na sua máxima expressão abrangia mais de três partes do mundo”. Um simples olhar permite verificar o exagero da afirmação, apesar de aparecerem manchadas a vermelho vastas áreas litorais que, efectivamente, estavam situadas na rota das navegações portuguesas, onde existiram fortalezas, meros entrepostos comerciais ou alguns enclaves de maior extensão somente nalguns pontos da costa, bem mais limitados do que o delírio nacionalista queria dar a entender. Mas pretendia-se veicular a ideia de uma grandeza imperial que se tinha herdado do passado. Por isso, uma das imagens mais fortes da propaganda consistia numa projecção do mapa das colónias africanas sobre a carta da Europa para demonstrar que “Portugal não é um país pequeno”.

As imagens serviam, assim, os objectivos políticos e neste suplemento podemos ver ainda múltiplas fotografias que ilustram as realizações dos governos das colónias, a recepção “apoteótica” durante a visita do presidente da República aos territórios

¹¹⁹⁵ Chagas Franco e João Soares, *Quadros da História de Portugal*, Ilustrações de Roque Gameiro e Alberto de Sousa, 2ª ed.; Lisboa, 1932

ultramarinos (1938) e diversos africanos identificados, na legenda, como “Portugueses das colónias”. Afinal, as populações autóctones eram o alvo declarado de uma política de assimilação que pretendia construir um “Portugal maior”, uno e pluricontinental.

Uma das séries de bilhetes-postais de Boas Festas, que saiu em fins de 1940, foi dedicada às comemorações do Duplo Centenário¹¹⁹⁶. A colecção era constituída por oito postais diferentes com reproduções de quadros de Jaime Martins Barata, escolhidos em colaboração com o padre Moreira das Neves. Os títulos das composições escolhidas são os seguintes: “O milagre de Ourique, segundo a tradição”; “Santo António pregando aos peixes”; “O milagre das rosas”; “Nun’Alvares, na hora de Valverde”; “A partida das naus”; “A primeira missa do Brasil”; “Portugal missionário”; “Dilatando a Fé e o Império”. Por conseguinte, os dois vectores que presidiram a esta selecção temática foram a religião e a expansão. O selo utilizado foi o desenhado por Almada Negreiros, com o dístico “Tudo Pela Nação”.

Além dos postais editados pelos Correios, circularam muitos outros com fins comerciais ou para angariar fundos. Serve de exemplo deste último género um postal desdobrável editado pela Sociedade dos Amigos da Igreja das Antas, do Porto, cujo produto revertia a favor da construção da Igreja de Santo António das Antas. A primeira página é encimada por uma cruz de Cristo envolta por um resplendor, com as datas comemoradas (1139/1939; 1640/1940) e, em letras góticas, “Salvé Portugal”. Abrindo-se o bilhete-postal, do lado esquerdo, evoca-se o milagre de Ourique – “Foi nas campinas de Ourique, que Deus disse do alto do céu aos nossos avós: Quero dar-vos uma Pátria!... E deu-nos a terra linda de Portugal!”, legenda acompanhada pela estância respectiva d’*Os Lusíadas*; do lado direito, uma imagem de Santo António e

¹¹⁹⁶ José da Cunha Lamas, *Bilhetes-postais de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Lisboa, Edição dos Serviços Culturais dos CTT, 1952, p. 181 (Decreto nº 30924, de 30 de Novembro de 1940)

da nova Igreja que se projectava construir nas Antas. No reverso, uma composição evoca a Restauração e a Padroeira de Portugal, tendo ao centro uma esfera armilar com o escudo nacional sobreposto, donde parte para cada um dos lados uma fita com a legenda: “Tudo por Portugal!...Nada contra Portugal!...”. Em cima, em letra reduzida, recorda-se a ajuda divina dada aos portugueses e, em baixo, pede-se “que o Império português, sob a égide de Carmona e Salazar, continue a merecer a protecção de Deus e da sua Padroeira!...”. Na sua aparente ingenuidade, este postal não deixa de ser expressivo da forma como a ideologia e a memória podiam combinar-se para servir os propósitos políticos do regime.

Outros bilhetes-postais continham ilustrações alusivas aos acontecimentos históricos comemorados, nomeadamente a 1 de Dezembro de 1640, quando um grupo de nobres fez ecoar, na praça pública, a aclamação do novo rei, desenhado por Alberto de Sousa¹¹⁹⁷. A colecção de postais com fotografias da “Secção Colonial”, da Exposição do Mundo Português, também se destacou por apresentar um conjunto de tipos humanos característicos de várias regiões do Império, desconhecidos da maioria da população¹¹⁹⁸.

A Exposição do Mundo Português foi um grande laboratório para os pintores que tiveram à sua disposição enormes extensões de paredes para decorar com pinturas murais. Mas os limites impostos pelo quadro ideológico que presidiu ao evento e as próprias características duma mostra daquele género condicionaram fortemente a sua liberdade de criação. Assim, de modo geral, os painéis inspiraram-se nas fontes iconográficas disponíveis e procuraram reconstituir os factos com um certo realismo, nem sempre bem conseguido e, por isso, uma das críticas mais contundentes referiu-se ao anacronismo de algumas representações¹¹⁹⁹. A preocupação decorativa e didáctica dominou o teor e o estilo das composições que, por vezes, não conseguiram

¹¹⁹⁷ Secção de Iconografia da Biblioteca Nacional de Lisboa (PI 3801 P)

¹¹⁹⁸ No mesmo local referido antes (PI 5997-6011 A)

¹¹⁹⁹ Jorge de Macedo, “A História na Exposição de Belém” in *O Diabo*, 14 de Dezembro de 1940

ser convincentes e transportar os visitantes para as épocas que pretendiam ilustrar. Contudo, no conjunto tratou-se de um esforço assinalável dos artistas portugueses para reinventar um discurso pictórico sobre o passado que, de algum modo, tivesse em conta as fontes e as concepções estéticas contemporâneas.

Deste modo, no Pavilhão da Fundação distinguiu-se uma “Sala das Batalhas” profusamente decorada por Manuel Lapa e Frederico George com cenas das batalhas afonsinas de S. Mamede, Arcos de Valdevez e de Ourique. No Pavilhão da Formação e Conquista, o primeiro pintor referido desenhou uma alusão às ordens militares de Santiago, Hospital, Templo e Avis; Fernando Rebocho fez outro tanto em relação à conquista do Algarve e às cortes de Leiria e Júlio Santos procurou ilustrar a obra cultural, económica e política do rei D. Dinis. No Pavilhão da Independência, painéis de Júlio Santos recordavam vários episódios da vida e do reinado de D. João I e, mais adiante, Arlindo Vicente interpretava alegoricamente as lutas da Restauração. No Pavilhão dos Descobrimentos, Maria Keil imaginava o Mar Tenebroso que os marinheiros portugueses desvendaram, Manuel Lapa e Frederico George evocaram a cena da oferta das rosas de Santa Maria, trazidas por Gil Eanes, a “Escola de Sagres” e, na sala dedicada a D. João II, as viagens de Pêro da Covilhã, Bartolomeu Dias e Diogo Cão, a par da recriação de um Adamastor “sem nada de terrível”¹²⁰⁰.

No Pavilhão da Colonização, na sala consagrada a África, dois painéis de Almada Negreiros representavam as grandes explorações económicas dos portugueses no Ocidente africano, no século XV, e aludiam às consequências das trocas e contactos então iniciados para a Europa. Na sala da “síntese”, o mesmo artista procurou resumir a ideia do espírito cristão que teria presidido à expansão portuguesa e o resultado desta através da criação de uma “nova civilização humana e começo de uma nova era de conhecimento baseado na experiência”, de uma forma

¹²⁰⁰ Citado por Margarida Acciaiuoli, *op. cit.*, p. 203 (*Ocidente*, Lisboa, Nº 31, Novembro de 1940)

que parece ter ficado bastante aquém dos objectivos¹²⁰¹. Mas, além de Almada, outros artistas colaboraram na decoração deste pavilhão, desenhando variadíssimos mapas e diversos episódios históricos ilustrativos da colonização portuguesa. O ponto central do percurso ideológico que se procurou recriar no pavilhão encontrava-se na sala da “Fé e do Império”, que Carlos Ramos concebera como uma vasta nave de igreja, decorada com painéis de Ricardo Bensaúde e vitrais de Almada Negreiros que ilustravam a ideia da religiosidade e do esforço evangelizador desenvolvido pelos portugueses¹²⁰². No Pavilhão de Honra e de Lisboa, sobressaíam dois painéis de azulejo recortado, representando figuras típicas lisboetas do século XVIII, e o tríptico de Martins Barata que evocava a tomada da cidade aos mouros por D. Afonso Henriques, o cerco castelhano de 1384 e o burgo quinhentista da iluminura da *Crónica de D. João I*, entre outros trabalhos que procuravam reconstituir a história da cidade e das suas gentes. Igualmente, no Pavilhão dos Portugueses no Mundo se representou, par e passo, os variados aspectos da presença portuguesa nas várias regiões.

A recriação histórica e alegórica foi, por conseguinte, a forma utilizada para ilustrar a concepção do passado que se pretendia transmitir aos visitantes. A preocupação didáctica obrigou a multiplicar os mapas, as plantas, os gráficos, as árvores genealógicas, as sínteses pictóricas e as legendas dos quadros, sem esquecer as *maquettes* e os *dioramas*. Já antes tínhamos referido a estatuária e os baixos-relevos que também contribuíram para criar a “cidade da história de Portugal” imaginada pelo comissário-geral, Augusto de Castro. Como Cottinelli Telmo previu, a Exposição foi um vasto “campo de experiências” para os artistas portugueses, mas não abriu as perspectivas para voos mais altos. Pelo contrário, os anos seguintes viriam demonstrar que aquele foi um “ponto de chegada e não de partida”¹²⁰³. No caso

¹²⁰¹ *Idem*, p. 215

¹²⁰² *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, N° 187, Janeiro de 1941, p. 210

¹²⁰³ José-Augusto França, *op. cit.*, p. 225

da pintura mural, dominou o convencionalismo imposto pelas encomendas oficiais, com excepção do notável trabalho de Almada Negreiros nas gares marítimas de Alcântara e da Rocha do Conde de Óbidos.

Nas comemorações seguintes procurou-se reproduzir o modelo consagrado no ano do Duplo Centenário. Temos um exemplo claro disso na Exposição Comemorativa do Quinto Centenário do Descobrimento da Guiné, realizada em Lisboa. Pretendeu-se evocar de forma acessível, com documentos, mapas, gráficos, fotografias, *maquettes* e ilustrações dos pintores Manuel Lapa e Jorge Matos Chaves – “Quinhentos anos de mistérios, de aventuras, de lutas. Quinhentos anos de suor e sangue português. Quinhentos anos de sofrimentos e alegrias – ao serviço do Império!”¹²⁰⁴. O grande fresco do primeiro que recordava Nuno Tristão, o desembarque, o combate e a morte do navegador com os seus companheiros é bem expressivo deste género de pintura mural historicista, baseada nas figuras dos Painéis de S. Vicente de Fora estilizadas de acordo com um traço mais moderno.

No *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* podem observar-se breves apontamentos que evocam os princípios ideológicos da expansão portuguesa. Nomeadamente, num dos números vê-se a figura do missionário, do navegador e do guerreiro com os respectivos símbolos: a cruz, o padrão das descobertas, a espada e a bandeira, onde se advinha uma esfera armilar e uma cruz de Cristo sobrepostas¹²⁰⁵. Esta simbologia repetia-se de forma exaustiva e assaz monótona nas várias comemorações.

Os Correios fizeram uma emissão de inteiros postais comemorativa deste centenário, com um selo com a reprodução do desenho do “Forte de Cacheu”, de Alberto Sousa. No lado esquerdo da face, foram exibidas fotografias com motivos guineenses: “Batuque dos cristãos de Geba”; “Bissau – um bairro comercial”;

¹²⁰⁴ *Panorama*, Ano V, N.º 30, 1946

¹²⁰⁵ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Número Especial Comemorativo do V Centenário da Descoberta da Guiné, Outubro de 1947

“Felupes de Varela; “Habitações de um régulo fula”; Rapariga manjaca tatuada”; “Rapariga Balanta”; “Régulo futa-fula com as suas mulheres”; “Uma estrada de Catió”; “Velha balanta”; “Vendedor de Cabaças”¹²⁰⁶. Neste caso, em vez dos batidos temas históricos optou-se por divulgar imagens da colónia.

No terceiro centenário da Restauração de Angola foi, inclusive, utilizado o emblema das comemorações de 1940¹²⁰⁷. A emissão de bilhetes-postais dos Correios, de 12 de Agosto de 1948, dedicada ao centenário foi ilustrada com desenhos policromos alusivos à época ou com reproduções de azulejos da Ermida de Nossa Senhora da Nazaré, em Luanda. Assim, os temas foram os seguintes: “Ataque de Salvador Correia de Sá à fortaleza de S. Miguel”; “Embarque de prisioneiros holandeses em Luanda”; “Ataque dos holandeses ao Forte de Muxima”; “Painel do Milagre”; “Na batalha de Ambuíla (1665), os portugueses comandados por Luís Lopes de Sequeira derrotaram D. António, rei do Congo”; “Imagem de Nossa Senhora da Nazaré”; “A cabeça de D. António, rei do Congo, as suas armas e o seu ceptro”; “Naufrágio de uma embarcação”; “Transporte de um naufrago para ser tratado de urgência”; “A família de André Vidal de Negreiros em veneração a Nossa Senhora da Nazaré”¹²⁰⁸. Estes postais não tinham selo impresso. Um cartaz do centenário exibia dois medalhões com os retratos de Diogo Cão e Salvador Correia de Sá, encimados pela significativa legenda – “ambos fizeram um Portugal maior”, em letras bem visíveis¹²⁰⁹.

À semelhança do que tinha acontecido em 1940, o jornal *O Século* editou um número especial dedicado ao Império com o objectivo de “consagrar a obra realizada nos últimos vinte anos, elemento vivo, dominador e exemplar no panorama dos países

¹²⁰⁶ José da Cunha Lamas e A. H. de Oliveira Marques, *Catálogo de Inteiros Postais Portugueses*, Lisboa, Correios e Telecomunicações de Portugal, 1985, p. 75

¹²⁰⁷ Cf. *Diário de Luanda*, Número Comemorativo do Tricentenário da Restauração de Angola, 1648-1948 (capa da publicação)

¹²⁰⁸ José da Cunha Lamas e A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 29

¹²⁰⁹ *Diário de Luanda*, Número Comemorativo do Tricentenário da Restauração de Angola, 1648-1948

colonizadores”¹²¹⁰. A pretexto das comemorações do terceiro centenário da Reconquista de Angola e do primeiro centenário do nascimento de António Enes, que coincidiam em 1948, o vespertino lisboeta publicou mais um número exclusivamente dedicado à propaganda nacionalista-imperialista. Na capa, os brasões de todas as colónias portuguesas e uma composição alusiva à colonização. Ao centro da folha, vê-se um possante negro em primeiro plano, simbolizando a pujança do império africano, um chinês, aludindo ao enclave de Macau, um frade missionário com a cruz, um militar e um colono, enquadrados por cenas de batalhas com as respectivas legendas: “Correia de Sá em Angola”; “Vieira [André Coelho] em Macau”; “Mousinho em Moçambique”. O texto denso, a sete colunas por página, não é convidativo para a leitura. Contudo, títulos extensos e destacados num tipo de letra maior, a preto e a vermelho, permitem uma apreensão rápida dos *slogans* que o público devia reter. Por exemplo, em título de página dupla, aberta e em caixa alta, pode ler-se: “O Império Português é uma expressão forte e indestrutível de unidade espiritual, moral, política, social e económica que demonstra a eternidade do mundo lusíada”¹²¹¹.

António Enes e Mouzinho de Albuquerque foram duas figuras emblemáticas do colonialismo do século XIX, mas somente o segundo suscitou uma iconografia mais abundante. A figura de intelectual do comissário-régio foi captada pela pena maneirista de Eduardo Malta: o rosto sério e concentrado, de ampla fronte, a barba bem aparada, os pequenos óculos arredondados e o traje elegante conferem-lhe uma imagem sóbria, mas pouco conforme com a de um herói capaz de suscitar grande entusiasmo¹²¹².

Pelo contrário, Mouzinho perfila-se no imaginário nacional bem direito na sela da sua montada, de espada em punho e chapéu tombado para o lado, com garbo e um

¹²¹⁰ *O Século*, Lisboa, Número especial dedicado ao Império, 16 de Outubro de 1948, p. 1

¹²¹¹ *Idem*, pp. 4-5

¹²¹² *Boletim Geral das Colónias*, Ano 24, Nº 278/79, Agosto/Setembro 1948, p. 27

jeito marialva, destemido, que se associa à valentia. Deste modo, foi visto numa aguarela célebre de Roque Gameiro, reproduzida numa estampa litografada que teve uma enorme divulgação. Esta imagem serviu de inspiração para a estátua feita por Simões de Almeida (Sobrinho) e vemo-la repetida em várias publicações do centenário.

No quadro de Columbano, copiado por Albino da Cunha para o Museu Militar, sobressai a figura aprumada do oficial de cavalaria, sem qualquer condecoração ao peito, com as mãos cruzadas sobre o punho da espada. Os tons terrosos próprios daquele pintor e a expressão fixa do retrato conferem-lhe um certo dramatismo que evoca o seu fim trágico. Menos conhecidos são o quadro pintado por mestre José Malhoa ou a máscara mortuária executada por Costa Mota. Entre as fotografias sobressai aquela em que encosta ternamente a cabeça à da esposa, Maria José Gaivão, que se tornou uma parte importante do seu mito.

Um bilhete-postal, editado com fins comerciais, apresentava a seguinte legenda: “12 de Novembro de 1855-1955 / Primeiro Centenário do Nascimento de Mousinho de Albuquerque / o Herói que venceu e capturou o Grande Régulo Gungunhana em Chaimite”. A ilustração mostrava, precisamente, imagens alusivas às campanhas militares em Moçambique. Na parte superior, vêem-se as medalhas que recebeu, a bandeira da Monarquia Constitucional e a esfera armilar com o escudo nacional, rodeado por dois ramos de louro entrelaçados. Em destaque, emoldurada pelo colar da Ordem da Torre e Espada, uma fotografia de Mouzinho de Albuquerque, com a casaca de oficial, sem chapéu e de semi-perfil. Do lado oposto, uma reprodução da conhecida fotografia em que Columbano baseou a sua pintura e a estátua que foi erguida em Lourenço Marques. No canto inferior direito, a imagem de Mouzinho a cavalo que já referimos e, no outro lado, a reprodução do baixo-relevo de Simões de Almeida (Sobrinho) que evocava a carga da cavalaria em Macontene. Ao centro, na parte superior, uma palhota e um grupo de guerreiros vátuas, o busto de Gungunhana

e destacamentos do exército português, constituídos por tropas da Metrópole e indígenas. Este postal condensava, por conseguinte, os elementos mais relevantes da história e da lenda de Mouzinho de Albuquerque que justificavam a realização do seu centenário.

As comemorações do quinto centenário da morte do infante D. Henrique representam a consagração definitiva da imagem dos Painéis de S. Vicente de Fora que já vinha sendo reproduzida de forma exaustiva em múltiplas estátuas e ilustrações, pelo menos desde os anos trinta¹²¹³. A figura do sonhador de Sagres tinha dado lugar a uma imagem mais pesada e hierática que exibia a pose empreendedora, decidida de um chefe ou a atitude piedosa que estava de acordo com o Painel do Infante. Os artistas pretenderam, em geral, traduzir a ideia de uma personalidade muito forte, persistente e determinada, de um homem austero e genial que estivesse de acordo com a importância do papel que lhe era atribuído pela historiografia. Além disso, procuraram também dar forma plástica à mitificação moral do infante D. Henrique que chegou a suscitar uma proposta isolada para a sua canonização¹²¹⁴.

As ilustrações de Lima de Freitas para a biografia do Infante, publicada por Carlos Selvagem¹²¹⁵ no ano do centenário, apresentam uma imagem forte e personalizada que se distingue das mais vulgares. Na capa e numa das primeiras páginas da obra, representou um infante D. Henrique ataviado da forma habitual, de perfil, com um rosto tisonado do sol e traços vincados, de grande nariz e expressão dura e seca. Mais adiante, uma cena da infância onde se vêem os infantes ouvindo ler os romances de cavalaria e, noutra página, D. Henrique com a tertúlia de técnicos e sábios que o teria acompanhado no Algarve. Por fim, “solitário e sombrio rendia a

¹²¹³ Nuno Rosmaninho, “Os artistas do Estado Novo e a visão do Infante D. Henrique” in *O Rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, pp. 133-161

¹²¹⁴ António Leite, “Poderá o Infante D. Henrique ser canonizado?” in *Brotéria*, vol. LXXI, Nº 5, Novembro de 1960, p. 486-488

alma a Deus”, num duro catre de asceta¹²¹⁵. Uma figura pesada repousa no leito de morte, numa pose serena e iluminada, com as mãos de dedos entrelaçados sobre o ventre. Nenhum elemento do culto cristão se vê nesse quarto, nem a atitude revela a religiosidade que fazia parte do mito alimentado pelo regime salazarista.

A empresa Sacor distribuiu, amplamente, como brinde, um significativo folheto composto por uma folha de cartolina cinzenta dobrada e ilustrada, na parte exterior, com duas composições alusivas à construção naval e às navegações¹²¹⁷. No interior, desenhou-se o contorno da Península Ibérica, da costa ocidental de África e dos arquipélagos atlânticos para onde se dirigiram as navegações do período henriquino, cujas rotas se apresentam com algumas imprecisões, como seja a de atribuir a Gonçalo Velho a viagem de 1427 para os Açores; do lado direito, vê-se a cruz de Cristo, as datas da morte e do centenário e a inscrição referente ao mesmo; no Mediterrâneo, desenhou-se uma galé e, no Atlântico, uma barca, uma caravela e uma nau, com as respectivas legendas. No interior desta cartolina, colocou-se uma folha amarela que abre com a estrofe de Camões, onde se refere ao “generoso Henrique”, a sua divisa e os versos da *Mensagem*, de Fernando Pessoa. Abrindo a folha, lê-se uma curta síntese que coloca a ênfase na seguinte ideia: “Toda a sua vida se resume na preparação e início da grande cruzada marítima dos portugueses. Ele é, na verdade, o pai da Europa moderna – que os portugueses salvaram da ameaça oriental – e a causa primeira da ocidentalização do mundo”. Ao lado, mais versos da *Mensagem* e, voltando a página, um excerto do conselho dirigido ao rei D. Afonso V, onde o tio procurava estimular o jovem monarca a cometer grandes feitos, e o respectivo autógrafo. Finalmente, noutra folha solta apresentava-se a reprodução fotográfica da

¹²¹⁵ Pseudónimo do escritor e oficial Carlos Tavares de Andrade Afonso dos Santos (*Infante Dom Anrique, Cavaleiro de Cristo*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1960)

¹²¹⁶ *Idem*, p. 273

¹²¹⁷ Possuímos um exemplar deste brinde da Sacor.

figura do políptico atribuído a Nuno Gonçalves. Este folheto resumia, assim, em texto e imagens o essencial das representações veiculadas no ano do centenário.

A colecção de bilhetes-postais, emitida pelos Correios, foi desenhada à pena por Fernando Silva e impressa a preto e quatro cores, em *offset*, nas oficinas da Mocidade Portuguesa¹²¹⁸. Apresentava quatro motivos diferentes, acompanhados por versos de Fernando Pessoa: “D. Henrique”, sentado “em seu trono entre o brilho das esferas”, rodeado de instrumentos náuticos e vendo-se, por detrás, mastros de embarcações; “Marinheiros no cais”; “O Gigante Adamastor”; “Erguendo um padrão”. Todas as citações eram, mais uma vez, da *Mensagem*.

Por último, importa salientar que a orientação ideológica que se procurou dar às comemorações se encontra bem simbolizada pela bandeira do centenário, definida pelo decreto-lei da Presidência do Conselho, de 9 de Fevereiro de 1960. Uma bandeira quadrada, com o fundo branco e a cruz da Ordem de Cristo, com os braços firmados no bordo do campo e as pontas laterais de cada braço convergentes no respectivo ângulo do quadrado, de acordo com a descrição oficial¹²¹⁹. A visão da história nacional como uma cruzada moral para impor os valores cristãos e da civilização ocidental encontrava neste símbolo a sua expressão iconográfica mais fiel.

Moedas, medalhas e selos

A emissão de numerário comemorativo dos centenários não foi muito comum, decerto por causa do planeamento e das necessárias restrições de moedas e notas em circulação. Em 1898, no âmbito das comemorações da viagem de Vasco da Gama

¹²¹⁸ José da Cunha Lamas e A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, pp. 96-97

¹²¹⁹ *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, I vol., Lisboa, 1961, p. 43

foram emitidas, pela primeira vez, moedas de 1000, 500 e 200 réis. Numa das faces apresentam os bustos conjugados de D. Carlos e D. Amélia, identificados pela inscrição que circunda as figuras, e na outra têm ao centro uma cruz de Cristo, cantonada por florões, com a seguinte legenda em volta: *IN HOC SIGNO VINCES* 1498-1898¹²²⁰. A referência ao “4º centenário da descoberta da Índia”, com a indicação do valor da moeda, entre dois círculos de pontos, completam os elementos desta face. A cruz de Cristo que tinha surgido nas moedas do tempo de D. Manuel I - os portugueses de ouro ou prata e respectivas subdivisões - desapareceu no reinado de D. Maria II, para reaparecer pontualmente nesta emissão¹²²¹.

Em 1946, fizeram-se moedas de bronze de 1 escudo e de 50 centavos, contendo numa face o brasão da colónia, rodeado pela legenda “Guiné - V Centenário da Descoberta” e na outra a indicação “República Portuguesa - 1446-1946” e o respectivo valor¹²²². Em 1960, emitiram-se moedas de 20\$00, 10\$00 e 5\$00 que numa face tinham o busto do Infante D. Henrique, de frente, a três quartos, com uma legenda relativa ao centenário a toda a volta e, por baixo, o ano e o nome do escultor, M. Norte. No reverso, vinha a legenda “República Portuguesa”, com o escudo do Infante ao centro, o seu lema aos lados e o valor da moeda por baixo, entre dois ramos de carvalho¹²²³.

A única emissão comemorativa de notas, no período em análise, foi feita pelo Governo Geral de Angola¹²²⁴. Trata-se de 1 e 2 1/2 angolares, emitidos a 6 de Outubro de 1948 para assinalar o terceiro centenário da Restauração. Na primeira, foi representada uma cena do “Embarque de prisioneiros”, vendo-se um batel junto do

¹²²⁰ C. M. Almeida do Amaral, *Catálogo descritivo das moedas portuguesas*. Museu Numismático Português, Tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 767

¹²²¹ *Idem*, p. 773

¹²²² *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. I, Nº 4, Outubro de 1946

¹²²³ C. M. Almeida do Amaral, *op. cit.*, p. 838-839

¹²²⁴ Cf. Mário Rui de Sousa e Silva (dir. e coord.), *O papel moeda em Portugal*, 2º ed., s.l., Banco de Portugal, 1997; F. Ferreira da Silva, *Catálogo de Moedas e Notas de Portugal e ex-colónias*, 11ª ed., Porto,

cais e algumas naus fundeadas ao largo. Na segunda, pode observar-se “O ataque à Fortaleza de S. Miguel”, numa movimentada cena de guerra com os canhões em primeiro plano.

No entanto, Salvador Correia de Sá, o herói da Restauração de Angola, estava representado em várias notas desde 1927. As efígies de Diogo Cão e Paulo Dias de Novais, o fundador de Luanda, tinham começado a circular em notas emitidas no ano anterior. Em Moçambique, António Enes apareceu pela primeira vez numa nota de 20 escudos, emitida a 6 de Abril de 1937. Na década seguinte, passou a estar representado em todas as notas que circulavam na colónia. Mouzinho de Albuquerque somente apareceu numa nota de 1000 escudos, emitida a 31 de Julho de 1953. Na Guiné, a figura escolhida para o numerário em circulação foi João Teixeira Pinto, o herói das campanhas militares de “pacificação”. Nuno Tristão e Honório Barreto, colaborador das forças portuguesas, só mais tarde estiveram representados (emissões de 1971 e 1964, respectivamente) e em menor número de notas.

Mais vulgares foram as edições de medalhas com fins comemorativos e comerciais. Mas o facto de puderem ser feitas por entidades oficiais e por particulares interessados no negócio torna praticamente impossível um levantamento completo das medalhas que foram emitidas em todos os centenários. Vamos, por conseguinte, basear a análise nos elementos que foi possível compilar e, nomeadamente, em relação às comemorações realizadas a partir da década de vinte temos de nos circunscrever a elementos dispersos, visto que não existem catálogos sistemáticos.

No tricentenário de Camões executou-se uma enorme quantidade de medalhas, tendo muitas delas fins comerciais. Artur Lamas refere cerca de duas dezenas na sua monografia, mandadas cunhar pelas mais diversas entidades públicas e

1999; *Numismática e Notafilia*, 5ª ed., AFINSA, 1999; Javier Sáez Salgado, *O papel moeda das antigas colónias portuguesas*, Porto, Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, 1997

particulares¹²²⁵. De modo geral, as medalhas exibem a efígie de Camões, de acordo com a imagem seiscentista consagrada na época, e inscrições alusivas ao objecto das comemorações, nomeadamente as datas, o nome e versos do poeta, a par da identificação da entidade responsável pela sua emissão. Os elementos decorativos mais comuns, sobretudo utilizados no reverso da medalha, são as coroas de louros e ramos de carvalho, a espada e a pena alusivas às actividades do poeta, os florões, as estrelinhas e, eventualmente, as armas reais portuguesas.

Vale a pena destacar algumas dessas medalhas que tiveram um carácter oficioso ou que se destacaram pela riqueza iconográfica. José Arnaldo Nogueira Molarinho foi o autor de uma medalha que apresenta, no anverso, o busto do poeta com o gorjal de folhos e coroa de louros, atada junto da nuca com um laço de pontas caídas. Na orla, pode ler-se a inscrição “Braço às armas feito - Mente às musas dada” e, no rebordo, “Dedicado à imprensa”. No reverso, vêem-se duas figuras aladas, que representam a Lusitânia, sustentando uma coroa de louros, com o escudo das armas portuguesas no braço direito, e a Fama, soprando na respectiva tuba. Do peito desta última desprende-se um fita com a seguinte inscrição: “E se mais mundos houvera lá chegara”. Além disso, há um segmento do globo solar que projecta raios de luz sobre uma esfera terrestre em que estão esboçados os contornos da Europa, da Ásia e de uma parte da África. Esta medalha evoca, por conseguinte, o poeta e a fama dos portugueses como navegadores e conquistadores de mundos.

A medalha que a comissão dos festejos do Porto mandou cunhar, gravada por José de Sousa, é mais singela. No anverso, o busto de Camões de perfil aparece cercado pelas inscrições: “A Luiz de Camões” e MDXXIV * MDLXXX. No reverso, ao centro vê-se a divisa da Sociedade do Palácio de Cristal, promotora dos festejos, “Progredior”, envolvida por um resplendor que, por sua vez, é circundado por uma coroa feita de ramos de louro e carvalho, ligados por uma fita onde se podem ler as

¹²²⁵ Artur Lamas, *Medalhas portuguesas e estrangeiras referentes a Portugal*, Lisboa, Edição do Autor, 1916.

datas de várias etapas da vida do poeta. Na orla, gravou-se um verso de Camões e a data do centenário. Foram gravados na fábrica da Companhia Aurífica do Porto somente 120 exemplares de cobre, na presença da comissão. Os cunhos foram inutilizados em seguida, conforme constava de um auto impresso para acompanhar a medalha¹²²⁶.

A Sociedade de Geografia de Lisboa também mandou cunhar uma medalha, desenhada por Casimiro José de Lima e Luciano Cordeiro. No anverso, o emblema e a divisa da instituição: o escudo das armas portuguesas assente numa esfera armilar e, na orla, a inscrição “Por mares nunca d’antes navegados”. No reverso, em linhas horizontais, a indicação de que era dedicada a Camões pela S.G.L., em 1880.

A recém criada Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses não quis deixar de assinalar o facto com uma medalha. Executada por Cassiano Maia, apresenta o tradicional busto de Camões, com a inscrição do nome na orla. No reverso, é que se pode ler o nome da associação e observar o emblema composto por uma coroa de louro, aberta em cima e ligada em baixo com um laço, na qual estão atravessados e sobrepostos três livros, uma folha de papel com o retrato de Camões gravado e o nome da revista *O Occidente*, mais um tinteiro onde está metida uma pena. Por baixo do emblema, numa linha curva, colocou-se a data: 10 de Junho de 1880.

O Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro emitiu uma medalha comemorativa do tricentenário e do assentamento da primeira pedra do novo edifício. Numa face vê-se o clássico busto de Camões, circundado por uma coroa de louros, e as inscrições relativas à efeméride assinalada. No lado oposto, a figura de Minerva de perfil, com um cavalo alado gravado no capacete, vendo-se, por cima do ombro, a ponta de um cetro ornamentada. Na orla, foi colocado o nome da entidade que

Vamos seguir as descrições feitas nesta obra para as medalhas dos centenários de 1880, 1894 e 1898.
¹²²⁶ B. Xavier Coutinho, *op. cit.* II vol., 1948, p. 151

mandou cunhar e a indicação do “assentamento da pedra fundamental do novo edifício”.

Além das medalhas, foram executados vários medalhões de gesso, barro, ferro fundido e outros metais¹²²⁷. Em 1881, foi feita uma medalha para assinalar a inauguração do monumento a Camões, em Coimbra. No reverso, pode ver-se essa indicação na legenda que acompanha a orla e a data da referida cerimónia, 8 de Maio de 1881. Uma coroa de louro aberta completa a decoração desta face. No anverso, o busto laureado do homenageado de perfil, com armadura e gorjal de folhos. Foi executada em bronze dourado e chumbo¹²²⁸. Os outros materiais utilizados para executar as medalhas foram o ouro, prata, cobre, ferro fundido e, eventualmente, o barro. Algumas destas medalhas tinham um orifício ou um pequeno anel por onde se podia passar uma fita ou uma passadeira com gancho, de forma a pendurar ou prender onde se quisesse.

Temos notícia de duas medalhas comemorativas do centenário do Infante D. Henrique, executadas por José Arnaldo Molarinho e Manuel Carvalho Figueira e comercializadas por livreiros do Porto¹²²⁹. Ambas apresentam a efígie que constava da iluminura do códice descoberto em Paris. Na primeira, o gravador Molarinho ornamentou o campo do anverso da medalha com ramos de carvalho (ou carrasco?), cujos pés se enleiam no exergo de modo que limitam dois espaços circulares onde se pode ler a divisa do Infante, em letras góticas. No reverso, pode ver-se, no arco superior da orla, a legenda da dedicatória da cidade do Porto ao Infante D. Henrique, e, no arco inferior, as datas do nascimento e do centenário. Outro elemento simbólico importante é constituído pelas armas da cidade do Porto, envolvidas pelo colar da Ordem da Torre e Espada, com a respectiva insígnia pendente, e encimadas pela

¹²²⁷ *Idem*, p. 158 a 160

¹²²⁸ *Idem*, p. 141

¹²²⁹ Artur Lamas, *op. cit.*, p. 345-347

coroa ducal e pelo dragão, em cujo pescoço se prende um fita que tem inscrita a palavra: INVICTA¹²³⁰.

A medalha de Carvalho Figueira também é rica em termos iconográficos, juntando o busto do homenageado, as inscrições alusivas ao evento e uma alegoria. No reverso, pode observar-se um homem de barbas, com tipo de marinheiro, sentado numa pedra à beira-mar, apenas coberto por uma tanga, a olhar para a figura de Minerva que parece indicar-lhe o caminho das navegações, visto que aponta para o mar representado em segundo plano. Junto dela está sentada outra figura feminina, envergando leves roupagens, e a desenrolar um papel, ao lado do qual estão uma esfera armilar e um livro aberto, pousados no chão. No mar divisam-se três barcos à vela, tendo o primeiro desfraldada no mastro uma bandeira com a cruz de Cristo. No ornato, que ocupa o exergo da medalha, estão gravadas as armas antigas de Portugal e a divisa do Infante, em duas linhas dispostas verticalmente dos lados. Trata-se, por conseguinte, de uma alegoria às navegações dos portugueses e aos conhecimentos científicos que foram necessários para realizar tais feitos. As medalhas foram executadas em ouro, prata, bronze e, da primeira, também em alumínio.

No centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia foram várias as medalhas que apareceram no mercado. De modo geral, continham a efígie de Vasco da Gama, inscrições alusivas aos feitos dos portugueses e ao centenário, acompanhadas de elementos simbólicos e decorativos, tais como cordas com nós, entrançados, coroas de louro e carvalho, caravelas, em cujas velas se desenha a cruz de Cristo, ou a mesma em separado, a esfera armilar e as armas de D. Manuel. Numa medalha o busto de Camões emparceira com o do Almirante dos Mares da Índia e noutra gravou-se uma vista da Torre de Belém, rodeada pelas águas do Tejo. Artur Lamas recenseou mais de duas dezenas de medalhas diferentes no seu trabalho, de materiais e qualidades muito variadas.

¹²³⁰ *Idem*, p. 347. A comissão executiva do centenário decidiu oferecer um exemplar em ouro desta medalha

A comissão central executiva do centenário chegou a acalentar o projecto de mandar executar um medalhão em bronze, do qual deveriam fundir-se o número de exemplares correspondente ao ano da partida da armada para a Índia. Mas as vicissitudes do processo e as dificuldades orçamentais obstaram à concretização da ideia. Por isso, no programa definitivo somente se indica que a comissão poderia autorizar, nas condições que julgasse convenientes, a adopção de medalhas ou de medalhões executados em qualquer metal. Um joalheiro estabelecido em Lisboa propôs à comissão do centenário, e parece que obteve, o privilégio de executar a medalha oficial, contra a cedência gratuita de dois exemplares em cada um dos metais em que viesse a ser feita a cunhagem e mais cem medalhas executadas em bronze¹²³¹.

O desenho original foi realizado pelo tenente Manuel Pedro de Faria Luna e o modelo executado pelo artista italiano Giovanni Baptista Cristofanetti. Na orla, uma corda de oito nós a envolver um legenda, escrita sobre uma fita com letras maiúsculas: “GLORIAM INCLYTO NAVIGATOR VASCO DA GAMA 1498-1898”. No campo, dentro de uma coroa feita com dois ramos de louro, atados em baixo com um laço, o busto de Vasco da Gama, com a cruz de Cristo ao peito. No reverso, uma composição com o mar, raios solares e caravelas a navegar de velas enfunadas, ostentando a cruz de Cristo. No exergo, ao centro, uma esfera armilar encimada por uma cruz, do lado esquerdo, as armas reais de D. Manuel e, do lado direito, o escudo das armas de Vasco da Gama¹²³².

Uma das medalhas que mais se vendeu durante o centenário foi executada pelo gravador da Casa da Moeda, Domingos Alves do Rego. Na orla, tinha a legenda alusiva a “Vasco da Gama Descobridor da India” e, ao centro, o busto do Almirante levemente voltado para a esquerda, com barrete, tufos nas mangas e a cruz de Cristo ao peito. No reverso, a legenda referente ao centenário e uma vista marítima com três

ao compositor Alfredo Keil, autor da música do hino que foi cantado durante as festas.

¹²³¹ *Idem*, p. 379

¹²³² *Idem*, p. 370

embarcações à vela, de popas voltadas para o observador; no horizonte, do lado direito, o sol a nascer¹²³³. Por conseguinte, as medalhas centraram-se na evocação da viagem e de Vasco da Gama, laborando geralmente no equívoco de designar por “descobrimento da Índia” o feito. Um erro que decorria da ideia corrente sobre o assunto e da própria designação oficial adoptada para o centenário.

Em 1900, por ocasião do quarto centenário do descobrimento do Brasil, um cidadão suíço, coleccionador de numismática portuguesa e brasileira, decidiu mandar cunhar uma medalha comemorativa em prata e em bronze, na Casa da Moeda de Paris¹²³⁴. No anverso, apresentava o busto do homenageado, com armadura e capacete, e a legenda: “Pedro Álvares Cabral, descobridor do Brasil”. No reverso, continha no campo da medalha vários brasões: as armas de Portugal do tempo do rei D. Manuel, da qual derivaram as do Reino Unido de Portugal e Brasil, em 1816; as do império independente do Brasil, em 1822; as da República dos Estados Unidos do Brasil, adoptado em 1889. As datas 1500-1900 e uma dedicatória ao povo luso-brasileiro completavam as referências contidas na medalha, que tinha inscritos os nomes do artista, também de nacionalidade suíça, e do patrocinador da iniciativa. A medalha foi dedicada pelo numismata suíço ao povo luso-brasileiro.

No Brasil, fizeram-se várias medalhas para assinalar a efeméride, nomeadamente duas mandadas cunhar pelo Instituto Geográfico e Histórico do Rio de Janeiro e da Bahia¹²³⁵. Em Portugal, referenciámos somente uma medalha mandada fazer pelo proprietário de uma casa editora de medalhas da capital, com finalidade mercantil¹²³⁶. Os elementos mais importantes gravados, no anverso, foram o busto de Pedro Álvares Cabral, o brasão das armas portuguesas do reinado de D. Manuel e o emblema da República do Brasil. As legendas indicam o nome do descobridor, o

¹²³³ *Idem*, p. 393

¹²³⁴ *O Occidente*, Lisboa, vol. XXIII, N° 767, 20 de Abril de 1900, p. 100

¹²³⁵ Artur Lamas, *op. cit.*, p. 404-405

¹²³⁶ *Idem*, p. 408-409

centenário e as datas – 1500-1900. A orla está separada do campo por uma corda que dá duas voltas aos lados, em forma de oito, e uma outra volta simples, em baixo. No reverso, uma composição evoca a primeira missa no Brasil, o que é indicado no lugar do exergo. O tema foi tratado noutra medalha que foi feita em Nuremberg e pela descrição parece estar de acordo com o quadro de Condeixa que já referimos.

Em relação aos centenários realizados no século XX, são conhecidas as notáveis medalhas oficiais executadas pelo escultor João da Silva¹²³⁷. Aquela que foi editada em 1940 apresenta, numa das faces, a figura de D. Afonso Henriques a cavalo, com a coroa real na cabeça e a espada levantada, na atitude de quem lança uma investida sobre o inimigo. A figura com uma capa esvoaçante e um escudo, meio tapado pela crina do animal, encontra-se sobreposta a uma árvore, da qual se podem ver as raízes e a folhagem. Na orla, lê-se as inscrições: “1140 FUNDAÇÃO DE PORTUGAL”, na parte superior, “INDEPENDÊNCIA CONQUISTA FÉ”, na inferior, separadas entre si por duas pequenas cruces e por três pontos ao alto entre cada palavra. No lado oposto, no campo da medalha desenhou uma nau, de velas enfunadas, sobre vários riscos ondulados a simular o mar; em baixo, uma esfera armilar e, de cada um dos lados, o escudo da Restauração e o clássico usado pelos primeiros reis, somente com as quinas. Na orla, foi colocada uma legenda: “1640 RESTAURAÇÃO”, na parte superior, “NAVEGAÇÃO EXPANSÃO IMPÉRIO”, na inferior. No exergo, pode ainda ler-se “1940” e “VIII E III CENTENÁRIOS”. Esta medalha sintetiza, por conseguinte, as ideias essenciais que presidiram aos Centenários. Da Exposição do Mundo Português conhecemos uma medalha anónima que contém uma inscrição alusiva ao evento e uma vista de algumas das construções, com o Pavilhão de Honra e de Lisboa em primeiro plano e o Mosteiro dos Jerónimos ao fundo.

Em 1948, outra notável medalha foi concebida por João da Silva para assinalar o centenário da Restauração de Angola. No campo de uma das faces, a

¹²³⁷ *Medalhas de João da Silva*, Lisboa, Edições “Gravarte”, 1983

figura de Salvador Correia de Sá e Benevides de pé, trajado a preceito, de chapéu de plumas numa das mãos, enquanto na outra segura o bastão de comando. Do lado direito, a cruz de Cristo e a legenda “CAPITÃO GENERAL DO REINO DE ANGOLA” e, do esquerdo, o seu brasão, acompanhado pelas seguintes inscrições: “ALMIRANTE DO MAR DO SUL” e “GENERAL E CABO DAS FROTAS DO BRASIL”. Na orla, foi colocado o nome do homenageado. No reverso, o campo é ocupado pela figura do leão heráldico, de pé nas patas traseiras, com a flâmula portuguesa e o gládio erecto. Pelo movimento e expressão feroz, parece simbolizar a investida dos portugueses para derrubar os holandeses, cuja bandeira jaz por terra. Na parte inferior, a morder a orla da medalha, uma nau de frente para o observador e o mar. No exergo, as inscrições das datas, o nome da fortaleza que foi um centro da resistência portuguesa aos holandeses – Massangano – e os escudos de Angola e de S. Paulo da Assunção de Luanda. Na orla, pode ler-se a legenda: “III CENTENÁRIO DA LIBERTAÇÃO DE ANGOLA”.

Em 1960, o mesmo artista executou a medalha oficial das comemorações henriquinas, em colaboração com o escultor Vasco da Conceição. No anverso, retratou a figura do Infante D. Henrique, sentado à mesa de trabalho, com o compasso náutico na mão direita e várias cartas desdobradas na sua frente. No exergo, colocou as inscrições “Portugal”, em arco, e de cada um dos lados da figura, “D. Henrique, o Navegador” e as datas do nascimento e morte. No reverso, desenhou o recorte da costa ocidental de África e o Sudoeste da Península Ibérica, indicando os principais pontos atingidos pelos portugueses durante a vida do Infante. Sobre o continente africano, destacou o brasão de D. João I e o respectivo pendão, assim como a divisa de D. Henrique. No oceano Atlântico, representou três embarcações à vela, um golfinho e a rosa dos ventos, junto do Algarve, indicando o Sul. Uma legenda assinala o “ V Centenário da Morte do Infante D. Henrique” e o respectivo ano. Trata-se, por conseguinte, de uma medalha sóbria, que sintetiza bem a ideia do

Infante D. Henrique como homem de ciência e como responsável pelo arranque das navegações e dos descobrimentos portugueses.

A inauguração do Padrão dos Descobrimentos também suscitou a realização de uma medalha¹²³⁸. Na orla, colocou-se a legenda “Monumento dos Descobrimentos” e o ano em que foi inaugurado, com a respectiva silhueta a ocupar o campo da medalha. No reverso, desenhou-se a rosa dos ventos e, no centro, o escudo do Infante D. Henrique, com uma legenda, em arco, indicando o centenário e os anos de 1460 e 1960.

O desfile naval de Sagres deu origem a uma medalha de Marcelino Norte de Almeida, editada pela Casa da Moeda, em prata e bronze¹²³⁹. No verso, o busto do Infante D. Henrique e, na outra face, uma embarcação à vela estilizada, acompanhada pela legenda “Comemorações henriquinas” e “Agosto – 1960”, em arco.

Várias medalhas foram ainda executadas a propósito deste centenário, nomeadamente uma concebida pelo escultor Martins Correia¹²⁴⁰ e outra em forma de placa quadrangular, de Vasco da Conceição. Esta última exhibe o busto tradicional do Infante numa das faces e na outra um pequeno texto reporta-se ao Navegador como o iniciador e impulsionador dos descobrimentos marítimos portugueses, além de fundador de uma “escola de navegação e de um observatório astronómico”, no promontório de Sagres¹²⁴¹.

Com o duplo objectivo de comemorar o centenário do Infante D. Henrique e o “meio milénio do achamento de Cabo Verde” também foi executada uma medalha que apresenta, numa face, a cruz de Cristo e o brasão daquela colónia e, no verso, um planisfério com a respectiva localização geográfica.

¹²³⁸ *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. IV, Lisboa, 1963, p. 217

¹²³⁹ Artur Santa-Bárbara e Mário Correia de Sousa, *Marcelino Norte de Almeida, o artista, o homem no espaço e no tempo*, Lisboa, Edições Gravarte, 1993, p. 128

¹²⁴⁰ *O Rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 192

Em relação aos outros centenários, temos notícia de uma medalha comemorativa do “V Centenário da Descoberta da Guiné”, onde era evocado Nuno Tristão, executada pelo escultor Euclides Vaz. Marcelino Norte de Almeida foi o responsável por uma placa em bronze de homenagem a Mouzinho de Albuquerque, feita em 1950. No anverso, apresenta-se a reprodução da estátua de Simões de Almeida (Sob.) e, no reverso, o elogio de Mouzinho feito por Cruz de Azevedo, com as datas de nascimento e morte do “Herói de Gaza”, no topo¹²⁴². Mas não conhecemos medalha alguma do ano do seu centenário, em 1955.

A travessia aérea do Atlântico Sul também foi celebrada em medalhas que estabeleciam a ligação entre este feito e o descobrimento do Brasil. Assim, uma das medalhas que tivemos a oportunidade de ver mostra os aviadores a bordo do hidroavião, com uma sugestiva legenda na orla superior: “Por ares nunca d’antes navegados” e a data da viagem. No lado oposto, o verso de Camões é associada a uma nau a navegar e a 1500, numa clara alusão ao reconhecimento feito por Pedro Álvares Cabral. Noutra medalha de deficiente execução, pode ver-se as efígies dos aviadores e a cruz de Cristo, que foi também o símbolo escolhido para a aviação portuguesa. No reverso, gravaram-se os nomes completos dos navegadores do ar e a indicação do seu feito, com a legenda “Glória aos Heróis”.

Por fim, falta-nos referir as estampilhas dos correios que assumiram, progressivamente, uma papel importante no conjunto das emissões dos centenários, por causa da filatelia. A primeira emissão de selos comemorativos foi feita no centenário do nascimento do Infante D. Henrique, em 1894¹²⁴³. Tratou-se de uma colecção de três motivos diferentes, desenhados por José Veloso Salgado, que foram impressos em várias cores. O primeiro representa o Infante D. Henrique de acordo

¹²⁴¹ Agradeço ao Sr. Vasco Costa, da empresa Gravarte, o facto de me ter facultado a consulta da base de dados e as fotografias das medalhas.

¹²⁴² Artur Santa-Bárbara e Mário Correia de Sousa, *op. cit.*, p. 77

¹²⁴³ Vamos seguir o catálogo: *Selos Postais Portugal Açores Madeira Macau e Pré-Filatélicos*, 15ª ed., Lisboa, AFINSA, 1999

com a imagem dos Jerónimos, sentado na proa de uma embarcação e segurando o seu montante, ladeado por duas figuras masculinas. Em baixo, podem ver-se duas figuras alegóricas femininas soprando na tuba da Fama e a divisa do Infante. O segundo, com a legenda “Primeira Expedição” e a data “1419”, representa uma figura masculina de costas, provavelmente o Infante ataviado de forma pouco conforme com as imagens conhecidas, no Promontório, a acenar a embarcações que se vêem no mar. De cada um dos lados desta composição central, Veloso Salgado desenhou dois elefantes, numa clara alusão ao projecto, então atribuído a D. Henrique, de atingir a Índia. Duas figuras alegóricas e o escudo nacional completam os elementos mais relevantes desta estampilha. O terceiro mostra o Infante D. Henrique, vestido da forma que depois se tornaria consagrada, sentado num cadeirão, com as mãos colocadas em cima de uma esfera armilar e de um globo terrestre e com um mapa desdobrado no colo. Aos seus pés, a figura vigorosa de um leão também sentado e, de cada um dos lados, duas figuras alegóricas segurando uma palma e um ramo de louro – Força, Fama e Glória. O escudo nacional e a indicação Sagres, do lado direito da composição, em baixo, assim com as datas de nascimento e morte, que foram colocadas em todos os selos, rematam o desenho. Neste trabalho é visível, por conseguinte, o gosto romântico pelas alegorias e a representação de uma imagem do Infante D. Henrique que não se limitava a associá-lo às navegações, mas o colocava no centro de um grandioso projecto que conduziu ao descobrimento do caminho marítimo para a Índia e à criação do mundo moderno.

No centenário de 1898, as composições dos selos foram feitas por desenhadores e artistas conhecidos. Roque Gameiro desenhou uma composição alusiva à viagem, onde pode ver-se numa moldura oval, delimitada por cordas, uma imagem do mar sulcado pelas naus e, a toda a volta, diversos pequenos objectos relacionados com as navegações e a Índia. O escudo nacional e a cruz de Cristo destacam-se de cada um dos lados da moldura e os anos das efemérides – 1498 e

1898. Manuel Pedro de Faria Luna, oficial de Infantaria, imaginou a chegada a Calecute, numa composição ladeada por duas colunas encimadas pela esfera armilar e com âncoras encostadas em baixo. Silvestre Correia Belém, professor da escola industrial do Príncipe Real, representou o embarque de Vasco da Gama, com a figura camoniana do Velho do Restelo e a multidão despedindo-se em terra. João Vaz, director e professor da escola Afonso Domingues, ilustrou três estampilhas com evocações simbólicas da viagem, representadas por navios à vela, o mar, o brasão do reinado de D. Manuel, a esfera armilar, a cruz de Cristo e recortes do estilo “manuelino” a emoldurar uma das composições. Numa delas pode ver-se ainda uma figura alegórica que simboliza a sabedoria, com um grande livro aberto no colo, e noutra um anjo que segura nas mãos a espada e a cruz, alusivos à dupla faceta da expansão portuguesa – a conquista e a evangelização. Na terceira, mais rebuscada, João Vaz colocou o Mosteiro dos Jerónimos, do lado direito, e palmeiras, um elefante e uma serpente alusivos à Índia, no esquerdo; no centro, a figura de Vasco da Gama, segurando uma espada, a cruz de Cristo e o escudo nacional e, no canto inferior direito, uma sereia eleva com ambas as mãos uma nau. José Júlio Gonçalves Coelho elaborou uma composição alusiva aos descobrimentos, colocando em legenda o verso do poeta - “E se mais mundos houvera lá chegara” –, com as efígies de Vasco da Gama e de Luís de Camões, em dois medalhões. João Ribeiro Cristino da Silva desenhou uma moldura com três arcos góticos e, no centro, repetiu a alusão à viagem, com a imagem do mar e das naus, colocando aos lados figuras de armadura a segurar um escudo com a cruz de Cristo e outro com a esfera armilar. Em todos os selos foram gravadas as datas – 1498 e 1898. C. M. Miranda da Costa, por último, evocou a cena da “Audiência do Samorim ao Gama”, no selo de porteadado. Os selos postais circularam de 1 de Abril a 30 de Junho de 1898, na metrópole. A edição foi extensiva

às colónias. Em 1911, tiveram uma reedição e voltaram a circular com uma sobrecarga impressa a preto – “Republica”¹²⁴⁴.

Em 1923, foi feita uma emissão comemorativa da travessia aérea do Atlântico. O desenho, de autor desconhecido, organiza-se em vários pequenos quadros: ao centro, uma imagem do mar, no sol poente, com uma nau e um hidroavião; em cima, dois pequenos medalhões com as efígies de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, com o traje de aviadores; em baixo o escudo da República Portuguesa; do lado direito, o presidente da República do Brasil e uma imagem do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro; do lado esquerdo, o presidente António José de Almeida e a Torre de Belém. As datas – 1500 e 1922 – completavam esta síntese evocativa da viagem dos aviadores portugueses, associando-a ao descobrimento e ao regime republicano.

Em 1924, o centenário do nascimento de Luís de Camões proporcionou a realização de um conjunto notável de selos postais, com desenhos de Alberto de Sousa. Só circularam nos dias 11, 12 e 13 de Novembro daquele ano¹²⁴⁵. A Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha utilizou estes selos, com a sobrecarga “Porte Franco”, na sua correspondência durante vários anos¹²⁴⁶. As estampilhas ilustram vários momentos da vida do poeta: Camões em Ceuta, salvando *Os Lusíadas* do naufrágio e os últimos momentos, acompanhado pelo escravo Jau. Reproduzem, ainda, o retrato do épico, inspirado na gravura seiscentista de Paulus, o frontespício da edição do poema camoniano de 1572, o túmulo dos Jerónimos e a estátua de Vítor Bastos. Em todos os selos foram colocadas as datas – 1524 e 1924. A colecção não acrescenta, por conseguinte, nada de novo à iconografia camoniana, representando antes uma síntese dos aspectos fundamentais da imagem consagrada do poeta – soldado valente, autor da epopeia nacional, pobre e desprezado, finalmente redimido e elevado à glória pela Nação.

¹²⁴⁴ A. Simões Ferreira, *Catálogo dos selos postais de Portugal e Colónias*, 10ª ed., Lisboa, 1934, p. 20

¹²⁴⁵ *Idem*, p. 24

¹²⁴⁶ *Idem*, p. 34-35

No centenário da morte de Vasco da Gama não se fez edição de selos postais na metrópole. Contudo, na Índia Portuguesa, foram emitidos dois selos comemorativos de valor diferente, com desenho de P. Ramos. Os elementos mais importantes são o busto de Vasco da Gama, do lado direito, e o escudo da República Portuguesa, do esquerdo; ao centro, vê-se o mar e uma nau, alusivos às viagens marítimas e as datas colocadas nos cantos superiores do selo – 1524 e 1924¹²⁴⁷. No mesmo ano, a Companhia do Niassa emitiu um selo de porteado, de formato triangular, com a efígie de Vasco da Gama, inspirada no retrato existente na Sociedade de Geografia de Lisboa, mas não faz alusão ao centenário¹²⁴⁸.

Em 1940, foi publicada uma série comemorativa do Duplo Centenário, com quatro desenhos diferentes. Jaime Martins Barata executou uma vista da Exposição do Mundo Português; Maria Keil do Amaral fez o perfil do Monumento dos Descobrimentos; Henrique Franco reproduziu a figura de D. João IV a cavalo, que Francisco Franco tinha feito para a estátua de Vila Viçosa; Alberto de Sousa desenhou uma réplica da estátua de D. Afonso Henriques, da autoria de Soares dos Reis, com o castelo de Guimarães ao fundo. Nada de inovador, portanto, somente a divulgação das imagens mais marcantes dos Centenários que, assim, ficavam acessíveis a todos os portugueses.

Nas colónias não foi feita emissão especial dos respectivos Correios para os Centenários, talvez pelo facto de dois anos antes ter saído a série de dezoito selos dedicada ao Império Colonial Português, com cinco motivos desenhados por Arnaldo Ressano Garcia, e uma estampilha comemorativa da viagem presidencial às colónias. As figuras históricas estiveram, naturalmente, em evidência nesse conjunto de selos: o Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Mouzinho de Albuquerque e somente um a evocar o “Fomento” colonial. No último, vê-se o

¹²⁴⁷ *Selos Postais das Colónias Portuguesas*, Portugal, AFINSA, 1997, p. 135

¹²⁴⁸ *Idem*, p. 232

tradicional padrão dos descobrimentos, ladeado por uma vegetação tropical. A segunda viagem do presidente da República às colónias foi assinalada através de outro selo, emitido em 1939. O desenho de Zimbarra mostra os contornos do continente africano e o percurso do marechal Carmona, com escala em Cabo Verde e Moçambique. A única excepção foi a Companhia de Moçambique que emitiu dois selos dedicados ao oitavo Centenário da Fundação da Nacionalidade e ao terceiro da Restauração de Portugal¹²⁴⁹. O primeiro apresenta uma gravura de Arnaldo Fragoso, onde se pode ver a estátua de D. Afonso Henriques e o castelo de Guimarães, o escudo com as quinas e as armas da República Portuguesa. As datas indicadas são 1139 e 1939. No segundo, o desenho de Alberto de Sousa evoca a Restauração, vendo-se um cavaleiro com a espada levantada ao alto (D. João IV?), em primeiro plano, seguido por uma multidão, vários pendões e as armas reais da época.

Ainda sob o impulso das comemorações, saiu a notável série dos “Navegadores Portugueses” (1944), desenhada por Jaime Martins Barata. Oito navegadores foram representados segundo os cânones modernizados dos Painéis de S. Vicente de Fora: Gil Eanes, João Gonçalves Zarco, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Fernão de Magalhães, Frei Gonçalo Velho e Diogo Cão. A cruz de Cristo foi colocada num dos cantos superiores de todos os selos, excepto no de Magalhães que leva as quinas, a par da data da viagem que os celebrizou. No caso da Madeira e dos Açores não conferem com as datas actualmente aceites. A comemoração do descobrimento dos Açores, em 1932, não teve emissão de selos, mas o Quinto Centenário do Povoamento da Terceira produziu um interessante selo, também com desenho de Martins Barata, em 1951. Mostra um jovem casal de povoadores, com um filho ao colo da mãe, em primeiro plano, acompanhado por uma cabra, e um barco à vela fundeado, evocando o meio de transporte utilizado para chegar às ilhas, naquela época.

¹²⁴⁹ *Idem*, pp. 223-224

O Quinto Centenário da Descoberta da Guiné teve uma série de sete selos dos respectivos Correios, desenhados por Alberto de Sousa. Dois representam monumentos locais e testemunhos da presença colonial: o Forte de Cacheu e a Igreja de Bissau. Outros dois evocam Nuno Tristão, distinguindo-se somente as cores. Um recorda o presidente Ulysses Grant que proferiu uma sentença favorável aos interesses coloniais portugueses e, por último, os restantes prestam homenagem a Teixeira Pinto e a Honório Barreto, um português e um africano considerados heróis das campanhas de “pacificação”.

O Terceiro Centenário da Restauração de Angola deu azo a uma série de dez selos postais dos Correios desta colónia, também com desenho de Alberto de Sousa. Três representam monumentos de Angola, ligados à presença colonial: a fortaleza de S. Miguel e a ermida de Nossa Senhora da Nazaré, em Luanda, a fortaleza de Massangano. Um quarto mostra as pedras de Yelala, na margem esquerda do rio Zaire, onde Diogo Cão deixou testemunho de uma das suas expedições. Os outros cinco evocam figuras históricas: D. João IV, Salvador Correia de Sá, Manuel Cerveira Pereira, Diogo Cão e Paulo Dias de Novais. O último que falta referir apresenta uma composição alusiva à rendição de Luanda a Salvador Correia de Sá. Todos os selos tinham a indicação do centenário e as datas – 1648 e 1948.

Pelo centenário do nascimento de António Enes foram emitidos dois selos de valor diferente pelos Correios de Moçambique, com a efígie do comissário-régio desenhada por Alberto de Sousa. As estampilhas do centenário de Mouzinho de Albuquerque, da mesma empresa, mostram a efígie do oficial fardado e a estátua de Simões de Almeida (Sobrinho). Neste último, pode ver-se em pequenas legendas, colocadas na transversal sobre duas colunas que enquadram o monumento, os nomes dos lugares ligados às campanhas militares, comandadas por Mouzinho. Em ambos os selos, uma legenda identifica o personagem representado e os anos do nascimento e do centenário. Na metrópole não chegou a ser feita emissão comemorativa.

Finalmente, o V Centenário da Morte do Infante D. Henrique suscitou a produção de uma notável série de seis selos, com desenho do arquitecto José Pedro Roque. Estes apresentam os seguintes motivos: o tradicional busto do Infante D. Henrique, de veste negra, com a cruz de Cristo sobreposta, do lado esquerdo da composição; o excerto da iluminura da *Crónica dos Feitos de Guiné* com a divisa de D. Henrique; o seu brasão, numa composição onde aparece também a coroa e o dragão de S. Jorge, introduzido por D. João I nas armas reais; a barca e a caravela utilizadas nas navegações do período henriquino; um pormenor duma carta náutica que mostra um trecho da costa do barlavento algarvio, assinalando Sagres e o cabo de S. Vicente. Os motivos foram desenhados com o máximo de rigor histórico, baseando-se o autor em pesquisas realizadas para o efeito. Todos os selos indicam as datas, o nome do homenageado e, naturalmente, o país onde foi feita a emissão. Começaram a circular em 4 de Agosto de 1960, tendo sido criados carimbos especiais para serem apostos na correspondência entrada no primeiro dia nas estações de correio de Lisboa, Porto, Viseu, Tomar, Batalha, Sagres, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Horta e Funchal¹²⁵⁰.

Há também um envelope e carimbo do primeiro dia de circulação que contém o brasão do Infante, tal como aparece no baixo-relevo do túmulo da Batalha. Foram ainda feitos envelopes e carimbos especiais para assinalar algumas das iniciativas que decorreram no âmbito do centenário: as primeiras jornadas de engenharia civil e os primeiros jogos desportivos luso-brasileiros, a V Exposição Filatélica Nacional, o Acampamento Regional Infante D. Henrique, na Caparica, ou iniciativas locais como a Exposição Filatélica de Cartografia, realizada pela Câmara Municipal de Famalicão.

Cada uma das colónias pôs em circulação um selo destinado a comemorar o centenário, com desenho de José Moura. Em Cabo Verde, o selo apresentava a efígie do Infante D. Henrique; na Guiné, um astrolábio náutico; em S. Tomé e Príncipe, a

¹²⁵⁰ *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, IV vol., Lisboa, 1963, p. 219

rosa-dos-ventos; em Angola, um pormenor da carta da Mina; em Moçambique, uma caravela; no Estado da Índia, as armas de D. Henrique; em Macau, a esfera armilar, com a faixa zodiacal; em Timor, a divisa do Infante. Todos os selos continham a indicação “República Portuguesa” e “V Centenário da Morte do Infante D. Henrique”, além do nome da colónia e do valor. Em Cabo Verde, emitiram-se ainda dois selos postais para comemorar o quinto centenário do arquipélago, com a figura de António da Nola [ou Noli] e Diogo Gomes, considerados os descobridores daquelas ilhas.

A iconografia das comemorações analisadas organiza-se, por conseguinte, em torno de um conjunto de figuras e de cenas mais emblemáticas para a memória nacional. Assim, pudemos constatar que Camões, o Infante D. Henrique e Vasco da Gama foram as personagens que deram azo a maior número e variedade de representações, seguidos pelo herói das conquistas no Oriente, Afonso de Albuquerque. Trata-se de figuras que tiveram projecção nas suas épocas e que deixaram atrás de si um rasto de lenda que foi alimentada por familiares, admiradores ou cronistas. Navegadores e conquistadores mais destacados também são evocados, se bem que nem sempre a importância do feito corresponda à projecção das figuras no imaginário colectivo. Os casos mais evidentes parecem ser o de Bartolomeu Dias e de Fernão de Magalhães, cujas representações foram relativamente escassas. Apesar disso, Pedro Álvares Cabral e Fernão de Magalhães têm os seus monumentos na capital, oferecidos por governos estrangeiros. Vasco da Gama ficou circunscrito ao túmulo no Mosteiro dos Jerónimos e à estátua no Arco da Rua Augusta. De certo modo, a simbólica caravela de Cottinelli Telmo e Leopoldo de Almeida procurava redimir os portugueses dos inevitáveis esquecimentos, juntando a bordo um leque

variado de figuras históricas para recordar toda uma época. O monumento pretendia ser um espelho das glórias nacionais, onde todos se pudessem rever com orgulho.

Entre os heróis contemporâneos, destacou-se Mouzinho de Albuquerque e as campanhas militares que comandou em Moçambique. Aquele momento acendeu brios imperialistas em todo o país e deixou uma herança forte na memória colectiva. Os oficiais que o acompanharam e o próprio comissário-régio da altura, António Enes, também tiveram alguma projecção nacional. O Estado Novo manteve e ampliou estas memórias no quadro da mística imperial que pretendeu desenvolver nas populações. Além disso, procurou criar em cada colónia uma memória associada a determinadas figuras da história do descobrimento e da ocupação.

Em Cabo Verde, destacou-se o Infante D. Henrique, o homem que foi responsável pelas navegações que permitiram achar o arquipélago. Os descobridores António da Noli e Diogo Gomes ficaram, de certa forma, na sombra da legenda do Infante. Na Guiné, foram homenageados Nuno Tristão, Teixeira Pinto e Honório Barreto. Em Angola procurou construir-se um culto em torno de Salvador Correia de Sá, representado em estátua, notas, selos e celebrado no centenário da Restauração. Diogo Cão e Paulo Dias de Novais, o fundador de Luanda, não foram esquecidos, mas os homens que fizeram a ocupação militar já na época contemporânea não foram especialmente distinguidos. No Estado da Índia, as atenções concentravam-se em Afonso de Albuquerque e Vasco da Gama, cujo nome designa ainda hoje uma cidade local. Em Macau, deu-se alguma ênfase ao governador Ferreira do Amaral, o herói-vítima, e a Vicente Nicolau Mesquita, mas em notas e selos privilegiaram-se cenas locais e figuras como Camões e o bispo D. Belchior Miguel Carneiro, do século XVI. Em Timor, foi o governador José Celestino da Silva que se pretendeu erigir em herói da ocupação colonial. O caso de S. Tomé e Príncipe parece-nos menos claro, visto

que não conseguimos descortinar figuras que se tivessem procurado impor de forma mais sistemática¹²⁵¹.

Heróis de uma epopeia moderna, Gago Coutinho e Sacadura Cabral também deram lugar a uma abundante iconografia, em que esteve presente a associação com a “era dos descobrimentos”.

Naturalmente, alguns reis cristalizaram-se em imagens bastante fortes: D. Afonso Henriques, associado de forma persistente ao guerreiro esculpido por Soares dos Reis, ou D. João IV, indissociável da forte representação construída por Francisco Franco. Mas outras assumiram contornos menos nítidos e poderosos, porque as suas imagens não tiveram suficiente força ou divulgação. Nesta situação estiveram figuras como D. João I e D. Manuel, cujos reinados eram evocados, de forma simbólica, através das respectivas armas reais.

Descobrimentos, expansão e ocupação colonial foram empresas masculinas e, por isso, as mulheres estão praticamente excluídas destas representações, com excepção das figuras alegóricas femininas que fizeram as delícias de uma iconografia de pendor romântico. A única excepção é a figura de D. Filipa de Lencastre, a mãe da “Ínclita Geração” e, por isso, também a mãe do projecto de construção do Império. Ela foi a única mulher incluída no simbólico Monumento ou Padrão dos Descobrimentos, em 1940. O modelo dominante nesta iconografia foi, de resto, bastante másculo e viril, numa constante exibição de força, de poder e de espadas. As concepções estéticas e ideológicas dominantes no período do Estado Novo ainda emprestaram um cunho mais forte a essa tendência.

O outro aspecto que não podemos deixar de salientar é o seu carácter etnocêntrico. Apesar de estarem presentes referências simbólicas e figurativas aos

¹²⁵¹ Os navegadores foram representados numa emissão de selos locais, em 1952, e comemorou-se o 5º centenário do descobrimento do arquipélago, em 1970. Dessa altura é um selo com a efígie dos descobridores, João de Santarém e Pêro Escobar. Nas notas, predomina a figura de F. de Oliveira Chamiço, o governador do Banco, e D. Afonso V. Só em 1964, temos referência de uma nota com a efígie de João de Santarém.

locais onde os portugueses estiveram e exerceram algum domínio, a perspectiva é sempre centrada em *nós*. Os *outros* eram, geralmente, colocados num plano inferior e vistos como expressão de exotismo, primitivismo, selvajaria ou bárbarie que os trajos, os adornos corporais e os comportamentos permitiam ilustrar. A imagem é, naturalmente, indissociável da leitura que suscita ao observador e a exibição que, desde o século XIX, se fazia dos povos colonizados nas grandes exposições em vários países europeus, de que tivemos aqui exemplos em 1898, 1934 e 1940, traduzia essa ideia.

Os heróis representados são os portugueses e, posteriormente, raras figuras locais que se distinguiram no apoio activo à ocupação colonial. Personagens que se procurou resgatar do esquecimento ou do menosprezo dos seus conterrâneos e exhibir como exemplos de uma aculturação bem sucedida ou do carácter magnânimo da colonização portuguesa. Assim, as imagens do “progresso” e dos efeitos da assimilação cultural passaram também a fazer parte das representações que ilustravam o colonialismo português. A celebração estendia-se, por conseguinte, do passado histórico ao presente, vistos pela óptica do colonizador.

Analisada numa perspectiva global, a iconografia destes centenários procurava transmitir uma ideia da superioridade dos portugueses e da sua cultura. Os heróis e as cenas evocadas ilustravam vitórias que tinham colocado os seus protagonistas principais numa situação privilegiada e de domínio sobre o mundo. As alusões alegóricas ou figurativas ao saber dos portugueses multiplicavam-se, bem como as referências ao patriotismo e espírito cristão. Por isso, os símbolos mais utilizados, diríamos mesmo indispensáveis, nestas representações foram as armas nacionais e a cruz de Cristo. Contudo, ao contrário do que o discurso apologético procurou fazer crer, a perspectiva das imagens e da mundividência que lhes estava subjacente nunca foi ecuménica ou universalista, mas claramente nacionalista e imperialista. Dito de outra forma mais descodificada, as imagens exprimiam uma visão do mundo pautada

pela afirmação da superioridade de um povo sobre os outros e pelo “direito” que lhe assistia de ocupar os seus territórios e de exercer o seu domínio sobre eles, aniquilando as respectivas identidades através de processos de aculturação.

OS DISCURSOS

Os discursos são uma prática essencial das comemorações, porque é através deles que o conjunto das palavras, dos gestos e das imagens se articulam e ganham pleno significado. Podemos, assim, considerar que há vários géneros de discursos consoante os meios de que se servem os protagonistas para comunicar as suas mensagens: o discurso escrito e o oral, o discurso iconográfico e o gestual. De um modo geral, as cerimónias comemorativas combinam as várias práticas discursivas, de forma mais ou menos ritualizada, com o objectivo de conferir densidade emocional e significado simbólico a todos os actos. Nos capítulos anteriores procurámos analisar tais práticas do ponto de vista da sua materialização em cerimónias, festividades e produções culturais destinadas a recordar, reinventando a memória e o imaginário colectivos, e a exhibir a vitalidade e permanência da comunidade nacional. Falta, por conseguinte, debruçarmo-nos sobre o conteúdo dos discursos que têm na palavra a sua forma privilegiada de comunicação.

É importante ter presente que os únicos discursos que vamos tratar são aqueles que, de forma explícita, se integram no conjunto das iniciativas destinadas a assinalar os vários centenários estudados. Vamos, por isso, deixar de lado toda uma vasta produção em que os objectivos comemorativos estão implícitos e que contribuíram para construir as memórias dos portugueses. Em última instância, publicar uma obra historiográfica é uma forma de comemorar qualquer que seja o momento escolhido para o efeito. O mesmo poderíamos dizer de outras produções culturais que têm como mote recriar o passado no presente. Todavia, por razões óbvias, temos de

circunscrever o nosso campo de reflexão, sem deixarmos de ter em conta algumas linhas de força mais gerais que possibilitam um enquadramento dos problemas.

A análise dos conteúdos depara-se, imediatamente, com uma primeira questão que decorre das grandes diferenças entre os vários tipos de discursos que somente convergem no propósito de associar-se à comemoração. Pode-se estabelecer a distinção entre o discurso historiográfico – erudito e de divulgação – o discurso literário – prosa e poesia – o discurso pedagógico e o discurso político. As fronteiras entre eles não são estanques nem sequer muito nítidas, na maior parte das situações.

O discurso historiográfico, sobretudo no plano erudito, obedece a regras metodológicas e conceptuais, cujo objectivo consiste em reconstituir os factos com rigor e distanciamento crítico. A divulgação da história caracteriza-se por não ser uma produção original, mas uma recompilação, resumo ou síntese dirigida ao grande público ou a determinadas faixas da população, como é o caso dos jovens e dos estudantes dos vários níveis do sistema de ensino. Qualquer um destes tipos de discurso historiográfico teve uma grande importância e difusão nos centenários estudados, com especial destaque para o segundo género. A sua prevalência depende da quantidade das produções e da respectiva difusão, destacando-se no último aspecto o papel da imprensa e, numa época mais recente, a rádio, o cinema e a televisão. Qualquer um destes meios de comunicação tem a sua linguagem própria e contribui para a divulgação da história e a construção da memória e do imaginário colectivos de formas diversas. Mas o que importa apreender são as ideias, ou melhor dizendo as noções que foram transmitidas sobre a história nacional através dos vários centenários, as quais acabam por articular-se em recitativos mais ou menos complexos e aprofundados que se repetem com algumas variantes.

O discurso literário ocupa um lugar muito importante na construção dessas narrativas sobre o passado, os antepassados e as tradições. O romance histórico, o drama e a poesia são as formas de expressão mais usadas para comemorar, se bem

que os dois primeiros géneros tivessem sido mais utilizados nos centenários do final do século XIX. O carácter de ficção distingue este tipo de discurso do anterior, dando aos autores uma grande liberdade para recriar a história e, sobretudo, para jogar com as emoções do público. Quanto ao discurso poético, se os poemas de circunstância que foram feitos para as sessões dos centenários estão esquecidos, nem por isso as imagens veiculadas por eles tiveram menos valor. E não podemos esquecer que o repositório por excelência da memória épica da nação são os cantos d’*Os Lusíadas* que os vários centenários contribuíram para firmar como tal, seja através das edições que foram feitas ou da importância que a sua recitação assumiu em muitas cerimónias. Sem querermos estabelecer qualquer paralelo que seria despropositado, não podemos deixar de recordar a importância que uma parte de a *Mensagem*, de Fernando Pessoa, teve no empolamento do mito henriquino nas comemorações de 1960.

Enunciámos ainda mais dois tipos de discursos: o pedagógico e o político. A diferença entre eles é difícil de estabelecer na prática, mas não deixa de ser essencial para se compreender as *nuances* da comemoração. De forma superficial, podemos distingui-los a partir da identificação dos emissores/receptores e dos contextos em que actuam. O discurso pedagógico tem uma finalidade formativa mais ampla do que o político que serve, de forma mais directa, os objectivos imediatos do poder. Ambos os discursos são ideológicos, no sentido em que transmitem uma determinada visão do mundo, da sociedade e, por conseguinte, um conjunto de valores e símbolos que funcionam como quadro de referência para a identificação das pessoas, para a sua integração no grupo e para a sua actuação social. Esta definição é extensiva a outros géneros e tipos de práticas discursivas.

A persuasão e a manipulação mais ou menos deliberada das emoções e dos sentimentos fazem parte dos procedimentos utilizados para o sucesso das comemorações. Por isso, podemos constatar uma certa proximidade entre as suas

práticas e as da propaganda. Desde logo os meios usados não são muito diversos: a palavra falada e escrita, as imagens, os espectáculos públicos, a música, em especial o canto, os feitos exemplares e acções colectivas, como cortejos e manifestações de massas. Num plano muito geral e neutro, a propaganda consiste num processo comunicativo que visa dar a conhecer, promover e disseminar ideias com fins predeterminados¹²⁵². Deste modo, não podemos deixar de reconhecer objectivos propagandísticos na forma como, por exemplo, os republicanos se apropriaram da figura de Camões para verberar a “apagada e vil tristeza” do regime monárquico e veicular as suas concepções políticas. Mas tais propósitos não deixaram de estar presentes em todos os centenários, seja para o consumo interno dos portugueses ou para projectar no estrangeiro determinadas imagens do país. Algumas técnicas utilizadas pela propaganda são comuns a certos tipos de discursos comemorativos mais marcados do ponto de vista político-ideológico: a simplificação, para tornar a mensagem breve e clara, a personalização e o enfoque nos heróis, a repetição das ideias e a criação de um ambiente de unanimidade.

Não obstante, o que as comemorações revelam através da suas práticas discursivas é algo de mais profundo e essencial que o próprio propagandista não pode deixar de conhecer e saber utilizar para veicular as suas mensagens, ou seja, um fundo esparso de ideias, noções e imagens que fazem parte da memória e do imaginário colectivo. É através desse abstracto que os indivíduos e os grupos se reconhecem como parte de uma comunidade e podem partilhar experiências e opiniões. O seu conteúdo abrange um conjunto muito variado de cognições, com expressão mental e corporal, de sonhos e fantasias que enformam uma certa visão do mundo e os comportamentos sociais.

O terreno que nos interessa, neste caso, é bem mais limitado e reporta-se somente à memória e ao imaginário sobre *nós* e os *outros*, sobre a nação e o império,

¹²⁵² Alejandro Pizarro Quintero, *História da Propaganda*, Lisboa, Planeta Editora, 1993, p. 16 e 18

sobre o percurso colectivo, o passado e os projectos do futuro. Trata-se de um campo onde a memória histórica desempenha um papel fundamental, mas onde esta se cruza com um conjunto de representações que já são do foro mitológico. Constitui-se, por conseguinte, uma história mítica que começa nas origens, tem os seu pontos de passagem obrigatórios, quadros interpretativos próprios, a sua cronologia, as grandes figuras e uma hierarquia dos acontecimentos, que privilegia os eventos fundadores e refundadores da nação, as vitórias e também as maiores derrotas, das quais se procuram extrair lições. O que caracteriza os vastos recitativos desta memória social sobre a nação, isto é, sobre *nós* como povo, de acordo com o conceito demoliberal herdado do século XIX, é a actualização permanente que faz dos seus referentes em função do presente e, sobretudo, dos anseios e projectos em relação ao futuro.

*“Une commémoration n’est pas seulement une remémoration: elle est plus encore que une revitalisation, c’est une régénération. Les événements que l’on commémore, anniversaires personnels ou collectifs, moments festifs ou moments douloureux, font renaître dans le présent la virulence vivante qu’avait le passé quand il était présent. Au-delà de la simple anamnèse, la commémoration réintroduit l’événement dans la vie présente et dans la perspective future; elle lui fait jouer un rôle fondamental et parfois fondateur, qu’il s’agisse de la naissance d’un individu ou de la Révolution française (en tant que naissance de la Démocratie ou de la Nation).”*¹²⁵³

De um ponto de vista antropológico, a nação foi definida por Benedict Anderson como “an imagined political community - and imagined as both inherently

¹²⁵³ Henri Atlan, Edgar Morin, “Sélection, réjection (Dialogue)”, in *Communications*, 49, Paris, Seuil, 1989, p. 126. A ideia citada é exposta por Edgar Morin.

limited and sovereign”¹²⁵⁴. Não só os limites e a soberania da nação são construídos, imaginados, mas também a ideia de que todos os seus membros formam uma comunidade, apesar das profundas diferenças sociais e culturais existentes entre eles. Um sentimento de fraternidade está na base da ideia moderna da nação. No processo de identificação colectiva a memória desempenha um papel de âncora e fornece os elementos que permitem reiterar a solidariedade, unidade e continuidade da comunidade. A memória permite reafirmar o que os seus membros têm em comum e o que os separa dos outros, a partir da evocação do passado e da história da nação. Articula-se, deste modo, com a identidade.

Os mitos, as memórias históricas e uma cultura pública de massas comum são aspectos fundamentais da identidade nacional, a par do território ou terra de origem, dos direitos e deveres legais iguais para todos os membros e de uma economia unificada, no plano interno¹²⁵⁵. As comemorações fazem parte, afinal, do conjunto de cerimónias e festejos públicos através dos quais as elites e os Estados contemporâneos procuram criar um ambiente emocional propício à comunhão e identificação dos indivíduos e dos grupos sociais com a comunidade imaginária que é a nação. Aliás, já Rousseau, em *Considérations sur le Gouvernement de Pologne*, terminado em 1772, tinha defendido que os meios para tornar o país coeso eram um sistema regular de festividades, cerimónias e espectáculos públicos e uma nacionalização rigorosa do ensino¹²⁵⁶. Mais do que uma forma das sociedades recordarem, as comemorações são um dos meios de que as elites e os cidadãos contemporâneos se servem para inventar a nação como comunidade política.

¹²⁵⁴ Benedict Anderson, *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, Londres, Verso, 1983, p. 6

¹²⁵⁵ Anthony D. Smith, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1997, p. 28

¹²⁵⁶ Cf. Jean Touchard (dir.), *História das Ideias Políticas*, vol. IV, s.l., Publicações Europa-América, 1970, p. 95. No capítulo intitulado “Da religião civil” que Rousseau decidiu acrescentar ao *Contrato Social* já tinha defendido a existência de uma religião dos cidadãos assente num reduzido número de dogmas, cujo objectivo consistia em manter a coesão e unidade política.

O facto da nação ser imaginária não significa que seja menos real nem sequer que a identidade nacional possa ser induzida de forma artificial, como uma criação *ex nihilo*, numa população. A sua construção obedece a um longo processo histórico de sedimentação que teve o seu desfecho nos Estados-Nação da época contemporânea e no advento do nacionalismo. O termo nacionalista aparece em França e na Inglaterra logo no século XVII. Por volta de 1715 o adjectivo *nationalist* é mencionado na língua inglesa e só no final da centúria passou a designar o excesso de patriotismo jacobino para os franceses¹²⁵⁷. Mas a sua utilização manteve-se episódica e vaga, somente se vulgarizando nos últimos anos do século XIX.

A primeira dificuldade da abordagem do tema deriva da sua ambiguidade e das múltiplas formas que pode revestir do ponto de vista ideológico. Há o nacionalismo difuso das populações e as concepções mais estruturadas dos ideólogos e líderes políticos de vários quadrantes ideológicos e sensibilidades. De modo geral, o nacionalismo tem sido visto pelos estudiosos como um movimento político e ideológico, muito associado ao binómio Estado-Nação e à afirmação da prioridade da sua independência e soberania. Mas Anthony D. Smith veio chamar a atenção para as características mais amplas, complexas e plurifacetadas do fenómeno. Na sua opinião, o nacionalismo traduz “uma *forma de cultura* – uma ideologia, uma linguagem, uma mitologia, um simbolismo e uma consciência – que alcançou uma ressonância global, e a nação é um modelo de identidade, cujo sentido e prioridade são pressupostos por esta forma de cultura”¹²⁵⁸. Liberto o conceito do seu estrito sentido político, é possível compreender melhor a penetração que tem nas sociedades

¹²⁵⁷ R. Girardet, “Nation: Le nationalisme”, in *Encyclopaedia Universalis*, vol. 11, Paris, 1980, p. 575

¹²⁵⁸ Anthony D. Smith, *op. cit.*, p. 118

e identificar o conjunto de práticas culturais a que deu origem, de que as comemorações dos centenários analisados são somente um exemplo¹²⁵⁹.

Os temas essenciais do nacionalismo são a conquista ou a defesa da *autonomia*, *unidade* e *identidade* da nação¹²⁶⁰. O primeiro prende-se com o problema da soberania, no caso dos Estados-Nação, e foi a pedra de toque de grandes comoções nacionais sempre que se pensou que estava a ser posta em causa. O segundo remete para vários tipos de questões: o “mito fraternal” que está na base da ideia contemporânea de nação¹²⁶¹, a defesa da coesão social, geralmente associada ao facto de colocar-se o *interesse nacional* no topo das preocupações políticas e sociais, e a tendência para manter a indivisibilidade da nação e criar uma situação de homogeneidade cultural e política. Finalmente, o terceiro deu lugar a debates sobre o *carácter* ou *génio nacional* e suscitou entre os intelectuais todo um importante movimento cultural com o objectivo de redescobrir as características da “individualidade colectiva”. Neste contexto se inseriu um renovado interesse pela história à qual se pedia que fornecesse um quadro interpretativo das origens e do devir da nação.

A exaltação do passado nacional é comum e os nacionalistas revêem-se, de modo geral, numa “idade de ouro” da nação e num conjunto de valores legados pela história dos quais se consideram herdeiros. A passagem do âmbito nacional desses valores para o universal costuma ser feita pelos vários nacionalismos que têm como

¹²⁵⁹ Nelas incluem-se cerimónias e símbolos – “bandeiras, hinos, paradas, moedas, capitais, juramentos, costumes populares, museus de folclore, memoriais de guerra, cerimónias de memória aos mortos nacionais, passaportes, fronteiras – bem como aspectos mais ocultos, tais como recriações nacionais, regiões rurais, heróis e heroínas populares, contos de fadas, formas de etiqueta, procedimentos legais, práticas educacionais e códigos militares – todos os costumes, hábitos e formas de agir e sentir distintos, partilhados pelos membros de uma comunidade de cultura histórica”. *Idem*, p. 101

¹²⁶⁰ *Idem*, p. 97

¹²⁶¹ Chris Southcott, “Au-delà de la conception politique de la nation” in *Communications*, 45, Paris, Seuil, 1987, p. 65

traço comum a pretensão à universalidade¹²⁶². Não há ideologia nacionalista que não tenha a convicção de que é portadora de uma riqueza moral, intelectual, social ou religiosa destinada a expandir-se além das fronteiras do Estado-Nação. Uma ideia que vulgarmente se cruza com diversas formas de messianismo e com a noção de que a nação foi “escolhida”, na medida em que “o nacionalismo é o equivalente secular moderno do mito sagrado pré-moderno da eleição étnica”¹²⁶³. No caso português, a esse fundo ideológico comum acresceu o facto de possuir uma história de expansão nacional e um império, o que contribuiu sobremaneira para exacerbar não só a exaltação do passado heróico, mas também a ideia da transcendência da cultura e da nação portuguesa.

Identificados os problemas e os conceitos fundamentais que irão permear a análise dos discursos, retomemos o ponto de partida. O nosso objectivo consiste em cruzar os vários tipos de discursos que enunciámos para apreender as linhas de força da memória histórica e do imaginário que emergiu nos vários centenários. Como traço mais forte e persistente, pensamos que há um fundo mítico, que foi sendo reelaborado ao sabor das épocas e dos regimes políticos e que abarca um conjunto de elementos de tipo identitário. É a parte mais duradoura e fundamental da memória que as elites foram paulatinamente forjando com o objectivo de construir uma imagem histórica da nação, que pudesse substituir as teodiceias e as visões cósmicas tradicionais. A sua importância reside no facto de ser uma resposta para o problema da identidade, isto é, para as clássicas perguntas sobre quem somos, qual o nosso papel no mundo e qual o nosso futuro. Noutro plano mais mutável, situa-se a parte da memória histórica que é mais permeável às polémicas dos especialistas, aos atropelos dos leigos e à tensão entre os propósitos *científicos* dos historiadores e os fins ideológicos das comemorações.

¹²⁶² R. Girardet, *op. cit.*, p. 576

¹²⁶³ Anthony D. Smith, *op. cit.*, p. 109

Os heróis

A maior parte dos centenários comemorou o nascimento ou a morte de um indivíduo, o que também se aplicou ao conjunto dos que seleccionámos como objecto do nosso estudo. E mesmo aqueles que se centraram na evocação de um acontecimento histórico fizeram-no de forma personalizada, atribuindo uma importância fundamental à acção de um ou vários protagonistas. Esta personalização da história não foi indiferente aos objectivos pedagógicos, de moralização e exemplo, que estiveram subjacentes na realização dos centenários. Teófilo Braga foi ainda mais longe quando afirmou que “o sentimento de veneração é uma das principais forças coordenadoras das sociedades humanas; sem ele a ordem seria uma violencia material e nunca um acordo harmonico das vontades”¹²⁶⁴. Por isso, os centenários dos grandes homens deveriam ser uma forma de substituir os tradicionais objectos de veneração das religiões por outros mais adequados a uma visão racional do mundo. Esta ideia importada do positivismo de Auguste Comte não era inédita e remontava ao século XVIII, tendo tido uma tradução prática nas festas cívicas da Revolução Francesa.

Evolução da ideia de herói

Os propósitos ideológicos que presidiram à realização dos centenários são decisivos para se compreender o papel específico que as figuras e a personalização da história assumiu nas comemorações. Havia a ideia bem enraizada de que a história só podia ser transmitida às crianças e ao “povo” utilizando o “método biográfico”, porque as considerações teóricas, as generalidades e abstracções não despertavam a

¹²⁶⁴ Teófilo Braga, *Os centenários como synthese affectiva nas sociedades modernas*, Porto, Tip. A. T. da Silva Teixeira, 1884, p. IX (Proloquio)

imaginação e a sensibilidade. Só a história vivida, de carne e osso, com a dose certa de drama e tragédia seria susceptível de comunicar às novas gerações e às massas, que era necessário formar dentro de certos valores, as ideias fundamentais sobre o passado comum e a acção dos grandes homens que, de algum modo, tinham contribuído para o progresso da Nação e da Humanidade.

Daí a voga das obras e colecções que apresentavam as biografias dos heróis, de que os portugueses deveriam orgulhar-se e admirar como exemplos¹²⁶⁵, e a própria importância dos centenários. Mas, além da questão pedagógica, existia também a convicção de que a história podia ser reduzida à biografia de determinados indivíduos “apaixonados e fortes”, que tivessem dado “convergencia aos interesses, aos sentimentos, às opiniões e aspirações da colectividade, tornando-se por isso mesmo os representantes de uma época”¹²⁶⁶. Neste ponto, Teófilo Braga seguia de perto Ralph Emerson e a ideia de *representativ man* que teve grande aceitação nos meios culturais portugueses.

É evidente que a questão da ideia de herói e grande homem era mais complexa e suscitou um aceso debate ao longo do século, onde se cruzavam as mais diversas concepções filosóficas e interpretações sobre o assunto¹²⁶⁷. Os centenários não eram o momento azado para tal discussão, se bem que tais ideias não deixassem de moldar as escolhas e as visões apresentadas pelos intervenientes. Em linhas muito gerais, o século XIX tinha visto emergir novos ideais de heroísmo que se prendiam com os valores da criação cultural e da governação das sociedades. Em especial, os artistas, os homens de letras e os estadistas passaram a ser celebrados pelas suas qualidades

¹²⁶⁵ Refira-se, a título de exemplo, *Os Portugueses Ilustres* (1869), de Pinheiro Chagas, a *Galeria de Varões Ilustres* (1880-82), de J. M. Latino Coelho, e o *Plutarco Português. Colecção de retratos e biografias dos principais vultos históricos da civilização portuguesa* (1881), em que colaboraram Teófilo Braga, Oliveira Martins, Joaquim de Vasconcelos e Paiva e Pona.

¹²⁶⁶ Teófilo Braga, *op. cit.*, Porto, 1884, pp. 181-182

¹²⁶⁷ Para uma análise mais detalhada deste problema ver: Fernando Catroga, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal* (1865-1911), II vol., Coimbra, 1988, p. 891-941 e Sérgio

superiores e pelo contributo que se considerava que tinham dado para os respectivos países e o progresso da civilização. O mérito ou merecimento estava, por conseguinte, no centro da concepção de grande homem, que era, afinal, uma espécie de herói da humanidade. Mas não deixou de continuar a valorizar-se os grandes aventureiros, que encarnavam nos exploradores dos sertões africanos, ou o heroísmo militar. As campanhas africanas do final do século e a exaltação nacionalista desencadeada pelo ultimato britânico favoreceram um clima de recuperação dos valores guerreiros, os quais foram também enaltecidos nas comemorações da Guerra Peninsular.

Os heróis distinguiam-se dos outros homens pelas suas acções em prol da “evolução social” e do “progresso” não só da nação mas também de todo o género humano. A concepção evolucionista e a crença no progresso associavam-se a um certo ecumenismo que remontava ao primeiro romantismo e à ideia da Revolução Francesa da fraternidade universal. No tricentenário de Camões, os republicanos mais proeminentes defenderam esse tipo de posições de carácter humanista. Se estas ideias tiveram uma considerável projecção ao longo do século e repercussão para além dele no ideário de alguns sectores republicanos, não deixa também de ser verdade que as concepções nacionalistas mais ligadas a valores conservadores, voltadas para a exaltação das glórias nacionais e as reivindicações imperialistas, tiveram uma importância significativa nos vários centenários. Nas comemorações do nascimento do infante D. Henrique e no “Centenário da Índia”, realizadas nos anos noventa, essa corrente ideológica foi dominante. Os seus contornos ideológicos inscreviam-se já numa corrente do nacionalismo que, passando sobretudo pelos sectores da direita republicana e pelas oposições conservadoras, nomeadamente pelos integralistas, iria desembocar no Estado Novo.

Campos Matos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Colibri, Julho de 1998, pp. 384-462

Numa perspectiva bastante generalizada, os heróis caracterizavam-se por serem sobre-humanos, colocados num plano muito superior aos comuns mortais, uma espécie de santos transformados, secularizados. E, por isso, tendiam a libertá-los das limitações humanas, dos defeitos que ensombravam as suas virtudes e tornavam-nos figuras puramente legendárias e ideais. A leitura das crónicas, ao pé da letra, contribuiu de forma decisiva para muitas imagens idealizadas que se vulgarizaram. Tomavam-se as narrativas dos cronistas e os testemunhos coevos como a verdade, sem se questionar os mecanismos de produção dessas representações e os respectivos limites. Muitas das imagens assim divulgadas eram tributárias de um *realismo ingénuo*, incapaz de submeter as fontes a uma análise crítica mais aprofundada. Deste modo, a historiografia erudita e de divulgação dava vulgarmente curso a narrativas que se inseriam numa longa tradição da memória. Por outro lado, tendia a projectar-se as concepções e valores do momento na visão das figuras históricas, de forma bastante anacrónica. Mais uma vez, as limitações dos métodos historiográficos e os propósitos formativos contribuía para a interpretação dos factos de acordo com as ideias do presente.

Apesar da profusão de récitas que circulavam sobre as figuras históricas, faltava uma voz que conseguisse unificar as ideias latentes e dispersas numa síntese suficientemente forte e original que marcasse uma época. Esse papel coube a Oliveira Martins, com a sua obra sobre *Os Filhos de D. João I* (1889-90)¹²⁶⁸. O sucesso foi imediato e os poderosos retratos que traçou dos personagens, segundo o que designou como o “método artistico ou sintético”, produziram uma grande emoção nos leitores. Partiu da ideia central de que a “história tem nos caracteres, como a pintura do retrato, o seu terreno de eleição; porque o homem, com as suas crenças, ideias e até preconceitos e fábulas, foi o construtor da sociedade”¹²⁶⁹. É possível que haja nesta

¹²⁶⁸ A obra saiu primeiro na *Revista de Portugal*, antes de ser editada em livro em 1891.

¹²⁶⁹ Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães & C^a Editores, 1973, p. 8

proposta influência das obras de Thomas Carlyle, cujos retratos históricos são esboçados em contrastes fortes e muito impressionantes¹²⁷⁰. Mas outros aspectos da ideia de herói deste autor vitoriano, nomeadamente a sua concepção providencialista da história, não eram partilhados por Oliveira Martins.

Depois do sucesso da primeira obra, o projecto do escritor consistia em dar continuidade à sua galeria de retratos dos heróis da nação. A segunda obra que ainda deixou completa foi dedicada a Nun'Álvares, “Messias da patria portugueza”, mito de santo e guerreiro que era o coroar do que de mais puro havia na alma da nação. Como alerta logo no início, “os homens superiores são sempre symbolos: nem a superioridade está n'outra coisa”¹²⁷¹. E o Condestável era o “heroe da Cavallaria nacional”, o Galaaz português que havia de “descobrir o sacrario da patria, dando a commungar aos seus filhos a hostia santa do sacrificio; era elle que terminaria também as aventuras do reino de Portugal, com façanhas que gradualmente iam avultando na sua imaginação”¹²⁷². Aventuras que não se esgotaram nas guerras com Castela e na conquista da independência do reino, mas no desabrochar de uma consciência nacional que teve o seu desfecho natural na expansão e na criação do império.

Nun'Álvares é uma figura messiânica: ele anunciou o destino de Portugal, depois dos tempos “obscuros e confusos” em que a história nacional se confundia com a dos outros reinos peninsulares¹²⁷³. Na arquitectura da visão da história de Portugal que Oliveira Martins tão sugestivamente se propôs desenvolver, o período afonsino não tinha ainda o carácter original que permitiu afirmar o país como uma individualidade no contexto da Península Ibérica. Foi, por conseguinte, no reinado do

¹²⁷⁰ Segundo Ernest Cassirer, “ele tinha sempre considerado a história não como um árido manual, mas como uma galeria de retratos” (*O Mito do Estado*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1961, p. 241)

¹²⁷¹ Oliveira Martins, *A Vida de Nun'Álvares*, Lisboa, Livraria António Maria Pereira, 1893, p. 14

¹²⁷² *Idem*, p. 17

¹²⁷³ *Idem*, p. 8 da “Advertencia”

mestre de Avis que se produziu a mutação essencial que tornou possível a afirmação de uma verdadeira nacionalidade e Nun'Álvares representa a consubstanciação da própria ideia de Portugal.

A ressonância desta poderosa construção mítica martiniana foi extraordinária e podemos vê-la em movimentos como a Cruzada Nun'Álvares, nas teses integralistas e, posteriormente, nos ideólogos do Estado Novo. A figura de Nun'Álvares é a chave da interpretação da história de Portugal. Os filhos de D. João I mais não fazem do que dar corpo à ideia por ele anunciada e, com as suas virtudes e defeitos, formaram o escol de dirigentes que soube levar por diante o projecto que permitiu cumprir o destino de Portugal.

As nações só existem como tal, na visão martiniana, na medida em que se tornam conscientes da sua “vontade colectiva” e ultrapassam o estádio em que as classes, incluindo a nobreza, combatem por motivos vários, “ nunca pelo sentimento de solidariedade nacional”¹²⁷⁴. Ora foi a expansão ultramarina que tornou possível afirmar não só a individualidade da nação no contexto peninsular, mas também torná-la um “ser uno e vivo”.

“Das proporções do estado dependia a sua grandeza; da sua grandeza a possibilidade de satisfazer a missão magnífica em que se sentia investido. Impossibilitado de se expandir na Peninsula, Portugal viu-se forçado a embarcar. Ceuta foi a primeira viagem: Alcacerquibir a ultima”¹²⁷⁵.

Os retratos psicológicos traçados pela pena de Oliveira Martins têm como base uma interpretação bastante livre dos testemunhos coevos, que o escritor joeira a seu modo, e a sua própria experiência pessoal que se projecta, por vezes de forma muito

¹²⁷⁴ *Idem*, p. 444

¹²⁷⁵ *Idem*, *ibid.*

explícita, nas figuras¹²⁷⁶. A diversidade dos caracteres é um dos aspectos mais frutuosos da sua ideia de heroísmo. Na sua perspectiva, existem heróis que se caracterizam pela acção, como o infante D. Henrique, ou heróis da passividade, como o mártir D. Fernando, heróis da bondade, como Nun'Álvares, e heróis que se distinguem por uma centelha de loucura e crueldade, que são próprias do “génio”¹²⁷⁷, como no caso do Navegador.

Mas aquilo que eleva realmente determinadas figuras a paradigmas de uma época é a “energia moral” e o “génio” que, no primeiro caso, as faz conduzir a sua vida dentro de princípios que contribuem para moldar a sociedade do seu tempo e, no segundo, conceber vastos planos e ideias que acabam por transformar o mundo. A “energia moral” foi a tónica do carácter de D. Filipa de Lencastre e a sua influência frutificou no comportamento do marido e dos filhos. Por ironia da sorte, o rei D. Duarte foi o que a teve em menor grau, mas o escritor compensou a sua fraqueza pela bondade do seu carácter. No extremo oposto, o infante D. Henrique destacou-se pelo “génio” que revelou concebendo o vasto plano dos descobrimentos marítimos, que ia desembocar na Índia, e devotando-se a essa empresa com todas as forças, ao ponto de se sacrificar a si e aos seus irmãos.

O Infante pintado por Oliveira Martins é uma figura antipática, mas o autor adverte que a simpatia e grandeza deste tipo de homens está na empresa a que se devotaram e não na sua personalidade¹²⁷⁸. Chega mesmo a afirmar que o génio é “descaroável”¹²⁷⁹. Neste aspecto, ignorou uma parte substancial do testemunho de Zurara sobre a bondade do seu Príncipe¹²⁸⁰ e preferiu fazer uma interpretação pessoal

¹²⁷⁶ A visão do infante D. Henrique como um estudioso incansável não é alheia ao testemunho de Zurara e à própria imagem que Oliveira Martins tem de si, como um místico da ciência. (Cf. António Álvaro Dória, “Oliveira Martins e o infante D. Henrique”, in *Ocidente*, nº 264, Lisboa, p. 171)

¹²⁷⁷ Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1973, p. 316

¹²⁷⁸ *Idem*, p. 78

¹²⁷⁹ *Idem*, p. 316

¹²⁸⁰ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, s.l., Livraria Civilização, 1973, p. 37 e 40

dos acontecimentos daquele período, apoiado numa tradição da memória que também esteve presente em crónicas posteriores¹²⁸¹.

Já D. Pedro emerge das suas páginas como uma figura de estadista e um autêntico exemplo moral. A complexidade do seu carácter e a tarefa da governação a que dedicou parte importante da sua vida são de um valor “absolutamente superior” – “sondar, descobrir, explorar e governar homens” é o verdadeiro e grande mistério que ainda continua por desvendar¹²⁸². Por isso, em comparação com a do irmão, a vida de D. Pedro “encerra indubitavelmente uma lição superior”.

O Príncipe Perfeito representava a síntese e a continuação do que de mais positivo havia na obra iniciada pelo infante D. Henrique e por D. Pedro. Personalizou o governante por excelência e foi, na opinião de Oliveira Martins, uma figura “tragica”, “em quem renasce o genio do infante D. Henrique, e os pensamentos vagos do seu irmão D. Pedro se formulam por um modo pratico, ou politico, para fundarem o imperialismo idealista”¹²⁸³. A morte não deixou o escritor concluir o volume dedicado a D. João II¹²⁸⁴, assim como não lhe permitiu dar continuidade ao seu plano de grandes biografias heróicas, no qual se incluíam ainda Afonso de Albuquerque e D. Sebastião¹²⁸⁵.

Parece contraditório emparceirar figuras tão díspares, mas na visão martiniana da história de Portugal o *terribil* representa o culminar da trajectória imperial da nação – o Alexandre português, o “nome em que a imaginação individualisa toda a historia magnifica da nossa aventura ultramarina” – e D. Sebastião “foi um Nun’Álvares posthumo”¹²⁸⁶. O jovem rei, anacronicamente formado nos valores da

¹²⁸¹ Cf. Maria Isabel João, *o Infante D. Henrique na Historiografia*, Lisboa, 1994, p. 12 e segs.

¹²⁸² Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, p. 181

¹²⁸³ *Idem*, *A Vida de Nun’Álvares*, p. 7

¹²⁸⁴ *Idem*, *O Príncipe Perfeito*, precedido de uma introdução ácerca do complemento e plano geral da obra por Henrique de Barros Gomes, 4ª ed., Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1933

¹²⁸⁵ *Idem*, *A Vida de Nun’Álvares*, p. 7 da “Advertencia”

¹²⁸⁶ *Idem*, *ibiD*.

cavalaria, concebeu o projecto de conquistas marroquinas que conduziu ao desenlace fatal de Alcácer Quibir. A sua tragédia é a da própria pátria, presa nas malhas de um “catolicismo delirante” e de um “estado de morbidez psychologica”, que teve em D. Sebastião a mais fiel encarnação.

Numa perspectiva positiva da história, dir-se-ia que o rei ficaria melhor colocado numa galeria de anti-heróis, uma figura quixotesca. Mas não é essa a concepção de Oliveira Martins que viu nele a expressão da generosidade, do voluntarismo, do idealismo que conduziu à imolação de toda uma geração. Tal como Nun’Álvares, o *Desejado* era a expressão do tipo característico da “raça peninsular ibérica, idealista na alma e afirmativamente heroica”¹²⁸⁷. Ou, como defendeu na *História de Portugal*, a expressão das idiossincrasias de um povo que projectou no mito do *Encoberto* a sua “desesperança” e a “abdicação da história”, isto é, da realidade, envolvendo-se “na mortalha de uma esperança messiânica”¹²⁸⁸.

O escritor viu no sebastianismo uma manifestação da permanência de um fundo céltico, que explicaria o “entusiasmo cândido do heroísmo”, e a “prova póstuma da nacionalidade”¹²⁸⁹. Dito noutros termos, a lenda do *Desejado* constituía a demonstração de uma *Vontade* de autonomia que se afirmou de forma decidida na actuação dos estadistas da segunda dinastia, conduzindo o país na senda dos mares.

Na interpretação martiniana da história nacional, os portugueses são uma amálgama de vários povos e confundem-se com o conjunto peninsular. Mas o persistente fundo de celticismo e, sobretudo, a vontade política moldaram uma unidade distinta no Ocidente da Península Ibérica. A nacionalidade só se afirma como tal quando o país se projecta na expansão e os estadistas assumem na prática o “imperialismo idealista”, que Oliveira Martins viu traduzido na acção do rei D. João II. Assim, cada um dos heróis martinianos representa, de forma pessoal e no contexto

¹²⁸⁷ *Idem*, p. 446

¹²⁸⁸ *Idem*, *História de Portugal*, 20ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1991, p. 287

¹²⁸⁹ *Idem*, p. 286

das épocas em que viveram, uma parte da própria alma colectiva que se vaza em ideais que nem sempre conduziram a acções bem sucedidas. Por isso, repetidas vezes avisa o leitor que se trata de uma galeria de “homens typicos”¹²⁹⁰ e de símbolos, afinal, do povo português e da nação.

O retrato psicológico destas figuras é complexo, por vezes paradoxal e com cambiantes de luz e de sombra que o torna mais vivo. Mas nem por isso são menos legendárias, visto que Oliveira Martins usa com grande liberdade as fontes e as interpreta à luz de arquétipos vagos que explicam, em última instância, as suas atitudes: o “génio peninsular”, o “carácter púnico”, o “temperamento meridional” em oposição ao anglo-saxão, quando se refere às diferenças entre o D. João I e D. Filipa de Lencastre. Mas vai mais longe: quando se refere a D. Sebastião, estabelecendo um paralelo entre o seu desaire e o do infante D. Henrique em Tânger, afirma que nas veias dele “corria o sangue generoso dos arianos, e no seu cérebro palpitavam os instintos da raça iminente, sempre alegre no sacrifício, e crente na verdade moral do mundo pairando sobre a confusão incoerente das coisas”¹²⁹¹. A “raça” fazia, por conseguinte, parte dos arquétipos usados por Oliveira Martins para interpretar os comportamentos humanos. E D. Sebastião parece consubstanciar várias das idiossincrasias das “raças” donde emergiram os portugueses, na óptica datada deste autor: os “celtas”¹²⁹², a “raça peninsular” e, neste trecho, a “ariana”.

Os heróis de Oliveira Martins marcaram, decisivamente, toda uma época e tiveram repercussões que se estenderam muito para além dela. Quando estalou a polémica entre Carlos Malheiro Dias e António Sérgio por causa de o primeiro ter apresentado D. Sebastião como um modelo para a juventude¹²⁹³, apesar das profundas diferenças ideológicas entre ambos os contendores, ainda eram os heróis martinianos

¹²⁹⁰ *Idem, A Vida de Nun'Álvares*, p. 7 da “Advertencia”

¹²⁹¹ Oliveira Martins, *Os filhos de D. João I*, p. 275

¹²⁹² *Idem, História de Portugal*, p. 285

¹²⁹³ Cf. *Exortação à Mocidade*, Lisboa, 1924

que estavam em causa. Malheiro Dias recuperou o “último dos heróis antigos”, no quadro da sua visão monárquica e tradicionalista da pátria. A referência não era um aspecto essencial da exortação à mocidade que pretendia, sobretudo, apresentar o “patriotismo como mais ideal dos sentimentos” e afirmava que as pátrias se construíram com “heróis, poetas e mártires”¹²⁹⁴. Mas o facto de tê-lo feito não deixa de revelar o que entendia ser um exemplo de sacrifício por um ideal que era, afinal, místico e guerreiro da nação e que não dissociava da expansão ultramarina.

As réplicas de António Sérgio foram azedas, porque o *Desejado* era a expressão mais acabada de tudo o que, na linha do seu idealismo crítico e reformador, queria extirpar da sociedade portuguesa¹²⁹⁵. Por isso, dedicou à memória de Nun’Álvares Pereira, do infante D. Henrique e de D. João II – “reflexivos e verdadeiros heróis (e verdadeiros porque reflexivos) que souberam levar-nos à vitória” – os testemunhos que compilou sobre D. Sebastião. A juventude não precisava do herói guerreiro e do sonho romântico de morrer de forma teatral pela nação, mas de heróis positivos, iluminados, que pudessem estimular o ideal de reformar a pátria (estadistas, sábios, apóstolos e reformadores)¹²⁹⁶. E, mais uma vez, foram os heróis de Oliveira Martins que serviram de exemplo, apesar da leitura que Sérgio fazia deles não ser totalmente coincidente com a daquele autor.

Idealizava os heróis do século XV, projectando neles a imagem de homens guiados pela razão, reflectidos, minuciosos, prudentes e com o auto-domínio necessário para a condução da grande empresa das navegações¹²⁹⁷. E serviu-se dos

¹²⁹⁴ Jorge Borges de Macedo, “Significado e evolução das polémicas de António Sérgio. A Ideologia da Razão (1912-1930)” in *Revista de História das Ideias*, vol. V, Coimbra, 1983, p. 506

¹²⁹⁵ Sobre o D. Sebastião afirma: “Não é o último dos heróis antigos, mas o primeiro dos patetas modernos; e compendia no seu modo de ser os piores defeitos do português actual”. Mais adiante completa o quadro: “Cruel, egoista, bronco, torpe” e “insensível à graça das raparigas”. (“Carta-Prefácio a C. Malheiro Dias” in *Testemunhos históricos, O Desejado, depoimentos de contemporâneos de D. Sebastião sobre este mesmo rei e sua jornada de África*, precedidos de uma Carta-Prefácio a Carlos Malheiro Dias, por António Sérgio, Lisboa, 1924, p. XXII)

¹²⁹⁶ *Ibid.*, p. XXVIII

¹²⁹⁷ *Ibid.*, p. XXIII

retratos dos Painéis de S. Vicente de Fora para ilustrar a imagem que tinha desses homens: “As fisionomias de Nuno Gonçalves exprimem uma vontade reflectida e calma, – refreada, atenta, – cheia de decôro e de sensatez”. Um ideal de controle férreo da vontade, de modéstia, de reflexão e comedimento que, alguns anos mais tarde, viria a constituir parte da imagem do governante que velava pelos destinos nacionais. Num aspecto, Oliveira Martins e António Sérgio estariam decerto em consonância: a necessidade de um escol de homens capazes de dirigir a nação, com energia e força moral. Em ambos o estadista ocupa o primeiro lugar no rol dos heróis que deviam servir de fecunda lição e exemplo. Apesar da distância que os separa sob múltiplos aspectos, a realidade que tinha conduzido à necessidade de repensar o problema dos heróis era idêntica: a grave crise política e social e a busca de repostas para a mesma.

Contudo, a ideia martiniana de herói estava longe de filiar-se na tradição iluminista, de que o racionalismo de António Sérgio era herdeiro ou, noutra registo filosófico, as correntes positivistas que tiveram em Teófilo Braga, Manuel Emídio Garcia, Teixeira Bastos, entre outros, os seus mentores. Os seus heróis não eram todos exemplares nem pretendiam sê-lo; não eram heróis da “razão” nem do “progresso”; não representavam sempre as tendências “evolutivas” das sociedades. Pelo contrário, eles eram a expressão da realidade do tempo em que viveram e da trajectória colectiva da nação.

As suas virtudes e defeitos reflectiam, como referimos, as idiossincrasias dos grandes grupos humanos dos quais eram tipos representativos e, naturalmente, as dos portugueses. E os melhores deles encarnavam, afinal, o que de mais nobre e valioso existia no fundo de “energia” e de “génio” do próprio povo, como Nun’Álvares e D. Henrique. Em relação ao último, escreveu Oliveira Martins: “Encarnou o génio

latente de um povo inteiro, tornou-se o intérprete do destino de uma nação filha da vontade cívica, e à força de heroísmo tenaz conseguiu vencer”¹²⁹⁸.

O aspecto mais sugestivo reside, precisamente, no facto de os heróis martinianos representarem tendências latentes na nação e darem expressão a forças morais que orientam as suas vidas para o sacrifício. O martírio é, na sua perspectiva, “a suprema consagração do mérito no mundo”¹²⁹⁹. Fé, sacrifício, martírio, destino são palavras que exprimem a concepção martiniana de heroísmo, ainda eivada de valores românticos e de um profundo misticismo. Os maiores heróis eram espartanos, ascéticos e cultivaram o desprendimento do corpo: o Infante ficou virgem toda a vida¹³⁰⁰ e Nun’Álvares tornou-se casto. A temeridade e a audácia caracterizavam os actos heróicos e suscitavam a admiração do escritor, apesar de terem conduzido o infante D. Henrique e D. Sebastião a acções que redundaram em derrotas. O comportamento e a vida dos seus heróis surgem-nos presos nas malhas de um certo fatalismo e esta desenrola-se como um autêntico drama tanto mais emocionante quanto o fim for trágico.

Na base do projecto de Oliveira Martins de escrever uma série de biografias históricas estava a procura de uma explicação para o estado de decadência a que tinha chegado a sociedade portuguesa, que procurou escarpelizar no *Portugal Contemporâneo*. O país tinha sido capaz de produzir diferentes tipos de heróis, cuja grandeza residiu na forma como conseguiram dar expressão a tendências latentes na sociedade portuguesa. *O Desejado* foi o último: herói duplamente trágico porque encarnou um ideal anacrónico e a sua morte se confundiu com a da própria nação, enquanto “ser uno e vivo”, com uma voz singular e original.

Segundo o escritor, de meados do século XVII em diante, a história de Portugal voltava a não despertar curiosidade, senão para o estudo de casos de patologia

¹²⁹⁸ Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, p. 315

¹²⁹⁹ *Idem*, p. 412

¹³⁰⁰ *Idem*, p. 78

colectiva, porque não se distinguia da europeia e era apenas uma faceta do movimento mais geral de decomposição da Península Ibérica¹³⁰¹. A visão pessimista parece conduzi-lo para um beco sem saída. Mas talvez não seja assim: Oliveira Martins sonha com o *salvador* e uma nova “idade heróica”. Não será esse o sentido da visão do sonho de Campanella realizando-se sob a direcção do filho de D. João II, caso este não tivesse morrido de uma “queda estúpida”¹³⁰²? Sonho imperial e messiânico, novamente evocado na época das máquinas e do cepticismo, mas mitigado pela ideia da infelicidade, do martírio e da morte, da qual só o heroísmo parece ser capaz de redimir os povos¹³⁰³.

A vitalidade das biografias de Oliveira Martins decorre do facto de ser uma resposta complexa, rica de sugestões para um duplo problema: a caracterização de heróis representativos da nação e, simultaneamente, o aparecimento de figuras capazes de salvar o país da “melancolica historia”. Por isso, correntes ideológicas com posições muito diversas reviram-se nas suas páginas.

O historicismo republicano foi buscar a Alexandre Herculano e Oliveira Martins as figuras heróicas que legitimavam a ideia da possibilidade de uma revivescência nacional e, sobretudo, aquelas que podiam ser consideradas representativas de determinados períodos gloriosos, de ideais e da própria idiossincrasia da nação, de modo a cultivar a devoção pela pátria¹³⁰⁴. O poeta-historiador Jaime Cortesão, uma das personalidades mais notáveis dessa área

¹³⁰¹ *Idem, A Vida de Nun'Álvares*, p. 8 da “Advertencia”

¹³⁰² “O herdeiro do throno de Aviz, monarcha de toda a peninsula, senhor de todo o mundo extra-europeu, poria talvez sobre a cabeça a côroa de um imperio maior e mais firme do que foi o de Carlos V”. *Idem*, p. 445

¹³⁰³ No ensaio que dedicou a Camões, Oliveira Martins viu no heroísmo uma das principais características dos portugueses e a explicação mais geral para a história nacional: “Pelo heroísmo se explica a nossa grandeza e o nosso abatimento, as nossas virtudes e os nossos vícios, a culminação gloriosa a que subimos e o abismo podre em que nos afundámos para morrer” (*Camões, os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores, 1986, p. 101)

¹³⁰⁴ Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal da formação ao 5 de Outubro*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, p. 389

ideológica, fez o percurso da concepção romântica, muito influenciada por Oliveira Martins, para uma história “marcada o mais possível pelo carácter científico”, sem nunca perder a sensibilidade ao drama e à afirmação da consciência humana¹³⁰⁵. Os heróis que apresentava como exemplo aos seus alunos, quando exerceu a docência, eram ainda os de Oliveira Martins, aureolados de heroísmo e santidade. Mas depois da experiência traumática da guerra e preocupado com a necessidade de formar elites capazes para governar o país, defendia junto da mocidade que o verdadeiro homem superior distingue-se dos outros por ser o “que mais desinteressadamente serve a comunidade”¹³⁰⁶, isto é, um “iluminado” capaz de encarnar as virtudes redentoras do povo português para levar por bom caminho a nação.

Uma ideia que reunia largo consenso no seio da Renascença Portuguesa, cujos mentores se consideravam uma elite de homens superiores dispostos a servirem de “*fermento* para levedar a grande massa social na senda do progresso”¹³⁰⁷. E este não era incompatível, na perspectiva de Teixeira de Pascoais, com a orientação saudosista do movimento – “Mas não imagine o leitor que a palavra “Renascença” significa simples regresso ao Passado. Não! Renascer é regressar às fontes originárias da vida, mas para criar uma vida nova”¹³⁰⁸.

O culto dos heróis encontrou, nas primeiras décadas do século XX, um ambiente cultural muito propício, mercê das concepções filosóficas dominantes, que privilegiaram o intuitivo, o emocional e o dionisiaco, dos contributos da psicologia

¹³⁰⁵ Joaquim Romero Magalhães, “No trilho de uma ambição: o poeta-historiador Jaime Cortesão (1919-1927) in *Cadernos de História Económica e Social*, 6-7, Lisboa, 1985, p. 47

¹³⁰⁶ Jaime Cortesão, “Cartas à Mocidade. Queres ser um Homem?” in *Seara Nova*, nº 3, Novembro de 1921. Cortesão distinguia duas fases na sua concepção da história que dependeram da sua iniciação como historiador: “Até ali a história incarnava para nós em personalidades que a dirigiam, os Heróis, segundo o conceito épico e hipertrófico de Carlyle. Longos anos passados nos arquivos, quer nos portugueses quer nos estrangeiros, levaram-nos a dar uma importância crescente à criação anónima e colectiva”. Citado por Joaquim Romero Magalhães, *op. cit.*, p. 32

¹³⁰⁷ Marinho dos Santos, “Notas para o (re)conhecimento de Jaime Cortesão” in *Cadernos de História Económica e Social*, 6-7, Lisboa, 1985, p. 68

¹³⁰⁸ “Renascença” in *A Águia*, nº 1, 2ª série, Porto, 1912

individual e de massas, e das circunstâncias especiais de crise decorrentes da Grande Guerra que abalaram a crença no progresso. Em Portugal, o regime republicano mostrava-se incapaz de cumprir a promessa de criar um mundo novo e os intelectuais procuravam no retorno às raízes e tradições a resposta para os problemas, tal como tinha acontecido perante as incertezas do final do século.

A ideia não era somente apanágio dos sectores conservadores, visto que os republicanos tinham procurado legitimar o seu poder através da história e, pelo menos os sectores mais moderados, não tinham esquecido as lições de Teófilo Braga sobre a importância do estudo da cultura popular para estabelecer “as bases positivas da nacionalidade”¹³⁰⁹. No campo literário, tanto as personalidades da Renascença Portuguesa – a “falange mais esclarecida” dos republicanos¹³¹⁰ – como os tradicionalistas se reviam nas glórias do passado e ressuscitavam os antepassados. Como escreveu Pascoais. “O sangue é a memória, presença de fantasmas, que nos dominam e dirigem. À voz do sangue responde a voz da terra; e este diálogo misterioso mostra os caracteres da nossa íntima fisionomia portuguesa”¹³¹¹. Trata-se, afinal, da busca da identificação com o povo, com a terra portuguesa. O mesmo anseio dominou poetas como Alberto de Oliveira, Afonso Lopes Vieira, António Correia de Oliveira ou Mário Beirão e teve a sua expressão culminante na *Mensagem*, de Fernando Pessoa.

A mais antiga das poesias, que integra a obra, foi escrita em 1913, dedicada a D. Fernando, e as mais recentes são de 1934¹³¹². O Olimpo de Pessoa vai do mítico Ulisses, fundador de Lisboa, a D. Sebastião. Os castelos do brasão são os heróis fundadores, verdadeiros pais e mães ancestrais da nação: Viriato, o conde D. Henrique, D. Tareja, D. Afonso Henriques, D. Dinis, D. João I, D. Filipa de

¹³⁰⁹ Cit. Rui Ramos, *op. cit.*, p. 65

¹³¹⁰ Joaquim Romero Magalhães, *op. cit.*, p. 33

¹³¹¹ Teixeira de Pascoais, *Arte de Ser Português*, Lisboa, 1978 (1ªed., 1915), p. 72

¹³¹² Fernando Pessoa, *Mensagem*, 19ª ed., Lisboa, Edições Ática, 1997 (Cf. índice)

Lencastre. As quinas são os membros da Ínclita Geração – o primeiro, o rei D. Duarte, D. Fernando, D. Pedro e o esquecido infante D. João – e, a última, D. Sebastião. A coroa é Nun'Álvares Pereira, “S. Portugal em ser”. O timbre é um grifo, misto de águia e leão que simboliza o Império: a cabeça é o infante D. Henrique, e as asas são D. João II e Afonso de Albuquerque. Os heróis das navegações povoam o “Mar Português”, com o Infante novamente à cabeça. Em seguida, destacam-se o Padrão, colocado por Diogo Cão, o marinheiro anónimo que enfrenta o mostrengo, a mando de D. João II, Bartolomeu Dias, Fernão de Magalhães, Vasco da Gama e a última nau que leva a bordo D. Sebastião. Os outros que também descobriram terras são “Os Colombos”, cuja auréola é dada “Por uma luz emprestada”.

Cada um dos heróis pessoanos tem uma legenda breve que resume, afinal, o seu lugar no imaginário da nação. No topo da hierarquia do Olimpo nacional, Pessoa colocou Nun'Álvares, o herói que é o símbolo de Portugal. Não é uma ideia inédita: Guerra Junqueiro, na *Pátria*, e Oliveira Martins também o viram nos mesmos termos. O Condestável é o símbolo da antiga alma da nação – heróica, pura, idealista e movida pela fé¹³¹³. Junqueiro sonhava com a metempsicose, em moderno, do grande Condestável: “Queríamos um justo inexorável, um santo heróico, com a verdade nos lábios e uma espada na mão”. Um *salvador* que fosse capaz de limpar o país e pôr em marcha a obra de reconstrução nacional, da qual fazia parte a tarefa de restabelecer a ordem e o trabalho a nível interno e o encargo de “colonizar a África”¹³¹⁴. Em Junqueiro, Oliveira Martins e Pessoa, Nun'Álvares é o único e verdadeiro Messias, aquele que simboliza o Portugal antigo que há de renascer e restabelecer o

¹³¹³ Exclama o Doido, que é a expressão do desvario e da tristeza da Pátria, perante o espectro de Nun'Álvares: “Ah, fui eu ... um outro eu ... que andou no mundo e já morreu!” – Guerra Junqueiro, *Pátria*, Porto, Lello Editores, s. d., p. 165

¹³¹⁴ *Idem*, “Anotações: Balanço Patriótico” in *Pátria*, Porto, Lello Editores, s. d., p. 195-196

esplendor¹³¹⁵. D. Sebastião é um avatar onde foram projectados os sonhos de antigas grandezas¹³¹⁶. É o *Desejado* que traz o pendão do Império¹³¹⁷, que empunhou heroicamente em Alcácer Quibir.

Alguns viram nesta obra de Fernando Pessoa a verdadeira imagem de Portugal e uma das “raras possibilidades de sobrevivência da epopeia em verso”¹³¹⁸. Pessoa sonhou dar o título de “Portugal” ao livro – “receou, no entanto, que a designação parecesse ambiciosa”¹³¹⁹ – e fez questão de publicá-lo a 1 de Dezembro de 1934¹³²⁰. A sua interpretação é complexa e tem implicações mais vastas do que a mera questão da forma como são vistos os heróis, que foi o aspecto destacado por nós. Neste âmbito, o seu interesse reside na forma lapidar como conseguiu sintetizar a legenda dos grandes heróis nacionais e representa um momento essencial na afirmação do imaginário histórico de cariz nacionalista. A obra é também fruto de uma época de incertezas que buscava num passado mitificado, como já era costume, se não as respostas, pelo menos a fé para enfrentar o futuro. A visão mística, providencialista e marcadamente conservadora não deixa de reflectir o homem e a época em que foram escritos a maior parte dos poemas.

O ambiente intelectual estava, naquele período, de tal modo impregnado de saudosismos vários que Salazar chamou a atenção para o exagero, no prefácio da entrevista que deu a António Ferro, em 1933: “Por mim atrevo-me a dizer que estamos demasiadamente presos à memória dos nossos heróis – nunca, aliás, querida e venerada em excesso –, demasiadamente escravizados a um ideal colectivo que gira sempre à roda de glórias passadas e inigualáveis heroísmos. O nosso passado heróico

¹³¹⁵ “Sperança consumada, / S. Portugal em ser, / Ergue a luz da tua espada / Para a estrada se ver!” – Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 47

¹³¹⁶ “É O que eu me sonhei que eterno dura, / É Esse que regressarei.” – *Idem*, p. 83

¹³¹⁷ *Idem*, p. 74

¹³¹⁸ David Mourão-Ferreira, “Nota à 7ª edição” in Fernando Pessoa, *op. cit.*, p. 12

¹³¹⁹ *Idem, ibid.*

pesa demais no nosso presente”¹³²¹. A seguir recordava, de forma prosaica, que os portugueses tiveram heróis, triunfos e glórias fulgurantes em várias partes do mundo, mas foram outros povos que souberam tirar o proveito. E, por fim, deixava o aviso: “A querermos agarrar-nos às concepções dos tempos heróicos, corremos o risco de parecermos como braços desocupados num mundo que nos não entende”¹³²².

Não profetizava o seu futuro como dirigente político, é claro. As suas palavras destinavam-se somente a apresentar aos portugueses o estadista que queria mudar a face do país e precisava de renovar as mentalidades. A mudança que preconizava tinha de firmar-se na reforma da educação, inspirada num “são nacionalismo” que não excluía o conhecimento do “passado de grandeza heróica”. O “ressurgimento nacional” havia, por conseguinte, de escorar-se também noutras interpretações da história mais ajustadas aos novos objectivos ideológicos.

Nesta entrevista Salazar mostra-se sensível ao problema da propaganda do regime que entregou, ainda nesse ano, nas mãos de António Ferro. Uma escolha acertada que se revelou logo na forma como conduziu a histórica entrevista e na ideia de equiparar a figura de Salazar ao infante D. Henrique. A imagem que tinha presente era ainda a das páginas de Oliveira Martins: o génio solitário e ascético, dominado por um grande pensamento, que sabia onde queria chegar e foi capaz de levar a cabo a sua obra. Na perspectiva de António Ferro, onde Salazar se “parece com o Infante de Sagres, é na sua tenacidade, no seu misticismo objectivo, tocando as realidades essenciais, na sua fé em si próprio, no seu sonho que parece absurdo, mas que ele sabe possível, porque a certeza está com ele, porque a certeza já está lá dentro ...”¹³²³. Como o Infante é um sábio; um sábio moderno que domina as contas do Estado e se refugia no seu escritório a trabalhar, como aquele fazia na “Escola de Sagres”. A

¹³²⁰ “Pessoa, Fernando António Nogueira” in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Venda Nova, 1996, p. 722

¹³²¹ António Ferro, *Salazar o homem e a sua obra*, Lisboa, 1982 (prefácio)

¹³²² *Idem, ibid.*

estátua de Francisco Franco não desmentiu essa ideia, apresentando-o com as vestes doutorais. É um homem só, “heroicamente só”, sem mulher, sem filhos, sem amigos, cujo único desejo é que o deixem trabalhar em prol da sua pátria. Do escopo do Infante, de Oliveira Martins, só não tem a dureza; em contrapartida, António Ferro pôde descortinar nele “uma sensibilidade clara [...] à flor dos olhos”. Toque luminoso, lampejo de humanidade que completa o retrato do desejado salvador de Portugal.

Assim foi visto de imediato: “Vós sabeis todos que houve um homem, que por muito amar o seu país se lhe deu inteiramente! Esse homem, de um talento novo, de uma vida modelo [...] que trabalha enquanto os outros discutem e que vela enquanto todos dormem; esse homem que nós não vemos, que quase não conhecemos, mas cujo poder sentimos, viu Portugal, outrora criador de novos mundos, na miséria e resolveu salvá-lo!”¹³²⁴. Aquilo que parecia ser uma desvantagem da personalidade fria e reservada de Salazar, transformou-se numa imagem positiva que encarnava um certo ideal de ascetismo cristão e de homem devotado a uma causa nobre. Como retoques finais, por feitio e educação de seminarista, o Presidente do Conselho cultivou um estilo caracterizado pela modéstia, sobriedade e simplicidade, identificável com a visão mítica dos homens da “idade heróica” de Portugal. Houve, por conseguinte, quem quisesse ver o rosto de Salazar nos Painéis de S. Vicente de Fora¹³²⁵.

Aos nossos olhos de hoje pode parecer uma operação de propaganda quase risível, mas é preciso recuar ao contexto da época e ter presente que em todos os sectores ideológicos se procurava um líder, um chefe que fosse capaz de restabelecer o esplendor de Portugal. O homem que veio a encarnar esse desejo parecia o menos

¹³²³ *Idem*, p. 178

¹³²⁴ Discurso de uma mulher, Cândida Parreira, na altura da campanha eleitoral de Dezembro de 1934. Cit. José Gil, *Salazar. a retórica da invisibilidade*, Lisboa, 1995, p. 35

adequado para desempenhar o papel, mas logo conseguiram projectar nele as virtudes dos heróis antigos e criar-lhe a necessária aura.

“A necessidade da chefia só se faz sentir quando um desejo colectivo atingiu uma força avassaladora e quando, por outro lado, falharam todas as esperanças de satisfazer esse desejo pelos meios ordinários. Nessas alturas o desejo não é apenas profundamente sentido, mas também personificado. Apresenta-se perante os olhos do homem de forma concreta, plástica e individual. A intensidade do desejo colectivo é personificada no chefe”¹³²⁶.

É evidente que outros aspectos contribuíram para firmar não a aura, mas o poder de Salazar¹³²⁷. Todavia, o que nos importa assinalar aqui é o aproveitamento político que, afinal, acabou por ter o culto dos heróis que se vinha desenhando desde o final do século XIX, no quadro da construção do ideário mítico do nacionalismo português.

Não podemos, contudo, esquecer que há uma significativa diferença entre as diversas correntes ideológicas do mesmo nacionalismo que se reflecte na forma como foram vistos os vários heróis. Alguns conseguiram a unanimidade, outros foram especialmente apadrinhados por determinados sectores ideológicos, como veremos adiante. A memória histórica liberal e republicana conservou aspectos menos abonatórios de uma imagem idealizada das figuras históricas e não se coibiu de apresentar os actos reveladores de violência, crueldade, ambição material, vingança e outros comportamentos que conferiam aos heróis uma feição

¹³²⁵ Reprodução da capa do *Notícias Ilustrado*, de 24 de Dezembro de 1932 (in António Ferro, *Salazar o homem e a sua obra*, Lisboa, 1982, extra-texto)

¹³²⁶ Ernest Cassirer, *op. cit.*, p. 341

¹³²⁷ Para além das condições sócio-económicas e políticas que foram analisadas por Fernando Rosas e outros historiadores, o próprio Salazar contribuiu para criar a sua imagem de uma forma que não

mais natural. A base dessas narrativas eram também as crónicas e testemunhos coevos que são, por vezes, de um realismo cru.

Não era um problema pacífico saber se era lícito, ou não, apresentar as fraquezas humanas dos heróis, o lado menos luminoso da história. Em Espanha, no âmbito do centenário do descobrimento da América, tinha-se discutido muito a questão a propósito da posição da “escola realista” que estava a fazer uma revisão sistemática das lendas colombinas. Mas um importante sector intelectual opunha-se ao intento nos seguintes termos: “Si los naturalistas de la Historia siguen por estas sendas, no han de quedar ni grandes hombres en la antigüedad, ni héroe en el Olimpo pagano, ni santos en el cielo cristiano. Vamos a ser los deshonorados de la historia y vamos a dar tristísimas enseñanzas en las aulas a nuestros hijos”¹³²⁸.

Não encontrámos uma polémica comparável em Portugal, no âmbito dos centenários analisados. A tendência mais forte foi para sacralizar os heróis, em nome da pedagogia cívica e da defesa do exemplo para as novas gerações ou do sentimento de veneração de que falou Teófilo Braga, a pensar nos grandes homens que contribuíram para o progresso da humanidade¹³²⁹. Uma linha ideológica que encontrou no nacionalismo de feição mais conservadora os seus principais defensores e desembocou na imagem do povo de “santos, guerreiros e heróis” imaculados que

pode deixar de ser tida em conta. Veja-se de José Gil, *Salazar. A retórica da invisibilidade* (Lisboa, Relógio d'Água, 1995)

¹³²⁸ Víctor Balaguer citado por Salvador Bernabeu Albert, *1892: V Centenario del Descubrimiento de America*, Madrid, 1987, p. 121

¹³²⁹ Apontemos dois exemplos distanciados no tempo, mas consonantes nos propósitos mais gerais. No centenário de 1898, Brito Rebelo referiu-se à ideia corrente de que nem sempre a pátria tinha sido justa com os seus grandes homens e acrescentou: “o espirito moderno, porém, creando uma nova religião, limpa, é certo, dos erros e maculas dos cultos antigos, colloca nos altares da patria o vulto d'esses sublimes semi-deuses, cercando-os de respeito e homenagens das gerações que vão passando” (Brito Rebello, “Vasco da Gama” in *O Occidente*, vol. XXI10 de Maio de 1898, p. 99). Em 1934, António Cabreira escrevia: “as Pátrias, para subsistirem íntegras e fortes, têm de criar e manter uma perfeita mística, tecida pela veneração aos seus Heróis, pelo cântico dos seus rasgos de civismo e bravura, revérbero da Unidade Moral da Nacionalidade e efeito do Estímulo dado pelo êxito de outros exemplos edificantes” (*Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 52ª série, N° 11 e12, Novembro-Dezembro de 1934, p. 455)

foi veiculada pelo Estado Novo. Várias gerações foram, por conseguinte, educadas ignorando uma parte fundamental da memória histórica da nação e revendo-se em heróis que, afinal, se tinham transformado em autênticos ícones.

O símbolo da nacionalidade

Em 1880, Oliveira Martins escrevia que “Camões é ao mesmo tempo uma infinidade de tipos para uma infinidade de criaturas arrastadas pelo entusiasmo do Centenário”¹³³⁰. Comentava, a propósito, que tal é a sorte reservada aos homens que os povos erguem à altura de símbolos. Esta ideia foi confirmada pela posteridade e o mito camoniano sofreu várias metamorfoses, consoante as épocas e os regimes políticos.

No tricentenário, a memória do poeta construiu-se a partir da herança romântica, da visão dos republicanos e dos sectores conservadores, sobretudo católicos, que não perderam a oportunidade de recordar a faceta religiosa da épica camoniana¹³³¹. Quando hoje pensamos nas comemorações temos tendência para considerar, a partir dos textos impressos, que a versão dominante foi a republicana ou a monárquica de carácter secular. Contudo, esquecemos que nas igrejas, colégios particulares, escolas e imprensa católica não era essa a imagem mais divulgada.

Já referimos noutro capítulo, a oração fúnebre que foi feita nas solenes exéquias promovidas pelo clero lisbonense, onde Camões foi enaltecido como “verdadeiro

¹³³⁰ Oliveira Martins, *Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, Lisboa, 1986, p. 8 (prólogo)

¹³³¹ Sobre a visão romântica ver: Ofélia Paiva Monteiro, *Camões no Romantismo*, Coimbra, Sep. da Revista da Universidade de Coimbra, vol. XXXIII, 1985. Para uma abordagem genérica do século XIX: Jorge Borges de Macedo, “Camões em Portugal no século XIX”, Sep. da Revista da Universidade de Coimbra, vol. XXXIII, 1985

christão” e “patriota exímio”¹³³². O *Commercio do Minho* seguia na mesma linha e, incisivo, condenava todos aqueles que pretendiam “vestir Camões á moderna e enfileira-lo entre os precusores da apostasia hodierna, [porque] caluniam miseravelmente a sua veneranda memoria”¹³³³.

O professor de um colégio, situado em Campolide, debruçou-se sobre o carácter religioso d’*Os Lusíadas* para destacar, logo na abertura, que o “principal fundamento de toda a grandeza política é a Religião”, tal como ensinou o poeta¹³³⁴. Continuou a conferência, dirigida aos alunos, referindo-se ao milagre de Ourique e à missão apostólica de que tinham sido incumbidos os portugueses pela Providência, a qual levaram a cabo movidos por intensa fé. Nun’Álvares Pereira, figura exemplar de cristão piedoso e guerreiro, e Vasco da Gama foram especialmente enaltecidos na narrativa pelos seus feitos e pela religiosidade: “leões ante o inimigo e cordeiros ante o divino”¹³³⁵. Em suma, “cada uma das palavras [de Camões] respira guerra aos inimigos da Fé, amor da paz dos principes christãos e zelo da gloria da sancta Egreja”¹³³⁶. As únicas máculas anotadas pelo docente, muito provavelmente padre, foram a utilização de figuras extraídas da mitologia pagã e as estâncias em que a alegoria, apesar de “sublissima”, utilizou formas que ofendiam o pudor. Se a primeira ainda podia ser justificada pela retórica e o estilo da época, já a segunda não tinha qualquer desculpa. Apesar disso, *Os Lusíadas* possuíam o inestimável valor de cantar “a missão que a Providencia confiou a Portugal”, donde concluíam que o grande desígnio do

¹³³² *Oração funebre que nas solemnes exequias celebradas pelo clero lisbonense na Sé Catedral de Lisboa no dia 8 de Junho de 1880 pelos heroes do Oriente recitou o Dr. Jose Ferreira Garcia Diniz, prior da freguezia de Nossa Senhora da Encarnação, Lisboa, Typ. Universal, 1880*

¹³³³ *O Commercio do Minho*, Á Memoria de Luiz de Camões no seu Tricentenario, em 10 de Junho de 1880, Braga, 1880

¹³³⁴ *O caracter religioso dos Lusíadas de Luiz de Camões. Documentos e reflexões por um professor do Collegio de Maria Sanctissima Immaculada em Campolide, Lisboa, 1880*

¹³³⁵ *Idem*, p. 65

¹³³⁶ *Idem*, p. 129

centenário era “lembrar á nação o antigo heroismo que lhe inspirou a Religião para que, considerando o que é e o que foi, se emule a si mesma”¹³³⁷.

No lado oposto, estavam os republicanos que desenvolveram uma intensa propaganda nalguns órgãos da imprensa, em publicações e conferências que tinham, decerto, uma audiência mais restrita. Teixeira Bastos resumiu, de forma didáctica e acessível, o essencial num opúsculo editado pela Bibliotheca Republicana Democratica¹³³⁸. O primeiro aspecto em que colocou grande ênfase foi na ligação entre Camões e a nacionalidade. A vida do poeta confundia-se com a da pátria nos seus momentos essenciais e salientava especialmente o facto do ano trágico da sua morte ter coincidido com a perda da independência de Portugal. Assim, como Oliveira Martins também tinha referido no seu ensaio, o falecimento do poeta sobrepunha-se ao período da decadência de Portugal e a sua epopeia só não era o “epitáfio de Portugal”¹³³⁹ porque tinha servido de alento à revolta dos patriotas. A leitura d’*Os Lusíadas* dera ânimo aos principais responsáveis do movimento restauracionista e conforto aos exilados liberais que projectaram neles os seus ideais.

A obra é o “monumento immorredouro da nossa nacionalidade, a synthese gloriosa das nossas tradições, o poema de um povo que sulcando o mar tenebroso descobriu o caminho do Oriente e abriu as regiões asiaticas ao commercio da Europa”¹³⁴⁰. O canto do poeta é, por conseguinte, a expressão mais forte da nacionalidade e o alento necessário para os portugueses se libertarem de todo o género de opressões. Por isso, esperava-se que as festas do tricentenário tivessem o significado de uma “revivescência nacional”, como dissera Teófilo Braga. O Camões e *Os Lusíadas*

¹³³⁷ *Idem*, p. 138 e p. 141

¹³³⁸ Teixeira Bastos, *Luiz de Camões e a nacionalidade portugueza*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1880

¹³³⁹ Oliveira Martins, *Camões, os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores, 1986, p. 249

dos republicanos eram, antes de mais, uma bandeira de luta contra a decadência nacional e a favor da libertação dos portugueses. Como escreveu Teófilo, numa poesia recitada na matinée dos actores e bastante divulgada¹³⁴¹:

Camões! Camões! Heroe, cantor e bravo,

Envilecidos animos levanta,

Porque encerra o Poema onde os seus canta

A força que faz livre um povo escravo.

A identificação do poema com a pátria tinha atingido foros tais que ousar criticá-lo era visto como um crime de “lesa-nacionalidade”, com referiu Camilo Castelo Branco no prefácio à reedição do poema de Garrett. Teixeira Bastos viu nas posições críticas que tinham sido defendidas pelo padre José Agostinho de Macedo e por Castilho o sintoma do grande abatimento, da decomposição do país e a prova de que não existia o “sentimento da nacionalidade”¹³⁴². É importante não perder de vista que a nacionalidade se espelha numa epopeia guerreira que se inicia com as conquistas do território aos mouros e continua com o movimento da expansão marítima. Tal processo, iniciado sob a égide do infante D. Henrique, “em honra da pátria e da religião”, colocou Portugal na “vanguarda da civilização” e demonstrou a “tenacidade, o valor, e o heroísmo” do povo português¹³⁴³. Mas Teixeira Bastos não se esquece de lamentar, no meio da mais estrénuo defesa do heroicidade dos portugueses, “que a injustiça e as barbaridades manchassem por

¹³⁴⁰ Teixeira Bastos, *op. cit.*, p. 7-8

¹³⁴¹ Teófilo Braga, *O poema de Camões, Poesia consagrada ao centenário do poeta para ser recitada na matinée dos actores, no Theatro Normal*, Lisboa, 1880, p. 8

¹³⁴² Teixeira Bastos, *op. cit.*, p. 12

vezes as maiores acções humanas”¹³⁴⁴. Os heróis nacionais eram figuras que se destacavam nas cenas trágicas; heróis que tinham o quer que seja de “de grave e digno e ao mesmo tempo de severo e quasi triste”, como escreveu Oliveira Martins.

Mais do que o poema da nacionalidade, *Os Lusíadas* eram a expressão do “valor immensuravel” dos feitos portugueses para a civilização europeia, porque foram eles que permitiram salvá-la das hordas dos turcos¹³⁴⁵. Teixeira Bastos e Teófilo Braga partilhavam a tese de que a expansão portuguesa para o Oriente tinha sido uma resposta aos apelos do papa para salvar a Cristandade da ameaça do Império Otomano. A ideia de uma cruzada tardia remontava aos escritos de propaganda do reinado de D. Manuel¹³⁴⁶ e foi vulgarmente aceite pela historiografia: “Os portugueses continuaram a obra das cruzadas e salvaram a Europa dos Turcos, salvaram a civilização moderna da ruína que estava iminente”¹³⁴⁷. Na perspectiva mais comum, a acção dos portugueses tinha enfraquecido o poderio turco no flanco oriental e, deste modo, impedido o seu avanço para o Ocidente e a instalação da bárbarie. A nação aparecia, assim, investida da dupla missão de salvadora da Europa e da Civilização.

A épica camoniana era também vista como o exemplo mais acabado do contributo dos portugueses para o conhecimento do mundo e o desenvolvimento da ciência, pilar fundamental das concepções positivistas que os republicanos defendiam naquela época. Camões e *Os Lusíadas* eram identificados com o movimento cultural da Renascença e, por conseguinte, com uma etapa fundamental da “evolução progressiva” da humanidade. E Teixeira Bastos citava a

¹³⁴³ *Idem*, p. 16 e 19

¹³⁴⁴ *Idem*, p. 19

¹³⁴⁵ *Idem*, p. 20

¹³⁴⁶ Luís Filipe Thomaz e Jorge Santos Alves, “Da Cruzada ao Quinto Império” in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, *A Memória da Nação*, Lisboa, 1989, p. 157

propósito a estância em que o poeta lamentava que tivesse havido fortes capitães da nação que não fossem doutos e cientes, tornando-o um defensor póstumo do valor da cultura contra o estado de degradação da sociedade portuguesa. Depois do primeiro impulso, o país manteve-se alheio ao movimento científico, só interessado nas riquezas, na pompa e no luxo asiático que haviam de corromper os costumes nacionais e ser o gérmen de toda a decadência.

Recapitulemos: *Os Lusíadas* são a epopeia da nacionalidade, da navegação, o “monumento que marca o início da época moderna”¹³⁴⁸. São também um manifesto contra a monarquia, os ricos, os poderosos, os abusos da autoridade e um libelo a favor do povo, do direito e da justiça¹³⁴⁹. Os republicanos não se cansaram de repetir estas ideias e de citar os versos onde podiam fundamentar a visão anacrónica de um Camões revolucionário. Teixeira Bastos conseguiu, inclusive, ver que Camões não era ortodoxo, “que não admitia dogmas”¹³⁵⁰. Diante dos fenómenos naturais, “o poeta esquece-se do catholicismo, imposto á força pela inquisição” e deixa o espírito divagar fora dos limites impostos pela concepção teológica do mundo¹³⁵¹. É, de facto, ir demasiado longe no afã de apresentar Camões como um émulo no protesto contra o despotismo monárquico e religioso”¹³⁵². Finalmente, *Os Lusíadas* são “o poema da humanidade, porque celebram o começo de uma nova época”¹³⁵³. Manuel Emídio Garcia tinha frisado, por seu lado, que Camões estava “ligado a Portugal pela fatalidade do nascimento e á Humanidade pela grandeza do génio”¹³⁵⁴.

¹³⁴⁷ Teixeira Bastos, *op. cit.*, p. 21

¹³⁴⁸ *Idem*, p. 41

¹³⁴⁹ *Idem*, pp. 41-45

¹³⁵⁰ *Idem*, p. 45

¹³⁵¹ *Idem*, p. 46

¹³⁵² *Idem*, p. 47

¹³⁵³ *Idem*, p. 48

¹³⁵⁴ “Comemorações civicas em honra e para gloria da Humanidade” in *Album Litterario Commemorativo do Terceiro Centenario de Luiz de Camões*, Porto, Typ. Occidental, 1880, p. 19

A vida de Camões tinha de estar em consonância com a superioridade do génio que era celebrado naquele ano. Sobre ela muito pouco se sabe e quase tudo se conjectura, tendo em muitos aspectos como base a própria obra poética do autor. Assim, no dizer de Teófilo Braga, a vida do cantor d' *Os Lusíadas* é “por si um grande poema”, dominada pelo conflito de três sentimentos exclusivos que o impulsionaram para se tornar o protótipo de um grande homem: o *amor*, a *pátria* e a *glória*¹³⁵⁵. O amor foi o ingrediente essencial da sua poesia e da sua vida, o que o tornou um representante privilegiado da sensibilidade característica dos portugueses. A eloquência com que o poeta soube cantar esse sentimento tornaram-no objecto da “inveja dos medíocres, de uma corte beata, donde o arremessaram para o desterro”. A ideia do poeta como paladino do amor e vítima da mesquinhez dos outros homens inseria-se numa larga tradição, que também tinha sido cara à visão romântica. Quando a amada Natércia faleceu, o poeta encontrou no amor da Pátria o refrigério para os seus tormentos e em cantar-lhe as glórias a suprema consagração do seu destino¹³⁵⁶. Não podia haver maior exemplo de dedicação amorosa.

Os traços essenciais da biografia do poeta foram resumidos por Teixeira Bastos, para consumo popular. A sua história é uma saga de infortúnios, recheada de peripécias onde o poeta foi, geralmente, vítima das calúnias daqueles que sentiam inveja do seu talento ou ficavam ofendidos pelos seus versos satíricos. Os antepassados nobres, de origem galega, onde se destacaram trovadores, conferem-lhe a nota fidalga que casa bem com os estudos em Coimbra, a estada na corte e a vida errante pelos vastos domínios da coroa portuguesa. Não se lhe conhecem

¹³⁵⁵ “O Centenário de Camões” (1ª ed., 1884) in *Ocidente*, IV Centenário da Publicação d’“Os Lusíadas”. vol. LXXXIII, Lisboa, 1972, p. 393 Encontramos estes temas, claramente, enunciados na poesia de Diogo Bernardes que precede o texto das *Rythmas de Luís de Camões*, eD. de 1595. O soneto refere também os elevados dons do poeta e a inveja, a escassa fortuna que teve em vida e o rico amparo da fama e da glória que a morte decerto não lhe iria tirar.

¹³⁵⁶ *Idem*, pp. 394-395

quaisquer feitos militares, mas a fama de “bravura e valentia” acompanha toda a sua lenda. Vida aventureira, “pelo mundo em pedaços repartida”, que terminou na miséria e vítima da ingratidão do monarca. Teixeira Bastos referiu-se aos amores românticos e aos outros, de uma “voluptuosidade asiática”, pela mulata Luísa Bárbara e à vida “turbulenta e agitada”, no regresso do Norte de África. Em suma, seguiu de perto as ideias correntes, sem mais efabulações.

Já Teófilo Braga achou por bem retocar o quadro da vida e da personalidade do herói, que viu como um “homem honrado” que protestou contra o ambiente dissoluto de Goa. Mais ainda, considerou que o facto de ter sido nomeado para Provedor-mor dos Defuntos e Ausentes de Macau se ficou a dever a ser um “homem conhecedor de direito, valente e honrado”¹³⁵⁷. O episódio que levou o poeta à prisão do Tronco foi o resultado do carácter “generoso e valente” que levou Camões a acudir a um amigo. Só se referiu ao amor por Catarina de Ataíde que parece ser exclusivo. Na etapa final da vida, colocou os partidários da independência nacional agrupados em torno do poeta, como opositores do cardeal D. Henrique que conspirava contra a autonomia da pátria.

O poeta transformou-se num gérmen da liberdade nacional e no epónimo de Portugal, pela pena de Teófilo Braga. Um levantamento das edições de *Os Lusíadas* por épocas permitia-lhe concluir que a sua frequência acompanhou os fluxos da própria consciência da nacionalidade e o grau de liberdade das instituições¹³⁵⁸. O Camões foi, pois, idealizado por Teófilo Braga, no âmbito das comemorações do centenário, de acordo como os valores austeros que convinhão a um *grande homem* e exemplo moral. Nos mesmos termos modelares foi apresentado o

¹³⁵⁷ *Idem*, p. 396. Num folheto, publicado em 1880, tinha explanado as mesmas ideias (*Retrato e Biographia de Camões*, Lisboa, Casa Minerva, 1880). No ano seguinte foi publicado o número da colecção do Plutarcho Portuguez dedicado a Camões, de Teófilo Braga (Vol. I, Fasc. III, Porto, Emilio Biel, 15 de Junho de 1881)

¹³⁵⁸ *Idem*, pp. 399-400

carácter de Camões, na sessão de homenagem do Instituto de Coimbra: “Era nobre, recto, altivo e independente”¹³⁵⁹.

A imagem mais vulgarizada sobre a vida do poeta tinha os contornos de um drama pesado. Camões esgotou a taça das adversidades da vida: prisões, desterros, naufrágios, a extrema pobreza, os profundos amores contrariados, as deformidades físicas causadas por ferimentos horríveis, ainda que honrosos, as invejas e, por fim, a ingratidão régia traduzida numa miserável tença anual. Nestes termos, foi sintetizada na introdução da monumental edição Biel d’*Os Lusíadas*. Um suplemento do *Distrito de Faro* de homenagem ao poeta resumiu a sua legenda de forma curiosa¹³⁶⁰:

C antou a patria, deu-lhe fama e gloria...

A mou-a sempre, e com que santo amor!...

M artyr sublime de eternal memoria,

O lvido ingrato o immergiu na dor!

E scravo amigo, diz a lusa historia,

S erviu d’amparo do immortal cantor!

Um folheto de conteúdo radical apresentou o poeta na indigência mais absoluta ao ponto de morrer de fome – “mendigo roto, abandonado, só”¹³⁶¹. Pelo mesmo registo afinou um poema de Gomes Leal, *A fome de Camões*, que descrevia a vida

¹³⁵⁹ *O Instituto*, vol. XXVII, 2ª série, nº 11-12, Coimbra, Imprensa da Universidade, Maio-Junho de 1880, p. 570

¹³⁶⁰ Suplemento ao nº 222 do *Distrito de Faro* de homenagem a Camões, 10 de Junho de 1880

¹³⁶¹ Ed. Mezzner, *Camões Morto de Fome, ao Sr. Teophilo Braga a proposito da santificação do anniversario da morte do cantor das glorias nacionaes*, s.l., s.d.

do poeta em termos patéticos. Apareceu até à venda a letra de um fado dedicado ao “vate mais desditoso!...”¹³⁶². O lado romântico também foi ampliado em pinceladas fortes. O conde de Sabugosa dedicou um poema lírico aos amores por Natércia, comparando-os à clássica tragédia de D. Pedro e D. Inês¹³⁶³. Alberto Pimentel escreveu um romance sobre o mesmo tema, intitulado *A Varanda de Nathercia*¹³⁶⁴. O drama não ficaria completo sem a nota da tragédia amorosa tão ao gosto da sensibilidade da época.

Jaime Batalha Reis teve a nítida percepção que o centenário contribuiria sobremaneira para a idealização do poeta. Camões não estava a ser visto na sua natureza relativamente limitada de português do século XVI, “catholico, aristocrata, monarchico”, mas como um “santo” onde se projectavam todos os grandes ideais¹³⁶⁵. O épico era celebrado pelos republicanos – o povo, nos termos de Batalha Reis – como “livre-pensador, positivista, republicano, chefe supremo da democracia social”. Um novo Camões tinha, por conseguinte, nascido que não só era o símbolo da nacionalidade, mas também o porta-bandeira dos descontentes do regime monárquico, da revolução social e do renascimento do país.

Algumas vozes se ergueram contra a idealização romântica e republicana do poeta, em nome dos factos históricos conhecidos. Pinheiro Chagas nas notas biográficas que escreveu ao correr da pena, como indicou no título, traçou-lhe um retrato quicá mais realista. O poeta nada tinha de vate sentimental: “Era homem de meia estatura, nariz aquilino, grosso na ponta, de barba ruiva, de figura desempenada e reforçada, bulhento, destemido, tendo granjeado em brigas e refestas a alcunha de

¹³⁶² P. M. Matos, *O fado a Camões*, Nova colecção de cantigas para piano e guitarra, Lisboa, Bibliotheca do Povo, 1880

¹³⁶³ Conde Sabugosa, “Duas épocas” in *Portugal a Camões*, Porto, Publicação extraordinária do “Jornal de Viagens” comemorando o tricentenário do cantor d’Os Lusíadas, 10 de Junho de 1880, p. 13

¹³⁶⁴ Alberto Pimentel, *A Varanda de Nathercia*, Lisboa, Empresa Litteraria de Lisboa, s.d.

¹³⁶⁵ “O discurso do Sr. Jayme Batalha Reis no banquete da inauguração do bairro Camões” in *Commercio de Portugal*, Lisboa, 24 de Junho de 1880, pp. 1-2

Trinca-fortes, e quando perdeu o olho em Ceuta devia ter ficado com cara de poucos amigos”¹³⁶⁶. Não tinha “papas na língua” e tudo lhe servia para exercitar a sua veia satírica. Faltava-lhe “senso pratico e tino prudencial”, o que ilustrou com vários episódios da vida do poeta. Deste modo, acabou por morrer pobre. Os termos bastante prosaicos e uma nota de humor conferem ao Camões de Pinheiro Chagas uma dimensão mais natural.

Ainda noutro artigo, mais uma vez verberou a imagem do “vate sentimental”, preso de um amor platónico pela sua dama¹³⁶⁷. Pelo contrário, “poeta da Renascença, essa epoca de reabilitação da carne, Camões imitava Petrarcha em tudo ... menos na abstinencia”. Teria sido por causa dos avanços do poeta em relação à musa dos seus sonhos que fora desterrado para Vila Nova de Constância pelo rei D. João III, imaginava Pinheiro Chagas. Camões conservou desses amores uma recordação terna, mas não ficou amarrado a ela. Primeiro, foi para Ceuta porque seguiu a vida militar e, depois, para a Índia tentar a fortuna; “emquanto a amar...isso amou elle e com fartura, mas as Natércias eram de sitios diversos e até de diversas côres”. A Natércia ficou sendo a sua musa oficial, uma figura literária como a Beatriz, de Petrarca. Com graça, Pinheiro Chagas mostrava toda a sua irritação contra um “Camões convencionalissimo”, de “loiro e lyra”, figura romântica para entreter serões burgueses, quando o poeta tinha sido “ardente, apaixonado, feroso e buliçoso, alegre e folgasão, soldado e marinheiro, instruido como poucos”¹³⁶⁸.

No opúsculo que dedicou ao centenário, referiu-se ao poema camoniano como a narrativa de todas as glórias e o eco sublime de todas as generosas tradições

¹³⁶⁶ Pinheiro Chagas, “Notas biographicas ao correr da penna” in *Almanach Camões*, Lisboa, Typ. Universal, 1880, p. 13

¹³⁶⁷ Pinheiro Chagas, “Camões e Natércia” in Suplemento ao nº 59 da revista *Occidente*, Lisboa, 10 de Junho de 1880, p. 90

¹³⁶⁸ *Idem, ibid.*

portuguesas. E acrescentou: “Era o livro que compendia a nossa *missão providencial*, como na Bíblia se compendia a missão do povo hebraico”¹³⁶⁹ [itálico nosso]. Por isso, defendeu em jeito de conclusão que o objectivo do centenário consistia em reafirmar a consciência do papel que incumbia a Portugal na história universal e “a firme vontade de cumprir os seus deveres e de se empenhar com renovada energia na obra da civilização”¹³⁷⁰. Os republicanos colocaram a tónica do centenário na contestação do regime monárquico e na propaganda do seu ideário, projectando-o na figura de Camões. Um monárquico regenerador, como Pinheiro Chagas, via nele a oportunidade para reafirmar a dimensão imperial do país. Mas os contemporâneos andavam demasiado ensimesmados na decadência dos sonhos de grandeza para darem o devido valor à ideia. Diferentes foram, nesse aspecto, as comemorações da década seguinte, devido ao efeito do choque do ultimato britânico.

No prefácio que fez à reedição do poema de Almeida Garrett dedicado a Camões, Camilo Castelo Branco apresentou uma versão mais crítica e menos elegíaca da biografia do poeta. Começou por desmentir que a causa da “vida inquieta e dos reveses da sinistra fortuna” do poeta tivesse sido o amor por Catarina de Ataíde¹³⁷¹. O espírito irrequieto teria sido a principal razão dos seus desaires. De tal modo que as cartas enviadas de Goa não traduziam desgosto nem nostalgia, mas “sarcasmo e vaidade das valentias”¹³⁷². O desterro para Macau fazia parte da fantasia, porque não se dava a um inimigo, desvalido e desprotegido, uma provedoria que era uma fonte segura para aumentar o pecúlio. A acusação de delapidar os bens dos ausentes e defuntos foi a causa da sua prisão. Mas como

¹³⁶⁹ Pinheiro Chagas, *O Centenario de Camões, Explicação das causas dos festejos de 10 de Junho de 1880*, Lisboa, Imprensa J. G. de Sousa Neves, 1880, pp. 13-14

¹³⁷⁰ *Idem*, p. 16

¹³⁷¹ “Luiz de Camões. Notas Biographicas” in Almeida Garrett, *Camões*, 7ª ed., Lisboa, 1880, p. 12

¹³⁷² *Idem*, p. 38

raramente se era condenado por esse tipo de crime, bastante generalizado na administração portuguesa, acabou por ser libertado.

Camões teve, na opinião de Camilo, uma vida liberal, gastadora e de excessos. Apesar disso, não acreditava no final de vida miserável e, num último golpe na lenda, defendeu que a tença, atribuída pelo rei D. Sebastião, não era uma quantia despidianda para a época. Também pensava, ao contrário de Teófilo Braga, que o poeta aprovara a jornada de África, por causa do seu “espírito bulliçoso”. Camilo Castelo Branco parece apostado em fazer o poeta descer dos altares e tornar-se uma figura mais real. Contudo, o momento especial da comemoração não era o mais propício para tal posição poder vingar e, em 1907, a biografia escrita por Teófilo Braga ainda continuava agarrada a pressupostos que o impediam de ver o cantor d’*Os Lusíadas* a uma luz mais crua: “[...] a sua vida atormentada, cheia de decepções, mas sempre enlevado em uma esperança ideal, é uma encarnação do temperamento affectivo da raça soffredora e aventureira”¹³⁷³.

O drama de Cipriano Jardim¹³⁷⁴ é um exemplo dos equívocos de que se teceu a lenda de Camões no ano do tricentenário. O jornalista contou com o patrocínio de Teófilo Braga para apresentar uma peça dramática, em cinco actos, sobre a vida do poeta. Pela cena desfilaram alguns dos principais episódios do percurso conhecido, sempre enredado no amor, nas intrigas e na infelicidade. No final, rodeado por um único amigo fiel e pelas freiras que o acolheram, ainda quer salvar a pátria do domínio filipino e pergunta pelos soldados – ficaram todos em Alcácer Quibir –; pelos fidalgos – traíram todos a nação –; pelo povo – andava desordenado, perdido por essas ruas. Só lhe restava morrer com a pátria e renascer “para a eternidade, no coração do povo”¹³⁷⁵. O autor obteve o prémio da empresa do teatro D. Maria II,

¹³⁷³ Teófilo Braga, *Camões, Época e Vida*, Porto, Lello & Irmãos, 1907, p. 7

¹³⁷⁴ Cipriano Jardim, *Camões*, Porto, Imprensa Portuguesa – Editora, 1880

¹³⁷⁵ Cipriano Jardim, *op. cit.*, p. 180

concedido por um júri composto por José Maria Silva Leal, Luís Augusto Palmeirim e Augusto Manuel da Cunha Belém. Várias críticas foram feitas pelos jurados quanto à construção do drama e aos efeitos cénicos, mas reconheceram a dificuldade da empresa, o cuidado da reconstituição histórica e a “tersa e elegante dicção de todo o trabalho literário”, justificativas da distinção¹³⁷⁶. Trata-se, afinal, de um tipo de drama histórico perfeitamente datado, sem o fôlego literário suficiente para poder durar.

A biografia escrita pelo republicano Latino Coelho¹³⁷⁷ é uma síntese acessível e bem informada sobre a vida do poeta. Serviu-se dos poucos documentos conhecidos, dos testemunhos, das obras anteriores e, sobretudo, da própria obra de Camões para recriar a sua história. Procura vê-lo no contexto da sua época, se bem que partilhe a ideia romântica de um homem dominado pelo infortúnio do amor. Este é, na visão de Latino Coelho, o traço mais forte e constante da vida do “fidalgo e generoso vate”¹³⁷⁸. Os amores, as desventuras, o desterro, a perseguição dos inimigos, a ingratidão e o desprezo dos grandes moldaram-lhe o destino. Uma alma ao mesmo tempo sentimental e ambiciosa, que só podia viver de “ardentíssimas paixões”, fez o resto: “O afecto, que lhe amoleceu o coração, a altiveza, que lhe exalçou o espírito, a fortuna, que inteiramente não logrou dobrar-lhe o ânimo, lhe fizeram a vida errante e infortunada”¹³⁷⁹. Para a pobreza contribuiu a sua índole “dissipadora ou manirrota”, como referiu Pedro de Mariz, que é própria dos temperamentos fogosos e apaixonados¹³⁸⁰. Nos derradeiros anos, imagina o poeta em “miséria extrema”, a viver das esmolas que o escravo Jau

¹³⁷⁶ Innocencio Francisco da Silva e Brito Aranha, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo XV (oitavo do suplemento), Lisboa, 1888, p. 142

¹³⁷⁷ J. M. Latino Coelho, *Luís de Camões*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1985 (1ª ed., 1880)

¹³⁷⁸ *Idem*, p. 26

¹³⁷⁹ *Idem*, p. 66

¹³⁸⁰ *Idem*, p. 155

mendigava pelas ruas de Lisboa¹³⁸¹. Dedicava ainda uma parte da obra à análise encomiástica d’*Os Lusíadas*. Deste modo, a biografia mais completa que ficou como testemunho do centenário, na prosa de Latino Coelho, é bem demonstrativa da persistência dos aspectos fundamentais do mito e da memória de Camões.

Em 1924, as comemorações do nascimento do épico não deixaram um espólio comparável com o do tricentenário. A publicação oficial, editada pela Câmara Municipal de Lisboa, na qualidade de promotora do evento, reuniu um escasso número de textos e de intervenções que pouco acrescentaram à memória de Camões. Como referimos no capítulo inicial, o tricentenário tinha conservado na memória republicana o valor de um acontecimento fundador, visto que deu o impulso necessário para a organização das hostes e foi considerado o primeiro passo de uma caminhada que conduziu à implantação da República. Por isso, a vereação camarária decidiu assumir a responsabilidade de coordenar todas “as forças do luzismo”, para realizar a “grande festa da Raça”¹³⁸².

A designação de *Festa da Raça* foi adoptada pelos organizadores do centenário e, na portaria do governo que determinou que seria celebrado no dia 10 de Junho, por ser desconhecida a data de nascimento do poeta, este foi identificado como o “maior cantor da Raça”¹³⁸³. O termo parece reportar-se ao conjunto do povo português, enquanto colectivo com um passado histórico comum, tradições e ideais que lhe conferem uma identidade própria. No apelo que fez à nação, a comissão do centenário referiu-se ao “ideal da nossa raça”, num contexto em que os valores defendidos são a democracia e a cooperação de todas as pátrias na “obra comum da solidariedade científica e civilisadora”¹³⁸⁴.

¹³⁸¹ *Idem*, p. 222

¹³⁸² *4º Centenário do Nascimento de Camões 1524-1924*, s.l., s.d., p. 1

¹³⁸³ *Idem*, p. 2

¹³⁸⁴ *Idem*, p. 3

A noção prendia-se também com a de pátria, naquilo que esta tinha de mais emblemático e susceptível de a identificar, isto é, o passado da epopeia dos descobrimentos e da expansão; aquele em que os portugueses “fundaram o mais vasto império colonial que jamais existiu” e o seu nome se confundia com “heróis”, “sacrifício”, “gigantes” e “génio”¹³⁸⁵. Na mesma linha afinava o editorial do *Diário de Lisboa*, que considerou Camões “a mais fulgurante chama do génio da Raça, encarnação suprema da aventura, do heroísmo, da epopeia e da ansiedade fremente de conquistar o mundo, dando-lhe como bandeira as quinas de Portugal e como religião a cruz de Cristo”¹³⁸⁶.

Assim, o poeta é um símbolo da nacionalidade onde se projecta, simultaneamente, o passado mitificado e a imagem idealizada dos portugueses, como povo heróico que “avassalou” o mundo. É a expressão mais evidente do mito da grandeza da nação e da ideia de império. Depois de liberto da carga revolucionária que lhe tinham atribuído os republicanos na conjuntura específica do tricentenário, o elemento fundamental do mito camoniano continuou a ser a epopeia da expansão, indissociável de atributos como grandeza, glória, heroicidade. Em vão, Jaime Cortesão fazia votos para que as comemorações não fossem uma mera exploração de glórias passadas, ou a “repetição de uma basófia”, mas uma “alta lição de civismo e de amor pátrio, mórmente na hora em que os nossos heróicos aviadores estão prestes a chegar a Macau e a continuar a escrever, com estrelas, a Epopeia da Raça Lusitana”¹³⁸⁷. A própria retórica contradizia as boas intenções.

Para os republicanos que partilhavam valores democráticos e humanistas, o que tornava o poeta um símbolo da nação era o facto de ter cantado os feitos de um povo inteiro e não de um único indivíduo. Discerniam na sua obra um “sublime

¹³⁸⁵ *Ibidem*

¹³⁸⁶ *Diário de Lisboa*, 28 de Maio de 1924

¹³⁸⁷ *4º Centenário do Nascimento de Camões 1524-1924*, s.l., s.d., p. 48

sentimento de humanidade” que se espelha na condenação dos excessos da sociedade do seu tempo e no amor e respeito que demonstra pela vida humana¹³⁸⁸. Uma interpretação forçada do ideário camoniano que não foi, nem podia ir, tão longe no humanismo. Como notou o autor de um opúsculo, em 1880, o poeta foi bastante intolerante em relação aos muçulmanos que qualificava de “cães” ou “torpe ismaelita”, e foi um homem que fez a guerra¹³⁸⁹. Mas a tendência mais geral dos discursos comemorativos era para esquecer a realidade e projectar nos heróis os valores do presente.

Um professor do Conservatório Nacional de Música proferiu uma conferência, subordinada ao título *O grande exemplo de Camões*, onde se espraizou em considerações que serviam para edificação dos jovens. Estudante aplicado, portento de sabedoria, combatente heróico, honrado funcionário, trabalhador infatigável, patriota e “apóstolo dos mais justiceiros ideais politico-sociais” são os tópicos do quadro que apresentou aos estudantes e que ocupa as páginas centrais da publicação oficial do centenário¹³⁹⁰. *Os Lusíadas* são a “*bíblia do nosso patriotismo*” [em itálico no original] e Camões é um exemplo de homem de “fé e confiança, de são consciência, de recta vontade e de provada competência”, “crente nos destinos da Pátria” e um modelo a seguir para o ressurgimento de Portugal¹³⁹¹. Camões é, em suma, um nome universal e o “mais lídimo símbolo da Raça Portuguesa, venerado por Portugueses e Brasileiros, que também o contam como o seu poeta máximo”¹³⁹².

Uma via diversa seguiu António Sérgio, no discurso que proferiu na Biblioteca Nacional de Lisboa, por ocasião da inauguração da exposição bibliográfica

¹³⁸⁸ Discurso de Jaime Cortesão, na sessão solene realizada na Câmara Municipal, a 3 de Junho de 1924 (*Ibidem*, p. 48)

¹³⁸⁹ Mathias dos Santos Firmo, *Camões e o povo português*, Lisboa, Typ. Silviana, 1880

¹³⁹⁰ *4º Centenário do Nascimento de Camões 1524-1924*, s.l., s.d., pp. 28 a 31

¹³⁹¹ *Idem*, p. 30

integrada no centenário. Apesar de reconhecer que comemorar um grande homem que é um símbolo da pátria é um “acto de culto”, optou por expor as ideias políticas de Camões, sem pretender fazer a apologia do poeta¹³⁹³. Contudo, não deixou de procurar traduzi-las em termos adequados para o presente. Sem cair no anacronismo de atribuir a Camões ideias que não faziam parte da sua época, António Sérgio estabeleceu a relação com os problemas do seu tempo e com as ideias que lhe eram mais caras. Assim, onde o poeta afirmava que era preciso “combater por Jesus Cristo”, um homem do século XX diria “combater pela cultura”, no sentido mais “*vital*”, “harmonioso e racional”, obtendo um ideal político que podia ser partilhado por todos os indivíduos, os religiosos e os ateus. Referindo-se às ideias aristocráticas de Camões, que não eram incompatíveis com a defesa de um “governo *para o povo*”, aproveita para defender a sua ideia de um sistema político gerido por uma “*élite democrática*” – “pelo ambiente em que se recruta e pelas ideias com que governa”¹³⁹⁴. Sérgio acreditava que um escol de iluminados fosse capaz de empreender as necessárias mudanças da sociedade portuguesa e, sobretudo, defendia que uma “reforma da mentalidade” seria a única capaz de colocar novamente Portugal na vanguarda civilização.

Outros autores preferiram realizar intervenções de carácter mais erudito, com o objectivo de aprofundar o conhecimento da obra camoniana ou da vida do poeta. José Maria Rodrigues, numa palestra aos alunos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, deu uma ideia sumária das suas incursões como estudioso d’*Os Lusíadas*¹³⁹⁵. Jordão de Freitas debruçou-se sobre a questão do enterramento e da morte de Camões, num artigo, compilando de forma minuciosa os dados

¹³⁹² *Idem*, p. 31

¹³⁹³ António Sérgio, “As ideias políticas de Camões” in *4º Centenário do Nascimento de Camões 1524-1924*, s.l., s.d., p. 24

¹³⁹⁴ *Idem*, p. 26

¹³⁹⁵ “As minha viagens através e em volta dos Lusíadas” (*Ibidem*, p. 4-8)

existentes sobre o assunto¹³⁹⁶. Mendes dos Remédios, numa palestra na Sala dos Capelos, na Universidade de Coimbra, apresentou Camões como um “símbolo do patriotismo e da crença cristã”¹³⁹⁷. A conferência foi seguida da leitura de poemas que ilustravam a feição religiosa da obra camoniana.

Ainda nos anos Vinte, o 10 de Junho passou a ser identificado como o “Dia da Raça”, apesar da designação oficial se reportar à Festa de Portugal”¹³⁹⁸. Trata-se de uma denominação ambígua que, em geral, não foi assumida nos discursos comemorativos como uma manifestação de racismo, se bem que fosse indissociável da ideia de uma superioridade de cultura, de civilização que indicava os portugueses para serem um povo de colonizadores. Ao longo destas décadas, as manchetes dos jornais adoptaram ambas as designações ou, simplesmente, referiam-se ao “Dia de Camões”. Em 1960, escrevia-se no editorial de *O Século* que “inadvertidamente” se tinha chamado “Dia da Raça” à data da festa nacional, que era uma denominação que não se ajustava à realidade da nação lusitana constituída pelos mais diversos grupos étnicos¹³⁹⁹.

No final dos anos 50, Camões era celebrado como “poeta da expansão e da fé”¹⁴⁰⁰, “arauto da lusitanidade”¹⁴⁰¹ e da *missão* cristã e civilizadora de que os portugueses tinham sido incumbidos pela Providência. Civilizar foi definido pelo ministro da Educação, numa lição aos estudantes do Liceu Camões, como “polir hábitos e costumes por forma que o selvagem se torne urbano”¹⁴⁰². Civilizar era também

¹³⁹⁶ “Morte e enterramento de Camões” (*Ibidem*, p. 9-14)

¹³⁹⁷ Mendes dos Remédios, *Camões, poeta da fé*. Conferência seguida das poesias de carácter religioso, Coimbra, Coimbra Editora, 1924, p. 45

¹³⁹⁸ Ver capítulo sobre o 10 de Junho.

¹³⁹⁹ *O Século*, Lisboa, 10 de Junho de 1960

¹⁴⁰⁰ António dos Mártires Lopes, *Camões, poeta da expansão e da fé*, Palestra proferida na sala dos Vice-Reis pelo Dia de Portugal, 10 de Junho de 1959, Goa, Imprensa Nacional, 1960

¹⁴⁰¹ Fernando de Aguiar, “Camões, Arauto da Lusitanidade” in *Gil Vicente*, Revista de Portugalidade, vol. IX, 2ª série, nº 7-8, Guimarães, Julho e Agosto de 1958, pp. 110-114

¹⁴⁰² Prof. Eng. Francisco de Paula Leite Pinto, *A lição de Camões à juventude de hoje*, Lisboa, MEN, 1960, p. 6

entendido como “portugalizar” várias regiões do mundo e, desta forma, construir uma “Nação una e plural” – una na língua e plural nas raças, como o Brasil¹⁴⁰³. Camões foi, por conseguinte, comemorado como símbolo do Portugal imperial, que resistia aos ventos da história e pretendia reescrever com sangue a epopeia heróica do passado. O acto mais simbólico do dia 10 de Junho passou a ser a atribuição das medalhas de mérito militar aos combatentes das guerras coloniais.

Fundadores e Restauradores

Os heróis fundadores e restauradores estão ligados à criação do Reino, ao início dos descobrimentos e das conquistas de territórios no Norte de África e ao movimento da “Restauração”, que permitiu colocar novamente a coroa da monarquia na cabeça de um membro da nobreza portuguesa. A leitura que a memória histórica desde muito cedo apresentou desses acontecimentos inscreve-os na genealogia da nação portuguesa: D. Afonso Henriques, o fundador da nacionalidade; D. Nuno Álvares Pereira e D. João I, obreiros da independência da nação na emblemática batalha de Aljubarrota e potenciadores do destino imperial de Portugal; “Ínclita Geração” e, em particular, a figura de demiurgo do Infante D. Henrique, fundadores do império e, por isso, também vistos como refundadores da nação; D. João IV e os restauradores de 1640. Nos centenários em análise, distinguiu-se a memória do Infante D. Henrique (1894, 1960), de D. Afonso Henriques e D. João IV (1940), e de Salvador Correia de Sá (1948), o reconquistador de Angola. Como referimos noutro capítulo, a comemoração de Nun’Álvares Pereira passou quase despercebida em 1960.

¹⁴⁰³ *Idem*, p. 25

D. Afonso Henriques teve a sua lenda ampliada pelos cónegos de Santa Cruz e pelos monges de Alcobaça, a partir do século XV¹⁴⁰⁴, o que se inseriu numa estratégia de legitimação da independência e de defesa dos interesses dos seus mosteiros. O rei foi apresentado como um *miraculado* que gozou sempre de uma especial protecção divina, manifestada ao longo da sua vida através de milagres, aparições e prodígios que culminaram no milagre de Ourique. O aparecimento de Cristo naquela batalha, que opunha a Cristandade e o Islame, era a prova da protecção divina à nação portuguesa e a demonstração do apoio à luta que os portugueses travavam contra os infiéis que, entretanto, se tinha estendido a Marrocos. A batalha de Ourique constituía, por conseguinte, o acontecimento fundador da nacionalidade e da *missão* que esta tinha de desempenhar no mundo, o que apontava para a constituição de um império. Nos séculos seguintes, o mito foi aprofundado e surgiram as primeiras tentativas de canonizar D. Afonso Henriques, no reinado de D. João III, retomadas por D. João IV, D. João V e D. José, sem sucesso¹⁴⁰⁵.

O mito de Ourique era uma peça essencial da afirmação dos portugueses como um povo eleito e da ideia do destino imperial do seu reino. Apesar de posições críticas como a de Luís António Verney, no *Verdadeiro Método de Estudar*, coube a Alexandre Herculano a demonstração de que se tratava de uma lenda forjada com documentos apócrifos, o que provocou uma enorme polémica na época¹⁴⁰⁶. Em 1940, o assunto já era pacífico e somente se conservava a lenda de D. Afonso Henriques como “herói cristão”¹⁴⁰⁷ e “glorioso fundador da nacionalidade portuguesa”¹⁴⁰⁸. A *Revista dos Centenários* não lhe dedicou tantos artigos como a D. João IV, cuja

¹⁴⁰⁴ Ana Isabel Buescu, “O mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique” in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (org.), *A Memória da Nação*, Lisboa, Sá da Costa, 1991, p. 55

¹⁴⁰⁵ *Idem*, p. 57 e 66-67

¹⁴⁰⁶ Sérgio Campos Matos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX*, Lisboa, Colibri, 1998, p. 262

¹⁴⁰⁷ P.^e Miguel de Oliveira, D. Afonso Henriques poderá ser beatificado?” in *Revista dos Centenários*, Agosto de 1939, p. 12

memória se empenharam em resgatar da visão negativa herdada do século XIX. D. Afonso Henriques era o “génio guerreiro”, de “altiva ousadia”, porém “acautelado e hábil político”¹⁴⁰⁹, que se tinha cristalizado na imagem da estátua de Soares dos Reis.

A espada de D. Afonso Henriques também foi objecto de interesse no ano do centenário ou não fosse um símbolo dos valores guerreiros e militares que importava manter vivos, sobretudo entre os jovens. Deste modo, dedicaram-lhe dois artigos a sustentar a tese que a espada que se encontra no Museu Soares dos Reis, no Porto, é a verdadeira, proveniente do convento de Santa Cruz de Coimbra¹⁴¹⁰. A memória dos pais do fundador da nacionalidade também foi recuperada, como antecessores dos projectos independentistas do filho¹⁴¹¹. D. Teresa foi apresentada como uma mulher presa nas malhas do amor que, apesar disso, desenvolveu uma acção meritória que permitiu aumentar o território do condado¹⁴¹². Por isso, no dia 8 de Maio de 1940 houve uma comemoração especial junto do seu túmulo, na catedral de Santa Maria de Braga. No programa oficial dos Centenários estava previsto que, após uma cerimónia religiosa na Sé Primaz, fossem visitados os túmulos de D. Henrique e D. Teresa, num preito de homenagem que mobilizava as principais autoridades do país¹⁴¹³.

D. João IV teve uma actuação no decurso da “Restauração” que não lhe valeu a legenda gloriosa e heróica que tinham merecido o fundador do reino e o mestre de Avis. Numa publicação editada pela Comissão Central Primeiro de Dezembro, em 1885, somente lhe foi dedicado um curto texto que começa por assinalar a falta de

¹⁴⁰⁸ *O Século*, N.º Extraordinário Comemorativo do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal, Lisboa, Junho de 1940, p. 14

¹⁴⁰⁹ Artur Lobo d’Ávila e Saul Santos Ferreira, *Duplo Centenário. O Renascimento de Portugal. Três Comemorações 1140-1640-1940*, Lisboa, 1939, p. 21-22 e 30

¹⁴¹⁰ Carlos de Passos, “A espada de D. Afonso Henriques” in *Revista dos Centenários*, Fasc. 8 e 9, p. 18 e 11

¹⁴¹¹ António Álvaro Dória, “A Batalha de S. Mamede” in *Revista dos Centenários*, Fasc. 10, p. 17

¹⁴¹² *Idem*, p. 27

¹⁴¹³ *Comemorações Centenárias. Programa oficial*, Lisboa, 1940 (5 de Junho – festejos em Braga)

entusiasmo com que o duque de Bragança assumiu o encargo da governação do país¹⁴¹⁴. José Silvestre Ribeiro, autor do artigo, cita a propósito o célebre comentário do duque: “Para me fazer rei, necessitou Deus de trabalhar com ambas as mãos. Com uma tapou-me os olhos, com outra trouxe-me pelos cabellos”. Por isso, considera que “D. João de Bragança não era da tempera do mestre de Aviz”, mas não deixa de lhe fazer justiça pela forma prudente como conduziu os negócios públicos e pelo “desassombro” com que tomou sobre os seus ombros as responsabilidades, logo que pisou os degraus do trono. A luta que teve de conduzir era desproporcionada e temerária, mas não recuou perante as dificuldades: “No seu reinado de 16 annos deu assignaladas provas de bom juizo, de tacto governativo, de amor e habitos de trabalho, no arduo officio de rei, buscando apenas alguma distracção na caça e na musica”¹⁴¹⁵. Tornou-se, por conseguinte, um “chefe” que mereceu a honra de ser o primeiro de uma nova dinastia reinante. Nas páginas centrais da edição comemorativa, um desenho de Manuel de Macedo mostra a aclamação de D. João IV, gravada por Alberto. A figura do rei senta-se, bem direita, de expressão serena e firme, no trono, ladeado pelos membros dos vários estados da nação. Perpassa na composição um sopro de energia e de decisão de combater pela causa da independência, e todos têm os olhos postos no novo rei.

Em 1940, a figura de D. João IV mereceu uma atenção especial durante o Duplo Centenário, que procurou redimi-la da suposta injustiça de que tinha sido alvo no “século estúpido”¹⁴¹⁶. António Mattoso reuniu excertos de vários autores do século XIX que, em sua opinião, caluniaram grosseiramente a memória do “Restaurador”¹⁴¹⁷. Viu em todas essas posições a manifestação do sectarismo contra a

¹⁴¹⁴ José Silvestre Ribeiro, “D. João IV” in L. A. Palmeirim (dir), *A Restauração de Portugal*, Lisboa, 1885, p. 3

¹⁴¹⁵ *Idem*, p. 3

¹⁴¹⁶ Expressão de João Ameal in *Revista dos Centenários*, Agosto de 1939, p. 1

¹⁴¹⁷ António G. Mattoso, “Os falsificadores de D. João IV” in *Revista dos Centenários*, Fasc. 21, Setembro de 1939, p. 1

dinastia de Bragança, mas tal explicação não colhe porque atingia autores muito diversos e conhecidos pelas simpatias monárquicas, como Pinheiro Chagas. A primeira questão em causa, refere-se à “pusilanimidade” do duque de Bragança que foi, afinal, uma demonstração de um espírito cauteloso, dada a gravidade da situação do país. Cautela, serenidade, segurança de ânimo são os atributos que Mattoso utiliza para classificar a actuação de D. João de Bragança. Estes predicados tornaram-no o “chefe supremo e incontestado da Nação”¹⁴¹⁸, em vez de um mero aventureiro. São vários os testemunhos, sobretudo de observadores estrangeiros, que arrola para demonstrar essa ideia. Mas, a partir do momento que D. João considerou estarem reunidas as condições mínimas necessárias para prosseguir a empresa, abraçou-a com grande fortaleza de ânimo e capacidade de liderança. Foi ele que em vários lances decisivos teve a intervenção oportuna para não deitar tudo a perder, corrigindo mesmo uma série de “leviandades” dos conjurados¹⁴¹⁹. Outros traços da personalidade também saem valorizados deste artigo, onde é apresentado como modelo de modéstia, descrição, espírito prático, realista e atencioso em relação aos seus dependentes, que não se esqueceu de recomendar à protecção do seu herdeiro. Cultivou a música com “entranhado amor e mestria”¹⁴²⁰, o que revela uma faceta artística e sensível. Finalmente, exercitava-se a cavalo e a pé, gostava da vida ao ar livre e da caça, revelando “superiores qualidades de chefe militar”¹⁴²¹.

Além deste texto de A. Mattoso, ainda foram publicados vários artigos a defender a mesma ordem de ideias e a recuperar diversos aspectos da memória de D. João IV, nomeadamente a sua paixão musical que se traduziu em várias

¹⁴¹⁸ *Idem*, p. 2

¹⁴¹⁹ *Idem*, p. 6

¹⁴²⁰ *Idem*, p. 9

¹⁴²¹ *Idem*, p. 12

composições que lhe foram atribuídas e numa importante “Livraria de Música”¹⁴²². Rodrigues Cavalheiro não hesita em vê-lo como a “encarnação viva das esperanças alimentadas em mais de meio século pelos visionários da religião sebástica”¹⁴²³. O seu exemplo de sacrifício pessoal a favor das despesas de guerra, o “aprumo digno e corajoso” com que enfrentou as contrariedades e revezes, sem perder a fé num futuro melhor, o bom-senso, espírito de organização e tacto diplomático tornaram-no um soberano respeitado, que soube estar à altura do chefe que o país precisava naquele momento¹⁴²⁴.

Marcello Caetano, em alocução dirigida aos jovens da Mocidade Portuguesa, a 2 de Dezembro de 1940, extraía quatro lições do acontecimento que era celebrado naquela altura¹⁴²⁵. As duas primeiras eram de cariz nacionalista e consistiam, basicamente, em defender a independência de Portugal como a solução mais adequada para a governação do país – “*Portugal e Espanha, enquanto governados separadamente, praticaram grandes feitos em proveito da Humanidade; mas depois de unidos sob o mesmo rei nada mais fizeram senão sofrer a própria ruína*” [em itálico no original]. A terceira afirmava que “*um povo nada vale sem chefes que conduzam*”. Os quarenta fidalgos que prepararam a conjura e o duque de Bragança foram as chefias da revolução, aqueles que deram corpo ao “ideal nacional”. E, por último, ainda faltava a lição mais importante que devia servir de lema aos jovens: “*a vida de um homem, tão breve e frágil, nada vale quando se trata de evitar os infortúnios à Pátria ou de redimir sofrimentos colectivos*”¹⁴²⁶. O duque de Bragança e os conjurados tornavam-se, assim, um exemplo a seguir e um modelo de patriotismo.

¹⁴²² Rodrigues Cavalheiro, “O senhor de Vila Viçosa, in *Revista dos Centenários*, Faz. 2-3, p. 17; *Idem*, “História parcial e história verdadeira”, *ibid.*, Fasc. 9, p. 3; Maestro Ruy Coelho, “D. João IV – A sua “Livraria de Música” e o Colégio dos Reis, de Vila Viçosa”, *ibid.*, Fasc. 12, p. 21

¹⁴²³ Rodrigues Cavalheiro, “O senhor de Vila Viçosa, in *Revista dos Centenários*, Fasc. 2-3, p. 17

¹⁴²⁴ *Idem*, p. 18-19

¹⁴²⁵ *Revista dos Centenários*, Fasc. 24, Dezembro de 1940, p. 23

¹⁴²⁶ *Ibid.*, p. 24

Na mesma ordem de ideias se pronunciou o ministro da Marinha, num discurso feito aos futuros oficiais e marinheiros da Armada que partiam numa viagem do navio-escola Sagres, naquele ano. Os patronos dos cadetes alistados em 1939 e 1940 eram D. Afonso Henriques e D. João IV. Este último foi apresentado como exemplo de um homem prudente, calmo, reflectido, económico e sóbrio, que era capaz de recusar-se a comer uma determinada iguaria por ser demasiado cara ou a aceitar um chapéu, feito na Inglaterra, porque pelo preço de um podia ter quatro confeccionados em Portugal¹⁴²⁷. D. João IV recebeu o reino desorganizado, depauperado, exausto e tudo fez para reerguê-lo com tacto político, bom-senso e força de ânimo. As suas virtudes coincidiam largamente com aquelas que o regime gostava de apregoar: um misto de ideal cristão e de frugalidade rural. Tornou-se, por isso, um modelo a ser imitado por todos aqueles que queriam dedicar a sua vida ao serviço público. A consagração ficou completa quando foi inaugurada a estátua executada por Francisco Franco, em Vila Viçosa. O rei passou a ter uma imagem digna da comemoração que lhe tinha sido feita no ano dos Centenários.

D. João de Bragança personifica o desejo colectivo de independência nacional e o seu nome apaga o dos conjurados que, afinal, não se sabe ao certo quantos foram. O pai, D. Teodósio, e o irmão, D. Duarte, não tiveram interferência nas decisões do futuro rei¹⁴²⁸. A lenda do papel determinante da mulher, D. Luísa de Gusmão, também foi posta em causa, nomeadamente o célebre dito que lhe foi atribuído: “que tinha por mais acertado morrer reinando, que acabar servindo” ou, noutros termos mais incisivos, “antes ser uma hora rainha, do que duquesa toda a vida”¹⁴²⁹. O facto do duque de Bragança ter sido o único que ouviu tal réplica, quando a consultou na

¹⁴²⁷ *Futuros oficiais e futuros marinheiros da Armada*, Discurso de Sua Excelência o Ministro da Marinha na ocasião da partida do navio-escola Sagres para a viagem de instrução de cadetes e alunos marinheiros, 1 de Outubro de 1940

¹⁴²⁸ Rodrigues Cavalheiro, “História parcial e história verdadeira”, in *Revista dos Centenários*, Fasc. 9, Setembro de 1939, p. 4-5

¹⁴²⁹ *Idem*, p. 6

sua câmara, sem testemunhas, retira verosimilhança ao episódio narrado pelo conde da Ericeira que, posteriormente, foi parafraseado por vários autores com grande liberdade. O mérito da decisão de D. João parece que lhe é inteiramente devido, tendo a corroborá-lo a atitude que pretendia tomar, no caso dos revoltosos de Lisboa faltarem ao combinado, de pôr-se em campo com os povos do Alentejo que lhe eram fiéis¹⁴³⁰. Mais uma prova da sua coragem e empenho na revolta contra o domínio filipino. A evocação de D. João IV deixava de lado episódios sanguinolentos como a conjura que, em 1641, levou ao patíbulo vários elementos da alta nobreza e outras figuras da época por conspirarem a favor de Castela¹⁴³¹. Nesse aspecto, a orientação seguida nas comemorações do período do Estado Novo mais uma vez revelava a preocupação de manipular os factos históricos com o objectivo de engrandecer certas figuras, por razões ideológicas.

Entre os chefes militares que emergiram na época das “Guerras da Restauração”, avultou a figura de Salvador Correia de Sá e Benevides, cuja acção foi evocada no centenário da Reconquista de Angola, em 1948. Como referiu o governador geral no discurso de encerramento, os heróicos antepassados “são as raízes ancestrais em que se apoia a obra do presente”¹⁴³². Por isso, a perspectiva das comemorações era de enaltecer todas essas figuras, personalizando nos chefes as principais virtudes de heroísmo, tenacidade, audácia e coragem, susceptíveis de transformá-los num exemplo e, ao mesmo tempo, num espelho do valor do povo que os gerou. Salvador Correia de Sá foi o homem escolhido como símbolo da reconquista de Luanda aos holandeses e de uma permanência dos portugueses em solo africano que permite ao governador geral afirmar: “Ficámos e ficaremos pelo

¹⁴³⁰ *Idem*, p. 8

¹⁴³¹ A. X. Rodrigues Cordeiro, “Em 1641. Epílogo de uma conjuração” in L. A. Palmeirim, *op. cit.*, p. 35

¹⁴³² *Tricentenário da Restauração de Angola, Discursos e Alocuções*, s.l., Imprensa Nacional, 1948, p. 109

decorrer dos séculos”¹⁴³³. Era essa, por conseguinte, a principal lição que se pretendia extrair da empresa que tinha permitido derrotar os holandeses e os sobas que os apoiaram contra os portugueses, nomeadamente a célebre rainha Jinga, que tinha sido baptizada com o nome de D. Ana de Sousa.

Figura complexa e controversa de homem de armas e irrequieto, que chegou a ter contra o seu governo, tachado de “despótico e corrupto”, uma sublevação dos moradores do Rio de Janeiro, em 1661¹⁴³⁴, a legenda de Salvador Correia de Sá apresenta-o como um herói, que num golpe de audácia conseguiu vencer os holandeses muito superiores em número, dado o apoio de forças africanas¹⁴³⁵. O patriotismo anima toda a sua acção, desde que partiu de Lisboa com um pequena esquadra, que foi reforçar no Rio de Janeiro, com homens, mantimentos e navios, e o encargo de recuperar Angola, porque dela dependia o comércio do Brasil e, de ambos, o do Reino. Aliás, já antes tinha dado provas de lealdade quando, de imediato, reconheceu o novo rei de Portugal, apesar das honras e considerações que tinha conseguido obter durante o governo de Filipe III. Por isso, D. João IV confirmou todos os seus cargos e algum tempo depois nomeou-o general da frota para a escolta dos navios que vinham do Brasil para Portugal¹⁴³⁶. Foi também conselheiro do Conselho Ultramarino e do Estado, o que sobejamente justificava a sua escolha para governador de Angola, encarregado de resgatá-la do domínio da Companhia das Índias Ocidentais. Neste combate teve a seu favor o facto dos holandeses serem “simples mercenários ao serviço dos interesses de uma Companhia que, pela sua

¹⁴³³ *Idem*, p. 110

¹⁴³⁴ C. R. Boxer, “Sá e Benevides, Salvador Correia de”, Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, 1979, p. 401

¹⁴³⁵ Amadeu Cunha, “A Restauração de Angola e o seu herói” in *Boletim Geral das Colónias*, nº 278-279, Agosto/Setembro de 1948, p. 11-24; Discurso do comandante militar da colónia: “A expedição militar a Angola em 1948” in *Boletim Geral das Colónias*, nº 280, Outubro de 1948, p. 150 e sgs.

¹⁴³⁶ Discurso do comandante militar da colónia: “A expedição militar a Angola em 1948” in *Boletim Geral das Colónias*, nº 280, Outubro de 1948, p. 160

índole, não excluía, antes pelo contrário, o espírito de ganância”¹⁴³⁷. Os portugueses tinham do seu lado a coragem, a audácia e, acima de tudo, a razão moral e o patriotismo.

Esta leitura da história votava ao esquecimento as motivações económicas da empresa, visto que aquela região africana era um mercado fundamental de escravos para abastecer de mão-de-obra as plantações de açúcar do Brasil. Daí o facto da colónia brasileira e do próprio Salvador Correia de Sá se terem mobilizado e investido os seus capitais no empreendimento, competindo nesse aspecto com os holandeses pelo controle da zona. Além disso, os discursos comemorativos deixam no ar a ideia de que se tratou de libertar toda a província de Angola, sem precisar os limites reduzidos do domínio europeu naquela época. São referidas as principais fortalezas e focos de resistência dos portugueses à ocupação holandesa, que se prolongou por sete anos, mas não são especificados os estreitos limites da efectiva soberania portuguesa naquela época. Os vastos sertões angolanos continuavam a estar sob o domínio das autoridades africanas tradicionais, mas tal facto é escamoteado de forma a ficar a ideia de uma presença secular de Portugal em todo o território. Desde a colocação do primeiro padrão por Diogo Cão até 1948, com a breve interrupção resultante dos malefícios da dominação filipina, ter-se-ia exercido a soberania portuguesa em Angola, o que legitimava a reivindicação de um domínio de meio milénio e a ideia da sua continuidade. Como refere o brigadeiro Pinto Monteiro na conclusão do discurso já citado, “tomemos perante Deus, nesta hora de exaltação patriótica, o solene compromisso de lhes assegurar que esta terra bendita de Angola que eles à custa de tantos sacrifícios nos legaram, será firmemente mantida em nossas mãos, até ao dia em que a possamos confiar, íntegra como a recebemos, à guarda dos Portugueses de Amanhã”¹⁴³⁸.

¹⁴³⁷ *Idem*, p. 170

¹⁴³⁸ *Idem*, p. 172

Outra figura histórica que foi especialmente homenageada naquelas celebrações foi o fundador da cidade de S. Paulo da Assunção de Luanda, Paulo Dias de Novais. Neto do navegador Bartolomeu Dias, a sua glória prende-se com o estabelecimento das bases da futura colónia. Depois de uma primeira deslocação em missão diplomática, regressou ao Reino onde obteve a carta de doação da Capitania e da Governança de Angola. Ali se fixou no último quartel do século XVI, vindo a edificar a primeira fortaleza e a pequena povoação que deu origem à cidade de Luanda. Desse ponto de partida inicial empreendeu incursões para o interior, fundando e estabelecendo os baluartes que permitiram manter o co-domínio de portugueses e holandeses naquela região, antes das campanhas de “Restauração de Angola”¹⁴³⁹. A sua estátua foi erguida na escarpa do morro cuja fortaleza mandou construir, de face voltada para o mar – “sentinela vigilante da cidade que alicerçou”¹⁴⁴⁰.

D. João I e D. Filipa de Lencastre tinham a sua legenda firmada como fundadores da dinastia de Avis e pais da “Ínclita Geração”. Todavia, não foram objecto de qualquer centenário específico, sendo evocados a propósito dos centenários do Infante D. Henrique e em 1940 no âmbito das comemorações gerais que trouxeram à liça as principais figuras da história nacional.

Entre todos os filhos de D. João I aquele que se impôs no imaginário nacional como o fundador do império foi o Infante D. Henrique. A sua lenda cresceu na medida das sucessivas comemorações de que foi objecto, ampliada pelas conjunturas particulares de ameaça ao império português e pela projecção internacional que esta figura histórica teve desde o século XIX, mercê do interesse dos historiadores britânicos.

¹⁴³⁹ Discurso do Presidente da Câmara Municipal de Luanda, Eng. Marques Trindade, in *Tricentenário da Restauração de Angola, Discursos e Alocuções*, s.l., Imprensa Nacional, 1948, p. 32

¹⁴⁴⁰ *Idem, ibid.*

O Infante D. Henrique assumiu, desde o início, as características próprias dos heróis, de acordo com os valores culturais de cada época. Zurara apresentou o herói típico da sociedade cavaleiresca e senhorial, nobre, corajoso, devoto, magnânimo e virginal, que fez do combate aos infiéis o principal fim da sua vida. No século XVI, tornou-se um príncipe renascentista, culto e sábio, ponderado e cheio de determinação, que se movia pela dúvida e a vontade de descobrir e conquistar o mundo para a suprema glória do Reino. No período seiscentista, a sua legenda já estava plenamente firmada e Manuel de Faria e Sousa resumiu-a nos seguintes termos: “Valeroso Principe, y sabio, y santo, y digno de su origen”¹⁴⁴¹. Mas, simultaneamente, tinha-se conservado a memória de aspectos menos abonatórios da conduta de D. Henrique, que remontavam às crónicas de Rui de Pina: a actuação na empresa de Tânger e as atitudes em relação aos irmãos, D. Fernando e D. Pedro¹⁴⁴². Posteriormente, na biografia do árcade Cândido Lusitano, o herói e o santo confundiam-se numa síntese das mais perfeitas e elevadas virtudes, acentuando-se o desprendimento das coisas materiais e mesquinhas, a excelência da sua obra e a total dedicação ao serviço de Deus e do Reino.

O herói da era moderna era um homem que se tinha libertado da lei da morte através da fama, que conquistara realizando nobres e altos feitos. Normalmente, os feitos guerreiros e militares eram os mais enaltecidos, mas a glória podia vir também de outro tipo de acções. Na linha da tradição clássica da Antiguidade, os heróis possuíam qualidades divinas, que a mística cristã assimilou às dos virtuosos e dos santos, e a capacidade triunfadora dos poderosos, tornando-se dignos da admiração pública. O herói destacava-se pela força, pelo saber e por desbravar os caminhos que outros homens iriam trilhar, no futuro, inclusive pelos que não acreditavam no

¹⁴⁴¹ Manuel de Faria e Sousa, *Europa Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, 1679, Tomo II, Parte III, Cap. I, p. 335; *Epítome de las Historias Portuguesas*, Madrid, 1628, p. 465

¹⁴⁴² As acusações contra D. Henrique foram conservadas nas narrativas de Duarte Nunes do Leão e Manuel de Faria e Sousa.

sucesso do seu esforço. Era, por conseguinte, um ser excepcional que tinha realizado uma acção inspiradora e salvadora – em grego, herói significa protector¹⁴⁴³.

Neste aspecto, o papel mítico fundamental do Infante D. Henrique consistiu em desvendar aos portugueses o seu destino, ao iniciar as navegações que permitiram abrir-lhes o caminho dos mares e ao elevar Portugal a expoente máximo da fé cristã no mundo. A qualidade de protector estava patente no acolhimento que dispensou aos filhos da nobreza e no patrocínio dos estudos universitários, além da sua casa ter sido um centro onde se recolhiam sábios e navegadores de toda a Europa.

A época romântica concebeu o Infante D. Henrique como um visionário que lutou, solitário e tenaz, contra a barreira do medo, das superstições e a mediocridade dos que não compreendiam o alcance do seu empreendimento. Um homem dotado de um saber e de uma capacidade de planear absolutamente notáveis, possuidor da chispa do génio, escorado numa dupla crença: a ciência e a fé. O papel que tinha desempenhado na história tornava a sua memória gloriosa e digna de ser objecto de culto e de louvor público, isto é, de comemoração.

Apesar de ter reservas em relação aos centenários, Oliveira Martins contribuiu para a realização do que foi dedicado ao nascimento do Infante D. Henrique, mercê da projecção da obra que dedicou aos filhos de D. João I. O Infante destacou-se entre os irmãos como herói épico, determinado pela fatalidade de um destino que ele próprio traçou com a força do seu espírito genial e um símbolo da energia colectiva de um povo que não se contentou com o reduzido horizonte da sua terra natal. O heroísmo advinha-lhe do desprendimento em relação às fraquezas humanas, que o tornavam obstinado e insensível no intuito de atingir os seus fins. Não era um modelo de perfeição e beleza, equilibrado e sereno, mas o exemplo de uma vida grandiosa, apostada em prosseguir, incansavelmente, o mais elevado desígnio. Possuiu o instinto

¹⁴⁴³ L. Millet, V. Morin, “Héros et Idoles”, in *Encilopaedia Universalis*, vol. 8, Paris, 1980, p. 373

criador necessário para transformar a sociedade portuguesa e projectar a nação rural, guerreira e piedosa, para além das suas limitadas fronteiras. Por isso, Oliveira Martins equipara-o a Alexandre, de uma espécie nova, porque “deu a Portugal, com as descobertas, a extensão dos mais vastos impérios, abrindo-nos um lugar eminente no épico panteão da História”¹⁴⁴⁴. E considera-o também o nosso Hércules¹⁴⁴⁵: um herói solar, caracterizado pela audácia e a temeridade das empresas a que mete ombros, símbolo da ascensão e da força capaz de derrubar os maiores obstáculos¹⁴⁴⁶.

A heroicidade de D. Henrique não foi um assunto pacífico, no século XIX. O marquês de Sousa e Holstein interrogava-se, em 1877, sobre os motivos porque este Infante não tinha uma lenda nacional, como D. Fernando, o mártir de Fez, ou D. Pedro, o “príncipe das sete partidas”, ou D. Sebastião, o derrotado de Alcácer Quibir. Em 1889, no Palácio de Cristal, António Cândido retomou a questão para considerar que só duas causas eram suficientemente fortes para comover o coração e a fantasia popular: “a heroicidade e a suprema bondade do sacrifício”¹⁴⁴⁷. Ora, o Infante D. Henrique “não foi heroe, nem sancto”¹⁴⁴⁸. Os feitos de armas granjearam-lhe as esporas de cavaleiro, com honra, mas se venceu em Ceuta, capitulou em Tânger. A sua personalidade não propiciava a simpatia, bem pelo contrário. Maculou-se com a “miseranda imagem de D. Fernando, captivo e morto em África” e com a “injustissima catastrophe de D. Pedro, que elle, talvez, pudesse ter evitado...”¹⁴⁴⁹. E, por isso, não mereceu um culto popular e nacional, sendo ofuscado pela aura de martírio dos irmãos. António Cândido defendeu, em contrapartida, a divulgação da

¹⁴⁴⁴ Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, p. 312

¹⁴⁴⁵ Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 315

¹⁴⁴⁶ Gilbert Durand, *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*, Lisboa, Presença, 1989, p. 111 e 206

¹⁴⁴⁷ António Cândido, “O Infante D. Henrique discurso pronunciado no Palacio de Crystal no dia 3 de Abril de 1889” in *Discursos e Conferências*, Porto, Empresa Litteraria e Typographica-Editora, s.D.

¹⁴⁴⁸ *Idem*, p. 249

¹⁴⁴⁹ *Idem*, p. 250

memória gloriosa do Infante D. Henrique, propondo que se erigisse uma estátua digna do seu merecimento¹⁴⁵⁰.

A chamada “lenda infantista” teve acerbos opositores, no século XIX. Entre eles destacaram-se Teófilo Braga, João Teixeira Soares e Ernesto do Canto, todos eles açorianos. João Teixeira Soares foi o responsável pelas palavras mais demolidoras contra o Infante D. Henrique, numas cartas dirigidas a Ernesto do Canto e por ele publicadas no *Arquivo dos Açores*, em 1882. Ali, acusava-o de “eunuco”, “mau irmão” e até “mau pai adoptivo” – D. Henrique adoptou o sobrinho, o Infante D. Fernando – e rejeitava a nobreza de carácter e a capacidade científica que, normalmente, lhe atribuíam. Negava, ainda, que a iniciativa das viagens dos descobrimentos tivesse partido de D. Henrique, afirmando que se teria limitado a aproveitar a actividade marítima dos portugueses para lhe dar “uma nova direcção, mais positiva, menos generosa, que elle soube monopolisar e continuar em seu proveito e da Ordem, de que era mestre”¹⁴⁵¹.

Na mesma linha, Teófilo Braga apresentou uma visão meramente utilitarista da acção do Infante D. Henrique: “ocupava-se nas descobertas marítimas exclusivamente para interesse pessoal, estabelecendo colonias onde introduzia a escravidão e um duro systema de contribuição”¹⁴⁵². Só via motivos egoístas onde os outros descobriam grandeza e desprendimento de interesses materiais. Considerava, aliás, que as navegações da época henriquina se inseriam num “período intermediário”, situado entre o reinado de D. Afonso IV e a grande época dos descobrimentos conduzidos por D. João II, que vieram a concretizar-se no reinado

¹⁴⁵⁰ *Idem*, p. 255. A estátua foi erigida, como vimos, no âmbito do centenário.

¹⁴⁵¹ *Arquivo dos Açores*, Reprodução fac-similada pela edição de 1882, vol. IV, Ponta Delgada, 1981, pp. 17-19

¹⁴⁵² Teófilo Braga, *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, vol. II, Porto, Lugan & Genalioux Sucés., 1892, p. 385

“imprevisto e venturoso” de D. Manuel. Acusou este último ter procurado obliterar, de forma sistemática, a memória do seu antecessor”¹⁴⁵³.

Teófilo Braga responsabilizou os cronistas, em especial Zurara e João de Barros, o rei D. Manuel, interessado em fazer esquecer a acção do primo, e os escritores ingleses, dominados pelo “atavismo saxónico”, que viram no génio do Infante a influência da filha de João de Gant, pela criação da “lenda infantista” que elevou o Navegador a “apogeu sobre-humano dos Descobrimentos dos Portugueses”¹⁴⁵⁴. Pelo contrário, na sua opinião, D. Henrique teria sido um vulto claramente menor, sobretudo comparado com D. João II. Apesar de algum exagero, Teófilo Braga acertou ao negar a existência da “Escola de Sagres” e reduzir as proporções da cultura científica e da importância do Infante como protector da universidade. Notou mesmo o facto contraditório de D. Henrique ter instituído uma “cadeira de Theologia” em vez da Cosmografia mais útil para as navegações¹⁴⁵⁵.

A evidente antipatia pelo Infante D. Henrique levou-o a fazer coro com o retrato grosseiro e moralista que dele traçou João Teixeira Soares. Infere-se das páginas que dedicou ao assunto que o Infante representava tudo aquilo que, como opositor da monarquia e dos valores da nobreza de sangue, pretendia combater e não estava de acordo com a concepção de grande homem perfilhada pela corrente positivista e republicana. Além disso, Teófilo Braga relativizou o papel dos indivíduos na história e privilegiou a acção das massas e as grandes gestas colectivas que considerava as verdadeiras responsáveis pela “evolução social” e pela afirmação das nações no concerto dos povos. Nesta ordem de ideias, as navegações eram o

¹⁴⁵³ Teófilo Braga, “A Lenda Infantista”, Prefácio da obra de T. Tomé da Silva, *A Lenda de Sagres*, Porto, 1914, p. I

¹⁴⁵⁴ *Idem*, p. II

¹⁴⁵⁵ *Idem*, p. XVIII

resultado da acção colectiva dos portugueses, integrada no movimento geral das explorações marítimas¹⁴⁵⁶.

Na crítica que teceu à obra de Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Teófilo Braga deu mais uma achega para elucidar esta concepção da história, afirmando que “os caracteres individuais para serem bem compreendidos carecem da relação entre elles e o meio ou época em que actuaram, reagindo ou cooperando na marcha dos acontecimentos”¹⁴⁵⁷. O papel dos chamados grandes homens é, por conseguinte, duplamente limitado: a acção determinante pertence a uma entidade colectiva designada por povo e o respectivo carácter e projectos formam-se através da relação com o meio e a época em que viveram.

A corrente “anti-infantista”, francamente minoritária, não empanou o brilho das comemorações de 1894 nem a divulgação da memória e da lenda do Navegador. A comissão organizadora das comemorações decidiu abrir um concurso público para a apresentação de uma memória sobre o “valor histórico, acções, feitos e importância das navegações que o Infante D. Henrique iniciou”¹⁴⁵⁸. A selecção do tema é significativa, porque mostra que não era tanto o homem que interessava, mas a sua obra e a repercussão no futuro. Contudo, o júri, constituído por Pinheiro Chagas, Oliveira Martins e Luciano Cordeiro¹⁴⁵⁹, decidiu atribuir o primeiro prémio a um trabalho do jornalista Alfredo Alves, centrado na descrição da vida do Infante¹⁴⁶⁰, e

¹⁴⁵⁶ Teófilo Braga, “A Lenda Infantista”, Prefácio da obra de T. Tomé da Silva, *A Lenda de Sagres*, Porto, 1914, p. III

¹⁴⁵⁷ Teófilo Braga, *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, vol. II, Porto, Lugan & Genalioux Sucos., 1892, p. 381

¹⁴⁵⁸ Cf. Firmino Pereira, *O Centenario do Infante D Henrique*, Porto, Magalhães & Moniz Editores, 1894, p. 53

¹⁴⁵⁹ *Idem*, p. 55

¹⁴⁶⁰ Alfredo Alves, *Dom Henrique, O Infante*, Porto, Typographia do “Comercio do Porto”, 1894

remeteu para o segundo lugar a obra do jovem Fortunato de Almeida, ainda estudante universitário, voltada para a história geral dos descobrimentos e da expansão¹⁴⁶¹.

O primeiro texto é uma narrativa bem escrita e ligeira, em estilo vivo e colorido, onde abundam as reconstituições de cenas e de diálogos, estabelecendo um compromisso entre os factos históricos e a imaginação do autor. Decerto, estas características agradaram ao júri e tornavam a obra mais acessível ao público. Segundo Alfredo Alves, o Infante D. Henrique personificou “o génio portuguez, enérgico e audaz”, ao qual se deve o conhecimento do mundo inteiro¹⁴⁶². E reencontramos a imagem de um combatente, valente e leal, como os cavaleiros da Távola Redonda que povoaram a sua mente na juventude, ascético, rebelde ao sentimentalismo, pensador inteligente e estudioso, dominado pelo sonho dos descobrimentos. Depois do desaire de Tânger, cuja responsabilidade Alfredo Alves não deixou de imputar à teimosia e obsessão guerreira do Infante, recolheu-se em Sagres, mais soberbo e mais austero, só devotado à empresa das navegações¹⁴⁶³. Ilibou-o de responsabilidades na morte de D. Pedro, atribuindo-lhe a intenção de interceder com boas razões junto do rei, seu sobrinho, para evitar o confronto militar, mas teria sido ultrapassado pelos manejos insidiosos e pelos acontecimentos¹⁴⁶⁴. Por conseguinte, a imagem da biografia oficial das comemorações reforçou o estereótipo e purificou o Infante das máculas. Se não fosse a dureza do retrato, inspirado em Oliveira Martins, podia tornar-se, certamente, uma figura mais popular.

Fortunato de Almeida preferiu seguir de perto as fontes, nomeadamente Zurara. O seu bosquejo do Infante colocou a ênfase na figura cavaleiresca e senhorial e acrescentou-lhe virtudes cívicas e patrióticas anacrónicas, mas bastante valorizadas

¹⁴⁶¹ Fortunato de Almeida, *O Infante de Sagres*, Porto, Livraria Portuense de Lopes & C^a, Sucessores de Clavel & C^a, 1894

¹⁴⁶² Alfredo Alves, *op. cit.*, p. 117 e p. 120

¹⁴⁶³ *Idem*, p. 89

¹⁴⁶⁴ *Idem*, p. 102

pela ideologia liberal¹⁴⁶⁵. E, como Alfredo Alves, não esqueceu a importância da ciência e da sabedoria, a já famosa e consagrada “Escola de Sagres”, dando ainda curso a outras lendas provenientes das obras sobre a história das matemáticas do início do século, como a fundação do primeiro observatório astronómico da Península Ibérica e a invenção das “cartas hidrográficas planas”¹⁴⁶⁶. Era também ponto assente que o Infante D. Henrique tinha pretendido chegar à Índia circum-navegando a África, apesar de somente ter alcançado a serra Leoa, durante a sua vida.

Além das duas obras referidas, publicou-se mais de uma dezena de folhetos e brochuras sobre o comemorado e a imprensa nacional e regional multiplicou os artigos de divulgação sobre o papel do Infante D. Henrique na história. A visão desses textos é, de um modo geral, tributária dos textos de Oliveira Martins e Pinheiro Chagas, que foram convidados para abrilhantar com as suas conferências os festejos do Porto. O primeiro chegou a escrever a comunicação, publicada em edição póstuma¹⁴⁶⁷, mas bastante enfraquecido e doente já não pôde proferi-la. Morreu ainda nesse ano. Nessas páginas reaparece-nos o conhecido Infante dos *Filhos de D. João I*, em escorço rápido e vigoroso: “homem feio, corpulento, ossudo com o cabelo negro e duro, com a tez escura, a testa breve, o mento forte, e sobre a boca rasgada um bigode negro, curto e farto”¹⁴⁶⁸. Duro de aspecto e duro de coração, daquelas têmperas rijas e empedernidas que, a obsessão por uma ideia torna desumanos. Um herói devorado por uma fé de tipo novo - a procura da verdade científica - e inteiramente votado a uma acção desapiedada para atingir os seus fins¹⁴⁶⁹. Em comparação com as fisionomias “candidamente boas de D. Duarte e D. Fernando ou o aspecto

¹⁴⁶⁵ Fortunato de Almeida, *op. cit.*, pp. 4-5

¹⁴⁶⁶ Cf. Fortunato de Almeida, *op. cit.*, p. 53 e p. 70

¹⁴⁶⁷ *Portugal nos Mares, Ensaios de Crítica, Historia e Geografia*, vol. II, 1ª Ed. posthuma, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1924

¹⁴⁶⁸ Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 192

¹⁴⁶⁹ *Idem*, p. 194 e 212

luminosamente claro de D. Pedro, o Infante D. Henrique apresenta uma “feição terrível”, porque a santidade é quase sempre o oposto do heroísmo¹⁴⁷⁰. Mas não havia, na sua opinião, apoteose mais justa do que aquela, “pois se um Henrique foi o fundador desta nação, outro Henrique veio, três séculos depois, abrir-lhe as portas da immortalidade”¹⁴⁷¹. Deste modo, o Infante D. Henrique foi elevado à suprema dignidade de herói refundador da nação.

Esta ideia apareceu expressa de várias formas noutras intervenções, considerando-se que sem os descobrimentos e a expansão, afinal sem o império, Portugal não poderia ter-se afirmado nem sequer sobrevivido como nação independente.

*“As especiarias da India e o oiro do Brasil foram a polvora e a metralha com que debellámos muitos inimigos, conjurámos muitos perigos, ganhámos muitos aliados, vencemos muitos pleitos, assim como foram os subsidios com que pudemos educar-nos e polir-nos, pagar as galas de uma côrte, o custeio d’uma evolução, e os complicados orçamentos da soberania e da civilização. Pode, pois, considerar-se o infante D. Henrique como o verdadeiro fundador da nossa independencia nacional (sublinhado nosso), porque foi elle que a tornou viável preparando-lhe titulos de legitimidade e recursos materiais”*¹⁴⁷².

Retomando a conferência de Oliveira Martins, parece-nos importante destacar a parte em que salienta que nenhuma grande empresa humana nasceu do pensamento individual de um homem “como ser mytho se pretende ter sahido Minerva da cabeça de Jupiter”, numa clara alusão às suas próprias palavras na obra já várias vezes

¹⁴⁷⁰ *Idem*, p. 211

¹⁴⁷¹ *Idem*, p. 212

¹⁴⁷² *Novidades*, Lisboa, 3 de Março de 1894

citada¹⁴⁷³. O merecimento dos grandes homens reside na capacidade de apreenderem as tendências colectivas da sociedade e imprimirem uma direcção nítida e firme ao curso da história¹⁴⁷⁴. Deste modo, Oliveira Martins corrige a sua posição anterior, mais individualizada, enveredando por uma perspectiva mais sociológica.

Pinheiro Chagas foi o orador encarregado de proferir a conferência na sessão solene, realizada no Salão Árabe do Palácio da Bolsa, no Porto, na noite de 3 de Março, perante os monarcas, os mais altos representantes do governo e a nata da sociedade portuense e nacional. Numa intervenção muito aplaudida, que evidenciou os inegáveis dotes estilísticos e oratórios do lente, colocou o acento na ideia do renascimento de Portugal, estabelecendo um paralelo entre as comemorações do nascimento do Infante e da morte de Camões. As primeiras evocavam uma “epocha radiante da mocidade do nosso paiz”¹⁴⁷⁵, enquanto as segundas se reportaram ao crepúsculo da nação. As celebrações do Infante D. Henrique não lembravam o túmulo, mas o berço e o natal; um período caracterizado pela perfeição, beleza, harmonia e poesia. As imagens de Chagas não poderiam ter uma ressonância mítica mais forte, remetendo para a “idade de ouro” da pátria e a simbologia do nascimento, que evoca a aurora e a promessa de um futuro radioso. Nesta ordem de ideias, ainda aproveitou para evocar a maternidade na figura tutelar e de respeitável memória de D. Filipa de Lencastre. Espraiou-se no elogio da Mulher e da alma feminina que se traduziu no culto da Virgem, que considerava um dos elementos místicos mais expressivos da cultura portuguesa.

Deste modo, Pinheiro Chagas intervinha no debate sobre se era mais correcto comemorar o nascimento ou a morte dos grandes homens que teve eco nas páginas da

¹⁴⁷³ Aí Oliveira Martins escreveu: “ [...] do cérebro poderoso do infante D. Henrique [...] saiu todo o sistema colonial moderno, de pé e armado, qual Minerva da cabeça de Jupiter”. Cf. *Filhos de D. João I*, p. 315

¹⁴⁷⁴ Oliveira Martins, *Portugal nos Mares*, p. 196

¹⁴⁷⁵ Firmino Pereira, *op. cit.*, p. 132

revista *O Instituto*¹⁴⁷⁶. Nesse artigo afirmava-se que os melhores argumentos fizeram prevalecer a ideia que o desaparecimento da vida correspondia ao momento donde partia a aspiração à imortalidade, inclinando-se a favor da comemoração da data do falecimento. Assim procedia a Igreja com a celebração dos aniversários da morte dos santos e tal ideia tinha sido respeitada no tricentenário de Luís de Camões e no centenário do marquês de Pombal. No caso do Infante D. Henrique, em 1860 ainda não havia o costume de celebrar os centenários e, por isso, optou-se por fazê-lo na data do nascimento¹⁴⁷⁷. A razão pragmática invocada, assumiu uma expressão mais poética e sedutora, na retórica de Pinheiro Chagas. O orador oficial das comemorações também resolveu o conflito que opunha partidários de D. Pedro e de D. Henrique, “pedristas” e “infantistas”, como então se dizia, colocando-os lado a lado como figuras ímpares de uma época em que Portugal iniciou a conquista do universo¹⁴⁷⁸. D. Pedro foi apresentado como filósofo e estadista e D. Henrique visto, numa óptica romântica e retórica, como um “solitário sonhador que quasi se suspende sobre o mar como os santos das legendas mysticas”¹⁴⁷⁹.

Outra ideia forte da conferência é a de um país pequeno e pobre – “David diante de Golias” – a arrostar com os perigos e a descrença dos homens para conquistar os mares e os novos mundos, qual “epopeia cavalheiresca de Santo Graal”¹⁴⁸⁰. Mas o Graal era, então, a abertura de novos horizontes para a humanidade e o vasto movimento da Renascença. De um lado estavam, na óptica de Chagas, a iluminação, a ciência, o esforço consciente e sábio do Infante D. Henrique, na senda dos descobrimentos; do outro, pontificavam as trevas, o agente inconsciente e brutal,

¹⁴⁷⁶ António José Teixeira, “O Infante D. Henrique”, in *O Instituto, Revista Científica e Litteraria*, vol. XLI, 3ª série, nºs 8 e 9, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894, p. 509

¹⁴⁷⁷ *Idem, ibid.*

¹⁴⁷⁸ Firmino Pereira, *op. cit.*, p. 132

¹⁴⁷⁹ *Idem*, p. 133

¹⁴⁸⁰ *Idem*, p. 134

as cinzas negras do incêndio que ameaçava a Europa, através dos turcos e do sultão Mahomet II. Uma concepção maniqueísta e messiânica da história ressalta da intervenção, onde Portugal e o Infante D. Henrique, personificação da fé e do ideal da pátria, aparecem investidos de uma missão redentora da humanidade – “A cruz de Aviz conquistara a pátria, a cruz vermelha de Christo ia conquistar o mar, e não só o mar, mas os novos mundos, e a sciencia e as almas”¹⁴⁸¹. Mas a recompensa dessa dedicação de Portugal, como tinha acontecido com Cristo, era “o insulto e o martyrio”¹⁴⁸², numa clara alusão aos problemas diplomáticos e políticos que culminaram no ultimato britânico.

O Infante D. Henrique emerge, das palavras de Pinheiro Chagas, como símbolo do povo e da alma portuguesa, repartida em pedaços pelo mundo, como herói refundador da pátria e como salvador da humanidade. Não se podia aspirar a maior glória perante tão selecta audiência, que dispensou uma entusiástica ovação ao conferencista. O poder e a elite da sociedade portuguesa saíam dali triplamente edificados: com o passado de inesquecíveis glórias; com a imagem do martírio, injusto e cruel, do presente; com a ideia da grandeza e da nobreza da alma nacional, simbolizada pelo ideal viril do “povo conquistador” e pelo modelo feminino do “povo do amor”¹⁴⁸³. Um quadro que se insere, perfeitamente, na perspectiva auto-consoladora e saudosista que caracterizou o decadentismo *fin de siècle* e as últimas décadas da Monarquia Constitucional.

A tendência mais marcante dos discursos comemorativos, em 1894, pode ser designada pela expressão de Oliveira Martins, “monachismo secular”¹⁴⁸⁴. O Infante D. Henrique era apresentado como um homem austero e monástico, cuja obra

¹⁴⁸¹ *Idem, ibid.*

¹⁴⁸² *Idem, ibid.*

¹⁴⁸³ *Idem*, p. 132/33

¹⁴⁸⁴ *Jornal de Notícias*, Porto, 3 de Março de 1894

entroncava na genealogia do “progresso” e da modernidade, que faziam remontar aos Descobrimentos e ao Renascimento, passava pelo Iluminismo e desembocava nas grandes conquistas científicas e técnicas do século XIX. Oliveira Martins repetiu, então, uma ideia anterior: “O Infante foi o primeiro frade da ciência”.

A visão laica e progressista esteve presente em múltiplas brochuras editadas, donde podemos respigar alguns nomes e trabalhos mais representativos. O almirante Henrique Lopes de Mendonça, grande admirador daquela figura e estudioso da história da náutica, considerou D. Henrique um espírito genial, um pioneiro e um profeta, não por sugestão divina, mas por força da “razão esclarecida”¹⁴⁸⁵. Afirmou expressamente que “D. Henrique não é um santo”¹⁴⁸⁶ e procurou descortinar na ascendência, segundo as modernas teorias da hereditariedade, a origem dos traços de carácter do Infante. Resumiu-as de acordo com os estereótipos correntes: a “tendencia entusiastica de peninsular”, herdada do pai, e a “fleugma britanica”, recebida com o sangue materno¹⁴⁸⁷. Para Lopes de Mendonça a grande obra de D. Henrique foi de carácter científico e considerou que tinha havido uma “renascença scientifica iniciada pelo Infante com a colaboração dos seus marinheiros, dos seus pilotos, dos seus cartographos”¹⁴⁸⁸. Outro vulto destacado da história da expansão representou, para o almirante Lopes de Mendonça, o homem de acção e o estratega político e militar – Afonso de Albuquerque. Tanto um como outro foram apresentados como “trabalhadores infatigaveis”, com “einentes faculdades de organização, fortificadas pelo estudo e pelo saber”¹⁴⁸⁹. O *trabalho* e o *saber* como fontes de mérito e de valor dos homens que deviam ser objecto de veneração pública, autênticos heróis para edificação das massas, bem de acordo com a ideologia da época.

¹⁴⁸⁵ Henrique Lopes de Mendonça, *Character e Influencia da Obra do Infante*, Conferencia proferida no Club Militar Naval em 28 de Fevereiro de 1894, Lisboa, Livraria Férrin, 1894, p. 9

¹⁴⁸⁶ *Idem*, p. 19

¹⁴⁸⁷ *Idem*, p. 20

¹⁴⁸⁸ *Idem*, p. 22

¹⁴⁸⁹ *Idem*, p. 24

Henrique Lopes de Mendonça levou a sua admiração pelo Infante D. Henrique ao ponto de propor que o lema da marinha, da autoria de Mendes Leal – “A patria honrae que a patria vos contempla” - fosse substituído pela enigmática divisa que lhe tinha pertencido - “ Talant de bien fere”¹⁴⁹⁰. Depois de acesa controvérsia que podemos seguir, em parte, pela imprensa da época, a divisa foi rejeitada por ser em língua estrangeira e de interpretação duvidosa¹⁴⁹¹.

Idêntica perspectiva sobre a figura do Infante foi defendida por Silva Telles, no folheto sugestivamente intitulado *O Infante D. Henrique e a Renascença Científica Europeia*. Dentro de uma concepção naturalista e orgânica da sociedade, defendeu que o indivíduo é a expressão do colectivo onde está inserido e, por isso, integrou o Infante no movimento geral de ruptura com a época medieval que considerava ser o Renascimento¹⁴⁹². Na sua opinião, a Europa teve necessidade de sair dos seus próprios limites físicos e intelectuais para operar uma autêntica renascença científica. No desenvolvimento desse processo, uma das vantagens comparativas de Portugal foi o *melting pot* que esteve na origem dos portugueses e o contacto estreito com outras culturas, em especial a árabe e a judaica. A sua visão do período medieval, caracterizado pela preponderância do cristianismo na Europa, era bastante negativa, apresentando-o como uma fase de obscurantismo, atraso e regressão cultural face ao esplendor da época clássica. Por isso, descartou da imagem de D. Henrique a medievalidade e a fé cristã, amputando-a duma faceta historicamente essencial.

¹⁴⁹⁰ A divisa do Infante D. Henrique aparece, por vezes, escrita de outras formas, nomeadamente “Talent de bien faire”. Mas a que está de acordo com a utilizada por D. Henrique é “Talent de bien fere”, que tem sido traduzida por talante (vontade ou desejo) de bem fazer.

¹⁴⁹¹ Cornélio da Silva, redactor principal e proprietário do *Universal*, traduziu livremente a divisa por “desejo de acertar” e aproveitou a oportunidade para dar curso à verbe satírica tão característica dos polemistas da época, por causa do estado deplorável da armada portuguesa: “quanto à nossa armada, quer-nos parecer que o que ella tem não é desejo de *acertar*, mas desejo de se *concertar*” (*Universal*, Lisboa, 18 de Janeiro de 1894)

¹⁴⁹² Silva Telles, *O Infante D. Henrique e a Renascença Científica Europeia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, p. 25

Na mesma ordem de ideias enfileirou Paiva e Pona, num opúsculo integrado na colecção *Plutarcho Portuguez*, que pretendia divulgar o conhecimento dos grandes homens da história portuguesa, com objectivos formativos e pedagógicos¹⁴⁹³. A Sociedade de Geografia de Lisboa, em resposta à Câmara Municipal do Porto, congratulava-se igualmente pela “evocação d’aquela grande figura de pensador e estadista que anteviu e revelou novos mundos reaes, na revolta immensidade oceanica povoada de lendas e ameaças sinistras, abrindo uma idade nova à humanidade, ao trabalho e à sciencia”¹⁴⁹⁴.

Expressão máxima dessa visão secular da figura do Infante D. Henrique é o Hino do Centenário, da autoria de Henrique Lopes de Mendonça: nem uma referência à religião, à fé ou à cruzada. O Infante é o “lavrador do infinito” que desbravou os oceanos, mercê dos conhecimentos científicos, e o “rude guerreiro indomavel” que trouxe a glória a Portugal. O coro entoia em hossana triunfal: “Glória! Glória! A Portugal!” Mais do que o indivíduo, a pátria, o colectivo nacional era, afinal, o verdadeiro objecto do culto cívico.

Em sentido oposto se posicionava a corrente de inspiração católica, colocando a ênfase na fé do cruzado medieval que, segundo as palavras do arcebispo de Évora, “personificou a missão providencial da Nação portuguesa: *dilatar a fé e o império*, civilizando e christianizando a África”¹⁴⁹⁵. Num opúsculo, Manuel Barradas defendia idêntica perspectiva, atribuindo a decadência da sociedade portuguesa à descrença e

¹⁴⁹³ Os nomes que deveriam integrar os fascículos do I volume eram os seguintes: Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Camões, Damião de Góis, D. João IV, Padre António Vieira, Marquês de Pombal, D. Luisa Todt, José Correia da Serra, Bocage, Mousinho da Silveira e Herculano. As colaborações iam de Teófilo Braga, que escreveu também um fascículo sobre a *Theoria dos Grandes Homens*, Joaquim de Vasconcelos, Júlio Matos, Oliveira Martins e o já mencionado Paiva e Pona. A biografia completa era acompanhada por uma fototipia. Julgamos que a colecção não chegou a ser completada.

¹⁴⁹⁴ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 13ª série, nº 3, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, p. 113

¹⁴⁹⁵ *In Memoriam 1394-1894*, Porto, Pereira & Cunha, 1894, p. 11

falta de fé¹⁴⁹⁶. O jornal legitimista, *A Nação*, transcreveu trechos do livro¹⁴⁹⁷ e verberou o secularismo das comemorações, apresentando D. Henrique como “um génio christão, um missionário, *um homem enviado por Deus*”¹⁴⁹⁸. Mas a posição ultramontana não foi corroborada pela hierarquia da Igreja que preferiu adoptar uma atitude moderada e conciliadora, sendo disso prova eloquente os testemunhos dos bispos inseridos no álbum *In Memoriam*. Deus e a pátria, a ciência e a religião, a civilização e a fé estariam na base da grandeza da nacionalidade portuguesa e da acção do Infante D. Henrique, numa amálgama que satisfazia as várias sensibilidades.

Teófilo Braga não se eximiu de tornar públicas as suas posições contra a figura do Infante D. Henrique¹⁴⁹⁹. Em sua opinião, o génio “taciturno e apathico” do Infante só conheceu notoriedade porque foi glorificado pelo partido dos que assassinaram D. Pedro. Considerou puramente lendárias a atribuição da iniciativa dos descobrimentos e o achamento das ilhas da Madeira e dos Açores, já anteriormente conhecidas, assim como a cultura científica do Infante e o papel de protector das ciências. As navegações foram uma obra colectiva que se inscreveu na tradição marítima dos portugueses e o Infante estaria somente preocupado com a defesa das suas posições monopolistas. Os artigos só vieram a público depois do dia 4 de Março, para os republicanos não serem acusados de reduzir o brilho dos festejos ou de diminuir o seu impacte popular.

Apesar da posição “anti-infantista”, Teófilo Braga não deixou de contribuir para as comemorações com a edição de um poemeto intitulado *Mar Tenebroso*, que foi a homenagem da imprensa portuguesa na ocasião¹⁵⁰⁰. Contraditoriamente, nele

¹⁴⁹⁶ Manuel Barradas, *O Infante D. Henrique*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand - José Bastos Livreiro-Editor, 1894, p. 121

¹⁴⁹⁷ *A Nação*, Jornal Religioso e Politico, Lisboa, 4 de Março de 1894

¹⁴⁹⁸ *Idem*, 13 de Fevereiro de 1894

¹⁴⁹⁹ Theofilo Braga, “A lenda do Infante”, in *A Vanguarda*, Lisboa, 6 de Março, 1894. *Idem*, “O centenário do Infante D. Henrique”, in *A Voz Pública*, Porto, 5 de Março, 1894

¹⁵⁰⁰ Theophilo Braga, *Mar Tenebroso*, Poemeto, Porto, Imprensa Portuguesa, 1894, p. 33

exaltou o Infante como visionário e figura épica que decidiu responder ao apelo do Papa e bater-se em cruzada contra os turcos, no ímpeto de salvar a Civilização Ocidental. Com este objectivo em mente, teria gizado o plano de descobrir o caminho marítimo para a Índia, para ferir os turcos no flanco oriental. Desse modo, a Europa podia libertar-se “da raça bruta que a infesta e tala!”¹⁵⁰¹:

Três linhas de força do mito henriquino estavam presentes nos versos de Teófilo Braga: a ideia romântica do solitário de Sagres, gizando os mais arrojados planos; a atribuição ao Infante do projecto de descobrir o caminho marítimo para a Índia, circum-navegando a África; e a tese de Portugal como salvador da civilização europeia da ameaça dos turcos, personificando o Infante o espírito cavaleiresco e de cruzada que teria animado tal empreendimento. Apesar de não deixar de referir o remorso do Infante D. Henrique pela morte do duque de Coimbra, o “desventuroso irmão” que uma palavra sua poderia ter salvado¹⁵⁰², Teófilo Braga fez coro, afinal, com aspectos fundamentais do mito heróico do Infante D. Henrique.

De modo geral, a figura do Infante D. Henrique foi identificada com a “época áurea” da sociedade portuguesa e a sua glória advinha-lhe de ser considerado responsável por tão notáveis sucessos. Mas na linha de Alexandre Herculano, houve quem considerasse que se podia imputar à acção do Infante a origem da decadência de Portugal. Nas *Cartas sobre a História de Portugal* (1842), o eminente historiador tinha defendido que o período do Renascimento correspondia ao declínio da nação, cujas razões eram de ordem moral e política¹⁵⁰³. Em relação ao primeiro aspecto, apontou a dissolução dos costumes e dos princípios viris que tinham norteado os homens da época medieval, por causa do luxo e ganho fácil; quanto ao segundo,

¹⁵⁰¹ *Idem*, p. 43 – “N’este alto pensamento se arrebatava/Activa o Infante intrepidas empresas/ Das navegações grandes portuguesas,/ Das intimas tristezas se resgata,/ N’uma visão do infinito ignóreo/ de Sagres no remoto promontório.”

¹⁵⁰² *Idem*, p. 29

¹⁵⁰³ Alexandre Herculano, *Opúsculos*, Tomo V, Lisboa, Viuva Bertrand & C^a Sucessores Carvalho &

defendeu que a centralização do poder e a preponderância da coroa tinham aniquilado as instituições municipais e a responsabilidade individual, as pedras fundamentais do vigor da nação, na sua perspectiva de liberal.

Estas ideias tiveram um eco importante no século XIX¹⁵⁰⁴. Vamos encontrá-las, por exemplo, na conferência de Antero de Quental sobre as *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares* (1871). Na Idade Média, o poeta viu brilhar “o espírito independente e autonómico das populações peninsulares, no pleno esplendor do seu génio e qualidades naturais”¹⁵⁰⁵. Mas, ao contrário de Herculano, considerou que a decadência só teve início depois de meados do século XVI. Na Renascença, ainda acompanhámos o movimento geral da civilização europeia e até a ultrapassámos nos estudos geográficos e nas grandes navegações. Os descobrimentos teriam sido o resultado do trabalho intelectual, tão científico quanto a época o permitia, que o Infante D. Henrique inaugurara na famosa “Escola de Sagres”. Foi, por isso, uma fase de pujança das sociedades ibéricas que abortou por causa da via religiosa adoptada pelo Concílio de Trento, do estabelecimento do absolutismo e do desenvolvimento das conquistas longínquas. O espírito da Contra-reforma, a asfixia das liberdades pelo centralismo político e a degenerescência moral e social provocada pelas conquistas asiáticas foram as causas fundamentais da decadência, qualquer delas posterior ao período henriquino.

Numa brochura dedicada ao centenário, Lino de Macedo retomou essa linha de pensamento, referindo-se à Idade Média como uma época idílica da sociedade portuguesa, onde “tudo era singelo e bom”¹⁵⁰⁶. Depois, a cobiça, os escravos e as riquezas viriam a corroer as forças vitais da nação, conduzindo-a à ruína e ao

C^a, 1881, p. 168

¹⁵⁰⁴ Ver: Rui Ramos, “As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins” in *Análise Social*, 4^a série, vol. XXXII, N^o 140, 1997-1^o, pp. 113-141

¹⁵⁰⁵ Antero de Quental, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, Lisboa, Ulmeiro, 1982, p. 15

¹⁵⁰⁶ Lino de Macedo, *A obra do Infante*, Vila Franca de Xira, Typographia Campino, 1894, p. 4

abatimento total. O ponto de viragem situava-se na etapa posterior ao descobrimento do caminho marítimo para a Índia, porque não se tinha ido ao Oriente com o “espírito luminoso e justo” que o Infante sonhou¹⁵⁰⁷. Ele tinha sido a causa involuntária das desgraças do país e não havia motivos para congratulação: “Resta-nos a gloria: mas o que é a gloria? De que nos serve, se ella não nos paga o *coupon* de Janeiro nem nos extermina o *deficit*?”¹⁵⁰⁸. Uma questão que não foi o único a levantar nas páginas dos jornais.

O ano das comemorações foi pródigo em brochuras e folhetos, mas não se evidenciou pelas publicações científicas. Pontualmente, alguns contributos vieram permitir avançar no conhecimento da vida e da obra do Infante, numa perspectiva mais fundamentada e segura. Brito Rebelo escreveu dois artigos que puseram em causa algumas ideias aceites e abriram novos horizontes à interpretação historiográfica. O primeiro focou os traços da vida do Infante que geralmente ficavam na sombra, nomeadamente a sua acção ao nível económico e na administração dos bens da sua casa senhorial e da Ordem de Cristo¹⁵⁰⁹. No desempenho dessas tarefas teria demonstrado, segundo Brito Rebelo, capacidade de inovação e bastante tino prático. No outro artigo, na revista *Occidente*, contestou as fantasias que tinham acrescentado a lenda henriquina:

Não achando noticias precisas nem documentos autenticos, recorrem á inventiva, e então apresentam o Infante entregue ao estudo de mathematica e outros; e não falta quem o pinte como um solitario, afastado de tudo, confinado em uma ponta do Algarve, só entregue á contemplação do céu e dos astros,

¹⁵⁰⁷ *Idem*, p. 114

¹⁵⁰⁸ *Idem*, p. 60

¹⁵⁰⁹ J.I. Brito Rebelo, “Alguns traços da vida do Infante D. Henrique”, in *O Instituto*, Revista Scientifica e Litteraria, vol. XLI, Julho de 1893 a Dezembro de 1894, Coimbra, 1894, pp. 567-573

*perguntando ao mar pelos seus segredos, sonhando descobrimentos e glórias. Outros menos modestos começam a inventar-lhe um palacio que era uma escola de virtudes; d'aqui a transformal-o n' uma escola de nautica e cosmographia pouco distou, e como consequencia, vem a criação de um observatório!”*¹⁵¹⁰.

O artigo pôs em causa a localização atribuída à vila do Infante, na praça de Sagres, situando-a na angra limitada pela Ponta Gorda e o Beliche, conhecida por Terça Nabal, no século XV. Frisou, ainda, que o centro de operações do Infante, no Algarve, foi Lagos.

José Maria Rodrigues recordou, num texto sobre *O Infante D. Henrique e a Universidade*, que não havia prova documental sobre o ensino efectivo das chamadas “sete artes liberais”, onde se incluíam a *Aresmetica*, a *Geometria* e *Astrologia*¹⁵¹¹. Na carta de doação das casas à Universidade, o Infante determinava que nelas se lessem as referidas disciplinas, mas as fontes disponíveis só comprovam o ensino de Teologia.

Deste modo, iam sendo afloradas questões que procuravam aprofundar o conhecimento da época e da acção de D. Henrique em bases menos fantasiosas. Contudo, as várias correntes ideológicas e até historiográficas convergiam naquilo que podemos considerar mitos fundadores do nacionalismo português: o papel de Portugal como vanguarda dos descobrimentos e da renascença científica que lhe era associada; a missão de salvador da Cristandade e da Civilização Ocidental da ameaça dos turcos, mercê das conquistas no continente asiático. A ideia de uma “idade de ouro” em que a nação portuguesa liderou os destinos da humanidade, investida de um espírito colectivo de missão salvadora e civilizadora, encontra-se expressa de várias maneiras no leque ideológico do final do século, dos republicanos aos legitimistas. Afinal, todos concordavam com a grandeza passada de Portugal e o Infante

¹⁵¹⁰ J. I. de Brito Rebello, “Villa do Infante”, in *O Occidente*, vol XVII, 17º ano, Lisboa, 1894, p. 66

¹⁵¹¹ José Maria Rodrigues, “O Infante D. Henrique e a Universidade”, in *O Instituto*, Revista

D. Henrique, apesar da antipatia que a figura suscitava nalguns sectores minoritários¹⁵¹², era o símbolo dessa época e do início da expansão que conduziu à afirmação dos europeus no mundo.

Entre o primeiro e o segundo centenário do Infante D. Henrique escoou-se um largo período de tempo. A historiografia portuguesa tinha conhecido, entretanto, um desenvolvimento significativo, de tal modo que, nos anos Vinte e Trinta do século XX, surgiram algumas das principais obras de referência da história nacional e da colonização portuguesa¹⁵¹³. Paralelamente, as publicações de fontes e a renovação das metodologias e das interpretações historiográficas abriram horizontes para uma releitura crítica do papel do Infante D. Henrique na história da expansão e dos descobrimentos portugueses. Mas, apesar disso, o peso da conjuntura ideológica marcadamente nacionalista que foi apanágio de várias gerações, desde o *Ultimatum* à participação portuguesa na Grande Guerra, exacerbado pela reacção conservadora e tradicionalista que esteve na origem do Estado Novo, reduziram o alcance dessa revisão da história e isolaram as vozes mais críticas e inovadoras no panorama da historiografia nacional. Em 1942, Duarte Leite constatava que a figura do Infante D. Henrique estava há vários anos na ordem do dia, prevalecendo a lenda sobre a preocupação de averiguar objectivamente os factos históricos: “Oradores e escritores vêm à compita despejando torrentes de palavras e ondas de tinta, no empenho

Scientifica e Litteraria, vol. XLI, Julho de 1893 a Dezembro de 1894, Coimbra, 1894, pp. 485-492

¹⁵¹² Dois exemplos:

- Deoniso Santos Silva considera a castidade do infante uma aberração e um “crime de lesa natureza”, determinado pelo fanatismo religioso. D.S.S. “Casto?”, in *O Velocipedista*, Porto, 1 de Março de 1894;
- Ramalho Ortigão não se coíbe de afirmar, publicamente, que antipatiza com a figura do infante, apesar de se vergar perante a sua memória. R. O., “O sentimento e a acção” in *Jornal do Commercio*, 6 de Março de 1894 (reproduzido do *Jornal de Notícias*)

¹⁵¹³ *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, dirigida por Carlos Malheiro Dias, 1921-1924; *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, editada em Barcelos, entre 1928-1937; *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dirigida por António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, 1937-1940

patriótico de lhe exaltar à saciedade os muitos altos méritos, tanto os comprovados como os fictícios, com que o sobredoura uma lenda multissecular”¹⁵¹⁴.

Uma longa tradição tinha sempre considerado o Infante D. Henrique como o iniciador e o principal obreiro da expansão e dos descobrimentos e procurava descortinar as respectivas causas através das razões que o tinham movido. Já Zurara tinha colocado o problema nesses moldes: conhece-se a obra quando se conhece o fazedor dela. Do mesmo modo, a conquista de Ceuta era vista como uma empresa de cavalaria, destinada a satisfazer o desejo dos Infantes mais velhos de serem armados cavaleiros depois de uma autêntica batalha. Em 1919, António Sérgio, num “ensaio de interpretação não romântica” desse facto, propunha como hipóteses explicativas factores de ordem económica e o interesse da burguesia no desenvolvimento do tráfico ultramarino. Na senda aberta por Sérgio, vários autores procuraram descortinar as causas económicas da expansão e o papel dos diversos grupos sociais nesse processo. O centro da problemática deslocava-se, assim, do plano individual em que tinha sido maioritariamente colocado pelos autores do século XIX para o plano sociológico. Não só se procurava apreender os motivos dos vários grupos e estratos sociais, mas também ver os protagonistas da história como parte dessa dialéctica e expressão de ideias e interesses contraditórios. Esta perspectiva de análise identificava-se com as correntes mais modernas da historiografia que se produzia no estrangeiro e teve eco na obra de Duarte Leite, Jaime Cortesão e Veiga Simões. A expansão era vista como uma resposta às aspirações da burguesia mercantil e às ambições da nobreza, desocupada depois de um longo período de guerras com Castela e desejosa de cargos e honras. Além disso, era também considerada um

¹⁵¹⁴ Duarte Leite, *História dos Descobrimentos, Colectânea de Esparsos*, Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, vol. I, Lisboa, Edições Cosmos, 1958, p. 224

imperativo nacional e a saída encontrada pelas elites dirigentes do Reino para os grandes problemas portugueses no início do século XV¹⁵¹⁵.

Neste contexto, o papel do Infante D. Henrique circunscrevia-se ao do príncipe que presidiu ou dirigiu um empreendimento que foi, afinal, uma obra colectiva, tanto na base como no topo. Jaime Cortesão considerou mesmo o Infante “um comissário da Nação, e até certo ponto da Cristandade, para os Descobrimentos”¹⁵¹⁶. Estes eram o resultado de um longo processo de maturação e desenvolvimento da sociedade portuguesa, em particular do país marítimo e mercantil entrevisto por Alberto Sampaio, inserindo-se na necessidade de afirmação do Estado no contexto da Península Ibérica. Por isso, a expansão e os descobrimentos foram um desígnio de alcance nacional e patriótico, cujo plano tinha sido obra de um escol dirigente, onde se incluíam todos os responsáveis políticos do primeiro quartel do século XV – D. João I, D. Duarte, o regente D. Pedro, D. Afonso V e D. João II.

A linha dominante dos discursos comemorativos, em 1960, ignorou ou, pelo menos, desvalorizou de forma sistemática os factores económicos e a interpretação sociológica do arranque da expansão portuguesa. O suposto materialismo dessa interpretação repugnava aos defensores de uma visão imaculada e extremamente idealista da génese das navegações oceânicas dos portugueses, cujo objectivo imediato consistia em justificar as opções ideológicas e políticas da altura.

O ministro da Marinha, Fernando de Quintanilha e Mendonça Dias, defendeu numa publicação oficial do centenário que os valores mais nobres conduziram os navegadores que aportavam em tão distantes e estranhas terras, onde iam oferecer o que tinham de mais valioso “a língua, a religião e a mesma nacionalidade para

¹⁵¹⁵ Veiga Simões, “O Infante D. Henrique. O seu tempo e a sua acção” in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dir. de António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, vol. I, Lisboa, Editorial Ática, 1937, p. 338

¹⁵¹⁶ Jaime Cortesão, *Expansão dos Portugueses no Período Henriquino*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, p. 60

todos”¹⁵¹⁷. Sempre que as condições o permitiam, os portugueses fixavam-se nesses territórios para os povoar, desenvolver e defender, aprofundando os laços com as populações nativas de modo a “unir todos numa só família, num todo uno e indivisível”¹⁵¹⁸. A obra da colonização portuguesa era, por conseguinte, o resultado da “*afeição e dedicação sem limites*, ao longo dos séculos e de muitas gerações, à custa de muito sangue generoso e sublime, de *missionários e santos, de heróis e de mártires ao serviço da Civilização e da Humanidade* [itálico nosso]”¹⁵¹⁹.

Nesta citação encontramos três ideias centrais do discurso ideológico das comemorações de Sessenta: 1) os descobridores e colonizadores portugueses foram impulsionados por nobres ideais, como o proselitismo cristão e a preocupação civilizadora, arredando-se a ideia de lucro ou de quaisquer vantagens materiais; 2) a bondade da colonização portuguesa, motivada pelos propósitos mais altruístas, que teria conduzido à união de todos os povos do império português numa “Nação una e indivisível”; 3) o enaltecimento dos homens que teceram a história da expansão portuguesa, simbolizados pela figura heróica e sublime, de asceta e cavaleiro da pátria e da cristandade, do governador da Ordem de Cristo. Deste modo, a colonização portuguesa era legitimada e elevava-se à categoria de ícone o homem a quem se ficou a dever o *impulso inicial* e o *desenvolvimento metódico e persistente* das navegações que deram “novos mundos ao mundo”¹⁵²⁰.

O facto de os discursos se centrarem no indivíduo não significa um interesse pela pessoa do D. Henrique. Pelo contrário, prevalece uma visão estereotipada da personalidade do Infante, escorada no relato de Zurara e noutros testemunhos abonatórios, e a preocupação de identificar as suas características com as virtudes da

¹⁵¹⁷ A.A.V.V., *Infante D. Henrique*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, p. 4

¹⁵¹⁸ *Idem, ibid.*

¹⁵¹⁹ *Idem, ibid*

“raça” ou, nos termos preferidos por outros, com o carácter do povo português, naquilo que teria de melhor e mais heróico. Sobre o papel do governador da Ordem de Cristo na história de Portugal, o discurso ideológico dominante nas comemorações oscilou entre o “homem providencial” e a mística do chefe que, na qualidade de dirigente, guia ou condutor, “definiu o destino universalista da Nação portuguesa e criou um Mundo Novo”, nas palavras do Cardeal Patriarca de Lisboa, na cerimónia religiosa de abertura das comemorações que teve lugar no Mosteiro dos Jerónimos¹⁵²¹. O providencialismo de inspiração cristã e o messianismo combinavam-se para transmitir a imagem de um líder enviado por Deus com a *missão* de projectar Portugal no mundo e de salvar a Cristandade do avanço do Islamismo. O sacrifício e a dedicação são os termos mais usados para definir a trajectória do Infante, que teria superado a dúvida, a dor e o desânimo para realizar a sua obra com a fé e a determinação dos heróis.

Em muitos discursos produzidos nas cerimónias públicas, religiosas ou laicas, é evidente a defesa de uma mística do sacrifício como forma de redenção individual ou colectiva, de acordo com a doutrina cristã. Nesse aspecto, o Infante D. Henrique foi apresentado como um caso exemplar: uma vida solitária e desprendida do mundo no isolamento de Sagres. Sem esposa ou filhos para amenizar os seus dias, ter-se-ia mantido virgem ou, pelo menos, casto, na maioria das opiniões, para ser como Galaaz digno dos maiores cometimentos. Não hesitou em sacrificar o irmão no altar da pátria e da cristandade, apesar de sofrer cruelmente por não poder salvá-lo, saindo da tragédia mais determinado em combater os mouros e propagar a fé. Duro consigo e com os outros, não aspirava a glórias terrestres ou proventos materiais. O seu sonho consistia em “esmagar a ameaça da barbárie muçulmana para conquistar a paz, o

¹⁵²⁰ *Idem*, p. 3.

¹⁵²¹ Presidência do Conselho, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, *Comemorações dos V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. II, Lisboa, 1961, p. 16

sossego e a prosperidade da cristandade”, de acordo com a tese geralmente aceite de Joaquim Bensaúde¹⁵²². D. Henrique teria sido, por conseguinte, um *cruzado* e um herdeiro tardio dos projectos medievais de combate ao Islame. Esta visão foi sintetizada por um orador de uma das sessões solenes que se realizaram no país:

*“D. Henrique profundamente religioso, quase místico, tinha a fé viva de um cruzado e a disciplina rígida dum asceta. Abstémio, casto e piedoso, nem por isso se fechava no hermetismo da sua vida interior; antes, vendo no mundo a maravilhosa obra de Deus, punha na realização dos seus desígnios o mesmo fervor das suas orações e vida de piedade”*¹⁵²³.

Todos os tópicos que serviam para ilustrar este quadro foram exaustivamente repetidos, como o das dívidas que tinha deixado à hora da morte e eram apontadas como prova das elevadas despesas do Infante com a empresa das navegações e dos poucos ganhos pessoais. Em contrapartida, todas as actividades económicas em que se envolveu com bastante tino prático eram colocadas na penumbra, assim como as largas vantagens e benesses que foi obtendo para a sua casa senhorial. Contra as chamadas teses “materialistas” levantavam-se em coro os defensores da cruzada do Infante D. Henrique, apoiando-se numa leitura acrítica das justificações ideológicas que as crónicas registaram para a posteridade.

Devido ao regime de censura vigente, a obra de Vitorino Magalhães Godinho sobre *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, que tinha sido encomendada pela Comissão Executiva das Comemorações para integrar a Colecção Henriquina,

¹⁵²² Joaquim Bensaúde, *A Cruzada do Infante D. Henrique*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942, p. 28 (reeditado em 1960)

¹⁵²³ Discurso de Lucena e Vale, na Câmara Municipal de Viseu. Cf. Presidência do Conselho, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, *Comemorações dos V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. II, Lisboa, 1961, p. 236

foi rejeitada depois de pronta. A perspectiva de análise dos problemas históricos e a visão do autor sobre a figura e o papel do Infante D. Henrique estavam em desacordo com as teses oficiais, fundamentando-se nos métodos historiográficos da revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale* e numa interpretação crítica das fontes.

Em primeiro lugar, não centraliza no Infante D. Henrique o arranque da expansão portuguesa, mostrando de que forma esta se insere num processo mais amplo, de âmbito mediterrâneo e hispano-português, de irradiação para o oceano Atlântico. Do mesmo modo, situa a acção do quinto filho de D. João I no contexto da sociedade do seu tempo e do conjunto dos factores que logicamente impulsionaram o surto expansionista, assinalando que o início da expansão portuguesa se ficou a dever a uma pluralidade de iniciativas, onde destacou a dos reis D. João I e D. Duarte, do regente D. Pedro, do próprio Infante D. Henrique e de João Afonso, no caso de Ceuta, além dos particulares. Aliás, somente um terço das viagens conhecidas foi empreendida por ordem do governador da Ordem de Cristo. Os outros dois terços resultaram da iniciativa de particulares – cavaleiros, escudeiros e mercadores – e da acção política do regente D. Pedro¹⁵²⁴. Magalhães Godinho vai mesmo mais longe na análise sociológica dos factores da expansão e levanta a hipótese da iniciativa dos descobrimentos não ter cabido a particulares, mas à Ordem de Cristo porque era “uma organização de riqueza fundiária e mobiliária, e portanto uma força social-económica”¹⁵²⁵.

Em segundo lugar, é importante destacar que o historiador analisa, num capítulo específico, “as maneiras de sentir e de pensar” que teriam estado na base do comportamento económico dos homens de quatrocentos, vendo-as à luz da ideologia e das mentalidades da época. Por um lado, discute o significado da ideia de cruzada

¹⁵²⁴ Vitorino Magalhães Godinho, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1962, p. 81

¹⁵²⁵ *Idem*, p. 212

no Portugal quatrocentista, vincando a respectiva importância política e financeira, porquanto era uma forma de colocar ao serviço dos fins do Estado as forças psicológicas da religiosidade e de legitimar jurídica e moralmente esses fins, além de representar uma fonte de rendimento apreciável, através da utilização dos dízimos para fins de guerra contra o infiel¹⁵²⁶. Por outro lado, submete à crítica histórica os relatos dos séculos XV e XVI sobre a personalidade e o retrato moral do Infante D. Henrique, salientando o carácter estereotipado e a idealização do príncipe como características da literatura da época, a par da preocupação de enaltecimento dos grandes senhores. Segue a mesma linha de interpretação de Veiga Simões, que foi o primeiro a pôr em causa a validade do testemunho de Zurara para reconstituir o carácter do Infante¹⁵²⁷, e António José Saraiva que confrontou o panegírico do cronista com os *Grands Rhétoriciens* da Borgonha coeva e estabeleceu a identidade de ideias, de expressões, de convenções de escola típicas das correntes literárias daquele período.

Magalhães Godinho baseou-se, por conseguinte, nas fontes disponíveis e expurgou-as da carga ideológica própria do contexto sócio-cultural e político da época moderna. Não hesitou em opor-se ao mito henriquino e declarou que não havia provas da vasta cultura ou erudição de D. Henrique, nem da preparação científica ou empenho no desenvolvimento das ciências¹⁵²⁸. O desastre de Tânger e as dívidas que legou, apesar dos elevados rendimentos da sua casa senhorial, indicavam que não possuía excepcionais qualidades de organizador. Não descurou o engrandecimento da sua casa e património e teve uma empresa de corso, vigiando para não ser defraudado do seu quinto dos escravos. Sacrificou os irmãos aos seus objectivos políticos. E

¹⁵²⁶ *Idem*, p. 91

¹⁵²⁷ Veiga Simões, “O Infante D. Henrique. O seu tempo e a sua acção” in António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias (dir.), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, I vol., Lisboa, Editorial Ática, 1937

¹⁵²⁸ Vitorino Magalhães Godinho, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1962, pp. 96-97

como grande senhor, cioso da sua autonomia, desobedecia por vezes às instruções régias e praticava abusos de poder (como nomeações para que lhe faltava competência). Quanto à personalidade, a visão do historiador contrariou abertamente ideias que remontavam ao século XIX:

“Não há provas de que fosse um carácter de dureza implacável, asceta que tudo sacrifica ao misticismo de abrasador amor de Deus, ou consagrado a pleno a um ideal exclusivista; como não as há também de ser um espírito meramente prático dominado pelas ideias de utilidade e de luxo, nem um puro cavaleiro “medieval” que vive da chama do espírito de cavalaria. Acima de tudo ao serviço de Deus, como os seus contemporâneos, considera que o cumprirá pela exploração geográfica, pela conversão das almas, pelo incremento do comércio, pela guerra aos mouros - e dirá que o maior prazer da vida é ver o sangue dos infiéis”¹⁵²⁹.

Na conclusão do capítulo que temos vindo a referir, Magalhães Godinho salienta a confluência da noção medieval de servir o senhor pelas armas e da noção moderna de obter proveito pelas fainas mercantis, do espírito de cruzada e de cavalaria e do espírito capitalista embrionário nas motivações dos homens que se lançaram na empresa da expansão e dos descobrimentos¹⁵³⁰. Não deixa também de mencionar a hipótese da crónica de Afonso Cerveira, que foi utilizada por Zurara para escrever a *Crónica de Guiné*, ter sido obliterada pelo seu sucessor no sentido de valorizar a acção do Infante D. Henrique, transpondo grande parte da iniciativa das navegações, que cabia ao regente D. Pedro, para o governador da Ordem de Cristo. Apesar disso, Magalhães Godinho aceita que a iniciativa de dobrar o cabo Bojador

¹⁵²⁹ *Idem*, p. 97

¹⁵³⁰ *Idem*, pp. 106-107

partiu de D. Henrique, ou melhor, da Ordem de Cristo e da respectiva casa senhorial, não esquece que, norma geral, “os feitos dos servidores são transferidos para a glória do senhor”¹⁵³¹.

Em terceiro lugar, importa salientar que a obra de Vitorino Magalhães Godinho põe em causa a tese da cruzada do Infante D. Henrique defendida por Bensaúde e demonstra que a ascensão dos otomanos no Levante não exerceu qualquer influxo na génese das navegações portuguesas e nas orientações políticas que determinaram o rumo da expansão até ao século XVI. Em nenhuma das fontes coevas se nota a mínima preocupação pelo imperialismo turco, nem se sente a Cristandade gravemente ameaçada, a ponto de ser necessário defendê-la a todo o custo, pelo menos até 1453, e concerteza até ao fim da centúria¹⁵³². Os dirigentes quatrocentistas buscaram a aliança com o Preste João – as “Índias” eram então a África oriental e central – para abrir nova frente contra o Islame norte-africano. Apesar de admitir que “o plano das Índias já existisse obscuramente na mente do Infante D. Henrique, ou talvez fosse concepção de quem conhecia a perspectiva europeia dos problemas, o Infante D. Pedro”¹⁵³³, considera que só é indubitável que no tempo dos filhos de D. João I se pretendeu alcançar o Preste João. A Índia das especiarias foi um objectivo de D. João II, explicitamente comprovado pelos documentos. Deste modo, Magalhães Godinho reduzia consideravelmente o alcance e as proporções da acção do Infante D. Henrique e deitava por terra uma parte fundamental das teses que sustentavam a concepção salvadora e messiânica de Portugal, como vanguarda da cristandade contra a ameaça do Império Otomano. A estratégia planetária dos portugueses, gizada pelo solitário de Sagres de acordo com a lenda, reduz-se a um projecto mais modesto de âmbito

¹⁵³¹ *Idem*, p. 135-136

¹⁵³² *Idem*, p. 65

¹⁵³³ *Idem*, p. 150

mediterrâneo e marroquino e não só não visava a Índia, desde o início, mas também não foi determinado pela ideia grandiosa de combater o imperialismo turco.

As conclusões de Vitorino Magalhães Godinho, enumeradas de forma sistemática, no final da obra, desfazem ideias feitas e diluem o papel do Infante D. Henrique no complexo dos factores económicos, sociais e políticos que estiveram na génese das navegações portuguesas. Na perspectiva do autor, a explicação histórica não pode ser simplificadora, mas tem de procurar encadear de forma inteligível o conjunto das relações entre os factos susceptíveis de elucidar os vários problemas colocados pelo historiador. Só desse modo se pode caminhar para uma compreensão científica do passado. Mas não era esse o objectivo das comemorações e no coro bem orquestrado das celebrações henriquinas de 1960 não havia espaço para uma nota tão destoante, simultaneamente crítica e inovadora. Esta não só feria de morte a lenda henriquina quanto ao carácter do Infante, à cultura, às actividades e às motivações que estiveram na base do seu comportamento e das suas realizações, como reduzia a proporções mais modestas e conformes com a condição humana os seus planos e o respectivo papel na empresa dos descobrimentos e da expansão. Além disso, assestava um rude golpe nas teses nacionalistas que faziam de Portugal a guarda-avançada de uma estratégia mundial para derrubar o Islame, em especial a grande ameaça constituída pelo império dos otomanos, e para impor a supremacia da civilização ocidental. Não está aqui em causa o valor historiográfico do estudo – que, aliás, não foi ainda ultrapassado – nem tão pouco se seria o mais adequado para uma colecção de divulgação, destinada a um vasto público, mas o aspecto que nos parece ter sido decisivo para a rejeição da obra prende-se com a forma como a análise historiográfica, feita por Magalhães Godinho, chocava com os mitos e a visão ideológica do passado, numa altura em que estes eram cruciais para defender a estratégia política do regime em relação às colónias.

Em substituição da obra rejeitada, veio a ser publicado na dita colecção um texto menor, sem qualidade científica nem rigor de informação, intitulado *Panorama Económico dos Descobrimentos Henriquinos*, de Amaro D. Guerreiro, em 1961. Sem qualquer investigação ou ideias originais, transcreve vários autores quanto à economia da época, de forma superficial, e repete a imagem de um “homem abrasado pela fé”, possuidor de grandes conhecimentos científicos, “magnífico a conceber e genial a organizar”, que teria polarizado a iniciativa e a condução da empresa das navegações durante a sua vida¹⁵³⁴.

Neste contexto, compreende-se a ênfase que Jaime Cortesão colocou na tese do *homo economicus*, ao valorizar em discursos e artigos publicados na imprensa da época um dos aspectos da sua complexa visão do Infante D. Henrique. O homem económico é, na sua óptica, o que “norteia a sua acção pela utilidade e o lucro”¹⁵³⁵. Numa reunião do Rotary Clube de Lisboa, apresentou o cognominado Navegador como um “homem predominantemente voltado para a solução dos problemas da produção e da circulação dos produtos, que afectavam o tráfico cosmopolita do seu tempo”¹⁵³⁶. As outras facetas, assinaladas nas suas obras, de “místico da acção”, de representante típico da cruzada, de homem do Renascimento, dominado pelo “apetite de saber” e a “sede experimental”¹⁵³⁷, são remetidas para um plano secundário, ao remar contra a maré do discurso comemorativista do regime. Jaime Cortesão foi sempre um grande admirador da figura e da obra do *Infante de Sagres*, cuja acção

¹⁵³⁴ Amaro D. Guerreiro, *Panorama Económico dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, pp. 116-117

¹⁵³⁵ Jaime Cortesão, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, p. 633

¹⁵³⁶ *Diário Ilustrado*, “Sobre o Infante D. Henrique “Um Descobridor Económico”” - falou na reunião do Rotary Clube de Lisboa, o Dr. Jaime Cortesão, Lisboa, 3/5/1960. Noutro artigo, “O Infante D. Henrique, Grande Mercador”, a tónica foi colocada também no aspecto económico: *Diário de Lisboa*, Lisboa, 18/5/1960; *Região de Leiria*, Leiria, 9/6/1960; *Notícias*, Lourenço Marques, 5/8/1960

¹⁵³⁷ Cf. Jaime Cortesão, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol II, p. 633 e p. 391; *A Expansão dos Portugueses no Período Henriquino*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, p. 89

contribuiu para engrandecer com a sua teoria de sigilo e a ideia dum âmbito muito mais lato, que o geralmente admitido, para os descobrimentos henriquinos.

Um assunto estritamente ligado à questão económica foi de forma sintomática esquecido nos discursos ou, então, abordado de modo a escamotear os aspectos morais e humanos negativos – a escravatura. Essa prática foi justificada, primeiro, como uma forma de cristianizar os africanos e, já no século XIX, apesar dos movimentos abolicionistas e das posições humanistas terem adquirido alguma projecção, um sector importante dos colonialistas continuava a defender que a disciplina do trabalho forçado era a única forma de garantir a mão-de-obra necessária para as plantações¹⁵³⁸. Deste modo, manteve-se um regime de trabalho que não era substancialmente diferente da escravidão, que se prolongou pelo século XX.

Mesmo assim, muito cedo se instaurou o mito da bondade dos portugueses em relação aos escravos. Zurara relatou em frases de pungente realismo a partilha dos escravos em Lagos, afinal também eles da “geração dos filhos de Adão”¹⁵³⁹. E descreveu o Infante D. Henrique, montado a cavalo, atento à divisão das *peças* e ao quinto que lhe cabia por direito, a pensar com grande prazer na salvação daquelas “almas perdidas”. Na *Crónica de Guiné*, são frequentes as caçadas aos homens e mulheres que tiveram a pouca sorte de jornadas ao longo da costa percorrida pelos navegadores portugueses. Uma das actividades dilectas dos capitães dos navios consistia em *filhar* mouros, *alarves* e negros para os trazer cativos para o Reino. Mas os ecos dos lamentos dos desgraçados não se faziam ouvir nas comemorações e preferia-se invocar a aceitação da sociedade portuguesa perante a novidade: “aquelas viúvas que encontravam nas escravas uma filha, aqueles que libertavam os seus servos dedicados e, na altura dos casamentos, não distinguiam a festa, com que os

¹⁵³⁸ Maria Isabel João, “Ideologia e políticas coloniais na segunda metade do século XIX” in Luís de Albuquerque (dir.), *Portugal no Mundo*, vol. VI, Lisboa, Alfa, 1989, p. 205

¹⁵³⁹ Gomes Eanes da Zurara, *Crónica de Guiné*, Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, s.l., Livraria Civilização – Editora, 1973, cap. XXV, pp. 122-24

recebiam daquela que faziam com os próprios filhos”¹⁵⁴⁰. Do testemunho do cronista reteve-se somente que os escravos foram tratados muito humanamente e o objectivo de integrá-los no “seio amorável da Igreja”¹⁵⁴¹. O Infante, absolutamente desinteressado e desprendido de bens materiais, teria utilizado as riquezas obtidas com a exploração da costa africana e os cativos como moeda de troca para incentivar os homens a lançarem-se ao mar para descobrir terras¹⁵⁴².

O escamoteamento da escravatura prendia-se também com a tese geral da “Nação evangélica”, respeitadora do primado da dignidade da pessoa humana, que nunca teria sido racista, mas sim um exemplo de humanismo e espírito de missão tipicamente cristão¹⁵⁴³. O discurso nacionalista do Estado Novo assentava na ideia da grandeza e da superioridade moral da nação portuguesa, numa linha de tradição ideológica que podemos remontar ao século XVI. Por isso, o herói que tinha conduzido os destinos do país nesse momento crucial da história não se podia macular com propósitos vis ou tráficos desumanos, tinha de aparecer impoluto e nobre no seu pedestal de fundador da “Nação pluricontinental”. Essa imagem foi bem resumida num texto que ganhou o “Prémio Henriquino de Jornalismo”, em 1960¹⁵⁴⁴:

“Oh! Como é obcecante esta figura de vidente e de cruzado, prodígio de razão e de visão, de inteligência e de fé, uma das mais trágicas da nossa história! Príncipe de solidão, ainda mais que príncipe de sangue, ele soube fazer

¹⁵⁴⁰ Orlando Ribeiro, “O Infante e o Mundo Novo”, in *Arquivos da Universidade de Lisboa*, Homenagem ao Infante D. Henrique, XIX, (I da Nova Série), 1960, p. 155

¹⁵⁴¹ *Idem*, p. 18

¹⁵⁴² Cruz Malpique, “O Infante D. Henrique, acusado de negreiro e de mau irmão”, Separata do *Boletim da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXIII, Fasc. 3-4, Porto, Set.-Dez. 1960, p. 25

¹⁵⁴³ Cf. Discurso de Caeiro da Mata no acto de entrega da tradicional Casa do Infante, in *Boletim da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXIII, Fasc. 3-4, Porto, Set.-Dez. 1960, pp. 319-20

¹⁵⁴⁴ Nuno de Sampayo, *Infante D. Henrique – a sua figura e a sua obra* (Presidência do Conselho, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, *Comemorações dos V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. IV, Lisboa, 1963, p. 345)

dessa solidão o fundamento, o alicerce de uma grande comunidade de povos e de raças, geograficamente dispersos, mas unidos pelo ideal sagrado da bandeira comum. Foi ele que concebeu a Pátria”.

Para preservar tal visão, o poder instituído não hesitava em utilizar todos os meios ao seu alcance, mesmo no estrangeiro. O historiador inglês Peter Russel contou, recentemente, que tendo proferido uma conferência em Londres no aniversário da morte de D. Henrique, foi pedido aos organizadores para serem compradas todas as cópias da comunicação para destruição, só por ter citado um documento do Infante, um dos poucos existentes da sua autoria, em que “ele falava em *escravos e outras coisas*”¹⁵⁴⁵. O regime não podia aceitar que a sua campanha propagandística fosse maculada pelos factos históricos.

A mitificação do Infante D. Henrique, em 1960, prendeu-se directamente com a conjuntura política internacional e a ameaça à integridade do império português. O fulcro de todos os discursos foi o *universalismo* e o *espírito de missão* que seriam apanágio da nacionalidade. Do mesmo modo que no passado os portugueses tinham sido chamados para defender a cristandade da ameaça dos maometanos, respondendo a esse tremendo desafio com coragem e enorme sacrifício, com fé e verdadeira abnegação, só possíveis quando se afasta do espírito a dúvida, o ceticismo e a incerteza que corroem a alma humana, também no presente era necessário mobilizar as elites e o povo, em torno dos valores perenes da nação, para combater com idêntica força os inimigos da civilização ocidental. A analogia entre a época henriquina e a segunda metade do século XX residia no facto de haver, em ambas, uma ameaça à civilização europeia contra a qual Portugal, nação providencial e messiânica, e os portugueses, autêntico povo eleito, eram chamados a lutar sem desfalecimento. Nessa ordem de ideias, Caeiro da Matta afirmou no acto de posse da Comissão Ultramarina

¹⁵⁴⁵ “Glória e História: o combate de Peter Russel”, in *Oceanos*, Lisboa, nº 17, Março, 1994, p. 85

para as comemorações: “ A Índia é para nós mais do que um património: é uma missão”¹⁵⁴⁶.

O discurso laico sobre o universalismo e a política civilizacional combinava-se com o discurso religioso sobre o carácter ecuménico e a cristianização, considerados como elementos determinantes da presença portuguesa no mundo. Sendo a hierarquia superior da Igreja católica um dos sustentáculos mais importantes do salazarismo e a religião um aspecto fundamental do quadro ideológico do regime, fez-se sentir fortemente o peso de ambas nas cerimónias oficiais e no discurso comemorativo, dominado pelo signo da Fé e do Império. Daí a importância excepcional que a ideia da cruzada assumiu na visão do processo da expansão e na imagem mítica do Infante D. Henrique como um cavaleiro de Cristo, totalmente despojado das paixões terrenas. Nos numerosos discursos proferidos pelos membros do clero, nas igrejas e em vários locais públicos associados às celebrações oficiais, é evidente essa tônica que transformou D. Henrique num modelo de virtudes e de religiosidade:

*“Para todos nós o Infante é uma pregação viva. Monge na sua meditação, asceta no seu isolamento, santo na sua mística, profeta na sua antevisão do Mundo Novo, sábio nos seus estudos e inquirições”*¹⁵⁴⁷.

Nesta ordem de ideias, António Domingues de Sousa e Costa viu D. Henrique como exemplo moral e modelo de crente para todos os católicos, realçando a castidade, a austeridade, a perseverança, a humildade, o espírito magnânimo e bom, a vida severa e os princípios rígidos, a dedicação ao culto religioso e à Igreja¹⁵⁴⁸. Tal

¹⁵⁴⁶ *Comemorações dos V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. I, p. 138

¹⁵⁴⁷ Cf. discurso do Reverendo Padre João de Oliveira, nas celebrações da Batalha a 4 de Março (*Comemorações dos V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol.II, p. 196)

¹⁵⁴⁸ António Domingues de Sousa Costa, “A expansão Portuguesa segundo o pensamento do Infante

comportamento dever-se-ia à influência altamente espiritual da mãe, D. Filipa de Lencastre. Noutros artigos e intervenções, a santificação do governador da Ordem de Cristo foi seguindo o seu curso à revelia das provas documentais contrárias e de nunca ter tido qualquer culto público. O facto do Infante não se ter ligado à Ordem por votos canónicos, que dirigiu como senhor laico, foi explicado pela obediência à razão de Estado, por decisão do regente D. Pedro e, posteriormente, de D. Afonso V¹⁵⁴⁹. Mas, apesar disso, ele teria levado a vida de monge que sempre ambicionara, mantendo-se inclusive absolutamente casto e ileso até ao fim¹⁵⁵⁰.

Este tipo de retrato já era mais de ordem religiosa do que histórica, por isso a consequência lógica só poderia ser a defesa da canonização de D. Henrique. Esse passo foi dado pelo director da revista *Brotéria*, António Leite, no número de Novembro, precisamente no final do ano das grandes comemorações e no mês em que se celebrava o centenário da morte do Infante. Como D. Henrique nunca teve culto público, ao contrário de Nuno Álvares Pereira ou do irmão, D. Fernando, a via para a beatificação teria de ser a ordinária, isto é, provar que “o servo de Deus praticou em grau não comum, ou heróico, as virtudes cristãs” e, assim, “obter dois ou três milagres de primeira ordem”¹⁵⁵¹. Quanto ao primeiro requisito, António Leite não tinha dúvidas que seria fácil demonstrar as excelsas virtudes do Infante à luz de artigos e estudos de diversos autores: J. Vaz de Carvalho, A. D. de Sousa Costa, A. J. Dias Dinis e A. Brásio, entre outros. Os milagres necessários para a santificação seriam obtidos através de “orações e instantes preces a Deus”, que “não deixaria de atender as súplicas de toda a Nação”¹⁵⁵². O herói laico das comemorações de 1894 foi

D. Henrique”, in *Brotéria*, vol. LXXI, nº 5, Lisboa, Novembro de 1960, pp. 409-421

¹⁵⁴⁹ António Brásio, “A Castidade do Infante D. Henrique”, in *Lumen*, vol. XXIV, fasc. VIII, Lisboa, Agosto de 1960, p. 595

¹⁵⁵⁰ *Idem, ibid.*

¹⁵⁵¹ António Leite, “Poderá o Infante D. Henrique ser canonizado?” in *Brotéria*, nº 5, vol. LXXI, Lisboa, Novembro de 1960, p. 486

¹⁵⁵² *Idem*, p. 488

canonizado pelo discurso comemorativo dominante em 1960, de tal modo que houve quem afirmasse que a “laicização do Infante D. Henrique é um *pecado* contra a verdade Histórica” [itálico nosso]¹⁵⁵³. Mas o projecto de beatificação não passou da retórica e dos desejos de alguns exaltados pelo ambiente hagiológico das solenidades do centenário¹⁵⁵⁴.

A nação teria sido conduzida, no início da Idade Moderna, por um *homem providencial* que lhe definiu o destino universalista e criou um Mundo Novo¹⁵⁵⁵. A analogia entre o *Infante-chefe* e Salazar é perceptível em muitos discursos. Afinal, ambos são apresentados como tendo dedicado a sua vida, solitária e ascética, à defesa de uma causa e à realização de uma obra de grande alcance para Portugal e para a humanidade. Se ao primeiro coube a missão de expandir a nacionalidade e o cristianismo pelo mundo, ao segundo impor-se-ia a missão, não menos grandiosa, de lutar contra o declínio da Civilização Ocidental. É o que se infere das palavras do presidente da Comissão Executiva das Comemorações, na cerimónia de encerramento das mesmas na Capela do Fundador: “[...] neste momento de desorientação e de dúvida em que, sobre todas, avulta a grande tragédia da vida ultramarina, Portugal, cidadela da ordem cristã, governado por um homem genial – Salazar –, fixou o seu caminho e o seu destino e não quer retroceder”¹⁵⁵⁶. Nem poderia porque se tratava de uma “missão” da qual o povo português tinha sido encarregado por Deus, “como a um Povo eleito”.

¹⁵⁵³ Mário Martins, “O livro que o Infante D. Henrique mandou escrever” in *Brotéria*, nº 2-3, vol. LXXI, Lisboa, 1960, p. 206

¹⁵⁵⁴ Em registo oposto, o padre Silva Rego publicou um artigo onde procurou ver a personalidade do infante D. Henrique a uma luz mais humana. Tomou como base da sua análise a carta de D. Duarte para o irmão e responsável pela empresa de Tânger. Dela extraiu alguns dos prováveis defeitos de D. Henrique, que justificariam os conselhos do rei. (António Silva Rego, *A Personalidade do Infante D. Henrique*, Separata da revista “Ultramar”, 1960 e ver o nosso comentário: *O Infante D. Henrique na Historiografia*, Lisboa, 1994, pp. 42-45)

¹⁵⁵⁵ Alocução do Cardeal Patriarca de Lisboa no *Te Deum* do Mosteiro dos Jerónimos, in *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. II, p. 16

¹⁵⁵⁶ *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. II, p. 343 e p. 28

Já na tomada de posse da Comissão Ultramarina, Caeiro da Mata se tinha referido a um “Ocidente declinante e dependente”, dominado por “vontades débeis” e “projectos mal definidos”, onde a acção civilizadora dos portugueses, o seu optimismo e fé se destacavam do pântano da indecisão e da descrença em que teriam mergulhado os europeus¹⁵⁵⁷.

Adriano Moreira, então subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, estabeleceu a relação entre o pensamento do Infante D. Henrique e a política colonial do governo português¹⁵⁵⁸. O ponto central da sua tese reside na confluência que teria existido entre os objectivos perseguidos pelo Infante, a razão de Estado e os interesses da cristandade: “A expansão para o mar estava de acordo com as conveniências do Reino e com a tese universalista da Santa Sé. Por outro lado, rejeitava inteiramente uma ideia regional de grandeza europeia, abrindo o caminho do universalismo”¹⁵⁵⁹. Novamente a Europa se via confrontada com o mesmo dilema, em sua opinião, e recolhia às fronteiras originárias, numa atitude que classifica como “demissionária”. Pelo contrário, o governo português mantinha-se fiel ao pensamento de D. Henrique e, em especial, à “vocaçao universalista” e ao “espírito de missão” que teriam sido a base da sua acção, guiada pela ideia da cruzada¹⁵⁶⁰.

Neste contexto ideológico, a biografia oficialmente encomendada a Vitorino Nemésio, para integrar a colecção de obras de divulgação que devia assinalar a efeméride, destaca-se como uma visão razoavelmente equilibrada e objectiva da figura e da sua importância na história. Trata-se, segundo autor, de um trabalho de “recapitulação e de memória”¹⁵⁶¹. Pôs o acento no papel histórico de D. Henrique

¹⁵⁵⁷ *Idem*, vol. II, pp. 138-39

¹⁵⁵⁸ Adriano Moreira, “O pensamento do Infante D. Henrique e a actual política ultramarina de Portugal” in *Boletim Geral do Ultramar*, Nº 422-423, Lisboa, 1960, pp. 243-262

¹⁵⁵⁹ *Idem*, p. 255

¹⁵⁶⁰ *Idem*, p. 258 e 259

¹⁵⁶¹ Vitorino Nemésio, *Vida e Obra do Infante D. Henrique*, “Obras Completas”, vol. IX, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, p. 3

como responsável pela concepção e pela empresa dos descobrimentos, de acordo com a tradição e a memória nacional. O proselitismo e o espírito de cruzada assumiram, no seu entender, uma importância crucial no feixe das causas da expansão, que articulou com as motivações do Infante. Considerava incorrecta a polarização de D. Henrique em Sagres e não falou de nenhuma escola naquele lugar. Mas viu, também, o Infante rodeado de sábios, físicos e astrólogos, sobretudo judeus. Deduz-se, naturalmente, que era um protector das ciências, se bem que Vitorino Nemésio passe ao lado da delicada e controversa questão da sabedoria de D. Henrique. Não deixou de mencionar o grande património fundiário do Infante D. Henrique e a importantíssima casa senhorial – “a maior do reino no volume de privilégios fiscais e criadagem escolhida”¹⁵⁶² –, mas não se debruçou sobre a actividade daquele como administrador e homem de negócios. Inclinou-se para ver D. Henrique como um homem de “consciência ainda medieval”, movido por ideais cavaleirescos e religiosos. Descreveu-o a acabar os seus dias “ainda cheio de ardor proselitico” e “quase asceta”¹⁵⁶³.

No ímpeto das comemorações foram editadas outras biografias do Infante D. Henrique. Importa destacar a obra romanceada de Carlos Selvagem, *Infante Dom Anrique, Cavaleiro de Cristo*, fortemente influenciada pela visão martiniana, onde sobressaem pela originalidade e beleza as ilustrações de Lima de Freitas que conseguiu transmitir uma singular humanidade ao retrato do príncipe¹⁵⁶⁴. Noutro registo, mais historiográfico e descritivo, é de assinalar o livro do estudioso algarvio, Francisco Fernandes Lopes, bem informado e despretencioso, que faz uma abreviada

¹⁵⁶² *Idem*, p. 106

¹⁵⁶³ *Idem*, p. 101

¹⁵⁶⁴ Carlos Selvagem, *Infante Dom Anrique, Cavaleiro de Cristo*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1960. Trata-se do pseudónimo literário de Carlos Tavares de Andrade Afonso dos Santos, oficial da Marinha, que nasceu em Lisboa a 13 de Agosto de 1890.

síntese da vida e da obra de D. Henrique¹⁵⁶⁵. O autor não deixou de anotar que muito se tem *fantasiado* acerca da sabedoria do Infante e de observar que “a famosa Escola de Sagres nunca teve qualquer espécie de existência, em concreto sentido próprio”¹⁵⁶⁶, numa preocupação de rigor que se demarcava das interpretações ideológicas mais comuns.

Por último, vejamos as incidências do discurso comemorativo oficial na formação da juventude. Nesse aspecto, são bastante elucidativas as conclusões dos colóquios henriquinos promovidos pelo Colégio Militar, pela Academia Militar e pelos estudantes universitários. Qualquer uma das iniciativas visava, especialmente, a formação das futuras elites do regime e não foi esquecido o intercâmbio entre alunos do Colégio Militar de Lisboa e do Rio de Janeiro, que participaram nos trabalhos, nem o convívio entre jovens cadetes portugueses e espanhóis, que se associaram às comemorações e ao estudo da história da expansão ibérica.

Num estilo simples e pedagógico, as conclusões dos alunos do Colégio Militar colocaram o acento na projecção mundial da acção do Infante e na “missão civilizadora dos portugueses”, sem esquecer o “ideal cristão” que foi o denominador comum da colonização e “o saber, a persistência, o espírito de sacrifício e os altos ideais que nortearam a expansão através dos mares e dos continentes”¹⁵⁶⁷. Terminaram com votos de continuidade para a comunidade Luso-Brasileira e para o aprofundamento dos laços que uniam os dois povos.

As conclusões dos cadetes das Academias, por sua vez, sobressaem pela concisão das frases e pelo estilo de cartilha militar. Logo a abrir a listagem, afirma-se de forma peremptória: “O Infante D. Henrique foi um Chefe e um homem com um

¹⁵⁶⁵ Francisco Fernandes Lopes, *A Figura e a obra do Infante D. Henrique*, Lisboa, Portugália Editora, 1960

¹⁵⁶⁶ *Idem*, p. 110

¹⁵⁶⁷ *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. IV, p. 174

ideal”¹⁵⁶⁸. E, em seguida, são resumidos quase como um *slogan* todas as ideias da visão ideológica dominante sobre o passado. Uma nota sobressai nas conclusões sobre o tema “Idea General de los descubrimientos espanhóis”, onde se diz que os “descobrimientos portugueses foram o prólogo necessário dos descobrimientos espanhóis” e se reivindica *inteiramente* para a Espanha a glória de dar a conhecer aos países civilizados o mundo americano. Por fim, os jovens espanhóis e portugueses subscreveram a seguinte conclusão geral: “Espanhóis e Portugueses deverão sempre estar decididos a defender de todos os perigos os valores supremos da civilização cristã que, depois de terem ajudado a consolidar, espalharam pelas sete partidas do mundo”¹⁵⁶⁹.

Num registo mais rigoroso, as conclusões do colóquio universitário estendem-se à análise das condições nacionais que propiciaram o movimento expansionista, ao papel do Infante D. Henrique e ao significado desse processo para a história da humanidade¹⁵⁷⁰. O quadro traçado é mais explicativo e menos linear: apresenta D. Henrique como um homem integrado na corrente da tendência marítima nacional, que soube explorar, impulsionar e orientar as virtualidades dos portugueses, através da concretização da vasta e grandiosa obra dos Descobrimientos. Assinalam ainda que não há dúvidas de que não existiu qualquer “Escola de Sagres”, no sentido rigoroso das palavras, mas ressalvam o valor da expressão como símbolo do progresso científico-náutico que acompanhou os descobrimientos. Além dos aspectos culturais da projecção dos descobrimientos, merece destaque, a finalizar as conclusões, a reafirmação das relações de convivência pacífica, sob a égide dos ideais cristãos, entre os povos de todos os continentes e “raças”, que tinha sido o grande contributo daquele processo para o património moral da humanidade.

¹⁵⁶⁸ *Idem*, vol. IV, p. 183.

¹⁵⁶⁹ *Idem*, vol. IV, p. 185

¹⁵⁷⁰ *Idem*, vol. IV, pp. 179-80

Decerto muitas das actividades do ano lectivo e das lições proferidas pelas escolas do país foram subordinadas à memória do Infante D. Henrique e ao enaltecimento da grandeza de Portugal. É particularmente significativa a oração de sapiência da professora Madalena da Câmara Fialho, na cerimónia de abertura do ano lectivo do Instituto de Odivelas – *Sobrevivência do Infante D. Henrique*¹⁵⁷¹. Trata-se de uma visão no feminino, produzida por uma mulher para uma plateia constituída por meninas, apesar de na solenidade não terem faltado o Presidente da República e vários membros do governo. Num estilo gongórico e cheio de imagens sugestivas, reencontramos os lugares-comuns sobre D. Henrique, mas suavizados pelas lágrimas que chora pela morte da mãe e o fortalecem como Homem ou pela paixão quase carnal que devota às terras de África. Ceuta, “branca, luminosa e grácil”, é uma “noiva formosa” que não queria deixar outros beijar antes dele e a África Negra uma terra “ardente que ele ama e deseja, que ele adivinha formosa e rica – rica de bens materiais e de almas a conquistar para Cristo”¹⁵⁷². A sensibilidade feminina está toda nessa ideia de um D. Henrique genial, de “poderosa imaginação”, que quer “tornar realidade o sonho maravilhoso que sonhou”, “persistente e tenaz”, mas “capaz de contemporizar, de contornar os obstáculos, de negociar, de usar meios de persuasão desviados e indirectos”, cujas decisões “assentam na intuição directa e fulminante”¹⁵⁷³. Não é o herói da razão, frio e seco, inflexível na sua dureza viril, mas o herói imaginativo, sonhador, maleável e intuitivo. É um Homem cuja relação com as terras conquistadas ou descobertas se apresenta de forma metaforicamente erótica. Amor, sacrifício, renúncia são os termos que definem a vida de D. Henrique, toda

¹⁵⁷¹ Madalena da Câmara Fialho, *Sobrevivência do infante D. Henrique*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1960. Agradeço a Francisco Contento Domingues a chamada de atenção para este texto que descobriu num alfarrabista.

¹⁵⁷² *Idem*, pp. 6 e 8.

¹⁵⁷³ *Idem*, p. 9

consagrada ao trabalho e ao estudo¹⁵⁷⁴. Conclui a lição afirmando que D. Henrique sobrevive nas Províncias Ultramarinas portuguesas do continente africano, às quais teríamos o direito de chamar *Africa Nostra*. E mais uma vez utiliza uma imagem feminina para enfatizar a sua posição: “Uma mãe não abandona os filhos que ama e ainda precisam dela; pode fazê-lo, sim, a mercenária que só lhes dispensa carinhos a troco de dinheiro”¹⁵⁷⁵. Portugal, Mãe-Pátria de todos os portugueses da metrópole e das colónias, tinha de dar a própria vida pela salvação dos filhos como as mães biológicas. As futuras “madrinhas de guerra” dos soldados que foram para África já estavam, por conseguinte, a ser preparadas para os tempos que se avizinhavam.

A orientação dominante dos discursos comemorativos foi, por conseguinte, marcada pela conjuntura política. A visão secular do Infante cedeu o lugar a uma concepção religiosa em que D. Henrique se destaca como cavaleiro medieval e cruzado, figura providencial e messiânica de salvador da cristandade face à ameaça islâmica. O mito serviu, então, para estabelecer um paralelo com a dupla ameaça que pairava sobre o regime: a independência das colónias e o comunismo. Ambos tinham de ser esconjurados através de uma nova cruzada, desta feita em defesa dos valores da Civilização Ocidental. Se a ideia do herói fundador era anterior, ela tornou-se fulcral no discurso ideológico do Estado Novo. O Infante de Sagres transformou-se no fundador da “Nação transcontinental e multiracial”. Ao contrário do ambiente que se vivia na Monarquia Constitucional, o controlo ideológico e a censura do regime autoritário procuraram impedir a livre expressão de ideias que pusessem em causa as teses oficiais, veiculadas nas múltiplas sessões solenes, cerimónias, publicações e na imprensa.

¹⁵⁷⁴ *Idem*, pp. 10-11

¹⁵⁷⁵ *Idem*, p. 15

Descobridores e Conquistadores

Um segundo conjunto de heróis tem um lugar de grande relevo no imaginário nacional: os descobridores e conquistadores que fizeram a expansão do território e construíram o império. Muitas vezes são evocados de forma global como os antigos heróis dos tempos áureos da nação, mas alguns nomes destacam-se entre eles e personalizam toda a epopeia.

O caso mais flagrante é o de Vasco da Gama, o herói do descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Este acontecimento representou na memória da nação o momento culminante de um longo processo que se iniciou com a conquista de Ceuta e prosseguiu com a exploração da costa africana até ser dobrado o cabo da Boa Esperança. Foi uma viagem longamente preparada e amadurecida que a historiografia considerou, tradicionalmente, um plano do próprio infante D. Henrique e o objectivo máximo da cruzada da nação contra o perigo do domínio otomano. As motivações apontadas para a empresa foram sempre múltiplas: interesses económicos, sobretudo comerciais, científicos, políticos e religiosos.

A hierarquização desses propósitos foi variando de acordo com as ideologias. Para uns a tónica devia colocar-se nos aspectos científicos e comerciais, avultando como resultado principal da viagem o desenvolvimento dos conhecimentos e o estabelecimento de uma via para a comunicação mais directa entre o Oriente e o Ocidente. Para outros, pelo contrário, no topo estavam os objectivos políticos e religiosos, que faziam de Portugal uma nação eleita para desempenhar uma missão de grande alcance no mundo. Esta interpretação seguia, de perto, as justificações dos cronistas e via na cruzada a principal motivação dos portugueses para se expandirem e atingirem a Índia ou as Índias, na geografia ainda vaga e imprecisa do século XV. A viagem consubstanciava o que de mais heróico e elevado havia nos propósitos dos portugueses que, deste modo, serviam a nação e toda a humanidade, colocando-se do

lado do progresso, da ciência, da fé cristã e da civilização contra as forças da barbárie e do obscurantismo¹⁵⁷⁶.

O feito de Vasco da Gama simbolizava toda a epopeia marítima dos portugueses¹⁵⁷⁷. O facto de Camões ter colocado a viagem no centro da trama do poema foi decisivo para firmar a sua importância e torná-la um símbolo de uma gesta colectiva. Por isso, alguns não defendiam a ideia de personalizá-lo numa única figura e preferiam salientar o esforço desenvolvido pelos sucessivos navegadores que prepararam o caminho que a armada portuguesa havia de trilhar na viagem de 1497-1498. Nesta ordem de ideias, o quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia constituiu uma “homenagem à memória de todos os navegadores portugueses que primeiro descobriram as terras e os mares da África, da Ásia, da América e da Oceânia”¹⁵⁷⁸.

Por causa desta questão, Henrique Lopes de Mendonça teve um conflito com a direcção da *Revista Colonial e Marítima* que não publicou um artigo da sua autoria, onde pretendia redimir Bartolomeu Dias da injustiça do esquecimento e, antes dele, Gil Eanes que dobrou o cabo Bojador – “não se tente diluir na apoteose de um só o esplendor com que tantos d’elles nos deslumbram”¹⁵⁷⁹. A glória desse feito pertencia, em sua opinião, “a gerações sucessivas de mareantes n’um esforço continuo de tres quartos de seculo”¹⁵⁸⁰. O motivo pelo qual a revista dirigida por Ernesto de

¹⁵⁷⁶ Muitos exemplos podem ser apresentados desta visão. Veja-se, contudo, no “Centenário da Índia”: Z. Consiglieri Pedroso, *Influencia dos descobrimentos portugueses na historia da civilização*, Conferencia realizada na Sociedade de Geographia de Lisboa, no dia 26 de Novembro de 1897, Lisboa, 1898; José Carlos de Faria e Castro, *L’épopee maritime des portugais, Vasco da Gama et Camoëns*, Bruxelles, 1898; Faustino da Fonseca, *O descobrimento do caminho marítimo para a Índia*, Lisboa, 1898 (Biblioteca do Povo e das Escolas)

¹⁵⁷⁷ Ver “Centenario de Vasco da Gama” in *Portugal, Madeira e Açores*, Lisboa, 20 de Dezembro de 1924

¹⁵⁷⁸ Article 1^{er} – *Programme Général dressé suivant l’arrêté ministériel du 2 Avril 1897 et approuvé par le gouvernement portugais*, Lisbonne, 1897

¹⁵⁷⁹ Henrique Lopes de Mendonça, *Bartolomeu Dias e a rota da Índia: artigo não inserto no numero da Revista Portuguesa Colonial e Marítima commemorativo do Centenario da Índia*, Lisboa, 1898, p. 7

¹⁵⁸⁰ *Idem*, p. 24

Vasconcelos não publicou o artigo prendia-se, sobretudo, com os termos em que Lopes de Mendonça se referiu a Vasco da Gama, tratando-o como o “arrogante fidalgo” que colheu os louros do labor do homem que tinha dobrado o cabo da Boa Esperança, “terrível e immerecida humilhação na alma augusta de Bartolomeu Dias”¹⁵⁸¹. Uma posição francamente isolada no contexto do centenário que, na prática, individualizou no chefe da expedição a glória do empreendimento¹⁵⁸².

José de Sousa Monteiro resumiu, num artigo sobre *A psychologia de um heroe*, as várias facetas da sua personalidade que emergiram nas três viagens que realizou à Índia. A “vontade indomita”, a “perícia de nauta”, a “seria, forte, inflexível firmeza”, a “tenacidade” que revelou logo na primeira viagem; a “braveza, ferocidade e crueza na vingança”¹⁵⁸³ demonstradas na segunda, em que puniu os mouros e Calecut pela anterior recepção desfavorável; o carácter “forte, justiceiro e [de] aspero reformador” que mostrou enquanto foi vice-rei da Índia¹⁵⁸⁴. Nas suas atitudes não se incluíam a “sympathia, a precisa, a nobre moderação”, revelando-se antes como uma “natureza impetuosa”, “avessa a lei, rebelde a freio, feita de vontade e rija” e um “espírito ambicioso e altivo”¹⁵⁸⁵. A ilustrar esta imagem vinha o retrato oferecido por D. Carlos à Sociedade de Geografia, em extra-texto. A representação do homem “fero e crú”, visto que crueza e heroicidade convivem muitas vezes de forma estreita, segundo José de Sousa Monteiro.

Contudo, Sousa Monteiro não aceitou a ideia do visconde Sanches de Baêna quanto ao “despeito” que Vasco da Gama teria demonstrado pela escolha de Pedro Álvares Cabral para a segunda viagem à Índia e a “ingratidão” em relação às benesses

¹⁵⁸¹ *Idem*, p. 21

¹⁵⁸² Thomaz Ribeiro, num folheto então publicado contra o centenário, referiu-se de forma sarcástica ao facto do programa oficial ter adoptado como objectivo prestar homenagem a todos os navegadores, dizendo que fazia lembrar a “Festa de Todos os Santos” (*Senhor não!*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1897, p. XX)

¹⁵⁸³ José de Sousa Monteiro, “Vasco da Gama. A psychologia de um heroe” in *Revista Portuguesa Colonial e Maritima*, 1º anno, Lisboa, Livraria Ferin, 1897-1898, p. 501

¹⁵⁸⁴ *Idem*, p. 503

recebidas como recompensa pelo seu sucesso¹⁵⁸⁶. Considerou que qualquer dos sentimentos é próprio de almas “mesquinhas” e “rasteiras”, de modo nenhum compatível com a ideia de grandeza e heroicidade que fazia parte da legenda de Vasco da Gama¹⁵⁸⁷. Já a vingança não era, na sua perspectiva, imprópria para caracterizar o comportamento do herói e viu nela a motivação essencial para o Almirante dos Mares da Índia se querer deslocar novamente para aquelas paragens. Na segunda viagem que acabou por realizar levou a cabo o seu intento: “Vasco da Gama capturou mouros, espedaçou mouros, affogou mouros, ameaçou, puniu, esbombardeou, destruiu, pôz a saque, sem duvida, sem pausa, sem coração; foi um raio vingador, foi o exterminio feito capitão-mor”¹⁵⁸⁸.

Um homem “bravo na justiça, aspero no mando, duro no governo, até a fereza, até a dureza demaziada e inutil [...]”, assim sintetizou José de Sousa Monteiro o carácter de Vasco da Gama. Mas o visconde Sanches de Baêna insistiu na ideia do “despeito” que julgava estar de acordo com os traços da personalidade do homem e na atitude de desrespeito em relação às decisões de D. Manuel I que o tinha cumulado de benefícios. A questão da forma como o rei tinha premiado, ou não, o esforço do futuro conde da Vidigueira não era pacífico e muitos continuavam a defender que tinham sido escassas as recompensas para tão importante feito. Tal posição inseria-se na ideia muito vulgarizada da ingratidão dos reis e dos poderosos em relação aos feitos dos grandes homens¹⁵⁸⁹ ou, noutra versão também comum, era o resultado da

¹⁵⁸⁵ *Idem*, p. 503-504

¹⁵⁸⁶ Ver a polémica: Visconde Sanches de Baêna, *Pedro Alvares Cabral e Vasco da Gama, Resposta ao Sr. José de Sousa Monteiro*, Lisboa, 1898; José de Sousa Monteiro, “Vasco da Gama, despeitoso e ingrato” e “Vasco da Gama ingrato” in *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, 1º ano, Lisboa, 1897-1898. Ainda entrou na polémica Zeferino Cândido: *A Honra de Vasco da Gama. Embargos à ligeireza do Sr. Sanches de Baêna ou à sua obra nova “O Descobridor do Brasil, Pedro Álvares Cabral”*, Rio de Janeiro, 1898

¹⁵⁸⁷ José de Sousa Monteiro, “Vasco da Gama, despeitoso e ingrato” in *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, 1º ano, Lisboa, 1897-1898, p. 344-345

¹⁵⁸⁸ *Idem*, “Vasco da Gama ingrato”, *ibid.*, p. 430

¹⁵⁸⁹ J. M. Latino Coelho na biografia que publicou, em 1882, defendeu que “tudo isto e ainda muito mais daria o munificente D. Manuel a qualquer dos seus validos e cortesãos, que sabendo só vencer

incapacidade da nação para reconhecer devidamente os seus melhores filhos. O exemplo máximo desse princípio era Luís de Camões, mas muitos outros heróis nacionais foram vítimas da incúria e desprezo daqueles que tinham a obrigação de serem os primeiros a prestar-lhes a devida homenagem. Os heróis tornavam-se, deste modo, uma projecção da injustiça de que se sentiam vítimas muitos intelectuais e homens de letras portugueses, cujos méritos reais ou supostos nunca eram suficientemente apreciados pelos concidadãos.

Oliveira Martins apresentou Vasco da Gama como “um homem ousado mas prudente, que reunia às qualidades militares as de marinheiro, cousa então commum”. Por este motivo teria sido escolhido por D. Manuel para o comando da expedição, preparada com todo o cuidado¹⁵⁹⁰. João Braz d’Oliveira, por sua vez, referiu-se ao conde da Vidigueira como um “forte capitão”, que simbolizava a vontade firme e enérgica do marinheiro, sem medo do perigo e um grande sentido do dever, que era capaz de cumprir com o sacrifício da própria vida¹⁵⁹¹. A imagem de “honrado cavalleiro”, “heroico e sublime”, estava mais conforme com o teor da homenagem que se desejava prestar ao Almirante dos Mares da Índia. Mendes Leal, nas *Indianas*, equiparou-o a figuras lendárias:

D’esse Gama o vulto infindo

Quem o póde ir hoje erguer?

Era um Nestor reflectindo,

Um Ajax a combater.

Não cança o braço possante

as borrasças palacianas, alcançasse felizmente o seu favor” (*Vasco da Gama*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1985, p. 277)

¹⁵⁹⁰ J. P. Oliveira Martins, “Em demanda do Prestes Joham das Indias” in *Branco e Negro*, nº 67, Lisboa, 11 de Julho de 1897, p. 227. Trata-se de um excerto da *História de Portugal* (Lisboa, Guimarães Editores, 1991, p. 152-156. Oliveira Martins tinha falecido em 1894.

*Ganha um mundo segue ávante,
E vae depois, como Atlante,
O mesmo mundo suster.*

O conselheiro Ferreira do Amaral, na sessão solene realizada na Sociedade de Geografia, seguiu o mesmo registo, narrando o episódio mítico da revolta que Vasco da Gama teve de vencer para continuar a viagem. O capitão-mor estava informado do descontentamento dos homens que só falavam em regressar a Portugal e desistir do intento de passar o tormentoso cabo. Como resposta, mandou reunir os pilotos e homens de conselho, fingindo inclinar-se para a solução que a maior parte defendia no transe difícil em que se encontrava a armada. Mas meteu-os todos a ferros à medida que iam chegando, no alojamento subjacente à câmara, e exigiu que lhe entregassem os instrumentos náuticos, os papéis e notas referentes à navegação, os quais lançou pela borda fora à vista da guarnição. Mandou depois seguir pela volta do mar tantas vezes quantas as que fossem necessárias para levar a bom termo a empresa, “salvando, n’este rasgo de suprema audácia, a sua immortalidade, completando, n’este esforço de vontade irresistível, a maior gloria de Portugal e o legitimo orgulho de todos nós”¹⁵⁹¹. Privados de outros guias, os homens tiveram de obedecer ao capitão-mor e tiveram de “confessar-se vencidos pela superioridade do seu genio dominador, pelo seu tacto de mandar, pela tenacidade indomável, pelo seu vasto *saber de experiencias feito*”. É improvável que Vasco da Gama pudesse dispensar os instrumentos e outros materiais necessários para a navegação ou que tivesse cometido a loucura de atirá-los ao mar. Contudo, a lenda servia bem para

¹⁵⁹¹ João Braz d’Oliveira, “Os navios de Vasco da Gama” in *Branco e Negro*, nº 67, Lisboa, 11 de Julho de 1897, p. 231

¹⁵⁹² *Actas das Sessões da Sociedade de Geographia de Lisboa*, vol. XVIII – Anno de 1898, Lisboa, 1900, p. 81

demonstrar a ousadia e o génio do homem, que não recuou diante de nenhuma contrariedade para cumprir o seu desígnio.

Outro episódio bastantes vezes repetido reportava-se à sua reacção perante um sismo que ocorreu quando estavam a chegar perto das costas do Malabar, no decurso da terceira viagem. A convulsão submarina agitou as vagas e apavorou a tripulação, mas o Almirante, impávido e sereno, limitou-se a bradar em voz firme e sonora: “Não hajaes medo; tremem de nós os mares!”¹⁵⁹³. Esta atitude teve o condão de acalmar os marinheiros e levá-los a recobrar o ânimo. O final do século foi propício ao culto dos actos de bravura e coragem, dentro dos parâmetros de uma moral viril, autoritária e de comando que encontrou terreno para exprimir-se nas campanhas africanas.

Outro aspecto da acção de Vasco da Gama e dos navegadores portugueses suscitava a admiração: a fé. Para alguns tratava-se, evidentemente, da fé no sentido religioso do termo, mas para outros tinha um significado mais amplo. Para Magalhães Lima esta é também a principal diferença que separa as gerações do seu tempo daquelas que fizeram os descobrimentos: “[...] é a esta falta de fé que devemos atribuir todos os nossos males e todos os nossos desastres. Um povo que não tem fé é um povo morto”¹⁵⁹⁴.

O *Hymno do Centenario da India*, de Fernandes Costa, procurou reavivar essa fé, desenvolvendo-se em torno da ideia de que os portugueses tinham uma “herança sagrada” a defender e a perpetuar para as gerações futuras.

*Portuguezes dos dias d’agora,
Vinde prestes que o tempo é contado,
Nos annaes recolher do passado,*

¹⁵⁹³ “Gama, (D. Vasco da)” in Manoel Pinheiro Chagas (dir.), *Diccionario Popular, Historico, Geographico, Mythologico, Biographico, Artistico, Bibliographico e Litterario*, vol. 4, Lisboa, 1878, p. 21

*Seguranças de um largo porvir.
Porque o povo, que teve em partilha,
Um legado tão grande de gloria,
Era indigno da vida e da historia,
Se das mãos o deixasse fugir!*

*Tendes hoje uma nova missão,
Já marcada nas leis do destino!
Quem não sente este impulso divino,
Que nos leva, tão longe, alem-mar?
Quem não sente que havemos agora,
Por mandados de lei sobrehumana,
No chão virgem da terra africana,
Do futuro os imperios fundar?*¹⁵⁹⁵

A única referência ao capitão-mor da expedição que se comemorava tinha um significado de exortação: “Marinheiros da patria do Gama, / Eis o largo, eis a nossa atracção!”. O passado era exemplo, estímulo, para dar “alentos de esperança” e inspirar “palavras de fé”: fé no destino grandioso de Portugal; fé para construir o império africano; fé para que o passado pudesse renascer no presente e continuar no futuro; fé na “raça valente” que andou sulcando as ondas do mar e ia continuar a aventura. Era esta a principal mensagem que se pretendia transmitir nos centenários.

Brito Rebelo publicou uma série de artigos sobre Vasco da Gama na revista *O Occidente*, fundamentados em documentação coeva que tinha compilado e dado à estampa noutra publicação, dedicada ao ensino¹⁵⁹⁶. Uma das questões que discute é a

¹⁵⁹⁴ Sebastião Magalhães Lima, *O centenário no estrangeiro*. Conferência realizada na Sociedade de Geographia de Lisboa, no dia 11 de Novembro de 1897, Lisboa, 1897, p. 24

¹⁵⁹⁵ Fernandes Costa, *Hymno do Centenario da India*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, estrofes III e IV, p. 8-9

¹⁵⁹⁶ Brito Rebelo, “Vasco da Gama” in *O Occidente*, vol. XXI, nº 697, 698, 699 e 700, 1898. Publicou os documentos na *Revista de Educação e Ensino*.

data tradicionalmente considerada para o nascimento do conde da Vidigueira. Na sua opinião, não nasceu em 1469, mas na melhor das hipóteses cerca de dez anos antes. O problema continua em aberto, se bem que os historiadores actuais se inclinam para o primeiro ano¹⁵⁹⁷. No conjunto, o trabalho colmatava algumas lacunas em relação à primeira fase da vida de Vasco da Gama, que não foram tratadas na biografia que Latino Coelho tinha publicado, em 1882, na Galeria de Varões Ilustres¹⁵⁹⁸. Este tinha-se baseado somente nas escassas informações dos cronistas e centrado a sua atenção sobre as viagens à Índia.

Na mesma revista, o goês J. A. Ismael Gracias publicou o capítulo de um livro inédito sobre “O vice-reinado de D. Vasco da Gama” e a sua estada na ilha de Angediva¹⁵⁹⁹. Quanto a esta etapa da vida do Almirante dos Mares da Índia reproduziu a ideia comum de um governo assinalado por “actos de justiça, de energia, de disciplina, de severidade, como imperiosamente exigiam as circunstâncias”¹⁶⁰⁰. A doença e falecimento impediu a conclusão do programa que se propunha levar a cabo para moralizar a administração e impor o domínio português aos potentados rebeldes.

O “Centenário da Índia” contribuiu para aprofundar alguns aspectos menos conhecidos da acção de Vasco da Gama e, sobretudo, para divulgar a história e a lenda desta figura que aparecia como o símbolo da epopeia nacional. Não admira que a I República tenha sentido a necessidade de comemorar o centenário da sua morte. Nas palavras da comissão do centenário de 1925, “Vasco da Gama é ainda hoje o símbolo representativo das energias gloriosas da nossa raça, como Luís de Camões é do seu génio”¹⁶⁰¹. O paralelo que se estabelecia entre ambas as figuras tinha em mente *Os Lusíadas*. O descobrimento do caminho marítimo para a Índia não foi uma simples

¹⁵⁹⁷ Luís Adão da Fonseca, *Vasco da Gama, O Homem, A Viagem, A Época*, Lisboa, Expo98, 1998, p. 21

¹⁵⁹⁸ J. M. Latino Coelho, *Vasco da Gama*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1985

¹⁵⁹⁹ *O Occidente*, vol. XXI, Lisboa, 1898, pp. 179-182, 190-191, 205-206, 235-237

¹⁶⁰⁰ *Ibid.*, p. 179

¹⁶⁰¹ *Boletim Oficial do Governo Geral do Estado da Índia*, nº 96, 28 de Novembro de 1924, p. 1193

“façanha heróica”, mas uma “revolução histórica” que dava a Vasco da Gama o direito à gratidão universal: “da Ciência, porque para ela conquistou o conhecimento da Terra; do comércio, porque derruiu as barreiras opostas pela natureza entre as duas parcelas mais progressivas da Humanidade; da Arte e da Industria, porque lhes abriu novas e copiosas fontes; da Pátria, porque iniciou a era da sua grandeza, fugaz embora, na qual lhe coube a hegemonia da Civilização Moderna”¹⁶⁰².

Nesta ordem de ideias, Henrique Lopes de Mendonça desenvolveu o texto que foi divulgado como a publicação oficial do centenário¹⁶⁰³, o que não deixa de ser curioso se tivermos em conta as posições que tinha defendido em 1898. O seu relato centrou-se na primeira viagem e nos acontecimentos seguintes, não se esquecendo de referir que representou o culminar de um esforço colectivo, desenvolvido por centenas de navegadores portugueses. Mas no discurso que pronunciou na sessão solene da Sociedade de Geografia apresentou Vasco da Gama como “um tipo representativo de uma raça heróica e de um período relevante da história”¹⁶⁰⁴. Perspectiva que não é meramente nacionalista, pois Lopes de Mendonça elevou ainda mais alto a glória do Almirante da Índia: “Ei-lo que perante bárbaros e representantes de civilizações esotéricas assume com firmeza o alto papel de plenipotenciário, não de uma pequena nacionalidade perdida nos confins da Europa, mas de uma civilização milenária que da luminosa bacia do Mediterrâneo irradiou para o orbe inteiro”¹⁶⁰⁵. E vai mais longe na retórica grandiloquente do discurso, afirmando que Vasco da Gama personificou a “Cristandade no que ela tem de mais santo, a Humanidade no que ela tem de mais augusto”. Foram os combates que os portugueses travaram no Oriente que permitiram enfraquecer a “fera otomana” e

¹⁶⁰² *Ibid.*, Comissão do centenário de Vasco da Gama, oficialmente nomeada por portaria de 9 e 13 de Outubro de 1924

¹⁶⁰³ Henrique Lopes de Mendonça, *Vasco da Gama*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1924

¹⁶⁰⁴ *Idem*, *Vasco da Gama na História Universal*, Lisboa, Portugal-Brasil, s.d., p. 19

¹⁶⁰⁵ *Idem*, *ibid.*

salvar a Europa da terrível ameaça. O feito de Vasco da Gama assumia, deste modo, as proporções de um acto salvador da cristandade e da civilização europeia.

O presidente da Sociedade de Geografia, o almirante Vicente de Almeida d'Eça, preferiu chamar a atenção para o papel de embaixador de que Vasco da Gama foi incumbido pelo rei D. Manuel¹⁶⁰⁶. Na sua perspectiva, a expedição não se destinou a descobrir, no sentido restrito do termo, mas a reconhecer um caminho já previsto e a estabelecer negociações com o soberano local. Por esta razão o chefe não era um “rude piloto da Escola do Infante”, como Bartolomeu Dias, mas um homem capaz de negociar o tratado de amizade e comércio que interessava à coroa portuguesa. Já no centenário anterior, Almeida d'Eça tinha dado o seu contributo com um artigo sobre o título de “Almirante da Índia” que Vasco da Gama recebeu como uma das recompensas pelo sucesso da empresa¹⁶⁰⁷. Os foros, direitos, tributos e rendas do almirantado foram herdados pelos sucessores do conde da Vidigueira.

Este centenário não foi tão rico em publicações como o de 1898. Contudo, importa destacar o texto de Luciano Pereira da Silva que pôs em causa a suposta conjuração e afirmou que o mérito da viagem pertencia a todos os capitães, pilotos e marinheiros comandados por Vasco da Gama¹⁶⁰⁸. Na *Gazeta das Colónias*, António Sérgio salientou que o descobrimento do caminho marítimo para a Índia não foi o resultado de “impulso vago, romântico e idealizante”, mas do trabalho metódico, persistente e organizado de uma verdadeira “elite nacional”, que soube traçar um grandioso plano e cumpri-lo¹⁶⁰⁹. Assim sendo, a principal lição que pretendia extrair do passado era o exemplo do comportamento dessas gerações. Jaime Cortesão

¹⁶⁰⁶ “Vasco da Gama, embaixador” in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 44ª série, nº 7-9, Julho-Setembro 1926, pp. 106-116

¹⁶⁰⁷ “Almirante da Índia” in *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, 1º anno, Lisboa, Livraria Ferin, 1897-98, pp. 507-520

¹⁶⁰⁸ Luciano Pereira da Silva, *O “roteiro” da primeira viagem de Vasco da Gama e a suposta conjuração*, Lisboa, Imprensa da Universidade, 1925

¹⁶⁰⁹ António Sérgio, “O significado moral do descobrimento da Índia” in *Gazeta das Colónias*, Nº Comemorativo do 4º Centenário da Morte de Vasco da Gama, Lisboa, 29 de Janeiro de 1925, p. 13

destacou o facto da viagem culminar um longo processo histórico e Vasco da Gama ser “um dos criadores maiores da civilização moderna”, que permitiu o desenvolvimento de uma das mais poderosas nações contemporâneas – a Inglaterra¹⁶¹⁰. Era comum estabelecer-se esta associação entre as navegações dos portugueses e os benefícios que outros países souberam colher do caminho aberto por Portugal. Em geral, a perspectiva da comemoração democrática dos republicanos foi no sentido de um enfoque mais colectivo e menos personalizado dos grandes acontecimentos que foram determinantes no curso da história.

Depois de Vasco da Gama e da viagem para a Índia, a memória nacional atribuiu um especial significado ao descobrimento do Brasil. Um acontecimento envolto em larga polémica historiográfica desde o século XIX, cuja importância não residia tanto no facto em si, mas nas consequências posteriores. Como se referia num artigo da imprensa por altura das comemorações de 1900: “O Brasil não existia antes do descobrimento, nem ficou existindo pela realização deste. O Brasil, imediatamente á empresa de Álvares Cabral, ficou sendo apenas uma designação, um nome de uma paragem transoceânica, d’ahi em diante marcada nas cartas”¹⁶¹¹. O Brasil pelo qual os portugueses deviam ter orgulho patriótico era “o Brasil que nós creamos, que nós fizemos”, através do processo da colonização. A criação do Brasil foi, desde o primeiro centenário, aquilo que mais importava comemorar em Portugal. Perante a grandeza dessa obra, o episódio protagonizado por Pedro Álvares Cabral não tinha as proporções da viagem para a Índia, longamente preparada e realizada com enormes sacrifícios. Aliás, o descobrimento do Brasil realizou-se no âmbito da segunda viagem a Calecute e o facto de não se saber se tinha sido intencional ou obra do acaso tê-lo-ia transformado em mais um dos muitos achamentos de terras feitos pelos

¹⁶¹⁰ Jaime Cortesão, “Dois séculos de sonho e luta”, *Ibid.*, p. 15

¹⁶¹¹ *Comércio do Porto*, Porto, 8 de Maio de 1900

navegadores portugueses, se não fosse a importância que aquela região viria, posteriormente, a assumir na história geral da colonização portuguesa.

Assim, a legenda de Pedro Álvares Cabral não tem comparação com a de Vasco da Gama. Ele foi o capitão-mor de uma armada que Vasco da Gama tinha desejado para se desforrar das afrontas sofridas em Calecute e o protagonista do descobrimento de uma terra que se sabia existir ou, pelo menos, de que havia fortes suspeitas. Provavelmente, já levaria instruções régias para fazer a volta pelo largo em direcção a Oeste. O seu feito foi menos aparatoso e não tinha a floreá-lo as lendas heróicas que fizeram a fama do Gama, desde o século XVI cantada pelos poetas. A sua actuação na Índia também não sobressaiu de forma especial e, depois desta viagem, confinou-se às suas terras de Santarém, tendo aparentemente caído no desagrado do rei¹⁶¹². O facto de serem escassos os registos biográficos, desconhecendo-se inclusive as datas precisas de nascimento e morte, é sintomático do relativo apagamento da sua figura, que a época contemporânea enalteceu mais por causa dos efeitos posteriores do seu descobrimento do que pelo feito em si.

Nas publicações editadas no âmbito do quarto centenário do descobrimento, Cabral foi apresentado com um homem enérgico e arrojado, como convinha à missão de que tinha sido incumbido¹⁶¹³. Houve quem o tivesse visto como “grande tactico em combates navaes e como um dos mais sabios cosmogrographos”¹⁶¹⁴, méritos de que não temos qualquer prova. Faustino da Fonseca referiu-se ao seu “espírito sereno, tolerante e bondoso”, onde se manifestava já a intuição do colonizador¹⁶¹⁵. Tudo especulações dos autores, visto que pouco se sabe sobre o homem.

Vicente de Almeida d’Eça no discurso que proferiu na sessão solene da Sociedade de Geografia preferiu tratar dos descobrimentos portugueses em geral, do

¹⁶¹² Elaine Sanceau, “Cabral, (ou de Gouveia), Pedro Álvares”, in Joel Serrão (dir), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, Iniciativas Editoriais, 1979, p. 417

¹⁶¹³ Silva Pereira, “Os Lusos. Heroes do mar” in *O Occidente*, vol. XXIII, 30 de Abril de 1900, p. 99

¹⁶¹⁴ *Idem, ibid.*

plano traçado pelo Infante Navegador e do segredo que envolvia todos os projectos – “o segredo era necessario, não só como applicação de regra commum de governo, mas muito especialmente por causa das cubiças e desconfianças alheias que os progressos nauticos dos portuguezes cada dia mais aguçavam”¹⁶¹⁶. Deste modo, defendeu a ideia de que Vasco da Gama na volta pelo largo deitou muito para Oeste e teria avistado sinais – “aves marinhas, plantas aquaticas, rilheiros e aguagens” – que indicavam a existência de terras. Cabral teria recebido instruções para ir reconhecê-las, o que fez com sucesso. Mas sobre o homem nada disse naquele momento em que se comemorava o acontecimento.

A sua vida é quase desconhecida e dele não ficou qualquer retrato. Pelo menos, sabe-se que foi sepultado na igreja da Graça, em Santarém, e chegou a ser proposta a sua trasladação para o Mosteiro dos Jerónimos. Mas a abertura da campa mostrou a existência de três esqueletos, restando saber qual deles pertencia a Pedro Álvares Cabral¹⁶¹⁷. Para evitar o ridículo de outras situações já vividas antes, deixaram-se ficar na paz da sua sepultura os restos mortais do capitão.

A terceira figura entre os heróis descobridores é Fernão de Magalhães. A biografia feita por Latino Coelho já ia na terceira edição no ano do centenário, em 1921. Nela retratou o navegador como um homem de “ânimo varonil e aventureiro”, que foi vítima de injúrias e falsas acusações¹⁶¹⁸. O rei D. Manuel não teria recompensado devidamente os seus serviços e, por isso, foi apresentar o seu projecto da circumnavegação do globo ao rei de Castela. Já em relação a Vasco da Gama e a Pedro Álvares Cabral, sobretudo em relação ao último¹⁶¹⁹, o *Venturoso* tinha ficado

¹⁶¹⁵ Faustino da Fonseca, *A Descoberta do Brazil*, Lisboa, Empreza do Jornal “O Século”, 1900, p. 260

¹⁶¹⁶ *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 18ª serie, nº 8 a 11, Agosto a Novembro de 1900, Lisboa, 1901, p. 404

¹⁶¹⁷ Alberto Carvalho, *Memoria a respeito da sepultura rasa do descobridor do Brazil Pedro Alvares Cabral, na igreja da Graça em Santarém*, Lisboa, Typ. do Commercio, 1902, p. 22

¹⁶¹⁸ Latino Coelho, *Fernão de Magalhães*, com prefácio de Júlio Dantas, 3ª ed., Lisboa, Fluminense Lda, 1921, p. 134

¹⁶¹⁹ Cf. *O Occidente*, vol. XXIII, nº 767, 20 de Abril de 1900, p. 96

com fama de não ter sido grato nem generoso com quem o tinha servido tão bem. Nesta ordem de ideias, Latino Coelho considerou que Magalhães pagou generosamente a afronta de se ter colocado ao serviço da coroa espanhola, porque o seu nome ficou sempre português e a “glória das suas navegações há de ser perpetuamente glória também de Portugal”¹⁶²⁰. O nome de um português foi inscrito na geografia universal.

O facto de Magalhães ter realizado a sua histórica proeza ao serviço de Castela suscitou sempre uma certa incomodidade. Os versos de Camões recordam-no de forma incisiva: “O Magalhães, no feito com verdade / Português, porém não na lealdade”. O reitor da Universidade de Coimbra na alocução que proferiu na sessão solene da sala dos Capelos, em 1921, defendeu que Fernão de Magalhães “pelo nascimento, pelo sangue que verteu em defesa da Pátria, pelas gloriosas mutilações que por sua causa sofreu, sobretudo pelo seu engenho, pela sua audácia, pelas suas qualidades de comando, pela sublime obstinação dos seus planos, é porventura o mais português de todos os heróis da nossa epopeia marítima”¹⁶²¹. É um homem que pode ombrear com Bartolomeu Dias, Vasco da Gama ou Pedro Álvares Cabral e “um puríssimo exemplar da mais aprimorada capacidade criadora da nossa raça”.

Em registo idêntico, Henrique Lopes de Mendonça afirmou que cumpria ao orgulho patriótico reivindicar “o portuguesismo essencial do feito”¹⁶²². Uma proeza que o professor Almeida Lima defendeu ser principalmente uma obra da nação portuguesa, mais do que o mero resultado da acção de um indivíduo¹⁶²³. Justificou a sua tese no quadro de uma concepção determinista sobre a influência do meio na actuação dos grandes homens, preferindo colocar a tónica nas forças colectivas e não

¹⁶²⁰ Latino Coelho, *op. cit.*, p. 145

¹⁶²¹ *O Instituto*, Número Comemorativo do 4º Centenário de Fernão de Magalhães, Coimbra, 1921, p. 9-10

¹⁶²² *Ibid.*, p. 48-49

¹⁶²³ Prof. Almeida Lima, “A viagem de Fernão de Magalhães sob o ponto de vista nacional” in *História e Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova série, 2ª classe, T. XIV, Lisboa, 1922, p. 3

nos indivíduos. A concluir a sua intervenção, na Academia das Ciências, frisou que “as grandes acções são praticadas pelas Grandes Nacionalidades, por intermédio dos grandes homens que souberam criar”¹⁶²⁴. Apesar de reconhecer que Magalhães foi um “homem excepcional”, não deixou de notar que “só serviu para que se desnacionalizasse a viagem mais gloriosa que se tem feito”¹⁶²⁵. Curiosa afirmação de ressentimento que constituiu uma nota isolada, no contexto dos discursos do centenário.

Vicente Almeida d’Eça colocou Magalhães perante o tribunal da história para poder defender-se das acusações¹⁶²⁶. Em primeiro lugar, considerou que não foi a recusa do aumento da tença que o levou a oferecer os serviços ao rei de Castela, mas o facto de D. Manuel se recusar a fornecer-lhe a armada para realizar a viagem. Não temos notícia de ter sido feita esta proposta ao rei de Portugal, com o qual Magalhães não estava de boas relações. Mas o ponto que o almirante pretendia demonstrar com esta tese era que o navegador não tinha sido vencido pela ganância ou outros propósitos mesquinhos, mas pelo desejo de provar a esfericidade da terra e encontrar um caminho mais curto para as ilhas de Maluco. Em segundo lugar, alegou também em defesa de Magalhães que as relações com Castela eram bastante estreitas na época. Dali vieram as três princesas que casaram com D. Manuel. No contrato de Magalhães figurava a origem portuguesa do navegador e que o objectivo da sua viagem consistia em “descobrir nos términos que a Castela pertencem no Mar Oceano”, isto é, dentro dos limites demarcados pelo Tratado de Tordesilhas. O almirante Almeida d’Eça concluía que Magalhães foi um soldado que cumpriu o seu dever e um navegador de gabarito superior ao Infante, a Bartolomeu Dias ou a Vasco da Gama¹⁶²⁷.

¹⁶²⁴ *Idem*, p. 14

¹⁶²⁵ *Idem*, p. 11

¹⁶²⁶ Vicente de Almeida d’Eça, “O feito de Fernão de Magalhães”, *ibid.*, p. 20

¹⁶²⁷ *Idem*, p. 23

António Ferrão, no discurso proferido na Câmara Municipal de Lisboa perante o presidente da República, referiu-se a Fernão de Magalhães como um grande homem e um génio, com um perfil onde se nota a influência da visão do infante D. Henrique, de Oliveira Martins¹⁶²⁸. Defendeu que era incorrecto acusá-lo de traidor. Magalhães só podia realizar a sua viagem ao serviço da Espanha, visto que as terras que queria desvendar se encontravam na sua zona, nos termos do acordo de Tordesilhas. O ministro da Marinha, na intervenção realizada na Universidade de Coimbra, recordou os versos em que Camões se referiu ao “agravado Lusitano” e esclareceu os motivos da injustiça que o levaram a passar a Castela¹⁶²⁹. No final, citou Latino Coelho para desagravar aos olhos do público presente a memória de Magalhães, que descreveu como um homem de “coragem e valentia, perícia e honradez”¹⁶³⁰.

A questão da viagem de circumnavegação ter sido realizada ao serviço do rei castelhano foi um foco de interesse da generalidade das intervenções. O nacionalismo falava mais alto nos esforços que os intervenientes faziam para justificar a actuação de Fernão de Magalhães e para salientar o facto que o seu feito era o fruto da experiência e do ambiente cultural que se vivia em Portugal. A narrativa da histórica viagem e da acção de Magalhães constituía, naturalmente, o outro ponto de interesse dos discursos, salientando-se a energia e tenacidade do seu carácter. O ministro da Marinha referiu, na sua intervenção, que a passagem do estreito de Magalhães é uma das mais perigosas viagens marítimas, por causa dos baixos, das correntes muito fortes, das grandes amplitudes das marés, das passagens estreitas e curvas, do mau tempo que em todas as épocas do ano fustiga aquela região¹⁶³¹. O navegador e os seus companheiros demoraram 27 dias a atravessá-lo e ainda em 1910 um cruzador

¹⁶²⁸ António Ferrão, *Fernão de Magalhães e a sua viagem de circumnavegação*, Sernache de Bomjardim, 1921, p. 19

¹⁶²⁹ “Alocução proferida pelo Sr. F. Brederode Ministro da Marinha” in *O Instituto*, Número Comemorativo do 4º Centenário de Fernão de Magalhães, Coimbra, 1921, p. 23

¹⁶³⁰ *Idem*, p. 21

¹⁶³¹ *Idem*, p. 29-30

português, segundo o relato do ministro, com um aparelho a motor que atingia 16 milhas por hora, tinha demorado 10 dias a percorrer o estreito com enorme dificuldade.

Nas palavras de António Baião, ele foi um “protótipo da coragem, da intrepidez, da pertinácia e do conhecimento náutico lusitanos”¹⁶³². As características heróicas de Magalhães foram valorizadas no centenário. A tal facto não seria alheio o problema da sua morte prematura, depois de tantas provações, sem poder concluir o sonho longamente acalentado, o que conferia à sua vida a dimensão da tragédia. Baião procurou também demonstrar, no seu artigo, que Fernão de Magalhães não era transmontano, como geralmente se admite, mas natural de Ponte da Barca (anterior Terra da Nóbrega). Deduziu a origem minhota do navegador da leitura da documentação relativa ao pleito por causa da sua herança.

Entre a plêiade de heróis descobridores foram ainda valorizadas outras figuras, pela importância dos respectivos feitos no desenrolar de todo o processo. Gil Eanes e Bartolomeu Dias foram evocados no âmbito de vários centenários por causa da tremenda dificuldade e do valor das expedições que permitiram dobrar os dois cabos – o Bojador e o da Boa Esperança. Contudo, o primeiro foi objecto de uma comemoração específica em 1934, como referimos noutro capítulo, o que não sucedeu com o segundo. A glória de Bartolomeu Dias foi, de certo modo, abafada pelo facto de ter sido Vasco da Gama quem concluiu a viagem até à Índia.

Entre os exploradores da costa ocidental africana destacam-se Nuno Tristão e Diogo Cão. Nuno Tristão foi “cavaleiro da casa do Infante” e o primeiro a chegar ao limite Norte da ex-colónia portuguesa da Guiné, segundo uma longa tradição estabelecida com base na crónica de Zurara. Motivo pelo qual foi celebrado no centenário do descobrimento da Guiné, em 1946, apesar de alguns historiadores

¹⁶³² António Baião, “Fernão de Magalhães, o problema da sua naturalidade rectificado e esclarecido” in *História e Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova série, 2ª classe, T. XIV, Lisboa, 1922, p. 31

defenderem que o navegador não teria chegado a atingir aquela zona, tendo morrido numa refrega com os africanos quando, em conjunto com vários companheiros, tentava capturar escravos¹⁶³³. Diogo Cão continuou a exploração da costa africana para Sul e ficou nos anais como o capitão que atingiu o rio Congo, explorando a região para o interior até aos rochedos de Ielala, onde deixou inscrições a atestar a sua presença. Em 1948, foi também comemorado no contexto do centenário da Restauração de Angola, tendo-lhe sido erguida uma estátua, em Luanda.

Os descobridores de Cabo Verde foram objecto de comemoração em 1960, no âmbito do centenário do infante D. Henrique e da celebração local do descobrimento do arquipélago. Não se sabe a data exacta da descoberta das primeiras ilhas e o nome dos descobridores deu azo a controvérsia entre os historiadores. Contudo, a memória registou o ano de 1460 como o mais provável e os nomes de Diogo Gomes e do genovês António da Noli como os descobridores das primeiras ilhas; Diogo Afonso, escudeiro do infante D. Fernando, foi o descobridor das restantes, em 1462. Outro italiano reivindicou o descobrimento das primeiras ilhas, antes do seu compatriota, o veneziano Cadamosto, mas o facto de ter sido aquele a tomar posse das ilhas, em nome do infante D. Henrique, e a proceder ao aproveitamento económico de Santiago, de que foi capitão, na Ribeira Grande, deu-lhe a primazia na memória.

O descobrimento dos arquipélagos da Madeira e dos Açores foi comemorado, como referimos, em 1922 e 1932. Ambos os acontecimentos foram objecto de largas polémicas e permanecem em aberto muitas dúvidas e interrogações. Contudo, nos referidos centenários seguiu-se a tradição estabelecida pelas *Saudades da Terra*, de Gaspar Frutuoso. O *Elucidário Madeirense* situou o desembarque na ilha da Madeira a 2 de Julho de 1419, seguindo a informação do cronista¹⁶³⁴. João Gonçalves Zarco

¹⁶³³ “Tristão, Nuno” in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, p. 1047

¹⁶³⁴ *Elucidário Madeirense*, vol. I, 1921, p. 314. A publicação oficial partilha a mesma tese. Cf. *Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira*, Dezembro de 1922, p. 5-6

(ou Zargo) e Tristão Vaz Teixeira foram os navegadores responsáveis pelo sucesso, hoje identificado como uma viagem de reconhecimento da ilha. Por isso, receberam a capitania do Funchal e a do Machico, respectivamente. Bartolomeu Perestrelo acompanhou-os nessa viagem e ficou com a capitania de Porto Santo.

Em relação aos Açores, o parecer da sub-secção de História da Sociedade de Geografia, cujo relator foi o almirante João de Freitas Ribeiro, procurou dirimir o conflito em torno da data e dos protagonistas do acontecimento. Quanto ao primeiro ponto, consideravam que a maior probabilidade recaía entre 1427 e 1439, que correspondiam à data indicada na carta de Gabriel Valsequa e ao ano em que tinha sido feita. Não lhes repugnava aceitar uma data intermédia que tinha a seu favor o facto de Frutuoso situar a chegada de Gonçalo Velho Cabral à ilha de Santa Maria em 15 de Agosto de 1432. De modo geral, a historiografia da época seguia a tradição estabelecida pelas *Saudades da Terra*, onde o comendador do castelo de Almourol foi indicado como o homem mandado pelo infante D. Henrique para descobrir as ilhas de Santa Maria e, porventura, também de S. Miguel¹⁶³⁵.

Apesar de ser conhecida a carta de Valsequa e o nome de Diogo de Sunis ou Silves, não se deu na altura o devido valor ao registo do cartógrafo catalão. Aliás, Manuel Monteiro Velho Arruda defendeu que o nome inscrito na carta – que leu Diego de Sunis – era um enigma, visto não ser português e bem poder reportar-se ao piloto de uma caravela comandada por Gonçalo Velho¹⁶³⁶. O facto de noutras ilhas o povoamento ter cabido aos descobridores era, na sua opinião, outro aspecto a levar em consideração para imputar a este companheiro do infante D. Henrique o mérito do descobrimento.

¹⁶³⁵ Doutor Gaspar Frutuoso, *Livro Terceiro das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1983, p. 5 e p. 10. Acharam a ilha em 1432 e celebraram, no dia do desembarque duas grandes festas: uma por ser o dia de Assunção de Nossa Senhora e “outra por entrarem naquela ilha nova a lograr os frutos da terra”.

¹⁶³⁶ Manuel Monteiro Velho Arruda, “Descobrimento dos Açores pelos portugueses e o seu descobridor Gonçalo Velho” in *Insula*, Nº 7 e 8, Julho e Agosto de 1932, p. 27

O marquês de Jácome Correia defendeu que a descoberta tinha ocorrido um ano antes da data geralmente indicada, numa viagem chefiada pelo futuro capitão do donatário das ilhas de Santa Maria e S. Miguel¹⁶³⁷. Contra a tese dominante esteve o faialense António Ferreira de Serpa, opondo-se ao centenário por considerar que não se sabia quem tinha sido o descobridor dos Açores nem a respectiva data¹⁶³⁸. Mas a tradição estava bem firmada e tinha a corroborá-la os trabalhos insertos no *Arquivo dos Açores*, a principal compilação de fontes e estudos da história regional¹⁶³⁹. Ernesto do Canto enalteceu o feito de Gonçalo Velho pela eficácia dos métodos náuticos que utilizou e lhe permitiram estabelecer a rota para os Açores, ensinando os pilotos posteriores a demandar aquelas ilhas. Admitiu a hipótese de terem sido avistadas antes de forma ocasional, mas o “descobrimento” ou reconhecimento intencional ficou a dever-se ao comendador de Almourol e já era tempo de restituir ao navegador o devido louvor.

O problema das viagens para o Ocidente e da prioridade da descoberta da América sempre excitou os espíritos mais nacionalistas e menos conformados com as notícias que, em rigor, é possível extrair da documentação coeva. Os heróis mais afamados dessa aventura eram João Vaz Corte Real e os filhos, Gaspar e Miguel, cujo desaparecimento trágico no decorrer das expedições contribuiu para aumentar a respectiva lenda. A fama de João Vaz Corte Real, como provável descobridor da Terra Nova, remonta aos escritos de Gaspar Frutuoso e de António Cordeiro. Estes

¹⁶³⁷ Marquez de Jacome Corrêa, *No 5º Centenário do Descobrimento dos Açores*, Ponta Delgada, 1932, p. 6. O marquês fez confusão de datas, por isso defendeu o centenário um ano antes do que a tradição estabelecia como o do descobrimento. Desde 1431 que, segundo Frutuoso, o Infante tinha mandado procurar as ilhas, mas só no seguinte se encontrou Santa Maria, onde Frei Gonçalo Velho desembarcou a 15 de Agosto.

¹⁶³⁸ António Ferreira de Serpa, *O Descobrimento do Arquipélago dos Açores*, Porto, Civilização-Editora, 1925. Nesta obra estão incluídos os artigos publicados no *Diário de Notícias*, contestando a proposta para a realização do centenário.

¹⁶³⁹ Ernesto do Canto, “Verdadeira origem do nome da ilha de S. Miguel e epocha do seu descobrimento” in *Arquivo dos Açores*, vol. I, Ponta Delgada, 1980, p. 82; *Idem*, “Importancia nautica do descobrimento dos Açores”, *Ibid.*, vol. XII, p. 455

cronistas viram na doação da capitania de Angra uma recompensa por serviços prestados no descobrimento ou reconhecimento de terras no Atlântico Norte¹⁶⁴⁰. Em 1500, Gaspar Corte Real – “homem aventureiro, esforçado y desejoso de ganhar honra”, segundo Damião de Góis¹⁶⁴¹ – atingiu uma região, situada entre 50° e 53° de latitude Norte, no mapa de Alberto Cantino, que veio a ser designada por Terra dos Corte Real. O entusiasmo que o feito suscitou na corte, levou o navegador a realizar uma nova expedição, da qual não chegou a regressar. O irmão partiu em sua busca e perdeu-se também no decorrer da viagem. A associação que foi feita das enigmáticas inscrições da pedra de Dighton com a presença de Miguel Corte Real naquela região americana, situada perto de Providence, na margem do rio Taunton, onde teria sido chefe dos índios, permitiu construir uma lenda moderna em torno dele¹⁶⁴².

Desde o século XIX, uma corrente de opinião historiográfica sustentou a tese da prioridade de João Vaz Corte Real, oriundo do Algarve, no descobrimento da América, destacando-se Sebastião F. Mendo Trigo e Luciano Cordeiro. O açoriano Ernesto do Canto demonstrou, pelo contrário, que só se podia inferir dos documentos existentes que o capitão tinha sido precursor dos filhos e de Colombo, nas explorações dirigidas para o Ocidente¹⁶⁴³.

Os Corte Real foram os principais protagonistas das viagens para a América do Norte, cuja fama foi perpetuada pela memória e acrescentada por diversos autores nacionais e estrangeiros. Em vésperas do centenário do descobrimento dos Açores, Carlos Roma Machado de Faria e Maia, primeiro secretário geral da Sociedade de Geografia, publicou um artigo no respectivo *Boletim*, da sua exclusiva

¹⁶⁴⁰ “Corte Real, João Vaz” in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, p. 303

¹⁶⁴¹ Cit. *Arquivo dos Açores*, vol. IV, p. 418

¹⁶⁴² Cf. “Corte Real, Miguel” e “Dighton, Pedra de” in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, pp. 304 e 355-356; Luís de Albuquerque, *Dúvidas e certezas na história dos descobrimentos portugueses*, 2ª ed., Lisboa, Veja, 1990, p. 67 e segs.

¹⁶⁴³ Ernesto do Canto, “João Vaz Corte Real descobriu a Terra Nova?” in *Arquivo dos Açores*, vol. IV, p. 416

responsabilidade, como declarou em nota, onde defendeu a prioridade de João Vaz Corte Real no descobrimento da América, em concreto da península do Labrador, efectuada antes de 1472¹⁶⁴⁴. No seu afã de reivindicar para os navegadores nacionais a glória dos descobrimentos, atribuiu-lhes uma longa série de outros achados, na América do Norte e Central, entre a segunda metade dos séculos XV e XVI. O nome de João Rodrigues Cabrilho destacou-se pelo facto de ter realizado a exploração da costa da Califórnia, em 1542. O feito era comemorado no *Cabrillo Day*, a 28 de Setembro, data da chegada à baía de S. Diego¹⁶⁴⁵. Em 1942, celebrou-se o quarto centenário do descobrimento com uma sessão solene na sala “Portugal”, da Sociedade de Geografia¹⁶⁴⁶.

Em geral, não abundam as informações sobre estas figuras históricas. As suas vidas continuam em larga medida envoltas em mistério e os seus feitos nem sempre estão devidamente documentados. As imprecisões e os testemunhos contraditórios deixaram campo para as fantasias e as lendas. Heróis de uma epopeia marítima e de descobrimentos que permitiu desvendar a face do globo terrestre, aproximar os continentes e pôr em contacto os povos mais diversos, a sua legenda obedece a um padrão em que as principais qualidades são o espírito aventureiro, a coragem, a tenacidade, a busca da glória e da fama. Em regra, a memória registou que eram cavaleiros honrados, ciosos de bem servir o seu rei e senhor, homens de fé, que levavam numa mão a espada e na outra a cruz de Cristo. O seu patriotismo é, salvo raras excepções, um dado adquirido e sempre valorizado nos discursos comemorativos. O lado menos luminoso do seu carácter e actuação, nomeadamente a busca do benefício material, a escravatura, os saques e a violência de toda a ordem,

¹⁶⁴⁴ “Prioridade Portuguesa no descobrimento da América do Norte e ilhas da América Central” in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 49ª série, nº 3-4, Março-Abril 1931, p. 141

¹⁶⁴⁵ Este dia continua actualmente a ser comemorado e tem um papel importante nas estratégias de afirmação da comunidade portuguesa, residente naquela região da América do Norte, segundo informação da prof. Maria Beatriz Rocha-Trindade.

tendiam a ficar na sombra ou a ser justificados em função das mentalidades e dos fins que se propunham atingir em condições muito difíceis. Heróis por excelência da “idade de ouro” da nação simbolizavam as virtudes do povo ao qual pertenciam ou, noutro termo frequente, as qualidades da “raça” portuguesa.

O herói conquistador de maior projecção é Afonso de Albuquerque. Os principais cronistas dos fastos da Índia, Castanheda e João de Barros, não deram grande relevo à acção de Albuquerque¹⁶⁴⁷. Mas a publicação das cartas que tinha escrito ao rei D. Manuel, com os comentários feitos pelo filho, Brás de Albuquerque, contribuiu para resgatá-lo do esquecimento. Na segunda metade do século XIX, quando vieram à luz o manuscrito das *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia, e o primeiro volume das *Cartas de Afonso de Albuquerque*¹⁶⁴⁸, alargou-se o conhecimento sobre o papel de Albuquerque no Oriente. Data dessa época o culto desta figura histórica, para o que contribuíram decisivamente a Academia das Ciências e a Sociedade de Geografia.

A urna onde repousaram os restos mortais de Afonso de Albuquerque, na igreja de Nossa Senhora da Serra, antes de terem sido trasladados para o Reino e sepultados nos covais do capítulo do convento da Graça, em 1565, foi trazida para o museu da Sociedade de Geografia, pelo conselheiro Ferreira do Amaral¹⁶⁴⁹. O túmulo foi encontrado entre as ruínas da demolição da misericórdia e da igreja referida, em Velha Goa, e o governador encetou as necessárias diligências para que viesse para Portugal. A sua legenda de “creador do imperio luso-oriental”, de “genio guerreiro” e conquistador, de estadista de larga visão, sentido de justiça e notável capacidade de

¹⁶⁴⁶ *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 6^{oa} série, nº 1-12, Janeiro-Dezembro de 1942, p. 509-512

¹⁶⁴⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, “Prefácio” in *Comentários de Afonso de Albuquerque*, 5^a ed., conforme com a 2^a ed. de 1576, T. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p. X

¹⁶⁴⁸ *Lendas da Índia*, com notícia preliminar de Rodrigo José de Lima Felner, liv. I, t. I, Lisboa, 1858; liv. I, t. II, 1860. *Cartas de Afonso de Albuquerque*, sob a direcção de Raimundo Bulhão Pato, t. I, II, III e IV, Lisboa, 1884, 1898, 1903 e 1905; sob a direcção do mesmo e de Henrique Lopes de Mendonça, t. V, VI, Lisboa, 1915; t. VII com índices, em 1935

administração, de homem “energico, justo e previdente” já estava firmada. São estes os termos em que o governador geral da Índia Portuguesa e o conselheiro Ferreira do Amaral o referem nas cartas trocadas por causa da transferência do sepulcro para Lisboa¹⁶⁵⁰.

Luciano Cordeiro também o considera um “genial estadista” e “extraordinario soldado”, que foi mais do que o fundador do império indiano, “a mais alta e bella encarnação do Portugal intrepido, crente em si e na historia, em suma da forte e cavalheirosa individualidade portuguesa, na conquista do mundo oriental pela civilização europeia e christã”¹⁶⁵¹. Em 1898, no âmbito do “Centenário da Índia”, o conquistador de Goa, Malaca e Ormuz foi recordado e enaltecido como figura ímpar da história nacional, sendo de destacar os artigos de D. Francisco de Noronha e a peça dramática escrita por Henrique Lopes de Mendonça¹⁶⁵². Como referimos antes, o projecto do monumento a Albuquerque já existia e veio a ser inaugurado no início do século.

Em Goa, corria na tradição local que Afonso de Albuquerque tinha sido objecto de culto popular depois da sua morte. O filho referiu, nos seus comentários, que “foi homem de muita verdade, e tão inteiro na justiça que os gentios e mouros, depois da sua morte, com qualquer agravo que recebiam dos governadores da India, se vinham a Goa á sua sepultura, e offereciam-lhe boninas e azeite para a sua alampada pedindo-lhe que lhe fizesse justiça”¹⁶⁵³. O suposto culto do governador da Índia passou a fazer parte da sua lenda de justiceiro e de homem compassivo em relação aos povos submetidos. Em Goa, as autoridades coloniais procuraram manter viva a sua memória

¹⁶⁴⁹ “O túmulo de Afonso de Albuquerque” in *O Occidente*, vol XIX, 1896, pp. 189-190 e 196-198

¹⁶⁵⁰ *Idem*, pp. 197 e 198

¹⁶⁵¹ Citado no artigo mencionado na nota anterior (*Idem*, p. 196).

¹⁶⁵² D. Francisco de Noronha, “Afonso de Albuquerque” in *O Occidente*, vol. XXI, nº 703, pp. 154-155; “As cinzas de Albuquerque”, *ibid.*, p. 211-212; Henrique Lopes de Mendonça, *Afonso de Albuquerque*. Drama em cinco actos em verso, Lisboa, Comp. Nacional Editora, 1898

e, a meados do século XIX, ergueram-lhe um monumento na capital. A data da tomada de Goa era comemorada a 25 de Novembro, dia de Santa Catarina de Alexandria. Em 1910, celebrou-se o quarto centenário da “reconquista” de Goa com um conjunto de festejos que ficaram muito aquém dos projectos iniciais, dadas as circunstâncias da época¹⁶⁵⁴.

O centenário da morte de Afonso de Albuquerque passou quase despercebido, mas de qualquer modo deu azo à publicação de uma biografia, feita por António Baião¹⁶⁵⁵, secretário da comissão da Academia das Ciências, encarregada das publicações que iam assinalar este evento e a conquista de Ceuta. O director do Arquivo da Torre do Tombo, na altura, traçou uma retrospectiva sobre os ascendentes e descendentes de Afonso de Albuquerque, a fase inicial da sua vida, a primeira expedição à Índia e a sua acção como governador. Não poupou os termos nas descrições dos feitos e violências que granjearam a Albuquerque a fama de *terribil*, seguindo de perto os relatos das cartas deste para o rei D. Manuel e outra documentação coeva. Desmentiu a lenda da pobreza do governador a partir da análise do seu testamento e a da ingratidão régia, mencionando as elevadas tenças e mercês que Albuquerque recebia pelos seus serviços. Aliás, D. Manuel não deixou o filho do governador da Índia desamparado e atendeu o pedido de protecção que este lhe tinha feito nos momentos finais.

Também não considerou verdadeira a história do culto das populações locais e referiu, a propósito, uma carta dos inquisidores de Goa onde pediam instruções sobre o que devia ser feito com uma estátua de pedra de Albuquerque, colocada no frontispício da porta principal da igreja em que foi sepultado, que as pessoas

¹⁶⁵³ Citado em “Albuquerque (Affonso de), in Manoel Pinheiro Chagas (dir.), *Diccionario Popular, Historico, Geographico, Mythologico, Biographico, Artistico, Bibliographico e Litterario*, vol. 1, Lisboa, 1876, p. 375

¹⁶⁵⁴ *O Oriente Português*, Nova Goa, vol. VI, VII e VIII, 1909, 1910 e 1911

¹⁶⁵⁵ António Baião, *Afonso de Albuquerque*, Lisboa, Livraria Ferin, Coleção Grandes Vultos Portugueses, 1914

poderiam confundir com algum santo e fazer-lhe reverência e adoração. Segundo Baião, o documento não afirma que lhe fosse prestado qualquer culto, mas somente que poderia a estátua induzir os indianos, por confusão, a esse acto. De resto, o autor descreveu os notáveis sucessos militares que faziam parte do plano estratégico para assegurar a supremacia portuguesa nos mares do Sul da Ásia, da entrada do mar Vermelho e do golfo Pérsico ao estreito de Malaca, e a acção de Albuquerque como governador. A sua conclusão final não contraria a imagem comum: “Albuquerque é grande demais para fazer parte da história de um pequeno povo e o seu génio paira tão alto e tem tal irradiação que não admira ir muito além das nossas limitadas fronteiras”¹⁶⁵⁶.

Exemplo de um certo género de retórica comemorativa de sucesso é o discurso proferido por Henrique Lopes de Mendonça, na sessão solene realizada na Academia das Ciências, a 16 de Dezembro de 1915¹⁶⁵⁷. Colocou em paralelo o infante D. Henrique, “visionário de mundos”, e Afonso de Albuquerque, “construtor de impérios”. Na sua perspectiva, o processo dos descobrimentos e da expansão foi uma epopeia nacional, cuja memória e tradição constituía a razão essencial, intrínseca e profunda da existência de Portugal como nação independente¹⁶⁵⁸. Mas o culto desse passado heróico não tinha como objectivo renová-lo, visto que seria “pueril e anacrónico” e até “criminoso”, à luz dos ideais humanitários da democracia, acalantar projectos de conquistas e de domínio imperial que constituíram o sonho dos maiores homens do período quinhentista. A única justificação para ele consistia em alimentar a chama do patriotismo e em manter viva a independência nacional. Esta declaração de Lopes de Mendonça estava longe de incluir qualquer propósito de autonomia das colónias e a sua visão da história era eurocêntrica e imperialista. Assim, considerou

¹⁶⁵⁶ *Idem*, p. 136

¹⁶⁵⁷ Henrique Lopes de Mendonça, *Sobre Afonso de Albuquerque*, Discurso pronunciado na sessão solene de 16 de Dezembro de 1915, no quarto centenário da morte de Afonso de Albuquerque, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1916

que a finalidade de Afonso de Albuquerque consistia em “incorporar as caducas civilizações asiáticas na robusta e vivaz civilização da cristandade, unir pelo comércio, sob a hegemonia da Europa, todas as raças e todas as crenças”¹⁶⁵⁹. O governador da Índia foi um guardião e um sustentáculo da civilização europeia no mundo, identificada por Lopes de Mendonça com as forças progressivas da história. Combater “as sombras ameaçadoras de Mafoma, de Brahama, de Budha, sem contar a hoste de feitiços grotescos e imaginários” era, nesta óptica, uma forma de defender a própria “civilização humana” e de desempenhar uma missão histórica de alcance universal.

Na opinião de Henrique Lopes de Mendonça, os métodos usados pelo homem, que mereceu o epíteto de *terribil*, justificavam-se em face de povos habituados a ser regidos pela lei da força, o confronto com as “velhas, improgressivas e sombrias civilizações asiáticas” e dos meios limitados de que dispunha para cumprir o seu desígnio. O terror foi uma tática adequada à situação, mas Albuquerque não descuroou também a “diplomacia previdente” e manifestou tolerância em relação aos cultos indígenas, impedindo inclusive que fossem arrasados os pagodes para erguer igrejas. Para suprir a escassez da emigração de colonos metropolitanos, favoreceu a criação de uma “raça luso-indiana” e desenvolveu uma acção política benéfica que lançou as bases posteriores da colonização portuguesa, caracterizada do ponto de vista ideológico pela obra de assistência das misericórdias e de educação. Albuquerque viu-se rodeado do “amor e respeito” dos povos, mas foi vítima de intrigas que levaram o monarca a substituí-lo por outro governador. Por esse facto teria proferido a célebre frase que acompanha a sua legenda trágica de vítima da injustiça e que Lopes de Mendonça não deixou de citar, no seu discurso: “Mal com os homens por amor de el-rei; mal com el-rei por amor dos homens”¹⁶⁶⁰. Terminou

¹⁶⁵⁸ *Idem*, p. 11-12

¹⁶⁵⁹ *Idem*, p. 17

¹⁶⁶⁰ *Idem*, p. 25

afirmando que o lugar do túmulo de Afonso de Albuquerque era junto dos de Vasco da Gama e de Camões, na igreja do Mosteiro dos Jerónimos.

O português que era igualado a Alexandre da Macedónia e a Napoleão¹⁶⁶¹, equiparável aos semi-deuses da Antiguidade e de estatura gigantesca, perante o qual os homens vulgares têm de curvar-se em veneração¹⁶⁶², ganhou a sua aura de glória como político e militar. Mas o almirante Almeida d'Eça viu nele, além disso, qualidades inigualáveis como “oficial do mar”, isto é, como piloto e mestre que era capaz de indicar a rota e de manobrar o navio. Albuquerque reuniu todas estas competências, tal como Vasco da Gama, D. Francisco de Almeida, Diogo Lopes de Sequeira e D. João de Castro, o grande piloto dos *Roteiros*¹⁶⁶³. Albuquerque procurou firmar o domínio português no Sul da Ásia estabelecendo um sistema que combinava a “*defeza fixa*” com a “*defeza movei*”, as fortalezas em terra em pontos estratégicos com a presença naval nos mares¹⁶⁶⁴. O grande capitão demonstrou nas suas cartas ao rei conhecimentos seguros de navegação, muita prudência e capacidade para traçar mapas bastante detalhados da região que lhe permitiram fundamentar os seus planos. Mereceu, por conseguinte, a fama de ser um autêntico *leão do mar*.¹⁶⁶⁵

J. Benedito Gomes, médico e professor do Liceu Central e da Escola Normal de Nova Goa, numa conferência realizada perante o governador geral da colónia traçou a biografia mítica e ideológica de Afonso de Albuquerque, patrono do liceu local¹⁶⁶⁶. Uma vida tecida de actos de bravura, lealdade, amor e benemerência, em que os actos de violência alternaram com explosões de bondade em relação aos povos

¹⁶⁶¹ Henrique Lopes de Mendonça, “As duas políticas” in *Boletim Comemorativo do V Centenário da Tomada de Ceuta*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1915, p. 92

¹⁶⁶² Vicente de Almeida d'Eça, “Afonso de Albuquerque. Oficial do Mar” in *Anais do Club Militar Naval*, Comemoração dos Centenários da Tomada de Ceuta em 1415 e da Morte de Afonso de Albuquerque em 1515, Lisboa, 1915, p. 9

¹⁶⁶³ *Idem*, p. 11

¹⁶⁶⁴ *Idem*, p. 13

¹⁶⁶⁵ *Idem*, p. 21

¹⁶⁶⁶ J. Benedito Gomes, *Conferências e artigos relacionados, da imprensa e Sociedade de Estudos Pedagógicos de Lisboa. I – Afonso de Albuquerque*, Nova Goa, 1925

conquistados. Um homem, simultaneamente, disciplinador e misericordioso, “aristocrata de nascimento e democrata nas ideias”, grande estadista e “amigo dos desprotegidos e oprimidos”, que manifestou respeito pelas crenças e costumes alheios e aplicou de forma igual a justiça. Um exemplo de semeador altruísta da humanidade, que acabou por morrer pobre e com auréola de mártir. Por muitos anos, o seu túmulo teria sido lugar de peregrinação de cristãos e hindus, que iam pedir justiça quando eram vítimas de perseguições¹⁶⁶⁷. Afonso de Albuquerque teria sido o responsável pelo início da “lusitanização da Índia”, para o que contribuiu a sua política de casamentos mistos, e um “grande autonomista”. Benedito Gomes estabelecia, deste modo, a ponte entre a época de Albuquerque e as reivindicações políticas da colónia que esperava, naquela altura, pela Carta Orgânica que lhe ia conceder um estatuto de descentralização administrativa mais amplo. Equiparou a Índia Portuguesa a um “pequenino Brasil” e frisou o afecto que ali existia pelo Portugal de além-mar, de tal modo que já se tinha dito que era preciso visitá-la para se ser mais português¹⁶⁶⁸.

Em 1927, por ocasião de mais um aniversário da “reconquista” de Goa, escrevia-se na imprensa local: “Em Afonso de Albuquerque, Goa venera o símbolo de justiça que perdura através de mais de quatro séculos decorridos. É também com êle que se encontra iniciada a fórmula mais avançada de política colonial, a descentralização, o governo da colónia pela colónia sob a fiscalização da metrópole”¹⁶⁶⁹. No Estado da Índia e, em particular, em Goa que foi o centro do Império Português do Oriente, as autoridades e as elites colonizadas mantiveram o culto de Albuquerque. O editorial do jornal *O Heraldo* comparou-o, em 1915, a heróis míticos, como Aquiles, e a grandes estadistas e chefes militares, como Ciro, Aníbal,

¹⁶⁶⁷ *Idem*, p. 10

¹⁶⁶⁸ *Idem*, p. 24 e 11

¹⁶⁶⁹ *O Heraldo*, Nova Goa, 25 de Novembro 1927, transcrito pelo *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano IV, nº 32, Fev. de 1928, p. 220

César, Gengiscão, Tamerlão e Napoleão¹⁶⁷⁰. E, no discurso colonial, Albuquerque acabou por ser apresentado como um “enviado da Providência para a reabilitação do fraco e do oprimido, como é hoje a Inglaterra para a salvação das *depressed classes* que são quase 70 milhões tiranizados pelo orgulho dos nobres da Índia”¹⁶⁷¹. O colonialismo colocava-se no lado oposto do regime de castas e como libertador da imensa multidão dos oprimidos, pelo menos no plano ideológico. Um Albuquerque anacrónico, mitificado tornou-se um símbolo de valores e ideias que não podiam ter sido as suas como aristocrata e membro de uma sociedade hierarquizada em “ordens”, profundamente desigual.

Outros nomes foram distinguidos pela memória, mas Afonso de Albuquerque foi “a estrela mais radiosa da constelação”, nas palavras de Lourenço Cayolla, professor da Escola Colonial¹⁶⁷². D. Francisco de Almeida, “tipo perfeito de cavaleiro e de intrépido, simultaneamente soldado e homem de estado”, D. João de Castro, “figura de santo, de mártir e de herói, que tudo deu à sua pátria”, e tantos outros que, nos termos da retórica comemorativa e ideológica, “esmaltam todo o período áureo do nosso domínio na Índia em actos de coragem estóica e de valentia temerários dignos de lenda”¹⁶⁷³. Mas os nomes desses heróis raramente se destacam de uma evocação genérica e vaga, não tendo merecido a honra de uma estátua ou de uma comemoração específica.

Assim, não admira que a realização da primeira travessia aérea do Atlântico Sul, ligando Lisboa e o Rio de Janeiro, tenha sido vista como “mais uma estrofe do canto imperecível de Luís de Camões”¹⁶⁷⁴. Nesta óptica, os heróis da proeza

¹⁶⁷⁰ *O Heraldo*, Nova Goa, 15 de Dezembro de 1915

¹⁶⁷¹ J. C. de Egipsy Sousa, *Comemoração da Reconquista de Goa, 1510-1931*, 25 de Novembro, Separata do Boletim do Instituto Vasco da Gama, nº 12, Nova Goa, 1932, p. 13

¹⁶⁷² Lourenço Cayolla, “A obra da colonização portuguesa” in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano II, Nº 7, Janeiro de 1926, p. 11

¹⁶⁷³ *Idem*, p. 11 e 12

¹⁶⁷⁴ Discurso do deputado Carlos Vasconcelos in *Diário da Câmara de Deputados*, Sessão nº 152, 7 de Setembro de 1922, p. 18

apareciam aos olhos da nação como “dois intrépidos aeronautas que ressuscitaram a alma aventureira da raça”, nas palavras de um deputado¹⁶⁷⁵. Gago Coutinho e Sacadura Cabral foram vistos como a encarnação viva desses heróis antigos da “idade de ouro” da nação, cavaleiros arrojados de uma cruzada moderna pelo desbravamento dos caminhos dos ares e do progresso da aviação, dignos representantes das qualidades do povo português e arautos de um futuro em que o país podia colocar-se, novamente, na vanguarda das grandes realizações históricas. A sua proeza aparecia, na conjuntura difícil do pós-guerra, como a projecção de anseios colectivos de grandeza e de heroicidade que haviam de erguer bem alto o nome de Portugal. O país pequeno, pobre e fraco, que se tinha sacrificado brutalmente para marcar posição no teatro da Grande Guerra, redimia-se dessa imagem na viagem dos dois aeronautas, que vinha recordar os tempos heróicos da epopeia lusíada¹⁶⁷⁶. O poeta brasileiro M. Jarcy Monteiro sintetizou, de forma lapidar, os sentimentos e as memórias que a travessia aérea do Atlântico Sul desencadearam na época¹⁶⁷⁷:

*“E séculos após ressuscita na história
– Num impulso de fé revivendo uma raça –
Todo o grande esplendor do velho Portugal!”*

Heróis da ocupação

¹⁶⁷⁵ *Idem, ibid.*

¹⁶⁷⁶ A avalanche de homenagens que coroaram o feito dos dois heróis modernos e a grande comoção nacional provocada pela morte prematura e trágica de Sacadura Cabral, em 1924, encontram-se exaustivamente documentadas pela imprensa da época, nomeadamente nos principais jornais diários da capital e na revista *Ilustração Portuguesa*. No capítulo sobre a iconografia mostrámos o impacto da proeza ao nível da estatuária, selos, medalhas, etc.

¹⁶⁷⁷ Pinheiro Corrêa, *Sacadura Cabral, Homem e Aviador*, Lisboa, Edição do Autor, 1964, p. LXXI

Remonta ao último quartel do século XIX o culto do heroísmo dos exploradores africanos e dos militares que tiveram um papel decisivo na ocupação colonial. Existia uma longa tradição de exploração do interior do continente africano, em que se tinham distinguido comerciantes sertanejos e pombeiros negros que precederam as expedições científicas. Mas a corrida a África decorrente da Conferência de Berlim e o início do colonialismo moderno obrigaram a desenvolver um esforço sistemático de reconhecimento dos territórios africanos e de ocupação efectiva. Foi nesse contexto que se realizaram as principais viagens de exploração portuguesas e nomes como o do major Serpa Pinto, de Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens passaram a simbolizar o espírito de aventura, a audácia, a coragem e o enorme sacrifício que eram necessários para construir o novo império, “no chão virgem da terra africana”, como rezava o *Hino do Centenário da Índia*. Depois das grandes expedições da primeira metade da década de oitenta, sucederam-se as mais pequenas com fins imediatos e orientadas para os pontos mais sensíveis da disputa com as outras potências coloniais europeias¹⁶⁷⁸. Deste modo, Paiva de Andrade, Vítor Córdon, Artur de Paiva, Paiva Couceiro, António Maria Cardoso foram protagonistas de expedições com fins prioritariamente políticos e militares. O eco dessas acções chegava à imprensa da metrópole e alimentava o imaginário dos portugueses com novas epopeias.

Dois homens ficaram na memória nacional como símbolos dessa gesta contemporânea e heróis da ocupação: António Enes e Mouzinho de Albuquerque. Significativamente, ambos exerceram a sua acção em Moçambique na mesma época e num contexto em que a soberania portuguesa esteve por um fio. A sua legenda de grandes homens é indissociável do papel que desempenharam na conservação do domínio português na colónia do Índico, em condições bastante adversas. E, apesar

¹⁶⁷⁸ Maria Emília Madeira Santos, “O problema das expedições e da ocupação na África Central” in Luís de Albuquerque (dir.), *Portugal no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 176

de remontar à própria altura dos principais acontecimentos a origem da admiração e do respeito que, por razões diferentes, suscitaram em determinados sectores da sociedade portuguesa, coube ao Estado Novo desenvolver o seu culto e promover os respectivos centenários, em 1948 e 1955. A mística imperialista que o regime procurou criar nas populações corporizou-se, de certo modo, nestas figuras e numa visão heróica do processo da ocupação colonial, que esteve bem patente na Exposição Histórica da Ocupação, realizada em 1937¹⁶⁷⁹.

Em 1946, comemorou-se o 50º aniversário do governo de António Enes, na Academia das Ciências. No discurso então proferido por Marcello Caetano, na qualidade de ministro das Colónias, foram resumidos os pontos fundamentais da imagem que o Estado Novo procurou cultivar do comissário régio de Moçambique: a ideia de um homem capaz de combater o pessimismo e os intuitos daqueles que viam na alienação da colónia ao estrangeiro a única solução possível; isto é, um patriota e um homem de acção que foi capaz de entusiasmar-se pela tarefa que lhe tinha sido confiada e descobrir as formas práticas de resolver os problemas. O seu magistral relatório sobre Moçambique tratou as mais diversas questões inerentes à administração e desenvolvimento da colónia e, na opinião do governante, conseguiu deixar “páginas definitivas” que ainda se podiam ler “com deleite e com proveito”¹⁶⁸⁰.

António Enes aliou às qualidades políticas e diplomáticas, uma notável capacidade de expressão como homem de letras que muito contribuiu para o sucesso do seu trabalho e para instilar a necessária dose de “optimismo e de esperança no ânimo do País doente”, na perspectiva de Marcello Caetano. “Mestre de energia” que soube apontar o caminho da valorização do império e combater o derrotismo, “pregando a fé no futuro, o culto da vontade criadora, a dignidade, o senso e o

¹⁶⁷⁹ Cf. *Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1937; *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIII, Nº 150, Lisboa, Dezembro de 1937

¹⁶⁸⁰ “Homenagem a António Enes” in *O Mundo Português*, Ano XIII, II série, nº 5-6, 1946, p. 277

equilíbrio na vida pública”¹⁶⁸¹. António Enes era um símbolo das grandes figuras que tinham conquistado, organizado e descrito o ultramar português, além de um exemplo para os administradores coloniais e governantes da época.

Assim, o vice-presidente da Câmara Municipal de Lourenço Marques salientou no seu discurso que António Enes era o “nosso Mestre e o nosso Guia”¹⁶⁸². Outro interveniente destacou que a lição não foi esquecida, de tal modo que passadas poucas dezenas de anos sobre a sua morte tinha sido realizada uma grande parte da obra que sonhara¹⁶⁸³. Os políticos coloniais do regime salazarista consideravam-se dignos herdeiros do comissário régio de Moçambique e traçavam o seu retrato idealizado como governantes, o próprio e o de António Enes, citando um excerto do relatório daquele:

*“Para governar a África Oriental Portuguesa, como ela deve ser governada, é preciso ter aptidões e zelo de administrador, saber de financeiro e economista, muitas vezes habilidade de diplomata, sempre actividade incansável, probidade inconcussa, muito tacto, muita prudência associada à energia, e até um temperamento refractário às paixões do clima, aos vícios do meio social e aos estonteamentos do poder. É preciso, em suma, ser um homem superior, e a superioridade não se cose à farda com galão dourado”*¹⁶⁸⁴.

Nalguns artigos da imprensa de Lourenço Marques constata-se que o centenário de António Enes foi pretexto para críticas subtis ao sistema de administração das colónias, tomando por base as ideias desenvolvidas pelo antigo comissário no seu relatório. Dois aspectos foram destacados: o problema da

¹⁶⁸¹ *Idem*, p. 282

¹⁶⁸² “Comemoração do Centenário de António Enes” in *Boletim Geral das Colónias*, Ano XXIV, nº 281, Novembro de 1948, p. 121

¹⁶⁸³ *Idem*, p. 123

descentralização e o financeiro¹⁶⁸⁵. Duas questões que eram, na verdade, cruciais para o desenvolvimento da colónia e para os interesses das elites locais.

Em relação ao percurso de António Enes foi várias vezes referido o facto de ser um homem pobre que conseguiu elevar-se à custa do seu trabalho e da sua inteligência, enfrentando reveses e intrigas¹⁶⁸⁶. A sua actividade plurifacetada também foi enaltecida como exemplo da complexidade e riqueza da sua personalidade: “Contabilista – embora forçado –, jornalista, polemista, escritor, político, dramaturgo, estadista, colonialista, diplomata, António Enes revelou sempre na multiplicidade de funções que desempenhou um temperamento estranho e uma inteligência viva, a par de uma actividade prodigiosa”¹⁶⁸⁷. Em relação a Moçambique, ele foi o homem de letras que soube estudar os assuntos; o jornalista que soube expor o seu pensamento com clareza e ironia num relatório que se mantinha actual; o guarda-livros que soube organizar as finanças da colónia de modo a bastar-se a si mesma; o patriota que soube dirigir o esforço de guerra no sentido da vitória e da afirmação da soberania portuguesa na região¹⁶⁸⁸.

António Enes teve ainda o mérito de rodear-se de uma plêiade de homens de alto nível e dedicação, de uma “constelação de heróis; mas heróis em tudo: no valor individual e na competência profissional”, segundo as palavras do comandante militar da colónia¹⁶⁸⁹. Dessa elite de oficiais portugueses que serviram na campanha moçambicana distinguiam-se alguns nomes: Caldas Xavier, Aires de Ornelas, Freire de Andrade, Gomes da Costa, Henrique Paiva Couceiro, Eduardo Costa e Mouzinho de Albuquerque. O último elevou-se ao Olimpo das maiores glórias nacionais, mas

¹⁶⁸⁴ *Idem*, p. 125

¹⁶⁸⁵ A questão foi desenvolvida no primeiro capítulo – “Perspectivas e contextos”(pp. 132-133)

¹⁶⁸⁶ “O centenário de António Enes” in *Notícias*, Nº especial dedicado ao centenário, Lourenço Marques, 15 de Agosto de 1948, p. 25

¹⁶⁸⁷ “Editorial”, *ibid.*, p. 1

¹⁶⁸⁸ J. Santa Rita, “Lembrando António Enes”, *ibid.*

¹⁶⁸⁹ “Comemorações do centenário do nascimento de António Enes”, discurso do comandante militar da colónia, brigadeiro Soares Zilhão in *Notícias*, Lourenço Marques, 18 de Agosto de 1948, p. 8

todos eles se viram envolvidos numa legenda de heroísmo¹⁶⁹⁰. “Portugueses de ouro” do mais puro quilate, como os dos tempos das conquistas antigas, almas de soldados em que a valentia, a ousadia e a abnegação eram o condimento necessário do patriotismo. A sua dedicação não se exprimiu somente no exercício de funções militares e no campo de batalha. Excepto no caso do major Caldas Xavier, que morreu durante a campanha de Moçambique por doença, todos os outros desempenharam também funções políticas e administrativas que lhes granjearam maior fama.

Quanto ao início da legenda destas figuras, o relato que António Enes publicou sobre *A Guerra de África em 1895* teve uma importância considerável, alternando as narrativas dos preparativos das campanhas com “páginas ardentes de descrição de combates, de exaltação dos soldados e de lances de epopeia”, donde ressaltam nítidos os perfis dos heróis¹⁶⁹¹. Deste modo, se o relatório se pode considerar, na opinião de Marcello Caetano, “uma espécie de crónica do descobrimento de Moçambique para a colonização moderna”, o livro de memórias sobre as campanhas moçambicanas “pode dizer-se uma crónica da conquista”¹⁶⁹². O comissário régio responsável pelo governo da colónia na altura participa também da lenda de glória e de heroicidade dessa conquista.

Portugal tinha realizado ao longo do século XIX diversas campanhas militares no seu vasto e disperso império. Contudo, as campanhas modernas de ocupação efectiva só começaram em 1895, em Moçambique¹⁶⁹³. Vários factores se conjugaram para que assim fosse: o planeamento e a organização de toda a campanha de 1895-97, que constituiu o primeiro esforço sistemático para ocupar o interior; o envio de

¹⁶⁹⁰ Jorge Seabra, “O Império e as memórias do Estado Novo. Os heróis de Chaimite” in *Revista de História das Ideias*, vol. 17, 1995, pp. 45-52

¹⁶⁹¹ Marcello Caetano em “Homenagem a António Enes” in *O Mundo Português*, Ano XIII, II série, nº 5-6, 1946, p. 280-281

¹⁶⁹² *Idem, ibid.*

sucessivas expedições de tropas regulares, equipadas com o novo armamento; a utilização das facilidades logísticas e técnicas mais modernas para o avanço das tropas e coordenação das operações; a invenção de estratégias e táticas militares adequadas à nova realidade por uma elite de jovens oficiais que rapidamente compreendeu que tinha de inovar para vencer dentro de um prazo curto, dada a necessidade de afirmar a soberania portuguesa face às potências concorrentes. Os oficiais mais antigos propunham uma estratégia de cerco a Gungunhana que conduziria ao seu desgaste e derrota a médio prazo, enquanto os mais jovens, como Aires de Ornelas, defendiam a organização de colunas móveis que enfrentassem os vátuas em campo aberto. A mudança era possível graças às novas tecnologias de guerra decorrentes da segunda revolução industrial e já estava a ser posta em prática pelos militares ingleses, franceses e italianos noutras regiões de África. Os jovens oficiais encontraram em António Enes um comissário régio especialmente lúcido e inteligente que desempenhou um papel essencial no delinear de todo o esquema militar e logístico da campanha.

Assim, o principal enfrentamento foi entre as massas inimigas e o armamento moderno, com um extraordinário poder de fogo que permitia aguentar as cargas dos guerreiros vátuas. Os soldados portugueses formavam em quadrado para disparar em todas as direcções e com 3 ou 4 descargas podiam quebrar o ímpeto de uma força atacante calculada em 8000 a 10000 homens¹⁶⁹⁴. A desproporção das forças, depois tão mitificada, jogava a favor dos portugueses, porque um número relativamente pequeno de homens podia derrotar um inimigo muito mais numeroso, por causa da eficácia do armamento utilizado. As perdas portuguesas em combate foram proporcionalmente muito reduzidas, continuando as maiores baixas a verificar-se por causa das doenças que dizimavam as colunas militares nas longas e penosas marchas

¹⁶⁹³ António José Telo, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Cosmos, 1994, p. 175

¹⁶⁹⁴ *Idem*, p. 181

ou nos prolongados acampamentos. O novo armamento teve um efeito psicológico devastador sobre os africanos que foi habilmente explorado pelos militares, criando-se um clima de terror entre as populações.

Pelo contrário, os militares portugueses sentiram-se confiantes e as primeiras vitórias instigaram ainda mais o orgulho e os brios imperiais. Na metrópole, gerou-se um clima de euforia em torno da campanha moçambicana e um homem personificava o herói da ocupação – o capitão da arma de cavalaria, Joaquim Mouzinho de Albuquerque. Praticamente desconhecido, a notoriedade pública adveio-lhe do facto de ter sido o oficial que prendeu o régulo Gungunhana, em Chaimite. O episódio foi amplamente celebrado pela imprensa da época e aparecia aos olhos do cidadão comum como um acto de audácia, de coragem e de heroísmo ímpar. Mas não deixou de ser polémico: para uns, o gesto de Mouzinho de Albuquerque tinha sido uma loucura, um acto irreflectido que só por sorte dera certo; para outros, nomeadamente para António Enes, a prisão do chefe vátua não tinha o valor que lhe queriam imputar, visto que este já estava isolado, enfraquecido e praticamente derrotado, na altura¹⁶⁹⁵.

Chaimite foi o golpe final num homem que queria fazer a paz e “pegar pé”, como referiu Mouzinho de Albuquerque no seu relatório¹⁶⁹⁶. Muitos indígenas juntaram-se às reduzidas tropas portuguesas, mas a aproximação da zona onde se calculava estar o régulo ainda incutia tal medo que só avançavam pela força. Os africanos cercaram a povoação e um grupo de soldados portugueses, chefiados por Mouzinho, entrou na paliçada que rodeava cerca de três dezenas de palhotas. Os homens que acompanhavam Gungunhana não reagiram e ninguém fez fogo. O régulo

¹⁶⁹⁵ Nas suas memórias António Enes escreveu: “O leão já tinha os dentes partidos e as garras limadas quando se lhe deu combate cara a cara. Em Coolela já lhe refileavam os mastins, que um seu olhar severo punha antes em convulsões; em Chaimite até burros lhe davam coices”. Citado por general Ferreira Martins, *Mouzinho*, 2ª ed., Lisboa, Edições Excelsior, 1965, p. 86

¹⁶⁹⁶ Mouzinho de Albuquerque, *Livro das Campanhas*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1935, p. 19

ainda estava convencido que era possível negociar com os portugueses. Mas o objectivo do capitão era humilhar o “leão de Gaza” e aprisioná-lo em frente dos africanos. Prendeu-lhe as mãos e obrigou-o a sentar-se no chão; de seguida, mandou fuzilar o tio Quêto e o “induna” Manhune. Só depois da morte do primeiro, Gungunhana perdeu a arrogância que tinha continuado a mostrar perante os portugueses, segundo o relato de Mouzinho. A possibilidade de êxito da acção não era garantida e os oficiais que seguiram o capitão tinham consciência que o “menor contratempo teria como resultado o sacrifício das vidas de quantos europeus marchavam”¹⁶⁹⁷. Apesar disso, cumpriram todas as ordens e arriscaram a vida num lance em que o cálculo e o risco andaram a par.

Posteriormente, o feito de Chaimite foi apresentado como um acto preparado, reflectido e lógico, que estava longe de ter sido uma completa loucura¹⁶⁹⁸. Mas, na época, a aura romântica do gesto residia na imagem de um punhado de homens, com o grande Mouzinho à testa, enfrentando de peito aberto o perigo, com desprezo pela própria vida. “Doido também chamam a este bravo soldado. Sim, talvez. Doidos teem sido todos os heroes, todos os santos, todos os grandes poetas, todos os martyres por uma idéa e por uma crença”, escrevia-se numa revista em 1897¹⁶⁹⁹. Acto em que outros viram bem reflectida a personalidade de Mouzinho de Albuquerque: “risco violento, acção fulminante, triunfo espectacular, tudo ajustado ao gosto de quem aconselhava aproveitar, na vida e na guerra, as ocasiões e «cair-lhes em cima como um milhafre sobre a presa”¹⁷⁰⁰. Numa carta a António Enes, já o capitão mostrava a sua disposição no ano em que chegou a Moçambique, afirmando que podia contar

¹⁶⁹⁷ *Idem*, p. 37

¹⁶⁹⁸ Cf., *Mouzinho de Albuquerque, sua acção em Moçambique*, Conferência realizada em sessão especial em a noite de 1 de Fevereiro de 1902, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1902; General Ferreira Martins, “Mousinho, herói reflexivo” in *O Mundo Português*, nº 73, Janeiro de 1940

¹⁶⁹⁹ “As novas victorias em Africa. Mousinho de Albuquerque” in *Branco e Negro*, nº 71, Lisboa, 8 de Agosto de 1897

¹⁷⁰⁰ Alberto Martins de Carvalho, “Albuquerque, Joaquim Mouzinho de” in Joel Serrão (dir), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, Iniciativas Editoriais, 1979, p. 76

com ele “para tudo por mais doidamente arriscado que [fosse] o empreendimento”¹⁷⁰¹. Não era alheio a este comportamento uma certa mística cultivada pela arma de cavalaria que tem como lema: “Morte ou Glória”¹⁷⁰².

Contudo, não foi só Chaimite que granjeou a Mouzinho de Albuquerque a fama de herói, em especial junto dos seus companheiros de armas. Ele teve um papel decisivo na introdução da cavalaria nas guerras de África e na invenção de táticas para tornar rendíveis os serviços desta arma, adequadas às circunstâncias particulares em que se processava a guerra no terreno¹⁷⁰³. Não ficou manietado pelas lições dos manuais, revelando excepcional capacidade de organização, de improviso, de adaptação às dificuldades e uma inesgotável energia. Segundo Aires de Ornelas, tinha nascido para ser chefe: “[...] a coragem, o senhorio de si próprio constante, mesmo em face da morte, não é outra coisa senão a capacidade de *agir*, de transformar sempre e naturalmente o *conceito* em *acção*. Esse dom, essa verdadeira qualidade mestra na vida, faz de todo o homem de guerra [...] um homem de governo por excelência. Em todos os grandes cataclismos do mundo eles foram *homens d’ordem*”¹⁷⁰⁴. Os nomes das etapas das campanhas moçambicanas, das vitórias das forças portuguesas enchiam as páginas dos jornais. O homem tornou-se um símbolo do orgulho nacional e foi agraciado com inúmeras condecorações.

Logo em 1896, foi promovido a major por distinção e tomou posse do cargo de governador-geral de Moçambique. A par da missão de ordem militar, tinha de preocupar-se também com a administração e a diplomacia. No Norte de Moçambique, combateu a revolta dos namarrais; no Sul, teve ainda de enfrentar a

¹⁷⁰¹ Citada pelo Doutro Artur Águedo de Oliveira, no *Livro do centenário de Mouzinho de Albuquerque*, p. 181

¹⁷⁰² Coronel J. Lúcio Nunes, *Mouzinho de Albuquerque, herói de África*, Lisboa, 1955, p. 19

¹⁷⁰³ António José Telo, *op. cit.*, p. 189

¹⁷⁰⁴ Ayres de Ornelas, *Mouzinho de Albuquerque, sua acção em Moçambique*, Conferência realizada em sessão especial em a noite de 1 de Fevereiro de 1902, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1902, p. 25

reacção de Jambul e de Maguiguana, respectivamente tio e irmão do régulo preso. A morte deste último em combate, depois de renhida perseguição da cavalaria, acabou com a resistência dos vátuas à ocupação portuguesa. Se no plano militar as questões avançavam de feição, no político surgiram dificuldades inesperadas por causa da publicação de um decreto que limitava os seus poderes. Por esta razão, o “homem grande” de Moçambique¹⁷⁰⁵ acabou por se demitir do cargo.

O regresso a Portugal foi amargo: “Mouzinho volta desalentado, ferido no seu brio e desconsiderado, em 2 de Agosto, passando à disponibilidade por decreto de 10 de Setembro de 1898”¹⁷⁰⁶. Era um homem ainda vigoroso, de 42 anos, e um herói... sem ocupação imediata. Tinha sido nomeado ajudante de campo de D. Carlos e foi colocado no Estado-Maior da Arma de Cavalaria. No final daquele ano, o rei nomeou-o aio do príncipe herdeiro. Em 1899, passou a oficial-mor da Casa Real e de ajudante de campo honorário a efectivo. Em 1901, foi promovido a tenente-coronel do Estado-Maior de Cavalaria. Parecia reservado para funções honoríficas e palacianas, mas havia quem acalentasse a esperança de vê-lo a “endireitar” o país. Aires de Ornelas refere, no prefácio das memórias do marechal Gomes da Costa, que Mouzinho “pensou, é certo, na constituição de um governo militar apoiado no Exército que então teria um comando em chefe fora da política partidária”, mas o rei D. Carlos nunca julgou que fosse possível constituir um governo sem o apoio de uma organização política¹⁷⁰⁷. Os projectos goraram-se e Aires de Ornelas não poupou as críticas ao regime e aos políticos da época, na conferência que proferiu na sessão especial da Sociedade de Geografia após a morte de Mouzinho de Albuquerque: “Se o homem de guerra tem a veracidade do forte, o político profissional, na phrase aspera de Carlyle, tem a falsidade do fraco. A longa gerencia d’essa falsidade e d’essa

¹⁷⁰⁵ Expressão africana que foi utilizada por Águedo de Oliveira num artigo evocativo, inserido no *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*, p. 175

¹⁷⁰⁶ Coronel J. Lúcio Nunes, *op. cit.*, p. 20

¹⁷⁰⁷ Marechal Gomes da Costa, *Memórias*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1930, p. XVIII

fraqueza preparou o terreno e lançou os fundamentos da bancarrota material e moral em que nos debatemos”¹⁷⁰⁸. Mouzinho era o homem que alguns sectores militares e políticos viam como um provável salvador do país¹⁷⁰⁹.

O seu final trágico permaneceu sempre um enigma. Gesto trágico de herói romântico, que não foi invulgar na época, revelava um perfeito desprendimento da vida, se não mesmo uma certa atracção pela morte, segundo vários testemunhos. Mas foi visto, sobretudo, como o resultado da impotência do grande homem face ao ambiente mesquinho que encontrou na capital. Desajustado do seu tempo, era mais um exemplo da longa série de heróis que foram vítimas das intrigas e da incompreensão – “a má vontade e a inveja atiravam-no para os braços da morte”¹⁷¹⁰. Na altura, especulou-se também sobre um desentendimento com o rei D. Carlos por causa da educação do príncipe. O homem, que tinha sonhado com tantas mortes heróicas em combate, acabou por resignar-se na inacção da paz a um suicídio¹⁷¹¹. Na narrativa romanceada do acontecimento, Júlio Dantas imaginou-o com o livro de Paul Bourget, *Cruelle Enigme*, caído ao seu lado e logo a história passou a fazer parte da lenda. Mas foi uma morte de derrotado, de alguém que se deixou vencer pela adversidade das circunstâncias e, num acto tresloucado, pôs fim à própria vida.

Este fim pouco glorioso teve um efeito ambivalente no mito de Mouzinho: por um lado, conferiu à sua história laivos de tragédia e, por outro, foi uma mácula, porque não está conforme com o ideal viril e guerreiro do homem capaz de enfrentar a realidade e contraria os princípios cristãos. Apesar da desculpabilização que é feita pela maior parte dos autores e dos intervenientes nas comemorações em relação ao

¹⁷⁰⁸ Ayres d’Ornellas, *op. cit.*, p. 26

¹⁷⁰⁹ O republicano João Chagas recordou a época do seu regresso de Moçambique escassos anos volvidos: “A nação espera-o. Não é apenas um heroe: é já um Messias. Á lenda do seu feito, junta-se o prestígio da sua valentia pessoal, e os portugueses, de longa data jungidos ao providencialismo dos grandes homens, aguardam o seu regresso como o de um redemptor.” (*Homens e factos*, Coimbra, 1905, p. 114-115)

¹⁷¹⁰ Coronel Faria de Morais in *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*, p. 82

¹⁷¹¹ Júlio Dantas, *Pátria Portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1916, p. 209

seu gesto, fica nas entrelinhas e nos silêncios a mágoa pelo facto do grande homem não ter tido um fim mais digno da sua legenda heróica.

O republicano Júlio Dantas considerou o suicídio um acto feminino, apesar de não esquecer que Mouzinho “tinha caído, afinal, na teia de aranhas das intrigas da côrte”¹⁷¹². O Coronel Faria de Moraes interrogava-se se Mouzinho não pensou “que o sacrifício da sua vida seria um apelo à honra da nação!...”¹⁷¹³. Um articulista do *Diário de Notícias* referiu-se ao “mal do tempo”, o pessimismo, a descrença, o derrotismo fatalista que minavam todas as almas¹⁷¹⁴. Nesse aspecto, Mouzinho era um homem do seu tempo e possuía um temperamento contraditório, de acordo com o seu íntimo amigo Luís de Magalhães: um agitado, um exaltado, sob a aparência de homem imperturbável; uma sentimentalidade quase feminil temperando a energia inflexível; obstinado e teimoso, “era, às vezes, dócil como uma criança; homem de acção, tinha indolências, apatias de sonhador; afectando, como Napoleão, o desprezo dos ideólogos, era um espírito tão fino como culto, uma rara inteligência sempre em actividade, um curioso de ideias, um intelectual na mais pura acepção do termo; espírito positivo e forte, era acessível à influência da imaginação ilusória; ambicioso, era um desinteressado; a sua vontade rectilínea e firme tinha colapsos, incertezas e desfalecimentos”¹⁷¹⁵.

A maioria dos autores, contudo, considerava que Mouzinho de Albuquerque soube colocar ao serviço da nação todo o vigor da sua energia e seguir os grandes exemplos do passado. Neste ponto, era um homem desajustado da sua época, um “herói antigo, símbolo das virtudes permanentes da Raça e mestre do nacionalismo vibrante, que aquece a alma das gerações que sobem para o serviço do País”¹⁷¹⁶. Assim, de forma um tanto rebuscada se recuperava o essencial da imagem mitificada

¹⁷¹² *Idem*, p. 209 e 206

¹⁷¹³ *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*, p. 83

¹⁷¹⁴ *Cit. Idem*, p. 232

¹⁷¹⁵ *Idem, ibid.*

do herói dos danos provocados por aquele tiro suicida que o tinha prostrado no seu trem. Mas outros preferiram manter sobre o assunto um pudico silêncio, como o coronel J. Lúcio Nunes nas achegas para a biografia de Mouzinho de Albuquerque, publicadas no ano do centenário¹⁷¹⁷.

Afonso Lopes Vieira evocou Mouzinho no seu livro de poemas sobre Portugal, como “alto deslumbramento” da sua juventude¹⁷¹⁸. O capitão foi, realmente, o assombro de uma geração nacionalista que viu no império a herança e o destino do país. Por isso, era o perfeito “cavaleiro, letrado e gentleman”, o “novo Albuquerque”, que viveu em “época tão triste” e soçobrou na selva de “infinitos Gungunhanas” que era, afinal, a “Lisboa das centrais repartições”. “Nostálgico do mando”, “cheio de glórias e desempregado”, o herói lançou-se no “abismo”, só de bem com a sua alma e a sua “Mulher cheia de graça”. Lopes Vieira resumiu neste poema a imagem de Mouzinho, conservada pela memória de uma geração que ainda o tinha conhecido como herói e *dandy*, de “jaleca e chapéu largo, enrolando um cigarro”, e dizendo – “Ah! Como maça a gente o ser-se herói...”¹⁷¹⁹.

No ano dos Centenários, quando o Afonso Lopes Vieira deu à estampa este e outros poemas sobre os heróis nacionais, Marcello Caetano fez uma prelecção aos jovens da Mocidade Portuguesa, de que era Comissário Nacional na altura, junto da campa do herói de Chaimite, na cerimónia comemorativa do aniversário do feito,

¹⁷¹⁶ *Idem*, p. 233

¹⁷¹⁷ De forma lacónica, concluiu o seu relato com uma simples frase: “Faleceu a 8 de Janeiro de 1902, ingressando na História, que o imortalizou” (Coronel J. Lúcio Nunes, *op. cit.*, p. 21)

¹⁷¹⁸ Do livro, então no prelo, “Onde a Terra se acaba e o Mar começa”, in *Gil Vicente*, vol. XVI, Janeiro-Dezembro, Guimarães, 1940, p. 161

¹⁷¹⁹ *Idem, ibid.*, p. 162. O republicano João Chagas, menos permeável aos mitos, considerou Mouzinho “um filho da Sorte. Sem o seu *bello gesto* de Chaimite, não teria sido arrebatado às culminancias d’onde se despenhou para o abysmo de uma morte cruel, e seria talvez feliz, bem mais feliz do que foi”. Na sua análise do carácter do homem viu-o como um indivíduo conciliado com a vida, que não se esquivava à curiosidade das gentes e procurava as distrações, a boa-mesa, os amigos, as rodas elegantes. Tinha hábitos de dandismo e a sua devoção pela carreira militar estava longe de indicar a “existência de uma natureza transcendente”. O suicídio é, por conseguinte, um enigma. Mas a moral

justamente intitulada “Mouzinho, Capitão da Mocidade”¹⁷²⁰. A sua visão marcadamente ideológica já estava distante do homem de carne e osso. Começou por evocar a imagem do herói a cavalo, “direito na sela, a face tisonada sob a aba larga do chapéu e os olhos profundos iluminados pela visão do combate que se aproxima...” A pose concentrada de um milhafre que espera o momento propício para se lançar sobre a sua presa. O oficial de cavalaria era um modelo perfeito de “homem de escol”, dotado de imaginação e larga cultura, ardendo no “fogo quente dos ideais”; “um grande construtor imperial”, cujo campo de acção ideal foram os vastos sertões africanos. Na guerra aplicou as regras tradicionais da arma de cavalaria – “resolução, audácia, mobilidade” – e, deste modo, prendeu o régulo Gungunhana, penetrando “sózinho, a peito descoberto, na cidadela do poderoso inimigo”. Em seguida, como governador-geral da província de Moçambique demonstrou o talento de um homem de Estado: “Ninguém antes de Mouzinho soubera pôr com tamanha inteligência, clareza e senso prático, os problemas políticos, económicos, administrativos, financeiros e militares da colónia. Era um intelectual que sabia agir. Era um homem de acção que sabia pensar”¹⁷²¹. Por fim, revelou-se um guia dos jovens, pois foi preceptor do príncipe herdeiro e deixou-lhe uma mensagem fundamental, estribada no seu “exemplo de chefe e de soldado sem par”. Os que o acompanharam nos combates e no governo de Moçambique formaram a “escola de Mouzinho”: “Escola de patriotismo, de sacrifício, de lealdade, de disciplina, de desinteresse, de ideal...” Era a ela que deviam pertencer todos os jovens da Mocidade Portuguesa, cerrando

da história é que “a glória como a fortuna, rapidamente adquiridas, raro trazem felicidade” (João Chagas, *Homens e factos*, Coimbra, 1905, p. 111-117)

¹⁷²⁰ O discurso foi publicado pela revista *O Mundo Português* (nº 85, Janeiro de 1941), reeditado por *A Voz Portalegrense* (12 de Novembro de 1955) e inserido no *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*, pp. 207-210

¹⁷²¹ *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*, p. 209

fileiras em torno do herói para “perpetuar o seu espírito na Eternidade”. E concluía a lição moral afirmando: “Com tal Chefe não há que temer: segui-lo, é vencer”¹⁷²².

Em 1953, estreou o filme de Jorge Brum do Canto sobre *Chaimite*, com o sub-título *A Queda do Império Vátua*, apresentado pelo próprio realizador como “um documentário retrospectivo, ligado por um fio romântico”¹⁷²³. O filme era um projecto antigo de Brum do Canto que se inspirou nos clássicos de cinema de aventuras colonialistas, nomeadamente em filmes americanos e britânicos que tinham feito época na década de trinta¹⁷²⁴. Mas surgiu numa altura em que este género já tinha sido ultrapassado pelas circunstâncias do pós-guerra, quando os impérios se começaram a desmoronar e os países colonizados a ganhar o direito à sua autodeterminação. Por isso mesmo acabou por ser utilizado no combate ideológico que o regime travou contra os rumos da história. Foi, afinal, o único filme português que procurou retratar a epopeia da ocupação colonial, em grandes cenas de acção militar rodadas no cenário africano. Mobilizou consideráveis meios financeiros, humanos e técnicos, destacando-se no panorama do cinema nacional. O recurso ao grande plano e ao contra-picado são constantes no filme, para expressar o recorte mítico dos seus protagonistas¹⁷²⁵. O filme foi patrocinado pelo “Fundo Nacional do Cinema” e recebeu o grande prémio do Serviço Nacional de Informação, além do prémio da melhor interpretação masculina para o actor Emílio Correia, que representou a figura de um colono que servia de intérprete nos contactos com os africanos.

Os acontecimentos históricos foram reconstituídos com algum cuidado, se bem que dentro de um quadro ideológico que visava enaltecer a acção dos portugueses. Os ingleses aparecem de forma caricaturada, na personagem de um indivíduo com

¹⁷²² *Ibid.*, p. 210

¹⁷²³ “Jorge Brum do Canto volta com Chaimite” in *Imagem*, Revista Popular de Cinema, nº 2, 15 de Novembro de 1950, p. 12-13

¹⁷²⁴ Manuel Cintra Ferreira, “Chaimite/1953. Um filme de Jorge Brum do Canto”, Cinemateca Portuguesa, 24 de Março de 1997

funções diplomáticas, acompanhado por uma aventureira, de tipo extravagante e de má nota. O seu papel consiste em salientar o poderio dos vátuas e apoucar os portugueses. A figura masculina afirma mesmo, a dado passo, que os portugueses teriam feito bem em vender Moçambique. Os africanos são apresentados como “selvagens” aguerridos e capazes das piores atrocidades ou, sob o fogo das batalhas, como turbas fugindo espavoridos; são manhosos, traiçoeiros, desleais para os portugueses, mas há também o negro amigo que vem avisar do ataque que estava em preparação.

Os portugueses dividem-se em dois grupos fundamentais: o estado-maior de António Enes, ao qual se vem juntar depois o coronel Galhardo e Mouzinho de Albuquerque, com a suas tropas, e os colonos. Brum do Canto não personalizou a acção histórica numa única figura, dando conta do ambiente de cooperação, de planeamento, de cuidada preparação logística que foi necessário para derrotar os vátuas. Mas algumas figuras sobressaem no desenrolar das principais cenas: António Enes, o major Caldas Xavier, Paiva Couceiro – representado pelo próprio realizador – e Mouzinho de Albuquerque que brilha logo à chegada pelo garbo que soubera comunicar aos seus soldados. Em seguida, a figura do herói avanta-se no episódio que deu o nome ao filme, na recepção apoteótica da sua coluna com os prisioneiros em Lourenço Marques, no gesto de nobreza e solidariedade em relação à família do major Caldas Xavier, que morreu por doença, e no último combate contra os vátuas, comandados por Maguiguana, em que investe numa formidável carga de cavalaria contra os guerreiros africanos. A esposa, D. Maria José, acompanha o herói na qualidade de companheira solidária, plena de bondade e capacidade de sacrifício.

A nota do heroísmo colectivo dos portugueses domina toda a história: heroísmo dos militares, oficiais e soldados; heroísmo dos colonos que se fixaram nos sertões

¹⁷²⁵ J. Matos-Cruz, “Chaimite/1953. Um filme de Jorge Brum do Canto”, Cinemateca Portuguesa, 4 de Fevereiro de 1993

africanos, enfrentando as piores dificuldades e a guerra com valentia e energia. Todo o ambiente respira um clima de exaltação, de orgulho, de vontade de vencer e de não deixar mal visto o nome de Portugal. Os portugueses são briosos e solidários entre si, de tal modo que mesmo os dois homens que são rivais no amor ficam amigos no campo de batalha. Numa atitude nobre, decidem sujeitar-se à escolha da mulher amada, sem que a decisão interfira na sua recente amizade. Os recém-casados vão para o interior colonizar as terras ocupadas e realizar o sonho de uma vida rural – uma casa, ao pé de um ribeiro, com campos em volta para lavrar e a conquista de uma felicidade idílica. O casal jovem, cheio de vitalidade e feliz, é a imagem idealizada dos colonizadores portugueses. A figura de Mouzinho é a representação mais forte do garbo militar, da audácia e valentia que foi necessária para realizar as guerras de ocupação das colónias.

Quando dois anos depois se realizou o centenário do nascimento, o mito de Mouzinho tinha ganho a dimensão única que só o cinema pode dar às figuras e aos acontecimentos históricos. Mesmo assim houve quem considerasse, na altura, que o filme não tinha retratado, em toda a sua grandeza, a “epopeia” das campanhas moçambicanas e, sobretudo, a excelência do perfil do escol que dirigiu a empresa¹⁷²⁶. A excessiva valorização do herói de Chaimite não agradou a quem gostaria de ver mais salientada a importância do desempenho de uma elite, numa obra que foi mais colectiva do que individual. Contudo, sabemos que não só a linguagem cinematográfica tradicional deste tipo de fitas costuma distinguir certas personalidades mais emblemáticas, mas também era essa a visão que correspondia à mitificação posterior da história.

Os discursos do centenário limitaram-se a sintetizar os elementos fundamentais do mito de Mouzinho, conferindo-lhes uma sistematização e uma projecção maior do que tinha desfrutado até ao momento. A ideologia própria do regime salazarista foi o

¹⁷²⁶ *Idem, ibid.*

aglutinador de uma visão que tinha como preocupação central a defesa das colónias e enaltecer o espírito militar que, tendo presidido à sua ocupação, também era necessário para conservá-las sob a soberania portuguesa. A “escola de Mouzinho” foi um tema recorrente dos discursos e a carta dirigida ao príncipe herdeiro amplamente divulgada. O documento é, numa opinião várias vezes repetida, todo ele uma “extraordinária lição de patriotismo, breviário de devoção da pátria”¹⁷²⁷. Mas é também um incitamento ao futuro rei para se pautar pelos valores de uma vida de soldado, comandada pela ideia “fixa e pertinaz da glorificação do seu nome e da grandeza do Reino onde Deus os fez os primeiros entre os homens”¹⁷²⁸. Neste texto, Mouzinho revelou a sua admiração por D. Sebastião que, não tendo alcançado a ambicionada vitória, procurou uma morte gloriosa no campo de batalha – “Errou, é certo, mas a morte valente, expiatória e heróica, redime os maiores erros”¹⁷²⁹.

Revela-se, assim, um adepto do culto romântico e quixotesco do herói trágico que se sacrificou por um ideal. Não importa se esse ideal era inatingível, irrealista e perigoso para o futuro do país; ele redimiou-se do seu erro pela morte heróica. Com razão as mentes mais positivas viram, logo na época, neste exemplo uma perniciosa lição para o futuro rei e a necessidade de afastar o zeloso aio. Contudo, sabemos que a imagem do *Desejado* foi recuperada por conservadores e saudosistas na I República e tais ideias tiveram repercussão na formação ideológica dos quadros do regime salazarista. Reencontramos, em parte, o culto do desapego à vida e dos valores dos antigos cavaleiros, cruzados heróicos de causas cristãs e patrióticas, na decisão de resistir à ocupação da colónia de Goa pela União Indiana, em 1961. Puro acto de suicídio colectivo que o comandante militar do Estado Português da Índia, o general Vassalo e Silva, não se dispôs a cumprir - ao qual não seria alheio o cálculo político

¹⁷²⁷ *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*, p. 321

¹⁷²⁸ Transcrita no *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*, p. 16

¹⁷²⁹ *Ibid*, p. 17

de pôr à prova a imagem de pacifismo do governo indiano e suscitar a solidariedade dos países ocidentais¹⁷³⁰.

O maior conselho de Mouzinho para o jovem príncipe é o de ler, reler, meditar, estudar, meter bem na cabeça e no coração o exemplo dos antepassados ilustres. Assim poderia sonhar “com futuros de glória que se assemelhem a esse passado de grandeza”, extraíndo daí a força necessária para “dedicar-se por completo à causa pública, trabalhar sempre para os outros”. As qualidades que definem o soldado e ainda estão presentes no homem do povo são “a resignação, a coragem fria e disciplinada, a confiança nos superiores e, mais que tudo, a subordinação”¹⁷³¹; princípios de uma educação militar que os mais conservadores gostariam de estender a todos os cidadãos e que o Estado Novo procurou até certo ponto incutir na Mocidade Portuguesa. O rei devia ser o chefe desse exército e o mais abnegado de todos os subordinados, inteiramente devotado ao serviço da pátria. O rei correspondia à imagem que os dirigentes salazaristas procuraram cultivar de si. Mas noutros aspectos, ainda, havia uma confluência de ideário: a visão extremamente negativa do século XIX, “época bem desgraçada”; o culto da vontade e do sacrifício, associado ao heroísmo militar, na carta de Mouzinho; a concepção da sociedade como um exército bem disciplinado, de tal modo que a profissão mais nobre é a militar que “exige a anulação do interesse individual perante o da colectividade”¹⁷³². Esta carta, muitíssimo reeditada, transformou-se num elemento importante da legenda do herói – o “Mouzinho pedagogo”¹⁷³³ e homem de princípios que o inseriam numa genealogia de figuras históricas representativas das correntes autoritárias e conservadoras do nacionalismo português (Mouzinho, João Franco, Sidónio Pais e Gomes da Costa, o

¹⁷³⁰ “Índia, Estado Português da” in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, p. 459

¹⁷³¹ *Ibid.*, p. 18

¹⁷³² *Ibid.*, p. 19

¹⁷³³ António da Silva Gonçalves, “Mouzinho Pedagogo” in *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*, p. 235 e sgs.

herói do “28 de Maio”, que também tinha servido nas campanhas moçambicanas¹⁷³⁴). Este factor de ordem ideológica foi decisivo para que se alimentasse o culto de Mouzinho durante o Estado Novo, a par, como é óbvio, do papel desempenhado pelos sectores militares na sustentação social da sua memória.

Mouzinho foi “um português de Quinhentos no meio de uma sociedade decadente”¹⁷³⁵; “figura camonianiana”, segundo o professor Mário de Albuquerque, equiparada a Nun’Álvares e a Afonso de Albuquerque, com o qual brilha numa “epopeia igual”, segundo o hino do centenário¹⁷³⁶. Quando se procuram os exemplos estrangeiros vai buscar-se Robert Clive, “o criador do império inglês na Índia”, tal como Mouzinho tinha sido o “criador do império português em África”¹⁷³⁷. Evidente exagero e simplificação dos factos que é, geralmente, apanágio do discurso próprio dos momentos de celebração e da mitificação da história. O coronel Faria de Moraes, que estabeleceu o paralelo, destacou vários aspectos da legenda de ambos os heróis – o papel providencial, certas características da personalidade, pontos comuns no respectivo percurso, que terminou para os dois no suicídio. Mas Clive enriqueceu, enquanto Mouzinho foi “fiel à tradição dos seus antepassados, dos quais se dizia serem *muito valentes e muito nobres, muito inteligentes e muito pobres*”¹⁷³⁸. As origens de Mouzinho de Albuquerque foram objecto de polémica, mas fazia parte da biografia a ascendência nobre do herói. Alguns genealogistas remontavam a origem da família, pelo lado dos Albuquerque, a um neto do rei D. Diniz, D. João Afonso de Albuquerque, e, pelo dos Mouzinho, a “gente antiga e grada estabelecida em Castelo

¹⁷³⁴ Major Serpa Soares, “A lenda do grande cavaleiro” in *Revista de Cavalaria*, Centenário de Mouzinho de Albuquerque, 16º ano, nº 5-6, Outubro-Dezembro de 1955, p. 461

¹⁷³⁵ Manuel Dias Belchior, “Em vésperas de um centenário. A grandeza de Mouzinho” in *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*, p. 194

¹⁷³⁶ *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*, p. 45 e 74

¹⁷³⁷ Discurso comemorativo do coronel Faria de Moraes, inserto no *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*, p. 75

¹⁷³⁸ *Idem, ibid.*, p. 78

de Vide há muitos séculos”¹⁷³⁹. Os versos de Mécia Mouzinho de Albuquerque do coro do hino começam, precisamente, por referir – “Albuquerque e Mouzinho de Albuquerque / Netos os dois dum Rei de Portugal”. Estabelecem, deste modo, não só a paridade entre os dois heróis, mas também a ascendência comum.

Os dois aspectos fundamentais da representação de Mouzinho de Albuquerque como grande homem referem-se à sua acção como chefe militar e administrador colonial. Quanto ao primeiro, encarnou todas as virtudes já referidas que fizeram dele um exemplo como oficial e soldado ou, noutros termos, como homem talhado para mandar e para obedecer aos superiores hierárquicos, de acordo com a sua consciência de patriota. As mesmas qualidades revelou na forma desassombrada como pretendeu exercer o cargo de Comissário Régio e reformar toda a administração da colónia. Pelo modo como lutou para impor a sua visão do que devia ser o governo de Moçambique, ele foi “o leão encrespado contra as serpentes”, ou seja, a “esterilidade do partidarismo”, a “burocracia empatante” e o “palacianismo amolentador”¹⁷⁴⁰.

A sua demissão pedida por causa da limitação das funções do cargo foi “um acto de lealdade para com o rei e para com o povo de Moçambique”, foi “um acto de verdade para com o Rei e com a Grei”¹⁷⁴¹. E, apesar de não ter tido tempo de demonstrar as suas qualidades como governante, as atitudes que tomou e o seu relatório sobre Moçambique granjearam-lhe fama de homem de Estado. Ficou a ideia que se Mouzinho tivesse tido condições para governar a colónia “com poderes estáveis e sem impugnação e travagem burocrática, deveria ter realizado uma grande obra no domínio da produção, das obras públicas, finanças e da política indígena”¹⁷⁴². No combate político, Mouzinho permaneceu “*fiel à ideia nacional*”, em consciência

¹⁷³⁹ *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*, p. 39

¹⁷⁴⁰ Artur Águedo de Oliveira, “Joaquim Mouzinho – o “homem grande” de Moçambique” in *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*, p. 189

¹⁷⁴¹ General Afonso Talaia e Sousa Botelho, “Mouzinho de Albuquerque, O Chefe” in *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*, p. 223

¹⁷⁴² Artur Águedo de Oliveira, *op. cit.*, p. 190

antipartidária” e podia ter desembainhado a espada como fez o seu discípulo e companheiro de armas, Gomes da Costa, em 1926. Mas poderosas circunstâncias de ordem pessoal e política barraram-lhe o caminho, conduzindo-o ao gesto trágico com que pôs termo à vida.

A resposta à pergunta do general Júlio Botelho Moniz – “Onde estava e faltou a espada de Mouzinho?” – é, de certa forma, uma condenação retrospectiva do homem, apesar de todas as atenuantes sempre evocadas: a espada de Mouzinho faltou na hora de salvar a Monarquia e o país¹⁷⁴³. O grande homem “desistia, retirava-se, deixava aos outros”¹⁷⁴⁴. Não tinha a persistência e a paixão de mandar que implica a capacidade de exigir, sem desistência, obediência incondicional. O seu fim foi, pois, uma “desgraça”, “a queda final de uma vida gloriosa”¹⁷⁴⁵. Um acto que, no fim de contas, não enobrece o homem e que permanece um enigma na lenda do herói. Por isso, o seu desejo de ser sepultado em campa rasa no Mosteiro da Batalha, várias vezes recordado pelos seus admiradores e muito agitado no ano centenário, não chegou a ser concretizado pelas autoridades. De acordo com os preceitos católicos, os suicidas não podem ser enterrados em chão sagrado e não valia a pena chamar a atenção do público para o problema da morte do herói. Os restos mortais do homem continuaram a repousar no cemitério dos Prazeres, mas a sua memória ficou a brilhar mais alto depois do centenário¹⁷⁴⁶.

¹⁷⁴³ Artigo transcrito no *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*, pp. 225-228

¹⁷⁴⁴ Artur Águedo de Oliveira, *op. cit.*, p. 192

¹⁷⁴⁵ *Idem, ibid.*

¹⁷⁴⁶ Como referem os versos do Dr. José Cabral (in *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*, p. 319):

*Erguei-o numa praça, heróico, puro,
Tão alto que o vislumbrem do Passado,
Tão forte que o projectem no Futuro
Tal qual o foi na vida de soldado.*

Nós e os Outros

*Se as glórias do passado e os erros do presente
Servirem de lição e prova convincente;
Se o génio português, leal, cavalheiroso;
Se tornar mais prudente e menos generoso,
Se virmos no ultramar o que devemos ver;
ainda Portugal poderá vir a ser
a copia do que foi, impondo-se às nações,
como patria do Gama e patria de Camões¹⁷⁴⁷.*

Estes versos de um poema, cujo autor desconhecemos, foram publicados no âmbito do “Centenário da Índia” e voltaram a ser inseridos numa revista comemorativa em 1925. Entre uma data e outra tinham-se produzido grandes transformações na sociedade portuguesa, mas as comemorações dos centenários históricos da nação, em especial daqueles que estavam ligados à memória da expansão, continuavam a ser o momento privilegiado para se recordar as “glórias do passado” e incutir nos portugueses a vontade de recuperar a grandeza da pátria que era, obviamente, indissociável do aproveitamento das colónias. Pretendia-se estimular o orgulho nacional e criar um espírito de emulação em relação aos países europeus que serviam como paradigma de desenvolvimento, de progresso.

¹⁷⁴⁷ G.S., “Hontem, Hoje e Amanhã” (Do “Número comemorativo do 4º centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia”, publicado em Macau, em 1898) in *Gazeta das Colónias*, Nº Comemorativo do 4º Centenário da Morte de Vasco da Gama, Lisboa, 29 de Janeiro de 1925

O povo e a grandeza da nação

A mitificação da história e a visão dos portugueses como protagonistas de uma gesta colectiva, enunciada de forma simbólica pelas figuras do Gama e de Camões, faz parte da ideia de *nós* que é a base permanente e essencial de qualquer discurso comemorativo nacionalista, entre 1880 e 1960. Os portugueses vistos como entidade colectiva, como povo ou nação, são portadores das mesmas virtudes e qualidades que caracterizaram os heróis da sua “idade de ouro”. Tais qualidades podem estar adormecidas sob a influência de circunstâncias adversas, negativas para a expressão da verdadeira índole do povo ou das energias da “raça”, mas basta a acção de condições favoráveis para elas se revelarem em toda a plenitude. A leitura da história corrobora esta ideia, mostrando como os portugueses foram heróicos em momentos decisivos, como nas guerras pela independência nacional ou no teatro épico da construção dos vários impérios, mormente no continente asiático e na África.

Segundo a concepção mais vulgarizada, os heróis individuais são o fruto mais nobre do povo ao qual pertencem, a expressão mais elevada e sublime de virtualidades colectivas; são, se quisermos, uma espécie de espelho de *nós*, onde os povos foram ensinados a rever-se com orgulho e, por isso, é sempre difícil vê-los à luz nua e crua da realidade. Augusto Ribeiro escrevia, a 10 de Junho de 1880: “Sentimo-nos maiores, mais altivos, mais livres, ao ler aquella epopeia, que é a epopeia da nação”¹⁷⁴⁸; a obra camoniana é a expressão de uma “nação cavalheirosa e leal”, de uma pátria que tinha o “sentimento varonil da propria grandeza, o brio ousado, a valentia extremada, que fizeram os heroes da velha historia, os heroes immortaes que vivem ainda na memoria dos povos conquistadores”. Foi a “alma do povo” que inspirou tudo o que de “bom e justo e santo e nobre e heroico” se

¹⁷⁴⁸ “Homenagem a Camões”, in *Comércio de Portugal*, Lisboa, 10 de Junho de 1880, p. 1

comemora nos fastos da nação. As mesmas ideias foram retomadas nas várias celebrações nacionais e o sentimento era sempre igual: o orgulho de pertencer a “uma nação que, embora pequena, soube erguer-se entre as demais nações, praticando feitos tão arrojados e tão inauditos”, nas palavras de Costa Goodolphim¹⁷⁴⁹.

Em 1900, o almirante Vicente de Almeida d’Eça traçava um quadro lírico e idealizado da terra e da gente portuguesa, na oração pronunciada na sessão solene do centenário do descobrimento oficial do Brasil. Portugal era apresentado como uma terra de pequena dimensão, mas de natureza variadíssima e grande beleza; “terra cujos filhos são os sobrios minhotos e transmontanos, tão industriosos e activos, os destemidos beirões que resistiram a Roma e expulsaram as águias de Napoleão, os afanosos alentejanos que da lezíria e da charneca tiram productiva messe, os aventureiros extremenhos e algarvios que foram a Ceuta e foram a Malaca; terra que produziu Luiz de Camões, o Epico, e Nuno Álvares Pereira, o guerreiro santo” e os outros grandes heróis do panteão dos descobrimentos e das conquistas¹⁷⁵⁰.

Os cortejos cívicos já tinham procurado mostrar esse povo de costumes tão diversos e característicos, povo rústico e singelo, que foi a forja de tantos heróis. Mas foi na Exposição e no Cortejo do Mundo Português, em 1940, que a ideia de exhibir o povo português, com os trajes, as casas, os instrumentos de trabalho e as actividades mais típicas, teve uma importância fundamental no quadro das celebrações e dos vários tipos de discurso comemorativo. Na secção das Aldeias Regionais e na exposição da Etnografia Metropolitana queria mostrar-se um povo orgulhoso dos seus usos e costumes, um povo de tradições fortes e duradouras. Contudo, não pôde evitar-se uma visão folclorizada e estática, própria dos *clichés* da propaganda turística e do bilhete ilustrado, que aparecia aos olhos do visitante como uma representação

¹⁷⁴⁹ “Camões e a Patria” in *Comércio de Portugal*, Lisboa, 12 de Junho de 1880, p. 2

¹⁷⁵⁰ “Portugal e Brasil” in *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 18^a serie, nº 8-11, Agosto a Novembro de 1900, Lisboa, 1901, p. 405-406. Os outros heróis referidos são o Infante Navegador, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Afonso de Albuquerque.

idealizada da realidade. Dificilmente, os portugueses da capital e das províncias se poderiam identificar com aquelas figuras de museu. A imagem etnográfica do povo português era completada pela histórica, de povo de descobridores e grandes navegadores, de conquistadores e criadores de uma civilização própria, de irradiação e projecção mundial. O poeta nacionalista Silva Tavares di-lo de forma simples e em versos fáceis de repetir na *Ronda da Glória*, que foi feita para acompanhar o Cortejo do Mundo Português:

*Portugal, tão bom Soldado
como bravo Marinheiro;
pequeno mas nobre Estado
que, pelo seu Génio ousado,
foi senhor do Mundo inteiro*¹⁷⁵¹.

A ideia de um povo que tinha sido capaz de realizar uma empresa de uma envergadura incomparável na história da humanidade foi repetida até à exaustão. Ao mesmo tempo, ampliava-se de forma extraordinária a dimensão dos domínios portugueses. Falando em representação da Câmara Corporativa no âmbito das comemorações de 40, Abel de Andrade afirmava nesta ordem de ideias: “Fomos navegadores intrépidos. Descobrimos e avassalámos grande parte do globo”¹⁷⁵². Não era uma ideia nova, visto que já no final do século XIX a megalomania da “idade de ouro” da nação servia de paradigma para enaltecer o passado e desvalorizar o presente de “apagada e vil tristeza”, em particular no discurso das oposições político-partidárias ao regime e na visão decadentista que foi muito comum na época. Em relação à ideia mítica da grandeza e do esplendor do Portugal quinhentista toda a

¹⁷⁵¹ Silva Tavares, *Ronda da Glória*, Lisboa, Edição do Cortejo do Mundo Português, 1940, p. 95

¹⁷⁵² Cit. *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, nº 187, Janeiro de 1941, p. 47

realidade parecia mesquinha, sobretudo se aos olhos das elites portuguesas eram bem visíveis as dificuldades de afirmação da pequena nação face às potências europeias. As razões desses sentimentos já foram referidas¹⁷⁵³ e estenderam-se à I República, se bem que os discursos comemorativos tenham sempre procurado dar a ideia de que o país podia recuperar a perdida grandeza. Trata-se de um género de discurso optimista que, de modo geral, procura romper com a suposta atonia dos portugueses e recuperar a energia, o vigor, a fé que fizeram a grandeza da nação. No discurso ideológico do Estado Novo, o regime identificava-se plenamente com esse passado e a sua principal fonte de legitimidade advinha-lhe de ser o instrumento do engrandecimento de Portugal.

O tema da grandeza é, aliás, inerente ao discurso comemorativo. Só vale a pena celebrar aquilo que, por alguma razão, tem uma dimensão e um significado compatível com este termo – os grandes homens, os grandes acontecimentos, a grandeza da nação e do seu povo. Não há uma medida objectiva e única para aferir a ideia de grandeza em qualquer destes casos. Mas, em geral, o grande homem identifica-se pela realização de obras e acções que influenciam os destinos colectivos, seja no plano da marcha da civilização, de amplitude universal, que foi caro ao ideário liberal e republicano, ou no âmbito da nação e do império. Os dois planos não são incompatíveis, visto que o discurso nacionalista tende a atribuir aos feitos dos grandes homens nacionais uma projecção internacional, como vimos a propósito de vários heróis. Contudo, é evidente que a tónica universalista, ainda muito presente nos discursos do tricentenário de Camões, foi cedendo o passo a uma visão mais etnocêntrica e nacionalista, a partir dos anos 90, em resultado do impacto do *Ultimatum* e da competição internacional na corrida de África. Em qualquer caso, não podemos esquecer que as comemorações pretendiam valorizar os *nossos* grandes homens e mesmo quando se associaram às celebrações colombinas fizeram-no com o

¹⁷⁵³ I capítulo – Perspectivas e Contextos, pp. 64-73

objectivo de salientar a prioridade das navegações portuguesas e a influência decisiva que tiveram no descobrimento da América.

No caso dos grandes acontecimentos, não há dúvida que estes são prioritariamente escolhidos em função da importância que tiveram na edificação da nação e do império. Podemos distinguir os acontecimentos fundadores e refundadores da nação, os descobrimentos e conquistas da “idade heróica”, a Restauração, a exploração do continente africano e a ocupação colonial. Entre os primeiros, a memória habituou-se a destacar a batalha de Ourique, a de Aljubarrota e a conquista de Ceuta, representando qualquer deles um momento decisivo na vida da nação como corpo orgânico que procurou afirmar a sua autonomia e identidade própria no contexto da Península Ibérica. Vitória de D. Afonso Henriques, em 1139, na região de Ourique (Alentejo), contra um forte e poderoso exército muçulmano, segundo reza a tradição, e onde o príncipe foi pela primeira vez aclamado rei de Portugal; vitória de D. João I e do Condestável Nuno Álvares Pereira, em 1385, contra um igualmente numeroso e bem equipado exército castelhano nos campos de Aljubarrota, que permitiu manter a autonomia da coroa portuguesa; conquista de uma importante praça do Norte de África, em 1415, que foi identificada como um acontecimento refundador da nação, na medida em que se começou então a cumprir o destino imperial e ultramarino.

O episódio do aparecimento de Cristo na véspera da batalha de Ourique a D. Afonso Henriques é um mito de origem do primeiro quartel do século XV, de alguma forma ligado ao projecto da expansão e ao anúncio de um destino de grandeza para a nação¹⁷⁵⁴. A ideia de povo eleito para desempenhar uma missão transcendente no mundo e da especial protecção divina de que gozavam os portugueses acabou por interligar-se com este mito fundador. A polémica oitocentista desencadeada pela

¹⁷⁵⁴ Ana Isabel Buescu, “Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique” in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (org.), *A Memória da Nação*, Lisboa, Sá da Costa, 1989, p. 49-79

posição de Alexandre Herculano, que não se limitou a contestar o milagre e desvalorizou também a importância do acontecimento, marcou indelevelmente o futuro¹⁷⁵⁵. Por um lado, apesar da forte resistência dos sectores conservadores e com uma visão providencialista da história, o milagre de Ourique tornou-se indefensável como facto histórico; por outro lado, a posição radical de Herculano em relação ao significado do acontecimento, que estava longe de constituir uma “pedra angular da monarquia portuguesa”, foi posto em causa, logo no início do século XX, por Sampaio Bruno que notou o facto de quase ter escapado ao historiador o “sentido misticamente nacionalista e nacionalistamente místico da crença”¹⁷⁵⁶.

Foi neste sentido que a batalha continuou a ser valorizada por certos sectores nacionalistas, apostados em preservar as tradições, os mitos e as memórias susceptíveis de afirmar uma identidade nacional. Em 1940, realizou-se uma romagem ao local tradicional da batalha de Ourique e foi inaugurado um padrão comemorativo em Cabeço de Rei¹⁷⁵⁷. Em contrapartida, a batalha de São Mamede, que tinha representado a fundação, nas origens mais longínquas do sentimento da nacionalidade¹⁷⁵⁸, não foi objecto de evocação nos Centenários. Talvez por tratar-se de um conflito que opôs mãe e filho acabou por ser desvalorizado pela memória. Mas o recontro de Arcos de Valdevez foi comemorado com a inauguração de um padrão¹⁷⁵⁹.

¹⁷⁵⁵ Sobre a polémica e a memória histórica do século XIX ver: Ana Isabel Buescu, *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma Polémica Oitocentista*, Lisboa, 1987; Sérgio Campos Matos, *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 261-265

¹⁷⁵⁶ Sampaio Bruno, *O Encoberto*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1983, p. 253

¹⁷⁵⁷ *Comemorações Centenárias. Programa oficial*, Lisboa, 1940 (Ciclo medieval – 13 de Junho)

¹⁷⁵⁸ José Mattoso, “A primeira tarde portuguesa” in *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, 1985, pp. 11-35. Sobre a posição do autor em relação ao significado histórico de Ourique ver também: “A realeza de D. Afonso Henriques” in *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, 1987, pp. 228-229

¹⁷⁵⁹ *Comemorações Centenárias. Programa oficial*, Lisboa, 1940 (Ciclo medieval – 6 de Junho)

Os descobrimentos e conquistas comemorados em Portugal e nas colónias, no período analisado, já foram referidos, destacando-se na memória histórica da nação: os descobrimentos ditos henriquinos, celebrados no âmbito dos respectivos centenários, ou de forma autónoma, no caso da Madeira, dos Açores e da Guiné; o descobrimento da caminho marítimo para a Índia e do Brasil, regularmente comemorado desde a I República até 1952; a viagem de circum-navegação e a passagem do Estreito de Magalhães; as conquistas de Afonso de Albuquerque, em particular a reconquista de Goa, evocada anualmente no Estado da Índia, por estarem ligadas à fundação Império Português do Oriente; mas em relação às conquistas marroquinas somente se pretendeu celebrar a de Ceuta, pelo seu significado como marco do arranque da expansão portuguesa e acontecimento fundador do império. Apesar da imagem do povo de guerreiros ser um dos elementos importantes das representações sobre o que fomos, são raras as comemorações de batalhas, guerras e conquistas da “idade heróica” da nação. Outro ponto que merece ser destacado é que os portugueses, e julgamos que a maioria dos povos, não comemoram as derrotas. O exemplo mais flagrante é o da batalha de Alcácer-Quibir que, apesar de não ser celebrada, faz parte das memórias e dos mitos mais emblemáticos da nação, por via das profecias messiânicas a que deu origem.

As viagens para a América do Norte e pelo Extremo Oriente ficaram numa relativa obscuridade, talvez por falta de informação precisa e, sobretudo, pelo facto dessas regiões não fazerem parte dos territórios colonizados pelos portugueses, excepto no caso de Macau e de Timor. As viagens portuguesas para o Japão e os primeiros contactos foram praticamente esquecidos, apesar de terem dado origem a uma celebração anual em Tanegashima que só nas actuais comemorações, em 1993, foi descoberta por uma parte dos portugueses. A razão principal disso prende-se com o enfoque ideológico das comemorações que hoje contemplam, de modo geral, os contactos entre os povos, enquanto que antes privilegiavam os acontecimentos mais

ligados à afirmação nacionalista e imperialista do país. Por esse motivo certos temas somente agora ganharam uma importância relevante, como a viagem das plantas ou os intercâmbios culturais. A ecologia e o cruzamento dos olhares são tópicos de um discurso comemorativo que pretende ser planetário e humanista¹⁷⁶⁰.

Finalmente, entre os grandes acontecimentos modernos temos o processo da Restauração, entendido logo de início como um movimento de refundação da monarquia portuguesa e o retomar de uma legitimidade estabelecida pelo próprio Cristo em Ourique, por isso mesmo insofismável e indestrutível¹⁷⁶¹. Já referimos que, no século XIX, a comemoração do 1º de Dezembro esteve ligado à rejeição da ideia da União Ibérica e, posteriormente, manteve-se o feriado como uma espécie de sentinela ou bandeira dos sentimentos nacionalistas portugueses. No caso do Tricentenário da Restauração de Angola, a questão foi outra: criar uma memória histórica colonial, cujos acontecimentos fundadores eram as viagens de Diogo Cão, a reconquista de Luanda por Salvador Correia de Sá e as campanhas de ocupação. O processo militar que conduziu à efectiva criação do império africano, entre o final do século XIX e o início do seguinte, foi muito valorizado pelos vários regimes políticos, em particular pelo Estado Novo no quadro da sua estratégia defensiva para conservar estas colónias. A questão da exploração geográfica do continente africano foi remetida para segundo plano e esteve, sobretudo, presente na literatura de divulgação histórica ou em iniciativas comemorativas de impacto limitado.

Em última análise, para além das figuras e dos factos particulares, o que se celebra é a ideia de uma grandeza que os indivíduos só podem realizar através do sentimento de pertença a uma entidade colectiva – Nação, Civilização, Humanidade –

¹⁷⁶⁰ A expressão disso foi a escolha do tema da Expo98 – os oceanos – e o filme exibido no Pavilhão de Portugal, que deu um especial enfoque ao olhar do *outro* em relação a *nós*. Neste caso, é o olhar dos japoneses em relação aos portugueses do século XVI, a partir do notável documento que são os *biombos Nambam*.

¹⁷⁶¹ Ana Isabel Buescu, “Um mito das origens da nacionalidade: o milagre de Ourique”, in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (org.), *op. cit.*, p. 58

que os transcende e lhes pode fornecer tanto a sua identidade de cidadãos como o sentido da continuidade. Assim sendo, o discurso comemorativo é prioritariamente um discurso integrador sobre *nós* – povo ou nação – e sobre o lugar que ocupamos no mundo. A sua perspectiva é etnocêntrica e, entre 1880 e 1960, fortemente determinado por concepções ideológicas nacionalistas e pela ideia da superioridade da civilização europeia e ocidental. Mas é evidente que entre as concepções dos republicanos que promoveram o tricentenário de Camões, ainda eivados de ideias federalistas e do ideal da fraternidade universal, e a mística nacionalista e imperial do Estado Novo, apesar de ser meramente defensiva e não expansionista, há diferenças acentuadas.

Teófilo Braga escrevia a propósito das comemorações dos grandes homens: “Á medida que os povos vão constituindo uma collectividade pelas relações commerciaes e juridicas, pela comunhão scientifica e pelas vantagens industriaes, caem as barreiras materiaes que separam as nações; o homem sente-se solidario perante a humanidade e o velho preconceito, tão deploravelmente explorado do patriotismo, disciplina-se na conservação e desenvolvimento da característica nacional”¹⁷⁶². A ideia do alargamento das relações entre os povos, da solidariedade que ultrapassa as fronteiras e une todos os seres humanos, sem prejuízo das respectivas identidades nacionais, era um dos pilares da ideologia republicana. O centenário de Camões devia ser uma “grande festa da nacionalidade”, isto é, a celebração da individualidade, da autonomia e do contributo da nação portuguesa para o *progresso* da humanidade. Tudo aquilo que representasse um passo, dentro da visão laica e demoliberal, no caminho ascendente da humanidade – das trevas para a razão, dos compartimentos estanques para a livre circulação, da desigualdade para a igualdade entre os homens, do despotismo para a liberdade, da barbárie para a

¹⁷⁶² “O centenario de Camões em 1880” in *Commercio de Portugal*, Lisboa, 8 de Janeiro de 1880

civilização – e uma afirmação do mérito, da actividade criadora e positiva dos homens devia ser celebrado e até erigido em objecto de veneração pública.

Os republicanos comemoravam somente uma parte do passado da nação: aquele que era susceptível de ser inserido numa genealogia universal do progresso. A fundação da nação e todos os acontecimentos que tinham permitido a sua afirmação no mundo estavam dentro dessa condição, visto que esta era também entendida como um “factor historico de progresso”¹⁷⁶³. Os descobrimentos e a expansão ocupavam um lugar muito importante no quadro evolutivo que estabeleciam para o desenvolvimento da humanidade, inserido no movimento cultural e científico do Renascimento. Em 1897, Consiglieri Pedroso afirmava numa conferência realizada na Sociedade de Geografia que só merecem morrer os povos que por uma “criminosa indiferença, quasi equivalente a um covarde suicidio [esquecem] as paginas mais brilhantes da sua historia”¹⁷⁶⁴. E Magalhães Lima indignava-se com a frieza, má vontade e indiferença de muita gente em relação ao projecto do centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, afirmando que “Portugal parece ter perdido a consciencia do que foi, a consciencia da sua historia”¹⁷⁶⁵. A comemoração era uma forma de recordar aos portugueses o que foram, tendo em vista aquilo que os *progressistas* de vários quadrantes ideológicos, e não só os republicanos, desejavam para o futuro. Trata-se de uma afirmação nacionalista, é certo, mas centrada na ideia de valorizar o movimento geral de evolução da Humanidade e o contributo histórico dos portugueses para ele.

Na conferência referida, Consiglieri Pedroso sistematizava os pontos fundamentais da influência que os descobrimentos portugueses tinham exercido na

¹⁷⁶³ *Idem, ibid.*

¹⁷⁶⁴ Z. Consiglieri Pedroso, *Influencia dos Descobrimentos Portugueses na História da Civilização*, Conferência realizada na Sociedade de Geographia de Lisboa, no dia 26 de Novembro de 1897, Lisboa, 1898, p. 27

¹⁷⁶⁵ Magalhães Lima, *O centenário no estrangeiro*, Conferência realizada na Sociedade de Geographia de Lisboa, no dia 11 de Novembro de 1897, Lisboa, 1898, p. 9

história da civilização. Começou pela questão nacional: a expansão tinha sido a base da independência de Portugal, no contexto da Península Ibérica; doutro modo o país teria acabado por ser absorvido pela Espanha. Esta ideia era amplamente consensual na época e continuou a ser um elemento basilar do nacionalismo português. A identidade e a autonomia de Portugal como nação só foi possível mercê das navegações e do alargamento do território para fora das fronteiras europeias. Sem a histórica decisão de iniciar as conquistas marroquinas e o grandioso processo da expansão, o país pequeno e fraco não teria podido sobreviver como Estado independente. A grandeza da nação e do seu povo residia nesse gesto arrojado de enfrentar o Mar Tenebroso, o desconhecido, o perigo e as dificuldades de toda a ordem para poder sobreviver e ser autónomo.

Em seguida, o conferencista republicano destacou a influência dos descobrimentos nacionais no processo geral: Portugal abriu a “era da civilização atlântica” e provocou uma “revolução política”, mudando o centro do poder do Mediterrâneo para o Atlântico; uma “revolução comercial” e uma “revolução geográfica”, com as grandes navegações e descobertas. O poder, a economia e o conhecimento foram os elementos de uma mudança que representou um passo gigantesco para a humanidade e a civilização. Leia-se civilização europeia, ocidental, civilização da Renascença e das Luzes, da Razão e da Ciência. Na perspectiva positiva de Consiglieri Pedroso, os portugueses tinham dado um contributo inestimável para a implantação no mundo desse modelo de civilização, o que era uma suprema glória para qualquer povo e inseria Portugal, de acordo com a concepção evolucionista, no movimento geral do progresso humano.

A conclusão mais óbvia deste tipo de discurso comemorativo era que o povo português, tal como tinha demonstrado no passado, tinha condições para se impor ao respeito e admiração das outras nações. E não só, segundo Teixeira Bastos, os portugueses podiam e deviam preparar-se para “disputar á Europa e á America novos

louros, novos triunphos, nas lutas pacificas das idéas e dos pensamentos, no vasto campo scientifico e industrial, que se abre e offerece ao exercicio dos exploradores audaciosos do seculo XIX”¹⁷⁶⁶. O combate era, então, a luta pacífica contra a “decadência presente” e pela reorganização das sociedades segundo as ideias emancipadoras do sistema federativo, da Ciência e da Indústria. A nação tinha de estirpar do seu seio “o verme immenso que tem por cabeça a realeza e por corpo o clero, o militarismo, o favoritismo, a corrupção, o *deficit*, e todos os demais fructos da monarchia constitucional, espectacularo sophisma do absolutismo puro”¹⁷⁶⁷. Deste modo, o discurso comemorativo republicano assumia uma feição militante e de propaganda. O povo, que tinha atingido o maior auge da tenacidade, do valor e do heroísmo com o descobrimento do caminho marítimo para a Índia e a edificação de um império vastíssimo, podia libertar-se da atonia de uma existência sem grandeza e encetar uma vida nova. A República era o corolário indispensável dessa transformação social.

O discurso sobre *nós* típico da visão republicana continuou a assentar na ideia da singularidade das nações e da necessária colaboração entre todas com vista à realização de uma obra comum de “solidariedade scientifica e civilisadora”¹⁷⁶⁸. A individualidade portuguesa teve uma expressão ímpar na grande epopeia dos descobrimentos e da expansão. Assim, à pergunta – “O que é, com efeito, a Patria Portuguesa?” –, a comissão do centenário do nascimento de Camões respondeu recordando todos os grandes feitos dos portugueses e o antigo esplendor de Portugal. Essa imagem de um povo de navegadores, de descobridores, de soldados, de “herois” e de “genios” corresponde, afinal, a um padrão que atravessa várias ideologias e diferentes épocas. Pertence ao domínio da memória e da mitificação do que fomos, respondendo a uma necessidade de identificação colectiva. Mas os republicanos não

¹⁷⁶⁶ Teixeira Bastos, *Luiz de Camões e a nacionalidade portuguesa*, Lisboa, 1880, p. 55

¹⁷⁶⁷ *Idem*, p. 52

se esqueceram que as acções desses antepassados de proporções hercúleas, desses verdadeiros heróis foram por vezes manchadas pela “injustiça e as barbaridades”¹⁷⁶⁹.

A nação era principalmente o resultado da especificidade histórica e cultural de um povo, embora a influência das concepções positivistas e do darwinismo social tenha acrescentado a essa visão argumentos de carácter mesológico e étnico, nomeadamente na obra de Teófilo Braga¹⁷⁷⁰. Não obstante, tais ideias tinham um valor explicativo das idiossincrasias nacionais e não conduziam, no quadro do pensamento demoliberal, ao exclusivismo nacionalista. Pelo contrário, os republicanos subordinavam a nação a valores mais elevados, herdados do universalismo iluminista, como a justiça, a solidariedade do género humano, a ciência e a razão. O seu nacionalismo era temperado pela ideia de um processo mais amplo de evolução da humanidade, no qual as nações como Portugal deviam desempenhar um papel à altura do seu passado. A crença na perfectibilidade da espécie humana e uma concepção evolutiva da história eram a base de uma mundividência relativamente aberta, humanista e que se pretendia voltada para o futuro.

Tais concepções tiveram uma expressão importante no discurso comemorativo. O povo era o verdadeiro *sujeito* da história e, por conseguinte, da comemoração. Os centenários tinham tanto de celebração como de redenção do povo português, dando-lhe como paradigma o seu próprio passado reinventado. O objectivo consistia em formar uma consciência nacional com base na memória histórica e, além disso, uma nova mundividência assente nos valores caros à ideologia republicana. As comemorações inseriram-se no sistema mais geral da “demopedia” republicana¹⁷⁷¹, que teve no domínio do ensino o seu campo de intervenção fundamental. Nesta ordem de ideias, e dado que a distância entre as doutrinas e a

¹⁷⁶⁸ *4º Centenário do Nascimento de Camões, 1524-1924*, p. 3

¹⁷⁶⁹ Teixeira Bastos, *op. cit.*, p. 19

¹⁷⁷⁰ Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, 1991, p. 199

realidade era muito grande, a comissão do centenário de Camões pedia, em 1924, para os poderes públicos reorganizarem “o ensino, a educação moral, e assistência pública, de modo a continuar dignamente o esforço da Raça, que celebramos, e a estabelecer uma estreita solidariedade com o mundo civilizado, traduzida na prática da justiça social”¹⁷⁷². Devia ser esse o verdadeiro significado espiritual da glorificação do épico.

Todavia, a par desta perspectiva da comemoração tributária de valores iluministas, laicos e progressistas, desenha-se desde o tricentenário camoniano uma outra tendência de cariz conservador e tradicionalista. Já referimos antes que os partidos monárquicos, em especial os que estavam no poder, manifestaram uma grande desconfiança em relação ao centenário de Camões. O facto da iniciativa estar muito associada aos republicanos foi decisiva para essa reacção, mas também não podemos esquecer que a proposta fugia dos modelos comemorativos vulgares e apelava para valores que de alguma forma subvertiam a ordem tradicional. Esta continuava a assentar na exaltação dos príncipes, dos grandes homens de Estado e dos militares, vistos como o equivalente psicanalítico da figura do pai que vela pelos seus filhos. O monarca desempenhava nos ritos comemorativos um papel central, na qualidade de figura soberana e tutelar, de autêntico pai da nação.

Ora vimos como a ideia do cortejo cívico transferia o protagonismo da comemoração do rei e dos dignitários do regime para o povo, representado pelas câmaras municipais, por grupos sócio-profissionais e pelas mais variadas associações. A Monarquia Constitucional adoptou a ideia que não era, afinal, incompatível com os seus princípios mais gerais, mas foi visível a valorização da participação régia noutro género de cerimónias, como sessões solenes e inaugurações. Do ponto de vista dos ritos, a figura paternal do monarca, geralmente acompanhado pela família, tinha um

¹⁷⁷¹ *Idem*, p. 377

¹⁷⁷² *4º Centenário do Nascimento de Camões, 1524-1924*, p. 3

lugar privilegiado. Ao nível dos discursos, a personalização da história manteve-se como tónica e continuou-se a defender concepções providencialistas. A religião e as tradições ancestrais, entre as quais se incluía o próprio regime monárquico, eram valorizadas como factores de identidade da nação.

Numa óptica conservadora, “os povos não vivem só das esperanças do futuro e dos recursos do presente, mas também das reminiscências do passado”¹⁷⁷³. A tradição e a memória do que foram pode ser, e é nalguns casos, a base da existência das nações, como explicava o deputado monárquico Simões Dias no parlamento. No caso português, a “força do elemento tradicional ampara ainda esse velho guerreiro que se chama Portugal, e que deve o nome que tem, e algum respeito que lhe tributam ainda, ao seu antigo prestígio conquistado no Oriente através dos perigos marítimos com heroicidades tamanhas, que não chegaram as crónicas antigas para as trasladar para o papel”¹⁷⁷⁴. Passemos o exagero da retórica e retenhamos duas ideias: a visão guerreira da nação e a importância do passado na imagem e no prestígio presente do país. A nação perdeu a antiga “opulência” e “grandeza”, mas é preciso “honrar a memória d’aquelles que nos fizeram grandes no passado, e salvaram para a posteridade a honra do seu paiz, que é a nossa”¹⁷⁷⁵. A comemoração serve, na perspectiva do deputado monárquico que temos vindo a citar, para conservar as tradições, evocando uma época em que Portugal foi senhor do mundo, foi poderoso e enviou a sua “milícia sagrada” para civilizar a África, a Ásia e a América¹⁷⁷⁶.

¹⁷⁷³ Discurso do sr. Deputado Simões Dias na sessão de 16 de Fevereiro para apresentar o projecto de lei que declara de festa nacional o dia 10 de Junho, in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo XV (Oitavo do supplemento), Lisboa, 1888, p. 21

¹⁷⁷⁴ *Idem, ibid.*, p. 22

¹⁷⁷⁵ *Idem, ibid.*

¹⁷⁷⁶ *Idem, ibid.*, p. 21 e 22

A cruzada e a missão civilizadora

A imagem dos antepassados quinhentistas como “milícia de Jesus, levando numa mão a espada e na outra a cruz”¹⁷⁷⁷ tornou-se lugar comum do discurso conservador e foi repetido *ad laudes et per horas* pelo Estado Novo. A origem desta visão é uma leitura ao pé da letra das crónicas dos séculos XV e XVI que, paulatinamente, foram construindo uma justificação ideológica da expansão portuguesa e, sobretudo, das vantagens que a coroa reclamava em relação à partilha territorial e ao monopólio marítimo e comercial sobre vastas áreas do globo, contra a oposição de outros estados europeus. É conhecida a reacção do rei de França que se interrogava sobre qual a cláusula do testamento de Adão que o excluía da partilha do mundo. Do ponto de vista português, era o facto de a coroa e as oligarquias que detinham o poder se arrogarem o privilégio de combater os infiéis e continuar noutras regiões do mundo a tradição cruzadística peninsular.

A introdução da ideia de cruzada em Portugal foi “tardia, adventícia e predominantemente aristocrática”¹⁷⁷⁸, mas teve um fortuna considerável ao projectar-se na ideologia da expansão. A complexidade e as subtilezas da evolução do tema ao longo Idade Moderna¹⁷⁷⁹ escapam, de modo geral, aos discursos comemorativos contemporâneos que se limitam a extrair dele um conjunto de imagens que servem para construir uma representação positiva e favorável dos propósitos e da actuação dos portugueses no mundo.

O primeiro elemento destacado da ideia de cruzada é a sua origem remota e o papel essencial que teria desempenhado na reconquista da Península Ibérica. A visão

¹⁷⁷⁷ Roque Barreto Miranda, *No jubileu do centenário. Portugal na Índia: Epopêia do Oriente (1498-1898)*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1898, p. 14

¹⁷⁷⁸ Luís Filipe F. R. Thomaz e Jorge Santos Alves, “Da Cruzada ao Quinto Império” in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (org.), *A Memória da Nação*, Lisboa, Sá da Costa, 1989, p. 150

¹⁷⁷⁹ Sobre o assunto ver o texto citado na nota anterior e António José Saraiva, *História da Cultura em Portugal*, vol. III, Lisboa, 1962, p. 291 e sgs.

simplista de um território dividido entre os cristãos e os mouros, do enfrentamento entre duas religiões e civilizações distintas no primitivo território nacional estende-se ao resto do mundo. Assim, não só a origem da nação se prende com a expansão da fé cristã e o proselitismo religioso, mas também essa é entendida como uma vocação especial dos portugueses e uma missão que lhes foi confiada pela própria Providência. Trata-se de um povo eleito que tanto pode ser visto como um “alferes da Fé”, de acordo com a expressão de Gil Vicente, ou como um “apóstolo santo” que foi divulgar a mensagem de Cristo pelo mundo, segundo a concepção mais pacifista que emergiu na sequência do incremento do processo de evangelização¹⁷⁸⁰. É evidente que as duas imagens estiveram presentes nas comemorações de forma mais ou menos explícita, consoante as ideologias e as conjunturas políticas, e tiveram uma expressão muito forte na iconografia, desde o século XIX¹⁷⁸¹. Já foi notado o facto contraditório de a República laica ter a cruz de Cristo como emblema da sua aviação, desde 1916¹⁷⁸². Em 1922, na iconografia comemorativa da travessia aérea do Atlântico Sul tornou-se um elemento naturalmente indispensável de todas as representações.

A cruzada foi também a explicação mais generalizada para o arranque da expansão, para o “plano das Índias”, atribuído ao infante D. Henrique, e para as conquistas dos portugueses no continente asiático. Teófilo Braga foi porta-voz da lenda da carta que o infante D. Henrique teria escrito a Mahomet II “ameaçando-o com a morte e notificando-lhe como cavaleiro o seu doesto”, supremo acto de ousadia de um pequeno Estado em relação ao maior poder então conhecido¹⁷⁸³. Mas a sua atitude teve uma realização prática nas navegações, que permitiram descobrir o caminho marítimo para a Índia e cravar as espadas portuguesas no flanco oriental do imperialismo otomano. Esta tese teve a sua expressão mais acabada na obra *A*

¹⁷⁸⁰ Luís Filipe F. R. Thomaz e Jorge Santos Alves, *op. cit.*, p. 128

¹⁷⁸¹ Ver o capítulo anterior – A Iconografia.

¹⁷⁸² Rui Ramos, *A segunda fundação (1890-1926)*, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, 1994, p. 580

Cruzada do Infante D. Henrique, de Joaquim Bensaúde, que teve uma enorme divulgação e sucesso ideológico no período do Estado Novo. Numa altura em que só a tradição da memória nacional e as motivações ideológicas do regime justificavam a sua adopção, visto que a historiografia mais moderna já tinha demonstrado que não correspondia à realidade. Manteve-se, assim, como um pilar do nacionalismo português a ideia de Portugal como nação salvadora, primeiro da Cristandade, depois da Europa e da Civilização Ocidental.

O tema da Fé aparece estreitamente ligado ao Império, ambos se interligando num sentimento de grandeza da nação – grandeza moral, espiritual e física. Os conhecidos versos de Camões que referem a dilatação da Fé e do Império foram repetidos como um estribilho nos discursos. A vontade de expandir a religião cristã e a pátria, isto é, a fé e o patriotismo, tinham sido os grandes móbeis dos portugueses. A par destes factores, entendidos ainda como características do comportamento moral dos heróicos antepassados, deu-se muita importância à visão oriunda do humanismo quinhentista sobre os descobrimentos e a expansão portuguesa. A nação tinha sido também protagonista de uma epopeia do conhecimento e do domínio geográfico do globo. O pioneirismo das navegações portuguesas e o papel de vanguarda da Europa nesse processo histórico são dois temas bastante glosados nas comemorações. Portugal ergue-se, assim, praticamente só, muito acima das limitações próprias de um pequeno país, com uma população diminuta, e desafiando toda a lógica consegue realizar uma obra gigantesca, mercê da fé, vontade e energia.

Deste modo, torna-se “credor da gratidão do mundo inteiro”¹⁷⁸³: Da Europa, que salvou da ameaça dos turcos e cujo modelo de civilização implantou noutras regiões do mundo; dos países europeus que seguiram o caminho aberto pelos portugueses e construíram, por sua vez, grandes impérios; dos povos que os

¹⁷⁸³ “O centenario de Camões” in *Commercio de Portugal*, Lisboa, 9 de Janeiro de 1880

¹⁷⁸⁴ Lourenço Cayolla, “A obra da colonização portuguesa” in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano II, nº 7, Janeiro de 1926, p. 12

portugueses ajudaram a libertar da barbárie, da selvajaria, das falsas superstições, da prepotência dos potentados locais, abrindo-lhes generosamente a via para a emancipação social e a civilização, na visão iluminista e demoliberal partilhada por monárquicos e republicanos. Os sectores católicos preferiam colocar a tónica no espírito evangélico da expansão portuguesa e destacar a obra de missão, levada a cabo pelas ordens religiosas, e de assistência social através da implantação das misericórdias.

Essa ideia foi retomada por Salazar, no discurso feito em Guimarães, em 1940, onde referiu que a nação tinha demonstrado ao longo dos séculos “uma das maiores vocações de universalismo cristão”¹⁷⁸⁵. Trabalhando e recebendo os mais duros golpes, os portugueses tinham descoberto, civilizado e colonizado. Idêntica posição já fora expressa pelo professor da Escola Colonial, Lourenço Cayolla, na sessão solene realizada para celebrar o cinquentenário da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1925: os portugueses tinham sacrificado na empresa da colonização tudo o que lhe podiam dar de sangue, de vidas, de energias e de dinheiro. Desse modo, teriam obtido o título de ser o povo que “dentro dos seus recursos de população e capitais, mais tem trabalhado na causa da civilização universal e mais inteligentemente e, com maior êxito, tem empregado os seus esforços colonizadores”¹⁷⁸⁶.

Além da imagem de descobridores e conquistadores, insistiu-se na ideia de um povo de colonizadores, sobretudo nos discursos comemorativos do período republicano e posteriores. O final do século XIX ainda estava dominado pelo problema da conquista e da ocupação, como é notório no hino do “Centenário da Índia”, de Fernandes Costa¹⁷⁸⁷, mas à medida que o processo avançou e se consolidou

¹⁷⁸⁵ *Revista dos Centenários*, Junho de 1940, p. 24

¹⁷⁸⁶ Lourenço Cayolla, *op. cit.*, p. 12

¹⁷⁸⁷ Escreveu Fernandes Costa: *Inda somos a raça valente, / Que dos mares as ondas sulcando, / Seus caminhos andamos mostrando / Às nações, que vieram apoz, / E hoje, ainda – quem d’isso duvida? –*

a questão fundamental passou a ser a colonização. Logo em 1900, na sessão solene da Sociedade de Geografia comemorativa do descobrimento do Brasil, o almirante Vicente Almeida d'Eça dava o mote da questão, recordando o exemplo da colonização daquela colónia. O Brasil foi a terra que Portugal “fez primeiro uma colónia riquíssima, depois um Estado grande entre os grandes” e, por isso, “áquelles que, ignaros ou invejosos, ousem dizer que Portugal não tem qualidades de colonizador, responderemos apontando-lhes o Brasil”¹⁷⁸⁸. Foi o que, realmente, se passou a fazer de forma sistemática e o que explica o facto do regime republicano ter declarado feriado o dia atribuído ao descobrimento do Brasil: evocar a chegada de Pedro Álvares Cabral era uma maneira de manter viva a memória da posterior colonização, sempre apresentada como fonte de legítimo orgulho para os portugueses.

A visão do almirante Almeida d'Eça sobre a colonização sintetiza bem a ideia que as elites portuguesas, ligadas às questões coloniais, tinham do problema e a imagem positiva, de certo modo auto-consoladora no meio das dificuldades e da contestação de que colonialismo português continuava a ser alvo na cena internacional:

“Colonizar é receber das mãos do Creador uma região nova, onde a natureza é tudo e a civilização nada, onde as florestas são virgens de machado, e as campinas nunca sentiram a charrua, onde as feras dominam triunphantes e os animaes domesticos nem se conhecem, onde os habitantes são singelos, mas ignorantes e crueis; e depois, com esforço proprio, com tenacidade no trabalho, com muita fazenda gasta de principio, e com muita vida perdida na luta (que a arvore da civilização exige impiedosa o adubo do sangue humano), desbravar a

/ *Sopesar nos braços podiam, / As espadas que d’antes brandiam, / Denodados os nossos avós.* O coro repetia os dois últimos versos. Qual o objectivo de brandir novamente as espadas? Não deixar fugir a “herança sagrada” e fundar no chão virgem da terra africana novos impérios.

*floresta, cultivar a campina guiar as aguas da torrente, exterminar as feras, fundar povoados, amansar o indigena bravio, ligar-se com elle, dar origem a novas raças que das raças cruzadas conservem as qualidades, fazer uma nação nova onde a nação antiga se continue.*¹⁷⁸⁹

Retenhamos três ideias essenciais: colonizar é equivalente a civilizar, isto é, a fazer entrar uma região e as suas populações, ainda num estado “natural” ou “selvagem”, na ordem da civilização; colonizar exige um grande investimento humano e material dos colonizadores, que foi feito pelos portugueses no Brasil e estava a ser continuado na África; colonizar é fazer uma “nação nova”, pelo cruzamento das “raças” e a elevação dos povos autóctones a um estágio superior de desenvolvimento, transformando-os em povos civilizados à imagem da nação colonizadora. Daí a ideia que a nova nação dava continuidade à “nação antiga”, referindo-se obviamente a Portugal, e o *slogan* tantas vezes repetido de construir “novos brasis em África”. O Brasil era o exemplo que os portugueses tinham para apresentar ao mundo do que tinha sido, e ainda podia ser, a sua obra de colonização.

Não um Brasil real, é claro, nem um processo de colonização visto em toda a sua complexidade e contradições, mas um conjunto de imagens articuladas que forneciam uma representação idealizada das capacidades de Portugal como nação colonizadora – “em menos de duzentos e cinquenta anos, Portugal tinha feito do Brasil e *com o Brasil* (itálico nosso) uma colonia modelo, tão rica, tão florescente e tão cheia de vida propria, que a cabo d’aquelle tempo, quando a Côrte e o Governo se trasladaram de Lisboa para o Rio de Janeiro, o fructo estava sazonado, e a independencia de facto começou então”¹⁷⁹⁰. Neste trecho, Almeida d’Eça

¹⁷⁸⁸ “Portugal e Brasil” in *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 18ª série, nº 8 a 11, Agosto a Novembro de 1900, Lisboa, 1901, p. 407

¹⁷⁸⁹ *Idem, ibid.*

¹⁷⁹⁰ *Idem, ibid.*, p. 408

acrescenta mais dois elementos cruciais para se compreender a ideia de colonização que foi apanágio de sectores monárquicos liberais e dos republicanos. A ideia de que a construção da nação brasileira foi feita pelos colonizadores em colaboração com os povos autóctones e de que a independência tinha sido um facto natural, resultante do processo de evolução da colónia, para o qual contribuíram decisivamente os próprios portugueses. É evidente que estava sempre bem presente a participação que D. Pedro tinha tido no processo de emancipação do Brasil, mas não era somente essa a questão: a colónia ganhara vida própria e a presença da corte portuguesa contribuiu decisivamente para despertar a vontade de ser livre e independente.

No plano das imagens, a colonização era vista nos termos da relação de um pai com o seu filho, que sustenta, educa, acarinha até ganhar a capacidade e o direito de emancipar-se do progenitor. A colonização consistia em deitar a semente da civilização na terra “virgem”, “bravia”, “selvagem”, tal como a alma dos seus habitantes, e fazê-la germinar até o fruto estar maduro para ter uma vida própria e autónoma, o que era inevitável de acordo com a teoria evolucionista da história. Porém, nunca nos discursos se apontava para o termo desse processo que a maioria dos colonialistas fazia os possíveis por remeter para as calendas gregas.

No discurso já citado de Lourenço Cayolla, a política de Afonso de Albuquerque como governador da Índia serviu como exemplo dos modelos seguidos pela colonização portuguesa. Aliás, na opinião deste professor, foi Albuquerque quem lançou as bases essenciais que deviam orientar os portugueses para assegurar o domínio e o comércio no grande Império Português do Oriente:

– *“A administração dos negócios indígenas mediante a manutenção dos seus organismos e instituições sociais”;*

- “*A colonização portuguesa por meio da fixação da sua raça na Índia*”;
- “*A assimilação lenta das sociedades indianas aos costumes e ao regime social da metrópole*”¹⁷⁹¹.

O respeito pelas instituições locais, a assimilação política e cultural, a par da “fusão dos elementos metropolitanos e dos naturais”, criando novas “raças” locais que eram a base de sustentação do império e, no caso indiano, de uma contínua fidelidade à mãe-pátria, constituíam as traves mestras da concepção portuguesa de colonização. O facto de se remontar a Albuquerque dava a esta teoria a necessária legitimidade histórica e o peso de uma longa continuidade no tempo. Apesar disso, Cayolla considerava que havia diferenças entre os processos de colonização empregados pelos portugueses, revelando-se assim o pragmatismo de um povo que sabia adaptar-se às circunstâncias especiais de cada região.

A análise do passado servia para justificar as opções políticas presentes e para fundamentar um discurso prospectivo. Em primeiro lugar, Cayolla considerava demonstrada a capacidade dos portugueses como colonizadores, apesar de reconhecer que “quisemos, com braços muito pequenos, abarcar um mundo grande e por isso tivemos de nos reconhecer inferiores às responsabilidades que pesavam sobre nós”¹⁷⁹². Este óbice não significava, de forma alguma, uma incapacidade para exercer a missão civilizadora em que estavam empenhados os portugueses. É significativo que a imagem do “pequeno país”, em dimensão e em recursos, seja constantemente evocada quando se trata de valorizar a obra da colonização portuguesa e nos discursos do Estado Novo, apesar do afinco com que se quis desmentir essa ideia, ela continuou bem presente. Em segundo lugar, o professor

¹⁷⁹¹ Lourenço Cayolla, *op. cit.*, p. 14

¹⁷⁹² *Idem*, p. 20

da Escola Colonial passou em revista o estado de cada colónia para reafirmar a bondade, humanismo, progresso que caracterizavam a actuação da metrópole em cada uma delas, extraíndo daí a ilação que era preciso prosseguir nesse caminho. Por último, defendia que os portugueses jamais se tinham deixado cegar por “imoderados orgulhos de superioridade de raça”, respeitando sempre os indígenas e procurando incutir-lhes a “noção do trabalho, da honra e do dever”¹⁷⁹³.

Não só alijava a responsabilidade dos portugueses na prática de formas modernas de escravidão, como era o caso do trabalho forçado, mas também afirmava que Portugal tinha sido o primeiro país a “dar combate à servidão e à escravatura”, como provava a legislação nacional desde o Marquês de Pombal ao Marquês de Sá da Bandeira. Não tinha sido realmente o primeiro e havia a considerar a distância efectiva entre as leis e as práticas. Nas colónias portuguesas mantiveram-se outras formas de servidão e de profunda discriminação social¹⁷⁹⁴, mas a imagem de país pioneiro na luta contra a escravatura, profundamente humano e anti-esclavagista, tornou-se um estribilho da propaganda ideológica, amplamente repetido nos discursos comemorativos. O corolário disso era a ideia de uma especial afeição dos colonizados em relação aos portugueses, em particular dos africanos – do “preto”¹⁷⁹⁵, como se dizia vulgarmente. O tema do amor dos portugueses pelos povos colonizados e vice-versa, por mais inverosímil que hoje nos pareça, foi utilizado pela propaganda do Estado Novo e tornou-se recorrente num certo tipo de literatura colonial, dentro de uma concepção paternalista da colonização¹⁷⁹⁶.

¹⁷⁹³ *Idem*, p. 25

¹⁷⁹⁴ Ver Valentim Alexandre, “Nação e Império” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, vol. IV, Lisboa, 1998, p. 90-142

¹⁷⁹⁵ Lorenzo Cayolla, *op. cit.*, p. 25

¹⁷⁹⁶ Desmentindo por completo esta imagem, o órgão da Exposição Colonial do Porto, em 1934, publicou uma carta de um leitor alertando para a necessidades dos portugueses se comportarem de forma correcta em relação aos africanos que iam estar presentes no certame – “o preto também ser gente”(sic). *Ultramar*, 1 de Março de 1934, p. 6

O problema da forma como foram entendidas, em diferentes épocas, as relações entre colonizadores e colonizados prende-se com as ideias e teorias gerais sobre as “raças”. A noção de “raça” permaneceu sempre bastante vaga e imprecisa na utilização corrente. Era geralmente aceite que a raça constituía um factor importante na história humana; que diferentes raças originaram diversas formas de cultura; que estas formas não se encontravam todas ao mesmo nível; que variavam todas elas no seu carácter e no seu valor. Desde o *Esprit des Lois*, de Montaigne, que as próprias condições físicas dessas variações tinham sido estudadas¹⁷⁹⁷.

A raça tanto podia ser utilizada para definir grandes grupos humanos com características físicas distintas – “brancos”, “negros”, “amarelos”, etc. – como designar conjuntos étnicos ou nações, numa acepção onde os aspectos antropológicos, políticos e culturais apareciam mesclados. Era também usado com o sentido de “classe” ou “casta” para distinguir grupos sociais superiores e inferiores, senhores de servos. Mas a ideia central que se tinha instalado nos meios científicos fundamentava-se em critérios biológicos e negava a ideia bíblica da unidade do género humano. Pensava-se que este era constituído por sub-espécies com características antropológicas de carácter hereditário distintas que eram a razão congénita da sua superioridade ou inferioridade. Em Portugal, estas ideias estavam bastante divulgadas e eram comuns¹⁷⁹⁸. Tais concepções vinham dar uma aparência científica a noções profundamente enraizadas sobre a desigualdade da espécie humana, cujos elementos mais evidentes eram o aspecto físico dos diferentes povos, a variedade dos estádios de desenvolvimento e de expressões culturais. E, ao mesmo tempo, justificavam a dominação colonial e o imperialismo europeu, no plano supostamente científico.

¹⁷⁹⁷ Ernest Cassirer, *O Mito do Estado*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1961, p. 286

¹⁷⁹⁸ Cf. a obra de Júlio de Mattos, *História Natural* (1880) e trabalhos de Oliveira Martins, nomeadamente *O Brasil e as Colónias Portuguesas* (1ª ed., 1880)

A ideia da superioridade da “raça branca” ou “caucasiana” sobre as demais era generalizada e tinha uma estreita correlação com idêntico postulado em relação à civilização ocidental, que era vista como a Civilização por excelência. Latino Coelho afirmou-o de forma inequívoca na biografia que, em 1880, dedicou a Camões: “A raça dominante na Humanidade sempre tendeu a ser, e hoje é de feito, a europeia”¹⁷⁹⁹. A razão deste “primado e hegemonia” residia somente na “preeminência intelectual” até ao momento em que os descobrimentos e conquistas dos portugueses haviam de abrir o caminho para a Europa “avassalar material ou moralmente as terras habitadas pelas raças inferiores”, segundo Latino Coelho.

Por sua vez, Oliveira Martins explanou teses racistas em relação aos “negros” que considerava incapazes de beneficiar da educação¹⁸⁰⁰. Esta ideia punha em causa o projecto mais geral de civilizar os povos das colónias africanas e a noção comum da possibilidade de um aperfeiçoamento ou evolução dos indígenas. Mas tal concepção de um racismo extremo não foi comum no discurso do colonialismo português. Pelo contrário, de acordo com as teorias evolucionistas considerava-se que o principal objectivo da colonização consistia em civilizar os povos que viviam num estágio de “selvajaria” ou “barbárie”.

A ideia mais generalizada, assumida como uma tradição da colonização portuguesa, valorizava a especial capacidade dos portugueses para se relacionarem com povos de todas as “raças” e até para se cruzarem com eles. Os exemplos históricos vinham de trás, da política de Albuquerque e da colonização do Brasil. Esqueciam-se, aliás, de referir que Albuquerque pretendia que os portugueses

¹⁷⁹⁹ J. M. Latino Coelho, *Luís de Camões*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1985, p. 194

¹⁸⁰⁰ “Há decerto, e abundam os documentos que nos mostram no Negro um tipo antropológicamente inferior, não raro próximo do antropóide e bem pouco digno do nome de homem”. Mais adiante, conclui: “A ideia de uma educação dos negros é, portanto, absurda não só perante a História, como

casassem com “mouras alvas”, o que não deixava de ser uma manifestação de preconceito de cor. Entendia-se que a assimilação cultural e a miscigenação não eram incompatíveis e que os cruzamentos racionais podiam favorecer o processo de desenvolvimento. Estas teses tiveram larga aceitação em Portugal, desde o século XIX, e Lourenço Cayolla afirmava no discurso já citado, de 1925, que Cabo Verde era o exemplo bem sucedido de uma política de assimilação, que tinha conduzido aquela região a um estado de civilização muito adiantado¹⁸⁰¹.

Contudo, a prática colonialista e as teses do darwinismo social concorreram para pôr em causa as ideias liberais e humanitárias sobre a colonização e favoreceram concepções e políticas de discriminação racial dos africanos¹⁸⁰². Esta corrente teve uma expansão considerável no século XX, sob o influxo das teorias racionais e do fascismo. Os trabalhos do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial, em 1934, foram dominados por estas concepções, que contrariavam a mestiçagem por causa dos efeitos contraditórios – “umas combinações serão eficientes, outras menos vantajosas ou mesmo deficientes”¹⁸⁰³.

Um inquérito feito a quadros das colónias, cujo número de respostas não era sequer representativo como amostragem, apresentava uma maioria desfavorável à mestiçagem, apesar de haver posições extremadas entre os que temiam a desnacionalização e abastardamento da “raça” e aqueles que continuavam a

também perante a capacidade mental dessas raças inferiores” (*O Brasil e as Colónias Portuguesas*, Lisboa, 1978, p. 254 e 255)

¹⁸⁰¹ Lourenço Cayolla, *op. cit.*, p. 22

¹⁸⁰² Norton de Matos, decerto o mais importante dos colonialistas republicanos, tinha um ambicioso plano de desenvolvimento para Angola, e pensava que a longo prazo – medido em séculos – a população de colonos brancos, instalada por milhões em Angola, acabaria por fundir-se com os africanos, acabando por constituir uma nova “raça” mais adaptada às condições de vida daquele continente. Mas, no imediato, esses cruzamentos eram “rigorosa e severamente contrariados”, enquanto não diminuísse a distância entre “civilizados” e “primitivos”. Valentim Alexandre, *op. cit.*, p. 140

¹⁸⁰³ Eusébio Tamagnini, “Os problemas da mestiçagem” in *Trabalhos do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, Porto, Setembro de 1934, p. 56

considerá-la como o melhor modo de colonização¹⁸⁰⁴. Na comunicação que apresentou sobre o assunto, Mendes Correia recorreu à citação de uma obra de Hipólito Raposo para salientar as dificuldades de integração social dos “mulatos”, numa óptica também ela racista: “renegam a mãe que excederam e evitam confessar um pai que não chegaram a igualar”, o que levava à conclusão que “o mestiço é assim um ser imprevisto no plano do mundo, uma experiência infeliz dos Portugueses”¹⁸⁰⁵. O principal mentor da antropobiologia em Portugal, apesar dos estudos “científicos” sobre a mestiçagem não serem conclusivos, inclinava-se para a condenação das políticas coloniais que a promovessem por ser um factor de abastardamento do património genético português, que acabaria por pôr em causa a continuidade da existência e do papel histórico dos colonizadores portugueses¹⁸⁰⁶.

Apesar da importância que o racismo teve na época, não deixou de suscitar polémica e contestação. Uma das reacções mais fortes veio de Cabo Verde, do escritor Fausto Duarte. Na imprensa local, reafirmava que “não há raças fundamentalmente superiores, nem irredutivelmente inferiores, ainda menos se pode dizer que há raças puras e raças impuras”¹⁸⁰⁷. Todos os povos modernos são o resultado de sucessivos cruzamentos, sendo falso que os mestiços sejam seres inferiores e incapazes de produzir boas obras literárias. Mas, além dele, outras vozes se levantaram em defesa dos mestiços e defendendo que “Portugal é talvez o país onde menos arreigado está o preconceito de cor”¹⁸⁰⁸. As práticas “científicas” e as políticas coloniais iam no sentido da aplicação de princípios de discriminação

¹⁸⁰⁴ A. A. Mendes Corrêa, “Os mestiços nas colónias portuguesas”, *ibid.*, p. 331-348. O inquérito foi distribuído às centenas, mas só obteve 36 respostas e algumas inaproveitáveis.

¹⁸⁰⁵ *Idem, ibid.*, p. 332

¹⁸⁰⁶ *Idem*, “O mestiçamento nas colónias portuguesas” in *Congresso do Mundo Português*, vol. XIV, tomo I, Lisboa, 1940, pp. 131-132

¹⁸⁰⁷ *Eco de Cabo Verde*, Praia, 31 de Outubro de 1934

¹⁸⁰⁸ *Ibid.*, p. 8. Transcrição de um artigo de Jaime Brazil, “O preconceito da cor”, *República*, Lisboa, 28/9/1934

racial, mas no plano ideológico, sobretudo nos discursos comemorativos, as posições racistas eram menos evidentes. Em geral, continuava a considerar-se que existiam povos “selvagens”, mais próximos do estado natural, que tinham de ser civilizados pela colonização. Assim se compreende que, na Exposição do Mundo Português, a secção das Aldeias Indígenas tenha sido colocada no Jardim Agrícola-Colonial, num ambiente que evocava a natureza e a flora tropical. Os povos indígenas eram apresentados não só no seu elemento natural, mas também como uma parte fundamental dele.

A ideia de “raça” não se aplicava somente às relações coloniais, mas servia também para definir os povos e as nações. Em 1915, Teixeira de Pascoais empregava o termo para expressar “um certo número de qualidades electivas (num sentido superior) próprias de um Povo, organizado em Pátria, isto é, independente, sob o ponto de vista político e moral”¹⁸⁰⁹. Tais qualidades são de “natureza animal e espiritual” e o resultado da combinação de factores de ordem natural (meio físico), étnico e histórico. A herança e a tradição são os dois elementos fundamentais para a formação do “carácter” ou “personalidade” da raça ou povo. Este é, afinal, a expressão de idiosincrasias colectivas, uma totalidade de características superiores da qual todos os indivíduos participam.

Numa linha idêntica, Mendes Correia defendia, em 1919: “A raça é um passado muitas vezes secular, o resíduo ancestral, e, como tal, uma expressão palpável do carácter e do valor social dum povo”¹⁸¹⁰. A hereditariedade tinha uma importância determinante no processo que conduzia à formação do “génio” ou “alma” de um povo. “A alma de um povo – escrevia citando Gustave Le Bon – não é uma concepção metafísica, mas uma realidade muito viva. É formada duma estratificação atávica de tradições, de ideias, de modos de pensar, até de

¹⁸⁰⁹ Teixeira de Pascoais, *Arte de Ser Português*, Lisboa, Roger Delraux, s.D. (1ªed., 1915; 2ªed., 1920), p. 18

preconceitos. Da sua solidez depende a força de uma nação”¹⁸¹¹. Estas ideias tiveram nas concepções do Integralismo Lusitano e, posteriormente, nos ideólogos do Estado Novo uma expressão mais acabada que conduziu à mística do lusitanismo.

A ideia da origem lusitana remontava ao final do século XV e tinha sido rebatida por Alexandre Herculano, na *História de Portugal*, sem ter conseguido suscitar grande adesão¹⁸¹². Tratava-se de uma tradição muito enraizada, que continuou a ser defendida pela maioria dos divulgadores da história. A importância que a busca das raízes mais remotas veio a ter para as correntes nacionalistas conduziu à recuperação do velho mito. No início do século XX, verificou-se a proliferação dos movimentos “lusistas” e “nacionalistas” que se articularam directamente com a luta política¹⁸¹³. O lusitanismo era, em sentido genérico, a expressão de uma origem ancestral, da continuidade das tradições e de um espírito de autonomia que tinha prevalecido como um traço marcante da nacionalidade. Os habitantes da primitiva Lusitânia, que tinham combatido as falanges romanas com valentia e heroísmo, continuavam presentes nos “lusos” ou “lusíadas” da epopeia. Representavam, pois, o que havia de mais elevado e nobre na identidade portuguesa e a própria “alma” da nação.

Os lusitanos não constituíram uma raça e a sua origem era objecto de discussão entre os investigadores. Não obstante, era frequente o uso de expressões como “raça lusitana” ou “raça portuguesa”, para exprimir uma ideia de homogeneidade e de identidade etnocultural. Deste modo, se nacionalizava o conceito de raça que, originalmente, transcendia as fronteiras políticas e as próprias divisões étnicas ou linguísticas. A lusitanidade significava, antes de mais, a afirmação da identidade

¹⁸¹⁰ Mendes Corrêa, *Raça e Nacionalidade*, Porto, Edição da “Renascença Portuguesa”, 1919, p. 29

¹⁸¹¹ *Idem*, p. 21

¹⁸¹² Sérgio Campos Matos, *op. cit.*, p. 316

cultural da nação. Mas era também a expressão da superioridade cultural do povo colonizador em relação aos povos colonizados. A óptica estritamente nacionalista, levou os ideólogos do Estado Novo a referirem-se à “lusitanização” das colónias, que pretendiam transformar em “províncias” tão portuguesas como qualquer outra do país.

A época moderna tinha preconizado o ideal da cristianização que consistia em difundir “a religião revelada que recebeu do alto e constitui uma mensagem de salvação dirigida indistintamente a todo o género humano”¹⁸¹³. A perspectiva ecuménica do cristianismo deu lugar à “missão civilizadora”, forma de expressão laica e basicamente eurocêntrica de um ideal de “progresso” que se pretendia implantar no resto do mundo. Por fim, este princípio passou a revestir uma forma mais nacionalizada, falando-se amiúde em “civilização portuguesa”. A ideia de criar “uma civilização lusitana, autóctone, exclusivista”¹⁸¹⁵, tanto quanto isso seria possível no quadro do intercâmbio universalista que caracteriza o século XX, era comum a várias correntes políticas nacionalistas. Mas tornou-se um dado adquirido com o Estado Novo e um princípio orientador da ideologia e da política colonial. A perspectiva essencialmente lusocêntrica visava a assimilação integral dos povos colonizados, isto é, a redução do outro ao mesmo. Logo no Acto Colonial, de 1930, essa concepção nacionalista serviu de fio condutor do documento. O próprio Salazar destacou como um dos traços marcantes da lei geral do império português a integração das colónias e da metrópole “na unidade pluriforme da Nação Portuguesa”¹⁸¹⁶.

¹⁸¹³ Rui Ramos, *op. cit.*, p. 580

¹⁸¹⁴ Luís Filipe Thomaz e Jorge Santos Alves, *op. cit.*, p. 113

¹⁸¹⁵ Carlos Selvagem, “Literatura Portuguesa de ambiente exótico” in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano II, nº 8, Fevereiro de 1926, p. 16

O luso-tropicalismo

A revisão constitucional de 1951 e a revogação do Acto Colonial corresponderam a uma acentuação da política integracionista – também designada “assimilação uniformizadora” ou “unitarismo assimilador” –, coroada pela ideia da constituição de um Estado português pluricontinental, do Minho a Timor. A doutrina oficial via esse Estado como “uma unidade política indivisível, unitária e permanente”. A ideia demoliberal e evolucionista de um processo gradual de civilização das colónias, que conduziria à futura emancipação e autonomia, apesar de longínqua, foi afastada pelo quadro ideológico do regime salazarista – o futuro das colónias e dos povos colonizados seria fazerem parte da pátria lusitana e da portugalidade. Aliás, a propaganda do regime desenvolveu esforços verdadeiramente acrobáticos para transmitir a ideia que estas já eram tão portuguesas como qualquer pedaço do território metropolitano.

Neste contexto, é muito significativo o facto de sectores políticos afectos ao regime terem começado a divulgar as teses do luso-tropicalismo, do sociólogo e ensaísta brasileiro Gilberto Freyre. Quando o autor começou a divulgar as suas ideias, no início dos anos Trinta, vivia-se uma época de afirmação das virtualidades da “raça portuguesa”, pautada pela mística do lusitanismo, e as ideias geradas no meio brasileiro não tiveram acolhimento favorável nas hostes do Estado Novo, recentemente instituído e ainda em fase ascendente. Foram as mudanças verificadas no pós-guerra e a explosão das autonomias das colónias que criaram as condições necessárias para a recepção da obra de Gilberto Freyre e para o convite que lhe foi endereçado pelo Ministro do Ultramar, Comandante Sarmento Rodrigues, para

¹⁸¹⁶ Citado em “Acto Colonial” in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, p. 21

empreender uma longa viagem de observação e estudo pelas possessões portuguesas dispersas pelo mundo. De Agosto de 1951 a Fevereiro de 1952, o sociólogo brasileiro pôde observar *in loco* o florescimento do que designa como “complexo luso-tropical”. Confirma as suas intuições anteriores e a necessidade de Portugal e do Brasil não se deixarem seduzir por “alguma retardatária ou arcaica mística arianista” e de promoverem a integração de povos e de culturas para “sobreviverem os melhores valores portugueses e cristãos de cultura num Mundo porventura mais livre de preconceitos de raça, de casta e de classe que o actual”¹⁸¹⁷.

As ideias de Gilberto Freyre tiveram uma projecção cada vez maior em meios portugueses. De tal modo que, nas comemorações henriquinas de 1960, foi convidado para proferir a conferência inaugural do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos sobre o tema da *Integração das raças autóctones na economia portuguesa*, sendo desejo manifesto da comissão organizadora que “esse estudo servisse para a todos mostrar que não há problemas fundamentais entre os portugueses do Continente e os portugueses dos Territórios Ultramarinos, visto todos nos sentirmos na mesma comunidade”¹⁸¹⁸. O objectivo não podia ser mais claramente enunciado, mas havia consideráveis diferenças de registo ideológico e de perspectiva do olhar entre o sociólogo pernambucano e os ideólogos do regime. Não cabe no âmbito deste trabalho desenvolver uma análise sistemática da recepção que as suas ideias tiveram em Portugal¹⁸¹⁹, a qual passaria também por uma desmontagem das

¹⁸¹⁷ Gilberto Freyre, *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, s/d, p. 10. Ver também o diário desta viagem publicado pelo autor, *Aventura e Rotina*, Lisboa, Edição Livros do Brasil.

¹⁸¹⁸ Gilberto Freyre, *O Luso e o Trópico, Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o luso-tropical*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações da Morte do Infante D. Henrique, 1961, “Nota Introdutória”, de José Caeiro da Matta, p. X

¹⁸¹⁹ Sobre o assunto ver: Cláudia Castelo, “*O modo português de estar no mundo*”. *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento, 1999. No prefácio que escreveu para a obra citada na nota anterior, Gilberto Freyre referiu-se ao favorável acolhimento das suas teses

teses fundamentais de Gilberto Freyre, um empreendimento só por si bastante complexo. Deste modo, vamos limitar-nos a um apontamento breve sobre os aspectos que nos parecem poder salientar-se das intervenções feitas no âmbito do centenário de 1960 e, em especial, da obra *O Luso e o Trópico*, que foi objecto de edições em várias línguas e de ampla divulgação oficial.

Trata-se de um conjunto de ensaios em torno do tema mais geral da adaptação dos portugueses às condições particulares da sobrevivência e da reprodução das sociedades humanas no ambiente tropical. Segundo Gilberto Freyre, é uma parte de um objecto mais global de análise de uma ciência interdisciplinar – a Tropicologia –, que teria por missão desenvolver estudos orientados por duas constantes: “a consideração do que é ecológico e a consideração do que é cultural no desenvolvimento dos grupos situados física e culturalmente em espaços tropicais”¹⁸²⁰. Como “subciências”, propunha a “hispano-tropicologia” e a “luso-tropicologia”. Não estabelece uma diferença radical entre os métodos e resultados obtidos pelos hispanos e pelos portugueses no processo de integração no trópicos e defende a tese que ambos revelaram uma notável capacidade para “desenvolver culturas e populações, à base de interpenetração no plano cultural e de miscigenação no campo biológico”¹⁸²¹. Este é o cerne de toda a sua construção teórica que não chega a demonstrar – se é que tal seria possível – e expõe de forma totalmente impressionista, coleccionando exemplos soltos da actuação dos portugueses no Brasil, na África, na Índia para

por personalidades diversas: Orlando Ribeiro, Henrique de Barros, Marcello Caetano, Adriano Moreira, Jorge Dias e Mário Chicó, entre outros.

¹⁸²⁰ Gilberto Freyre, *O Luso e o Trópico*, p. 25

¹⁸²¹ *Idem*, p. 10

ilustrar as suas ideias. Alguns deles baseiam-se em interpretações da história bastante discutíveis, se não completamente incorrectas¹⁸²².

Nesta colectânea de textos, e decerto por razões comemorativas, colocou o infante D. Henrique como “pioneiro de um política social de integração de não-europeus no sistema luso-cristão de convivência” e patrocinador de um estilo de “civilização integrativa”, isto é, como fundador de um modelo de colonização que lançou as bases da “civilização luso-tropical”. Baseia a sua tese na instituição pelos portugueses de sistemas de assistência nos territórios ultramarinos – “as Misericórdias, Santas Casas, as Irmandades, as Confrarias, os Recolhimentos, para não nos referirmos aos Conventos e Mosteiros”¹⁸²³ –, no tratamento humanitário que teria sido dado aos escravos, de acordo com Zurara, e na promoção das uniões entre os portugueses e as mulheres não-europeias.

Afonso de Albuquerque, um dos que aplicou estes princípios, teria seguido nesse ponto específico da sua actuação o “programa” já traçado pelo Infante. Gilberto Freyre chega ao ponto de considerar que D. Henrique foi “capaz de imaginar para os homens menos solitários e, sobretudo, menos ascéticos, da sua grei, aventuras de sexo com mulheres de cor, que resultassem em paz social entre raças diferentes e entre civilizações separadas – a miscigenação iria processar-se fecunda e dinamicamente nas áreas orientais e tropicais ocupadas pelo Português”¹⁸²⁴. O Infante de Sagres como patrono de um modelo “cristocêntrico” de colonização é uma ideia que se integra bem nas representações ideológicas que foram veiculadas nas celebrações – “D. Henrique pôde ser campeão de um cristianismo

¹⁸²² Um dos primeiros trabalhos que demonstrou, de forma bastante elucidativa, os erros históricos em que caiu Gilberto Freyre ficou a dever-se a Charles Boxer (*Race relations in the portuguese colonial empire*, London, Oxford University Press, 1963). A obra esteve proibida pela censura em Portugal. Cf. *Livros proibidos no regime fascista*, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1981, p. 21

¹⁸²³ *Idem*, p. 262

¹⁸²⁴ *Idem*, p. 283

verdadeiramente universalista e dinamicamente ecuménico”, nas palavras de Gilberto Freyre¹⁸²⁵. Mas vê-lo como patrocinador de intercâmbios sexuais entre raças diferentes é uma imagem que só podia ter sido gerada sob o efeito complacente dos trópicos brasileiros.

A ideia de Gilberto Freyre de uma “civilização luso-tropical”, que definiu como o resultado simbiótico da interpenetração dinâmica entre a matriz cultural portuguesa e as condições específicas da vida nos trópicos, com um contributo decisivo dos povos autóctones, é distinta da visão nacionalista e da assimilação cultural preconizada pelo regime salazarista. A perspectiva do sociólogo brasileiro era, como gostava de repetir, *transnacional* e tinha sempre presente como modelo o Brasil. Modelo e líder da “civilização luso-tropical”, “um activo mediador entre o Ocidente e o Oriente, entre a Europa ou a América setentrional e o Trópico”, em tudo o que dizia respeito à criação cultural e à produção de bens e artefactos adequados ao modo de vida nas regiões tropicais¹⁸²⁶. Numa comunidade *transregional* de povos integrados no “complexo luso-tropical” – expressão que usou pela primeira vez numa conferência em Goa, em 1951¹⁸²⁷ – o principal papel ia caber, naturalmente, ao Brasil. Se bem que Gilberto Freyre centre toda a sua análise em aspectos histórico-sociológicos, ecológicos e antropológicos, as ilações políticas que podiam ser extraídas das suas ideias estavam longe de corresponder aos objectivos do governo português. Entre o olhar brasileiro sobre o mundo e o lusitano havia uma irredutível diferença de perspectiva.

Assim dito parece incongruente a importância que foi dada a Gilberto Freyre nas comemorações henriquinas. Contudo, o luso-tropicalismo servia para justificar a ideia da existência de uma comunidade de povos que possuíam uma identidade

¹⁸²⁵ *Idem*, p. 284

¹⁸²⁶ *Idem*, p. 179

¹⁸²⁷ *Idem*, p. 26

cultural comum, cuja matriz era a portuguesa. Querendo demarcar-se teoricamente do etnocentrismo, o ensaísta acabava por ficar preso nas suas malhas. Os termos do binómio são o “lusó”, que é um conceito de ordem etnocultural, e o “trópico”, que se reporta ao sistema ecológico, de que os povos autóctones são parte integrante. Assim, não só na expressão mas também na substância das ideias o que prevalece não deixa de ser a matriz cultural portuguesa. Referindo-se ao Brasil, Gilberto Freyre salientou que não se pode afirmar que seja uma cultura exclusivamente lusitana. Mas aquilo que não se pode negar é que é “uma cultura lusitana nas suas predominâncias: inclusive nas predominâncias dos processos, dos métodos, e das técnicas de encontro ou de harmonização nesta parte da América, de civilizações europeias com natureza, paisagens e culturas humanas tropicais”¹⁸²⁸. Noutros termos, o que define as características inconfundíveis da identidade cultural brasileira é a predominância da cultura lusitana do Norte ao Sul, do litoral ao centro do Brasil. Esta proposição é, em sua opinião, evidente e não carece de demonstração. Ora o Brasil era o exemplo que tinha em mente quando discorria sobre o luso-tropicalismo.

O outro aspecto aliciante da teoria era a visão do processo da colonização portuguesa como um sistema “cristocêntrico” e “integrativo” de raças autóctones e de culturas diferentes da europeia na “comunidade luso-tropical”. Sem deixar de tecer críticas pontuais ao colonialismo português, sobretudo nas actuações e práticas em que se afastava daquilo que Gilberto Freyre considerava ser a sua matriz essencial, a visão que procurou ilustrar nas suas obras era, afinal, muito lisonjeira e favorável. Coincidia em vários pontos com o que poderíamos designar como a perspectiva do colonizador e com as justificações ideológicas do próprio colonialismo. A ideia central era que o encontro dos portugueses com os trópicos

¹⁸²⁸ *Idem*, p. 26

tinha sido um casamento de “conveniência completada pelo amor”¹⁸²⁹. Não tinha deixado de haver drama, conflito, dor, angústia e sofrimento em tais encontros. Mas raramente lhe tinha faltado o amor: “amor de homem a mulher de cor e amor de homem a terra quente” que amortecia os choques de interesses e amaciava as relações humanas. Neste ponto, os portugueses tinham actuado de forma distinta dos outros europeus, sobretudo os do Norte da Europa, movidos somente pelo interesse e pelo lucro, de acordo com uma opinião também corrente em Portugal.

A vantagem comparativa do padrão cultural português residia na capacidade de adaptação e numa certa plasticidade, explicada pela miscigenação que esteve na sua base¹⁸³⁰ e pelos valores mais ecuménicos e tolerantes do cristianismo. A colonização portuguesa tinha sido uma obra muito “complexa de acomodação, de contemporização, de transigência, de ajustamento”, “sociologicamente franciscana”¹⁸³¹, que possibilitou a criação do sistema patriarcal que descreveu em *Casa Grande & Senzala*. É perceptível em Gilberto Freyre uma nostalgia desse mundo destruído pela industrialização e o desenvolvimento do trabalho assalariado que casava bem com a visão tradicionalista e rural defendida pelo salazarismo.

Mais difícil para as elites do regime seria admitir que o “retardamento cultural” do colonizador português podia ter sido um elemento vantajoso para as relações luso-tropicais, porque de certa forma punha em causa a superioridade que justificava a ideia da “missão civilizadora”. Neste aspecto, a posição do sociólogo brasileiro aponta mais para uma relação de reciprocidade do que de dominador para dominado. A vantagem comparativa da colonização portuguesa residia na

¹⁸²⁹ *Idem*, p. 50

¹⁸³⁰ *Idem*, p. 45 :”Sangue mouro, onde se misturou ainda o sangue judeu, indiano, ameríndeo, negro; não apenas de celtas ou de nórdicos”.

¹⁸³¹ *Idem*, p. 34.

capacidade dos portugueses para aprender com os povos autóctones as formas da sobrevivência nos trópicos e no respeito pelas culturas tradicionais¹⁸³².

Gilberto Freyre transigiu claramente com a política e a propaganda colonial do governo português quando escreveu que Portugal já não se dividia, do ponto de vista sociológico, em “Portugal metropolitano” – o europeu – e em “Portugal colonial” – “que seria uma conjunto de Subportugais”: “É todo ele um Portugal só”¹⁸³³. Um Portugal que Gilberto Freyre gostaria que fosse luso-tropical, isto é, o produto de uma forma “simbiótica de transculturação, ao mesmo tempo que de adaptação do Europeu aos Trópicos”¹⁸³⁴. A realidade estava, na verdade, bem distante do modelo e o sociólogo tratou de escamotear os múltiplos aspectos que contrariavam explicitamente as suas teses, em particular os respectivos desenvolvimentos ideológicos que resultaram do contacto com os meios coloniais portugueses.

Por último, importa ainda referir que Gilberto Freyre procurou caracterizar o que designou como “o complexo português responsável pela expansão lusitana nos Trópicos”: “gosto de aventura, a mobilidade transregional estendida em mobilidade transcontinental, o entusiasmo pelo mar e pelo exótico, a inconformidade com os limites europeus de Portugal” ou com os horizontes fechados de uma vida rural, claustrofóbica, da qual só pode escapar fugindo pelo mar para bem longe¹⁸³⁵. O paradigma desse tipo de português é a figura mítica de Ulisses e tinha o seu oposto no Velho do Restelo. Espécie de “Antiulisses” que simboliza outro complexo sócio-psicológico característico da formação do *ethos* lusitano – “a rotina agrária, a estabilização do homem no solo, além do seu nativo, ancestral apego à terra e a

¹⁸³² A este propósito é significativa a posição de Gilberto Freyre acerca dos embaraços que a administração portuguesa tinha criado em Timor aos tecidos feitos em casa pelos indígenas e aos trajes por eles adoptados. Considera que se trata de um desvio à tradição portuguesa e uma imitação pernicioso de exemplos estrangeiros – belgas, franceses, ingleses. Cf. *O Luso e o trópico*, p. 193

¹⁸³³ *Idem*, p. 235.

¹⁸³⁴ *Idem*, p. 7

¹⁸³⁵ *Idem*, p. 55

tradições religionárias”¹⁸³⁶. Para o “ulissismo português” teria concorrido a influência do Mouro e do Judeu, introdutores na Península Ibérica de valores desenvolvidos em áreas quentes e até áridas. Portugal, situado numa encruzilhada geográfica e civilizacional, sentiu a necessidade da expansão e a ida do português para os trópicos é uma volta, um regresso a “terras-mães”, “terras de origem” que exercem sobre ele um forte apelo. Mas, ao mesmo tempo, conserva-se sempre “apegado à Europa, saudoso da Europa, incompleto sem a Europa”¹⁸³⁷.

Gilberto Freyre captou, afinal, dois paradigmas que estão sempre presentes nas representações que as elites portuguesas foram construindo sobre a identidade nacional – o espírito de aventura, o apelo do mar e do exotismo a conviver com o apego ao torrão natal como características do modo de ser português. Dificilmente todo o voluntarismo da sua análise poderia ser subscrito pelos intelectuais portugueses e ainda menos pelo poder vigente que preferia uma política de assimilação à integração defendida pelo sociólogo pernambucano. A sua utopia de uma nova síntese que se expressaria na “civilização luso-tropical” implicava um processo de desnacionalização e de miscigenação que não eram compatíveis com os fundamentos ideológicos do regime. Aliás, Gilberto Freyre valorizou a mestiçagem e os mestiços de tal modo que os tornou um factor de excelência e, de certa forma, de superioridade. Deste modo, o aproveitamento político das suas teses pelo regime salazarista foi superficial. Teve, sobretudo, em conta aquilo que servia para corroborar a ideia da bondade e da especificidade da colonização portuguesa e conferir verosimilhança à tese da “nação transcontinental”.

Discursos regionais

As comemorações foram momentos privilegiados para a produção de discursos sobre a identidade nacional, amplamente veiculados pelos meios de comunicação disponíveis em cada época. Mas nos centenários dos descobrimentos da Madeira e dos Açores verifica-se uma sensível alteração da perspectiva dos discursos, que passam do plano nacional para o regional. Como referimos, ambas as comemorações tiveram uma expressão mais forte nas ilhas do que no continente e foram promovidas pelas autoridades locais¹⁸³⁸. Além disso, as reivindicações autonomistas estavam em qualquer dos arquipélagos bem vivas e tinham por base ideias e sentimentos que

¹⁸³⁶ *Idem*, p. 54. O termo “religionárias” é invenção do autor e, no contexto, parece referir-se ao apego pela região de origem: Gilberto Freyre reporta-se, em seguida, a um trabalho do professor Paul Evin para defender que o estilo manuelino reflecte esse apego do Português a coisas vegetais, a raízes, a valores telúricos, mais do que a sua experiência marítima ou a sua aventura exótica.

¹⁸³⁷ *Idem*, p. 56

¹⁸³⁸ Ver o capítulo Perspectivas e contextos – Comemorações regionais.

confluíam em representações sobre a identidade dos ilhéus. Em regra, não era posta em causa a origem maioritariamente portuguesa dos madeirenses e açorianos que se consideravam parte indissociável do conjunto da nação e tão portugueses como os outros. Mas os discursos comemorativos focalizam-se nas regiões quando se referem à terra, a *nós* e ao passado, contribuindo para reinventar a identidade regional dentro de um quadro, sempre presente, que era o da nação.

As comemorações madeirenses foram dominadas pela preocupação da promoção turística do arquipélago e contribuíram para divulgar a imagem de um “jardim encantado”, notável pela uberdade do solo, pelos seus ótimos vinhos, pela suavidade do clima e pelas belezas naturais¹⁸³⁹. A designação de “Pérola do Atlântico”¹⁸⁴⁰ transformou-se na imagem de marca da ilha e na expressão do orgulho dos madeirenses em relação à sua terra. Quanto à origem dos madeirenses considerava-se que a presença dos portugueses tinha sido dominante e a importância dos escravos negros era desvalorizada, apesar de se reconhecer que foram abundantes na ilha da Madeira¹⁸⁴¹. Deste modo, defendia-se que os madeirenses não podiam “renegar a Pátria pela razão natural de não poderem negar a Raça”¹⁸⁴². O *Diário da Madeira* referiu-se, aliás, à “aguerrida sub-raça insular, cruzada de mistura de sangue estrangeiro” que tinha dado sobejas provas de valentia e de radical patriotismo ao longo da história¹⁸⁴³. A reivindicação da autonomia, somente administrativa ou também política, consoante as vozes, não pretendia ser uma ruptura com o continente, mas a afirmação da especificidade insular no contexto nacional¹⁸⁴⁴.

¹⁸³⁹ *Quinto Centenário do Descobrimento dos Açores*, Dezembro de 1922, p. 12

¹⁸⁴⁰ *O Século*, Lisboa, 29 de Dezembro de 1922

¹⁸⁴¹ *Quinto Centenário do Descobrimento dos Açores*, p. 11

¹⁸⁴² *Ibid.*, p. 37

¹⁸⁴³ Alberto Artur, “Os cinco séculos da vida madeirense. Resumo histórico” in *Diário da Madeira*, Funchal, 2 de Julho de 1919

¹⁸⁴⁴ M. Pestana Reis, “Regionalismo – A Autonomia da Madeira” in *Quinto Centenário do Descobrimento dos Açores*, pp. 36-38

As comemorações dos Açores deram lugar à publicação de alguns textos fundamentais em torno da memória e da identidade regional. Em 1928, o escritor terceirense Gervásio Lima publicou *A Patria Açoreana*, com o objectivo expreso de comemorar o quinto centenário do descobrimento dos Açores¹⁸⁴⁵. A pátria é a “terra-mater”, designação sentimental aqui utilizada no sentido original do termo – “Patria Açoreana é título carinhoso, sintetico da Patria Portuguesa; é a ideia alevantada do patriotismo, reduzida, comprimida, cristalizada no Arquipelago berço dos açorianos”. O escritor começa por enaltecer globalmente a terra açoriana. Depois debruça-se sobre cada ilha e as suas belezas naturais e passa, em seguida, a caracterizar o açoriano como tipo genérico. A mulher merece um capítulo específico e termina com o vasto rol dos heróis que ilustram a história insular: navegadores, apóstolos, santos, homens de letras, ciências e artes. Recorre ao longo da obra a citações de muitos autores e viajantes para melhor demonstrar a excelência da terra e das gentes dos Açores. E muitas vezes a melhor forma que encontra de exprimir os seus sentimentos é através dos poetas locais e das rimas populares – “Terra do meu orgulho e ultimo bem que espero / Mãe de Bento de Goes e mãe de santo Antero”¹⁸⁴⁶.

O povo açoriano é “descendente dos melhores cavaleiros d’Africa, dos heroicos portugueses que, nas regiões selvaticas e barbaras, ganharam seus titulos de nobresa”¹⁸⁴⁷. Conserva ainda as virtudes ancestrais da “raça” e as qualidades da velha alma portuguesa. “Trabalhador e crente, laborioso e honesto, respeitador e simples”, soube dar em todas as épocas históricas exemplos inexcédíveis da sua “fé patriótica, do seu arrojo indomavel, da sua valentia heroica”¹⁸⁴⁸. É o tipo do português anterior à degenerescência provocada pela riqueza fácil que desbravou as ilhas e foi colonizar outras regiões com o seu suor, no Brasil. Povo “firme e leal” que esteve ao lado do

¹⁸⁴⁵ Gervasio Lima, *A Patria Açoreana*, Praia da Vitória, ED. fac-símile da Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1989 (1ª ed., Angra do Heroísmo, 1928)

¹⁸⁴⁶ *Idem*, p. 68

¹⁸⁴⁷ *Idem*, p. 100

Prior do Crato e contra o domínio filipino; povo “ousado” que navegou para o Novo Mundo com os Corte Real; povo que se uniu a D. Pedro para implantar a “liberdade” em Portugal; “povo maleavel, indomito e docil, que soluça trovas nas notas dolentes de uma viola, improvisa nos serões e arraiaes; mas rugue e troveja nas horas indecisas ou ameaçadoras da pátria e da liberdade”¹⁸⁴⁹. O povo açoriano não se define, segundo Gervásio Lima, pela diferença em relação aos outros portugueses, mas por ser o lídimo representante do que há de mais genuinamente português, ancestral e elevado na alma da nação.

O povo açoriano, supostamente isolado nas suas ilhas no meio do Atlântico, teria conservado as características originais dos portugueses da segunda metade de Quatrocentos¹⁸⁵⁰. A mulher açoriana é “bem digna companheira do ilheu trabalhador e sobrio”. Mas é também essa Brianda Pereira que deu luta aos exércitos castelhanos, brava padeira de Aljubarrota terceirense, ou a D. Violante do Canto que colocou a sua fortuna à disposição da causa do Prior do Crato. Nos capítulos seguintes, Gervásio Lima redime do esquecimento as mais variadas figuras da história insular e nacional, nascidas nas ilhas açorianas, umas realmente distintas e a maioria bastante obscura. Mas todas elas concorrem para mostrar o valor dos açorianos e enaltecer a *pátria açoreana*. O estilo é francamente hiperbólico e assim remata a apresentação: “*Os portugueses são o maior povo do universo*, escreveu o grande tribuno Bluteau”; “*Os Açorianos são das maiores glórias de Portugal*, acrescenta o grande dramaturgo D. João da Camara”¹⁸⁵¹.

No número especial da revista *Insula*, sobressaem dois textos realmente dignos de nota: o artigo de Vitorino Nemésio onde foi cunhado o termo *açorianidade* e outro

¹⁸⁴⁸ *Idem, ibid.*

¹⁸⁴⁹ *Idem*, p. 110

¹⁸⁵⁰ Reencontrámos esta ideia em Vitorino Nemésio e Luís da Silva Ribeiro. Cf. o nosso estudo sobre “Identidade e Autonomia”, in *Ler História*, 31, 1996, pp. 106

¹⁸⁵¹ Gervasio Lima, *op. cit.*, p. 261

de um dos patronos dos movimentos autonomistas, o advogado micaelense Aristides Moreira da Mota¹⁸⁵².

O curto artigo de Nemésio é, nas suas próprias palavras, “uma colaboração estritamente sentimental”, uma página emotiva onde procurou alinhar o essencial da sua consciência de ilhéu. A consciência da singularidade e da solidão de quem nasceu rodeado pelo mar, uma espécie de “embriaguez de isolamento que impregna a alma e os actos de todo o ilhéu”. Se como homens, os açorianos estão soldados ao povo donde vieram, pela vivência nas ilhas enraizaram-se em montes de lava que soltam das próprias entranhas uma substância que os penetra. Assim, Nemésio afirma que “a geografia, para nós, vale outro tanto como a história, e não é de balde que as nossas recordações escritas inserem uns cinquenta por cento de relatos de sismos e enchentes”.

Os Açores são, na perspectiva do escritor, “um autêntico viveiro de lusitanidade quatrocentista” e não se diferenciam pela origem étnica da sua gente ou pela história, mas pela insularidade e as condições específicas do meio natural que teve uma influência decisiva no modo de ser açoriano. Estas ideias não eram uma novidade e correspondiam a noções correntes que se prendiam com as concepções do determinismo geográfico, mas a pena inspirada do escritor e o seu estatuto intelectual conferiram uma importância excepcional a este texto. Tornou-se de tal forma recorrente a sua citação no discurso identitário das elites açorianas que podemos considerá-lo como um documento fundador. Mas o próprio Nemésio tinha consciência que o assunto precisava de ser desenvolvido e prometeu que um dia, depois das obrigações da vida civil já cumpridas, tentaria um ensaio sobre a sua

¹⁸⁵² Vitorino Nemésio, “Açorianidade” e Aristides da Motta, “Ilhas dos Açores. Cárceres floridos” in *Insula*, Número Especial Comemorativo do V Centenário do Descobrimento dos Açores, Nº 7 e 8, Julho e Agosto de 1932, pp. 59 e 65

“açorianidade subjacente que o destêrro afina e exarceba”. Não chegou a cumprir a promessa¹⁸⁵³.

Aristides da Mota, por sua vez, imagina os primeiros colonos que se fixaram nos Açores, “alguns deles pertencentes a famílias nobres, gozando de situações privilegiadas”, que se isolaram nas ilhas, onde foi necessária uma “admirável paciência”, “tenacidade” e “faculdades de adaptação” para poderem sobreviver e prosperar. Para resistirem ao apelo da saudade e se fixarem nas ilhas, de quanta “força de vontade, de quanto espírito de sacrifício, de quanta abnegação” foram capazes os primitivos habitantes do arquipélago. Foram essas as qualidades que forjaram o açoriano e que moldaram um amor entranhado pelas nesgas de terra onde vive, pelos “cárceres floridos e embalsamados, onde é delicioso repousar” e onde espera “ficar deitado para sempre”. O discurso sobre a identidade regional desenvolve-se em torno de temas de ordem sentimental, de emoções e memórias que se prendem com as origens e os momentos considerados fulcrais de um percurso histórico que define o querer colectivo de uma comunidade. Tanto nos Açores como na Madeira essa memória, paulatinamente construída desde o século XIX pelas elites locais sob o influxo da historiografia nacional, acentua a ligação histórica das ilhas à nação portuguesa, sem deixar de ser um olhar centrado sobre realidades de ordem regional ou mesmo local¹⁸⁵⁴.

¹⁸⁵³ É anterior a este artigo uma conferência proferida em Coimbra sobre “O Açoriano e os Açores”, publicada em *Sobre os signos de agora* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932). Quatro anos mais tarde, Luís da Silva Ribeiro escreveu os *Subsídios para um ensaio sobre a açorianidade*, onde procurou analisar de forma mais sistemática, e impressionista, os efeitos da influência do meio sobre os ilhéus (*Obras II História*, Angra do Heroísmo, 1983, pp. 515-556).

¹⁸⁵⁴ Sobre os Açores ver o nosso trabalho: “Memória e Identidade regional. O caso dos Açores” in *Actas do XVI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1996. Especificamente, sobre a historiografia ver: José Guilherme Reis Leite, “Um século de historiografia açoriana (1850-1950). Comunicação à sessão ordinária de 8/3/1991, da Academia Portuguesa de História; Alberto Vieira, *Guia para a história e investigação das Ilhas Atlânticas*, Funchal, 1995, pp. 57-72; Avelino de Freitas Meneses, “A historiografia açoriana: a problemática da identificação e a participação da Universidade”, *Idem, ibid.*, p. 19-27.

Visões do Outro

Finalmente, temos de considerar a forma como os *outros* foram representados nos discursos comemorativos. Só pontualmente há referências aos povos que os portugueses combateram, conquistaram, colonizaram ou com os quais se defrontaram como concorrentes na partilha do mundo. Estas são quase sempre muito genéricas e incidem na repetição de estereótipos e de memórias fixadas pela tradição. Assim, o confronto entre a Cristandade e o Islame é um dos dados mais importantes da memória histórica que remonta ao processo da reconquista cristã da Península Ibérica, passa pelas guerras marroquinas e continua no combate contra o Império Otomano, que permitiu salvar a Europa da ameaça de ser submergida pela barbárie.

A ideia da cruzada manteve-se como uma linha de força da ideologia da expansão portuguesa desde o século XV e foi assumida nos discursos comemorativos como motivação e justificação da acção dos portugueses. Numa leitura simplista e maniqueísta da história, como é aquela que passa para o grande público, fica a ideia vaga de que todos os povos muçulmanos foram inimigos dos portugueses no passado e justamente objecto de conquistas. Trata-se de uma noção residual, que não tem como suporte uma particular animosidade em relação aos muçulmanos e que não foi alimentada por qualquer conflito com povos ou Estados que perfilhem essa religião. De resto, entre os vários povos muçulmanos, os turcos eram os mais referidos de forma particularizada e em termos bastante negativos – “fanaticos, brutaes, improgressivos”¹⁸⁵⁵ –, o que dava curso a uma tradição das crónicas da época moderna, entretanto reelaborada em função das ideias do século XIX. Nos centenários do século seguinte, eram vistos geralmente como a “ameaça” catastrófica que pesava sobre a Europa, da qual os portugueses a tinham salvo.

¹⁸⁵⁵ Teixeira Bastos, *op. cit.*, p. 20

A Índia permanece como uma região vagamente habitada por povos de diferentes religiões, totalmente estranha para os europeus. O apodo de “tiranos” era dado com frequência aos potentados orientais nas crónicas desde João de Barros, o que punha em evidência, por contraste implícito, o carácter de Estado ético assumido pela monarquia portuguesa¹⁸⁵⁶. Esta visão manteve-se nas referências dos discursos comemorativos e, em geral, a ideia de povos subjugados por regimes violentos, corruptos, pelo paganismo e superstições indignas de gente civilizada¹⁸⁵⁷. Henrique Lopes de Mendonça referiu-se às “caducas civilizações asiáticas” para enaltecer a acção de Afonso de Albuquerque que visava integrá-las na civilização da cristandade e unir pelo comércio, sob a hegemonia da Europa, todas as raças e crenças¹⁸⁵⁸.

O contacto com essas sociedades tinha sido nefasto para os portugueses: “O Oriente com a sua grandeza, com as suas preciosidades, com as suas especiarias, deslumbrou os portugueses, cegou-os, deu-lhes o amor das grandes riquezas, que facilmente se adquiriam, e levou-os ao auge da magnificência”¹⁸⁵⁹. O “luxo asiático” passou a ser sinónimo de tudo o que é excessivo e de pura ostentação. O efeito das relações com o continente asiático foi pernicioso para a sociedade portuguesa e a principal causa da decadência – “Portugal descobrindo o caminho marítimo para a Índia prestou um enorme serviço à Europa moderna, mas para o país foram tristes as consequências de tão grande feito; de envolta com os triunfos recebemos do Oriente os germens da nossa decadência, da nossa decomposição social”¹⁸⁶⁰.

O desconhecimento sobre os povos e culturas asiáticas envolvia-os a todos na mesma categoria do exótico que as potências coloniais europeias gostavam de exhibir nas grandes exposições internacionais. Em Portugal, esteve um grupo de indianos

¹⁸⁵⁶ Luís Filipe Thomaz e Jorge Santos Alves, *op. cit.*, p. 160

¹⁸⁵⁷ *Portugal em Africa*, N° 54, Junho de 1898, p. 272

¹⁸⁵⁸ Henrique Lopes de Mendonça, *Sobre Afonso de Albuquerque*. Discurso pronunciado na sessão solene de 16 de Dezembro de 1915. Quatro Centenário da Morte de Afonso de Albuquerque, Lisboa, 1916, p. 17

¹⁸⁵⁹ Teixeira Bastos, *op. cit.*, p. 24-25

para as festas do “Centenário da Índia”, que não chegaram a desfilarem no cortejo cívico por causa do atraso da viagem. Somente em 1934 e 1940, como referimos, as várias regiões e povos do império estiveram representados em exposições nacionais. A sua apresentação pública inseria-se num quadro que pretendia dar a conhecer aos portugueses a grandeza e diversidade do império ou, em termos mais assimiladores, do “Mundo Português”. Os povos assim exibidos não eram considerados sujeitos da história, mas objectos da acção civilizadora do colonialismo que tinha como finalidade política aniquilar as diferenças.

Em 1924, por influência dos primeiros movimentos autonomistas indianos, dois jornais hindus fizeram campanha contra as comemorações do centenário de Vasco da Gama¹⁸⁶¹. Uma instituição hindu, de Pangim, mostrou-se fiel ao governo português e defendeu que as classes mais oprimidas da sociedade indiana tinham beneficiado com a colonização europeia e, mais recentemente, com o sistema republicano. Por isso, não só se associaram às celebrações, mas também lavraram em acta um protesto contra a “nefasta propaganda” dos ditos periódicos. Um sector da sociedade local, que não pode ser negligenciado, apoiava a presença colonial e fazia coro com a respectiva propaganda.

A colonização tinha dado origem a uma realidade sócio-cultural complexa, estratificada e em que novos tipos de clivagem se sobrepunham aos antigos, mas em qualquer caso distinta dos outros territórios circundantes por causa da influência secular dos portugueses. Um longo processo de aculturação e mestiçagem criou um grupo social dominante de origem local, que detinha postos importantes na administração e na sociedade colonial. Nos discursos comemorativos assumiam-se como portugueses e patriotas, contribuindo para preservar a memória dos heróis e da colonização portuguesa. Uma instituição cultural de prestígio como o Instituto Vasco

¹⁸⁶⁰ *Idem*, p. 25-26

¹⁸⁶¹ *Boletim Oficial do Govêrno do Estado da Índia*, Suplemento do nº 14, 19 de Fevereiro de 1925, p. 7. Os jornais indicados são o *Bharat*, de Quepém, e o *Hindú*, de Margão.

da Gama teve, nesse aspecto, um papel importante, bem como o próprio arquivo de Goa, fundado no século XVI¹⁸⁶².

Um lugar muitíssimo importante coube ao Brasil e aos brasileiros em todos os centenários. Logo em 1880, as festas do tricentenário de Camões tiveram lugar em ambos os lados do Atlântico e não envolveram somente a comunidade portuguesa radicada no Brasil, mas também as autoridades brasileiras e os intelectuais que ainda mantinham relações próximas com os portugueses. Depois disso, com maior ou menor destaque, a nação brasileira não deixou de estar representada nas comemorações portuguesas e, em 1922, foi a vez de Portugal se associar ao centenário da independência da ex-colónia¹⁸⁶³. Em geral, o Brasil era apresentado como exemplo do sucesso e das virtualidades da colonização portuguesa. Os brasileiros não eram vistos pelos portugueses como o *outro*, mas como uma parte de nós. A mesma ideia estava presente nos discursos diplomáticos produzidos por intelectuais e políticos brasileiros em momentos especiais de confraternização.

As duas imagens correntes para identificar as relações luso-brasileiras eram a paternal e a fraterna. O Brasil era visto como um filho que, tendo atingido a fase da emancipação, seguiu naturalmente o seu próprio caminho e manteve uma profunda ligação histórica e cultural com Portugal. A memória histórica monárquica atribuiu um papel decisivo à intervenção de D. Pedro no processo da independência da colónia, mas os republicanos colocaram o acento na vontade de autonomia do povo brasileiro¹⁸⁶⁴. Em 1922, o deputado da minoria monárquica recordava na sessão de homenagem ao Brasil, realizada na Câmara de Deputados, que “a independência do

¹⁸⁶² A propósito das várias comemorações relacionadas com a Índia Portuguesa foram publicados textos por autores locais que divulgavam a visão portuguesa da história da colonização. Ver por exemplo: *O Oriente Português*, revista editada em Nova Goa; J. A. Ismael Gracias, *Vasco da Gama e o descobrimento do caminho marítimo para a Índia*, Imprensa Nacional de Nova Goa, 1897; J. C. de Egipsy Sousa, *Comemoração da Reconquista de Goa, 1510-1931*, Separata do “Boletim do Instituto Vasco da Gama”, Nova Goa, 1932

¹⁸⁶³ Ver o capítulo – Perspectivas e contextos, pp. 92-100

Brasil operou-se pacificamente, foi quási uma separação amigável”¹⁸⁶⁵. Na verdade, houve reacções bastante fortes e negativas do lado português, mas foi necessário aceitar o inevitável. A memória nacional acabou por conservar somente a ideia de um processo quase sem mágoas para ambas as partes. Nesta ordem de ideias, outro deputado declarava na referida sessão do parlamento: “O Brasil é um nosso filho querido”¹⁸⁶⁶.

Em 1921, quando Carlos Malheiro Dias quis apresentar a obra que tinha em preparação sobre a *História da Colonização Portuguesa do Brasil* afirmou que se tratava da “história da infância e da adolescência do Brasil”¹⁸⁶⁷. A independência do Brasil tinha sido “o coroamento, a consagração, a apoteose da obra colonizadora”, um motivo de orgulho e uma glória para Portugal. Deste modo, uma das formas mais sugestivas de comemorar o seu centenário, por parte da comunidade portuguesa radicada no Brasil, consistiu em financiar a edição de um trabalho monumental de pesquisa que vinha demonstrar a importância e significado da colonização portuguesa no processo de construção da nacionalidade brasileira.

Uma parte importante dos três volumes é dedicada a esclarecer o problema do descobrimento e das primeiras expedições que permitiram explorar o litoral do Brasil. Os textos de Duarte Leite, Luciano Pereira da Silva e Jaime Cortesão contribuíram, decisivamente, para precisar informação e esclarecer os termos de uma questão que suscitava larga controvérsia e opiniões contraditórias. A perspectiva de abordagem da colonização é o aspecto mais datado e, em particular, algumas ideias explanadas por Carlos Malheiro Dias, nas introduções aos tomos.

¹⁸⁶⁴ Maria Isabel João, “Organização da memória” in Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, *História da Expansão Portuguesa*, vol. IV, Lisboa, 1998, p. 401

¹⁸⁶⁵ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão nº 152, 7 de Setembro de 1922, p. 19

¹⁸⁶⁶ *Ibid.*, p. 15

¹⁸⁶⁷ Carlos Malheiro Dias, *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Rio de Janeiro, 1921, p. 7. Trata-se uma conferência destinada a angariar fundos para a edição da obra com o mesmo título.

Em sua opinião, “o Brasil é a consequência dos esforços de um só povo branco: o português, auxiliado pelo *mameluco*, sua criação étnica, e pelo escravo negro”¹⁸⁶⁸. O “mameluco” é o mestiço que resultou das ligações dos portugueses com as índias, verdadeira força social em movimento que repercute em cada um dos seus actos a luta de uma “raça superior suplantando uma raça secundária”¹⁸⁶⁹. A análise de Malheiro Dias é tributária das concepções darwinistas e de uma visão claramente lusocêntrica da realidade brasileira. Portugal é a razão do que a nacionalidade brasileira possui de estruturalmente forte: “a raça diferenciada, a unidade idiomática e religiosa, a tradição, a integridade territorial é obra dos primeiros colonizadores portugueses e da sua prole, em quasi três séculos de esforço e de luta”¹⁸⁷⁰. A tradição fidalga e guerreira do primeiro século de história brasileira tinha lançado as bases da futura nação.

Em 1940, o Cardeal Patriarca de Lisboa referiu-se ao facto do Brasil estar presente na Exposição do Mundo Português nos seguintes termos: “O Brasil [...] é como um filho opulento que vem beijar, no solar de família, o pai venerando que lhe deu o ser”¹⁸⁷¹. A mesma ideia foi defendida nos discursos dos representantes brasileiros ao Duplo Centenário. Edmundo Luz Pinto, em nome da embaixada especial do Brasil, agradeceu a Portugal: os benefícios do “humanitarismo da sua alma latina e do apostolado da sua civilização cristã”; a colonização que foi a base “indestrutível” da unidade nacional; a federação que resultou da obra administrativa das capitanias e do governos gerais; a demarcação tranquila das fronteiras, fundada em minuciosos tratados, títulos, documentos e mapas feitos pelos portugueses; a segurança nacional que assenta num sistema de fortalezas e fortes herdados do tempo colonial; o “mágico e másculo idioma” que os brasileiros acrescentaram em

¹⁸⁶⁸ Carlos Malheiro Dias (dir.), *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III, Porto, Litografia Nacional, 1921, p. XII

¹⁸⁶⁹ *Idem*, p. XXXIX

¹⁸⁷⁰ *Idem*, p. XXIII

vocábulos e enriqueceram com criações literárias; a benção da primeira missa em terras de Vera Cruz¹⁸⁷². Todo o discurso é uma hosana a Portugal e à colonização portuguesa do Brasil, em sintonia com a ideologia do regime salazarista. De facto, não é por acaso: no Brasil vigorava também um regime autoritário, que se designava Estado Novo como o português, dirigido por Getúlio Vargas. O académico brasileiro, Osvaldo Orico, reforçou a nota do discurso do seu compatriota, afirmando que Portugal é para o Brasil “a fonte inicial da sua vida, a Pátria da própria Pátria” e, assim, “se não somos iguais, somos quási os mesmos”¹⁸⁷³.

A imagem da relação paternal estabelecia uma desigualdade entre o antigo país colonizador e o colonizado, deixando implícita a superioridade do primeiro. Noutros momentos, o paternalismo foi substituído pela ideia da fraternidade entre as duas nações que, assim, ficavam colocadas em pé de igualdade. No tricentenário de Camões, a revista *O Positivismo* referiu-se às comemorações realizadas no Brasil, dizendo que tinham contribuído para a confraternidade entre os dois povos¹⁸⁷⁴. Afinal, eram ambos “filhos da mesma tradição histórica, fallamos a mesma lingua e exercemos uma acção mutua que precisa ser dirigida e conhecida”. Não há por parte dos positivistas portugueses qualquer atitude paternalista em relação aos brasileiros, com os quais mantiveram estreitas relações de escola.

No ano do centenário do descobrimento oficial do Brasil, várias foram as publicações que procuraram dar a conhecer aspectos da realidade da grande nação brasileira aos portugueses. O registo não tinha qualquer ressaibo de paternalismo e, pelo contrário, em vários artigos de portugueses radicados no Brasil nota-se a admiração pelo grande país. Uma carta de um conterrâneo, publicada pela prestigiada revista *O Occidente*, combate a imagem corrente que ali tudo era “senzala, negraria,

¹⁸⁷¹ *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, Nº 187, Janeiro de 1941, p. 117

¹⁸⁷² *Ibid.*, pp. 56-62

¹⁸⁷³ *Ibid.*, pp. 72 e 74

labutação de café e mandioca, e destilação de cachaça”¹⁸⁷⁵. E traça um quadro paradisíaco do Rio de Janeiro, onde as belezas naturais, a abundância e o progresso se conjugavam para transformar a capital federal da República dos Estados Unidos do Brasil numa cidade onde era muito agradável viver. Os habitantes do Rio de Janeiro entusiasmaram o observador e considera-os “o povo mais folgazão, mais entusiasta, e mais simpático” que conhecia. As “mulatas” já tinham ganho a fama que as consagrou nos estereótipos como um género feminino “sublime”: “apetitosas”, “provocantes”, “luxuriosas”, “sensuais”, tão “cheias de fogo e luz nos seios da alma, e no olhar” que deslumbraram o português. A hospitalidade de todas as classes sociais foi outra característica destacada e concluía a sua missiva afirmando que tarde voltaria às terras da pátria, se voltasse.

A revista *Brasil-Portugal*, editada em Lisboa, também se empenhou nas comemorações e em divulgar aspectos da economia, da sociedade e da cultura brasileira. Nomeadamente, o número extraordinário comemorativo do descobrimento apresentou, a par dos inevitáveis artigos históricos, vários textos que punham a tónica no facto do Brasil ser um grande nação da América Latina que tinha forjado um modo de ser e de viver próprio, uma individualidade que não se confundia com o país colonizador¹⁸⁷⁶. A ideia do Brasil como país irmão era entendida como uma expressão afectiva, que sublinhava as ligações históricas e culturais entre ambos os países. Nesse aspecto, o artigo de Carlos Malheiro Dias mostrava a influência que os intelectuais e escritores portugueses ainda tinham no Brasil, no início do século XX. A nova geração de escritores brasileiros via como mestres Eça de Queirós e Camilo

¹⁸⁷⁴ *O Positivismo*, Revista de Philosophia dirigida por Theophilo Braga e por Julio de Mattos, Porto, 1879-1880, . 513

¹⁸⁷⁵ *O Occidente*, XXIII, nº 767, 20 de Abril de 1900, p. 93

¹⁸⁷⁶ Brito Aranha, “Brasil e Portugal” e Alfredo Gallis, “Salve Brasil”, in *Brasil-Portugal*, Revista Quinzenal Ilustrada, Nº Extraordinario – IV Centenario do Descobrimento do Brasil, 2º anno, Lisboa, [1900], p. 75 e 86

Castelo Branco e tinha produzido um leque de autores notáveis¹⁸⁷⁷. Essas relações privilegiadas que ainda se mantiveram entre as gerações comtianas e realistas de ambos os países tinham os dias contados. O movimento modernista brasileiro, na década de Vinte, pôs em causa a posição excepcional que os intelectuais portugueses tinham gozado durante o século XIX¹⁸⁷⁸.

Por outro lado, a imprensa portuguesa fazia eco das dificuldades por que passava a comunidade portuguesa em terras brasileiras, por causa da onda de hostilidade dos nativistas. O nativismo remontava aos séculos anteriores e tinha estado presente em conflitos importantes que opuseram oligarquias locais, compostas por indivíduos já nascidos no Brasil, e grupos provenientes de Portugal¹⁸⁷⁹. No final do século XIX, o movimento aparecia como a face radical do patriotismo republicano, misturado com o ressentimento popular contra os comerciantes portugueses¹⁸⁸⁰. De um lado e de outro, as posições extremavam-se e as relações azedavam com impropérios mútuos. A lusofobia brasileira provocou fortes reacções negativas em Portugal. Mas, ao mesmo tempo, em ambos os países havia quem lutasse para conseguir uma maior aproximação entre portugueses e brasileiros. A revista *Atlântida* (1915-1920) é um bom exemplo desse esforço¹⁸⁸¹.

Foi, neste contexto, que se realizou a primeira travessia aérea do Atlântico Sul e o governo português se associou às comemorações da independência do Brasil. Além da retórica política e diplomática de circunstância que a deslocação do

¹⁸⁷⁷ Carlos Malheiro Dias, “A geração nova no Brasil. Olavo Bilac, Coelho Netto, Luiz Murat, Aluisio Azevedo, Pardal Mallet”, *Ibid.*, pp. 77-78

¹⁸⁷⁸ Rui Ramos, *op. cit.*, p. 587

¹⁸⁷⁹ É o caso da guerra dos *mascates*, no século XVII, em Pernambuco, e da guerra dos *embuabas* na região de Minas Gerais, no século XVIII.

¹⁸⁸⁰ *Missão diplomática do conde de Paço de Arcos no Brasil, 1891 a 1893. Notas e relatórios*, Lisboa, 1974, citado por Rui Ramos, *op. cit.*, p. 587

¹⁸⁸¹ *Atlântida*. Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brazil, sob o alto patrocínio de S. Ex.^{as} os Ministros das Relações Exteriores do Brazil e dos Extrangeiros e Fomento de Portugal. Os directores foram: em Portugal, João de Barros; no Brasil, João do Rio. Chegou a ter uma edição em França, dirigida pelo escritor Graça Aranha.

presidente António José de Almeida provocou na altura, gerou-se um efectivo movimento de simpatia e abertura com efeito positivo nos dois países. Pelo menos em termos conjunturais, parecia que a fraternidade era possível entre as duas nações e dos dois lados do Atlântico choveram as declarações que irmanavam portugueses e brasileiros¹⁸⁸². Esta ideia ganhou ascendente sobre o paternalismo e passou a fazer parte dos *clichés* inevitáveis dos discursos produzidos no âmbito de encontros luso-brasileiros e, em especial, no ambiente próprio das comemorações.

A imagem dos índios e das populações negras de África era idêntica e ambos apareciam identificados com o “estado natural” ou “selvagem”. Mas a visão dos primitivos habitantes do Brasil foi muito influenciado pelo olhar ingénuo e simpático do relato de Pêro Vaz de Caminha. Em 1900, vários textos de divulgação sobre o descobrimento do Brasil basearam-se na carta para construir narrativas que estavam a meio caminho entre a história e a ficção¹⁸⁸³. Alberto Pimentel abalançou-se a escrever um romance sobre o tema que foi reeditado no ano do centenário. Uma história de amor nas terras virgens do Brasil quinhentista em que Jatahi simboliza, segundo o autor, o “coração feminino que, no exílio d’além-mar, suavisa o desalento, minora a angustia do emigrado” e Açú representa o “ciúme em plena natureza, o homem entregue às paixões primitivas, forte como a sua raça, mortífero e vingador como a flecha do seu arco”¹⁸⁸⁴. Contudo, os piores actos de traição, ciúme e vingança da novela não são cometidas pelos índios, mas pelos portugueses “porque a civilização tem sido muitas vezes mais barbara que a barbarie”. A imagem desses índios

¹⁸⁸² Ver, por exemplo, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 152, de 7 de Setembro de 1922 e os discursos de António José de Almeida, em *Quarenta anos de vida literária e política* (vol. IV, Lisboa, 1934, pp. 209-289). Do lado brasileiro, *A Exposição de 1922*. Órgão e propriedade da comissão organizadora, 1922-23 e o *Livro de Ouro Commemorativo do Centenario da Independencia e da Exposição Internacional*, Rio de Janeiro, [1923]

¹⁸⁸³ *O Descobrimento do Brazil. Narrativa de um marinheiro*, Lisboa, Empresa “O Occidente”, [1900]; Faustino da Fonseca, *A Descoberta do Brazil*, Lisboa, Empresa do jornal “O Seculo”, 1900

¹⁸⁸⁴ Alberto Pimentel, “Prologo da 1ª edição” in *O Descobrimento do Brazil*, 2ª ed., Lisboa, 1900, p. XII e XIII

primitivos ficou muito associada à ideia do “bom selvagem” e do paraíso terrestre com que os europeus sempre sonharam.

A ideia da crueldade e violência também fazia parte dos estereótipos sobre os índios, geralmente associada à prática da antropofagia que tanto tinha chocado os padres missionários e os europeus. Na *História da Colonização Portuguesa do Brasil* refere-se a “ferocidade animal” das guerras constantes entre os índios e os “ritos canibalescos”, bem distintos da visão idílica¹⁸⁸⁵. Os povos africanos tinham em comum com a imagem dos índios a selvajaria, a indolência, a preguiça e a sensualidade. Estas representações assentavam em preconceitos ancestrais e justificavam as práticas discriminatórias e repressivas do colonialismo. Contudo, nos discursos comemorativos esse lado das práticas coloniais era naturalmente escamoteado e salientado tudo o que podia reforçar a ideia da bondade da colonização portuguesa. Os povos colonizados, em particular os aborígenes brasileiros e os africanos, eram com frequência apresentados como homens num estado de infantilidade, o que dava lugar a um discurso de tipo paternalista.

Muito diferente era a imagem dos outros europeus em relação aos quais os portugueses gostariam de ser *primus inter pares* ou, pelo menos, realmente iguais. Mas em grande parte do período em análise há subjacente a dolorosa consciência de uma inferioridade. Primeiro, traduziu-se na ideia da decadência e no pessimismo que marcou toda uma geração de vencidos e, em seguida, no culto nacionalista e imperial do “Portugal maior” que seria capaz de redimir o país da sua fraqueza na cena internacional. Com o advento do Estado Novo, procurou afirmar-se de forma sistemática a ideia da grandeza e do valor de Portugal. Nas comemorações do Duplo Centenário aparecia como um oásis de paz e um exemplo para o resto do mundo. Em 1960, o país era erigido em guardião e heróico defensor da Civilização Ocidental, contra uma Europa que, aos olhos dos

¹⁸⁸⁵ Carlos Malheiro Dias (dir.), *op. cit.*, p. XXV

ideólogos do regime salazarista, abdicava da sua missão histórica. Os portugueses erguiam-se, assim, a um plano de superioridade moral sobre os outros países europeus, dos quais o regime continuava a esperar o necessário apoio político.

Geralmente, os centenários tiveram como uma das motivações mais importantes recordar o papel histórico dos portugueses e salientar a importância do país como potência colonial. Presente estava sempre a ideia da cobiça que as colónias portuguesas despertavam nas outras potências europeias e a vontade de mobilizar os próprios cidadãos nacionais para a necessidade de defendê-las a qualquer custo. Deste modo, os discursos comemorativos reflectem as tensões latentes em cada conjuntura e o apelo ao reconhecimento, se não mesmo à gratidão, pelo contributo da nação portuguesa para a afirmação da Civilização Ocidental no mundo.

O discurso comemorativo oficial é etnocêntrico, mas não é contra os outros povos e nações com as quais os portugueses mantiveram relações históricas. A visão apresentada aposta no consenso e evita, de forma muito diplomática, os conflitos e as imagens negativas em relação aos outros povos europeus. Em relação aos ingleses, apesar de todos os agravos conhecidos, recordava-se sempre a antiga aliança e a Marinha britânica foi uma presença frequente nos centenários, desde o século XIX. Quanto aos espanhóis havia o cuidado de distinguir entre o passado, em que tinham sido “inimigos” dos portugueses, e as relações amistosas do presente. A presença de embaixadas especiais e de representantes diplomáticos dos vários países nas celebrações era desejada pelos governos e criava um ambiente propício ao elogio mútuo e à confraternização.

No quadro geral das comemorações acabou por se escamotear o lado menos positivo da história e por considerar que a colonização portuguesa não se comparava com “os processos de recalcação e de extermínio das raças indígenas usados pelos espanhóis na América do Sul e Central e pelos ingleses na América

do Norte”¹⁸⁸⁶. Sobre os outros países colonizadores recaíam os piores libelos, enquanto Portugal se podia orgulhar de ter praticado, desde o início, uma “política admirável de inspiração cristã, fraterna e libérrima, que transformou, e continua transformando, os indígenas em homens civilizados, sem qualquer violência ou constrangimento de carácter ideológico ou religioso”, como afirmava Caeiro da Mata, em 1960¹⁸⁸⁷. Deste modo, se atribuía aos portugueses uma certa superioridade moral que se teria mantido como característica principal da sua actuação colonial e que justificava a continuação da sua obra civilizadora.

Memória e identidade

Os discursos das comemorações que foram objecto da nossa análise confluem todos na construção da memória colectiva e da identidade nacional dos portugueses. Por isso, os grandes temas mantiveram uma estabilidade e permanência assinalável ao longo deste período cronológico que, basicamente, coincide com a estruturação do “Terceiro Império” e a afirmação do nacionalismo português. Este foi forjado no quadro de uma quase permanente crise interna, provocada pela dificuldade de adaptação do país aos modelos de desenvolvimento contemporâneos. O passado aparecia, neste contexto, aos olhos das elites nacionais como um paradigma de excelência que tinha de ser recordado e reencenado em sucessivas celebrações. Dele as ideias que importava valorizar eram a origem remota e a antiguidade da nação, os seus momentos áureos, ligados ao mítico processo da expansão e construção dos

¹⁸⁸⁶ Lourenço Cayolla, *op. cit.*, p. 16

¹⁸⁸⁷ Discurso do Presidente da Comissão Executiva, Prof. Doutor José Caeiro da Mata no acto de posse da Comissão Ultramarina, in *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. I, p. 138

impérios, e a permanência de uma vontade de autonomia e independência que eram o garante, afinal, da sua perenidade.

Os heróis e os acontecimentos celebrados relacionam-se directamente com qualquer uma destas visões do passado. Assim, na extensa plêiade conservada pela memória, podemos distinguir: Viriato e os míticos lusitanos que resistiram às invasões romanas, símbolos da ancestralidade da nação portuguesa; D. Afonso Henriques, erigido em fundador da nacionalidade; Nuno Álvares Pereira e D. João I, mestre da nação que se abre para a cruzada da expansão; a “Ínclita Geração” e, em especial, a figura sobre-humana de D. Henrique, homem de ciência e cruzado tardio, o único que tem o globo do mundo na mão; os Restauradores e, em especial, D. João IV, reinventado nas comemorações de 1940 como expoente de um nacionalismo *avant la lettre*; Camões, transformado em símbolo da Nação imperial; os heróis descobridores e conquistadores, personalizados pelos vultos maiores de Vasco da Gama e Afonso de Albuquerque; e, por último, os heróis da ocupação colonial e da edificação do Império Africano, representados por Mouzinho de Albuquerque e António Enes. Nem todos foram objecto de centenários entre 1880 e 1960, mas não deixaram de ser comemorados de outras formas, nomeadamente através de monumentos e publicações.

Estas figuras estão, em geral, associadas a acontecimentos mitificados. Como vimos nas páginas anteriores, a memória colectiva não precisa as datas dos eventos celebrados que resultam muitas vezes de vagas referências e da tradição estabelecida por certos cronistas. O tempo da memória é uma categoria indefinida, sujeita a vários atropelos e que tende a fixar-se em determinadas datas que têm a seu favor o argumento da autoridade e da tradição. Assim, em 1940 estabeleceu-se arbitrariamente 1140 como o ano da independência do reino e da “fundação da nacionalidade” e 1540 como o do fastígio do império. Já 1640 tinha a seu favor uma tradição que remontava às celebrações regulares do dia 1 de Dezembro. Muitas outras

datas foram estabelecidas com o mesmo argumento, quando não havia certezas e provas irrefutáveis que apontassem para uma data precisa.

Em última análise, a data de muitas celebrações depende de interesses conjunturais dos patrocinadores dos centenários e de um sentido de oportunidade que actualiza os próprios referentes da memória em função dos valores do presente. Mas a data é somente um dos aspectos do problema da indefinição do tempo da memória que é, em geral, um tempo mítico. As suas características mais evidentes são a continuidade e a ausência de rupturas, porque em última análise remete para valores essenciais que se consideram permanentes. É, por conseguinte, um tempo circular que retorna sem cessar a uma época heróica, de esplendor de Portugal, e “presentifica” esse passado em função das aspirações do futuro.

A ideia da ascensão, apogeu e declínio das civilizações marcou as interpretações historiográficas e a memória. Nesta óptica organicista da história, a Nação portuguesa teria conhecido uma evolução do mesmo género, situando-se tradicionalmente o período áureo entre o início do século XV, mormente com a tomada de Ceuta, e o primeiro quartel do século XVI, no término do reinado de D. Manuel I. Mas a questão está longe de ser pacífica. Desde o período quinhentista que as opiniões se dividem quanto aos efeitos da expansão na sociedade portuguesa.

Uma corrente de opinião bastante forte viu nela a fonte de todos os males e a origem da decadência nacional. Em *Os Lusíadas*, Camões fez eco desses sentimentos na fala do Velho do Restelo, figura veneranda que vem denunciar, na hora da partida da armada do Gama, os malefícios da ambição de mandar e da “vã cobiça” desta vaidade a que chamamos Fama, com a qual o “povo néscio” se engana. Por causa de ambas, surgem as guerras e a “inquietação da alma e da vida”, assim como das navegações e conquistas advirá o despovoamento do reino, a desordem social e

moral, os desastres por correr atrás de outros reinos e minas de ouro¹⁸⁸⁸. Esta condenação global da expansão¹⁸⁸⁹ restringiu-se noutros autores da época moderna a uma discussão sobre os efeitos negativos do excesso de riquezas, nomeadamente o abandono do comportamento guerreiro dos conquistadores a favor da mercancia. Mas também houve quem visse na incapacidade da aristocracia portuguesa em desenvolver o comércio em bases modernas a causa da ruína do país.

O século XIX herdou a problemática e desenvolveu-a no quadro das novas concepções filosóficas e interpretações da história¹⁸⁹⁰. Como é normal, podem registar-se posições diversas quanto à periodização e às explicações do apogeu e declínio da nação que ressoam, pontualmente, nos discursos comemorativos. Contudo, sob o influxo da necessidade de afirmação do imperialismo português, a ideia que prevaleceu nos centenários analisados foi a identificação do período áureo com o processo geral das navegações, descobrimentos e conquistas que tiveram no reinado do Venturoso o seu momento alto. Neste reinado situavam alguns também os gérmens da decadência que haviam de conduzir ao “inepto” e “fanático” D. João III. O estabelecimento da Inquisição em Portugal foi o acontecimento que marcou, para boa parte da memória liberal e republicana, o princípio do fim da era privilegiada que os portugueses tinham vivido. Mas uma leitura estritamente nacionalista da história foi impondo o domínio filipino como a verdadeira razão da decadência de Portugal¹⁸⁹¹. Em qualquer dos casos, as posições mais comuns remetiam para factores de ordem cultural e políticos as causas do declínio, esquecendo os aspectos económicos e sociais bem mais complexos.

¹⁸⁸⁸ Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar (Séculos XIII-XVIII)*, Lisboa, Difel, 1990, p. 149

¹⁸⁸⁹ O ancião chega ao ponto de considerar maldito o primeiro homem que lançou um navio no mar: “Oh! Maldito o primeiro que, no mundo, / Nas ondas velas pôs em seco lenho!” (Canto IV- Est. XCVIII)

¹⁸⁹⁰ Ver sobre o assunto: Sérgio Campos Matos, *op. cit.*, p. 350-384

A visão da história que perpassa nos discursos comemorativos pode globalmente caracterizar-se como etnocêntrica e nacionalista. É um discurso sobre *nós*, povo ou nação, colectivo com um determinado percurso histórico que é reafirmado em cada comemoração e serve como quadro de referência para afirmar uma identidade comum. Já referimos a propósito do luso-tropicalismo os dois paradigmas em que tem assentado a ideia sobre o modo de ser português: o Ulisses e o Velho do Restelo, símbolos de uma tensão entre o navegador, o aventureiro e o homem enraizado na terra. O primeiro foi, naturalmente, o principal objecto das celebrações nacionais. Reencontramo-lo em sucessivos heróis comemorados, no sonho de grandeza, no espírito de aventura, na entrega aos grandes ideais e no desejo de romper os limites de um viver pequeno. São projecções, afinal, de uma imagem idealizada do povo português que alguns também viram simbolizada na figura trágica de D. Sebastião. Mas não só: acima de tudo trata-se da imagem de um povo que se expandiu para além das suas fronteiras e construiu sucessivos impérios. O elemento aglutinador de todas estas representações é, por conseguinte, uma concepção imperialista da nação que, desde o final do século XIX, foi tónica do nacionalismo português.

A questão do império foi, geralmente, vista não como uma opção política dos governos, susceptível de ser discutida e posta em causa, mas como algo intrínseco da própria identidade nacional. Foi o facto de Portugal ter virado as costas a Castela e escolhido a via marítima, atlântica, e a expansão territorial que permitiu afirmar a individualidade do país, no contexto da Península Ibérica. Assim sendo, a própria sobrevivência da nação jogava-se na preservação dessa dimensão atlântica e extra-europeia do Estado português. Por isso, chegou a ser pontualmente sugerida a alienação de algumas regiões mais remotas do império, mas estava fora de cogitação

¹⁸⁹¹ Teixeira Bastos escreveu, em 1880: “Portugal em 1580, pouco depois da morte de Camões, caiu em poder de Filipe II; e na realidade nesse ano deixou de existir para a vida historica e civilisadora (...)” – *Luiz de Camões e a nacionalidade portugueza*, Lisboa, 1880, p. 8-9

que Portugal pudesse desfazer-se de todos os territórios por si administrados. O império era não só o garante da independência nacional, mas também a única possibilidade de o país dispor de um lugar relevante na cena internacional. A nação pequena, pobre e fraca, face à vizinha Espanha e a uma Europa desenvolvida, redimia-se dessa imagem no sonho de um “Portugal maior” e imperial. Era isto, basicamente, que se pretendia que o país recordasse nas grandes comemorações nacionais, desde o século XIX.

Erigiui-se o processo de colonização e edificação de impérios em *missão, vocação e destino* de Portugal. A missão apostólica e evangelizadora transformou-se em missão civilizadora, sem nunca perder as primitivas características cristãs e ecuménicas mesmo no quadro do discurso laico do republicanismo. A vocação era a forma neutra de se referir a ideia de missão, demasiado conotada com uma linguagem religiosa, e de salientar a especial aptidão dos portugueses como povo de colonizadores. Neste aspecto, algumas das ideias que Gilberto Freyre apresentou como características do modo português de colonizar já estavam presentes nos discursos anteriores e faziam parte da identidade construída pelas elites portuguesas. Podemos destacar a especial capacidade de adaptação dos portugueses a outras regiões, a plasticidade dos comportamentos, o pragmatismo, a fusão dos elementos metropolitanos e dos naturais num processo lento de aculturação.

A fixação noutras regiões do mundo, mormente no Brasil, levou os portugueses a criar raízes e a desenvolver afectos que “deram assim origem a uma nova raça inteligente, activa e empreendedora, capaz de acompanhar e de se igualar às mais adiantadas do universo”¹⁸⁹². Sem ser expressamente assumido como tal, o tema da mestiçagem já estava presente nas representações sobre a colonização portuguesa. O exemplo histórico era o dos casamentos mistos preconizados por

¹⁸⁹² Lourenço Cayolla, “A obra da colonização portuguesa” in *Boletim Geral das Colónias*, Ano 2, Nº 7, Janeiro de 1926, p. 15

Afonso de Albuquerque para fixar os portugueses na Índia ou os mestiços brasileiros – o “mameluco”, segundo o termo adoptado na obra dirigida por Carlos Malheiro Dias. O resultado dessa política e comportamento dos portugueses foi objecto de larga controvérsia e há adeptos e detractores daquele procedimento. Nas políticas seguidas pelos governos nas colónias africanas tais ideias não tiveram expressão e, ao invés, defendeu-se durante muito tempo uma estrita separação, traduzida num estatuto especial para os indígenas¹⁸⁹³. Apesar disso, pôde manter-se como corolário da bondade e proximidade fraterna dos portugueses em relação aos povos colonizados a ficção de um povo especialmente dotado para fundir-se com os outros.

A vocação colonial foi vista também como manifestação de uma tendência para o universalismo. Salazar referiu-se-lhe nos seguintes termos, no discurso de abertura das Comemorações Centenárias proferido em Guimarães: “Através de séculos e gerações mantivemos sempre vivo o mesmo espírito conciliável com a identidade territorial e a unidade nacional mais perfeita da Europa, uma das maiores vocações de universalismo cristão”¹⁸⁹⁴. A mesma ideia se encontra em discursos liberais e republicanos, geralmente expurgada da referência à religião. O universalismo reside na adesão aos valores da Civilização e no facto de Portugal ter assumido a missão de espalhá-los pelo mundo – missão laica e humanista para uns ou, na visão católica dominante, missão providencial e sagrada. A nação portuguesa não se encontra isolada, mas solidária com a grande obra civilizacional de outros povos europeus. Como referiu o ministro Armindo Monteiro, “o sentido do império estará assim para nós longe de qualquer ideia hegemónica: no concerto dos povos

¹⁸⁹³ O “absurdo” dos indígenas serem considerados pela legislação portuguesa cidadãos iguais aos outros foi duramente criticado pelas correntes práticas do colonialismo do final do século XIX, nomeadamente António Enes e Mouzinho de Albuquerque. Por isso, acabou por implantar-se um sistema de diferenciação e criar-se o estatuto do “assimilado” para aqueles que preenchessem determinados requisitos que só no início dos anos sessenta foi abolido.

¹⁸⁹⁴ *Revista dos Centenários*, Junho de 1940, p. 24

reivindicamos sòmente o direito de activos colaboradores”¹⁸⁹⁵. Portugal não podia limitar-se a ser uma nação que tinha colónias para dominá-las e explorá-las em proveito próprio. Tinha de ser uma unidade e uma “solidariedade viva em quatro partes da terra”, segundo o mesmo ministro das Colónias. Afirmava-se, assim, uma concepção orgânica do império, fundamentada numa organização hierárquica, disciplinada, solidária e centralizada na metrópole.

A faceta imperial de Portugal não era um acidente histórico e algo de descartável: “Ao contrário de outras potências coloniais modernas, o que consolidou a unidade nacional de Portugal, o que lhe deu coesão e carácter colectivo, foi principalmente a titânica tarefa colectiva da expansão ultramarina, a anexação, nacionalização e administração de novos territórios, a dilatação da Fé e do Império”¹⁸⁹⁶. Assim resumiu Carlos Selvagem uma ideia que andava a ser dita de várias maneiras pelos mais diversos autores desde o século XIX. Portugal só se tornara uma nação com uma vida própria e autónoma quando saíra a cruzar os mares. A dimensão transoceânica e transcontinental do Estado português fora a base da sua grandeza e identidade – “milagre de energia, de audácia e de vontade sem semelhante no quadro das nações europeias”¹⁸⁹⁷. Caso singular e misterioso de um país de escasso território, reduzida população e fracos meios materiais que pôde criar “em seu seio princípios norteadores de acção universal, irradiar fachos de luz que iluminem o Mundo”¹⁸⁹⁸. Portugal não era uma nação pequena, nem em território, nem em dimensão moral. Esta ideia foi exaustivamente glosada pela propaganda do Estado Novo, mas já estava presente nos discursos republicanos quando se tratava de enaltecer a acção colonial do país.

¹⁸⁹⁵ “O espírito imperialista” in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 5º, No 1-12, Janeiro a Dezembro de 1932, p. 368

¹⁸⁹⁶ Carlos Selvagem, “Literatura portuguesa de ambiente exótico” in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano 2, Nº 8, Fev. de 1926, p. 11

¹⁸⁹⁷ *Idem*, p. 10

As colónias e o império faziam parte da “herança sagrada” e o destino dos portugueses era continuar a sua missão histórica de colonizar e civilizar outros povos. Em 1898, a missão consistia em fundar os impérios do futuro no chão virgem da terra africana, como reza o hino do “Centenário da Índia”, de Fernandes Costa. Posteriormente, a principal tarefa foi defensiva e de luta contra as ameaças, reais ou imaginárias, que pairavam sobre a integridade dos territórios administrados por Portugal. Vários centenários receberam das conjunturas desfavoráveis aos interesses coloniais do país o seu principal *élan* e razão para serem comemorados, como vimos no primeiro capítulo. A sacralização do império e o facto do colonialismo se afirmar como um destino nacional retirou margem para a sua contestação¹⁸⁹⁹. Além disso, foi a base de uma identificação da nação com a ideia colonial e o império que se manteve praticamente intacta até à crise dos anos sessenta. Pensava-se que, se “por qualquer cataclismo social, dentro ou fora das nossas fronteiras, Portugal se vir desapossado dos seus territórios ultramarinos, nesse dia Portugal terá perdido a sua própria alma, mais ainda que uma riquíssima fonte de recursos materiais e de riquezas económicas”¹⁹⁰⁰. A existência e a autonomia do país, a própria identidade nacional dependiam da conservação do império.

As colónias não eram somente o pergaminho de velhas glórias, mas a razão de ser da existência livre e independente de Portugal. O Estado Novo consagrou este princípio, em termos constitucionais: “É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas [...]”¹⁹⁰¹. Isso transformava a defesa do património

¹⁸⁹⁸ “Discurso do Presidente do Conselho, em Guimarães, no dia 4 de Junho de 1940, na cerimónia comemorativa da fundação” já citado.

¹⁸⁹⁹ Basta recordar que só em 1957, no V Congresso do Partido Comunista Português, foi adoptada uma posição de princípio oficial em defesa do direito à autodeterminação e independência dos povos das colónias, sob forte pressão da URSS. Fernando Rosas, “Estado Novo, Império e Ideologia Imperial” in *Revista de História das Ideias*, vol. 17, 1995, p. 22

¹⁹⁰⁰ Carlos Selvagem, *op. cit.*, p. 12

¹⁹⁰¹ Cit. Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 23

colonial e a sua exploração num imperativo categórico. Era também o culminar de um processo de maturação ideológica das ideias coloniais e imperialistas em Portugal. O passo seguinte foi magistralmente sintetizado pela expressão Mundo Português, adoptada nas comemorações de 40. Já não se tratava de um mero império como tantos outros ao longo da história, mas de um mundo novo forjado pelos portugueses. Um mundo espraído por vários continentes, cuja cabeça era a metrópole. Na linguagem corrente continuava a referir-se as colónias, mas subtilmente começavam a deixar de ser vistas como um elemento exterior. A dicotomia metrópole/colónias tinha os dias contados, pelo menos no plano ideológico. A síntese que se procurava não podia contentar-se com os antigos termos ainda utilizados por Armindo Monteiro, nos anos trinta, na defesa de uma mística imperial.

O império era uma expressão conotada de forma negativa, tal como colónias e colonialismo. Tornava-se necessário reinventar as palavras e os conceitos num pós-guerra dominado pelos movimentos autonomistas e o desmoronar dos impérios. Não era preciso ir muito longe, bastava recuperar a designação de Províncias Ultramarinas que tinha sido utilizada noutras épocas. Já no ano dos Centenários, Afonso Lopes Vieira escrevia¹⁹⁰²:

*Lá para além do mar há terras nossas,
A Fé e o Império no-las foi criando
E tão nossas ficaram
Pelo sangue, pela alma,
Que até hoje por nossas se guardaram
Entre ansiosas cobiças erriçadas
Que as espreitam gulosas.*

¹⁹⁰² Afonso Lopes Vieira, “Mouzinho” in *Gil Vicente*, vol. XVI, Jan.-Dez., Guimarães, 1940, p. 160

São as nossas províncias
– oh! desterrai de vez
o nome vil colónias
que não é português! –

Deste modo, a revisão constitucional de 1951 decretou a integração das colónias no corpo da nação, passando oficialmente a designá-las como Províncias Ultramarinas e o império como Ultramar. Não se tratou de uma simples operação de cosmética política, mas a consequência lógica de se considerar as colónias como algo intrínseco da identidade nacional. A pressão das circunstâncias não pode, obviamente, deixar de ser tida em conta para explicar o momento em que ocorreu a mudança dos nomes, mas representa também a assunção em termos constitucionais de um discurso que tinha fortes antecedentes.

Vinte e cinco anos antes já se afirmava sem reboços: “Os nossos domínios ultramarinos são tão naturalmente território nacional como as Beiras, o Minho ou o Algarve”¹⁹⁰³. E Ana Osório de Castro tinha escrito, num opúsculo recomendado pelo Ministério da Instrução para as “leituras cívicas”: “temos uma enorme Pátria espalhada pelo mundo, e em toda a parte onde flutue a bandeira, que é o seu símbolo sagrado, essa é a nossa terra”¹⁹⁰⁴. Era, no fim de contas, a consagração do sonho do “Portugal maior”, da “Nação una” – segundo a expressão de Norton de Matos – que uma geração nacionalista forjara como resposta para os problemas do país. Daí à fórmula da “Nação una e indivisível”, do Minho a Timor, ia um pequeno passo que a conjuntura internacional justificou. A identificação do Estado com a nação e desta com o império impunha uma visão de tal modo totalitária que transformava em

¹⁹⁰³ Carlos Selvagem, *op. cit.*, p. 10

¹⁹⁰⁴ Ana Osório de Castro, *De como Portugal foi chamado á guerra*, 2ª ed., Lisboa, 1919, p. 3

“traidores” e “anti-portugueses” todos aqueles que ousassem pôr em dúvida as opções políticas do regime salazarista em relação às colónias.

O eco que as ideias de Gilberto Freyre tiveram em Portugal logo nos anos trinta, em vários quadrantes ideológicos, anunciava já a reelaboração em curso do problema da identidade portuguesa para absorver a ideia de uma nação com um destino que transcendia as fronteiras originais. A posteridade viria a demonstrar as potencialidades de uma teoria que deixou marcas fortes num certo imaginário nacional que ainda hoje são perceptíveis¹⁹⁰⁵.

O regime salazarista também acabou por servir-se de algumas teses gilbertianas no quadro da ideologia oficial, mas sem abandonar a perspectiva lusocêntrica e nacionalista. Estava longe da sua visão do mundo a edificação de uma “civilização luso-tropical” que implicasse a diluição da matriz portuguesa num produto híbrido. Gilberto Freyre defendia, por exemplo, que o “Cristianismo deve, no Brasil, como no Oriente e nas Áfricas portuguesas, reflectir uma realidade que, condicionada pela predominância da nossa formação luso-tropical, é étnica e culturalmente uma realidade cada dia mais extra-europeia, embora de modo algum antieuropeia [...]”¹⁹⁰⁶. O que diz sobre a religião estende-se a todos os aspectos da vida e da cultura que caracterizam a “civilização luso-tropical”. A sua perspectiva não é declaradamente nacionalista nem “lusio-etnocentrista”, mas transregional e tropicalista¹⁹⁰⁷.

Ora, o objectivo do regime salazarista consistia em nacionalizar os territórios sob a administração portuguesa, integrando-os numa unidade política e económica definida pelo interesse português. Nesse ponto, continuavam absolutamente válidas

¹⁹⁰⁵ Ver, por ex., Luís Cunha, *A Nação e o Império: A (Re)invenção do lugar de Portugal no Mundo*, Separata dos “Cadernos dos Noroeste”, vol. 4 (6-7), 1991, pp. 211-227

¹⁹⁰⁶ Gilberto Freyre, *O Luso e o Trópico*, p. 65

¹⁹⁰⁷ Nesta óptica, Gilberto Freyre criticou o pintor Cândido Portinari por as suas virgens, os seus santos, as suas sagradas famílias serem sistematicamente louras, róseas, albinas e, por isso, nada

as palavras de Armindo Monteiro: “Mas todos julgarão as cousas do mundo com um só pensamento: Portugal; e apreciarão os interêsse humanos com uma só medida: o interêsse português”¹⁹⁰⁸. Neste contexto, se compreendem as linhas orientadoras dos discursos comemorativos de 1960 e o facto de se ter elevado o Infante D. Henrique a patrono da nação multiracial e pluricontinental. Portugal, a “cidadela da ordem cristã”, nas palavras de Caeiro da Mata, continuava a sua cruzada em defesa da civilização ocidental e cumpria o seu destino de nação heróica e messiânica¹⁹⁰⁹. Não se tratava agora de salvar a Europa das hordas bárbaras do turcos, mas de preservar um mundo em rápido declínio e a dimensão imperial de um país periférico que temia o futuro se fosse amputado do seu passado.

Acima de todas as tergiversões ideológicas, o que estava em causa era um dos mitos mais caros do nacionalismo de feição autoritária e imperialista: o mito da grandeza da nação. Em 1922, Mussolini proclamava às massas fascistas italianas: “Criámos o nosso mito. O mito é fé, é paixão; não é necessário que seja uma realidade. É realidade pelo facto de ser incentivo, esperança, fé e coragem. O nosso mito é a nação, o nosso mito é a grandeza da Nação! E a este mito, a esta grandeza, que queremos traduzir numa realidade completa, nós subordinamos tudo o resto!”¹⁹¹⁰. Em Portugal, o Estado Novo também tinha consignado como nono princípio do seu decálogo “reintegrar Portugal na sua grandeza histórica, na plenitude da sua

conformes com o tipo predominante no Brasil que, numa perspectiva nacional, deviam em sua opinião reflectir (*Idem*, p. 64).

¹⁹⁰⁸ “O espírito imperialista” in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, serie 50, Nº 1-12, Jan. a Dez.1932, p. 368

¹⁹⁰⁹ Em Novembro de 1960, Salazar pronunciou um célebre discurso sobre “Portugal e a campanha anticolonialista”, amplamente divulgado, onde se referiu á necessidade de “segurar com uma mão a charrua e com a outra a espada como durante séculos usaram nossos maiores”. “Grandes sacrificios”, “absoluta dedicação” e, se necessário, o “sangue de nossas veias” ia ser necessário para manter a integridade da Nação. Esta era a “sina” dos portugueses, a “missão” da sua vida (Salazar, *Portugal e a campanha anticolonialista*, Macau, Imprensa Nacional, 1961, p. 18).

¹⁹¹⁰ Cit. Rui Ramos, *op. cit.*, p. 532

civilização universalista de vasto Império”¹⁹¹¹. Essa grandeza devia ser a principal fonte de orgulho dos portugueses e dispô-los a todos os sacrifícios para conservar a herança do passado¹⁹¹². Não era um tema novo, visto que desde a “afronta” do ultimato se apelava às armas sempre que o império era ameaçado. Combater por ele era equivalente a lutar pela pátria e levantar de novo o “esplendor de Portugal”, como reza *A Portuguesa*. O terceiro mandamento republicano também estipulara como dever de todo o português “ter o pensamento continuo no engrandecimento de Portugal”¹⁹¹³.

O *finisterra* português não se tinha contentado com o seu estreito horizonte e respondera ao apelo do mar:

Longe! Longe! Eis o mar que nos grita!

Repercute-lhe a voz cada peito;

É pequeno este carcere estreito ...

*Outra terra, outro mar, outro céu!*¹⁹¹⁴

Esse chamamento do mar e da distância era visto como uma das características fundamentais do modo de ser dos portugueses. O “génio de aventura” foi definido por Teixeira de Pascoais como “a força que leva o homem a arriscar a sua vida individual, para conseguir um determinado fim colectivo”¹⁹¹⁵. Considerou-o uma das principais qualidades da “alma pátria”. Mas este elemento dinâmico e activo tem o seu reverso no “espírito messiânico” que emergiu após a derrota de Alcácer

¹⁹¹¹ *Decálogo do Estado Novo*, interpretação infantil em verso por Beatriz A. Pereira Tovar, Porto, Editora Educação Nacional, 1938, p. 49

¹⁹¹² Com referiu Salazar no seu discurso de 30 de Junho de 1961: “Nós somos uma velha Nação que vive agarrada às suas tradições, e por isso se dispõe a custear com pesados sacrifícios a herança que do passado lhe ficou” (*Não discutimos a Pátria*, Uma antologia de textos do Prof. Oliveira Salazar, Lisboa, 1961, p. 34).

¹⁹¹³ Ana Osório de Castro, *op. cit.*, p. 98

¹⁹¹⁴ Fernandes Costa, *Hymno do Centenario da India*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, p. 10

Quibir, personificado na figura do Encoberto. O sebastianismo era “o espectro divinizado da nossa grandeza morta, prometendo o seu regresso, numa encoberta manhã [...], na perspectiva de Pascoais¹⁹¹⁶”.

As grandes comemorações foram tributárias desse espírito saudoso de um passado de “glorias vetustas”¹⁹¹⁷, de “grandeza”, de “esplendor” e, em simultâneo, de um desejo de renascimento – “revivescência”, “ressurgimento” ou “ressurreição” – que tanto a I República como o Estado Novo projectaram nos próprios regimes. Afinal, o que todos os regimes políticos, desde a revolução liberal, pretendiam realizar era a regeneração da sociedade portuguesa e da nação, tendo como referência um passado mitificado e a história. Em Alexandre Herculano e nos seus discípulos, o paradigma era a Idade Média dos municípios, da descentralização e da liberdade, de um ideal de vida rural e sobriedade, que não tinha sido ainda maculado pela “vã cobiça” da expansão. A maioria dos autores, pelo contrário, viu no período seguinte o arquétipo de uma excelência da nação que servia de lição e modelo para o presente¹⁹¹⁸.

Os discursos comemorativos colocavam-se, em geral, num plano mítico e ideológico. A própria linguagem traduz essa postura quando se utilizam termos como missão, vocação, destino ou se classificam certos acontecimentos históricos como uma epopeia ou gesta, seja de heróis individuais ou colectivos. A heroicização da história é uma das formas de conferir uma dimensão mitificada às acções dos protagonistas e ao passado. Outra consiste em erigi-lo em paradigma de valores considerados essenciais e perenes, isto é, atemporais. Nesta perspectiva se consideravam as virtudes dos heróis, elevados à categoria de exemplos para as novas gerações. Libertos dos limites e contingências da condição humana, os heróis

¹⁹¹⁵ Teixeira de Pascoaes, *Arte de Ser Português*, Lisboa, 1978, p. 111

¹⁹¹⁶ *Idem*, p. 139

¹⁹¹⁷ Fernandes Costa, *Hymno do Centenario da India*, p. 11

personificam ideais que raramente se compadecem com a realidade e os factos históricos. Além disso, um estrito pragmatismo de carácter pedagógico tendia a escamotear, ou a esquecer, os aspectos mais complexos e menos luminosos da história. A imagem do passado surgia a preto e branco, em contrastes fortes e simplificada, com uma notória tendência para uma visão maniqueísta da história, em que o lado do bem era naturalmente identificado com Portugal e os portugueses. Temos ainda de acrescentar o anacronismo resultante de uma interpretação nacionalista da história relativamente a épocas em que os comportamentos não eram pautados por tais valores, pelo menos no sentido contemporâneo que lhes damos.

A memória nacional assim forjada através de sucessivas comemorações tem, por conseguinte, uma dimensão ideológica que atravessa o espectro político e partidário. Apesar dessa característica mais geral, podem notar-se diversas conotações, como vimos a propósito de vários heróis, e a celebração de uma figura como Mouzinho de Albuquerque foi especialmente mantida por sectores que se inseriam numa tradição autoritária e conservadora.

Trata-se de uma memória que foi construída, sobretudo, pelas elites políticas e estreitamente ligada ao Estado e aos vários regimes. Cada um deles procurou, dentro do respectivo quadro ideológico, reinventar um passado susceptível de lhe servir como dispositivo de legitimação do poder e das opções políticas. Mas, ao mesmo tempo, foi herdeiro de representações anteriores que estabelecem uma linha de continuidade entre elementos articuladores da identidade nacional, cujas ramificações se estendem nalguns casos até ao início da Idade Moderna. Basta recordar o caso do “mito de Ourique” e a concepção providencialista e messiânica do destino da nação que ainda reencontrámos, numa afloração serôdia, no centenário do Infante D. Henrique, em 1960.

¹⁹¹⁸ “O passado é lição, é modelo; / Cumpre tê-lo vivaz na lembrança, / Para dar-nos alentos de esperança, / E inspirar-nos palavras de fê” (*Idem*, p. 12)

Esta memória tem os seus lugares de peregrinação e os seus pontos de referência materiais inscritos no espaço nacional. Referimos no capítulo anterior os monumentos edificados no âmbito das comemorações, mas importa mencionar a valorização que foi sendo feita do património histórico. Os amigos de Fradique Mendes, personagem queirosiana onde o cosmopolitismo se alia à saudade por tudo o que considera genuinamente português, ainda se admiram por ele ir a Belém: “– Uma caleche! Para Belém! ... Há alguma coisa em Belém?”¹⁹¹⁹. Só um se atreve a murmurar, pensando na Arte, que há os Jerónimos. Também é verdade que o monumento esteve durante largos anos abandonado e num estado de ruína que não convidava a visitá-lo. O mesmo acontecia com muitos dos monumentos nacionais. A situação foi sendo progressivamente alterada, aos atropelos da legislação, das dificuldades financeiras e da burocracia. Tal como acontecia nos outros países europeus, foi-se tomando consciência que era necessário preservar os vestígios arqueológicos do passado e os monumentos históricos. A história desse processo político-cultural, que conduziu à formulação da própria ideia de património da nação, ainda está globalmente por fazer¹⁹²⁰, mas podemos já salientar o contributo que as comemorações analisadas deram para a identificação de determinados edifícios e espaços como lugares de memória.

Em primeiro lugar, destaque-se o papel central que Belém e o Mosteiro dos Jerónimos passaram a desempenhar na memória nacional: símbolos de uma época áurea e gesta colectiva que se revia nos seus pináculos erguidos ao céu. O primeiro passo nesse sentido foi dado pela trasladação dos restos mortais atribuídos a Camões e Vasco da Gama, em 1880. E culminou na realização da Exposição do Mundo

¹⁹¹⁹ Eça de Queiroz, “Correspondência de Fradique Mendes” in *Obras*, vol. II, Porto, Lello & Irmão Editores, s.d., p. 991

¹⁹²⁰ Cf. Paulo Oliveira Ramos, *Reviver o Passado (em torno da educação patrimonial e do ensino a distância)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Comunicação Educacional multimedia, Universidade Aberta, 1993, pp. 13-38 e a respectivas indicações bibliográficas.

Português naquele cenário privilegiado e no arranjo urbanístico do todo o local que criou a Praça do Império.

Em seguida, refira-se o Sacro Promontório, lugar mítico e romântico da memória, onde Sá da Bandeira tinha mandado colocar uma placa a recordar o Infante D. Henrique e os seus feitos. Foi palco de grandes e prolongadas controvérsias nacionais: as historiográficas sobre a sua real importância na história das navegações portuguesas; as urbanísticas e estéticas sobre o arranjo da zona e a implantação de um monumento. Mas, apesar disso, foi também o cenário de grandes cerimónias comemorativas que contribuíram para impô-lo no imaginário nacional e estrangeiro.

Noutro registo histórico, mais ligado à fundação da nacionalidade e à afirmação de uma vontade de autonomia de Portugal, impuseram-se o castelo de Guimarães e o Mosteiro da Batalha. Logo na sequência da comemoração do sétimo centenário da morte de D. Afonso Henriques, em 1885, foi colocada em Guimarães a estátua do rei, executada por Soares dos Reis. Mas foi, realmente, nas Comemorações Centenárias que o local se projectou como “berço da nacionalidade”. Já a Batalha tinha sido tradicionalmente local privilegiado de grandes celebrações nacionais e lá ficaram, em 1924, os restos mortais dos Soldados Desconhecidos, um da frente da Flandres e outro de África, em cripta ardente. O Mosteiro de Santa Maria da Vitória evoca a batalha de Aljubarrota, a dinastia de Avis e um período de ascensão nacional que culmina na edificação de outro símbolo maior que é o Mosteiro de Santa Maria de Belém.

As comemorações do período do Estado Novo, e em especial as de 1940, multiplicaram os lugares de memória, associados aos castelos e a espaços muito diversos que recordavam determinados acontecimentos. Como referimos, multiplicaram-se as peregrinações das autoridades pelo país e as cerimónias evocativas em diversos cenários. A nação transformava-se toda ela num espaço de memória que devia ser celebrado pelos portugueses.

No plano da retórica política e ideológica, a nação projectava-se num “Portugal maior”, composto por muitas raças e espalhado por vários continentes. A nação marítima, atlântica e transcontinental que se confundia com o império. Mas, na verdade, o senso mais comum sempre ligou a nação com a terra de origem, com o húmus onde os povos beberam o leite materno e onde estão as suas raízes mais profundas. Esta ideia parece atravessar todas as camadas da sociedade portuguesa e tem uma importante expressão literária e artística. Por isso, poucos seriam os que subscreveriam a ideia de que “não é inteiramente português, nem como tal se deve considerar, todo aquele que nado e criado em Portugal, não tiver vivido ainda em África ou no Oriente, ou não tiver pelo menos passado ao Oriente ou à África Portuguesa”¹⁹²¹. É evidente o exagero, mas não totalmente despropositado à luz da concepção de identidade nacional que analisámos antes.

O discurso recente das elites portuguesas procurou reabsorver o problema da perda do império e preservar desse passado o que era possível, dentro de novos parâmetros ideológicos. A expressão mais notável desse desiderato pode encontrar-se nas reflexões do ensaísta Eduardo Lourenço e é também a razão principal do seu sucesso entre as camadas mais cultas e informadas. Nos seus textos tem questionado os mitos, ideias e imagens que os portugueses forjaram sobre si e o seu destino, mas é também o produtor de um discurso que tem servido de referência para as representações actuais sobre a identidade nacional. Na sua perspectiva, a memória dos descobrimentos e da dispersão dos portugueses pelo mundo é um elemento crucial da identidade e da autoconsciência nacional que tem sobrevivido a todos os embates da realidade. Uma “espécie de bilhete de identidade que cada um de nós trás no bolso interior da sua alma: descobrimos e baptizámos a Terra, de Cabo Verde à Índia, do estreito de Magalhães às Filipinas”¹⁹²².

¹⁹²¹ Carlos Selvagem, *op. cit.*, p. 10

¹⁹²² Eduardo Lourenço, *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. 11

Num artigo publicado no jornal *Expresso*, em 1987, escreveu que se “sonharam sonhos maiores do que nós”, mas são eles que permitirão “sem perda de identidade, preservar uma presença nossa no mundo e do mundo em nós não muito indigna daquela que, num momento solar, nos definiu como povo de mediação europeia com vocação universal”¹⁹²³. O papel que os portugueses desempenharam na época das navegações e da abertura do mundo, na linguagem actual, continua a ser uma das mais consistentes e obsessivas referências da identidade nacional. Desfeito o império, o que sobra são as memórias que podem constituir o horizonte de um mítico futuro.

¹⁹²³ *Idem*, p. 23

CONCLUSÃO

Entre 1880 e 1960, ocorreu em Portugal um conjunto significativo de comemorações de centenários relacionados com a memória dos descobrimentos, do movimento geral da expansão portuguesa e da construção dos impérios. Apesar de se tratar de um período cronológico vasto e marcado por múltiplas transformações da sociedade portuguesa, há um nexos possível que se pode estabelecer entre os dois momentos: a definitiva viragem para África, a estruturação do chamado Terceiro Império e a progressiva afirmação de um nacionalismo de feição imperialista que atingiu o paroxismo no quadro político e ideológico do Estado Novo. Se o primeiro centenário se situa numa década em que os interesses coloniais portugueses vão começar a estar na ordem do dia da política nacional, o último anuncia já o princípio do fim do império. Neste lapso de tempo, os governos portugueses procuraram afirmar o país como potência colonial, com uma dimensão extra-europeia e uma missão a desempenhar na história da civilização.

Assim, entre uma data e outra podemos situar o essencial do percurso imperialista do país, cujo declínio inexorável já se anunciava desde o pós-guerra. De forma significativa, o período iniciou-se sob a égide de Camões e fechou com o Infante D. Henrique, ambos figuras emblemáticas da nação e símbolos da dimensão imperial que se pretendeu conferir a Portugal. Entre os dois centenários, ao sabor das múltiplas comemorações analisadas, se foi (re)inventando a memória colectiva e a identidade nacional. Como elemento comum e marcante das representações destaca-se a ideia de uma nação com uma vontade ou, na visão fatalista, um destino de

edificadora de impérios, cujo domínio sobre outros povos tinha como objectivo conduzi-los a beber na fonte da fé ou do conhecimento de que se sentia portadora.

Partindo da noção antropológica de que a nação é uma “comunidade imaginária” e o nacionalismo uma *forma de cultura* que veio a alcançar uma ressonância global¹⁹²⁴, vimos as comemorações dos aniversários dos grandes homens e acontecimentos indicados como uma prática cultural destinada a criar um estado de comunhão, unidade e identidade colectiva, cujo quadro territorial e político é o Estado. No caso português, esse Estado tinha uma dimensão que transcendia as fronteiras originais da nação e que se procurou, paulatinamente, afirmar como um Império. As práticas e ritos comemorativos *re-apresentam* o percurso histórico da nação, os seus símbolos identificadores e a imagem que a comunidade tem de si própria e dos outros. Conferem *sentido* ao conjunto formado pelos indivíduos e grupos sociais que compõem aquela unidade política, fornecendo-lhes uma dimensão identificadora que os transcende e aproxima. Buscam, por conseguinte, o *consenso* e a unanimidade, mas não deixam de ser afectados pelas contradições e tensões sociais existentes nem de apresentar uma visão do mundo que traduz as concepções ideológicas dos grupos sociais dominantes e do poder vigente. A única excepção foi o tricentenário de Camões que serviu de tribuna aos republicanos em plena Monarquia Constitucional. Permitem, finalmente, exercer um controlo cognitivo na medida em que proporcionam uma versão oficial do passado, presente e futuro da comunidade nacional e da estrutura política através de representações simbólicas da Nação, do Império e dos próprios regimes.

As cerimónias comemorativas podem distinguir-se de outro tipo de rituais pelo facto de se referirem explicitamente a pessoas e a acontecimentos prototípicos¹⁹²⁵ que, no caso em análise, tiveram uma existência histórica, mas foram profundamente

¹⁹²⁴ Benedict Andersen e Anthony D. Smith, obras já citadas.

¹⁹²⁵ Paul Connerton, *op. cit.*, p. 75

mitificados. Seja como for, trata-se de algo ausente que se pretende tornar presente e, por isso, os ritos evocativos ocupam um lugar central na liturgia da comemoração. O termo *evocare* prende-se originalmente com os ritos mágicos de chamar os mortos ou as suas almas. Mantém uma estreita relação com *invocare* que consiste em pedir auxílio, particularmente o divino ou sobrenatural. Mesmo de forma remota e inconsciente, quando uma sociedade evoca os seus antepassados e os seus feitos está de alguma forma a colocar-se sob a sua protecção e a solicitar a ajuda de forças superiores em relação ao seu destino. Está, ainda, a proceder a uma operação colectiva de identificação com eles e com as ideias que tem de si própria e a reafirmar a continuidade.

Os indivíduos e os grupos sociais que formam a nação interligam-se num plano que só pode ser o do imaginário e das representações sobre *nós* como povo ou comunidade nacional. As comemorações contribuem para esse processo mais geral de identificação colectiva que permite *religere* os membros da nação de três formas: em primeiro lugar, (re)produzindo narrativas sobre a história da comunidade e símbolos susceptíveis de funcionar como elementos identificadores; em seguida, desenvolvendo um conjunto de práticas ritualizadas que visam fazer reconhecer essa identidade; por último, instituindo formas definidas e recorrentes de assinalar de modo visível a existência da comunidade nacional.

A repetição tem uma importância fundamental na construção da memória e é nuclear para a comemoração. Processa-se desde logo na forma como o calendário é cíclica e regularmente marcado por eventos destinados a introduzir na rotina dos dias uma espécie de pausa, um momento de evocação e, sobretudo, de introspecção colectiva, em que uma comunidade é chamada a reavaliar o seu presente à luz do passado e das aspirações em relação ao futuro. E continua na forma como são repetidas as acções: as mesmas práticas e ritos, nas mesmas datas para recordar os mesmos personagens, os mesmos acontecimentos, os mesmos símbolos. Toda a

comemoração vive da afirmação obsessiva do mesmo¹⁹²⁶. Deste modo, reafirma-se a identidade e a permanência da comunidade.

Os centenários das últimas décadas do século XIX deram lugar a um modelo de comemoração que herdou, naturalmente, aspectos das celebrações e tradições festivas do passado. A sua força em termos de impacto público reside na forma como se consegue equilibrar as componentes fundamentais do modelo, isto é, as mensagens que se pretendem veicular, as práticas discursivas utilizadas para o efeito e a forma como se articula toda a encenação e o espectáculo que permite evocar e dar a *ver* objectos ausentes ou abstractos. Destes últimos factores depende, em grande medida, o sucesso da comemoração.

Como característica mais geral salienta-se o carácter plural e diversificado das práticas e ritos que faziam parte dos programas das comemorações. Realizavam-se uma multiplicidade de iniciativas onde estavam presentes reminiscências da herança clássica da comemoração, da tradição mais geral da festa e, de forma mais próxima, dos ritos criados no âmbito da festa revolucionária e dos cultos cívicos da era liberal. Cada época e regime político atribuiu, naturalmente, um cunho próprio às comemorações, mas as práticas fundamentais mantiveram uma certa estabilidade. As cerimónias cívicas e políticas, destinadas a evocar o passado e a reafirmar a continuidade e unidade da comunidade nacional, a produção e reprodução da imaginação e do conhecimento históricos, sob as mais diversas formas, os monumentos e inscrições são os meios mais utilizados pela comemoração.

Os rituais comemorativos já foram vistos como “um culto encenado”¹⁹²⁷. Em termos globais podemos, de facto, considerar que põem em cena a história da comunidade, os valores e símbolos que a identificam ou que se pretende impor como identificadores. Além disso, estes ritos elegem como objectos de veneração pública

¹⁹²⁶ Mona Ozouf, “Peut-on commémorer la révolution française?” in *Le Débat*, N° 26, Septembre 1983, p. 162

figuras e valores laicos que se revestem de uma carga de sacralidade¹⁹²⁷. O Altar da Pátria pode não estar fisicamente presente, mas está na mente de todos com a sua galeria de heróis. Não se desenvolveu, contudo, nada que se possa equiparar a uma “religião cívica” em Portugal. Estes cultos nunca tiveram uma expressão muito representativa no seio da sociedade portuguesa, demasiado amarrada aos costumes e crenças tradicionais. São fenómenos importados por certas elites e de imitação, apesar de ser reconhecível a adaptação à realidade nacional.

Os homens que foram presidentes das comissões e os organizadores mais destacados dos centenários eram, de modo geral, da classe média ou média-alta, com uma formação superior. A faixa etária predominante situava-se acima dos 50 anos, numa etapa da vida em que já tinham sido dadas provas de competência profissional, de qualidades intelectuais e de empenhamento em causas cívicas e políticas. A maioria possuía um curso universitário, com um claro predomínio das áreas das Letras e do Direito. O número elevado de oficiais das Forças Armadas é expressivo da importância política e cultural dos militares, os quais estiveram sempre associados à memória da expansão e do colonialismo.

As outras actividades dominantes entre os membros das comissões executivas dos centenários foram a docência, no nível superior ou médio, o jornalismo ou a colaboração na imprensa como publicistas, o funcionalismo público na qualidade de quadros técnicos da administração e o exercício de cargos políticos. Um número razoável adquiriu alguma notoriedade como escritores, sobretudo no campo historiográfico e literário. Muitos deles estiveram ligados a associações de carácter cívico e cultural, distinguindo-se a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Academia das Ciências, o Instituto de Coimbra e, por fim, a Academia Portuguesa de História.

¹⁹²⁷ Paul Connerton, *op. cit.*, p. 86

¹⁹²⁸ Mona Ozouf falou de um “*transfert de sacralité*” a propósito da festa revolucionária (*La Fête Révolutionnaire*, Paris, Gallimard, 1976, p. 317 e sgs.)

Em vários centenários, a escolha para o cargo de comissário geral ficou também a dever-se ao facto de serem presidentes de uma destas instituições.

Em termos organizativos distinguimos, basicamente, dois modelos: o liberal e o autoritário. O primeiro pode caracterizar-se pelo papel fundamental que cabia à iniciativa dos cidadãos e das agremiações de carácter cívico e cultural em todo o processo. Ao Estado competia, essencialmente, uma função reguladora e de financiador das comemorações. Os governos oficializavam os grandes centenários nacionais de três formas: a composição da grande comissão nacional era indicada em decreto de forma lata, discriminando as entidades que deviam estar representadas e nomeando somente o respectivo presidente; as datas propostas eram “dias de gala” e feriado, com tolerância de ponto para os funcionários públicos; o programa assumia um carácter oficial pela presença das figuras cimeiras do Estado nas principais cerimónias. As grandes comissões constituídas pelos representantes das mais variadas associações cívicas e culturais elegiam a comissão executiva, elaboravam o programa de forma bastante democrática, congregavam os apoios necessários, procediam à divulgação dos eventos, coordenavam e executavam todas as operações indispensáveis para a realização do centenário. Entre 1880 e 1925 foi esta a prática mais geral, se bem que haja várias *nuances* na aplicação deste modelo. Os centenários que resultaram da iniciativa municipal, nomeadamente o henriquino (1894) e o camoniano (1924), não contrariam este modelo, apesar das comissões terem sido da responsabilidade das vereações camarárias. Tratava-se, contudo, de um poder autárquico e descentralizado e em ambos os casos notou-se o cuidado de dar um carácter plural às comissões, que congregaram também a participação de figuras proeminentes da sociedade civil.

O modelo autoritário organizava-se de forma vertical, do topo para a base, caracterizando-se pelo estrito controlo político exercido pelos governos na realização dos centenários. Nas grandes celebrações nacionais, a orientação geral de todo o

processo foi, inclusive, centralizada pela Presidência do Conselho. As comissões eram de nomeação nominal, sendo de destacar a importância dos quadros da administração pública e dos militares no total. A confiança política era um elemento decisivo para poder integrar estas comissões nacionais e executivas desde o presidente ao simples vogal. O controlo ideológico percebe-se na forma como o coro das intervenções na maior parte das cerimónias públicas surge bem afinado. Sobrava, por conseguinte, uma reduzida margem de manobra para as figuras independentes, escolhidas pelo seu valor intelectual ou artístico e presentes em algumas iniciativas. Foi este o modelo dominante no período da Ditadura e no Estado Novo.

Contudo, se pensarmos a comemoração em termos mais globais e não só em função da forma de organização concreta, podemos detectar uma certa continuidade. Desde logo, mantiveram-se os grupos sociais e instituições cívicas e culturais que foram a base de sustentação da memória nacional e, em particular, da memória da expansão e colonial. Neste último aspecto, tem de destacar-se a importância e continuidade do papel desempenhado pela Sociedade de Geografia de Lisboa. Em seguida, o Estado conservou desde o início um lugar de relevo nas comemorações, pelo facto de poder conferir uma dimensão realmente nacional aos eventos. Se não foi sempre “le grand ordonnateur et l’officiant”, como no caso da França¹⁹²⁹, não deixava de ser o pilar fundamental destas celebrações históricas. Fornecia a base institucional e financeira. Conferia um carácter oficial às efemérides. Os órgãos de poder são, aliás, necessários para inscrever no calendário oficial o tempo da celebração. Em geral, fazem-no através da consagração de um ou mais dias às celebrações e festividades que irão permitir inscrever na memória colectiva o acontecimento. O Estado é, ainda, uma referência fundamental no quadro ideológico destas celebrações que tinham um sentido nacionalista e imperial. O modelo comemorativo pressupunha

¹⁹²⁹ Pierre Nora, “L’ère de la commémoration” in *Les Lieux de la Mémoire*, Tomo III, p. 984

uma soberania impessoal e afirmativa¹⁹³⁰ – Portugal, a Nação, o Império –, que era a verdadeira razão de ser das celebrações. Supunha também uma visão épica, combativa e orientada da história, com eleitos e excluídos.

No topo do Olimpo nacional estão os heróis relacionados com o período áureo da nação e os fundadores da nacionalidade e dos impérios. A legenda do Infante D. Henrique é indissociável do mito de demiurgo do império e de responsável pela concretização do destino da nação portuguesa. Vasco da Gama e Afonso de Albuquerque são ambos fundadores do Império Oriental, mas o primeiro simboliza também o navegador e descobridor da “idade heróica” – o Argonauta que ascende aos céus¹⁹³¹. Mouzinho de Albuquerque cristaliza o mito do herói militar fundador do Império Africano. Camões foi comemorado, sobretudo, como símbolo da nação expansionista e do império. Mas o seu mito não se esgota nessa visão e é de todos eles o mais duradouro e verdadeiramente nacional. A comemoração da suposta data da sua morte como Dia de Portugal e a apropriação do seu símbolo pelos vários quadrantes ideológicos são demonstrativos desse facto.

Camões esteve sempre associado a uma nota de inconformismo, rebeldia e contestação. Os varões assinalados que partem da Ocidental praia lusitana têm o seu contraponto no Velho do Restelo que é, afinal, a própria voz de uma certa consciência da nação, que nunca se calou. Reencontramo-la em vários discursos críticos, da época moderna, que desembocaram na visão negativa que Alexandre Herculano tinha do século XVI, época já de decadência da nação. Nas suas palavras, “nem descobrimentos, nem conquistas, nem commercios estabelecidos pelo privilegio da espada, nem o luxo e magestade de um imperio immenso, nos podem ensinar hoje a sabedoria social”¹⁹³². Esta poder-se-ia buscar nas “proveitosas lições” que o estudo da Idade Média tinha para dar à sociedade do seu tempo, na opinião romântica e liberal

¹⁹³⁰ *Idem, ibid.*

¹⁹³¹ Fernando Pessoa, “Ascensão de Vasco da Gama”, in *Mensagem*, p. 71

de Herculano. A visão crítica da expansão portuguesa passava, naturalmente, à margem das comemorações, se bem que haja afloramentos dessas posições na imprensa do final do século XIX. No conjunto, não têm um peso significativo e, sob o influxo da progressiva afirmação imperialista do país, tornaram-se ainda mais raras.

Todos os centenários analisados pretendiam contribuir para forjar a memória dos portugueses. Esta classificação do fenómeno é recente e os protagonistas das comemorações, de 1880 a 1960, não tinham dúvida de que se moviam no terreno da história nacional. Uma história, afinal, largamente mitológica que se apresentava como uma narrativa globalmente homogênea, com a sua cronologia e pontos de passagem obrigatórios, as figuras consagradas e uma hierarquia dos acontecimentos que permitiam construir uma ideia do percurso da nação e do seu destino. Nas comemorações ela está presente como um quadro de fundo dos múltiplos discursos que, em última análise, celebram a Nação, o Império e o grande herói colectivo, o Povo português. É realmente importante notar que essa história, ou melhor dizendo memória, repete em grandes linhas uma composição do passado que podemos remontar ao período moderno¹⁹³³.

A remota origem lusitana manteve-se como uma referência identificadora dos portugueses e ganhou uma expressão mais ampla nos discursos contemporâneos sobre a lusitanidade. O acto político da criação do Reino por D. Afonso Henriques passou a ser identificado com a “fundação da nacionalidade”. O reinado de D. João I e a fundação da dinastia de Avis, encarada como uma primeira restauração do Reino¹⁹³⁴, assumiu foros de momento refundador da nação. O movimento inicial da expansão e construção do império era visto como a grande epopeia da nação e a “idade heróica” por excelência. Foi também o cadinho dos grandes mitos nacionais

¹⁹³² A. Herculano, *Opusculos*, Tomo V, Lisboa, 1881, p. 145

¹⁹³³ Ver sobre este período: Francisco Bethencourt, “A sociogénese do sentimento nacional” in *A Memória da Nação*, pp. 486-493 e António Manuel Hespanha, “O Antigo Regime” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Estampa, 1993, pp. 29-32

que se prendem com a concepção providencialista e messiânica do destino da nação. O messianismo foi um traço dominante nas múltiplas representações que analisámos. Contudo, temos de distinguir entre um messianismo providencialista, que entronca directamente no mito da cruzada, e um messianismo laico, que se expressa na ideia da missão civilizadora dos portugueses. Por fim, o quadro completa-se com a valorização da Restauração de 1640 dentro de uma concepção nacionalista da história.

Os caminhos da nação e do império cruzaram-se cedo e marcaram de forma indelével a forma dos portugueses se pensarem como nação e como povo. O destino nacional não estava dentro das fronteiras, mas fora delas. A grandeza de Portugal só se podia cumprir projectando-se além do seu território peninsular e edificando, mais do que meros impérios, um “Portugal maior”, derramado por vários continentes. A ideia da universalidade da nação portuguesa, de raiz cristã e ecuménica, ganhou uma dimensão laica e racional no quadro das ideologias do século XIX. O binómio nação e civilização passou a estar associado e foi a base dos discursos sobre a *vocação universalista* de Portugal e dos portugueses. Deste modo, Portugal continuava a ser uma nação eleita e a ter como horizonte um destino elevado e grandioso. A história recente tem demonstrado que, afinal, foi mais fácil renunciar ao império do que à ideia da vocação.

Finalmente, não podemos esquecer que a expansão ultramarina transformou o *finisterra* português num país arquipelágico. O povoamento da Madeira e dos Açores edificou autênticos prolongamentos da nação portuguesa. Mas a descontinuidade territorial e a distância, as relações económicas e político-administrativas difíceis, as vicissitudes da própria história moldaram as únicas identidades regionais claramente delimitadas e assumidas de todo o país. Os centenários dos respectivos descobrimentos foram bem a expressão dessa realidade. Mostraram também que o

¹⁹³⁴ Francisco Bethencourt, *op. cit.*, p. 493

essencial da retórica identitária das elites insulares, mormente nos Açores, não assentava na afirmação da diferença, muito difícil de estabelecer na prática, visto que a língua, a religião, as estruturas sociais, os usos e costumes, todos os elementos fundamentais para definir uma identidade diferenciada são, afinal, comuns. Mas, em contrapartida, colocava a tónica na reiteração da semelhança e identidade, por referência a um padrão mítico que eram os portugueses da “idade heróica” da nação. Nas ilhas se teria, afinal, mantido vivo o gérmen da lusitanidade quatrocentista.

Ignorariámos uma parte importante das motivações e objectivos dos centenários se não referíssemos outros aspectos que estiveram na base da sua realização. Logo no século XIX, temos de referir a crescente popularidade dos centenários nos países europeus e a tendência natural para seguir os exemplos estrangeiros. A emulação entre os países e a vontade de afirmar-se na cena internacional constituíam uma motivação forte dos organizadores. Daí o facto de logo na preparação do quatro centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia se ter pensado realizar uma grande Exposição internacional. Este sonho somente viria a ser concretizado um século mais tarde, em 1998, visto que a Exposição do Mundo Português teve um carácter nacional. Só o Brasil foi convidado para participar naquela apoteose do Portugal imperial. Havia um evidente desejo de projecção externa na realização dos centenários mais importantes que se manifestava de duas formas: reiteração do papel histórico dos portugueses na edificação do mundo moderno e no processo civilizacional, a par da divulgação dos méritos e realizações presentes do país.

As comemorações não podem ser dissociados do fenómeno mais amplo de desenvolvimento das formas de recreação popular e do turismo. Muitas das práticas estavam, directamente, relacionadas com propósitos deste género. Ao lado da sessão solene, da conferência e da edição de obras tínhamos os espectáculos mais variados, verdadeiros pólos de atracção das populações. As práticas comemorativas oscilavam

entre as abordagens históricas mais conscientes, com um cunho pedagógico e cívico mais forte, e as manifestações recreativas e lúdicas.

As comemorações não eram, nem podiam ser, formas puras e isentas de afirmação de cidadania, consciência histórica e espírito laico. Nesse aspecto, as celebrações do dia 10 de Junho, como feriado municipal de Lisboa, no período da I República, são um exemplo das fronteiras fluídas que, na prática, existiam entre festa cívica e festa popular, entre culto dos grandes homens e culto tradicional dos santos populares. Entre as intenções e a realidade sócio-cultural do país mediava uma distância que podia, inclusive, subverter os propósitos iniciais das celebrações e festividades.

Igualmente, os interesses industriais e mercantis não podem ser dissociados das realizações dos centenários. Um vasto conjunto de actividades e de interesses dos agentes económicos era, e é ainda hoje, posto em marcha nestes momentos. Por isso, tornaram-se acontecimentos particularmente desejados por todos aqueles que, de uma forma ou outra, podiam beneficiar com estas iniciativas. Logo no tricentenário de Camões, os aspectos comerciais foram explorados pela sociedade da época, à margem da organização do evento. Nos seguintes, continuou a verificar-se esta tendência, favorecida pelo desenvolvimento técnico e pelo progressivo aumento do consumo das populações.

As comemorações dos centenários são acontecimentos efémeros que podem , ou não, ter efeitos mais duradouros. Podem suscitar o aprofundamento da pesquisa histórica e a publicação de obras que se vêm a revelar importantes em determinado campo da historiografia. O seu saldo em termos culturais e artísticos não é independente do quadro do país e da sociedade da época das comemorações, bem como do empenho das entidades e dos indivíduos que organizaram os centenários. As realizações mais perenes acabam por ficar como marcos dos centenários mais bem sucedidos, mas também as memórias que se perpetuam por várias gerações. Dois

exemplos paradigmáticos foram o tricentenário de Camões, marco importante da memória dos republicanos, e as comemorações do Duplo Centenário de 1940, cujos ecos chegaram à actualidade.

As celebrações históricas são, de modo geral, nostálgicas¹⁹³⁵. Trata-se de evocar objectos ausentes e somente são recordados na medida em que se deseja que continuem presentes da única forma possível, como memória. O interesse pelo passado não deixa de reflectir as preocupações do presente e é preciso estar consciente da distância existente entre a história vivida, a história rememorada e a história comemorada¹⁹³⁶. O campo desta é o mais permeável às apropriações ideológicas e políticas, o mais vulnerável ao ar do tempo.

Nem todos os acontecimentos marcantes da memória são comemorados ou comemoráveis. Nesse ponto, os acontecimentos relacionados com a expansão e os descobrimentos, com a “idade heróica” da nação mantiveram-se como um dos principais objectos das comemorações dos centenários em Portugal. Em causa estava a evocação de uma época de mítica grandeza que se pretendia projectar no presente. As celebrações apareciam também como uma forma de consolação face às dificuldades económicas e políticas. Como referiu Firmino Pereira em relação ao centenário do Infante D. Henrique, em 1894, “o esplendor do nosso passado era uma segura garantia da prosperidade do nosso futuro. E isto consolou-nos no meio das nossas amarguras”¹⁹³⁷. A saudade desse tempo mítico liga-se, assim, à esperança de uma futura regeneração, ontem como hoje.

¹⁹³⁵ Mona Ozouf falou mesmo da “loi nostalgique de la commémoration” (“Célébrer, savoir e fêter” in *Le Débat*, nº 57, Novembre-Décembre 1989, p. 19)

¹⁹³⁶ *Idem, ibid.*, p. 21

¹⁹³⁷ Firmino Pereira, *op. cit.*, p. 314

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Nota prévia

Optámos por apresentar, em primeiro lugar, as obras de referência e os estudos nacionais e estrangeiros, seguidos pelos testemunhos pessoais, os catálogos e a documentação relativa às festas da monarquia e aos vários centenários. Agrupámos as publicações das comemorações por temas e por ordem cronológica. No final, listámos títulos de imprensa consultados, com a indicação do lugar de publicação e dos anos vistos.

A quantidade de publicações foi muito desigual nos vários centenários. Nalguns casos, editaram-se compilações bibliográficas que são indicadas. Mas em relação à maioria não dispomos desse tipo de instrumento de trabalho. Procurámos, assim, referenciar publicações de fontes, estudos, poesia ou dramas que tiveram a chancela das comemorações oficiais ou que foram feitos com o propósito expresso de associar-se ao evento.

Obras de referência

ALBUQUERQUE, Luís de (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Caminho, 1994

ANDRADE, Arsénio Sampaio de, *Dicionário histórico e biográfico de artistas e técnicos portugueses*, Lisboa, 1961

CLODE, Luiz Peter, *Registo Biobliográfico de Madeirenses sécs. XIX e XX*, Funchal, Edição da Caixa Económica do Funchal, s.d

Encyclopædia Universalis, Paris, Enciclopedia Universalis, 1980

Enciclopédia Einaudi, 33 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984-1996

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura; Lisboa, Ed. Verbo, 1963-1980

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa - Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, s.d.

História de Portugal em datas, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Dicionário da Maçonaria Portuguesa*, Lisboa, Editorial Delta, 1980

PAMPLONA, Fernando, *Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses*, 2^a ed., s.l., Livraria Civilização Editora, 1987-88

ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996*

SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Iniciativas Editoriais, s.d.

SOARES, Ernesto e LIMA, Henrique de Campos Ferreira de, *Dicionário de Iconografia Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1948

Estudos portugueses

ACCIAIUOLI, Margarida, *Os Anos 40 em Portugal. O País, O Regime e as Artes. Restauração e Celebração*, Dissertação de Doutoramento (policopiada), Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, , 1991

ALBUQUERQUE, Luís de, *Dúvidas e certezas na história dos descobrimentos portugueses*, 2ª ed., Lisboa, Veja, 1990

ALEXANDRE, Valentim, “A África no imaginário político português (séculos XIX-XX)” in *Penélope*, Nº 15, Lisboa, Cosmos, 1995, pp. 39-52

Anos (Os) 40 na Arte Portuguesa, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1982

AZEVEDO, Manuela, “O povo oitocentista celebrou Camões sob o signo do espírito democrático” in *Estudos sobre Camões*, Páginas do Diário de Notícias

dedicadas ao poeta no 4º centenário da sua morte, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Editorial Notícias , 1981

BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, vol. IV e V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998

BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (org. de), *A Memória da Nação*, Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, 7-9 de Outubro 1987, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991

BOXER, Charles, *Race relations in the portuguese colonial empire*, London, Oxford University Press, 1963

BRUNO, Sampaio, *O Encoberto*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1983

BUESCU, Ana Isabel, *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma polémica Oitocentista*, Lisboa, 1987

BURKE, Peter, *O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica*, Lisboa, Difel, 1992

CABRAL, Alexandre, *Notas Oitocentistas*, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1980

CABRAL, João Pina, *Os contextos da antropologia*, Lisboa, Difel, 1991

CAMPOS, Nuno e CARNEIRO, Isabel, *O Padrão dos Descobrimentos*. Roteiro para uma visita de estudo, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994

CARVALHO, Filipe Nunes de, “Historiografia e propaganda colonialista no Estado Novo: a Colecção “Pelo Império (1935-1961)” in *Mare Liberum*, Nº 11-12, Lisboa, Jan./Dez. 1996, pp. 91-102

CARVALHO, Filipe Nunes de, “O contributo de Malheiro Dias para a *História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Notas e observações” in *Mare Liberum*, Nº 17, Lisboa, Junho de 1999, pp. 97-148

CARVALHO, Paulo Archer de, “De Sardinha a Salazar: o nacionalismo entre a euforia mítica e a formidável paranóia” in *Revista de História das Ideias*, Vol. 17, Coimbra, 1995, pp. 79-123

CASTELO, Cláudia, “*O modo português de estar no mundo*”. *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento, 1999

CASTELO-BRANCO, Fernando, *Comemorações do “Centenário da Índia” em Lisboa*, Separata do “Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa”, III série, nº LXXXIII, Lisboa, 1977

CATROGA, Fernando, “Festa cívica, história e política” in *Vértice*, II série, nº 28, Coimbra, 1990, pp. 25-32

CATROGA, Fernando, “O culto cívico de D. Pedro IV e a construção da memória liberal” in *Revista de História das Ideias*, vol. 12, Coimbra, 1990, pp. 445-470

CATROGA, Fernando, “Ritualizações da História” in TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 547-671

CATROGA, Fernando, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal (1865-1911)*, 2 vols, Dissertação de Doutoramento (policopiada), Coimbra, Universidade de Coimbra, 1988

CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2 vols, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991

CATROGA, Fernando, “La religiosité civique du republicanisme durant la période de propagande” in *La Révolution Française vue par les Portugais*, Actes du Colloque; Paris, 17-18 de Novembre 1989, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1990

“*Centenário da Índia*” (*O*) e a memória da viagem de Vasco da Gama, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998

CERQUEIRA, Eduardo, “Comemorações aveirenses do III centenário do nascimento de Camões (1880)”, in *Aveiro e o seu Distrito*, Aveiro, 1975, pp. 51-61

CORDEIRO, Carlos Alberto da Costa, *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Dissertação de Doutoramento (policopiada), Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1998

CORDEIRO, Luciano, *Questões Histórico-Coloniais*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1935

CORRÊA, Mendes, *Raça e Nacionalidade*, Porto, Ed. da “Renascença Portuguesa”, 1919

CORTESÃO, Jaime, *Expansão dos Portugueses no Período Henriquino*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975

CORTESÃO, Jaime, *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975

COUTINHO, B. Xavier, *Camões e as Artes Plásticas. Subsídios para iconografia camoneana*, vol. I e II, Porto, 1946-48

CRUZ, Manuel Braga da, *Monárquicos e republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986

CRUZ, Manuel Braga da, *O Partido e o Estado Novo no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988

CUNHA, Luís Manuel de Jesus, *A Nação nas Malhas da sua Identidade: O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*, Braga, Universidade do Minho, Provas de aptidão pedagógica e científica (policopiado), 1994

ENES, Carlos, “Luís Ribeiro e a sua época” in Luís da Silva Ribeiro, *Obras IV, Escritos Político-Administrativos*, Angra do Heroísmo, IHIT-SREC, 1996, pp. 15-98

ENES, Carlos, *A Casa dos Açores em Lisboa*, Lisboa, Edição da Casa dos Açores, 1996

ENES, Carlos, *A economia açoriana entre as duas guerras mundiais*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1994

ENES, Carlos, *Ponta Delgada: o movimento de contestação à política do Estado Novo, em 1932-33*, Angra do Heroísmo, Separata do “Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira”, 1993

Estado Novo (O). Das origens ao fim da autarcia, 1926-1959, Lisboa, Fragmentos, 1987, 2 vols.

Fernão Gomes e o retrato de Camões, Lisboa, Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, 1989

FONSECA, Luís Adão da, *Vasco da Gama, O Homem, A Viagem, A Época*, Lisboa, Expo98, 1998

FRANÇA, José Augusto, “Exposição do Mundo Português” in *Colóquio-Artes*, 22º ano, 2ª série, 45º, Lisboa, F. C. Gulbenkian, Junho de 1980, pp. 35-47

FRANÇA, José Augusto, *Museu Militar, Pintura e Escultura*, Lisboa, CNCDP, 1996

FRANÇA, José Augusto, *Os anos Vinte em Portugal. Estudo de factos sócio-culturais*, Lisboa, Presença, 1992

FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no século XIX*, 3ª ed., 2 vols, Venda Nova, Bertrand Editora, 1990

FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no século XX (1911-1961)*, 3ª ed., Venda Nova, Bertrand Editora, 1991

FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, 2ª ed., Lisboa, Bertrand, 1977

GALLO, Donato, *Antropologia e Colonialismo. O Saber Português*, Lisboa, Heptágono, 1988

GIL, José, *Salazar: a retórica da invisibilidade*, Lisboa, Relógio d' Água, 1995

GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Arcádia, 1975 (1ª ed., 1971)

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Identité Culturelle et Humanisme Universalisant*, Lisboa, IPED, 1982

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar (Séculos XIII-XVIII)*, Lisboa, Difel, 1990

GRANEL, Maria Rita Robles Monteiro Lino, *O Pensamento de Sebastião Magalhães Lima*, Dissertação de Mestrado (policopiada), Coimbra, Faculdade de Letras, 1997

GUIMARÃES, Ângela, *Uma corrente do colonialismo português*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984

HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos*, Tomo V, Lisboa, Viuva Bertrand & C^a Sucessores Carvalho & C^a, 1881

HESPANHA, António Manuel (coord.), “O Antigo Regime” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Estampa, 1993

HESPANHA, António Manuel, *História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra, Almedina, 1982

HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Ideia Republicana em Portugal. O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989

HOMEM, Amadeu Carvalho, *Algumas notas sobre o positivismo religioso e social*, Separata da “Revista de História das Ideias”, vol. 9, Coimbra, 1987

JOÃO, Maria Isabel, "A festa cívica. O tricentenário de Camões nos Açores (10 de Junho de 1880)", Separata da "Revista de História Económica e Social", Lisboa, 1987

JOÃO, Maria Isabel, "Espaço urbano e festa cívica" in *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 285- 294

JOÃO, Maria Isabel, "Identidade e Autonomia" in *Ler História*, 31, 1996, pp. 103-131

JOÃO, Maria Isabel, "Ideologia e políticas coloniais na segunda metade do século XIX" in Luís de Albuquerque (dir.), *Portugal no Mundo*, vol. VI, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 198-209

JOÃO, Maria Isabel, "Memória e Identidade regional. O caso dos Açores" in *Actas do XVI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1996

JOÃO, Maria Isabel, *O Infante D. Henrique na Historiografia*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994

JOÃO, Maria Isabel, *Os Açores no século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Cosmos, 1991

JUSTINO, David, *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, Vega, 1989

LEITE, Duarte, *História dos Descobrimentos, Colectânea de Esparsos*, Organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, 2 vols., Lisboa, Edições Cosmos, 1958-60

LEITE, José Guilherme Reis, *Política e Administração nos Açores de 1890 a 1910 – O primeiro movimento autonomista*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995

LÉONARD, Yves, *Salazarismo e Fascismo*, Mem Martins, Inquérito, 1998

LOURENÇO, Eduardo, *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988

LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade*, 3ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 1988

LOURENÇO, Eduardo, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva, 1999

MACEDO, Jorge Borges de, “Camões - símbolo e mito no século XIX português: da erecção da estátua ao Tricentenário (1867-1880)” in Medina, João (dir), *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol. IX, Lisboa, Ediclube, 1993, pp.323-344

MACEDO, Jorge Borges de, “Significado e evolução das polémicas de António Sérgio. A Ideologia da Razão (1912-1930)” in *Revista de História das Ideias*, vol. V, Coimbra, 1983, pp. 471-531

MACEDO, Jorge Borges de, *Camões em Portugal no século XIX*, Separata da “Revista da Universidade de Coimbra”, vol. XXXIII, Coimbra, 1985

MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.), “No alvorecer da Modernidade (1480-1620)”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Editorial Estampa, 1993

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “No trilho de uma ambição: o poeta-historiador Jaime Cortesão (1919-1927) in *Cadernos de História Económica e Social*, 6-7, Lisboa, 1985, pp. 27-48

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Nota Introdutória” in *A pedagogia e o ideal republicano em João de Barros*, selecção de textos de Maria Alice Reis, Lisboa, Terra Livre, 1979, pp. 9-20

MARQUES, A. H. de Oliveira (Coord. de), *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991

MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Primeira República Portuguesa (para uma visão estrutural)*, Lisboa, Livros Horizonte, s.d.

MARQUES, A. H. Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Palas Editores, 1986

- MARTINS, Francisco Assis de Oliveira, “Lisboa na comemoração do tricentenário da morte de Camões: palestra realizada no grupo “Amigos de Lisboa”, em 15-12-1972” in *Olisipo*, Lisboa, A. 37-38 (137-138), 1974-75, pp. 61-74
- MARTINS, Oliveira, “A História de Portugal e os criticos” in *História de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988, pp. 215-226
- MARTINS, Oliveira, *A Vida de Nun’Álvares*, Lisboa, Livraria António Maria Pereira, 1893
- MARTINS, Oliveira, *Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, 4ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1986
- MARTINS, Oliveira, *História de Portugal*, 20ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1991
- MARTINS, Oliveira, *O Príncipe Perfeito*, precedido de uma introdução ácerca do complemento e plano geral da obra por Henrique de Barros Gomes, 4ª ed., Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1933
- MARTINS, Oliveira, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1973
- MARTINS, Oliveira, *Portugal nos Mares, Ensaio de Crítica, História e Geografia*, vol. II, 1ª ed. posthuma, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1924
- MATA, Eugénia e VALÉRIO, Nuno, *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*, Lisboa, Editorial Presença, 1993

MATOS, Sérgio Campos, *História, Mitologia, Imaginário Nacional, A História no curso dos liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990

MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX*, Lisboa, Edições Colibri, 1998

MATTOSO, José, “A primeira tarde portuguesa” in *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, 1985, pp. 11-35.

MATTOSO, José, “A realeza de D. Afonso Henriques” in *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, 1987, pp. 228-229

MEDINA, João, “O poder e a glória: o panteão português desde o liberalismo aos nossos dias” in Medina, João (dir.), *História de Portugal*, vol IX, Amadora, Clube Internacional do Livro, s.d., pp. 285-302

MENEZES, Luís Manuel Machado, *As Eleições Legislativas de 1921 e 1925 no Arquipélago dos Açores*, s.l., SREC-DRAC, 1992

MOITA, Irisalva, “Lisboa e o seu Município nas comemorações camonenas” in *Revista Municipal*, A.. 33 (134/135), Lisboa, 1972, pp. 15-30

MONTALVOR, Luiz de, *Historia do Regimen Republicano em Portugal*, 2 vols., Lisboa, Editorial Ática, 1930-32

MONTEIRO, Ofélia Paiva, *Camões no Romantismo*, Coimbra, Sep. da Revista da Universidade de Coimbra, vol. XXXIII, 1985.

MOUTINHO, Mário, *Introdução à Etnologia*, Lisboa, Estampa, 1980

NAZARETH, J. M. do Carmo, “Monumentos a Vasco da Gama existentes em Goa”
in *O Oriente Português*, Revista da Comissão de Arqueologia da Índia
Portuguesa, vol. VII, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1910, pp. 79-84 e
197-200

*Neomanuelino (O) ou a reinvenção da arquitectura dos descobrimentos, Catálogo da
exposição*, Lisboa, CNCDP, 1994

PASCOAIS, Teixeira de, *Arte de Ser Português*, Lisboa, Edições Roger
Delraux, 1978 (1ªed., 1915)

PEREIRA, João Camacho, *Camões e os centenários*, Lisboa, Ed. do autor, 1974

PEREIRA, Rui, “A Questão Colonial na Etnologia Ultramarina” in *Antropologia
Portuguesa*, nº 7, 1989, pp. 61-78

PEREIRA, Rui, *Antropologia Aplicada na Política Colonial Portuguesa. A Missão de
Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português (1956-1961)*,
Lisboa, FCSH/UNL, 1986

PERES, Damião (dir. de), *História de Portugal*, vol VII, Barcelos, Portucalense
Editora, 1935

- PINHEIRO, Magda, "A memória das revoluções liberais através dos seus monumentos" in Actas do Encontro "A Construção Social do Passado", Lisboa, A.P.H., 1992, pp. 205-222
- PINTO, António Costa, *Os camisas azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914-1945)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994
- PINTO, José F. Madureira, "Elementos de análise sociológica da festa" in *Vértice*, II série, nº 28, Coimbra, 1990, pp. 13-18
- PORTELA, Artur, *Salazarismo e Artes Plásticas*, Lisboa, ICLP, Biblioteca Breve, 1982
- PROENÇA, Maria Cândida, " 1820: A festa da regeneração: permanências e inovações" in *Revista de História das Ideias*, nº 10, Coimbra, 1988, pp. 375-384
- QUENTAL, Antero de, *Causas da decadência dos povos peninsulares*, 4ª ed., Lisboa, Ulmeiro, 1982
- RAMOS, Paulo Oliveira, *Reviver o Passado (em torno da educação patrimonial e do ensino a distância)*, Dissertação de Mestrado em Comunicação Educacional Multimedia (policopiada), Lisboa, , Universidade Aberta, 1993
- RAMOS, Rui, "A segunda fundação (1890-1926)", in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol VI, Lisboa, Editorial Estampa, 1994

RAPOSO, Hugo, “Evocação da cerimónia inaugural do monumento a Camões: reportagem retrospectiva”, in *Olisipo*, A.. 30 (120), Lisboa, Out.-Dez. 1967, pp. 149-155

REIS, Célia, *A revolta da Madeira e Açores*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990

Revista Crítica de Ciências Sociais, Nº 38, “Descobrimientos/Encobrimientos”, Coimbra, Dezembro de 1993

Revista de História das Ideias, vol. 14, “Descobrimientos, Expansão e Identidade Nacional”, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias - Faculdade de Letras, 1992

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *O centenário do infante D. Henrique. Imagens e Ideologia*, Separata da “Revista de História das Ideias”, vol. 15, Coimbra, 1993

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, “A presença dos ausentes” in *Sociedade e Território*, Ano 3, Nº 8, Fevereiro de 1989, pp. 8-16

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, “As micropátrias do interior português” in *Análise Social*, vol. XXIII (98), 1987-4º, pp. 721-732

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, “O diálogo instituído” in *Nova Renascença*, Julho-Setembro de 1984, pp. 229-245

ROLLO, Maria Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall. Da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana (1947-1952)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994

ROSAS, Fernando, “Estado Novo, Império e Ideologia Imperial” in *Revista de História das Ideias*, Vol. 17, Coimbra, 1995, pp. 19-32

ROSAS, Fernando, “O Estado Novo”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa, 1994

Rosto (O) do Infante, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994

SAIAL, Joaquim, *Estatuária Portuguesa dos anos 30 (1926-1940)*, Lisboa, Bertrand Editora, 1991

Salazar e o Salazarismo, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989

SANTA-BÁRBARA, Artur e SOUSA, Mário Correia de, *Marcelino Norte de Almeida, o artista, o homem no espaço e no tempo*, Lisboa, Edições Gravarte, 1993

SANTOS, Maria Emília Madeira, “O problema das expedições e da ocupação na África Central” in Luís de Albuquerque (dir.), *Portugal no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 157-176

SANTOS, Marinho dos, “Notas para o (re)conhecimento de Jaime Cortesão” in *Cadernos de História Económica e Social*, 6-7, Lisboa, 1985, pp. 49-78

SARAIVA, António José e LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, s.d.

SARAIVA, António José, *História da Cultura em Portugal*, 3 vols, Lisboa, 1950

SEABRA, Jorge, “O Império e as memórias do Estado Novo. Os Heróis de Chaimite” in *Revista de História das Ideias*, Vol. 17, Coimbra, 1995, pp. 33-78

SILVA, Armando B. Malheiro da e GARCIA, José Luís Lima, “Norton de Matos e a oposição à política colonial de Salazar” in *Revista de História das Ideias*, Vol. 17, Coimbra, 1995, pp. 349-404

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Aljubarrota – memória local e memória nacional” in Actas do Encontro “A Construção Social do Passado”, Lisboa, A.P.H., 1992, pp. 289-296

SUBRAMANYAM, Sanjay, *The career and legend of Vasco da Gama*, Great Britain, Cambridge University Press, 1997

TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum Inglês. Política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa, 1990

TELO, António José, *Decadência e Queda da Primeira República Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, A Regra do Jogo, 1980

TELO, António José, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994

THOMAZ, Luís Filipe e ALVES, Jorge Santos, “Da Cruzada ao Quinto Império” in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, *A Memória da Nação*, Lisboa, 1989, pp. 81-164

TORGAL, Luís Reis e ROQUE, João (coord.), “O Liberalismo (1807-1890)” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol V, Lisboa, Editorial Estampa, 1993

TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996

VAKIL, Abdoolkarim, “Representations of “Discoveries” and the Imaginary of the Nation in Portuguese Integralism” in *Portuguese Studies*, vol. II, 1995, pp. 133-167

VAKIL, Abdoolkarim, “Vários Vascos da Gama” in Diogo Ramada Curto (dir.), *O tempo de Vasco da Gama*, Lisboa, Difel, 1998, pp. 353-378

VALENTE, Vasco Pulido, *A República Velha” (1910-1917)*, Lisboa, Gradiva, 1997

VARGUES, Isabel Nobre, *A Aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*, Coimbra, Minerva Editora, 1997

VERÍSSIMO, Nelson, *O Alargamento da Autonomia dos Distritos Insulares. O Debate na Madeira (1922-1923)*, Separata das “Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira”, Região Autónoma da Madeira, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1989

WHEELER, Douglas L., “Joaquim Mouzinho de Albuquerque (1855-1902) e a política do colonialismo” in *O Século XIX em Portugal*, comunicações ao colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais (Novembro de 1979), Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Ciências Sociais, s.d., pp. 325-348

Estudos estrangeiros

AGULHON, Maurice, “Les Couleurs dans la politique française, in *Ethnologie Française*, Paris, Armand Colin, Octobre 1991, pp. 391-398

AGULHON, Maurice, *Histoire vagabonde* I e II, Paris, Éditions Gallimard, 1988

ANDERSON, Benedict, *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism*, Londres, Verso, 1983

BERNABEU ALBERT, Salvador, *1892: El IV Centenario del Descubrimiento de America en España: coyuntura e conmemoraciones*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1987

BOURDIEU, Pierre, *O poder simbólico*, 2ª ed., Lisboa, Difel, 1989

BURGUIÈRE, André, *Les Formes de la Culture*, Paris, Éditions du Seuil, 1993
(Especialmente, o cap. 3, “La Mémoire” e o texto de Philippe Joutard,
“Une passion française: l’histoire”)

CAILLOIS, Roger, *O mito e o homem*, Lisboa, Edições 70, s.d. (1ª ed., 1938)

CALDERON QUIJANO, Jose Antonio, *El IV Centenario del Descubrimiento de America*, Separata del “Boletín de Bellas Artes, 2º época, Nº XVIII, Sevilla, 1990

CASSIRER, Ernest, *O Mito do Estado*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1961

CHARTIER, Roger, *A História Cultural entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1988

Communications, 49, “La Mémoire et l’Oubli”, Paris, Seuil, 1989

COMTE, Auguste, *Catéchisme Positiviste ou Sommaire Exposition de la Religion Universelle*, Paris, Garnier Frères, 1909 (1ª ed., 1852)

COMTE, Auguste, *Système de Politique Positive ou Traité de Sociologie Instituant la Religion de l’Humanité*, Tomo I, Paris, 1851

CONNERTON, Paul, *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993

CORRAL, Jose del, “Las consecuencias de las festas madrileñas del IV centenario del descubrimiento de América” in *Annales del Instituto de Estudios Madrileños*, Tomo XXX, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1991, pp. 275-291

DAVALLON, Jean, DUJARDIN, Philippe e SABATIER, Gerard, *Politique de la mémoire*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 1993

Débat (Le), 78, “Mémoires Comparées”, Paris, Éditions Gallimard, Janvier-Février 1994

DURAND, Gilbert, “Permanence du mythe et changements de l’ histoire” in *Le Mythe et le Mythique*, Cahiers de l’ Hermétisme, Paris, Albin Michel, 1987, pp. 17-28

DURAND, Gilbert, *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*, Lisboa, Presença, 1989

DUVIGNAUD, Jean, “La fête civique” in Dumur, Guy (dir.), *Histoire des spectacles*, Paris, Gallimard, 1980, pp. 239-263

DUVIGNAUD, Jean, *Fêtes et Civilizations*, Genève, Librairie Weber, 1973

FENTRESS, James & WICKHAM, Chris, *Memória Social*, Lisboa, Teorema, 1994

GELLNER, Ernest, *Nações e Nacionalismo*, Lisboa, Gradiva, 1993

GIRARDET, Raoul, *Le nationalisme français, Anthologie 1871-1914*, Paris, Éditions du Seuil, 1983

GIRARDET, Raoul, *Mythes et Mythologie Politique*, Paris, Éditions du Seuil, 1986

HALBWACHS, Maurice, *La Mémoire Collective*, 2^a éd. revue et augmenté, Paris, PUF, 1968

HOBBSBAWM, Eric and RANGER, Terence, *The Invention of Tradition*, Cambridge, University Press, 1993

HOBBSBAWM, Eric, *A questão do nacionalismo - nações e nacionalismo desde 1780*, Lisboa, Terramar, 1998

JOHNSTON, William M., *Post-modernisme et Bimillénaire*, Paris, PUF, 1992

LE GOFF, Jacques "Memória" in *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 11-50

MAR-MOLINERO, Clare e SMITH, Angel, *Nationalism and the Nation in the Iberian Peninsula, Competing and Conflicting Identities*, Oxford-Washington D.C., Berg, 1996

NAMER, Gérard, *Batailles pour la mémoire, La commémoration en France de 1945 à nos jours*, Paris, 1983

NAMER, Gérard, *Mémoire et Société*, Paris, Meridiens Klincksieck, 1987

NORA, Pierre (dir.), *Les Lieux de la Mémoire*, Tomo I, II e III, Paris, Gallimard, 1984, 1986, 1992

NORA, Pierre, “Mémoire Colective” in *Dictionnaire de la Nouvelle Histoire*, Paris, Retz, 1978

OZOUF, Mona, “Célébrer, savoir et fêter” in *Le Débat*, 57, Paris, Novembre-Décembre 1989, pp. 17-33

OZOUF, Mona, “Peut-on commémorer la révolution française?” in *Le Débat*, 26, Paris, Septembre 1983, pp. 161-172

OZOUF, Mona, *La fête révolutionnaire 1789-1799*, Paris, Gallimard, 1976

PIZARRO, Quintero Alejandro, *História da Propaganda*, Lisboa, Planeta Editora, 1993

QUINAULT, Roland, “The cult of the centenary, c. 1784-1914” in *Historical Research*, vol. 71, N° 176, October 1998, pp. 303-323

RIVIÈRE, Claude, “Mythes modernes au coeur de l'idéologie” in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, PUF, Janvier-Juin 1991, pp. 5-24

SANSON, Rosemond, *Le 14 Juillet, fête et conscience national (1789-1975)*, Paris, Flammarion, 1976

SMITH, Anthony D., *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1997

SOUTHCOTT, Chris, “Au-delà de la conception politique de la nation” in *Communications*, 45, Paris, Seuil, 1987, pp. 51-67

VALENSI, Lucette, *Fables de la mémoire, La glorieuse bataille des trois rois*, Paris, Éditions du Seuil, 1992

Memórias / Entrevistas

ALMEIDA, António José de, *Quarenta anos de vida literária e política*, vol. IV, Lisboa, J. Rodrigues & C^a, 1934

CAETANO, Marcello, *As minhas memórias de Salazar*, 3^a ed., Lisboa, Verbo, 1985

CHAGAS, João, *Homens e factos*, Coimbra, 1905

COSTA, Marechal Gomes da, *Memórias*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1930

CUNHA, Alfredo, *O Diário de Notícias. A sua fundação e os seus fundadores. Alguns factos para a história do jornalismo português*, Lisboa, 1914

FERREIRA, Rafael, *Nos bastidores do jornalismo*, Lisboa, Ed. Romano Torres, 1945

FERRO, António, *Salazar: o homem e a sua obra*, Lisboa, Edições Fernando Pereira, 1982

LIMA, Sebastião Magalhães, *Episódios da minha vida*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Universal, s.d.

.

Sociedade de Geografia de Lisboa, *75 Anos de Actividades ao Serviço da Ciência e da Nação*, Lisboa, 1950

Catálogos

AMARAL, C. M. Almeida do, *Catálogo descritivo das moedas portuguesas*. Museu Numismático Português, Tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984

Cinquième Centenaire de la Naissance de Vasco da Gama. Exposition bibliographique et iconographique (1469-1969), a été organisé par la Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais de Paris avec la précieuse collaboration de la Bibliothèque Nationale et Universitaire de Strasbourg, du 13 au 30 Avril 1970, s.l., 1970

FERREIRA, A. Simões, *Catálogo dos selos postais de Portugal e Colónias*, 10ª ed., Lisboa, 1934

LAMAS, Arthur, *Medalhas portuguesas e estrangeiras referentes a Portugal*, Memória histórica e descritiva baseada na colecção iniciada por José Lamas, vol. I, Lisboa, Edição do Autor, 1916

LAMAS, José da Cunha e MARQUES, A. H. de Oliveira, *Catálogo de inteiros-postais portugueses*, Lisboa, 1985

LAMAS, José da Cunha, *Bilhetes-Postais de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Lisboa, Edição dos Serviços Culturais dos C.T.T., 1952

LESTRO, Carlos A., *Catálogo e preçário de moedas: Portugal Continental, D. João VI 1816-1976: Colónias 1912-1976*, 3ª ed., s.l., s.n., 1978

Lusíadas (Os). 1572-1972. Catálogo da Exposição Bibliográfica, Iconográfica e Medalhística de Camões, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972

MARTINS, A. Coimbra, *IV Centenario de Os Lusíadas de Camões (1572-1972). Exposición bibliográfica e iconográfica*. Catálogo preparado e redigido por..., Madrid, Biblioteca Nacional de Madrid/Fundación Calouste Gulbenkian, 1972

MARTINS, José V. de Pina, *Catálogo da Exposição Bibliográfica, Iconográfica e Medalhística de Camões. Os Lusíadas (1572-1972)*, Introdução, selecção e notas bibliográficas por..., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972

Medalhas de João da Silva, Lisboa, Edições Gravarte, 1983

Numismática e Notafilia, 5ª ed., Lisboa, AFINSA, 1999

PEREIRA, Américo Mascarenhas, *Catálogo de Bilhetes Postais de Portugal Continental*, Porto, 1976

SALGADO, Javier Sáez, *O papel moeda das antigas colónias portuguesas*, Porto, Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, 1997

Selos Postais Portugal Açores Madeira Macau e Pré-Filatélicos, 15ª ed., Lisboa, AFINSA, 1999

SILVA, F. Ferreira da, *Catálogo de Moedas, Notas de Portugal e Ex-Colónias*, 11ª ed., Porto, 1999

SILVA, Mário Rui de Sousa e (dir. e coord.), *O papel moeda em Portugal*, 2ª ed., s.l., Banco de Portugal, 1997

VAZ, Maria Laurinda dos Reis Antunes, *Catálogo de Medalhas da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, Separata do “Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra”, 1980

VIEIRA, Carlos Cyrillo da Silva, *Catalogo do repositorio camoneano, I-Publicações do tricentenário e II-Publicações anteriores ao tricentenário*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1882

Festas liberais e monárquicas

BAENA, Visconde de Sanches de, “A Comissão Central Primeiro de Dezembro” in
L. A. Palmeirim (dir.), *A Restauração de Portugal, Opusculo Historico*,
Lisboa, Empresa do Occidente, 1885

BAENA, Visconde de Sanches de, *Fastos Historicos da Comissão Central 1º de
Dezembro de 1640 ou o Monumento aos Restauradores de Portugal*,
Lisboa, Typ. Matos Moreira, 1885

*Descripção da Solemnidade da Acclamação de Sua Magestade El-Rei de Portugal o
Senhor D. Pedro V e dos Festejos Publicos que tiveram lugar em Lisboa,
por essa ocasião, nos dias 16, 17 e 18 de Setembro de 1855, s.l., s.d.*

*Descripção dos festejos reaes por ocasião do feliz consorcio de Sua Magestade El-
Rei o Senhor Dom Pedro V com a Augusta Rainha a Senhora Dona
Estephania, s.l., s.d.*

PALMEIRIM, L. A. (dir.), *A Restauração de Portugal, Opusculo Historico*, Lisboa,
Empresa do Occidente, 1885

*Programa de todos os Pomposos Festejos que se realizarão em Lisboa para solemnizar
o casamento de S.A.R. o Principe D. Carlos Duque de Bragança com a
Princesa D. Maria Amelia d’ Orleans, Lisboa, Typ. Elzeviriana, 1886*

Relação dos festejos que tiveram lugar em Lisboa nos memoraveis dias 31 de Julho, 1 e 2 de Agosto por ocasião do juramento prestado á Carta Constitucional decretada e dada á Nação Portuguesa pelo seu legitimo Rei o Senhor D. Pedro IV Imperador do Brazil, por hum cidadão constitucional, Lisboa, Typ. de J.F.M. de Campos, 1826

RIBEIRO, José Silvestre, “D. João IV” in L. A. Palmeirim (dir), *A Restauração de Portugal*, Lisboa, 1885

Comemorações camonianas

O tricentenário de 1880

Album de Homenagem a Luiz de Camões. Nova edição dos principais escriptos em verso e prosa publicados pela imprensa periodica por ocasião de se erigir o monumento (...), Lisboa, Lallement Frères, 1870

Album Litterario com a colaboração em portuguez, castelhano, catalão, francez, italiano, inglez, allemão e sueco dos princiapaes escriptores nacionaes e estrangeiros, publicado por Francisco Xavier Esteves, Porto, Typ. Occidental, 1880

ANJOS, Joaquim dos, *A Camões*, Poesia recitada pelo actor Salazar no theatro da Rua dos Condes, Lisboa, 1880

ARANHA, Brito, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e Brazil, continuados e ampliados por ..., Tomo XV (Oitavo do Supplemento), Lisboa, Imprensa Nacional, 1888

ARANHA, Pedro V. de Brito, *Camões e Os Lusíadas (1580-1880): ideia de ressurreição da patria: discurso*, Lisboa, Typ. Universal, 1880

BARATA, A.. F., *A Luiz de Camões. Homenagem com notas curiosas e tres ineditos do poeta*, Evora, 1880

BARROSO, Justo de Castro, *Discurso pronunciado na Escola do Exercito, deante das armas geraes reunidas em assembléa, no dia 6 de Maio de 1880 em homenagem ao immortal epico Luiz de Camões por ...*, Aspirante de Cavallaria 7, Lisboa, 1880

BASTOS, Teixeira, *Luiz de Camões e a nacionalidade portugueza*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, Bibliotheca Republicana Democratica (vol. XV), 1880

BASTOS, Teixeira, *Lyra Camoneana*, Lisboa, Typ. de Castro Irmão, 1880

Bibliographia camoneana servindo de catalogo oficial da Exposição Camoneana do centenario, coordenada pela Comissão Litteraria das Festas, Porto, s.d.
[1880]

Boletim do Centenario, Nº 1 e 2, Ed. da Empreza do “Jornal de Viagens”, Março e Maio de 1880

Boletim Official do Grande Oriente Lusitano Unido, Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, 3ª serie, nº 2, 3, 4, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, Maio, Junho e Julho de 1880

BRAGA, Teófilo, “O centenario de Camões” in *O Positivismo*, vol. I e II, Porto, 1879-1880, pp. 1-9 e pp. 245-249 (reeditado na revista *Ocidente*, vol. LXXXIII (416), Dez. 1972, Lisboa, pp. 387-405)

BRAGA, Teófilo, *As modernas ideias na literatura portuguesa*, vol. II, Porto, Lugan & Genelioux, Sucessores, 1892

BRAGA, Teófilo, *Camões, Epoca e Vida*, Porto, Lello & Irmãos, 1907

BRAGA, Teófilo, *Os centenários como síntese afectiva nas sociedades modernas*, Porto, Tip. A. T. da Silva Teixeira, 1884

BRAGA, Theophilo, “Camões” in *Plutharco Portuguez. Colecção de retratos e biographias dos principais vultos historicos da civilisação portugueza*, Fasc. III, Vol. I, Porto, Emilio Biel, 1881

BRAGA, Theophilo, *Bibliographia Camoneana*, Lisboa, Imprensa de Christovão A. Rodrigues, 1880

BRAGA, Theophilo, *Camões e Os Lusíadas*, Estudo critico publicado por ocasião do tricentenário, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1880

BRAGA, Theophilo, *O poema de Camões*. Poesia consagrada ao centenario do poeta para ser recitada na matinée dos actores no Teatro Normal, Lisboa, Imprensa de J.G. de Sousa Neves, 1880

BRAGA, Theophilo, *Retrato e Biographia de Camões*, Lisboa, Casa Minerva, 1880

BRANCO, Camilo Castelo, “Luiz de Camões. Notas biographicas” in Garrett, Almeida, *Camões*, 7ª ed., Porto, Ernesto Chardron-Editor, 1880

BRANCO, Camilo Castelo, *Camões: recolha dos textos publicados em 1880*, Introdução e notas de Alexandre Cabral, Porto, [imp. 1981]

BRITO, Rozalino Candido de Sampaio e, *Camões. Homenagem aos antigos heroes portuguezes e sobre todos ao seu divino cantor Luiz de Camões*, Porto, Typ. Nacional, 1880

Camões, Commemorativo do tricentenário do grande poeta, Nº unico, Lisboa, 10 de Junho de 1880

Camões, Consagrado ao terceiro centenario do immortal poeta pela Bibliotheca Progressista, Nº unico, Porto, 10 de Junho de 1880

Camões, Homenagem da ” Sociedade de Amizade, Recreio e Instrução”, Nº unico, Ponta Delgada, 10 de Junho de 1880

Camões, Publicação especial do “Gremio Litterario Fayalense” para commemorar o tricentenário do grande epico portuguez, Nº unico, Horta, 10 de Junho de 1880

Camoneana Academica, Livro-homenagem dos estudantes do Porto a Luiz de Camões, Porto, Magalhães & Moniz Editor, 1880

CANTO, José do, *Catalogo resumo de uma colecção camoneana exposta na Bibliotheca Pública de Ponta Delgada*, S. Miguel-Ponta Delgada, 1880

Caracter (O) Religioso dos Lusiadas de Luiz de Camões. Documentos e reflexões por um professor do Collegio de Maria Sanctissima Immaculada em Campolide, Lisboa, 1880

CARVALHO & C^a, *A proposito do centenario*, Lisboa, 1880

Catalogo da exposição camoneana realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a 10 de Junho de 1880, Rio de Janeiro, 1880

Centenario (O) de Camões em Pernambuco. Festas promovidas pela directoria do Gabinete Portuguez de Leitura, Porto, Imprensa Portugueza, 1880

Centenario (O) de Luiz de Camões em Porto Alegre na provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1882

CHAGAS, Manuel Pinheiro, “Inauguração do monumento a Luiz de Camões”, in *Archivo Pittoresco*, A.. 10, Lisboa, 1867, pp. 127-220

CHAGAS, Pinheiro, “Camões e Natercia” in Suplemento ao nº 59 da revista *Occidente*, Lisboa, 10 de Junho de 1880, p. 90

CHAGAS, Pinheiro, “Notas biographicas ao correr da penna” in *Almanach Camões*, Lisboa, Typ. Universal, 1880

CHAGAS, Pinheiro, *O Centenario de Camões, Explicação das causas dos festejos de 10 de Junho de 1880*, Lisboa, Imprensa J. G. de Sousa Neves, 1880

Circulo Camoneano, vol. II, Porto, Typ. Elzeviriana, 1891-92

COELHO, J. M. Latino, *Luís de Camões*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1985 (1ª ed., 1880)

COELHO, J. M. Latino, *Panegyrico de Luiz de Camões lido na sessão solemne da Academia Real das Sciencias de Lisboa em 9 de Junho de 1880 pelo Secretario-Geral ...*, Lisboa, 1880

Commercio (O) do Minho, Tri-semanario bracarense. Á memoria de Luiz de Camões no seu tricentenario em 10 de Junho de 1880, Braga

CONCEIÇÃO, Alexandre da, *A Camões. Homenagem por ocasião das festas do tricentenario por...*, Lisboa, David Corazzi - Editor, 1880

CORDEIRO, Luciano, *O centenario de Camões*, Lisboa, Typ. de J. H. Verde, 1880

Corona poetica y literaria dedicada a Luiz de Camões en la conmemoracion del tricentenario de su muerte por la literatura y artes de España, Lisboa, s.d.

DEUS, João de, *Os Lusíadas e a conversação preambular. Carta a Avelino de Souza*, Lisboa, 1880 (1ª ed., 1863)

DINIZ, José Ferreira Garcia, *Oração funebre que nas solemnes exequias celebradas pelo clero lisbonense na Sé Catedral de Lisboa no dia 8 de Junho de 1880 pelos heroes do Oriente recitou o Dr.[..], prior da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação*, Lisboa, 1880

Distrito (O) de Faro, Suplemento ao nº 222 de 10 de Junho de 1880. Homenagem a Camões, Faro

EÇA, Almeida d', *Luiz de Camões marinheiro*, Lisboa, David Corazzi, 1880

Este paiz a Camões. Prologo ao centenario por um eremita que não está morto, s.l., Bibliotheca - Noites do Minho, Editora, 1880

Excerptos das obras de Luiz de Camões, publicados por subscrição promovida entre a classe academica, Lisboa, 1880

FALCÃO, Gregorio Antunes, *Gregoreida ou Aventuras d' um filho de Alijó dos Vinhos em Lisboa durante as festas do centenario de Camões*, Lisboa, 1880

FICALHO, Conde de, *Flora dos Lusíadas*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1880

FIRMO, Mathias dos Santos, *Camões e o povo português, Estudo historico critico*, Lisboa, Typ. Silviana, 1880

GIRALDES, Manuel Nunes, *A Covilhã no centenário*, Lisboa, Lallement Frères Typ., 1880

Homenagem a Camões pelo Centro Republicano Federal de Ponta Delgada no Tricentenário do Poeta, S. Miguel, Lithographia Açores, s.d.

Homenagem a Camões. Discursos e poesias recitados pelos alumnos e alumnas das aulas da Ordem Terceira do Carmo no dia 10 de Junho de 1880 por ocasião do tricentenário de Camões solemnizado nas aulas da mesma Ordem, Porto, Typ. de Alexandre da Fonseca Vasconcelos, 1880

Homenagem a Luiz de Camões, Sessão solene da Associação Typographica Lisbonense para commemorar o tricentenário, Lisboa, Imprensa Nacional, 1880

Homenagem dos Poetas, Porto, Palacio de Cristal Editor, s.d.

Homenagens a Camões (1880), Recortes de Jornais, Secção de Reservados - Camoniana, Biblioteca Nacional de Lisboa

Homenagens a Camões. 1880. XX. Secção de Reservados - Camoniana, Biblioteca Nacional de Lisboa

Instituto (O), Revista Scientifica e Litteraria, 2ª serie, vol. XXVII, nº 11 e 12 Coimbra, Imprensa da Universidade, Maio e Junho de 1880; Idem, vol. XXVIII, nº 10, Abril de 1881

JARDIM, Cypriano, *Camões, Drama historico em 5 actos, representado pela primeira vez nas festas do tricentenario no Theatro D. Maria II*, Porto, Imprensa Portugueza-Editora, 1880

LEAL, Gomes, *A fome de Camões*, Poema em 4 cantos, Lisboa, 1880

LEAL, Hugo, *Camões no seculo XIX*, Conferencia realizada a 2 de Junho na sala do Centro Republicano Federal, Lisboa, Livraria Internacional, Bibliotheca Republicana Democratica, 1880

Luís de Camões. Pasta com 33 peças respeitantes ao 3º centenário de Camões que pertenceu a Octaviano de Sá, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Luiz de Camões, Homenagem da Gazeta de Noticias, 10 de Junho de 1880, Rio de Janeiro, Gazeta de Noticias, 1880

MACEDO, José Tavares de, *Relatorio feito em nome da comissão nomeada por portaria de 30 de Dezembro de 1854 para buscar os ossos de Camões*, pelo secretario da mesma [...], Lisboa, Imprensa Nacional, 1880

MAIA, Abílio, *O Naufragio de Camões*, Porto, Typ. Occidental, 1880

MATOS, J. P., *O fado a Camões*, Nova colecção de cantigas para piano e guitarra, Lisboa, Bibliotheca do Povo, 1880

MATOS, Ricardo Pinto de, *Catalogo da camoneana da Biblioteca Publica Municipal do Porto*, coordenado por um dos officiaes guarda-salas da mesma bibliotheca, Porto, 1880

Memória dos festejos celebrados em Hong-Kong por ocasião do tricentenário do príncipe dos poetas portugueses Luiz de Camões, Hong-Kong, Typ. de Souza & C^a, 1880

MESNIER, Pedro Gastão, *A Odysea Camoneana. Romagem aos principaes logares que a estada de Luiz de Camões deixou assignalados*, Quarta conferencia preliminar da celebração do tricentenário do poeta , feita no salão da Trindade, em Lisboa, a 16 de Maio de 1880, Porto, Imprensa Civilisação, 1880

MEZZNER, Ed., *Camões morto de fome*. Ao Sr. Theophilo Braga a proposito da santificação do anniversario da morte do cantor das glorias nacionaes, s.l., s.d.

Miscelânea. Brochura com 17 peças na sua maioria prospectos e programas de homenagem a Camões que pertenceu a Pedro de Moura e Sá, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

NABUCO, Joaquim, *Camões*, Discurso pronunciado a 10 de Junho de 1880 por parte do Gabinete Portuguez de Leitura, Rio de Janeiro, 1880

PAIVA, Xavier de, *Camões em Africa*, Scena dramatica em verso, Lisboa, Imprensa Nacional, 1880

Parodia ao primeiro canto dos Lusíadas, por quatro estudantes de Evora em 1589, Lisboa, 1880

PEREIRA, João Félix, *Os Lusíadas do seculo XIX*, Lisboa, Typ. da “Bibliotheca Universal”, 1880

PIMENTEL, Alberto, *A varanda de Nathercia*, Lisboa, Empreza Litteraria de Lisboa, s.d.

PINHEIRO, A. Xavier, *As Bellas-Artes no centenario de Camões*, Porto, Typ Elzeviriana, 1882

Portugal a Camões 1580-1880, Porto, Publicação Extraordinaria do “Jornal de Viagens” commemorando o tricentenario do cantor dos Lusíadas, 10 de Junho 1880

Positivismo (O), Revista de Philosophia, Porto, Livraria Universal, 1879-1881

Primeiros documentos para a historia do jubileu nacional de 1880, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887

Programma do 3º centenario de Luiz de Camões, commemoração promovida pela corporação da Imprensa Jornalística, auxiliada pela Câmara Municipal, pelo Governo e pelos Habitantes da Cidade, 1580-1880, Lisboa, Typ. Universal, 1880

Programma dos festejos academicos para a inauguração do Monumento a Luiz de Camões, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1881

RAMOS, Luiz Maria da Silva, *Luiz de Camões. Elogio Academico lido na sala dos Actos Grandes da Universidade de Coimbra no dia 10 de Junho de 1880 tri-centenario do grande epico pelo Dr. ...*, Porto, Typ. Occidental, 1880

REIS, Jaime Batalha, “As festas do centenario” in *Almanach dos Theatros para 1881*, 6º anno, Lisboa, s.d., pp. 9-10

Relatorio da Grande Comissão Promotora do festejo maritimo realizado a 13 de Junho commemorativo do 3º centenario de Camões, Rio de Janeiro, 1881

Revista Brasileira, Homenagem a Luiz de Camões - 10 de Junho de 1880, Rio de Janeiro, N. Midosi - Editor, 1880

Revista Camões (A). Chronica de Lisboa, Nº 1, Lisboa, 10 de Junho de 1880

RIBEIRO, Thomaz, *Discurso pronunciado no sarau litterario a 11 de Junho*, Porto, Palacio de Cristal Editor, 1880

ROCHA, Dr. Augusto, *Origens e caracter da epopeia portugueza, conferencia proferida no sarau litterario promovido pelo Instituto em a noite de 10 de Junho do anno corrente*, Coimbra, 1880

ROMEO JUNIOR, Soares, *Homenagem a Camões por ocasião do seu Tri-centenario a 10 de Junho de 1880*, Lisboa, Typ. Nova Minerva, 1880

SAMODÃES, Conde de, *Festas do centenario. Discurso inaugural do Illm^o e Exm^o Snr. [...]*, pronunciado na abertura da Exposição Camoniana a 10 de Junho, Porto, Palacio de Crystal - Editor, 1880

Sociedade Nacional Camoneana, *Anuario*, 1^o anno, Porto, 1881

SOUTO, Diogo, *Amica Veritas. Versos do centenario de Camões*, 3^a ed., com uma carta do Sr. Camilo Castelo Branco e o juizo da imprensa, Porto, J. E. da Cruz Coutinho - Editor, 1881

TÚLIO, António da Silva e CASTILHO, Júlio, *Camonena da Bibliotheca Nacional de Lisboa*, Lisboa, 1880

VASCONCELOS, J. Leite de, *A consciencia dos seculos. Poema no 3^o centenario de Camões*, Porto, Livraria Encadernação de J. P. Vaz, 1880

VASCONCELOS, J. Leite de, *Carmen Saeculare*, recitado no theatro de S. João na festa academica de Camões, Porto, 1880

VICTOR, D. Margarida, *Camões e as mulheres portuguesas*, Conferencia preliminar das festas do centenario, realizada na sala da Sociedade de Geografia na noite de 6 de Junho de 1880, Lisboa, David Corazzi, 1880

Outras celebrações camonianas

4º Centenário do Nascimento de Camões 1524-1924, s.l., s.d.

AGUIAR, Fernando de, “Camões, Arauto da Lusitanidade” in *Gil Vicente*, Revista de Portugalidade, vol. IX, 2ª série, nº 7-8, Guimarães, Julho e Agosto de 1958, pp. 110-114

Camões e a identidade nacional, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983

Estudos sobre Camões, Páginas do “Diário de Notícias” dedicadas ao poeta no 4º centenário da sua morte, Lisboa, INCM/Editorial Notícias, 1981

GOMES, António José, *Homenagem a Camões no IV centenário do seu nascimento pelo Revº Dr.[...]*. Poesia recitada pelo seu autor na sessão solene promovida pelo Leal Senado de Macau no dia 10 de Junho de 1924, Lisboa, Casa de Macau, 1980

JUNQUEIRO, Guerra, *A festa de Camões*, Discurso pronunciado a 10 de Junho em Zurich, n’ um banquete da colonia portugueza, 1912

LOPES, António dos Mártires, *Camões, poeta da expansão e da fé*, Palestra proferida na sala dos Vice-Reis pelo Dia de Portugal, 10 de Junho de 1959, Goa, Imprensa Nacional, 1960

Ocidente, IV centenário da publicação d' Os Lusíadas, vol. LXXXIII, Lisboa, 1972

PEIXOTO, Afrânio e PINTO, Pedro A., *Dicionário d' Os Lusíadas de Luís de Camões*, Rio de Janeiro, Sociedade de Estudos Camonianos, 1924

PEIXOTO, Afrânio, *A camonologia ou os estudos camonianos*, Rio de Janeiro, Sociedade de Estudos Camonianos, 1924

PINTO, Francisco de Paula Leite, *A lição de Camões à juventude de hoje*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1960

REMÉDIOS, Mendes dos, *Camões e o Ideal da sua Obra*, Coimbra, "Lumen", 1924

REMÉDIOS, Mendes dos, *Camões, poeta da fé*. Conferência seguida das poesias de carácter religioso, Coimbra, Coimbra Editora, 1924

RODRIGUES, José Maria, *Lição Inaugural da Cadeira de Estudos Camonianos. Importância e dificuldade destes estudos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925

SÉRGIO, António, *Camões e D. Sebastião: rudimentar organização de documentos para o estudo de um problema curioso*, Paris-Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1925

VASCONCELOS, Carolina de Michaelis de, *Estudos Camonianos II, O Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924

IV Centenário do descobrimento da América (1892)

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 11ª série, nº 5, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892

Centenario da descoberta da America. Memorias da Comissão Portuguesa, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1892

CHAGAS, M. Pinheiro, *Os descobrimentos portugueses e os de Colombo. Tentativa de coordenação historica*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1892

CORDEIRO, Luciano, *Questões Histórico-Coloniais*, II vol., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1935 [Memórias apresentadas no Congresso Internacional de Orientalistas, em 1892: “Diogo Cão”; “Diogo de Azambuja”; “De como e quando foi feito conde Vasco da Gama”]

TAVORA, A.. M. de, “O Colombo portuguez” in *Arquivo dos Açores*, vol. XII, Ponta Delgada, 1983 (Reprodução fac-similada pela edição de 1892), pp. 456-59

Centenário do nascimento do infante D. Henrique (1894)

A crónica do centenário:

PEREIRA, Firmino, *O Centenario do Infante D. Henrique*, Porto, Editor Magalhães & Moniz, 1894

ALMEIDA, Fortunato de, *O Infante de Sagres*, Obra premiada no concurso de memórias sobre o Infante D. Henrique por ocasião das festas do V centenário do nascimento do mesmo Infante, Porto, Livraria Portuense de Lopes & C^a, Sucessores de Clavel & C^a, 1894

ALVES, Alfredo, *Dom Henrique, O Infante - Memória histórica*. Primeiro premio do concurso no quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique, Porto, Typographia do "Commercio do Porto", 1894

Annaes do Club Militar Naval, Comemoração do V centenario do Infante D. Henrique, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894

BARATA, Antonio Francisco, *Homenagem ao Infante D. Henrique no quingentesimo anniversario do seu nascimento no Porto em 4 de Março de 1394*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1894

BARRADAS, Manuel, *O Infante D. Henrique*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1894

BEAZLEY, Charles Raymond, *O Infante D. Henrique e o início dos Descobrimentos Modernos*, Tradução anotada por António Álvaro Dória, Porto, Livraria Civilização, 1945

BRAGA, Theofilo, “A lenda do Infante”, in *A Vanguarda*, Lisboa, 6 de Março, 1894

BRAGA, Theofilo, “A Lenda Infantista”, Prefácio da obra de T. Tomé da Silva, *A Lenda de Sagres*, Porto, 1914

BRAGA, Theofilo, “O centenário do Infante D. Henrique”, in *A Voz Pública*, Porto, 5 de Março, 1894

BRAGA, Theofilo, *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, vol. II, Porto, Lugan & Genalioux Sucos., 1892

BRAGA, Theophilo, *Mar Tenebroso*, Poemeto, Porto, Imprensa Portuguesa, 1894

CÂNDIDO, António, "O Infante D. Henrique discurso pronunciado no Palacio de Crystal no dia 3 de Abril de 1889" in *Discursos e Conferências*, Porto, Empreza Litteraria e Typographica-Editora, s.d., pp. 231-259

CANTO, Ernesto do, “Centenario do Infante D. Henrique. 1394 - 4 de Março - 1894” in *Archivo dos Açores*, vol. XII, Ponta Delgada, 1892, pp. 449-455

“Celebrações do quinto centenario do nascimento do infante D. Henrique 1394 - 4 de Março - 1894. Documentos” in *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 13ª serie, Nº 3, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, pp. 111-126

Centenario (O) do Infante em Sagres. Sessão da Sociedade de Geographia de Lisboa em 12 de Março de 1894

Correio Elvense (O), Nº comemorativo do centenario de D. Henrique, Elvas, 4 de Março de 1894

DEUSDADO, Manuel Antonio Ferreira, “O 5º centenario do Infante D. Henrique” in *Revista de Educação e Ensino e Archivo de ineditos Historicos*, vol. IX, Lisboa, 1894, pp. 98-107

EÇA, Vicente Almeida d', *O Infante D. Henrique e a arte de navegar dos portugueses*, Conferência feita a 19 de Fevereiro de 1894 no Club Militar Naval, Lisboa, Livraria Férrin, 1894

EÇA, Vicente Almeida d', *Viagens e Descobrimientos Marítimos dos Portugueses*, Lisboa, David Corazzi, Bibliotheca do Povo e das Escolas, 1885

Echos finaes do centenario henriquino, Porto, Imprensa Economica, 1894

Exposição Insular e Colonial Portuguesa. Catálogo. (Palácio de Cristal, Porto, 4 de Março de 1894), Lisboa, Imprensa Nacional, 1896

HOLSTEIN, D. Francisco de Souza e, *A Escola de Sagres e as Tradições do Infante D. Henrique*, Conferência celebrada na Academia Real das Sciencias de Lisboa acerca dos descobrimentos e das colonizações dos portugueses na Africa - Primeira Conferência, Lisboa, Typographia da Academia, 1877

***In Memoriam 1394-1894*, Porto, Pereira & Cunha, 1894**

LUIZ, Fr. Francisco de São, *Reflexões geraes ácerca do infante D. Henrique dos descobrimentos de que elle foi autor no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840

MACEDO, Lino de, *A obra do Infante*. Publicação destinada a commemorar o quinto centenario do nascimento do Infante D. Henrique I Duque de Vizeu, Lisboa, s.d.

MAJOR, Richard Henry, *Vida do Infante D. Henrique*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1876

MARTINS, Oliveira, "O Infante D. Henrique", in *Portugal nos Mares. Ensaios de Crítica, Historia e Geographia*, vol. II, 1ª edição posthuma, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1924, pp.187-217

MENDONÇA, Henrique Lopes de, *Character e Influencia da Obra do Infante*, Conferência proferida no Club Militar Naval em 28 de Fevereiro de 1894, Lisboa, Livraria Féerin, 1894

Monitor (O), Nº comemorativo do centenario do Infante D. Henrique, Porto, 4 de Março de 1894

MORENO, Tristão, *O Infante D. Henrique*. Traços biograficos do inclito “Navegador” precedidos do retrato do infante e seguido do programma dos festejos que se hão de effectuar no Porto para commemorar o seu 5º centenario, Porto, Imprensa Commercial, 1894

ORTIGÃO, J. D. Ramalho, “Infante D. Henrique. O sentimento e a acção” in *Jornal de Noticias*, Porto, 3 de Março de 1894

PIMENTEL, Alberto, *Um contemporaneo do Infante D. Henrique*, Carta a Mr. Mathieu Lugan, Porto, Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1894

REBELLO, J. I. de Brito, “Alguns traços da vida do Infante D. Henrique” in *O Instituto*, vol. XLI, Julho de 1893 a Dezembro de 1894, Coimbra, 1894, pp. 567-573

REBELLO, J. I. de Brito, “Villa do Infante” in *O Occidente*, vol. XVII, Lisboa, 1894, pp. 66-71

Revista da Exposição Insular e Colonial, Porto, Nº 1 a 3, Nov. a Dez. de 1893

RODRIGUES, José Maria, “O Infante D. Henrique e a Universidade”, in *O Instituto*, Revista Scientifica e Litteraria, vol. XLI, Julho de 1893 a Dezembro de 1894, Coimbra, 1894, pp. 485-492

Sagres, Numero único, Commemorações do 5º Centenario do Infante D. Henrique,
Porto, 4 de Março de 1894

SANTARÉM, Visconde, "Introdução" in Gomes Eannes de Azurara, *Cronica do
Descobrimento e conquista da Guiné*, Paris, J. P. Aillaud, 1841

SILVA, Rebello da, "O Infante D. Henrique", in *Archivo Pittoresco*, vol. IX, Lisboa,
Editores Castro & Irmão, 1866

TELLES, Silva, *O Infante D. Henrique e a Renascença Scientifica Europea*, Lisboa,
Imprensa Nacional, 1894

Velocipedista (O), Nº Comemorativo do V Centenario do Infante D. Henrique, 1 de
Março de 1894

VITERBO, Sousa, *Trabalho náuticos dos portuguezes nos séculos XV e XVII*,
Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894

Voz do Povo (A), Diário portuense. Nº Comemorativo do Infante D. Henrique, Porto,
4 de Março de 1894

“Centenário da Índia” (1897-98)

Actas das Sessões da Sociedade de Geografia de Lisboa, vol. XVIII- Anno de 1898,
Lisboa, Imprensa Nacional, 1900

Album Commémoratif, Publié sous le patronage de La Majesté la Reine Marie Amélie du Portugal, Recueilli par M.^{me} Juliette Adam, A Vasco da Gama 1498, Hommage de la pensée française, Paris, Guillard, Aillaud & C.^{ie}, 1898

ALBUQUERQUE, José V. de Sousa, *Centenário da Índia perante a História*, Lisboa, 1898

Annaes da Comissão Central Executiva, Quarto centenario da Descoberta da India, 11 fascículos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895-1898

ARAGÃO, A. C. Teixeira de, *Vasco da Gama e a Vidigueira*, 3^a ed. revista e aumentada, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898 (1^a ed. 1871)

ARAGÃO, Teixeira de, “Vasco da Gama e a Vidigueira. Jazigo dos Gamas” in *O Occidente*, 21^o Anno, XXI vol., Nº 697, Lisboa, 1898, pp. 102-108

AVILA, Arthur Lobo d’, *A descoberta da India ou o reinado de D. Manuel*, Drama Historico em cinco actos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898

AYALLA, Frederico Diniz d’, *Vasco da Gama quando partiu?*, Alenquer, 1898

AZEREDO, Carlos Magalhães de, *A Portugal no Centenário da Índia*, Génova, 1898

BAÊNA, Visconde Sanches de, *O descobridor do Brazil Pedro Alvares Cabral*. Memoria apresentada à Academia das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1897

BAÊNA, Visconde Sanches de, *Pedro Alvares Cabral e Vasco da Gama, Resposta ao Sr. José de Sousa Monteiro*, Lisboa, 1898

BARATA, António Francisco, *Vasco da Gama em Evora com varias noticias ineditas*, Lisboa, Typ. Baeta Dias, 1898

BENOLIEL, José, *Episodio do Gigante Adamastor, Lusiadas, canto V, est. XXXVII-LXX, Estudo critico*, Quarto Centenario do Descobrimento da India, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898

Boletim Official da Guiné Portuguesa, Supplemento ao N° 19, 12 de Maio de 1898

Boletim Official do Estado da India, Maio e Junho de 1898

Boletim Official do Governo Geral da Provincia de Cabo Verde, n° 48, 27 de Novembro de 1897

BRAGA, Teofilo, *O Velho do Restelo (Rapsodias da epopeia portugueza)*, Lisboa, Libanio e Cunha, 1898

CAMÕES, Luis de, *Os Lusiadas*, Grande edição autographica do programma official do centenario prefaciada por D. Antonio Mendes Bello, arcebispo do Algarve, e por M. Pinheiro Chagas, primeiro presidente da Comissão Executiva, dirigida por Fernandes Costa, Lisboa, Editor Silveiro Castanheiro, 1898

Campeão das Províncias (O), Centenario do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia (1498-1898), A Vasco da Gama, Aveiro, 1898

CÂNDIDO, A. Zeferino, *A Honra de Vasco da Gama, Embargos à ligeireza do Sr. Sanches de Baena ou à sua “obra nova”, O Descobridor do Brazil, Pedro Álvares Cabral*, Rio de Janeiro, 1898

CASTRO, José Carlos de Faria e, *L’ épopée maritime des portugais. Vasco da Gama et le Camoens*, Bruxelles, Tip. et Lit. E. Guyot, 1898

Celebração Nacional em Macau do Quarto Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia. Programa geral formulado pela comissão executiva de 2 de Fevereiro de 1898, s.l., s.d.

Centenario (O) da Índia pela colonia portugueza da Bahia, Bahia, Officina dos Dois Mundos, 1898

Centenario (O) Indiano. Manifesto endereçado às colonias, Pará, Typ. e Pap. Alfredo Silva & C^a, 1897

Centenário da Índia, 1498-1898, Várias Recordações, Prov.te da Livraria de Brito Aranha, Biblioteca Nacional de Lisboa

CHAGAS, M. Pinheiro, *A descoberta da Índia (contada por um marinheiro)*, Lisboa, 1891

COELHO, F. Adolpho, *Exposição Ethnographica Portugueza, Portugal e as Ilhas Adjacentes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896

COELHO, J. M. Latino, *Vasco da Gama*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1985 (1ª ed. 1882)

Comissão Nacional de Monumentos, *A conclusão do edificio dos Jeronymos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897

CORDEIRO, Luciano, “Bibliografia do Centenário da Índia” in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 18ª serie, nº 12, Dez. 1900, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902, pp. 693-724

CORDEIRO, Luciano, *As obras dos Jeronymos. Parecer apresentado à Comissão dos Monumentos Nacionais*, Lisboa, 1895

COSTA, Fernandes, *Hymno do Centenario da India*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1897

COSTA, Jose Fernandes, *Quarto centenario do descobrimento da India. A viagem da India. Poemeto em dois cantos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896

CUNHA, Xavier da, *Homenagem a Vasco da Gama e programa das festas do centenário*, Lisboa, Tip. do Comércio de Portugal, 1898

CUNHA, Xavier, *A Epopeia das Navegações Portuguesas*, Estrophes com traducções em italiano, hespanhol e francez por Prospero Peragallo, D. José

Lamarque de Novoa e José Bénoliel, Quarto Centenario do Descobrimento da India, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898

CUNHA, Xavier, *Vasco da Gama, Poemeto com preludios por...*, Quarto Centenario do Descobrimento da India, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898

EÇA, Vicente M. M. de Almeida d', *O marinheiro portuguez atravez da Historia*. Conferencia na Academia de Estudos Livres em 12 de Abril de 1898, Lisboa, Typ. Casa Portuguesa, 1928

Exposição extraordinaria commemorativa do 4º centenario do descobrimento do caminho maritimo da India. Catalogo illustrado. Gremio Artistico, Lisboa, 1898

Flores de poetas e prosadores em homenagem a Dom Vasco da Gama e na celebração do quarto centenario da chegada do intrepido argonauta a Calecut, collecciona Francisco Maria Gomes de Sousa, Lisboa, 1898

FONSECA, Faustino da, *A Descoberta da India*. Drama em 5 actos. Comemoração do 4º Centenario da descoberta do caminho maritimo para a India, Lisboa, Comp. Nacional Editora, 1898

FONSECA, Faustino da, *O descobrimento do caminho maritimo para a India*, Lisboa, Comp. Nacional Editora, "Bibliotheca do Povo e das Escolas" (nº 202), 1898

FONSECA, Faustino da, *O escandalo dos dramas do concurso do centenario da India*, Lisboa, Agencia Universal de Publicações, 1898

“Gama, (D. Vasco da)” in Manoel Pinheiro Chagas (dir.), *Diccionario Popular, Historico, Geographico, Mythologico, Biographico, Artistico, Bibliographico e Litterario*, vol. 4, Lisboa, 1878, pp. 19-22

GRACIAS, J. A. Ismael, *Vasco da Gama e o descobrimento do caminho marítimo para a India. Breve Noticia Historica, 1497-98*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1897

Grande Album Comemorativo: Os festejos do Centenário da Índia, Lisboa, Empresa Pimpão, 1898

Guia Itinerário do Viajante de Lisboa, Comemorações do IV Centenario da India, Lisboa, Armazéns do Grandella, 1898

Historia Tragico-Maritima de Portugal. Ilustrada com 20 gravuras. Descrição dos tres primeiros naufragios sucedidos depois da descoberta do caminho da India, Extracto feito do livro de Bernardo Gomes de Brito, por Hygino Mendonça, Lisboa, 1898

Homenagem aos Heroes da India. Versos recitados na matinée artistica-litteraria realisada em 4 de Maio de 1898 no Theatro D. Maria II, Lisboa, Typ. Economica, 1898

JARDIM, Cypriano, *De Portugal à Índia*. Drama Historico, Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1898

Jornal do Fundão, Número especial comemorativo do “centenário da Índia”, Fundão, 15 de Maio de 1898

Jornal Unico, Celebração do 4º Centenario do Descobrimento do Caminho Maritimo para a India por Vasco da Gama, Macau

LIMA, Sebastião Magalhães, *O centenário no estrangeiro*, Conferencia realizada na Sociedade de Geographia de Lisboa no dia 11 de Novembro de 1897, Lisboa, 1897

MASCARENHAS, Joaquim Augusto de Oliveira, *De Lisboa à Índia. Drama historico em quatro actos e cinco quadros*, Lisboa, Cª Nacional Editora, 1898

MENDONÇA, Henrique Lopes de, *Afonso de Albuquerque. Drama em cinco actos em verso*, Lisboa, Comp. Nacional Editora, 1898

MENDONÇA, Henrique Lopes de, *Bartolomeu Dias e a Rota da Índia: artigo não inserto no numero da Revista Colonial e Maritima, commemorativo do centenario da Índia*, Lisboa, Typ. Mattos Moreira & Pinheiro, 1898

MESQUITA, Marcelino, *O sonho da Índia*. Peça Historica em três actos e nove quadros, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898

MIRANDA, Roque B. Barreto, *No Jubileu do Centenario. Portugal na Índia. Epopêa do Oriente, 1498-1898*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1898

MONTEIRO, José de Sousa, “Vasco da Gama, despeitoso e ingrato” in *Revista Portuguesa Colonial e Maritima*, 1º ano, Lisboa, 1897-1898

MONTEIRO, José de Sousa, “Vasco da Gama. A psychologia de um heroe” in *Revista Portuguesa Colonial e Maritima*, 1º anno, Lisboa, Livraria Ferin, 1897-1898

MONTEIRO, José de Sousa, *O Auto dos Esquecidos*, Disposto em em três jornadas que se intitulam a partida, a chegada, o regresso e um prologo na scena, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898

MOREIRA DE SÁ, Ernesto, *De Portugal á India*. A viagem de Vasco da Gama. Trechos que mais se prendem com o assumpto, tirados do poema de Luiz de Camões *Os Lusíadas*, acompanhados de versões em hespanhol, italiano, francez, allemão e inglez, e colligidos por ..., Lisboa, Typ. Castro Irmão, 1898

OLIVEIRA, Dias de, *Senhor, pau! Approposito do poemeto “Senhor, não!” do sr. Thomaz Ribeiro condemnando o centenario da India*, Lisboa, Livraria Economica, 1897

OLIVEIRA, João Braz d’, “Os navios de Vasco da Gama” in *Branco e Negro*, nº 67, Lisboa, 11 de Julho de 1897

PEDROSO, Z. Consiglieri, *Influencia dos Descobrimentos dos Portugueses na Historia da Civilisação*, Conferencia realisada na Sociedade de Geographia de Lisboa, no dia 26 de Novembro de 1897, Lisboa, 1898

Plano Geral da Celebração Nacional em 1897 do Quarto Centenario da partida de Vasco da Gama para o Descobrimento da Índia, formulado em virtude do decreto de 5 de Maio de 1894 e aprovado pelo governo, s.l., Imprensa Nacional, 1896

Programme Général dressé suivant l'arrêté ministériel du 2 Avril 1897 et approuvé par le gouvernement portugais, Célébration Nationale en 1898 du Quatrième Centenaire de la Découverte du Chemin Maritime des Indes, Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1897 (Idem, em versão portuguesa)

Provisão relativa ao Quarto Centenario do Descobrimento do Caminho Maritimo para a India, Bispado de Bragança, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1898

REBELO, Brito, "Vasco da Gama" in *O Occidente*, 21 ° Anno, XXI vol., Nº 697 e sgs., Lisboa, 1898

Revue Encyclopédique Larrousse, "Le Portugal 1498-1898. Quatrième Centenaire de la Découverte de la Route maritime des Indes par Vasco da Gama", 8^o année, nº 247, Paris, 28 Mai 1898, pp. 441-504

RIBEIRO, Thomaz, *Senhor, não! Memorial de recurso à Coroa*, Lisboa, Typ. C^a Nacional Editora, 1897

SOVERAL, Vicount de, *Homage to Dom Vasco da Gama on the Anniversary of the Fourth Centenary of the Discovery of a New Route to India*. Presented to

the Geographical Society of Lisbon, Lisbon, National Printing Office, 1896

Publicações de fontes e estudos:

CASTANHOSO, Miguel, *Dos feitos de D. Christovão da Gama em Ethiopia*, Tratado composto por ..., publicado por F. M. Esteves Pereira, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898

Chronica dos Reis de Bisnaga, Manuscrito inedito do seculo XVI, publicado por David Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897

CORDEIRO, Luciano, “ O último padrão de Diogo Cão” in *Questões histórico-coloniais*, vol. II, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1935, pp. 251-266 (1ª ed., Imprensa Nacional, 1896)

CORDEIRO, Luciano, “A urna funerária de Afonso de Albuquerque”, in *Questões histórico-coloniais*, vol. II, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1935, pp. 267-298 (1ª ed., Imprensa Nacional, 1896)

CORDEIRO, Luciano, “O prémio da descoberta. Uma certidão da Casa da Índia” in *Questões histórico-coloniais*, vol. III, Lisboa, Agência geral das Colónias, 1936, pp. 81-260 (1ª ed., Imprensa Nacional, 1897)

CORDEIRO, Luciano, “Os restos de Vasco da Gama. Informação e parecer do delegado da Sociedade de Geografia de Lisboa junto da comissão

testamentária “Luz Soriano” in *Questões histórico-coloniais*, vol. II, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1935, pp. 229-238

CORDEIRO, Luciano, *A Igreja de Sant’ Ana e a sepultura de Camões*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897

CORDEIRO, Luciano, *Batalhas da Índia: como se perdeu Ormuz: processo inédito do século XVII*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896

CORDEIRO, Luciano, *Dois capitães da Índia: documentos inéditos entre os quaes diversas certidões autographas de Diogo Couto*, Lisboa, s.n., 1898

CORDEIRO, Luciano, *Os primeiros Gamas: com uma carta de Manuel Severim de Faria e outros documentos inéditos*, Lisboa, Comp. Nacional Editora, 1898

COSTA, Goodolphim, *As Misericórdias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897

FICALHO (Conde de), *Viagens de Pedro da Covilhan*, Lisboa, Livraria Antonio Maria Pereira, 1898 (Reprodução em fac-símile em 1988 pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda)

Historia dos martyres de Nagran: versão ehiopica, publicada por F. M. Esteves Pereira, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899

LOUREIRO, Adolpho, *De Napoles à China (Diario de Viagem)*, vols. I e II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897-98

MENDONÇA, Henrique Lopes de, *Da unidade do pensamento no ciclo das descobertas*, Lisboa, Tip. Casa Portuguesa, 1898

MENDONÇA, Henrique Lopes de, *O Padre Fernando Oliveira e a sua obra nautica: memoria comprehendendo um estudo biographico sobre o afamado gramatico e nautographo*, Lisboa, Tip. da Academia Real das Sciencias, 1898

MORAES, Wenceslau de, *Dai Nippon (O Grande Japão)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897

Roteiros Portuguezes da Viagem de Lisboa à India nos seculos XVI e XVII, publicados por Gabriel Pereira, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898

Textos de Aljamía Portuguesa: documentos para a historia do dominio português em Safim extrahidos dos originaes da Torre do Tombo, publicados por David Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897

VASCONCELOS, J. Leite de, *Religiões da Lusitânia: na parte que principalmente se refere a Portugal*, I vol., Lisboa, Imprensa Nacional, 1897

Vida do Abba Daniel do Mosteiro de Sceté, publicada por Lazarus Goldschmidt e F. M. Esteves Pereira, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897

VITERBO, Sousa, *Trabalhos Nauticos dos Portuguezes nos seculos XVI e XVII. Parte I Marinharia*, Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias por ocasião da celebração do 4º centenario do descobrimento do caminho

marítimo da Índia, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898 (*Parte II Construtores Navaes*, 1900)

VITERBO, Sousa, *Viagens da Índia a Portugal por terra e vice-versa: resenha historica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1898

ZINADIM, *Historia dos Portugueses no Malabar*. Manuscrito arabe do século XVI, publicado e traduzido por David Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898

IV Centenário do Descobrimento do Brasil (1900)

Brasil-Portugal, Revista Quinzenal Ilustrada, N° Extraordinário, IV Centenário do Descobrimento do Brazil, Lisboa, Typ. Comp.^a Nacional Editora, [1900]

CÂNDIDO, Dr. Zeferino, *Brazil 1500-1900*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900

CARVALHO, Alberto, *Memoria a respeito da sepultura rasa do descobridor do Brasil Pedro Alvares Cabral, na igreja da Graça em Santarém*, Lisboa, Typ. do Commercio, 1902

Descobrimento (O) do Brasil. Narrativa de um Marinheiro, Edição popular comemorativa do 4º centenário do descobrimento do Brasil, profusamente ilustrada, Lisboa, Occidente, 1900

EÇA, Vicente Almeida d', "Portugal e Brasil. Oração pronunciada na sessão solene de 5 de Maio de 1900, da Sociedade de Geographia de Lisboa (...) em comemoração do 4º centenario do descobrimento do Brasil", in *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, nº 8 a 11, Agosto-Novembro de 1900, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, pp. 401-410

FONSECA, Faustino da, *A descoberta do Brazil*, Lisboa, Bibliotheca Illustrada d' "O Seculo", 1900

MARTINS, A. A. de Barros, *Esboço Histórico do Real Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro (1837-1912)*, Rio de Janeiro, 1913

MENDONÇA, Henrique Lopes de, *Terra de Santa Cruz*, Lisboa, 1899

PEREIRA, A. X da Silva, *O Brasil e o Soberano Congresso*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1900

PIMENTEL, Alberto, *O descobrimento do Brazil*, 2ª ed., comemorativa do 4º centenario do descobrimento do Brasil, Lisboa, 1900

Duplo Centenário de Ceuta e de Albuquerque

"Albuquerque (Affonso de)", in Manoel Pinheiro Chagas (dir.), *Diccionario Popular, Historico, Geographico, Mythologico, Biographico, Artistico, Bibliographico e Litterario*, vol. 1, Lisboa, 1876, pp. 373-375

Anais do Clube Militar Naval, Comemorações dos Centenários da Tomada de Ceuta em 1415 e da Morte de Afonso de Albuquerque em 1515, Tomo XLVI, Lisboa, Dezembro de 1915

BAIÃO, António, *Afonso de Albuquerque*, Lisboa, Livraria Ferin, Coleção Grandes Vultos Portugueses, 1914

BAIÃO, António, *Alguns descendentes de Afonso de Albuquerque e do seu filho à luz de documentos inéditos: questão da sepultura do governador da Índia: memória*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915

BENEDITO, Gomes J., *Afonso d' Albuquerque*, Trabalho Comemorativo do 4º Centenário do seu falecimento, 1515 a 1915, Lisboa, Tip. Universal, 1916

BENEDITO, Gomes J., Conferências e artigos relacionados, da imprensa e Sociedade de Estudos Pedagógicos de Lisboa. I – Afonso de Albuquerque, Nova Goa, 1925

BOCAGE, C. R. du, Étude préliminaire sur la prise de Ceuta par les portugais - le 21 Août 1415, Lisboa, Typ. da Cooperativa Militar, 1912

Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 33ª serie, nº 7 e 8 - Julho e Agosto 1915, Lisboa, Sociedade de Geographia de Lisboa, s.d.

Boletim Comemorativo do V Centenário da Tomada de Ceuta, 21 de Agosto de 1915, Lisboa, Sociedade de Geographia de Lisboa, Lisboa, 1915

Centenário de Ceuta e de Afonso de Albuquerque. Sessão solene da Academia das Sciencias de Lisboa em 16 de Dezembro de 1915. Quarto centenário da morte de Afonso de Albuquerque, Lisboa, Academia das Sciencias, 1916

DORNELLAS, Affonso de, *Documentos varios. A propósito do 5º centenário da tomada de Ceuta e do 4º da morte de Affonso de Albuquerque*, Lisboa, Livraria Ferin, 1913

EÇA, Vicente de Almeida d', "Afonso de Albuquerque. Oficial do Mar" in *Anais do Club Militar Naval*, Comemoração dos Centenários da Tomada de Ceuta em 1415 e da Morte de Afonso de Albuquerque em 1515, Lisboa, 1915, pp. 9-21

FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Nos centenários de Ceuta e Albuquerque*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916

Memorias descriptivas dos oito projectos do monumento ao grande Affonso de Albuquerque, expostos na Academia de Bellas Artes de Lisboa, e seguidas do programma do respectivo concurso, Lisboa, 1893

MENDONÇA, Henrique Lopes de, "As duas políticas" in *Boletim Comemorativo do V Centenário da Tomada de Ceuta*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1915

MENDONÇA, Henrique Lopes de, *Sobre Afonso de Albuquerque*, Discurso pronunciado na sessão solene de 16 de Dezembro de 1915, no quarto

centenário da morte de Afonso de Albuquerque, Lisboa, Academia das Sciencias de Lisboa, 1916

MENDONÇA, Henrique Lopes de, *Tradição Marítima de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915

OSÓRIO, Baltazar, *Descrição da cidade de Ceuta no século XV*, lida na sessão de 16 de Dezembro de 1915 com que a Academia das Sciencias de Lisboa celebrou o V Centenario da sua Tomada aos Mouros, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1916

REBELLO, J. J. de Brito, *Ementas Históricas, I Afonso de Albuquerque*, Separata do “Instituto”, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896

SARMENTO, Moraes, “O centenário da tomada de Ceuta” in *Revista Militar*, Tomo XLVII, Lisboa, 1915, pp. 499-510

SÉRGIO, António, “A Conquista de Ceuta” in *Ensaio*, vol. I, 3ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1980, pp. 253-273 (1ª ed., 1920)

SILVA, Luciano Pereira da, *A astronomia dos Lusíadas*, Separata da “Revista da Universidade de Coimbra”, Coimbra, 1915

Publicações de fontes e estudos:

Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidem, ed. por R. A. de Bulhão Pato e H. Lopes de Mendonça, Lisboa, 7 vols., 1884-1915

Documentos das Chancelarias Reaes anteriores a 1531 relativos a Marrocos, publicados por Pedro de Azevedo, Lisboa, Academia das Sciencias de Lisboa, 1915

Documentos do Corpo Chronologico relativos a Marrocos (1488 a 1514), publicados por ordem da Academia das Sciencias de Lisboa, coordenados, revistos e prefaciados por António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925

FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Um aventureiro na empresa de Ceuta*, Lisboa, Livraria Ferin, 1913

MASCARENHAS, Jerónimo, *Historia de la ciudad de Ceuta: sus sucesso militares y politicos*, publicado por Afonso de Dornelas, Lisboa, Academia das Sciencias, 1918

OSÓRIO, Baltasar, *Ceuta e a Capitania de D. Pedro de Meneses (1415-1437)*, Comemoração do V Centenário da Tomada de Ceuta, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1933

PISANO, Matheus de, *Livro da Guerra de Ceuta*, traduzido e publicado por Roberto Corrêa Pinto, Lisboa, Academia das Sciencias, 1915

RODRIGUES, Bernardo, *Anais de Arzila*, Crónica inédita do século XVI publicada por David Lopes, Lisboa, Academia das Sciencias de Lisboa, 1915-19

Sino (O) de Ceuta. Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo publicados por José Joaquim d'Ascensão Valdez, Subsídio histórico para a celebração do 5º centenário da tomada de Ceuta, Lisboa, Tip. Casa Portuguesa, 1914

VIEIRA, Guimarães, *Marrocos e três mestres da Ordem de Cristo*, Lisboa, Academia das Sciencias, 1916

Comemorações da “reconquista” de Goa

EGIPSY, Sousa J. C. de, *Comemoração da Reconquista de Goa, 1510-1931, 25 de Novembro*, Separata do “Boletim do Instituto Vasco da Gama”, nº 12, Nova Goa, 1932

Oriente Português (O), Revista da Comissão Arqueológica da Índia Portuguesa, vol. VI, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1909; vol. VII, 1910; vol. VIII, 1911; vol. XII, 1915

Celebração de Fernão de Magalhães (1921)

BAIÃO, António, Fernão de Magalhães, o problema da sua naturalidade rectificado e esclarecido” ” in *História e Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Nova série, 2ª classe, T. XIV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922, pp. 25-81

COELHO, Latino, *Fernão de Magalhães*, com prefácio de Júlio Dantas, 3ª ed., Lisboa, Fluminense Lda, 1921

EÇA, Vicente de Almeida d', “O feito de Fernão de Magalhães” in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nº 5-6, Lisboa, Maio-Junho de 1921

FERRÃO, António, *Fernão de Magalhães e a sua viagem de circumnavegação*, Discurso comemorativo do 4º centenário da morte de Fernão de Magalhães, pronunciado a 24 de Abril de 1921 no salão nobre da Câmara Municipal de Lisboa, na sessão presidida pelo Chefe de Estado, Sr. Dr. António José de Almeida, Sernache do Bomjardim, 1921

Instituto (O), Número comemorativo do 4º centenário de Fernão de Magalhães, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921

LIMA, Prof. Almeida, “A viagem de Fernão de Magalhães sob o ponto de vista nacional” in *História e Memórias da Academia das Ciências*

de Lisboa, Nova série, 2ª classe, T. XIV, Lisboa Imprensa Nacional, 1922, pp. 1-14

Centenário da Independência do Brasil (1922)

ARAUJO, Abelardo e MAGALHÃES, Adolpho, *Album. Portugal no 1º centenario da independência do Brazil*, Rio de Janeiro, [1924]

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 40ª serie, nº 10-12, Out.-Dez. de 1922

CORRÊA, Pinheiro, *Gago Coutinho, Percurso da navegação aérea*, Lisboa, Edição do Autor, 1965

CORRÊA, Pinheiro, *Sacadura Cabral, Homem e Aviador*, Lisboa, Edição do Autor, 1964

Diário da Câmara de Deputados, Sessão nº 152, 7 de Setembro de 1922

DIAS, Carlos Malheiro (dir. e coord.), *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil, 3 vols., Rio de Janeiro, 1921

Duas Pátrias. O que foi a visita do Sr. Dr. António José de Almeida. Impressões, artigos de jornais, discursos, notas de “reporter”, etc., *por Luís Derouet , enviado especial de “O Mundo” ao Brasil, com prefácio de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, Lisboa, 1923*

Exposição (A) de 1922, Orgão da propriedade da Comissão Organizadora, nº 12-13, 17-18, Rio de Janeiro, 1923

LIMA, Fernando de Castro Pires de, *Gago Coutinho e Sacadura Cabral na poesia popular*, Separata da “Revista de Etnographia”, nº 31, Museu de Etnographia e História, Junta Distrital do Porto

Livro de Ouro Comemorativo do Centenario da Independência do Brazil e da exposição Internacional do Rio de Janeiro, 7 de Setembro de 1822 - 7 de Setembro de 1922 - 7 de Setembro de 1923, Rio de Janeiro, Edição do Annuario do Brasil, 1923

MARTINS, Rocha, *A Independência do Brasil*, Lisboa, Tip. da Empresa Internacional, 1922

Revista Aeronautica. Orgão do Aero Club de Portugal (F. A. I.), Numero especial, Relatorio da Viagem Aerea Lisboa- Rio de Janeiro, Lisboa, 1922

Comemorações regionais (Madeira e Açores)

ARRUDA, Manuel Monteiro Velho, “Descobrimento dos Açores pelos portugueses e o seu descobridor Gonçalo Velho” in *Insula*, Nº 7 e 8, Julho e Agosto de 1932

ARTUR, Alberto, “Os cinco séculos da vida madeirense. Resumo histórico” in *Diário da Madeira*, Funchal, 2 de Julho de 1919

BRUGES, Teotónio Paim de, *Os descobrimentos e os Açores. Importância nacional do arquipélago*, Angra do Heroísmo, 1932

CANTO, Ernesto do, “João Vaz Corte Real descobriu a Terra Nova?” in *Arquivo dos Açores*, vol. IV, Ponta Delgada, 1980

CANTO, Ernesto do, “Verdadeira origem do nome da ilha de S. Miguel e epocha do seu descobrimento” in *Arquivo dos Açores*, vol. I, Ponta Delgada, 1980

CORREIA, Marquês de Jácome, *No V centenário do descobrimento dos Açores*, S. Miguel-Açores, 1932

COUTINHO, Gago, “A Descoberta dos Açores” in *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, nova série, vol. II, 1930

COUTINHO, Gago, “Significação náutica do centenário da descoberta dos Açores” in *Seara Nova*, nº 287, 1932, pp. 359-363

Diário da Manhã, Nº dedicado ao V Centenário do Descobrimento dos Açores, Lisboa, 15 de Agosto de 1932

Diário de Notícias, Suplemento especial dedicado ao V Centenário do Descobrimento dos Açores, Lisboa, 22 de Agosto de 1932

FREITAS, Jordão, *Quando foi descoberta a Madeira?*, Lisboa, Imp. Libanio da Silva, 1911

Ilha Terceira, N° Comemorativo do V Centenário do Descobrimento dos Açores, 1432-1932, Angra do Heroísmo, 28 de Agosto de 1932

Insula, Número Especial Comemorativo do V Centenário do Descobrimento dos Açores, N° 7 e 8, Julho e Agosto de 1932

LIMA, Gervasio, *A Patria Açoreana*, Praia da Vitória, Ed. fac-símile da Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1989 (1ª ed., Angra do Heroísmo, 1928)

LIMA, Gervásio, *Frei Gonçalo Velho: O centenário dos Açores*. Angra do Heroísmo, 1926

LIMA, Gervásio, *Terceira: a ilha de Jesus*, Angra do Heroísmo, 1932

NARCISO, Armando, *Terra Açoreana, Monografia Romântica*, Edições Paulo Guedes, 1932

NEMÉSIO, Vitorino, “O Açoriano e os Açores”, in *Sobre os signos de agora*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932

NÓBREGA, Tolentino da, “E na ilha (re)descoberta nascem Adão e Eva” in *Público*.
Suplemento Especial Comemorativo do VI Centenário do Nascimento do
Infante D. Henrique, 1394-1994, pp. 48-51

“Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira” in *Elucidário Madeirense*, vol. I,
Funchal, 1921, pp. 353-357

REIS, M. Pestana, “Regionalismo – A Autonomia da Madeira” in *Quinto Centenário
do Descobrimento da Madeira*, Publicação Comemorativa, s.l., Editora
“Comissão de Propaganda e Publicidade do Centenário”, Dezembro de
1922, pp. 36-38

RIBEIRO, João de Freitas, “Comemorações do descobrimento dos Açores. Parecer
da sub-secção de História da Sociedade de Geografia de Lisboa” in
Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 52^a serie, nº 3-4, Mar-Abr
1934, pp. 93-105

RIBEIRO, Luís da Silva, “Subsídios para um ensaio sobre a açorianidade”, in *Obras
II História*, Angra do Heroísmo, 1983, pp. 515-556

Século (O), Suplemento dedicado ao V Centenário do Descobrimento dos Açores,
Lisboa, 23 de Agosto de 1932

SERPA, António Ferreira de, “Frei Gonçalo Velho e o Fantástico Quinto Centenário
dos Açores em 1932” in *Portucale*, nº 11, Porto, pp. 335-344

SERPA, António Ferreira de, *O Descobrimento do Arquipélago do arquipélago dos Açores*, Porto, Civilização, 1925

SILVA, P.^e Fernando Augusto da, *Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira*, s.l., Comissão de Propaganda e Publicidade do Centenario, Dezembro de 1922

SILVA, P.^e Fernando Augusto da; MENEZES, Carlos Azevedo, *Elucidário Madeirense*, vol. I e II, Funchal, 1921-22

Centenário da morte de Vasco da Gama (1924-25)

ALMEIDA, Fortunato de, “Os últimos dias de Vasco da Gama” in *O Instituto*, Coimbra, 1925, pp. 28-39

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 44^a serie, nº 7-9, Lisboa, Julho-Setembro de 1926

Boletim Oficial da Província do Govêrno Geral do Estado da Índia, 28 de Novembro; 9, 22 e 28 de Dezembro de 1924; Suplemento de 19 de Fevereiro de 1925

Boletim Oficial do Govêrno da Província de Macau, 13 e 27 de Dezembro de 1924; 10 de Janeiro de 1925

CAMPOS, Mário de, *IV Centenário da Morte de Vasco da Gama. A lição de um centenário*, Palavras proferidas na Escola Militar, Lisboa, Imprensa Nacional, 1924

Catálogo sistemático da exposição bibliográfica comemorativa do IV centenário de Vasco da Gama realizada na sala da Biblioteca da Imprensa Nacional nos dias 27 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 1925, Lisboa, Imprensa Nacional, 1925

CAYOLLA, Lourenço, “A obra da colonização portuguesa” in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano II, Nº 7, Janeiro de 1926, pp.6-29

COUTO, Monsenhor Gustavo, *Monographia Historica*, IV Centenario da Morte de Vasco da Gama, Lisboa, 1925

DONATO, Ernesto, “Vasco da Gama na Biblioteca da Universidade de Coimbra” in *Biblos*, 1925, pp. 58-62

EÇA, Vicente Almeida d’, “Vasco da Gama, Embaixador” in *Boletim da Sociedade de Geografia*, 44ª serie, Nº 7-9, Julho-Setembro de 1926, pp. 106-116

Gazeta das Colónias, Nº Comemorativo do 4º Centenário da Morte de Vasco da Gama, Lisboa, 29 de Janeiro de 1925

GRACIAS, Amancio, “Vasco da Gama e a Índia” in *Gazeta das Colónias*, Nº Comemorativo da 4º Centenário da Morte de Vasco da Gama, Lisboa, Janeiro 1925, pp. 20-21

MENDONÇA, Henrique Lopes de, *Vasco da Gama na História Universal*, Lisboa, Portugal-Brasil, s.d.

MENDONÇA, Henrique Lopes de, *Vasco da Gama*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1924

PRESTAGE, Edgar, “The Fourth Centenary of the Death of Vasco da Gama” in *The Geographical Journal*, vol. LXV, Janeiro 1925, pp. 1-4

SÉRGIO, António, “Dois capítulos da História de Portugal. O Descobrimento da Índia. Magalhães.” in *Seara Nova*, nº 159, Lisboa, 1929, pp. 227-231

SÉRGIO, António, “O significado moral do descobrimento da Índia” in *Gazeta das Colónias*, Nº Comemorativo do 4º Centenário da Morte de Vasco da Gama, Lisboa, 29 de Janeiro de 1925, p. 13

SILVA, Luciano Pereira da, *O “roteiro” da primeira viagem de Vasco da Gama e a suposta conjuração*, Lisboa, Imprensa da Universidade, 1925

Centenário do Bojador e Exposição Colonial (1934)

Boletim da Agência Geral das Colónias, Ano X, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1934

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1933 e 1934

Civilização, Nº 69, Porto, Junho de 1934

Eco de Cabo Verde, Praia, Outubro de 1934

GALVÃO, Henrique, *Album Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa*, prefácio pelo Senhor Ministro das Colónias e ilustrações de Eduardo Malta, Porto, 1934

Império (O) Português na 1ª Exposição Colonial Portuguesa, realizada no Palácio de Cristal do Porto de Junho a Setembro de 1934. Album Catálogo Oficial, Porto, s.d.

LIMA, A. A. Lisboa de, “Comemoração do V Centenário da passagem do Cabo Bojador por Gil Eanes Vila Lobos”, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 52ª série, nº 11-12, Nov-Dez. de 1934, pp. 434-447

Mundo (O) Português, vol. I, nº 5, Lisboa, 1934

Primeira Exposição Colonial Portuguesa. Relatório e Contas, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1935

SIMÕES, Nuno, “Após o centenário da abolição da escravatura”, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 52ª série, nº 9-10, Set-Out. de 1934, pp. 325-331

Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial, Vol. I e II, Porto, 1934

Ultramar, Orgão Oficial da Exposição Colonial, Porto, Fev. a Set. de 1934

VELOSO, José Maria Queiroz, “A Comemoração do V Centenário da Passagem do Cabo Bojador” in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 52ª série, nº 11-12, Nov-Dez. de 1934, pp. 381-383

Exposição Histórica da Ocupação (1937)

Boletim Geral das Colónias, Ano XIII, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1937

Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação do Século XIX, vol. I e II, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1937

Duplo Centenário de 1940

Bibliografia:

BRAZÃO, Eduardo, “Bibliografia das Comemorações Centenárias” in *Revista dos Centenários*, Fasc. 24, Dezembro de 1940, pp. 44-56

SIMÕES, Carlos Alberto Galvão, *Exposição das Publicações Comemorativas do Ano Aureo. Catálogo Bibliográfico org. por ...*, Lisboa, 1945

Ano Aureo de 1940. Algumas Comemorações Centenárias em Angra do Heroísmo em 1940, Angra do Heroísmo, União Gráfica Angrense, 1940

ÁVILA, Artur Lobo de, FERREIRA, Saul Santos, *Duplo Centenário. O Renascimento de Portugal. Três Comemorações 1140-1640-1940*, Lisboa, 1939

BARROSO, Gustavo, *Pavilhão do Mundo Português e Pavilhão do Brasil Independente. Exposição do Museu Histórico Nacional. Catálogo Descritivo e Comentado*, organizado por... (Director do Museu Histórico), Rio de Janeiro, Comissão Brasileira dos Centenários de Portugal, 1940

Boletim da Junta de Província da Estremadura, Lisboa, 1940

Boletim da Junta de Província do Algarve, Lisboa, 1942

Boletim da Junta de Província do Ribatejo, nº 1, Lisboa, 1940

Boletim da Ordem dos Engenheiros, Ano IV, nº 48, Lisboa, 1941

Boletim Geral das Colónias, Ano XVI e XVII, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940 e 1941

Boletim Oficial da Colónia da Guiné, Guiné, Imprensa Nacional, Junho de 1940

BORRALHA, Conde da, *Portugal dentro e fóra de casa, factor da civilização mundial*, Conferência feita na C. M. de Águeda, 2 de Junho de 1940

BRANDÃO, Alexandre de Paiva de Faria Leite, *Comemorações dos Centenários*. Discurso proferido pelo Ex^{mo} Senhor Coronel..., do Comando Militar de Braga, C. M. Braga, 1941

Brotéria, Revista Contemporânea de Cultura, N° Comemorativo dos Centenários, Ano XXXI, Fasc. 6, Lisboa, Dez. 1940

CABREIRA, António (Conde de Lagos), *Celebração Centenária dos Heróis Henrique Correia da Silva, Belchior Drago Valente, Luiz de Faria Pereira, João da Ponte Cabreira, Simão Correia da Silva (7º Conde de Castanheira) pelo seu representante*, Separata de “A Nobreza na Restauração de Portugal”, Lisboa, Tip. Inglesa Lda, 1941

Casa de Lafões, *Programa das Festas no Ciclo das Comemorações Centenárias*, Lisboa, 1940

CASTRO, Augusto de, *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade nacional*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1940

CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves, *A situação da Igreja no regime do Concordata*, Lisboa, 1941

Colónia (A) de Cabo Verde, Número único e especial. Folha Comemorativa da passagem do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal, Dezembro de 1940

Comemorações (As) Centenárias de Portugal em Roma, Discursos proferidos no acto de encerramento realizado em Santo António dos Portugueses aos 2 de Dezembro de 1940, Lisboa, Ed. SPN, s.d.

Comemorações Centenárias. Programa Oficial 1940, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940

Comércio Português, Revista da Associação Comercial de Lisboa, Câmara do Comércio, nº 7, Novembro 1940

Congresso do Mundo Português, 19 vols, Comissão Executiva dos Centenários – Secção dos Congressos, Lisboa, 1940

DANTAS, Júlio, *Comemorações dos Jurisconsultos e Diplomatas de Portugal Restaurado*, Discurso proferido na sessão solene da Academia de Ciências de Lisboa, em 28 de Novembro de 1940, Separata do “Boletim da Academia das Ciências de Lisboa”, vol XII, Lisboa, Out-Dez. de 1940

DANTAS, Júlio, *Discurso Inaugural das Comemorações Nacionais, pronunciado na sessão solene da Assembleia Nacional, na noite de 2 de Junho de 1940*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1940

DANTAS, Júlio, *Discurso proferido na sessão inaugural da exposição das publicações dos congressos de 1940*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1942

Exposição de “Os Primitivos Portugueses (1450-1550)”. Catálogo-Guia Junho de 1940, Lisboa, 1940

Exposição de Ourivesaria Portuguesa dos séculos XII a XVII. Catálogo-Guia, Comemorações Nacionais de 1940, Coimbra, Julho de 1940

Exposição do Mundo Português. Roteiro dos Pavilhões (Descrição pormenorizada do seu conteúdo), Lisboa, Imprensa Africana, [1940]

Exposição do Mundo Português. Secção Colonial. Guia Oficial, Lisboa, Neogravura Lda., 1940

FERREIRA, Armando, *A barata loira*, 3ª ed., Lisboa, s.d.

FERRO, António, *Panorama dos Centenários*, Lisboa, Ed. SNI, 1949

Festa dos Lusíadas, no Pavilhão de Honra da Exposição do Mundo, , Domingo, 14 de Julho de 1940, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, [1940]

Festas Centenárias 1940, Guimarães: Programa Oficial, s.l., s.d.

FIGUEREDO, Prof. Doutor Mário de, Ministro da Educação Nacional, *Comemorações do Duplo Centenário*, Discurso proferido na sessão

inaugural da Exposição da Publicações dos Congressos de 1940, em 30 de Julho de 1942, Separata do “Boletim da Academia das Ciências de Lisboa”, Vol. XIV, Lisboa, Junho-Julho de 1942

Futuros oficiais e futuros marinheiros da Armada, Discurso de Sua Excelência o Ministro da Marinha na ocasião da partida do navio-escola Sagres para a viagem de instrução de cadetes e alunos marinheiros, 1 de Outubro de 1940

GALVÃO, Henrique, *Portugal 1940. Album Comemorativo. Fundação: Festas de Guimarães, Cortejo do Mundo Português, Secção Colonial da Exposição do Mundo Português*, desenhos a lápis e capa por Eduardo Malta, figurinos por Manuel Lapa, Porto, Litografia Nacional do Porto, s.d.

GARCIA, Coronel Miguel, *O espírito da nacionalidade através dos séculos*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1940

Gil Vicente, vol. XVI, Guimarães, 1940

Glorificação do Infante e dos Navegadores do Ciclo Henriquino em Sagres no dia 15 de Junho de 1940. Programa, Lisboa, [1940]

Guia da Exposição do Mundo Português, Lisboa, 1940

GUSMÃO, Adriano, “A Arte na Exposição de Belém” in *O Diabo*, 9 de Novembro de 1940

Instituto Vasco da Gama, *Programa da Exposição de Arte pelas Festas do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal que se inaugurou em 5 de Outubro de 1940 e encerra-se em 15 de Outubro de 1940*, Índia Portuguesa, s.d.

Introdução ao Império, Lisboa, Ed. SNI, Colecção “Caderno do Povo”, s.d.

LIMA, J. da Costa, “Grandeza e missão da arte” in *Brotéria*, vol. XXX, Lisboa, 1940, pp. 568-579

Livro Comemorativo das festas do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal no concelho de Palmela, Lisboa, C. M. de Palmela, 1940

MACEDO, Jorge, “A História na Exposição de Belém” in *O Diabo*, 14 de Dezembro de 1940

Memória e Descrição do grande Cortejo do Trabalho, 1140-1640-1940, Porto, 5 de Julho de 1940

Mundo Português (O), Revista de Cultura e Propaganda e Arte e Literatura Coloniais, vols. VII e VIII, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940 e 1941

Mundo Português. Imagens de uma Exposição Histórica, 1940, Lisboa, Ed. SNI, s.d.

MÚRIAS, Manuel, *Breve História da Colonização Portuguesa*, Lisboa, 1940

NETO S. J., Joaquim Moreira, *Comemorações dos Centenários*, Alocução Patriótica no encerramento das festas centenárias por ocasião do solene “Te Deum” realizado na Sé Patriarcal de Braga, e proferida pelo Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. P.^e ..., no dia 2 de Dezembro de 1940, C. M. de Braga, 1941

NOGUEIRA, Eng^o Salvador de Sá, Administrador Geral do Porto de Lisboa, *Nau “Portugal”*, Conferência feita na sede da Ordem dos Engenheiros, em 23 de Dezembro de 1940, Separata do “Arquivo do Distrito de Aveiro”, vol VII, Coimbra, 1941

NOVAIS, Mário, *Exposição do Mundo Português 1940. Catálogo da Exposição*, Lisboa, F. C. Gulbenkian, 1998

OLIVEIRA, Alberto d’, *Carta ao Brasil sobre a sua participação e presença no Duplo Centenário de 1940*, Lisboa, Ed. SPN, [1940]

Pastoral Colectiva do Episcopado Português sobre as Comemorações Centenárias da Fundação e da Restauração de Portugal, Lisboa, Tip. da “União Gráfica”, 1940

PIMENTA, Alfredo, *As Festas dos Centenários*, Artigos publicados pelo jornal “A Voz” de 7, 11, 22 de Jan. e 13 de Março de 1939, visados pela Comissão de Censura, 3^a ed., Lisboa, 1939

Política (A) Imperial e a Crise Europeia, Lisboa, Ed. SPN, 1939

Pôrto (O) nos Centenários, Publicação da Câmara Municipal do Porto, 1940

Portugal Huit Siècles d' Histoire, Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Executiva dos Centenários, Lisboa, Conselho Nacional do Turismo, [1940]

Programa das Comemorações Centenárias. Distrito de Setúbal, Comissão Distrital das Comemorações Centenárias, 1940

Programa Oficial das Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal, Colónia de S. Tomé e Príncipe, S. Tomé, Imprensa Nacional, 1940

Programa Oficial das Comemorações dos Centenários Nacionais em Moçambique, 2 de Junho a 2 de Dezembro, Publicado pela Comissão Organizadora dos Centenários, Lourenço Marques, 1940

Recordação da Exposição do Mundo Português, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, s.d.

Relatório da “Semana das Colónias” de 1940 (Ano das Comemorações Centenárias), Separata do “Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa”, nº 9-10 de 1940

Restauração (A) e o Império Colonial Português, Comemorações Centenárias, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940

Revista dos Centenários, Lisboa, Ed. da Comissão Nacional dos Centenários, 1939-1940, 24 fasc.

Revista Municipal, Ano I, nº 3, 4 e 5, Lisboa, C. M. de Lisboa, 1940

Revolução (A) Nacional. 14 Anos de Grandes Realizações, 28 de Maio de 1926, 28 de Maio de 1940, Lisboa, Ed. SPN, [1940]

Roteiro do Centro Regional da Exposição do Mundo Português, Realizada pelo S.P.N., Lisboa, 1940

Roteiro do Cruzeiro dos Velhos Colonos de Cabo Verde, Angola e Moçambique à Metrópole, Iniciativa do Ministro das Colónias, s.l., 1940

SALAZAR, António de Oliveira, *Oitavo Centenário da Fundação de Portugal e Terceiro da Restauração da Independência*, Nota oficiosa da Presidência do Conselho de Ministros de Portugal, em 26-III-1938, Rio de Janeiro, s.d.

SANTOS, Eduardo dos (Edurisa), *Terras gloriosas do Império*, A viagem do Senhor presidente da República a Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique, União Sul-Africana e Angola (Notas de Reportagem de um Jornalista da Comitativa Presidencial), Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940

SANTOS, Reinaldo dos, *Os Primitivos Portugueses*, 3ª ed. corrigida e aumentada, Lisboa, 1958

Século (O), Nº Extraordinário Comemorativo do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração, 1140-1640-1940, Lisboa, Junho de 1940

Século (O), Suplemento dedicado ao Império Colonial Português e às Comemorações nas Províncias Ultramarinas, Lisboa, 1940

SILVA, Maria Margarida, *Comemorações centenárias de 1940. Contribuição do Liceu D. Filipa de Lencastre*, Lisboa, Bertrand, 1940

SILVA, Tavares, *Ronda da Glória*, Lisboa, Edição do Cortejo do Mundo Português, 1940

TORRES, Engº Carlos Manito, *As comemorações centenárias no distrito de Setúbal. Relatório*, s.l., Dez. de 1940

Comemorações nas colónias: Guiné (1946), Angola e Moçambique (1948)

António Enes, Academia das Ciências de Lisboa. Sessão solene no cinquentenário do seu governo colonial 4 de Novembro de 1946, Lisboa, 1947

Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, Nº especial, Comemorativo do V Centenário do Descobrimento da Guiné, Outubro de 1947

Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, vol. I e II, 1946 e 1947

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, série 64, Nº 7-8, Lisboa, 1946

Boletim Geral das Colónias, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1948

Boletim Oficial da Colónia de Angola, II série, nº 32, 11 de Agosto de 1948

CAETANO, Marcello em “Homenagem a António Enes” in *O Mundo Português*,
Ano XIII, II série, nº 5-6, 1946

CARNEIRO, Engº Ruy de Sá (Subsecretário de Estado das Colónias),
Comemorações Centenárias da Guiné, Discursos e Alocuções, Lisboa,
Agência Geral das Colónias, 1947

“Centenário (O) de António Enes” in *Notícias*, Nº especial dedicado ao centenário,
Lourenço Marques, 15 de Agosto de 1948

“Comemoração do Centenário de António Enes” in *Boletim Geral das Colónias*, Ano
XXIV, nº 281, Novembro de 1948

Congresso Comemorativo do Quinto Centenário do Descobrimento da Guiné,
organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1946, 2 vols.

CUNHA, Amadeu, “A Restauração de Angola e o seu herói” in *Boletim Geral das
Colónias*, nº 278-279, Agosto/Setembro de 1948, p. 11-24

Diário de Luanda, Número Comemorativo do Tricentenário da Restauração de
Angola, 1648-1948

DINIS, A J. Dias, *O V Centenário do Descobrimento da Guiné Portuguesa à luz da crítica histórica*, Braga, 1946

ENES, António, *Moçambique: relatório apresentado ao governo*, 3ª ed., Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946

Exposição Comemorativa do V Centenário do Descobrimento da Guiné. Roteiro, Lisboa, Of. Gráfica Lda, 1946

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Comemorações e História (A Descoberta da Guiné)*, Lisboa, Cadernos da “Seara Nova”, 1947

“Homenagem a António Enes” in *O Mundo Português*, Ano XIII, II série, nº 5-6, 1946

MARTINS, F. A, Oliveira, *António Enes: estudo biográfico*, Lisboa, 1946

MENDONÇA, Henrique de, *V Centenário da Descoberta da Guiné (1446-1946)*, Discurso proferido no dia 1º de Janeiro de 1946, por ocasião da inauguração solene das comemorações em Bissau, 1946

MOTA, A. Teixeira da (2º tenente), *Inquérito Etnográfico*, organizado pelo Governo da Colónia no ano de 1946, Bissau, 1947

MOTA, Avelino Teixeira da, *V Centenário da Descoberta da Guiné (Publicações)*, Bissau, 1947

QUINTINO, Fernando Rogado, *Eis a Guiné! Breve Notícia da sua Terra e da sua Gente*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1946

REGO, A. da Silva, *A Dupla Restauração de Angola, 1641-1648*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1948

Revista Comemorativa do Tricentenário da Restauração de Angola, Salvador Correia de Sá e Benevides, 15 de Agosto de 1648 * 15 de Agosto de 1948

RODRIGUES, Comandante Sarmento, *No governo da Guiné. Discursos e afirmações*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1949

RODRIGUES, Manuel M. Sarmento, “V Centenário do Descobrimento da Guiné. Discurso do Governador da Colónia” in *Boletim Geral das Colónias*, 21º ano, nº 245, Nov. de 1945, pp. 105-108

Século (O), Número Especial Dedicado ao Império, Lisboa, 16 de Outubro de 1948

Tricentenário (No) da Restauração (1648-1948). Contribuição do Museu de Angola, Luanda, Imprensa Nacional, [1949]

Tricentenário da Restauração de Angola, Discursos e Alocuções, s.l., Imprensa Nacional, 1948

Centenário de Mouzinho de Albuquerque (1955)

ALBUQUERQUE, Mouzinho de, *Cartas ao Conde de Arnoso*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário de Mouzinho de Albuquerque, 1958

ALBUQUERQUE, Mouzinho de, *Livro das Campanhas*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1935

ALVES, Comodoro Vasco Alves, *Homenagem da Marinha de Guerra no Centenário de Mouzinho*, Discurso proferido na noite de 16 de Novembro de 1955 na sala “Portugal” da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1955

Boletim Geral das Colónias, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1934, 1937, 1945 e 1946

CAETANO, Marcelo, “Na Homenagem a Mousinho”, Discurso do Sr. Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, Doutor..., in *O Mundo Português*, Lisboa, nº 85, Jan. 1941, pp. 2-6

CASTRO, Luiz Filipe de Oliveira e, *Mouzinho, a sua vida e a sua morte*, com uma carta prefácio de Carlos Eduardo Soveral, Lisboa, Separata do “Guião”, 1955

CHAGAS, João, “Mousinho” in *Homens e factos*, Coimbra, 1905, pp.111-117

CUNHA, Amadeu, *Mousinho, sua obra e sua época*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944

DANTAS, Júlio, “Mousinho” in *Pátria Portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1916

Ecos do Centenário de Mouzinho, recolhidos por Filipe Gastão de Almeida d’ Eça (Secretário-Geral da Comissão Nacional), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário de Mouzinho de Albuquerque, 1958

GAIVÃO, Pedro, *Mouzinho de Albuquerque. Subsídios para a sua biografia*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1935

Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque, 1855-1955, Lisboa, Casa Portuguesa Sucessores Lda, s.d.

MARTINS, General Ferreira, “Mousinho: Herói Reflexivo (Carta a José Osório)” in *O Mundo Português*, Lisboa, nº 73, Jan. 1940

MARTINS, General Ferreira, *Mouzinho*, 2ª ed., Lisboa, Edições Excelsior (Coleção Grandes Vultos de História da Humanidade, Série Estadistas e Guerreiros), 1965

MONTÊS, Caetano, *Mouzinho de Albuquerque, Governador de Lourenço Marques*, 26 de Setembro de 1890 a 4 de Janeiro de 1892, Compilação de documentos oficiais do Arquivo Histórico de Moçambique, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1956

Mouzinho – Bibliografia e Iconografia, Luanda, Imprensa Nacional de Luanda, 1955

NORONHA, Eduardo de, *Mousinho de Albuquerque. O Militar, O Colonial, O Administrador*, 2ª ed. do “Herói de Chaimite”, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1934

“Novas (As) Victorias em Africa. Mousinho de Albuquerque” in *Branco e Negro*, nº 71, Lisboa, 8 de Agosto de 1897

NUNES, Coronel José Lúcio de Sousa Gonçalves, *Mouzinho de Albuquerque, Herói de África* (Acheegas para uma biografia completa), Lisboa, Álvaro Pinto, 1955

OLIVEIRA, Irene Alice de, *Mouzinho de Albuquerque*, Lição feita às alunas do Liceu Filipa de Lencastre pela professora ..., Edição da revista de “Defesa Nacional” em comemoração do 45º aniversário do feito de Chaimite, 1895-1940

ORNELLAS, Aires d’, *Mousinho de Albuquerque, sua acção em Moçambique*, Conferencia realizada em sessão especial em a noite de 1 de Fevereiro de 1902, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1902

ORNELLAS, Aires de e al., *A Campanha das Tropas Portuguezas Portuguezas em Lourenço Marques e Inhambane*, Lisboa, M. Gomes Editor, 1897

PARREIRA, Carlos, *Mousinho. Esboço de um retrato psicológico*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1936

Pensamento e Acção de Mouzinho em Moçambique. Antologia, Prefácio do ex-ministro Sarmento Rodrigues, Separata do “Esmeraldo”, nº 8-9, 1956

PONTE, Brigadeiro Nunes da, *Mouzinho de Albuquerque e a cidade do Porto*, Separata dos “Documentos e Memórias para a História do Porto”, vol. XXVIII, Porto, 1957.

REIS, Fernando e GARÇÃO, Mayer, *Os vermelhos. Notas de dois refractários*, Lisboa, Empresa Litteraria Lisbonense, 1897

Revista de Cavalaria, Centenário de Mouzinho de Albuquerque 1855-1955, 16º ano, nº 5-6, Outubro a Dezembro de 1955

V Centenário da Morte do Infante D. Henrique

Bibliografia

“Bibliografia Henriquina” in *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, IV, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1963 (1509 entradas, com um número elevado de artigos da imprensa)

AMARAL, Francisco Keil, “Exposição Henriquina” in *Gazeta Musical de Todas as Artes*, vol. VI, 2ª série, nº 106 a 129, Lisboa, 1960-61, p. 144

Arquitectura (A) Portuguesa da Época dos Descobrimentos. Catálogo, Évora, Museu Regional, 1960

BENSAÚDE, Joaquim, *A Cruzada do Infante D. Henrique*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942 (reeditado em 1960)

BETTENCOURT, Gastão, "As comemorações henriquinas no Brasil" in *Panorama*, II série, nº 21, Março de 1961

Boletim Geral do Ultramar, Nº 417 a 426, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, Março a Dezembro de 1960

BRÁSIO, António, "A castidade do Infante D. Henrique" in *Lumen*, vol. XXIV, fasc. VIII, Lisboa, Agosto 1960, pp.595-605

BROCHADO, Idalino da Costa, *Henry, Le Navigateur*, Lisboa, Edição da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do infante D. Henrique, 1960

BROCHADO, Idalino da Costa, *The discovery of the Atlantic*, Lisboa, Edição da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960

Brotéria, Revista Contemporânea de Cultura, nº 2-3, vol. LXXI, Lisboa, 1960

CASIMIRO, Augusto, "Dois centenários Nun'Álvares e o Infante Descobridor" in *Revista Militar*, Lisboa, Novembro 1960

“Comemorações (As) do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique pela Imagem”, in *Panorama*, III série, nº 19, Setembro de 1960

Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 4 vols., Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961-63

Concurso de projectos para o monumento ao Infante D. Henrique em Sagres, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1957

Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. Actas, Lisboa, 1961

CORTESÃO, Jaime, *O Infante de Sagres*, Drama épico em IV actos, com música de Óscar Silva e desenhos de Manuel Lapa, Lisboa, 1960

COSTA, António Domingues de Sousa, "A expansão Portuguesa segundo o pensamento do Infante D. Henrique", in *Brotéria*, vol. LXXI, nº 5, Lisboa, Novembro de 1960, pp. 409-421

DINIS, A. J. Dias, *Estudos Henriquinos*, vol. I, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1960

Exposição Henriquina. Museu de Arte Popular, Lisboa, Edição da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960

FIALHO, Madalena da Câmara, *Sobrevivência do Infante D. Henrique*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1960.

FREYRE, Gilberto *Aventura e Rotina*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, s/d.

FREYRE, Gilberto, *O Luso e o Trópico, Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o luso-tropical*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações da Morte do Infante D. Henrique, 1961

FREYRE, Gilberto, *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, s/d.

GEORGE, Frederico (dir), *Exposição Henriquina*, Lisboa, Edição da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960

GUILLÉN, Júlio F., *En torno a la Escuela de Sagres*, Separata “Anais do Club Militar Naval”, 1960

Infante D Henrique, dir. artística de Frederico Marjay, Lisboa, 1960 (Edição subsidiada pela Comissão Executiva que reuniu a colaboração de Costa Brochado, Vitorino Nemésio, P^e Maurício S.J., Joaquim Bensaúde, Damião Peres, Teixeira da Mota e Frederico Marjay, com um prefácio do ministro da Marinha, almirante Fernando de Quintanilha e Mendonça Dias)

LEITE, António, “Poderá o Infante D. Henrique ser canonizado?” in *Brotéria*, nº 5, vol. LXXI, Lisboa, Novembro de 1960

LOPES, Francisco Fernandes, *A Figura e a Obra do Infante D. Henrique*, Lisboa, Portugália Editora, 1960

MAGALHÃES, Godinho Vitorino, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1962

MALPIQUE, Cruz, *O Infante D. Henrique, acusado de negreiro e de mau irmão*, Separata do “Boletim da Câmara Municipal do Porto”, vol. XXIII, Fasc. 3-4, Porto, Set.-Dez. 1960

MOREIRA, Adriano, “O pensamento do Infante D. Henrique e a actual política ultramarina de Portugal”, in *Boletim Geral do Ultramar*, Nº 422-23, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1960, pp.243-262

PINTO, J. Estevão, *Infante D. Henrique*, Lisboa, Comp^a Nacional Editora, 1960 (1^a ed., 1947 - nº 7 da colecção “Grandes Portugueses”, do Secretariado Nacional de Informação)

REGO, António da Silva, *A personalidade do Infante D. Henrique*, Separata da revista “Ultramar”, nº 1, Lisboa, 1960

RENOUARD, Yves, "L' Infant Henri Le Navigateur dans l' histoire de l' occident" in *Revue d' Histoire Économique et Sociale*, vol. XL, nº 1, Paris, 1962, pp. 5-14

Resumo das Comunicações do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, Lisboa, 1960

RIBEIRO, Orlando, "O Infante e o Mundo Novo", in *Arquivos da Universidade de Lisboa*, Homenagem ao Infante D. Henrique, XIX, (I da Nova Série), 1960

RUSSEL, Peter E., *Prince Henry the Navigator*, London, W. Heffer & Sons, Ltd., 1960

SALAZAR, "Portugal e a campanha anti-colonialista" in *Boletim Geral do Ultramar*, Ano XXXVI, Nº 426, Dezembro de 1960

SELVAGEM, Carlos, *Infante Dom Anrique, Cavaleiro de Cristo*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1960

Obras da "Colecção Henriquina"

BRÁSIO, P^{re} António, *A acção missionária no período henriquino*, Lisboa, 1959

BROCHADO, Costa, *Descobrimento do Atlântico*, Lisboa , 1959

BROCHADO, Costa, *Historiôgrafos dos descobrimentos*, Lisboa, 1960

CORTESÃO, Armando, *A cartografia portuguesa*, Lisboa, 1960

CORTESÃO, Jaime, *A política de sigilo nos descobrimentos*, Lisboa, 1960

COSTA, Fontoura da, *A ciência náutica dos portugueses na época dos descobrimentos*, (reedição), Lisboa, 1958

FONSECA, Quirino da, *Os navios do Infante D. Henrique*, Lisboa, 1958 (1ª ed., 1933)

GUERREIRO, Amaro D., *Panorama económico dos descobrimentos henriquinos*, Lisboa, 1961

NEMÉSIO, Vitorino, *Vida e Obra do Infante D. Henrique*, Lisboa, 1959

PERES, Damião, *História dos descobrimentos portugueses*, Lisboa, 1959 (2ª edição, Coimbra, Edição do Autor, 1960)

SÁ, Artur Moreira de, *O Infante D. Henrique e a Universidade*, Lisboa, 1960

SANTARÉM, Visconde de, *A Prioridade dos descobrimentos portugueses na costa da África Ocidental*, (reedição), Lisboa, 1958

Outras publicações do centenário:

CORTESÃO, Armando e MOTA, Avelino Teixeira da, *Portugaliæ Monumenta Catographica*, Lisboa, 1960

Monumenta Henricina, 15 vols., Coimbra, 1960-1974

REIS-SANTOS, Luís, *Iconografia Henriquina*, Coimbra, V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960

Publicações periódicas

ABC, Lisboa, 1920 a 1925

Açores (Os), Ponta Delgada, 1922

Açoriano Oriental, Ponta Delgada, 1932

Almanach Camões para 1881, Lisboa, 1880

Almanach dos Theatros para 1881, 6º anno, Lisboa, s.d.

António Maria (O), Lisboa, 1880, 1894, 1898

Branco e Negro, Semanario Illustrado, 2º Anno, Lisboa, 1897

Brasil-Portugal, 2º anno, Lisboa, Fevereiro de 1900 a Fevereiro de 1901

Camões (O), Semanario popular Illustrado, vol. I, Porto, [1880-81]

Charivari, Semanario Humoristico Illustrado, Porto, 1894, 1897 e 1898

Commercio de Portugal. Orgão do Commercio e Industria Portugueza, II anno,
Lisboa, 1880

Commercio do Porto (O), Porto, 1880, 1894

Contemporaneo (O), 6º anno, Lisboa, 1880

Correio da Noite (O), Lisboa, 1894, 1898

Correio do Porto (O), Folha Independente, Porto, 1894

Correio dos Açores, Ponta Delgada, 1929, 1932

Correio Nacional, Lisboa, 1894

Correspondencia de Coimbra, Coimbra, 1880

Defensor do Povo (O), Coimbra, 1894

Diabo (O), Lisboa, 1940

Diário da Madeira, Funchal, 1919, 1922, 1923

Diário da Noite(O), Nova Goa, 1924

Diário de Lisboa, Lisboa, 1922, 1924, 1925

Diário de Luanda, Luanda, 1948

Diário de Notícias, Funchal, 1919, 1921 a 1923

Diário de Notícias, Lisboa, 1880, 1892, 1894, 1897 e 1898, 1900, 1915, 1921, 1922 a 1925, 1932, 1940, 1946, 1948, 1955, 1960

Diario Illustrado, Lisboa, 1894, 1898

Diário Illustrado, Lisboa, 1960

Gabinete dos Reporteres (O), 7ª serie, 4º anno, Lisboa, 1898

Heraldo (O), Nova Goa, 1915

Ilustração Portuguesa, 2ª série, Lisboa, 1911, 1913, 1922 a 1925

Instituto (O), Revista Scientifica e Litteraria, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1880, 1894, 1898, 1915, 1921

Jornal de Noticias, Porto, 1894

Jornal do Brazil, Edição quinzenal ilustrada, Lisboa, Ano I, 1897

Jornal do Comércio; Lisboa, 1960

Nação (A), Jornal Religioso e Politico, Lisboa, 1894, 1898

Notícias, Lourenço Marques, 1948

Novidades, Anno X, Lisboa, 1894

Occidente (O), Revista Illustrada de Portugal e do Extranjero, vol. III, Lisboa 1880; vol. XVII, 1894; vols. XX e XXI, 1897 e 1898; vol XXIII, 1900; vol. XXXVI, 1913

Panorama, Revista Portuguesa de Arte e Turismo, Lisboa, 1941, 1946, 1948, 1960

Pimpão (O), Folha Humorística, illustrada, bi-semanal, órgão dos dissidentes de todos os partidos existentes, Lisboa, 1898

Portugal em África, 4º anno, Lisboa, 1898

Portugal, Madeira e Açores, Lisboa, 1898, 1900, 1922, 1924, 1925; 1931, 1932 e 1933, 1940

Primeiro de Janeiro (O), Porto, 4 de Março de 1894

República (A), Angra do Heroísmo, 1931

República, Lisboa, 1960

Revista Portuguesa Colonial e Marítima, 1º anno, Lisboa, 1897-98

Século (O), Lisboa, 1897, 1898, 1911 a 1968 (celebrações do 10 de Junho)

Século Ilustrado (O), Lisboa, Janeiro de 1898 a Fevereiro de 1899

Tarde (A), Lisboa, 1894

Telégrafo (O), Horta, 1932

Tribuna Popular (O), Anno XXVI, Coimbra, 1881

União (A), Angra do Heroísmo, 1932

Universal, 4º anno, Lisboa, 1894

Velocipedista (O), Porto, 1894

Voz Pública (A), Porto, 1894

ANEXO I – ORGANIZADORES DOS CENTENÁRIOS

Nota prévia

O **quadro geral** que apresentamos com os organizadores dos centenários, de 1880 a 1960, carece de algumas explicações iniciais.

Para não alongar demasiado este anexo, circunscrevemos os organizadores aos que desempenharam funções de carácter executivo e não incluímos as extensas listas dos membros das grandes comissões nacionais alargadas, quando estas foram constituídas. A maior parte deles não teve um papel realmente activo na organização dos centenários. No desenvolvimento do capítulo, fazemos referência a estas comissões amplas, a propósito dos modelos organizativos. No caso do Duplo Centenário, de 1940, listámos os membros da Comissão Nacional, visto que todos eles desempenharam também funções executivas nas várias secções, conforme vem indicado. Em relação ao centenário do Infante D. Henrique, em 1960, decidimos incluir também a lista dos membros da Comissão Nacional e da Comissão Ultramarina.

Não temos notícia de comissões especialmente organizadas para as seguintes comemorações: IV Centenário do Descobrimento do Brasil; Centenário da Independência do Brasil; Centenário do Nascimento de António Enes (Moçambique).

As fontes dos tópicos biográficos enunciados são as obras de referência indicadas na bibliografia. Consultámos também: listas de sócios da Academia das Ciências de Lisboa, constantes da *História e Memórias da Academia das Ciências de Lisboa* e dos *Anuários Académicos*, depois de 1932; as relações de sócios da Sociedade de Geografia de Lisboa; listas dos membros da Academia Portuguesa de História, publicadas no respectivo *Boletim*, e os processos individuais do Arquivo Histórico Militar. Por vezes, as próprias fontes donde extraímos a composição das

comissões indicam as funções que os comissários desempenhavam e as instituições que representavam.

No fim, incluímos vários **quadros** (I, II, III e IV) com o tratamento, em termos quantitativos, dos dados que serviram para a análise da composição social das comissões organizadoras dos centenários.

As biografias de que dispomos nem sempre são muito específicas em relação às profissões e também não discriminam, de forma precisa, as datas em que desempenharam as várias funções. Muitas destas personalidades desenvolviam múltiplas actividades em simultâneo, por isso optámos por contabilizá-las como **ocupações**. O mesmo indivíduo foi, por conseguinte, contabilizado em várias colunas, consoante as ocupações a que se dedicava. Deste modo, ficamos com uma ideia genérica das áreas em que se moviam em termos sócio-profissionais e culturais.

Nesta coluna das ocupações, incluímos também se foram membros da Academia das Ciências de Lisboa, da Academia Portuguesa de História e da Sociedade de Geografia de Lisboa. Não foi possível obter dados sistemáticos sobre os sócios do Instituto de Coimbra, apesar de termos notícia de alguns casos.

Quanto aos cargos políticos, limitámo-nos a enunciar aqueles que temos notícia de terem desempenhado ao longo da vida, com o objectivo de situar as relações destas figuras com o poder, antes ou depois de terem sido comissários.

Observações específicas:

* Os **funcionários da administração pública** a que se reporta o Quadro I são, salvo poucas excepções, quadros técnicos superiores – directores e chefes de serviços. No Quadro II, trata-se de quadros superiores que desempenhavam funções técnicas – directores de serviços de contabilidade, de obras públicas, de museus, etc. – e funções de carácter político – director do Secretariado de Propaganda Nacional, director da Emissora Nacional, Agente Geral das Colónias, Inspector-Geral dos Espectáculos, etc.

** A designação **publicistas** inclui os que fizeram do jornalismo a sua profissão em algum momento da vida e aqueles que escreviam com frequência em publicações diárias ou periódicas.

*** Sob a designação de **escritores** englobámos um leque de autores com publicações em várias áreas: história, literatura, trabalhos científicos ou de intervenção social e política, pedagógicos e de carácter didáctico.

Abreviaturas

A.C.L. – Academia das Ciências de Lisboa

A.P.H. – Academia Portuguesa de História

C.A.D.C. – Centro Académico da Democracia Cristã

C.M. – Câmara Municipal

D.G.A.P.C. – Direcção Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior

D.G.C.P. – Direcção Geral da Contabilidade Pública

D.G.S.U. – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização

D.S.E. – Direcção dos Serviços de Economia

G.N.R. – Guarda Nacional Republicana

I.C. – Instituto de Coimbra

I.S.C.S.P.U. – Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina

M.O.P. – Ministério das Obras Públicas

S.G.L. – Sociedade de Geografia de Lisboa

S.N.I. – Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo

ANEXO I – ORGANIZADORES DOS CENTENÁRIOS

Nota prévia

O **quadro geral** que apresentamos com os organizadores dos centenários, de 1880 a 1960, carece de algumas explicações iniciais.

Para não alongar demasiado este anexo, circunscrevemos os organizadores aos que desempenharam funções de carácter executivo e não incluímos as extensas listas dos membros das grandes comissões nacionais alargadas, quando estas foram constituídas. A maior parte deles não teve um papel realmente activo na organização dos centenários. No desenvolvimento do capítulo, fazemos referência a estas comissões amplas, a propósito dos modelos organizativos. No caso do Duplo Centenário, de 1940, listámos os membros da Comissão Nacional, visto que todos eles desempenharam também funções executivas nas várias secções, conforme vem indicado. Em relação ao centenário do Infante D. Henrique, em 1960, decidimos incluir também a lista dos membros da Comissão Nacional e da Comissão Ultramarina.

Não temos notícia de comissões especialmente organizadas para as seguintes comemorações: IV Centenário do Descobrimento do Brasil; Centenário da Independência do Brasil; Centenário do Nascimento de António Enes (Moçambique).

As fontes dos tópicos biográficos enunciados são as obras de referência indicadas na bibliografia. Consultámos também: listas de sócios da Academia das Ciências de Lisboa, constantes da *História e Memórias da Academia das Ciências de Lisboa* e dos *Anuários Académicos*, depois de 1932; as relações de sócios da Sociedade de Geografia de Lisboa; listas dos membros da Academia Portuguesa de História, publicadas no respectivo *Boletim*, e os processos individuais do Arquivo Histórico Militar. Por vezes, as próprias fontes donde extraímos a composição das comissões indicam as funções que os comissários desempenhavam e as instituições que representavam.

No fim, incluímos vários **quadros** (I, II, III e IV) com o tratamento, em termos quantitativos, dos dados que serviram para a análise da composição social das comissões organizadoras dos centenários.

As biografias de que dispomos nem sempre são muito específicas em relação às profissões e também não discriminam, de forma precisa, as datas em que desempenharam as várias funções. Muitas destas personalidades desenvolviam múltiplas actividades em simultâneo, por isso optámos por contabilizá-las como **ocupações**. O mesmo indivíduo foi, por conseguinte, contabilizado em várias colunas, consoante as ocupações a que se dedicava. Deste modo, ficamos com uma ideia genérica das áreas em que se moviam em termos sócio-profissionais e culturais.

Nesta coluna das ocupações, incluímos também se foram membros da Academia das Ciências de Lisboa, da Academia Portuguesa de História e da Sociedade de Geografia de Lisboa. Não foi possível obter dados sistemáticos sobre os sócios do Instituto de Coimbra, apesar de termos notícia de alguns casos.

Quanto aos cargos políticos, limitámo-nos a enunciar aqueles que temos notícia de terem desempenhado ao longo da vida, com o objectivo de situar as relações destas figuras com o poder, antes ou depois de terem sido comissários.

Observações específicas:

* Os **funcionários da administração pública** a que se reporta o Quadro I são, salvo poucas excepções, quadros técnicos superiores – directores e chefes de serviços. No Quadro II, trata-se de quadros superiores que desempenhavam funções técnicas – directores de serviços de contabilidade, de obras públicas, de museus, etc. – e funções de carácter político – director do Secretariado de Propaganda Nacional, director da Emissora Nacional, Agente Geral das Colónias, Inspector-Geral dos Espectáculos, etc.

** A designação **publicistas** inclui os que fizeram do jornalismo a sua profissão em algum momento da vida e aqueles que escreviam com frequência em publicações diárias ou periódicas.

*** Sob a designação de **escritores** englobámos um leque de autores com publicações em várias áreas: história, literatura, trabalhos científicos ou de intervenção social e política, pedagógicos e de carácter didáctico.

Abreviaturas

A.C.L. – Academia das Ciências de Lisboa

A.P.H. – Academia Portuguesa de História

C.A.D.C. – Centro Académico da Democracia Cristã

C.M. – Câmara Municipal

D.G.A.P.C. – Direcção Geral da Administração Política e Civil do Ministério do Interior

D.G.C.P. – Direcção Geral da Contabilidade Pública

D.G.S.U. – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização

D.S.E. – Direcção dos Serviços de Economia

G.N.R. – Guarda Nacional Republicana

I.C. – Instituto de Coimbra

I.S.C.S.P.U. – Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina

M.O.P. – Ministério das Obras Públicas

S.G.L. – Sociedade de Geografia de Lisboa

S.N.I. – Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo

QUADRO GERAL DOS ORGANIZADORES DOS CENTENÁRIOS (1880-1960)

1880 - Tricentenário de Camões (Comissão da Imprensa¹)

Comissão Executiva	Cargo na organização	Ocupações	Cargos políticos
João Carlos Rodrigues da Costa (1843-1917)	Presidente (<i>A Revolução de Setembro</i>)	Oficial do Exército; professor (Colégio Militar); jornalista e escritor; sócio da S.G.L.	Deputado (Regenerador)
José Eduardo Coelho (1835-1889)	1º secretário (<i>Diário de Notícias</i>)	Jornalista; escritor; sócio fundador da S.G.L.	
Sebastião Magalhães Lima (1850-1928)	2º secretário (<i>Comércio de Portugal</i>)	Advogado; jornalista e escritor; maçom; Grão Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido (1907); sócio da S.G.L.	Deputado e Senador, na República; Ministro da Instrução (1915)
Joaquim Teófilo F. Braga (1843-1924)	Vogal	Professor; historiador e escritor; sócio da A.C.L. e S.G.L.	Deputado, Ministro e Presidente da República (1915)

¹ A Comissão Executiva foi eleita pela grande assembleia da imprensa por escrutínio secreto, tendo sido 45 as listas. Ficaram apurados: Eduardo Coelho (43), Teófilo Braga (42), Luciano Cordeiro (40), Ramalho Ortigão (37), Rodrigues da Costa (35), Magalhães Lima (35), Jaime Batalha Reis (20), Pinheiro Chagas (18), Visconde de Juromenha (17). Este último chegou a ser proposto para presidente da Grande Comissão da Imprensa, mas escusou-se por razões pessoais. Ficou, por isso, o representante do decano dos jornais portugueses - *A Revolução de Setembro*, segundo *O Contemporâneo*, Lisboa, 6º anno, nº 88, 2ª ed., 1880. Rodrigo Pequito é também indicado nesta publicação como vogal adjunto, apesar de não constar entre os eleitos referidos por Brito Aranha no *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo XV (Oitavo do Supplemento), Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, p. 30

Luciano Baptista Cordeiro de Sousa (1844-1900)	Vogal (<i>Commercio de Lisboa</i>)	Jornalista; funcionário superior historiador; sócio fundador da S.G.L. e secretário perpétuo	Deputado (Regenerador); procurador da Junta Geral do Distrito de Lisboa; Conselheiro
Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895)	Vogal	Professor; publicista; escritor e historiador; Vogal do Conselho de Instrução Pública; sócio da A.C.L. e S.G.L. (fundador)	Deputado (Regenerador); Par do Reino; Ministro da Marinha e Ultramar; Conselheiro
Jaime Batalha Reis (1847-1935)	Vogal	Engenheiro; professor (Instituto Agrícola); periodista; escritor; diplomata a partir dos anos 90	
Rodrigo Afonso Pequito (1849- ?)	Vogal Adjunto (<i>Commercio de Lisboa</i>)	Professor (Instituto Industrial e Comercial de Lisboa); jornalista; publicações diversas; sócio da S.G.L. (fundador)	Deputado (Regenerador); Par do Reino electivo; Ministro de Estado Honorário; Ministro da Fazenda (1904); Conselheiro
José Duarte Ramalho Ortigão (1836-1915)	Vogal (<i>As Farpas</i>)	Professor; funcionário da A.C.L. (secretaria); publicista e escritor; sócio da A.C.L.	

1892 - Descobrimento da América (Academia das Ciências de Lisboa)²

Comissão Académica	Cargo na organização	Ocupações	Cargos políticos
Francisco Manuel de Melo Breyner - Conde de Ficalho (1837-1903)	Presidente	Professor (Escola Politécnica); Botânico e escritor; sócio da S.G.L. e da A.C.L.	Par do Reino
Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895)	1º secretário	Ver tricentenário de Camões (1880)	
Joaquim de Araújo (1858-1917)	2º secretário	Escritor e poeta; publicista e consul de Portugal em Génova (1894); A.C.L., I.C. e S.G.L.	
Augusto Carlos Teixeira de Aragão (1823-1903)	Tesoureiro	Médico - Cirurgião do Exército; numismata e escritor; A.C.L., S.G.L.	
J. A. Brissac das Neves Ferreira (1846-1902)	Delegado no Porto	Oficial da Marinha; A.C.L.	Governador Civil do Porto; Governador Geral de Moçambique; Ministro da Marinha e Ultramar (1893)
Bispo Conde de Arganil	Delegado em Coimbra	Clero; sócio da A.C.L.	
Francisco Martins Sarmento (1833-1899)	Delegado em Guimarães	Advogado; proprietário; arqueólogo e etnólogo; A.C.L e S.G.L.	

² Além destes académicos, a comissão ainda incluía um número elevado de vogais, entre os quais destacamos: J. P. Oliveira Martins, A. Artur Baldaque, Ramalho Ortigão, H. Lopes de Mendonça, José Ramos Coelho, Prospero Peragallo, João Braz de Oliveira, Xavier da Cunha, Gabriel Pereira e Sousa Viterbo.

Ernesto do Canto (1831-1900)	Delegado nos Açores	Bacharel em Filosofia; proprietário; Investigador; sócio da A.C.L.	Vereador da Câmara Municipal de Ponta Delgada; Presidente da Junta Geral do Distrito

1894 - V Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique (Câmara Municipal do Porto)

Comissão do Centenário	Cargo na organização	Ocupações	Cargos políticos
António Ribeiro da Costa e Almeida (1828- ?)	Presidente	Advogado; Professor (Liceu); publicista; autor de obras didácticas	Presidente Câmara do Porto; Deputado (Progressista); Presidente da Junta Geral do Distrito e Governador Civil
P ^{te} Francisco José Patrício (1850-1911)	Secretário	Sacerdote; investigador; professor; colaborador de jornais; sócio da S.G.L.	Deputado (Regenerador)
Fernando da Costa Maia (1853-1904)	Vogal	Oficial de Cavalaria; professor (Escola do Exército e Colégio Militar); publicista; sócio da A.C.L. e S.G.L.	
Francisco Teixeira de Aguiar e Azeredo - Conde de Samodães (1828-1918)	Vogal (Exposição Colonial)	Presidente da Socied. do Palácio de Cristal; matemático e engenheiro civil e militar; publicista, escritor; presidente da Acção Católica e maçon.	Par do Reino; Ministro de Estado Honorário; Deputado, Presidente da Câmara Municipal do Porto e Governador Civil; Ministro da Fazenda (1868)
Bento de Sousa Carqueja (1860-1935)	Vogal	Jornalista; professor (Escola Normal do Porto e da Academia Politécnica); sócio da A.C.L., do I.C. e da S.G.L.	
Augusto Luso da Silva (1827-1902)	Vogal	Professor (Liceu do Porto); poeta; naturalista e colaborador da imprensa; sócio da S.G.L.	

Henrique Carlos de Meireles Kendall (1839-1917)	Vogal	Comerciante; colaborador da imprensa; Presidente da Associação Comercial do Porto	
Eduardo Henrique Vieira Coelho de Sequeira (1861-1914)	Vogal	Jornalista; naturalista e escritor; fundador da Sociedade de Instrução do Porto	

1897-98 - IV Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia (Sociedade de Geografia de Lisboa)

Comissão Executiva	Cargo na organização	Ocupações	Cargos políticos
Francisco Joaquim Ferreira do Amaral (1844-1923)	Presidente (Presid. da S.G.L.)	Oficial da Marinha; sócio da S.G.L.	Governador de Moçâmedes, S. Tomé, Angola e Índia; Deputado e ministro da Marinha (1892); Par do Reino (1898)
Luciano Cordeiro (1844-1900)	Secretário (Sec. Perp. da S.G.L.)	Ver o tricentenário de Camões (1880)	
João Carlos Rodrigues da Costa (1843-1917)	Vogal	Ver o tricentenário de Camões (1880)	
José Luís Monteiro (1849-1942)	Vogal	Arquitecto; professor (Belas Artes)	
Ernesto Júlio de Carvalho e Vasconcelos (1852-1930)	Vogal	Oficial da Marinha; engenheiro hidrólogo e geógrafo; professor (Escola Naval); director da <i>Revista Portuguesa Colonial e Marítima</i> ; maçom; secretário perpétuo da S.G.L. (1911).	Deputado (Progressista) e Chefe de Gabinete de vários ministros; Director Geral do Ministério das Colónias; Conselheiro.
José Francisco Palermo da Fonseca Faria (1850- ?)	Vogal	Funcionário público (contador do Tribunal de Contas); jornalista; sócio da S.G.L.	
Sebastião Magalhães Lima (1850-1928)	Vogal	Ver tricentenário de Camões (1880)	
D. Luís de Castro - Conde de Nova Goa (1868-1928)	Vogal	Engenheiro agrónomo; professor (Inst. de Agronomia); publicista e escritor; sócio da A.C.L.	Deputado (Regenerador); Ministro de Estado; Vereador da Câmara Municipal de Lisboa (1901)

José Martinho da Silva Guimarães	Vogal	Industrial; sócio da S.G.L.	Vereador da Câmara de Lisboa

1915 - Duplo Centenário de Ceuta e de Albuquerque
(Sociedade de Geografia de Lisboa e Academia das Ciências³)

Comissão Executiva	Cargo na organização	Ocupações	Cargos políticos
Anselmo Braamcamp Freire (1849-1921)	Presidente (Presidente da CML)	Arqueólogo, heraldista e genealogista; historiador; sócio da A.C.L. e da S.G.L.; fundador do <i>Archivo Historico Portuguez</i>	Par do Reino (1887); Presidente da Câmara de Lisboa e da Assembleia Nacional Constituinte; Senador
Alberto Allen Pereira de Sequeira Bramão (1865-1944)	Delegado (Assoc. dos Jornalistas e Escritores Portugueses)	Poeta, jornalista; sócio da A.C.L. (1925)	Deputado
Angelo Sárrea de Sousa Prado	Delegado (Assoc. dos Engenheiros Civis)	Engenheiro Civil; funcionário do M.O.P.	Deputado
Eduardo Coelho (filho) (1863-1918)	Delegado (Trabalhadores da Imprensa)	Jornalista e escritor; sócio da S.G.L.	
Francisco Barreto	Delegado (Associação Comercial de Lisboa)	Proprietário; sócio da S.G.L.	
Francisco Augusto de Oliveira Feijão (1850-1918)	Delegado (Associação da Agricultura Portuguesa)	Médico; professor (Escola Médico-Cirúrgica); lavrador; sócio da S.G.L e A.C.L..	Par do Reino electivo

³ O centenário foi promovido por estas duas entidades, mas a comissão indicada foi nomeada pelo governo presidido por Duarte Leite (Cf. *Centenario de Ceuta e de Afonso de Albuquerque*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1916, pp. 33-36)

Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931)	Delegado (Academia das Ciências de Lisboa)	Oficial da Marinha; escritor; maçom; sócio da S.G.L. e presidente da A.C.L.	
José M ^a Cordeiro de Sousa (1886-1968)	Delegado (Conselho de Arte e Arqueologia)	Funcionário público; publicista; arqueólogo e epigrafista; sócio da S.G.L., do I.C. e da A.P.H. (1938)	
Manuel Roldan Y Pego (1863-1935)	Delegado (Sociedade de Propaganda de Portugal)	Engenheiro; funcionário (Engenharia e Minas); colaborador de jornais do Algarve; sócio da S.G.L.	
Pedro Massano de Amorim (1862-1929)	Delegado (União Colonial)	Oficial de Artilharia; administrador colonial e militar das campanhas africanas, sócio honorário da S.G.L. (1904)	Governador Geral de Angola, de Moçambique e da Índia; Director dos serviços militares do Ministério das Colónias
Vicente de Almeida d' Eça (1852-1929)	Delegado (Sociedade de Geografia de Lisboa)	Oficial da Marinha; professor e historiador (arqueologia naval); sócio da A.C.L., do I.C. e da S.G.L.	Deputado (Regenerador) e Chefe de Gabinete de Júlio Vilhena (Ministro da Marinha, em 1891)
Ernesto Júlio de Carvalho e Vasconcelos (1852-1930)	Delegado (Sociedade de Geografia de Lisboa)	Ver o “centenário da Índia” (1897-98)	
Alfredo Carneiro da Cunha (1863-1942)	Delegado (Socied. Geog. de Lisboa)	Jurisconsulto; jornalista e poeta; sócio da S.G.L.	
Francisco Xavier da Silva Teles (1860-1930)	Delegado (Sociedade de Geografia de Lisboa)	Médico da Armada; professor (Geografia Económica); publicista; A.C.L. e S.G.L.	Ministro da Instrução Pública (1929)

1921 - IV Centenário da Morte de Fernão de Magalhães (Instituto de Coimbra)

Comissão do Instituto	Cargo na organização	Ocupações	Cargos políticos
Francisco Miranda da Costa Lobo (1864-1945)	Presidente	Professor (matemática); astrónomo e escritor; presidente da Cruzada Nacional Nun' Álvares; sócio da A.C.L.	Deputado e Governador Civil de Coimbra
Anselmo Ferraz de Carvalho (1878- ?)	Vice-Presidente	Professor (Faculdade de Letras); Vice-Reitor e outros cargos; sócio da A.C.L. (1929)	
José Manuel de Noronha (1895-1924)	Secretário	Advogado; escritor e colaborador da imprensa	
Júlio Augusto Henriques (1838-1928)	Vogal	Professor (Botânica); director do Jardim Botânico; sócio da S.G.L.	
José Pereira de Paiva Pita (1840 - ?)	“	Sacerdote e professor (Teologia e Direito); sócio da A.C.L.	
António Faria Carneiro Pacheco (1887-1957)	“	Professor (Direito), civilista e político	Deputado (1918) e Ministro da Educação (1936)
Diogo Pacheco de Amorim (1888-1976)	“	Matemático e economista; fundador do Centro Católico; sócio da A.C.L. (1947)	Deputado
Manuel Paulo Mereia (1889-1977)	“	Professor (Direito); historiador (medievalista); fundador da A.P.H. e sócio da A.C.L.	

José Antunes Vaz Serra	“	Sem informação	
Fortunato de Almeida (1869-1933)	“	Professor liceal; historiador; sócio da S.G.L. e A.C.L. (1915)	
Manuel da Silva Gaio (1860-1934)	“	Advogado; funcionário público; publicista e poeta; sócio da A.C.L. (1910)	

1922-23 - V Centenário do Descobrimento da Madeira
(Junta Geral do Distrito e Câmara Municipal do Funchal)⁴

Comissão Executiva	Cargo na organização	Ocupações	Cargos políticos
Adolfo João Sarmento de Figueiredo (1864-1936)	Não especificado.	Director da Alfândega; Presid. da Com. Exec. da Junta Autón. das Obras do Porto do Funchal	
Alberto Artur Sarmento (1878-1953)	“	Oficial do Exército, escritor, professor e naturalista; publicista; governador militar da Madeira; sócio da S.G.L.	
Ciríaco de Brito Nóbrega (1856-1928)	“	Funcionário das Finanças; jornalista (chefe de redacção do <i>Diário de Notícias</i> , da Madeira); escritor	
P ^e Fernando Augusto da Silva (1863-1949)	“	Sacerdote; professor do ensino técnico; publicista e investigador (história local), com trabalhos publicados; sócio da A.P.H.	Procurador à Junta Geral; Presidente da Câmara do Funchal, por duas vezes
Fernando Tolentino da Costa (1874-1957)	“	Médico-cirurgião, proprietário e comerciante	Eleito Presidente da Câmara do Funchal (1913); Presidente da Comissão Executiva da Junta Geral do Funchal

⁴ Havia uma Comissão de Honra encabeçada pelo Governador Civil e uma Comissão Executiva composta pelos elementos indicados. Além disso, existiam ainda 16 sub-comissões para tratar de cada parte específica do programa das comemorações, para orientar do ponto de vista técnico, para angariar fundos e realizar a publicidade e propaganda. Esta última presidida pelo P^e Fernando Augusto da Silva. Agradeço a ajuda de Alberto Vieira para obter as informações sobre estas figuras madeirenses.

João dos Reis Gomes (1869-1950)	“	Oficial do exército; engenheiro industrial; professor (secundário); escritor e jornalista; sócio da A.C.L.	
Leandro António do Rego	“	Sem informação	

**1924 - IV Centenário do Nascimento de Luís de Camões - Festa da Raça
(Câmara Municipal de Lisboa)**

Comissão Executiva	Cargo na organização	Ocupações	Cargos políticos
Sebastião Magalhães Lima (1850-1928)	Presidente	Ver tricentenário de Camões (1880)	
Alexandre Ferreira (1877-1950)	Secretário Geral	Técnico de seguros; publicista (instrução e assistência à infância); autor de publicações; maçon	Vereador da C.M. de Lisboa; Deputado
Alberto Zagalo Fernandes	Vogal	Estudante; Presidente da Federação Académica Lisboa	
José Maria Rodrigues (1857-1942)	Vogal	Professor catedrático; especialista camoniano; historiador e linguista; sócio da A.C.L., S.G.L. e fundador da A.P.H.	
General Abel Hipólito (1860-1929)	“	Oficial do exército; director da Escola Militar; Comandante Geral da G.N.R.; Presidente da Comissão dos Padrões da Grande Guerra; sócio da S.G.L.	Ministro do Interior; Senador
Alfredo Pedro Guisado (1891-1975)	“	Jornalista e poeta; sócio da S.G.L.	Deputado; Vice-presid. da Com. Exec. da C.M. de Lisboa; Governador Civil substituto; Presidente do Conselho Central da Juntas de Freguesia

Moses Bensabat Amzalak (1892-1978)	“	Professor universitário; historiador e publicista; sócio da A.C.L., da A.P.H. e da S.G.L.	
João de Barros (1881-1960)	“	Escritor; professor e pedagogo; maçon; sócio da A.C.L. (1913) e da S.G.L.	Director do Ensino Secundário e Secretário-geral do Ministério da Instrução; Ministro dos Negócios Estrangeiros (1924-25)
Joaquim Manso (1878- 1956)	“	Advogado; jornalista; professor; escritor; sócio da A.C.L. (1925)	Governador Civil de Vila Real

1925 (um mês depois da data da efeméride) - IV Centenário da Morte de Vasco da Gama (Governo⁵)

Comissão Nacional	Cargo na organização	Ocupações	Cargos políticos
Francisco de Sales Ramos da Costa (1855- 1935)	Presidente	Coronel do Exército; publicista e director da <i>Revista de Artilharia</i> ; sócio da S.G.L.	Deputado na Assembleia Constituinte; Senador
Afonso de Dornelas (1880-1944)	Secretário (Associação dos Arqueólogos Portugueses)	Arqueólogo, heraldista e genealogista; voluntário da Cruz Vermelha e funcionário superior do Ministério da Guerra; sócio da A.C.L., A.P.H., I.C. e S.G.L.	
Vicente Almeida d' Eça (1852-1930)	Vogal (Sociedade de Geografia de Lisboa)	Ver o centenário de Ceuta e Albuquerque (1915)	
Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931)	Vogal (Academia das Ciências de Lisboa)	Ver o centenário de Ceuta e Albuquerque (1915)	
D. José Teles da Gama (Conde de Vidigueira e Marquês de Niza)	Vogal (Representante da família)	Sem informação	

⁵ A comissão foi reforçada nas vésperas do centenário para dar execução ao programa oficial das comemorações. Conforme noticia o Diário de Lisboa (23-1-1925), a nova equipa reuniu-se no ministério do Interior e incluía os seguintes elementos novos: o presidente da comissão executiva da Câmara Municipal de Lisboa, os chefes de gabinete de vários ministros - Interior, Finanças, Guerra, Marinha, Negócios Estrangeiros, Instrução e Trabalho - e o da Presidência do Ministério, o administrador geral da Imprensa Nacional, Luís Derouet, um profissional da imprensa, Acúrsio Pereira, o director da Agência Havas, Pedro Bordalo Pinheiro.

Alberto Beça (1861-1938)	Vogal (Representante da Imprensa)	Jornalista e escritor; director do <i>Jornal do Comércio e das Colónias</i>	

1932 - V Centenário do Descobrimento dos Açores
(Governos civis e órgãos de poder locais⁶)

Comissão Executiva	Cargo na organização	Ocupações	Cargos políticos
Distrito de Ponta Delgada			
Jaime Resende do Couto (1900-1956)	Presidente	Advogado	Governador Civil
Hermano da Silva Mota (1879-1937)		Conservador do Registo Predial; formado em Direito	Presidente da Junta Geral
Capitão Monteiro Arruda		Oficial do Exército	Presidente da C.M. de P.D.
Distrito de Angra do Heroísmo			
Capitão Domingos Augusto Borges (1871-1933)	Presidente	Oficial do Exército	Governador Civil
Não identificado		Sem informação	Presidente da Junta Geral
Amadeu Monjardino		Comerciante	Presidente C.M. de A H.
Major José Agostinho (1888-1933)	Comissão Histórica	Oficial do Exército e cientista	
Luís da Silva Ribeiro (1882-1955)	Comissão Histórica	Advogado; funcionário público e escritor	
Gervásio Lima (1876-1945)	Comissão Histórica	Funcionário público e escritor	

⁶ No caso dos Açores não há uma única comissão, mas várias em resultado da descontinuidade geográfica e do localismo muito acentuado. Os dirigentes dos órgãos de poder locais assumiram as funções executivas, apoiados pelos serviços oficiais e por algumas personalidades locais. Agradeço as informações sobre estas figuras a Carlos Enes.

Distrito da Horta			
Augusto Pais de Almeida e Silva		Sem informação	Governador Civil ⁷

⁷ O Governo Civil publica uma nota oficiosa indicando o programa que seria realizado na altura da passagem pela ilha do representante do governo e parece ter sido o único reponsável pelas celebrações (*O Telégrafo*, Horta, 22 de Agosto de 1932).

**1934 - V Centenário da Passagem do Cabo Bojador
(Sociedade de Geografia de Lisboa)⁸**

Comissão Executiva	Cargo na organização	Ocupações	Cargos políticos
Alfredo Augusto Lisboa de Lima (1867-1935)	Presidente (Comissão Africana da S.G.L.)	Oficial do Exército; professor (Esc. Sup. Colonial); presidente da Associação dos Engenheiros Civis; sócio da S.G.L.	Director Geral interino do Ministério das Colónias; Ministro (1914); Comissário do governo na Exposição Internacional do Rio de Janeiro (1922)
António Cabreira - Conde de Lagos (1863-1953)	Vogal	Matemático e escritor; sócio da A.C.L., do I.C. e da S.G.L.; fundador da Academia das Ciências de Portugal	

⁸ Foi criada uma alargada Comissão de Honra, presidida pelo Ministro da Marinha, onde se incluíam os membros da direcção da S.G.L., representantes das comissões e das secções da mesma - Africana, e Ensino Geográfico -, delegados da Casa do Algarve, Delegados do Instituto Português de Arqueologia, do Museu Leite de Vasconcelos, da Câmara Municipal de Lagos e representantes dos dois ramos da família, como vogais natos: António Cabreira (Conde de Lagos) e Carlos Serpa Soeiro Braga Cabreira da Fonseca e Costa Vila Lobos. Quanto à Comissão Executiva só se refere que “é constituída por alguns membros” da anterior, especificando-se os dois nomes indicados(*Boletim da S.G.L.*, 52ª série, nº 11-12, Nov-Dez. 1934, pp. 436-437)

1940 - Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal (Presidência do Conselho⁹)

Comissão Nacional e Executiva	Cargo na organização	Ocupações	Cargos políticos
Júlio Dantas ¹⁰ (1876-1962)	Presidente; director das secções dos Congressos, das Festas e Espectáculos	Médico do Exército; escritor; professor ; diplomata; presid. da Classe de Letras da A.C.L. e seu sócio de mérito; fundador da A.P.H.	Parlamentar em 4 legislaturas; Ministro da Instrução Pública e dos Negócios Estrangeiros; presid. do directório do Partido Nacionalista; membro da Câmara Corporativa e do respectivo Conselho de Presidência.
Coronel Henrique Linhares de Lima (1876-1953)	Vice-presidente	Oficial do Exército; Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal	Ministro da Agricultura e responsável interino pela pasta das Colónias; Presid. da C.M. de Lisboa e da Junta de Província da Estremadura; Ministro do Interior; Deputado em 2 legislaturas
António Joaquim Tavares Ferro (1895-1956)	Secretário-Geral; dir. da secção de Propaganda e Recepção; colaborador da Exposição e Espectáculos	Director do Secretariado de Propaganda Nacional; jornalista e escritor; diplomata (1949)	
Adriano de Sousa Lopes (1879-1944)	Exposição de Arte Portuguesa	Pintor; Director do Museu de Arte Contemporânea	

⁹ O Governo nomeou a Comissão Nacional por portaria de 11 de Abril de 1938 da Presidência do Conselho, que era presidida pelo embaixador Alberto de Oliveira. Este foi substituído por Júlio Dantas por motivos de saúde e viria a falecer 23 de Abril de 1940. O mesmo aconteceu em relação ao primeiro vice-presidente, o conde de Penha Garcia (1872-1940), que foi substituído pelo coronel Henrique Linhares de Lima. A comissão executiva era constituída pelos três primeiros e os restantes distribuíam-se pelos vários pelouros.

¹⁰ Júlio Dantas foi nomeado presidente da Comissão Executiva a 5 de Novembro de 1938.

Afonso de Dornelas (1880-1944)	Exposição do Mundo Português e Manifest. cívicas, hist. e relig.	Secretário da A.P.H. Ver centenário de Vasco da Gama (1925)	
António Augusto Mendes Correia (1888-1960)	Congressos e Comemorações na Província	Professor (Univ. do Porto), área da medicina e antropologia física; sócio da A.C.L. (1918), da S.G.L. e fundador da A.P.H.	Presid. da C.M. do Porto; Procurador da Câmara Corporativa e Deputado (1945); Conselho Ultramarino
António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (1860-1941)	Manifestações cívicas, hist. e relig.; Comemorações na Província	Presid. da A.P.H.; sacerdote e professor (Univ. Coimbra); historiador e teólogo; sócio benemérito do CADC; sócio da A.C.L. (1897) e fundador da A.P.H.	
Eduardo Rodrigues de Carvalho ¹¹ (1891-1970)	Obras públicas	Oficial do exército; engenheiro e professor (Faculdade de Ciências)	Presidente substituto da Câmara de Lisboa; Chefe de Gabinete do Ministro das Obras Públicas e outros cargos executivos
Francisco Nobre Guedes	Exposição do Estado Novo e Com. na Província	Engenheiro; Director Geral do Ensino Técnico	
Gustavo de Matos Sequeira (1880-1962)	Festas e Espectáculos; Obras Públicas	Crítico de teatro e escritor; fundador do “Grupo dos Amigos de Lisboa”; sócio da A.C.L. e da A.P.H.	Chefe de Gabinete do Ministro das Finanças (1915); Vereador da C.M. de Lisboa
Henrique Carlos Malta Galvão (1895-1970)	Exposição do Mundo Português (Etnografia do Ultramar)	Capitão de Infantaria; Director da Emissora Nacional; escritor e publicista	Inspector Superior Colonial (1936); Deputado (1946). Tornou-se opositor do regime após 1949.
Henrique Gomes da Silva	Obras Públicas	Engenheiro; Dir. Geral dos Edifícios e Monum. Nacionais; A.P.H. (1938)	

¹¹ Substituiu por portaria de 2 de Junho de 1938 o eng. Duarte Pacheco, entretanto nomeado Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

Henrique Quirino da Fonseca ¹² (1868-1939)	Exposição do Mundo Português; Manif. cívicas, hist. e religiosas	Oficial da Marinha; investigador de arqueologia naval; vogal do pelouro de engenharia da CML; sócio da A.C.L., A.P.H.e S.G.L.	
João Rodrigues da Silva Couto (1892-1968)	Exposição de Arte Portuguesa	Director do Museu Nacional de Arte Antiga; historiador de arte e professor; sócio da A.P.H. (1938)	Vereador da Câmara Municipal de Lisboa
João Providência Sousa e Costa (1893-1965)	Congressos; Comemorações na Província	Professor e director da Fac. de Letras (Coimbra); Director da Bibliot. Geral da Universidade	
José Ângelo Cotinelli Telmo (1897-1948)	Exposição do Mundo Português	Arquitecto e artista	
Júlio Cayolla (1891- ?)	Exposição do Mundo Português; Congressos	Agente Geral das Colónias (interino); Jornalista e sócio da S.G.L.	Membro da União Nacional e da Legião Portuguesa
Luís Pastor de Macedo (1901-1971)	Festas e Cortejos; Comemorações na Província	Secretário Geral do grupo dos “Amigos de Lisboa”; funcionário e olissipógrafo	Vereador da C.M.L., com o pelouro dos serviços culturais. Deputado (1945) e presid. substituto da C.M. de Lisboa
Manuel Maria Múrias Jr. (1900-1960)	Exposição do Mundo Português; Congressos	Director do Arquivo Colonial; professor; jornalista e escritor; fundador da A.P.H.	Deputado (1942)
Manuel Silveira e Castro (1877-1962)	Dir. da secção de Turismo; Obras Públicas	Brigadeiro; Presid. da Junta Aut. das Estradas e do Cons. Nac. Turismo.; professor (Esc. Exército)	

¹² Foi substituído depois do seu falecimento pelo comandante Abel Fontoura da Costa, pelo menos na “Secção dos Congressos” (Congresso do Mundo Português, *Programas, Discursos e Mensagens*, vol.I, Lisboa, 1940, p. 15). Este também faleceu naquele ano, a 7 de Dezembro de 1940 (*Boletim da Academia Portuguesa de História*, 4º ano, 1940, Lisboa, 1942)

Paulino António Pereira Montez (1897- ?)	Exposição do Mundo Português; Festas e cortejos	Arquitecto e pintor; professor; publicista; director da Escola Superior de Belas Artes	Deputado em 2 legislaturas
Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957)	Exposição do Mundo Português; Secção do Turismo	Arquitecto e presid. do Sind. Nacional dos Arquitectos	
Raul Lino (1879-1974)	<i>Idem</i>	Arquitecto e secret. da Acad. Nacional de Belas Artes	
Reinaldo dos Santos (1880-1970)	Dir. da secção da Exposição de Arte Portuguesa	Professor e pres. da Acad. Nac. de Belas Artes; médico- cirurgião e historiador de arte; sócio da A.C.L. (1938); fundador da A.P.H.	
Augusto de Castro Sampaio Corte Real ¹³ (1883-1971)	Comissário Geral da Exposição do Mundo Português	Ministro Plenipot. de 1ª classe; jornalista e escritor; diplomata a partir de 1924; sócio da A.C.L.	Deputado monárquico (Progressista)

¹³ Foi nomeado a 26 de Dezembro de 1938, por portaria da Presidência do Conselho.

1946 – V Centenário do Descobrimento da Guiné (Governo da Colónia)¹⁴

Comissão Executiva	Cargo na organização	Ocupações
Major Pedro da Cunha Menezes P. Cardoso	Presidente	Oficial do Exército; Comandante Militar
João Maria Bento	Secretário Geral	Alferes
Joaquim Manuel Rocha	Tesoureiro	Sec. Tes. do Conselho Administrativo
Bernardo de Sá Nogueira	Director da “Div. de Estudos e Obras”	Engenheiro; chefe da Rep. Central de Obras Públicas e Minas
A. A. Peixoto Correia	Dir. da “Div. de Festividades”	1º Tenente
Afonso Simões Frade	Chefe da “Secção de Cerimónias Religiosas”	Padre
João das Dores Nunes Palrão	Chefe da “Secção de Festas Militares e Navais”	Capitão
Severino Gomes de Pina	Chefe da “Sec. de Desportos”	Sem informação
Francisco Artur Mendes	Chefe da “Secção das Festas Indígenas”	Administrador
Maria do Carmo V. P. Barbosa	Dir. da “Div. de Benemerância”	Sem informação
José Soares	Dir. da “Div. das Exposições”	Engenheiro Agrónomo
Virgolino José Pimenta	Dir. da “Div. de Publicações”	Sem informação

¹⁴ *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. I, nº1, Jan. 1946, pp. 154-55. Devido ao movimento de entradas e saídas de pessoas em comissões de serviço na colónia, as comissões central e executiva sofreram algumas mudanças. O primeiro presidente da comissão executiva foi o capitão-de-fragata Mário Ribeiro da Costa Zanatti, substituído pelo indicado no quadro a 11 de Dezembro de 1954. Os directores da “Divisão de Estudos e Obras” e da “Divisão de Homenagens e Recompensas” também foram nomeados na mesma data.

António M. Alçada A. Padez	Dir. da “Div. de Propaganda”	Sem informação
Caetano Filomeno de Sá	Dir. da “Divisão de Coord. de Transportes”	Sem informação
Raimundo Brites Moita	Dir. da “Divisão de Recepção e Alojamento”	Pres. da Com. Adm. Municipal de Bissau
Luciano Sena Dentinho	Director da “Divisão de Homenagens e Recompensas”	Capitão dos Portos

1948 - V Centenário da Reconquista de Angola por Salvador Correia de Sá (Governo da Colónia¹⁵)

Comissão Executiva	Cargo na organização	Ocupações
Manuel Pereira Figueira	Presidente	Dir. dos Serviços de Admin. Civil
Agostinho Riquezo Marques Trindade	Vogal	Presidente da C.M. de Luanda
Capitão-de-Fragata Américo Pereira dos Santos Cabral	Vogal	Chefe do Departamento Marítimo
Major Francisco A. Pires Barata	Vogal	Chefe do Estado Maior
Alberto J. Ferreira de Lemos	Vogal	Chefe da Repartição Central de Estatística
Manuel Nunes Gabriel	Vogal	Cónego
Waldemar d' Orey	Vogal	Engenheiro do Serviço de Obras Públicas
Não especificado	Vogal	Presidente da Associação Comercial de Luanda
Eusébio de Brito Teixeira	Vogal	Vogal do Cons. do Governo
Fernando de Oliveira Mouta	Vogal	Engenheiro dos Serviços de Geologia e Minas
Capitão José Correia Durão Praias	Vogal	Chefe de Repartição do Com. e Ind. – D.S.E.

¹⁵ A Comissão encarregada de organizar e executar o programa das comemorações foi nomeada por despacho do Governo da Colónia de 31 de Março de 1931 (*Boletim Oficial da Colónia de Angola*, II série, nº 32, 11 de Agosto de 1948)

Não especificado	Vogal	Director do jornal <i>Diário de Luanda</i>
Não especificado	Vogal	Director do jornal <i>Província de Angola</i>

**1955 - Centenário do Nascimento de Mouzinho de Albuquerque
(Ministério do Ultramar¹⁶)**

Comissão Nacional	Cargo na organização	Ocupações	Cargos políticos
General Luís António de Carvalho Viegas (1887- 1965)	Presidente	Presid. do Cons. Superior de Disciplina do Exército; oficial de Cavalaria; sócio da S.G.L.	Administrador Colonial e Governador da Guiné (1932)
General Abílio Pais de Ramos (1891-1961) ¹⁷	Representante do Ministério do Exército	Director da Arma de Cavalaria; escritor militar; sócio da S.G.L.	
Adolfo de Andrade	Rep. da Imprensa	Presidente do Grémio da Imprensa Diária	
António Alberto de Andrade	Rep. da Agência Geral do Ultramar	Bibliotecário e escritor	
António Augusto Mendes Correia (1888-1960)	Representante da S.G.L. (Presid. da S.G.L.)	Director do Inst. Sup. de Estudos Ultramarinos Ver o Duplo Centenário de 1940	
Eduardo C.S. Navarro de Castro	Rep do Minist. das Finanças	Chefe de Rep. da D.G.C.P.	
Henrique Martins Gomes	Rep. Minist. do Interior	Chefe de Rep. da D.G.A.P.C.	
Capitão-de-Fragata Joaquim José Teixeira	Rep. do Minist. da Marinha	Oficial da Marinha	Chefe de Gabinete do Ministro da Marinha
Coronel José Maria Ribeiro da Silva	Rep. do Minist. da Educação Nacional	Comissário Nacional Adjunto da Mocidade Portuguesa	

¹⁶ Portaria do Ministro do Ultramar de 20 de Outubro de 1955, publicada no *Diário do Governo*, nº 262, II série, de 11 de Novembro de 1955. Esta era a Comissão Nacional que parece ter desempenhado também as funções executivas.

¹⁷ As datas de nascimento e morte do general Abílio Pais de Ramos, do coronel Luís da Silva Patato e Óscar Neto de Freitas foram obtidas no Arquivo Histórico Militar.

Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque	Rep. da família	Sem informação	
Coronel Luís da Silva Patacho (1874-1960)	Rep. dos companheiros de armas de Mouzinho	Oficial do Exército	
Coronel Óscar Neto de Freitas (1892-1962)	Rep. do Sec. Nac. Informação	Inspector-Geral dos Espectáculos; sócio da S.G.L.	
Filipe Gastão de Moura Coutinho de Almeida d'Eça	Secretário-Geral	Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, sócio da S.G.L.	

1960 - V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (Presidência do Conselho¹⁸)

Comissão Executiva	Cargo na organização	Ocupações	Cargos políticos
José Caeiro da Mata (1883-1963)	Presidente	Presid. da A.P.H.; jurista, professor, e diplomata; sócio da A.C.L (1910).	Deputado; Mimistro dos Negócios Estrangeiros; procurador à Câmara Corporativa; representante de Portugal em várias conferências internacionais
Diogo de Castelbranco de P. F. Leite Brandão	Secretário	Secretário da Presidência do Conselho	
José de Sousa Nunes Ferreira	Delegado da D.G.C.P.	Chefe de Rep. da D.G.C.P.	
Manuel Duarte Moreira de Sá e Melo (1892- ?)	Vogal	Dir. Geral dos Serviços de Urbanização; Engenheiro civil e de minas.	Vereador da C.M. de Lisboa e procurador à Câmara Corporativa
João Paulo Nazaré de Oliveira	Vogal	Direcção dos Serviços de Melhor. Urbanos da D.G.S.U	
Idalino Ferreira da Costa Brochado (1904-1989)	Vogal	Jornalista, político e historiador; Secretário da Assemb. Nacional; sócio da A.P.H. (1957)	Vogal da Comissão Executiva da União Nacional

¹⁸ *Diário do Governo*, nº 194, II série, de 22 de Agosto de 1955

1960 - V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (Presidência do Conselho¹⁹)

Comissão Nacional ²⁰	Cargo na organização	Ocupações	Cargos políticos
José Caeiro da Mata (1883-1963)	Presidente	Ver a comissão executiva	
Alberto Faria de Moraes (1891- 1957)	Vogal	Coronel; Director do Arquivo Hist. Militar; comissões no ultramar; professor (secundário); membro do Centro de Estudos Hist. Ult. e vogal da Com. de Hist. Militar; sócio da S.G.L.	
António Augusto Mendes Correia (1888-1960)	Vogal	Presidente da Sociedade de Geografia Ver o Duplo Centenário (1940)	
Augusto de Castro de Sampaio Corte Real (1883-1971)	Vogal	Ver o Duplo Centenário (1940)	
Avelino Teixeira da Mota (1920- 1982)	Vogal	Primeiro-tenente da Marinha; professor (Escola Naval e Fac. de Letras); especialista de cartografia e historiador; director do Centro de Cartografia Antiga; sócio da A.C.L., da A.P.H.(1954) e da S.G.L.	Deputado da Assembleia Nacional (1957) e vogal do Conselho Ultramarino (1964)
Carlos Viegas Gago Coutinho (1869-1959)	Vogal	Almirante; geógrafo e especialista de náutica; sócio da A.C.L., A.P.H. e S.G.L.; maçom	

¹⁹ *Diário do Governo*, nº 194, II série, de 22 de Agosto de 1955

²⁰ Foi nomeada pela Presidência do Conselho em *Diário do Governo*, nº 153, II série, de 1 de Julho de 1954

Damião Peres (1889-1976)	Vogal	Professor da Fac. Letras (Coimbra); historiador; sócio da A.C.L. e fundador da A.P.H.; conservador do Museu de Numismática da Casa da Moeda	
Diogo de Macedo (1889-1959)	Vogal	Director do Museu de Arte Contemporânea; escultor e crítico de arte	
Francisco de Melo Ferreira de Aguiar	Vogal	Engenheiro Civil	
Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974)	Vogal	Presidente do Instituto de Alta Cultura; professor (Faculdade de Letras de Lisboa); sócio da A.C.L., do I.C. e da S.G.L.	Ministro da Instrução Pública; procurador à Câmara Corporativa
Henrique Gomes da Silva	Vogal	Engenheiro; Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais Ver Duplo Centenário de 1940	
Idalino Ferreira da Costa Brochado (1904-1989)	Vogal	Ver a comissão executiva	
João Rodrigues da Silva Couto (1892-1968)	Vogal	Dir. do Museu Nac. de Arte Antiga Ver o Duplo Centenário (1940)	
João Paulo Nazaré de Oliveira (1906-?)	Vogal	Engenheiro Civil; dirigiu os serviços de urbanização e obras da C.M.L.	Chefe de Gabinete do Ministro das Obras Públicas(1947)
Joaquim Antunes Leitão Jr. (1875-1956)	Vogal	Secretário da A.C.L.; escritor; director do Museu Nac. da Restauração e inspector das Bibliot., Arquivos e Museus Municipais	

Joaquim Manso (1878-1956)	Vogal	Ver o centenário de Camões (1924)	
César Henrique Moreira Baptista ²¹ (1915-1982)	Vogal	Secretário Nac. da Inform., Cultura Popular e Turismo (S.N.I.); advogado e político	Presid. da C.M. de Sintra; Deputado; membro da Comissão Execut. da União Nacional; Ministro do Interior (1973)
Luís Ribeiro Cristino da Silva (1896-1976)	Vogal	Professor da Escola de Belas Artes; arquitecto	
Manuel Lopes de Almeida (1900-1980)	Vogal	Professor da Fac. de Letras de Coimbra; historiador e publicista	Deputado (1937); Director Geral do Ensino Secund. e das Belas Artes; Subsecretário de Estado da Educação
Manuel Moreira de Sá e Melo (1892-?)	Vogal	Director Geral dos Serviços de Urbanização; engenheiro civil e de minas.	Vereador da C.M.Lisboa; procurador à Câmara Corporativa

Comissão Ultramarina²²	Cargo na organização	Ocupações	Cargos políticos
Manuel Maria Sarmiento Rodrigues (1899-1979)	Presidente	Oficial da Marinha; professor da Escola Superior Colonial; publicista e escritor; sócio da A.C.L. (1960)	Deputado; Governador da Guiné; Ministro do Ultramar
António Augusto Esteves Mendes Correia (1888-1960)	Vice-presidente	Professor (Univ. do Porto) Ver o Duplo Centenário (1940)	
Alberto Carlos Germano da Silva Correia (1888-1967)		Coronel-médico; director e professor da Escola Médica de Goa; escritor; sócio da A.C.L. e da S.G.L.	

²¹ Foi nomeado por portaria da Presidência do Conselho de 28 de Março de 1958 (*Diário do Governo*, nº 78, II série, de 2 de Abril de 1958)

²² *Diário do Governo*, nº 143, II série, de 20 de Junho de 1958 (*Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, vol. I, Lisboa, 1961, p. 75)

António da Silva Rego (1905-1986)		Sacerdote, professor e historiador; director do Centro de Est. Hist. Ultram., da Filmoteca Ultram. e do ISCSPU; sócio da A.C.L. (1962), da A.P.H. (1951) e da S.G.L.	Procurador à Câmara Corporativa
Elísio da Costa Vilaça		Sem informação	
João Carrington Simões da Costa (1891-1983)		Doutor em Ciências Histórico-Naturais; professor (Univ. do Porto) e cientista; maçom; sócio da S.G.L.e da A.C.L. (1947)	Ajudante de Campo do Min. da Guerra (1919); Chefe de Gab. do Min. da Agricultura (1921) e da Instrução (1925); Governador Civil de Braga (1923)
Leonel Pedro Banha da Silva (1901-?)		Agente Geral do Ultramar; professor e publicista	Presid. da Junta de Prov. do Baixo Alentejo; Inspector superior da Admin. Ultram. (1967)
Manuel Lagos		Sem informação	

QUADRO I – OCUPAÇÕES DOS ORGANIZADORES DOS CENTENÁRIOS
(1880-1925)

TOTAL DE 73 COMISSÁRIOS

OCUPAÇÕES		SUBTOTAL	TOTAL
Funcionários da Administração Pública*			11 (15%)
Professores	Ensino Superior	17	34 (47%)
	Médio/Secundário	17	
Militares	Marinha	5	12 (16%)
	Exército	7	
Publicistas**			37 (51%)
Escritores***			45 (62%)
Advogados			8 (11%)
Arquitectos			1
Engenheiros			7 (10%)
Médicos			4 (5%)
Clero			4 (5%)
Diplomatas			2 (3%)
Proprietários/Empresários			8 (11%)
Funcionários de serviços			2
Estudante			1
Sem informação			3
Cargos políticos	Conselheiros de Estado		4
	Ministros		12 (16%)
	Pares do Reino/Senadores		11 (15%)
	Deputados		22 (30%)
	Governadores das Colónias		3
	Governadores Cívicos		6
	Presidentes de Câmaras		5
	Vereadores municipais		5
Sócios	Academia das Ciências de Lisboa		32 (44%)
	Sociedade de Geografia de Lisboa		40 (55%)

QUADRO II – OCUPAÇÕES DOS ORGANIZADORES DOS CENTENÁRIOS

(1932-1960)

TOTAL DE 106 COMISSÁRIOS

OCUPAÇÕES		SUBTOTAL	TOTAL
Funcionários da Administração Pública*			56 (52%)
Professores	Ensino Superior	20	24 (23%)
	Médio/Secundário	4	
Militares	Marinha	7	25 (24%)
	Exército	18	
Publicistas**			13 (12%)
Escritores***			25 (24%)
Advogados			6 (6%)
Arquitectos			5 (5%)
Artistas			4 (4%)
Engenheiros			11 (10%)
Médicos			4 (4%)
Clero			4
Diplomatas			4
Comerciantes			2
Sem informação			10 (9%)
Cargos políticos	Ministros		6
	Deputados		13
	Câmara Corporativa		7
	Governadores das Colónias		2
	Governadores Cívicos		5
	Junta Geral		4
	Presidentes de Câmaras		9
	Vereadores municipais		5
Sócios	Academia das Ciências de Lisboa		19 (18%)
	Academia Portuguesa de História		15 (14%)
	Sociedade de Geografia de Lisboa		16 (15%)

QUADRO III – OCUPAÇÕES DOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES E ORGANIZADORES DESTACADOS (1880-1960)

TOTAL DE 28 COMISSÁRIOS*

OCUPAÇÕES		SUBTOTAL	TOTAL
Funcionários da Administração Pública			4 (14%)
Militares			9 (32%)
Publicistas			11 (39%)
Escritores			17 (61%)
Professores	Ensino Superior	5	9 (32%)
	Médio/Secundário	4	
Advogados			5
Engenheiros			1
Médicos			1
Clero			1
Diplomatas			4
Funcionários de serviços			1
Sem informação			1

Cargos políticos	Ministros	6 (21%)
	Pares do Reino/Senadores	5 (18%)
	Deputados	13 (46%)
	Câmara Corporativa	2
	Governadores das Colónias	2
	Governadores Cíveis	4
	Presidentes de Câmaras	4

Sócios	Academia das Ciências de Lisboa	9 (32%)
	Academia Portuguesa de História	4
	Instituto de Coimbra	4
	Sociedade de Geografia de Lisboa	12 (43%)

* João Carlos Rodrigues da Costa, Conde de Ficalho, António Ribeiro da Costa e Almeida, Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, Luciano Cordeiro, Anselmo Braamcamp Freire, Francisco Miranda Costa Lobo, José Manuel de Noronha, João dos Reis Gomes, Padre Fernando Augusto da Silva, Sebastião Magalhães Lima, Alexandre Ferreira, Francisco de Sales Ramos da Costa, Afonso de Dornelas, Jaime Resende do Couto, Domingos Augusto Borges, Augusto Pais de Almeida Silva, Alfredo Augusto Lisboa de Lima, António Cabreira, Júlio Dantas, Henrique Linhares de Lima, António Ferro, Augusto de Castro, Pedro da Cunha Menezes P. Cardoso, Manuel Pereira Figueira, Luís António de Carvalho Viegas, Abílio Pais de Ramos, José Caeiro da Mata

QUADRO IV – IDADE DOS PRESIDENTES E ORGANIZADORES
DESTACADOS NA DATA DO CENTENÁRIO

TOTAL DE 28 COMISSÁRIOS

GRUPOS ETÁRIOS	SUBTOTAL
< 40	3
41-45	2
46-50	1
51-55	4
56-60	3
61-65	4
66-70	5
> 70	3
Sem informação	3
Total	28

ANEXO II – ICONOGRAFIA DOS CENTENÁRIOS

Nota prévia

As imagens que apresentamos neste anexo foram seleccionadas com o objectivo de constituir uma mostra significativa para ilustrar a análise feita no capítulo dedicado ao assunto. Não é exaustiva, visto que nos referimos a um conjunto mais vasto de representações que trabalhamos directamente das fontes ou a partir de reproduções dispersas por variadas obras e pela imprensa.

Organizámos a apresentação das imagens pela ordem de desenvolvimento dos temas no capítulo sobre a iconografia, a saber: Monumentos e estatuária; Pintura, ilustração e emblemas; Moedas, medalhas e selos. Por sua vez, dentro de cada *item*, seguimos a ordem cronológica e a sequência da análise que fizemos, no capítulo.

As imagens são acompanhadas de uma legenda que as identifica e, no final, inserimos um índice do anexo iconográfico, onde é indicada a proveniência das figuras.

Monumentos e estatuária



Fig. 1
Busto de Camões, de Simões de Almeida.



Fig. 2
Busto de Camões, de Francisco José Resende



Fig. 3
Inauguração do monumento a Camões, em
Coimbra (1881)



Fig. 4
Monumento a Camões, em Viseu (1880-1913)



Fig. 5
Estátua do Infante D. Henrique,
por Simões de Almeida (1885)

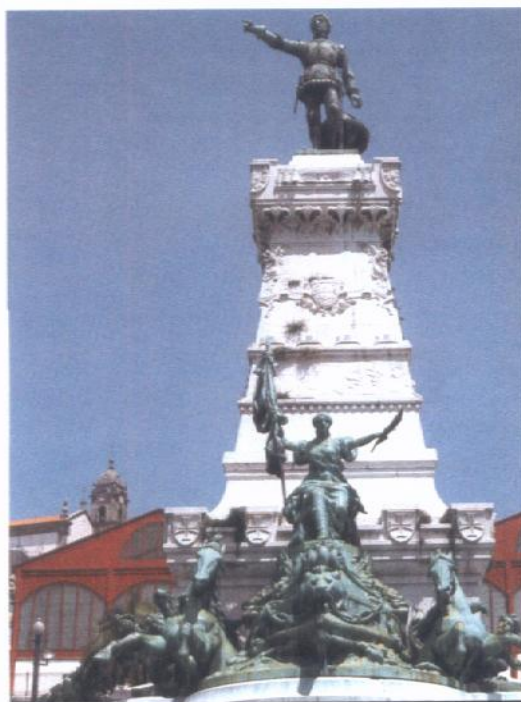


Fig. 6
Monumento ao Infante D. Henrique,
do escultor Tomás Costa (Porto)

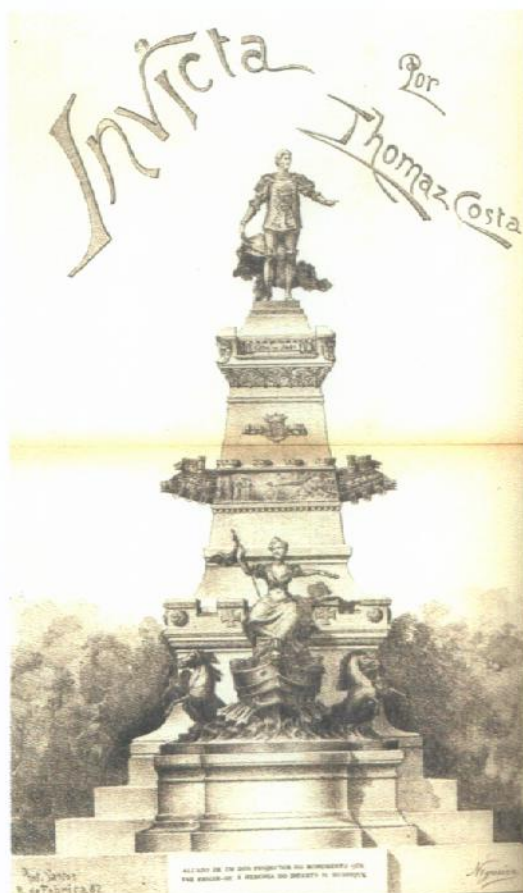


Fig. 7
Projecto do monumento ao Infante D. Henrique,
de Tomás Costa (1894)

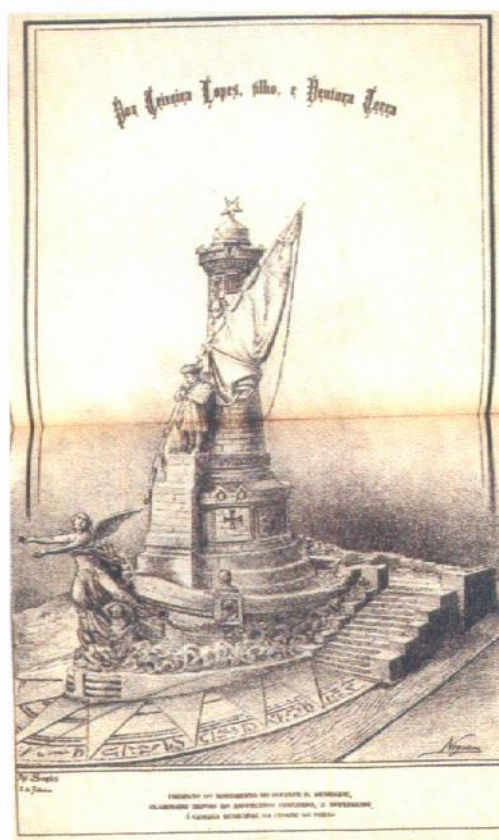


Fig. 8
Projecto do monumento ao Infante D. Henrique
elaborado depois do concurso,
fundindo os projectos de A. Teixeira Lopes
e de Ventura Terra



Fig. 9
Estátua de Afonso de Albuquerque, de A. A. Costa Mota
(1901)



Fig. 10
Baixo-relevo alusivo à vida de Afonso de Albuquerque



Fig. 11
Estátua do Infante D. Henrique, de Simões de
Almeida (Sobrinho)
Vila Franca do Campo (1932)



Fig. 12
Estátua do Infante D. Henrique,
de Leopoldo de Almeida.



Fig.13
Estátua do infante D. Henrique,
de Leopoldo de Almeida (Lagos – 1960)



Fig. 14
Estátua de João Gonçalves Zarco,
de Francisco Franco (1928-1934)



Fig. 15
Estátua de Cabrilho, de Álváro de Brée
(S. Diego, Califórnia - 1939)



Fig.16
D. João IV, de Francisco Franco



Fig. 17
D. Sancho, de Leopoldo de Almeida (Silves)



Fig. 18
Monumento a Ferreira do Amaral,
de Maximiliano Alves



Fig 19
Estátua de Paulo Dias de Novais (Luanda)



Fig. 20
Infante D. Henrique,
de Salvador Barata-Feyo (Brasília)



Fig. 21
Infante D. Henrique, de Álvaro De Brée
(Concurso do Monumento para Sagres)

Concurso de Projectos para o Monumento ao Infante D. Henrique em Sagres

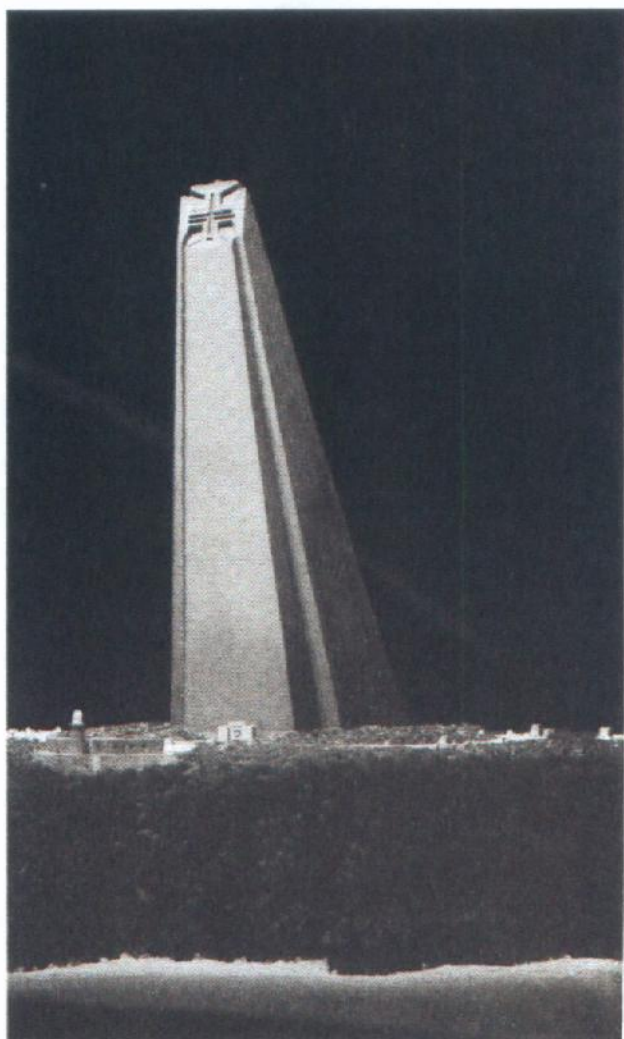


Fig. 22
“Dilatando a Fé, o Império”,
dos irmãos Rebelo de Andrade

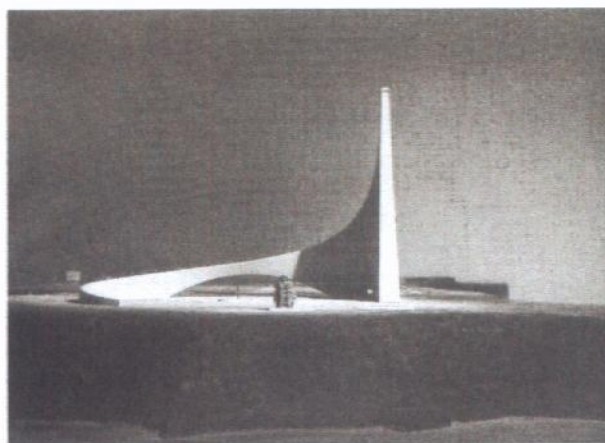
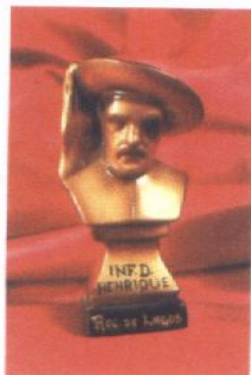


Fig. 23
“Mar Novo”,
do arquitecto João de Melo Breyner Andersen
e do escultor Salvador Barata-Feyo



Figs. 24
Bustos e estatueta do Infante D. Henrique de autores desconhecidos (1960)



Fig. 25
Padrão dos Descobrimentos, na Ilha de Santa Maria.
Descerramento de uma palma de bronze em 1960



Fig. 27
Estátua de Álvaro Martins Homem,
de João Fragoso (Angra, 1960)



Fig. 26
Padrão do Pico das Cruzinhas (Terceira, 1932)

Exposição do Mundo Português

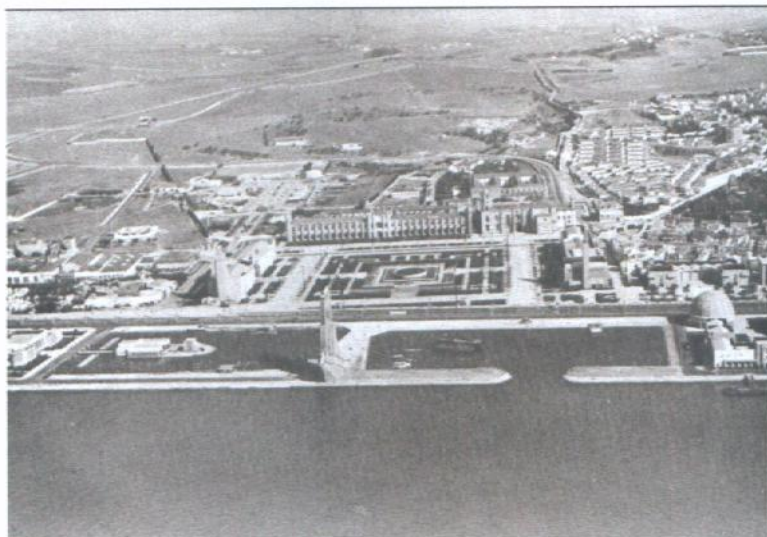


Fig. 28
Vista aérea da Exposição
do Mundo Português



Fig. 29
Portas da Fundação. Entrada nascente
da Exposição de 1940

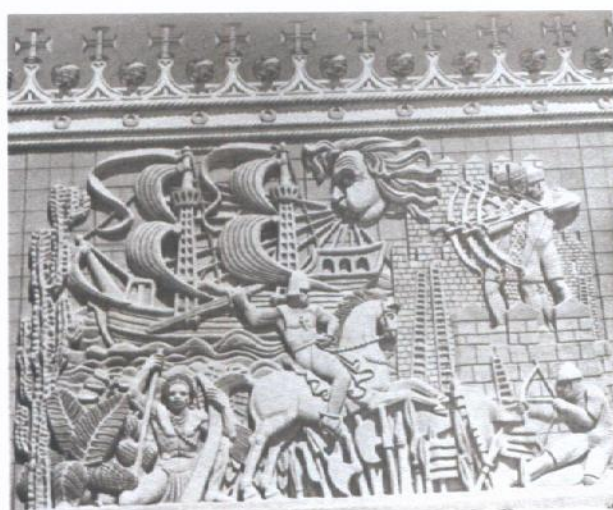


Fig. 30
Baixo-relevo da fachada do Pavilhão de Honra e de
Lisboa, de Canto da Maia



Fig.31
Soberania, do escultor Leopoldo de Almeida



Fig. 32
"Império", do escultor Salvador Barata-Feyo



Fig. 33
Grupo escultórico "D. Manuel, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral",
de Canto da Maia.

Pintura, ilustração e emblemas

OS DOIS MUNDOS

ILUSTRAÇÃO PARA PORTUGAL E BRASIL

AGENTS NO BRASIL - FRANCISCO GONCALVES DE QUEIROZ
Rua de Oliveira, 28, Rio de Janeiro

GERENTE EM PORTUGAL - DAVID CORREIA
Av. Mar do Alentejo, 40, Lisboa, Portugal

Vol. III

PARTE, JORNAL DE 1880

Nº 24



Fig. 34
Ilustração da revista *Os Dois Mundos*



Fig. 35
Retrato de Camões, de Júlio Costa.



Fig. 36
Desenho de Fertiga, edição avulsa da Litografia
Lopes (1880)



Fig. 37
Retrato a cores, recortado e impresso para servir
de calendário (1880)



Fig. 45
Ilustração de *Os Lusíadas* (Porto, Edição de Emilio
Biel, 1880)



Fig. 46
Retrato de Camões, de Vitor Bastos

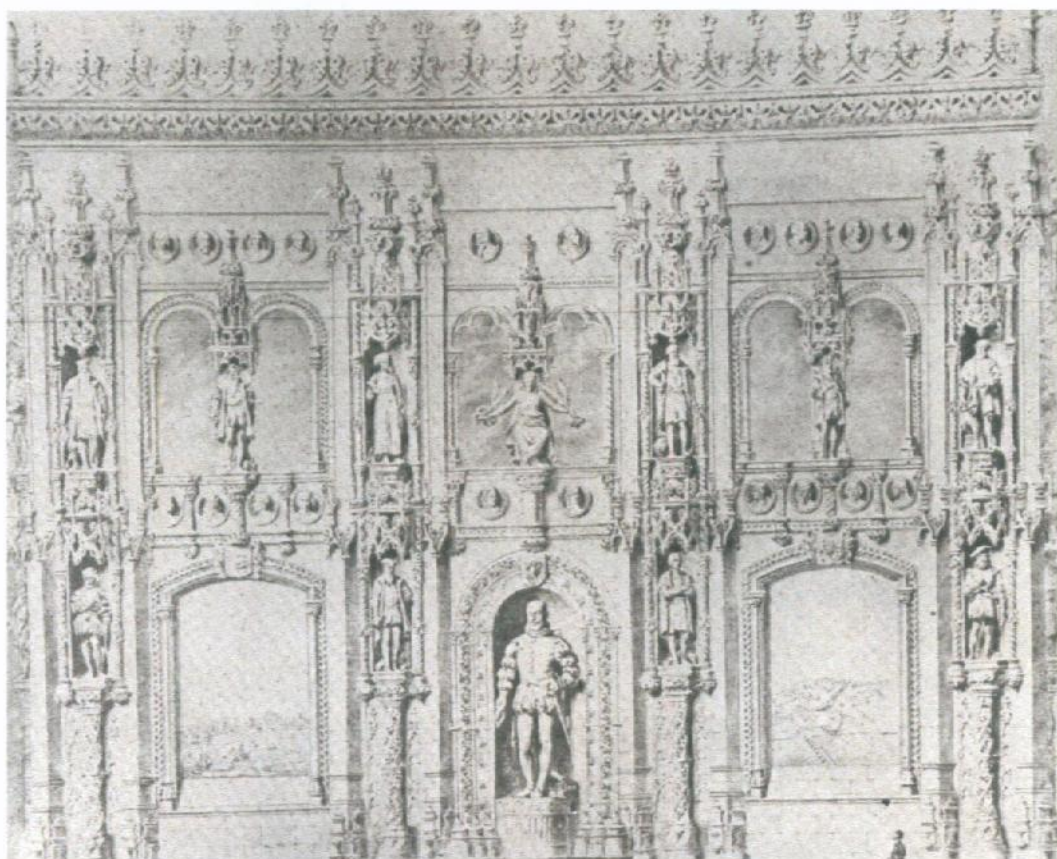


Fig. 53

“Apoteose de Camões no seio da sociedade portuguesa nos séculos XV e XVI”. Cartão desenhado por um grupo de artistas para a Exposição Camoniana do Palácio de Cristal, no Porto (1880)



Fig. 55
 “Varios Infantes Dons Henriques” em *O Antonio Maria* (14
 de Março de 1894)



Fig. 56
 “Hymno do Centenario do Infante D. Henrique” de Alfredo Keil
 e Henrique Lopes de Mendonça (1894)



Fig. 57
Primeira página do número comemorativo do *Commercio do Porto* (1894)



Fig. 58
Cartaz a anunciar as festas do centenário do Infante D. Henrique no Porto, desenhado por Roque Gameiro.



Fig. 59
Vasco da Gama, gravura de Caetano Alberto na revista
O Occidente



Fig. 60
Vasco da Gama, ilustração de Manuel Macedo na revista
O Occidente



Fig. 61
Diário Illustrado, Lisboa,
 N.º Comemorativo do Centenario, Maio de 1898

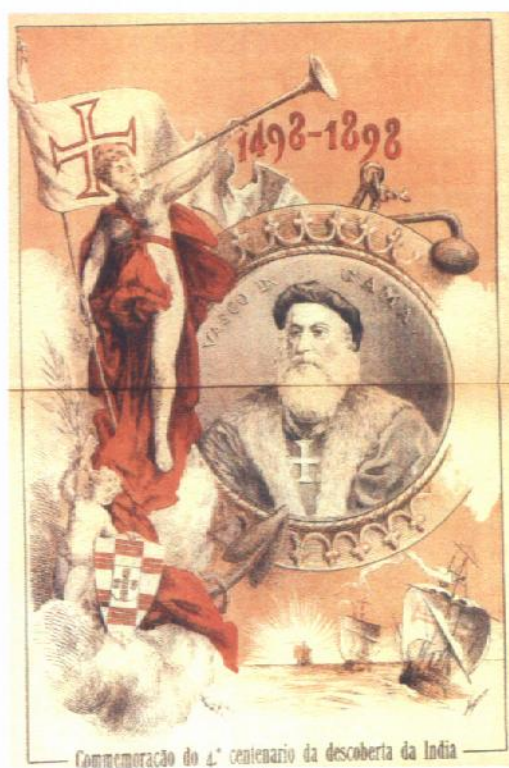


Fig. 62
Os Pontos, Porto, n.º 21, 22 de Maio de 1898



Fig. 63
O Commercio do Porto, Nº Comemorativo do Centenário, Porto,
 Maio de 1898



Fig. 64
 "Recepção de Vasco da Gama em Calecute", pintura de Veloso Salgado
 (Sociedade de Geografia de Lisboa)



Fig. 65
Vasco da Gama, de A. Moraes (Edição autográfica d' *Os Lusíadas*,
do programa do "Centenário da Índia", 1898)

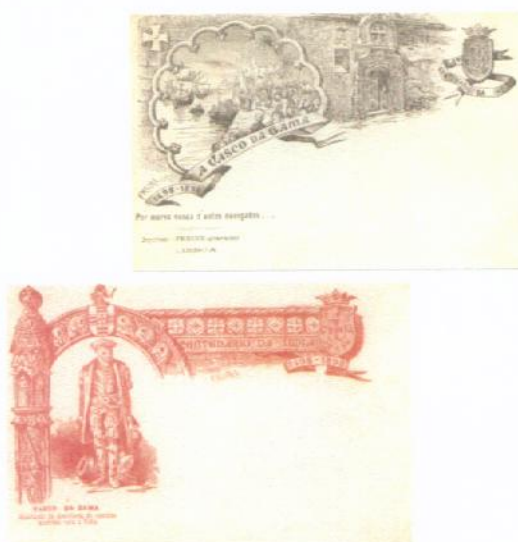


Fig. 66
Postais ilustrados do "Centenário da Índia".
Gravador Freire.



Fig. 67
Postal ilustrado do "Centenário da Índia",
de José Pardal

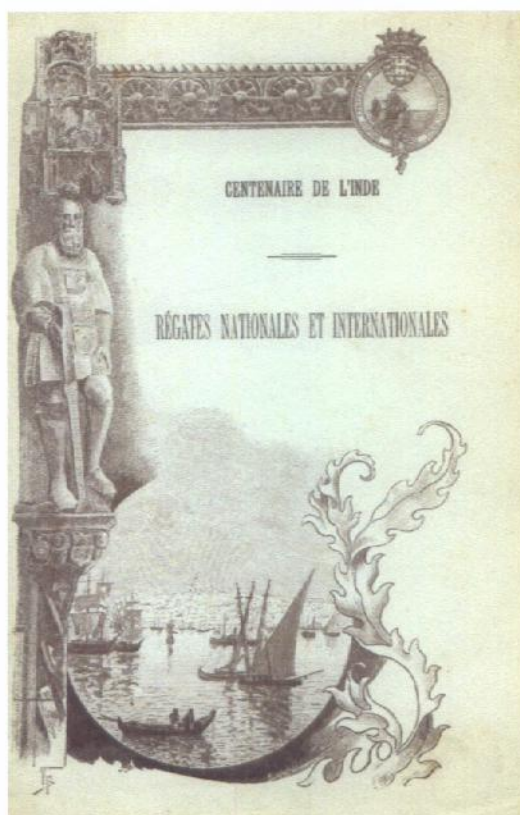


Fig. 68
Capa de publicação oficial do
“Centenário da Índia”, da Imprensa Nacional



Fig. 69
Capa do programa e anúncios do
“Centenário da Índia”



Fig. 70
Prato comemorativo do
“Centenário da Índia”



Fig. 71
Prato da Vista Alegre comemorativo do
“Centenário da Índia”

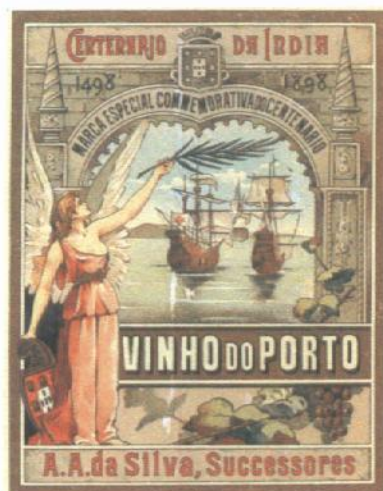


Fig. 72
Rótulos publicitários do “centenário da Índia”



«... Diogo Dias, almoxarife que foi de Sacavem, que é homem gracioso e de prazer, e levou consigo um galheiro nosso com sua gaita e meteu-se com elles a dançar...» pag. 208



«... Virouda a cruz com as armas e divisa de Vossa Alteza, que primeiro lhe pregarão. nunciam altar ao pé d'ella. Ali disse missa o padre frei Henrique...» pag. 218



«... Assim que elles viram o esquife de Bartholomeu Dias chegaram ao lago cheio d'agua... e virou... lançando trombetas e gaitas...» pag. 202 e 65

Figs. 73

Ilustrações de Roque Gameiro para o livro de Faustino da Fonseca, *A Descoberta do Brasil*.

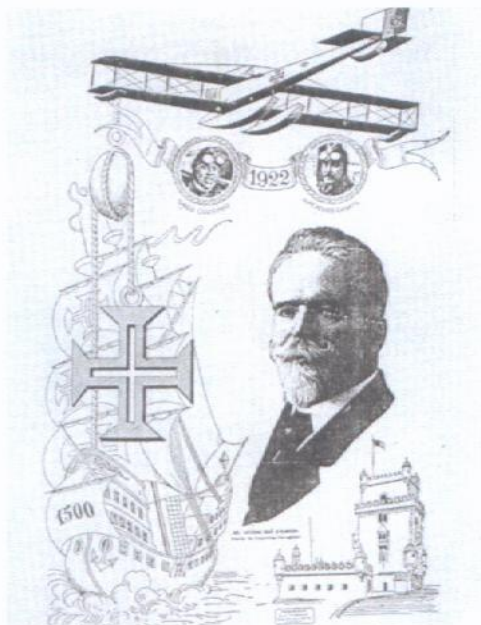


Fig. 74

Postal ilustrado comemorativo da primeira travessia aérea do Atlântico Sul (1922)



Fig. 75

Placa comemorativa da primeira travessia aérea do Atlântico Sul (1922)



Fig. 76

Postal ilustrado comemorativo da primeira travessia aérea do Atlântico Sul (1922)



Fig. 77
O emblema das comemorações de 1940 de Eduardo Anahory



Fig. 78
Guia da Exposição do Mundo Português



Fig. 79
Cartazes do Duplo Centenário de 1940

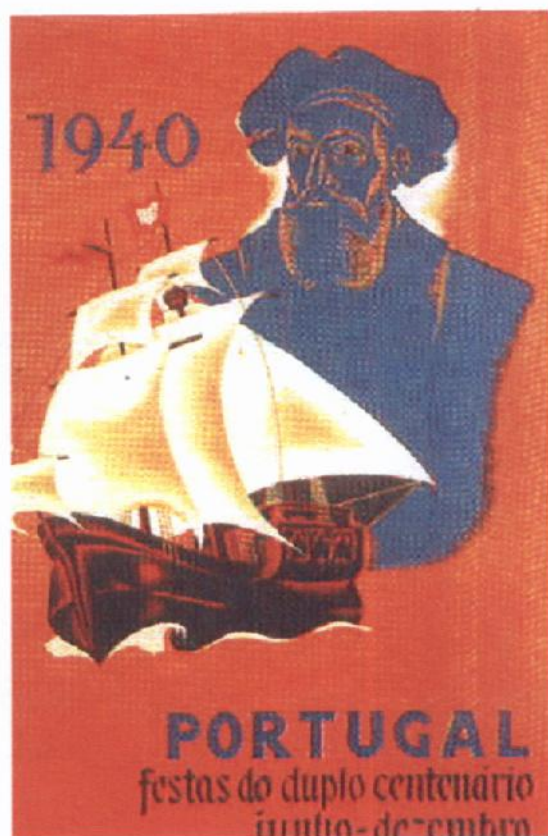


Fig. 80
Cartazes do Duplo Centenário de 1940



Fig. 81

Ilustrações da publicação *O Porto nos Centenários*, da Câmara Municipal do Porto



Fig. 82

Mapa ilustrativo da grandeza do Império Português

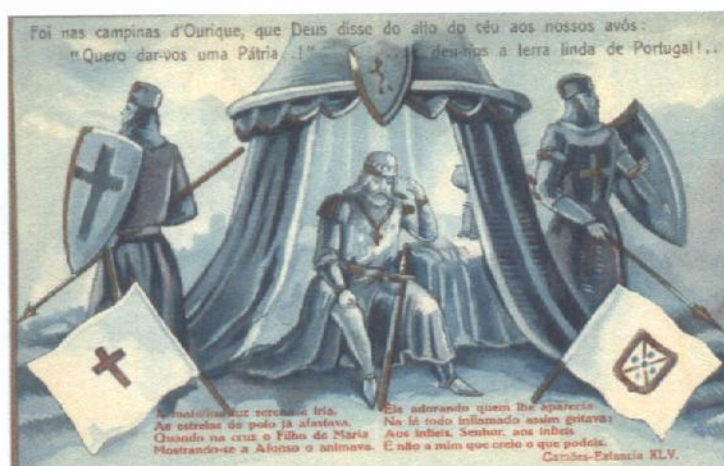


Fig. 83
Bilhete-postal desdobrável editado pela Sociedade Amigos da Igreja das Antas, Porto



Fig. 84

Painel decorativo *Os Doze de Inglaterra*, da sala da "Europa Militar", do Pavilhão dos Portugueses no Mundo



Fig. 85

Medalhão alusivo às bases da organização colonizadora. Pavilhão da Colonização.



Fig. 86
Exposição do Quinto Centenário do Descobrimento
da Guiné. Fresco de Manuel Lapa, evocando o
descobridor da Guiné

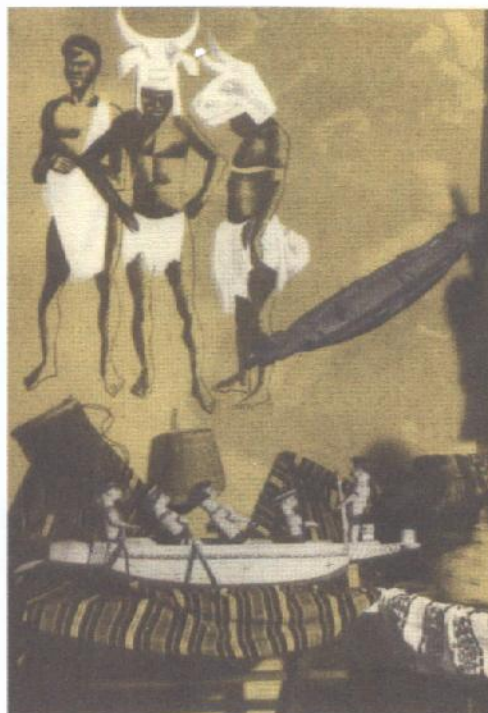


Fig. 87
Pormenor de uma das salas da exposição Quinto
Centenário do Descobrimento da Guiné



Fig. 88
Ilustração do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*



Fig. 89
Mouzinho de Albuquerque: Albino da Cunha (cópia de Columbano)

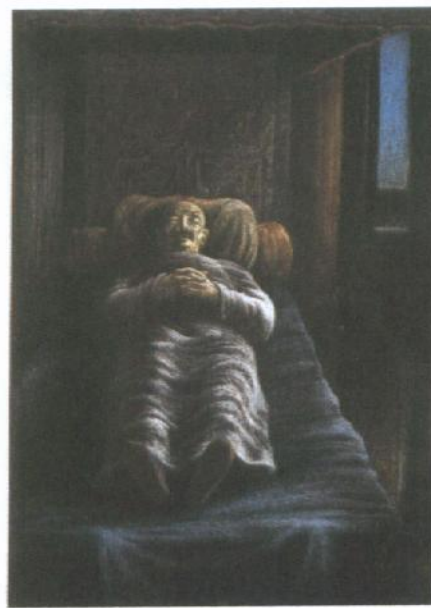
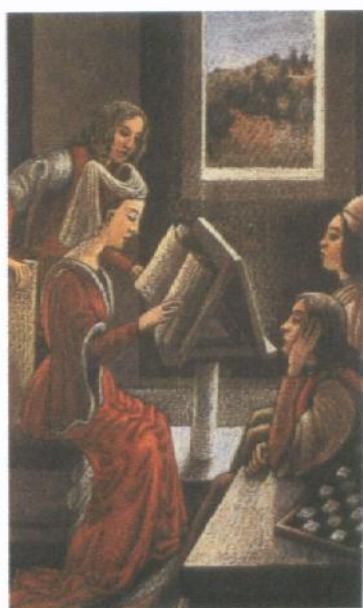


12 de Novembro de 1856-1955
PRIMEIRO CENTENÁRIO do Nascimento de MOUSINHO DE ALBUQUERQUE
o Herói que venceu e capturou o Grande Régulo Gunghana em Chaimite

Fig. 90
 Postal ilustrado do centenário do nascimento de Mouzinho de Albuquerque (1955)



Fig. 91
O Infante D. Henrique, de Manuel Lapa
Gravura do Museu de Marinha (Lisboa)



Figs. 92
Ilustrações de Lima de Freitas (in Carlos Selvagem, *Infante D. Henrique*, 1960)

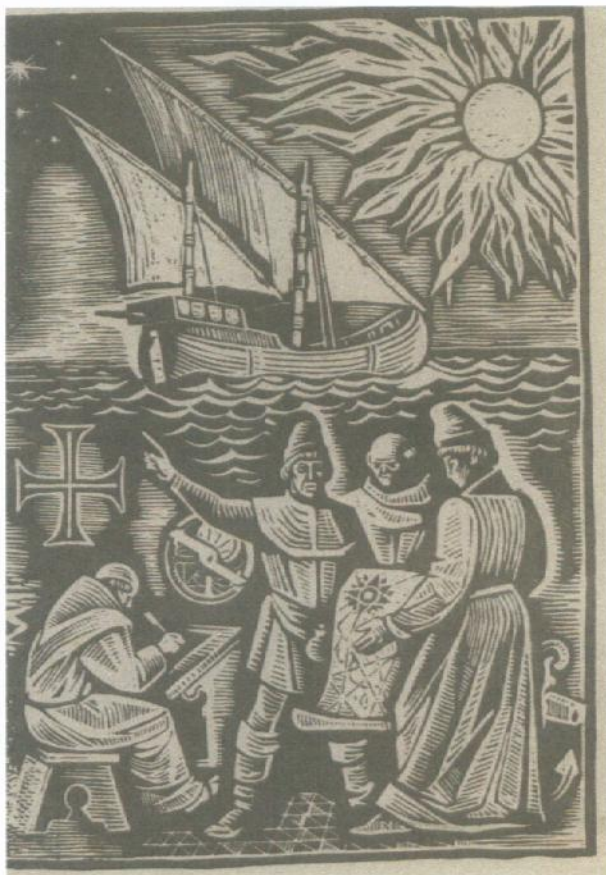


Fig. 93
Brinde da Sacor no ano comemorativo do centenário do Infante D. Henrique (1960)



1460 - 1960

Figs. 94
Pratos em porcelana da fábrica da Vista Alegre
Museu de Marinha, Lisboa.



Fig. 95
Colher em alpaca esmaltada, de autor desconhecido (1960)
Museu de Marinha, Lisboa.

Moedas, medalhas e selos

Medalhas do tricentenário de Camões (1880)



Fig. 96
Medalha do tricentenário de Camões,
por Frederico Augusto Campos



Fig. 97
Medalha dedicada à Imprensa, por J. A. N. Molarinho



Fig. 98
Medalha mandada cunhar pela Comissão dos Festejos do
Porto, gravada por José de Sousa



Fig. 99

Medalha do tricentenário e do assentamento da primeira pedra do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, gravada por Janvier



Fig. 100

Medalha mandada cunhar pela Sociedade de Geografia de Lisboa, de Casimiro José de Lima e Luciano Cordeiro



Fig. 101-A
Medalha comemorativa (Molarinho, 1894)



Fig. 101-B
Medalha comemorativa (Manuel Carvalho, 1894)



Fig. 102
Medalha em gesso (Tomás Costa, s./d.)



Fig. 103
Medalha comemorativa
(Martins Correia, 1960)



Fig. 104
Medalha comemorativa
(João Silva e Vasco Conceição, 1960)

Selos das Colónias Portuguesas



Fig. 106
Selo de porteadado alusivo a Vasco da Gama,
da Comp.^a do Niassa (1924)



Fig. 105
Selos do 4º Centenário do Descobrimento do
caminho Marítimo para a Índia
Tipos idênticos aos da Metrópole, com a legenda
África



Fig. 107-A
Selo do 8º Centenário da Fundação da
Nacionalidade, da Comp.^a de Moçambique.
Gravura – Arnaldo Fragoso



Fig. 107-B
Selo do 3º Centenário da Restauração de
Portugal, com desenho de base de Alberto de
Sousa, da Comp.^a de Moçambique



Fig. 108
Selos do 5º Centenário da Descoberta da Guiné,
com desenho de Alberto de Sousa



Fig. 109
Selos do Tricentenário da Restauração de
Angola, desenhados por Alberto de Sousa



Fig 110
Selo do centenário do nascimento de
António Enes (Moçambique)



Fig 111
Selos do centenário de
Mouzinho de Albuquerque (Moçambique)



Fig 112
Selos do V Centenário da
Descoberta de Cabo Verde



Fig 113
Selos do V Centenário da Morte do
Infante D. Henrique (Cabo Verde e Timor)

ÍNDICE DAS FIGURAS

Monumentos e estatuária

Fig. 1

Busto de Camões, de Simões de Almeida. Gravura de Manuel Macedo, na revista *O Occidente* (3º ano, supl. ao nº 59, 10 de Junho de 1880)
[in B. Xavier Coutinho, *Camões e as Artes Plásticas, Subsídios para a iconografia camoneana*, II vol., 1948, Nº 808, Extra-texto]

Fig. 2

Busto de Camões, de Francisco José Resende (1880)
[*Idem*, Nº 786, Extra-texto]

Fig. 3

Inauguração do monumento a Camões, em Coimbra (1881)
[*Idem*, Nº 900, p. 321]

Fig. 4

Monumento a Camões, em Viseu (1880-1913)
[*Idem*, Nº 962, p. 358]

Fig. 5

Estátua do Infante D. Henrique, por Simões de Almeida (1885)
Moldagem em gesso, Sociedade de Geografia de Lisboa

Fig. 6

Monumento ao Infante D. Henrique, do escultor Tomás Costa (Porto)
[*Ibidem*, p. 86]

Fig. 7

Projecto do monumento ao Infante D. Henrique, de Tomás Costa (1894)
[*O rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 108]

Fig. 8

Projecto do monumento ao Infante D. Henrique elaborado depois do concurso, fundindo os projectos de A. Teixeira Lopes e de Ventura Terra
[*Ibidem*, p. 110]

Fig. 9

Estátua de Afonso de Albuquerque, de A. A Costa Mota (1901). Fotografia M. I. João

Fig. 10

Baixo-relevo alusivo à vida de Afonso de Albuquerque. Fotografia M. I. João

Fig. 11

Estátua do Infante D. Henrique, de Simões de Almeida (Sobrinho) – Vila Franca do Campo (1932)

[*O rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 139]

Fig. 12

Estátua do Infante D. Henrique, de Leopoldo de Almeida.
Padrão dos Descobrimentos (Lisboa, 1940-1960)

[*O rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 144]

Fig. 13

Estátua do infante D. Henrique, de Leopoldo de Almeida (Lagos – 1960). Fotografia M. I. João

Fig. 14

Estátua de João Gonçalves Zarco, de Francisco Franco (1928-1934)

[José Augusto França, *Os Anos Vinte em Portugal. Estudo de Factos Sócio-Culturais*, Lisboa, Editorial Presença, 1992]

Fig. 15

Estátua de Cabrilho, de Álvoro de Brée (S. Diego, Califórnia - 1939)

[José Augusto França, *A Arte em Portugal no século XX*, 3ª ed., Venda Nova, Bertrand Editora, 1991, p. 272]

Fig. 16

D. João IV, de Francisco Franco

[in Joaquim Saial, *Estatuária Portuguesa dos anos 30*, Lisboa, 1991, p. 177]

Fig. 17

D. Sancho, de Leopoldo de Almeida (Silves). Fotografia M. I. João

Fig. 18

Monumento a Ferreira do Amaral, de Maximiliano Alves (Macau)

[in Joaquim Saial, *Estatuária Portuguesa dos anos 30*, Lisboa, 1991, p. 169]

Fig. 19

Estátua de Paulo Dias de Novais (Luanda)

Fig. 20

Infante D. Henrique, de Salvador Barata-Feyo (Brasília)

[*O rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 139]

Fig. 21

Infante D. Henrique, de Álvaro De Brée (Concurso do Monumento para Sagres)

[Luís Reis-Santos, *Iconografia Henriquina*, Coimbra, 1960]

Fig. 22

“Dilatando a Fé, o Império”, dos irmãos Rebelo de Andrade

[*Concurso de Projectos para o Monumento ao Infante D. Henrique em Sagres*, Lisboa, 1957]

Fig. 23

”Mar Novo”, do arquitecto João de Melo Breyner Andersen e do escultor Salvador Barata-Feyo

[*Concurso de Projectos para o Monumento ao Infante D. Henrique em Sagres*, Lisboa, 1957]

Figs. 24

Bustos e estatueta do Infante D. Henrique de autores desconhecidos (1960)
Museu de Marinha, Lisboa
[*O rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 197]

Fig. 25

Padrão dos Descobrimentos na ilha de Santa Maria. Descerramento de uma palma de bronze no V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (1960)
[*O rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 168]

Fig. 26

Padrão do Pico das Cruzinhas (Terceira – 1932). Fotografia M. I. João

Fig. 27

Estátua de Álvaro Martins Homem, de João Fragoso (Angra do Heroísmo – 1960)
Fotografia M. I. João

Exposição do Mundo Português

Fig. 28

Vista aérea da Exposição do Mundo Português
[*O Mundo Português*, vol. VII, nº 83-84, Outubro-Novembro de 1940]

Fig. 29

Portas da Fundação. Entrada nascente da Exposição de 1940
[Margarida Acciaiuoli, *Exposições do Estado Novo 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 121]

Fig. 30

Baixo-relevo da fachada do Pavilhão de Honra e de Lisboa, de Canto da Maia
[*O Mundo Português*, vol. VII, nº 83-84, Outubro-Novembro de 1940]

Fig. 31

Soberania, do escultor Leopoldo de Almeida
[*O Mundo Português*, vol. VII, nº 83-84, Outubro-Novembro de 1940]

Fig. 32

“Império”, do escultor Salvador Barata-Feyo
[Margarida Acciaiuoli, *Exposições do Estado Novo 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 181]

Fig. 33

Grupo escultórico “D. Manuel, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral”, de Canto da Maia
[Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra]

Pintura, ilustração e emblemas

Fig. 34

Ilustração da revista *Os Dois Mundos*
[in B. Xavier Coutinho, *Camões e as Artes Plásticas, Subsídios para a iconografia camoneana*, II vol., 1948, N° 476, p. 83]

Fig. 35

Retrato de Camões, de Júlio Costa, na revista *O Instituto* de Coimbra (1880)
[*Idem*, N° 834, p. 284]

Fig. 36

Desenho de Fertiga, edição avulsa da Litografia Lopes (1880)
[*Idem*, N° 620, Extra-texto]

Fig. 37

Retrato a cores, recortado e impresso em cartão para servir de calendário (1880)
[*Idem*, N° 626, p. 163]

Fig. 38

Gravura de Pastor para o *Diário Ilustrado* (N° 2538, 10 de Junho de 1880)
[*Idem*, N° 760, p. 237]

Fig. 39

Retrato de Camões de F. Pastor para a publicação de homenagem *Portugal a Camões* (Porto, 10 de Junho de 1880)
[*Idem*, N° 767, p. 239]

Fig. 40

Gravura anónima, publicada pelo semanário popular *O Camões*
(Ano I, n° 1, 10 de Junho de 1880)
[*Idem*, N° 464, p. 77]

Fig. 41

Retrato de Camões, publicado em *O Dez de Março* (1° ano, n° 204, Porto, 10 de Junho de 1880)
[*Idem*, N° 690, p. 195]

Fig. 42

Camões pela pena de Rafael Bordalo Pinheiro, no *Album das Glorias*: “O Trinca-Fortes”
[*Idem*, N° 689, p. 193]

Fig. 43

Camões contemplando as ruínas da Pátria. Desenho de Bordalo Pinheiro, na revista *Pontos nos ii*
(30 de Julho de 1885, p. 100-101)
[*Idem*, N° 710, Extra-texto]

Fig. 44

Os agradecimentos de Camões, segundo Rafael Bordalo Pinheiro em *O António Maria* (17 de Junho de 1880, p. 200-201)
[*Idem*, N° 698, Extra-texto]

Fig. 45

Ilustração de *Os Lusíadas* (Porto, Edição de Emilio Biel, 1880)
[*Idem*, N° 542, Extra-texto]

Fig. 46

Retrato de Camões, de Vitor Bastos
[*Idem*, I vol., 1946, N° 367, p. 434]

Fig. 47

Retrato de Camões, de Columbano, na edição de *Os Lusíadas*, do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (1880)
[*Idem*, II vol, 1948, N° 715, p. 211]

Fig. 48

Ilustração de *Os Lusíadas* (Edição autográfica do centenário de 1898). Desenho de A. Moraes
[*Idem*, N° 1004 – 1), Extra-texto]

Fig. 49

Retrato de Camões, por Lubin David
[*Idem*, N° 894, Extra-texto]

Fig. 50

Homenagem a Camões do Centro Republicano Federal de Ponta Delgada (1880)
[*Idem*, N° 632, p. 165]

Fig. 51

Camões moribundo e o escravo Jau, por Sebastião Sanhudo (*O Sorvete*, 3º ano, n° 107, 10 de Junho de 1880)
[*Idem*, N° 491, p. 90]

Fig. 52

Camões e as festas do tricentenário, segundo *O Sorvete* (3º ano, n° 107, 10 de Junho de 1880)
[*Idem*, N° 490, p. 92]

Fig. 53

“Apoteose de Camões no seio da sociedade portuguesa nos séculos XV e XVI”. Cartão desenhado por um grupo de artistas para a Exposição Camoniana do Palácio de Cristal, no Porto (1880)
[*Idem*, N° 456, p. 63]

Fig. 54

“Vida de Camões”. Folheto vendido em Lisboa por ocasião dos festejos.
[*Idem*, N° 680, p. 187]

Fig. 55

“Varios Infantes Dons Henriques” em *O Antonio Maria* (14 de Março de 1894)
[*O rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 125]

Fig. 56

“Hymno do Centenario do Infante D. Henrique” de Alfredo Keil e Henrique Lopes de Mendonça (1894)
[*Ibidem*, p. 113]

Fig. 57

Primeira página do número comemorativo do *Commercio do Porto* (1894)
[*Ibidem*, p. 98]

Fig. 58

Cartaz a anunciar as festas do centenário do Infante D. Henrique no Porto, desenhado por Roque Gameiro
[*Ibidem*, p. 105]

Fig. 59

Vasco da Gama, gravura de Caetano Alberto na revista *O Occidente*
[José Augusto França, *Lisboa 1898*, Lisboa, Expo98, 1998, p. 48]

Fig. 60

Vasco da Gama, ilustração de Manuel Macedo na revista *O Occidente*
[*Idem*, p. 52]

Fig. 61

Diario Illustrado, Lisboa, Nº Comemorativo do Centenario, Maio de 1898
[“O “Centenário da Índia” e a memória da viagem de Vasco da Gama”, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 21]

Fig. 62

Os Pontos, Porto, nº 21, 22 de Maio de 1898
[*Ibidem*, p. 105]

Fig. 63

O Commercio do Porto, Nº Comemorativo do Centenário, Porto, Maio de 1898
[*Ibidem*, p. 111]

Fig. 64

“Recepção de Vasco da Gama em Calecute”, pintura de Veloso Salgado
(Sociedade de Geografia de Lisboa)
[José Augusto França, *Lisboa 1898*, Lisboa, Expo98, 1998, p. 62]

Fig. 65

Vasco da Gama, de A. Moraes (Edição autográfica d’ *Os Lusíadas*, do programa do “Centenário da Índia”, 1898)
[in B. Xavier Coutinho, *Camões e as Artes Plásticas, Subsídios para a iconografia camoneana*, II vol., Porto, Livraria Figueirinhas, 1948, Nº1042, p. 385]

Fig. 66

Postais ilustrados do “Centenário da Índia”. Gravador Freire.

Fig. 67

Postal ilustrado do “Centenário da Índia”, de José Pardal

Fig. 68

Capa de publicação oficial do “Centenário da Índia”, da Imprensa Nacional

Fig. 69

Capa do programa e anúncios do “Centenário da Índia”

[“O “Centenário da Índia” e a memória da viagem de Vasco da Gama”, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 51]

Fig. 70

Prato comemorativo do “Centenário da Índia”
[José Augusto França, *Lisboa 1898*, Lisboa, Expo98, 1998, p. 59]

Fig. 71

Prato da Vista Alegre comemorativo do “Centenário da Índia”
[“O “Centenário da Índia” e a memória da viagem de Vasco da Gama”, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 53]

Fig. 72

Rótulos publicitários do “centenário da Índia”
[*Ibidem*, p. 51]

Figs. 73

Ilustrações de Roque Gameiro para o livro de Faustino da Fonseca, *A Descoberta do Brasil* (Lisboa, edição de “O Século”, 1900)

Fig. 74

Postal ilustrado comemorativo da primeira travessia aérea do Atlântico Sul (1922)
[José Augusto França, *Os Anos Vinte em Portugal. Estudo de Factos Sócio-Culturais*, Lisboa, Editorial Presença, 1992]

Fig. 75

Placa comemorativa da primeira travessia aérea do Atlântico Sul (1922)
Museu de Marinha, Lisboa

Fig. 76

Postal ilustrado comemorativo da primeira travessia aérea do Atlântico Sul (1922)
[Luís Reis Torgal, , José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal sécs. XIX e XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 569]

Fig. 77

O emblema das comemorações de 1940 de Eduardo Anahory
[Margarida Acciaiuoli, *Exposições do Estado Novo 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 120]

Fig. 78

Guia Oficial da Exposição do Mundo Português
[Luís Reis Torgal, , José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal sécs. XIX e XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 595]

Fig. 79

Cartaz do Duplo Centenário de 1940
[*Idem, ibid.*, p. 579]

Figs. 80

Cartazes do Duplo Centenário de 1940
[*Idem, ibid.*, p. 589]

Figs. 81

Ilustrações da publicação *O Porto nos Centenários*, da Câmara Municipal do Porto
[Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal sécs. XIX e XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 597]

Fig. 82

Mapa ilustrativo da grandeza de Portugal
[Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 23]

Fig. 83

Bilhete-postal desdobrável editado pela Sociedade Amigos da Igreja das Antas, Porto

Fig. 84

Painel decorativo *Os Doze de Inglaterra*, da sala da “Europa Militar”
(Pavilhão dos Portugueses no Mundo)
[*O Mundo Português*, vol. VII, nº 83-84, Outubro-Novembro de 1940]

Fig. 85

Medalhão alusivo às bases da organização colonizadora. Pavilhão da Colonização.
[Margarida Acciaiuoli, *Exposições do Estado Novo 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 165]

Fig. 86

Exposição do Quinto Centenário do Descobrimento da Guiné. Fresco de Manuel Lapa, evocando o descobridor da Guiné
(*Panorama*, Ano V, Nº 30, Lisboa, 1946)

Fig. 87

Pormenor de uma das salas da Exposição Quinto Centenário do Descobrimento da Guiné
(*Panorama*, Ano V, Nº 30, Lisboa, 1946)

Fig. 88

Ilustração do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Nº especial comemorativo do centenário, Outubro de 1947

Fig. 89

Mouzinho de Albuquerque: Albino da Cunha (cópia de Columbano)
[José Augusto França, *Lisboa 189. Estudo de Factos Socioculturais*, Lisboa, Expo98, 1998, p. 26]

Fig. 90

Postal ilustrado do centenário do nascimento de Mouzinho de Albuquerque (1955)

Fig. 91

O Infante D. Henrique, de Manuel Lapa. Gravura do Museu de Marinha, em Lisboa
[*O rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p.146]

Figs. 92

Ilustrações de Lima de Freitas (in Carlos Selvagem, *Infante Dom Anrique*, Lisboa, 1960)
[*Ibidem*, p. 179]

Fig. 93

Brinde da Sacor no ano comemorativo do centenário do Infante D. Henrique

Figs. 94

Pratos em porcelana da fábrica da Vista Alegre. Museu de Marinha, Lisboa
[*O rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 195]

Fig. 95

Colher em alpaca esmaltada, de autor desconhecido (1960)
Museu de Marinha, Lisboa
[*Ibidem*, p. 199]

Moedas, medalhas e selos

Medalhas do tricentenário de Camões (1880)

Fig. 96

Medalha do Tricentenário de Camões, por Frederico Augusto de Campos
[in B. Xavier Coutinho, *Camões e as Artes Plásticas, Subsídios para a iconografia camoneana*, II vol., 1948, N° 601, Extra-Texto]

Fig. 97

Medalha dedicada à Imprensa, por J. A N. Molarinho
[*Idem, ibid.*, p. 147]

Fig. 98

Medalha mandada cunhar pela Comissão dos Festejos do Porto, gravada por José de Sousa
[*Idem, ibid.*, p. 150]

Fig. 99

Medalha do tricentenário e do assentamento da primeira pedra do gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, gravada por Janvier
[*Idem, ibid.*, p. 152]

Fig. 100

Medalha mandada cunhar pela Sociedade de Geografia de Lisboa, de Casimiro José de Lima e Luciano Cordeiro
[*Idem, ibid.*, p. 155]

Medalhas dos centenários do Infante D. Henrique

Fig. 101-A

Medalha comemorativa (Molarinho, 1894)
[*O rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 198]

Fig. 101-B

Medalha comemorativa (Manuel Carvalho, 1894)
[*Ibidem*, p. 1198]

Fig. 102

Medalha em gesso (Tomás Costa, s./d.)
[*Ibidem*, p. 198]

Fig. 103

Medalha comemorativa (Martins Correia, 1960)
[*Ibidem*, p. 192]

Fig. 104

Medalha comemorativa (João Silva e Vasco Conceição, 1960)
[*Ibidem*, p. 199]

Fig. 105

Selos do IV Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia
[*Selos Postais das Colónias Portuguesas*, s.l., AFINSA – Núcleo Filatélico do Ateneu Comercial do Porto, 1997]

Fig. 106

Selo alusivo a Vasco da Gama (Companhia do Niassa, 1924)
[*Ibidem*]

Fig. 107-A

Selo do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade. Tipo idêntico ao da Metrópole (Companhia de Moçambique)
[*Ibidem*]

Fig. 107-B

3º Centenário da Restauração de Portugal. Tipo idêntico ao da Metrópole (Companhia de Moçambique)
[*Ibidem*]

Fig. 108

Selos do 5º Centenário da Descoberta da Guiné (Guiné Portuguesa)
[*Ibidem*]

Fig. 109

Selos do Tricentenário da Restauração de Angola (Angola)
[*Ibidem*]

Fig. 110

Selo do centenário do nascimento de António Enes (Moçambique)
[*Ibidem*]

Fig. 111

Selos do Centenário de Mouzinho de Albuquerque (Moçambique)
[*Ibidem*]

Fig. 112

Selos do V centenário da Descoberta de Cabo Verde

[*Ibidem*]

Fig. 113

Selos do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (Cabo Verde e Timor)

[*Ibidem*]